DICIONÁRIO
BIOGRÁFICO
DE MINAS GERAIS
PERÍODO REPUBLICANO 1889 / 1991
VOLUME I
DICIONÁRIO BIOGRÁFICO
MINAS GERAIS

NOTA DE ESCLARECIMENTO

A Biblioteca Deputado Camilo Prates da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais informa que, segundo a Sra. Marília Salgado, filha do biografado apresentado nesta obra como **Clóvis Salgado da Gama**, o nome correto de seu pai é **Clóvis Salgado**.

DICIONÁRIO BIOGRÁFICO DE MINAS GERAIS

PERÍODO REPUBLICANO
1889/1991

Esta obra foi produzida com recursos provenientes das seguintes instituições:
Financiadora de Estudos e Projetos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República
Universidade Federal de Minas Gerais
Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAFICH - Centro de Estudos Mineiros

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gerência-Geral de Consultoria e Pesquisa

DICIONÁRIO BIOGRÁFICO DE MINAS GERAIS

PERÍODO REPUBLICANO 1889/1991

COORDENAÇÃO:
NORMA DE GÓIS MONTEIRO

VOLUME I

BELO HORIZONTE
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
1994

1ª edição - 1994
© Copyright

Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - Alemg
Rua Rodrigues Caldas, 30 - Santo Agostinho
30190.921 - Belo Horizonte - MG
Universidade Federal de Minas Gerais
Av. Antônio Carlos, 6.627 - Pampulha
31270.901 - Belo Horizonte - MG.

Ficha Catalográfica

Dicionário biográfico de Minas Gerais - período republicano - 1889-1991./Coordenação de Norma de Góis Monteiro.- Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1994

2v.

Ao alto do título: Universidade Federal de Minas Gerais. Fafich. Centro de Estudos Mineiros, Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Gerência-Geral de Consultoria e Pesquisa.

1. Minas Gerais-Biografia. I. Universidade Federal de Minas Gerais-Fafich-Centro de Estudos Mineiros.II.Minas Gerais-Assembléia Legislativa.III. Monteiro, Norma de Góis.IV.Título.

ISBN 85-85157-02-X CDU 92(815.1)

PREFÁCIO

A história tem demonstrado que as nações somente se afirmam e se desenvolvem a partir do momento em que são capazes de compreender e reelaborar sua própria trajetória.

O Brasil tem ainda muito de sua expressiva história a ser resgatada, e não há como fazê-lo sem que se recupere a memória dos homens que, ao longo do tempo, se empenharam em construí-la. Nos momentos marcantes da vida nacional, Minas Gerais se fez presente com a ação decisiva de seus filhos. Se quisermos compreender a dimensão e o sentido da participação de nosso Estado na história do País, devemos buscar as marcas que nela imprimiram o pensar e o agir de nossos cidadãos - políticos, intelectuais, artistas e tantos outros -, uns de breve carreira, outros de longa e destacada passagem pela vida pública.

Nesse sentido, reveste-se de especial significado a edição do Dicionário Biográfico de Minas Gerais - Período Republicano - 1889-1991, fruto de arrojado trabalho iniciado pelo Centro de Estudos Mineiros da Universidade Federal de Minas Gerais, que, posteriormente, por intermédio da Fundação de Desenvolvimento de Pesquisa - Fundep -, firmou convênio com a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais para continuação e conclusão do projeto.

Além de visar ao resgate da memória histórica de nosso Estado, o empreendimento está voltado, ainda, para a necessidade de modernização do Legislativo, que deve adaptar-se a um mundo em permanente mutação, onde se cruzam as mais variadas reivindicações, a emergência de novos agentes políticos e uma gama quase infinita de realidades.

Tudo isso se choca, freqüentemente, com as estruturas tradicionais e as formulações clássicas que caracterizam os órgãos legislativos desde as suas origens.

Em países como o Brasil, marcados pela experiência do autoritarismo e da centralização do poder, o problema adquire contornos mais profundos. Num contexto cultural eminentemente pragmático, que por isso mesmo supervaloriza o fazer, os parlamentos - uma vez que lhes incumbe legislar e fiscalizar os atos do Poder Executivo - são, não poucas vezes, vistos com desconfiança.

No caso brasileiro, restabelecida a ordem constitucional e com a reorganização política da sociedade, abriu-se uma perspectiva de revalorização do Poder Legislativo, revalorização essa que cabe ao mesmo Poder garantir e ampliar, empreendendo formas contemporâneas de atuação e afirmando-se, perante a opinião pública, como uma das pedras angulares da construção democrática e da

garantia dos direitos do cidadão.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, consciente dessa realidade, vem desenvolvendo projetos no campo da informação e da pesquisa, muitos deles em cooperação com outros órgãos e instituições. Iniciativas como a edição deste Dicionário integram o empenho do Legislativo mineiro em associar-se aos movimentos culturais do Estado e tornar-se um interlocutor acatado.

É o resultado desse esforço que oferecemos à reflexão de todos aqueles que têm consciência do valor da memória para a contínua evolução dos povos.

Ao participar de iniciativa tão meritória, a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais tem a convicção de estar realizando o que dela esperam os cidadãos interessados no desenvolvimento do nosso Estado e no permanente aperfeiçoamento das suas instituições democráticas.

Consignamos aqui nossos agradecimentos à Profª. Norma de Góis Monteiro, responsável pela coordenação do projeto, bem como às equipes técnicas da Universidade Federal de Minas Gerais e da Assembléia Legislativa do Estado, pela dedicação e competência com que levaram a termo tão significativo trabalho.

Destacamos, ainda, a participação de Eliana de Barros Ribeiro de Oliveira, que, em sua gestão à frente da Gerência-Geral de Consultoria e Pesquisa, prestou inestimável apoio à elaboração deste Dicionário.

Estendemos igualmente nosso agradecimento às Mesas que se sucederam na direção desta Casa durante o período de realização da obra, em especial à que nos antecedeu, na pessoa de seu então Presidente, Deputado Romeu Queiroz, cujo empenho foi decisivo para o êxito do trabalho que ora se edita.

Belo Horizonte, outubro de 1994.

Deputado José Ferraz
Presidente da Assembléia Legislativa
do Estado de Minas Gerais

Equipe Técnica

Coordenação geral:
Norma de Góis Monteiro

Subcoordenação:
Vera Alice Cardoso Silva (CEM/UFMG)

Auxiliares de coordenação:
Juscelino Luís Ribeiro (GCP/Alemg) 1985-1994
Menelick de Carvalho Neto (GCP/Alemg) 1983-1984
Sílvia Barata de Paula Pinto (GCP/Alemg) 1984-1985

Supervisão de texto:
José Mendonça (CEM/UFMG)
Odilon Vargas Toledo (GCP/Alemg)

Supervisão e revisão das biografias dos Governadores do Estado:
Vera Alice Cardoso Silva (CEM/UFMG)

Colaborador:
Francisco de Assis Barbosa (Fundação Casa de Rui Barbosa - Ministério da Educação e Cultura)

Consultora:
Maria Efigênia Lage de Resende - Fafich-UFMG (colaboração na listagem das elites da República Velha)

Chefes de pesquisa:
Norma de Góis Monteiro (CEM/UFMG)
Vera Alice Cardoso Silva (Fafich/UFMG)

Pesquisadores:
Eliana de Oliveira Rocha (CEM/UFMG)
José Paulo das Neves (GCP/Alemg)
Juscelino Luís Ribeiro (GCP/Alemg)
Jussara Marilda França (CEM/UFMG)
Lúcia Neila Costa (CEM/UFMG)
Maria Regina Guedes Barra Kleinsorge (CEM/UFMG)
Maria Virgínia Fróes Schettino (CEM/UFMG)
Marta Eloísa dos Santos (CEM/UFMG)

Rute Villamarin Soares (CEM/UFMG)
Sílvia Barata de Paula Pinto (CEM/UFMG)
Vânia Leite Costa (CEM/UFMG)
Zuleica Rocha (CEM/UFMG)

Redatores:
José Mendonça (CEM/UFMG)
José Paulo das Neves (GCP/Alemg)
Juscelino Luís Ribeiro (GCP/Alemg)
Maria Regina Guedes Barra Kleinsorge (CEM/UFMG)
Maria Virgínia Fróes Schettino (CEM/UFMG)
Marta Eloísa dos Santos (CEM/UFMG)
Sílvia Barata de Paula Pinto (CEM/UFMG)
Vânia Leite Costa (CEM/UFMG)
Zuleica Rocha (CEM/UFMG)

Normalização bibliográfica:
Júlio Pereira Primo (CEM/UFMG)
Marta Eloísa dos Santos (CEM/UFMG)

Iconografia:
Norma de Góis Monteiro

Organização de siglas e abreviaturas:
Júlio Pereira Primo (CEM/UFMG)
Juscelino Luís Ribeiro (GCP/Alemg)

Revisão de texto:
Júlio Maria Sabino (GTP/Alemg)
Maria do Carmo Duarte Quintão (GTP/Alemg)
Otacílio de Moura Braga (GTP/Alemg)

Datilografia e conferência:
José Maria Campos de Lima (CEM/UFMG)
Agnaldo Torres Lúcio (CEM/UFMG)
Mauro Munk (CEM/UFMG)
Rozzi Righi Viana (CEM/UFMG)
Cleide Coura Gazzinelli (GCP/Alemg)
Maria Beatriz Aguiar de Oliveira (GCP/Alemg)
Solange de Abreu Azevedo (GCP/Alemg)

Digitação e conferência:
Getúlio da Cruz Teixeira (GCP/Alemg)
Luís Otávio de Oliva Fonte Boa (GCP/Alemg)

Projeto Gráfico
Hexagon Design

Formatação e Arte Final
Antônio de Faria Júnior (GCS/Alemg)

Ficha catalográfica, folha de rosto e índice remissivo:
Eunice de Souza e Albuquerque (GDI/Alemg)
Mércia Maria Caldas Mendonça (GDI/Alemg)
Rinaldo de Moura Faria (GDI/Alemg)

Estagiários:
Alair José dos Santos (GCP/Alemg)
Corina Maria Rodrigues Moreira (GCP/Alemg)
Geraldo Ananias Reis (GCP/Alemg)
Magno Cirqueira Córdova (GCP/Alemg)
Mariana Géa Lima (GCP/Alemg)
Saint-Clair Marques da Silva (GCP/Alemg)
Sandro Eduardo Vieira Vargas (GCP/Alemg)

INTRODUÇÃO

1. ORIGEM E TRAJETÓRIA

Alguns esclarecimentos se fazem necessários para que o leitor possa melhor compreender a longa jornada percorrida por esta obra, dos primeiros esboços até o produto final.

Sua origem remonta a 1977, quando assumimos a direção do Centro de Estudos Mineiros - CEM -, órgão de extensão da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. A idéia, aos poucos amadurecida, nasceu da nossa experiência acadêmica, do nosso contato com a historiografia brasileira e, mais precisamente, de uma progressiva tomada de consciência das precariedades dessa historiografia, relativamente a alguns instrumentos - catálogos, índices de revistas e periódicos, repertórios, bibliografias gerais e especializadas, cronologias e efemérides, dicionários históricos e biobibliográficos, estatísticas históricas, etc. -, imprescindíveis ao trabalho cotidiano do historiador.

Num certo momento, tiveram influência decisiva em nossos planos o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - 1930/1983, que então se elaborava no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), e o estímulo de José Murilo de Carvalho, à época professor do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Assim, o que era cogitação tomou a forma de projeto de um dicionário biográfico, empenhado em restabelecer e lavrar o perfil das elites republicanas de Minas Gerais.

Em 1978, o CEM, por intermédio da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - Fundep -, firmava convênio com a Financiadora de Estudos e Projetos - Finep -, agência governamental de fomento que acabava de fixar, entre suas metas, o apoio à área de Ciências Sociais, até então ignorada pelos programas oficiais de desenvolvimento e de incentivo à pesquisa.

O levantamento dos dados e a redação dos verbetes estenderam-se de maio de 1978 a dezembro de 1982, com um hiato de seis meses (o segundo semestre de 1980), causado por dificuldades nas negociações para a renovação do convênio.

Em maio de 1983, o CEM entregou à Finep o relatório final, em que se relacionavam 1.582 personalidades biografadas.

O convênio celebrado entre o CEM, por via da Fundep, e a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - Alemg -, em novembro de 1983, estabeleceu as condições de publicação da obra. Todavia, os indispensáveis trabalhos de revisão metodológica, de atualização das informações e de editoração sistemática do material produzido tornaram inviável sua publicação no tempo aprazado.

Perempto o ajuste com a Alemg em novembro de 1984, os trabalhos prosseguiram, sem suporte financeiro, lastreados exclusivamente no entusiasmo e na boa-vontade dos pesquisadores do CEM e da Alemg.

Em maio de 1991, novo convênio foi pactuado entre o CEM, por meio da Fundep, e a Alemg, transformando-se esta, a partir de então, em co-editora do Dicionário.

Por força desse ajuste, a obra foi redimensionada. O universo inicial ampliou-se, novos nomes foram incluídos, e procedeu-se a um exaustivo trabalho de atualização e revisão. Na oportunidade, fixou-se também a data-limite para a inserção de nomes e a atualização dos verbetes: 7 de abril de 1991, centenário da instalação da primeira Constituinte mineira, evento de grande simbolismo na história republicana de Minas Gerais.

2. OBJETIVOS DO DICIONÁRIO

O Dicionário Biográfico de Minas Gerais - Período Republicano - 1889-1991 foi concebido como obra de referência, útil tanto por fornecer informações gerais quanto por subsidiar largamente a pesquisa histórica. De âmbito regional, reúne não só mineiros, mas também brasileiros oriundos de outros Estados e cujo palco de atuação pública tenha sido Minas Gerais, participantes das elites política, econômica e cultural do Estado, desde a implantação do regime republicano até o início da década de 1990.

Por si só, o levantamento sistemático dos integrantes dessas elites constituiria inestimável contribuição para o conhecimento da história mineira contemporânea, objeto de pesquisa só recentemente valorizado por número expressivo de historiadores e cientistas sociais. Além de identificar esses protagonistas da formação da Minas republicana - o que se buscou fazer do modo mais completo -, preocupamo-nos também em prover todas as informações que ensejem ao pesquisador elaborar um quadro de referências completo sobre cada biografado. O objetivo principal foi retratar, nas suas linhas mais destacadas, a vida de cada personagem e, desse modo, melhor reconstituir as circunstâncias de sua participação na elite. O verbete não se limitou, por isso, a recuperar a atuação pública de cada um: incluiu, também, referências à origem social do biografado e ao contexto histórico em que se destacou. Filiação, profissão do pai, local de nascimento e região de atuação pública preeminente, vida escolar, parentes na política - foram essas as principais categorias utilizadas para compor a caracterização desejada.

A estrutura que prevaleceu na composição dos verbetes justifica-se, de imediato, pelo âmbito regional do Dicionário. A referência à origem social e territorial do personagem, ao lado da descrição de sua vida pública, fornece os dados necessários à caracterização de padrões de carreira das elites política, econômica e cultural. Facilita, ademais, o estudo dos paradigmas de distribuição de poder e influência dentro de Minas Gerais, bem como a investigação dos laços familiares, econômicos e políticos que se estabelecem no interior das elites.

Por outra perspectiva, os dados reunidos propiciam a análise da qualidade do treinamento intelectual e profissional das elites mineiras, estimulando proveitosas comparações com grupos equivalentes de outros Estados da Federação. É inegável a importância desse tipo de estudo para a compreensão da evolução econômica e política de diferentes regiões, como evidenciou o primeiro trabalho sistemático de história comparativa brasileira, realizado pelos brasilianistas John D. Wirth (O fiel da balança: Minas Gerais na Federação brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1981), Joseph L. Love (A locomotiva: São Paulo na Federação brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1983) e Robert L. Levine (A velha usina: Pernambuco na Federação brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1980).

Desse modo, para favorecer estudos dessa natureza, buscou-se padronizar rigorosamente as biografias. Não obstante, em alguns casos, como os de líderes renomados em suas respectivas áreas de atuação, a trajetória pública dos personagens mereceu maior detalhamento.

Também a bibliografia específica mencionada em cada verbete foi organizada visando a remeter o pesquisador a fontes capazes de enriquecer suas informações sobre o biografado.

A utilidade do trabalho que ora entregamos ao público ressalta ainda mais por se tratar, no gênero, de obra pioneira em Minas Gerais. Raros livros de história mineira trabalham de forma sistemática com referências biográficas e, quando o fazem, costumam cobrir períodos históricos relativamente curtos. É o caso das biografias que se encontram na obra já clássica de Vítor Silveira, Minas Gerais em 1925. O que de mais moderno e inovador se fez nessa área tão essencial para o desenvolvimento historiográfico são os livros de Valdemar de Almeida Barbosa, Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais, e de Joaquim Ribeiro Costa, Toponímia de Minas Gerais. Esperamos que o Dicionário Biográfico de Minas Gerais - Período Republicano - 1889-1991 venha alinhar-se com esses e assinale um momento inaugural na historiografia mineira contemporânea.

Infelizmente, muitas biografias foram elaboradas sem que dispuséssemos de todas as informações básicas previstas no roteiro padrão. Nesses casos, os pesquisadores encontraram-se impossibilitados de obter os dados necessários, quer nos arquivos, bibliotecas e outros órgãos públicos e privados de Belo Horizonte, São Paulo, Brasília e do Rio de Janeiro, quer através de consultas a familiares ou a outras pessoas em posição de fornecer informações. Além da pesquisa em jornais, anais, arquivos e obras secundárias diversas, o Centro de Estudos Mineiros enviou correspondências às Prefeituras de todos os Municípios do Estado, a órgãos de classe, instituições governamentais, famílias, amigos e colegas dos biografados, num esforço sistemático de preencher ao menos o roteiro padrão de biografia para todos os nomes selecionados. Consultas telefônicas e entrevistas foram amplamente utilizadas. Aos biografados mais recentes, solicitou-se, freqüentemente, o curriculum vitae. Em número significativo de casos, esse esforço deu bons resultados. É nosso dever, contudo, registrar as exceções.

Observe-se, entretanto, que a maioria das biografias correspondeu às exigências do roteiro padrão, tendo atendido, assim, aos objetivos informativos e acadêmicos que orientaram a feitura do Dicionário.

3. ESTRUTURA DO DICIONÁRIO

3.1. Abrangência

A obra abrange, como se vê logo no título, o período republicano, cuja importância histórica é desnecessário ressaltar.

A seleção das personalidades biografadas obedeceu aos critérios descritos a seguir.

1) Integram a elite política os cidadãos que ocuparam, na vida pública, pelo

menos um destes cargos: Presidente ou Vice-Presidente da República; Chefe da Casa Civil ou do Gabinete Civil da Presidência da República; Ministro de Estado; Procurador-Geral da República; membro do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados; Ministro do Supremo Tribunal Federal; oficial do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica que tenha atingido o generalato ou o almirantado na ativa; Presidente ou Vice-Presidente do Estado (cargo equivalente ao de Governador ou Vice-Governador durante a Primeira República); Governador ou Vice-Governador do Estado; Procurador-Geral do Estado; Secretário de Estado; Prefeito da Capital; Procurador-Geral de Justiça do Estado; Desembargador; Chefe de Polícia (cargo equivalente ao de Secretário de Segurança na Primeira República); Comandante da Polícia Militar; Diretor da Imprensa Oficial; membro da Assembléia Estadual ou do Senado Mineiro (órgão legislativo estadual durante a Primeira República).

O critério formal que presidiu à definição da elite política foi, portanto, o da efetiva ocupação de cargos do primeiro escalão no Executivo e no Judiciário ou de cadeiras no Legislativo (estadual ou federal). No âmbito municipal, optamos por incluir apenas os Prefeitos da Capital, dada a relevância da região e, conseqüentemente, do cargo na dinâmica política estadual.

A inclusão dos militares explica-se, só em parte, pelo fato de o Dicionário ter sido concebido sob a vigência da chamada Revolução de 31 de Março. Em verdade, aquele movimento simultaneamente reafirma e integra algo que o ultrapassa no tempo, uma tradição secular da política brasileira: a participação militar em todos os setores da vida nacional. Nada mais natural, portanto, que arrolar, entre os membros da nossa elite política, os oficiais superiores mineiros das três armas.

Observe-se, por fim, que só foram biografados os cidadãos que ocuparam os cargos acima mencionados por período superior a seis meses.

2) Integram a elite econômica cidadãos que ocuparam a presidência de uma destas instituições: Associação Comercial de Minas, Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais, Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG -, Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais S.A. e Banco Mineiro da Produção (os dois últimos, incorporados, deram origem ao Banco do Estado de Minas Gerais S.A.). Os mineiros que ocuparam a Presidência do Banco do Brasil e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - foram também incluídos nesta classificação.

3) Na definição da elite cultural encontramos o maior número de problemas, devido ao expressivo elenco de mineiros renomados na área educacional, nas letras e artes em geral.

Aqui, ao lado dos critérios formais, teríamos que manejar variáveis mais ou menos subjetivas, como o prestígio e o reconhecimento, em nível nacional, alcançados por determinado autor.

Pelo critério formal, foram incluídos os Reitores da Universidade Federal de Minas Gerais, os Diretores do Arquivo Público Mineiro, os membros da Academia Mineira de Letras e os mineiros pertencentes à Academia Brasileira de Letras.

Pensou-se também, a princípio, na inclusão dos Bispos e Arcebispos que ocuparam dioceses mineiras, dada a importância que o ensino religioso e a liderança da Igreja Católica sempre tiveram na formação das elites políticas e intelectuais de Minas Gerais. Todavia, o fato de a maioria desses prelados ser de origem estrangeira, associado à dificuldade de se obterem, nas dioceses, informações adequadas ao roteiro padrão adotado para o Dicionário, levou-nos a preterir esse segmento da elite cultural.

3.2. A composição do verbete biográfico

Como já se observou anteriormente, a orientação metodológica adotada implicou a padronização das biografias, de modo a se facilitarem futuros estudos comparativos, não apenas de segmentos da própria elite mineira, como também desta com grupos equivalentes de outros Estados da Federação. Todos os verbetes, mesmo os redigidos por colaboradores que não integravam a equipe permanente do Dicionário, foram posteriormente revistos, para se ajustarem ao modelo básico de composição biográfica.

A coordenação do projeto não ignora que, à força de aplicar-se regularmente esse critério, algo se perdeu da riqueza narrativa, e muitas biografias parecerão ao leitor "descarnadas" em excesso, carentes de um detalhamento mais rico da trajetória do biografado.

Os poucos verbetes que receberam tratamento mais extenso referem-se a membros das elites econômicas, culturais e políticas com atuação pública mais longa e mais marcante em posições de liderança e prestígio reconhecido.

A ficha biográfica que orientou a coleta de dados e a redação de cada verbete contém os seguinte itens:

- nome completo e nome pelo qual o biografado é conhecido;
- local e data do nascimento;
- nome e profissão do pai;
- nome da mãe;
- nome da esposa (incluindo número de casamentos);
- parentes na política ou em outra atividade de relevância pública (incluindo-se parentes da esposa);
- escolaridade: 1) curso secundário: nome e local do estabelecimento de ensino, data da formatura; 2) curso superior: nome e local do estabelecimento de ensino, data da formatura;
- profissões (ocupações principais e locais de seu exercício);
- filiação partidária (partidos a que pertenceu ou pertence);
- carreira política municipal;
- carreira política estadual;
- carreira política federal;
- obras publicadas;
- realizações no campo da atividade principal;
- participação em eventos públicos significativos;
- condecorações e premiações significativas.

A maioria das biografias provê essas informações, procurando, como já foi registrado, destacar os aspectos mais relevantes da atuação pública dos membros das elites mineiras e, ao mesmo tempo, fornecer subsídios para estudos sócio-políticos das mais diversas naturezas.

Para padronizar a grafia dos nomes e sobrenomes dos biografados e das referências bibliográficas, adotamos as Instruções para a Organização do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, aprovadas pela Academia Brasileira de Letras em 29 de janeiro de 1942 e referendadas pela Lei nº 5.765, de 12 de dezembro de 1971.

De acordo com elas, os nomes próprios personativos, locativos ou de outra natureza, sendo portugueses ou aportuguesados, estão sujeitos às mesmas regras estabelecidas para os nomes comuns. Daí resultou também, na grafia dos nomes próprios constantes do Dicionário, a supressão do k, do w , do y e das consoantes dobradas (exceto ss e rr), bem como a substituição do z por s entre vogais. É o caso, por exemplo, dos nomes Sylo e Walter, grafados Silo e Válter, e dos sobrenomes Valladares, Rezende e Souza, grafados Valadares, Resende e Sousa. Apenas os nomes e sobrenomes estrangeiros foram mantidos com a grafia original, como se deu, por exemplo, com os sobrenomes Lafayette, Marçolla, Haas e Wigg.

Também a ortografia utilizada nas fontes é a reformada. Por isso, nunca grafamos Minas Geraes, ainda que esta seja a forma como o Estado é freqüentemente mencionado em documentos antigos.

Comendas, condecorações, medalhas e prêmios só foram mencionados quando representavam reconhecimento profissional, cultural ou político de valor excepcional na carreira do biografado.

3.3. Fontes de informação

A lista dos membros das elites política, econômica e cultural foi elaborada a partir de informações provenientes de fontes e órgãos diversos, tendo sido gradualmente conferida e completada à medida que os pesquisadores ampliavam o escopo da sua pesquisa.

Para compor a lista dos biografados e, em seguida, obter informações sobre eles, consultamos as seguintes fontes e instituições:

- Academia Brasileira de Letras: lista dos acadêmicos (data de posse);

- Academia Mineira de Letras: lista dos acadêmicos; arquivo (dados biográficos); biblioteca (obras dos biografados); efemérides da Academia Mineira;

- Procuradoria-Geral do Estado de Minas Gerais: lista dos titulares do cargo no período republicano (Advogado-Geral do Estado e Procurador-Geral do Estado);

- Anais da Assembléia Legislativa (obra incompleta) - Arquivo Público Mineiro, jornal Minas Gerais (Diário do Legislativo);

- Anais da Câmara dos Deputados - períodos: 1889 a 1928 e 1933 a 1980 - Arquivo Público Mineiro; Biblioteca do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados; Câmara dos Deputados (Brasília): lista dos Presidentes da Câmara dos Deputados no período republicano;

- Anais do Senado Mineiro e do Senado Federal - período: 1889 a 1930. Arquivo Público Mineiro (República Velha - 1889 a 1930): lista dos Senadores Federais do Estado de Minas Gerais no período de 1891 a 1978 (pesquisa realizada pelo Prof. Hélio Gravatá); Senado Federal: lista dos Senadores Federais enviada pela Secretaria do Senado Federal; lista dos Senadores do período republicano, pesquisada no Arquivo Histórico do Senado Federal (dados biográficos);

- Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - Sala das Comissões: levantamento das comissões parlamentares - período: 1947 a 1980; arquivo: ficha biográfica;

- Associação Comercial de Minas: lista dos Presidentes e respectivos mandatos;

- Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG (obras);

- Biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG (obras);

- Biblioteca Nacional - Rio de Janeiro;

- Biblioteca Pública do Estado de Minas Gerais (Mineiriana);

- Biblioteca da Universidade Católica de Minas Gerais (obras e jornais);

- Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais - arquivo da Seção de Ensino (dados biográficos) - biblioteca - obras;

- Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - arquivo (dados biográficos);

- Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais: lista dos Presidentes e respectivos mandatos;

- Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais: lista dos Presidentes e respectivos mandatos;

- Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais: lista dos Presidentes e respectivos mandatos;

- Fundação da Universidade de Brasília - Centro de Processamento de Dados - David Fleischer: lista dos Secretários de Estado, Chefes de Polícia, Diretores da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais e Prefeitos de Belo Horizonte no período de 1892 a 1977;

- Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais: lista dos Diretores e dados biográficos;

- Ministério da Aeronáutica: lista dos Brigadeiros mineiros e respectivos dados biográficos;

- Ministério da Agricultura: lista dos Ministros mineiros no período republicano;

- Ministério do Exército: lista dos Generais mineiros, Ministros da Guerra e do Exército e respectivos dados biográficos;

- Ministério da Educação e Cultura: lista dos Ministros mineiros no período republicano; histórico da criação do Ministério;

- Ministério da Justiça: lista dos Ministros da Justiça - 1822 a 1974 - Ministério da Justiça: Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1974;

- Ministério da Marinha: lista dos Almirantes e Ministros mineiros no período republicano e respectivos dados biográficos;

- Ministério das Minas e Energia: lista dos Ministros mineiros no período republicano; histórico da criação do Ministério;

- Ministério das Relações Exteriores: lista dos Ministros mineiros no período republicano;

- Polícia Militar de Minas Gerais: lista dos Comandantes da Polícia Militar e almanaques;

- Prefeitura de Belo Horizonte: lista dos Prefeitos - documentos cedidos pelo Arquivo Público Mineiro, pesquisa realizada pelo professor Hélio Gravatá;

- Presidência do Banco do Brasil: lista dos Presidentes enviada pelo Banco do Brasil S.A. - Direção-Geral - Ref.: Desed/Rehn - 78. Brasília, DF, 8 jun. 1978;

- Presidência do BDMG: lista dos Presidentes enviada pelo Banco;

- Presidência do BNDES: lista dos Presidentes enviada pelo Banco;

- Presidência da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais: lista dos Presidentes da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais - Presidência - CE/072/78. Belo Horizonte, 13 jun. 1978;

- Presidência do Banco de Crédito Real de Minas Gerais - lista dos Presidentes enviada pelo Banco de Crédito Real de Minas Gerais; levantamento histórico realizado por José Tostes Alvarenga Filho, publicado na Revista nº 6 do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora;

- Presidência do Banco do Estado de Minas Gerais S.A.: lista e dados biográficos dos Presidentes enviada pelo Banco do Estado de Minas Gerais S.A. - Presidência - Belo Horizonte, 22 fev. 1978 - Presi - 036/78;

- Presidência da República - Serviço de Documentação - Gabinete Civil: levantamento dos Governos da República Federativa do Brasil e respectiva formação ministerial. Brasília, 19 out. 1978;

- Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais: lista dos Procuradores-Gerais fornecida pela Procuradoria-Geral de Justiça do Estado;

- Secretaria de Estado da Agricultura - Gabinete do Secretário: lista dos Secretários no período republicano;

- Secretaria de Estado do Interior e Justiça: lista dos Secretários do Interior, dos Secretários de Segurança Pública e Chefes de Polícia do Estado de Minas Gerais enviada pela Assessoria de Planejamento e Coordenação;

- Secretaria de Estado da Educação: lista dos Secretários de Educação no período republicano;

- Secretaria de Estado da Saúde - Gabinete do Secretário: lista dos Secretários de Saúde do período republicano;

- Secretaria de Estado da Segurança Pública: lista dos Chefes de Polícia, dos Comandantes-Gerais da Força Pública e dos Secretários de Segurança do Estado de Minas Gerais;

- Supremo Tribunal Federal - Gabinete do Presidente, Brasília: lista de Ministros - ficha funcional;

- Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - Coordenador da Escola Judicial do TJMG: Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza (Relação dos Desembargadores - 1900-1910) - Fonte: livros nºs 1 e 2 de juramento dos Srs. Desembargadores (períodos de 3/2/1874 a 5/10/1910 e de 6/10/1910 a 26/7/1930); lista dos Presidentes do TJMG de 1931 a 1990;

- Tribunal Regional Eleitoral - Serviço de Controle do Eleitorado e Expediente - arquivo (dados biográficos);

- Prefeituras dos Municípios mineiros - informantes.

O trabalho de coleta de dados desenvolveu-se por meio de consulta sistemática a fontes primárias e secundárias. Entre as primeiras, ressaltam os necrológios publicados em jornais e os anais da Assembléia Estadual, da Câmara Federal e dos Senados Estadual e Federal. Foram também importantes os arquivos das Faculdades de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade de São Paulo, de órgãos públicos, como o Tribunal Regional do Trabalho e a Procuradoria-Geral do Estado, e de instituições privadas, como a Associação Comercial de Minas e a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais.

Entre as fontes secundárias, foram de grande utilidade as memórias, autobiografias, biografias e edições comemorativas. No final de cada verbete, encontra-se a bibliografia específica utilizada em sua composição.

Para complementar esses instrumentos de pesquisa, fizeram-se contatos telefônicos e entrevistas com pessoas em condições de fornecer informações não encontradas nas fontes institucionais acima referidas. Sempre que necessário, ouviram-se os descendentes dos biografados.

No trabalho de coleta de dados, as dificuldades maiores localizaram-se no período da Primeira República, particularmente no que se refere às elites econômicas e culturais. É de registrar, no entanto, que o acesso às informações não melhora significativamente à medida que se avança para os anos mais recentes, o que nos faz crer que muito está por ser feito até que se possa falar numa autêntica política de preservação da memória mineira. Nesse particular, o Dicionário Biográfico de Minas Gerais - Período Republicano - 1889-1991 pode reivindicar para si o título de obra pioneira, a ser periodicamente atualizada e ampliada como inestimável repositório de informações para historiadores, instituições públicas e privadas, bem como para toda e qualquer pessoa interessada nas coisas de Minas Gerais.

3.4. Ilustrações

A fotografia é considerada, na atualidade, fonte histórica das mais significativas, pois, além de seu intrínseco valor informativo, constitui relevante testemunho de época. Está longe, por isso, de desempenhar, na obra histórica, um papel acessório. Apesar da função ilustrativa que lhe é geralmente atribuída, ela vem sendo investida, cada vez mais, do status de documento. Segundo Ana Maria de Lima Brandão, técnica em documentação audiovisual do Arquivo Nacional, "a imagem permite observar a expressão dos retratados, sua disposição, os trajes e os cenários que compõem uma visão da 'realidade' de um acontecimento que, de outro modo, seria muito difícil, senão impossível, recuperar".

A iconografia do Dicionário foi concebida dentro desses princípios e procurou, no possível, servir à ilustração dos principais verbetes.

Dificuldades na recuperação do documento visual nos arquivos fotográficos impediram que utilizássemos ilustrações na proporção desejada. Por razões de ordem técnica, tornou-se inviável, também, a identificação cronológica de todas as fotos.

Metodologicamente, cada imagem é acompanhada, abaixo, de uma legenda. Os créditos são registrados verticalmente, à esquerda da foto, e registram o nome da instituição ou arquivo que forneceu a ilustração.

4. CONCLUSÃO

Pela descrição do trabalho realizado, vê-se que o Dicionário foi concebido como obra de referência, tanto para informação geral como para pesquisa. Suas características e dificuldades de realização foram destacadas com o objetivo de estimular sugestões, críticas e colaboração para uma próxima edição atualizada e ampliada.

O modelo de dicionário biográfico por que optamos tem grande utilidade para estudos na área das ciências sociais, como já se procurou mostrar. Pode até servir de modelo para a produção de obras equivalentes em outros Estados da Federação, o que permitiria a formação de um acervo insubstituível de dados para análises comparativas e para um melhor conhecimento da história do Brasil republicano.

Muitas das limitações que decerto serão encontradas no Dicionário devem-se ao longo tempo de sua confecção, que tornou impossível a continuidade das equipes de pesquisadores e técnicos de redação/editoração.

O Dicionário Biográfico de Minas Gerais - Período Republicano - 1889-1991, na forma como neste momento é oferecido ao público, foi o melhor que pôde fazer uma pequena equipe de pesquisadores, trabalhando com dedicação e imbuída da vontade de contribuir para multiplicar e aprimorar os meios de acesso do pesquisador, do leitor interessado ou mesmo do cidadão comum à realidade econômica, social e política de Minas Gerais.

5. AGRADECIMENTOS

Uma obra das dimensões do Dicionário Biográfico de Minas Gerais - Período Republicano - 1889-1991 não poderia ter sido realizada sem a colaboração de

inúmeras instituições e pessoas, às quais tornamos públicos, neste momento, nossa gratidão e nosso reconhecimento:

- o Centro de Estudos Mineiros, sob cuja responsabilidade esteve a maior parte do trabalho de pesquisa e redação das biografias. Seus pesquisadores, redatores e funcionários, embora nem sempre remunerados à altura dos seus merecimentos, entregaram-se ao trabalho com o máximo de desprendimento e dedicação; não fora por esse grupo de pessoas, animadas pelo ideal de criar algo de efetiva utilidade pública, o Dicionário não existiria;

- a Financiadora de Estudos e Projetos - Finep -, da então Secretaria de Planejamento da Presidência da República, que assegurou ao Centro de Estudos Mineiros os recursos para a realização da obra durante um período de quatro anos (maio de 1978 a dezembro de 1982);

- a Fundação para o Desenvolvimento da Pesquisa - Fundep -, por intermédio de seus ex-Secretários Executivos Gilca Alves, Otávio Elísio Alves de Brito e Marcelo de Vasconcelos Coelho e Odete Vieira Gonçalves de Souza, e de seu atual Diretor Executivo, Professor Tarcísio de Campos Ribeiro, bem como de seu corpo de funcionários e de técnicos, cujo apoio foi inestimável para a boa administração dos convênios firmados entre o Centro de Estudos Mineiros, a Finep e a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais;

- a Universidade Federal de Minas Gerais, nas pessoas de seus ex-Reitores Profs. Eduardo Osório Cisalpino, Celso de Vasconcelos Pinheiro e José Henrique Santos, bem como dos ex-Diretores da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Profs. José Ernesto Ballstaedt, Délcio Vieira Salomon e Celson José da Silva. Nenhum deles, na medida da limitação de recursos com que sempre se debateram, jamais negou apoio e confiança ao Centro de Estudos Mineiros e a seu programa de pesquisa;

- a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, cuja participação tornou possível pôr esta obra ao alcance do público; os Deputados Genésio Bernardino de Sousa e Manoel Conegundes da Silva, Presidentes, respectivamente, da Assembléia Legislativa de Minas Gerais e do extinto Conselho de Informação e Pesquisa, por ocasião da assinatura do primeiro convênio, e o Deputado Romeu Queiroz, que estava na Presidência da Assembléia Legislativa por ocasião da assinatura do segundo convênio, bem como o atual Presidente, Deputado José Ferraz; os Srs. Dalmir de Jesus e Paulo Vieira Navarro, Diretor-Geral e Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Legislativa, respectivamente, que não hesitaram em acolher e colaborar com o Centro de Estudos Mineiros, na conclusão do Dicionário, agilizando e assumindo sua publicação. Sua decisão de colocar à disposição uma equipe de pesquisadores, estagiários, redatores e editores, entusiasmados e dedicados, para a finalização do Dicionário constitui evidência do alto descortino que orienta os legisladores mineiros, conscientes da necessidade de participação do poder público no resgate e na preservação da memória de Minas Gerais;

- a colega Profª Vera Alice Cardoso Silva, companheira de jornada, que, até desligar-se da obra, em 23 de março de 1990, a ela dedicou toda sua competência e seriedade;

- Francisco de Assis Barbosa, de pranteada memória, o qual, enquanto esteve conosco, estimulou a todos com palavras de carinho e encorajamento, ao mesmo tempo que assessorava os trabalhos de pesquisa e de redação com a eficiência e a fineza intelectual que foram a marca da sua vida acadêmica;

- Júlio Primo, colega que partiu antes que atingíssemos a meta de chegada;

- o ex-Diretor do Arquivo Público Mineiro Prof. Francisco de Assis Andrade, que nos dispensou generosa acolhida durante todo o trabalho de investigação;

- o Dr. Achiles Mauro Mitraud de Castro Leite, atual Diretor do Arquivo Público Mineiro, que nos franqueou livremente seu acervo fotográfico, indispensável à iconografia da obra;

- a direção do jornal Estado de Minas, na pessoa de seus funcionários Teódolo Amauri da Mota e Maria Helena Andrade Linhares, editor e subeditor de pesquisa, respectivamente, que aceitou abrir à nossa pesquisa seu acervo fotográfico, do qual adquirimos grande número de fotos;

- o ex-Diretor do Centro de Estudos Mineiros Prof. Carlos Eduardo Baesse, que colaborou na renovação do convênio;

- a Gerência-Geral de Consultoria e Pesquisa da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nas pessoas da Drª Eliana de Barros Ribeiro de Oliveira, ex-Gerente-Geral, e Élcio Costa Moreira, atual Gerente Geral, e de Miriam Costa de Oliveira, Gerente de Pesquisa;

- todas as instituições públicas e privadas já mencionadas, sem as quais esta iniciativa não teria chegado a bom termo; todos os chefes e funcionários que tão solicitamente responderam às consultas que lhes dirigimos; enfim, todos os que, de um modo ou de outro, contribuíram para que este trabalho pudesse chegar, hoje, às mãos do leitor.

Belo Horizonte, outubro de 1994

Norma de Góes Monteiro

Como Utilizar o Dicionário

A entrada dos nomes segue a ordem alfabética, pelo sobrenome do biografado. No caso de sobrenome composto, foi considerado o último sobrenome. Por exemplo, a biografia de Edgar de Godói da Mata Machado acha-se na seguinte entrada: MACHADO, Edgar de Godói da Mata.

Nas situações em que o biografado é conhecido por abreviações ou rearranjos de seu nome completo, como ocorre, por exemplo, com os nomes parlamentares, estas designações constam na obra em caráter remissivo, isto é, constituem referências que remetem o consulente à entrada que fornece o nome completo do biografado. Exemplo:

BENEDITO VALADARES
ver RIBEIRO, Benedito Valadares

Há casos em que se registra mais de uma remissiva para um só biografado. Essas situações se reportam às pessoas conhecidas por mais de uma forma, nenhuma delas correspondente à entrada do dicionário. Nestes casos, optou-se por fazer tantas remissivas quantas fossem necessárias. Exemplo:

AFONSO ARINOS
ver FRANCO, Afonso Arinos de Melo
MELO FRANCO
ver FRANCO, Afonso Arino de Melo
BARÃO DE SANTA HELENA
ver SILVA, José Joaquim Monteiro de, Barão de Santa Helena

Os nomes dos biografados estão sinalizados com asteriscos (*) todas as vezes que são citados noutras biografias.

A bibliografia geral, ou seja, o conjunto das fontes primárias e secundárias que forneceram subsídios comuns para a elaboração das biografias, acha-se compilada no final da obra. As fontes consultadas especificamente para cada biografia estão listadas na bibliografia que acompanha cada verbete.

Abreviações e Siglas Utilizadas

Sigla	Significado
AABB	Associação Atlética Banco do Brasil
ABCZ	Associação Brasileira de Criadores de Zebu;
ABDE	Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento
ABECIP	Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança
ABENE	Associação Brasileira de Empresas do Nordeste
ABESC	Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas
ABEVAL	Administradora de Negócios em Geral Ltda
ABINEE	Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica
ABL	Academia Brasileira de Letras
ABRASCA	Associação Brasileira das Sociedades de Capital Aberto
AC	Acre
ACADEPOL	Academia de Polícia Civil
ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
ACESITA	Companhia de Aços Especiais Itabira
ACM	Associação Comercial de Minas
AÇOMINAS	Aços Minas Gerais S.A.
ADEMG	Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais
ADEPOLC	Associação dos Delegados de Polícia de Carreira
ADESG	Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
AI	Ato Institucional
AID	Agência Internacional de Desenvolvimento
AL	Alagoas
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALEMG	Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais
AM	Amazonas
AMDIVAL	Associação Mineira das Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários
AMECIF	Associação Mineira das Entidades de Crédito, Financiamento e Investimento
AML	Academia Mineira de Letras
AMUC	Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Mucuri
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APCA	Associação Paulista de Críticos de Arte
APM	Arquivo Público Mineiro
ARBED	Aciéries Reunieres de Burbach Dudelange
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASBIA	Associação Brasileira de Inseminação Artificial
BA	Bahia
BANERJ	Banco do Estado do Rio de Janeiro
BB	Banco do Brasil S.A.
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BEG	Banco do Estado da Guanabara S.A.
BEMGE	Banco do Estado de Minas Gerais
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BMG	Banco de Minas Gerais

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRADESCO - Banco Brasileiro de Descontos S.A.
BRASAGRO - Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial
CACO - Centro Acadêmico Cândido de Oliveira
CADES - Companhia de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário
CAMIG - Companhia Agrícola de Minas Gerais S.A.
CAPES - Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior
CAPFESP - Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Funcionários das Empresas do Serviço Público
CARPE - Comissão de Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Escolares
CASEMG - Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais
CATEC - Comissão Coordenadora de Ajuda aos Municípios
CBD - Confederação Brasileira de Desportos
CCF - Corporação de Crédito e Financiamento
CDI - Companhia de Distritos Industriais
CEAB - Centro de Estudos Afro-Brasileiros
CEAG - Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa
CEAL - Conselho Estadual do Álcool
CEASA - Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A.
CEBRATEX - Cia. Central Brasileira de Acabamentos Têxteis
CEDEPLAR - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
CEDUR - Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano
CEEIBH - Comitê Estadual de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas
CEGEM - Conselho Estadual de Geologia e Mineração
CEICO - Comissão Estadual da Indústria da Construção
CEM - Centro de Estudos Mineiros da UFMG
CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais S.A.
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina
CEPO - Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares de Minas Gerais
CETEC - Fundação Centro Tecnológico do Estado de Minas Gerais
CEUB - Centro Universitário de Brasília
CEUT - Centro União e Técnica
CFE - Conselho Federal de Educação
CFP - Companhia de Financiamento da Produção
CGC - Companhia Geral de Crédito, Financiamento e Investimento
CIBRAZEM - Companhia Brasileira de Armazenamento
CICI - Centro das Indústrias das Cidades Industriais de Minas Gerais
CICOBE - Companhia Imobiliária e Construtora de Belo Horizonte
CIEMG - Centro das Indústrias do Estado de Minas Gerais
CIMETAL - Comércio e Indústria de Metais Ltda
CIURBE - Companhia Urbanizadora Serra do Curral
CMBH - Colégio Militar de Belo Horizonte
CNA - Companhia Nacional de Abastecimento
CNA - Confederação Nacional da Agricultura
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNC - Confederação Nacional do Comércio
CNEC - Companhia Nacional de Educandários da Comunidade
CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNI - Confederação Nacional da Indústria
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNTI - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria
COAP - Comissão de Abastecimento e Preços
COBAL - Companhia Brasileira de Alimentos
COBAN - Comissão Consultiva Bancária
CODAU - Companhia de Águas de Uberaba
CODEMG - Coordenação Geral dos Assuntos de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais
CODEMIG - Conselho de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais
CODIUB - Companhia de Desenvolvimento Integrado de Uberaba
COFIMIG - Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento de Minas Gerais
COHAB - Companhia de Habitação de Minas Gerais
COIND - Conselho de Industrialização de Minas Gerais
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
COMINCI - Companhia Mineira de Cimento Portland S.A.
COMIND - Banco do Comércio e Indústria de São Paulo S.A.
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONDEP - Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária
CONECIT - Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia
CONFEA - Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura
CONFEN - Conselho Federal de Entorpecentes
CONVAP - Construtora Alcindo Vieira S.A.
COPAM - Conselho de Política Ambiental
COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais
COSEMIG - Companhia de Seguros do Estado de Minas Gerais
COSIPA - Companhia Siderúrgica Paulista
COTED - Conselho Técnico de Desenvolvimento
COTEMINAS - Companhia de Tecidos Norte de Minas
COTENE - Coteminas do Nordeste S.A.
CPA - Conselho de Política Aduaneira
CPF - Conselho de Política Financeira
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
CREDIREAL - Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A.
CREVAC - Companhia Regional de Veículos e Acessórios
CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CUT - Central Única dos Trabalhadores
CVRD - Companhia Vale do Rio Doce
DA - Diretório Acadêmico
DASP - Departamento de Administração do Serviço Público
DCE - Diretório Central dos Estudantes
DCP - Departamento de Consultoria e Pesquisa da Alemg
DCT - Departamento dos Correios e Telégrafos
DDI - Departamento de Documentação e Informação da Alemg
DEMISA - Deutz Minas, Fábrica de Tratores
DER - Departamento de Estradas de Rodagem
DETEL - Departamento Estadual de Telecomunicações
DETRAN - Departamento de Trânsito
DF - Distrito Federal
DI - Divisão de Infantaria
DIMINAS - Distribuidora de Títulos e Valores de Minas Gerais
DINAUTO - Distribuidora de Máquinas e Automóveis
DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DTP - Departamento de Taquigrafia e Publicação da Alemg
EBTU - Empresa Brasileira de Transportes Urbanos
ECONOMISA - Economia Crédito Imobiliário S.A.
ECONORTE - Empresa Construtora Norte de Minas Ltda
ECOPAR - Empresa de Comércio e Participações Ltda
EEUMG - Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais
EFCB - Estrada de Ferro Central do Brasil
EFOP - Escola de Farmácia de Ouro Preto
ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMOP - Escola de Minas de Ouro Preto
EPAMIG - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
EPGE - Escola de Pós-Gradução em Economia
ERMIG - Eletrificação Rural do Estado de Minas Gerais
ES - Espírito Santo
ESG - Escola Superior de Guerra
ESGA - Escola Superior de Guerra da Aeronáutica
ETRA - Escritório Técnico de Racionalização Administrativa
EUA - Estados Unidos da América
FAB - Força Aérea Brasileira
FAE - Fundo de Financiamento para Águas e Esgotos
FAEMG - Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais
FAFICH - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
FALE-UFMG - Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais
FAO - Food and Agricultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação)
FDBA - Faculdade de Direito da Bahia
FDR - Faculdade de Direito de Recife
FDRJ - Faculdade de Direito do Rio de Janeiro
FDSP - Faculdade de Direito de São Paulo
FDUMG - Faculdade Direito da Universidade de Minas Gerais
FDURJ - Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro
FEB - Força Expedicionária Brasileira
FEBEM - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FEBRABAN - Federação Brasileira das Associações de Bancos
FELP - Fundação Educacional Luís de Paula
FEMAM - Federação Mineira das Associações Microrregionais de Municípios
FERROBEL - Ferro Belo Horizonte S.A.
FERTISA - Fertilizantes Minas Gerais S.A.
FFMG - Faculdade de Filosofia de Minas Gerais
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FIEMG - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FJP - Fundação João Pinheiro

FLDMG - Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais
FLDRJ - Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro
FMBA - Faculdade de Medicina da Bahia
FMI - Fundo Monetário Internacional
FMRJ - Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro
FNDUB - Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil
FNMUB - Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil
FMUMG - Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais
FRIGONORTE -Frigoríficos Norte de Minas
FRIMISA - Frigoríficos Minas Gerais S.A.
FRIMUSA - Frigoríficos Mucuri S.A.
FULIBAN - Fundação Libanesa de Minas Gerais
FUMA - Fundação Mineira de Arte Aleijadinho
FUMARC - Fundação Mariana Resende Costa
FUMEC - Fundação Mineira de Educação e Cultura
FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
FUNAÇO - Fundação de Desenvolvimento do Uso do Aço
FUNDEC - Fundação de Desenvolvimento Cooperativista
FUNDENOR - Fundação de Desenvolvimento do Nordeste
FUNM - Fundação Norte Mineira de Ensino Superior
FUNRURAL - Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
GASMIG - Companhia de Gás de Minas Gerais
GATT - Acordo Geral de Tarifas e Comércio
GB - Guanabara
GCP - Gerência de Consultoria e Pesquisa
GEIA - Grupo Executivo da Indústria Automobilística
GEICON - Grupo Executivo da Indústria de Construção Naval
GEIMAPE - Grupo Executivo da Indústria de Maquinaria Pesada
GN - Guarda Nacional
GO - Goiás
HELIBRÁS - Helicópteros do Brasil S.A.
IAA - Instituto do Açúcar e do Álcool
IAPC - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários
IAPEFESP - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados no Serviço Público
IAPETEC - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes de Cargas
IAPI - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBEQ - Instituto Bíblico do Evangelho Quadrangular
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICOM - Conselho Internacional de Museus
ICOMI - Indústria e Comércio de Minérios S.A.
IEP - Instituto de Estudos Parlamentares
IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGJF - Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora
IHGMG - Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais
IHOP - Instituto Histórico de Ouro Preto
IMACO - Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis
IME - Instituto Militar de Engenharia
INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INCASA - Indústria e Comércio de Águas S.A.
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (hoje Incra)
INDI - Instituto de Desenvolvimento Industrial
INDUMEL - Indústria do Melaço S.A.
INEP - Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas
INL - Instituto Nacional do Livro
INPS - Instituto Nacional de Previdência Social
IPASE - Instituto de Pensões e Aposentadoria dos Servidores do Estado
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPSEMG - Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais
JCJ - Junta de Conciliação e Julgamento
JOC - Juventude Operária Católica
LT - Liga Trabalhista
MA - Maranhão
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MEC - Ministério da Educação e Cultura
METAMIG - Metais Minas Gerais S.A.
METROBEL - Companhia Metropolitana de Transportes Urbanos
MG - Minas Gerais
MGI - Minas Gerais Participações S.A.
MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização
MS - Mato Grosso do Sul
MT - Mato Grosso
MTR - Movimento Trabalhista Renovador
NOVACAP - Companhia Urbanizadora da Nova Capital
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
OCEMG - Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais
OEA - Organização dos Estados Americanos
OLADE - Organização Latino-Americana de Energia
OMEP - Organização Mundial de Educação Primária
OMT - Organização Mundial de Turismo
OMTA - Organização Mineira de Táxi Aéreo
ONU - Organização das Nações Unidas
OPA - Operação Pan-Americana
ORIT - Organização Regional Internacional de Trabalhadores
PA - Pará
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PC do B - Partido Comunista do Brasil
PCM - Partido Constitucionalista Mineiro
PDC - Partido Democrata Cristão
PDS - Partido Democrático Social
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PE - Pernambuco
PFL - Partido da Frente Liberal
PI - Piauí
PL - Partido Liberal
PL - Partido Libertador
PLAMBEL - Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte
PLANOROESTE - Plano de Desenvolvimento do Noroeste
PM - Polícia Militar
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMMG - Polícia Militar de Minas Gerais
PP - Partido Popular
PP - Partido Progressista
PR - Paraná
PRC - Partido Republicano Constitucional
PRF - Partido Republicano Federal
PRM - Partido Republicano Mineiro
PRN - Partido da Reconstrução Nacional
PROCON - Programa Estadual de Proteção ao Consumidor
PRODEMGE - Companhia de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais
PROMINAS - Companhia Mineira de Promoções
PRP - Partido de Representação Popular
PRS - Partido da Renovação Social
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSD - Partido Social Democrático
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PSN - Partido Social Nacionalista
PSP - Partido Social Progressista
PST - Partido Social Trabalhista
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PTN - Partido Trabalhista Nacional
PTR - Partido Trabalhista Renovador
PUC - Pontifícia Universidade Católica
PUCRJ - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RFA - República Federal da Alemanha
RJ - Rio de Janeiro
RM - Região Militar
RN - Rio Grande do Norte
RS - Rio Grande do Sul
RURALMINAS - Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário
SA - Sociedade Anônima
SANDU - Serviço de Assistência Médica de Urgência
SASSE - Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economiários
SC - Santa Catarina
SCGI/MG - Subcomissão Geral de Investigação do Estado de Minas Gerais
SE - Sergipe
SEGRAC - Sociedade Editora Gráfica Ação Comunitária
SEMG - Sociedade dos Economistas de Minas Gerais
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC - Serviço Social do Comércio
SESI - Serviço Social da Indústria
SESIMINAS - Serviço Social da Indústria de Minas Gerais
SEUT - Sociedade Educacional União e Técnica
SIDERBRAS - Siderurgia Brasileira S.A.
SOCIBEL - Sociedade de Engenharia Bethonico Ltda
SP - São Paulo
SRTM - Sociedade Rural do Triângulo Mineiro
SSP - Secretaria de Segurança Pública
STE - Superior Tribunal Eleitoral
STF - Superior Tribunal Federal
SUDECAP - Superintendência de Desenvolvimento da Capital
SUDEMINAS - Superintendência de Desenvolvimento da Área Mineira do Polígono das Secas
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito
SUNAMAM - Superintendência Nacional da Marinha Mercante
SUPAM - Superintendência de Articulação com os Municípios

TRE - Tribunal Regional Eleitoral
TRT - Tribunal Regional do Trabalho
TSE - Tribunal Superior Eleitoral
UB - Universidade do Brasil
UCMG - Universidade Católica de Minas Gerais
UDF - Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal
UDN - União Democrática Nacional
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFV - Universidade Federal de Viçosa
UGT - União Geral dos Trabalhadores
UMG - Universidade de Minas Gerais
UNA - União de Negócios e Administração
UNB - Universidade de Brasília
UNE - União Nacional dos Estudantes
UNESCO - United Nations for the Education and Social Sciences Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação e Ciências Sociais)
UPI - União Parlamentar Interestadual
URGS - Universidade do Rio Grande do Sul
URV - Universidade Rural de Viçosa
USAID - United States Agency for International Development (Agência Internacional de Desenvolvimento - Estados Unidos)
USIMEC - Usiminas Mecânica S.A.
USIMINAS - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.
USP - Universidade de São Paulo
UTE - União dos Trabalhadores no Ensino
UTRAMIG - Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais
VASP - Viação Aérea São Paulo

Siglas militares

AD/4 - Artilharia Divisionária da 4ª Divisão
ADESG - Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
ADIEX/EUA - Adido do Exército nos EUA
AMAN - Academia Militar das Agulhas Negras
B/A - Bateria
BCC - Batalhão de Carros de Combate
Bda. Inf. Pqdt. - Brigada de Infantaria Pára-quedista
Bda. Inf. SL - Brigada de Infantaria de Selva
BECmb - Batalhão de Engenharia de Combate
BI - Batalhão de Infantaria
CAEx - Centro de Avaliação do Exército
CDE - Comissão de Desportos do Exército
CIE - Centro de Informação do Exército
CIPqdt G'PB - Centro de Instrução Pára-quedista General Penha Brasil
CMBH - Colégio Militar de Belo Horizonte
CMDO 1º GpT E Cnst - Comando do 1º Grupamento de Engenharia de Construção
CMNE - Comando Militar do Nordeste
CMT - Comandante
CPEx - Centro de Pagamento do Exército
CRO - Comissão Regional de Obras
DCA - Diretoria de Cadastro e Avaliação
DEC - Departamento de Engenharia e Construção
DEE - Diretoria de Especialização e Extensão
DGP - Departamento Geral de Pessoal
DIP - Diretoria de Inativos e Pensionistas
DOM - Departamento de Obras Militares
ECEME - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EME - Estado-Maior do Exército
EPPA - Escola Preparatória de Porto Alegre
EsAO - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
EsEFEx - Escola de Educação Física do Exército
ESG - Escola Superior de Guerra
EsIE - Escola de Instrução e Especialização
GACosM - Grupo de Artilharia de Costa Marinha
GPT ENG CNST- Grupamento de Engenharia e Construção
GPT Fron - Grupamento de Fronteira
ICFEx - Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército
IMBEL - Indústria de Material Bélico
IME - Instituto Militar de Engenharia
QG - Quartel General
QG/DB - Quartel General da Divisão Blindada
RC - Regimento de Cavalaria
Rec Mec - Regimento Especial de Cavalaria Mecanizada
RM - Região Militar
SGEx - Secretaria Geral do Exército
Subsect SCT - Subsecretaria da Secretaria de Ciência e Tecnologia

Legislaturas
Brasil - 1826-1991
Minas Gerais - 1835-1991

IMPÉRIO DO BRASIL

1. SENADO DO IMPÉRIO

Legislaturas de 1826 a 1889

2. ASSEMBLÉIA GERAL

1ª Legislatura	1826-1829
2ª Legislatura	1830-1833
3ª Legislatura	1834-1837
4ª Legislatura	1838-1841
5ª Legislatura	1843-1844
6ª Legislatura	1845-1847
7ª Legislatura	1848
8ª Legislatura	1850-1852
9ª Legislatura	1853-1856
10ª Legislatura	1857-1860
11ª Legislatura	1861-1863
12ª Legislatura	1864-1866
13ª Legislatura	1867-1868
14ª Legislatura	1869-1872
15ª Legislatura	1872-1875
16ª Legislatura	1877
17ª Legislatura	1878-1881
18ª Legislatura	1881-1884
19ª Legislatura	1885
20ª Legislatura	1886-1889

3. ASSEMBLÉIA PROVINCIAL (MINAS GERAIS)

1ª Legislatura	1835-1837
2ª Legislatura	1838-1839
3ª Legislatura	1840-1841
4ª Legislatura	1842-1843
5ª Legislatura	1844-1845
6ª Legislatura	1846-1847
7ª Legislatura	1848-1849
8ª Legislatura	1850-1851
9ª Legislatura	1852-1853
10ª Legislatura	1854-1855
11ª Legislatura	1856-1857
12ª Legislatura	1858-1859
13ª Legislatura	1860-1861
14ª Legislatura	1862-1863
15ª Legislatura	1864-1865
16ª Legislatura	1866-1867
17ª Legislatura	1868-1869
18ª Legislatura	1870-1871
19ª Legislatura	1872-1873
20ª Legislatura	1874-1875
21ª Legislatura	1876-1877
22ª Legislatura	1878-1879
23ª Legislatura	1880-1881
24ª Legislatura	1882-1883
25ª Legislatura	1884-1885
26ª Legislatura	1886-1887
27ª Legislatura	1888-1889

REPÚBLICA DO BRASIL

1. SENADO FEDERAL (CONGRESSO NACIONAL)

Congresso Constituinte do Brasil	(1891) e
1ª Legislatura	1891-1893
2ª Legislatura	1894-1896
3ª Legislatura	1897-1899
4ª Legislatura	1900-1902
5ª Legislatura	1903-1905
6ª Legislatura	1906-1908
7ª Legislatura	1909-1911
8ª Legislatura	1912-1914
9ª Legislatura	1915-1917
10ª Legislatura	1918-1920
11ª Legislatura	1921-1923
12ª Legislatura	1924-1926
13ª Legislatura	1927-1929
14ª Legislatura	1930
Assembléia Nacional Constituinte	(1933) e
1ª Legislatura	1933-1937
Assembléia Nacional Constituinte	(1946) e
1ª Legislatura	1946-1951
2ª Legislatura	1951-1955
3ª Legislatura	1955-1959
4ª Legislatura	1959-1963
5ª Legislatura	1963-1967
6ª Legislatura	1967-1971
7ª Legislatura	1971-1975
8ª Legislatura	1975-1979
46ª Legislatura	1979-1983
47ª Legislatura	1983-1987
Assembléia Nacional Constituinte	(1987) e
48ª Legislatura	1987-1991
49ª Legislatura	1991-1995

2. CÂMARA DOS DEPUTADOS

Congresso Constituinte do Brasil	(1891) e
1ª Legislatura	1891-1893
2ª Legislatura	1894-1896
3ª Legislatura	1897-1899
4ª Legislatura	1900-1902
5ª Legislatura	1903-1905
6ª Legislatura	1906-1908
7ª Legislatura	1909-1911
8ª Legislatura	1912-1914
9ª Legislatura	1915-1917
10ª Legislatura	1918-1920
11ª Legislatura	1921-1923
12ª Legislatura	1924-1926
13ª Legislatura	1927-1929
14ª Legislatura	1930
Assembléia Nacional Constituinte (1933) e Legislatura ordinária	1934-1937
Assembléia Nacional Constituinte (1946) e 1ª Legislatura	1946-1951
2ª Legislatura	1951-1955
3ª Legislatura	1955-1959
4ª Legislatura	1959-1963
5ª Legislatura	1963-1967
6ª Legislatura	1967-1971
7ª Legislatura	1971-1975
8ª Legislatura	1975-1979
46ª Legislatura	1979-1983

47ª Legislatura	1983-1987
Assembléia Nacional Constituinte (1987) e 48ª Legislatura	1987-1991
49ª Legislatura	1991-1995

3. SENADO ESTADUAL (MINAS GERAIS)

Congresso Constituinte do Estado (1891) e 1ª Legislatura	1891-1895
2ª Legislatura	1895-1898
3ª Legislatura	1899-1902
4ª Legislatura	1903-1906
5ª Legislatura	1907-1910
6ª Legislatura	1911-1914
7ª Legislatura	1915-1918
8ª Legislatura	1919-1922
9ª Legislatura	1923-1926
10ª Legislatura	1927-1930

4. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA (MINAS GERAIS)

Congresso Constituinte do Estado (1891) e 1ª Legislatura	1891-1895
2ª Legislatura	1895-1898
3ª Legislatura	1899-1902
4ª Legislatura	1903-1906
5ª Legislatura	1907-1910
6ª Legislatura	1911-1914
7ª Legislatura	1915-1918
8ª Legislatura	1919-1922
9ª Legislatura	1923-1926
10ª Legislatura	1927-1930
Assembléia Constituinte e 1ª Legislatura	1935-1937
Assembléia Constituinte e 1ª Legislatura	1947-1951
2ª Legislatura	1951-1955
3ª Legislatura	1955-1959
4ª Legislatura	1959-1963
5ª Legislatura	1963-1967
6ª Legislatura	1967-1971
7ª Legislatura	1971-1975
8ª Legislatura	1975-1979
9ª Legislatura	1979-1983
10ª Legislatura	1983-1987
Assembléia Constituinte e 11ª Legislatura	1987-1991
12ª Legislatura	1991-1995

ADENDO:

A nominata ordinal adotada para os períodos de Legislatura Federal, na presente obra, não guarda relação com o critério estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 79, de 6 de dezembro de 1979, que dispõe sobre a designação do número de ordem dos mesmos períodos.

Duas foram as razões consideradas para estabelecimento de critério diferente do texto normativo: 1) a substancial onerosidade para a modificação, em mais de 1.500 verbetes, do número de ordem das legislaturas; 2) a falha conceitual verificada no corpo do aludido decreto legislativo, ao englobar os trabalhos das Constituintes de 1889-1890 e de 1934-1935, respectivamente, na seqüência numérica das legislaturas ordinárias.

Assim, neste Dicionário, a 46ª, 47ª, 48ª e 49ª Legislaturas, tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos Deputados, correspondem à expressão período, seguida das respectivas datas-limite, desvinculadas da ordem numérica fixada pelo referido decreto legislativo.

ABEL RAFAEL ver PINTO, Abel Rafael

ABI-ACKEL, Ibrahim

Político, jornalista, professor e jurista, nasceu em Manhumirim, MG, a 2 de março de 1927. Filho de Melhim Abi-Ackel e de Maria Bracks Abi-Ackel, descendente de imigrantes libaneses radicados em Manhuaçu, MG, desde 1891. O primeiro deles a estabelecer-se no município foi seu tio-avô Feres Dumith Abi-Saber, comerciante que, membro do Partido Republicano Mineiro - PRM - e amigo do principal líder perremista da época, Artur da Silva Bernardes*, ali exerceu ponderável influência política na década de 1920. Casado com Jacéia Cahu Abi-Ackel.

Fez o curso secundário no Instituto Ginasial e Comercial de Manhuaçu, concluindo-o no Colégio Evangélico de Presidente Soares, MG. Bacharelou-se em 1950 pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Doutorou-se em Direito Público.

Funcionário do Ministério da Educação e Cultura em Minas Gerais, exerceu a função de técnico em assuntos educacionais de 1956 a 1989.

Enquanto estudante, trabalhou como redator da revista *A Cigarra*. Seu interesse pela política despertou nessa época, quando organizou e dirigiu o movimento acadêmico Aliança Liberal Universitária, de orientação conservadora.

Depois de formado, advogou em Manhuaçu, onde iniciou a carreira política, como Vereador, pelo Partido Social Democrata - PSD -, para um mandato de 1955 a 1959. Nessa mesma época, fundou e dirigiu o jornal *A Tribuna*. Em 1960, mudou-se para Belo Horizonte, onde ocupou o cargo de Procurador-Geral da Prefeitura (1960-1962), a convite do Prefeito Amintas Ferreira de Barros*. Na administração seguinte, do Prefeito Jorge Carone*, foi Subprocurador da Prefeitura, cargo que deixou depois de eleger-se suplente de Deputado Estadual pelo PSD, para a 5ª Legislatura (1963-1967) do regime inaugurado em 1945. Durante esse primeiro mandato, substituiu vários Deputados em seus impedimentos temporários, até ocupar, em 1966, a vaga de Pio Soares Canedo*, empossado Vice-Governador do Estado na chapa de Israel Pinheiro da Silva*. Nesse mesmo ano foi Líder da Arena na Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Quando o AI-2 instituiu o regime bipartidário, optou pelo novo partido governista, a Aliança Renovadora Nacional - Arena -, pelo qual se reelegeu Deputado Estadual para a 6ª e a 7ª Legislaturas (1967-1975). Na Assembléia Legislativa, foi Presidente da comissão especial destinada a elaborar a Constituição Estadual (1967) e Líder do Governo e da Maioria no Governo Rondon Pacheco* (1970). De 1972 a 1974, trabalhou em comissões parlamentares, tendo sido Vice-Presidente das Comissões de Educação e Cultura e de Redação. Foi também autor dos projetos que, transformados em lei, instituíram o ensino e o trabalho obrigatório nas prisões de Minas Gerais (1970) e o Estatuto do Magistério do Estado de Minas Gerais (1974), respectivamente.

Em 1974, elegeu-se suplente de Deputado Federal para a 8ª Legislatura (1975-1979), tendo sido convocado em 19/3/75 para substituir o Deputado Fernando Jorge Fagundes Neto*, que fora designado Secretário de Estado. Na Câmara dos Deputados, foi titular da Comissão de Legislação e Trabalho (1975-1976); titular da Comissão de Constituição e Justiça (1976-1979); Relator-Geral da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Penitenciário (1975-1976) e Relator da lei de reforma da legislação penal e do Código de Processo Penal (1976). Nesse período, assumiu a Vice-Liderança do partido na Câmara Federal.

Quando da reinstalação do pluripartidarismo, em 1979, inscreveu-se no Partido Democrático Social - PDS -, que sucedeu à Arena como agremiação governista.

Reelegeu-se Deputado Federal para a 9ª Legislatura (1979-1983). Em 10 de janeiro de 1980, por nomeação do Presidente da República, General João Baptista Figueiredo, assumiu o cargo de Ministro de Estado da Justiça, em substituição a Petrônio Portela, que falecera. Manteve-se no posto até o final do Governo Figueiredo (março de 1985).

Sua gestão destacou-se pela elaboração de um novo *Estatuto do Estrangeiro*, que, devido às tensões reinantes entre a Igreja e o Governo Federal, foi aprovado por decurso de prazo. Ademais, promoveu estudos visando à reformulação das legislações criminal e penitenciária brasileiras e sobre a organização policial. Apresentou, ainda, subsídios ao projeto do novo Código Civil, em tramitação no Congresso Nacional, na busca de soluções para os problemas fundiários.

Terminado o regime militar, houve denúncias de irregularidades, ocorridas no Ministério da Justiça, durante sua gestão, sendo indiciado em inquéritos instaurados pelo Departamento de Polícia Federal.

O Supremo Tribunal Federal rejeitou, por inepta, denúncia que contra ele ofereceu o Procurador-Geral da República pela prática de crime de prevaricação, não chegando a ser formulada peça acusatória a propósito de

outros fatos objeto de investigação policial, dada a inexistência de provas.

Em 1986, foi eleito suplente de Deputado Federal Constituinte, assumindo o cargo em 1989. Foi titular das Comissões de Constituição e Justiça e de Redação na Câmara dos Deputados (1989) e Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça (1990). Em 1990, foi eleito Deputado Federal para o período 1991-1995 pelo PDS.

Ao lado da carreira política, desenvolveu também atividades literárias e acadêmicas. É membro fundador do Centro de Estudos de Direito Romano e Sistemas Jurídicos da Universidade de Brasília e membro da Academia Internacional de Jurisprudência e Direito Comparado, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto dos Advogados do Brasil e da Societé Internationale de Criminologie. Escreveu vários ensaios que abordam temas jurídicos, históricos e políticos. Foi, ainda, professor de Direito Constitucional da Universidade Católica de Minas Gerais.

Estado de Minas

Ibrahim Abi-Ackel, fevereiro de 1981

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: Eugênio Klein Dutra e Jacinto Guerra. CEM/UFMG./*Diário de Minas.* Belo Horizonte, 20 mar. 1963. p. 3; 9 jan. 1980. p. 3./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 13 jan. 1980, *Mirante* p. 3./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 9 jan. 1979, pp. 1-2, 18 abr. 1980, Diário do Legislativo, pp. 1-2./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 4 set. 1985. C. 1°, p. 5./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 5 set. 1985. C. 1°, p. 5./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 6 set. 1985. C. 1°, p. 5./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 7 set. 1985. C. 1°, p. 5./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1° set. 1985. C. 1°, p. 5./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 11 set. 1985. C. 1°, p. 5./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 set. 1985. C. 1°, p. 5./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 25 set. 1985. C. 1°, p. 18./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1° out. 1985. C. 1°, p. 1./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1° out. 1985. C. 1°, p. 5./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 4 out. 1985. C. 1°, p. 1./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 4 out. 1985. C. 1°, p. 5./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 5 nov. 1985. C. 1°, p. 5./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 6 NOV. 1985, c. 1°, P. 5./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 8 nov. 1985. C. 1°, p. 5./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 3 dez. 1985. C. 1°, p. 5./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 28 nov. 1985. C. 1°, p. 1./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 28 nov. 1985. C. 1°, p. 5./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 14 dez. 1985. C. 1°, p. 5.

ABREU, Antônio Ribeiro de

Político e empresário, nasceu em Santo Antônio do Amparo, então Distrito de Oliveira, Província de Minas Gerais, a 10 de outubro de 1878, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 8 de agosto de 1940. Filho do político Mariano Ribeiro de Abreu* e de Elvina de Castro Abreu. Casado com Ambrosina de Castro Abreu.

Exercendo atividades comerciais na Capital do Estado, foi Presidente da Associação Comercial de Minas (1928-1929), da Sociedade Mineira de Agricultura e da Associação Mineira dos Proprietários. Na mesma cidade, fundou o Banco dos Proprietários e a primeira fábrica de tecidos no Bairro da Cachoeirinha, além de ter participado da criação do Centro de Atacadistas de Cereais. Como político, integrou, em várias legislaturas, o Conselho Deliberativo de Belo Horizonte (Câmara Municipal). Foi, ainda, Presidente do América Futebol Clube.

Pertenceu ao PRM.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 9 ago. 1940. p. 8; 7 out. 1978. p. 8./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 9 ago. 1940. p. 11./ *O Diário*, Belo Horizonte, 9 ago. 1940. p. 8.

ABREU, Duarte de

Político, médico e fazendeiro, nasceu em Sabará, Província de Minas Gerais, a 3 de junho de 1859, e faleceu em São Paulo, SP, a 3 de março de 1928. Filho do médico Sinfrônio de Abreu. Casado com Albertina Wiguelin.

Diplomado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, fixou residência na antiga vila de Simão Pereira, no Município de Juiz de Fora, Província de Minas Gerais, onde exerceu medicina e se tornou fazendeiro.

Proclamada a República, já clinicando em Juiz de Fora, ingressou na política como Vereador, Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal (1904-1907).

Deputado Federal na 7ª Legislatura (1909-1911), participou intensamente da Campanha Civilista. Abandonando depois a política, transferiu-se para o Rio de Janeiro, DF, para ocupar, até o fim da vida, o 2° Ofício de Registro de Títulos e Documentos.

Pertenceu ao PRM.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados.* 1959. 47ª Sessão, em 8 jun. 1959. Rio de Janeiro, IBGE. 6:628-9, 1959./*Anais do Senado Mineiro.* 1927. 2ª Sessão, em 19 jul. 1927, da 10ª Legislatura. Belo Horizonte, Imprensa Oficial. l. 6, 1928./Centenário de nascimento de Duarte de Abreu. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.* Belo Horizonte, 6:129-30. 1959./ ABRANCHES, Dunshee. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917.* Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 2./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 7 mar. 1928. p./RANGEL, José. *Como o tempo passa.* Rio de Janeiro, A Encadernadora, s.d.

ABREU, Evandro de Pádua

Secretário de Estado, advogado e bancário, nasceu em Passos, MG, a 21 de maio de 1939. Filho de Antônio Acácio de Abreu e Alice Alves de Abreu. Casado com Margarida Maria D'lacoque Abreu.

Bacharel em Direito, graduou-se em Direito Econômico.

Exerceu o cargo de Secretário Municipal da Fazenda da Prefeitura de Belo Horizonte, foi funcionário do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Diretor Financeiro da Caixa Econômica Estadual e Diretor do Conselho de Política Financeira da Secretaria de Estado da Fazenda.

Designado, pelo Governador Hélio Carvalho Garcia*, Secretário da Fazenda de Minas Gerais, no período de 9 de maio de 1985 a 15 de março de 1987, foi nomeado, também, para responder pelo cargo de Secretário de Estado de Administração (1986-1987).

No segundo Governo Hélio Carvalho Garcia*, foi nomeado Secretário de Estado da Casa Civil, empossado em 18 de março de 1991.

FONTE: *Dados biográficos.* Informante: Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração.

ABREU, Gil César Moreira de

Político e engenheiro, nasceu em Juiz de Fora, MG, a 2 de agosto de 1931. Filho do engenheiro civil Pedro Moreira de Abreu e de Hilda Magon Moreira de Abreu. Foi casado com Shirley Garzon Moreira de Abreu.

Fez os estudos secundários no antigo Ginásio Mineiro, hoje Colégio Estadual de Belo Horizonte, e o curso superior na Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais, pela qual se diplomou como engenheiro civil em 1957. Freqüentou vários cursos posteriormente, entre os quais se destacam, pela importância que tiveram no andamento de sua carreira, o de Segurança e Desenvolvimento, ministrado pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra - Adesg -, o de Marketing e Gerência, promovido pela Associação Comercial de Minas, e os de Planejamento Urbano e Administração Municipal, da Escola de Arquitetura da UFMG, e de Problemas Brasileiros e Transportes, da Escola de Engenharia da UFMG.

Começou a atuar na administração pública na década de 1960, como Chefe da Unidade de Execução do Setor de Obras da Diretoria de Esportes de Minas Gerais. Destacou-se como Engenheiro-Chefe da Administração do Estádio Minas Gerais - Ademg - durante o período de sua construção. A experiência que então adquiriu habilitou-o a participar da elaboração de projetos de construção de grandes estádios, como em São Luís, MA, em Teresina, PI, e em Uberlândia, MG, o que fez como assessor da firma belo-horizontina Serviços de Engenharia Emílio Baungart Ltda - Seebla. Foi Diretor da Ademg durante seis anos, desde a inauguração do Estádio Governador Magalhães Pinto (Mineirão), em setembro de 1965, saindo desse cargo para ser o primeiro Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Capital - Sudecap -, órgão criado em dezembro de 1969, durante a gestão do Prefeito Osvaldo Pieruccetti*.

Sua carreira política começou na Aliança Renovadora Nacional - Arena -, partido criado no final de 1965 para dar sustentação ao regime militar implantado no País em março do ano anterior. Elegeu-se Vereador para o mandato de 1972 a 1975. Na Câmara Municipal de Belo Horizonte, teve participação ativa na aprovação dos projetos de lei que criaram a Comissão Especial do Uso do Solo, a Comissão de Proteção ao Meio Ambiente, a Secretaria Municipal dos Transportes e a Comissão Permanente de Vistorias, destinada a fiscalizar os orçamentos, concorrências e realização de obras públicas. Defendeu, na época, a criação das administrações regionais como meio de aumentar a eficiência do Governo Municipal.

Em 1976, voltou para a administração pública, desta vez no âmbito federal, como Diretor de Operações da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos - EBTU -, cargo no qual permaneceu até 1981, quando decidiu retornar à carreira política. Já filiado ao Partido Democrático Social - PDS -, que sucedeu à Arena quando da reimplantação do sistema pluripartidário, no final de 1979, foi eleito Deputado Estadual para a 10ª Legislatura (1983-1987). Na Assembléia Legislativa, foi Presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Planejamentos Regionais, membro efetivo da Comissão de Defesa do Meio Ambiente (1983-1984) e membro da Comissão de Minas e Energia (1986).

Em outubro de 1984, reorientou sua opção partidária ao abandonar seu mandato legislativo para ser o primeiro ocupante da Secretaria de Estado das Minas e Energia, criada pelo então Governador Hélio Carvalho Garcia*. Aderia, assim, ao Partido da Frente Liberal - PFL -, dissidência que se formou no PDS para apoiar a candidatura do Governador mineiro Tancredo de Almeida Neves*, apresentada pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB - ao Colégio Eleitoral que elegeria o Presidente da República em janeiro de 1985, segundo as disposições estabelecidas pela Constituição de 1967.

No início de 1985, disputou com o Deputado pefelista Maurício de Freitas Teixeira Campos* a indicação do Partido para concorrer à Prefeitura de Belo Horizonte, nas eleições de novembro daquele ano. Perdeu a indicação, filiando-se então ao PMDB, pelo qual se elegeu Deputado Federal Constituinte e para o período 1987-1991. Na Câmara dos Deputados, foi membro efetivo da Comissão de Ordem Econômica (1987) e membro suplente da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças (1987). Em 1988, afastou-se da Câmara Federal para assumir a Secretaria de Estado de Assuntos Metropolitanos, cargo para o qual havia sido nomeado pelo Governador Newton Cardoso*. No exterior, representou o Governo mineiro nas Olimpíadas de Tóquio, Japão (1964), e a EBTU perante o Banco Mundial.

Ao lado de suas atividades na administração pública e na política, participou de diversas associações profissionais e esportivas. Foi Secretário do Sindicato da Indústria da Construção Civil de Belo Horizonte e Vice-Presidente da Associação de Iniciadores do Banco Nacional de Habitação - BNH - no Estado de Minas Gerais. Foi Vice-Presidente da Federação Mineira de Futebol, Presidente da Federação Mineira de Automobilismo e Diretor do Clube Atlético Mineiro. Integrou também as comissões encarregadas dos projetos de construção do Palácio das Artes, afeto à Fundação Clóvis Salgado, e da nova estação rodoviária de Belo Horizonte. Como engenheiro, administrou a construção de vários conjuntos habitacionais em diversos municípios mineiros e em Brasília, DF, além de supervisionar obras e projetos de várias agremiações esportivas, notadamente o Pampulha Iate Clube, o Jockey Clube, o Clube Labareda, o Jaraguá e a Toca da Raposa, todos em Belo Horizonte. É autor de vários estudos e pareceres técnicos na área de engenharia civil e de transportes.

Atuaram na política seu tio-avô Delfim Moreira da Costa Ribeiro*, seu primo Delfim Moreira Júnior* e seu parente Loreto Ribeiro de Abreu*.

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado.CEM-UFMG/DCP-ALEMG./ BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Assembléia Nacional Constituinte - 1987*: repertório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. 2.ed. Brasília, 1989. pp. 344-345.

ABREU, Hugo de Andrade

Ministro de Estado e oficial do Exército, nasceu em Juiz de Fora, MG, a 27 de dezembro de 1916, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, a 5 de dezembro de 1979. Filho de José Ribeiro de Abreu e de Antônia de Andrade Abreu. Casado com Consuelo Procópio de Abreu. Ingressando na carreira militar em 1934, cursou a Escola Militar do Realengo, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e a Escola de Estado-Maior. Em Fort Benning, EUA, fez curso avançado de Infantaria (1951-1952) e, no Brasil, os Cursos de Pára-quedista e de Mestre de Salto (1970).

Integrante da Força Expedicionária Brasileira, já no posto de Capitão, comandou a 9ª Companhia do 11° Regimento de Infantaria nas operações bélicas na Itália (22/9/44; 8/5/45). Entre 1961 e 1963, representou o Brasil no Conselho da Federação Mundial dos Ex-Combatentes, qualidade em que participou de três reuniões internacionais da entidade, e, de 1962 a 1964, presidiu ao Conselho da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil. Em março de 1964, quando chefiava a subseção da Diretoria-Geral do Ensino do Exército, formou com os articuladores militares da derrubada do Governo João Goulart. Vitorioso o movimento, exerceu, sucessivamente, a partir de 1° de abril de 1964, a chefia do Estado-Maior do Grupamento de Unidade-Escola na Vila Militar, no Rio de Janeiro,

GB, e o comando do 1º Batalhão de Guardas, em Brasília, DF.

De maio de 1967 a junho de 1969, serviu na Embaixada em Washington, como adjunto do adido militar e assessor da delegação brasileira na Junta Interamericana de Defesa e na Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos. Promovido a General-de-Brigada em março de 1969, comandou a 2ª Brigada Mista, a Brigada Aeroterrestre e a Brigada Pára-Quedista.

Em março de 1974, passou a chefiar, como Ministro de Estado Extraordinário, o Gabinete Militar da Presidência da República. Durante o período em que esteve à frente desse Gabinete (1974-1978), atuou ao lado dos Generais Golbery do Couto e Silva e João Batista Figueiredo, além de João Paulo Reis Veloso, Ministro do Planejamento, compondo o principal grupo de assessoramento às decisões presidenciais. Em 1977, atuou decisivamente no episódio da exoneração do Ministro do Exército, General Sílvio Frota. A 3 de janeiro de 1978, apresentou pedido de demissão, por sentir que o episódio citado beneficiara outra candidatura à Presidência, coisa que ele se havia proposto evitar. Além disso, acrescentou que o Presidente Geisel não escolhera um nome de consenso dentro das Forças Armadas para sucedê-lo. Pouco antes das eleições presidenciais, foi preso domiciliarmente por 20 dias, por transgredir o regulamento do Exército, ao enviar aos outros Generais um documento que esclarecia o motivo de sua demissão e acusava de corrupção e abuso de poder o Governo Ernesto Geisel.

Reformado, dedicou o tempo restante de sua vida à redação do livro *O outro lado do poder*, depoimento sobre o movimento de 1964, publicado em 1979, pela Editora Nova Fronteira, do Rio de Janeiro, e que lhe valeu nova prisão disciplinar de 20 dias.

Entre as numerosas condecorações nacionais e estrangeiras com que foi distinguido, destacam-se a Cruz de Combate de la. Classe, a Comenda da Ordem do Mérito Militar, a

ALEMG

Hugo de Andrade Abreu

Medalha Militar (Ouro, com passador de platina) e a Medalha de Guerra.

Atuaram na política seu irmão Sílvio de Andrade Abreu* e seu sobrinho Sílvio de Andrade Abreu Júnior*.

FONTES: *Dados biográficos* - Informante: Ministério do Exército. Secretaria-Geral, 1ª Seção./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 5 jan. 1978, p. 3; 6 dez. 1979, p.2. *Dicionário Histórico-biográfico 1930-1983*. Coordenação Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro, Forense - Universitária: FGV-CPDOC. Financiadora de Estudos e Projetos – Finep. 1984. p. 4-5.

ABREU, João Batista de

Ministro, Secretário de Estado, economista e professor, nasceu em Lavras, MG, a 19 de junho de 1943. Filho do agricultor José de Oliveira Abreu e da professora Ana Sila Pereira de Abreu. Casado com a psicóloga Maria Helena Alves Moreira de Abreu.

Em 1962, concluiu os estudos secundários no Instituto Gammon, em Lavras, MG. Bacharelou-se em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, em 1966, e pós-graduou-se em Economia, pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, em 1969. Freqüentou, também os cursos de Matemática Aplicada à Economia e Economia Internacional, ambos pela Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG e, ainda, de Teoria e Política Monetária pela FGV.

Foi economista do Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria. Como professor, lecionou na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro (1969); no Curso de Aperfeiçoamento em Engenharia Econômica da Escola Nacional de Engenharia (1970); no Instituto Militar de Engenharia (1970-1974) e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1972-1974).

Foi Assessor do Gabinete do Ministério da Fazenda, no qual ocupou a Subchefia da Assessoria Econômica (1974-1979). Em 1986, exerceu o cargo de Secretário-Geral do Ministério da Fazenda.

Em 1987, assumiu a Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, no Governo Newton Cardoso*, tendo em 1988 se exonerado do cargo de Secretário de Estado para assumir o Ministério de Estado do Planejamento do Governo José Sarney.

Em 1990, por indicação do Governador Newton Cardoso*, ocupou os cargos de Presidente e Vice-Presidente do Conselho Administrativo do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG.

Foi autor dos capítulos Sistema Financeiro, Leis e Regulamentos, Bolsas de Valores e Investimentos Estrangeiros, no livro *O Mercado de Capitais no Japão* - IBMEC, Rio de Janeiro, 1975, e do capítulo Balanço de Pagamentos, no livro *A Economia Brasileira e suas Perspectivas*, Ed. APEC, além de elaborar a publicação interna do livro *Capital Estrangeiro na Alalc* - CNI (1970).

Estado de Minas

João Batista de Abreu, agosto de 1988

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

ABREU, Joaquim Monteiro de

Político e comerciante. Filho de Manuel Abreu e Silva e de Maria Francelina de Albuquerque. Casado com sua sobrinha Coleta Fernandes.

Em Caratinga, MG, onde exercia atividades comerciais, desempenhou os cargos de Vereador e Presidente da Câmara e de Prefeito Municipal. Na 7ª Legislatura (1915-1918), foi Deputado Estadual. Faleceu em Governador Valadares, MG, a 16 de fevereiro de 1950.

Pertenceu ao PRM.

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 7 fev. 1950. Diário da Assembléia. p. 6./TRINDADE, Raimundo Otávio da. *Velhos troncos mineiros*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1955. v. 1.

ABREU, Loreto Ribeiro de

Magistrado, nasceu na antiga vila de Cristina, Província de Minas Gerais, a 4 de julho de 1867, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 2 de julho de 1952. Filho do Coronel da Guarda Nacional Joaquim Inácio Ribeiro e de Joaquina Ribeiro de Abreu. Casado com Mariana Ribeiro da Costa Abreu.

Fez o curso secundário em São Gonçalo do Sapucaí, MG, e formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1890.

Com seus contemporâneos de academia Delfim Moreira da Costa Ribeiro*, Venceslau Brás Pereira Gomes*, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada* e Washington Luís Pereira de Sousa, dedicou-se à propaganda republicana, sobretudo na região sul-mineira.

Iniciou-se na Magistratura Estadual como Juiz Municipal de Pouso Alegre. Promovido a Juiz de Direito, exerceu o cargo em Machado e, depois, em Ouro Fino. Em 1913, foi nomeado Desembargador à Corte de Apelação do Estado pelo Presidente Júlio Bueno Brandão*, da qual chegou a Vice-Presidente.

Embora estivesse aposentado desde 1929, foi convocado pelo Presidente Olegário Maciel*, em 1933, para membro do Conselho Consultivo do Estado, órgão de assessoria do executivo mineiro.

Figurou entre os incorporadores do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S.A., em 1923.

Era cunhado do Presidente Delfim Moreira*.

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 5 jul. 1952. p.11./*O Diário*, Belo Horizonte, 3 jul. 1952. p. 3.

ABREU, Mariano Ribeiro de

Político, Coronel da Guarda Nacional e jornalista, nasceu em Santo Antônio do Amparo, então Distrito de Bom Sucesso, Província de Minas Gerais, a 3 de maio de 1854, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 16 de abril de 1901. Filho de Antônio Ribeiro da Silva e de Maria Cândida de Abreu. Casado com Elvira Ribeiro de Abreu.

Foi Comandante Superior da Guarda Nacional em Minas Gerais e propagandista da causa republicana no jornal *Idéia Nova*. Elegeu-se Deputado Constituinte de Minas e para a 1ª Legislatura (1891-1895).

No Império, pertenceu ao Partido Liberal e, na República, ao PRM. Entusiasta da mudança da Capital do Estado, para a qual concorrera com seu voto no Congresso Legislativo mineiro, em 1896 fundou, em Belo Horizonte, com Francisco Bressane e Azevedo Júnior, o periódico *A Capital*. Integrou o Conselho Deliberativo de Belo Horizonte, onde também dirigiu o *Diário de Minas* em sua segunda fase.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados*. 1901. Cidade de Minas, Imprensa Oficial, 1901. p. 27./*Diário de Minas*, Cidade de Minas, 16 abr. 1901. p. 1; 17 abr. 1901. p. 1./ *Minas Gerais*, Cidade de Minas, 17 abr. 1901. p. 2.

ABREU, Ovídio Xavier de

Político, bancário e professor, nasceu em Pará, MG, (hoje Pará de Minas), a 28 de setembro de 1898. Filho de Alexandre de Abreu e Silva e de Rosina Amélia Xavier de Abreu. Casado com Júlia de Abreu.

No Rio de Janeiro, DF, fez o curso secundário, bacharelou-se pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil e formou-se em Economia e Finanças.

Ingressando no Banco do Brasil por concurso, em 1918, exerceu todos os cargos de carreira e a Presidência, de julho de 1949 a dezembro de 1950. Ocupou cargos em agências de outros Estados do País. Permaneceu em Goiás até 1926, quando foi designado Gerente do Banco em Bagé (RS). A serviço do Banco, fez viagens à Inglaterra, ao México e aos EUA.

Em 1933, Benedito Valadares Ribeiro* convidou-o para chefiar seu Gabinete. Exerceu a chefia por dois meses, assumindo, depois, o cargo de Secretário de Finanças de Minas Gerais (24/2/34 - 2/5/41). Nesse período, desempenhou interinamente as funções de Interventor Federal no Estado durante licença de Benedito Valadares*. Foi Secretário do Interior e Justiça, de junho de 1941 a dezembro de 1944, Presidente do Departamento Nacional do Café (1944) e Ministro Interino da Fazenda no Governo Eurico Dutra. Como Presidente do Departamento Nacional do Café, enfrentou grave crise provocada pela insatisfação dos cafeicultores com a política nacional para o produto, resultante do "acordo de Washington" de 1940, que fixou preços estáveis até 1946. Nesse ano retornou ao cargo, promovendo, contudo, a extinção do referido órgão. Foi nomeado, em outubro, Diretor da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil.

Deputado Federal da 2ª à 6ª Legislaturas (1951-1971), licenciou-se em 1967 para novamente ocupar a Secretaria da Fazenda de Minas Gerais, posto em que se manteve até o início de 1970. Na Câmara dos Deputados, fez parte das Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Fiscalização Financeira. Foi, ainda, Diretor do Serviço de Defesa Civil de Minas Gerais e, posteriormente (1972), Diretor da Cia. de Cimento Portland Paraíso.

Pertenceu ao PSD, que ajudou a fundar, e à Arena.

Publicou os trabalhos *Aulas de Técnica Fiscal e Contabilidade Pública* e *Anais do Congresso de Prefeitos Municipais de Minas Gerais (1941)*.

Estado de Minas

Ovídio Xavier de Abreu, 1969

FONTES: *Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados*. Brasília. Livro N-Y, p. 46./*Dados biográficos* - Informante: Banco do Brasil. Direção Geral - Brasília./FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 24 fev. 1934, p. 9; 22 dez. 1944, p. 13./*O Diário*, Belo Horizonte, 13 set. 1951, p. 8; 4 out. 1951, p. 5./RIBEIRO, Coriolano Pinto & GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1956. *Dicionário Histórico-Biográfico 1930-1983*. Coordenação Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro, Forense - Universitária: FGV-CPDOC, Financiadora de Estudos e Projetos - Finep. 1984.

ABREU, Paulo Marcos Almada de

Político, empresário, professor e advogado, nasceu em Dores do Rio Preto, MG, a 12 de maio de 1944. Filho do farmacêutico José de Barros Abreu e de Geni Almada de Abreu. Casado com Rosângela Galgani Gouveia de Abreu.

Fez os estudos secundários na Escola Técnica e no Colégio Comercial Professor Humberto Rosas, em Belo Horizonte, e o curso superior na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, pela qual se licenciou em História, e na Faculdade de Direito do Oeste de Minas, em Divinópolis, pela qual se bacharelou em 1975.

Eleito Deputado Estadual para a 10ª Legislatura (1983-1987), na Assembléia foi Vice-Presidente da Comissão de Segurança (1983-1984), membro da Comissão de Energia, Minas e Metalurgia (1983-1984). Em 1986, foi eleito suplente de Deputado Federal Constituinte e para o período 1987-1991, tendo sido, ao assumir o mandato na Câmara dos Deputados, titular da Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias e suplente da Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, além de Presidente da Comissão de Fiscalização e Tomada de Contas, Vice-Presidente da CPI do Arrudas e da CPI do Menor.

Filiado ao PMDB, pertenceu ao Partido Popular.

FONTES: *Dados biográficos* - Informante: Gabinete do Deputado Paulo Marcos Almada de Abreu. CEM-UFMG/DCP-ALEMG./ BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Assembléia Nacional Constituinte - 1987*: repertório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. 2. ed. Brasília, 1989. p. 681.

ABREU, Rodolfo Ernesto de

Político, Coronel da Guarda Nacional, banqueiro, comerciante, empresário de imprensa e jornalista, nasceu em Mariana, Província de Minas Gerais, a 25 de janeiro de 1858, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 4 de agosto de 1928. Filho de Manuel Abreu Lusitano e de Ana Rosalina de Abreu. Casado com Ana Paulina de Abreu.

Trabalhou no comércio desde os 14 anos de idade. Com o tempo, tornou-se sócio de uma firma do Rio de Janeiro e, depois, fundou ali seu próprio estabelecimento, sob a razão Rodolfo, Ir. & Matos. Republicano histórico, propagou os novos ideais políticos em seu meio profissional e organizou o Partido Republicano na freguesia da Candelária, onde derrotou o Barão de Paraná na eleição para Deputados Gerais de 1888. No mesmo ano, participou dos congressos republicanos realizados no Rio de Janeiro e em Ouro Preto, respectivamente no dia 14 de julho e no período de 15 a 18 de novembro de 1889, tendo sido, com Francisco Glicério, portador dos primeiros decretos republicanos a receberem a assinatura do Gen. Deodoro da Fonseca, então doente em casa. De acordo com Quintino Bocaiúva, indicou para Presidente do Estado de Minas Gerais José Cesário de Faria Alvim* que, entretanto, o excluiu da chapa para a Constituinte de 1891. Assim, preterido em favor do Conselheiro Carlos Afonso, publicou manifesto retirando-se da política ativa, mas recomendando aos amigos que votassem nos candidatos republicanos contra os da chapa "católica", na qual lhe tinha sido oferecido um lugar.

Por se tratar de um dos raros comerciantes republicanos, o Ministro da Fazenda do Governo Provisório, Rui Barbosa, convidou-o para o Banco do Brasil, onde serviu na Carteira de Emissão. Quando sobrevieram o golpe de 3 de novembro de 1891 e o contragolpe de 1893, no jornal *O Paiz*, de que era um dos proprietários e redator, bateu-se contra a tentativa de deposição de Cesário Alvim*, através da série de artigos *Minas e sua divisão*. Por tal atitude, o Congresso Mineiro indicou-o para Deputado Federal na vaga de Feliciano Augusto de Oliveira Pena*, nomeado para a Magistratura. Exerceu o mandato desde a 1ª Legislatura até o fim da 1ª Sessão da 4ª Legislatura (1892-1902), quando renunciou por divergir da política inaugurada por Campos Sales.

Afastado por muitos anos da política e da imprensa, na Campanha Civilista voltou a escrever em *O Paiz* artigos doutrinários e de defesa da candidatura do Marechal Hermes da Fonseca contra Rui Barbosa. Foi ainda um dos fundadores e Presidente do Banco Comercial e Agrícola do Rio de Janeiro e agricultor em Barbacena, MG.

Pertenceu ao Partido Constitucionalista, ao PRF e ao PRM.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 5 ago. 1928. p. 5./ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917.* São Paulo, M. Abranches, 1918. v. 1./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 6 a 7 jul. 1928. pp. 9-10/ SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

ABREU, Sílvio de Andrade

Político e advogado, nasceu em Rio Preto, MG, a 9 de outubro de 1913. Filho de José Ribeiro de Abreu e de Antônia de Andrade Abreu. Casado com Vera Jorge de Abreu.

Formou-se pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil em 1936. Em Juiz de Fora, MG, advogou e exerceu os cargos de Delegado de Polícia e de Diretor da Penitenciária Regional. Foi Deputado Estadual na 2ª Legislatura (1951-1955) e Deputado Federal no período de 1971-1975. Na Assembléia Legislativa, ocupou os cargos de 1º-Vice-Presidente da Comissão Executiva (1954), Presidente da Comissão de Energia e Transportes (1951), Vice-Presidente da Comissão de Serviço Público Civil (1953) e membro da Comissão de Redação e das Comissões Especiais para revisão da Lei de Organização Municipal e para reforma da Lei de Organização Judiciária (1953). Na Câmara dos Deputados, fez parte das Comissões de Constituição e Justiça, de Minas e Energia e do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste.

Pertenceu ao PTB e ao MDB.

Foi ainda Diretor da Loteria do Estado de Minas Gerais.

Atuaram na política seu filho Sílvio de Andrade Abreu Júnior* e seu irmão General Hugo de Andrade Abreu*.

FONTES: *Dados biográficos* - Informante: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/ Robertson Caloman Jacob Plischke. CEM/ UFMG./*Deputados brasileiros:* repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 7ª Legislatura (1971-5). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados 1971.

ABREU JÚNIOR, Sílvio de Andrade

Político, advogado, professor e fazendeiro, nasceu em Juiz de Fora, MG, a 12 de fevereiro de 1948. Filho do político e advogado Sílvio de Andrade Abreu* e de Vera Jorge de Abreu. Casado com Maria do Carmo Dalpra de Abreu.

Concluiu os estudos secundários na Fundação Educacional Machado Sobrinho, em sua cidade natal, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da UFJF em 1972.

Em 1972, foi Vereador à Câmara Municipal de Juiz de Fora. Eleito Deputado Federal por três mandatos consecutivos (1975-1987), na Câmara dos Deputados foi membro das Comissões de Ciência e Tecnologia, Constituição e Justiça, Trabalho e Legislação Social, Economia, Indústria e Comércio, Finanças e Fiscalização Financeira e Tomada de Contas, Minas e Energia e Relações Exteriores. Em 1977, foi Vice-Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio e, em 1978, presidiu a CPI destinada a apurar as causas do retardamento na produção de combustíveis não derivados do petróleo e integrou a CPI sobre o ensino superior.

Em 1982, foi Presidente do Diretório Municipal do PMDB em Juiz de Fora. Foi, ainda, Secretário de Estado do Interior e Justiça, em 1983.

Em 1986, elegeu-se Deputado Federal Constituinte para o período 1987-1991. Na Câmara dos Deputados, foi titular da Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público, e suplente da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais.

Empreendeu viagem aos EUA, como observador parlamentar (1986).

Filiou-se ao MDB e, após sua dissolução, ingressou no PP, vinculando-se posteriormente ao PMDB. Foi membro do Diretório Regional desses três partidos, sendo delegado às suas convenções nacionais.

Recebeu diversas condecorações.

Publicou, em 1975, a obra *Agruras do Custo de Vida*, e de 1976 a 1980, seis volumes da obra *Aspectos da Vida Parlamentar*.

Atuaram na política seu pai, Sílvio de Andrade Abreu*, e seu tio Hugo de Andrade Abreu*.

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG./ BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Assembléia Nacional Constituinte - 1987:* repertório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. 2. ed. Brasília, 1989. pp. 774-775.

ACAIABA, Morvan ver RESENDE, Morvan Aloísio Acaiaba de

ADALBERTO FERRAZ ver LUZ, Adalberto Dias Ferraz da

ADAUTO, Anderson ver PEREIRA, Anderson Adauto

ADEMIR LUCAS ver GOMES, Ademir Lucas

ADJUTO, Antônio Garcia

Político, promotor, advogado e jornalista, nasceu em Paracatu, Província de Minas, a 7 de março de 1867, e faleceu em Campo Grande, MT, a 15 de outubro de 1935. Filho do fazendeiro e Capitão da Guarda Nacional Francisco Garcia Adjuto e de Ana Cornélia Garcia Adjuto. Casado com Ana Adjuto.

Fez o curso de Humanidades no Seminário de Diamantina, MG, os preparatórios em São Paulo, SP, e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1890. Diplomado, retornou a Minas Gerais, onde exerceu, no ano seguinte, o cargo de Promotor Público em Araxá. Passando a advogar em Uberaba, desempenhou, de 1895 a 1897, as funções de Inspetor do Ensino na região.

Eleito seguidamente, de 1898 a 1903, Vereador à Câmara Municipal de Uberaba, foi seu Presidente nos três últimos anos de mandato e Agente Executivo interino. Em 1899, fundou o jornal *A Lavoura e o Commercio de Uberaba*, que dirigiu até 1909. Elegeu-se Deputado Federal para a 7ª Legislatura (1909-1911).

Foi ainda professor de Grego no Ginásio Nacional (atual Colégio Pedro II), no Rio de Janeiro, RJ, e de Inglês no Liceu de Humanidades, em Campos, RJ, e advogado no Estado de Mato Grosso.

FONTES: ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917.* Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 2./ GONZAGA, Olímpio. *Memória histórica de Paracatu.* Uberaba, Tip. Jardim, 1910./VELHO SOBRINHO, João Francisco. *Dicionário biobibliográfico brasileiro.* Rio de Janeiro, s. ed., 1937. v. 1.

AÉCIO NEVES ver CUNHA, Aécio Neves

AFONSO, Leonel Arcanjo

Comandante-Geral da Polícia Militar, advogado e professor, nasceu em 29 de setembro de 1939, em Belo Horizonte, MG. Filho do Coronel da PM João Afonso Filho e Ana Afonso Silveira. Casado com Neusa Coutinho Afonso.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da UFMG, em 1965.

Na Polícia Militar, fez o curso de Formação de Oficiais, de 1957 a 1960, tornando-se aspirante a oficial, depois o curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (1969) e o curso Superior de Polícia (1975). Em 1963, participou do curso realizado na Academia Interamericana de Polícia, no Panamá - Zona do Canal -, tendo sido graduado com honra (1º colocado). No decorrer de sua formação, participou de outros cursos e seminários no Brasil e no exterior.

Iniciou suas funções como Instrutor do DI-PMMG (atual Academia de Polícia Militar), de 1960 a 1964, para cursos de Formação de Oficiais e Sargentos. Passou por inúmeras funções e recebeu promoções, até atingir o posto de Coronel, em 1980. Foi Diretor de Pessoal da PMMG, de 1980 a 1984. Assumiu o cargo de Comandante-Geral da PMMG em 1984, no qual permaneceu até 1987.

Integrou várias comissões na PM, como a de Estudos de Revisão do Regulamento de Promoção de Oficiais (1970) e o Grupo de Reforma Administrativa da PMMG (1975).

Na área pedagógica, exerceu as funções de instrutor, árbitro e professor em diversos cursos, e participando de bancas examinadoras.

Recebeu diversas condecorações militares em Minas Gerais e em Estados como São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Pará e Distrito Federal.

Proferiu palestras na ESG, em 1984-1985, sobre o tema *Violência Urbana* e no Comitê Temático nº 10 da comissão encarregada de elaborar proposta de Constituição para a Constituinte, Rio de Janeiro, jan/1986, abordando o tema *Polícia Militar e Constituinte.*

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

AGUIAR, Hugo

Político, advogado e fazendeiro, nasceu em Araguari, MG, a 1º de março de 1928. Filho do político José Emílio de Aguiar e de Carmen Porto Aguiar. Casado com Beatriz de Castro Aguiar.

Iniciou os estudos secundários no Colégio Regina Pacis, em sua terra natal, completou-os no Instituto Padre Machado, de Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais em 1951.

Em Coromandel, MG, onde advogava, foi Vereador em dois períodos, tendo presidido a Câmara Municipal. Chefe do Gabinete do Secretário do Interior e Justiça no Governo José Francisco Bias Fortes*, elegeu-se Deputado Estadual para a 4ª e a 5ª Legislaturas (1959-1967). Na Assembléia Legislativa, exerceu os cargos de 1º-Vice-Presidente da Comissão Executiva (1963), Presidente das Comissões de Serviço Público Civil (1959) e de Redação (1962), Vice-Presidente das Comissões de Educação e Cultura e de Siderurgia (1960), e membro da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (1961-1965) e da Comissão Especial de Refinaria de Petróleo em Belo Horizonte (1959).

De janeiro a agosto de 1966 desempenhou as funções de Secretário de Estado da Administração do Governo Israel Pinheiro da Silva*.

Deputado Federal na 6ª e 7ª Legislaturas (1967-1975), integrou as Comissões de Serviço Público e de Finanças. Em março de 1979 assumiu uma diretoria da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais.

Pertenceu ao PSD e à Arena.

FONTES: *Deputados brasileiros*: repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 6ª Legislatura (1967-71). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1968; 7ª Legislatura (1971-5). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1971./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 28 e 29 de nov. 1965; e 30-31 jan. 1966. Caderno DM2. p. 6./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1 fev. 1966. p. 9./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 2 fev. 1966. p. 13; 19 mar. 1979. p. 2./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

ALBANO, Maria Celina Pinto

Secretária de Estado, socióloga e professora, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 16 de janeiro de 1944. Filha de Artur Albano e Maria da Glória Pinto Albano. Casada com Rogério G. Ribeiro de Andrade.

Fez o curso Ginasial no Colégio Santa Marcelina (1959) e o Clássico no Colégio Helena Guerra (1962). Bacharelou-se em Sociologia e Política (1967), pela Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, fez o mestrado em Ciência Política, no Departamento de Ciência Política da UFMG (1970), e doutorou-se em Sociologia pela University of Manchester, Inglaterra, com a tese *The Making of a Brazilian City - The Experience of Contagem* (1980).

Representou os auxiliares de ensino no Conselho Universitário da UFMG de 1973 a 1974. Foi membro-fundadora do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher, em Belo Horizonte (1980) e Coordenadora dos Cursos de Mestrado em Sociologia (1984-1986) e de Ciências Sociais (1989-1991), ambos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Fafich -, da UFMG. Representou a Fafich no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMG (1986-1989) e ocupou o cargo de Diretora Técnica do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM -, órgão ligado ao Ministério da Justiça (1987-1988).

Além de Socióloga, é também Professora-Adjunta IV do Curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG.

Em 15 de março de 1991 foi nomeada Secretária de Estado da Cultura, pelo Governador Hélio Carvalho Garcia*.

Publicou Anatomia da Violência (em colaboração com Paula Monteiro), in: Luz M. (org.) *O lugar da Mulher*, RJ, Ed. Graal, 1982., *A cidade na Praça: Poder, Memória, Liberdade* (em colaboração com Celina Borges, Nísia Werneck e Telma Gonçalves Menicucci)., Anotações sobre Espaço e Vida Cotidiana (em colaboração com Nísia Werneck) in: *Espaço & Debates*, nº 17. 1986., Consideraciones sobre la Experiencia del Centro de Defesa dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte, in: Stolke V. (org.) *Mujeres Latinoamericanas: Diez Ensayos y Una Historia Colectiva*, Lima - Centro Flora Tristan, 1988., O Consumo como forma de Sociabilidade e Lazer nos Centros Urbanos Contemporâneos (em colaboração com Celina Borges Lima), in: *Textos de Sociologia e Antropologia*, Departamento de Sociologia e Antropologia/UFMG, nº 32, 1990.

É filiada ao PT.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais.

ALBERGARIA, Jaeder Soares de

Político, médico e fazendeiro, nasceu em Caratinga, MG, a 4 de setembro de 1904, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, a 15 de abril de 1981. Filho do farmacêutico Raimundo Soares de Albergaria e de Guilhermina de Freitas Albergaria. Casado com Ivone Dutra de Resende Albergaria.

Fez o curso secundário no Ginásio Leopoldinense, de Leopoldina, MG, e diplomou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro - FMRJ - em 1927.

Clinicou em Tarumirim, MG, a partir de 1928. Foi membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro.

Foi Vereador à Câmara Municipal de Itanhomi, MG (1936-1937), e Prefeito de Tarumirim (1942-1946).

Deputado Estadual Constituinte e para a 1ª Legislatura (1947-1951), fez parte da Comissão de Saúde Pública, da qual foi Vice-Presidente (1949-1950). Eleito Deputado Federal da 2ª à 6ª Legislatura (1951-1971), integrou a Comissão de Saúde Pública da Câmara. Em 1960, renunciou ao mandato parlamentar para exercer o cargo de Delegado Fiscal no Estado da Guanabara.

Pertenceu ao PSD e à Arena.

Publicou *A vida e obra de Fleming*; *Vida de Miguel Couto*; *Do delivramento artificial e seu prognóstico* (tese de doutoramento); *A esquistossomose no Brasil* (discurso).

Atuaram na política seus irmãos Raimundo Soares de Albergaria Filho*, Jason Soares de Albergaria*, Geraldo Soares de Albergaria, ex-Prefeito de Caratinga, Alberoni Soares de Albergaria, ex-Prefeito de Tarumirim, e seu sobrinho Raimundo Silva de Albergaria*.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados. 1963*. 5ª Legislatura. Brasília, Diretoria de Documentação e Publicidade. 2:377, 465, 1964./Azeredo Neto. *Trechos* (prosa mineira). Belo Horizonte, Gráfica Queiroz Brenier, 1945./*Deputados brasileiros*; repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 6ª Legislatura (1967/71). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1968./ FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte.

ALBERGARIA, Jason Soares de

Político, membro do Ministério Público e professor, nasceu em São Sebastião de Entre-Rios, então Distrito de Rio Casca (hoje cidade de Raul Soares), MG, a 24 de novembro de 1912. Filho do farmacêutico Raimundo Soares de Albergaria e de Guilhermina de Freitas Albergaria. Casado com Marieta Silva de Albergaria.

Fez o curso secundário no Ginásio Leopoldinense, de Leopoldina, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais.

Ingressando no Ministério Público Estadual logo depois de diplomado, exerceu os cargos de Promotor de Justiça em Caratinga e Juiz de Fora, de Curador de Menores em Belo Horizonte e de Procurador de Justiça. Eleito Deputado Constituinte de Minas de 1947 e para a 1ª Legislatura (1947-1951), desempenhou as funções de 4º Secretário da Comissão Executiva da Assembléia (1949-1950) e de membro das Comissões de Segurança Pública (1947), de Viação e Obras Públicas (1948), de Estudos sobre Serviços de Justiça (1947) e de Estudos sobre a Produção Agrícola (1947). Em seguida, foi Diretor da Penitenciária Agrícola de Neves, do Departamento de Organização Penitenciária de Minas Gerais, do Departamento de Organização Judiciária da Secretaria de Estado do Interior e Justiça e do Departamento Penitenciário Federal.

Lecionou Direito Processual Penal na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Minas Gerais.

Pertenceu ao PDC.

Atuaram na política seus irmãos Jaeder Soares de Albergaria*; Raimundo Soares de Albergaria Filho*; Geraldo Soares de Albergaria, Prefeito de Caratinga, MG, (1936-1937); Alberoni Soares de Albergaria, Prefeito de Tarumirim, MG, em dois períodos; seu filho Raimundo Silva de Albergaria* e seu sogro, Isolino Romualdo da Silva*.

FONTES: Azeredo Neto. *Trechos* (prosa mineira). Belo Horizonte, Gráfica Queiroz Brenier, 1945./*Dados biográficos* - Informante: Jason Soares de Albergaria. CEM/ UFMG. *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 17 fev. 1965. p. 9./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 24 mar. 1979. p. 4.

ALBERGARIA, Raimundo Silva de

Político e funcionário público, nasceu em Muriaé, MG, a 31 de agosto de 1940. Filho do político e advogado Jason Soares de Albergaria e de Marieta Silva de Albergaria. Casado com Maria Helena Costa de Albergaria.

Fez o curso secundário no Colégio Loyola de Belo Horizonte, MG, em 1959.

Foi Fiscal de Rendas da Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais (1960-1974). Desempenhou, ainda, as funções de Presidente da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais, de Vice-Presidente da Federação Nacional dos Funcionários e de Procurador dessas duas entidades.

Deputado Estadual da 8ª à 10ª Legislaturas (1975-1987). Na Assembléia Legislativa, foi Vice-Presidente (1979), 1º-Secretário da Assembléia (1983-1984), membro das Comissões de Serviço Público (1975), de Economia (1979), de Obras Públicas (1979), de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas (1981-1982) e de Agropecuária e Política Rural (1975; 1980-1982). Em 1986, elegeu-se Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991), na qual foi membro efetivo da Comissão de Defesa do Consumidor (1989-1990) e suplente da Comissão de Redação (1989-1990). Em 1990, reelegeu-se Deputado Estadual para a 12ª Legislatura (1991-1995). Foi membro efetivo da Comissão de Administração Pública e suplente das Comissões de Defesa Social e de Política Energética, Hídrica e Minerária.

Era filiado ao PDS, tendo pertencido também à Arena.

Atuaram na política, além de seu pai, seu sogro, José Antônio de Vasconcelos Costa*, e seus tios Jaeder Soares de Albergaria*, Raimundo Soares de Albergaria Filho*, Geraldo Soares de Albergaria, Prefeito de Caratinga, MG, e Alberoni Soares de Albergaria, Prefeito de Tarumirim, MG.

FONTES: *Dados biográficos* - Informante: Maria Helena Costa de Albergaria. CEM/ UFMG./*Deputados estaduais de Minas Gerais à 8ª. Legislatura (1975/9)*. Ficha biográfica. Convênio APM/UCMG. Coordenador: Caio C. Boschi.

ALBERGARIA FILHO, Raimundo Soares de

Político e médico, nasceu em São Francisco do Vermelho, Distrito de Caratinga (hoje Vermelho Velho, Distrito de Raul Soares), MG, a 6 de junho de 1911, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 21 de março de 1982. Filho de Raimundo Soares de Albergaria e de Guilhermina de Freitas de Albergaria. Era casado.

Diplomado pela Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais, passou a clinicar em Governador Valadares, MG, onde ingressou na política como Prefeito Municipal.

Suplente de Deputado Estadual na 3ª Legislatura (1955-1959), exerceu o mandato em vários períodos. Posteriormente, elegeu-se Deputado Estadual para a 5ª Legislatura (1963-1967) e, de novo, suplente na 7ª Legislatura (1971-1975), tendo, nesta última, assumido, em setembro de 1973, a cadeira que vagou pelo falecimento de Manuel da Silva Costa*. Na Assembléia, foi Presidente das Comissões de Agricultura, Indústria e Comércio (1965) e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (1966), e membro das Comissões de Saúde Pública (1963) e de Segurança Pública (1964).

Pertenceu ao PSD e à Arena.

Atuaram na política seus irmãos Jaeder Soares de Albergaria*, Jason Soares de Albergaria*, Geraldo Soares de Albergaria, ex-Prefeito de Caratinga, e Alberoni Soares de Albergaria, ex-Prefeito de Tarumirim, além de seu sobrinho Raimundo Silva de Albergaria*.

FONTES: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

ALBERTO DEODATO ver BARRETO, Alberto Deodato Maia

ALBUQUERQUE, Alfredo Alves de

Magistrado, promotor e procurador, nasceu em Viçosa, Província de Minas Gerais, a 8 de setembro de 1881, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 12 de setembro de 1961. Filho do Desembargador Francisco José Alves de Albuquerque* e de Elvira Augusta Pinto Coelho de Albuquerque. Casado com Joana Olinda Andrade de Albuquerque.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro de Ouro Preto, MG, estudou Humanidades no Seminário de Mariana, MG, e no Colégio do Caraça, MG, e bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, em 1906.

Foi Promotor de Justiça das Comarcas de Itabira e Pará (depois Pará de Minas). Ingressando na Magistratura mineira, exerceu as funções de Juiz de Direito, sucessivamente, em Itaúna, Andrelândia e Santa Luzia. Em 1931 desempenhou o cargo de Procurador-Geral do Estado e, no ano seguinte, foi nomeado Desembargador da Corte de Apelação. Ocupava a Vice-Presidência do então Tribunal de Apelação quando se aposentou, em 1943.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 13 set. 1961. p. 2./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 13 set. 1961. p. 8./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 14 set. 1961. p. 7./*Diário*, Belo Horizonte, 13 set. 1961. p.2.

ALBUQUERQUE, Francisco José Alves de

Magistrado e promotor, nasceu no Recife, Província de Pernambuco, a 25 de março de 1846, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 21 de janeiro de 1922. Filho de Francisco José Alves de Albuquerque e de Francisca Alexandrina Alves de Albuquerque. Casado com Elvira Augusta Pinto Coelho de Albuquerque.

Diplomado pela Faculdade de Direito do Recife, em 1866, iniciou a carreira logo depois, como Promotor Público na Comarca de Mossoró, Província do Rio Grande do Norte, da qual foi removido para a de Açu. Exonerado em agosto de 1868, no ano seguinte foi nomeado Juiz Municipal do Termo de Santa Bárbara, Província de Minas Gerais, e, em 1873, Juiz de Direito da Comarca mineira de Paracatu. Promovido, em 1879, para Óbidos, na Província do Grão-Pará, não chegou a tomar posse. Era Juiz avulso quando lhe foi designada, em 1882, a Comarca de São José, na Província de Santa Catarina. Removido, em 1883, para a Comarca de Piracicaba, com sede em Itabira do Mato Dentro, Província de

Minas Gerais, ali se encontrava quando se proclamou a República. Em 1897, ascendeu ao Tribunal da Relação de Minas Gerais, tendo-se aposentado como Desembargador em 1910.

Foi, também, magistrado seu filho Alfredo Alves de Albuquerque*.

FONTES: *Diário de Minas,* Belo Horizonte, 23 de jan. 1922. p. 4/*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 22 jan. 1922. pp. 9-10./ Perfil de Juiz. Desembargador Francisco José Alves de Albuquerque. In: *Jurisprudência Mineira*, Belo Horizonte, 5-6: 873-87, nov./dez. 1951./ O Centenário de um grande Juiz (1846-1946). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 4:52-80, 1948.

ALBUQUERQUE, Manuel Pires de Carvalho e

Professor, Reitor da Universidade de Minas Gerais e engenheiro, nasceu em Peri-Peri, Província da Bahia, a 3 de janeiro de 1889, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 25 de dezembro de 1961. Filho de Garcia Dias D'Ávila Pires de Carvalho Albuquerque*, descendente de duas tradicionais e importantes famílias baianas, e de Maria Capitolina de Argolo Pires. Casado, em primeiras núpcias, com Laura Lacerda Pires e Albuquerque e, em segundas, com Ordália Magalhães Pires e Albuquerque.

Fez o curso secundário em Salvador, BA, e graduou-se pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1903. No mesmo ano, ingressou no quadro de engenheiros da Estrada de Ferro Central do Brasil e ocupou vários cargos de chefia, entre os quais o da construção do ramal de Belo Horizonte. Aposentou-se ao fim de 35 anos de serviço.

Foi professor da Escola de Engenharia de Juiz de Fora, de 1914 a 1920, e seu Diretor em 1919. Na Capital mineira, regeu a cadeira de Estradas da Escola Livre de Engenharia, depois incorporada à UMG, de 1922 a 1952, sucessivamente, como contratado, livre-docente e catedrático. Nomeado Reitor da UMG, cumpriu mandato de janeiro de 1946 a janeiro de 1949. Durante sua gestão, iniciou-se a construção da Cidade Universitária, no Bairro da Pampulha. Foi Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura durante dez anos e sócio fundador da Sociedade Mineira de Engenheiros, cujo Conselho Consultivo integrou em vários períodos.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 27 dez. 1961. p. 3./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 9 jan. 1946. p. 8; 31 dez. 1961. p. 12./ MORAES, Eduardo R. Afonso de. *História da Universidade Federal de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1971. v. 2./ *O Diário*, Belo Horizonte, 2 set. 1955. p. 3; 27 dez. 1961. p. 4.

ALCÂNTARA, Dráuzio Vilhena de

Magistrado e promotor, nasceu em Pouso Alegre, MG, e faleceu na mesma cidade, a 2 de julho de 1959. Filho do Coronel da Guarda Nacional Saturnino Vilhena de Alcântara e de Georgina Duarte Vilhena de Alcântara. Casado com Maria Nazaré Cavalcanti de Alcântara. Fez o curso secundário em São Paulo, SP, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1907.

Desempenhou o cargo de Promotor de Justiça nas Comarcas mineiras de Caxambu e São Sebastião do Paraíso. Ingressando na Magistratura, foi Juiz Municipal de Caxambu e Juiz de Direito de Pouso Alegre (1914-1940) e de Itajubá. Promovido ao Tribunal de Apelação em 1941, no ano seguinte aposentou-se como Desembargador.

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 22 jul. 1959. p. 11./ *Universidade de São Paulo.* Faculdade de Direito. Arquivo.

ALEIXO, Pedro

Político, advogado, jornalista, escritor e acadêmico, nasceu no Distrito de São Sebastião (hoje Bandeirantes), Município de Mariana, MG, a 1° de agosto de 1901, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 3 de março de 1975. Filho do comerciante José Caetano Aleixo e de Úrsula Martins Aleixo. Casado com Maria Stuart Brandi Aleixo.

Fez os estudos secundários no Colégio Malheiros e no Ginásio Alfredo Baeta, ambos em Ouro Preto, MG, e os preparatórios no Curso Furtado de Menezes, também em Ouro Preto, no Ginásio Mineiro e no Colégio Caetano de Azeredo Coutinho, de Belo Horizonte. Bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais - FLDMG - em 1922. Durante o curso jurídico, dirigiu a *Revista Acadêmica* e sempre obteve notas distintas, pelo que conquistou o Prêmio Rio Branco, destinado ao melhor aluno.

Imediatamente passou a exercer a advocacia na Capital mineira, em escritório de que fizeram parte Abílio Machado* e Mílton Soares Campos*, seu colega de turma, e, mais tarde, José Maria Alkmim*. Ao mesmo tempo, militava na imprensa, primeiro no *Diário da Manhã* (1923), ao lado de Antônio Augusto de Lima Júnior*, Abílio Machado*, Orozimbo Nonato, Clemente Soares de Faria* e Daniel Serapião de Carvalho*, e, em seguida, no *Estado de Minas*, que fundou, em 1927, junto com Juscelino Barbosa* e Álvaro Mendes Pimentel*. Dirigiu o jornal até sua incorporação aos Diários Associados, organização a que esteve ligado até a morte, como Presidente de algumas de suas empresas em Minas Gerais. De 1927 a 1930, integrou o Conselho Deliberativo Municipal de Belo Horizonte, do qual foi Secretário e Presidente.

Ativo participante da Campanha da Aliança Liberal, elegeu-se para a Câmara dos Deputados, mas não teve o mandato ratificado pela Comissão de Reconhecimento de Poderes. Em 1932 e 1933, desempenhou as funções de membro, Secretário e Presidente do Conselho Consultivo de Minas Gerais, tendo-lhe cabido dirigir a Comissão de Revisão Administrativa do Estado. Eleito Deputado à Assembléia Nacional Constituinte, deu contribuição de relevo à elaboração da Constituição de 1934, notadamente no capítulo dos direitos e garantias individuais. Durante a Legislatura Ordinária (1934-1937), atuou na Comissão de Reforma do Colégio Eleitoral e na Comissão de Constituição e Justiça. Entre seus pareceres mais importantes, destacou-se o relativo ao projeto de lei que regulava o casamento religioso com efeitos civis. Depois de liderar a Maioria na Câmara dos Deputados (1935-1936), em maio de 1937 foi eleito Presidente da Casa, cargo que ocupava quando, a 10 de novembro, tropas do Exército ocuparam o Palácio Tiradentes.

Ao regressar a Minas Gerais, em telegrama a Getúlio Vargas, expedido do próprio trem em que viajava, protestou contra os "graves atos" que envolveram a instauração do Estado Novo. Retoma o exercício da advocacia e, em 1938, é escolhido Presidente do Instituto dos Advogados de Minas Gerais e Diretor Jurídico do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais S.A. No decorrer de todo o regime discricionário, esteve em voluntário ostracismo político. Em outubro de 1943, assinou o *Manifesto dos Mineiros*, sendo, em conseqüência, afastado do Banco Hipotecário, submetido, à época, à intervenção do Governo mineiro. Eleito Deputado à Assembléia Constituinte Mineira e para a 1ª. Legislatura (1947-1951), após colaborar na feitura do anteprojeto da Constituição Estadual, licenciou-se, de março de 1949 a julho de 1950, para ocupar a Secretaria do Interior e Justiça no Governo Mílton Soares Campos*. Em 1950, disputou a Vice-Governança do Estado, na chapa encabeçada por Gabriel de Resende Passos*. Vitoriosas as candidaturas oposicionistas de Juscelino Kubitschek de Oliveira* e Clóvis Salgado da Gama*, retornou à advocacia, até eleger-se Deputado Federal para a 4ª. Legislatura (1959-1963), durante a qual fez parte da Comissão de Constituição e Justiça. Em 1961, assumiu a Liderança do Bloco Parlamentar UDN-PL e, mais tarde, a Liderança da Oposição.

No período presidencial de Jânio Quadros, foi Líder do Governo na Câmara dos Deputados e, depois da renúncia do primeiro mandatário, de novo Líder da Oposição. Na crise que se formou em torno da posse do Vice-Presidente João Goulart, figurou entre os que mais contribuíram para superá-la, mediante a adoção do sistema parlamentarista de governo. Reeleito Deputado Federal para a 5ª. Legislatura (1963-1967), continuou a atuar na Comissão de Constituição e Justiça e a opor-se tão tenazmente ao Governo que apoiou o movimento de março de 1964, do qual resultou a derrocada da Situação. No período de Castelo Branco, foi Líder do Governo e, depois, Ministro da Educação e Cultura (30/1/66 - 30/6/66). De volta à Câmara, presidiu à Comissão Especial do Congresso Nacional que deu redação final à Constituição de 1967.

Na sucessão seguinte, foi escolhido Vice-Presidente da República pelo Colégio Eleitoral, tendo chegado a substituir o Presidente Costa e Silva quando este, em abril de 1967, passou quatro dias no Uruguai, participando da reunião de Chefes de Governo americanos realizada em Punta del Este. Ao propor o Governo a edição do Ato Institucional no. 5, de 13 de dezembro de 1968, foi o único dos membros do Conselho de Segurança Nacional a manifestar-se contra a adoção da medida, afirmando que ela institucionalizaria a ditadura e seria um perigo para a ordem constitucional. Embora voto vencido, permaneceu ao lado do Presidente Costa e Silva, que o convocou, em julho de 1969, para presidir à comissão de juristas incumbida de preparar a reforma constitucional. Sua atuação nessa comissão marcou-se pela tentativa de introduzir medidas que desfizessem o regime de arbítrio instalado, objetivando, sobretudo, a reabertura do Congresso Nacional. Segundo o jornalista Carlos Chagas, Assessor de Imprensa da Presidência, Aleixo e Costa e Silva teriam tentado, em vão, introduzir eleições diretas para os Governos Estaduais e a escolha do Presidente pelo Congresso nessa reforma. À época, como Vice-Presidente da República, deveria presidir ao Congresso Nacional, mas abriu mão da Presidência do Senado para evitar crise com o Senador Auro de Moura Andrade. Impedido pelos Ministros militares de assumir a Chefia do Governo nos fins de 1969, quando mortal enfermidade acometeu o Marechal Costa e Silva, chegou a ser detido em casa, no Rio de Janeiro. Em fevereiro do ano seguinte, rompeu com o oficialismo e, retornando à atividade profissional em seu Estado, dedicou-se à criação do Partido Democrata Republicano - PDR -, que, ao falecer, já havia praticamente instituído. O PDR visava a romper com o bipartidarismo e a recompor a ordem constitucional. Nesse sentido, Aleixo emitiu uma série de pronunciamentos em favor do aperfeiçoamento da democracia, contra a pena de morte e pela liberdade de manifestação do pensamento. A proposta do Partido consistia na manutenção, defesa e aperfeiçoamento do regime democrático definido na Constituição, além do compromisso de "assegurar e preservar os direitos fundamentais da pessoa humana". Aleixo declarava-se empenhado na concretização do que considerava os ideais do movimento de 1964: a plenitude democrática. Além disso, apontou limitações da Arena e do MDB. Entretanto, não conseguiu registrar o partido.

Pertencera, antes, ao Partido Progressista - PP -, à UDN e à Arena. No magistério superior, iniciou-se, em outubro de 1927, como livre-docente, por concurso, de Direito Penal. Regeu a disciplina em diferentes oportunidades e lecionou-a efetivamente, já como catedrático, também por concurso, de 1957 a 1971, quando se aposentou pela compulsória. Na mesma instituição, ocupou as cadeiras de Direito Internacional Público e de Prática do Processo Penal, no curso de Bacharelado, e de Sistemas Penitenciários e Criminologia, no curso de Doutorado. Figurou entre os fundadores da Faculdade Mineira de Direito, hoje integrante da PUC-MG, e ali foi catedrático de Direito Penal. Como advogado, participou de rumorosos julgamentos, entre os quais o das irmãs Poni (1964), que inocentou da acusação de assassinato, e o de Roberto Lobato (1973), no qual atuou como advogado de acusação, sem conseguir a condenação do réu.

Publicou as obras *O segredo profissional*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1927; *O peculato no direito penal brasileiro*, Belo Horizonte, s. ed.. 1959; *Imunidades parlamentares*, Belo Horizonte, Edições Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1961; *Pena de morte; As inovações introduzidas na instituição do júri e casamento religioso celebrado antes do ato civil; Inexistência do crime* (revogação do art. 284 da Consolidação das Leis Penais).

Em maio de 1972, foi eleito para a Academia Mineira de Letras - AML -, em substituição a Mílton Campos*, na cadeira nº 29, que tem Aureliano Pimentel por patrono. Fundou e manteve, com recursos pessoais, a instituição de assistência a menores da Fundação São José, em Ibirité, MG; contribuiu para a sustentação e aprimoramento do Abrigo Monsenhor Artur de Oliveira, antiga Casa do Pequeno Jornaleiro, em Belo Horizonte, e por muitos anos integrou a Comissão Diretora da Santa Casa de Misericórdia da Capital mineira. Colaborou, ainda, na remodelação do sistema penitenciário de Minas Gerais.

Estado de Minas

Pedro Aleixo, agosto de 1971

FONTES: ALEIXO, J. Carlos & CHAGAS, Carlos. Pedro Aleixo: testemunhos e lições. Brasília, Senado Federal, 1976./*Anais da Assembléia Legislativa*. 1975. Belo Horizonte, Diretoria Auxiliar da Mesa/Divisão de Redação e Publicidade, 1:33-5, 1976; 2:285-91, 1976./*Anais da Câmara dos Deputados*. 1ª Legislatura. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1:27-31, 1936; 5ª Legislatura. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 2:72-4, 1966; 20:720, s.d./*Anais da Câmara dos Deputados*. 1975. Brasília, Centro de Documentação e Informação, 1(1):90-3, 1975./*Anais da Câmara dos Deputados (Seção I)*. 1976. Brasília, Centro de Documentação e Informação, 2(6): 4564, 1976./*Boletim bibliográfico da Câmara dos Deputados*; Presidentes da Câmara dos Deputados. Pedro Aleixo. Brasília, 13(1): ll-23, jan./jun. 1964./*Correio Braziliense*, Brasília, 14 maio 1965, 2° caderno. p. 3./ COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./*Deputados brasileiros*; repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 5ª Legislatura (1963-7). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1966./ *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 4 mar. 1935. p. 4./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 15 mar. 1967. p. 12; 9 maio 1974. p. 13; 4 mar. 1975. p. 2; 5 mar. 1975. pp. 1-4; 13 mar. 1975. p. 6; 7 mar. 1976. p. 4; 1° abr. 1976. p. 6; 29 abr. 1976. p. 4; 28 mar. 1980. p. 2./*Exercício da Presidência da República (1889-1975)*. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, s. ed., 1975./FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais*, Belo Horizonte,

21 mar. 1947. p. 6; 24 out. 1967. p.6; 3 ago. 1968. p. 2; 26 jun. 1974. p.4; 1º maio 1975. p. 4; 3 maio 1975, *Diário do Legislativo*. pp. 1-2./PINTO, Herbert Sardinha. *Escola Municipal Pedro Aleixo*. Prefeitura de Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Educação, 1976./*Revista da Faculdade de Direito; memória histórica (1892-1959)*. Belo Horizonte, Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 10: 256-7, out. 1958. mar. 1959./SANTOS, Ruy. Pedro Aleixo. In: *Digesto Econômico*. São Paulo (245): 197-204, set./out.1975./*Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983*. Coordenação Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro, Forense - Universitária: FGV-CPDOC-Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP. 1984. pp. 55-6.

ALENCAR, Gilberto de

Escritor, acadêmico, jornalista e professor, nasceu em João Gomes, Distrito de Barbacena, Província de Minas Gerais (hoje cidade de Santos Dumont), a 1º de dezembro de 1886, e faleceu em Juiz de Fora, MG, a 4 de fevereiro de 1961. Filho do médico e escritor Fernando de Alencar e de Emília Alencar. Casado com Sofia Áurea do Espírito Santo Alencar.

Fez o curso de Humanidades em Juiz de Fora, onde se iniciou na imprensa como tipógrafo.

Trabalhou nos seguintes periódicos locais como revisor, redator, articulista e cronista: *A Pátria, Correio de Minas, Gazeta Comercial, A Batalha, Diário Mercantil, Diário da Tarde* e *O Farol*, do qual foi Diretor. Colaborou, ainda, nos jornais *Folha de Minas, A Tarde* e *Minas Gerais* e na revista *Alterosa*, todos de Belo Horizonte, em *A Noite* e *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, DF, e no *Jornal do Comércio*, de São João del-Rei, MG. Membro fundador da Academia Mineira de Letras, ocupou a Cadeira nº 21, patrocinada por seu pai. Em Juiz de Fora, foi professor de Português e Francês, Secretário da Escola Normal Oficial, Chefe do Serviço Municipal de Educação, Diretor do Ensino Primário Rural e Inspetor Escolar do Estado. Pertenceu, ainda, ao Instituto Histórico e Geográfico de Ouro Preto.

Publicou as obras *Tal dia é batizado*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1959; *Reconquista*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1961; *O escriba Julião de Azambuja*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1962; *Memórias sem malícia de Gudesteu Rodovalho*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1970 (romances); *Cidade do sonho e da melancolia* (impressões de Ouro Preto), Juiz de Fora, IHGJF, 1971; *Prosa rude* (contos); *Névoas ao vento* (crônicas), e várias traduções, entre elas *Adorável marquesa*, de André Lambert, e *Cenas da vida boêmia*, de Henri Murget.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 19 fev. 1961. p. 3./ Martins de Oliveira. *História da literatura mineira*. 2 ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 27 ago. 1959. p. 13; 9 fev. 1961. p. 8./ PAULA, Almênio José de & FERREIRA, Saturnino G. *Figuras notáveis de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Pioneiros e Expoentes Editorial 1973-4./ SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

ALENCAR, José ver SILVA, José Alencar Gomes da

ALFREDO CAMPOS ver MELO, Alfredo José de Campos

ALFREDO PINTO ver MELO, Alfredo Pinto Vieira de

ALKMIM, José Maria

Político, advogado, professor e jornalista, nasceu em Bocaiúva, MG, a 11 de julho de 1901, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 22 de abril de 1974. Filho de Herculano Augusto Alkmim e de Sérgia Caldeira Alkmim. Casado com Maria das Dores Fonseca Alkmim.

Fez o curso secundário em sua terra natal e na Escola Normal Américo Lopes, de Diamantina, MG, e os preparatórios no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais - FDUMG - em 1929, sendo escolhido orador de sua turma.

Como universitário, participou da política estudantil, tendo sido tesoureiro do Centro Acadêmico Afonso Pena. Enquanto estudava, trabalhou nos Correios e Telégrafos, prestando serviços também na cidade de Alto do Rio Doce (1925).

Em 1926, ingressou na redação do órgão oficial *Minas Gerais*, onde exerceu as funções de revisor e redator. Em 1929, desempenhou o cargo de Subdiretor da Imprensa Oficial e, no ano seguinte, o de Diretor. Adepto da Aliança Liberal, de que se fizera propagandista na imprensa e na tribuna dos comícios, participou do movimento revolucionário de 1930, em reconhecimento do que o Presidente Olegário Dias Maciel* o nomeou Reitor do Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, cargo que ocupou até 1932. Durante a Revolução Paulista de 1932, coube-lhe dirigir o serviço de informações à imprensa mineira. No mesmo ano, foi designado Fiscal do Governo mineiro junto ao Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais S.A. Fez parte do escritório de advocacia de Abílio Machado*, ao lado de Mílton Soares Campos* e Pedro Aleixo*.

Elegeu-se Deputado Constituinte Federal de 1934 e para a Legislatura ordinária (1934-1937), tendo sido membro da Comissão de Segurança Nacional. Renunciou ao mandato parlamentar em 1935, a fim de assumir o cargo de Ministro (Juiz) do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que acabava de ser criado, ao qual presidiu até setembro de 1936. Nesse mesmo ano, foi nomeado Secretário de Interior e Justiça (17/9/1936-5/7/1939) pelo Governador Benedito Valadares Ribeiro*. Nesse cargo, concluiu a construção da Penitenciária Agrícola de Neves, cuja direção viria a ocupar posteriormente (1939-1942).

Em 1938, tornou-se provedor da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, à qual se dedicou até o fim da vida, consolidando-a com a construção de novo prédio e a conclusão do Hospital São Lucas, destinado a originar recursos para a manutenção da assistência a enfermos indigentes. Ainda nessa época, trouxe para Minas a educadora Helena Antipoff, que fundou, em Belo Horizonte, o Instituto Pestalozzi. A experiência que adquirira na direção da Penitenciária de Neves levou o Presidente Getúlio Vargas a designá-lo, em 1944, para uma viagem de estudos à Argentina e ao Uruguai, com o objetivo de avaliar a eficácia de seus respectivos sistemas penitenciários, visando a reformas no brasileiro. Nessa ocasião, a convite do Governo paraguaio, participou do planejamento do sistema penitenciário daquele país.

Voltando à advocacia, em 1943, passou a trabalhar no Serviço Jurídico do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., no qual mais tarde se aposentou. Paralelamente, dirigiu as Granjas Reunidas do grupo Matarazzo, no Município de Bocaiúva.

Em 1945, colaborou na fundação do PSD, integrando sua primeira Comissão Executiva Estadual.

Foi eleito Deputado Constituinte Federal e constantemente reconduzido à Câmara Federal da 1ª à 6ª Legislatura (1946-1971). Foi Líder da Maioria e membro das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura, de Economia, do Vale do São Francisco, em que trabalhou pela inclusão do Norte de Minas na zona do Polígono das Secas, e da comissão parlamentar de inquérito destinada a apurar fatos relacionados com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais. Esteve licenciado da Câmara, em vários períodos, para exercer cargos no Executivo. Foi Secretário das Finanças do Governo Estadual de Juscelino Kubitschek de Oliveira* (31/1/51 - 17/10/53), quando promoveu ampla reforma tributária para o custeio do programa básico de energia e transportes. Nesse período, respondeu também pela Secretaria de Educação, por quatro meses. Ocupou o cargo de Diretor da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil S.A. (20/10/53 - 24/8/54) e de Presidente interino do estabelecimento, além de membro do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito - Sumoc. Na crise político-militar deflagrada em torno da sucessão presidencial de 1956, teve participação de primeiro plano nas articulações de que resultou o impedimento de Carlos Coimbra Luz* e Café Filho, e na garantia de condições assegurando a posse de Juscelino Kubitschek*.

Escolhido Ministro da Fazenda do novo Governo, sua gestão (1º/2/56-24/6/58) destacou-se pelo estabelecimento de incentivos fiscais para o desenvolvimento regional, a organização da Zona Franca de Manaus e a instituição do programa de erradicação de cafeeiros improdutivos, visando à recuperação da posição de liderança do produto brasileiro no mercado internacional. Ainda no Ministério da Fazenda, participou de várias reuniões internacionais, tendo representado o Brasil na direção do Fundo Monetário Internacional.

Nas eleições de 1960, disputou o Governo de Minas Gerais, escolhido por uma facção do PSD resultante de uma cisão no partido. Na Bancada pessedista, foi um dos raros a combater o Governo de Jânio Quadros, principalmente quando o Ministro Clemente Mariani baixou a Instrução nº 204, considerada de efeitos inflacionários pelos Líderes do PSD. Quando se consumava o movimento armado para a deposição do Presidente João Goulart, veio a integrar a reestruturada equipe do Governo de José de Magalhães Pinto*, na Pasta das Finanças (30/3 a 16/4/64). Eleito pelo Congresso Nacional, foi Vice-Presidente da República no Governo de Castelo Branco (15/4/64 - 15/3/67). No quadriênio de Israel Pinheiro da Silva*, desempenhou as funções de Secretário Estadual da Educação (14/4/1967 - 13/1/1970). Suplente de Deputado Federal na 7ª Legislatura (1971-1975), efetivou-se, em 1973, na cadeira vaga com a morte de Edgar Martins Pereira*, quando passou a integrar a Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara.

Foi um dos fundadores, em 1939, da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais, depois incorporada à Universidade de Minas Gerais. Ao federalizar-se a instituição (1950), foi nomeado catedrático de História das Doutrinas Econômicas e de Economia Política, cargo em que se aposentou. Também participou do grupo fundador e da direção do *Correio Braziliense*, órgão dos *Diários Associados*, primeiro jornal a circular em Brasília, DF.

Pertenceu ao Partido Progressista, ao PSD e à Arena.

Estado de Minas

José Maria Alkmim, agosto de 1968

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados*. 1974. Brasília, Centro de Documentação e Informação, 5:752-7, 1974./*Anuário da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais*. 1939-1953. Belo Horizonte, s. ed., 1954./*Correio Braziliense*, Brasília, 20 out. 1964, p. 3./CORTES, Antônio Maria Cardoso. *Homens e instituições no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IBGE, 1957./*Dados biográficos*. Informantes: Imprensa Oficial de Minas Gerais; José Maria Alkmim Filho. CEM/UFMG./*Deputados brasileiros*; repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 5ª Legislatura (1963/7). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1966; 6ª Legislatura (1967/71). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1968./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 15 abr. 1964. p. 3; 11 jun. 1971. p. 3; 12 jun. 1973. p. 3; 23 abr. 1974. 25 abr. 1974. p. 1; 20 maio 1976. p. 4; 2 jun. 1976. p. 5./*Exercício da Presidência da República (1889-1975)*. Ministério da Justiça. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1975. p. 17./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 18 set. 1936. p. 11; 20 set. 1936. pp. 13-14; 2 fev. 1951. pp. 11-2; 21 ago. 1951. *Diário da Assembléia Legislativa*, p.6. 20 out. 1953. p. 9; 1º abr. 1964. p. 8; 24 abr. 1974. pp. 2-4; 26 abr. 1974. p.1; 25 maio 1974. Diário do Legislativo. p. 1./*Ministério da Fazenda*; Ministros da Fazenda (1822-1972). Rio de Janeiro, s. ed., 1972./SILVA, Gastão Pereira da. *Constituintes de 1946*. Dados biográficos. Rio de Janeiro, s. ed. 1947./*Dicionário Histórico-Biográfico 1930-1983*. Coordenação Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro, Forense - Universitária: FGV-CPDOC-Financiadora de Estudos e Projetos - Finep. 1984. pp. 69-72.

ALMADA, Paulo ver ABREU, Paulo Marcos Almada de

ALMEIDA, Antônio Augusto Ribeiro de

Político, promotor e advogado, nasceu na então Vila de Cristina, Província de Minas Gerais, em novembro de 1860, e faleceu em Barra do Piraí, RJ, a 26 de maio de 1916. Filho de Antônio José Pinto de Almeida e de Antônia Carolina Ribeiro de Almeida.

Fez os preparatórios no Rio de Janeiro e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1884.

Logo depois de formado, advogou em Araxá, MG, onde também se dedicou à política, tendo sido eleito Deputado Federal para a 2ª Legislatura (1894-1896). Depois de exercer a Promotoria Pública no Território do Acre (1909), voltou a advogar em Minas Gerais e no Estado do Rio de Janeiro. No Império, militou no Partido Conservador e, na República, no PRM.

FONTES: ABRANCHES, Dunshee de. *Governo e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917*. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 1./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 8 jun. 1916. p. 5./ *Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito*. Arquivo.

ALMEIDA, Antônio Pereira de

Político e fazendeiro, nasceu em Urucu, Distrito de Teófilo Otoni (hoje cidade de Carlos Chagas), MG, a 27 de agosto de 1923. Filho de João Joaquim de Almeida e de Rita Pereira de Almeida.

Dedicado à atividade agropastoril em sua região, ingressou na política como Deputado Estadual, na 5ª Legislatura (1963-1967). Reeleito para a 6ª Legislatura (1967-1971), teve o mandato cassado em 14 de março de 1969, por força do Ato Institucional nº 5. Na Assembléia, foi Presidente (1968) e membro (1967) da Comissão do Polígono das Secas e membro efetivo das Comissões de Agricultura, Indústria e Comércio (1963) e de Trabalho e Ordem Social (1965-1968).

Pertenceu à UDN e à Arena.

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 17 de abr. 1979. Diário do Legislativo. p. 7./ *Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais*, Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

ALMEIDA, Antônio Raposo de

Político mineiro, foi Deputado Estadual na 3ª Legislatura (1899-1902), pelo PRM.

FONTES: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 27:13, dez. 1976.

ALMEIDA, Antônio Simões de

Político, advogado e professor, nasceu em Paraisópolis, MG, a 17 de junho de 1902, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 25 de março de 1952. Filho de Anardino Cândido de Almeida e de Ana Amélia Simões de Almeida. Casado com Suzana de Almeida Simões.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1930.

Depois de formado, voltou a sua terra natal, onde advogou, foi professor de História e Prefeito Municipal. Deputado Estadual Constituinte e na 1ª Legislatura (1947-1951), exerceu os cargos de Presidente da Comissão de Segurança Pública (1948-1950), membro (1947) e Vice-Presidente (1948) da Comissão de Redação e membro da Comissão Especial de Estudos sobre Serviços de Justiça (1947). No Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira*, dirigiu o Departamento de Administração-Geral. Ocupou, ainda, a Vice-Presidência da Caixa Econômica Estadual.

Pertenceu ao PR.

FONTES: *Anais da Assembléia Constituinte de 1947*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 2:587-600, s.d./*Anais da Câmara dos Deputados*. 1952. Rio de Janeiro, IBGE, 2:417,1953./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 26 mar. 1952. p. 12; 2 jun. 1978. Diário do Legislativo. pp. 8-9.

ALMEIDA, Eduardo Brás Neto

Político e advogado, nasceu em Formiga, MG, a 19 de maio de 1950. Filho do engenheiro-agrônomo Altivo Almeida e da professora Irene Neto Almeida. Casado com a funcionária pública Aparecida de Fátima Montarroios Almeida.

Concluiu o curso secundário na Escola Estadual Governador Mílton Campos, em 1970, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da PUC-MG, em 1975.

Filiou-se ao MDB e foi eleito Vice-Prefeito de Formiga (1977-1982). Nesse mesmo período, desempenhou o cargo de Procurador da Prefeitura Municipal de Formiga. Transferiu-se, posteriormente, para o PMDB e elegeu-se Prefeito Municipal (1983-1988). Foi, ainda, Presidente da Associação dos Municípios do Vale do Itapecerica (1984-1985).

Em 1990 foi eleito Deputado Estadual para a 12ª Legislatura (1991-1995). Na Assembléia Legislativa, é Presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização e suplente da Comissão de Agropecuária e Política Rural.

Atuou na política seu pai, que foi Vereador em Formiga.

É filiado ao PSDB, do qual é membro fundador.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

ALMEIDA, Felipe Néri de

Político e advogado, nasceu em Ponte Nova, MG, a 27 de fevereiro de 1942. Filho do político José André de Almeida* e de Antonieta Pinheiro de Almeida. Casado com a funcionária pública Cleusa Maria Horta de Almeida.

Concluiu seus estudos secundários no Colégio Dom Helvécio, em sua terra natal (1960), e o curso superior na Faculdade de Direito da UFMG, pela qual se bacharelou (1966).

Iniciou as atividades profissionais em 1962, como funcionário da Caixa Econômica Estadual, da qual foi também Corregedor (1969-1976), Chefe do Departamento Jurídico (1976-1979), Superintendente de Recursos Humanos (1979-1980) e Presidente da Previcaixa (1980-1982).

Elegeu-se Deputado Estadual para a 10ª Legislatura (1983-1987). Em 1986, elegeu-se Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991). Na Assembléia Legislativa, foi Líder do Governo (1987-1989), do PMDB (1984-1985) e da Maioria (1985-1991); Vice-Líder do Governo (1983-1985) e do PMDB (1984-1985); Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (1990); membro efetivo das Comissões de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas (1983), de Constituição e Justiça (1983), de Turismo (1987), de Educação, Cultura, Desporto, Turismo e Lazer (1990); membro efetivo das comissões especiais sobre o veto parcial ao FAM (1983), para emitir parecer sobre a mensagem presidencial (1983-1984), sobre a atuação econômica do País (1983), sobre propostas de emenda à Constituição (1983; 1989), para elaborar anteprojeto de reforma administrativa (1984); Relator das comissões especiais sobre o veto parcial ao FAM (1983) e sobre o veto total à criação do Prodecon (1963); suplente das Comissões de Serviço Público (1983), de Turismo, Patrimônio Artístico e Histórico (1983), de Finanças e Orçamento (1983), de Direitos e Garantias Fundamentais (1983), da comissão especial sobre propostas de emenda à Constituição (1984).

Em 1990, elegeu-se Deputado Federal para o quadriênio 1991-1995.

Filiado ao PMDB. Pertenceu ao Partido Popular.

Além de seu pai, atuaram na política seus avós Felipe Nunes Pinheiro* e Custódio José Ferreira da Silva, ex-Prefeito de Ponte Nova.

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado.CEM-UFMG/DCP-ALEMG./ BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Deputados brasileiros:* repertório biográfico. 49ª Legislatura 1991-1995. Brasília, 1991. p.p. 208-209.

ALMEIDA, Francisco Balbino Noronha de

Secretário de Estado, banqueiro, funcionário público e fazendeiro, nasceu em Formiga, MG, a 16 de agosto de 1892, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 8 de agosto de 1963. Filho de José Balbino Noronha de Almeida e de Maria Francisca Noronha. Casado com Alzira Baeta Neves Noronha de Almeida.

Aos 9 anos de idade era tipógrafo do semanário *O Democrata*, de Formiga. Transferindo-se para Belo Horizonte, foi chefe das oficinas e gerente do antigo *Diário de Minas*, órgão do PRM. Em seguida, trabalhou em uma fazenda pastoril do Governo Federal, em Pedro Leopoldo, MG. Na gestão de João Luís Alves, ingressou no quadro de servidores da Secretaria das Finanças do Estado. Pouco antes da Revolução de 1930, assumiu o cargo de Coletor Estadual em Conselheiro Lafaiete, MG, onde, como partidário da Aliança Liberal, chefiou o movimento armado. Foi sucessivamente promovido para a 2ª Coletoria Estadual de Juiz de Fora, MG, e para a 1ª Coletoria Estadual de Belo Horizonte. Encarregado de organizar e instalar os serviços fiscais de Belo Horizonte, foi o seu primeiro chefe. Instalou, igualmente, o Serviço de Impostos Sobre Vendas e Consignações e de Indústrias e Profissões, cuja chefia ocupava quando foi convidado por Benedito Valadares Ribeiro*, em maio de 1941, para Secretário das Finanças. Em novembro de 1943, assumiu a Presidência do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, posto sob intervenção do Governo mineiro. Permaneceu à frente desse estabelecimento de crédito até 31 de maio de 1947.

Aposentando-se então, dedicou-se até a morte a atividades agrícolas na fazenda de sua propriedade, em Conselheiro Lafaiete.

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 13 ago. 1963, Diário da Assembléia. p. 5; 15 ago. 1963. p. 11.

ALMEIDA, Francisco Martins de

Escritor, advogado e jornalista, nasceu em Leopoldina, MG, a 7 de janeiro de 1904, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, a 29 de julho de 1983.

Fez o curso de Humanidades em Juiz de Fora, MG, e bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais. Exercendo o jornalismo em Belo Horizonte, MG, foi Diretor de *A Revista* (1925-1926), de cujo quadro redacional faziam parte Emílio de Guimarães Moura*, Pedro da Silva Nava* e Carlos Drummond de Andrade*. Colaborador de *Terra Roxa e Outras Terras*, de São Paulo, SP, da *Revista do Brasil*, do Rio de Janeiro, e de vários jornais, distinguindo-se no grupo mineiro do modernismo, posteriormente afastou-se da literatura para dedicar-se à advocacia no Rio de Janeiro. Em breve militância política, candidatou-se a Deputado Federal pela União Progressista do Estado do Rio, mas não conseguiu eleger-se. Em 1976, publicou a peça teatral *O Avesso dos Maridos Enganados* ou *A Sociedade dos Cornos Livres*, logo traduzida para francês. Deixa ainda o ensaio *Brasil Errado*, interpretação sociológica da entidade nacional.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 4 ago. 1983. p. 2; 6 ago. 1983. p. 6.

ALMEIDA, Geraldo Correia de

Magistrado e professor, nasceu em Pará, MG (atual Pará de Minas), a 7 de setembro de 1909, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 12 de dezembro de 1972. Filho de Joaquim Sebastião de Almeida e de Juventina de Almeida.

Fez o curso secundário em São João del-Rei, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais em 1932.

Em sua terra natal, exerceu a advocacia e, a seguir, o cargo de Juiz Municipal. Promovido a Juiz de Direito, serviu nas Comarcas de Raul Soares, Bonfim, Ouro Fino e, em seguida, como Juiz Substituto do Tribunal de Justiça. Em 1964, foi nomeado Desembargador, tendo, nesta qualidade, exercido o cargo de Corregedor de Justiça Estadual. Dias antes de seu falecimento, havia sido indicado para Presidente do TRE. Exerceu também o magistério como professor de Línguas. Deixou vários estudos jurídicos, especialmente no campo do Direito Penal.

FONTES: Nota biográfica: Desembargador Geraldo Correia de Almeida. In: *Jurisprudência Mineira*. Belo Horizonte, 58:1-3, jul./set. 1974.

ALMEIDA, Gilberto Antunes de

Político, professor e engenheiro, nasceu na vila de Fortaleza (atual cidade de Pedra Azul), MG, a 17 de abril de 1916. Filho de João de Almeida* e de Isabel Maria de Araújo Almeida. Casado com Ione Coelho de Almeida.

Fez o curso secundário em Salvador, BA, e diplomou-se pela Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais, em 1939.

Eleito Vice-Prefeito de Pedra Azul em 1955, como candidato único da coligação PSD-UDN, ali fundou um ginásio, de que foi Diretor e professor por 15 anos. Deputado Estadual na 5ª Legislatura (1963-1967), exerceu os cargos de Presidente da Comissão de Serviço Público Civil (1963), 1º-Vice-Presidente da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa (1964) e membro das Comissões de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e do Polígono das Secas (1965). Licenciou-se, no fim do mandato, para assumir a Secretaria de Estado da Educação, cargo que desempenhou de 31 de janeiro a 11 de agosto de 1966. Deputado Federal na 6ª e 7ª Legislaturas (1967-1975), deixou a Câmara na última sessão legislativa. Em 1978 e 1979, foi Secretário Estadual de Viação e Obras Públicas. Foi, ainda, engenheiro da Secretaria Estadual de Viação e Obras Públicas.

Pertenceu ao PSD e à Arena.

Atuaram na política, além de seu pai, seu tio João Carlos de Almeida Peixoto* e seus tios-avôs Hormino de Almeida e Natercino de Almeida, que foram Prefeitos de Pedra Azul.

FONTES: *Deputados brasileiros*: repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 6ª Legislatura (1967-71). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1968./ *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 28-29 nov. 1965, p. 6./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1º fev. 1966, p. 9; 1º fev. 1979, p. 9./ FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica, APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 1º fev. 1966, p. 9.

ALMEIDA, Gustavo Capanema de

Desembargador, nasceu em Pará de Minas, MG, a 8 de janeiro de 1939.

Em 22 de dezembro de 1982, tomou posse e assumiu o exercício como Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, cargo no qual se aposentou em 28 de julho de 1989.

Foi agraciado com o Colar do Mérito Judiciário (1983) e com diversas medalhas.

FONTES: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Ficha funcional.

ALMEIDA, Humberto de

Político, engenheiro e fazendeiro, nasceu em Araxá, MG, a 19 de setembro de 1929, e faleceu a 17 de novembro de 1982. Filho do fazendeiro Anor Inácio de Almeida e de Valéria Rodrigues Pinto de Almeida. Casado com Gilda Batista de Almeida.

Fez o curso secundário nos Colégios Diocesano São Luís Gonzaga, de Guaxupé, MG, e Pedro II, do Rio de Janeiro, DF, e formou-se pela Escola Politécnica da PUC do Rio de Janeiro em 1955.

Exerceu a profissão de engenheiro civil, de 1955 a 1962, no Rio de Janeiro, onde chegou, ainda jovem, a Diretor de empresa. Transferiu-se depois para Cássia, MG, para dedicar-se à pecuária de raça e à cafeicultura. De 1947 a 1962 foi fiscal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários - IAPC. Iniciou a carreira política como Vereador à Câmara Municipal de Cássia (1970-1972), da qual foi Presidente. Eleito Deputado Estadual para a 8ª e a 9ª Legislaturas (1975-1982), integrou as Comissões de

Economia e Obras Públicas (1975) e de Segurança (1976-1978), tendo sido Presidente da última. Em 31 de março de 1979 assumiu o cargo de Secretário de Governo na Administração Francelino Pereira*, posto em que permaneceu até 15 de maio de 1982.

Pertenceu à UDN e à Arena, filiando-se, posteriormente, ao PDS.

Atuaram na política seu sogro, Aristeu de Melo Batista, e seu cunhado Luciano de Melo Batista, ambos ex-Prefeitos de Cássia.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Gilda Batista de Almeida. CEM/UFMG./ *Deputados estaduais de Minas Gerais à 8ª Legislatura (1975-9)*. Ficha biográfica. Convênio APM/UCMG. Coordenador: Caio C. Boschi. *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 21 fev. 1979. p. 3./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 21 fev. 1979. p. 2; 16 mar. 1979. p. 8; 17 mar. 1979. p. 2.

ALMEIDA, Jaime Pinheiro Xavier de

Político, delegado, advogado e professor, nasceu em São João del-Rei, MG, a 16 de agosto de 1891, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 14 de abril de 1974. Filho de Antônio Xavier de Almeida e de Gabriela Teixeira de Almeida. Casado com Maria Madalena Teixeira de Almeida.

Fez o curso secundário no ginásio de Ouro Fino, MG, e bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro em 1917. De volta ao seu Estado natal, advogou em Bom Sucesso e Oliveira. Nesta cidade, foi também Delegado de Polícia de 1920 a 1926, e professor de Geografia e História na Escola Normal Nossa Senhora de Oliveira. Eleito Deputado Estadual, exerceu o mandato na 10ª Legislatura (1927-1930).

Pertenceu ao PRM.

Nomeado Prefeito de Oliveira, permaneceu no cargo de 1937 a 1945, quando assumiu as funções de escrivão da Coletoria Estadual em Belo Horizonte, nas quais se aposentou em 1961.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Bruno de Almeida Magalhães. CEM/UFMG./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1° maio 1974, 3ª seção. p. 5.

ALMEIDA, João de

Político, pedrista e fazendeiro, nasceu em Santo Antônio de Jesus, Província da Bahia, a 27 de dezembro de 1885, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 22 de junho de 1970. Filho de Reinaldo Francisco de Almeida e de Adelaide Cardoso de Almeida. Casado, em primeiras núpcias, com Isabel Maria de Araújo de Almeida e, em segundas, com Olga Vasconcelos de Almeida.

Em Pedra Azul, MG, onde fixou residência, foi Juiz Municipal em 1906, Prefeito nomeado em 1942, no Governo Benedito Valadares Ribeiro*, negociante de pedras preciosas, fundador e Presidente da Associação Rural.

Suplente de Deputado Estadual na 2ª Legislatura (1951-1955), elegeu-se para a 3ª e a 4ª (1955-1963). Na Assembléia Legislativa, foi Presidente das Comissões de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (1957-1959), de Agricultura, Indústria e Comércio (1960-1962) e de Trabalho e Ordem Social (1961), e membro da Comissão de Segurança Pública (1955).

Pertenceu ao PRM, ao Partido Progressista e ao PSD.

Atuaram na política seu filho Gilberto Antunes de Almeida*, seu neto João Carlos de Almeida Peixoto* e seu irmão Hormílio de Almeida, Prefeito de Pedra Azul. Era cunhado de Edgar de Vasconcelos Barros*.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados*. 1970. Brasília, Diretoria de Documentação e Publicidade, 8:196-7, s.d./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 23 jun. 1970. p. 3./ FLEISCHER, David V. *Candidatos Parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica, APM Belo Horizonte./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 30 jun. 1970, Diário do Legislativo, pp. 2-3; 17 nov. 1979, Diário do Legislativo, p. 7.

ALMEIDA, João de

Oficial da Aeronáutica, nasceu no Estado de Minas Gerais, a 7 de setembro de 1904. Filho de João Honório de Almeida e de Ester Cândida de Almeida. Casado com Helena Abreu de Almeida.

Fez os cursos de Aviador Militar, de Estado-Maior da Aeronáutica, de Estado-Maior em Fort Leavenworth, EUA, e da Escola Superior de Guerra.

Assentou praça em março de 1923. Atingiu o posto de Major-Brigadeiro a 1° de julho de 1964.

Recebeu, entre outras condecorações, a Medalha Militar de Platina e medalhas do Mérito de Campanha no Atlântico Sul e da Legião do Mérito dos EUA.

FONTE: COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./*Dados biográficos*. Informante: Ministério da Aeronáutica. SDRC-RJ.

ALMEIDA, João Martinho de, Monsenhor

Político, sacerdote e professor, nasceu em Formiga, Província de Minas Gerais, a 11 de novembro de 1866, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 6 de junho de 1935. Filho do Coronel da Guarda Nacional Antônio da Silva Almeida e de Presciliana Messias de Almeida.

Fez o curso de Humanidades no Colégio do Caraça e o de Teologia nos Seminários de Mariana e Diamantina, tendo-se ordenado nesta cidade, em 1889.

Recebidas as ordens sacras, lecionou no Seminário de Mariana e, em seguida, exerceu o sacerdócio nas paróquias mineiras de Pitangui, Campo Belo e Sabará. Escolhido, finalmente, vigário da Paróquia de Nossa Senhora da Boa Viagem, na recém-inaugurada Cidade de Minas (hoje Belo Horizonte), iniciou o movimento para a construção da igreja que veio substituir a velha matriz de Curral del-Rei.

Foi Deputado Estadual na 7ª e na 8ª Legislaturas (1915-1922). Figurou entre os líderes da Reação Republicana em Minas Gerais e apoiou os movimentos militares de 1922 e 1924, que antecederam à Revolução de 1930.

Pertenceu ao PRM.

No Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, lecionou Português, Psicologia e Lógica. Colaborou em vários jornais do interior e da Capital de Minas Gerais.

FONTES: CORREIA, Leopoldo. *Achegos à história do Oeste de Minas*. Belo Horizonte. Gráfica Belo Horizonte, 1955./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 7 jun. 1937. p. 12./ *O Diário*, Belo Horizonte, jun. 1935. n° 18. p. 7.

ALMEIDA, José Afonso de

Político mineiro, foi Deputado Estadual na 7ª Legislatura (1915-1918).

Pertenceu ao PRM.

FONTE: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 27:26, dez. 1946.

ALMEIDA, José André de

Político, promotor e advogado, nasceu em Ponte Nova, MG, em 30 de novembro de 1902, e faleceu na mesma cidade, a 12 de agosto de 1979. Filho do político Custódio José Ferreira da Silva e de Maria Inácia de Almeida. Casado com Antonieta Pinheiro de Almeida.

Fez o curso secundário no Instituto Propedêutico, em sua terra natal, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais em 1929.

Foi Promotor de Justiça da Comarca de Ponte Nova, onde, em seguida, advogou e elegeu-se Vereador à Câmara Municipal. Em 1945, formou entre os líderes da campanha pela redemocratização do País na Zona da Mata. Deputado Estadual Constituinte e na 1ª Legislatura (1947-1951), exerceu os cargos de Presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Interestaduais (1948), Vice-Presidente da Comissão Especial para Elaboração do Projeto da Constituição Estadual (1947) e membro da Comissão Especial de Leis Complementares (1948-1949) e das Comissões de Trabalho e Ordem Social (1947), de Viação e Obras Públicas (1947-1949), de Redação (1948) e de Constituição, Legislação e Justiça (1950). Na sucessão mineira de 1950, esteve indicado para candidato a Vice-Governador na chapa de Juscelino Kubitschek de Oliveira*, mas cedeu o lugar a Clóvis Salgado da Gama*.

Pertenceu ao PRM e ao PR.

Atuaram na política, além de seu pai, que foi Prefeito de Ponte Nova, seu tio Lindolfo de Almeida Campos*, seu sogro, Felipe Nunes Pinheiro* e seu filho Felipe Néri de Almeida*.

FONTES: *Anais da Assembléia Constituinte de 1947*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 2:587-600, s.d./*Dados biográficos*. Informante: Felipe Néri de Almeida. CEM/UFMG./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 15 ago. 1979. p. 2.

ALMEIDA, Lauro Augusto de

Político, dentista e advogado, nasceu em Capivari, então Distrito de Jaguari (hoje cidade de Consolação), MG, a 23 de janeiro de 1898, e faleceu em Taubaté, SP, a 5 de maio de 1981. Filho do Capitão da Guarda Nacional Antônio Augusto de Almeida e de Celestina Furquim de Almeida. Casado, em primeiras núpcias, com Almerinda Maria de Oliveira Almeida e, em segundas, com Beatriz Barros Bernardes de Almeida.

Fez o curso secundário no Colégio São José, em Pouso Alegre, MG, e os superiores nas Faculdades de Farmácia e Odontologia e de Direito de Alfenas, MG. Exercendo as profissões em Paraisópolis, MG, elegeu-se suplente de Deputado Estadual para a 9ª Legislatura (1923-1925) e assumiu o mandato em 1924, em substituição a José Brás Pereira Gomes*, que então renunciou. Reeleito para a 10ª Legislatura (1927-1930), por haver assumido compromisso com o Vice-Presidente da República Fernando de Melo Viana*, depois da Revolução perdeu a chefia da política de Paraisópolis e mudou-se para a cidade paulista de Taubaté, onde passou a advogar. Foi ainda Inspetor Federal do Ensino durante 35 anos.

Pertenceu ao PRM, ao PSD e à Arena.

Atuaram na política municipal seu irmão Álvaro Augusto de Almeida e seu sobrinho José Asdrúbal de Almeida.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: João Lopes de Paiva. CEM/UFMG./*Diário e Minas*, Belo Horizonte, 25 jan. 1926. p. 2.

ALMEIDA, Manuel José de

Político, Oficial da Polícia Militar de Minas Gerais e pecuarista, nasceu em Januária, MG, a 23 de setembro de 1912. Filho do militar José Antônio de Almeida e de Rita Dias de Almeida. Casado com Márcia de Sousa Almeida.

Fez o curso secundário no Colégio Estadual de Oliveira, MG, e, em seguida, os de Formação e Aperfeiçoamento de Oficiais no Departamento de Instrução da PMMG, de Educação Física do Exército, de Criminologia e de Pedagogia.

Na Força Pública estadual, ascendeu a todos os postos até o de Coronel, em que se reformou. Em 1946, por incumbência do Comandante-Geral, planejou completa reforma da corporação. No Governo de Mílton Soares Campos* (1948), elaborou o projeto de criação de um tipo de ensino rural para a integração do menor abandonado, do qual surgiram as Escolas Caio Martins, logo instaladas em várias regiões de Minas Gerais. De 1949 a 1951, comandou o Departamento de Instrução da PMMG.

Deputado Estadual na 3ª Legislatura (1955-1959), foi Presidente (1958) e membro (1955;1957) das Comissões de Educação e Cultura e de Trabalho e Ordem Social (1958). Eleito para a Câmara Federal da 41ª à 45ª Legislaturas (1959-1979), fez parte das Comissões de Orçamento, de Educação e Cultura, de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas, do Polígono das Secas e de Serviço Público, e do Bloco Mudancista, que defendia a transferência imediata da Capital Federal para Brasília. Entre outras missões que desempenhou no exterior, fez uma viagem à Índia, para observação das atividades da pecuária, como convidado do Governo indiano. Na 46ª Legislatura (1979-1982) foi suplente de Deputado Federal.

Pertenceu ao PSD e à Arena.

Em maio de 1979 assumiu o cargo de Diretor Administrativo da Comissão de Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Escolares - Carpe.

Publicou os trabalhos *Escolas Caio Martins - Desenvolvimento do seu programa de ação (1951); Reforma Agrária (1951); O problema de Furnas e o condomínio rural; Pecuária nacional em crise; Carne de boi é moeda forte; Os alicerces da obra de São Francisco; Fundação Nacional de Educação de Base; Brasília e sua missão histórica; Município, célula e base do desenvolvimento nacional; Política de incentivo ao produtor rural - Potencial da bacia do São Francisco; O drama do São Francisco.*

FONTES: *Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados*. Brasília. Livro F-M. p. 162./*Correio Braziliense*, Brasília, 29 out. 1964, 2° caderno. p. 4./ *Deputados brasileiros;* repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 5ª Legislatura (1963-7). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1966; 6ª Legislatura (1967-71). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1968; 7ª Legislatura (1971-5). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1971; 8ª Legislatura (1975-9). 2ª ed. Brasília, Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação, 1976./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 12 dez. 1954. p. 7./ FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte.

ALMEIDA, Otaviano Ribeiro de

Médico, professor e reitor, nasceu em Diamantina, Província de Minas Gerais, a 29 de janeiro de 1895, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 19 de setembro de 1940. Filho de Modesto Ribeiro de Almeida Júnior e de Filomena Cândida de Almeida. Casado com Cirene Góis de Almeida.

Estudou Humanidades no Colégio Dom Bosco, de Cachoeira do Campo, MG, e em Belo Horizonte. Depois de cursar a Escola de Farmácia de Ouro Preto, transferiu-se para o Rio de Janeiro, DF, onde doutorou-se em Medicina em 1912.

Fixando-se em Belo Horizonte para clinicar, em 1917 foi contratado para lecionar Anatomia Médico-Cirúrgica na Faculdade Livre de Medicina, depois incorporada à UMG, e obteve a livre-docência da cadeira, por concurso. Em 1920, submeteu-se a novo concurso para lente substituto de Clínica Cirúrgica e, em 1930, foi promovido a catedrático. Exerceu o cargo de Reitor da UMG duas vezes: de 11 de maio de 1933 a 24 de março de 1934 e de 19 de setembro de 1935 a 6 de outubro de 1937. Contratado pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais para reger a cátedra de Medicina Legal, exerceu-a em substituição a Washington Ferreira Pires*, de 1933 a 1934. Dedicou-se à cirurgia, tendo-se encarregado de uma enfermaria dessa clínica na Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte. Na Força Pública de Minas Gerais, ocupou os postos de Chefe do Serviço de Cirurgia do Hospital Militar (1930), Major-Médico (1931) e Tenente-Coronel (1931). Foi Presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Hospital Militar e membro do Conselho Penitenciário do Estado, da Mesa Diretora da Santa Casa e da Academia Nacional de Medicina. Participou, em 1929, do 10º Congresso Brasileiro de Medicina, comemorativo do centenário da Academia de Medicina, e apresentou sua tese de livre-docência sobre cistocele inguinal.

Publicou dois contos inspirados em temas de sua especialidade, *O anestesista* e *Sangue morto*, e os trabalhos científicos *A propósito de um caso de ferimento penetrante no abdômen de uma criança* (1920), *Cistocele inguinal* (1927) e *A propósito do caso da Universidade*. Deixou estudos sobre cirurgia nervosa, tratamento de fraturas e choque cirúrgico. Entre as conferências que divulgou em publicações especializadas, destacam-se *Antiguidade da cirurgia* (1923) e *Do diagnóstico em cirurgia* (1929).

É dele a criação, em 1920, do processo da compressão circular após a ligadura arterial dos membros, que passou a ser empregado na Europa e na América do Norte.

FONTES: *Almanaque da Força Pública*. Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1936./ALMEIDA, Octaviano de. *Páginas que ficaram*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1941./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 20 set 1940. p. 3./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 20 set. 1940. p. 7./MORAES, Eduardo R. Afonso de. *História da Universidade Federal de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa da UFMG, 1971, v. 2./*Revista da Faculdade de Direito*; memória histórica (1892-1959). Belo Horizonte, 10:195-6, out. 1958 - mar. 1959./ RIVERA, Bueno de . *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970/1.

Estado de Minas

Otaviano Ribeiro de Almeida

ALMEIDA, Pedro Marques de

Político, promotor, advogado e professor, nasceu em São Sebastião da Chácara, Município de Juiz de Fora, Província de Minas Gerais, a 29 de junho de 1888, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 19 de fevereiro de 1934. Filho do fazendeiro e Coronel da Guarda Nacional Agostinho Marques de Almeida e de Leonídia Amélia Cortes. Casado com Augusta de Morais Sarmento.

Fez os estudos secundários na Academia de Comércio de Juiz de Fora e nos colégios de Cachoeira do Campo, MG, Barbacena, MG, e Ouro Preto, MG, e o curso superior na Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais e na Faculdade de Direito de São Paulo, tendo-se bacharelado por esta em 1910.

Advogou em Juiz de Fora, onde também foi Promotor Público (1911-1913), lecionou na Escola Normal Santa Cruz e desempenhou o mandato de Vereador, como representante dos Distritos de São Sebastião da Chácara (1914), Água Limpa (1918) e Porto das Flores (1927).

Arquivo Público Mineiro

Pedro Marques de Almeida

Eleito Deputado Estadual para a 10ª Legislatura (1927-1930), em 1927 ocupou a Presidência da Câmara. Vice-Presidente de Minas Gerais no Governo Olegário Maciel*, renunciou em novembro de 1930 para assumir o cargo de Prefeito Municipal de Juiz de Fora, que exerceu por três anos.

Pertenceu ao PRM e participou da campanha da Aliança Liberal.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/Roberto Caloman Jacob Plischke. CEM/UFMG./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 7 set. 1930. p. 1./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 7 set. 1930. p. 3; 22 fev. 1934. p. 9./ WIRTH, John D. *Minas in the Brazilian Federation 1889-1937*. Stanford, Califórnia, Stanford University Press, 1977.

ALMEIDA, Ronan Tito de

Político, empresário e fazendeiro, nasceu em Santo Antônio da Pratinha, então Distrito de Ibiá (hoje cidade de Pratinha), MG, a 22 de agosto de 1931. Filho de Edmar Tito de Almeida e de Aurora Pereira de Almeida. Casado com Laís Sampaio de Almeida.

Fez os estudos secundários no Colégio Anchieta, de Belo Horizonte, MG, e matriculou-se no curso de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, MG, que não chegou a concluir.

Foi valete do cassino de Araxá, trocador de ônibus, motorista de caminhão e comerciário em Belo Horizonte, tornando-se, por fim, empresário e fazendeiro.

Em Uberlândia, foi Presidente da Associação Comercial e Industrial (1968-1969) e membro do Conselho Curador da Universidade Federal de Uberlândia (1970-1973). Foi também Vice-Presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (1970-1972).

Filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro - MDB - em 1972. De 1974 a 1981, presidiu a seção regional do partido, sediada em Uberlândia. Quando da volta do sistema pluripartidário, no final de 1979, inscreveu-se no Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB -, sendo um dos fundadores dessa agremiação e membro do seu Diretório em Minas Gerais (1982-1984).

Em 1978, elegeu-se Deputado Federal para a 9ª Legislatura (1979-1983). Nesse mandato, foi Relator substituto da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Contaminação de Alimentos (1979-1980), membro da Comissão de Ciência e Tecnologia (1979), suplente da Comissão de Agricultura e Política Rural, titular da Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas (1980-1981) e membro das CPIs sobre o patrimônio histórico e artístico nacional (1980-1982), sobre as cheias do São Francisco (1980-1982), sobre o Instituto do Açúcar e do Álcool (1980-1981) e sobre a comercialização do café (1981).

Reelegeu-se Deputado Federal para o período 1983-1987. Na Câmara dos Deputados, foi titular das Comissões do Interior (1983), de Trabalho e Legislação Social (1985), membro suplente da Comissão de Agricultura e Política Rural (1985), titular da CPI sobre a Sunaman e o Instituto do Açúcar e do Álcool (1985) e Relator da CPI mista sobre a soberania da região amazônica (1986). Afastou-se no início do mandato para assumir o cargo de Secretário do Trabalho e Ação Social do Governo Tancredo de Almeida Neves*.

Em 1986, elegeu-se Senador Constituinte. No Senado, foi titular da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos (1987), suplente da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso (1987) e Líder do PMDB (1988).

Licenciou-se do Senado para candidatar-se ao Governo de Minas Gerais. Derrotado, reassumiu o mandato.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Ronan Tito de Almeida. CEM/UFMG./Forças Vivas da Nação. Estado de Minas Gerais. Nossos políticos, 1980, tomo I Publicação de IPM - Comércio, Promoções e Marketing Ltda. p. 36./BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Assembléia Nacional Constituinte - 1987:* repertório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. 2ª ed. Brasília, 1989. pp. 745-6.

ALMEIDA, Sebastião Pais de

Político, advogado, banqueiro, empresário e fazendeiro, nasceu em Estrela do Sul, MG, a 22 de novembro de 1912, e faleceu no Rio de Janeiro, GB, a 19 de novembro de 1975. Filho do banqueiro Gregório Pais de Almeida e de Orminda Formim Pais de Almeida. Casado com Diva Pais de Almeida.

Fez o curso secundário no Ginásio São Bento e no Colégio São Luís, em São Paulo, SP, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1933.

Ainda estudante, ingressou no Banco Nacional do Comércio de São Paulo S.A., de propriedade de sua família, onde alcançou o posto de Diretor Financeiro (1934). Dedicando-se, ao mesmo tempo, à atividade empresarial, fundou fábricas que introduziram no Brasil novos ramos da indústria de vidro plano e a Companhia Real Transportes Aéreos (1947). Em 1948 e 1949, integrou a chamada Missão Abbink, que visava a analisar a economia brasileira e suas possibilidades de desenvolvimento.

Como fazendeiro no Estado de São Paulo, dedicou-se à cultura de café e milho e à criação, em grande escala, de suínos e bovinos.

No governo paulista de Lucas Garcez, foi Secretário da Fazenda, de Governo e da Agricultura, e Presidente do Banco do Estado de São Paulo S.A. Nessa ocasião, tornou-se membro da Secretaria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp.

No Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira*, exerceu a Presidência do Banco do Brasil, de fevereiro de 1956 a junho de 1959, e o cargo de Governador do Brasil junto ao FMI e ao Banco Mundial. Ministro da Fazenda no mesmo período presidencial (4/6/59 - 31/1/61), participou da criação da Sudene e da Comissão Nacional para os Assuntos da Associação Latino-Americana de Livre Comércio - Alalc. Acumulou, nessa época, o cargo de Vice-Presidente da Companhia Siderúrgica Paulista - Cosipa.

Quando deixou o Ministério, iniciou breve carreira política em Minas Gerais. Eleito Deputado Federal para a 5ª Legislatura (1963-1967), renunciou em 1965, a fim de candidatar-se a Governador do Estado. Às vésperas das eleições, teve o registro da sua candidatura cancelado pela Justiça Eleitoral, medida que o STF confirmou, tendo, mais tarde, suspensos os seus direitos políticos, por força do Ato Institucional nº 5.

Pertenceu ao PSD.

Publicou os trabalhos *Análise da conjuntura nacional* (conferência na Escola Superior de Guerra, 1956), *Monetary politics of Brazil* (conferência na Georgetown University, 1957) e *Capitais e desenvolvimento econômico* (conferência no Fórum Teófilo Otoni, 1957).

FONTES: CORTÉS, Antônio Maria Cardoso. *Homens e Instituições no Rio de Janeiro*.Rio de Janeiro, IBGE, 1957./ COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 20 nov. 1975. pp. 1-3./FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Ministros da Fazenda*. Arquivo do Serviço de Documentação da Presidência da República. 1978./*Dicionário Histórico-Biográfico 1930-1983*. Coordenação Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro, Forense - Universitária: FGV-CPDOC-Financiadora de Estudos e Projetos - Finep. 1984. p.p. 90-1.

ALMEIDA, Washington Augusto de

Oficial do Exército e médico, nasceu no Estado de Minas Gerais, a 31 de janeiro de 1913. Filho de João Augusto de Almeida e Roselmira Louzada de Almeida. Casado com Ângela Fortes de Almeida.

Formado pela Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais em 1935, recebeu o Prêmio Osvaldo Cruz por ter obtido as melhores notas em sua turma. Em 1936 assentou praça. Depois de fazer o curso de Saúde Pública do Instituto Osvaldo Cruz, no Rio de Janeiro, DF, recebeu formação de oficial-médico na Escola Superior de Saúde do Exército, onde obteve o primeiro lugar, especializando-se em Educação Física. Cursou ainda a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, a Escola de Comando e Estado-Maior e a Escola Superior de Guerra.

Sucessivamente promovido por merecimento, alcançou em junho de 1968 o posto de General-de-Brigada e, em novembro de 1972, o de General-de-Divisão. Entre outras, exerceu as funções de instrutor de Biometria e Higiene na Escola de Educação Física do Exército; assistente da cadeira de Higiene, na Faculdade de Clínicas Médicas do Distrito Federal; instrutor e professor de Higiene e Epidemiologia Militares e Doenças dos Exércitos no Curso de Formação de Oficiais Médicos da Escola de Saúde do Exército; Chefe da Divisão de Biologia, no Instituto de Biologia do Exército; adjunto respondendo pela Subchefia (Exército) do Estado-Maior das Forças Armadas e Diretor da Policlínica Central do Exército. Como General, foi Diretor Administrativo de Saúde e Diretor de Saúde do Exército.

De janeiro de 1951 a janeiro de 1952, integrando a missão militar brasileira de instrução no Paraguai, desempenhou a função de assessor técnico do Instituto de Higiene do Ministério da Saúde Pública daquele país.

Recebeu numerosas condecorações nacionais e estrangeiras, nomeadamente a Medalha Militar de Ouro com passador de platina, a Medalha de Guerra, a Medalha Marechal Hermes, Aplicação e Estudos, e a Medalha Honorífica Abnegación y Constancia, do Paraguai, a Medalha do Mérito Militar, no grau de Grande Oficial, as Comendas do Mérito Aeronáutico e Naval, a Medalha do Pacificador, a Mérito Santos Dumont e a

distinção da Ordem do Mérito Jurídico Militar.

É titular da Academia Brasileira de Medicina Militar.

Publicou os seguintes trabalhos: *Medicina sanitária militar; Aplicações práticas ao laboratório e à medicina preventiva militar dos conhecimentos atuais sobre o gênero Salmonella; O exame biométrico na Escola de Educação Física do Exército* e *Visita à Colônia de Hansenianos Santa Isabel* (Boletim do Serviço Nacional da Lepra, 1944).

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Ministério do Exército. Secretaria-Geral. 1ª seção.

ALMEIDA, Welther Vieira de

Oficial da Polícia Militar de Minas Gerais e advogado, nasceu em Belo Horizonte, a 8 de dezembro de 1935. Filho do militar Ataíde Vieira de Sousa e de Iracema Almeida Vieira. Casado com a professora Maria Helena Avelino Vieira.

Concluiu o ginasial no Colégio Presidente Roosevelt, de Belo Horizonte, em 1947. Em 1955 formou-se no curso científico do Departamento de Instrução da Polícia Militar de Minas Gerais - DIPMMG -, do qual saiu como Aspirante-a- Oficial. Posteriormente, fez os cursos militares de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO -, o Superior de Polícia - CSP e o de Formação de Oficiais. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade Mineira de Direito da Universidade Católica de Minas Gerais no ano de 1962.

Instrutor de Recrutas do Batalhão de Guardas da Polícia Militar, comandou a Guarda do Palácio da Liberdade no Governo José Francisco Bias Fortes*. Tornou-se Comandante de Companhia de 1º Batalhão de Guardas e Ajudante-de-Ordens do Governador José de Magalhães Pinto*. Professor de Economia Política no CAO, foi também Instrutor e, posteriormente, Diretor de Ensino do Curso de Formação de Oficiais do DIPMMG. Ainda na PMMG, exerceu as funções de Diretor Administrativo do Colégio Tiradentes, advogado e, mais tarde, Diretor do Departamento de Assistência Judiciária. Comandou o Contingente do Quartel do Comando Geral e o 1º Grupamento de Incêndios do Corpo de Bombeiros da PM. Foi Chefe do Gabinete Militar nos Governos Antônio Aureliano Chaves de Mendonça* e Levindo Ozanam Coelho*.

Em 1979, o Governador Francelino Pereira dos Santos* nomeou-o Comandante Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, cargo em que permaneceu até 1980.

Na vida civil, advogou em Belo Horizonte e em comarcas do interior do Estado, de 1962 a 1980, quando se aposentou.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG./DCP-ALEMG.

ALOISE, Rêmolo

Político, médico e empresário na área de construção civil, nasceu em São Sebastião do Paraíso, MG, a 27 de agosto de 1944. Filho de Atílio Aloise e Rita Penha Aloise.

Concluiu o curso secundário no Colégio Paraisense, em sua terra natal, em 1964, e bacharelou-se em Medicina pela UFMG, em 1971.

Em São Sebastião do Paraíso, foi Diretor-Chefe do Centro de Saúde e do Pronto-Socorro Municipal, além de Coordenador das Perícias Médicas da Microrregião Sudoeste e Médico-Chefe do Centro de Saúde da cidade de Santo Antônio da Alegria, SP. Foi construtor e médico fundador do Hospital São Lucas, em São Sebastião do Paraíso, MG.

Elegeu-se Deputado Estadual para a 12ª Legislatura (1991-1995). Na Assembléia, é membro efetivo das Comissões de Meio Ambiente e de Saúde e Ação Social.

Filiado ao PMDB, pertenceu ao PTB.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

ALOÍSIO VASCONCELOS ver NOVAIS, Aloísio Marcos Vasconcelos

ALPHONSUS DE GUIMARÃES ver GUIMARÃES, Afonso Henrique da Costa

ALVARENGA, Aristides Junqueira

Procurador-Geral da República, promotor e professor, nasceu em São João del-Rei, MG, a 2 de março de 1942. Filho de Luís de Melo Alvarenga e de Alice Junqueira Alvarenga. Casado com Rosely de Oliveira Alvarenga.

Fez o curso de Humanidades no Seminário de Mariana, MG (1953-1960), e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (1963-1967). Posteriormente, fez pós-graduação na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1974-1975).

Foi Chefe de Pessoal da Maternidade Odete Valadares, em Belo Horizonte (1962-1968), e Diretor do Departamento Jurídico da Federação dos Trabalhadores Cristãos de Minas Gerais (1967-1968). Lecionou no Curso de Estágio da Faculdade de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas, em São Paulo (1974), foi professor convidado para ministrar aulas na Academia Nacional de Polícia, em Brasília (1982), e professor colaborador no Centro de Ensino Unificado de Brasília (1982-1985).

Aprovado em concurso público, ocupou o cargo de Promotor de Justiça do Estado de Goiás em diversas comarcas (1968-1973). Exerceu, também em Goiás, o cargo de Chefe de Gabinete da Secretaria de Segurança Pública (1973). Foi Procurador da República, junto às Varas da Justiça Federal especializadas em matéria penal, em São Paulo (1973), e perante o Supremo Tribunal Federal (1978). Posteriormente, foi removido para a Procuradoria-Geral da República, em Brasília (1979-1983), para emitir pareceres em matéria penal, perante o Supremo Tribunal Federal.

Nomeado pelo Presidente João Batista Figueiredo, assumiu o cargo de Subprocurador-Geral da República (1983-1987). Foi designado, em seguida, Secretário de Coordenação da Defesa da Ordem Jurídica do Ministério Público Federal (1987-1988). Nomeado Vice-Procurador-Geral da República (1988), foi promovido, no mesmo ano, por merecimento, Procurador-Geral da República Especial, hoje denominado Subprocurador-Geral da República.

Em 1989, foi nomeado Procurador-Geral da República, para mandato de dois anos.

Participou de comissões examinadoras de concursos públicos para Técnico Judiciário do Tribunal Federal de Recursos, Procurador da Fazenda Nacional e Procurador da República. Foi membro do Conselho Superior de Censura, como representante do Ministério Público Federal (1982-1983); membro efetivo do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, como representante do Ministério Público; e membro do Grupo de Trabalho instituído pelo Ministério da Justiça para elaborar o regulamento do Fundo criado pela Lei nº 7.347/85 (1985). Participou do Grupo de Trabalho instituído pela Procuradoria-Geral da República para elaboração de proposta de anteprojeto de lei orgânica do Ministério Público da União (1985) e membro suplente do Conselho Federal de Entorpecentes (1987). Exerceu a Presidência da Comissão instituída pelo Ministro da Justiça para elaborar anteprojeto de lei disciplinando a competência da Polícia Federal prevista na 2ª parte da alínea "e" do inciso VIII do artigo 8º da Constituição Federal (1983). Presidiu, também, à Comissão de Juristas constituída, pelo Ministério da Justiça, para a revisão final do anteprojeto do Código de Defesa do Consumidor.

Proferiu várias palestras ligadas à área criminal e ao Ministério Público e participou de comissões de bancas examinadoras de concursos públicos na área do Ministério Público Federal.

Publicou *A Competência Criminal da Justiça Federal de Primeira Instância* (1978).

Entre outras condecorações, foi agraciado com a Ordem do Mérito das Forças Armadas (Grande Oficial), a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, a Ordem do Mérito Militar (Grande Oficial), a Ordem do Mérito de Brasília (Grande Oficial), a Ordem do Mérito Aeronáutico (Grão-Mestre), o Colar do Mérito do Ministério Público (1991), a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário Militar (1991) e a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco (1991).

Estado de Minas

Aristides Junqueira Alvarenga, 1990

FONTES: Dados informados pela Procuradoria-Geral da República, Supremo Tribunal Federal.

ALVARENGA, Zoroastro Rodrigues de

Político, médico e professor, nasceu em Perdões, antigo Distrito de Lavras, Província de Minas Gerais, a 15 de janeiro de 1878, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 15 de março de 1945. Filho de José Rodrigues Alvarenga e de Matilde de Resende Alvarenga, foi casado com Belmira da Silva Alvarenga.

Diplomado, em 1903, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, exerceu a profissão em Lavras.

Foi Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Lavras. Eleito Deputado Estadual para a 5ª Legislatura (1907-1910), não chegou a completar o mandato, pois renunciou a ele ao ser nomeado Diretor de Higiene do Estado, em 1910, no Governo Júlio Bueno Brandão*. Continuou a exercer o cargo durante o Governo seguinte, o de Delfim Moreira da Costa Ribeiro*, só renunciando em agosto de 1918, quando o poder político estadual passou para as mãos do grupo liderado por Artur da Silva Bernardes*. Fez carreira como Deputado Federal, elegendo-se da 10ª à 12ª Legislaturas (1918-1926), e participando, durante esses mandatos, da Comissão de Saúde da Câmara, da qual foi Vice-Presidente em 1924. Em Belo Horizonte, paralelamente ao exercício do cargo de Diretor de Higiene, exerceu clínica médica e participou da fundação da Faculdade Livre de Medicina, incorporada à Universidade de Minas Gerais em 1927. Ali regeu a cadeira de Higiene até mudar-se para o Rio de Janeiro, em 1918.

Em 1924, pouco antes do encerramento de sua carreira política, foi nomeado serventuário da Justiça do Distrito Federal, cargo em que se manteve até 1931, quando foi demitido, na onda das mudanças políticas que se seguiram à Revolução de 1930. Recolhendo-se à vida privada, também clinicou no Rio de Janeiro.

Pertenceu ao PRM.

FONTES: Dados informados por Bruno de Almeida Magalhães. Centro de Estudos Mineiros/UFMG/*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 15 jan. 1921, p. 2.

ALVARENGA FILHO, José Tostes

Banqueiro e industrial, nasceu em Pomba (atual Rio Pomba), MG, a 25 de março de 1919. Filho de José Tostes de Alvarenga e Maria Engrácia Alvarenga. Casado com Olívia da Cruz Alvarenga.

Em Juiz de Fora, MG, fez o curso secundário no Colégio São José e o técnico na Academia de Comércio. Também cursou a Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, RJ.

Ingressou no quadro de funcionários do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., por concurso, em abril de 1941. Depois de servir na agência de Conselheiro Lafaiete, MG, trabalhou na sucursal do estabelecimento em Juiz de Fora, onde foi auditor, gerente, inspetor, superintendente e adjunto da diretoria. Eleito Diretor em 1961, exerceu a Presidência em 1964, em caráter interino, e nos dois anos seguintes, mediante eleição. Reeleito Diretor em 1971, 1972, 1974, 1976 e 1978, desempenhou as funções até abril de 1979. Também dirigiu a Credireal Turismo S.A. e presidiu o Conselho Diretor do Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., o sexto do gênero a ser criado no mundo. No Governo José de Magalhães Pinto* (1961-1966), foi membro efetivo da Coordenação do Crédito Geral em Minas Gerais.

Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, onde ocupou a Vice-Presidência, e do Conselho do Museu Mariano Procópio, cuja diretoria exerceu por algum tempo, pertence à Academia Juiz-Forana de Letras, como ocupante da cadeira patrocinada por João Tavares Correia Beraldo*. Em abril de 1981 foi eleito Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora e, em maio de 1983, Presidente da Federação das Misericórdias do Estado de Minas Gerais. É, ainda, Presidente da Usina Santa Rosa, de Miracema, RJ, Diretor da Companhia Mineira de Eletricidade S.A. e membro do Diretório Municipal do PDS em Juiz de Fora.

FONTES: ALVARENGA FILHO, José Tostes. De Monte Mário a Maurício Bicalho; levantamento histórico. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora./ Dados biográficos*. Informantes: Bruno de Almeida Magalhães e José Tostes de Alvarenga Filho. CEM/UFMG.

ÁLVARES FILHO, José

Presidente da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais, advogado e pecuarista, nasceu em São João del Rei, MG, a 29 de outubro de 1920. Filho de José Álvares e Maria Filgueiras Álvares. Casado com Maria Helena Gontijo Álvares.

Fez o curso secundário no Colégio Santo Antônio, em São João del Rei, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, em 1946.

Iniciou suas atividades profissionais como auxiliar de escritório da Administração Central da Rede Mineira de Viação, onde também exerceu as funções de advogado, assistente jurídico da Diretoria e assistente administrativo.

Foi, ainda, jornalista de *O Diário*, de Belo Horizonte, Chefe do Departamento Jurídico da Rede Ferroviária Federal, em Belo Horizonte, e Chefe do Departamento de Pessoal da Viação Férrea Centro-Oeste. Participou, nesse período, de várias comissões, entre elas a comissão para reorganização da Rede Mineira de Viação, a comissão de estudos para reestruturação do setor rodoviário da

Estrada de Ferro Goiás e a comissão de incorporação da Estrada de Ferro Goiás à Viação Férrea Centro-Oeste.

Presidiu à Junta Governativa da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - Faemg - (1969), assumindo a Presidência da entidade no período 1969-1980. Foi Vice-Presidente da Subcomissão Geral de Investigações de Minas Gerais (1969/78) e da Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (1970).

Na Confederação Nacional da Agricultura, foi Presidente da Comissão de Pecuária e Vice-Presidente. Foi, também, Presidente do Conselho de Administração da Eletrificação Rural do Estado de Minas Gerais - Ermig; Vice-Presidente do Conselho Diretor e Presidente da Fundação de Desenvolvimento Cooperativista - Fundec.

Participou do Conselho Superior de Agricultura do Estado de Minas Gerais, do Conselho de Representação do Projeto Rondon, do Conselho Fiscal da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - Casemg -, da Comissão Revisora do Funrural, da Comissão Consultiva de Pecuária do Ministério da Agricultura, do Conselho Administrativo da Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater -, do Conselho Universitário da Universidade Federal de Viçosa, do Conselho Fiscal do Montepio Cooperativista do Brasil e da 1ª Junta de Recursos da Previdência Social de Minas Gerais.

Participou de vários congressos e seminário sobre agropecuária e modernização de empresas.

É advogado aposentado pela Rede Ferroviária Federal.

Publicou *O Direito Superestrutural da Natureza* (1950), *Concepção Agostiniana da Lei* (1952) e *Contrato de Empreitada*.

Recebeu várias medalhas e condecorações, notadamente a Medalha Vitória Pires, da Estação Melhoramentos de Elvas, Portugal.

Estado de Minas

José Álvares Filho, março de 1979

FONTE: Dados informados pela Assessoria de Imprensa da FAEMG.

ÁLVARO ANTÔNIO ver DIAS, Álvaro Antônio Teixeira

ALVES, Agenor Ludgero

Político e advogado, nasceu em São José do Barroso, então Distrito de São João Batista do Presídio (atual Visconde do Rio Branco) e hoje cidade de Paula Cândido, MG, a 26 de setembro de 1891. Filho do comerciante Martinho Ludgero Alves e de Maria Rita Alves.

Fez o curso secundário na Academia de Comércio de Juiz de Fora, MG, e o superior na Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, pela qual se bacharelou em 1916.

Advogando em Caratinga, MG, foi Vereador e Presidente da Câmara Municipal (1925). Deputado Estadual na 9ª Legislatura (1923-1926). Posteriormente se elegeu Deputado Federal para a 14ª Legislatura (1930).

Pertenceu ao PRM.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 25 set. 1925. p. 2./ *Universidade Federal de Minas Gerais*. Faculdade de Direito. Arquivo da Seção de Ensino.

ALVES, Alberto José

Político, advogado, comerciante, industrial e fazendeiro, nasceu em Alfenas, Província de Minas Gerais, a 19 de novembro de 1882, e faleceu em São Paulo, SP, a 6 de novembro de 1970. Filho de Elias José Alves e de Francisca Romana da Conceição Alves.

Em São Paulo, estudou nos colégios Nogueira da Gama e Jacareí e no Seminário Episcopal, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito em 1901.

Foi Vereador e Juiz de Paz em Guaranésia, MG, onde advogava. Elegeu-se, a seguir, Deputado Estadual Constituinte e para a 1ª Legislatura (1935-1937), nesta tendo sido membro da Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho. Encerrou sua atuação política ao instaurar-se o regime do Estado Novo.

Participou da Aliança Liberal e pertenceu ao Partido Progressista.

Atuaram na política municipal seus irmãos Otaviano José Alves e Alfredo José Alves.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Guaranésia/Euclides Aparecido Barreto da Costa. CEM/UFMG.

ALVES, Amílcar Ferrari

Oficial da Aeronáutica, nasceu em Santos Dumont, MG, a 3 de janeiro de 1932. Filho de Manoel Alves Sobrinho e de Fidalma Ferrari Alves. Casado com Daléia de Almeida Alves.

Fez os cursos de Formação de Oficiais Aviadores, de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica, de Estado-Maior, Superior de Comando, de Preparação de Instrutores, o Superior de Guerra e, posteriormente, o curso de Administração de Empresas.

Ingressou na Aeronáutica a 6 de maio de 1949, tendo sido declarado Aspirante em 16 de dezembro de 1954. Foi promovido a Segundo-Tenente (1955), Primeiro-Tenente (1957), Capitão (1961), Major (1967), Tenente-Coronel (1970), Coronel (1978), Brigadeiro-do-Ar (1982) e, finalmente, Major-Brigadeiro-do-Ar (1987).

No 5º Grupo de Aviação, foi Oficial de Operações, de Pessoal, de Informações, de Material e Instrutor de Bombardeio. Exerceu as funções de Ajudante, Oficial de Navegação, de Manutenção, de Informações e Instrutor de Quadrimotor do 1º/2º Grupo de Transporte. Na Escola de Aeronáutica, atuou como Chefe de Classe, Operações e Chefe do Estágio de Vôo por Instrumentos. Comandante de Companhia, Ajudante do Corpo de Alunos e Adjunto do Departamento do Pessoal da Escola de Especialistas da Aeronáutica, chefiou o Departamento de Serviço, a Divisão de Administração e foi Assistente do Comando da Ecemar. Adjunto da Seção de Informações da Emaer, foi, ainda, Assessor Chefe e Chefe da 3ª Subchefia da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Chefiou a Seção Administrativa, a Seção de Procura e Compras e a Divisão Fiscal e Coordenadora da CABW. Atuou como Comandante do Grupo de Apoio dos Afonsos e do Grupo de Apoio do Rio de Janeiro. Exerceu o cargo de Chefe da 3ª Subchefia do Emaer. Foi Subsecretário de Administração Financeira da SEFA, Vice-Diretor do Departamento de Aviação Civil e Comandante do VI Comando Aéreo Regional.

Em nível operacional, fez os cursos de Piloto de Bombardeio e de Piloto de Transportes.

Possui mais de 6.400 horas de vôo.

Recebeu diversas condecorações, destacando-se a Medalha da Ordem do Mérito República do Paraguai, do Mérito Tamandaré, do Pacificador, do Mérito Santos Dumont e a Militar de Ouro.

FONTE: Ministério da Aeronáutica: Centro de Comunicação Social./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

ALVES, Augusto Glória Ferreira

Político e médico, foi Senador Estadual em Minas Gerais durante a 8ª Legislatura (1919-1922) e Deputado Federal da 11ª à 13ª Legislatura (1921-1929). Exerceu clínica em São João Nepomuceno, MG, em cuja política teve destacada atuação.

Pertenceu ao PRM.

FONTE: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 15 ago. 1922. p. 2.

ALVES, Carlos Ferreira

Político e médico, nasceu na vila da Estrela, Província do Rio de Janeiro, a 6 de setembro de 1853, e faleceu em Barbacena, MG, a 6 de fevereiro de 1896. Filho do Coronel da Guarda Nacional Manuel Luís Alves e de Ana Isabel Alves.

Diplomado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1875, foi clinicar em São João Nepomuceno, Província de Minas Gerais, onde fundou o jornal *O Município* e atuou na política como Vereador, Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal. Ali também dirigiu a Associação Municipal de Imigração e organizou um núcleo colonial junto à cidade.

Deputado à Assembléia Provincial na 27ª Legislatura (1888-1889) e Senador Constituinte Estadual de 1891 e na 1a e 2ª Legislaturas (1891-1898), faleceu no início do último mandato. Foi Vice-Presidente do Senado Mineiro.

Na Monarquia, pertenceu ao Partido Conservador e, na República, ao PRM.

FONTES: *Anais do Senado Mineiro do ano de 1896*. Ouro Preto, Imprensa Oficial, s.n. pp. 5-7./*A Ordem*, Ouro Preto. Esboço biográfico de Carlos Ferreira Alves. 8 fev. 1890. p. 3./CASASANTA, Mário. Grandes vultos de Minas Gerais. In: *Revista Alterosa*. Belo Horizonte, 3(14):5,87, abr. 1941./Gazeta de Ouro Fino. Ouro Fino, 16 fev. 1896. p. 2./ *Minas Gerais*, Ouro Preto, 8 fev. 1896. p. 5;13 fev. 1896. p. 3./*O Estado de Minas*, Ouro Preto, 10 fev. 1896. p. 1./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926./VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras* (1664-1897). Ouro Preto, Imprensa Oficial, 1897. v.1.

ALVES, Elisa ver COSTA, Elisa Maria Alves da

ALVES, Francisco Ferreira

Político e comerciante, nasceu em Catas Altas da Noruega, Distrito de Queluz (hoje Conselheiro Lafaiete), Província de Minas Gerais, a 23 de outubro de 1843, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 26 de julho de 1914. Filho do comerciante Francisco Ferreira Alves e de Margarida Castorina Ferreira Alves. Casado, em primeiras núpcias, com Augusta Ferreira Alves e, em segundas, com Amélia Castro Alves.

Comerciante em Mariana e, depois, em Ouro Preto, durante a Guerra do Paraguai alcançou o posto de Coronel da Guarda Nacional. Ainda em Ouro Preto, fundou e dirigiu a Caixa Econômica Particular, foi várias vezes suplente de Juiz de Paz e exerceu a jurisdição da Vara de Direito, com promoções e despachos sempre acatados pelos juízes togados. Participou ativamente do movimento republicano esboçado em 1884, ao lado de Joaquim Caetano da Silva, Mota Pacheco, Leônidas Damásio e Henrique Renault. Figurou entre os fundadores do Centro Republicano Mineiro e, mais tarde, do PRM, do qual foi tesoureiro. Depois de promover a constituição de diretórios em toda a Província, convocou o 1º Congresso Republicano Mineiro, que se reuniu em Ouro Preto, de 15 a 18 de novembro de 1888. Elegeu-se Senador Constituinte de Minas e da 1ª à 6ª Legislaturas (1891-1914), tendo feito parte da Comissão de Obras Públicas.

Pertenceu ao PRM.

FONTES: BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro: documentário sobre a sua vida*. Belo Horizonte, Publicação do APM, 1966./CASASANTA, Mário. Grandes vultos de Minas Gerais. In: *Revista Alterosa*. Belo Horizonte, 44:106-7, dez. 1943./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 27 e 28 jul. 1914. pp.8-9./*O Diário*, Belo Horizonte, 24 out. 1943. p. 7./*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 2:232-4, 1946.

ALVES, Geraldo Reis

Magistrado e advogado, nasceu em Lamim, então Distrito de Queluz (atual Conselheiro Lafaiete), MG, a 20 de agosto de 1913. Filho de João dos Reis Sobrinho e de Maria do Carmo Alves dos Reis. Casado com Neusa Lobato Reis.

Diplomado pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais em 1939, advogou na Capital mineira até 1941, quando ingressou no Ministério Público como Promotor de Justiça de Pitangui, MG. Passando depois para a Magistratura mineira, exerceu o cargo de Juiz de Direito, sucessivamente, nas Comarcas de Paracatu (1944-1946), Monte Carmelo (1946-1949), Patos de Minas (1949-1953), Sabará (1953-1955) e Piuí (1955-1960). Transferido para Belo Horizonte em 1960, foi titular da 7ª e 8ª Varas Criminais e, a partir de 1965, Juiz Substituto de 2ª Instância. Em 1968 obteve promoção para o Tribunal de Justiça, onde desempenhou os cargos de Vice-Presidente (25/2/1982-25/8/1982) e de Presidente efetivo de agosto de 1982 até aposentar-se, em agosto de 1983. Como Desembargador, também presidiu ao TRE (1979-1981).

É irmão do magistrado Sebastião Reis Alves, Ministro do Tribunal Federal de Recursos.

Estado de Minas

Geraldo Reis Alves, agosto de 1982

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 5 fev. 1982; 26 ago. 1982. p. 14./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 10 mar. 1979. p. 1.

ALVES, Honorato José

Político, médico e professor, nasceu em Mendanha, Distrito de Diamantina, Província de Minas Gerais, a 10 de novembro de 1868, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 27 de novembro de 1948. Filho do Coronel da

Guarda Nacional Marciano José Alves e de Antônia Josefina de Oliveira Alves. Casado com Violeta Melo Franco Alves.

Fez os estudos de Humanidades em Ouro Preto e diplomou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Passando a clinicar em Montes Claros, MG, ingressou na política em 1893, como Vereador à Câmara Municipal, cuja Presidência ocupou logo depois. Em setembro de 1894, foi eleito Agente Executivo do Município. Fundou, então, o órgão oficial *Montes Claros*, de que era redator. Deputado Estadual na 4ª Legislatura (1903-1906) e Deputado Federal da 6ª à 13ª Legislatura (1906-1929), integrou, de 1922 a 1924, a Comissão de Obras Públicas da Câmara dos Deputados.

Em Belo Horizonte, figurou entre os fundadores da Faculdade Livre de Medicina, hoje pertencente à UFMG, onde inaugurou a cátedra de Oftalmologia, e fez parte do Conselho de Saúde Pública

Pertenceu ao PRM.

Atuaram na política seu sogro, Virgílio Martins de Melo Franco*, seu irmão João José Alves*, seu cunhado Afrânio de Melo Franco* e seu neto Márcio Moreira Alves, que foi Deputado Federal pelo antigo Estado da Guanabara.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados*. Diretoria de Documentação e Publicidade, Brasília, 33:163-70, 1968./*Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Montes Claros/Hermes Augusto de Paula. CEM/UFMG. ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917*. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 2./PAULA, Hermes de. *Montes Claros; sua história, sua gente e seus costumes*. Rio de Janeiro, IBGE, 1957./VIANA, Nélson. *Efemérides montesclarenses*. 1707-1962. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1964./VIANA, Urbino de Sousa. *Montes Claros*; Breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1916.

ALVES, Jairo Magalhães

Político e médico, nasceu em Cabo Verde, MG, a 10 de fevereiro de 1926. Filho do advogado Antônio Magalhães Alves e de Magnólia Magalhães Alves. Casado com Sônia Larica Magalhães Alves.

Concluiu seus estudos secundários no Colégio Municipal de Alfenas, MG, em 1946, e o curso superior na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, DF, pela qual se graduou em 1956.

Mudou-se para Itabira, MG, onde passou a clinicar.

Elegeu-se Prefeito desse município, cumprindo mandato de 1977 a 1982. Em seguida, foi eleito Deputado Estadual para a 10ª Legislatura (1983-1987). Na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, foi Vice-Líder do Governo (1984), Vice-Presidente da Comissão de Minas e Metalurgia (1983-1984), membro da Comissão de Saúde e Ação Social e suplente da Comissão de Assuntos Municipais e Planejamentos Regionais (1983-1984).

Em 1986, elegeu-se Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991).

Filiado ao PSDB, pertenceu ao PSB, ao MDB e ao PMDB.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

ALVES, João José

Político, médico e fazendeiro, nasceu em Mendanha, Distrito de Diamantina, Província de Minas Gerais, a 12 de agosto de 1872, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 4 de novembro de 1934. Filho do Coronel da Guarda Nacional Marciano José Alves e de Antônia Josefina de Oliveira Alves. Casado com Tiburtina de Andrade Alves.

Fez o curso de Humanidades no Colégio do Caraça, MG, e diplomou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1901.

Exerceu a clínica em todo o Norte mineiro, onde também foi fazendeiro, e em alguns municípios baianos. Em Montes Claros, figurou entre os fundadores da Santa Casa, de que foi Diretor Clínico e Provedor, e da primeira Escola Normal, e ocupou a Presidência da Câmara e o cargo de Agente Executivo Municipal (1905-1908; 1917-1922).

Foi chefe local da Aliança Liberal e do movimento revolucionário de 1930, tendo-se notabilizado pelo envolvimento na reação armada a uma caravana da Concentração Conservadora, liderada pelo Vice-Presidente da República Fernando de Melo Viana*. Em 1932, tomou posição favorável à revolução constitucionalista de São Paulo. Eleito Deputado Federal Constituinte e suplente na legislatura ordinária (1934-1937), assumiu o lugar de João Pandiá Calógeras*, mas faleceu antes de completar o mandato.

Pertenceu ao PRM e ao Partido Progressista.

Atuaram na política seu irmão Honorato José Alves* e seu sobrinho-neto Márcio Moreira Alves, que foi Deputado Federal pelo antigo Estado da Guanabara.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Montes Claros/Hermes Augusto de Paula. CEM/UFMG./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 6 nov. 1934. p. 3./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 6 nov. 1934. pp. 9-10./PAULA, Hermes de. *Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes*. Rio de Janeiro, IBGE, 1957.

ALVES, João Luís

Político, advogado, promotor, magistrado, professor, jornalista e acadêmico, nasceu na fazenda do Cafezal, na povoação de Matias Barbosa, Município de Juiz de Fora, Província de Minas Gerais, a 23 de maio de 1870, e faleceu em Paris, França, onde se achava em tratamento de saúde, a 15 de novembro de 1925. Filho do agricultor e comerciante João Luís Alves e de Bárbara Luísa Horta Barbosa Alves. Casado, em primeiras núpcias, com Escolástica Alves e, em segundas, com Fernandina Faria Alves.

Fez os primeiros estudos em Juiz de Fora e os preparatórios no Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. Graças à proteção do Barão de Santa Helena, seu padrinho, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, mediante licença especial, quando tinha apenas 15 anos de idade. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na turma de 1889, a primeira da recém-instaurada República e da qual faziam parte João Carlos de Almeida Peixoto*, Edmundo Pereira Lins*, Francisco Mendes Pimentel*, Afonso Arinos de Melo Franco*, Herculano de Freitas e Edmundo da Veiga*. Em 1900, colou grau de doutor pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais. Quando acadêmico, dirigiu *O Constitucional*, órgão da corrente conservadora, que se opunha aos jornais republicanos *A República Mineira*, redigido por Delfim Moreira da Costa Ribeiro* e Estêvão Lobo, e *A Luta*, de Francisco Brant e outros adversários do regime monárquico.

Formado, foi nomeado pelo Governador provisório de Minas Gerais, José Cesário de Faria Alvim* Promotor Público e Curador de Órfãos da Comarca de Rio Verde, com sede na cidade de Campanha, e ali permaneceu de 1890 a março de 1891. Nomeado Juiz Municipal e de Órfãos do Termo de Campanha em março de 1891, exerceu as funções até junho de 1892. Ao reorganizar-se, então, a Justiça estadual, foi nomeado Juiz Substituto da Comarca de Alfenas. Exonerando-se da Magistratura em agosto de 1892, passou a advogar em Campanha e cidades vizinhas. Na

época, recusou aliar-se aos separatistas, embora seu amigo Francisco Bressane fosse secretário da malograda junta que tentava organizar o Estado de Minas do Sul. Pelo contrário, uniu-se a Francisco Silviano de Almeida Brandão*, cujos passos seguiu na legislatura para outra zona, em 1898. Em 1903, foi ao Rio de Janeiro, como representante de um distrito da Zona da Mata, e liderou o movimento protecionista. Em 1893-1894, lecionou Legislação de Terras no curso de Agrimensura mantido pelo Governo Estadual em Campanha, onde também desempenhou, de 1898 a 1900, os cargos de Vereador, Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal e de Inspetor da Instrução Pública.

Deputado Estadual na 3ª Legislatura (1899-1902), elaborou o anteprojeto de revisão da Constituição Estadual, que veio a ser aprovado no fim do período. Em 1900, assumiu a direção do antigo *Diário de Minas*, órgão do PRM editado em Belo Horizonte. Logo depois, ingressou no corpo docente da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais como lente substituto de Direito Administrativo e encarregado de um curso complementar de Ciências das Finanças e de Economia (1902-1904). Promovido a catedrático de Direito Comercial a 16 de novembro de 1913 e designado substituto do titular de Direito Civil em 1920, só em março de 1925 cessou a atividade docente. Eleito Deputado Federal para a 5ª e a 6ª Legislaturas (1903-1908), presidiu a Comissão de Constituição e Justiça e, embora não fosse reformador, juntou-se ao grupo de jovens parlamentares que a crônica política denominou de "Jardim de Infância" ao lado de Carlos Peixoto*, David Moretzsohn Campista*, João Pandiá Calógeras*, Gastão da Cunha* e Estêvão Lobo. Sempre atento às mudanças, aproximou-se de Pinheiro Machado quando o prestígio de Carlos Peixoto* começou a declinar e apoiou a candidatura de Hermes da Fonseca à Presidência da República, contra os civilistas. No exercício do mandato parlamentar, apresentou projetos de lei de proteção à nascente indústria nacional e à agricultura, entre os quais os primeiros sobre alfândega, cheque e letra de câmbio. Ainda como Deputado Federal, defendeu a Constituição do Rio Grande do Sul, em reconhecimento do quê Luís Borges de Medeiros lhe ofereceu uma cadeira na Bancada gaúcha no Senado Federal. Mas já aceitara a senatoria pelo Espírito Santo, por lembrança de Carlos Peixoto*, apoiada por todos os partidos daquele Estado. No Senado, foi Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e membro das Comissões de Poderes e de Finanças e das comissões especiais de estudos do projeto do Código Civil, de reforma do Código Comercial e de reforma eleitoral. Com a colaboração de José Antônio Saraiva Sobrinho*, elaborou substitutivos, que foram aprovados, aos projetos de reforma da legislação cambial e da lei de extradição. Foi, também, Relator da reforma do alistamento eleitoral, votada em 1916, e, por muitas vezes, do Orçamento da Marinha, do Interior e da Viação. Secretário das Finanças de Minas Gerais de novembro de 1918 a setembro de 1922, no Governo de Artur da Silva Bernardes*, reformulou a legislação tributária, duplicando a renda pública, sem nenhum aumento de impostos, e resgatando grande parte da dívida externa do Estado.

Ao assumir a Presidência da República, Artur Bernardes convidou-o para Ministro da Justiça e Negócios Interiores, pasta que ocupou de novembro de 1922 a janeiro de 1925. Coube-lhe, como tal, a tarefa de assegurar a sobrevivência do poder civil entre as tensões político-militares e as freqüentes suspensões das garantias constitucionais que então viveu o País. Debelada a rebelião paulista de julho de 1924, projetou e fez aprovar legislação que transferia da competência do júri para a do Juiz singular o julgamento dos insurretos. Cuidou, ainda, da melhoria dos serviços da Justiça, do ensino, da assistência aos menores e do sistema penitenciário, da atualização dos códigos de processo do Distrito Federal (Rio de Janeiro) e da instituição das legislações sobre *sursis* e direitos autorais.

Nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal em 8 de dezembro de 1924, ali atuou pouco tempo, por motivo da enfermidade de que viria a falecer.

Membro da Academia Brasileira de Letras desde 6 de novembro de 1923, quando sucedeu a Eduardo Ramos na cadeira nº 11, patrocinada por Fagundes Varela, foi também professor honorário da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro; sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, da Academia de Altos Estudos, da Sociedade Brasileira do Direito Internacional, do Instituto dos Advogados de Santiago (Chile), da Société de Législation Comparée de Paris (França), da Associação Brasileira de Imprensa, da Liga de Higiene Mental e Liga de Defesa Nacional; redator da *Revista da Faculdade de Direito de Minas Gerais* e do jornal *Estado de Minas* e colaborador da *Revista Forense* e da *Revista do Supremo Tribunal Federal*.

Publicou as obras *Da investigação da paternidade do direito pátrio* (tese de doutorado); *Do infanticídio*; *Discursos parlamentares em defesa da política protecionista*; *A questão do elemento servil*; *Extinção do tráfico e a lei de repressão em 1850* e *Código Civil anotado* (1889-1917).

Atuaram na política seu avô, Conselheiro Luís Antônio Barbosa, Presidente da Província de Minas e Ministro da Justiça no Império; seus cunhados Gabriel de Vilhena Valadão* e Raul de Faria* e seu genro Ranulfo Bocaiúva Cunha.

Pertenceu ao PRM, cuja plataforma, aprovada na convenção de 1919, redigiu, tendo sido um dos três bernardistas que, em 1921, passaram a integrar a Comissão Executiva do partido.

Estado de Minas

João Luís Alves, 1922

FONTES: ALBERGARIA, Jason Soares. O jurista João Luís Alves. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, (14):165-73, 1969-70./*Anais da Câmara dos Deputados*. Brasília, Diretoria de Documentação e Publicidade, 5:623-34, maio/jun. 1970; 6:850-3, jun., 1970./BRAGA, Antônio Pedro, João Luís Alves. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, (14):147-63, 1969-70./BRANDÃO, Bueno. Homenagem à memória do Sr. João Luís Alves. In: *Anais do Senado Federal. 1925.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 9:2-5, 1931./CARMEN, Francolino & SOUSA, Alcindo Alves de. Senador João Luís Alves. In: *Políticos e estadistas contemporâneos*. São Paulo. Tip. Piratininga, 1917./CAMPOS, Mílton. Reverenciando a memória do Dr. João Luís Alves. In: *Anais do Senado*. Brasília, Subsecretaria de Anais, 1:111-6, 1973; João Luís Alves, In: *Digesto Econômico*. São Paulo (213):83-6. maio/jun., s.d./CARVALHO, Daniel de. *Capítulos de memórias*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1957./ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil - 1917*. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v.l/*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 22 maio 1955. p. 11; 16 jan, 1966. p. l.; 12 mar. 1967. p. 7; 17 set. 1978. p. 20./*Galeria Nacional*; Vultos proeminentes da história brasileira. Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1936, 10 fasc./Galvão Ramiz. João Luís Alves In: *Revista do Instituto Histórico*

e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, (153):488-90, 1926./*Jurisprudência Mineira*. Belo Horizonte, 45:17-26, jan./jul. 1970./ LAGO, Coronel Laurenio. *Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal*; dados biográficos 1828-1978. (Rio de Janeiro), Biblioteca do Exército, 1978./MARTINS, Maria. João Luís Alves, meu pai. In: *Digesto Econômico*, São Paulo, (213):83-6, maio/ jun. 1970./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 16-17 nov. 1925. p. 18;19 nov. 1925. p. 4; 22 maio 1970. pp. 3-6; 25 maio 1970. p. 4; 27 maio 1970. pp. 4-6; 10 jun. 1970. p. 4; 11 jun. 1970. p. 4./*Relação dos Ministros da Justiça*; 1822-1974. Ministério da Justiça. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1974./*Revista da Faculdade de Direito*, memória histórica (1892-1959). Belo Horizonte, Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 10:176-7, out. 1958 - mar. 1959./*Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora*. (4): 99-104, dez. 1970. RESENDE e SILVA, Artur Vieira de. *Genealogia mineira*, s. 1., s. ed., 1938. v. 2./ROSAS, Roberto. João Luís Alves. In: *Digesto Econômico*, São Paulo, (214): 69-71, jul./ago. 1970./SALES, Joaquim de. *Se não me falha a memória* (políticos e jornalistas do meu tempo). Rio de Janeiro, liv. São José, (1961)./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial. 1926.

ALVES, José Guimarães

Jornalista, escritor e professor, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 24 de janeiro de 1910. Filho do Procurador da República em Minas Gerais Albino Alves Filho e de Isabel Guimarães Alves. Casado com Leonízia Guimarães Alves.

Fez os estudos secundários no Colégio Arnaldo, em Belo Horizonte, e no Rio de Janeiro, DF, e formou-se, em 1936, pela Escola de Ciências Sociais e Econômicas, mais tarde incorporada à antiga Universidade do Distrito Federal. Cursou ainda a Faculté Libre et Plurivalente de Paris (1968-1969).

Ingressou no jornalismo em 1928, como repórter policial do *Diário do Comércio*, que se editava em Belo Horizonte. Em seguida, trabalhou no antigo *Diário de Minas*, órgão oficial do PRM, no *Correio Mineiro*, e foi redator de *A Tribuna*, jornal que seguia a orientação do Partido Progressista. Transferindo-se para o Rio de Janeiro, continuou a militar na imprensa, ora como revisor, ora como repórter ou redator de vários jornais, entre os quais *Gazeta de Notícias*, *Diários Associados* e *Correio da Manhã*. O golpe de 1937 levou-o a participar intensamente dos movimentos de resistência democrática no grupo de intelectuais de várias tendências, liderado pelo ex-Intendente e Vereador carioca Campos da Paz. De volta a Belo Horizonte, integrou o corpo de redatores do *Diário da Tarde* e do *Estado de Minas*. Na Constituinte Mineira de 1947 e na Assembléia Legislativa Estadual foi, até 1953, cronista parlamentar da Rádio Guarani e um dos fundadores e Presidente do Comitê de Imprensa. A seguir, exerceu a chefia da redação do órgão da UDN, *Correio do Dia*, onde o buscou o Prefeito de Belo Horizonte, Celso Melo de Azevedo*, para seu assessor. Depois de exercer, no Rio de Janeiro, a função de assistente do Deputado José de Magalhães Pinto*, dirigiu a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais (1961-1966). Pertenceu à UDN e à Arena.

Lecionou Francês e Inglês, ajudou a fundar o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, em cuja diretoria e conselhos figurou reiteradamente, e presidiu a Associação Mineira de Imprensa. Secretário-Geral da seção mineira da Associação Brasileira de Escritores, fez parte da Comissão Política do 2º Congresso Brasileiro de Escritores. Foi, ainda, Assessor da Coordenadoria de Cultura do Estado e Diretor da Casa do Brasil na Cidade Universitária da Universidade de Paris (1968-1969).

Além da coletânea *Poemas no tempo* e das poesias contidas na antologia da fase modernista mineira organizada por Alphonsus de Guimaraens Filho, publicou, em jornais e revistas, traduções de vários poetas ingleses, ensaios sobre T. S. Eliot, Bernard Shaw, Swinburne, Panciet Strate e William Shakespeare e artigos em torno de assuntos sociais, políticos e econômicos.

Atuaram na vida pública seus primos Paulo Campos Guimarães*, Carlos Elói Carvalho Guimarães* e José de Magalhães Pinto*.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: José Guimarães Alves. CEM/UFMG./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 7 fev. 1961. p. 30.

ALVES JÚNIOR, José Bernardino

Político, banqueiro e advogado, nasceu em Turvo (atual Andrelândia), Província de Minas Gerais, a 15 de março de 1885, e faleceu na mesma cidade, a 4 de abril de 1967. Filho do advogado José Bernardino Alves e de Mariana Ilídia da Silva Alves. Casado com Geórgia de Oliveira Mafra Alves.

Começou os estudos secundários no internato do Ginásio Mineiro, em Barbacena, MG, e concluiu-os no externato, em Belo Horizonte, MG. Depois de freqüentar o primeiro ano da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, transferiu-se para a Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual se diplomou em 1907.

Iniciou a carreira política no Estado do Espírito Santo, onde, em 1908, foi Oficial de Gabinete do Presidente Jerônimo Monteiro e Diretor Fiscal do Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo S.A. Criado o cargo de Secretário da Presidência, exerceu-o até o fim do quatriênio 1908-1912. Nesse período, desempenhou interinamente as funções de Prefeito de Vitória. Na administração de Marcondes Alves de Sousa (1912-1916), foi Secretário do Governo e, em seguida, Secretário-Geral do Estado. No Governo de Bernardino Monteiro (1916-1920), ocupou a Secretaria da Presidência e, depois, a Procuradoria-Geral do Estado. Com juristas capixabas fundou a *Resenha Judiciária*, revista de legislação, doutrina e jurisprudência, e lançou as bases da Faculdade de Direito de Vitória, instalada algum tempo depois. Voltando para Minas Gerais em 1918, advogou em Andrelândia e, depois, em Juiz de Fora. Em 1928, o Presidente Antônio Carlos nomeou-o Diretor-Geral do Tesouro do Estado. Foi Secretário Estadual das Finanças de novembro de 1929 a setembro de 1930 e de setembro de 1932 a dezembro de 1933, tendo em curtos períodos respondido pela Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas e pela Secretaria do Interior.

Deputado Federal no período 1935-1937, pertenceu ao PRM. Retirando-se da política após a instauração do Estado Novo, integrou a diretoria e, em seguida, assumiu a Presidência do Banco da Lavoura de Minas Gerais S.A. Foi, ainda, membro do Conselho Penitenciário do Estado e da Comissão Revisora da Divisão Administrativa do Estado, Presidente do Conselho Consultivo de Minas Gerais, Consultor Jurídico do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. e advogado e Diretor da Companhia Mineira de Eletricidade S.A., de Juiz de Fora.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/ Robertson Caloman Jacob Rischke. CEM/ UFMG./*Diário e Minas*, Belo Horizonte, 10 fev. 1957. p. 13./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 14 abr. 1967. p. 5./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 10 set. 1932. p. 9; 13 set. 1932. p. 10; 30 set. 1959. p. 9; 10 abr. 1967. pp. 1-2; 14 abr. 1967. p. 4; 15 abr. 1967. p. 4.

ALVIM, Antônio Camilo de Faria

Político, promotor e professor, nasceu em Itabira do Mato Dentro (atual Itabira), MG, a 23 de outubro de 1904, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 1º de junho de 1978. Filho de José Cesário de Faria Alvim Sobrinho e de Maria de Oliveira Alvim. Casado com Maria Marinho Alvim.

Iniciou os estudos secundários em sua terra natal e completou-os no Colégio Anchieta, de Nova Friburgo, RJ, e no Colégio Estadual de Belo Horizonte e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais em 1927.

Advogou e exerceu o magistério normal em sua cidade até 1933, quando se transferiu para Belo Horizonte. Na Capital mineira, foi por alguns meses Promotor de Justiça.

Ingressando na política, elegeu-se Deputado Estadual Constituinte e para a 1ª Legislatura (1935-1937), período durante o qual integrou as Comissões de Constituição, Legislação e Justiça e de Educação e Cultura. Nomeado, em seguida, Prefeito de Itabira pelo Governador Benedito Valadares Ribeiro*, desempenhou o cargo até 1940, quando passou a fazer parte do Conselho Administrativo do Estado de Minas Gerais até 1948.

Pertenceu ao Partido Progressista e ao PSD desde a sua fundação.

No mesmo ano de 1948, retornou à sua cadeira de História do Brasil na Faculdade de Filosofia da UMG, instituição que ajudara a fundar, em 1939, e que dirigiu em várias oportunidades. Integrou bancas examinadoras de diversos concursos para professor de História e Geografia em estabelecimentos de ensino médio e superior. Na gestão de Amintas Ferreira de Barros* (1959-1963), chefiou o Gabinete do Prefeito de Belo Horizonte. Em 28 de março de 1977, recebeu o título de Professor Emérito da FAFICH, da UFMG. Foi ainda Presidente do Conselho da Aliança Francesa e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Atuaram também na política seus primos José Cesário de Faria Alvim* e Uriel de Resende Alvim*.

FONTES: *Anuário da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais. 1939-1953*. Belo Horizonte, s.ed., 1954./*Candidatos à Constituinte Mineira*. Belo Horizonte, 1(1):s.p., 1934./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 2 jun. 1978. p. 6.

ALVIM, Fausto Figueira Soares

Político, advogado, fazendeiro, administrador público e escultor, nasceu em Angustura, Distrito de São José d'Além-Paraíba (depois Além-Paraíba), MG, a 10 de março de 1899. Filho do Coronel da Guarda Nacional Francisco Soares Alvim e de Afonsina Figueira Alvim. Casado, em primeiras núpcias, com Mercedes da Costa Cruz Alvim e, em segundas, com Maria Laura Ferreira Alvim.

Fez o curso ginasial em Ubá e em Leopoldina, MG. Em Ouro Preto, MG, concluiu os preparatórios e estudou um ano na Escola de Minas de Ouro Preto. Transferindo-se para Belo Horizonte, bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais em 1923.

Depois de advogar por um ano em Divinópolis, MG, abandonou a carreira para tornar-se fazendeiro. Na Revolução de 1930, integrou a coluna do Coronel Cristóvão Barcelos, que comandava as operações no vale do Paraíba, e, no mesmo ano, assumiu o cargo de Prefeito de Araxá, MG, por nomeação do Presidente Olegário Dias Maciel*. De 1940 a 1943, presidiu o recém-criado Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários - IAPC-, a convite do Presidente Getúlio Vargas. Em outubro de 1943, assinou o Manifesto dos Mineiros e, em 1945, foi um dos fundadores da UDN.

Candidato a Deputado Federal em 1946, elegeu-se suplente. De 1947 a 1948, no Governo Mílton Soares Campos*, foi Diretor da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais e, no período de 30 de novembro de 1947 a 30 de março de 1950, Presidente do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais S.A. Depois de dirigir, no Rio de Janeiro, a Carteira Agrícola do Banco da Prefeitura do Distrito Federal, integrou, de 1962 a 1974, o quadro dirigente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco. Aposentado, passou a residir no Rio de Janeiro, dedicando-se à escultura.

Atuaram na política seus primos José Cesário de Faria Alvim*, Raul Soares de Moura* e Custódio da Costa Cruz, Deputado Provincial.

FONTES: COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./*Dados biográficos*. Informante: Fausto Figueira Soares Alvim. CEM/UFMG./*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 mar. 1979, Caderno B. p. 5./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 22 mar. 1947. p. 9./*Museu de Arte Moderna*. Prefeitura de Belo Horizonte/Secretaria Municipal da Cultura, Informação, Turismo e Esportes. Catálogo.

ALVIM, Gorazil de Faria

Magistrado e promotor, nasceu em Ubá, MG, a 3 de agosto de 1896, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 24 de fevereiro de 1974. Filho de Galdino de Faria Alvim.

Fez os estudos secundários no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte e o curso superior na Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais e na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, pela qual se bacharelou em 1922.

Voltando para Minas Gerais logo depois de formado, iniciou a carreira como Promotor Público em Santo Antônio do Monte. Ingressando na Magistratura Estadual, foi Juiz Municipal em Queluz (hoje Conselheiro Lafaiete) e em Lavras. Promovido a Juiz de Direito em 1937, serviu em Monte Azul, Campos Gerais (1939), Itapecerica (1941), São Sebastião do Paraíso (1952), Carangola e Juiz de Fora (1954) e novamente em São Sebastião do Paraíso (1956). Removido para Belo Horizonte em setembro de 1956, foi titular da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública e Juiz Substituto de 2ª instância (1960-1961).

Em agosto de 1962, teve sua última promoção, passando a integrar efetivamente o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, onde permaneceu até a aposentadoria como Desembargador, em agosto de 1966.

FONTES: *Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais*. Secretaria. Ficha funcional./ *Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

ALVIM, Ildefonso Moreira de Faria

Político e advogado, nasceu em Tapiru, Distrito de Palma, Província de Minas Gerais, a 21 de janeiro de 1867, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 10 de agosto de 1927. Filho de Ildefonso Moreira de Faria e Silva e de Maria Cornélia de Faria e Silva. Casado com Amélia de Resende Alvim.

Fez os estudos secundários nas cidades mineiras de Cataguases e Juiz de Fora, os preparatórios no Externato Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, e o curso superior nas Faculdades de Direito do Recife e de São Paulo, tendo-se bacharelado por esta em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1889. Durante o período acadêmico, participou da propaganda republicana empreendida por Silva Jardim.

Nomeado Promotor Público e Curador-Geral de Órfãos na Comarca do Pomba (atual Rio Pomba), MG, em janeiro de 1890, no mesmo ano transferiu-se para Ubá, onde,

depois de servir durante quatro meses como Juiz Municipal e de Órfãos, passou a ocupar o cargo de Juiz de Direito.

Eleito Deputado Estadual Constituinte e para a 1ª Legislatura (1891-1895), secretariou a Comissão dos Onze, encarregada de organizar o projeto de Constituição, tendo apresentado emenda que previa a dissolução da Assembléia logo depois da promulgação da Lei Fundamental e da decretação da Lei Eleitoral. Por discordar da resolução do Congresso que estendeu sua ação como Assembléia Ordinária por quatro anos, renunciou ao mandato em março de 1892. Retornou, então, à advocacia em sua terra natal, de cujo Conselho Distrital foi Presidente.

Deputado Federal na 3ª e na 4ª Legislaturas (1897-1902), em seguida advogou no Rio de Janeiro.

Pertenceu ao PRM.

FONTES: CASASANTA, Mário. Grandes vultos de Minas Gerais. In: *Revista Alterosa*. Belo Horizonte, 5(42):86, 102, out. 1943./ ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917*. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 1./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 13 de ago. 1927. p. 12./ *Universidade de São Paulo*. Faculdade de Direito. Arquivo.

ALVIM, José Cesário de Faria

Político, advogado, economista, jornalista e fazendeiro, nasceu no arraial do Pinheiro, Município de Mariana (atual Pinheiros Altos, Distrito de Piranga), Província de Minas Gerais, a 7 de junho de 1839, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 3 de dezembro de 1903. Filho do Coronel de Milícias José Cesário de Faria Alvim e de Teresa Januária Carneiro. Casado com Amélia Calado de Miranda Alvim.

Fez os estudos secundários no Colégio do Cônego Roussin, em Mariana, e em Ouro Preto, onde concluiu os preparatórios em 1856, e diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1862. Ainda estudante, foi redator dos jornais *O Timbira* e *O Futuro*, ao lado de Rangel Pestana, Limpo de Abreu e Teófilo Benedito Ottoni. No último ano de academia, aderiu ao Partido Liberal, que só viria a abandonar nas vésperas da instauração do regime republicano.

Retornando à Província natal logo depois de formado, passou a advogar em Ouro Preto, onde também exerceu o cargo de Secretário da Repartição de Polícia. Foi eleito Deputado à Assembléia Provincial nos biênios 1864-1865 e 1866-1867 e, em seguida, Deputado à Câmara Geral do Império para a 13ª Legislatura (1867-1868). Em 1868, dissolvida a Câmara, com os liberais apeados do poder, fundou no Rio de Janeiro, juntamente com Afonso Celso, o diário *A Reforma*, em cujas colunas, em companhia de Francisco Otaviano, Joaquim Serra, Barros Pimentel e outros políticos, continuou a luta pelo avançado programa do seu partido. Na 16ª Legislatura (1877), voltou à Câmara Geral, a que foi reconduzido na legislatura seguinte (1878-1880).

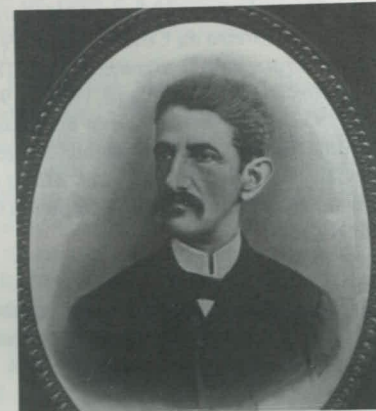
Em 1884 foi nomeado Presidente da Província do Rio de Janeiro pelo Gabinete Dantas, mantendo-se no cargo até estabelecer-se, com o Visconde de Cotegipe, o Governo Conservador. No exercício desse cargo, preocupou-se, sobretudo, com o problema da escravidão, cujos malefícios, segundo afirmava em relatório de 1885, atingiam todos os ramos da atividade nacional. Depois de figurar em seis listas tríplices para o Senado e de ser reiteradamente vetado pelos líderes conservadores Ouro Preto e Cotegipe, de novo se candidatou à Câmara e elegeu-se Deputado para a 20ª Legislatura (1886-1889), a última do Império. Já descrente dos partidos e da própria Monarquia, na sessão de 11 de julho de 1889, quando o Visconde de Ouro Preto apresentou o seu Gabinete, declarou-se republicano.

Participante do processo que culminou na proclamação da República - que, no julgamento de João Pinheiro da Silva*, "teve para seu estabelecimento, nos discursos de Cesário Alvim, elementos de importância máxima" - , foi nomeado por Deodoro da Fonseca Governador Provisório de Minas Gerais. Desempenhou o cargo de 25/11/1889 a 10/2/1890, procurando a conciliação entre vencedores e vencidos, assim concorrendo para a consolidação do novo regime. No Governo, procurou combater os exageros das facções políticas que se formaram, não se recusando a apelar para o concurso de antigos monarquistas. Em 1890, deixou o Governo de Minas para aceitar o convite de Deodoro da Fonseca para ocupar o Ministério do Interior, em substituição a Aristides Lobo. No desempenho do cargo, revogou os decretos que ordenavam o banimento de antigos chefes políticos, entre os quais o Visconde de Ouro Preto e a família imperial.

Em setembro de 1890 foi eleito Senador por Minas para o Congresso Constituinte Federal e para a 1ª Legislatura Ordinária (1890-1893). Acumulou o exercício do mandato e das funções executivas, até que, a 20 de janeiro de 1891, o Ministério renunciou coletivamente, em conseqüência do assalto que sofrera o jornal *A Tribuna*, do Rio de Janeiro.

Em 15 de junho de 1891, renunciou também à senatoria, por ter sido eleito pelo Congresso Legislativo Mineiro primeiro Presidente Constitucional do Estado para o período de 1891-1894. No Governo, promoveu a elaboração de leis orgânicas que colocaram Minas à frente das demais unidades federativas na prática das instituições republicanas, tais como as da organização municipal e da organização judiciária, implantando todas as garantias que asseguravam a independência dos Juízes. No campo administrativo, fortaleceu o crédito público e estimulou a arrecadação, buscando diminuir a dívida pública, de forma a criar uma situação folgada para o Tesouro estadual. Melhorou a rede ferroviária, deu grande atenção à política educacional, pretendendo colocar Minas na vanguarda cultural do País. No exercício do seu mandato, enfrentou a oposição dos chamados republicanos históricos, perdendo muito de seu prestígio ao apoiar o golpe de 3 de novembro de 1891, que culminou na renúncia de Deodoro da Fonseca. Viu-se, por fim, a braços com movimento secessionista que visava à criação do Estado de Minas do Sul, sob a liderança do Município de Campanha da Princesa. Tais acontecimentos o levaram, em mensagem dirigida ao Congresso Mineiro a 17 de fevereiro de 1892, a renunciar à Presidência, passando o Governo ao Vice-Presidente Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira*. Afastado temporariamente da militância política, a ela retornou na campanha sucessória mineira de 1894, quando se bateu em favor da candidatura de Francisco Bernardino contra a de Crispim Jacques Bias Fortes*. De 1899 a 1900, exerceu o cargo de Prefeito do Distrito Federal (Rio de Janeiro) e, a seguir, a Presidência do Loyde Brasileiro e da Companhia Oeste de Minas, depois Viação Férrea Centro-Oeste. No Império, pertenceu ao Partido Liberal e, na República, ao PRM. Foi colaborador dos jornais *O Dia*, do Rio de Janeiro, DF, *O Farol*, de Juiz de Fora, MG, e *Diário de Minas*, de Belo Horizonte, MG, e fundador e Diretor de *A Opinião Mineira*, de Ouro Preto.

Publicou os trabalhos *O empréstimo externo*, Rio de Janeiro, 1874; *Um ministro negociante* (discursos contra o Barão de Cotegipe), Rio de Janeiro, 1877, e *Discursos parlamentares*, Rio de Janeiro, 1876.

Atuaram na política seu genro Afrânio de Melo Franco*, seus netos Virgílio Alvim de Melo Franco* e Afonso Arinos de Melo Franco*, seus bisnetos Francisco Manuel de Melo Franco, ex-Secretário do Planejamento dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, e Afonso Arinos de Melo Franco Filho, que foi Deputado Estadual pela Guanabara, seu concunhado Barros Pimentel, Deputado pernambucano, e seus primos Uriel de Resende Alvim* e Antônio Camilo de Faria Alvim*.

José Cesário de Faria Alvim, pintura

FONTES: AFONSO, José. *Seleta de prosadores mineiros*. Belo Horizonte, s. ed., 1914./ Almeida Nogueira. *A Academia de São Paulo*: tradições e reminiscências. 3. ed. São Paulo, Saraiva, 1977./ALVIM, Décio Cesário. Cesário Alvim, a jornada especial consagrada a Minas Gerais. In: *Dicionário bibliográfico brasileiro*, 4:381-2, 1929./ANDRADA e SILVA, José Bonifácio de. Cesário Alvim. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 225:304-9, 1954./ *A Ordem*, Ouro Preto, 12 dez. 1891. p. 4; 20 fev. 1892. pp. 1-2./ABRANCHES, Dunshee de, *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917*. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 1./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 15 mar. 1975. v. 1./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 15 mar. 1975. p. 4./FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República (Afrânio de Melo Franco e seu tempo)*. Rio de Janeiro. J. Olympio, 1955. v. 1./*Galeria Nacional*; vultos proeminentes da história brasileira. Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1933. 6º fasc./GLICÉRIO, Francisco. Voto de pesar a Cesário Alvim. In: *Anais do Senado Federal*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 3:517, 1905./*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1933. p. 512./LACOMBE, Lourenço Luís. *Os chefes do executivo fluminense*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1973./Martins de Oliveira, *História da literatura mineira*. 2 ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 5 dez. 1903. pp. 2-3; 12 mar. 1967. p. 5; 5 jun. 1976, Suplemento literário. p. 11. *O Movimento*, Ouro Preto, s. ed., 1884./*Publicações do Centenário de Minas Gerais*; coletânea de autores mineiros organizada por Mário de Lima (prosador). Belo Horizonte, 1922. v. 1./*Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, jan./mar. 1896./SILVA, João Pinheiro. Cesário Alvim. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 11 (1,2,3,4):321, 1906-7; Cesário Alvim. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (157):24-31, jan./fev. 1961./ SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais* em 1925. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

ALVIM, Uriel de Resende

Político e advogado, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 25 de setembro de 1913, e faleceu no Rio de Janeiro, GB, a 15 de fevereiro de 1972. Filho do político Sócrates Renan de Faria Alvim e de Armia de Resende Alvim. Casado com Efigênia Lessa de Resende Alvim.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro, de Belo Horizonte, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais em 1939.

Por nomeação do Governador Benedito Valadares Ribeiro*, foi responsável pela instalação, em 1939, do Município de Bueno Brandão e seu primeiro Prefeito, e, de 1939 a 1946, primeiro Prefeito de Parreiras (hoje Caldas). Deputado Constituinte de Minas e na 1ª Legislatura (1947-1951), exerceu os cargos de Presidente da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio (1947-1950) e de membro da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (1948).

Eleito Deputado Federal da 39ª à 42ª Legislaturas (1951-1967), fez parte das Comissões de Finanças e Orçamento, de Economia e de Constituição e Justiça, bem como do Bloco Mudancista, que defendia a transferência da Capital Federal para Brasília, e presidiu a comissão de inquérito sobre as conseqüências do represamento dos cursos dos rios Grande e Sapucaí para a construção da Central Elétrica de Furnas.

Pertenceu ao PSD, cujo Conselho Consultivo integrou, e, posteriormente, à Arena. Deixando a militância política em 1966, assumiu o cargo de Consultor Jurídico do Departamento Nacional de Obras de Saneamento. Como tal, fez nos EUA curso de especialização sobre serviços de abastecimento de água nos centros urbanos.

Além de seu pai, atuaram na política seus primos José Cesário de Faria Alvim* e Antônio Camilo de Faria Alvim*.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados*. 1972. Brasília, Centro de Documentação e Informação, 7:217-23, s. d./*Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados*. Brasília, Livro N-Y. p. 196./ COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul America-na, 1961. v. 1./*Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Caldas/José de Resende de Faria Alvim. CEM/UFMG./*Deputados brasileiros; repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 5ª Legislatura (1963-7)*. Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1966./FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 7 mar. 1972. Diário do Legislativo. p. 2; 8 abr. 1972, Diário do Legislativo. pp. 1-2./ RESENDE e SILVA, Arthur Vieira de. *Genealogia mineira*. s. 1., s. ed., 1937.

ALVIM FILHO, Antônio Cesário

Ministro e advogado, nasceu em Minas Gerais a 26 de maio de 1888. Filho de Antônio Cesário de Faria Alvim e de Regina Senhorinha Alvim.

Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, em 1912. Fez cursos de Aperfeiçoamento Jurídico em Paris, França.

Foi auxiliar técnico do Distrito de Fiscalização da Superintendência da Defesa da Borracha no Estado do Amazonas (1913) e tornou-se Juiz Municipal no Território do Acre (1915-1919). De 1926 a 1942 exerceu o cargo de Desembargador do Tribunal de Apelação do Território do Acre.

Tornou-se Ministro do Tribunal de Contas da União por nomeação do Presidente Getúlio Dorneles Vargas em 1942, permanecendo no cargo até 1958, ano em que presidiu aquele tribunal.

Enquanto advogado atuou no Território do Acre e no Estado do Rio de Janeiro.

Tem publicados diversos comentários sobre livros de Literatura, Filosofia e Direito.

FONTE: BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Ministros do Tribunal de Contas da União*: dados biográficos. 1893-1990. 4. ed. Brasília: 1990. pp. 91-2.

AMARAL, Amando

Secretário de Estado e Oficial do Exército, nasceu em Patrocínio, MG, a 22 de maio de 1921. Filho de Cristóvão Amaral e de Eudóxia Silveira Amaral. Casado com Margarida Terra Cruz Amaral.

Fez os estudos secundários no Instituto Gammon, de Lavras, MG. Em seguida, iniciou a carreira militar, ingressando na Escola do Realengo.

Aspirante a oficial em 1943, cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Percorrendo os vários postos até o de Coronel, serviu em Belém, PA, São Paulo, SP, e no Rio de Janeiro, DF. Já como Oficial de Estado-Maior, serviu no Comando Militar de Brasília e no Quartel General da 3ª Divisão do Exército, em Santa Maria, RS, e da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora, MG, e foi, em Belo Horizonte, MG, Comandante do 12º Regimento de Infantaria e Chefe da 11ª Circunscrição de Serviço Militar. Passando à reserva, trabalhou na Rede Ferroviária Federal, exerceu a Superintendência da Polícia Federal em Belo Horizonte (1971-1976) e chefiou o Gabinete do Presidente da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais. Em 7 de julho de 1978, por nomeação do Governador Levindo Ozanam Coelho*, assumiu o cargo de Secretário da Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, ao qual o reconduziu o Governador Francelino Pereira dos Santos* (16/3/79 - 15/3/83).

Recebeu várias condecorações, entre outras, a Medalha por 20 anos de serviço, a Medalha de Guerra e a Medalha do Mérito Militar.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 21 fev. 1979. p. 3./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 21 fev. 1979. p. 2./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 16 mar. 1979. p. 8; 17 mar. 1979. p. 3.

AMARAL, Anfilóquio Campos do

Magistrado, nasceu em Pouso Alegre, Província de Minas Gerais, a 2 de abril de 1880, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 13 de fevereiro de 1949. Filho de Joaquim Mariano Campos do Amaral e de Maria José Campos do Amaral. Casado com Maria Ribeiro do Amaral.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro de Ouro Preto, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1901.

Depois de advogar em São Paulo, SP, em 1913 ingressou na Magistratura mineira, tendo sido, sucessivamente, Juiz de Direito das Comarcas de Cássia, Santa Rita do Sapucaí, São Sebastião do Paraíso, Carangola e Juiz de Fora. Promovido, em 1940, ao Tribunal de Justiça, aposentou-se como Desembargador em 1946.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 6 jun. 1940. p. 3./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 15 fev. 1949. p. 9; 20 set. 1974. *Diário do Legislativo*. pp. 1-2./*O Diário*, Belo Horizonte, 16 fev. 1949. p. 3.

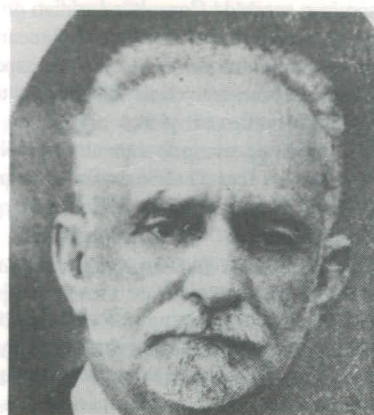
AMARAL, Eduardo Carlos Vilhena do

Político, advogado e professor, nasceu em Pouso Alegre, Província de Minas Gerais, a 16 de agosto de 1857, e faleceu na mesma cidade, a 21 de janeiro de 1938. Filho do Major da Guarda Nacional José Luís Campos do Amaral e de Maria Bárbara Vilhena do Amaral. Casado com Alvarina de Barros Dias do Amaral.

Trabalhou como auxiliar de cartório e, posteriormente, como professor público em sua cidade natal. Provisionado pela Relação de Minas ainda no regime monárquico, exerceu por longos anos a advocacia em Pouso Alegre, onde reiteradamente se elegeu Juiz de Paz e foi Vereador e Presidente da Câmara Municipal.

Deputado Estadual na 5ª e 6ª Legislaturas (1911-1914) e Senador Estadual na 7ª e 8ª (1915-1922), presidiu as duas Casas do Congresso Legislativo Mineiro. Como Vice-Presidente do Estado no quatriênio 1918-1922, assumiu a Presidência durante o afastamento de Artur Bernardes*, que se candidatara ao Governo da República (12/2-16/4/22). No Senado Mineiro, fez parte das Comissões de Justiça e Recursos Municipais, da Junta de Recursos Eleitorais e do Tribunal Especial que julgava as altas autoridades estaduais, tendo presidido os dois últimos órgãos.

Eleito Deputado Federal da 11ª à 13ª Legislatura (1921-1929), integrou a Comissão de Tomada de Contas da Câmara.

Pertenceu à Guarda Nacional e ao PRM, de cuja Comissão Executiva foi membro, e participou da campanha da Aliança Liberal. Recebeu condecorações da Santa Sé e do Governo da Bélgica.

Eduardo Carlos Vilhena do Amaral

FONTES: BANDEIRA, Teodósio e outros. Centenário de nascimento de Eduardo Amaral. In: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 18 ago. 1957, Diário da Assembléia. p. 4./*Mensagem de Delfim Moreira da Costa Ribeiro*. 1918./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 7 set. 1918. p. 2; 22 nov. 1938. p. 27; 15 ago. 1957. p. 9; 18 ago. 1957. p. 4./SENA, Nélson de. *Anuário de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1913./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

AMARAL, Francisco de Paula

Político e advogado, nasceu em Ouro Preto, Província de Minas Gerais, a 6 de junho de 1864, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 22 de janeiro de 1892. Filho do Coronel da Guarda Nacional Francisco Teixeira do Amaral e de Maria Augusta Monteiro Amaral. Casado com Júlia Barbosa do Amaral.

Fez os preparatórios em sua cidade natal e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP em 1886.

No regime monárquico, foi Deputado Provincial por Minas Gerais no biênio 1888-1889 e, na República, Deputado Federal Constituinte e na 1ª Legislatura (1891-1893).

FONTES: *A Ordem*, Ouro Preto, 2 fev. 1892. pp. 1-4./ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917*. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 1./*O Estado de Minas*, Ouro Preto nº 277. p. 1./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito*. Arquivo./ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras. 1664-1897*. Ouro Preto, Imprensa Oficial, 1897. v. 1.

AMARAL, Itiberê Gouveia do

Oficial do Exército, nasceu em Bicas, MG, a 3 de julho de 1907. Filho de Pedro de Assis Amaral e de Felisbina Gouveia do Amaral. Casado com Cinira Monteiro de Barros do Amaral.

Fez os preparatórios em Ouro Preto, MG, e entrou para o Exército em abril de 1926, na arma de Infantaria. Fez os cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais, pela Escola das Armas, da Escola de Comando e Estado Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra.

Ainda no posto de 1º-Tenente, participou da Revolução Paulista de 1932.

Promovido a General-de-Brigada em julho de 1964 e a General-de-Divisão em novembro de 1966, passou para a reserva em 1971.

Entre outras, exerceu as funções de Comandante do 13º Regimento de Infantaria e da Infantaria Divisionária da 5ª Região Militar, Chefe da 1ª Seção da Diretoria de Material Bélico e da 10ª Região Militar e Diretor-Geral de Remonta e Veterinária.

Como General-de-Divisão, comandava a 4ª Região Militar e a 4ª Divisão de Infantaria de Minas Gerais quando foi transferido para a reserva em março de 1971.

Exerceu os comandos da 2ª Companhia do I e II Batalhões do 12º Regimento de Infantaria; do ID/5 e Guarnição Militar de Ponta Grossa, PR, e da 1ª Companhia do 10º Batalhão de Caçadores e Guarnição de Ouro Preto, MG. Foi, ainda, Fiscal Administrativo do Quartel General da 4ª Região Militar, Chefe do Escalão Territorial da 10ª Região Militar e da Sub-seção de Informações e Segurança do Estado-Maior do Exército, Adjunto da 1ª Subchefia do EME, do Gabinete e da Divisão de Assuntos Políticos da Escola Superior de Guerra.

Recebeu várias condecorações, notadamente a Ordem do Mérito Militar (Grande Oficial), a Medalha Militar (passador de platina), as Medalhas de Guerra, do Pacificador, da Ordem do Mérito Aeronáutico (Grande Oficial) e da Ordem do Mérito Naval (Comendador).

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Ministério do Exército. Secretaria-Geral, 1ª seção.

AMARAL, Otávio Campos do

Político e Oficial da Brigada Policial, nasceu no Distrito de Nossa Senhora do Patrocínio de Guanhães, Província de Minas Gerais (atual cidade de Virginópolis), a 7 de novembro de 1885, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 12 de abril de 1949. Filho do fazendeiro Antônio Ferreira Campos e de Augusta Rabelo do Amaral. Casado com Raimunda Xavier do Amaral.

Estudou nos Seminários de Diamantina, MG, e de Rio Comprido, no Rio de Janeiro, DF.

Em 1905, ingressou na Brigada Policial de Minas Gerais, hoje Polícia Militar. No posto de Major, participou das campanhas de 1924 e 1925 contra o movimento tenentista, tendo sido promovido a Tenente-Coronel em 1926. Em 1930, por sua atuação nas operações militares da Revolução, atingiu o posto de Coronel.

Em 1933, elegeu-se, pelo Partido Progressista, Deputado Federal Constituinte e para a 1ª Legislatura (1934-1937). Reformado em 1943, voltou à atividade política como Vereador, sucessivamente, às Câmaras Municipais de Caratinga, MG, e Betim, MG.

Fundador da União dos Reformados da PMMG, foi seu primeiro Presidente.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 14 abr. 1949. p. 10./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 13 abr. 1949. p. 8.

AMARAL, Roberto Mauro

Político, engenheiro agrônomo e técnico em desenvolvimento, nasceu em Sete Lagoas, MG, a 7 de dezembro de 1938. Filho do comerciante e fazendeiro Antônio Franco do Amaral Filho e da professora Anna Tolentino do Amaral. Casado com a professora Neide Peres Amaral. Logo após seu nascimento, sua família mudou-se para Montes Claros.

Concluiu seus estudos secundários no Colégio Marconi, BH, em 1955 e formou-se em agronomia pela Escola Superior de Agricultura de Viçosa (atual Universidade Federal de Viçosa - UFV), em 1963.

Iniciou sua vida pública como funcionário do Departamento Nacional de Obras contra a Seca - DNOCS -, tendo sido responsável pela implantação do programa de irrigação no Polígono das Secas. Foi Diretor da Associação Rural de Montes Claros e Diretor Regional da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - Codevasf - por 13 anos. Durante esse período, empreendeu a construção de 20 barragens de pequeno, grande e médio portes.

Eleito Deputado Estadual para a 12ª Legislatura (1991-1995). Na Assembléia, é membro efetivo da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e suplente das Comissões de Redação e de Assuntos Municipais e Regionalização.

Participou do Congresso Nacional de Irrigação, no Rio de Janeiro (1988), onde apresentou trabalho sobre assentamento de imigrantes.

Filiado ao PTB, pertenceu ao PFL.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

AMARAL JÚNIOR, José Luís Campos do

Político e fazendeiro, nasceu na Província de Minas Gerais, no ano de 1843, e faleceu em São Sebastião do Paraíso, MG, a 5 de outubro de 1913. Filho do Major da Guarda Nacional e Cavaleiro da Ordem da Rosa José Luís Campos do Amaral e de Maria Bárbara Vilhena do Amaral.

Deputado Estadual na 5ª e 6ª Legislaturas (1907-1914), faleceu em pleno exercício do segundo mandato.

Pertenceu ao PRM.

Era irmão do político Eduardo Carlos Vilhena do Amaral*.

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 6-7 out. 1913. p. 5.

AMAZONAS, Urias de Melo Botelho

Político, magistrado e advogado, nasceu em Conceição do Rio Grande, Distrito de Lavras, Província de Minas Gerais (hoje cidade de Ijaci), a 26 de junho de 1886, e faleceu em Santa Quitéria (atual Esmeraldas), MG, a 31 de julho de 1928. Filho de José Maria Botelho e de Ana Silveira de Melo.

Fez os estudos preparatórios em Ouro Preto, MG, e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1894.

Voltando para Minas Gerais depois de formado, foi Promotor de Justiça e Juiz Municipal em Formiga, Poços de Caldas e Santa Quitéria. Em seguida, advogou durante muitos anos nas Comarcas mineiras de Monte Santo (hoje Monte Santo de Minas) e São Sebastião do Paraíso. De dezembro de 1908 a outubro de 1909, exerceu cumulativamente os cargos de Comandante-Geral da Brigada Policial e Chefe de Polícia nos Governos de Júlio Bueno Brandão* e de Venceslau Brás Pereira Gomes*.

Na 6ª Legislatura (1911-1914), desempenhou o mandato de Senador Estadual a partir de 1913, na vaga de Joaquim Batista Vieira de Melo*. Eleito para a 7ª Legislatura (1915-1918) do Senado Mineiro, renunciou em 1917.

Pertenceu ao PRM.

FONTES: *Almanaque da Força Pública. Estado de Minas Gerais*. Organizado na II Seção do Departamento Administrativo (Comando-Geral). Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1928./BOTELHO, José Maria Teixeira. Urias de Melo Botelho. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 8:323-33, 1961./

Diário de Minas, Belo Horizonte, 1º ago. 1928. p. 3./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 2 ago. 1928. p. 9./SENA, Nélson de. *Anuário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1903./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito*, Arquivo.

AMORIM, Edgar ver PEREIRA, José Edgar Amorim

AMORIM, Emiliano Pires de

Magistrado, nasceu na Província do Rio de Janeiro, no ano de 1843, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 5 de março de 1915. Casado com Guiomar Ribeiro de Amorim.

Diplomado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1866, no ano seguinte ingressou na Magistratura mineira.

Depois de exercer o cargo de Juiz Municipal em vários Termos, foi promovido a Juiz de Direito e serviu nas Comarcas de Sabará e Santa Bárbara. Em julho de 1895 foi nomeado Desembargador do Tribunal da Relação, cargo em que se aposentou em 1910.

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 6 mar. 1915. p. 5./*Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais*. Secretaria. Ficha funcional./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito*. Arquivo.

AMORIM, Eurípedes Correia de

Magistrado e promotor, nasceu em Alvinópolis, MG, a 21 de janeiro de 1910. Filho do magistrado José Correia de Amorim* e de Maria Eulália Dias de Amorim.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, MG, e o superior na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, tendo-se bacharelado em 1936.

Iniciou a carreira como Promotor de Justiça em Pará de Minas. Ingressando, a seguir, na Magistratura mineira, foi Juiz de Direito das Comarcas de Palma (1941), Bom Despacho (1942), Itabirito (1943), Passos (1949), Carangola (1954), Itapecerica (1955) e Pará de Minas (1957). Em Belo Horizonte, foi titular da 1ª Vara da Fazenda Pública (1961) e Juiz Substituto de 2ª Instância (1962-1965). Promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça em outubro de 1965, aposentou-se em 1980. No biênio 1975-1977, exerceu a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral.

FONTES: *Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais*. Secretaria. Ficha funcional./ *Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

AMORIM, José Correia de

Magistrado e jornalista, nasceu em Cabo, Província de Pernambuco, a 2 de julho de 1867, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 20 de abril de 1942. Filho de Bertolino Correia de Amorim e de Isabel da Costa Amorim. Casado com Maria Eulália Dias Amorim.

Fez os estudos secundários no Ginásio de Pernambuco e formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1894. Ainda estudante, dedicou-se à propaganda republicana por meio do órgão da imprensa recifense *O Norte*. Posteriormente, integrou a redação do *Jornal Pequeno* e da *Gazeta da Tarde*, também do Recife.

Em princípios de 1895, depois de ter desempenhado as funções de Secretário de Obras Públicas de Pernambuco, transferiu-se para Minas Gerais. Foi Promotor de Justiça, sucessivamente, das Comarcas de Piranga, Rio Pomba e Alto do Rio Doce, até ser nomeado Juiz Municipal de Alvinópolis. A seguir, exerceu o mesmo cargo em Cataguases. Promovido a Juiz de Direito, serviu em Palma, Ubá e Belo Horizonte. Em 1933, foi nomeado Desembargador do Tribunal da Relação, cargo em que se aposentou pela compulsória.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1º dez. 1945. p. 8./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 21 abr. 1942. p. 12./*O Diário*, Belo Horizonte, 20 abr. 1943. p. 3./PAULA, Almênio José de & FERREIRA, Saturnino G. *Precursores e figuras notáveis de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Ed. São Vicente, 1972.

ANDERSON ADAUTO ver PEREIRA, Anderson Adauto

ANDRADA, Antônio Carlos Lafayette de

Magistrado, advogado, jornalista e professor, nasceu em Barbacena, MG, a 23 de março de 1900, e faleceu no Rio de Janeiro, GB, a 9 de dezembro de 1974. Filho de José Bonifácio de Andrada e Silva* e de Corina Lafayette de Andrada. Casado com Maria Hilda Dinis de Andrada.

Fez o curso secundário no Colégio Santo Inácio, do Rio de Janeiro, DF, e no Colégio Militar de Barbacena, tendo recebido, em 1918, o diploma de agrimensor. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1923.

Em 1924, como Secretário da Embaixada Extraordinária do Brasil, participou das comemorações da Batalha de Ayacucho, no Peru. De 1925 a 1934, foi Curador de Acidentes do Trabalho na Justiça do então Distrito Federal, onde, em seguida, ingressou na Magistratura. Depois de exercer o cargo de Juiz da 7ª Vara Criminal e da 2ª Vara de Órfãos e Sucessões, ascendeu, em 1943, ao Tribunal de Apelação. Integrou a comissão que elaborou a lei eleitoral de 1945 e, no mesmo ano, serviu como Juiz no TSE.

Nomeado Ministro do STF pelo Presidente José Linhares, tomou posse em 8 de novembro de 1945. Juiz Substituto em 1946 e, posteriormente, Juiz efetivo do STE, ocupou a Vice-Presidência do órgão em 1946-1947 e a Presidência em 1949-1950. No STF, desempenhou as funções de Vice-Presidente (1957-1959) e de Presidente (1962-1963), tendo-se aposentado em fevereiro de 1969. Por longo tempo foi Provedor das Santas Casas de Misericórdia do Rio de Janeiro e de Barbacena e colaborou com instituições de assistência aos menores.

Teve inúmeras decisões suas como Juiz, Desembargador e Ministro publicadas em revistas especializadas.

Além de seu pai, atuaram na vida pública seu irmão José Bonifácio Lafayette de Andrada*, seus avôs Antônio Carlos Ribeiro de Andrada* e o Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, seu tio Antônio Carlos Ribeiro de Andrada*, seus sobrinhos José Bonifácio Tamm de Andrada* e Bonifácio Tamm de Andrada* e seus primos José Bonifácio Olinda de Andrada*, Fábio Bonifácio Olinda de Andrada* e Amadeu de Andrada Lacerda Rodrigues*.

Estado de Minas

Antônio Carlos Lafayette de Andrada, dezembro 68

FONTES: CORTÉS, Antônio Maria Cardoso. *Homens e instituições no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IBGE, 1957./COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 17 set. 1978. p. 20./LAGO, Coronel Laurenio. *Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal. Dados biográficos 1828-1978*. (Rio de Janeiro) Biblioteca do Exército Editora, 1978./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 12 dez. 1974. p. 4.

ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro de (Filho)

Político, promotor, magistrado, advogado e professor, nasceu em Barbacena, Província de Minas Gerais, a 5 de setembro de 1870, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 1º de janeiro de 1946. Filho do político Antônio Carlos Ribeiro de Andrada*, fundador do ramo mineiro da família e de Adelaide Feliciano Duarte de Andrada, bisneta de José Aires Gomes, participante da Conjuração Mineira, e irmã do Ministro de Estado e Senador do Império José Rodrigues Lima Duarte. Casou-se com Julieta Guimarães de Andrada, filha do Barão do Rio Preto e bisneta do Marquês de Olinda.

Fez os estudos preparatórios no Colégio Abílio, de Barbacena, e o curso superior na Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual se bacharelou em Ciências Jurídicas e Sociais em 1891. Como estudante em São Paulo, participou ativamente da propaganda republicana, filiando-se ao Clube Republicano Mineiro e ao Clube Republicano Acadêmico, colaborando também no jornal propagandista *Vinte e Um de Abril*.

Logo depois de formado, sua primeira investidura foi a de Promotor Público na Comarca mineira de Ubá. Ingressou, a seguir, na Magistratura estadual, sendo Juiz Municipal na mesma cidade e em Palma, MG. Em 1893, transferiu-se para Juiz de Fora, MG,onde passou a advogar, exercendo também o magistério, como professor de História Geral, História do Brasil e Economia Política e Finanças, na Escola Normal, e de Direito Comercial, na Academia de Comércio. Ainda em Juiz de Fora, militou no jornalismo, tendo sido Diretor proprietário e redator do *Jornal do Commércio* e posteriormente fundador, com João Nogueira Penido*, do *Diário Mercantil*.

Foi em Juiz de Fora que iniciou sua carreira política, ao eleger-se, em 1894, Vereador e Presidente da Câmara Municipal. Nesse cargo, participou ativamente da discussão de importantes problemas estaduais, principalmente dos de ordem econômico-financeira, como era o caso da implantação do imposto territorial, objeto de projeto de lei que então se debatia no Congresso Mineiro.

Em 1902, quando se instalava o Governo Francisco Sales*, foi escolhido Secretário das Finanças, devido não só a seus conhecimentos de economia e finanças, como também à sua ativa participação na campanha que precedeu a eleição. No desempenho desse cargo (1902-1906), tomou iniciativas importantes que muito contribuíram para o êxito financeiro do Governo em curso. Corrigiu graves desequilíbrios do sistema financeiro estadual, substituindo o imposto interestadual pelo de indústria e profissões. Participou das discussões e apoiou a constituição do Convênio de Taubaté, que visava a implantar a política de valorização do café, que julgava benéfica aos interesses dos Estados cafeicultores brasileiros. Ainda em 1902, promoveu um congresso de classes produtoras de Minas Gerais, em Juiz de Fora, com o objetivo de tomar conhecimento das demandas e sugestões de fazendeiros, industriais e comerciantes, a fim de reorientar a política econômica do Governo. Esse encontro estimulou discussão mais ampla dos problemas econômicos de Minas, que culminou no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais, realizado em Belo Horizonte em maio do ano seguinte, sob a Presidência de João Pinheiro da Silva*. Efetivou a encampação da Estrada de Ferro Bahia-Minas, num esforço de reorganizá-la, evitando maiores prejuízos para o erário e para os produtores de uma extensa região do Estado economicamente marginalizada. Nesse período, ocupou também, interinamente, as Secretarias do Interior e da Agricultura e Obras Públicas. No último ano do quatriênio substituiu o Coronel Francisco Bressane de Azevedo* na Prefeitura de Belo Horizonte, quando concluiu a construção do Teatro Municipal.

Findo o Governo Francisco Sales, regressou a Juiz de Fora, reabrindo o escritório de advocacia. Mas logo retornava à vida pública, elegendo-se Senador Estadual para a 5ª Legislatura (1907-1910). Nesse período exerceu também os cargos de Presidente da Câmara e de Agente Executivo Municipal de Juiz de Fora (1907-1911). No Senado Mineiro foi Relator do Orçamento Público e membro da Comissão de Finanças. Durante esse mandato, apresentou projeto instituindo sobretaxa a ser cobrada sobre o café exportado, visando à formação de um fundo destinado a financiar a modernização dessa cultura em Minas Gerais. Julgava ele que a supremacia paulista na Federação Brasileira derivava, em grande parte, da riqueza gerada por um produto de exportação de qualidade superior, com o qual o produto mineiro dificilmente competiria.

Em 1911 elegeu-se Deputado Federal para o restante da 7ª Legislatura (1909-1911), na vaga aberta pela renúncia de Artur Bernardes*. Reeleito, seguidamente, da 8ª à 12ª Legislatura (1912-1926), foi Líder da Maioria na Câmara Federal (1914), seu Presidente (1914), e membro da Comissão de Finanças (1914-1917), além de Relator do Orçamento da União (1911-1917). Em 1917, interrompeu o exercício do mandato parlamentar para assumir o Ministério da Fazenda no Governo Venceslau Brás Pereira Gomes*. Permanecendo na Pasta até novembro de 1918, ou seja, numa fase crítica da I Guerra Mundial, concorreu decisivamente para a celebração do convênio com a França relativo à disposição dos navios apreendidos à Alemanha, convênio do qual resultaram recursos substanciais para o Tesouro Nacional, utilizados para ressarcir obrigações decorrentes da dívida externa brasileira. Antônio Carlos cuidou de aperfeiçoar a fiscalização da receita pública, expedindo nova regulamentação que fixou valores e critérios mais realistas de recolhimento dos impostos de renda e de consumo. Promoveu o resgate das notas emitidas pela Caixa de Conversão, que controlava o mercado de exportação do café, além de estimular o fortalecimento da moeda brasileira por meio da compra sistemática de ouro por parte do Tesouro Nacional, mediante contratos firmados com as companhias mineradoras que operavam no País. Continuou sempre a apoiar a política de valorização do café, que, em 1917, autorizou o dispêndio de 120 mil contos para a compra e estocagem de café, como meio de promover a elevação dos preços internacionais.

Voltando à Câmara em 1919, foi novamente escolhido seu Presidente (1919), Líder da Maioria (1924), durante o conturbado Governo Artur da Silva Bernardes*, membro da Comissão de Finanças (1919-1925) e Relator do Orçamento da União (1919-1923). Entre seus discursos parlamentares dessa época, destacam-se os que abordaram a gestão financeira do Governo Venceslau Brás Pereira Gomes e as controvertidas questões do câmbio, do volume de papel-moeda em circulação e da criação de uma Carteira de Redescontos. Sua preocupação com o setor cafeeiro evidenciou-se novamente quando, em 1920, como Relator da Receita na Câmara dos Deputados, propôs a utilização do saldo em libras acumulado na Caixa de Conversão para a sustentação de novo plano de valorização do produto.

Em 1925 elegeu-se Senador Federal para o restante da 12ª Legislatura (1924-1926), na vaga aberta pelo falecimento de Bernardo Pinto Monteiro*. No ano seguinte recebeu a incumbência de representar o Brasil no Congresso Internacional de Finanças, reunido em Londres, e no Congresso Parlamentar realizado em Genebra, este último convocado pela Liga das Nações.

De regresso da Europa, foi indicado pelo PRM como candidato à Presidência de Minas para o quatriênio que então se iniciaria. Eleito e empossado a 7 de setembro de 1926, realizou um Governo fecundo em iniciativas de grande alcance. Entre elas destacam-se: a fundação da Universidade de Minas Gerais (Lei nº 956, de 7/9/27); a expansão do ensino primário e médio, mediante a construção de uma rede de novos prédios escolares e a aquisição de modernos aparelhamentos e materiais pedagógicos; a reforma educacional que, tendo como núcleo a Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico, para a qual foram contratados eminentes especialistas europeus, colocou Minas na liderança nacional desse campo; a fundação da Escola de Sargentos, núcleo inicial do atual Departamento de Instrução, destinado a preparar os oficiais da Força Pública; a remodelação dos serviços de saúde pública e da Polícia Civil; a reorganização da rede ferroviária do Sul de Minas, bem como a expansão das estradas de rodagem articulando o Estado ao tronco rodoviário do País; o encaminhamento de soluções mais definitivas do problema siderúrgico mineiro, por meio de concessões fiscais de exportação a empresários nacionais e estrangeiros que se comprometessem a instalar no Estado siderurgias de maior porte e mais modernas que as existentes; a extensão das comunicações telefônicas interestaduais; o incentivo à agricultura e à indústria mediante a expansão do crédito público; a criação do Instituto Mineiro de Defesa do Café; a modernização das estâncias hidrominerais, especialmente a edificação das termas de Poços de Caldas nos moldes de balneários europeus. Visando a dinamizar a administração, criou a Secretaria da Segurança e Assistência Pública (Lei nº 919, de 4/9/26) à qual ficaram afetos os serviços de saúde pública e de investigações, o Departamento Administrativo do Estado, a Guarda Civil e a Inspetoria de Veículos. Preocupado com a melhoria do sistema penal estadual, encarregou o jurista Francisco Mendes Pimentel* de transformar em um plano efetivo para implantação o projeto pioneiro das penitenciárias agrícolas. No plano político, mediante a Lei nº 995, de 20 de setembro de 1927, instituiu o voto secreto e cumulativo para as eleições estaduais e municipais em Minas. A experiência do voto secreto foi vivida pela primeira vez no Brasil em Belo Horizonte, quando se deu, em 1929, a eleição de um membro do Conselho Deliberativo da cidade, órgão equivalente à Câmara Municipal. O endosso que deu a essa iniciativa democratizante evidencia a sensibilidade de Antônio Carlos para as mudanças sociais e políticas pelas quais passava o País e para o seu sentido duradouro. É nesse contexto que ganha plena significação a afirmação a ele atribuída: "Façamos a revolução antes que o povo a faça". Já no final de seu mandato presidencial (1926-1930), teve participação ativa e crucial na organização da Aliança Liberal, movimento político que, na sucessão do Presidente Washington Luís, uniu as lideranças de Minas, do Rio Grande do Sul e da Paraíba em torno da candidatura oposicionista de Getúlio Vargas contra a do paulista Júlio Prestes. A opção de Antônio Carlos pela oposição ao Governo Federal, naquela conjuntura, explica-se, em grande medida, pelo que os líderes mineiros consideravam então ser a ruptura de um pacto político não formal, vigente durante a Primeira República (1889-1930), segundo o qual a sucessão presidencial não deveria ser decidida arbitrariamente pelo próprio Presidente, sem consulta prévia às principais lideranças estaduais. No entanto, a adesão de Antônio Carlos à Aliança Liberal já denotava seu comprometimento com um programa político inovador e mais democratizante, cuja realização provocaria certamente o enfraquecimento do poder das oligarquias tradicionais que dominavam a política nos Estados. Se, por um lado, aceitava a necessidade de mudanças no sistema político vigente, Antônio Carlos continuou sempre partidário da autonomia estadual e de um tipo de ordem constitucional que limitasse os poderes do Governo Federal. Sua adesão consistente a esses valores do liberalismo clássico explicam, em boa medida, as razões da necessidade de seu afastamento da Presidência da Câmara dos Deputados, em maio de 1937, durante os preparativos do golpe que implantou o Estado Novo, afastamento esse articulado por Getúlio Vargas e pelo Governador Benedito Valadares. Por essa época, Antônio Carlos apoiava a União Democrática Brasileira - UDB -, cujo candidato à sucessão de Getúlio Vargas, o paulista Armando de Sales Oliveira, representava os mesmos valores estadualistas e liberais que o líder mineiro esposava. Em 1930, no entanto, Antônio Carlos aceitou inicialmente os resultados eleitorais que davam a vitória a Júlio Prestes. Foi levado a apoiar o movimento revolucionário que visava a impedir sua posse a partir do assassinato do Presidente da Paraíba, João Pessoa, em julho de 1930, fato que acirrou a insatisfação dos diferentes grupos que participavam da Aliança Liberal contra a situação política vigente. Quando a revolução eclodiu, em outubro de 1930, Antônio Carlos deu-lhe todo o apoio, ao lado do novo Presidente estadual, Olegário Dias Maciel*, empossado em setembro daquele ano. De fato, todas as articulações e planos de ação haviam sido concentrados durante seu Governo. Já na rebelião constitucionalista de 1932, liderada pelos paulistas, que então pressionavam pela volta da autonomia estadual e pela imediata convocação de uma Assembléia Constituinte, seu apoio ao Governo Provisório de Getúlio Vargas foi mais discreto. Percebia, então, que a nova política federal visava a enfraquecer o poder dos Estados, mas julgava que Minas poderia preservar sua importância na política nacional, por meio do apoio de tipo moderador às inovações trazidas pela Revolução de 1930. Dentro dessa orientação, participou dos movimentos mais importantes visando à reorganização política de Minas nos moldes modernizadores da Nova República. Em julho de 1931, foi eleito Vice-Presidente da Legião Liberal Mineira, agremiação que esposava; integrou a Comissão Executiva do Partido Social Nacionalista, que resultou da tentativa de unir o PRM e a Legião Liberal Mineira, visando a reunificar a liderança política mineira. Fracassando a experiência e declarada a cisão política no Estado pela recusa do PRM a aderir ao Governo de Getúlio Vargas, Antônio Carlos filiou-se, em fevereiro de 1933, ao Partido Progressista, organizado para apoiar o Governo Federal. Foi eleito seu primeiro Presidente, com o apoio do velho líder Venceslau Brás. Pelo Partido Progressista, foi eleito, em 1933, Deputado Federal Constituinte e para a legislatura ordinária (1934-1937). Por escolha unânime de seus pares, presidiu os trabalhos da Assembléia. Promulgada a Constituição de 1934, quando se separaram as duas Casas do Congresso, foi conduzido ao cargo de Presidente da Câmara. Como tal, exerceu a Presidência da República por ocasião da viagem de Getúlio Vargas à Argentina e ao Uruguai, de 16 de maio a 7 de junho de 1935. Em agosto de 1936, quando o Governador Benedito Valadares* o retirou da Liderança da Bancada Federal mineira, visando a enfraquecer sua posição política federal, Antônio Carlos apresentou sua renúncia à Presidência da Câmara. Naquele momento, seus pares o apoiaram, recusando aprovação ao pedido. O mesmo não sucedeu na sessão legislativa de 1937, quando não foi reconduzido à Presidência da Câmara. Depois do golpe de 10 de novembro de 1937, não teve mais participação na vida pública nacional. Na véspera de sua morte, entretanto, foi procurado pelo Presidente eleito, General Eurico Dutra, que o consultou sobre vários assuntos políticos e financeiros. Limitou-se Antônio Carlos a sugerir três nomes para o Ministério da Fazenda do Governo prestes a instalar-se, dos quais foi escolhido o de Pedro Luís Correia e Castro.

Pertenceu ao PRM e ao Partido Progressista.

Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB -, publicou as obras: *O Ministro da Fazenda da Independência e da Maioridade* (Rio de Janeiro, Jacinto Ribeiro dos Santos, editor, 1913); *Bancos de emissão no Brasil* (Rio de Janeiro, Livraria Leite Ribeiro, 1922); *Finanças e financistas do Brasil 1822-1922*, publicada originalmente em espanhol, no jornal argentino *La Nación*, e depois publicada no Brasil. Produziu, além do mais, alentado volume de relatórios como Secretário das Finanças de Minas Gerais e Ministro da Fazenda, discursos e pareceres na Câmara dos Deputados e mensagens como Presidente de Minas. Também prefaciou o livro do embaixador J. C. de Macedo Soares, *A borracha* (1925). Em 1937, proferiu no IHGB discurso de saudação ao Conde Afonso Celso pela passagem de seu 25º aniversário na Presidência daquela instituição.

Atuaram na política, além de seu pai, seu avô paterno Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Conselheiro do Império, seus filhos José Bonifácio Olinda de Andrada* e Fábio Bonifácio Olinda de Andrada*; seu irmão José Bonifácio de Andrada e Silva*; seu genro Lair de Resende Tostes*; seu sobrinho José Bonifácio Lafayette de Andrada* e seus sobrinhos-netos Bonifácio José Tamm de Andrada*, José Bonifácio Tamm de Andrada* e José Bonifácio Dinis de Andrada, que foi Deputado Federal pelo antigo Estado da Guanabara.

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, pintura

ALEMG

FONTES: *Anais da Assembléia Constituinte. 1946*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1:92-111, 1946./*Anais da Câmara dos Deputados*. 1936. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1:27, 1936; Brasília, Diretoria de Documentação e Publicidade, 11:30-1, 1970./*Anais do Senado Mineiro*. 1910. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, s.n:72-4, 1910./ANDRADE, Moacir. *O Espírito de Antônio Carlos*. s. 1., Ed. Mantiqueira, s.d., s.p./AVELAR, Antônio Ribeiro de. *Figuras da Casa de Minas*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1960./*Boletim bibliográfico*. Brasília, Câmara dos Deputados. 12:321-40, jul./dez. 1963./ CALMON, Pedro. Elogio dos Sócios, Antônio Carlos. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 193:138-9, 1946./*Dados biográficos*. Informante: Robertson Caloman Plischke. CEM/ UFMG./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 7 set. 1926. p. 1./ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917*. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 1./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 3 jan. 1946. p. 1; 5 set. 1970. p. 1; 12 mar. 1976. p. 5; 28 mar. 1976. p. 3; 5 set. 1976. p. 3:/FLEIUSS, Maria C. Max. Os sócios do Instituto (Biobibliografia). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1944. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 185:343-4, 1946./MAGALHÃES, Dario de Almeida. Antônio Carlos, artista da política. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (215):5-16, set/out. 1970./MEGA, Margarida Maria Andrade Batista de Oliveira. *Antônio Carlos Ribeiro de Andrada*. Rio de Janeiro, Ed. da Autora, 1980./*Mensagens do Presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada ao Congresso Mineiro nos anos de 1927; 1928; 1929; 1930*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 23 jan. 1923. pp. 1-4; 12 set. 1924. p. 4; 7 set. 1926. pp. 3-4; 18 set. 1925. p. 2; 1 jan. 1946. p. 1; 3 jan. 1946. pp. 1-4; 12 set. 1959, Diário da Assembléia. pp. 17-43; 7 jul. 1964, Diário da Assembléia. pp. 1-19; 5 set. 1970. pp. 5-8; 15 set. 1970, Diário do Legislativo. pp. 1-2; 17 set. 1970. pp. 2-4; 18 set. 1970. p. 4; 19 set. 1970. p. 4; 22 set. 1970. p. 4./NEVES, Tancredo. Antônio Carlos. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (215):67-74. set/out. 1970./*O Diário*, Belo Horizonte, 3 jan. 1946. p. 1./PAULA, Almênio José de & FERREIRA, Saturnino G. *Figuras notáveis de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Pioneiros e Expoentes Editorial, 1973-4./Presidente Antônio Carlos. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. 3:237-47, 1948./*Senado Federal. Pesquisa biográfica dos senadores brasileiros*. Brasília. s. ed. 1980. Arquivo Histórico. Subsecretaria do Arquivo./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926./Sócio Falecido, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 190:153,1946./ TRINDADE, Raimundo Otávio da. *Velhos troncos mineiros*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1955. v. 1./VELHO SOBRINHO, João Francisco. *Dicionário biobibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro, s. ed. 1937.

ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro de (Pai)

Político, magistrado e advogado, nasceu em Santos, Província de São Paulo, a 3 de março de 1836, e faleceu na fazenda de Borda do Campo, no Município de Barbacena, MG, a 26 de dezembro de 1893. Filho do primeiro Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Conselheiro do Império, e de Gabriela Frederica Ribeiro de Andrada. Casado com Adelaide Feliciano Duarte de Andrada, bisneta de José Aires Gomes, participante da Conjuração Mineira, e irmã do Ministro de Estado e Senador do Império José Rodrigues Lima Duarte.

Graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1862.

Dois anos depois de formado, por motivo de saúde fixou-se em Barbacena, como o primeiro Andrada a radicar-se em Minas Gerais, e ali exerceu o cargo de Juiz Municipal e de Órfãos e, posteriormente, a profissão de advogado. Pertenceu ao grupo de propagandistas da República em Minas Gerais. No Império, exerceu os cargos de Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Barbacena e Deputado à Assembléia Geral na 19ª Legislatura (1885) e, na República, de Senador Constituinte Estadual e na 1ª Legislatura (1891-1895).

Durante o Império, pertenceu ao Partido Liberal e, posteriormente, filiou-se ao movimento republicano.

Atuaram na política, além de seu pai, seus irmãos Martim Francisco, chefe do Partido Liberal e Ministro da Justiça e dos Estrangeiros no regime monárquico, e José Bonifácio, o moço; seus filhos Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (filho)* e José Bonifácio de Andrada e Silva*; seus netos José Bonifácio Lafayette de Andrada*, José Bonifácio Olinda de Andrada* e Fábio Bonifácio Olinda de Andrada*, e seus bisnetos Bonifácio José Tamm de Andrada*, José Bonifácio Tamm de Andrada* e José Bonifácio Dinis de Andrada, que foi Deputado Federal pelo antigo Estado da Guanabara.

FONTES: Almeida Nogueira. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências*. 2 ed. São Paulo, Saraiva, 1977. v. 5./CASASANTA, Mário. Grandes Vultos de Minas Gerais. In: *Revista Alterosa*. Belo Horizonte, 25:22, 90, maio 1942./ABRANCHES, Dunshee de.

Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 1./LIMA, João. *Como vivem os homens que governaram o Brasil*. Rio de Janeiro, Tip. Batista de Sousa, s.d./*Minas Gerais*, Ouro Preto, 28 dez. 1893. p. 3./*O Estado de Minas*, Ouro Preto, 30 dez. 1893. p. 1./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926./TRINDADE, Raimundo Otávio da. *Velhos troncos mineiros*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1955. v. 1./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito*. Arquivo./VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras (1664-1897)*. Ouro Preto, Imprensa Oficial, 1897. v. 4.

ANDRADA, Bonifácio José Tamm de (dito Andradinha)

Político, advogado e professor, nasceu em Barbacena, MG, a 14 de maio de 1930. Filho de José Bonifácio Lafayette de Andrada* e Vera Raimunda Tamm de Andrada. Casado com Amália Borges de Andrada.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro, de Barbacena, no Internato São Vicente de Paulo, de Petrópolis, RJ, e no Colégio Santo Inácio, do Rio de Janeiro, e o superior nas Faculdades de Direito da UMG e da PUC do Rio de Janeiro, bacharelando-se por esta em 1953.

Quando estudante, foi Secretário-Geral e Presidente do Departamento Estudantil da UDN mineira (1951) e Presidente da União Estadual dos Estudantes (1952), tendo, nesta função, introduzido o sistema parlamentarista no governo das entidades universitárias de Minas Gerais. Fez parte da representação do Brasil no 1° Congresso Interamericano de Estudantes, realizado no Rio de Janeiro.

Freqüentou também o curso de Doutorado em Direito Público da Faculdade de Direito da UMG e, em 1965, seguiu o curso da Associação dos Diplomados da Escola Superior da Guerra - Adesg. De 1954 a 1958, exerceu o mandato de Vereador à Câmara Municipal de Barbacena, onde liderou a Bancada da UDN.

Deputado Estadual da 4ª à 7ª Legislatura (1959-1975), licenciou-se de 11/8/65 a 30/1/66 para assumir a Secretaria de Estado da Educação. Na Assembléia Legislativa, desempenhou os cargos de Presidente da Comissão Executiva da Assembléia (1966), Vice-Líder (1959-1960) e Líder (1961) da UDN, Líder da Arena (1971-1974) e do Governo (1971-1974), Presidente das Comissões Especiais de Aquisição de Obras para a Biblioteca (1965) e de Construção do Palácio da Inconfidência (1966) e da Comissão Diretora do Instituto de Estudos Parlamentares (1969), Vice-Presidente da Comissão de Serviço Público Civil (1960) e membro das Comissões de Agricultura, Indústria e Comércio (1959), de Constituição, Legislação e Justiça (1959, 1962), de Trabalho e Ordem Social (1959, 1967), de Assuntos Municipais e Interestaduais (1964), de Redação (1970) e de Leis Complementares à Constituição (1974), desta tendo sido Relator em 1973. Foi também Relator da Constituição do Estado de Minas Gerais (1967-1969) e Presidente da Comissão de Educação.

Na 5a. e na 7ª Legislaturas, esteve licenciado para as funções de, respectivamente, Secretário do Interior e Justiça do Governo José de Magalhães Pinto* (12/8/65-31/1/66) e Secretário do Interior e Justiça do Governo Antônio Aureliano Chaves de Mendonça* (15/3/75-15/5/78).

Deputado Federal para os períodos 1979-1983 e 1983-1987, foi Vice-Líder da Arena e do PDS, suplente e Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, membro das Comissões de Trabalho e Legislação Social e de Relações Exteriores, Vice-Líder do PDS; titular da CPI sobre taxas de juros do Sistema Financeiro da Habitação e da Comissão de Educação e Cultura; membro da CPI sobre o Código Brasileiro do Ar e da CPI sobre a Sunaman e o IAA, Presidente da Comissão Especial de Elaboração do Código Brasileiro do Ar e membro da Comissão Mista de Convocação da Assembléia Nacional Constituinte.

Em 1986, elegeu-se Deputado Federal Constituinte e para o mandato 1987-1991, tendo sido, na Câmara dos Deputados, titular da Subcomissão do Poder Executivo e da Comissão de Redação e suplente da Comissão de Sistematização.

Em 1990, foi reeleito Deputado Federal para o quadriênio 1991-1995, licenciando-se em 1991 para assumir a Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração do Governo Hélio Carvalho Garcia*

Pertenceu à UDN e à Arena, filiando-se, posteriormente, ao PDS, de cuja Comissão Executiva Nacional fez parte.

Como Deputado Federal, cumpriu várias missões no exterior, entre elas as de membro das delegações do Brasil em Assembléia Geral da ONU e em congresso da União Internacional Parlamentar.

Foi, por três anos, redator-chefe do *Correio da Serra*, de Barbacena.

Exerceu, ainda, as seguintes atividades: Presidente e fundador da Companhia Nacional de Educandários Gratuitos de Minas Gerais (1951); professor do Colégio Agrícola Diaulas de Abreu e da Escola Plínio Alvarenga, em Barbacena, e da Escola Brasileira de Comércio, em Belo Horizonte (1952-1958). Fez parte do Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais (1968-1972) e organizou a Fundação Presidente Antônio Carlos, em Barbacena.

Professor universitário, lecionou Direito Constitucional na Faculdade de Direito da UCMG, da qual foi Vice-Diretor; Estudo de Problemas Brasileiros, na Faculdade de Medicina de Barbacena; Direito Público, nas Faculdades de Filosofia, de Medicina e de Ciências Econômicas da Fundação Presidente Antônio Carlos, de Barbacena. Proferiu também cursos sobre Direito, na Universidade de Brasília e na Faculdade de Direito Viana Júnior, de Juiz de Fora.

Publicou *Parlamentarismo e evolução brasileira*; *Educação e Segurança Nacional*; *Jornada parlamentar*; *O Poder Legislativo*; *Augusto de Lima, o homem público*; *José Bonifácio e os mineiros na Independência*; *O Padre Manoel Rodrigues na Intendência Nacional*; *Os Poderes da Assembléia Nacional Consituinte* e *Idéias e propostas para um Brasil livre* (coletânea).

Atuaram na vida pública, além de seu pai, seu irmão José Bonifácio Tamm de Andrada*, seu avô José Bonifácio de Andrada e Silva*, seus bisavôs Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (pai)* e Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira*, seus tios Ministro Antônio Carlos Lafayette de Andrada* e Embaixador Martim Francisco Lafayette de Andrada, seu tio-avô Antônio Carlos Ribeiro de Andrada* (filho) e seus primos José Bonifácio Olinda de Andrada*, Fábio Bonifácio Olinda de Andrada*, Amadeu Andrada Lacerda Rodrigues*, Generais Antônio Carlos de Andrada Serpa* e José Maria de Andrada Serpa*, e José Bonifácio Dinis de Andrada, Deputado Federal pelo antigo Estado da Guanabara.

Bonifácio José Tamm de Andrada

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Lafayette Luís Doorgal de Andrada. CEM/UFMG./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 28 jan. 1959. p.3./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1 fev. 1975, p. 3; 15 mar. 1975. *Suplemento Especial*. p. 9./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 13 ago. 1965. p. 10; 16 mar. 1975. p. 7; 22 jul. 1975. p. 2. BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Assembléia Nacional Constituinte - 1987*: repertório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. 2ª ed. Brasília, 1989. pp. 171-172. BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Deputados brasileiros*: repertório biográfico. 49ª Legislatura 1991-1995. Brasília, 1991. pp 115-116.

ANDRADA, Fábio Bonifácio Olinda de

Político, advogado e procurador, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 30 de março de 1906, e faleceu em São Paulo, SP, a 13 de dezembro de 1977. Filho do Presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada * (filho) e de Julieta Guimarães de Andrada. Casado com Clarice Giffoni de Andrada.

Fez os estudos secundários no Instituto Lafayette, do Rio de Janeiro, DF, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais em 1930.

Advogou por algum tempo em Belo Horizonte, onde foi, também, Secretário da Presidência do Estado e Fiscal do Ensino Federal, da Loteria Mineira e de Bancos. Exerceu, ainda, o cargo de advogado na Prefeitura de Juiz de Fora, MG.

Eleito Deputado Estadual Constituinte de 1935 e para a 1ª Legislatura (1935-1937), integrou a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça. Tornou-se ardoroso adversário do Governo Getúlio Vargas a partir do golpe de Estado de 10 de novembro de 1937.

Pertenceu ao PRM e ao Partido Progressista.

De 1933 a 1950, foi Procurador Criminal da República no Rio de Janeiro, DF, e, em seguida, em São Paulo, SP.

Como Tenente-Aviador durante a II Grande Guerra, serviu como ajudante-de-ordens do Brigadeiro Eduardo Gomes e pilotou um dos aviões adquiridos pelo Brasil aos EUA, no ano de 1944.

Além de seu pai, atuaram na política seu irmão José Bonifácio Olinda de Andrada*, seu avô Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (pai)*, seu tio José Bonifácio de Andrada e Silva* e seus primos José Bonifácio Lafayette de Andrada*, Bonifácio José Tamm de Andrada*, José Bonifácio Tamm de Andrada* e José Bonifácio Dinis de Andrada, Deputado Federal pelo antigo Estado da Guanabara.

FONTES: Candidatos à Constituinte Mineira. Fábio Andrada. In: *Revista PP*. Belo Horizonte, 1(1): s.p., 1934./*Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/Robertson Caloman Jacob Plischke. CEM/UFMG./*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 dez. 1977./TRINDADE, Raimundo Otávio da. *Velhos troncos mineiros*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1955. v. 1./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

ANDRADA, José Bonifácio Lafayette de (dito Zezinho Bonifácio)

Político, advogado e professor, nasceu em Barbacena, MG, a 1° de maio de 1904. Filho de José Bonifácio de Andrada e Silva* e de Corina Lafayette de Andrada. Casado com Vera Raimunda Tamm de Andrada.

Fez o curso secundário nos Colégios Santo Inácio do Rio de Janeiro, DF, e Anchieta de Nova Friburgo, RJ, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro em 1927.

Iniciou a vida política em 1929, sob o Governo Antônio Carlos Ribeiro de Andrada*(filho), como Oficial de Gabinete do Secretário de Segurança de Minas Gerais, seu concunhado José Francisco Bias Fortes*. Tomou parte da Revolução de 1930, no setor de Barbacena, onde foi Assistente Civil da 4ª Região Militar Revolucionária e editor do *Jornal Revolucionário*. Após a vitória do movimento armado, exerceu o cargo de Prefeito nomeado de Barbacena (1931-1934). Deputado Estadual Constituinte e para a 1ª Legislatura (1935-1937); foi Relator do capítulo da Constituição de 1934 relativo à organização dos municípios e membro das Comissões de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e das Câmaras Municipais, Prefeituras e Negócios Interestaduais. Instaurado o Estado Novo, voltou a advogar em sua terra natal. Em 1943, figurou entre os signatários do Manifesto dos Mineiros. Em 1945, participou da Fundação da União Democrática Nacional - UDN. Democratizado o País, elegeu-se Deputado Federal Constituinte e para a 1ª Legislatura (1946-1951). Reeleito da 2ª à 8ª Legislaturas (1951-1979), fez parte das Comissões de Orçamento, de Segurança Nacional, de Serviço Público, do Polígono das Secas e de Transportes e de várias comissões de inquérito. Desenvolveu intensa campanha parlamentar pela publicação do inquérito realizado no Banco do Brasil em 1952, sob a Presidência de Miguel Teixeira, o que conseguiu depois de demorados e acesos debates. Na 4ª Legislatura, apresentou projeto de resolução que denunciava a ilegalidade de pagamento aos acionistas franceses pela desapropriação do Port of Pará. Na Câmara, desempenhou, ainda os cargos de 1°-Secretário (1958-1965), 2°-Vice-Presidente (1966), 1°-Vice-Presidente (1967-1968) e Presidente (1968-1969) da Comissão Executiva e de Líder do Governo e da Maioria. Como Secretário da Comissão Diretora, deu nova estrutura ao Centro de Documentação e Publicidade da Câmara dos Deputados, assegurando-lhe a ampliação. Participou das delegações do Congresso Nacional às conferências da União Interparlamentar realizadas em Londres (1953) e em Bucareste (1957) e integrou a comitiva do Presidente Ernesto Geisel na visita à Inglaterra (1976).

Pertenceu à UDN, que ajudou a fundar em Minas Gerais, e à Arena; em 31 de dezembro de 1980, estava filiado ao PDS.

Foi professor do Ginásio Mineiro de Barbacena. É membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e membro honorário dos Institutos Históricos e Geográficos de Minas Gerais e de Juiz de Fora. Durante vários períodos, presidiu o Conselho de Administração do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A.

Recebeu, entre outras condecorações, a comenda da Ordem do Mérito do Chile e a medalha (Grande Oficial) da Ordem Nacional do Mérito.

Publicou os trabalhos *A reforma do Poder Legislativo* (Revista Brasileira de Estudos Políticos - UFMG); *A chegada das irmãs de caridade ao Brasil em 1849* (Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais); *Da limitação do sigilo dos bancos de economia mista* (Revista Brasileira de Estudos Políticos); *Conferência sobre o Patriarca José Bonifácio* (Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais) e *Agradecimentos em nome dos descendentes do Patriarca da Independência, àqueles que o homenagearam na sessão da Câmara dos Deputados de 11/6/1963, pelo transcurso do*

José Bonifácio Lafayette de Andrada, 1969

*2º centenário de nascimento de José Bonifácio de Andrada e Silva** (Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais).

Atuaram na política, além de seu pai, seus avós Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (pai)*, fundador do ramo mineiro dos Andradas, e o Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira*; seu tio Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (filho)*; seus filhos Bonifácio José Tamm de Andrada* e José Bonifácio Tamm de Andrada*, seus primos Fábio Bonifácio Olinda de Andrada*, Amadeu de Andrada Lacerda Rodrigues* e José Bonifácio Dinis de Andrada, Deputado Federal pelo antigo Estado da Guanabara.

FONTES: *Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados*. Brasília. Livro FM. p. 103./COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./*Deputados brasileiros*; repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 5ª Legislatura (1963-1967). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1965; 6ª Legislatura (1967-1971). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1968; 7ª Legislatura (1971-1975). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1971; 8ª Legislatura (1975-1979). 2. ed./Brasília, Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação, 1976./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 7 maio 1978. p. 3./ FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Jornal Revolucionário*, Barbacena, 25 e 27 out. 1930./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 1º mar. 1968, p. 2; 12 ago. 1975. p. 4./Presidentes da Câmara dos Deputados In: *Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados*. Brasília, Centro de Documentação e Informação, jan./abr. 1966; Brasília, Centro de Documentação e Informação, 18(1): 11-60, jan./abr. 1969./ SILVA, Gastão Pereira da. *Constituintes de 1946. Dados biográficos*. Rio de Janeiro, s. ed., 1947./TRINDADE, Raimundo Otávio da. *Velhos troncos mineiros*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1955. v. 1.

ANDRADA, José Bonifácio Olinda de

Secretário de Estado, advogado e professor, nasceu em Juiz de Fora, MG, a 29 de fevereiro de 1904, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 26 de fevereiro de 1956. Filho do Presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (filho)* e de Julieta Guimarães de Andrada.

No Rio de Janeiro, fez o curso secundário nos Colégios Santo Inácio e Pedro II, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, em 1925.

Foi Secretário Particular de seu pai na Presidência de Minas Gerais (7/9/26 - 6/9/30). Advogou no Rio de Janeiro, em Juiz de Fora e em Belo Horizonte até 1927, ano em que iniciou sua carreira no magistério, como professor de História da Civilização, por concurso, da Escola Normal Oficial - que, posteriormente, seria o Instituto de Educação de Minas Gerais - e, também concursado, como docente da cadeira de Economia Política e Ciência das Finanças na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais - FDUMG -, da qual, em 1934, mediante novo concurso, tornou-se catedrático. Ainda em 1934, afastou-se da Escola Normal Oficial e, em 1935, licenciou-se da FDUMG para assumir a Secretaria de Educação do Governo Benedito Valadares Ribeiro* (5/4/35 - 2/9/36). Retornou ao magistério em 1938 e, encontrando a cátedra desmembrada, optou pela permanência na de Economia Política, na qual permaneceu até 1940, quando se exonerou. Posteriormente, estudou na Alemanha e na França, estabelecendo-se, a seguir, no Rio de Janeiro, DF, onde foi professor de Economia Política da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

Atuaram na política, além de seu pai, seu irmão Fábio Bonifácio Olinda de Andrada*, seu avô Antônio Carlos Ribeiro de Andrada* (pai), seu tio José Bonifácio de Andrada e Silva* e seus primos José Bonifácio Lafayette de Andrada*, Bonifácio José Tamm de Andrada*, Amadeu de Andrada Lacerda Rodrigues* e José Bonifácio Dinis de Andrada, Deputado Federal pelo antigo Estado da Guanabara.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/ Robertson Caloman Jacob Plischke. CEM/ UFMG./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 24 fev. 1956. p. 3./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 7 set. 1926. p. 10; 7 abr. 1935. p. 6./ *Revista da Faculdade de Direito*. Memória histórica (1892-1959). Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 10: 197, out. 1958 - mar. 1959.

ANDRADA, José Bonifácio Tamm de

Político, advogado e fazendeiro, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 26 de junho de 1935. Filho do advogado José Bonifácio Lafayette de Andrada* e de Vera Raimunda Tamm de Andrada. Casado com Maria Aparecida Leal de Andrada.

Concluiu os estudos secundários no Colégio Santo Inácio, Rio de Janeiro, RJ, em 1954. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1959. Durante o curso universitário, foi Vice-Presidente, Presidente e Secretário do Diretório Acadêmico (1957-1959).

Exerceu a advocacia no Rio de Janeiro e em Barbacena, MG.

Iniciou a carreira política como Vereador à Câmara Municipal de Barbacena (1964-1968). Deputado Estadual da 8ª à 10ª Legislaturas (1975-1987), foi membro das Comissões de Serviço Público (1975-1980), de Redação (1979-1980), de Saúde e Ação Social (1981-1982) e de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas (1982-1984). Foi também suplente das Comissões de Fiscalização Financeira (1979), de Educação e Cultura (1980 e 1982), de Agropecuária e Política Rural (1981-1982), de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas (1981) e Proteção e Defesa do Consumidor (1983-1984).

Foi Vice-Líder e Líder da Arena e 1º-Secretário da Assembléia Legislativa (1985-1987).

Em 1986, elegeu-se Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991). Foi o Relator da Comissão Preparatória dos Trabalhos da 4ª Assembléia Constituinte do Estado de Minas Gerais.

Reelegeu-se Deputado Estadual para a 12ª Legislatura (1991-1995), sendo Líder do PDS na Assembléia Legislativa e suplente da Comissão de Administração Pública.

Filiado ao PDS, pertenceu à UDN e à Arena.

Além de seu pai, atuaram na política seu irmão Bonifácio José Tamm de Andrada*, seu avô José Bonifácio Lafayette Andrada e Silva*, seus bisavós Antônio Carlos de Andrada e Silva (pai)* e o Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira*, seu tio-avô Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (filho)*, seu sobrinho Antônio Carlos Doorgal de Andrada, Vereador em Barbacena, MG; seus primos Fábio Bonifácio Olinda de Andrada*, Amadeu Andrada Lacerda Rodrigues* e José Bonifácio Dinis de Andrada, Deputado Federal pelo antigo Estado da Guanabara, e seu tataravô José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência.

FONTES: FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

ANDRADE, Ademar Resende de

Secretário de Estado, engenheiro, empresário, bancário e fazendeiro, nasceu em Leopoldina, MG, a 22 de julho de 1897. Filho de Antônio Caetano de Andrade e de Maria Ilídia Resende de Andrade. Casado com Maria José Vilela Andrade.

Estudou no Ginásio Leopoldinense, em sua terra natal, e na Academia de Comércio de Juiz de Fora, MG, cidade na qual se formou pela Escola de Engenharia em 1916.

Foi Prefeito de Matias Barbosa, MG, de 1951 a 1955, e de Juiz de Fora, de 1955 a 1959 e de 1963 a 1967. Exerceu o cargo de Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais de outubro de 1961 a abril de 1962.

Fez parte do Conselho das Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. e da diretoria do Banco de Crédito Real de Minas S.A.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/ Robertson Caloman Jacob Plischke. CEM/ UFMG./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 14 de out. 1961. p. 3; 22 out. 1961. p. 3;/*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 22 out. 1961. p. 9.

ANDRADE, Argemiro Otaviano

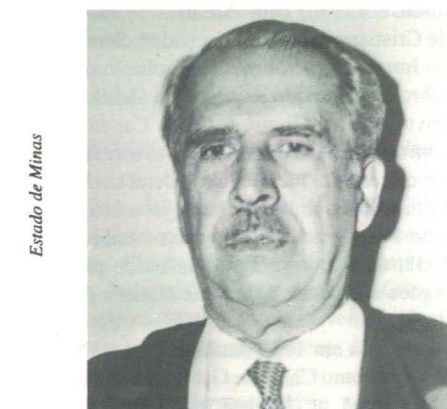
Desembargador, nasceu em Patos, MG, (hoje Patos de Minas) a 21 de dezembro de 1920. Filho do tabelião Otaviano Bernardes de Andrade e de Maria Santana de Andrade. Casado com Laurita Lopes da Costa Otaviano Andrade.

Concluiu seu curso secundário no Ginásio Dom Lustosa, de Patrocínio, MG, em 1938, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais em 1949. Como estudante de Direito, exerceu, em Belo Horizonte, o cargo de escrevente do Cartório do 3º Ofício de Notas e o de escriturário da Caixa Econômica Estadual (1948-1950).

Após sua formatura, foi advogar em sua terra natal, de 1950 até 1954. Nesse período, foi também Vereador e Líder da Minoria da União Democrática Nacional - UDN - na Câmara de Vereadores de Presidente Olegário, MG, mandato ao qual renunciou em 1954 para assumir o cargo de Juiz de Direito da Comarca de João Pinheiro, onde serviu por dois anos, tendo sido removido, a pedido, para a Comarca de Luz em 1956. Foi, ainda Juiz de Direito em Dores do Indaiá (1957-1959), Bonfim (1959-1961), Araçuaí (1961-1963), Teófilo Otoni (1963-1965) e Caeté (1965-1967). Em 1967, foi promovido, por merecimento, a Juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias de Belo Horizonte, cargo que exerceu até 1972, ano em que foi removido, a pedido, para o cargo de 1º Juiz Substituto do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no qual tomou posse a 8 de março do mesmo ano, com assento na 3ª Câmara Cível. Foi removido, ainda nesse ano, para a 2ª Câmara Criminal, da qual foi Presidente. Em 1986, foi eleito, em sessão da Corte Superior, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, cargo que ocupou até 1988, quando foi eleito seu Presidente. Foi Diretor da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (1986-1988).

Teve vários de seus trabalhos publicados em revistas especializadas de Direito e recebeu diversas medalhas.

Atuaram na vida pública seu filho Otaviano Bernardes de Andrade, Procurador Chefe da Defensoria Pública de Minas Gerais, e seu cunhado Haroldo Lopes da Costa*.

Estado de Minas

Argemiro Otaviano de Andrade, novembro de 1988

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

ANDRADE, Athos Vieira de

Político, advogado e funcionário público, nasceu em Itanhomi, MG, a 10 de novembro de 1928. Filho de Nélson Vieira de Andrade e de Edite Melo de Andrade. Casado com Amélia Spínola de Andrade.

Fez o curso secundário no Ginásio Caratinga e no Colégio Afonso Arinos, de Belo Horizonte, MG. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais em 1953 e, mais tarde, em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia de Teófilo Otoni, MG.

De 1948 a 1949, trabalhou no Ministério da Agricultura. Em 1955, exerceu interinamente o cargo de Promotor de Justiça em Itanhomi. Foi também professor em Caratinga, MG, e em Belo Horizonte, Promotor de Justiça e Juiz do Tribunal Superior de Recursos.

Foi Presidente da Igreja Presbiteriana do Brasil e participou, como presbítero, da reunião dos Concílios Supremos da Igreja Presbiteriana do Brasil (1954).

Deputado Estadual da 4ª à 6ª Legislatura (1959-1971), foi 2º-Vice-Presidente da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa (1963), Presidente das Comissões de Assuntos Municipais e Interestaduais (1961) e de Redação (1968), Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura (1964) e membro de várias Comissões Especiais e das Comissões Permanentes de Constituição, Legislação e Justiça (1959, 1962), de Serviço Público Civil (1959), de Agricultura, Indústria e Comércio (1966), de Trabalho e Ordem Social (1966) e de Serviço Público (1967). Em 1960 e 1965 exerceu, respectivamente, a Vice-Liderança e a Liderança da Bancada do PR.

Em 1964, com a vitória do golpe militar que derrubou o Presidente João Goulart, viajou para os EUA, a fim de proferir palestras em meios de comunicação e instituições diversas, sobre a nova situação política do Brasil.

Eleito Deputado Federal para a 7ª Legislatura (1971-1975), integrou a Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas.

Elegeu-se, em 1969, Grão-Mestre do Grande Oriente de Minas Gerais.

Em 1961, visitou Cuba, oficialmente, com outros parlamentares brasileiros. Viajou para a Suíça em 1974, com o objetivo de representar o Brasil no Congresso Internacional de Evangelização.

Pertenceu ao PR e à Arena.

Em edição própria, publicou o livro *Cuba, estopim do mundo*.

FONTES: *Deputados brasileiros*; repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 7ª Legislatura (1971-1975). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados. 1971./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 2 maio 1969, p. 13./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino. *Dicionário Histórico-Biográfico 1930-1983*. Coordenação Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro, Forense - Universitária: FGV-CPDOC. Financiadora de Estudos e Projetos - Finep. 1984. p. 131.

ANDRADE, Augusto Gomes Freire de

Político e médico, nasceu em Mariana, Província de Minas Gerais, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 28 de dezembro de 1950. Filho do político Gomes Freire de Andrade* e de Maria do Carmo Freire de Andrade. Casado com Júlia Breyner Freire de Andrade.

Exerceu clínica médica em sua terra natal, onde ingressou na política ao se eleger Vereador. Foi Presidente da Câmara Municipal de Mariana e Agente Executivo Municipal. Em 1925 assumiu o mandato de Deputado Estadual, na 9ª Legislatura (1923-1926), em substituição a Francisco de Paula Rocha Lagoa Filho. Em 1926 foi eleito Deputado Estadual para a 10ª Legislatura (1927-1930). Após o fim de seu mandato, assumiu o cargo de Diretor-Geral da Justiça Eleitoral em Minas Gerais.

Pertenceu ao PRM.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 30 dez. 1950. p. 12./*Minas Gerais*, ano 63, nº 311. p. 9./TRINDADE, Raimundo Otávio da. *Velhos troncos mineiros*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1955. v. 1.

ANDRADE, Azarias José Monteiro de

Político mineiro, foi Deputado Estadual pelo PRM na 4ª Legislatura (1903-1906). Exerceu ainda o cargo de Diretor da Companhia Mineira de Eletricidade, de Juiz de Fora, MG, onde fez parte do grupo de fundadores do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A.

FONTES: CARVALHO, Daniel de. *Capítulos de Memórias*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1957./RANGEL, José. *Como o tempo passa...* Rio de Janeiro. A Encadernadora. s.d.

ANDRADE, Carlos Drummond de

Poeta, prosador, jornalista e funcionário público, nasceu em Itabira do Mato Dentro (hoje Itabira), MG, a 31 de outubro de 1902, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, a 17 de agosto de 1987. Filho do fazendeiro Carlos de Paula Andrade e de Julieta Augusta Drummond de Andrade. Casado com Dolores Morais Drummond de Andrade.

Depois de trabalhar, por alguns meses, como caixeiro de casa de comércio em sua terra natal, fez os estudos secundários no Colégio Arnaldo, de Belo Horizonte, MG, e com os padres jesuítas, no Colégio Anchieta, de Nova Friburgo, RJ, do qual foi expulso, em 1919, "por insubordinação mental". Em 1925, colou grau de farmacêutico pela Escola Livre de Odontologia e Farmácia da Capital mineira, dois anos depois incorporada à Universidade de Minas Gerais, em turma de que foi o orador oficial.

Sem interesse pela profissão, depois de formado, por pouco tempo lecionou Geografia e Português no Ginásio Sul-Americano de Itabira. Ao voltar a Belo Horizonte, já começa a aparecer como escritor. Em 1925, com Francisco Martins de Almeida*, Emílio de Guimarães Moura*, Gregoriano Canedo* e outros, funda *A Revista*, a primeira publicação modernista mineira, de que saem apenas três números. No ano seguinte, ingressa na redação do antigo *Diário de Minas*, órgão do PRM, do qual logo se tornaria redator-chefe. Em 1928, passa a auxiliar de redação da *Revista do Ensino*, editada pelo Governo mineiro, e, no ano seguinte, é nomeado para a redação do órgão oficial *Minas Gerais*, na época dirigido por Abílio Machado*. Escolhido, em 1930, para Auxiliar de Gabinete de Cristiano Monteiro Machado*, Secretário do Interior, ao irromper a Revolução de Outubro é promovido a Oficial de Gabinete do novo titular da Pasta, Gustavo Capanema*, com quem continua a trabalhar nos três meses em que este foi Interventor Federal em Minas Gerais. Redator de *A Tribuna*, jornal fundado pelo Presidente Olegário Dias Maciel* em 1933, no ano seguinte transfere-se para os órgãos associados *Estado de Minas* e *Diário da Tarde*.

Ainda em 1934 muda-se para o Rio de Janeiro, como Chefe de Gabinete de Gustavo Capanema* no Ministério da Educação e Saúde Pública. Em 1935, responde pelo expediente da Diretoria-Geral da Educação e é designado membro da Comissão de Eficiência do Ministério. Iniciando na imprensa carioca uma colaboração que manteve durante muito tempo, escreveu na *Revista Acadêmica*, de Murilo Miranda (1937), e nos suplementos literários de *A Manhã*, do *Correio da Manhã* e da *Folha Carioca* (1945). Com o fim do Estado Novo em 1945, deixa a Chefia do Gabinete do Ministro da Educação e, a convite de Luís Carlos Prestes, assume um lugar na diretoria do diário comunista *Tribuna Popular*, ao lado de Pedro Mota Lima, Álvaro Moreira, Aidano do Couto Ferraz e Dalcídio Jurandir. Por discordar da orientação do jornal, dele se afasta pouco depois. A convite de Rodrigo Melo Franco de Andrade*, começa a trabalhar na Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, onde chefiava a Seção de História, na Divisão de Estudos e Tombamento. Na mesma época, com Américo Facó, Gastão Cruls e Prudente de Morais, planeja a frustrada remodelação do Departamento Nacional de Informações, antigo Departamento de Informação e Propaganda - DIP. Colaborou, ao mesmo tempo, em *Política e Letras*, de Odilo Costa Filho; no *Correio da Manhã*, com a série de crônicas *Imagens*; nos programas *Quadrante* e *Cadeira de Balanço*, da Rádio Ministério da Educação e Cultura, e *Vozes da Cidade*, da Rádio Roquette Pinto; no *Estado de Minas* e no *Jornal do Brasil*, nos quais publicava três crônicas por semana.

Em 1949 participou do movimento pela escolha de uma diretoria apolítica para a Associação Brasileira de Escritores, da qual havia sido membro fundador e primeiro Vice-Presidente; entretanto, apesar de vitoriosa, a chapa da qual fazia parte desligou-se da sociedade, com os demais companheiros, pela impossibilidade de entendimento com o grupo esquerdista.

Em 1961 foi nomeado pelo Presidente Jânio Quadros membro da Comissão de Literatura, do Conselho Nacional de Cultura, mas afasta-se do órgão logo nas primeiras reuniões. Em 1962, após 35 anos de serviço público, aposenta-se como Chefe de Seção da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Publicou as seguintes obras: Poesia - *Alguma poesia* (1930), *Brejo das almas* (1934), *Sentimento do mundo* (1940), *José* (1942), *Poesias* (1942), *A rosa do povo* (1945), *Novos poemas* (1947), *Poesia até agora* (1948), *Claro enigma* (1951), *A mesa* (1951), *Viola de bolso* (1952), *Fazendeiro do ar* (1953), *Fazendeiro do ar & Poesia até agora* (1954), *Soneto da buquinagem* (1955), *Ciclo* (1957), *A vida passada a limpo* (1959), *Lição de coisas* (1962), *Viola de bolso II* (1964), *Versiprosa* (1967), *José & outros* (1967), *Boitempo & A falta que ama* (1968), *Reunião* (10 livros de poesia) (1969), *Menino antigo (Boitempo II)* (1973), *As impurezas do branco* (1973), *A visita* (1977), *Discurso de primavera e algumas sombras* (1977), *O marginal Clorindo Gato* (1978), *Esquecer para lembrar (Boitempo III)* (1979), *A paixão medida* (1980), *Corpo* (1984) *Amar se aprende amando* (1985), *O amor natural* (1988). Prosa - *Confissões de Minas* (1944), *Contos de aprendiz* (1951), *Passeio na ilha* (1952), *Fala, amendoeira* (1957), *A bolsa e a vida* (1962), *Cadeira de balanço* (1966), *Caminhos de João Brandão* (1970), *O poder ultrajovem* (1972), *De notícias e não notícias faz-se a crônica* (1974), *Os dias lindos* (1977), *Contos plausíveis* (1981), *Boca de luar* (1984), *O observador no escritório* (1985), *Tempo, vida, poesia* (1986), *O avesso das coisas* (1987) e *Moça deitada na grama* (1987). Literatura infantil - *O elefante* (1983), *História de dois amores* (1985). Charges brasileiras - *O pipoqueiro da esquina*, em colaboração com Ziraldo (1981). Antologia - *50 poemas escolhidos pelo autor* (1956), *Antologia poética* (1962), *Uma pedra no meio do caminho - biografia de um poema* (1967), *Seleta em prosa e verso* (1971), *70 historinhas* (1978), *A lição do amigo (cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade anotadas pelo destinatário)* (1982), *Amor sinal estranho* (1985); Conjunto de obra - *Obra completa* (1964, com várias reedições) e *Nova reunião - 19 livros de poesias* (1983). Com Manuel Bandeira, publicou *Rio de Janeiro em prosa e verso* (1965). Tradutor de livros de grandes autores estrangeiros, entre os quais Molière, Marcel Proust, François Mauriac, Honoré de Balzac, Maeterlinck e García Lorca, teve, por sua vez, várias obras suas vertidas para o espanhol, inglês, francês, alemão, sueco e tcheco.

Recebeu os seguintes prêmios literários: da Sociedade Felipe d'Oliveira, pelo conjunto de obras (1946); *Padre Ventura*, do Círculo Independente de Críticos Teatrais, pela tradução de *Doña Rosita la soltera*, de García Lorca (1959); *André Ventura*, pela tradução de *Les fourberies de Scapin*, de Molière (1962); *Fernando Chinaglia*, da União Brasileira de Escritores, e *Luísa Cláudio de Sousa*, do PEN Club do Brasil, pelo livro *Lição de coisas* (1962).

Era sua filha a escritora Maria Julieta Drummond de Andrade, que foi casada com o advogado argentino Manuel Graña Etcheverry, e que faleceu a 5 de agosto de 1987, no Rio de Janeiro.

Estado de Minas

Carlos Drummond de Andrade

FONTES: AVELAR, Antônio Ribeiro de. *Figuras da Casa de Minas*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1960./COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 29 out. 1975. p. 6; 29 out. 1977. p. 1./FONSECA, José Eduardo da. *O telurismo na literatura brasileira e na obra de Carlos Drummond de Andrade*. Belo Horizonte, Publicação do Departamento de Letras Vernáculas da FALE/UFMG., 1970./HOUAISS, Antônio. Poesia e estilo de Carlos Drummond. In: *Cultura*, Rio de Janeiro, (1): s.p., set./dez. 1948./Martins de Oliveira. *História da Literatura Mineira*. 2 ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 14 nov. 1967. Diário da Assembléia. p. 6; 31 ago. 1968. Suplemento Literário. p. 1; 28 jun. 1969. pp. 1-3; 31 out. 1972. p. 5./RAMALHO, Tales. Aniversário do poeta Carlos Drummond de Andrade. In: *Anais da Câmara dos Deputados*. 1972. 130a. sessão, em 30 out. 1972. Brasília, Centro de Documentação e Informação. 19:494-6, 1975./*Revista Anhembi*. São Paulo, 10(28): 118-20, mar. 1953; 10(47):353-62, out. 1954; 16(48):580-7, nov. 1954./SANTOS, Rui. Homenageando o poeta. In: *Anais do Senado*. Brasília, Subsecretaria de Anais, 7:356-9, 1973./ANDRADE, Carlos Drummond. *Carlos Drummond de Andrade*. Seleção de textos, notas, estudos biográficos, históricos e críticos por Rita de Cássia Barbosa. 2ª ed. São Paulo, Nova Cultural, 1988.

ANDRADE, Darci Bessone de Oliveira

Consultor-Geral da República, político, advogado, professor e empresário, nasceu em Montes Claros, MG, a 12 de novembro de 1910. Filho de José Bessone de Oliveira Andrade e de Maria Fróis de Oliveira Andrade. Casado com Branca Pacheco de Oliveira Andrade.

Fez o curso secundário no Instituto Grambery, de Juiz de Fora, MG, e no Colégio Arnaldo, de Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais em 1933, tendo exercido a advocacia a partir dessa data até 1970.

Foi Advogado-Geral do Estado, de 1947 a 1950, e Procurador-Geral da Prefeitura de Belo Horizonte em 1951. Secretário Estadual das Finanças no Governo José de Magalhães Pinto*, de maio de 1962 a janeiro de 1963, exerceu a Secretaria do Desenvolvimento Econômico, de agosto de 1964 a julho de 1965. Em outubro de 1943, assinou o *Manifesto dos Mineiros* e, em 1945, formou no grupo de políticos que fundou a UDN. Iniciou a carreira de professor na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, como livre-docente, por concurso, de Direito Comercial, em 31 de março de 1942. Em 1952, tornou-se catedrático de Direito Civil e regeu um curso de Prática Trabalhista na mesma faculdade, na qual foi também catedrático interino de Direito Público no curso de Doutorado, ao mesmo tempo que lecionava Direito Comercial no curso de Bacharelado, após a aposentadoria do titular. Em 1958, conquistou, na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, a cátedra de Direito Comercial, que exerceu até 1959.

Em sua vida profissional, advogou causas que envolveram o interesse do Estado, como as relativas à desapropriação de ações do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais S.A., aos limites de Minas Gerais com o Espírito Santo e à construção da barragem de Furnas. Foi, ainda, Presidente do Banco Mercantil de Minas Gerais S.A. (1958), da seção mineira da OAB (1962-1964), do Instituto dos Advogados de Minas Gerais (1964) e de diversas empresas industriais e financeiras, entre as quais a Companhia Brasileira de Estímulos à Economia, hoje Conjunto Brasileiro de Empreendimentos S.A. (1967-1984); a Azulejos Várzea da Palma S.A. - Palmasa - (1969-1984); a Companhia Itacolomi de Cerveja (1969-1973), a CBE - Projetos, Consultoria e Assistência e a Pavan (1970); Vice-Presidente da Inconfidência S.A., Crédito, Financiamento e Investimentos (1969-1970). De 15/3/85 a 27/8/85 foi Consultor-Geral da República.

Publicou as seguintes obras: *Do direito do comerciante à renovação do arrendamento* (tese, 1940); *Promessa de compra e venda de imóveis* (tese, 1952); *Aspectos da evolução da teoria dos contratos; Contribuição ao serviço jurídico do Estado no domínio da economia capitalista; Transmissão do domínio e relações patrimoniais dos entes públicos; A questão dos limites com o Espírito Santo; A desapropriação do Banco Hipotecário* (2 volumes); *Em defesa de Furnas; Promessa de compra e venda; Compra e venda com reserva de domínio; Do contrato; O mundo - o Brasil - o homem; Wenceslau Brás - um pescador na Presidência -*; além de artigos e conferências.

Atuou na política seu filho Leopoldo Pacheco Bessone*.

Estado de Minas

Darci Bessone de Oliveira Andrade, junho de 1988

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: Darci Bessone de Oliveira Andrade. CEM/UFMG./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 18 de jun. 1961. p. 4./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 31 maio 1962. p. 10; 19 ago. 1964. p. 11; 21 ago. 1964. p.11./*Revista da Faculdade de Direito;* memória histórica (1892-1959). Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 10:235-6, out. 1958/mar. 1959./ VIANA, Nélson. *Efemérides montesclarenses 1707-1962.* Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1964. BRASIL. Presidência da República, Gabinete Civil. Divisão de Documentação. *Governos da República. 15/11/1889 a 15/03/1987*/Presidência da República, Gabinete Civil, Divisão de Documentação - 2 ed. rev. e atual. - Brasília. 1987. p. 264.

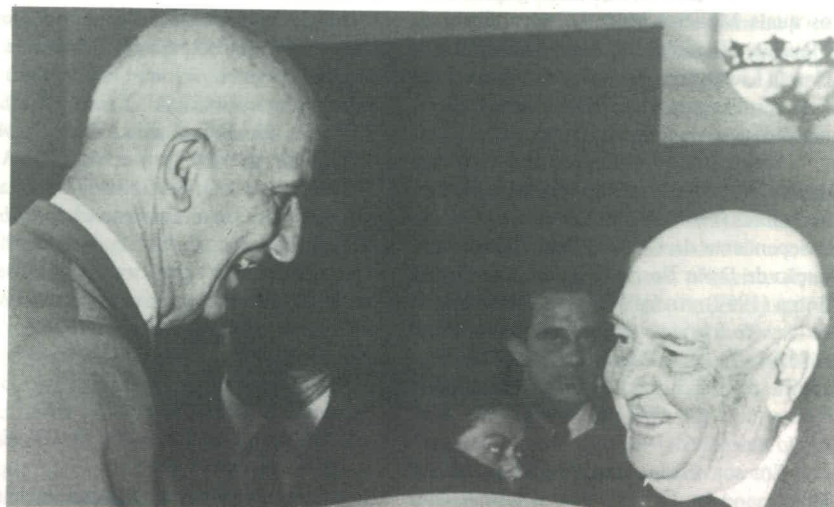
ANDRADE, Djalma

Escritor, acadêmico, jornalista e advogado, nasceu em Congonhas do Campo (hoje Congonhas), MG, a 3 de dezembro de 1895, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 12 de maio de 1975. Filho do médico Antônio Cândido Assis de Andrade e de Leonor de Almeida Martins. Casado, em primeiras núpcias, com Eurídice Cordeiro Andrade e, em segundas, com Zulmira de Morais Lima.

Fez o curso secundário no Colégio Tomás Brandão, de Ouro Preto, MG, e bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais em 1916.

Depois de advogar em Queluz (atual Conselheiro Lafaiete), MG, radicou-se na Capital do Estado, onde, a partir de 1927, lecionou Geografia e História do Brasil na Escola de Sargentos da Força Pública. Com Afonso da Silva Guimarães*, Gastão Itabirano*, Bernardo Guimarães e da Costa e Silva lançou o semanário literário-humorístico *Zaz-Traz*, ao mesmo tempo que mantinha, no *Jornal de Minas*, as seções *Balas de estado* e *Cartuchos de festim*, sob o pseudônimo de Guilherme Tell. Até o fim da vida escreveu para o *Estado de Minas* a coluna diária *História alegre de Belo Horizonte*. Colaborou, ainda, no antigo *Diário de Minas*, órgão do PRM, em *A Nota e Novidades*, da Capital mineira, e em jornais e revistas do Rio de Janeiro, DF, de São Paulo e outros Estados, tendo sido por algum tempo correspondente do órgão de imprensa carioca *Correio da Manhã*. Participou da fundação de vários periódicos, entre os quais a revista *Alterosa*. Membro da AML desde julho de 1945, sucedeu a João Alphonsus de Guimaraens* na cadeira nº 9, patrocinada por Josafá Belo*.
Planejou e dirigiu o filme *Minas Antiga*.

Publicou as obras *Vinha ressequida*, São Paulo, Monteiro Lobato e Cia. Editores, 1922; *Brasil, ditosa pátria*, Rio de Janeiro, ed. Leite Ribeiro, 1926; *Versos escolhidos*, Belo Horizonte, Gráfica Queiroz Breyner, 1938; *Poemas de ontem e de hoje*, Belo Horizonte, Oliveira Costa, 1938; *Versos escolhidos e epigramas*, Belo Horizonte, Gráfica Queiroz Breyner, s.d.; *Sátiras; História alegre de Belo Horizonte* (v. 1); *Bandeira, linda bandeira; Trovas*.

Era irmão do acadêmico Moacir de Assis Andrade*.

Estado de Minas

Djalma Andrade e Luís Sousa Lima (E), em dezembro de 1970

FONTES: *Almanaque da Força Pública. Estado de Minas Gerais.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1928./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 13 maio 1975, 2ª seção. p. 1; 11 nov. 1975. p. 4; 13 nov. 1975. p. 4; 15 nov. 1975. p.4; 18 nov. 1975. p. 4; 20 nov. 1975. p. 4; 25 nov. 1975. p. 4; 4 dez. 1975. p. 4/ OLIVEIRA, Martins de. *História da literatura mineira.* 2. ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 12 jul. 1959. pp. 13-14; 15 maio, 1975, Diário de Legislativo. p. 4; 7 jun. 1975, Suplemento Literário. pp. 1-2; 12 set. 1975. p. 6; 8 out. 1977, Suplemento Literário. p. 11./TRINDADE, Raimundo Otávio da. *Velhos troncos mineiros*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1955.

ANDRADE, Donato de

Político e fazendeiro, nasceu em Passa-Tempo, antigo Distrito de Oliveira, Província de Minas Gerais, a 12 de agosto de 1883, e faleceu na fazenda Calciolândia, no Município de Formiga, MG, a 9 de dezembro de 1979. Filho de Gabriel Augusto de Andrade e de Áurea Ferreira de Andrade. Casado com Laura Sales Botelho de Andrade.

Fez o curso secundário no internato do Ginásio Mineiro, em Barbacena, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1905.

Como fazendeiro, dedicou-se à pecuária e à indústria de laticínios.

Foi Deputado Estadual na 8ª Legislatura (1919-1922).

Pertenceu ao PRM.

Atuaram na política seus irmãos Gabriel de Andrade* e Wânder de Andrade, Prefeito de Bambuí, além de seu filho José Maurício de Andrade* e seu sobrinho Orlando de Andrade*.

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: Bruno de Almeida Magalhães. CEM/UFMG./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 14 dez.1979, p. 18.

ANDRADE, Euler Marques

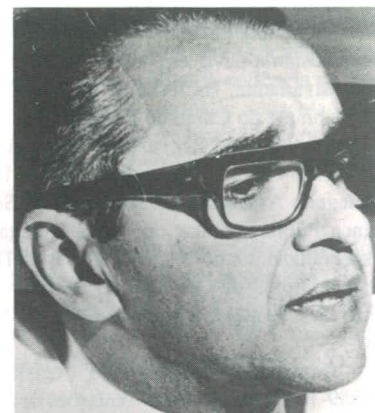
Empresário, líder de classe comercial, nasceu em Sete Lagoas, MG, a 4 de junho de 1924. Filho do comerciante Euclides Andrade e de Estela Marques Andrade. Casado com Ieda Olivé de Andrade.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, MG, e o superior na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, tendo-se bacharelado em 1945.

Dedicado, desde 1944, ao comércio de tecidos, até 1973 foi Diretor da Empresa Nacional de Varejo S.A., sucessora de Tecidos Euclides Andrade S.A., organização fundada por seu pai. Em 1951, passou a integrar a diretoria da Associação Comercial de Minas, onde ocupou sucessivamente os cargos de 1º-Secretário, Secretário-Geral, 2º-Vice-Presidente, Presidente eleito (1961-1962), Presidente em exercício (1964) e novamente Presidente eleito (1965-1966), posteriormente fazendo parte do Conselho Superior. Nas gestões na Presidência da entidade, criou a Sala de Imprensa, promoveu o I Congresso das Associações Comerciais do Estado de Minas Gerais, realizou um ciclo de debates sobre a inflação brasileira (1964), lançou a campanha pela implantação da Usina Siderúrgica do Vale do Paraopeba e empreendeu o movimento denominado Frente de Defesa da Economia Mineira, do qual resultou o Diagnóstico da Economia Mineira, elaborado, em 1968-1969, por uma equipe de técnicos do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Presidente, nos mesmos períodos, da Federação das Associações Comerciais do Estado de Minas Gerais e Vice-Presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, também participou das diretorias da União dos Varejistas de Minas Gerais e da Associação Cristã de Moços. Foi ainda Vice-Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (1965-1966), Diretor Administrativo da Companhia de Habitação de Minas Gerais e da Alterosa (Peugeot), Presidente do Conselho de Administração da empresa têxtil Companhia Fabril Mascarenhas, Presidente do Conselho Consultivo da mesma empresa e membro dos conselhos fiscais de várias outras organizações industriais e comerciais.

Na política, atuou como membro do Diretório Municipal da Arena em Belo Horizonte.

É irmão do empresário Exaltino José Marques Andrade*.

Estado de Minas

Euler Marques Andrade, outubro de 1970

FONTE: *Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino.

ANDRADE, Exaltino José Marques

Empresário e líder de classe comercial, nasceu em Sete Lagoas, MG, a 14 de fevereiro de 1920, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 5 de outubro de 1981. Filho do comerciante Euclides Andrade e de Estela Marques Andrade. Casado com Maria Lucília Siffert Andrade.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte e o superior na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, tendo-se bacharelado em 1944.

Exercendo atividade empresarial no comércio, foi Diretor da Associação Comercial de Minas (1953-1971) e Diretor da União do Comércio Varejista de Minas Gerais de 1970 a 1972 e de 1980 até o seu falecimento.

Membro efetivo do Conselho de Representantes da Confederação Nacional do Comércio (1962-1981), ocupou também a 1ª-Vice-Presidência da entidade (1964-1971) e, em diversas ocasiões, o cargo de Presidente. Fez parte, ainda, dos Conselhos Nacionais e Regionais em Minas do Serviço Social do Comércio - SESC - e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC.

No Governo Castelo Branco (1964-1967), foi Presidente da Caixa Econômica Federal de Minas Gerais e membro da Comissão Consultiva Bancária do Conselho Monetário Nacional. Posteriormente, fez parte do Conselho Nacional de Política Salarial (1971-1977). Juiz Suplente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais, Brasília e Goiás) a partir de 1972, representou os empregadores na 7ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte, no período de novembro de 1972 a março de 1980. Como delegado da Confederação Nacional do Comércio, participou das assembléias da Organização Internacional do Trabalho realizadas em Genebra, Suíça, nos anos de 1962, 1965 e 1980, e, na qualidade de Delegado Patronal, da Reunião dos Trabalhadores Intelectuais promovida pela mesma organização em 1967.

Era cidadão honorário de Belo Horizonte e portador da comenda Stella della Solidariata, outorgada pelo Governo italiano.

Atuou na vida pública seu irmão Euler Marques Andrade*.

FONTE: *Dados biográficos.* Informante: Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais. CEM/UFMG./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 6 out. 1981.

Estado de Minas

Exaltino José Marques Andrade

ANDRADE, Fernando Junqueira Reis de

Político, bancário, funcionário público e advogado, nasceu em Juiz de Fora, MG, a 1º de novembro de 1933. Filho de Renato Junqueira de Andrade e de Zélia da Silva Reis Andrade. Casado com Alcínia Zoica Fortini Toscano Junqueira.

Fez o curso secundário no Colégio Cristo Redentor, em sua terra natal, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Juiz de Fora em 1960. Exerceu a advocacia na mesma cidade, pela qual se elegeu Vereador (1967-1970), Vice-Presidente (1968) e Presidente (1970) da Câmara Municipal.

Deputado Estadual da 7ª à 10ª Legislatura (1971-1987), na Assembléia, foi membro da Comissão de Constituição e Justiça (1971), Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura (1972), o primeiro Presidente da Comissão de Siderurgia e Mineração (1974), Presidente da Comissão Especial para Implantação da Siderúrgica Mendes Júnior (1975), Vice-Presidente da Assembléia Legislativa (1976-1977), Líder da Arena (1979), Vice-Líder do Governo e do bloco parlamentar do PDS (1980-1982) e 1º Secretário da Comissão Executiva (1983-1984). Foi escolhido o melhor Deputado do ano, em 1975 e 1976, pelo Centro de Cronistas Parlamentares e Políticos de Minas Gerais.

Filiado ao PDS, pertenceu à UDN e à Arena.

FONTES: *Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.* Arquivo./*Dados biográficos.* Informante: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/Robertson Caloman Jacob Plischke. CEM/UFMG./*Deputados Estaduais de Minas Gerais à 8ª Legislatura (1975-9).* Ficha biográfica. Convênio APM/UCMG. Coordenador: Caio C. Boschi./FLEISCHER, David D. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais.* Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte.

ANDRADE, Francisco de Assis

Diretor do Arquivo Público Mineiro e professor, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 21 de outubro de 1929. Filho de Moacir Assis Andrade e Marta Chagas Andrade.

Bacharelou-se em Geografia e História pela Universidade de Minas Gerais (1954) e em Direito pela Faculdade de Direito da UFMG (1969).

Foi professor de História (1956-1971) e Diretor (1960-1964) do Colégio Marconi. Lecionou, também, História na UFMG (1960-1987).

Exerceu os cargos de Diretor do Campus Avançado da UFMG, em Barreiras, BA (1973), tendo sido redator do jornal *Minas Gerais*, assessor de Divulgação Cultural da Biblioteca Pública de Minas Gerais e membro do Conselho Estadual de Cultura (1971-1984).

Foi nomeado pelo Governador Antônio Aureliano Chaves de Mendonça* Diretor do Arquivo Público Mineiro - APM (1975-1987). Durante sua gestão, restabeleceu a publicação da *Revista do APM*, interrompida desde 1937; lançou a série *Publicações do APM*, com várias obras históricas; iniciou a microfilmagem dos periódicos de Minas Gerais, a restauração de oitenta mil páginas de periódicos e a encadernação de cerca de mil e quatrocentos meses de jornais e de aproximadamente mil e trezentos volumes da biblioteca.

É autor de trabalhos sobre História, publicados na *Revista do APM* e no *Jornal Minas Gerais*.

FONTE: Dados informados pelo Arquivo Público Mineiro.

ANDRADE, Gabriel de

Político e médico, nasceu em Passa-Tempo, antigo Distrito de Oliveira, Província de Minas Gerais, no ano de 1877, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 18 de outubro de 1939. Filho de Gabriel Augusto de Andrade e de Áurea Ferreira de Andrade. Casado com Estela de Moura Brasil.

Formou-se em Medicina pela Universidade do Rio de Janeiro.

Foi Deputado Estadual na 7ª Legislatura (1915-1918).

Era filiado ao PRM.

Atuaram na política seus irmãos Donato de Andrade* e Wânder de Andrade, Prefeito de Bambuí, e seus sobrinhos José Maurício de Andrade* e Orlando de Andrade*.

FONTE: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 20 out. 1939. p.9.

ANDRADE, Gomes Freire de

Político, médico e professor, nasceu em Mariana, Província de Minas Gerais, a 3 de janeiro de 1865, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 9 de fevereiro de 1938. Filho de Antônio Gomes Freire de Andrade e de Maria Augusta Lebet Freire de Andrade. Casado com Maria do Carmo Breyner Freire de Andrade.

Fez os estudos humanísticos no Seminário de Mariana e formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1888.

Em sua terra natal, onde clinicou até 1930, ingressou na política, filiando-se ao nascente Partido Republicano. Colaborou na propaganda da nova idéia e figurou entre os signatários do manifesto republicano de Ouro Preto (1888), ao lado, entre outros, de João Pinheiro da Silva*, Antônio Olinto dos Santos Pires*, Henrique Augusto de Oliveira Diniz* e Aristides de Araújo Maia*.

Foi Vereador por Mariana, Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal por mais de 20 anos. Deputado Constituinte Estadual e para a 1ª Legislatura (1891-1895), foi, em seguida, Senador Estadual na 5ª, 6ª e 7ª Legislaturas (1907-1918), tendo renunciado, em 1916, por haver sido eleito Deputado Federal para a 9ª Legislatura (1915-1917).

Pertenceu ao PRM.

Catedrático da Escola de Farmácia de Ouro Preto por concurso prestado em 1891, em 1912 foi contratado como professor de Patologia Geral da Faculdade de Medicina de Minas Gerais, mas não chegou a empossar-se no cargo.

FONTES: CASASANTA, Mário. Grandes Vultos de Minas Gerais. In: *Revista Alterosa*. Belo Horizonte, 4(28):20-1, ago. 1942./ ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917.* Rio de Janeiro. M. Abranches, 1918. v. 2./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 10 fev. 1938. p. 18.

ANDRADE, Henrique de Paula

Magistrado, nasceu em Cataguases, MG, a 13 de dezembro de 1891, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 8 de novembro de 1968. Filho do Capitão da Guarda Nacional Leopoldo de Paula Andrade. Casado com Erotides Ladeira Andrade.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte e o superior na Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, tendo-se bacharelado em 1910.

No início da carreira jurídica, exerceu a Promotoria de Justiça nas Comarcas mineiras de Rio Novo e Bocaiúva. Ingressando na Magistratura estadual em abril de 1927, foi Juiz de Direito, sucessivamente, de Carmo do Paranaíba, Araguari (1931), Rio Branco, hoje Visconde do Rio Branco (1934), Vigia, atual Almenara (1939), Caratinga (1946) e Barbacena (1950). Promovido ao Tribunal de Justiça em fevereiro de 1959, em abril do mesmo ano assumiu o cargo de Corregedor. Aposentou-se como Desembargador em 28 de dezembro de 1960.

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 13 nov. 1968. Diário do Legislativo. p. 2./*Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.* Secretaria. Ficha funcional./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino.

ANDRADE, Hilo Wilson Estêvão de

Político, funcionário público e advogado, nasceu em Santo Antônio do Grama, então Distrito de Rio Casca, MG, a 2 de agosto de 1913, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 26 de janeiro de 1966. Filho de José Andrade Filho e de Maria Feliciana Vieira de Andrade.

Casado com Dora Regazzi de Andrade.

Fez o curso secundário no Colégio Arnaldo, de Belo Horizonte, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais em 1943.

Ingressou no serviço público estadual como Guarda-Civil, em janeiro de 1930. Foi, sucessivamente, Escrivão de Polícia, Chefe de Gabinete do Chefe de Polícia, Diretor do Departamento de Registro de Estrangeiros, Delegado-Geral em Uberaba e Juiz de Fora, Delegado Assistente do Secretário da Segurança Pública, titular de várias Delegacias especializadas e do 1º Distrito de Belo Horizonte, Oficial-de-Gabinete do Secretário do Interior e Justiça e Delegado-Geral do Estado.

Deputado Estadual na 4ª e 5ª Legislaturas (1959-1967), presidiu as Comissões de Segurança Pública (1959) e de Serviço Público Civil (1960-1962).

Pertenceu ao PSD, de cujo Diretório Regional fez parte.

FONTES: Deputado Hilo Andrade. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 12:438-40, 1965-6./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 24 de maio de 1959. p. 3; 27 jan. 1966. p.3./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 27 jan. 1966. p. 2./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 28 jan. 1966. p. 36; 29 jan. 1966. Diário da Assembléia. pp. 4-5./*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial. v. 12. s.d./RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970-1./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino.

ANDRADE, Horácio Lane de

Magistrado e advogado, nasceu em Ouro Preto, Província de Minas Gerais, a 2 de outubro de 1865, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 14 de fevereiro de 1944. Filho do Comendador Carlos Gabriel de Andrade e de Francisca Lídia de Queiroga Andrade, Baronesa de Saramenha. Casado com Josina Mota de Andrade.

Fez os estudos preparatórios em sua terra natal e o curso superior na Faculdade de Direito do Recife e na Faculdade de Direito de São Paulo, tendo-se bacharelado por esta, em 1887, em Ciências Jurídicas e Sociais.

Iniciou a carreira de advogado em Ouro Preto, onde posteriormente foi Secretário da Província de Minas Gerais, na administração do Conselheiro Cônego Santana, e Inspetor da Instrução Pública. No regime republicano, exerceu, até 1896, o cargo de Procurador Fiscal do Tesouro do Estado. Ingressando na Magistratura mineira, foi Juiz de Direito, sucessivamente, das Comarcas de Piranga, Bom Sucesso, Viçosa, Mariana, Ouro Preto e Belo Horizonte. Promovido a Desembargador em 1923, ocupou a Vice-Presidência do Tribunal da Relação. Após a aposentadoria, presidiu o Tribunal de Justiça Eleitoral.

Participou da política seu cunhado Bernardo Pinto Monteiro*.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 15 fev. 1944. p. 3./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 15 fev. 1944. p. 10./*O Diário*, Belo Horizonte, 15 fev. 1944. p. 8./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito*. Arquivo.

ANDRADE, Ivan Morais de

Advogado-Geral do Estado e professor, nasceu em Rio Branco (hoje Visconde do Rio Branco), MG, a 25 de julho de 1909 e faleceu a 16 de setembro de 1984, em Belo Horizonte. Filho de Biolkino de Andrade e Judite Morais de Andrade. Casado com Jandira Carvalho de Andrade.

Fez o curso secundário em ginásios de Cataguases, MG, e de Viçosa, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais em 1931.

Logo depois de formado, advogou por breve tempo em Rio Casca, MG. Exercendo a profissão em Ubá, MG, presidiu a 30ª Subseção da OAB. Transferindo-se para Belo Horizonte, militou também em seu fórum.

Nomeado Delegado de Polícia em 1939, serviu em Ponte Nova, MG, e em Belo Horizonte, MG (1944). No Governo Mílton Soares Campos*, dirigiu a Penitenciária Agrícola de Neves (1947-51). Em seguida, ocupou o cargo de Assessor Jurídico da Chefia de Polícia (1951), mais tarde transformada em Secretaria da Segurança Pública. Aposentou-se nesse cargo em 1957.

Advogado militante junto ao Tribunal de Justiça e ao Tribunal de Contas do Estado, foi Juiz de Direito na Comarca de Monte Alegre, MG (1963), Juiz efetivo do TRE (1967), Presidente do Instituto dos Advogados de Minas Gerais, membro do Instituto dos Advogados do Brasil e do Tribunal de Ética da OAB-MG.

Lecionou no Colégio Raul Soares e no Ginásio São José, de Ubá, MG, e em outros estabelecimentos de ensino de 2º grau. Na PUC-MG, foi professor de Direito Penal na Faculdade de Direito, que dirigiu de 1966 a 1968. Na Escola de Serviço Social, lecionou a disciplina Direito do Menor (1948-60) e foi membro da Congregação de Professores (1º semestre de 1960). Foi Consultor Jurídico (1969) e Vice-Reitor da PUC-MG (1970).

No Governo Rondon Pacheco*, foi nomeado Advogado-Geral do Estado, de março de 1971 a junho de 1972.

Autor de numerosos estudos jurídicos publicados em revistas especializadas e da obra *Polícia Judiciária*, com duas edições.

Estado de Minas

Ivan Morais de Andrade

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 19 mar. 1971. p.12. Dados informados pelo biografado.

ANDRADE, João Olavo Elói de

Magistrado, promotor e chefe de polícia, nasceu em Ouro Preto, Província de Minas Gerais, a 11 de fevereiro de 1863, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 19 de novembro de 1922. Filho de Francisco Evaristo de Paula Tristão e de Januária Augusta de Mendonça. Casado com Amabiles Machado de Andrade.

Fez os preparatórios na Secretaria da Inspetoria-Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1886.

Depois de exercer a Promotoria Pública em Mar de Espanha, MG, ingressou na Magistratura e foi Juiz de Direito das Comarcas mineiras de Viçosa (1892), Carangola (1901) e Cataguases (1904).

Nos Governos Francisco Antônio de Sales* e João Pinheiro da Silva*, desempenhou, cumulativamente, as funções de Chefe de Polícia e de Comandante-Geral da Brigada Militar do Estado (28/10/1905-06/12/1906). Retornando à judicatura, serviu novamente na Comarca de Cataguases (1907) e, depois, na de Belo Horizonte (1910), até ser promovido, em outubro de 1915, a Desembargador da Relação.

Entre outros trabalhos jurídicos, publicou *Notas sobre o direito de retenção*.

FONTES: *Almanaque da Força Pública. Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1928./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 20-21 nov. 1922. pp. 4-5./TRINDADE, Raimundo Otávio da. *Velhos troncos mineiros*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1955. v. 1./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito*. Arquivo.

ANDRADE, José Guido de

Desembargador, nasceu em Andrelândia, MG, em 18 de outubro de 1932. Filho do Coletor Federal João da Cruz de Andrade e de Enedina Cunha de Andrade. Casado com Geci Campos de Andrade.

Concluiu seus estudos secundários no Colégio Estadual de Minas Gerais, antigo Ginásio Mineiro, no ano de 1951. Bacha-

relou-se na Faculdade de Direito da UFMG em 1956.

Exerceu advocacia em sua terra natal, onde foi também professor de História e Geografia no Colégio São Boaventura. No Ministério Público, exerceu as funções de Promotor Adjunto na Comarca de Ipanema e Promotor de Justiça, concursado, na Comarca de Ibiraci. Seu ingresso na Magistratura se deu em 1961, mediante concurso público, tendo sido, inicialmente, Juiz de Direito em Resende Costa e São Gotardo, donde foi transferido, por promoção, para Carandaí (1965). Em 1967, foi promovido, por antiguidade, para a Comarca de Juiz de Fora, onde ocupou, por quase 12 anos, a 1ª Vara Criminal. Em 1973, mediante concurso público em que obteve o 1º lugar, foi contratado professor da disciplina Direito Processual Penal na Universidade Federal de Juiz de Fora, tendo sido também professor da mesma disciplina na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Vianna Júnior, também em Juiz de Fora. Foi ainda Diretor do foro da Comarca de Juiz de Fora (1975/77), Juiz Eleitoral da 142ª Zona Eleitoral de Juiz de Fora (1976). Em março de 1979, foi promovido, por merecimento, para a 7ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte e, em 1981, designado Juiz Eleitoral da 26ª Zona Eleitoral de Belo Horizonte pelo Tribunal Regional Eleitoral, que também o elegeu, em agosto do mesmo ano, Diretor do foro eleitoral da Capital, cargo ao qual foi reconduzido em 1º de setembro de 1982. Promovido ao Tribunal de Alçada em 1984, foi conduzido, também por promoção, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em 1988, pelo Governador Newton Cardoso*.

FONTE: Dados fornecidos pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

ANDRADE, José Joaquim Monteiro de

Banqueiro, advogado, magistrado e fazendeiro, nasceu na fazenda Monte Alegre, situada no povoado de Matias Barbosa, Município de Juiz de Fora, Província de Minas Gerais, a 20 de março de 1872, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 19 de novembro de 1945. Filho do fazendeiro e Coronel da Guarda Nacional Azarias Botelho de Andrade e de Maria da Conceição Monteiro da Silva. Casado com Célia Miranda Ribeiro Monteiro de Andrade.

Fez os preparatórios na cidade do Rio de Janeiro e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1891.

Logo depois de formado, exerceu a Promotoria Pública e o cargo de Juiz Substituto em Ouro Preto, MG. Passando a advogar em Juiz de Fora, elegeu-se Vereador e Presidente da Câmara Municipal. Renunciando ao mandato, ingressou no quadro de funcionários do Banco do Brasil, a convite do seu Presidente, João Ribeiro de Oliveira e Sousa, a fim de instalar a primeira agência de Manaus, AM. Depois de dirigir várias outras agências do mesmo instituto de crédito, nele exerceu o cargo de Diretor e ocupou a Presidência, em caráter interino, de julho a agosto de 1919, de novembro de 1919 a dezembro de 1920 e de 24 de outubro a 4 de novembro de 1930.

Eleito, em 9 de outubro de 1926, Diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., em 26 de abril de 1928 foi também seu Presidente, cargo que ocupou até abril de 1937.

A convite do Presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada*, promoveu o reajustamento da dívida flutuante do Estado, para o que chefiou missão financeira do Governo mineiro na Europa.

Dedicado, também, às atividades agropastoris em quatro fazendas de sua propriedade, instalou, na que pertencera a seu pai, um grande engenho central, em prédio especialmente construído para abrigar máquinas de beneficiar café e arroz, moenda de cana e fábrica de aguardente.

Neto de José Joaquim Monteiro da Silva*, Barão de Santa Helena.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: José Tostes de Alvarenga Filho. CEM/UFMG./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 20 nov. 1945, p. 4./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 20 nov. 1945. p. 5./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito*. Arquivo.

ANDRADE, José Maurício de

Político e industrial, nasceu em Lavras, MG, a 22 de fevereiro de 1913. Filho de Donato de Andrade* e de Laura Sales Botelho de Andrade. Casado com Hilda Borges de Andrade.

Fez o curso secundário no Instituto Evangélico e no Instituto Gammon, ambos em sua terra natal, no Ginásio Mineiro de Barbacena, MG, e de Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais em 1935.

Deputado Estadual Constituinte e para a 1ª Legislatura (1947-1951). Reeleito para a 2ª Legislatura (1951-1955). Foi Líder da Maioria e Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1947-1950; 1952-1954). Elegeu-se, a seguir, Deputado Federal para a 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Legislaturas (1955-1971), durante as quais integrou as Comissões de Finanças, de Economia, de Transportes e do Vale do São Francisco. Na Câmara Federal, fez parte do Bloco Mudancista, que apoiou a transferência da Capital para Brasília.

Pertenceu ao PSD e à Arena.

Além de seu pai, atuaram na política seu tio Gabriel de Andrade* e seu primo Orlando de Andrade*.

FONTES: *Correio Braziliense*, Brasília, 5 out. 1964, 2º caderno. p. 3./*Deputados Brasileiros*; repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 6ª Legislatura (1967-71). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1968./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

ANDRADE, José Resende de

Político, Delegado de Polícia e empresário rural, nasceu em Araponga, MG, a 15 de dezembro de 1925. Filho de Joaquim de Andrade e Noemia Resende de Andrade. Casado com Therezinha Maria Malleta de Andrade.

Bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Fez, ainda, os cursos de Aperfeiçoamento de Delegado de Polícia e Chefia de Delegado de Polícia, ambos pela Academia de Polícia de Minas Gerais.

Iniciou sua carreira na Polícia Civil como Investigador. Tornou-se, depois, Escrivão de Polícia; Delegado de Polícia, promovido por merecimento, até a classe de final de carreira; Delegado-Geral de Polícia; Delegado titular de várias Delegacias Especializadas e Delegado Assistente do Secretário de Estado de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais.

Exerceu, ainda, os cargos de Diretor da Casa de Detenção "Antônio Dutra Ladeira"; Chefe de Departamento da (hoje extinta) Guarda Civil de Minas Gerais (1962), do Departamento de Investigações e do Detran-MG; membro do Conselho Superior da Polícia Civil-MG, do Conselho Estadual de Trânsito (1972), do Conselho de Administração da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Epamig - (1980-1983), do Conselho de Transporte Intermunicipal do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais e da Câmara Disciplinar do Conselho Superior de Polícia Civil e Presidente do Conselho Superior da Polícia Civil.

Por dois períodos, foi Secretário Adjunto de Estado de Segurança Pública.

Entre outros cargos, exerceu o de Presidente da Sociedade Mineira de Agricultura (dois mandatos), da União Democrática Ruralista - UDR de Belo Horizonte e do Sindicato Rural de Paraopeba, MG.

Em 1986, foi Secretário de Estado de Segurança Pública do Governo Newton Cardoso*, cargo que ocupou até março de 1987.

Em 1990, elegeu-se Deputado Federal para o período 1991-1995, pelo PRS.

Licenciou-se do mandato para assumir, a convite do Governador Hélio Carvalho Garcia*, a Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Filiado ao PRS.

FONTES: BRASIL. *Câmara dos Deputados*. Centro de Documentação e Informação. *Deputados brasileiros:* repertório biográfico. 49ª Legislatura. 1991-1995. Brasília, 1991. p. 376. Dados informados pelo biografado.

ANDRADE, Lacir Dias de

Político e empresário, nasceu a 6 de abril de 1930, em Viçosa, MG. Filho de Moacir Dias de Andrade e de Estela Maffia de Andrade. Casado com Maria Halfa C. de Andrade.

Fez o curso primário na Escola de Cajuri, em Cajuri, MG, e concluiu os cursos secundário (1945) e científico (1949) no Colégio de Viçosa. Em 1953 graduou-se em Farmácia pela Escola de Farmácia e Odontologia de Juiz de Fora, MG, tendo sido, em 1952, Vice-Presidente da União Estadual dos Estudantes.

De 1954 a 1961, foi sócio-gerente da Sociedade Cerealista Ltda em sua terra natal. Também em Viçosa, presidiu o Rotary Clube (1968), dirigiu a Granja Viçosa S.A. (1968-1972), foi Diretor-Presidente do Supermercado Jóia (1974-1978) e Diretor-Proprietário da Fazenda São Luís (1976-1981).

Em 1962 tornou-se Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Viçosa, cargo que ocupou até 1983. Paralelamente, dirigiu a Carteira Agrícola e Industrial da MinasCaixa (1973-1976) e presidiu à Associação Comercial de Viçosa (1981).

Iniciou sua carreira política como Vereador à Câmara Municipal de Viçosa, onde, de 1973 a 1977, foi Líder da Bancada do MDB. Foi também delegado do PMDB local na convenção que escolheu o candidato daquele partido ao Governo do Estado (1986). Exerceu o cargo de Secretário Adjunto da Secretaria do Abastecimento do Estado de Minas Gerais.

Foi eleito suplente de Deputado à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais em 1986, tendo assumido o cargo em 1989.

Participou do 2º Seminário de Seguro Rural e Proagro, realizado em Belo Horizonte (1985) e dos encontros de gerentes da MinasCaixa, em Viçosa (1983), de bataticultores, em Bueno Brandão (1984) e do 4º Encontro do Produtor Rural de Iguatama (1985).

Recebeu várias medalhas e condecorações. É sócio fundador do Hospital São João Batista, de Viçosa.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

ANDRADE, Lourenço Ferreira de

Político e médico, nasceu em Passos, Província de Minas Gerais, a 29 de dezembro de 1888. Filho de Gaspar Lourenço de Andrade e de Francisca Oliveira Andrade.

Deputado Estadual Constituinte de 1947 e para a 1ª Legislatura (1947-1951), foi Vice-Presidente (1947) e membro (1950) da Comissão de Assuntos Municipais e Interestaduais, membro da Comissão Especial de Estudos sobre a Produção Agrícola (1947), Vice-Presidente da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio (1948-1949) e membro das Comissões de Redação (1949), de Viação e Obras Públicas (1949) e de Trabalho e Ordem Social (1950).

Pertenceu ao PR.

FONTES: *Anais da Assembléia Constituinte de 1947*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 2: 587-600, s. d./*Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

ANDRADE, Manuel Eustáquio Martins de

Político e advogado, nasceu em Campanha, Província de Minas Gerais, no ano de 1846, e faleceu na mesma cidade, a 5 de fevereiro de 1935. Filho de Antônio Martins de Andrade e de Maria Custódia Ribeiro de Andrade. Casado com Clara Araújo Andrade.

Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1870, na turma de que fazia parte Rui Barbosa.

Foi Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Campanha. Como um dos chefes da ala republicana do Partido Liberal no Sul de Minas, elegeu-se Deputado Geral à 17ª Legislatura (1878-1880). Após a proclamação da República, foi eleito Senador Constituinte de Minas e para a 1ª Legislatura (1891-1895).

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Campanha/Manoel Alves Valadão. CEM/UFMG./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 19 nov. 1945, p. 4./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 20 fev. 1935. p. 12./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito*. Arquivo.

ANDRADE, Manuel Vieira de Oliveira

Magistrado, promotor e advogado, nasceu em São João Batista do Presídio, Província de Minas Gerais (atual cidade de Visconde do Rio Branco), a 2 de junho de 1869, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 19 de maio de 1934. Filho de Joaquim Vieira de Andrade e de Isabel Vieira de Andrade. Casado com Carmelita de Campos Andrade.

Fez o curso secundário no Colégio Paixão, em Petrópolis, Província do Rio de Janeiro, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1891, na turma de que faziam parte Afrânio de Melo Franco*, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada* e Estêvão Leite de Magalhães Pinto*.

Iniciou a carreira em Passos, MG, onde foi Promotor de Justiça, Juiz Substituto e Juiz de Direito. Exonerou-se, em agosto de 1894, para advogar em sua terra natal. Em 1898 retornou à Magistratura mineira, tendo sido, sucessivamente, Juiz de Direito das Comarcas de Piranga, Bonsucesso (1899), Entre-Rios, atual Entre-Rios de Minas (1903), e Ouro Preto (1917). Nomeado Desembargador em junho de 1923, em vários períodos ocupou a Vice-Presidência do Tribunal da Relação. Coube-lhe organizar e instalar a Justiça Eleitoral no Estado, tendo sido o primeiro Presidente do TRE na República Nova, cargo que exerceu até março de 1933, quando se aposentou.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 20 maio de 1934. p. 3/*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 20 maio 1934. pp. 1-2/PAULA, Almênio José de & FERREIRA, Saturnino G. *Figuras notáveis de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Pioneiros e Expoentes Editorial, 1973-4./*Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais*. Secretaria. Ficha funcional.

ANDRADE, Marcelino de Brito Pereira de

Banqueiro, político e fazendeiro, nasceu na fazenda do Registro, no Município de Barbacena, Província de Minas Gerais, e faleceu em Juiz de Fora, MG, a 27 de maio de 1905. Filho do Major da Guarda Nacional Manuel Francisco Pereira de Andrade e de Luciana Durcelina de Andrade. Casado com Belarmina Cândida de Andrade.

Por Juiz de Fora, onde se dedicava a atividade agropecuária, elegeu-se Vereador e, no município, foi Presidente da Câmara (1884) e exerceu o cargo de Delegado de Polícia. Comandante de um dos batalhões da Guarda Nacional da comarca, foi agraciado com o título de Barão de Monte Mário, por decreto imperial de 15 de outubro de 1886, e, em 1889, elevado a Visconde. Em 1886, participou da fundação do Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais e, depois, da criação do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., do qual foi Presidente e maior acionista.

FONTES: *Banco de Crédito Real de Minas Gerais; 1889-1939. Biografia de fundadores e diretores*. s. n. t./*Dados biográficos*. Informante: José Tostes Alvarenga Filho. CEM/UFMG./Vasconcelos. *Arquivo Nobiliárquico brasileiro*. Lausanne, Imprimerie La Concorde, 1918.

ANDRADE, Moacir Assis

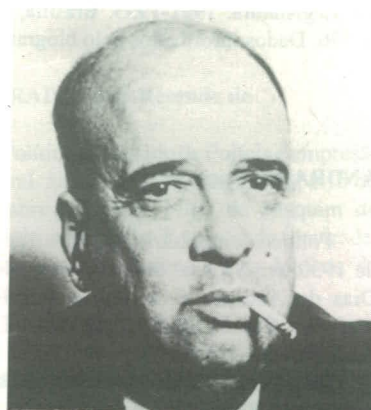
Escritor, acadêmico e jornalista, nasceu em Queluz (hoje Conselheiro Lafaiete), MG, a 9 de novembro de 1897, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 14 de setembro de 1979. Filho do médico Antônio Cândido de Assis Andrade e de Leonor Martins Andrade. Casado com Marta Chagas Andrade.

Fez o curso secundário no externato do Ginásio Mineiro, em Barbacena, MG, e, em 1915, aos 18 anos de idade, diplomou-se em Odontologia pela então Faculdade Livre de Medicina de Belo Horizonte.

Após exercer por dois anos a profissão de cirurgião-dentista, dedicou-se integralmente, até o fim da vida, às letras e à atividade jornalística, que iniciara em 1913, no antigo *Diário da Tarde* de Belo Horizonte. Editorialista dos jornais *A Nota*, *Novidades* e *A Gazeta* e redator-chefe dos periódicos literários *Minas em Foco*, *Domingo* e *Risos e Sorrisos*, também lançou o panfleto *A Esquina*, de breve mas incisiva atuação, e colaborou nas revistas *Radium*, *Revista de Minas* e *Pela Vida*. Durante a campanha presidencial de 1922, dirigiu, em Belo Horizonte, o jornal *O Arauto*, que apoiou a candidatura de Artur da Silva Bernardes*, e publicou na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, DF, artigos mais tarde enfeixados em volume. Com o jornalista carioca Vítor Silveira, fundou, em 1925, o *Correio Mineiro*, que assinalou o início da modernização da imprensa belo-horizontina e do qual foi redator, redator-secretário e redator-chefe. Em seguida, participou, ao lado de Lauro Santos e José Guimarães Menegale, da fundação do *Diário Mineiro* e do *Jornal da Noite*, que, em 1929-1930, fizeram a campanha da Aliança Liberal e do movimento revolucionário subseqüente. Incluído, em 1934, entre os colaboradores permanentes dos Diários Associados, até falecer escreveu para o *Estado de Minas* e o *Diário da Tarde* crônicas diárias, sob os pseudônimos, respectivamente, de José Clemente e Gato Félix. Também publicou crônicas, assinadas por Pajé Tupiniquim, em *O Jornal*, do Rio de Janeiro, e por Patrício Sobrinho, no *Diário de Minas*, e artigos de colaboração no *Diário de São Paulo* e no *Diário da Bahia*.

Eleito para a Academia Mineira de Letras em 1936, sucedeu ao sócio fundador Dilermando Martins da Costa Cruz* na cadeira nº 15, patrocinada por Bernardo Guimarães. Na Imprensa Oficial de Minas Gerais, em cujo quadro funcional ingressara em 1917, fez carreira no setor de revisão e, depois, na redação do órgão governamental *Minas Gerais*, do qual foi redator-secretário de 1931 até 1949, quando se aposentou. Durante a Interventoria de Noraldino Lima* (14/11-18/12/46), exerceu o cargo de Diretor da Imprensa Oficial. Diretor do jornal oficioso *Folha de Minas* de 1952 a 1954, por escolha do Governador Juscelino Kubitschek de Oliveira*, de 1956 a 1960, no Governo de José Francisco Bias Fortes*, dirigiu o Serviço de Radiodifusão do Estado (Rádio Inconfidência de Minas Gerais). Desempenhou, ainda, os cargos de Diretor da sucursal mineira da revista *Observador Econômico e Financeiro*, membro da diretoria regional da Liga da Defesa Nacional, membro correspondente da Sociedade de Estudos de Moçambique (Portugal), sócio da Academia Marianense de Letras, membro honorário da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais e membro efetivo da Academia Barbacenense de Letras. Era cidadão honorário de Belo Horizonte, título outorgado pela Câmara Municipal. Em 1956, integrou a delegação do Brasil na Conferência da Unesco realizada em Nova Délhi, Índia.

Principal colaborador de Vítor Silveira na obra *Minas Gerais em 1925*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926, redigiu os capítulos *Religião em Minas*, *Diamantina* e *Revolução de 1842*. Publicou, ainda, *Ortografia simplificada*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1932, col. José Gouvêa (reunião de conferências que pronunciou para o professorado de Belo Horizonte, tão logo foi adotada a nova ortografia, a convite de Noraldino Lima, então Secretário da Educação); *O espírito de Antônio Carlos*, Belo Horizonte, Edições Mantiqueira, 1954; *Depoimento de um dentista frustrado*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1955; *Hora para o sono*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1955 (conto premiado em concurso da Prefeitura de Belo Horizonte); *República Décroly*, 2. ed. Belo Horizonte, Itatiaia, 1964; *Memórias de um chauffeur de praça*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1964; *Minas Gerais - terra e povo*, Porto Alegre, Globo (em colaboração sob a direção de Guilhermino César); *Trinta anos de escriba oficial*.

Era irmão do acadêmico Djalma Andrade*.

Estado de Minas

Moacir Assis Andrade

FONTES: Bernardes, Nilo e outros. Bibliografia de nossos colaboradores. In: *Minas Gerais, terra e povo*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1970./CAVALHEIRO, Edgard. *O conto mineiro*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1959. pp./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 15 set. 1979. p. 8./*Dados biográficos*. Informante; Francisco de Assis Andrade/ Diretor do APM. CEM/UFMG; Informante: José Seixas Sobrinho/Imprensa Oficial. CEM/UFMG./ Martins de Oliveira. *História da literatura mineira*. 2. ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 14 abr. 1936. pp. 7-8; 19 nov. 1946. p. 5; 14 nov. 1967. p. 6; 15 set. 1979. p. 4/TRINDADE, Raimundo Otávio da. *Velhos troncos mineiros*. São Paulo. Revista dos Tribunais, 1955. v.1.

ANDRADE, Odilon Barrot Martins de

Político, promotor, magistrado, advogado, jornalista e professor, nasceu em Turvo, Província de Minas Gerais (atual Andrelândia), a 11 de março de 1876, e faleceu no Rio de Janeiro, GB, a 18 de dezembro de 1963. Filho de André Martins de Andrade e de Maria Marcelina Ferreira de Andrade. Casado com Maria Botelho de Andrade.

Fez o curso secundário no Colégio de Itu, SP, e bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais em 1894.

Depois de formado, exerceu por pouco tempo o cargo de Promotor Público de Alfenas, MG. De 1898 a 1901, foi Juiz Municipal e desempenhou, a seguir, o mandato de Vereador e as funções de Presidente da Câmara Municipal (1912-1922).

Deputado Estadual para a 6ª e 7ª Legislaturas (1911-1918), foi Presidente da Câmara, tendo renunciado ao cargo por eleger-se Deputado Federal para a 10ª Legislatura (1918-1920). Reelegeu-se para a 11ª Legislatura (1921-1923). Passando a advogar no Rio de Janeiro, DF, integrou o Conselho Superior do Instituto dos Advogados Brasileiros (1948) e presidiu o Conselho Federal da OAB (1948-1950). Também presidiu às conferências do Clube dos Advogados que trataram da reforma do Código do Processo Civil e a comissão revisora do projeto enviado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo. Na Faculdade de Direito da Universidade da Guanabara, que chegou a dirigir, regeu a cadeira de Processo Civil. Foi ainda Reitor da mesma Universidade e Consultor Jurídico do Instituto Brasileiro do Café. Publicou obras de comentários ao Código de Processo Civil e Comercial do antigo Distrito Federal (1927-1930) e do Código do Processo Civil Brasileiro.

Pertenceu ao PRM.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados*. 1963. Brasília, Diretoria de Documentação e Publicidade 35: s.p., 1965./*Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de São João del-Rei/Comissão de História. CEM/UFMG./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 11 mar. 1920. p. 2./MAGALHÃES, Dario de Almeida. Elogio de Advogados. In: *Digesto Econômico*, São Paulo, (181): 132-4, jan./fev. 1965.

ANDRADE, Odilon Resende

Político e agricultor, nasceu em Três Corações do Rio Verde (hoje Três Corações), MG, a 10 de setembro de 1904. Filho de José Demétrio Martins de Andrade e de Rosenda Resende Andrade.

Ingressando na política como Prefeito de Três Corações, elegeu-se Deputado Estadual sob a legenda da UDN, para a 2ª Legislatura (1951-1955), durante a qual foi membro da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio (1953-1954).

Elegeu-se suplente de Deputado Estadual para a 8ª Legislatura (1975-1979) pelo MDB, a que estava filiado.

FONTES: *Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

ANDRADE, Orlando de

Político e fazendeiro, nasceu em Bambuí, MG, a 13 de agosto de 1924. Filho do fazendeiro e político Wander de Andrade e de Nilza de Oliveira Andrade. Casado com Ediléia Pinto de Andrade.

Fez o curso secundário nos Colégios Batista e Marconi, em Belo Horizonte, MG, diplomou-se em Agronomia em 1946, pela Universidade Rural de Viçosa, MG, e bacharelou-se, em 1973, pela Faculdade de Direito do Oeste de Minas, em Divinópolis, MG.

Iniciou a carreira política como Vereador à Câmara Municipal de Piuí, MG (1954-1958). Exerceu, depois, o mandato de Deputado Estadual na 4ª Legislatura (3/9-27/10/59), em substituição a Álvaro Sales*. Elegeu-se Deputado Estadual para a 5ª e 6ª Legislaturas (1963-1971), durante as quais foi Presidente da Comissão Executiva (1969), Vice-Líder do PSD (1965), Presidente (1963; 1967) e membro (1964; 1968) da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, e membro das Comissões de Serviço Público Civil (1966) e de Siderurgia e Mineração. Nesta última função, realizou viagem de estudos à África e à Europa.

Em 1968, esteve licenciado da Assembléia para desempenhar o cargo de Secretário Estadual da Viação e Obras Públicas (29/5/68-4/3/69) no Governo Israel Pinheiro da Silva*.

Pertenceu ao PSD e à Arena.

Atuaram na política, além de seu pai, que foi Prefeito de Bambuí, seus tios Gabriel de Andrade* e Donato Andrade* e seus primos Gilberto de Andrade Faria* e José Maurício de Andrade*.

ALEMG

Orlando de Andrade, pintura

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Bambuí/Cláudio Manoel Magalhães. CEM/UFMG. *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 3 fev. 1963. p. 3./ FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 30 maio de 1968. p. 3; 5 jun. 1968. p.3.

ANDRADE, Ovídio João Paulo de

Político e advogado, nasceu em Itaverava, Província de Minas Gerais, então Distrito de Queluz (hoje Conselheiro Lafaiete), a 31 de outubro de 1883, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 13 de janeiro de 1959. Filho de Ovídio João Paulo de Andrade e de Izelinda Bretas de Andrade. Casado com Julieta Pena de Andrade.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro de Ouro Preto, MG, e bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais em 1907.

Depois de formado, voltou a sua terra natal para advogar. Partidário ardoroso de Rui Barbosa, teve grande atuação na Campanha Civilista e foi quem saudou o estadista quando de sua visita a Itaverava, em 1910. Em 1913, transferiu-se para Belo Horizonte, onde advogou até o fim da vida. Na década de 20, juntamente com Amaro Lanari*, Cristiano França Teixeira Guimarães* e outros empresários, tomou a iniciativa da instalação, em Sabará, de uma usina siderúrgica, que foi operada pela Sociedade Siderúrgica Mineira, posteriormente Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira S.A.

Em 1923 elegeu-se membro do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte. Durante vários anos foi Secretário da Estrada de Ferro Oeste de Minas, cargo que deixou em 1929, logo no início da campanha da Aliança Liberal, a que aderira por discordar da ação facciosa do Diretor da ferrovia, designado pelo Governo Washington Luís.

Sob a Presidência de Olegário Dias Maciel*, desempenhou as funções de Secretário Estadual da Agricultura, Viação e Obras Públicas (março-setembro de 1932).

Deputado Estadual Constituinte e na 1ª Legislatura (1935-1937), liderou a Bancada do PRM na Assembléia. Figurou entre os signatários do Manifesto dos Mineiros de 1943. Em 1945, disputou uma cadeira de Deputado Federal, mas ficou como suplente, e, quando chamado a assumir o mandato, renunciou a ele porque havia entrado em dissídio com seu partido.

Pertenceu ao PRM e ao PR, cujos Diretórios Estaduais presidiu.

FONTES: CAMPOS, Mílton. Necrológio de Ovídio João Paulo de Andrade. In: *Anais da Câmara dos Deputados*. 1959. Rio de Janeiro, 2:111-2, 1959./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 15 jan. 1959. p. 6./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 4 mar. 1932. p. 9; 17 jan. 1959. p. 13.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de

Escritor, jornalista, historiador, primeiro Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nasceu em Cidade de Minas (atual Belo Horizonte), MG, a 17 de agosto de 1898, e faleceu no Rio de Janeiro, GB, a 11 de maio de 1969. Filho do Professor e Procurador-Secional da República Rodrigo Bretas de Andrade e de Dália Melo Franco de Andrade. Casado com Graciema Melo Franco de Andrade.

Fez os estudos secundários no Ginásio Mineiro, em sua cidade natal, e no Lycée Jason de Sailly, em Paris, França, e o superior nas Faculdades de Direito de Belo Horizonte, de São Paulo e do Rio de Janeiro, tendo-se bacharelado por esta em 1919. Quando estudante, trabalhou como bancário em São Paulo, SP, e, em Belo Horizonte, iniciou a atividade literária por estímulo de seu amigo e compadre Aníbal Machado.

Depois de formado, serviu, de 1919 a 1925, na Inspetoria Federal de Obras contra as Secas, de cujo Diretor era auxiliar. Em 1921, ingressou na redação de *O Dia*, matutino carioca dirigido por Azevedo Amaral, Virgílio Alvim de Melo Franco* e Tristão Ferreira da Cunha*. Pouco depois, já ao tempo de Assis Chateaubriand, passou para *O Jornal*, de que foi mais tarde Diretor e onde permaneceu dez anos, tendo em certa época, assinado o rodapé de crítica literária. Redator-chefe, em 1924, da *Revista do Brasil*, apesar do espírito acadêmico dos Diretores Alfredo Pujol, João Pandiá Calógeras* e Afrânio Peixoto, apoiou o nascente movimento modernista, acolhendo colaboração dos principais representantes da nova corrente. Simultaneamente exercia a advocacia no escritório de seus tios João e Afrânio de Melo Franco*, profissão a que se dedicou com exclusividade após abandonar o jornalismo, já então em sociedade com Prudente de Morais, o neto. Em 1930, foi, por cinco meses, Chefe do Gabinete do Ministro da Educação, Francisco Luís da Silva Campos*, e, posteriormente, também por pouco tempo, Secretário-Geral de Viação e Obras Públicas da Prefeitura do Distrito Federal (Rio de Janeiro).

Em 1936, a convite de Gustavo Capanema*, Ministro da Educação e Saúde, que acolhera indicação de Mário de Andrade e de Manuel Bandeira, tornou-se o primeiro Diretor do recém-criado serviço, depois Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cargo a que se dedicou durante 31 anos, até a aposentadoria, em 1967. Em 1948, seu nome foi preterido pela UDN na lista para Juiz do Tribunal de Contas do Estado, em virtude de uma cisão no Partido, que separava os grupos liderados por Virgílio Alvim de Melo Franco* e Pedro Aleixo*. Superando deficiências materiais, organizou notável equipe de trabalho, da qual faziam parte Mário de Andrade, Lúcio Costa, Carlos Drummond de Andrade*, Oscar Niemeyer e Joaquim Cardozo, e empreendeu inestimável obra de estudo e conservação dos monumentos brasileiros. Foi responsável, também, pela formação de técnicos em restauração, pela declaração de Ouro Preto como Cidade-Monumento Nacional e pela criação, em Minas Gerais, dos Museus da Inconfidência (Ouro Preto), do Ouro (Sabará) e do Diamante (Diamantina). Em reconhecimento por seu trabalho de preservação do patrimônio histórico e artístico, os Conselhos Universitários das Universidades Federais do Rio de Janeiro e da Bahia, do mesmo modo que as Congregações das Escolas de Arquitetura da UFMG e de Belas-Artes da Universidade Federal de Pernambuco, conferiram-lhe o título de Professor Honoris Causa.

Além de Presidente da Comissão nacional de Belas-Artes, foi sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, vogal correspondente da Academia de Belas-Artes de Portugal, membro efetivo do Comitê Executivo do Conselho Internacional de Museus - ICOM -, Cavalheiro Oficial da Ordem do Mérito da República Italiana e da Ordem das Artes e Letras da França, sócio benemérito do Instituto dos Arquitetos do Brasil, membro do Conselho Consultivo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e do Conselho Federal de Cultura, onde presidiu à Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico.

Publicou numerosos artigos em jornais e revistas, reeditou a biografia do Aleijadinho escrita pelo contemporâneo do artista Rodrigo José Ferreira de Bretas, preparou a edição de *As artes plásticas no Brasil*, cujo primeiro volume (*Antecedentes portugueses e exóticos*) é de sua autoria, e elaborou, para *A basic manual on the preservation of material in the tropics*, o capítulo "Conservação de um sítio urbano" (1965), a convite de Harold J. Plenderleith, Diretor do Centro Internazionale di Studi per la Conservazione ed il Restauro dei Beni Culturali, criado pela Unesco em Roma. Publicou, ainda, as obras *Velórios* (contos), Belo Horizonte, Os Amigos do Livro, 1936; *Brasil: monumentos históricos e arqueológicos* (encomendada e publicada pelo Instituto Pan-Americano de Geografia e História, México, 1952); *Rio Branco e Gastão da Cunha* (ensaio de história e política diplomática, publicado pelo Itamarati, 1953); *Estudos sobre pintura da paisagem brasileira* (1953). Deixou incompleto o trabalho "A pintura colonial em Minas Gerais", cuja primeira parte apareceu na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 18, Rio de Janeiro, 1978.

Era neto de Virgílio Martins de Melo Franco*, sobrinho do escritor sertanista Afonso Arinos de Melo Franco* e do político Afrânio de Melo Franco*, primo dos políticos Virgílio Alvim de Melo Franco* e Afonso Arinos de Melo Franco* e pai do cineasta Joaquim Pedro de Andrade.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Judite Martins. CEM/UFMG./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 26 out. 1968. Suplemento Literário. pp. 1-3, 7, 16./RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970/1.

ANDRADE, Valdir Mendes Morato de

Político, advogado e professor, nasceu em Nossa Senhora de Lotero de Morada Nova, Distrito de Abaeté, MG (hoje cidade de Morada Nova de Minas), a 5 de fevereiro de 1936. Filho de Geraldo Mendes Morato e de Luísa Morato de Andrade. Casado com Maria Efigênia Verçosa Morato.

Fez o curso secundário em Divinópolis, MG, e no Colégio Estadual de Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais em 1959.

A partir de 1960, advogou em sua terra natal, onde foi Presidente da Companhia Força e Luz e da União Moradanovense de Desportos e professor de Francês no Ginásio Nossa Senhora de Loreto.

Deputado Estadual na 5ª e 6ª Legislaturas (1963-1971), foi 3º-Secretário da Comissão Executiva (1964), Presidente (1968) e membro (1967;1969) da Comissão de Trabalho e Ordem Social, Vice-Presidente da Comissão de Serviço Público Civil (1963) e da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (1968), e membro da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (1969).

Pertenceu à aliança PL-MTR-LT e à Arena.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 12 dez. 1962. p. 3./ FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte.

ANDRADE, Valfrido

Magistrado, nasceu em Mar de Espanha, MG, a 21 de novembro de 1890, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 5 de dezembro de 1964. Filho do Desembargador João Olavo Elói de Andrade* e de Amabiles Machado de Andrade. Casado com Lucília Almeida Magalhães de Andrade.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais em 1915. Logo depois de diplomado, foi Delegado de Polícia em Patrocínio, MG, e em Oliveira, MG.

Ingressando na Magistratura mineira, exerceu o cargo de Juiz Municipal em Sete Lagoas e em Belo Horizonte. Por incumbência do Governo mineiro, elaborou, em 1926, o estudo do qual resultou a implantação do Juizado de Menores do Estado. Promovido a Juiz de Direito em 1927, serviu nas Comarcas de Ipanema e Januária e, depois, tornou-se titular da 1ª Vara Criminal de Belo Horizonte. Nomeado Desembargador, permaneceu no Tribunal de Justiça até 1960, quando se aposentou. Foi o primeiro Corregedor da Justiça mineira e Juiz e Presidente do TRE.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 8 dez. 1964. p. 8./ *Gazeta Mineira*, Belo Horizonte, 17 out. 1938. p. 6./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 10 dez. 1964. p. 16/TRINDADE, Raimundo Otávio da. *Velhos troncos mineiros*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1955. v. 1.

ANDRADE FILHO, Casimiro Vilela de

Político, médico e fazendeiro, nasceu em Juiz de Fora, MG, a 17 de abril de 1891, e faleceu na mesma cidade, a 3 de setembro de 1938. Filho de Casimiro Vilela de Andrade e de Maria Esméria Vilela de Andrade. Casado com Hortência Marinho Vilela.

Fez o curso secundário na Academia de Comércio de Juiz de Fora e formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1914.

Em sua terra natal, onde passou a clinicar, foi membro do Conselho Consultivo da Prefeitura e exerceu a Chefia do Governo Municipal em diversas eventualidades. Elegeu-se Deputado Estadual classista, como representante dos agricultores, para a 1ª Legislatura da República Nova (1935-1937). Integrou a administração do Instituto Mineiro do Café e presidiu à Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora.

Pertenceu ao Partido Progressista, do qual foi um dos fundadores.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/ Robertson Caloman Jacob Plischke. CEM/ UFMG.

ANDRADE JÚNIOR, André Martins de

Magistrado e promotor, nasceu em Campanha, Província de Minas Gerais, a 29 de maio de 1871, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 28 de novembro de 1945. Filho do magistrado André Martins de Andrade e de Maria Marciliana Ferreira de Andrade. Casado com Emiliana Martins de Andrade.

Fez o curso de Humanidades no Colégio São Luís, de Itu, SP, e o superior na Faculdade de Direito de São Paulo e na Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, tendo-se bacharelado em 1893.

Exerceu o cargo de Promotor de Justiça de Alfenas, MG, de 1894 a 1905, e de Campanha, de 1906 a 1908. Posteriormente, foi Juiz de Direito das Comarcas mineiras de Campo Belo (1909), Pouso Alto (1916) e Juiz de Fora (1929). Promovido por antigüidade a Desembargador, em 1934, permaneceu no Tribunal de Apelação até 1939, quando se aposentou.

Publicou as obras *Reforma do júri* (1940) e *Das lesões corporais* (1945).

Era seu tio e sogro o político Manuel Eustáquio Martins de Andrade*.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Campanha/Manoel Alves Valadão. CEM/UFMG./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 29 nov. 1945. p. 4./ *Gazeta Mineira*, Belo Horizonte, 12 out. 1938. p. 6./*Jurisprudência Mineira*, Belo Horizonte, 1-6(12): 199-201, jan./jun. 1957./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 26 jan. 1934. p. 7; 29 nov. 1945. p. 9; 21 maio 1971. p. 4; 25 maio 1971. p. 4./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito*. Arquivo.

ANDRADINHA ver ANDRADA, Bonifácio José Tamm de

ANÍBAL TEIXEIRA ver SOUSA, Aníbal Teixeira de

ANJOS, Ciro Versiani dos

Escritor, acadêmico, servidor público e jornalista, nasceu em Montes Claros, MG, a 5 de outubro de 1906. Filho do professor, comerciante e fazendeiro Antônio Pereira dos Anjos e de Carlota Versiani dos Anjos. Casado com Zelita Prates Costa dos Anjos.

Fez o curso secundário na Escola Normal de sua cidade natal e no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais em 1932.

Já aos oito anos de idade, fazia o jornal manuscrito *Horas Vagas* e aos 10 anos, estimulado por amigo de família, que era dono de uma tipografia, editava *O Civilista*. Quando adolescente, publicou crônicas na *Gazeta do Norte*, de Montes Claros, onde também dirigiu o periódico *Cansanção*. Durante o curso universitário, trabalhou nos órgãos da imprensa belo-horizontina *Diário da Tarde* (1927), *Diário do Comércio* (1928), *Diário da Manhã* (1929), *Diário de Minas*, porta-voz do PRM (1929-1930), e *A Tribuna* (1933), tendo publicado neste último, sob o pseudônimo de Belmiro Borga, as crônicas que foram o germe do romance *O amanuense Belmiro*. Integrou, ainda, os quadros de redação do *Estado de Minas* e do órgão oficial *Minas Gerais*. Desde 1943, é membro da Academia Mineira de Letras, onde ocupa a cadeira nº 1, patrocinada por Domiciano Leite Ribeiro, Visconde de Araxá, e a partir de 1969 pertence à Academia Brasileira de Letras, como sucessor de Manuel Bandeira na cadeira nº 24, cujo patrono é Júlio Ribeiro.

Iniciando-se no serviço público em 1928, exerceu, sucessivamente, os cargos de Auxiliar de Seção da Secretaria das Finanças de Minas Gerais, Oficial-de-Gabinete do titular da mesma repartição (1931-1935), Oficial-de-Gabinete do Governador do Estado (1935-1937), Diretor da Imprensa Oficial (1938-

1940), membro do Conselho Administrativo do Estado (1940-1945) e seu Presidente (1942-1945), Assessor do Ministro da Justiça (1946), Diretor do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - Ipase (1946-1951), cuja Presidência ocupou em 1947, Subchefe do Gabinete Civil da Presidência da República (1957-1960) e Ministro do Tribunal de Contas do Distrito Federal (1960).

Participou da Comissão designada pelo Governo Federal, em 1960, para planejar a Universidade Nacional de Brasília e ocupou a função de Coordenador do Instituto de Letras da mesma Universidade. Ali regeu, na qualidade de professor titular extraordinário (1962), o curso de Oficina Literária.

Pertenceu ao PSD. É sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Lecionou Literatura Portuguesa na Faculdade de Filosofia da UMG e na Universidade de Brasília. A convite do Itamarati, de 1952 a 1955 deu um curso de Estudos Brasileiros na Universidade de Lisboa, Portugal e na Universidade do México.

Recebeu vários prêmios literários: da Academia Brasileira de Letras, pela publicação do romance *Abdias* (1945); do Peri Club do Brasil e da Câmara Brasileira do Livro, pela publicação dos livros *Explorações no Tempo* e *A menina do Sobrado*.

Publicou as obras *O amanuense Belmiro* (romance), Belo Horizonte, Os Amigos do livro, 1937/2. ed., Rio de Janeiro, J. Olympio, 1938/3. ed., São Paulo, Saraiva, 1949/4. ed., Lisboa, Livros do Brasil, 1955/5. ed., (juntamente com a 3. ed. de *Abdias*, In: *Dois romances*), Rio de Janeiro, J. Olympio, 1957/6. ed. Coleção Sagarana, Rio de Janeiro, J. Olympio, 1966/7. ed., Rio de Janeiro, J. Olympio, 1971/8. ed., Rio de Janeiro, J. Olympio, 1975. Traduções editadas no México e na Itália; *Abdias* (romance), 1. ed., Rio de Janeiro, J. Olympio, 1945/2. ed. São Paulo, Saraiva, 1956/3. ed., (juntamente com a 5. ed. de *O amanuense Belmiro*, In: *Dois romances*), Rio de Janeiro, J. Olympio, 1957/4. ed., Coleção Catavento, Porto Alegre, Editora Globo 1965; *A criação literária* (ensaio), Coimbra, Portugal, ed. da Revista Filosófica, 1954/2. ed., Rio de Janeiro, Ministério da Educação-Serviço de Documentação, 1956/3. ed., Salvador, Livraria Progresso Editora, 1959/4. ed., Rio de Janeiro, Edições de Ouro Culturais; *Montanha* (romance), Rio de Janeiro, J. Olympio, 1956/2. ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1956/3. ed., Coleção Prestígio, Rio de Janeiro, Edições de Ouro, 1976; *Explorações no tempo* (memórias), Rio de Janeiro, J. Olympio, 1963 (com o texto revisto, passou a integrar *A menina do sobrado*, sob o título de *Santana do Rio Verde*); *Poemas coronários*, Brasília, Edições de Arte, Universidade de Brasília; *A menina do sobrado*, Rio de Janeiro/Brasília, J. Olympio/INL - MEC, 1979.

Irmão do escritor e acadêmico Valdemar Versiani dos Anjos*.

Ciro Versiani dos Anjos

FONTES: BEHAR, Eli. *Vultos do Brasil*. São Paulo, Exposição do Livro, 1967./CORTÉS. Antônio Maria Cardoso. *Homens e instituições no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, IBGE, 1957./COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana. 1961. v. 1./*Dados biográficos*. Informantes: Prefeitura Municipal de Montes Claros/Hermes Augusto de Paula membro do IHGMG; Imprensa Oficial de Minas Gerais/ J. Seixas Sobrinho. CEM/UFMG./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 4 mar. 1956, Suplemento literário. p. 3./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 22 jan. 1938. p. 3; 28 dez. 1965. p. 5; 3 abr. 1969. p. 10./Martins de Oliveira. *História da literatura mineira*. 2. ed., Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 21 jan. 1938. p. 3; 21 abr. 1942. p. 12; 5 out. 1943. p. 9; 6 ago. 1944. pp. 6-8; 16 out. 1945. p. 11; 14 jun. 1959. p. 10; 17 dez. 1966, Suplemento Literário. p. 3; 1° maio 1969. p. 4; 2, 9 out. 1976, Suplemento Literário. p. 11./PAULA, Hermes de. *Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes*. Rio de Janeiro, IBGE, 1957./VIANNA, Nélson. *Efemérides montes-clarenses. 1707-1962*. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1964.

ANJOS, Péricles Ferreira dos

Político e médico, nasceu em Salinas, MG, a 30 de junho de 1943. Filho do fazendeiro Osvaldo Ferreira de Sousa e de Laudelina dos Anjos Miranda. Casado com Helga Nívea Ferreira de Miranda.

Concluiu seus estudos secundários no Colégio Anchieta, de Belo Horizonte, em 1963, e formou-se em Medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1968.

Foi Presidente do Diretório Municipal da Arena em Salinas (1969-1970) e Prefeito Municipal da mesma cidade (1977-1982). Após a extinção do seu antigo partido, filiou-se ao PDS, de cujo Diretório Regional foi membro. Em outubro de 1989, ingressou no PSDB.

Elegeu-se Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991). Na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, foi Presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Planejamentos Regionais, membro efetivo da Comissão de Saúde e Agropecuária, e suplente das Comissões de Redação e de Finanças e Orçamento.

Em 1990, reelegeu-se Deputado Estadual para a 12ª Legislatura (1991-1995). Na Assembléia Legislativa, é 2°-Vice-Presidente da Mesa.

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado. CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

ANJOS, Valdemar Versiani dos

Escritor, acadêmico, médico e professor, nasceu em Montes Claros, MG, a 3 de fevereiro de 1901, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 4 de abril de 1980. Filho do professor e fazendeiro Antônio Pereira dos Anjos e Carlota Versiani dos Anjos. Casado com Zenóbia Correia Rabelo Versiani.

Fez os estudos secundários na Escola Normal de Montes Claros e no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, e formou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais - FMUMG - em 1928. Concluiu, também, cursos de especialização e aperfeiçoamento do Instituto Manguinhos no Rio de Janeiro, DF.

Quando estudante, trabalhou no Instituto Ezequiel Dias.

Depois de diplomado, clinicou em sua terra natal e em São João Evangelista, MG; nessa cidade organizou e chefiou o Posto de Higiene. De novo em Montes Claros, foi Chefe do Centro de Saúde. Ainda como médico da Diretoria de Saúde Pública, serviu, durante sete anos, em Divinópolis, MG. Fixando-se em Belo Horizonte, ocupou o cargo de Biologista do Instituto Ezequiel Dias e fundou o Laboratório Pasteur, onde trabalhou 20 anos e instituiu o primeiro serviço de transfusão de sangue da Capital mineira.

Atuou no magistério como professor de Francês do Curso Livre de Humanidades de São João Evangelista, por ele fundado (1931); assistente da cadeira de Doenças Infectuosas e Tropicais da FMUMG (1941); professor de Fundamentos Biológicos da Educação e de Zoologia da FFMG, atual Fafich UFMG (1943-1948), e professor de Parasitologia da Escola de Saúde Pública (1947-1948). Membro de numerosas entidades científicas do País, pertenceu, ainda, à Sociedade Brasileira de Escritores Médicos, à Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais, à Academia de Letras de Montes Claros e à Academia Mineira de Letras, como sucessor de Mário Gonçalves de Matos* na cadeira n° 16, patrocinada por Francisco de Paula Cândido.

Além de vários trabalhos sobre esquistossomose, doença de Chagas, malária e parasitologia, divulgados em revistas especializadas, publicou os livros *Jornal de Serra Verde*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1960; *Simplício*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1971, e *Banca de aposentado*, Belo Horizonte, Vega, 1978 - romance; *Ramón y Cajal, Charles Darwin, o homem* e *Os médicos de Eça de Queirós* - ensaios; *Meus trabalhinhos de descobertas em ciências naturais*, *Iniciação à ciência*, *Meu novo livrinho de ciências* e *Os seres vivos* - obras didáticas.

Era irmão do escritor e acadêmico Ciro Versiani dos Anjos*.

FONTES: *Anuário da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais*. 1939-1953. Belo Horizonte, s. ed. (1954)./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 20 abr. 1980. p. 30./Martins de Oliveira. *História da literatura mineira*. 2 ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 22 out. 1966. p. 5; 8 abr. 1967. p. 3; 28 jan. 1980. p. 40./PAULA, Hermes de. *Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes*. Rio de Janeiro, IBGE, 1957./TRINDADE, Raimundo Otávio da. *Velhos troncos mineiros*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1955. v. 1.

ANTÔNIO, Álvaro ver DIAS, Álvaro Antônio Teixeira

ANTÔNIO FAGUNDES ver SOUSA, Antônio Fagundes de

ANTÔNIO FARIA ver LOPES, Antônio de Faria

ANTÔNIO GENARO ver OLIVEIRA, Antônio Genaro

ANTÔNIO JÚLIO ver FARIA, Antônio Júlio de

ANTUNES, Paulo

Secretário de Estado e médico, nasceu em Ouro Preto, MG, a 1° de abril de 1913. Filho do engenheiro Francisco de Paula Andrade e de Amaziles Alice Antunes. Casado com Marta de Paula Antunes.

Fez os estudos secundários em Barbacena, MG, e o curso superior na Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais, pela qual se diplomou em 1935.

Desde 1936, exerce a clínica em Belo Horizonte, MG, onde chefiou o serviço médico e o serviço de assistência pulmonar do SESI, o serviço médico da Rede Mineira de Viação, depois Viação Férrea Centro-Oeste, e, por duas vezes, o serviço médico do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados no Serviço Público - Iapfesp. Ocupou, ainda, o cargo de Assessor da Diretoria de Relações Industriais da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - Usiminas. No Governo de José de Magalhães Pinto* foi Secretário de Estado do Trabalho e Cultura Popular (6/5/64-1/7/65) e, nessa função, representou o Governo mineiro no Congresso Americano de Higiene e Segurança do Trabalho, realizado em São Paulo (1964).

É membro da Academia Brasileira de Administração Hospitalar.

FONTE: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 7 de maio de 1964. p. 11.

APARECIDO, José ver OLIVEIRA, José Aparecido de

ARANHA, Helmar Lobo Tenreiro

Presidente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. - Credireal - e advogado, nasceu no Rio de Janeiro, RJ, a 21 de julho de 1942. Filho de Manoel José Figueiredo Tenreiro Aranha e de Heloísa Lobo Tenreiro Aranha. Casado com Márcia Gomes Tenreiro Aranha.

Fez os estudos secundários na Escola Preparatória de Cadetes do Ar, Barbacena, MG (1963), e o curso de Direito na Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal – AEUDF – Brasília (1975).

Iniciou suas atividades profissionais como funcionário do Bank of London & South America (1964-1967), ingressando em seguida no Banco Central do Brasil, onde é Chefe da Divisão de Assuntos Internacionais – Rerex, na Delegacia Regional em Belo Horizonte. No período de maio de 87 a maio de 89, foi designado membro do Conselho Diretor do Sistema Integrado Credireal, tendo sido eleito, em reunião do Conselho, Presidente do Colegiado, cargo que ocupou até a cessação do regime de Administração Especial Temporária (15/5/89), quando retornou à sua função no Banco Central do Brasil.

FONTE: Dados informados pelo Credireal e pelo próprio biografado.

ARANTES, Antônio Belfort Ribeiro, Barão de Arantes

Político e fazendeiro, nasceu em Vila Bela do Turvo, Província de Minas Gerais (hoje Andrelândia), e faleceu nesta cidade, a 1° de outubro de 1908. Filho de Antônio Belfort Arantes.

Eleito Deputado Federal em 1892, na vaga aberta pelo falecimento de Astolfo Pio da Silva Pinto*, exerceu o mandato até o fim da 1ª Legislatura (1891-1893).

FONTES: BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, s. ed. 1971./ ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917*. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 1.

ARANTES, Euro Luís

Político, advogado e jornalista, nasceu em Sapé, Distrito de Rio Branco (depois Visconde do Rio Branco), hoje cidade de Guidoval, MG, a 7 de março de 1927. Filho de Inácio de Castro Arantes e de Nicolina Martins de Castro.

Fez os estudos secundários no Colégio Afonso Arinos, em Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais em 1953.

Exercendo o jornalismo e a advocacia na Capital mineira, elegeu-se Deputado Estadu-

al para a 4ª Legislatura (1959-1963), durante a qual foi Presidente da Comissão de Redação (1961), além de membro das Comissões de Educação e Cultura (1959), de Constituição, Legislação e Justiça (1960-1961) e de Trabalho e Ordem Social (1962) e das Comissões Especiais de Construção do Prédio da Assembléia (1959), de Energia Elétrica (1959-1960), da comissão de inquérito para apurar denúncia de suborno na Polícia Civil do Estado, relativamente a jogos proibidos (1960) e da Comissão de Tombamento dos Bens da Companhia Força e Luz (1960).

Pertenceu à UDN.

Na imprensa, sua atuação principal desenvolveu-se no semanário *Binômio*, que circulou em Belo Horizonte do início da década de 50 até 1964 e do qual foi um dos fundadores e Diretores. Por fazer forte oposição ao regime militar, instaurado em 1964, o Binômio teve encerrada definitivamente suas atividades.

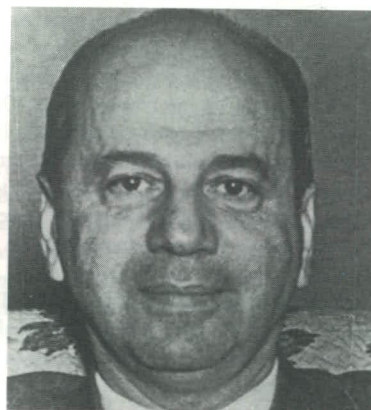
FONTES: COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

ARARIPE, Arnaldo de Alencar

Político e magistrado, nasceu em São Paulo, SP, a 11 de julho de 1895, e faleceu no Rio de Janeiro, GB, a 22 de julho de 1966. Filho do General Tristão de Alencar Araripe e de Maria Clotilde Araripe. Casado com Arinda de Alencar Araripe.

Iniciou o curso secundário em Curitiba, PR, transferindo-se, posteriormente, para o Rio de Janeiro, onde estudou no Colégio Pedro II e no Ginásio Alfredo Gomes. Bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro em 1916.

Em 1917, foi nomeado Delegado de Polícia de Minas Gerais, cargo que exerceu em Estrela do Sul, Uberaba e Pomba (atual Rio Pomba). Ingressando na Magistratura como Juiz Municipal, serviu nos Termos do Prata e Águas Virtuosas (hoje Lambari). Em 1924, foi promovido a Juiz de Direito de Patos (atual Patos de Minas). No mesmo ano, o Presidente Fernando de Melo Viana* nomeou-o Chefe de Polícia do Estado (22/12/24-6/9/26) e, a seguir, representante do Governo mineiro junto ao Governo da União para os negócios da Rede Sul-Mineira de Viação, função que desempenhou até 1930. Após a Revolução, voltou à Magistratura e foi Juiz de Direito, sucessivamente, das Comarcas de Palma, Lambari (1934), Muzambinho (1938), Varginha (1943) e Belo Horizonte, nesta como titular da 3ª Vara Cível (1946). Ainda no ano de 1946, foi Juiz do TRE, cuja Presidência viria a ocupar de outubro de 1950 a fevereiro de 1952, e promovido ao Tribunal de Apelação. Depois de exercer as funções de Corregedor da Justiça Estadual (1953-1957), em outubro de 1964 assumiu a Presidência do Tribunal de Justiça, cargo que ocupou até a aposentadoria compulsória, em 1965. Foi, ainda, Diretor da *Revista de Jurisprudência Mineira* e professor da Escola de Polícia Rafael Magalhães. Fez parte da comissão de Desembargadores que elaborou o projeto de lei da organização judiciária do Estado e o Regimento Interno do Tribunal de Justiça, cuja história levantou em obra que teve a colaboração de Antônio Augusto de Lima Júnior*.

Escreveu numerosos artigos em jornais e periódicos e publicou trabalhos jurídicos em revistas especializadas.

Estado de Minas

Arnaldo de Alencar Araripe, fevereiro de 1952

FONTES: *Almanaque dos delegados de carreira*. Belo Horizonte, s. ed., 1975./*Almanaque da Força Pública. Estado de Minas Gerais*. Organizado na II seção do Departamento Administrativo. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1928./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 24 dez. 1924. p. 2./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 23 jul. 1966. p. 5./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 21 dez. 1924. p. 3; 26 jul 1966. p. 18; 9 ago. 1966. p. 3; 11 ago. 1966./ Nota biográfica. In: *Jurisprudência Mineira*. Belo Horizonte, 44: 1-2, 1969./ SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

ARAÚJO, Afonso Dias de

Político e advogado, nasceu em Campestre, então Distrito de Cabo Verde, MG, a 10 de agosto de 1892. Filho de José Custódio de Araújo e de Deolinda Clara da Silva.

Diplomado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1915, exerceu a advocacia em sua terra natal.

Eleito suplente de Deputado Federal para a 3a. Legislatura (1955-1959), assumiu o mandato em 10 de outubro de 1956, na vaga de Israel Pinheiro da Silva*.

Pertenceu ao PSD.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados. 1956*. 159ª Sessão, em 10 out. 1956. Rio de Janeiro, IBGE, 34: s. p., 1956./*Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito*. Arquivo.

ARAÚJO, Amanajós Alcântara de Vilhena

Político, advogado, jornalista, escritor e acadêmico, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, a 7 de setembro de 1881, e faleceu em Rio Branco, AC, a 16 de junho de 1938. Filho de Ezequiel Manuel de Araújo e de Maria José Alcântara de Vilhena Araújo. Casado com Eugênia Helfeld Fontainha.

Fez os estudos secundários no Ginásio Baependiano, de Baependi, MG, e bacharelou-se pela FDSP em 1902.

Diplomado, passou a residir em Juiz de Fora, MG, onde foi advogado, Procurador dos Feitos da Fazenda e Vereador à Câmara Municipal, ao mesmo tempo que exercia o jornalismo. Mudando-se para o Rio de Janeiro, desempenhou as funções de Delegado de Polícia e, em seguida, advogou, em sociedade com Flores da Cunha. De novo em Juiz de Fora, assumiu a direção do *Diário da Tarde*. Quando se tratou da criação da Academia Mineira de Letras, a convite dos intelectuais juiz-foranos fundou a cadeira nº 5, de que é patrono Azevedo Júnior.

Mais tarde, fixou-se no então Território do Acre, onde foi, sucessivamente, Diretor de Estatística, Procurador da Fazenda, Prefeito de Xapuri, Chefe de Polícia, Secretário-Geral de cinco administrações, Diretor do jornal oficial, Diretor do *Interior* e do *Contencioso*, e Procurador do TRE. Interinamente, na ausência eventual do titular do cargo, exerceu o Governo do Território. Foi Diretor dos jornais *O Farol*, de Juiz de Fora, e *O Futuro*, de Rio Branco, e colaborador de vários órgãos da imprensa mineira e carioca, entre eles *O País*.

Publicou as obras *A vida*; *Discursos* (Juiz de Fora, 1910) e *Pena de morte* (monografia, São Paulo).

FONTES: Academia Mineira de Letras. Amanajós de Araújo. In: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 28 jun. 1959. p. 11./Martins de Oliveira. *História da literatura mineira*. 2 ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./ VELHO SOBRINHO, João Francisco. *Dicionário biobibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro, s. ed., 1937. v. 1.

ARAÚJO, Antônio Alves de

Político, ministro evangélico e empresário, nasceu em Igaratinga, então Distrito de Pará de Minas, MG, a 14 de setembro de 1939. Filho do lavrador Camilo Alves de Araújo e de Maria da Piedade Carvalho. Casado com Alívia Rita da Conceição de Araújo.

Concluído o curso de Teologia, dedicou-se ao ministério religioso.

Suplente de Deputado Estadual na 9ª Legislatura (1979-1982), em seguida elegeu-se Deputado para a 10ª Legislatura (1983-1987). Na Assembléia, integrou, como membro efetivo, as Comissões de Finanças e Orçamento (1983-1984) e de Serviço Público (1983-1984). Participou de simpósios sobre Parapsicologia em Bruxelas (Bélgica), EUA, México e Alemanha.

Pertenceu á Arena e ao PMDB e, posteriormente, filiou-se ao PTB.

FONTES: Dados biográficos. Informante: Laudinei Fernando Silva Fraga. CEM/UFMG.

ARAÚJO, Antônio Martins de

Empresário e líder da classe comercial, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 8 de outubro de 1917, e faleceu na mesma cidade, a 24 de agosto de 1979. Filho do empresário Modesto Carvalho de Araújo e de Rosa Martins de Araújo. Casado com Nilce Veloso de Araújo.

Além do curso secundário, fez cursos intensivos de Administração de Empresa e de Administração Financeira.

Como sucessor de seu pai, foi, em Belo Horizonte, Diretor Superintendente da Drograria Araújo S.A., onde inovou técnicas, iniciando em Minas Gerais os serviços de pronto atendimento a domicílio - Drogatel.

Exerceu os cargos de Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos (1964-1974) e da Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais e dos Conselhos Regionais do SESC e do Senac, e foi membro da Associação de Exportadores Brasileiros e das delegações mineiras ao III Congresso das Classes Produtoras (Rio de Janeiro, 1972), ao Congresso das Câmaras de Comércio Internacional (Rio de Janeiro, 1973) e ao Congresso Ibero-Americano e Filipino do Comércio (São Paulo, 1973). Integrou, ainda, a representação do empresariado brasileiro na 59ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (Genebra, Suíça, 1974) e presidiu ao I Encontro Mineiro de Modernização Empresarial (Belo Horizonte, 1973).

Recebeu os títulos de Comerciante-Destaque em 1969, outorgado pela Associação Comercial de Minas, e de Honra ao Mérito, concedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Amazonas (1973), e Certificado Especial por Serviços Prestados ao Desenvolvimento Brasileiro e à Integração Nacional através do Projeto Rondon.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Antônio Martins de Araújo. CEM/UFMG.

ARAÚJO, Dirceu Pereira de

Político e jornalista, nasceu em Belo Horizonte, a 28 de abril de 1941. Filho do comerciante Geraldo Nepomuceno Araújo e de Maria de Araújo Pereira.

Concluiu seus estudos secundários na Escola Estadual Flávio dos Santos em 1959.

Como comunicador e repórter, possui matérias publicadas em diversos jornais, programação e apresentação de eventos na área de lazer, além de produção de programas de televisão e rádio dedicados à população mineira.

Filiou-se ao PMDB e, em 1986, foi eleito Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991). Na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, foi membro efetivo da Comissão de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, suplente da Comissão de Finanças e Orçamento e da Comissão Constitucional, Vice-Presidente da Comissão de Proteção e Defesa do Consumidor, além de Vice-Líder do Governo.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

ARAÚJO, José Custódio Dias de

Político e fazendeiro, nasceu em Campestre, então Distrito de Jacuí, Província de Minas Gerais.

Chefe político em sua terra natal foi Vereador, Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal. Elegeu-se Deputado Estadual para a 6ª e 7ª Legislaturas (1911-1918).

Pertenceu ao PRM.

FONTE: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 17 jul. 1918. p. 2.

ARAÚJO, José Osvaldo de

Prefeito de Belo Horizonte, MG, advogado, professor, jornalista, escritor, acadêmico e banqueiro, nasceu em Dores do Indaiá, Província de Minas Gerais, a 11 de março de 1887, e faleceu em Belo Horizonte, a 13 de fevereiro de 1975. Filho do agricultor José Pedro de Araújo Lima e de Firmina de Melo Araújo. Casado com Clélia Continentino de Araújo.

Fez o curso secundário no externato do Ginásio Mineiro, em Belo Horizonte, e formou-se pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais em 1914, tendo como colegas de turma Francisco Luís da Silva Campos*, Sandoval Soares de Azevedo* e Noraldino Lima*. Quando estudante do curso secundário, fundou o Grêmio Ginasial, do qual foi sempre orador, e, na Faculdade, presidiu ao Centro Acadêmico Afonso Pena.

Trabalhou por muitos anos na imprensa como redator e diretor de vários periódicos, entre eles *Revista Mineira*, *Vida de Minas*, e *Quasi*, e como fundador do *Jornal Pequeno* e de *A Novela Mineira*. No velho *Diário de Minas*, órgão do PRM, fez careira profissional, de repórter a diretor. Exerceu o magistério no Ginásio Mineiro e no Colégio Benjamim Dias. Recém-formado, foi nomeado Inspetor Federal do externato do Ginásio Mineiro, cargo que ocupou de agosto de 1915 a março de 1925, quando passou a lecionar Português, e o fez por 24 anos, na Escola Normal Modelo, hoje Instituto de Educação de Minas Gerais. Em 1938, ao se organizar a Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte, atual Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, teve seu nome incluído entre os catedráticos fundadores para lecionar Literatura Brasileira. Foi, também, membro do Conselho de Instrução Pública e do Conselho Estadual de Educação. Em 1925, ingressou no quadro administrativo do Banco da Lavoura de Minas Gerais S.A., onde permaneceu até 1934. Em seguida, ocupou por vários anos a Vice-Presidência do Banco de Minas Gerais S.A. e da Companhia de Seguros Minas Brasil.

No Governo Benedito Valadares Ribeiro* desempenhou o cargo de Prefeito de Belo Horizonte, de abril de 1938 a abril de 1940.

Publicou três livros de poesia: *Rumores de asas*, *Sete anos de pastor* e *Ares da serra*, mais tarde reunidos no volume *Canções de sonho distante*, e *Palavras que lembram momentos amáveis* (discursos e conferências).

Eleito para a Academia Mineira de Letras em 1946, sucedeu a Aldo Delfino na cadeira nº 2, patrocinada por Artur França, e presidiu à instituição. Foi, ainda, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e do Instituto Histórico de Ouro Preto.

Estado de Minas

José Osvaldo de Araújo, setembro de 1983

FONTES: *Anais da Assembléia Legislativa*. 1975. Belo Horizonte, Diretoria Auxiliar da Mesa. Divisão de Redação e Publicidade, 5: 121-7./*Anuário da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais. 1939-1953*. Belo Horizonte. (1954)./AVELAR, Antônio Ribeiro de. *Figuras da casa de Minas*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1960./ COUTINHO, Afrânio, *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 8 abr. 1956. p. 2 ; 10 mar. 1957. p. 5./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 19 abr. 1938. p. 3; 10 mar. 1957. p. 5; 11 mar. 1967. p. 5; 14 fev. 1975. p. 8; 1º mar. 1975. p. 6./ Martins de Oliveira. *História da literatura mineira*. 2. ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial. 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 7 abr. 1938. p. 7; 17 jun. 1959. p. 11; 11 mar. 1967. p. 3; 28 mar. 1967, Diário da Assembléia. p. 1; 11 abr. 1972. p. 4; 15 fev. 1975. p. 4; 8 mar. 1975. Diário do Legislativo. pp. 2-3; 3 abr. 1975. p. 6; 19 jun. 1975, Diário do Legislativo. pp. 1-2; 13 ago. 1977, Suplemento Literário. p. 11./*O Diário*, Belo Horizonte, 19 abr. 1938. p. 8/SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

ARAÚJO, Josino Alcântara de

Político, magistrado, professor e jornalista, nasceu em Pouso Alegre, Província de Minas Gerais, a 20 de fevereiro de 1866, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 26 de julho de 1925. Filho do Coronel da Guarda Nacional Ezequiel Manuel de Araújo e de Maria José Alcântara Vilhena de Araújo. Casado com Luísa Fabiano Alves de Araújo.

Fez Humanidades e preparatórios no Colégio Meneses Vieira, do Rio de Janeiro, e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1886.

Eleito pelo Partido Liberal, foi Deputado à Assembléia Provincial no biênio de 1888-1889. Depois da proclamação da República advogou no Rio de Janeiro. Em 1892, foi nomeado Juiz de Direito de Baependi, MG, e logo transferido para Juiz de Fora, MG, onde serviu até 1899. A pedido, foi então declarado Juiz avulso e nomeado Fiscal junto ao Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., cargo do qual se demitiu em 1900. Ainda em Juiz de Fora, exerceu a advocacia, presidiu o Instituto Jurídico Mineiro, associação dos advogados local, e lecionou Economia Política na Academia de Comércio. Eleito Deputado Federal em 1907, na vaga aberta pela renúncia de Adalberto Dias Ferraz da Luz*, desempenhou o mandato até o fim da 6ª Legislatura (1906-1908). Voltou à Câmara na 8ª e 9ª Legislaturas (1912-1917), eleito pela oposição, uma vez que participara ativamente da Campanha Civilista em Minas Gerais, e ali integrou as Comissões de Diplomacia e Tratados, de Constituição e Justiça e de Finanças.

Pertenceu ao PRM.

Foi Comandante-Geral da Brigada Policial de Minas Gerais de dezembro de 1906 a abril de 1907. Escolhido em assembléia de acionistas, integrou a Diretoria do Banco do Brasil em 1924. Como jornalista, manteve assídua colaboração em *O Farol*, quando este jornal juiz-forano se achava sob a direção de José Cesário de Faria Alvim*.

Atuou na política seu filho Dirceu Vilhena de Araújo, que foi Prefeito de Matias Barbosa, MG, em 1947.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados*. 1925. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, s. n.: 269, 1926./*Anais do Senado Mineiro. 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, s. n.: 266-9, 1926./*Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/Robertson Caloman Jacob Plischike. CEM/UFMG./ ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917*. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 2./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 27 e 28 jul. 1925. p. 9/ *Relatório do ano de 1906*, apresentado ao Dr. João Pinheiro da Silva, Presidente do Estado de Minas Gerais, pelo Dr. Manoel Tomás de Carvalho Brito, Secretário de Estado dos Negócios do Interior. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1907./SENA, Nélson de. *Anuário de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, v. 5. p. 53-4.

ARAÚJO, Nansen

Presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais, médico e professor, nasceu em Rochedo, MG, em 1901. Filho de José Pedro de Araújo. Casado com Mariza Tavares Araújo.

Fez o curso de Humanidades no internato do Colégio Pedro II e bacharelou-se em Medicina pela Universidade do Brasil.

Enquanto estudante, trabalhou como revisor do jornal carioca *A Razão*, colaborou no antigo suplemento literário do jornal *O Globo*, em *O Jornal*, na *Revista de Cultura Brasileira* e na *Ilustração Fluminense*, todos editados no Rio de Janeiro. Colaborou, também, na *Revista Acaiaca*, *Folha de Minas*, *Estado de Minas*, *Diário do Comércio* e outras publicações editadas em Belo Horizonte, MG.

Durante os estudos médicos, matriculou-se no curso de Aplicação, mantido pelo Instituto Oswaldo Cruz (1922-24). Depois de diplomado, continuou no Instituto realizando pesquisas sobre sangue até um ano depois de graduar-se em Medicina (1925). Aprovado em concurso público promovido pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, lecionou Português até 1926, quando se demitiu para clinicar no interior de Minas, nas cidades de Rio Casca e Ponte Nova.

Em 1930, fixou-se em Belo Horizonte, onde fundou uma pequena fábrica especializada na manufatura de instrumentos científicos de precisão, hoje uma grande empresa localizada no Centro Industrial de Contagem - Cinco, em Contagem, MG, sob o nome de Nansen S.A. - Instrumentos de Precisão.

Foi professor da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, onde lecionou Fisiologia Comparada (1933) na antiga Escola de Veterinária e, em 1952, aprovado em concurso, passou a lecionar Fisiologia Humana naquela Universidade, onde foi jubilado, em 1971, como professor do Instituto de Ciências Biológicas e Vice-Diretor do Departamento de Fisiologia.

Atualmente ocupa a cadeira nº 49 da Academia Mineira de Medicina, de cujo Conselho Superior é membro.

Exerceu as funções de membro da Sociedade Mineira de Escritores Médicos, integrou o Conselho Curador da Fundação Clóvis Salgado, da Fundação Mineira de Educação e Cultura, o Conselho de Industrialização do Estado e da Fundação Projeto Rondon e o Conselho Curador da Universidade Mineira de Arte. Presidiu ao Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e ao Conselho Consultivo da Fiat Automóveis. Foi, também, Presidente da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais.

Por várias vezes foi Vice-Presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais - Fiemg -, cuja Presidência assumiu em outubro de 1983.

Representou a Fiemg em viagens à Alemanha e à Áustria, com objetivo de atrair investimentos estrangeiros para o Brasil (1969-70). Chefiou a missão mista Brasil-Espanha, reunida em Madrid, a convite da Confederação Nacional da Indústria.

Concorrendo em concurso realizado pela Associação Médica de Minas Gerais com quatro temas literários, obteve o 2º lugar em *Crônicas e História da Medicina* e 2º e 3º lugares em *Poesia*. É editor da Revista *Vida Industrial*, publicada pela Fiemg. Autor de *Alguns Aspectos da Fisiologia do Eritrócito*, *Luz Vacilante* (poesia) e *Pensamento Errante* (crônicas, artigos e contos). Proferiu palestras científicas na Associação Médica de Minas Gerais .

Recebeu diversas condecorações, destacando-se a Medalha da Ordem do Rio Branco e a Medalha Militar (no grau de oficial).

Estado de Minas

Nansen Araújo, agosto de 1992

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

ARAÚJO, Olímpio Rodrigues de

Político, escritor, acadêmico e inspetor de ensino, nasceu na freguesia de Conceição do Rio Novo, Província de Minas Gerais (hoje cidade de Rio Novo), a 19 de setembro de 1860, e faleceu na mesma localidade, a 29 de março de 1923. Filho do Coronel da Guarda Nacional Francisco de Paula Leopoldino de Araújo e de Maria Augusta de Araújo. Casado com Palmira Barreto Guimarães de Araújo.

Fez os primeiros estudos com professores particulares em sua terra natal, onde, a seguir, freqüentou o colégio apenas três meses.

Radicando-se em Juiz de Fora, MG, em 1880, tornou-se colaborador de *O Farol*. De volta a Rio Novo, fundou os jornais *Rio Novense*, *Colombo* e *Progredior* e exerceu os cargos de Vereador, Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal em 1892.

Elegeu-se Deputado Estadual para a 4ª Legislatura (1903-1906). Nomeado Inspetor do Ensino Estadual em 1907, serviu nos Municípios mineiros de Bambuí, Formiga e Piumhí. Membro fundador da Academia Mineira de Letras, ocupou a cadeira nº 37, cujo patrono é Manuel Basílio Furtado. Comissionado Diretor do grupo escolar de Rio Novo em 1911, permaneceu no cargo até 1923.

Publicou as obras *Aquarelas* (contos, 1893); *Trovas plangentes* (versos, 1905); *Dr. Basílio Furtado;perfil biográfico*, Rio Novo, Tipografia do Rio Novo, 1911'*Assassinato de D. Palmira de Araújo* (1904); *Lições intuitivas de Geografia local* (para uso de ensino no Grupo Escolar de Rio Novo, segundo programa de ensino) e *Sorte única* (teatro).

FONTES: *Coletânea de subsídios para um perfil biográfico de Olímpio de Araújo*. Organizada por Silviano de Araújo (seu filho)./ Martins de Oliveira. *História da literatura mineira*. 2. ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 4 jun. 1904. p. 2; 23 out. 1959. p. 10.

ARAÚJO, Paulo Freire de

Político e professor, nasceu em Riachão Dantas, SE, a 11 de agosto de 1911. Filho de Artur Fontes de Araújo e de Tercília Freire de Araújo. Casado com Cira Nogueira de Araújo.

Fez o curso secundário na Bahia e diplomou-se pela Faculdade de Teologia da Igreja Presbiteriana do Brasil, em Campinas, SP, em 1935.

Ministro presbiteriano, lecionou na Escola Presbiteriana e no Ginásio Estadual de Marília, SP, e no Colégio Batista de Belo Horizonte, MG, (1950).

Deputado Federal por Minas Gerais da 3ª à 6ª Legislaturas (1955-1971), não exerceu em sua totalidade o primeiro e último mandatos. Fez parte das Comissões de Legislação Social, de Serviço Público e do Distrito Federal, e tomou parte ativa na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, como Relator, procurando corrigir as demasias da estatização do ensino, pretendida pelo projeto governamental.

Pertenceu ao PR, ao PTB, ao PSD e à Arena.

FONTES: *Correio Braziliense*, Brasília, 11 maio 1965. 2º caderno. p. 3./COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./ *Deputados brasileiros*; repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 5ª Legislatura (1963-7). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1966; 6ª Legislatura (1967-71). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1968./FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte.

ARAÚJO, Paulo José de

Político, advogado e funcionário público, nasceu em Viçosa, MG, a 12 de fevereiro de 1942. Filho do comerciante João José de Araújo e de Ester Rodrigues de Araújo. Casado com Consuelo Ferreira Araújo.

Fez os estudos secundários em sua terra natal e o curso superior na Faculdade Mineira de Direito da UCMG, pela qual se bacharelou em 1969. Em seguida, freqüentou cursos de especialização em Crédito Rural e em Crédito Habitacional.

Funcionário da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, exerceu os cargos de Diretor da Carteira Agrícola e Industrial e da Carteira Habitacional. Foi Diretor de Seguridade da Fundação de Seguridade Social da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais e Vice-Presidente da Sociedade Beneficente dos Servidores da Caixa Estadual - Sobenca.

Em novembro de 1982, elegeu-se Deputado Estadual para a 10ª Legislatura (1983-1987). Na Assembléia Legislativa de Minas Gerais foi Vice-Líder do PDS (1984); Vice-Presidente das Comissões de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas e de Serviço Público e membro das Comissões de

Agropecuária e Política Rural e de Economia e Obras Públicas (1983-1984).
Filiado ao PDS.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Paulo José de Araújo. CEM/UFMG.

ARAÚJO, Plauto Silva

Advogado-Geral do Estado, nasceu na Fazenda dos Taúbas, no Município de Ubá, MG, a 18 de junho de 1905. Filho do funcionário público João Bart da Silva Araújo e de Elvira de Araújo Moreira. Casado com Diumira Paiva Silva Araújo.

Fez os estudos secundários no Ginásio de Viçosa, MG, e no Ginásio Mineiro de Barbacena, MG, e bacharelou-se pela FDUMG em 1932.

Exercendo a profissão em Belo Horizonte desde 1933, foi advogado fiscal e, posteriormente, advogado do Estado. Na Interventoria de Alcides Lins* (18/12/46-19/3/47) e no Governo José de Magalhães Pinto* (31/1/61-31/1/66), ocupou a Chefia do Gabinete do Secretário das Finanças. Advogado da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, assessor jurídico e Chefe da Coordenadoria Jurídica da Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário - Ruralminas -, em várias oportunidades esteve no exercício do cargo de Advogado-Geral do Estado.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Diumira Paiva Silva Araújo. CEM/UFMG. *Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

ARAÚJO, Silvino Pacheco de

Político mineiro, foi Deputado Estadual na 8ª Legislatura (1919-1922).
Pertenceu ao PRM.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 17 fev. 1922. p. 2.

ARAÚJO, Vicente de

Banqueiro e empresário, nasceu em Dores do Indaiá, MG, a 14 de agosto de 1912, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 17 de dezembro de 1976. Filho do comerciante e agricultor Godofredo Araújo e de Maria das Dores Carneiro de Araújo.

Jovem ainda, trabalhou com seu pai em atividades agrícolas e comerciais e, em seguida, foi contínuo da agência do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais S.A. em sua terra natal. Em 1919, transferiu-se para Belo Horizonte, onde fez longa carreira no setor bancário. Levado para o Banco da Lavoura de Minas Gerais S.A. por seu primo José de Magalhães Pinto*, ali ocupou sucessivamente os cargos de Chefe da Carteira de Cobrança, Subgerente, Gerente e Assistente de Diretoria. Em 1954, com seu irmão Osvaldo de Araújo, adquiriu o controle acionário do Banco Mercantil de Minas Gerais S.A., depois Banco Mercantil do Brasil S.A., cuja Presidência exerceu até o fim da vida. Durante o Governo de José de Magalhães Pinto*, foi Presidente do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais S.A. (19/12/61-5/2/65), ao mesmo tempo que dirigia a Refrigerantes Minas Gerais S.A. e participava da administração de duas empresas imobiliárias e da Sociedade Comercial Agrícola Santa Luzia. Foi, ainda, membro da mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, Diretor da Fundação Universitária Mineira e da Associação Comercial de Minas, Presidente do Sindicato dos Bancos de Minas Gerais e Diretor da Federação Nacional de Bancos e do Automóvel Clube de Minas Gerais. Ao falecer, era Presidente da Associação de Bancos de Minas Gerais e de várias empresas subsidiárias do Banco Mercantil do Brasil.

Agraciado pela Associação Comercial de Minas com os títulos de Personalidade do Ano no setor financeiro e de Empresário do Ano e Destaque Nacional, em junho de 1975 recebeu homenagem especial da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, em agradecimento por sua atuação em benefício das economias paulista e mineira.

FONTES: *Diário de Minas*. Belo Horizonte, 20 dez. 1961. p. 3; 8 dez. 1979./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 18 dez. 1976. p. 8; 23 dez. 1976. p. 14; 1º jun. 1977. p. 3./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 2 jun. 1977. Diário do Legislativo. pp. 1-2.

ARAÚJO FILHO, Fidelcino Viana de

Político, médico e pecuarista, nasceu em Alcobaça, BA, a 14 de janeiro de 1911, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 27 de agosto de 1976. Filho de Fidelcino Viana de Araújo e de Isaura Ferreira. Casado com Eurídice Rodrigues Viana.

Fez o curso secundário em Salvador, BA, e formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1932.

Mudando-se para Minas Gerais logo depois de diplomado, exerceu a medicina em Umburatiba, Joaíma e Jequitinhonha. Desde 1935, destacou-se como pecuarista em Joaíma, Águas Formosas e Nanuque.

Deputado Estadual Constituinte de 1947 e na 1ª e 2ª Legislaturas (1947-1955), integrou as Comissões de Saúde Pública (1947-1952), de Estudos sobre o Ensino no Norte de Minas (1947), de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho (1953-1954), de Energia e de Transportes (1953-1954).

Pertenceu à UDN.

Como representante do Governo do Estado, fez parte do Conselho Regional do Serviço Social Rural. Na administração do Prefeito Celso Melo Azevedo* (1955-1959), dirigiu o Departamento de Abastecimento de Belo Horizonte. Foi membro do Centro de Estudos Econômicos da ACM e do Conselho Estadual de Economia e Administração.

FONTES: *Anais da Assembléia Constituinte*, 1947. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, s. d./ *Diário de Minas*, Belo Horizonte. 10 ago. 1960. p. 2./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 31 ago. 1978. p. 3./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 1º set. 1976, Diário do Legislativo. p. 3; 16 set. 1976, Diário do Legislativo. p. 6; 1º set. 1978, Diário do Legislativo. pp. 1-2.

ARGES, Said Paulo

Político, desportista e advogado, nasceu em Congonhas do Campo, Distrito de Ouro Preto (hoje cidade de Congonhas), MG, a 8 de outubro de 1905. Filho do comerciante libanês Paulo Antônio Salomão e de Maria Arges. Casado com Maria Aparecida Arges.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro, em Belo Horizonte, MG, e em Barbacena, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais em 1943.

Deputado Estadual na 4ª e 5ª Legislaturas (1959-1967) e na 7ª e 8ª (1971-1979), desempenhou as funções de 2º-Vice-Presidente (1961) e 2º-Secretário (1975) da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa; Vice-Líder do PSP (1960) e Líder do MDB (1971); Vice-Presidente (1959) e membro (1960) da Comissão Especial de Refinaria de Petróleo em Belo Horizonte e membro da Comissão Especial para Reforma da Lei de Organização Municipal (1960) e das Comissões de Siderurgia e Mineração (1972), de Segurança (1972-1974) e de Assuntos da Sudene e Estímulos Fiscais (1973-1974).

Pertenceu ao PSP.

FONTES: *Deputados Estaduais de Minas Gerais à 8ª Legislatura (1975-9)*. Convênio APM/UCMG. Coordenador: Caio C. Boschi./ *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 14 jan. 1959, p. 3; 31 dez. 1970, p. 3./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

ARMAND, Honório

Escritor, acadêmico e professor, nasceu em Barbacena, MG, a 27 de junho de 1891, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 12 de dezembro de 1958.

Fez os estudos secundários na sua terra natal.

Foi catedrático de Português no Colégio Estadual e na Escola Agro-Técnica de Barbacena. Membro da AML, sucedeu ao fundador Paulo Emílio da Silva Brandão na cadeira nº 38, patrocinada por Beatriz Francisca de Assis Brandão. Colaborou assiduamente em vários jornais de Minas e de outros Estados.

Publicou as obras *Gente rude* (1912); *Ignotae deae* (1918); *Perante o além* (coletânea de poemas, 1922); *Viagem silenciosa*; *Da terra ao paraíso*; *Dilema*; *Viagem interplanetária*; *Salvador que não salvou*; *Miragem*; *Histórias humildes*. Deixou inéditos vários cadernos de poemas. Foi consagrado o Príncipe dos Poetas Mineiros.

FONTES: AVELAR, Antônio Ribeiro de. *Figuras da Casa de Minas*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1960./Martins de Oliveira. *História da literatura mineira*. 2. ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 18 dez. 1958. p. 10; 21 dez. 1958. Diário da Assembléia. p. 18; 25 out. 1959. p. 13.

ARMANDO, Nicanor Neto

Político, magistrado e advogado, nasceu em Santa Rita do Rio Abaixo, Distrito de São João del-Rei (hoje cidade de Ritápolis), MG, a 13 de julho de 1908. Filho de Nicanor Neto Arcos e de Filomena Neto Armando. Casado com Hilda Pinto Neto Armando.

Fez o curso secundário no Ginásio Santo Antônio, de São João del-Rei, MG, e no Ginásio Mineiro de Barbacena, MG, e bacharelou-se pela FDUMG em 1932.

Em São João del-Rei, onde se fixou para advogar, foi Vereador à Câmara Municipal. Ingressando na Magistratura mineira, exerceu o cargo de Juiz de Direito das Comarcas de Resende Costa e Carandaí.

Suplente de Deputado Estadual, desempenhou o mandato em diversos períodos da 5ª Legislatura (1963-1967). Na Assembléia, foi Presidente da Comissão de Aquisição de Obras para a Biblioteca (1966) e membro da Comissão de Serviço Público Civil (1965).

Atuou na política seu primo Rafael Cirigliano, ex-Prefeito de Juiz de Fora.

Publicou as obras *Fraude a credores* e *A execução perante os tribunais*, editadas, em Belo Horizonte, pela Imprensa da UMG.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Iolanda Neto Armando. CEM/UFMG./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

ARREGUY FILHO, João Etienne

Escritor, acadêmico, jornalista e professor, nasceu em Caratinga, MG, a 30 de março de 1918. Filho de João Etienne Arreguy e de Maria da Glória D'Ávila Arreguy. É solteiro.

Fez o curso secundário no Colégio Arnaldo de Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela FDUMG em 1939.

Em 1935, ainda ginasiano, ingressou na redação de *O Diário*, órgão de inspiração católica que acabava de surgir na Capital mineira e no qual desempenhou todas as funções jornalísticas até aposentar-se como redator-chefe. Foi, ainda, na década de 40, cronista parlamentar do mesmo jornal na antiga Capital Federal, onde também editou o suplemento literário da *Tribuna da Imprensa*, e Diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais e da Associação Mineira de Imprensa.

Em Belo Horizonte, lecionou Português e História no Instituto Padre Machado (1941-1944) e História Contemporânea e Estética na Faculdade de Filosofia (1944-1945) e, no Rio de Janeiro, Literatura Brasileira na Faculdade de Filosofia Santa Úrsula e na Faculdade Nacional de Filosofia da UB, como assistente de Alceu Amoroso Lima, de quem era secretário (1951). Desde 1953, é professor de História Geral, História do Brasil e Português no Colégio Estadual Mílton Campos, de Belo Horizonte, e, a partir de 1959, professor de História do Teatro Português e Brasileiro no curso de Teatro da UFMG. Em 1958, ministrou aulas de Português na TV Itacolomi, da Capital mineira, e no ano seguinte, a convite do MEC, um curso de didática especial de História para professores da disciplina.

Manteve intensa colaboração em temas literários no *Estado de S. Paulo* e na *Folha da Manhã*, da Capital paulista, e em *A Ordem*, na *Revista Brasileira*, da ABL, na *Revista do Livro*, do Instituto Nacional do Livro, e nos *Cadernos da Hora Presente*, todos do Rio de Janeiro. Em Minas Gerais fundou e dirigiu a revista literária *Mensagem* em suas três fases e participou da fundação de *Tentativa*, outra publicação do gênero. Integrou a delegação mineira no I Congresso Brasileiro de Escritores (São Paulo, SP, 1945), a comissão nacional para as comemorações do quarto centenário de Cervantes (1947) e a diretoria da União Latino-Americana de Imprensa Católica (1959-1962). Desde janeiro de 1960, é membro da AML, como ocupante da cadeira nº 10, patrocinada por Cláudio Manuel da Costa.

Publicou as obras *Dia e noite* (poesia), Rio de Janeiro, Agir, 1947; *As desesperanças* (poesia), Belo Horizonte, Itatiaia, 1957; *Euclides da Cunha*, Rio de Janeiro, Agir, 1960 (Coleção Nossos Clássicos, 54); *Saudação a Valdemar Versiani dos Anjos*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1969; *Discurso de posse na Academia Mineira de Letras*, Belo Horizonte, Gráfica Sion, 1970; *Os tristes* (contos), Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1971; *João Alphonsus*, Rio de Janeiro, Agir, 1971 (Coleção Nossos Clássicos, 102); *Sobre os Amadis de Gaula*, Rio de Janeiro, 1970. Separata de Português - Boletim Trimestral de Língua e Literatura. Rio de Janeiro, 2(3), ago. 1970; *Ciro dos Anjos*, Rio de Janeiro, 1970. Separata de Português - Boletim Trimestral de Língua e Literatura. Rio de Janeiro, 2(4), out. 1970; *Oração de paraninfo*, Belo Horizonte, Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte, 1975; *Saudação a Edgar de Godói da Mata Machado*, Belo Horizonte, 1975; e as traduções *Uma aventura nos trópicos*, de Vick Baun, Rio de Janeiro, J. Olympio, e *Paul Claudel*, de Louis Barjon, Belo Horizonte, Itatiaia (col. Mílton Amado).

Estado de Minas

João Etienne Arreguy Filho, ao centro

Tem em preparo os livros *Clima de montanha e outros climas* (ensaios), *Diário I* (O tempo é cruel), *A esposa de prata* (contos) e *Eunice* (romance).

FONTES: COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 30 mar. 1978, 2ª seção. p. 1./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 21 jan. 1960. p. 27; 7 maio 1971, Diário da Assembléia. p. 3./Martins de Oliveira. *História da literatura mineira*. 2. ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

ARRUDA, Rubem de Andrade

Oficial da Marinha e médico, nasceu em Minas Gerais a 28 de dezembro de 1933.

Bacharelou-se em Medicina. Fez os cursos de Radiologia Clínica do Tórax; *Manual of the Medical Department one and two* - National Naval Medical Center - USA - Medical School Bethesda Maryland - USA (1961 e 1965). Pós-graduou-se em Urologia pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado da Guanabara (1965-1967).

Logo após o término do curso de Medicina, ingressou na Marinha como oficial médico, sendo promovido a 1º Tenente em 25 de agosto de 1968. Fez o curso Básico da Escola de Guerra Naval, o Superior de Guerra Naval e o de Assuntos Básicos da Escola de Guerra Naval do Ministério da Marinha (1972). Foi promovido a Contra-Almirante, em 31 de março de 1988.

Fez os cursos de Radiologia e Radiologia de Vias Biliares do Hospital Naval Nossa Senhora da Glória (1967), o 1º Curso de Biometria Médica do Hospital Central da Marinha, Rio de Janeiro (1979), Curso Expedito de Fundamentos e Métodos de Pesquisa em Medicina, Cirurgia Experimental e Administração Hospitalar, pela Escola de Saúde, no Centro Médico Naval do Rio de Janeiro (1982), e Aperfeiçoamento de Urologia para Oficiais.

Exerceu em sua carreira cargos em comissões na Assistência Médica Social da Armada; na Corveta Mearim; no Rebocador Tritão; no Rebocador Triunfo; no Centro de Instrução e Adestramento Aeronaval; no Hospital Central da Marinha; na Comissão Naval Brasileira em Washington; no Hospital Naval Marcílio Dias; na Escola de Guerra Naval; na Diretoria de Saúde da Marinha; no Hospital Naval Nossa Senhora da Glória; no Centro Médico Naval do Rio de Janeiro e, na Policlínica Naval Nossa Senhora da Glória.

Foi Diretor do Hospital Naval da Policlínica Naval Nossa Senhora da Glória e do Hospital Naval Marcílio Dias e Vice-Diretor do Hospital Central da Marinha.

Recebeu várias condecorações, entre elas, Medalha Militar de Bronze, Medalha Mérito Tamandaré, Medalha Militar de Prata, Medalha Ordem do Mérito Militar (Grau de oficial), Medalha Ordem do Mérito Judiciário Militar (distinção) e Medalha do Pacificador.

FONTE: Dados informados pelo Ministério da Marinha.

ARTUR FAGUNDES ver OLIVEIRA, Artur Fagundes

ASSAD, Mário

Político, advogado e professor, nasceu em Manhuaçu, MG, a 20 de janeiro de 1925. Filho do comerciante José Assad e de Maria Assad. Casado com Nedy Vieira Assad.

Fez os estudos secundários no Colégio Evangélico (Presidente Soares, MG) e em sua terra natal e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil (Rio de Janeiro, DF) em 1950. Quando ginasiano, foi Presidente do Centro de Ensaios Oratórios do Grêmio Literário Cícero Siqueira, de Presidente Soares; mais tarde, foi líder universitário no Rio de Janeiro.

Advogou em várias comarcas mineiras. Em Manhuaçu, presidiu o Clube dos Advogados e foi Vice-Presidente da Subsecretaria da OAB. Na mesma cidade, lecionou História, Filosofia da Educação e Sociologia Educacional.

No Governo José Francisco Bias Fortes*, exerceu os cargos de Chefe de Gabinete do Secretário de Estado do Interior e Justiça (1959-1960) e de Delegado do Instituto do Açúcar e do Álcool no Estado de Minas Gerais (1962-1963).

Suplente de Deputado Estadual na 5ª Legislatura (1963-1967), cumpriu o mandato de agosto a setembro de 1964, substituindo a Artur Fagundes de Oliveira*, e em setembro de 1965, em substituição a Cícero Dumont*.

Deputado Estadual da 6ª à 9ª Legislaturas (1967-1983), na Assembléia Legislativa foi 2º-Vice-Presidente da Mesa (1971-1972); Vice-Líder da Arena e do Governo (1967); Presidente da Comissão de Constituição e Justiça (1974); Vice-Presidente das Comissões de Serviço Público (1968) e de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas (1973-1974); membro das Comissões de Constituição, Legislação e Justiça (1969), de Economia e Obras Públicas (1973 e 1974) e da Comissão Diretora do Instituto de Estudos Parlamentares (1970). Foi também suplente das Comissões de Redação (1967; 1973-1974), de Constituição, Legislação e Justiça (1968; 1970); de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (1969), de Finanças e Orçamento (1973-1974) e de Assuntos da Sudene e Estímulos Fiscais (1974).

De março de 1975 a maio de 1978, licenciou-se da Assembléia para dirigir a Secretaria de Estado do Trabalho, Ação Social e Desportos no Governo Antônio Aureliano Chaves de Mendonça*.

Em novembro de 1982, elegeu-se Deputado Federal para o período 1983-1987, tendo sido, na Câmara dos Deputados, Vice-Líder do PDS (1983), titular da Comissão de Constituição e Justiça (1983-1986), Vice-Presidente da Comissão Mista Destinada a Apreciar a Mensagem Presidencial de Convocação da Assembléia Nacional Constituinte (1985) e Vice-Líder do PFL (1987). Foi, ainda, suplente da Comissão de Trabalho e Legislação Social (1983-1987), da CPI sobre as relações econômicas Brasil-Polônia (1986) e da Comissão Especial da Reforma Agrária (1985).

Em 1986, elegeu-se Deputado Federal Constituinte e para o quadriênio 1987-1991. Foi Presidente da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher (1987), titular da Comissão de Sistematização (1987-1988) e suplente da Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios e da Comissão de Organização do Estado (1987).

Na Câmara dos Deputados, foi Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano, Interior e do Índio (1989-1990), Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (1990-1991), além de ter sido suplente da Comissão Especial sobre Normas Gerais de Proteção à Infância e à Juventude e sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (1989-1990) e também da Comissão de Viação, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Interior (1990-1991).

Representou o Brasil na Reunião de Parlamentares em Portugal (1985) e no Congresso Parlamentar em Damasco, Síria (1986). Foi também membro do Conselho Superior das Autarquias da Prefeitura de Belo Horizonte.

Em 1990, reelegeu-se Deputado Federal para o período 1991-1995.

Licenciou-se da Câmara dos Deputados em 18 de março de 1991 para assumir o cargo de Secretário de Estado da Justiça no Governo Hélio Carvalho Garcia*.

Publicou *Problemata, Uma Aspiração Realizada* e *Multinacionais e o Desenvolvimento do Brasil*. Brasília, CEGRAF, 1988.

Filiado ao PFL. Pertenceu ao PR, à Arena e ao PDS.

FONTES: *Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais*. Arquivo. Ficha biográfica./ *Dados biográficos*. Informante: Mário Assad. CEM/UFMG./*Deputados Estaduais de Minas Gerais À 8ª Legislatura (1975-9)*. Ficha biográfica. Convênio APM/UCMG. Coordenador: Caio C. Boschi. /*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 12 jan. 1967. p. 3./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1º fev. 1975. p. 3; 15 mar. 1975, Suplemento Especial. p. 9./ FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 12 fev. 1960. p. 11; 16 mar. 1975. p. 6./BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Assembléia Nacional Constituinte - 1987*: repertório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. 2ª ed. Brasília, 1989. pp. 580-581./BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Deputados Brasileiros*: repertório biográfico. 49ª Legislatura 1991-1995. Brasília, 1991. pp. 447-448.

ASSUNÇÃO, Aníbal de Paiva

Político e médico, nasceu em Caldas, MG, a 20 de janeiro de 1890. Filho do Coronel da Guarda Nacional José Ferreira D'Assunção e de Maria Paiva Assunção. Casado com Hilda de Assis Assunção.

Fez os estudos secundários no Ginásio Nogueira da Gama, em Jacareí, SP, e formou-se pela FMRJ em 1913.

Foi Vereador por Caldas (1918), Vice-Presidente e Presidente temporário da Câmara e Agente Executivo Municipal e Deputado Estadual para a 8ª, 9ª e 10a Legislaturas (1919-1930).

Pertenceu ao PRM.

Atuaram na política seu tio Francisco Álvaro Bueno de Paiva* e seu primo Júlio Bueno Brandão*.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Aníbal de Paiva Assunção. CEM/UFMG.

ASSUNÇÃO, Lúcio de Sousa

Secretário de Estado, engenheiro e empresário, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 2 de março de 1930. Filho do engenheiro Vicente Assunção e de Adélia de Sousa Assunção. Casado com Marisa de Godói Assunção.

Fez os estudos secundários no Colégio São José, Rio de Janeiro, DF, e diplomou-se pela Escola de Engenharia da UMG, em 1953. Estagiou no Departamento de Custos e Organização Industrial da Aero-Commander Corporation, em Oklahoma City, EUA (1963), na Usiminas, na Usina Siderúrgica Nacional e na Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Posteriormente, freqüentou o ciclo de estudos da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (1966) e o curso de Treinamento em Desenvolvimento Econômico da Comissão Econômica para a América Latina – Cepal.

Engenheiro da Centrais Elétricas de Minas Gerais - Cemig - de 1953 a 1955, participou das obras de construção das Usinas de Salto Grande, Itutinga, Tronqueiras e Cajuru e foi Diretor da firma Estruturas de Concreto Ltda, da Líder Táxi Aéreo e da Larco Construtora Ltda.

Em 1971, ocupou a Presidência do BDMG (1971/74) e, em seguida, exerceu o cargo de Secretário Estadual da Fazenda do Governo de Rondon Pacheco* (18/3/1974-15/3/1975). Foi, ainda, Presidente da Açominas, da Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento - ABDE (1972-1974) -, do Conselho de Administração da Fiat Automóveis S.A. e do Conselho de Política Financeira do Estado de Minas Gerais (1980-1983). Tornou-se Diretor do Departamento Econômico do Sindicato da Indústria da Construção Civil, do Departamento de Desenvolvimento da Usiminas (1976-1979), Assessor do Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, além de Vice-Presidente da Associação Comercial de Minas (1985-1987), da qual foi eleito Presidente, em 1988.

Estado de Minas

Lúcio de Sousa Assunção, maio de 1988

FONTES: Dados biográficos. Informante: Lúcio de Sousa Assunção. CEM-UFMG/ DCP-ALEMG./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 23 mar. 1971. p. 3; 8 dez. 1974. p. 9./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 19 mar. 1974. p. 3; 15 mar. 1975. Suplemento Especial. p. 9./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 19 mar. 1974. p. 6.

ATAÍDE, Geraldo

Político, advogado e pecuarista, nasceu em Coração de Jesus, MG, a 1º de maio de 1913, e faleceu em Montes Claros, MG. Filho de Francisco Versiani Ataíde e de Alda Prates Ataíde. Casado com Maria da Conceição Prates Ataíde.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro de Barbacena, MG, e bacharelou-se pela FNDUB em 1938.

Deputado Estadual Constituinte e na 1ª Legislatura (1947-1951), fez parte das Comissões de Trabalho e Ordem Social (1947) e de Assuntos Municipais e Interestaduais (1950) e das Comissões Especiais de estudos sobre o ensino no Norte de Minas (1947) e de estudos para o aproveitamento do Vale do São Francisco (1948-1949). Posteriormente, foi Vereador por Montes Claros, Presidente da Câmara e Prefeito do município (1963-1967).

Pertenceu ao PSD Independente (grupo Carlos Luz) e elegeu-se Deputado sob a legenda da UDN.

Atuaram na política os tios de sua mulher Luís Mílton Prates* e Camilo Filinto Prates*.

FONTES: *Anais da Assembléia Constituinte de 1947*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 2:587-600, s. d./*Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Montes Claros/Hermes Augusto de Paula. CEM/UFMG./ PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes*. Rio de Janeiro, IBGE, 1957./VIANA, Nélson. *Efemérides montes-clarenses 1907-1962*. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1964.

ATAÍDE, Valter Geraldo de Azevedo

Político, jornalista e empresário, nasceu em Barbacena, MG, a 23 de abril de 1910, e faleceu no Rio de Janeiro, GB, em maio de 1967. Filho de José Antônio de Azevedo Ataíde e de Dalila Guimarães de Azevedo Ataíde. Casado com Amélia Mota Ataíde.

No Rio de Janeiro, fez o curso secundário no Instituto Lafayette e bacharelou-se em Direito.

Em Nova Friburgo, RJ, exerceu o jornalismo. Em 1939, transferiu residência para Belo Horizonte, MG, onde desenvolveu atividades comerciais e industriais. Foi Diretor da Rede Ferroviária Federal e membro da Junta Comercial do Estado da Guanabara.

Elegeu-se Deputado Federal para a 39ª, 40ª e 41ª Legislaturas (1951-1963).

Pertenceu ao PTB, que dirigiu em Minas Gerais e de cuja Comissão Executiva Nacional fez parte.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 11 maio 1967. p. 5./*Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

AUGUSTO DE LIMA ver LIMA, Bernardino Augusto de

AURELIANO CHAVES ver MENDONÇA, Antônio Aureliano Chaves de

AVELAR, João Antônio de

Político, médico e jornalista, nasceu no arraial de Sete Lagoas, Província de Minas Gerais, a 8 de dezembro de 1858, e faleceu na já então cidade de Sete Lagoas, a 21 de agosto de 1914. Filho do Tenente-Coronel da Guarda Nacional João Antônio de Avelar e de Matilde Carolina de Avelar. Casado com Francisca Ferreira de Avelar.

Fez os estudos secundários em Curvelo, MG, e em Sete Lagoas, os preparatórios em Ouro Preto, MG, e o superior no Rio de Janeiro, onde se doutorou pela FMRJ em 1885.

Voltando à terra natal para exercer a clínica médica, foi Vereador de 1893 à 1899, Presidente da Câmara em diversos períodos e Agente Executivo Municipal.

Elegeu-se Deputado ao Congresso Constituinte Federal e para a 1ª Legislatura (1891-1893) e Senador Estadual na 3ª Legislatura (1899-1902), na vaga de João Nepomuceno Kubitschek*, por ter sido este nomeado Diretor da Imprensa Oficial. Propagandista da Abolição e da República, participou também da Campanha Civilista em Minas Gerais. Fundou os jornais *Sete Lagoas* e *O Reflexo*, foi redator de *O Sete Lagoano* e colaborou nas folhas civilistas de sua cidade *O Protesto* e *Reação*. Em Sete Lagoas foi, ainda, Diretor e Professor da Escola Normal, Delegado de Higiene por mais de 20 anos, um dos fundadores do Hospital Nossa Senhora das Graças e o primeiro Juiz de Paz de seu distrito.

Publicou *Diagnóstico e tratamento das paralisias de origem bulbar*, Rio, Tip. Hamburguesa, 1884 (tese de doutoramento); *Art-nouveau* (contos); *A filha ignorada* (drama); *O acabamento de capina* (comédia); *Por causa do nome* (comédia); *Homônimos* (comédia) e *O lobisomem* (comédia).

Atuaram na política seus netos Renato Mário de Avelar Azevedo* e Afrânio Avelar Marques*.

FONTES: *Anais do Senado Federal*. 1914. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 4: 258-9, 1917./*Anais do Senador Mineiro*. 1914. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, s. n.: 130-1, 1914./*Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Sete Lagoas/Isis da Silva Oliveira. CEM/UFMG./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 26 e 27 nov. 1967. p. 1/ ABRANCHES, Dunshee de. *Governo e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917*. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 1/*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 22 ago. 1914. p. 3./PAULA, Almênio José de & Ferreira, Saturnino G. *Figuras notáveis de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Pioneiros e Expoentes Editorial 1973-4./VELHO SOBRINHO, João Francisco. *Dicionário biobibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro, s.ed., 1937. v.1.

ÁVILA, Vainer Carvalho

Político e advogado, nasceu em São João del-Rei, MG, a 13 de maio de 1940. Filho de Evandro Ávila e de Durvalina Carvalho Ávila. Casado com Regina Maria Oliveira Faria de Carvalho Ávila.

Bacharelando-se em Direito pela Universidade Católica de Minas Gerais em 1966, foi o orador oficial da turma. Quando universitário, conquistou o primeiro lugar no Concurso Nacional de Oratória (1964), e no Concurso de Oratória Kristoff Kalay obteve o prêmio de viagem ao exterior (1965).

Exercendo a profissão em sua terra natal, presidiu à 37ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil por dois períodos (1972-1974;1974-1976) e tornou-se membro da Academia de Letras de São João del-Rei, da Fundação Municipal de São João del-Rei e do Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes. De 1971 a 1973, foi Vereador à Câmara Municipal de São João del-Rei.

Em 1982, elegeu-se Deputado Estadual para a 10ª Legislatura (1983-1987). Na Assembléia foi membro efetivo das Comissões de Constituição e Justiça (1983-1985) e de Redação (1983-1985).

Pertenceu ao MDB e ao Partido Popular e, posteriormente, filiou-se ao PMDB, agremiações todas por ele fundadas em São João del-Rei.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Diretoria de Relações Públicas. Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. CEM/ UFMG.

ÁVILA, Wanderley Geraldo de

Político e professor, nasceu em Joaquim Felício, MG, a 19 de outubro de 1949. Filho do militar Álvaro Gabriel de Ávila Júnior e da professora Maria Francisca da Conceição Ávila. Casado com a professora Marisa de Oliveira Ávila.

Concluiu o curso secundário no Colégio Tiradentes, em Belo Horizonte, e os cursos superiores de Letras e de Direito na PUC-MG e na Faculdade do Norte de Minas, em Montes Claros, respectivamente.

Lecionou em Várzea da Palma, depois de aprovado em concurso pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Diamantina. Posteriormente, dirigiu o Colégio São João Batista, em Pirapora, MG.

Iniciou sua carreira política como Prefeito do Município de Pirapora (1983-1988) e em 1990 elegeu-se Deputado Estadual para a 12ª Legislatura (1991-1995). Na Assembléia é membro efetivo da Comissão de Meio Ambiente e suplente das Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização, de Defesa Social e de Redação.

Filiado ao PSDB, pertenceu ao MDB e ao PMDB.

Publicou diversos artigos no jornal *Corrente*, de Pirapora.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado. CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

AZEREDO, Eduardo Brandão de

Prefeito de Belo Horizonte, engenheiro e analista de sistemas, nasceu em Belo Horizonte, a 9 de setembro de 1948. Filho de Renato Mário de Avelar Azeredo e de Rute Brandão de Azeredo. Casado com Heloísa Maria Penido de Azeredo.

Bacharelou-se em Engenharia Mecânica pelo Instituto Politécnico da Universidade Católica de Minas Gerais - IPUC -MG, em 1971, com curso de extensão em Engenharia Econômica pela Fundação Dom Cabral, daquela universidade. Em 1972, concluiu o curso de Análise de Sistema da IBM do Brasil, instituição em que trabalhou como analista de sistemas assessor, durante 11 anos.

Enquanto estudante, exerceu a função de Secretário do Diretório Acadêmico do IPUC.

Ocupou o cargo de Diretor-Presidente da Companhia de Processamentos de Dados do Estado de Minas Gerais - Prodemge - durante os Governos Tancredo de Almeida Neves* (1983-1984) e Hélio Carvalho Garcia* (1984-1987) e presidiu à Associação Brasileira de Empresas Estaduais de Processamento de Dados - ABEP -, nos mandatos de 1985-1986 e de 1986-1987. Foi Superintendente Regional da Datamec em Minas Gerais (1987-1988) e, no biênio 1989-1990, foi Presidente da Empresa de Processamento de Dados do Município de Belo Horizonte S.A. - Prodabel.

Exerceu a Chefia de Gabinete da 2ª-Secretaria da Assembléia Legislativa de Minas Gerais e a direção da Sociedade Mineira de Engenheiros.

Eleito ao cargo de Vice-Prefeito de Belo Horizonte em 1989, com a renúncia do Prefeito João Pimenta da Veiga Filho* para candidatar-se ao governo do Estado, assume a prefeitura a partir de 1990.

Foi fundador do PSDB e membro do Diretório Nacional do partido.

Atuaram também na política seu pai Renato Azeredo* e seu irmão Álvaro Azeredo.

Estado de Minas

Eduardo Brandão de Azeredo

FONTE: Dados fornecidos pelo biografado./ CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

AZEREDO, Renato Mário de Avelar

Político, advogado e funcionário público, nasceu em Sete Lagoas, MG, a 9 de outubro de 1919, e faleceu a 16 de julho de 1983, em São Paulo, SP. Filho do servidor estadual, político e farmacêutico José Santos de Azeredo Coutinho e de Eponina de Avelar de Azeredo. Casado com Rute Brandão de Azeredo.

Fez o curso secundário nos Colégios Dom Silvério de Sete Lagoas e Arnaldo, de Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela FDUMG em 1944. Quando estudante, exerceu a Presidência da União Universitária Mineira.

Foi Prefeito nomeado de Santo Antônio do Monte, MG, (1945-1946). Deputado Estadual na 3ª e 4ª Legislaturas (1955-1963), exerceu os cargos de Líder do PSD (1959) e Presidente (1962) e membro (1955-1958;1961) da Comissão de Assuntos Municipais e Interestaduais. Esteve licenciado da Assembléia de maio de 1960 a fevereiro de 1962 para ocupar a Subchefia da Casa Civil da Presidência da República, no Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira*.

Eleito Deputado Federal da 42ª à 46ª Legislaturas (1963-1982), fez parte das Comissões de Orçamento, do Vale do São Francisco e de Agricultura e Política Rural, tendo a esta presidido. De 1979 a 1981, ocupou a 2ª-Vice-Presidência da Câmara. Participou das representações brasileiras na posse do Presidente do Panamá (1956), na assembléia da FAO (Roma, 1959) e na reunião da Associação Interparlamentar realizada em Paris (1971).

Pertenceu ao PSD, ao MDB, ao Partido Popular e ao PMDB. Ao lado das atividades políticas, exerceu as de advogado liberal (1944-1950), agente fiscal de Rendas e advogado fiscal do Estado (1945-1949), e de advogado da Assistência Judiciária de Belo Horizonte (1949-1954), do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (1954-1968) e do Departamento Jurídico do Estado. Em 1946 chefiou o Gabinete do Secretário Estadual das Finanças e, de 1951 a 1954, integrou o Gabinete do Governador Juscelino Kubitschek de Oliveira*.

Eleito Deputado Federal para a 10ª Legislatura (1983-1987), licenciou-se para assumir a Secretaria de Governo e Coordenação Política do Governador Tancredo de Almeida Neves*.

Além de seu filho, Eduardo Brandão de Azeredo*, atuaram na política seu avô João Antônio de Avelar* e seus primos Afrânio Avelar Marques e Lindouro de Avelar, que foram prefeitos, respectivamente, de Sete Lagoas e Lagoa Santa, MG.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Maria da Conceição Azeredo; Prefeitura Municipal de Sete Lagoas/Isis da Silva Oliveira. CEM/UFMG./*Deputados brasileiros*; repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 6ª Legislatura (1967-71). Brasília. Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1968; 7ª Legislatura (1971-5). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1971; 8ª Legislatura (1975-9). 2. ed. Brasília, Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação, 1976./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 12 dez. 1954. p. 7./ FLEISCHER, Davi V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte.

AZEVEDO, Ananias Varela de

Magistrado e advogado, nasceu na então Província de Minas Gerais e era filho de Manuel Lourenço de Azevedo.

Fez os estudos secundários no Ginásio Mineiro, em Barbacena e na cidade de Minas (hoje Belo Horizonte), e o superior na FLDMG, pela qual se bacharelou em 1905.

Depois de exercer a advocacia, ingressou na Magistratura mineira, tendo sido Juiz de Direito, sucessivamente das Comarcas de Peçanha (1921), São João Nepomuceno (1926), Uberlândia (1941) e São João Del-Rei (1942). Em janeiro de 1946, foi promovido a Desembargador, com assento na 2ª Câmara Cível do Tribunal de Apelação.

FONTES: *O Diário*, Belo Horizonte, 6 jan. 1946. p. 3./*Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais*. Secretaria, Ficha funcional./ *Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

AZEVEDO, Celso Melo de

Político, engenheiro e empresário, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 2 de julho de 1915. Filho do construtor Francisco de Azevedo e de Maria Antonieta Melo de Azevedo. Casado com Dalca Furtado de Azevedo.

Fez os estudos secundários em Belo Horizonte, onde se formou pela Escola de Engenharia da UMG, em 1940.

Prefeito eleito de Belo Horizonte, exerceu o mandato de 31 de janeiro de 1955 a 31 de janeiro de 1959, período em que também presidiu à Associação Brasileira de Municípios e à Associação Mineira de Municípios. No Governo Magalhães Pinto* foi Presidente

da Centrais Elétricas de Minas Gerais - Cemig (1961-1965), tendo criado a Eletrificação Rural de Minas Gerais - Ermig.

Nomeado Secretário Estadual da Viação e Obras Públicas em 1962, não aceitou o cargo porque participava de empresa construtora que mantinha contratos com a repartição. Secretário do Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais de janeiro a agosto de 1964, só voltaria a atuar na vida pública durante o Governo Francelino Pereira dos Santos*, primeiro como Presidente da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais S.A. (4/4/79-18/2/82) e, a seguir, como Secretário Estadual de Obras Públicas.

Pertenceu ao PDC, à UDN e à Arena, filiando-se, posteriormente, ao PDS.

No campo profissional, trabalhou como engenheiro da Construtora Bicalho e da Construtora Barbosa Melo Scarpelli (1940-1943), e fundou a firma Melo de Azevedo & Cia. (1943), mais tarde transformada em Construtora Melo de Azevedo S.A., da qual foi Presidente. Presidiu, ainda, à Deutz-Minas S.A. - Fábrica de Tratores, à Industrial Café do Brasil - Socafé - , à Rádio Jornal de Minas e ao jornal *O Diário*, de Belo Horizonte, e integrou a diretoria do Banco Agrícola de Minas Gerais S.A.

Estado de Minas

Celso Melo de Azevedo

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral; Centrais Elétricas de Minas S.A - Cemig. CEM/UFMG./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 26 jun. 1962. p. 3; 10 jun. 1962. p. 3; 30 jan. 1964. p. 3./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1° fev. 1955. p. 5./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 2 fev. 1955. p. 8; 30 jan. 1964. p. 14; 5 fev. 1964. p. 7; 5 abr. 1979. p. 4./*O Diário*, Belo Horizonte, 30 jan. 1964. p. 3.

AZEVEDO, Fernando de

Escritor, acadêmico, educador e humanista, nasceu em São Sebastião do Cambuquira, Distrito de Três Corações (hoje cidade de Cambuquira), MG, a 2 de abril de 1894, e faleceu em São Paulo, SP, a 18 de setembro de 1974. Filho de Francisco Eugênio de Azevedo Júnior e de Sara Almeida de Azevedo.

Concluídos os estudos secundários no Colégio Anchieta, em Nova Friburgo, RJ, fez o noviciado da Companhia de Jesus em Campanha, MG, e, depois, no Colégio São Luís, de Itu, SP, onde veio a renunciar à vida religiosa. Iniciou então o curso de Direito no Rio de Janeiro, DF, prosseguiu-o em Belo Horizonte, MG, e concluiu-o na FDSP, pela qual se bacharelou em Ciências Jurídicas e Sociais em 1919.

Professor de Latim e Psicologia no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte de 1914 a 1917, em seguida lecionou as mesmas matérias na Escola Normal da Capital paulista, dedicando-se também ao jornalismo como crítico literário do *Correio Paulistano* e de *O Estado de S. Paulo*. Na época, levantou um grande inquérito sobre a instrução pública, com o objetivo de demonstrar a necessidade de criação da Universidade. O movimento tomou dimensões nacionais e motivou reformas do ensino em vários Estados, inclusive a de Francisco Campos em Minas Gerais (1927). À frente da Instrução Pública do Rio de Janeiro, em 1929 promoveu a modernização do ensino do então Distrito Federal. Retornando posteriormente a São Paulo, deu continuidade ao trabalho de pedagogo e jornalista.

Em 1931, fundou e organizou a Biblioteca Pedagógica Brasileira e a Coleção Brasiliana da Companhia Editora Nacional, tendo dirigido a segunda até 1956. Em 1933, assumiu as funções de Diretor-Geral da Instrução Pública de São Paulo e, como tal, dotou o Estado de um Código de Educação. Foi, ainda, o fundador e primeiro Diretor do Instituto de Educação da cidade de São Paulo. Relator e redator do Manifesto da Escola Nova (1932), participou do movimento de fundação da Universidade de São Paulo (1934), cuja Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras dirigiu de 1941 a 1943, ao mesmo tempo que regia a cadeira de Sociologia. Exerceu, a seguir, os cargos de Secretário da Educação e Saúde do Estado de São Paulo (1945) e Secretário da Educação e Cultura da Prefeitura de São Paulo (1961). Em 1968, tornou-se membro da ABL, como terceiro ocupante da cadeira n° 14, fundada por Clóvis Beviláqua e patrocinada por Franklin Távora.

Deixou as obras *Princípios de Sociologia* (1. ed. 1931; 7. ed. 1958); *A Cultura Brasileira* (originalmente escrita como introdução às publicações do Recenseamento Geral de 1949), edição brasileira de 1971, com duas edições norte-americanas; *Canaviais e Engenhos na Vida Política do Brasil* (1948); *Um Trem Corre para o Oeste* (1950); *A Educação na Encruzilhada* (3. ed. 1960); *Sociologia Educacional* (7. ed. 1965); *História da Minha Vida* (1971). Em 1956 orientou e dirigiu a edição da obra coletiva *As Ciências no Brasil*.

FONTES: *Enciclopédia Mirador Internacional*. São Paulo/Rio de Janeiro, Enciclopédia do Brasil Publicações, 1979. v. 3./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito.* Arquivo.

AZEVEDO, Francisco Bressane de (dito Coronel Pisca-Pisca)

Político, professor, jornalista, nasceu na freguesia de São Gonçalo de Campanha, Província de Minas Gerais (hoje cidade de São Gonçalo do Sapucaí), a 21 de abril de 1859, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 6 de novembro de 1927. Filho do agricultor João Francisco de Azevedo e de Joaquina Cândida Bressane.

Iniciou os estudos no Colégio Lobato, de Campanha, e prosseguiu-os em diversos colégios de Portugal, país natal de seu pai.

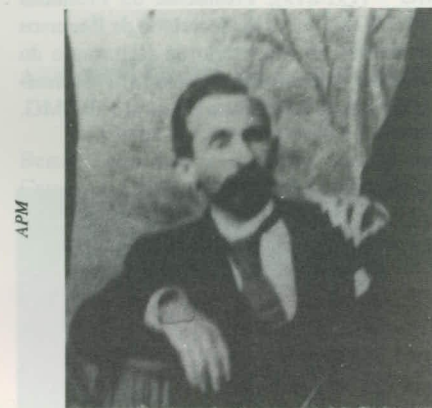
Em São Gonçalo do Sapucaí foi empregado no comércio, professor e jornalista, criou o Colégio São Gonçalo e, como republicano histórico, organizou um dos primeiros clubes republicanos da região sul-mineira. Também ali, exerceu o mandato de Vereador, foi Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal. Defendeu as causas abolicionista e republicana nos jornais *O Colombo* e *Gazeta do Sul de Minas*. Alcançados esses objetivos, envolveu-se no movimento separatista, que pretendia a criação do Estado do Sul de Minas.

Deputado Estadual na 2ª Legislatura (1895-1898), fez parte da Comissão de Instrução Pública. A conselho médico, em 1895 mudou-se de Ouro Preto para a nova Capital, em construção, no arraial do Curral del-Rei, onde, com Azevedo Júnior e Mariano Ribeiro de Abreu*, fundou *A Capital*, o segundo jornal diário a circular na Cidade de Minas (atual Belo Horizonte). Na sucessão de Crispim Jacques Bias Fortes*, sustentou a candidatura de Francisco Silviano de Almeida Brandão*, que, ao se empossar no Governo mineiro, nomeou-o Oficial-de-Gabinete. De 1899 a 1902, dirigiu a Imprensa Oficial e, de setembro de 1902 a outubro de 1905, exerceu o cargo de Prefeito de Belo Horizonte.

Em seguida elegeu-se Deputado Federal da 6ª à 10ª Legislaturas (1906-1920).

Pertenceu ao PRM, cujo primeiro programa ajudou a elaborar.

Durante 20 anos ocupou a Secretaria da Comissão Executiva do Partido, a "Tarasca". Era conhecido como Coronel Bressane, ou simplesmente Coronel, e apelidado Coronel Pisca-Pisca pelos adversários, em alusão a um seu sestro visual. Em 1918, com a ascensão de Artur da Silva Bernardes* à Presidência de Minas Gerais, em razão de suas notórias ligações com Francisco Antônio de Sales* entrou em ostracismo do qual só emergiu no Governo Fernando de Melo Viana* (1924-1926) que o fez Inspetor das Escolas Normais do Estado.

APM

Francisco Bressane de Azevedo

FONTES: CARVALHO, Daniel de. *Capítulos de Memórias*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1957./*Dados Biográficos*. Informante: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais/J. Seixas Sobrinho. CEM/UFMG./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 9 nov. 1927. pp. 1-2/ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917*. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 2./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 21 abr. 1924. pp. 4-5; 21 abr. 1935. pp. 4-5; 21 abr. 1942. p. 8; 17 dez. 1959. pp. 11-12/SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

AZEVEDO, Francisco Humberto de Freitas

Político e médico-cirurgião, nasceu em Uberlândia, a 29 de janeiro de 1946. Filho do fazendeiro Afrânio Francisco Azevedo e de Joaninha de Freitas Azevedo. Casado com Maria Inês Naves de Freitas Azevedo.

Concluiu seu curso secundário na Escola Prof. Leôncio Ferreira do Amaral, Uberlândia, MG, em 1966, e graduou-se em Medicina pela Escola de Medicina e Cirurgia da Universidade Federal de Uberlândia, em 1973.

Durante toda a sua vida estudantil, participou de grêmios e centros cívicos, tendo sido Diretor da União dos Estudantes Secundaristas de Uberlândia - UESU (1963-1964) e fundador e 1°-Vice-Presidente do Diretório Acadêmico Domingos Pimentel de Ulhoa, da Escola de Medicina de Uberlândia.

Filiado ao PDT, foi eleito Deputado Federal Constituinte e para o período de 1987-1991, tendo sido, na Assembléia Nacional Constituinte, membro das comissões que trataram de assuntos referentes a Agricultura e Política Rural; Desenvolvimento Urbano, Interior e Índio; Saúde, Previdência e Assistência Social, além de suplente da CPI destinada à investigação dos recursos provenientes da Emenda Calmon no Ministério da Educação e Cultura.

Atuaram na política seu pai, sua irmã Marta Azevedo Pannunzio e seu primo Renato de Freitas.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMF/DCP-ALEMG.

AZEVEDO, Joaquim Carciolo Peixoto de

Político mineiro, foi Deputado Federal na 2ª Legislatura (1894-1896), tendo exercido o mandato de 1895 a 1896, e na 3ª Legislatura (1897-1899).

Pertenceu ao PRM.

FONTE: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial. 27:129-31, dez. 1976.

AZEVEDO, Joaquim Machado de

Magistrado e promotor, nasceu em São Gonçalo do Sapucaí, Província de Minas Gerais, a 27 de julho de 1886, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 7 de abril de 1946. Filho do Coronel da Guarda Nacional Pedro Machado de Azevedo e de Emília de Abreu Azevedo. Casado com Iracema Escobar Machado de Azevedo.

Fez o curso secundário em São Paulo, SP, e bacharelou-se pela FDSP em 1910.

Iniciou a carreira, em 1911, como Promotor Público de Jaguari (hoje Camanducaia), MG. Em 1917, entrou para a Magistratura mineira, como Juiz de Direito de Machado. Em 1941, foi promovido para a Comarca de Ouro Fino e, logo depois, removido para a de Cataguases. Em 1943, ascendeu ao Tribunal de Apelação, com assento na 2ª Câmara Criminal.

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 9 de abr. 1946. p. 10./PAULA, Almênio José & FERREIRA, Saturnino G. *Precursores e figuras notáveis de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Pioneiros e Expoentes Editorial, 1973-4.

AZEVEDO, Luís Fernando Faria de

Político e advogado, nasceu em Itajubá, MG, a 6 de dezembro de 1932. Filho de João Sebastião Ribeiro de Azevedo e de Ana Faria de Azevedo. Casado com Teresa Cristina Cascelli de Azevedo.

Fez o curso secundário no Colégio de Itajubá e no Colégio Santo Inácio, do Rio de Janeiro, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da UCMG, em 1957. Tem, ainda, o curso de Criminologia pela Escola de Polícia Rafael Magalhães. Líder universitário, foi Presidente do DCE da UCMG, membro do Parlamento Estadual dos Estudantes e Diretor da União Estadual dos Estudantes, da Federação Nacional dos Estudantes das Faculdades e Escolas Superiores Católicas do Brasil e do Conselho Nacional dos Estudantes. Orador oficial da bancada mineira em vários encontros universitários, presidiu ao XIX Congresso Nacional dos Estudantes.

Exerce a advocacia em Comarcas sul-mineiras.

Vereador à Câmara Municipal de Itajubá (1958-1962), foi seu Presidente.

Eleito Deputado Estadual para a 5ª Legislatura (1963-1967), desempenhou, na Assembléia Legislativa, os cargos de 2°-Secretário da Comissão Executiva (1964), Vice-Líder da Arena e do Governo (1967-1968), Presidente das Comissões de Redação (1963) e de Constituição Legislação e Justiça (1967). Licenciou-se para desempenhar as funções de Secretário Estadual do Interior e Justiça de janeiro a agosto de 1966, no Governo Israel Pinheiro da Silva*. Reeleito para a 6ª Legislatura (1967-1971), foi Vice-Líder da Arena e do Governo nos anos de 1967, 1968 e 1969, e ocupou a Presidência da Comissão de Justiça.

Eleito, posteriormente, Deputado Federal para o período 1975-1979 e suplente para o período 1979-1983, desempenhou as funções de Secretário Particular do Vice-Presidente da República Antônio Aureliano Chaves de Mendonça*.

Pertenceu ao PSP e à Arena.
Atuou na política seu tio João de Faria*.

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: Prefeitura Municipal de Itajubá/José Armelim Bernardo Guimarães.CEM/UFMG./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 24 nov. 1962, p. 3; 28 e 29 nov. 1965, p. 6./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1º fev. 1966, p. 9./*Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.* Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

AZEVEDO, Mário Ferreira de

Político, nasceu em Pouso Alegre, Província de Minas Gerais, a 28 de fevereiro de 1880. Filho do Coronel da Guarda Nacional Joaquim Leonel de Azevedo e de Custódia Ferreira de Azevedo.

Fez os estudos secundários e os preparatórios no ginásio oficial da Capital de São Paulo e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP em 1906.

Advogando em sua terra natal, elegeu-se Deputado Estadual para a 8ª Legislatura (1919-1922).

Pertenceu ao PRM.

FONTE: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 27 fev. 1921, p. 2.

AZEVEDO, Sandoval Soares de

Político, professor, promotor e banqueiro, nasceu em Queluz (hoje Conselheiro Lafaiete), MG, a 26 de maio de 1891, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 8 de julho de 1950. Filho de Bernardino Azevedo e de Etelvina Soares de Azevedo. Casado com Maria da Conceição Santos Azevedo.

Iniciou o curso secundário em Ouro Preto, MG, e concluiu-o em Belo Horizonte, onde se bacharelou em 1914 pela FLDMG. Enquanto estudante, foi Presidente do Centro Acadêmico, professor em vários colégios e funcionário, por cinco anos, da Secretaria do Interior e Justiça.

De 1915 a 1919, foi, em Cataguases, MG, professor do Ginásio e da Escola Normal e Diretor do jornal *O Cataguazes.* Em 1920, elegeu-se Vereador por Cataguases e foi Presidente da Câmara Municipal.

Deputado Estadual na 9ª Legislatura (1924-1926), fez parte das Comissões de Instrução Pública e de Orçamento e Contas. Renunciou ao mandato para assumir a Secretaria do Interior e Justiça interinamente, de setembro a dezembro de 1924, e, efetivamente, de dezembro de 1924 a setembro de 1926.

Posteriormente, elegeu-se Deputado Federal para a 14ª Legislatura (1930). Foi Presidente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. de 1937 a 1950. Um dos fundadores da Companhia de Seguros Minas Brasil e da Faculdade de Ciências Econômicas de Belo Horizonte, posteriormente incorporada à UFMG, por longo período presidiu à Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais.

Pertenceu ao PRM e ao PSD.

Estado de Minas
Sandoval Soares de Azevedo

FONTES: ALVARENGA FILHO, José Tostes. de Monte Mário a Maurício Bicalho. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora.*/*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 12 set. 1924, p. 1; 11 jul. 1950, p.2./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 9 jul 1950, p. 12; 11 jul 1950, p.14./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 12 set. 1924, p. 4; 11 jul. 1950, p. 10; 11 jul. 1950, Diário do Legislativo. p. 2./ *O Diário*, Belo Horizonte, 11 jul. 1950, p. 3./ RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e Expoentes de Minas Gerais.* Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970-1./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

AZEVEDO, Silviano Cançado

Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG - e engenheiro, nasceu em Martinho Campos, MG a 16 de setembro de 1931. Filho de Silviano Azevedo e de Mônica Lopes Cançado Azevedo.

Diplomou-se em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia da UFMG, em 1956.

Iniciou suas atividades profissionais como Chefe do Departamento de Controle e Planejamento e Diretor Industrial do Frigorífico Minas Gerais S.A. - Frimisa (1961/65). Foi Diretor Financeiro do Frigorífico Mucuri S.A. - Frimusa - (1963/66). Chefiou o Departamento de Projetos (1961/65) e foi posteriormente Diretor do BDMG (1965/70). Por nomeação do Governador Israel Pinheiro da Silva* assumiu a Presidência do referido Banco (1970/71).

Exerceu a Presidência da Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento - ABDE - (1970/71) e da Diretoria da Executiva do Instituto de Desenvolvimento Industrial - INDI - (1970/71). Foi, também, Diretor do Grupo Fatorial (1971/73); Coordenador Técnico do Conselho Econômico da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG - (1973/85); Assessor Especial da Empresa Nansen S.A. (1973/74); Presidente da Companhia dos Distritos Industriais - CDI-MG - (1974/79); Presidente da Prominas (1982/87); Diretor da Secretaria de Recursos Fundiários do Ministério de Reforma e do Desenvolvimento Agrário (1988) e Secretário Executivo do Instituto Cultural do BDMG.

Estado de Minas
Silviano Cançado Azevedo, setembro de 1992

FONTE: *Dados biográficos.* Informante: Departamento de Comunicação Social do BDMG.

AZEVEDO, Vasco

Político e jornalista, nasceu em Pitangui, Província de Minas Gerais, no ano de 1868, e ali faleceu, a 11 de dezembro de 1907. Filho do Coronel da Guarda Nacional Pedro Azevedo de Sousa Filho e de Luísa Capanema de Azevedo. Casado com Aurora Xavier Lopes Cançado.

Concluídos os estudos secundários em sua terra natal, trabalhou como tipógrafo e, a seguir, como redator de *O Pitanguy* e Diretor dos periódicos *Gazeta de Pitanguy* e *Justiça.* Na mesma cidade, dirigiu o Externato Municipal e exerceu os cargos de Vereador, Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal.

Posteriormente, elegeu-se Deputado Estadual para a 3ª Legislatura (1899-1902).

Em Belo Horizonte, fundou e dirigiu por muito tempo o *Diário de Notícias* e foi redator de debates da Câmara dos Deputados.

Pertenceu ao PRM.

FONTES: *Diário de Notícias*, Belo Horizonte, 13 dez. 1907. p. 1; 17 dez. 1907, p. 1; 21 dez. 1907, p. 1./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 12 dez. 1907, p. 3./RIBEIRO, Coriolano Pinto & GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1956.

AZEVEDO FILHO, Sandoval Soares de

Presidente do Conglomerado Financeiro Bemge, arquiteto e bancário, nasceu em Cataguases, MG, a 21 de abril de 1927. Filho de Sandoval Soares de Azevedo e de Maria da Conceição Santos Azevedo. Casado com Vera Lúcia Portela de Azevedo.

Fez os estudos secundários no Colégio Arnaldo, em Belo Horizonte. Bacharelou-se pela Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais (1951) e pós-graduou-se na área de urbanismo, complementando sua formação com diversos cursos de extensão e treinamento.

Foi Diretor da Federação Universitária Mineira de Esportes - FUME (1947-1948) - e Diretor do Centro Acadêmico da Escola de Arquitetura (1949-1950).

Funcionário de carreira do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., em que ingressou como escriturário em 1949, galgou todas as posições na carreira bancária até a de Adjunto de Diretor, em 1976, cargo no qual se aposentou em 1979. Organizou e chefiou o Departamento Financeiro do Banco e o Departamento de Operações Especiais e foi um dos criadores da Companhia Federal Processamento de Dados - Serviços Gerais e Construção (depois Crediserv) -, da qual foi Diretor por 12 anos.

Eleito Vice-Presidente do Bemge (1983-1985), foi designado, pelo Governador Hélio Carvalho Garcia*, Diretor-Presidente do Conglomerado Financeiro Bemge, composto pelo Banco do Estado de Minas Gerais S.A., Bemge Companhia de Seguros de Minas Gerais, Distribuidora Bemge de Títulos e Valores Mobiliários e Financeira Bemge Crédito, Financiamento e Investimento, cargo que ocupou de 1985 a 1987.

Presidente interino da Associação de Bancos Comerciais e Estaduais - Asbace -, no período de março a maio de 1985, foi eleito Vice-Presidente, em 13 de maio de 1985, e, desde fevereiro de 1985, é o Presidente em exercício da associação.

Foi fundador e Diretor da Projetos e Telecomunicações -Projetel -, da Indústria Mineira de Rendas (1956), da Brajer Comércio e Indústria (1963) e da Sandoval Azevedo Engenharia (1964-1991).

Recebeu diversas homenagens da imprensa mineira.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado e pelo Credireal.

B

BACCARINI, José Luís

Político, advogado e funcionário público, nasceu em São João del-Rei, MG, a 28 de dezembro de 1926. Filho do comerciante Luís Baccarini e de Paulina Galo Baccarini. Casado com Luzia Pereira Baccarini.

Fez o curso secundário no Ginásio Santo Antônio de São João del-Rei e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da PUC-RJ, em 1950.

De 1951 a 1975, advogou em sua terra natal, pela qual foi Vereador nos períodos de 1955-1958 e 1959-1962, tendo, no primeiro, presidido a Câmara Municipal. Exerceu, de 1960 a 1964, o cargo de Inspetor Federal do Ensino de Minas Gerais.

Suplente de Deputado Estadual na 5ª Legislatura (1963-1967) e Deputado Estadual da 6ª à 8ª Legislatura (1967-1979), desempenhou as funções de 2º-Secretário da Comissão Executiva da Assembléia (1969), Vice-Líder (1971) e Líder (1972) do MDB, Vice-Presidente das Comissões de Constituição, Legislação e Justiça (1967), de Educação e Cultura (1970) e de Redação (1975), e membro das Comissões de Redação (1967-1968; 1971), de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1970), de Assuntos Municipais e Interestaduais (1971), de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas (1973-1974) e de Finanças e Orçamento (1973-1975).

Elegeu-se Deputado Federal para a 9ª Legislatura (1979-1983), durante a qual foi suplente da Comissão de Finanças da Câmara (1979-1980). Em 1982 foi reeleito para o período 1983-1987.

Pertenceu ao PSD, ao MDB e ao Partido Popular e, em seguida, filiou-se ao PMDB.

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: Prefeitura Municipal de São João del-Rei/ Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei, Comissão de História. CEM/UFMG./ *Deputados Estaduais de Minas Gerais à 8ª Legislatura (1975/9).* Ficha biográfica. Convênio APM/UCMG. Coordenador: Caio C. Boschi.

BADARÓ, Francisco Coelho Duarte de

Político, magistrado, escritor, diplomata e fazendeiro, nasceu em Piranga, Província de Minas Gerais, no ano de 1860, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 14 de setembro de 1921. Filho do Coronel da Guarda Nacional Justiniano Corsino Duarte Badaró e de Olímpia Mariana Badaró. Casado com Luísa Nogueira Badaró.

Fez o curso de Humanidades em Ouro Preto, Província de Minas Gerais, e diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP, em 1883.

Voltando à Província natal, exerceu, sucessivamente, as funções de Promotor de Justiça e Juiz Municipal de Minas Novas. Na época, escreveu em jornais conservadores artigos sobre problemas políticos e administrativos.

Nomeado Secretário da Província da Paraíba do Norte, não aceitou o cargo.

Deputado Geral pela Província de Minas Gerais, quando se instalou a República elegeu-se Deputado Federal Constituinte e para a 1ª Legislatura (1891-1893).

Em 1894, regressou a Minas Novas e logo foi nomeado Juiz de Direito da comarca, função que desempenhou por 16 anos.

Senador Estadual na 8ª Legislatura (1919-1922), renunciou em 1921, a fim de candidatar-se a Deputado Federal para a 11ª Legislatura (1921-1923). Eleito, faleceu logo depois de assumir o mandato.

Grande conhecedor de assuntos militares, foi um dos precursores da remodelação por que passou o Exército brasileiro. Escreveu, ainda na Europa, um trabalho sobre organizações dos Estados-Maiores, dedicado ao Marechal Floriano Peixoto.

Publicou as obras *Faustina* (romance, 1881); *Parnaso Mineiro* (crítica literária, 1887); *Tiro ao Alvo* (1893); *O Cão por Dentro e por Fora; Vade-Mecum do Caçador; Memórias do Meu Tempo,* dois volumes de discursos parlamentares; *L'Église et l'État; Les Couvents du Brésil; L'Église au Brésil pendant l'Empire et pendant la Republique,* os três últimos editados em Roma.

Pertenceu ao PRM, de cuja Comissão Executiva fez parte.

Militaram na política seu filho Francisco Badaró Júnior*, seu sogro, José Bento Nogueira*, seu cunhado José Bento Nogueira Júnior* e seu primo Henrique Coelho Duarte Badaró Portugal*. É seu neto o político Murilo Paulino Badaró*.

FONTES: *Anais do Senado Federal. 1921.* Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 5:205. 1923./*Diário de Minas,* Belo Horizonte, 15 set. 1921. p. 3./ ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917.* Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 1./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 21 maio 1978. p.. 3; 2 out. 1980, Caderno Especial. p. 8./ LIMA, Augusto de. Voto de pesar a Francisco Coelho Duarte Badaró. In: *Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 15 de setembro de 1921.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 10:106,1924./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 15 set. 1921. p. 10; 16 set. 1921. p. 9./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926./TRINDADE, Raimundo Otávio da. *Velhos troncos mineiros.* São Paulo, Revista dos Tribunais, 1955. v.1.

BADARÓ, Murilo Paulino

Político e advogado, nasceu em Minas Novas, MG, a 13 de setembro de 1931. Filho do médico e político Francisco Badaró Júnior* e de Gelcira Paulino Badaró. Casado com Luci Guimarães Prado Badaró.

Fez o curso secundário no Instituto Padre Machado, de Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, em 1955. Estudou Administração Pública, na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, e Sociologia, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da mesma universidade. Foi um dos fundadores da Frente Acadêmica Renovadora, na FDUMG, e membro da União Estadual dos Estudantes.

Deputado Estadual na 4ª e na 5ª Legislaturas (1959-1967), desempenhou as funções de Líder do PSD (1964); Presidente da Comissão Especial de Combate ao Jogo (1960);Vice-Presidente das Comissões de Educação e Cultura (1959) e de Constituição, Legislação e Justiça (1962-1963) e membro das Comissões de Redação (1959), de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1960) e de Siderurgia e Mineração (1965). Entre as suas iniciativas, aprovadas pela Assembléia Legislativa, destaca-se a emenda constitucional que criou a Companhia de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha - Codevale.

Licenciou-se, na 5ª Legislatura, para exercer o cargo de Secretário do Governo de Israel Pinheiro da Silva*, de janeiro a agosto de 1966.

Deputado Federal da 6ª à 8ª Legislatura (1967-1979), foi membro das Comissões de Constituição e Justiça (1971) e de Relações Exteriores (1968-1975); Vice-Presidente (1971) e Presidente da Comissão de Educação e Cultura; membro da Comissão Executiva e da Comissão Diretora e Secretário Regional do Parlamento Latino-Americano e Presidente da Comissão Mista do Iº Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Indicado pela Arena, elegeu-se, indiretamente, Senador por Minas Gerais, para o período 1979-1986. Foi Ministro da Indústria e Comércio de 22/8/84 a 15/3/85. No Senado, integrou as Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança e Defesa Nacional e exerceu a Vice-Liderança da Maioria. A partir de 1979, passou a defender a reformulação partidária. Em 1982, já filiado ao PDS, disputou a convenção regional do partido, perdendo-a para o Ministro dos Transportes, Eliseu Resende*. Participou da delegação da Assembléia Legislativa de Minas Gerais que estudou, na Suécia e na Alemanha, os mercados de minério de ferro (1965). Realizou viagens oficiais à Inglaterra, para estudo do funcionamento do parlamento britânico (1967); aos Estados Unidos, a convite do Departamento de Estado, como observador parlamentar das eleições presidenciais de 1968; à Venezuela, como membro da delegação brasileira ao Parlamento Latino-Americano (1972), e ao Irã, para representar a Arena no III Congresso do Iran Novinn Party (1975).

Pertenceu ao PSD e à Arena, de cuja direção nacional fez parte, e, em seguida, filiou-se ao PDS.

Publicou as monografias *Intervenção do Estado na vida econômica* (1951), *Elaboração constitucional* (1952), *Foge o mundo da economia liberal ?* (1952), *O problema da energia elétrica em Minas Gerais* (1952), *Papel do Estado-membro da Federação* (1952) e *Discriminação de rendas* (1961); os discursos parlamentares *Uma nova Inconfidência Mineira* (1950), *Em busca da verdade partidária* (1952), *As três dimensões de Santiago Dantas* (1952) e *Protesto de uma geração* (1964); *Do Jequitinhonha ao Tennessee: ensaio sobre a vida americana* (1967) e *Reforma e revolução: uma interpretação político-econômica da crise mineira,* Belo Horizonte, Holman Santos Ed., 1970.

Atuaram na política, além de seu pai, seu avô Francisco Coelho Duarte de Badaró*, seu bisavô José Bento Nogueira*, seu tio Márcio Prates Ferreira Paulino*, seu tio-avô José Bento Nogueira Júnior* e seu primo Henrique Coelho Duarte Badaró Portugal*.

Presidente de honra da Sociedade Mineira de Concertos Sinfônicos e Presidente da Sociedade Coral de Belo Horizonte, participou da encenação de várias óperas, sob o pseudônimo de Ricardo Villas. Foi contemplado cinco vezes com o "Orfeu", prêmio máximo da música em Belo Horizonte, como o melhor barítono. Colaborou na fundação, em Minas Gerais, da Juventude Musical Brasileira, organização criada no País por Eleazar de Carvalho.

Estado de Minas

Murilo Paulino Badaró

FONTES: *Deputados brasileiros:* repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 6ª Legislatura (1967-1971). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1968; 7ª Legislatura (1971-1975). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1971; 8ª Legislatura (1975-1979). 2ª ed. Brasília, Câmara dos Deputados /Centro de Documentação e Informação, 1976. *Diário de Minas,* Belo Horizonte, 4 dez. 1958. p. 3; 28-29 nov. 1965, Caderno DM2 de 30-31 jan. 1966. p. 6./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 1º fev. 1966. p. 9; 21 maio 1978. p. 3./ FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais.* Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./ *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 2 fev. 1966. p. 13.BRASIL. Presidência da República. Gabinete Civil. Divisão de Documentação. *Governos da República. 15/11/1889 a 15/03/1987/* Presidência da República, Gabinete Civil, Divisão de Documentação - 2. ed. rev. e atual. - Brasília: 1987. p. 244.

BADARÓ JÚNIOR, Francisco

Político e médico, nasceu em Minas Novas, MG, a 22 de dezembro de 1892, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 18 de janeiro de 1970. Filho de Francisco Coelho Duarte de Badaró* e de Luísa Nogueira Badaró. Casado com Gelcira Paulino Badaró.

Fez o curso de Humanidades no Seminário de Dimantina, MG, e formou-se pela FMRJ, em 1917.

Em 1921, retornou à sua cidade para dedicar-se a clínica geral, tendo desempenhado ali os cargos de Vereador e Agente Executivo Municipal.

Foi Deputado Estadual na 10ª Legislatura (1927-1930) e na 1ª Legislatura da República Nova (1935-1937). De 1937 a 1945, foi Prefeito nomeado de Minas Novas. Deputado Constituinte de Minas e na 1ª Legislatura (1947-1951), na Assembléia fez parte das Comissões de Saúde, de Serviço Público, de Leis Complementares à Constituição, de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e de Redação, a que presidiu em 1949-1950.

De 1951 a 1954, no segundo Governo Vargas, chefiou o Gabinete dos Ministros da Justiça e Negócios Interiores, Francisco Negrão de Lima* e Tancredo de Almeida

Neves*, e respondeu interinamente pela Pasta de fevereiro a março de 1951 e de junho a novembro de 1952.

Eleito para a 3ª e 4ª Legislaturas (1955-1963), na Câmara integrou as Comissões de Saúde, de Educação e Cultura, de Finanças e de Mudança da Capital.

Pertenceu ao Partido Progressista e ao PSD, tendo sido membro da Comissão Executiva Estadual do último.

Em 1963, assumiu a direção do Departamento Nacional da Criança. Nomeado, em 1966, Diretor do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, ocupou o cargo até falecer. Foi idealizador da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, criada pela Lei Constitucional nº 12, de 6/10/64.

Atua na política seu filho Murilo Paulino Badaró*, como o fizeram seu pai, seu avô José Bento Nogueira*, seu tio José Bento Nogueira Júnior* e seu primo Henrique Coelho Duarte Badaró Portugal*.

Estado de Minas

Francisco Badaró Júnior, junho de 1956

FONTES: *Anais da Assembléia Constituinte de 1947.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 2:587-600, s. d./*Anais da Câmara dos Deputados. 4ª Legislatura.* Rio de Janeiro, IBGE, 2:4,1962; Brasília, Diretoria de Documentação e Publicidade, 1:352, s.d./COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje.* Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1/ *Estado de Minas,* Belo Horizonte, 20 jan. 1970. p. 3; 21 maio 1978. p. 3; 2 out. 1980, Caderno Especial. p. 3./FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais.* Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 21 jan. 1970. p. 4./TRINDADE, Raimundo Otávio da. *Velhos troncos mineiros.* São Paulo, Revista dos Tribunais, 1955. v. 1.

BAETA, José Jacinto de Azevedo

Magistrado, promotor e advogado, nasceu em Real Vila de Queluz, Província de Minas Gerais (hoje cidade de Conselheiro Lafaiete), no ano de 1847, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 30 de janeiro de 1913. Casado com Adelaide Adélia de Azevedo Baeta.

Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP em 1871, iniciou a carreira como Promotor Público e advogado em sua terra natal, onde também ocupou o cargo de Inspetor Escolar. No fim do regime monárquico e no início da República, foi Procurador Fiscal da Tesouraria de Fazenda de Ouro Preto, MG.

Ingressando, a seguir, na Magistratura mineira, serviu como Juiz de Direito nas Comarcas de Abaeté (1890), Dores do Indaiá (1892), Curvelo (1895), Rio Preto (1896) e Barbacena (1898).

Em março de 1912 foi promovido a Desembargador do Tribunal da Relação.

FONTES: *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 31 jan. 1913. pp. 6-7./*Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.* Secretaria. Ficha Funcional.

BAHIA, José Romualdo Cançado

Secretário de Estado, empresário e líder de classe comercial, nasceu em Pitangui, MG, a 23 de setembro de 1926. Filho de José Augusto Bahia Mascarenhas e de Djanira Cançado Bahia. Casado com Ana Maria Azevedo Bahia.

Fez os estudos secundários no Colégio Dom Bosco de Cachoeira do Campo, MG, e no Colégio Arnaldo de Belo Horizonte, MG, e o curso superior na FDUMG, pela qual se bacharelou em 1950. Seguiu também o curso da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, em 1969, e os de Treinamento em Administração (1971) e de Liderança de Reuniões (1972), promovidos pela Fundação João Pinheiro, em convênio com a New York University.

Tendo-se iniciado no comércio de tecidos por atacado em 1943, como empregado, a partir de 1950 foi Diretor da Companhia Fabril Mascarenhas e, depois, do Cotonifício José Augusto S.A., indústria têxtil que fundou em 1951. Ocupou os seguintes cargos na Associação Comercial de Minas: Diretor a partir de 1967, 1º-Secretário, Vice-Presidente Administrativo (1969-1970), Vice-Presidente Técnico (1971-1972), Presidente Executivo (1973-1977) e Presidente do Conselho Diretor (1977-1980).

No Governo Francelino Pereira dos Santos*, exerceu, a partir de 16 de março de 1979, o cargo de Secretário da Indústria, Comércio e Turismo.

Foi ainda membro do Conselho Deliberativo do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e do Conselho Fiscal da Minasforte S.A., Juiz suplente do Tribunal Regional do Trabalho, na função de representante dos empregadores, e Presidente da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas.

É genro de Sandoval Soares de Azevedo*.

Estado de Minas

José Romualdo Cançado Bahia

FONTES: *Diário de Minas,* Belo Horizonte, 21 fev. 1979. p. 3; 5 mar. 1979. p. 3./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 16 mar. 1979. p. 3./ *Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino.

BALBI, Felipe

Político e médico, nasceu em Santana do Sapé, Província de Minas Gerais, então Distrito de Ubá e hoje cidade de Guidoval, a 2 de março de 1886, e faleceu em Ubá, MG, em dezembro de 1970. Filho de Caetano Balbi e de Maria Cornélia dos Anjos Balbi. Casado com Matilde Rocha Balbi.

No Rio de Janeiro, DF, fez os cursos secundários e superior, tendo-se diplomado em Medicina em 1912.

Formado, passou a clinicar em Ubá, onde também ingressou na política, elegendo-se Vereador pela primeira vez em 1927. Em 1919-1920, integrou a Comissão Rockfeller, executora de programas de saúde pública.

Deputado Estadual na 1ª Legislatura da República Nova (1935-1937), fez parte da Comissão de Segurança Pública.

Em seguida ao golpe de 10 de novembro de 1937, retomou sua clínica em Ubá e exerceu o cargo de Inspetor de Ensino Secundário. Em 1945, juntamente com José André de Almeida* e Juarez de Sousa Carmo*, liderou, na Zona da Mata, a campanha pela redemocratização do País.

Foi, então, eleito Deputado Federal Constituinte e para a 1ª Legislatura (1947-1951).

A partir de 1950, ocupou uma diretoria do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais S.A.

De novo eleito Deputado Federal para a 2ª Legislatura (1955-1959), não chegou a tomar posse, porque o Governador Clóvis Salgado da Gama* o nomeou Chefe de Polícia do Estado.

Pertenceu ao PRM, ao Partido Progressista e ao PR.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados. 1971.* v.1./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 2 abr. 1955. pp. 7-8; 3 abr. 1955. p. 4./SILVA, Gastão Pereira da. *Constituinte de 1946. Dados biográficos.* Rio de Janeiro, s. ed., 1947.

BAMBIRRA, Eduardo da Silva

Secretário de Estado e engenheiro civil, nasceu em Formiga, MG, no ano de 1923.

Diplomado pela Escola de Engenharia da UMG em 1945, posteriormente fez cursos de especialização no Bureau of Public Roads e na Portland Cement Association, dos EUA e de liderança na Esso Brasileira de Petróleo.

Admitido em 1948 no Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais, ali ocupou os seguintes cargos: Chefe da 3ª Residência, em Pará de Minas; Chefe dos Serviços de Mecanização de Materiais, de Transportes e de Pesquisas; Chefe da 1ª Residência, em Belo Horizonte; Assistente da Divisão de Construção de Estradas; Assistente Técnico do Diretor-Geral, Diretor da Divisão de Obras e Diretor-Geral.

No Governo Israel Pinheiro da Silva* foi Secretário da Viação e Obras Públicas (3/1/70-14/3/71).

Fundador e Presidente da Casa de Campo do Engenheiro, Vice-Presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros, membro do Conselho de Planejamento e Desenvolvimento da Prefeitura de Belo Horizonte, do Conselho Deliberativo da Cooperativa dos Rodoviários e do Conselho Consultivo da Companhia de Urbanização de Belo Horizonte.

FONTES: *Diário de Minas,* Belo Horizonte, 13 jan. 1970. p. 3./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 13 jan. 1970. p. 3; 15 jan. 1970. p. 3.

BAMBIRRA, Sinval de Oliveira

Político, tecelão e jornalista, nasceu em Ponte Nova, MG, a 10 de janeiro de 1933. Filho de Djalma de Oliveira Bambirra e de Maria Rita de Oliveira. Casado com Maria Auxiliadora Bambirra.

Fez os cursos secundários e profissionalizante de nível médio em Belo Horizonte, MG, e, depois de 1964, o curso de Jornalismo em Berlim Oriental, Alemanha.

Em vários períodos foi Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Belo Horizonte e da Federação dos Sindicatos da mesma categoria no Estado de Minas Gerais.

Deputado Estadual na 5ª Legislatura (1963-1967), participou da Comissão de Segurança Pública (1963). Teve o mandato cassado e os direitos políticos suspensos em 9 de abril de 1964, e foi substituído por José Sette de Barros*.

Depois de ficar algum tempo exilado no México, viveu, até maio de 1981, na República Democrática da Alemanha, onde trabalhou na Rádio de Berlim.

Pertenceu ao PTB e, de volta ao Brasil, filiou-se ao PDT.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

BARÃO DE ARANTES ver ARANTES, Antônio Belfort Ribeiro, Barão de Arantes

BARÃO DE SANTA HELENA ver SILVA, José Joaquim Monteiro da

BARÃO DE SÃO GERALDO ver SILVA, Joaquim José Álvares dos Santos e

BARÃO DO SERRO ver RABELO, José Joaquim Ferreira

BARBOSA, Alexandre de Sousa

Político, professor e agrimensor, nasceu em Tabuleiro Grande, Distrito de Curvelo, Província de Minas Gerais (hoje cidade de Paraopeba).

Exerceu o magistério e a profissão de agrimensor em Uberaba, MG.

Deputado Constituinte de Minas e na 1ª Legislatura (1891-1895), foi autor do projeto transformado na Lei nº 1892, que organizou o ensino no Estado após a proclamação da República.

Traduziu *A conquista do pão,* do anarquista russo Piotr Kroptkin.

FONTE: Mendonça, José. *História de Uberaba,* Uberaba, Ed. Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1974.

BARBOSA, Antônio Gomes

Político, magistrado e promotor, nasceu em São José do Xopotó, Província de Minas Gerais (hoje cidade de Alto Rio Doce), a 10 de março de 1885, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 21 de junho de 1976. Filho de Manuel Gomes Barbosa Sobrinho. Casado com Cármen Graça Barbosa.

Fez os estudos secundários em Ouro Preto e no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, e o superior na FLDMG, pela qual se bacharelou em 1908.

Logo depois de formado, exerceu a Promotoria Pública na Comarca de Viçosa, MG, onde foi posteriormente Juiz Municipal. Abandonando a Magistratura, advogou até às vésperas de sua morte.

Iniciou-se na política como Vereador à Câmara Municipal de Viçosa, da qual foi Presidente e Agente Executivo Municipal (1918-1926).

Deputado Estadual na 10ª Legislatura (1927-1930), em 1932 assumiu, em Araponga, Distrito de Viçosa, o comando civil da Revolução Constitucionalista, cujos partidários obedeciam ao comando militar do então Tenente do Exército Nemo Canabarro.

Era filiado ao PRM.

FONTES: *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 19 mar. 1974. Diário do Legislativo. p. 1; 24 jun. 1976. Diário do Legislativo. p. 6./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino.

BARBOSA, Eduardo Augusto Pimentel

Político, Coronel da Guarda Nacional e professor, nasceu na Fazenda Olhos d'Água, no Município de Paracatu, Província de Mi-

nas Gerais, no ano de 1850, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 28 de janeiro de 1904. Filho do Coronel da Guarda Nacional Augusto Pimentel Barbosa e de Alzira Roquete Pimentel Barbosa.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP, ainda no regime monárquico exerceu a profissão em sua terra natal, onde foi também professor particular e da Escola Normal, que dirigiu por longo tempo. Proclamada a República, elegeu-se Deputado Estadual Constituinte e para a 1ª e 2ª Legislaturas (1891-1898). Deputado Federal da 40ª à 42ª Legislaturas (1897-1905), ocupou a Presidência da Câmara e o cargo de Relator da Comissão de Instrução Pública, tendo sido um dos autores da Lei nº 41, que reformou o ensino.

Pertenceu ao PRM.

Era primo do Desembargador João Emílio de Resende Costa*.

FONTES: *Anais do Senado Federal. Sessão extraordinária em 30 de jan. 1904.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1905. p. 108./ ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil.* 1889 a 1917. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 1./GONZAGA, Olympio. *Memória histórica de Paracatu.* Uberaba, Tip. Jardim, 1910./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 29 jan. 1904. p. 2/OLIVEIRA MELO. *Paracatu perante a História.* Patos de Minas, Ed. Folha Diocesana, 1964; *Paracatu e Patos de Minas: uma antologia.* Belo Horizonte, Ed. Instituto de História, Letras e Arte, 1966.

BARBOSA, Irani Vieira

Político, industrial, consultor, comerciante e produtor rural, nasceu em Venda Nova, distrito de Belo Horizonte, MG, a 22 de setembro de 1950. Filho do mecânico Odilon Barbosa e de Maria Vieira Barbosa. Casado com a administradora de empresas Maria das Graças Oliveira Almeida.

Concluiu seu curso secundário (supletivo) mediante provas prestadas no DESU (Secretaria de Educação).

Foi Assessor da Presidência da Câmara Municipal de Belo Horizonte (1977-1978) e Assessor Parlamentar da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais (1977-1978).

Elegeu-se Vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte para o quadriênio 1983-1987. Na Câmara Municipal, foi membro das Comissões de Transporte (1983-1984) e de Serviço Público (1983-1984).

Elegeu-se Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991), pelo PMDB, partido do qual foi desligado por decisão do Diretório Regional em 1989. Transferiu-se, então, para o PL. Na Assembléia Estadual Constituinte do Estado de Minas Gerais, foi Vice-Líder do PL e membro efetivo das Comissões de Proteção e Defesa do Consumidor (1988-1989) e de Constituição e Justiça (1989). Na Assembléia Legislativa, participou, como membro efetivo, das Comissões de Serviço Público (1987-1988), do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (1987), de Agropecuária e Política Rural (1987) e de Obras Públicas (1987-1988).

Representou a Assembléia em um curso de Administração Pública em Portugal e em uma visita à Espanha.

Em 1990, elegeu-se Deputado Federal para o período 1991-1995.

Atua também na política sua esposa, conhecida por Gracinha Barbosa, Prefeita de Ribeirão das Neves, MG.

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG./ Ata do Diretório Regional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro do dia 20/6/89./BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Deputados brasileiros:* repertório biográfico. 49ª Legislatura 1991-1995. Brasília. 1991. p. 277.

BARBOSA, Ivan Cota

Político, advogado, securitário e contador, nasceu em Abre Campo, MG, a 2 de dezembro de 1931. Filho de José de Alencar Barbosa e de Zita de Abreu Cota Barbosa. Casado com Maria da Conceição de Azevedo Oliveira Barbosa.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro, de Uberaba, em 1958.

Como contador, trabalhou nas empresas Seguradora Brasileira e Brasil dos Seguros Gerais, além do grupo Atlântica Boavista de Seguros (a partir de 1957).

Elegeu-se suplente de Deputado Federal na 7ª Legislatura (1971-1975).

Em 1976, disputou e perdeu as eleições para a Prefeitura de Uberaba.

Deputado Federal na 8ª Legislatura (1975-1979) e suplente na 9ª (1979-1982), foi membro da Comissão de Relações Exteriores.

Pertenceu ao MDB.

FONTES: *Deputados brasileiros.* Repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 8ª Legislatura (1975-9). 2. ed. Brasília, Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação, 1976./*Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais.* Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

BARBOSA, João

Político e jornalista, nasceu em Campo Belo, MG, a 13 de março de 1942. Filho de João Custódio dos Santos e de Júlia Barbosa. Casado com Vânia Lúcia Caixeta Barbosa.

No campo profissional, exerceu as funções de repórter da emissora oficial, Rádio Inconfidência de Minas Gerais (1962-1978), repórter da Rede Globo de Televisão (1965-1975), assessor de imprensa e relações públicas da Prefeitura de Contagem, MG, (1973-1981), coordenador editorialista e apresentador de duas campanhas do MDB em rádio e televisão (1970-1972) e assessor de imprensa e relações públicas da Rede Globo de Televisão em Minas. Foi ainda Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Rádio e Televisão de Minas Gerais e membro da diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais.

Integrante da diretoria do Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares de Minas Gerais (1967-1981) e Secretário Municipal do Trabalho, Indústria, Comércio e Turismo de Contagem (1983), elegeu-se Deputado Estadual para a 10ª Legislatura (1983-1987). Na Assembléia, fez parte, como suplente, das Comissões de Educação e Cultura (1983-1984) e de Assuntos da Sudene e Estímulos Fiscais (1984).

Pertence ao PMDB.

FONTE: Dados biográficos: Gabinete do Deputado João Barbosa./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

BARBOSA, Juscelino

Político, advogado, banqueiro, professor e jornalista, nasceu na fazenda da Samambaia, no Distrito de Santa Cruz da Chapada, Município de Minas Novas, Província de Minas Gerais, a 13 de junho de 1875, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 9 de outubro de 1947. Filho do Coronel da Guarda Nacional Juscelino Barbosa de Sena e de Maria Cândida de Sousa Barbosa. Casado com Tomásia Pires Barbosa.

Fez os estudos de Humanidades no Seminário de Diamantina e os preparatórios em Ouro Preto. Formou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1844, e em Ciências Sociais pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, em Ouro Preto, em 1896.

No Governo Prudente de Morais, serviu no Gabinete do Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, seu cunhado Antônio Olinto dos Santos Pires* (15/11/1894-20/11/1896).

Com apenas 21 anos de idade, elegeu-se Deputado Estadual para a 2ª Legislatura (1895-1898). De 1898 a 1903 exerceu o cargo de Promotor de Justiça da Comarca de Teófilo Otoni, MG, onde fundou (1899) e dirigiu o semanário *Mercure*. Foi, a seguir, Chefe de Polícia e Comandante-Geral da Brigada Policial de Minas Gerais (1902-1903), Advogado-Geral do Estado (1903-1905) e primeiro Prefeito, por nomeação, do Município de Poços de Caldas (1905-1907).

Em 1908 dirigiu a Fiscalização de Rendas do Estado e, em seguida, ocupou a Secretaria da Fazenda (30/10/1908-7/9/1910).

Com os professores Estêvão Leite de Magalhães Pinto* e Francisco Mendes Pimentel*, fundou, em 1911, o Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais S.A., de cuja diretoria fez parte até 1936. Ainda em 1911, fundou a Companhia Industrial e Agrícola Riacho Fundo e presidiu a Sociedade Mineira de Agricultura. Em 1912, foi Inspetor do Governo Federal junto à FLDMG e, em 1916, Diretor da Rede Sul-Mineira de Viação.

De 1912 a 1930, regeu a cátedra de Direito Comercial da FLDMG, onde também ensinou Legislação Comparada e Direito Romano.

Jornalista de intensa atividade, lançou em 1928, com Pedro Aleixo* e Álvaro Mendes Pimentel, o *Estado de Minas*, órgão hoje pertencente à cadeia dos Diários Associados e do qual foi o primeiro Diretor.

Atuaram na política seu filho Sílvio Barbosa* e seu cunhado Antônio Olinto dos Santos Pires*.

FONTES: *Anais da Assembléia Legislativa.* 1947. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 2: 201-4, s. d./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 10 out. 1947. p. 3; 27 out. 1963. p. 8./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 10 out. 1947. p. 5; 11 out. 1947, pp. 4-5./*O Diário*, Belo Horizonte, 11 out. 1943. p. 8./*Revista da Faculdade de Direito; Memória Histórica* (1892-1959). Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 10: 183, out. 1958 - mar. 1959./RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais.* Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970-1./SENA, Nélson de. *Anuário de Minas Gerais.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1909./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial.

BARBOSA, Lauro de Araújo

Escritor, acadêmico e advogado, nasceu em Cristina, MG, a 12 de setembro de 1915.

Concluiu o curso secundário em Itajubá, MG, e bacharelou-se pela Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, tendo participado da Ação Universitária Católica e do Centro Dom Vital, onde travou conhecimento com Alceu Amoroso Lima, de quem se tornou secretário particular.

Publicou crônicas e poemas em *A Ordem e Vida*, revista de que foi redator, em *O Jornal* e na *Revista do Brasil.*

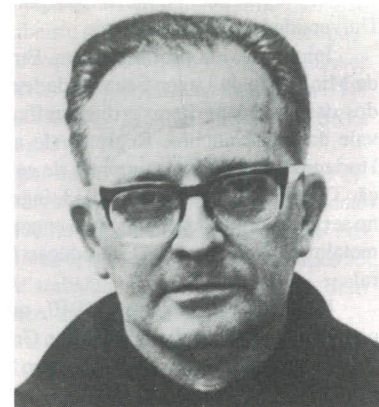
Em 1940, ingressou no Mosteiro de São Bento, no qual foi ordenado sacerdote, em 1946, onde recebeu o nome religioso de D. Marcos Barbosa.

Desde 1959 mantém, na Rádio Jornal do Brasil, o programa *Encontro Marcado*, que vai ao ar duas vezes por dia. Colabora, todas as sextas-feiras, no *Caderno B* do *Jornal do Brasil.*

Obteve os dois primeiros lugares no concurso para a letra do Hino do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional realizado no Rio de Janeiro em 1955, e fez parte da equipe de tradutores de textos litúrgicos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Integrou o Conselho Federal de Cultura, desde a sua fundação até 1980.

Em 20 de março de 1980 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, ocupando a vaga de Odylo Costa Filho.

Traduziu várias obras, entre elas: CLAUDEL, Paul. *A Via-Sacra.* Rio de Janeiro, Agir, 1953, 37 p.; SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. *O Pequeno Príncipe.* Rio de Janeiro, Agir, 1967. 99 p. e DRUON, Maurice. *O menino do dedo verde.* Rio de Janeiro, J. Olympio Editora, 1973. 149 p.

Estado de Minas

Lauro de Araújo Barbosa

Possui inúmeros trabalhos publicados, destacando-se *o Livro do peregrino.* Rio de Janeiro, XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, 1955. 66 p.; *O Livro da Família Cristã.* Prefácio de Dom Hélder Câmara. Rio de Janeiro, Santa Tereza Internacional Ed. Ltda., 1960. 206 p.; *O livro de Tobias.* Petrópolis, Vozes, 1968. 32 p. e *A arte sacra.* Rio de Janeiro, Presença, 1976. 29 p. (Col. Tema Atual, 27-28).

FONTE: Anuário da Academia Brasileira de Letras (1981-1985). p. 111-113.

BARBOSA, Marcos dom ver BARBOSA, Lauro de Araújo

BARBOSA, Marcos Elias de Freitas

Desembargador e professor, nasceu em Uberlândia, MG, a 8 de abril de 1929. Filho do advogado Francisco Elias Barbosa e de Maria Leonor de Freitas Barbosa. Casado com Clara de Almeida Barbosa.

Concluiu seus estudos secundários no Colégio Andrews, do Rio de Janeiro, em 1948, e bacharelou-se pela Faculdade Nacional de Direito, em 1952, na mesma cidade.

Iniciou sua carreira como Promotor do Ministério Público na Comarca de Caldas, MG, em agosto de 1953. Foi promovido, seguidamente, para as Comarcas de Três Corações e de Passos e, em 1963, passou a atuar na Comarca de Belo Horizonte. Em 1968, ocupou o cargo de Procurador de Justiça e, mais tarde, foi eleito Corregedor do Ministério Público para os biênios 1972-1974 e 1980-1982. Presidiu à Associação do Ministério Público (1973-1975) e ao IV Congresso Nacional do Ministério Público (1975). Nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (1981) pelo Governador Francelino Pereira dos Santos*, no ano seguinte, participou da comissão para implantação do Colar do Mérito Judiciário e, em 1985, da Comissão Especial de Revisão da Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado.

Foi, ainda, Diretor da Faculdade de Direito Oeste de Minas (1971-1979) e professor de Teoria Geral do Estado na Universidade Católica de Minas Gerais (1970-1980).

Foi eleito, pela Ordem dos Advogados do Brasil, Personalidade de Destaque do Ano em 1982, 1984 e 1985. Recebeu inúmeras

condecorações, entre as quais se destaca a Comenda da Associação Brasileira dos Magistrados.

Publicou diversos artigos sobre temas processuais em revistas especializadas de São Paulo e Minas Gerais.

Atuaram na política de Uberlândia seus primos Renato de Freitas* e Euclides de Freitas.

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

BARBOSA, Mário do Nascimento

Magistrado mineiro, faleceu em Belo Horizonte, MG, a 27 de julho de 1965. Casado com Ivete Pena Barbosa.

Fez carreira na Magistratura estadual, tendo-se aposentado como Desembargador do Tribunal de Justiça.

FONTE: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 6 ago. 1965. Diário do Legislativo.

BARBOSA, Nélson Dario Pimentel

Político mineiro e Coronel da Guarda Nacional, faleceu em Paracatu, MG, a 27 de maio de 1923.

Foi Deputado Estadual Constituinte e na 1ª Legislatura (1891-1895).

FONTE: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 5 jun. 1923. p. 6.

BARBOSA, Pedro Licínio de Miranda

Magistrado, promotor e advogado, nasceu em Castelo, Província do Piauí, no ano de 1873, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 17 de março de 1950. Casado com Alice Licínio de Miranda Barbosa.

Fez o curso de Ciências Sociais na Bahia e bacharelou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife, em 1898.

Advogava em Santa Teresa, ES, quando, em 1900, foi nomeado Promotor de Justiça de Frutal, MG. Depois de servir como Juiz Substituto de Sacramento, ainda em Minas Gerais (1903), passou a exercer a advocacia nas cidades paulistas de São José do Rio Preto e Igarapava. Voltando para Minas Gerais, foi Juiz Municipal e, em seguida, Juiz de Direito da Comarca de Estrela do Sul (1906-1911) e Juiz de Direito de Alto Rio Doce (1912), Peçanha (1926), Muzambinho (1934) e Cataguases (1938).

Removido para Belo Horizonte em janeiro de 1939, como titular da 1ª Vara Cível, em junho do mesmo ano foi promovido, por antigüidade, a Desembargador do Tribunal de Apelação, cargo em que se aposentou em 1943.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 18 mar. 1950. p. 7./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 18 mar. 1950. p. 8./*Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais*. Secretaria. Ficha funcional.

BARBOSA, Saturnino Dantas, Cônego

Sacerdote e político mineiro, foi Deputado Estadual na 2ª Legislatura (1895-1898).

FONTE: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, Imprensa Oficial. 1:93, jan./mar. 1896.

BARBOSA, Sílvio

Político, engenheiro e professor, nasceu em Teófilo Otoni, MG, a 11 de fevereiro de 1901, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 11 de fevereiro de 1980. Filho de Juscelino Barbosa* e de Tomásia Pires Barbosa. Casado com Enói Teixeira da Costa Barbosa.

Fez os estudos secundários no Instituto Gammon, de Lavras, MG, e no Ginásio Anglo-Mineiro, de Belo Horizonte, e, em 1924, formou-se pela Escola Livre de Engenharia de Belo Horizonte, depois incorporada à Universidade de Minas Gerais.

Iniciou a vida profissional na Empresa de Mineração da Lagoa Seca, onde fez estudos das jazidas auríferas e diamantíferas do vale do Jequitinhonha. Regressando a Belo Horizonte, trabalhou na empresa de construção Carneiro Resende e, em 1933, ingressou no serviço público estadual como engenheiro metalurgista do Serviço de Produção Mineral.

Deixou esse cargo em 1940, quando passou a reger a cadeira de Pontes e Grandes Estruturas da Escola de Minas de Ouro Preto. Em 1944, foi convidado pela Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais para ali lecionar a mesma matéria. Foi ainda professor da Escola Técnica Federal de Minas Gerais.

Projetou as estruturas dos maiores prédios da Capital mineira e participou da construção da barragem da usina hidrelétrica de Peti.

Entusiasta da aviação, fez parte do grupo fundador da Organização Mineira de Táxi Aéreo.

Figurou entre os signatários do Manifesto dos Mineiros, em 1943, e filiou-se à UDN, cujo conselho técnico integrou.

No Governo Mílton Soares Campos*, exerceu o cargo de Secretário Estadual de Viação e Obras Públicas, de julho de 1950 a janeiro de 1951, e, no Governo José Francisco Bias Fortes*, participou da diretoria da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. na fase de sua implantação.

Durante a Presidência de Jânio Quadros, ocupou o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral. Foi ainda Diretor Técnico da Ferro Belo Horizonte S.A.

Além de seu pai, atuou na política seu tio Antônio Olinto dos Santos Pires*.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 19 jul. 1950. p. 3; 12 fev. 1980. p. 9./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 19 jul. 1950. p. 1.

BARBOSA, Valdir Melgaço

Político, advogado e fazendeiro, nasceu em Pequi, MG, a 10 de junho de 1928. Filho do fazendeiro e político municipal Viriato Melgaço e de Nair Barbosa. Casado com Eleusa Garcia Melgaço.

Diplomado pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais em 1951, foi nomeado Promotor de Justiça, mas não chegou a assumir o cargo, optando pelo exercício da advocacia em Uberlândia, MG.

Ingressando na política, duas vezes elegeu-se Vereador à Câmara Municipal de Uberlândia, Vice-Presidente, Presidente da Comissão de Justiça e Líder da Bancada da UDN.

Deputado Estadual da 5ª à 7ª Legislaturas (1963-1975), foi 1º Vice-Presidente da Comissão Executiva da Assembléia (1969), Vice-Líder da UDN (1964) e da Arena (1970), Vice-Presidente das Comissões de Constituição, Legislação e Justiça (1963-1965) e de Constituição e Justiça (1973) e membro das Comissões de Siderurgia e Mineração (1965 e 1971), de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1966 e 1972), de Redação (1971), de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas (1972-1974) e de Economia e Obras Públicas (1974).

Diretor Administrativo da empresa de economia mista Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - Casemg -, também integrou a diretoria da Companhia de Telefones do Brasil Central.

Em Uberlândia, dirigiu o jornal *Correio de Uberlândia*, presidiu o Uberlândia Esporte Clube e faz parte da sociedade que controla a emissora de rádio local.

Pertenceu à UDN e à Arena.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 18 nov. 1962. p. 3; 1 maio 1979, p. 3./TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central*. Uberlândia, Uberlândia Gráfica Editora, 1970. v. 2./*Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente./*Universidade de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Quadro de bacharéis de 1948 a 1952. Belo Horizonte, FDUMG, 1953.

BARCELOS, José de Lima

Secretário de Estado e engenheiro, nasceu em Itabira do Campo, Distrito de Ouro Preto (hoje cidade de Itabirito), MG, a 11 de julho de 1917. Filho de Guilherme Barcelos e de Olímpia de Lima Barcelos. Viúvo de Judite Rabelo Barcelos.

Fez os estudos secundários no Ginásio de Curvelo, MG, e diplomou-se como engenheiro civil, de minas e metalúrgico pela Escola de Minas de Ouro Preto, em 1943.

No início da carreira profissional, contratado pela American Smelling and Refining Company, realizou trabalhos de pesquisa e experimentação sobre a metalurgia do níquel na usina de Perth Amboy, EUA.

No Governo Israel Pinheiro da Silva* foi Secretário de Estado das Comunicações e Obras Públicas (31/1/66-29/5/68).

Exerceu, ainda, os cargos de engenheiro assistente da diretoria da Companhia de Aços Especiais Itabira na época dos estudos, do planejamento e início da construção da usina; engenheiro superintendente da Companhia Ferro e Aço de Vitória, ES, na fase final de construção e início de funcionamento do alto-forno; engenheiro superintendente e Diretor Industrial da usina da Companhia Agroindustrial de Matozinhos; Diretor das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais e da Ferro de Belo Horizonte S.A.; Diretor da Construtora Ipiranga e da Companhia Titan de Terraplenagem, em São Paulo, e superintendente do Instituto Costa Sena e da Fundação Gorceix, em Ouro Preto, MG.

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado./CEM/UFMG/ALEMG/*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 28-29 nov. 1965; 30-31 jan. 1966. p. 6./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1º fev. 1966. p. 9./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 2 fev. 1966. p. 13.

BARRETO, Abílio Velho

Escritor, acadêmico, historiador e jornalista, nasceu em Diamantina, Província de Minas Gerais, a 22 de outubro de 1883, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 17 de julho de 1959. Filho de Francisco Velho Barreto e de Josefina Vieira Barreto. Casado, em primeiras núpcias, com Nogueirinha Nogueira Barreto e, em segundas, com Hilda Zignago Barreto.

Fez os estudos primários em Santa Bárbara, MG, e Rio Manso, MG, e o secundário, em Belo Horizonte.

Depois de ter sido distribuidor de jornais nos primeiros tempos da nova Capital do Estado, ingressou na Imprensa Oficial, em 1898, como aprendiz de tipógrafo. Promovido, seguidamente, a conferente de revisão, revisor e chefe de revisão, chegou a redator interino do órgão oficial, o *Minas Gerais*. Foi um dos fundadores e Presidente da Associação Beneficente Tipográfica de Belo Horizonte.

Iniciou a carreira literária em Paraisópolis, MG, onde lançou o periódico *O Paraisópolis* e organizou o Clube Literário e Recreativo Bruno de Paiva.

Em 1935, a convite do Prefeito Otacílio Negrão de Lima*, dirigiu a organização do Arquivo Municipal e, em 1941, organizou e dirigiu o Museu Histórico de Belo Horizonte, que hoje tem o seu nome.

Colaborou em vários jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo e em quase todos os órgãos da imprensa belo-horizontina. Figurou entre os fundadores, em Belo Horizonte, do *Diário de Notícias*, da *Folha de Minas*, em que exerceu a função de redator-secretário da revista *Vida de Minas* e do Grêmio Literário Júlio Ribeiro, cuja Vice-Presidência ocupou.

Eleito para a AML em 1926, foi sucessor de Estevão de Oliveira na cadeira nº 18, patrocinada por Manuel Inácio da Silva Alvarenga.

A par da atividade literária exerceu diversos cargos no serviço público, notadamente na Secretaria das Finanças, no Arquivo Público Mineiro, pelo qual se aposentou após 35 anos de trabalho, e na Prefeitura de Belo Horizonte, da qual foi Secretário.

Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, ao Instituto Histórico e Geográfico de Ouro Preto, à Academia Fluminense de Letras e ao Instituto de Estudos Diamantinenses.

Publicou as seguintes obras: *Vernais*, *Coralinas*, *Matizes*, *Lys*, *A última serenata* e *Cromos* (poesias); *Estevão de Oliveira e Silva Alvarenga* (biografias); *Belo Horizonte: documentos de sua história*; *Documentos preciosos para a história de Minas Gerais*; *Sumário de códice*; *Índice do códice nº 12*; *Diamantina e o descobrimento de diamantes*; *A avó* (peça teatral); *Viagens a Diamantina*; *Nas asas do amor* (opereta); *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1928; *A noiva do tropeiro*, Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Difusão Cultural, 1942; *Resumo histórico de Belo Horizonte (1901-1947)*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1950; *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva - História antiga*, 2. ed., Belo Horizonte, Edições da Livraria Rex, 1936; *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva - História média*, Belo Horizonte, Edições da Livraria Rex, 1936. Deixou, inéditos, *História do Caminho Novo*; *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva - Período contemporâneo*; *Dolores* (romance em cartas); *Sua Excelência, o Amor* (teatro); *Contos e fantasias* e *Palestras literárias*.

FONTES: COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul-Americana, 1961. v. 1/*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 21 jul. 1959. p. 3./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 18 jul. 1959. p. 8./OLIVEIRA, Martins de. *História da literatura mineira*. 2. ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 21 jul. 1959. p. 9; 19 ago. 1959. p. 11; 12 mar. 1977, Suplemento Literário. p. 11./RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970/1 (adendo)./VELHO SOBRINHO, João Francisco. *Dicionário biobibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro. s. ed. 1937. v.1.

BARRETO, Alberto Deodato Maia

Político, professor, advogado, escritor, acadêmico e jornalista, nasceu em Maroim, SE, a 27 de dezembro de 1896, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 16 de agosto de 1978. Filho do usineiro José Caetano Barreto e de Inês Maia Barreto. Casado, em primeiras núpcias, com Maria Augusta Branco Barreto e, em segundas, com Ivete Camargos Barreto.

Fez o curso de Humanidades no Colégio dos Irmãos Maristas de Salvador, BA, e o curso secundário no Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, DF, onde se bacharelou em 1919, pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais.

Ainda acadêmico, foi Promotor Público Adjunto da Comarca de Capela, SE. Levado para Minas Gerais por Daniel de Carvalho*, exerceu a Promotoria de Justiça em Rio Pardo, Pouso Alto e Itanhandu, tendo, na última cidade, lecionado História, Literatura e Inglês no Ginásio Sul-Mineiro.

Radicado em Belo Horizonte em 1922, iniciou a carreira política como Oficial-de-Gabinete do Secretário Estadual da Agricultura, Daniel de Carvalho*. Em seguida, foi Diretor do Abrigo de Menores e da Escola de Reforma Alfredo Pinto. Advogado militante, tornou-se o primeiro Secretário da Seção mineira da OAB e membro fundador do Instituto dos Advogados Mineiros.

Eleito Vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte em 1936, liderou a Bancada situacionista até a instauração do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937.

Suplente de Deputado Estadual na 1ª Legislatura (1947-1951), com freqüentes exercícios do mandato, elegeu-se Deputado Federal para a 2ª Legislatura (1951-1955), durante a qual atuou principalmente na Comissão de Economia. Nesse período, participou da conspiração político-militar para depor o Presidente Getúlio Vargas, da qual resultou o suicídio deste, em 1954.

Figurou entre os signatários do Manifesto dos Mineiros de 1943 e participou das articulações do movimento político-militar de 1964. Vitorioso o movimento, foi nomeado Interventor nas emissoras de rádio e televisão de Minas Gerais.

Pertenceu ao Partido Progressista, à UDN, da qual foi Presidente em Minas Gerais, e à Arena.

Em 1927, ingressou por concurso no corpo docente da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, como livre-docente de Direito Internacional Público, matéria que lecionou de 1933 a 1950. No ano seguinte, aprovado em concurso, foi nomeado catedrático de Ciências das Finanças, cadeira que vinha regendo, como substituto, a partir de 1937. No curso de Doutorado ensinou Teoria Geral do Estado e Economia e Legislação Social. Foi Vice-Diretor (1957-1960) e Diretor (1960-1965) da mesma Faculdade, membro do CFE (1967-1973), Presidente da Fundação Mineira de Educação e da Rádio Mineira S.A. e Diretor da Rádio Guarani S.A.

Jornalista desde a juventude, colaborou em *Brazílea*, revista de propaganda nacionalista, do Rio de Janeiro (1917); *Diário da Manhã*, *O democrata* e *Correio de Aracaju*, todos de Aracaju, SE; *Jornal do Comércio*, *O País*, *Gazeta de Notícias*, *A Folha* e *Fon-Fon*, do Rio de Janeiro; *O Diário*, *Estado de Minas*, *Folha do Dia*, *Folha da Noite*, de Belo Horizonte, e dirigiu o *Correio Mineiro*.

Membro do IHGMG e da AML, nesta ocupou a cadeira nº 12, patrocinada por Inácio José de Alvarenga Peixoto, em sucessão de João Dornas Filho.

Deixou as obras *Francisco Camerino, voluntário paisano* (trabalho histórico, 1917); *Flor tapuia* (opereta); *A cruz da estrada* (romance); *Pensão da Nicota* e *Um bacharel em apuros* (comédias); *Senzalas* (contos), *Rio de Janeiro*, Revista dos Tribunais, 1919; *A doce filha do juiz* (romance, menção honrosa da Academia Brasileira de Letras em 1927); *Canaviais* (1º prêmio do concurso de contos da Academia Brasileira de Letras em 1927); *Da Doutrina de Monroe*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1927; *As Funções Extrafiscais do Imposto* (tese de concurso), Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1949; *Contra o Divórcio*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1951; *Nacionalização dos Bancos Estrangeiros* (1951); *O Divórcio no Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1954; *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1955; *Mensagem aos Moços*, Belo Horizonte, Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1958; *Roteiro da Lapa... e Outros Roteiros*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1960; *Caravelas e Bateias*, Belo horizonte, Imprensa da UMG, ed. do autor, 1962; *Políticos e Outros Bichos Domésticos*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1963; *Dois Discursos na Academia*, Belo Horizonte, ed. dos autores, Imprensa da UMG, 1964; *Nos Tempos de João Goulart*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1965; *O Milagre Brasileiro*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1971; *Nova Iorque, Paris e Maroim*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1975; *Manual de Ciência das Finanças*, São Paulo, Saraiva, 1977.

Era sobrinho do antigo Deputado Federal por Sergipe Deodato da Silva Maia e primo do Senador sergipano Leandro Maynard Maciel.

Estado de Minas

Alberto Deodato Maia Barreto

FONTES: *Academia Mineira de Letras*. Arquivo./Dados biográficos. Informantes: Ivete Camargos Barreto e Natália Guerra Barreto. CEM/UFMG./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 17 ago. 1978, 1ª seção. p. 1. e 2ª seção. p. 9; 19 ago. 1978. p. 4; 23 ago. 1978, 2ª seção. p. 4; 26 ago. 1978, 1ª seção. p. 562 e 2ª seção. p. 2; 24 out. 1978. p. 4./OLIVEIRA, Martins de. *História da literatura mineira*. 2 ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 12 mar. 1963. p. 9; 28 jul. 1977, Diário do Legislativo, pp. 12-14; 17 ago. 1978. pp. 1-2./*Revista da Faculdade de Direito; Memória Histórica (1892-1959)*. Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais. 10:229-30, out. 1958-mar. 1959./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926./VELHO SOBRINHO, J. F. *Dicionário biobibliográfico brasileiro*, Rio de Janeiro, s. ed., 1937.

BARRETO, Francisco Cleto Toscano

Procurador-Geral do Estado de Minas Gerais (1924-1926), ingressou, depois, na Magistratura estadual, tendo exercido o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Cataguases.

FONTE: *Minas Gerais*, Mensagem do Presidente Fernando de Melo Viana em 1925.

BARRETO, Jésus Trindade

Político, advogado, funcionário público, magistrado e professor, nasceu em Barra Longa, antigo Distrito de Mariana e, na época, de Ponte Nova, MG, a 13 de maio de 1926. Filho do fazendeiro e depois comerciante Antônio Júlio Barreto e da professora Cecília Trindade Barreto. Casado com Maria Vera Fagundes Barreto.

Fez o curso secundário no Seminário de Mariana, MG, e no Colégio Estadual de Minas Gerais, em Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais em 1955. É pós-graduado em Administração Pública pela Wayne State University, de Detroit, Michigan, EUA.

Iniciou a carreira política como Vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte, no período de 1963-1964.

Deputado Estadual da 7ª à 10ª Legislatura (1971-1986), na Assembléia exerceu os cargos de Vice-Líder do Governo e da Arena (1975), Presidente das Comissões de Segurança (1972-1975), de Educação e Cultura (1979-1982) e de Proteção e Defesa do Consumidor (1981-1984); Vice-Presidente da Comissão de Serviço Público Civil (1971-1974) e membro das Comissões de Segurança Pública (1971; 1980-1982) e de Leis Complementares à Constituição (1973-1974).

Funcionário do Departamento Estadual de Trânsito e Delegado de Polícia do Estado, ocupou vários postos de chefia. Desempenhou também as funções de Diretor da Penitenciária Agrícola de Neves (1965-1966), Oficial-de-Gabinete do Presidente da Assembléia Legislativa (1966), Delegado Distrital em Belo Horizonte (1967), Delegado de Vigilância Geral (1968) e Delegado de Falsificações e Defraudações (1970).

Foi aprovado em concursos para Juiz de Direito do Estado e Juiz do Trabalho e é professor licenciado da Academia de Polícia Rafael Magalhães.

Além de artigos em revistas, publicou ensaios: *A Poesia, uma Constante na Vida Humana*; *Estudo Sobre a Vida de Oscar Wilde e Paulo Setúbal, Dom Frei Manuel da Cruz* e *Foge o Mundo da Economia Liberal?* e os trabalhos parlamentares *Discursos por Minas e Mineiros*.

Pertence à Academia Marianense de Letras, à Academia de Letras do Sul de Minas, sediada em Campanha, e à Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais.

Pertenceu à UDN e à Arena e, em seguida, filiou-se ao PDS.

Entre outras condecorações, recebeu a Medalha do Sol Nascente, do Governo Imperial do Japão.

Atuaram na política seus tios Monsenhor Cônego Raimundo Otávio da Trindade, como Presidente da Câmara Municipal de Ponte Nova e Desembargador José da Costa Rios Filho, ex-Prefeito de Pouso Alegre, MG; seus irmãos João Bosco Barreto, ex-Prefeito de Gouveia, MG, e Geraldo Majela Barreto, Vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte.

FONTES: *Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais*. Arquivo. Ficha biográfica./ *Deputados Estaduais de Minas Gerais à 8ª Legislatura (1975/1979)*. Ficha biográfica. Convênio APM/UCMG. Coordenador: Caio C. Boschi./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 22 jan. 1971. p. 3./FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte.

BARROS, Amintas Ferreira de

Político e advogado, nasceu em Divino Espírito Santo, Distrito de Carangola (hoje cidade de Divino), MG, a 28 de maio de 1906, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 7 de dezembro de 1979. Filho do Juiz de Paz Sebastião Ferreira de Barros e de Honorina Amália de Barros.

Fez o curso secundário no Ginásio Leopoldinense, de Leopoldina, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais em 1931.

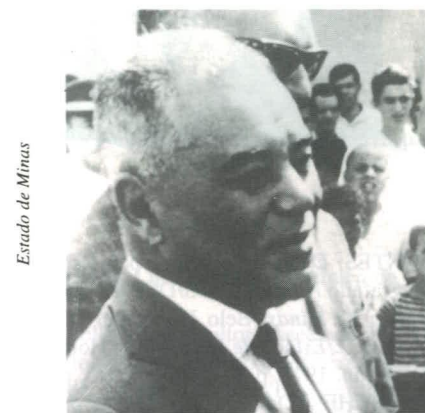
Advogando em Belo Horizonte, elegeu-se Vereador à Câmara Municipal, em 1936. Com a implantação do Estado Novo em 1937, os órgãos legislativos do País foram suprimidos, e ele voltou a advogar.

Em 1946, o Presidente Eurico Gaspar Dutra nomeou-o membro do Controle Administrativo do Estado de Minas Gerais.

Em 1947, dois anos após a queda do Estado Novo, elegeu-se novamente Vereador por Belo Horizonte. De 31 de janeiro de 1959 a 28 de agosto de 1962, exerceu o mandato eletivo de Prefeito de Belo Horizonte, período em que ocupou a Presidência da União das Prefeituras das Capitais Brasileiras.

Deputado Federal na 5ª Legislatura (1963-1967), integrou a Comissão de Minas e Energia, cuja Presidência exerceu várias vezes, e as Comissões do Distrito Federal, de Legislação Social e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas. Na 8ª Legislatura (1975-1979), foi suplente de Deputado Federal.

Por muitos anos, fez parte do Conselho Penitenciário de Minas Gerais.

Pertenceu ao PRM, ao PTB, ao PSD e à Arena.

Estado de Minas

Amintas Ferreira de Barros

FONTES: *Correio Braziliense*, Brasília, 23 jul. 1964, 2º caderno. p. 3./Dados biográficos. Informante: Prefeitura Municipal de Divino. CEM/UFMG./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 31 dez. 1960/1º jan. 1961. p. 3./ FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 3 fev. 1959. p. 21./*Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

BARROS, Daniel de Freitas

Político, advogado, industrial e fazendeiro, nasceu em Ituiutaba, MG, a 3 de outubro de 1919, e faleceu na mesma cidade, a 22 de junho de 1975. Filho de Daniel de Barros e de Francisca de Freitas Barros. Casado com Gicelda de Sousa Barros.

Fez o curso secundário no Colégio Estadual de Uberlândia, MG, no Colégio Afonso Arinos, de Belo Horizonte, MG, e no Colégio Andrews, do Rio de Janeiro, DF, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal, em 1951.

No Rio de Janeiro, trabalhou no comércio e no Banco do Comércio S.A.

Formado, voltou a sua terra natal, onde exerceu a advocacia e se elegeu Vereador à Câmara Municipal.

Deputado Estadual na 4ª e 5ª Legislaturas (1959-1967), eleito, respectivamente, pelo PTN e pelo PTB, foi 4º-Secretário da Comissão Executiva da Assembléia (1959), Vice-Líder do PTB (1965), Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública (1966) e membro das Comissões de Serviço Público Civil (1960), de Redação (1960-1962; 1966), de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (1961) e de Agricultura, Indústria e Comércio (1964-1966).

FONTES: *Anais da Assembléia Legislativa*. 1975. Belo Horizonte, Diretoria Auxiliar da Mesa/Divisão de Redação e Publicidade. 2: 174-6, s. d./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 1º mar. 1959. p. 3.

BARROS, Edgar de Vasconcelos

Político, escritor, acadêmico, advogado, sociólogo e professor, nasceu em Guiricema, então Distrito de Rio Branco, MG, a 31 de dezembro de 1912. Filho do médico e político Sebastião de Vasconcelos Barros e de Maria Graça de Vasconcelos. Casado com Irene de Vasconcelos Barros.

Fez o curso secundário no Ginásio de Viçosa, MG, e no Instituto Propedêutico, de Ponte Nova, MG. Bacharelou-se, em 1937, pela FNDUB e, em 1951-1952, cursou a Universidade de Wisconsin, EUA, pela qual obteve, em 1959, o grau de Doutor em Sociologia Rural.

Quando estudava no Rio de Janeiro, DF, trabalhou na redação do *Correio da Manhã*. Em 1938, passou a advogar em Viçosa, onde se iniciou no magistério como professor de Português, Francês, História Universal e Filosofia. Em 1942, tornou-se lente de Legislação Rural na Escola Superior de Agricultura e Veterinária, atual Universidade Federal de Viçosa, tendo ali ministrado, no ano seguinte, o primeiro curso de Sociologia Rural a ser oferecido no Brasil. Sob o patrocínio da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO -, empreendeu em 1950, sob orientação do Prof. John H. Kolb, da Universidade de Wisconsin, a primeira pesquisa social rural conduzida no Brasil.

Em 1952-1953, trabalhou no México, na Jamaica, em Cuba, na Costa Rica, na Colômbia, na Venezuela, no Peru e no Equador. Após três anos de permanência no exterior, reassumiu suas funções na Universidade de Viçosa, onde foi professor titular de Sociologia Rural e de Antropologia Cultural. Com bolsa de estudos da OEA, em 1964, fez curso de especialização em Planificação Rural e Desenvolvimento Regional na Universidade Hebraica de Jerusalém, ocasião em que recolheu material de estudos antropológicos em diversos países do Oriente Médio.

Professor visitante, em 1965 deu um curso sobre problemas sociais em países subdesenvolvidos, na Universidade de Milwaukee, EUA.

Na 5ª Legislatura (1963-1967) foi suplente de Deputado e na 6ª e 7ª (1967-1975), Deputado efetivo à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, onde presidiu a Comissão de Serviço Público Civil (1967) e a Comissão de Educação e Cultura (1968; 1969; 1971-1974). Fez parte da Comissão de Agropecuária e Política Rural, cuja Vice-Presidência ocupou em 1973-1974, e das Comissões de Trabalho e Ordem Social (1968; 1971), de Saúde Pública (1969), de Agricultura, Indústria e Comércio (1970), de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas (1972) e de Defesa do Meio Ambiente (1974).

Em 1971, sucedeu a Aníbal Pinto de Matos* na cadeira nº 37 da AML, patrocinada por Manuel Basílio Furtado. Pertence, também, ao Instituto Genealógico de São Paulo e à Academia Marianense de Letras.

Exerceu ainda as funções de Diretor Técnico do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (1963); Presidente Estadual da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (1965-1966); professor de Antropologia Cultural na Faculdade de Educação da UFMG (1971-1975); Presidente da Fundação Pandiá Calógeras (1975); Consultor para assuntos educacionais da Fundação Estadual de Ensino Rural Helena Antipoff; membro do Conselho Curador da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais e do Conselho Estadual de Cultura.

Além de artigos em vários órgãos de imprensa nacionais e estrangeiros, entre os quais o *Estado de Minas*, de Belo Horizonte, publicou as obras *Juventude Heróica*, Viçosa, Oficinas Gráficas da Escola Superior de Agricultura de Viçosa, 1950; *Contacts in Six Social Services in Four Brazilian Rural Communities* (tese de doutoramento); *O Problema da Liderança*, Rio de Janeiro, Serviço Social Rural, 1960 (tese de concurso); *Sociologia Rural*, Viçosa, Imprensa Universitária da Universidade Federal de Viçosa, 1971; *A Pesquisa Sociológica em Comunidade*; *Educação e Criatividade e Compêndio de Sociologia Rural*, em 2 volumes. Nos EUA, editou as monografias *Paracho, a Mexican village* (1954); *Araponga, an Old Community* (1955); *Itaboraí, a Changing Community* (1955) e *The Brazilian Church and its Influence upon the Community* (1955).

Pertenceu ao PR e à Arena.

É sobrinho-neto do Presidente Artur da Silva Bernardes* e cunhado de Juarez de Sousa Carmo* e de João de Almeida*.

Estado de Minas

Edgar de Vasconcelos Barros

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG./ *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 1º fev. 1967. p. 3./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 18 jun. 1971. p. 6; 14 maio 1975. p. 3./ FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 19 jun. 1971, Diário do Legislativo. p. 4; 22 jun. 1971, *Diário do Legislativo*, p. 2; 26 jun. 1971. p. 4; 14 maio 1975. p. 3./TRINDADE, Raimundo Otávio da. *Velhos troncos mineiros*. Revista dos Tribunais, 1955. v. 1.

BARROS, Hermenegildo Rodrigues de

Magistrado e promotor, nasceu em Januária, Província de Minas Gerais, a 31 de agosto de 1866, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 24 de setembro de 1955. Filho do Coronel da Guarda Nacional Mamede Rodrigues de Barros e de Joana Uzeda Barros. Casado, em primeiras núpcias, com Josefa Leonor de Resende Barros e, em segundas, com Bráulia de Meneses Barros.

Fez os estudos de Humanidades no Colégio do Caraça, Província de Minas Gerais, e os preparatórios no Colégio Almeida Martins, do Rio de Janeiro. Após freqüentar por dois anos a Faculdade de Direito de São Paulo, transferiu-se para a FDR, onde cursou o 3º ano. De volta a São Paulo, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP, em 1886.

Regressando, depois de diplomado, à Província natal, foi nomeado Promotor Público de Januária, onde serviu até ingressar, em 1890, na Magistratura, como Juiz Municipal do Termo de São Francisco. Em virtude da organização judiciária de Minas Gerais, implantada em 1890, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Carmo do Paranaíba. Removido, em janeiro de 1897, para Bonfim, ali permaneceu até abril de 1898, quando foi transferido para Palmira (atual Santos Dumont). Em agosto de 1899 foi promovido para a Comarca de Ubá, de 2ª Entrância. Em setembro de 1903 o Presidente Francisco Antônio de Sales* promoveu-o, por merecimento, ao Tribunal da Relação, onde serviu por mais de 15 anos. Era Presidente dessa Corte quando, em 22 de junho de 1919, foi nomeado Ministro do STF, cuja Vice-Presidência ocupou em 1931 e em 1934. Criada a Justiça Eleitoral em 1933, exercia o cargo de seu primeiro Presidente ao se implantar o Estado Novo. Foi então aposentado compulsoriamente.

Era sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Estado de Minas

Hermenegildo Rodrigues de Barros

Publicou as obras *Tribunal Especial, Direito das Sucessões, Memórias do mais antigo juiz do Brasil e Decisões Judiciárias.*

FONTES: CALMON, Pedro. *Discurso e Aniversário do Instituto*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1955. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 229: 357-9 e 377-8, 1956./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 17 set. 1978. p. 20./*Jurisprudência Mineira*. Belo Horizonte, 9: 223-8, jan./dez. 1955./LAGO, Coronel Laurênio. *Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal; dados biográficos (1828-1978)*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1978./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 25 set. 1955. p. 8; 5 out. 1955, Diário da Assembléia. p. 1./OTONI, Carlos. *Nortistas Ilustres*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1907./*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Sócios falecidos: Hermenegildo de Barros*. Rio de Janeiro, s. ed., 230:486, 1956./ RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970-1./ SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

BARROS, José Maria de Morais e

Oficial do Exército e advogado, nasceu em São Miguel do Piracicaba, Distrito de Santa Bárbara (hoje cidade de Rio Piracicaba), MG, a 6 de agosto de 1902. Filho do Cel. Durval de Barros e de Judith de Moraes e Barros. Casado com Antônia Líbia Meyer e Barros.

Depois de concluir o curso de Agrimensura no Colégio Militar de Barbacena, MG, ingressou no Exército, em 1918. Freqüentou o curso de Artilharia da Escola Militar do Realengo pelo Reg. 1919, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, a Escola de Estado-Maior e a Escola Superior de Guerra. Em 1930, bacharelou-se em Direito.

Na sua carreira militar exerceu, entre outras funções, as de Chefe do Gabinete da Diretoria-Geral de Material Bélico, Chefe do Estado-Maior do IV Exército, Comandante da Artilharia Divisionária da 3ª DI, Subchefe do Departamento de Provisão Geral, Comandante da Artilharia da Costa da 1ª RM. Participou de operações de guerra nas revoluções paulistas de 1924 e 1932. Em março de 1961 atingiu o posto de General-de-Brigada e reformou-se, em maio de 1971.

Recebeu a comenda da Ordem do Mérito Militar, a Medalha de Guerra, a Medalha Marechal Carlos Machado, do Colégio Militar, a Medalha de Distinção de 2ª Classe, a Medalha do Pacificador e a Medalha Militar de Ouro (com passador de platina). Foi distinguido, também, com a Ordem do Mérito de San Martin, da Argentina, e a Ordem do Mérito do Paraguai.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Ministério do Exército. Secretaria-Geral, 1ª Seção.

BARROS, José Sete de

Político e médico, nasceu em Ponte Nova, MG, a 30 de junho de 1918. Filho de Aniceto de Barros e de Luísa Sete de Barros.

Exercendo clínica em sua cidade natal, elegeu-se suplente de Deputado Federal para a 4ª Legislatura (1959-1963), chegando a exercer o mandato a partir de 1962. Suplente de Deputado Estadual na 5ª Legislatura (1963-1967), efetivou-se no mandato em abril de 1964, ao ser cassado o titular da cadeira, Sinval de Oliveira Bambirra*. De novo eleito suplente de Deputado Estadual para a 6ª Legislatura (1967-1971), em março de 1969 teve extinta sua suplência. No período em que permaneceu na Assembléia, foi Presidente das Comissões de Trabalho e Ordem Social (1965) e de Saúde Pública (1966), Líder do PTB (1965), Vice-Líder do MDB (1967), Vice-Presidente da Comissão de Serviço Público (1964) e membro efetivo das Comissões de Siderurgia e Mineração (1966) e de Trabalho e Ordem Social (1966).

Pertenceu ao PTB e ao MDB, filiando-se, posteriormente, ao PMDB.

FONTES: *Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 17 abr. 1979. Diário do Legislativo. p. 7.

BARROS, Luís Eugênio Monteiro de

Político e agricultor, nasceu em São Sebastião da Mata, Distrito de Muriaé, Província de Minas Gerais (hoje cidade de Eugenópolis), e faleceu em maio de 1916.

Coronel da Guarda Nacional e fazendeiro, ocupou o cargo de 1º Suplente de Juiz Municipal em sua terra natal, em cuja política atuou como Vereador, Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal.

A seguir, elegeu-se Deputado Federal para a 2ª, 3ª e 4ª Legislaturas (1894-1902).

Na Monarquia, esteve filiado aos Partidos Conservador e Liberal e, na República, ao PRM.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados*. 1916. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. 1: 167-8. 1918./ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917*. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 1.

BARROS, Márcio Aristeu Monteiro de

Desembargador, nasceu em Santa Luzia, MG, a 3 de setembro de 1929. Filho de Antônio Monteiro de Barros e de Celina de Barros. Casado com Dulce Campos Monteiro de Barros.

Concluiu seus estudos secundários no Instituto Padre Machado, de Belo Horizonte, em 1950, e bacharelou-se em Direito pela UFMG em 1956.

Iniciou sua carreira pública como Promotor de Justiça na Comarca de Resplendor. Na Magistratura, foi Juiz de Direito em Botelhos (1961/1963), Congonhas (1963/1965), Inhapim (1965/1967), Ponte Nova (1967/1968), Sabará (1968/1971) e Manhuaçu (1971). Ainda em 1971, foi promovido, por merecimento, para a 3ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias de Belo Horizonte, sendo removido, em 1977, para o cargo de 4º Juiz de Direito Substituto de 2ª Instância. Em 1978, foi designado para prestar assessoria à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, sendo nomeado Desembargador desse Tribunal em 1979, cargo que assumiu em 31 de outubro do mesmo ano.

Recebeu a Medalha de Honra da Inconfidência (1982) e o Colar de Mérito Judiciário (1983).

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

BARROS, Paulo de Resende

Magistrado e promotor, nasceu em Bonfim, MG, a 7 de fevereiro de 1898. Filho do magistrado Hermenegildo Rodrigues de Barros* e de Josefa Leonor de Resende Barros. Casado com Isabel Ferraz de Barros.

Fez os estudos secundários no Instituto Lafayete, no Rio de Janeiro, DF, e no Ginásio Mineiro, de Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais em 1926.

Iniciou a carreira como Promotor de Justiça em Januária, MG. Ingressando na Magistratura estadual em 1928, foi Juiz Municipal, sucessivamente, das Comarcas de Itabira do

Mato Dentro (hoje Itabira), Santa Bárbara e Pará de Minas. Promovido a Juiz de Direito em 1932, serviu em Jequitinhonha, Santo Antônio do Monte (1934), Santa Luzia (1937), Sabará (1939), Ouro Preto, (1953). Em fevereiro de 1965 foi promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça, cargo em que se aposentou no ano de 1968.

Atuou na vida pública, além de seu pai, seu irmão Sizenando Rodrigues de Barros*.

FONTES: *Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.* Secretaria. Ficha funcional./ *Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino.

BARROS, Sebastião Mendes

Político, farmacêutico e funcionário público, nasceu em São José da Lagoa, Distrito de Itabira do Mato Dentro (hoje cidade de Nova Era), MG, a 3 de maio de 1923. Filho do agricultor Camilo de Azevedo Barros e de Adelina da Conceição Mendes Barros. Casado com Iêda da Silva Barros.

Fez os estudos secundários no Ginásio Propedêutico de Ponte Nova, MG, e no Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto, MG, e formou-se em Farmácia pela UFMG em 1945.

Exerceu a profissão de farmacêutico nas cidades mineiras de Raul Soares (1947-1949) e Governador Valadares (1949-1970). Nesta, foi Vereador (1959-1962), Presidente da Câmara (1961-1962) e Prefeito Municipal (1971-1972).

Depois de trabalhar como funcionário da Prefeitura de Contagem (1973), elegeu-se Deputado Estadual para a 8ª, 9ª e 10ª Legislaturas (1975-1983). Eleito Deputado Estadual Constituinte de 1986 e para o período 1987-1991, na Assembléia Legislativa ocupou a Vice-Liderança do MDB (1977), do Partido Popular (1980-1981), do PMDB e da Maioria (1983), presidiu à Comissão de Agropecuária e Política Rural (1975), foi Vice-Presidente da Comissão de Economia e Obras Públicas (1980 e 1982) e integrou as Comissões de Assuntos Municipais e Planejamentos Regionais (1975) e de Economia e Obras Públicas (1983-1984). Suplente das Comissões de Constituição e Justiça (1979-1982), foi ainda suplente da Comissão de Abastecimento e membro efetivo das Comissões de Redação e de Saúde.

Durante o Governo Newton Cardoso*, foi Secretário de Estado do Abastecimento (1987) de Minas e Energia (1988) e do Trabalho e Ação Social (1990-1991).

Filiado ao PMDB, pertenceu ao PSD, ao MDB e ao Partido Popular.

Atuaram na política seus irmãos Antonina Barros Cota, Vereadora por Rio Piracicaba, e Antonino Mendes Barros, Vereador por Nova Era, e seu sobrinho Antônio Sebastião Ferreira Barros, Vice-Prefeito de São Domingos do Prata.

FONTES: *Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.* Arquivo. Ficha biográfica./ Dados biográficos. Informante: Secretária de Sebastião Mendes Barros. Centro de Estudos Mineiros/UFMG./*Deputados Estaduais de Minas Gerais à 8ª Legislatura (1975-79).* Ficha biográfica. Convênio Arquivo Público Mineiro/UCMG. Coordenador: Caio C. Boschi.

BARROS, Sizenando Rodrigues de

Magistrado, delegado e advogado, nasceu em Januária, Província de Minas Gerais, a 8 de maio de 1889, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 22 de junho de 1949. Filho do magistrado Hermenegildo Rodrigues de Barros*. Casado com Malvina Souto de Barros.

Fez os estudos secundários no Ginário Mineiro, em Barbacena, MG, e Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais em 1911.

De 1912 a 1914, foi Delegado de Polícia, primeiro em Januária e depois em São Francisco, no Norte do Estado. Nomeado Promotor de Justiça de Grão-Mogol, cargo que exerceu, sucessivamente, nos Termos de Sacramento e Uberaba, no Triângulo Mineiro. Exonerou-se da judicatura para dedicar-se à advocacia. Reingressando, pouco depois, à Magistratura mineira, desempenhou as funções de Juiz de Direito das Comarcas mineiras de Estrela do Sul, Itabira do Mato Dentro (atual Itabira) e Ouro Preto.

Promovido para Belo Horizonte, como primeiro ocupante da 3ª Vara Cível, dois meses depois ascendia ao Tribunal de Apelação. Aposentou-se como Desembargador em setembro de 1948, menos de um ano antes de falecer.

Atuou também na vida pública, além de seu pai, seu irmão, Paulo de Resende Barros*.

FONTES: *Gazeta Mineira*, Belo Horizonte, 6 out. 1938. p. 6./*Jurisprudência mineira.* Belo Horizonte. 5.3-4, mar./abr. 1952./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 23 jun. 1949. pp. 9-10./RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais.* Belo Horizonte, Ed. Guia Rivera, 1970/1./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino.

BARROS, Vítor Penido de

Político, advogado, empresário e pecuarista, nasceu em Nova Lima, MG, a 26 de junho de 1942. Filho de José Bernardo de Barros e de Carmelita Penido de Barros. Casado com Irenice Sarti Barros.

Concluiu seu curso secundário de Contabilidade no Liceu Imaculada Conceição, em 1963, e bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito Mílton Campos, de Belo Horizonte, em 1983.

Foi Prefeito Municipal de Nova Lima (1976-1982) e, em 1986, elegeu-se Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991). Na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, foi membro efetivo da Comissão de Turismo e suplente das Comissões de Assuntos Municipais e Planejamentos Regionais, de Constituição e Justiça e de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultura.

Em 1989 renunciou a seu mandato parlamentar para assumir o cargo de Prefeito de Nova Lima, para o qual havia sido eleito em 1988.

Foi filiado ao MDB, PDS e PFL.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

BARROSO, Alarico

Magistrado e promotor, nasceu em Rio Vermelho, Distrito de Serro (hoje cidade de Rio Vermelho), MG, a 19 de maio de 1890, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 28 de novembro de 1974. Filho do farmacêutico e político Inácio Alves Barroso* e de Maria Lopes Barroso. Casado com Ana Adelaide Machado Barroso.

Iniciou o curso secundário no Ginásio Mineiro e no Colégio Dom Viçoso, em Belo Horizonte, tendo-o concluído no Ginásio São José, de Silvestre Ferraz, MG. Bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro em 1918.

Voltando para Minas Gerais depois de formado, foi Promotor de Justiça da Comarca de Santo Antônio do Monte durante quatro anos. Nomeado Juiz Municipal de São João del-Rei em 1923, ali serviu seis meses, até ser promovido a Juiz de Direito da Comarca de Pitangui. Transferido para Belo Horizonte

como Juiz de Menores, exerceu o cargo de 1926 a 1946 e, de 1928 a 1935, cumulativamente com o de Juiz Eleitoral. Foi elevado ao Tribunal de Justiça em 1946, tendo-se aposentado em 1950.

Antes de ingressar no Ministério Público, trabalhou como funcionário da administração dos Correios em Belo Horizonte (1910-1914) e da Estrada de Ferro Central do Brasil no Rio de Janeiro, DF (1915-1918). Um dos fundadores da Casa do Pequeno Jornaleiro da Capital mineira, presidiu a instituição durante vários anos.

Atuaram na política seu pai e seu tio Sabino Alves Barroso Júnior*.

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 11 dez. 1974. p. 4; 5 jun. 1975, Diário do Legislativo. pp. 2-3./*Jurisprudência Mineira.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 60: 1-3, jan./mar. 1975.

BARROSO, Inácio Alves

Político e farmacêutico, nasceu na fazenda Bom Jardim, na paróquia de São Sebastião das Correntes, Província de Minas Gerais (hoje cidade de Sabinópolis), a 31 de julho de 1860, e faleceu nessa cidade, a 25 de maio de 1932. Filho de Sabino Alves Barroso e de Maria Josefina de Araújo Barroso. Casado com Maria Lopes Barroso.

Estudou Humanidades no Seminário de Dimantina e no Colégio do Caraça, Província de Minas Gerais, e formou-se pela Escola de Farmácia de Ouro Preto.

Foi Prefeito de Sabinópolis e Deputado Estadual da 8ª à 10ª Legislaturas (1919-1930).

Pertenceu ao PRM.

Atuaram na política seus irmãos Sabino Alves Barroso Júnior* e João Evangelista Barroso*.

FONTE: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 1º jun. 1932. p. 21.

BARROSO, João Evangelista

Político e promotor, nasceu em Serro, Província de Minas Gerais, e faleceu em Ubá, MG, a 22 de junho de 1910. Filho do Coronel da Guarda Nacional Sabino Alves Barroso e de Maria Josefina de Araújo Barroso.

Bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais em 1901.

Quando acadêmico, exerceu o cargo de amanuense da Secretaria Estadual de Agricultura e, a seguir, da Prefeitura de Belo Horizonte, MG.

Logo depois de formado, foi Promotor Público da Comarca de Pomba (hoje Rio Pomba), MG.

Transferido para Ubá, deixou o Ministério Público para militar na política, elegendo-se Deputado Estadual para a 5ª Legislatura (1907-1910).

Pertenceu ao PRM.

Atuaram na política seus irmãos Sabino Alves Barroso Júnior* e Inácio Alves Barroso*.

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 23 jun. 1910. p. 6./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino.

BARROSO JÚNIOR, Sabino Alves

Político, advogado, professor e jornalista, nasceu na fazenda Bom Jardim, no Distrito de São Sebastião das Correntes, Município de Serro, Província de Minas Gerais (hoje cidade de Sabinópolis), a 27 de abril de 1859, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 15 de junho de 1919. Filho do Coronel da Guarda Nacional Sabino Alves Barroso e de Maria Josefina de Araújo Barroso.

Estudou Humanidades no Seminário de Diamantina e no Colégio do Caraça, Província de Minas Gerais, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1884.

Ainda estudante em São Paulo, foi redator de *O Constitucional*, com Bueno de Paiva e Tito Fulgêncio.

Depois de diplomado, fixou-se como advogado em Ouro Preto, MG.

Imediatamente iniciou a carreira política em Serro, elegendo-se Deputado Provincial pelo Partido Conservador para a 26ª Legislatura (1886-1887) e reelegendo-se para a 28ª (1888-1889), a última do regime monárquico. Alcançou, então, a Liderança da Maioria Conservadora e a Presidência da Assembléia Legislativa.

Proclamada a República, foi eleito Deputado Constituinte de Minas, quando ocupou a 1ª-Secretaria, e para a 1ª e 2ª Legislaturas (1891-1898).

Na 3ª Legislatura (1899-1902), foi Senador Estadual, mas logo renunciou ao mandato por ter sido eleito para a 4ª Legislatura (1900-1902) da Câmara Federal, durante a qual exerceu a Liderança da Bancada mineira.

Também renunciou a esse mandato para, na Presidência de Campos Sales, ocupar, de agosto de 1901 a novembro de 1902, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores e, interinamente, de setembro a novembro de 1902, o Ministério da Fazenda.

Eleito para a 5ª Legislatura da Câmara Federal (1903-1905), ali permaneceu até que, em 15 de novembro de 1914, no Governo Venceslau Brás Pereira Gomes*, voltou a desempenhar as funções de Ministro da Fazenda. Emitiu, então, letras do Tesouro, conhecidas como Sabinas, para aliviar a crise econômico-financeira do País. Afastou-se do cargo em 31 de maio de 1917 para ir à Europa para tratamento de saúde. De regresso ao Brasil, foi eleito, em 1917, Deputado Federal para o restante da 9ª Legislatura (1915-1917), na vaga de Joaquim Ferreira de Sales*, e, depois, reeleito para a 10ª Legislatura (1918-1920). Presidiu a Câmara dos Deputados de 26 de maio de 1909 a 20 de novembro de 1914 e de 26 de julho de 1917 a 8 de junho de 1919.

Membro do PRM, fez parte da sua Comissão Executiva.

Em Belo Horizonte foi, com Francisco Mendes Pimentel*, um dos fundadores do antigo *Diário de Minas*, órgão do PRM. Lançou, ainda, o jornal *O Serro* e colaborou em revistas jurídicas.

Um dos fundadores da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, foi o primeiro lente de Direito Público e Constitucional, tendo posteriormente regido as cátedras de Hermenêutica Jurídica e de Direito Civil. Figurou também entre os fundadores da *Revista da Faculdade de Direito.*

Atuaram na política seus irmãos Inácio Alves Barroso* e João Evangelista Barroso* e seu cunhado Joaquim Tomás Carvalhais*.

FONTES: CASASANTA, Mário. Grandes vultos de Minas Gerais. In: *Revista Alterosa.* Belo Horizonte. 33: 16, jan. 1943./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 6 ago. 1919. p. 1./ ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917.* Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 1./*Galeria Nacional; vultos proeminentes da história brasileira.* Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do *Jornal do Brasil*, 1933-6. fascículo 6./*Minas Gerais*, Ouro Preto, 7 nov. 1892./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 17 jun. 1919. p. 2; 29 abr. 1959. p. 34./OTONI, Carlos. *Nortistas ilustres.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1907./*Publicações do Centenário de Minas Gerais.* Coletânea de autores mineiros, organizada por Mário de Lima (prosadores). Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1922. v. 1./*Revista da Faculdade de Direito; memória histórica (1892-1959).* Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais. 10:215, out. 1958-mar. 1959./ SENA, Nélson de. *Anuário de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1913./ SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

BATISTA, Elias Teotônio

Político, Coronel da Guarda Nacional, advogado provisionado e fazendeiro, nasceu no Município de Bagagem, Província de Minas Gerais (hoje Estrela do Sul), a 18 de fevereiro de 1870, e faleceu nessa cidade, a 11 de maio de 1916. Filho de Francisco Batista de Matos e de Brígida Batista Lemos. Casado com Maria Batista de Matos.

Fez o curso de Humanidades no Seminário Episcopal de Uberaba, MG. Foi Vereador por sua terra natal, onde foi também Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal, ao mesmo tempo que exercia a advocacia.

Elegeu-se Deputado Estadual para a 6ª e 7ª Legislaturas (1911-1918), tendo falecido em meio ao segundo mandato.

Pertenceu ao PRM.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 13 de maio de 1916. p. 1./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 12 maio 1916. p. 5.

BATISTA, Juarez

Político, comerciante e industrial, nasceu em Uberaba, MG, a 25 de maio de 1936. Filho de Manuel Batista Júnior e de Iraci Carneiro Batista.

Empresário estabelecido no Triângulo Mineiro, elegeu-se Deputado Federal para a 8ª e 9ª Legislaturas (1975-1983), durante as quais foi membro efetivo das Comissões de Transportes (1975), de Agricultura e Política Rural (1979) e de Economia, Indústria e Comércio.

Foi reeleito para o período 1983-1987.

Filiado ao PMDB, pertenceu ao MDB e ao PP.

FONTES: *Deputados brasileiros; repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados*. 8ª Legislatura (1975-9). 2. ed. Brasília, Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação, 1976./*Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

BATISTA FILHO, Ermano

Político, advogado, comerciante e produtor rural, nasceu em Aimorés, MG, a 21 de novembro de 1937. Filho do agricultor Hermano Batista de Sousa e de Aucélia Salazar Batista. Casado com a professora Maria Terezinha Duque Batista.

Concluiu seus estudos secundários no Colégio Instituto do Povo, em Mantena, MG, em 1964, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Colatina, ES, em 1971.

Elegeu-se Vereador à Câmara Municipal de Mantena para o período 1963-1967. Eleito Vice-Prefeito em 1966, com a renúncia do Prefeito, ocorrida em 1969, assumiu o cargo até 1970. Em 1972, elegeu-se Prefeito Municipal de Mantena (1973-1977). Sua administração deu ênfase às obras de infra-estrutura e, através de incentivos à produção, reconquistou para o município a condição de grande produtor de café.

Recebeu o título de Cidadão Honorário de Mantena.

Em 1990, elegeu-se Deputado Estadual para 12ª Legislatura (1991-1995), pelo PL. Na Assembléia, é membro efetivo das Comissões de Administração Pública e de Constituição e Justiça, além de suplente da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Filiado ao PL, pertenceu ao PSD (1962-1966) e à Arena, cujo Diretório Municipal de Mantena presidiu e pela qual foi delegado junto à convenção regional. Mais tarde, passou a integrar o PDS, presidindo estes dois últimos partidos em Mantena.

Publicou artigos políticos em *O Trovão*, jornal local de Mantena.

Seu irmão Lair Batista de Sousa foi Vice-Prefeito de Mantena.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

BAWDEN, Henrique

Magistrado, nasceu em Mariana, Província de Minas Gerais, a 7 de agosto de 1871, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 4 de julho de 1949. Filho do Senador João Bawden* e de Florisbela de Faria Bawden. Casado com Maria Leonor Teixeira Bawden.

Estudou Humanidades no Seminário de Mariana e no Colégio do Caraça, Província de Minas Gerais. Transferindo-se para Ouro Preto, fez os preparatórios no Colégio Mineiro e iniciou, na Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, o curso superior, que concluiu na Faculdade de Direito de São Paulo em 1898.

No mesmo ano, começou a carreira profissional em Minas Gerais, como Promotor de Justiça de Aiuruoca, de onde se transferiu, a pedido, para Mar de Espanha e, posteriormente, para Entre-Rios (atual Entre-Rios de Minas). De 1901 a 1903, foi Juiz Substituto na Comarca de Mariana. A seguir, advogou, até 1907, em Queluz de Minas (atual Conselheiro Lafaiete). Nomeado Juiz Municipal de Entre-Rios em 1910, pouco depois passou a exercer a Promotoria da mesma Comarca. Tornando à Magistratura, foi nomeado Juiz de Direito de Dores do Indaiá (1917). Desempenhou as mesmas funções, sucessivamente, nas Comarcas de São José do Paraíso (atual Paraisópolis) e Cataguases. Promovido ao Tribunal de Apelação em 1933, aposentou-se como Desembargador em 1941.

FONTES: *Gazeta Mineira*, Belo Horizonte, 8 out. 1938. p. 6./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 8 jun. 1949. p. 8./*O Diário*, Belo Horizonte, 7 jun. 1949. p. 3./PAULA, Almênio José de & FERREIRA, Saturnino G. *Precursores e figuras notáveis de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Editora São Vicente, 1972./ *Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito*. Arquivo.

BAWDEN, João

Político e magistrado, nasceu em Mariana, Província de Minas Gerais, a 20 de janeiro de 1843, e faleceu na mesma cidade, a 2 de novembro de 1907.

Diplomado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1868, exerceu, em Mariana, MG, o cargo de Juiz Municipal e, mais tarde, o de Juiz Substituto. Nomeado Juiz de Direito, serviu nas Comarcas mineiras de Ponte Nova, Piranga e Passos. No Império, ocupou também o cargo de Chefe de Polícia.

Como político, foi Vereador, Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal de Mariana.

Eleito Senador Estadual na 3ª Legislatura (1899-1902), assumiu o mandato em 1901, na vaga de Necésio José Tavares*. Reeleito para a 4ª e 5ª Legislaturas (1903-1910), permaneceu no Senado Mineiro até a data de seu falecimento.

Na Monarquia, pertenceu ao Partido Liberal e, na República, ao PRM.

FONTES: *Diário de Minas*, Cidade de Minas, 21 jan. 1901. p. 2./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 3 nov. 1907. p. 5.

BEHRENS, Odilon

Secretário de Estado, médico, professor e funcionário público, nasceu em Muriaé, MG, a 27 de março de 1901, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 18 de outubro de 1959. Filho do professor Alberto Behrens e de Olímpia Gusman Behrens. Casado com Maria Natividade Lages Behrens.

Fez o curso secundário no Instituto Granbery, de Juiz de Fora, MG, e formou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais em 1927, tendo sido o orador da turma.

Quando estudante, trabalhou na repartição dos Correios e Telégrafos e em diversos órgãos da imprensa belo-horizontina.

Exerceu a medicina nas cidades mineiras de Guanhães (onde também lecionou na Escola Normal), Serro e Sabinópolis. Transferindo-se para a Capital em 1941, passou a integrar o corpo de médicos do Hospital Municipal, que chegou a dirigir.

Eleito Governador do Estado, Juscelino Kubitschek de Oliveira* convidou-o para Chefe do seu Gabinete Civil e, em seguida, nomeou-o, sucessivamente, Secretário de Educação (abril de 1951-agosto de 1953) e das Finanças (outubro de 1953-março de 1955).

Em abril de 1955, foi nomeado Ministro (Conselheiro) do Tribunal de Contas do Estado, ao qual presidia quando faleceu.

FONTES: AVELAR, Antônio Ribeiro de. *Figuras da casa de Minas*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1960./Dados biográficos. Informante: Prefeitura Municipal de Muriaé. CEM/UFMG./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 20 out. 1959. p. 3. /*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 20 out. 1959, 2ª seção. p. 12./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 28 jul. 1951. p. 13; 20 out. 1953. pp. 10-11; 16 abr. 195. p. 13; 9 jan. 1958. p. 19; 20 out. 1959, p. 10; 21 out. 1959, Diário do Legislativo, pp. 13-4.

BELATO, José Adamo

Político, empresário, advogado e agricultor, nasceu em Monsenhor Paulo, MG, a 25 de outubro de 1946. Filho de Atílio Belato e Maria Nair Caovila Belato. Casado com Raquel Moura Belato.

Concluiu seus estudos secundários na Escola Estadual Presidente Kennedy, em sua cidade natal, em 1971, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Varginha, em 1976.

Foi Vereador (1973-1977) e Prefeito (1982-1986) em Monsenhor Paulo.

Em 1986, foi eleito Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991). Na Assembléia Estadual Constituinte de Minas Gerais exerceu a Vice-Liderança do Governo (1989-1990). Na Assembléia Legislativa, foi Presidente das Comissões de Finanças e Orçamento (1987-1989), de Serviço Público (1987-1989); Vice-Presidente da Comissão de Proteção e Defesa do Consumidor (1987); suplente das Comissões de Finanças e Orçamento (1987), de Turismo (1987) e de Fiscalização Financeira e Orçamentária (1990).

Em 5 de julho de 1989, no Governo Newton Cardoso*, foi empossado Secretário de Estado de Esportes, Lazer e Turismo de Minas Gerais.

Em 1990, elegeu-se Deputado Federal para o período 1991-1995.

Filiado ao PMDB, pertenceu antes ao MDB.

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado. CEM/UFMG./BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Deputados brasileiros:* repertório biográfico. 49ª Legislatura 1991-1995. Brasília, 1991. p. 338.

BELÉM, Francisco Leite da Costa

Magistrado, foi Desembargador e Presidente do Tribunal da Relação de Minas em 1889.

FONTE: LIMA JÚNIOR, Augusto de. *Tribunal da Relação. 1874-1897*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1965.

BELÉM, Raul ver MIGUEL, Raul Décio de Belém

BEMQUERER, Lúcio Marcos

Presidente da Associação Comercial de Minas, empresário, economista, sociólogo e administrador público, nasceu em Grão-Mogol, MG, a 28 de março de 1938. Filho de Antônio Gonçalves Bemquerer e de Maria Batista Bemquerer. Casado com Maria Beatriz Felizardo Bemquerer.

Concluiu o 1º grau no Grupo Escolar Professor Bicalho, em Grão-Mogol, no ano de 1950, e fez os estudos secundários no Colégio Diocesano Nossa Senhora Aparecida, de Montes Claros, MG, pelo qual se formou em 1957. Nessa cidade, como estudante secundarista, presidiu o Diretório Estudantil local (1956-1957). Bacharelou-se em Sociologia, Política e Administração Pública (1964) e em Economia (1968) pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Em Montes Claros, fundou e dirigiu, juntamente com outros jornalistas, a *Revista Encontro*, que viria a desfrutar de significativo prestígio no Norte de Minas.

Transferiu-se em 1958 para Belo Horizonte, onde foi Diretor do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG e do Diretório Central dos Estudantes (1962-1964). Em 1963, ocupou por seis meses a Intendência Municipal de Itacambira, MG, quando da emancipação daquele Distrito.

Atua na área de consultoria econômica, sendo sócio controlador e principal dirigente das empresas LL - Projetos e Consultoria Ltda. e da Compra e Venda de Empresas Ltda -CVE. É proprietário da Cabral Agropecuária Ltda.

Diretor da Associação Comercial desde 1979, exerceu nessa entidade dois mandatos de Vice-Presidente (1980-1984; 1987-1990), dirigiu a sua Comissão de Assuntos Regionais e coordenou os seus Departamentos Econômico e Jurídico. Em dezembro de 1990, passou a ocupar o cargo de Presidente da Associação Comercial de Minas. Em 1990, foi eleito Presidente da Federação das Associações Comerciais - Facemg - e Diretor do Centro das Indústrias - Ciemg - do Estado de Minas Gerais. É Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros de Minas Gerais (1990) e do Conselho Nacional de Associações Comerciais (1991).

Participa do Conselho Político e Econômico do Clube de Diretores Lojistas de Belo Horizonte - CDL (desde 1987), do Conselho Curador da Fundação Dom Cabral (1991), da Comissão Empresarial de Competitividade do Governo Federal - CEC (1991), além de integrar, como um dos representantes do Brasil, o Grupo 10 (política macroeconômica) do Mercosul.

Professor fundador da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Fundação Universidade do Norte de Minas, recebeu diversas medalhas e títulos por serviços prestados ao Estado de Minas Gerais.

Estado de Minas

Lúcio Marcos Bemquerer, outubro de 1990

Publicou artigos sobre economia e política em jornais e revistas nacionais. Proferiu palestras em universidades e entidades de classe do País e do exterior. Como debatedor, participou do Seminário Internacional do *Insead - Institut Européen d'Administration des Affaires* - em Fontainebleau, França, e, como expositor/debatedor, do fórum *Brésil-Amérique Latine*, promovido pelas Sociedades de Desenvolvimento da França e pela Câmara de Comércio da Alsácia.

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG. / Associação Comercial de Minas.

BENEDITO VALADARES ver RIBEIRO, Benedito Valadares

BENÉ GUEDES ver GUEDES, Benedito Rubens Renó

BENGTSSON JÚNIOR, Hugo

Desembargador e professor, nasceu em Muzambinho, MG, a 3 de novembro de 1936. Filho do comerciante Hugo Bengtsson e de Maria de Araújo Bengtsson. Casado com Izabel Alves Bengtsson.

Concluiu seus estudos secundários no Colégio Estadual de Muzambinho, em 1955, e bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro, em Uberaba, MG, em 1964. Licenciou-se em Matemática, Física e Desenho pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guaxupé, MG.

Iniciou sua carreira pública como Promotor de Justiça, em 1966, em Grão-Mogol, MG, exercendo esse cargo ainda nas Comarcas mineiras de Rio Espera e Santa Maria do Suaçuí. Em 1968, fez concurso para Juiz de Direito, exercendo essa função nos municípios mineiros de Ibiraci (1968-1969), Espinosa (1969-1970), Carmo do Rio Claro (1970-1976) e Juiz de Fora (1976-1980). Em 1980, foi promovido, por merecimento, a Juiz da 13ª Vara Cível de Belo Horizonte, cargo que exerceu até 1985, quando foi promovido para a 3ª Câmara Cível do Tribunal de Alçada, da qual foi Presidente. Foi ainda membro e Presidente da Comissão de Jurisprudência e Divulgação e Diretor da *Revista de Julgados do Tribunal de Alçada*.

A 28 de dezembro de 1988, foi nomeado, por merecimento, pelo Governador do Estado Newton Cardoso*, Desembargador do Tribunal de Justiça.

Foi professor de várias escolas de 1º e 2º graus e, a partir de 1983, professor assistente de Direito Processual Civil da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Recebeu, em 1984 e 1987, a Medalha Santos Dumont, bem como a do Mérito Judiciário, outorgada pelo Clube dos Advogados de Minas Gerais, por distinção entre personalidades que se destacaram em 1983.

Teve várias sentenças publicadas no Minas Gerais e na *Revista de Julgados do Tribunal de Alçada*.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

BENJAMIN, José

Comerciante e líder classista, nasceu na Província da Bahia e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 6 de agosto de 1928. Casado com Cândida Murta.

Deixando a terra natal em 1881, empregou-se como caixeiro em Ouro Preto, MG, onde veio a abrir uma casa comercial em 1889.

Em seguida, fixou-se na recém-inaugurada Belo Horizonte, com atividade mais intensa, tendo sido posteriormente Deputado à Junta Comercial e Presidente (1909-1910) da Associação Comercial de Minas. Foi ainda comanditário de várias casas comerciais em Belo Horizonte e Sabará, MG, e Rio de Janeiro, DF.

FONTE: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 6-7 ago. 1928. p. 11.

BERALDO, João Tavares Correia

Político, advogado, magistrado, banqueiro e escritor, nasceu no Distrito de Santana do Sapucaí de Pouso Alegre (atual cidade de Silvianópolis), MG, a 20 de fevereiro de 1891, e faleceu em Juiz de Fora, MG, a 17 de março de 1960. Filho de Jonas Correia Beraldo e de Maria Eduarda Tavares Beraldo. Casado, em primeiras núpcias, com Hermantina Schumann Beraldo e, em segundas, com Zuleica Teixeira Marinho Beraldo.

Fez os estudos secundários no Ginásio São José, de Pouso Alegre, MG, e no Ginásio de Itajubá, MG. Iniciou o curso superior na Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais e terminou-o na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, pela qual se bacharelou em 1916.

Quando estudante, foi solicitador no foro de Pouso Alegre e titular de cartório em Ouro Fino, MG. Passando, mais tarde, a residir em Pouso Alegre, dedicou-se à profissão de advogado, e os serviços que, como profissional e como particular, pôde prestar à comunidade levaram o povo a elegê-lo Vereador à Câmara Municipal, na qual ocupou o cargo de Vice-Presidente. Em 1927, assumiu a Presidência da Câmara, exercendo essa função até 1930.

Vitoriosa a Revolução de Outubro, da qual se constituiu um dos sustentáculos no município, foi nomeado Prefeito da cidade.

O apreço por sua atuação em prol dos interesses coletivos já vinha sendo, há muito, manifestado por seus concidadãos, que o haviam elegido, desde 1918, para o Legislativo Estadual, renovando-lhe o mandato na 8ª, 9ª e 10ª Legislaturas (1919-1930). Integrou, nesse período, as Comissões de Legislação e Justiça e de Finanças. Foi, também, 1º-Secretário e Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Em 1933, elegeu-se Deputado Federal Constituinte e para a Legislatura de 1934-1937. Depois de ter tido atuação destacada nos trabalhos de elaboração da Constituição de 1934, integrou a Comissão de Legislação Social (1934) e presidiu à Comissão Especial do Código das Águas.

Nomeado Juiz de Direito em 1938, serviu, sucessivamente, nas Comarcas mineiras de Cabo Verde, São Gonçalo do Sapucaí e Cambuí. A seguir, foi depositário judicial do Distrito Federal (Rio de Janeiro) e Secretário do Interior e Justiça de Minas Gerais (5/8/40-20/5/41). Exonerando-se do cargo de secretário, foi eleito Diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., em 20 de maio de 1941, cargo que exerceu até 1º de fevereiro de 1946.

Por nomeação do Presidente da República Eurico Gaspar Dutra, desempenhou as funções de Interventor Federal no Estado de Minas Gerais. No exercício do Governo, dedicou especial atenção aos problemas de produção, educação, saúde e transporte, cujo equacionamento requeria do administrador urgentes medidas. Reorganizou o Departamento de Estradas de Rodagem e o Serviço de Radiodifusão e criou o Departamento de Estâncias Hidrominerais, afeto à Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho. Por intermédio da Secretaria da Agricultura, convocou as classes produtoras para o exame de seus problemas, organizando-se amplo programa de fomento à produção e à mecanização da lavoura. Ao mesmo tempo, cuidou do reaparelhamento da Rede Mineira de Viação e demais vias de comunicação estaduais; prosseguiu no plano de construção das usinas hidrelétricas, iniciado na administração Benedito Valadares Ribeiro*, havendo concluído as obras para o fornecimento inicial de energia à Cidade Industrial; ampliou a assistência sanitária ao interior; dotou vários municípios de novos estabelecimentos de ensino e continuou a execução de numerosas obras de interesse público que haviam sido iniciadas na gestão anterior. Introduziu também reformas em vários serviços públicos estaduais, dando-lhes condições de maior eficiência no tratamento de questões novas com que se defrontava a administração.

Deixando o cargo de Interventor, retornou ao Banco de Crédito Real, de que foi Presidente (1951-1953) e, em seguida, Diretor da matriz, em Juiz de Fora. Pertenceu ao PRM, ao Partido Progressista, integrando sua Comissão Executiva até 1937, e ao PSD, de cuja Comissão Executiva Estadual foi membro Tesoureiro.

Prosador e poeta, colaborou em diversos jornais mineiros, especialmente no suplemento do *Diário Mercantil*, de Juiz de Fora, no qual publicou o poema *As sete palavras de Cristo*, e no *Estado de Minas*, de Belo Horizonte, MG.

Atuou na política seu filho Wílson João Beraldo*.

Estado de Minas

João Tavares Correia Beraldo, 1946

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados*. 1960. Rio de Janeiro, IBGE. 1: s. p. 1962./ CORRÊA, Merolino de Lima. Minas eterna XII. João Tavares Corrêa Beraldo. In: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 24 jul. 1960. p. 12./ COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./*Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/ Wílson João Beraldo. CEM/UFMG./*Diário de Minas*, Belo Horizonte 18 mar. 1960. p. 3./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 18 mar. 1960. p. 2; 12 mar. 1967. p. 4; 15 mar. 1975, Suplemento Especial. p. 4./HILTON, Ronald. *Who's Who in Latin America*. 3 rd. ed. Stanford University, 1948./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 2 fev. 1946. p. 1; 13 ago. 1946. p. 1; 18 mar. 1960. p. 1; 19 mar. 1960, *Diário da Assembléia*. p. 1; 6 ago. 1960, p. 7./*O Diário*, Belo Horizonte, 18 mar. 1960. p. 3./*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial. 7:689-91, 1960.

BERALDO, Wilson João

Político, advogado e professor, nasceu em Pouso Alegre, MG, a 9 de agosto de 1918. Filho de João Tavares Correia Beraldo* e Hermantina Schumann Beraldo. Casado com Nadir de Castro Alves Beraldo.

Fez o curso secundário no Ginásio São José, de Pouso Alegre, e bacharelou-se pela FNDUB.

Advogado militante no foro de Juiz de Fora, MG, foi Promotor Substituto da Justiça Militar da 4ª RM e Coordenador do Departamento Jurídico do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A..

Elegeu-se Deputado Estadual Constituinte e para a 1ª Legislatura (1947-1951), sob a legenda do PSD.

Foi professor da Universidade Federal e da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Viana Júnior, ambas em Juiz de Fora.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Wilson João Beraldo. CEM/UFMG.

BERNARDES, Artur da Silva

Político, advogado, professor e fazendeiro, nasceu na vila de Santa Rita do Turvo, Província de Minas Gerais (atual cidade de Viçosa), a 8 de agosto de 1875, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 23 de março de 1955. Filho do Coronel da Guarda Nacional Antônio da Silva Bernardes (nascido em Castanheira da Pera, Portugal, o qual foi solicitador nas Comarcas do Alto Rio Doce, Piranga e Viçosa, onde foi também o primeiro advogado provisionado e depois Promotor de Justiça) e de Maria Aniceta Pinto Bernardes, descendente dos Vieira de Sousa, uma das famílias representativas da nobreza do café da Zona da Mata. Ingressou na política pelo casamento com Clélia Vaz de Melo, filha do velho político do Império e da República Senador Carlos Vaz de Melo*.

Em 1887, iniciou os estudos secundários no Colégio do Caraça, então considerado um dos melhores educandários de Minas e do País. Teve de abandoná-lo em fins de 1889, porque a crise econômico-financeira resultante da lei abolicionista de 1888 atingiu duramente sua família, impedindo que continuasse numa escola de alto nível. Mas os dois anos que passou no Caraça foram fundamentais em sua formação religiosa. Enquanto a maioria dos estudantes da época se tomou de simpatia pelo positivismo e pela filosofia evolucionista, Bernardes, impregnado do espírito do Caraça, manteve-se fiel à religião católica até o fim de sua vida.

Abandonando os estudos de Humanidades, ingressou na firma Pena e Graça, estabelecida em Coimbra, Distrito de Viçosa, da qual era um dos sócios seu cunhado José da Graça Sousa Pereira. Em 1894, passou a ser guarda-livros da firma Adriano Teles e Cia., na cidade de Rio Branco.

Em fins daquele ano, encontrando-se sua família em melhor situação financeira, afastou-se do emprego e matriculou-se no externato do Ginásio Mineiro, em Ouro Preto, para prestar exames preparatórios à escola superior. Por influência paterna e pela formação recebida na escola secundária, Bernardes optou pelo curso de Direito. Em 1896, enquanto concluía os exames, matriculou-se como aluno ouvinte no primeiro ano da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais. Teve como colegas Raul Soares de Moura*, seu grande amigo e futuro aliado político, José Vieira Marques*, Miguel Antônio de Lanna e Silva*, Fernando de Melo Viana*, futuro Presidente de Minas, Valfrido Silvino dos Mares Guia, Benjamim Amaral de Paula Lima e João Baeta Neves*. Como acadêmico de Direito, teve atuação bastante ativa. Participou de vários movimentos estudantis, tanto na Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais (1896-1897), como na Faculdade de São Paulo (1898-1900), onde concluiu o curso. Em 1897, como exemplo, Bernardes e outros colegas queriam combater em Canudos, chegando a organizar o Batalhão Patriótico Bias Fortes, que, todavia, não chegou a marchar para a frente de luta. A mudança para a Faculdade de Direito de São Paulo, para onde se transferiu junto com Raul Soares de Moura*, prendeu-se a razões de seu interesse na carreira política. A faculdade mineira ainda não tinha tradição. São Paulo e Recife eram os grandes centros formadores da elite política do Império e do início da República. No largo de São Francisco, Bernardes e Raul Soares de Moura* uniram-se à Bucha, sociedade secreta de alunos e ex-alunos inspirada na Burchenschaft alemã, que congregava todos os que aspiravam à carreira política no País.

Para sobreviver em São Paulo, foi revisor do *Correio Paulistano*, órgão oficial do PRP, e desempenhou a função de fiel no Cartório de Notas de Eulálio da Costa Carvalho, pai do Senador Álvaro de Carvalho.

Exerceu também o magistério, lecionando Latim e Português no Instituto de Ciências e Letras de São Paulo. Ao terminar o ano de 1900, Bernardes e Raul Soares de Moura* bacharelavam-se em Ciências Jurídicas e Sociais. Entre as opções que se ofereciam à época para os formados em Direito - a banca de advocacia e a Promotoria Pública - Bernardes encaminhou-se para a primeira e Raul Soares de Moura* para a segunda. Em 1901 já mostrava suas inclinações para a militância política ao publicar dois artigos no jornal *Cidade de Viçosa*, defendendo a necessidade de revisões na Constituição Brasileira de 1891.

A 15 de junho de 1903, casou-se com Clélia Vaz de Melo, filha do Senador Carlos Vaz de Melo*, chefe político de Viçosa, magistrado, advogado, fazendeiro e industrial. Após a morte do sogro, em novembro de 1904, o comando da política municipal passou para as mãos de Bernardes, que assumiu também a direção do jornal *Cidade de Viçosa*, cujo proprietário era seu cunhado Coronel Mário Vaz de Melo. Em editorial datado de 1° de janeiro de 1905, já expunha ponto de vista político, que veio a realizar, em 1926, como Presidente da República. Escrevia então: "Persuadidos como estamos de que a Constituição de 24 de fevereiro está errada em alguns pontos, e cumprindo que não se perpetuem esses erros com o nosso assentimento, dará esta folha encarniçado e impiedoso combate à idéia propugnada por alguns de nada se alterar nessa lei fundamental, e assumirá, em conseqüência, feição francamente revisionista". Na opinião de Bernardes, o erro maior estava na extrema autonomia dos Governos Estaduais diante da União, o que contribuía, a seu ver, para enfraquecer a economia nacional e as economias regionais.

Sua ascensão na política municipal foi rápida. O reconhecimento de seu valor num âmbito mais amplo ocorreu quando o prestigioso chefe político da Zona da Mata José Monteiro Ribeiro Junqueiras* o convidou para falar como representante dos Prefeitos da região no Congresso das Municipalidades realizado em Leopoldina, MG. Falou tão bem que passou a ser visto como elemento a ser aproveitado pelos responsáveis pela condução política mineira. Com a ajuda do prestígio de seu sogro, já falecido, foi incluído na lista dos candidatos à Assembléia Legislativa para a 5ª Legislatura (1907-1910). Durante esse mandato, foi eleito Secretário da Mesa em 1907 e em 1908. Começou a despontar como ativo defensor dos interesses da agricultura, discursando seguidamente sobre tópicos relativos a esse tema. Destacava a importância da Zona da Mata na economia mineira, ressaltando o relativo descaso com que era tratada pelos governantes. Apesar dessas críticas, a firmeza com que conduzia a política em Viçosa, mantendo afastada do poder a facção dos Pachecos, tradicionais opositores ao PRM, levou à indicação de seu nome para a Câmara Federal, nas eleições para a 7ª Legislatura. A vitória não foi fácil e se deveu à decisão de chefia do PRM de não diplomar o candidato Francisco Bernardino Rodrigues da Silva*, que havia disputado avulsamente a cadeira e conseguira mais votos.

Na Câmara Federal sua atuação foi apagada, não tendo participado de nenhuma comissão técnica. Acabou renunciando ao mandato, a 7 de setembro de 1910, para exercer o cargo de Secretário das Finanças no Governo Júlio Bueno Brandão*, que então se iniciava (7/9/1910 a 7/9/1914). Nas eleições presidenciais de 1910, adotou e defendeu a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca, que, em Viçosa, venceu com tranqüilidade, consolidando-se, assim, o prestígio municipal de Bernardes. Como Secretário das Finanças, pôs em prática uma política de auxílio às municipalidades, mediante um programa de empréstimos a longo prazo. Entre os municípios beneficiados, predominavam os localizados nas zonas da Mata e do Sul. Essa orientação demonstrava a intenção de Bernardes de diminuir a importância política do centro do Estado, região que sempre detivera o controle da coisa pública em Minas, não obstante a decadência econômica que vinha desde o século XIX. Outras medidas importantes marcaram sua gestão na Secretaria das Finanças. Em setembro de 1912 foi criada a Caixa Beneficente dos Funcionários do Estado, mais tarde transformada em Previdência dos Servidores do Estado (Lei n° 588, de 6/9/1912). Visando a aumentar a arrecadação estadual, celebrou acordos fiscais com os Estados de São Paulo e do Espírito Santo e com as Estradas de Ferro Leopoldina e Bahia-Minas.

Não foi difícil eleger-se Deputado Federal para a 9ª e 10ª Legislaturas (1915-1920). A política municipalista que adotara como Secretário das Finanças garantiu-lhe apoio seguro, principalmente na Zona da Mata. Na primeira sessão da 9ª Legislatura, elegeu-se Presidente da Comissão Especial do Código de Contabilidade. Em 1917, seu amigo Raul Soares de Moura*, então Secretário da Agricultura do Governo Delfim Moreira da Costa Ribeiro*, sugeriu a indicação do nome de Artur Bernardes para a Presidência do Estado. O político de Viçosa já criara uma imagem de austeridade e competência política, a qual o consagrava gradualmente como estadista de peso nacional.

Embora eleito Deputado para a 10ª Legislatura, Bernardes renunciou ao mandato para assumir a Presidência de Minas. A indicação de seu nome para a Suprema Magistratura estadual resultara de hábeis manobras desenvolvidas por Raul Soares de Moura*, insatisfeito com o processo tradicional de se apontar o governante dentre o secretariado da administração que findava. A ruptura dessa rotina representou o primeiro passo no processo de alijamento da liderança tradicional de Francisco Antônio de Sales e Venceslau Brás Pereira Gomes* dentro do PRM. Inaugurou o período bernardista do PRM, que só entrou em declínio definitivo com a vitória do movimento revolucionário de 1930. Já como candidato, em um banquete que lhe foi oferecido em Viçosa, Bernardes apresentou sua plataforma de Governo. Entre os pontos que abordou, ressaltava a necessidade de dignificação dos processos políticos e administrativos, a oposição à hegemonia política de qualquer Estado na Federação, numa evidente crítica à atuação dos paulistas na política nacional; a necessidade de fortalecimento dos vínculos entre os Estados, visando a transformar o Brasil numa pátria forte e grande; a urgência do apoio integral ao Governo da União para garantir-lhe as condições de desempenho pleno de todas as suas atribuições constitucionais; a preocupação com reformas econômicas e financeiras que dinamizassem o desenvolvimento mineiro.

Assim como o Presidente de Minas João Pinheiro da Silva* se cercou de um grupo de Deputados progressistas - o famoso "Jardim da Infância", que se transformou na equipe de apoio político ao Presidente Afonso Augusto Moreira Pena* na Câmara Federal -, também Bernardes tratou de renovar métodos políticos e o pessoal de Governo. Formou seu secretariado com nomes de prestígio, principalmente intelectuais. Para a Secretaria das Finanças, convidou Afrânio de Melo Franco*, seu amigo de longa data. Para a Pasta do Interior foi Raul Soares de Moura*. A da Agricultura foi entregue a Clodomiro Augusto de Oliveira*, engenheiro de Minas e professor na Escola de Ouro Preto, o qual teve importante papel nas discussões relativas à política siderúrgica do Estado e às concessões solicitadas pela Itabira Iron. A preocupação de manter no Governo intelectuais de prestígio levou Bernardes a convocar João Luís Alves*, um dos remanescentes do "Jardim da Infância", para a Pasta das Finanças, quando Afrânio de Melo Franco* foi nomeado Ministro da Viação. Teve de substituir também Raul Soares*, que o Presidente Epitácio Pessoa chamara para o Ministério da Marinha. Em seu lugar, pôs seu amigo Afonso Augusto Moreira Pena Júnior*, também ilustre professor. Como comentou Afonso Arinos de Melo Franco*, "se o Governo de Bernardes em Minas foi, como se diz, ditatorial, não há dúvida de que se tratava de uma espécie de ditadura esclarecida".

Como Presidente de Minas, o grande objetivo de Bernardes foi o fortalecimento da economia e da política do Estado, de modo a transformá-lo em efetivo competidor com São Paulo, dentro da Federação. Sua concepção de fortalecimento político do Estado incluía a reformulação do PRM. Mais do que partido na tradição liberal da representação de interesses, o PRM era uma máquina partidária, ou seja, uma organização que controlava autoritariamente o recrutamento de pessoal para os cargos políticos, os canais de participação política e todo o processo de alocação dos recursos públicos dentro de Minas. Bernardes não era contra a máquina partidária como tal. Opunha-se ao sistema de direção colegiada, que transformava a comissão executiva do PRM em uma espécie de clube fechado, em que algumas regiões mineiras tinham membros mais poderosos que outras. Bernardes defendia a filosofia da liderança única. Aproveitando o envelhecimento e o declínio dos fundadores do PRM, foi-lhe possível operar a mudança que pretendia, mediante a reforma do estatuto do partido, votada na convenção de 17 de setembro de 1919. Primeiramente, recompôs a legislatura estadual, afastando cerca de 72% dos antigos Deputados e 50% dos Senadores Estaduais. A preferência de Bernardes recaiu sobre portadores de títulos universitários. Não hesitava em elitizar ainda mais o sistema político. Por outro lado, apadrinhou dois cônegos da Igreja Católica para a senatoria. Com liderança segura dos municípios, Bernardes buscava agora o apoio da classe média católica nos centros urbanos em desenvolvimento. O velho líder Francisco Antônio de Sales*, ainda membro da Comissão Executiva, que tudo controlava na política de Minas, embora contrário às reformas mais extremadas de Bernardes, não se opôs a elas de modo formal, com receio de dividir o partido. Pelo novo estatuto partidário imposto por Bernardes, cada delegado às convenções não podia representar mais do que cinco distritos eleitorais. Antes dessa reforma, costumavam representar até 30. Foi aumentado o número de membros da Comissão Executiva, de modo a reforçar os votos contra Francisco Sales*, seu Presidente. Os ex-Presidentes do Estado foram tornados membros perpétuos da comissão, sendo criados três novos lugares, ocupados por adeptos de Bernardes. O novo estatuto estabelecia também que a Presidência e a Secretaria da Comissão mudariam anualmente. Foi o golpe final na velha liderança, representada exemplarmente por Francisco Sales* e Francisco Bressane de Azevedo*.

Bernardes transformou-se no homem forte do partido e do sistema, o que facilitou a condução das manobras que o levaram à Presidência da República em 1922. Paradoxalmente, o sucesso que obteve levou-o a afastar-se de Minas por um período suficientemente longo para assegurar aos chefes regionais a liberdade de ação necessária ao refortalecimento da Comissão Executiva. Isso se fez sob a liderança de Fernando Melo Viana*, que substituiu a Raul Soares de Moura*, sucessor de Bernardes na Presidência de Minas. A morte prematura do amigo e aliado, ocorrida em 1924, no meio, portanto, de seu mandato como Presidente do Estado, representou um sério golpe na liderança política de Bernardes em Minas. Apesar do prestígio de que desfrutava, Bernardes não conseguira do Congresso Mineiro a aprovação da proposta que lhe teria garantido um meio mais seguro e permanente de controle centralizado sobre a política mineira. Tratava-se do que chamou de "união constitucional", que faria do Prefeito um funcionário nomeado pelo Presidente do Estado. Aprovada essa emenda, os 172 municípios mineiros da época ter-se-iam transformado em braços administrativos do Palácio da Liberdade.

Ao lado da reforma política, Bernardes tinha em mente uma radical transformação da estrutura econômica e financeira de Minas. Atribuía ao PRM a tarefa de mobilizar os recursos necessários ao programa que propunha. Colocava as seguintes metas no plano econômico: 1°) povoamento do território do Estado, promovendo por todos os meios a colocação e a fixação nele do colono nacional e estrangeiro; 2°) desenvolvimento dos meios de transporte e barateamento dos respectivos fretes; 3°) conciliação dos interesses do capital e do trabalho, por meio de leis asseguradoras das justas aspirações de um e de outro, associando-os nos resultados da produção. As teses financeiras recomendavam: 1°) remodelação do regime tributário, assentado no imposto territorial e no de renda, recomendando-se a supressão gradual do imposto de exportação; 2°) rigorosa fiscalização da arrecadação dos dinheiros públicos e inflexível observância dos orçamentos de despesa tanto do Governo Estadual quanto dos municípios ; 3°) exclusão absoluta de interesses políticos nas questões fiscais, tornando os exatores simples agentes da administração pública. As proposições de Bernardes refletiam as mudanças sociais e políticas desencadeadas pela 1ª Guerra Mundial e que chegavam ao Brasil por meio dos movimentos operários e do movimento tenentista. De sua orientação política resultou uma nova mentalidade entre os dirigentes mineiros da década de 1920. A preocupação com o desenvolvimento econômico passou a constituir uma tônica de todos os Governos que o sucederam. A expansão posterior das rendas do Estado deveu-se, em grande parte, à reforma tributária realizada por Bernardes.

Apesar de seu interesse no fortalecimento do poder de Minas dentro da Federação, o município foi sempre uma de suas preocupações fundamentais. Como político hábil que era, sabia que a força política de sustentação do sistema de mando oligárquico se gerava nos municípios. Seu municipalismo tinha traços peculiares. Ao mesmo tempo que defendia políticas que ampliassem os recursos financeiros dos Governos locais, tornando-os agentes mais eficazes na promoção do desenvolvimento regional, propugnava o controle externo das contas municipais, de modo a impedir a "politização" e o clientelismo na feitura do orçamento público. Bernardes queria o município simultaneamente dócil à direção política do Governo Estadual e ativo na promoção do progresso local. Em seu manifesto como candidato à Presidência de Minas pode-se encontrar a síntese de sua filosofia municipalista: "Os municípios devem cuidar com mais solicitude da própria administração e desenvolver o progresso local. O melhor meio de consegui-lo consistirá em o Governo apoiar, de preferência, as situações que mais dignas se revelarem deste apoio pelo empenho que puserem na feitura de melhoramentos, na imparcial e severa arrecadação de impostos e na honesta e escrupulosa aplicação dos dinheiros públicos. Simultaneamente, deve-se exigir deles um cunho de mais nobreza e elevação na política local como meio de apagar dissensões e captar esforços úteis ao desenvolvimento da vida municipal e à realização de fins comuns. Moldada nesses princípios, a política municipal será benéfica às respectivas populações e porá termo a competições pessoais estéreis e avessas à marcha do seu progresso, que é o do próprio Estado."

No Governo de Minas, pôs em prática uma série de medidas destinadas a fortalecer a economia do Estado e a melhorar os serviços públicos. Para dinamizar o setor de transportes, o Governo adquiriu a Estrada de Ferro Paracatu, incorporou o acervo da Estrada de Ferro de Goiás e encampou a Rede Sul Mineira. Promoveu campanhas de saneamento rural e de combate ao analfabetismo. Organizou feiras agropecuárias e a formação de colônias agrícolas. Criou as bases de um sistema penitenciário estadual, buscando superar a ineficiência das cadeias públicas municipais. Com o intuito de criar meios para aumentar a produtividade da lavoura e da pecuária mineira, instalou em Viçosa, MG, a Escola de Agricultura e Medicina Veterinária, depois Escola Superior de Agricultura e hoje Universidade Federal de Viçosa.

Embora empenhado em implantar a grande siderurgia em Minas, o Governo Bernardes

negou-se a ratificar o acordo celebrado em 1920 pelo Governo Federal com a Companhia Itabira Iron, por não confiar em que o consórcio estrangeiro, organizado pelo empresário norte-americano Percival Farquhar, construísse de fato a usina prevista no contrato. Bernardes e seu Secretário de Agricultura, o Professor da Escola de Minas de Ouro Preto Clodomiro Augusto de Oliveira*, achavam que à empresa só interessava a exploração do minério e sua exportação *in natura*. A princípio, Bernardes concordou com os termos propostos por Faquhar, mas procurou resguardar os interesses de Minas, fazendo votar o projeto que se transformou na Lei nº 793, de 21 de setembro de 1920, que complementava a Lei nº 750, de 23 de setembro de 1919. Esses dispositivos legais previam impostos diferenciados sobre a exportação do minério de ferro para empresas que só explorassem a matéria-prima bruta e para aquelas que beneficiassem em território mineiro pelo menos 5% do minério. Garantiam, além do mais, o direito de supressão das concessões, caso o Governo Estadual considerasse que a empresa não estivesse cumprindo a contento os termos do contrato firmado. Mais tarde, no entanto, Bernardes passou a partilhar das idéias de Clodomiro Augusto de Oliveira*. Este era favorável à construção de pequenas usinas eletro-siderúrgicas movidas a carvão vegetal e contrário à grande siderurgia e à importação de carvão estrangeiro. Para evitar a dependência brasileira ao carvão importado, Clodomiro Augusto de Oliveira* aconselhava o aproveitamento das reservas de Criciúma e de Uruçanga, em Santa Catarina, para o coque metalúrgico. A rejeição do plano de Farquhar, muito combatido por alguns mineiros que começavam a desfraldar um tipo de bandeira nacionalista, levou Bernardes a aproveitar a visita do Rei Alberto da Bélgica a Minas, propondo-lhe a formação de um consórcio para a produção de aço no Estado. Dessas conversações resultou a organização de uma empresa constituída por capital belga e luxemburguês do consórcio, a Aciéries Réunies de Burbach-Eich Dudelange - Arbed -, e por capital mineiro da Companhia Siderúrgica Mineira. Assim, em 1921, estava formada a Companhia Siderúgica Belgo-Mineira, movida à base de carvão vegetal, o que contrariava todas as propostas do plano de Farquhar. No episódio da Itabira Iron o nacionalismo de Bernardes ainda não assumira feição extremada. Não era então contrário ao investimento estrangeiro, tanto que tudo fez para manter em Minas o investimento do grupo europeu Arbed. Era contrário à exploração e exportação de minério de ferro sem a correspondente instalação de uma usina siderúrgica em território mineiro. A oposição sistemática ao plano de Farquhar veio de Clodomiro Augusto de Oliveira* e de Raul Soares*, que, sucedendo a Bernardes no Governo de Minas, liqüidou de vez com as pretensões do consórcio norte-americano. Foi só como Deputado Federal na Legislatura de 1935-1937 que Bernardes veio a tomar atitudes mais radicais sobre esse assunto, condenando totalmente a Itabira Iron e propondo o monopólio estatal da exploração do minério de ferro.

Candidato à Presidência da República na sucessão de 1922, segundo as regras da chamada "política do café-com-leite", à qual se opunha Nilo Peçanha, candidato da Reação Republicana, teve de enfrentar acirrada campanha dos adversários, notadamente o episódio das "cartas falsas", a ele atribuídas para incompatibilizá-lo com as Forças Armadas. Sua vitória desencadeou a primeira manifestação do movimento tenentista, que foi a revolta do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1922.

Bernardes chegou à Presidência da República antes de completar 50 anos. Escolheu um Ministério de grandes nomes na vida pública nacional: João Luís Alves*, na Justiça; Félix Pacheco, no Exterior; Francisco Sá*, na Viação; Sampaio Vidal, na Fazenda; Miguel Calmon, na Agricultura; Setembrino de Oliveira, na Guerra; Alexandrino de Alencar, na Marinha. Seu mandato presidencial foi cumprido em ambiente político permanentemente tenso. Bernardes teve de governar praticamente sob estado de sítio.

Além da efervescência política e da permanente ameaça revolucionária representada pelo movimento tenentista, o País vivia grave crise econômica e financeira. Muitas das reformas destinadas a superá-la resultaram de pareceres e indicações de uma missão econômica inglesa, que aportou no Rio de Janeiro a 30 de dezembro de 1923. A vinda da missão, conhecida como Missão Montagu, por causa de seu dirigente Eduwin Samuel Montagu, ligava-se ao objetivo da renegociação da dívida externa brasileira, que Bernardes considerava essencial para a realização de suas metas econômicas e financeiras. Pretendia liqüidar toda a dívida do Banco do Brasil, pôr em prática o Plano de Defesa Permanente do Café, recentemente autorizado pelo Congresso Nacional, e criar um Banco Central que promovesse o retorno das finanças nacionais ao padrão ouro. Para a concretização dessas metas, deveria o Brasil recorrer aos seus tradicionais credores, os banqueiros Rothschild, para um empréstimo no valor de 25 milhões de libras, a ser usado para cobrir uma dívida flutuante superior a 700 mil contos de réis. Diante do montante atingido pela dívida externa brasileira e da baixa cotação dos títulos brasileiros nos mercados europeus, os banqueiros ingleses resolveram condicionar o empréstimo à avaliação de uma missão de peritos, que deveria opinar sobre as reais condições financeiras e econômicas do País. Competia à Missão Montagu estudar as medidas necessárias para se aumentar a eficácia de realização das políticas monetária, fiscal e do café, do que resultaria o fortalecimento da capacidade de pagamento do País. Muitas dessas medidas já haviam sido discutidas em acordo anterior com os banqueiros, datado de 1914, visando à consolidação da dívida externa. Em seu relatório final, a missão recomendava ao Governo Brasileiro: reformar as técnicas de feitura do Orçamento Federal, eliminando definitivamente as "caudas orçamentárias"; uma política fiscal mais restritiva; a redução dos gastos públicos; controle rígido do endividamento externo dos Estados e municípios; a alienação de empresas públicas deficitárias como o Lloyd Brasileiro e a Central do Brasil; a interrupção dos programas de sustentação dos preços do café. Muitas dessas propostas foram aceitas. Na reforma constitucional de 1926 vê-se a influência da Missão Montagu na proibição das "caudas orçamentárias" e na fixação da obrigatoriedade de prestação anual de contas pelos Estados à União. Outro resultado do trabalho da missão foi a modificação na regulamentação do imposto de renda, consubstanciada no Decreto nº 17.390, de 26 de julho de 1926. Foram incorporadas àquele tributo as rendas provenientes de atividades agrícolas, das indústrias extrativas de produtos vegetais e animais e os capitais imobiliários. Num país de economia agrícola, parecia aos membros da missão uma verdadeira aberração que se excluísse todo o setor rural do processo fiscal. Outra momentosa conseqüência do trabalho dos técnicos ingleses foi a transferência da responsabilidade da sustentação do preço do café ao Estado de São Paulo, responsabilidade essa que por muito tempo coubera ao Governo Federal. Como resultado de negociações empreendidas durante o trabalho da Missão Montagu, fundava-se em setembro de 1925 a Companhia de Terras Norte do Paraná, que reunia capitais ingleses e brasileiros e que deu início à plena ocupação das terras férteis daquele Estado. Data de então o impulso ao desenvolvimento urbano e demográfico do Paraná.

Durante seu Governo, Bernardes empreendeu ainda a reorganização do crédito bancário e uma reforma do ensino, que passava a incluir disciplinas de Moral e Civismo. Criou o Conselho Nacional do Trabalho e instituiu uma lei de imprensa, em resposta à necessidade de criar mecanismos oficiais para lidar com manifestações cada vez mais ativas de insatisfação social. Propôs revisões nos Códigos Penal, Penal Militar e Comercial, sentindo sua defasagem diante dos novos problemas com que o Poder Judiciário tinha que lidar cada vez com mais freqüência. Tinha uma concepção inflexível de política.

Em manifesto à Nação no final de seu segundo ano de governo, explicava por que não aceitava conceder anistia aos Tenentes revoltosos de 1922 e 1924: "A anistia é medida política que a Nação outorga espontânea e livremente, em seu próprio benefício, mas não é e não pode ser um favor que se exija de armas na mão contra ela mesma e contra os seus representantes. Providência salutar em casos excepcionais, como processo sedativo de simples paixões políticas, a anistia não é meio de colocar em pé de igualdade no seio das classes armadas os que abnegadamente expõem a vida na defesa da Constituição e da ordem e os que, por hediondos processos, contra elas voltam armas homicidas".

Apesar de toda a oposição que lhe veio da sociedade durante o mandato presidencial, Bernardes chegou ao fim mantendo a mesma rigidez de princípios, fiel a seu objetivo de assegurar a qualquer preço a ordem nacional. Transferiu o cargo a Washington Luís Pereira de Sousa, a 15 de novembro de 1926, aparentemente sem dar-se conta de que transformações sociais e políticas profundas já se achavam em andamento em todos os setores da sociedade brasileira.

De volta a Minas, teve de defrontar-se com o fato irreversível de que perdera o controle pleno sobre o PRM. A morte de seu mais fiel aliado, Raul Soares de Moura*, abrira espaço para a ascensão política de Fernando de Melo Viana*, que fora naturalmente indicado para completar o mandato de Raul Soares de Moura*, já que tinha sido seu Secretário do Interior e Justiça. Fernando de Melo Viana*, sem consultar Bernardes, articulara a candidatura de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada* para o Governo de Minas no quatriênio 1926-1930. Bernardes não protestou, consciente que estava das transformações pelas quais passara a política mineira durante sua ausência. Aceitou a carreira no Legislativo Federal como uma espécie de interregno que acalmasse as disputas dentro do PRM.

Elegeu-se Senador para a 13ª e 14ª Legislaturas (1927-1929; 1930-1932), não tendo completado o segundo mandato em função das modificações trazidas pela Revolução de 1930. Continuava a ser o político de maior prestígio no PRM e foi, no partido, o mais vigoroso adepto da Revolução. É provável que sua atitude tenha sido crucial no sentido de levar a política oficial montanhesa a aceitar a solução radical do movimento armado. É bem verdade que, ao trazer o PRM para a Revolução, fazia-o movido muito mais por interesses perremistas que revolucionários, uma vez que a Aliança Liberal era contrária a muitos valores e práticas que ele próprio encarnava.

Fato aparentemente paradoxal, Bernardes foi o único chefe do PRM a participar efetivamente tanto da ação revolucionária, que culminou em outubro de 1930, como da ação contra-revolucionária, desencadeada pelos paulistas e gaúchos em julho de 1932. É que, tão logo vitoriosa a Aliança Liberal, formava-se em Minas a Legião Liberal, liderada pelo chamado Bloco da Montanha, onde se destacavam Francisco Luís da Silva Campos*, Gustavo Capanema* e Amaro Lanari*, todos ocupando cargos importantes no Governo Provisório e no Governo de Minas. O Bloco da Montanha tinha um objetivo prioritário: eliminar os bernardistas e o domínio do PRM. Pretendia também neutralizar a influência do "tenentismo civil", representado por Virgílio de Melo Franco*, que fora figura essencial ao êxito do movimento revolucionário. A estratégia visava a garantir a Antônio Carlos Ribeiro de Andrada* o domínio sobre a política mineira e suas transações com o Governo Provisório, no processo de reorganização do regime.

Inconformado com o crescente ostracismo político a que o relegavam, Bernardes esboçou uma primeira tentativa de reação, articulando um golpe destinado a depor Olegário Dias Maciel*, que já se declarava francamente a favor do Governo Provisório e da liderança de Antônio Carlos Ribeiro Andrada* em Minas. Fracassado o *putsch* de 18 de agosto de 1931, Bernardes aliou-se aos líderes paulistas e gaúchos que pretendiam depor Vargas mesmo à custa de uma guerra civil, que veio de fato a eclodir em julho de 1932. Derrotado o movimento, Bernardes foi preso a 22 de setembro de 1932, na fazenda de Bom Jardim do Turvo, Município de Viçosa. De lá seguiu para um exílio de dois anos em Portugal. Vargas cassou-lhe os direitos políticos por um período de três anos. Ficava o PRM praticamente acéfalo, pois dois outros líderes maiores, Djalma Pinheiro Chagas* e Mário Brant*, haviam sofrido a mesma sorte de Bernardes. Só retornaram ao Brasil em 1934, após a decretação da anistia ampla, que Vargas concedeu a 28 de maio daquele ano. Agora, como partido minoritário, o PRM elegeu-o Deputado à Assembléia Constituinte Federal.

Esteve na vida pública como Deputado Federal até o golpe do Estado Novo, desfechado a 10 de novembro de 1937, que fechou o Congresso Nacional e extinguiu os partidos políticos. A primeira manifestação contrária à ditadura de Vargas foi o Manifesto dos Mineiros, publicado a 24 de outubro de 1943, do qual Bernardes foi um dos signatários.

O processo de redemocratização do País iniciado com a deposição de Vargas, a 29 de outubro de 1945, estimulou a formação de partidos, alguns de âmbito nacional, como a UDN, o PSD e o PTB. O sistema de representação proporcional, no entanto, abria espaço para partidos menores, de âmbito estadual ou regional. Após breve passagem pela UDN, Bernardes comandou o renascimento do PRM, agora com o nome de Partido Republicano - PR. Em entrevista aos *Diários Associados*, a 31 de agosto de 1945, Bernardes expunha as linhas gerais de seu programa: "Em matéria de política, o Partido Republicano se baterá pelos princípios que melhor se ajustam à nossa tradição e melhor atendem às nossas necessidades e condições próprias: a organização republicana, sob o sistema federativo presidencial. Somos pela federação, pela autonomia administrativa e política dos Estados, como a melhor segurança da própria unidade nacional, resguardados, todavia, o prestígio e a autoridade da União. A autonomia municipal deve ser restabelecida, sem dispensa da assistência e da cooperação dos Estados para melhor execução dos serviços locais. E para que a organização federal seja uma realidade, cumpre rever o sistema de competência tributária, para que os Estados e municípios fiquem habilitados ao desempenho dos encargos que lhes são próprios". Se o Partido Republicano não teve projeção nacional, passou a ser o fiel da balança da política mineira. Sempre viveu de coligações, ora com o PSD, ora com a UDN. Não faltaram Vice-Governadores e Secretários de Estado saídos de suas fileiras.

Eleito para a Constituinte de 1946 e para a 1ª Legislatura e, posteriormente, para a 2ª (1951-1955), Bernardes brilhou como Deputado Federal na defesa nacionalista dos recursos naturais do País: o ferro, o petróleo, a hiléia amazônica. Combatendo as ameaças de domínio estrangeiro no País, atacou os acordos de Washington, assinados em 1942, que entregavam aos norte-americanos a exploração das reservas de minério de ferro de Itabira. Bateu-se pelo monopólio estatal do petróleo, criticando o projeto que Vargas enviara à Câmara, em dezembro de 1951, propondo a criação da Petrobrás. Argumentava que a exposição de motivos era indubitavelmente nacionalista, mas o projeto era entreguista, pois abria espaço para a entrada do capital e do domínio estrangeiros.

Em 1948, como Presidente da Comissão de Segurança Nacional, foi encarregado de examinar o tratado firmado em Iquitos, Peru, criando o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. A finalidade declarada do acordo era a de oferecer assistência técnico-científica aos países do grande vale, com vistas ao seu desenvolvimento. No parecer que deu, Bernardes denunciou o que considerava serem as intenções secretas do tratado. A partir

Estado de Minas

Presidente Artur da Silva Bernardes e seu ministério, novembro de 1922

de 1949, pronunciou uma série de discursos, alertando a Nação contra o perigo do desmembramento da Amazônia e da perda da soberania nacional sobre a extensa e rica região. Seus libelos despertaram a consciência nacional e conquistaram o apoio de parlamentares, das Forças Armadas e do grande público. Sua crítica mais veemente recaía sobre a diplomacia brasileira, a qual responsabilizava pelos termos do tratado. Era duro nas acusações: "Os homens que ali servem ao Brasil aos poucos se desnacionalizam, devido talvez ao tempo que passam fora da Pátria, no trato com os estrangeiros. Poucos são os que ali pensam nacionalmente sobre os problemas brasileiros. Quase todos pensam internacionalmente".

Artur da Silva Bernardes foi um homem de ação, da têmpera dos que querem ver o resultado de suas realizações. De Vereador a Senador da República, de Presidente do Estado a Presidente da República, sua vida marcou-se por definições que o transformaram em um líder com características bastante peculiares. Carismática, sua liderança, entretanto, não foi popular. Supunha-se um predestinado, um enviado de Deus para o desempenho de uma alta missão. Como político, renovou e elitizou a máquina partidária mineira; como administrador, buscou realizar políticas do maior interesse público; como legislador, foi um defensor do município contra a centralização administrativa e dos recursos naturais contra o perigo alienígena.

Pertenceu ao PRM, à UDN e ao PR, de cujas Comissões Executivas foi Presidente.

Atuaram na política seu pai, Antônio da Silva Bernardes, chefe político em Santa Rita do Turvo (atual Viçosa); seu filho Artur Bernardes Filho*, seu sogro Carlos Vaz de Melo*; seu genro Cristiano de Freitas Castro* e seus sobrinhos-netos Edgar de Vasconcelos Barros* e Carlos Vaz de Melo Megale*.

FONTES: *Almanaque - Guia de Belo Horizonte*. Organizado por Felipe Veras. Belo Horizonte, Tip. Comercial. 2:102,1913./ Amarílio Júnior. *Artur Bernardes e Revolução*. Rio de Janeiro, Tip. São Benedito, 1931./ AMORA, Paulo. *Bernardes - O estadista de Minas Gerais na República*. São Paulo, ed. Nacional, 1964./*Anais da Assembléia Constituinte*. 1946. 13ª sessão em 21 fev. 1946. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 2:91-6. 1946; 5:318-27. 1947./*Anais da Assembléia Legislativa. 1975*. Belo Horizonte, Diretoria Auxiliar da Mesa/Divisão de Redação e Publicidade. 1:29-42, 51-4. 1976./*Anais da Câmara dos Deputados. 1907*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. p. 66./*Anais da Câmara dos Deputados. 1909*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. 1:28-9, 1909; 2:181-2, 215-6. 1909; 7:81. 1910; 11:252. 1910. 11:252, 1910./*Anais da Câmara dos Deputados. 1916*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. 2:101-2, 466. 1918; 7:295. 1921; 11:337-8. 1921./*Anais da Câmara dos Deputados*. 1918. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. 1:63-4, 80-1. 1919; 8:178, 379-81. 1919./ *Anais da Câmara dos Deputados. 1935*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. 1:74-88. 1936; 2:148-55.1936; 3:32-3, 521-2. 1936; 6:529-33.1936; Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti. 8:74-88. 1936./*Anais da Câmara dos Deputados. 1936*. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti. 2:227-33. 1937./*Anais da Câmara dos Deputados. 1952*. Rio de Janeiro, IBGE. 3:165-73. 1952; 4:435-41. 1952; 7:358-60. 1953; 8:327-9. 1953; 9:92-3, 277. 1953; 10:380-1. 1953; 11: 337-41. 1953; 12:214-18. 1953; 16:392-5. 1953; 24:141-4. 1953; 29:79-80. 1953; 37:140-1. 1953; 44:387-94. 1953./*Anais da Câmara dos Deputados. 1957*. Rio de Janeiro, IBGE. 19:596. 1958./*Anais da Câmara dos Deputados. 5ª Legislatura*. Brasília, s. ed., 1: s. p. 1963./*Anais da Câmara dos Deputados. 1965*. Brasília, Diretoria de Documentação e Publicidade. 2:512-7, s. d./ *Anais da Câmara dos Deputados. 1975*. Brasília, Centro de Documentação e Informação. 1(9): 5.609. 1975./*Anais da Câmara dos Deputados de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial. 1907. p. 66./Artur Bernardes. Discurso na Câmara Federal. *Diário do Poder Legislativo na sessão de 18/6/37*. p. 32.310./AVELAR, Antônio Ribeiro de. *Figuras da casa de Minas*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1960./BARATA, Júlio. *A palavra de Artur Bernardes*. Rio de Janeiro, s. ed. 1934./BARBOSA, Francisco de Assis. *Juscelino Kubitschek - Uma revisão na política brasileira*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1960. v. 1./CARVALHO, Antônio Gontijo de. Artur Bernardes e a Faculdade de Direito de São Paulo. In: *Digesto Econômico*, São Paulo, (122); 120-1,mar./abr. 1955./ CARVALHO, Daniel de. *Capítulos de memórias*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1957. CHATEAUBRIAND, Assis. *Terra desumana (A vocação revolucionária do Presidente Artur Bernardes)*. Rio de Janeiro, Oficinas de *O Jornal*, 1926./*Dados biográficos*. Informante. Prefeitura Municipal de Viçosa/José da Silva Galvão. CEM/UFMG./*Diário do Congresso Nacional*. 1927. Sessões de abril e maio de 1927. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 6 jan. 1918. pp. 1-2; 8 jan. 1918. p. 1; 10 jan. 1918, p. 1; 10 dez. 1918. p. 1./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 24 mar. 1955. p. 3; 25 mar. 1955. p. 3 ; 28 mar. 1965. p. 4; 3 abr. 1966. p. 7; 12 mar. 1967. pp. 5-7; 20 maio 1975, 2ª sessão. p. 1; 8 ago. 1975. pp. 1-10; 28 mar. 1976. p. 3./FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República. (Afrânio de Melo Franco e seu tempo)*. Rio de Janeiro, J. Olympio. 1955. 3 vols./GUIMARÃES, Artur. *Dicionário biobibliográfico brasileiro de diplomacia, política externa*. Rio de Janeiro, s. ed., 1938./HILTON, Ronald. *Who's who in Latin America*. 3 ed., Stanford. 1948./LAGO, Mozart. *A Convenção Nacional de 1921. (Fatos e documentos)*. Rio de Janeiro, Tip. Lith Pimenta de Melo, 1921./LIMA, João. *Como vivem os homens que governaram o Brasil*. Rio de Janeiro, Tip. Batista de Sousa, s.d./MACHADO, Abílio. Biografia do Exmo. Sr. Dr. Artur da Silva Bernardes. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial. 19:69-75. 1921./MAGALHÃES, Bruno de Almeida. *Artur Bernardes - Estadista da República*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1973./MAGALHÃES, Dario de Almeida. Artur Bernardes estilo de ação na política. In: *Digesto Econômico*. São Paulo. 122: 122-8, mar./abr. 1955; *Páginas avulsas*. São Paulo, Ed. Cupolo, 1957; *Perfil de um chefe político*. São Paulo, Ed. Cupolo, 1957./ MARTINS, José Júlio Silveira. *Nação agredida*. (Em resposta ao livro *Terra desumana*). Rio de Janeiro, Ed. Benedito de Sousa, 1926./MARTINS, de Oliveira. Presidente Bernardes In: *Belo Horizonte*, Imprensa Oficial, 1955./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 6 jan. 1918. pp.3-9; 5 set. 1918. p. 3; 24 mar. 1955. pp. 1-4; 25 mar. 1955, Diário da Assembléia. pp. 1-3; 12 mar. 1967. p. 5; 24 maio 1975. pp. 5-6; 12 jul. 1975. p. 4; 6 ago. 1975. p. 5; 7 ago. 1975. pp. 3-5; 8 ago. 1975. p. 3; 8 ago. 1975, Diário Legislativo. pp. 1-4; 9 ago. 1975. pp. 3-5./MOURA, Margarida de. *Mineiros ilustres*. s.n.t./*O Diário*, Belo Horizonte, 24 mar. 1955. p.3; 15 fev. 1959. p. 5; 17 nov. 1961. p. 4./PAVÃO, Ari. *Artur Bernardes e o Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Moderna, 1931./*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 229:484, 1955./RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM. 1889-1906*./RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970/1./Senado Federal. Arquivo Histórico. Brasília. Dados biográficos./Pesquisa biográfica dos senadores brasileiros. Brasília. 1980./SENA, Nélson de. *Anuário Histórico e Cronográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1918. v. 6. t. 1./SILVA, Gastão Pereira da. *Constituinte de 1946. Dados biográficos*. Rio de Janeiro, s. ed. 1947./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926./VELHO SOBRINHO, João Francisco. *Dicionário biobibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro, s. ed. 1937. v. 1./ WERNER, Baer. *Siderurgia e Desenvolvimento Brasileiro*. p. 92./WIRTH, John D. *Apogeu e declínio da Comissão Executiva do PRM. 1918-1929*. USA. Stanford University, 1977.

BERNARDES, Olegário da Silva

Ministro e advogado, nasceu em Viçosa, MG, a 25 de dezembro de 1883.

Bacharelou-se em Direito pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro.

Funcionário da Recebedoria de Minas Gerais, tornou-se Delegado de Polícia em 1914. Assumiu o cargo de Auditor do Tribunal de Contas da União no ano de 1918. No período de 1922 a 1924, foi Secretário Particular de seu irmão Arthur da Silva Bernardes*, então Presidente da República.

Em 1926, elegeu-se Deputado Estadual por Teresópolis, RJ, cidade da qual foi Prefeito de 1936 a 1937.

No ano de 1950, a convite do Presidente Eurico Gaspar Dutra, foi nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União.

Presidiu o Partido Republicano, Seção do Estado do Rio de Janeiro. Em 1962, foi suplente do Senador Aarão Steinbruch.

FONTE: Brasil. Tribunal de Contas da União. *Ministros do Tribunal de Contas da União: dados biográficos 1893-1990*. 4ª ed. Brasília. 1990. p.p. 203-204.

BERNARDES FILHO, Artur

Político, advogado e empresário, nasceu em Viçosa, MG, a 16 de setembro de 1906, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, a 21 de julho de 1981. Filho do Presidente Artur da Silva Bernardes* e de Clélia Vaz de Melo Bernardes. Casado com Sofia de Azevedo Bernardes.

Fez os estudos secundários no Colégio Anchieta, de Nova Friburgo, RJ, no Colégio Aldridge, do Rio de Janeiro, no Ginásio Viçosa e no Ginásio de Ouro Preto, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da UMG em 1928.

Iniciou a carreira política como Secretário Particular de seu pai na Presidência da República (1922-1926). Em 1930, alinhou-se ao lado vitorioso da Revolução que levou Getúlio Vargas ao poder, e foi nomeado Fiscal do Governo em Minas Gerais junto ao Banco Hipotecário e Agrícola deste Estado.

Em 1932, opondo-se ao Presidente Vargas e apoiando seu pai, Artur da Silva Bernardes*, participou da Revolução Constitucionalista em Minas Gerais como um dos seus chefes. Foi o principal articulador do transporte de armas e munições para a Zona da Mata e abrigou, em Viçosa, diversos oficiais do Exército e alunos da Escola Militar. Malograda a rebelião, quando acompanhava seu pai até o navio que o transportaria para o exílio em Portugal, envolveu-se em conflito com elementos governistas no cais do porto do Rio de Janeiro e foi ferido na perna.

Deputado Federal no período 1935-1937, após o golpe de 10 de novembro esteve homiziado algum tempo em Santos, SP, e depois, exilado na Europa durante dois anos. De volta ao País, não pôde exercer cargos públicos, mas foi um dos signatários do *Manifesto dos Mineiros*. Com a redemocratização do País, elegeu-se Deputado Federal Constituinte em 1946. Candidatou-se, em seguida, nas eleições suplementares, ao preenchimento da terceira vaga no Senado. Eleito em 1947, abriu mão de seu antigo cargo. Reelegeu-se depois para a 2ª e 3ª Legislaturas (1951-1959). No Senado, foi Vice-Presidente da Comissão de Educação e membro da Comissão de Relações Exteriores, tendo apresentado projeto de lei que federalizou a Universidade de Viçosa e emenda ao orçamento que propiciou ao Estado de Minas Gerais receber indenização do Governo Federal pela incorporação da antiga Rede Mineira de Viação.

Não terminou o mandato de Senador, por ter sido eleito, em 1955, Vice-Governador de Minas Gerais, cargo que ocupou até 31 de janeiro de 1961. No Governo Jânio Quadros, exerceu as funções de Ministro da Indústria e Comércio (janeiro-agosto de 1961).

Ao longo de sua vida pública cumpriu várias missões no exterior, entre elas as de membro da delegação brasileira à Assembléia Geral das Nações Unidas em Paris (1948), chefe das representações especiais do Brasil na posse de dois Presidentes do México (1954; 1958) e integrante da delegação brasileira às Comemorações Cabralinas em Portugal.

Pertenceu ao PR, do qual foi Presidente Nacional em substituição a seu pai, à Arena, cujo primeiro Diretório Nacional integrou, e ao PDS.

Advogado militante, chefiou o serviço de contencioso e consultoria jurídica de várias empresas, entre elas a Seguradora Eqüitativa do Brasil. Por algum tempo esteve aos seus cuidados a administração da fazenda de café de propriedade da família, no Município de Ponte Nova, MG. Durante a Segunda Guerra Mundial, fundou, com refugiados que vieram estabelecer-se no Brasil, a Eletromar S.A., a qual presidiu por 28 anos.

Foi, também, Diretor e Vice-Presidente da Sociedade Marvin S.A., Diretor do Banco Lino Pimentel Ltda., Consultor Administrativo e Presidente do Banco do Comércio S.A., Presidente da Companhia Viçosense de Força e Luz, Diretor do Banco Moreira Sales S.A., membro do Conselho de Administração da União de Bancos Brasileiros S.A., membro dos Conselhos Consultivos da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira e da Companhia Ferro Brasileiro, fundador e Presidente da Boa Vista Companhia de Seguros e Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco do Estado de Minas Gerais S.A. Participou do Conselho Diretor da Universidade Federal de Viçosa, onde representou o Presidente da República.

Como jornalista dirigiu *O Debate*, de Belo Horizonte.

Além de seu pai, atuaram na política seu avô paterno, Antônio da Silva Bernardes, chefe político em Santa Rita do Turvo (atual Viçosa); seu avô materno, Carlos Vaz de Melo*; seus primos Carlos Vaz de Melo Megale* e Edgar de Vasconcelos Barros* e seu cunhado Cristiano de Freitas Castro*.

Estado de Minas

Artur da Silva Bernardes Filho, janeiro de 1978

FONTES: AVELAR, Antônio Ribeiro de. *Figuras da Casa de Minas.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1960./COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje.* Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./ *Dados biográficos* - Informante: Artur Bernardes Filho. CEM/UFMG./FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais.* Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 31 jan. 1956. p. 2; 26 abr. 1979. p. 2./ *Pesquisa biográfica dos senadores brasileiros.* Senado Federal, Brasília (1980)./SILVA, Gastão Pereira da. *Constituintes de 1946: dados biográficos.* Rio de Janeiro, s. ed. 1947.

BERNARDINO, Genésio ver SOUSA, Genésio Bernardino de

BERNARDO RUBINGER ver QUEIROZ, Bernardo Rubinger

BERUTO, Emídio

Prefeito de Belo Horizonte, MG, e engenheiro, nasceu em Ouro Preto, MG, no ano de 1896, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 2 de julho de 1950. Filho de Bernardo Beruto e de Teresa Beruto. Casado com Edir Marques Beruto.

Fez o curso secundário em Ouro Preto e formou-se pela Escola Livre de Engenharia de Belo Horizonte, depois incorporada à Universidade de Minas Gerais, em 1927.

Iniciou a carreira de engenheiro em Caeté, MG. Em 1930, contratado pela Leopoldina Railway, serviu em Vitória, ES. Ingressou, em seguida, no quadro técnico da Companhia Vale do Rio Doce, da qual chegou a Diretor no Rio de Janeiro. Nesse cargo permaneceu até a morte.

De 26 de dezembro de 1946 a 21 março de 1947, durante a Interventoria de Alcides Lins*, foi Prefeito de Belo Horizonte.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 4 jul. 1950. p. 14./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 27 dez. 1946. p. 9./*O Diário*, Belo Horizonte, 4 jul. 1950. p. 3.

BESSONE, Darci ver ANDRADE, Darci Bessone de Oliveira

BESSONE, Leopoldo Pacheco

Político, advogado e empresário, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 27 de janeiro de 1942. Filho do político e advogado Darci Bessone de Oliveira Andrade* e de Branca Pacheco de Oliveira Andrade. Casado com Maria de Los Angeles Garcia Blanco.

Fez os estudos secundários no Colégio Marconi, de Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da UFMG, em 1965.

No início de sua vida pública, exerceu o cargo de Oficial-de-Gabinete dos Secretários Estaduais da Segurança Pública e do Interior e Justiça, e de assessor da diretoria do Instituto Estadual de Florestas.

Eleito Deputado Federal para a 9ª Legislatura (1979-1983), reelegeu-se para o quadriênio seguinte (1983-1987). Em 1986, elegeu-se Deputado Federal Constituinte e para o período 1987-1991. Na Câmara dos Deputados foi titular das Comissões do Interior (1979), de Relações Exteriores (1980-1984; 1989-1991), de Serviço Público (1986-1987; 1989-1990), e de Viação e Transporte, Desenvolvimento Urbano e Interior (1991). Foi, também, suplente das Comissões de Relações Exteriores (1979 e 1981), do Interior (1980), de Finanças (1981-1984), de Defesa do Consumidor (1982), de Previdência e Assistência Social (1986-1987) e de Minas e Energia (1990-1991). Foi, além disso, suplente das CPIs do Sistema Financeiro Nacional (1980-1987) e do Rio São Francisco (1980-1982). Na Assembléia Nacional Constituinte integrou, como titular, a Subcomissão do Poder Legislativo e a Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, e, como suplente, a Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes, as Comissões da Família, de Educação, Cultura e Esportes, de Ciência e Tecnologia e de Comunicação (todas em 1987).

Licenciou-se da Câmara por duas vezes: em fevereiro de 1984, para assumir o cargo de Secretário de Estado de Esportes, Lazer e Turismo do Governo Tancredo de Almeida Neves*, e, de agosto de 1988 a janeiro de 1989, para chefiar o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, no Governo José Sarney.

Como observador parlamentar, integrou a representação brasileira na XXXVI Sessão da Assembléia Geral da ONU (1981).

Em 1990, reelegeu-se Deputado Federal para o período 1991-1995.

Filiado ao PMDB, pertenceu ao MDB e ao PP.

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado.CEM/UFMG./BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Assembléia Nacional Constituinte - 1987*: repertório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. 2ª ed. Brasília, 1989. p. 521./BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Deputados brasileiros*: repertório biográfico. 49ª Legislatura 1991-1995. Brasília, 1991. p.p. 394-395.

BETÔNICO, José Horácio

Político, engenheiro topógrafo e industrial, nasceu em Itabira do Mato Dentro (hoje Itabira), MG, a 15 de outubro de 1909, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 22 de julho de 1979. Filho do funcionário público e jornalista Minervino Betônico e de Maria Bárbara de Magalhães. Casado com Estela Barros Betônico.

Fez o curso secundário no Ginásio Sul-Americano, em sua terra natal, e no Ginásio Mineiro, de Belo Horizonte, onde se diplomou, em 1935, pela Escola Superior de Agronomia.

Exerceu os cargos de redator da *Revista Mineira de Engenharia* (1933-1936) e de engenheiro topógrafo do Departamento Geológico do Estado, da Itabira Iron Ore & Cia Ltda., da Companhia do Rio Doce S.A., da Indústria e Comércio de Minérios S.A. e do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais. Foi ainda Diretor da Sociedade de Engenharia Bethonico Ltda. e da Indústria e Comércio de Minérios.

Iniciou-se na política como Vereador à Câmara Municipal de Conceição do Mato Dentro (1954-1958).

Suplente de Deputado Estadual na 4ª Legislatura (1959-1963), desempenhou o mandato em vários períodos.

Eleito Deputado Federal para a 5ª Legislatura (1963-1967), integrou as Comissões de Transporte e de Minas e Energia e foi Relator da Comissão de Inquérito do Cobre (1965). Apresentou, entre outros, projetos instituindo o salário mínimo do engenheiro e reformando os Conselhos de Engenharia e Arquitetura. Propôs também a criação da Comissão Permanente de Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados. Fez parte da delegação brasileira à Conferência Interparlamentar de Teerã (1966) e realizou viagem de estudos aos EUA (1966).

Pertenceu à UDN e à Arena.

Publicou os trabalhos *Obras de Arte Rodoviária em Zonas Desflorestadas* (1959) e *Instituto de Defesa do Fenômeno das Secas no Norte e Nordeste de Minas Gerais* (1961).

FONTES: *Correio Braziliense*, Brasília, 9 out. 1964. 2º Caderno. p. 3./Dados biográficos - Informante: José Horário Bethonico. CEM/UFMG./*Deputados brasileiros;* repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 5ª Legislatura (1963/7). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1966./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 10 ago. 1979. p. 4./FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais.* Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 8 ago. 1979, Diário do Legislativo. p. 2; 9 ago. 1979, Diário do Legislativo. pp. 3-4.

BIAS FORTES, Crispim Jacques ver FORTES, Crispim Jacques Bias

BIAS FORTES, Crispim Jacques (Neto) ver FORTES, Crispim Jacques Bias (Neto)(dito Biazinho)

BIAS FORTES, José Francisco ver FORTES, José Francisco Bias

BIAZINHO ver FORTES, Crispim Jacques Bias (Neto)

BICALHO, José Alcino

Político, farmacêutico e industrial, nasceu em Santa Rita do Glória, então Distrito de Muriaé e hoje cidade de Miradouro, MG, a 9 de junho de 1920. Filho de Alcino Bicalho e de Julieta do Vale Bicalho. Casado com Maria José Barreto Bicalho.

Fez os estudos secundários no Ateneu São Paulo, em Muriaé, e diplomou-se em Farmácia no Rio de Janeiro.

Foi Prefeito Municipal de Miradouro, MG (1950) e Deputado Estadual na 2ª Legislatura (1951-1955), quando integrou a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1951-1953) e a Comissão Especial de Divisão Administrativa e Judiciária (1953).

Durante a Presidência de Juscelino Kubitschek de Oliveira*, exerceu o cargo de Representante Comercial do Brasil na França.

Pertenceu ao PTN e ao PSD.

FONTES: *Dados biográficos* - Informante: Prefeitura Municipal de Muriaé/João Braz. CEM/UFMG./*Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

BICALHO, José Felizardo Francfort de Abreu

Político e Coronel da Guarda Nacional, nasceu na paróquia de Santo Antônio do Itacambiruçu da Serra do Grão-Mogol, Província de Minas Gerais (atual Itacambira), e ali faleceu, a 5 de março de 1896.

Deputado Provincial na 12ª, 13ª e 14ª Legislaturas (1858-1863) e na 21ª e 22ª Legislaturas (1876-1879), depois da proclamação da República elegeu-se Deputado Estadual para a 2ª Legislatura (1895-1898), tendo exercido esse mandato até a data em que faleceu.

Na Monarquia, pertenceu ao Partido Conservador e, na República, ao PRM.

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 10 mar. 1896. p. 6./VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras* (1664-1897). Ouro Preto, Imprensa Oficial, 1897. v. 1.

BICALHO, Mário

Político, nasceu em Itacambira, MG, em 3 de outubro de 1913. Filho de Joaquim do Espírito Santo Bicalho, agricultor, e de Elisa de Sousa Bicalho. Casado com a professora Otília Ferreira Bicalho.

Foi um dos fundadores do PTB em Minas Gerais, do qual se desligou para a criação do antigo MDB.

Teve sua carreira política iniciada ao ser eleito para Vereador pelo PTB (1959-1963), quando foi Vice-Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte e Líder do Prefeito. Eleito suplente de Deputado Estadual para a 5ª Legislatura (1963-1967), exerceu o mandato no período 1964-1965.

De 1934 a 1935, esteve ligado ao Serviço Geográfico do Estado, no levantamento de novos mapas de Minas Gerais. De 1945 a 1948, foi auxiliar de tesouraria no Serviço de Alimentação da Previdência Social, ex-membro do Conselho Fiscal do Departamento de Bairros e Habitações Populares do Município de Belo Horizonte. Em 1962, foi gerente regional da Fundação da Casa Popular em Minas Gerais.

Tomou posse no cargo de Diretor Administrativo da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais - Cohab-MG -, em 1972.

Seu filho Otimar Ferreira Bicalho participa da política tendo sido Vereador por Belo Horizonte e Secretário Municipal de Ação Comunitária.

FONTE: Informante: Otimar Ferreira Bicalho (filho).

BICALHO, Maurício Chagas

Ministro, secretário de estado, banqueiro, advogado e jornalista, nasceu em Olivei-

ra, MG, a 19 de março de 1913. Filho de Edmundo Dias Bicalho e de Maria da Conceição Moura Chagas Bicalho. Casado com Célia Roscoe Chagas Bicalho.

Fez os estudos secundários em sua terra natal e em Juiz de Fora, MG, e bacharelou-se pela FDUMG em 1935. Mais tarde, especializou-se em Direito Comercial Internacional na Georgetown Unversity, EUA.

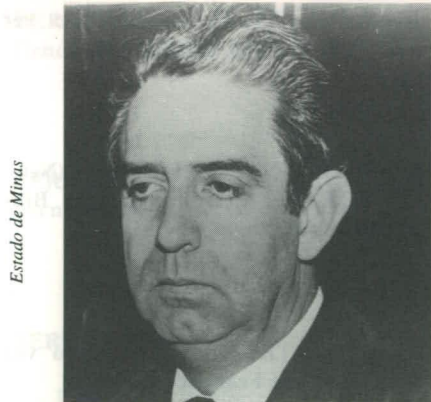
Foi Secretário do Interior e Justiça de Minas Gerais no Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira* (22/2/54 - 30/3/55), tendo eventualmente exercido, no período, o cargo de Chefe de Polícia. Ocupou a Pasta da Fazenda, como Ministro interino, em 1959 e 1960, durante impedimentos do titular.

Foi Presidente do Banco do Brasil (3/6/59 - 1/6/60) e dos Bancos Mineiro da Produção S.A. e Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais S.A (3/1/67 - 30/8/67). Coube-lhe promover a fusão dos dois últimos estabelecimentos no atual Banco do Estado de Minas Gerais S.A. - Bemge -, cuja Presidência ocupou de setembro a novembro de 1967. De 1967 a 1970, presidiu o Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., designado pelo Governador Israel Pinheiro da Silva*.

Desempenhou, ainda, os seguintes cargos e funções: Advogado-Consultor e Advogado Fiscal do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro, DF; Procurador da Fazenda Estadual junto ao Conselho de Contribuintes; Diretor do Departamento de Estudos Econômicos e Legislação Fiscal do Estado, tendo-lhe cabido, nesta condição, organizar a consolidação da legislação fiscal de Minas Gerais; Chefe de Gabinete do Secretário Estadual das Finanças, de 1936 a 1940 e em 1946; Assistente Jurídico da Presidência do Banco do Brasil, de julho de 1949 a dezembro de 1950; representante do Brasil em conferências econômico-financeiras nos EUA e na França; Diretor do Banco Belo Horizonte S.A. (1948); Diretor da Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. (1952-54) e da Central Elétrica de Furnas S.A.; Diretor da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil (1958-1959); Diretor Executivo e Governador Adjunto do Fundo Monetário Internacional (1960-1966); Governador Adjunto do Banco Mundial e Diretor da Associação Comercial de Minas.

Foi, também, redator do matutino *Folha de Minas*, de Belo Horizonte.

Advogado militante, pertence ao Instituto de Advogados Mineiros.

Publicou, em livro, os trabalhos *Aulas de técnica fiscal* e *Consolidação da legislação fiscal do Estado de Minas Gerais* e artigos técnicos na *Revista Forense* e em *Minas Jurídica*.

Maurício Chagas Bicalho, julho de 1967

FONTES: COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./*Dados biográficos* - Informante: Banco do Estado de Minas Gerais - Presidência. CEM/UFMG./*Diário Mercantil,* Juiz de Fora, 24 ago. 1967. p. 1./ *Diário de Minas,* Belo Horizonte, 23 fev. 1954. p. 3; 3 set. 1959. p. 3; 2 set. 1967. p. 7; *Estado de Minas,* Belo Horizonte, 23 fev. 1954. p. 3; 25 fev. 1954. pp. 3, 9; 4 jan. 1967. p. 6; 1 set. 1967. p. 6./FONSECA, L. Gonzaga da. *Cultura e intercâmbio cultural. In: História de Oliveira.* Belo Horizonte, Ed. Centenário, 1961./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 25 fev. 1954. pp. 11-12; 3 ago. 1964. p. 9; 2 set. 1967. p. 1./*O Diário,* Belo Horizonte, 4 set. 1959. p. 3.

BISAGLIA, Hildebrando

Político, advogado, magistrado e professor, nasceu em Juiz de Fora, MG, a 11 de novembro de 1913. Filho de Rômulo Bisaglia e de Eulália Dias de Oliveira Bisaglia. Casado com Amália Brant Bisaglia.

Fez o curso secundário na Academia de Comércio de Juiz de Fora e no Ginásio Santo Antônio de São João del-Rei, MG. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Niterói, RJ, em 1938 e passou a advogar em Juiz de Fora.

Foi Vereador à Câmara Municipal de Juiz de Fora, cuja Comissão de Constituição e Justiça presidiu.

Deputado Federal na 2ª Legislatura (1951-1955), ocupou a Presidência da Comissão de Legislação do Trabalho.

Em Juiz de Fora, tornou-se professor catedrático de Direito do Trabalho e Direito Industrial nas Faculdades de Direito e de Ciências Econômicas, e de Organização na Escola de Engenharia. Transferindo-se para Brasília, DF, a partir de 1971 lecionou, como professor requisitado, Direito do Trabalho, Direito Comercial, Direito Previdenciário, Jurisprudência do Trabalho e Instituições de Direito Público Privado na Universidade Nacional de Brasília.

Exerceu ainda os cargos de Diretor-Geral do Departamento Nacional do Trabalho (fev/out. 1956) e de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (1951-1964) do qual foi, também, Vice-Presidente (1964-1966) e Presidente, a partir de 1966, cargo pelo qual se aposentou. Publicou vários artigos sobre direito do trabalho em revistas especializadas.

Pertenceu ao PTB.

FONTES: Dados biográficos - Informante: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/ Robertson Caloman Jacob Plischke. CEM/ UFMG./FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais.* Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte.

BITTENCOURT, Carlos Alberto Lúcio

Político, advogado, funcionário público, jornalista, professor e banqueiro, nasceu em Juiz de Fora, MG, a 19 de julho de 1911, e faleceu a 9 de setembro de 1955. Filho de Norberto Lúcio Bittencourt e de Marta Spaeth Bittencourt. Casado com Haidéia Lago Bittencourt.

Fez o curso secundário no Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, DF, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1932. Mais tarde, estudou na American University, em Washington, EUA.

Ainda universitário, ingressou no serviço público como Oficial de Secretaria da Justiça do Distrito Federal. Em 1933, foi nomeado Juiz Pretor, grau inicial da judicatura do Distrito Federal. Em 1936 assumiu um dos postos de direção da *Revista Forense*.

Aprovado em concurso para Promotor Adjunto em 1939, tomou posse no ano seguinte, quando se tornou, também por concurso, Técnico de Administração do Departamento de Administração do Serviço Público.

Lecionou Administração Comparada no curso instituído, em 1943, pelo DASP, do qual já era Consultor Jurídico, do mesmo modo como o era da Legião Brasileira de Assistência. Em 1945, exonerou-se dos dois cargos para realizar estudos especializados de Administração em universidade norte-americana. Em maio desse mesmo ano, ajudou a fundar o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).

Elegeu-se Deputado Federal para a 2ª Legislatura (1951-1954). A partir de maio de 1952, foi um dos Vice-Líderes do PTB. Integrou também a comissão especial encarregada de dar parecer sobre a forma como seria criada a Petrobrás. Elegeu-se Senador para a 3ª e 4ª Legislaturas (1955-1963). Em 1955, foi contrário à coligação PTB-PSD em prol da candidatura de Juscelino Kubitschek de Oliveira* para a Presidência da República. Apoiou, então, juntamente com outros dissidentes de seu partido, uma união entre o PTB e o PSP, que lançou a candidatura de Ademar de Barros.

Durante o período em que exerceu o segundo mandato parlamentar (março a setembro de 1955), liderou a Bancada trabalhista no Senado. Desempenhou, ainda, as seguintes funções: Diretor da Companhia Internacional de Capitalização e do Banco Popular do Brasil; Secretário da Sociedade Brasileira de Criminologia e da *Revista de Direito Penal*; membro do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, da comissão encarregada de estudar a legislação de emergência sobre a locação de imóveis, da comissão designada pelo Ministério da Justiça para elaborar anteprojeto de reforma dos serviços policiais do Território do Acre e da comissão que procedeu aos estudos relativos à regulamentação da imunidade fiscal dos órgãos autárquicos.

Entre outras entidades estrangeiras, foi sócio da American Political Science Association.

Colaborou na *Revista Forense*, na *Gazeta dos Tribunais*, na *Tribuna Judiciária*, na *Revista do Serviço Público*, na *Revista de Direito Administrativo* e nos jornais *A Manhã* e *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro.

Em 1951, conquistou a cátedra de Direito Penal da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, que não chegou a reger, por se achar impedido pelo desempenho de mandatos eletivos.

Em 1955 candidatou-se a Governador de Minas Gerais e empreendia sua campanha eleitoral quando veio a falecer num desastre aéreo.

Deixou diversos trabalhos editados em livros e publicados em revistas e jornais, entre os quais o *Dicionário Enciclopédico de Direito* (em colaboração com o Juiz Sadi Cardoso de Gusmão - 1934); *Recurso de revista* (em colaboração com o Prof. Bilac Pinto - 1937); *A imunidade fiscal das autarquias* (1943); *A terminologia e o conceito de Direito Administrativo* (1943); *Controle jurisdicional da constitucionalidade das leis* (1948) e *Liberas comiciandi* (Revista Forense, tese - 1949).

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 17 ago. 1951. p. 5; 11 set. 1955. p. 3./*Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 13 set. 1955, *Diário do Congresso Nacional*, pp. 2.241-5./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 11 set. 1955. p. 4./FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 11 set. 1955. p. 1; 13 set. 1955. *Diário da Assembléia*. pp. 1-2; 12 set. 1956. *Diário da Assembléia*. pp. 3-5; 13 set. 1957. *Diário da Assembléia*. pp. 2-3./*O Diário*, Belo Horizonte, 11 set. 1955. p. 3./*Revista da Faculdade de Direito*; memória histórica (1892-1959). Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 10: 187-8, out. 1958 - mar. 1959./*Dicionário Histórico-Biográfico (1930-1983)*. Coordenação Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro, Forense Universitária: FGV-CPDOC. Financiadora de Estudos e Projetos - Finep. 1984.

BLEY, João Punaro

Oficial do Exército e político, nasceu em Montes Claros, MG, a 14 de novembro de 1900. Filho de João Bley Filho e Maria Punaro Bley. Casado com Alzira Donat Bley.

Entrou para o Exército como cadete na Escola Militar do Realengo (1918-1921). Fez os cursos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1923), da Escola de Estado-Maior do Exército (1929-1930 e 1948) e da Escola Superior de Guerra (1960). Atingiu o generalato em 1958 e reformou-se no posto de General-de-Exército a 18 de julho de 1969.

De 13 de julho a 18 de agosto de 1924, atuou contra os Tenentes revolucionários, como orientador do grupo de artilharia, e, de 25 de setembro de 1924 a 20 de maio de 1925, comandou uma seção de artilharia que apoiou a coluna de ataque aos revoltosos, na serra de Medeiros.

Vitoriosa a Revolução de 1930, o Governo provisório nomeou-o Interventor Federal no Estado do Espírito Santo, cargo que voltou a ocupar de novembro de 1937 a janeiro de 1943, quando assumiu uma das Diretorias da Companhia Vale do Rio Doce.

Retornando às fileiras em abril de 1947, foi Subchefe do Gabinete do Ministro da Guerra (1956-1958), Comandante da Academia Militar de Agulhas Negras, estagiário na Escola Superior de Guerra, Diretor de Assistência Social do Exército, Comandante, na Capital mineira, da Infantaria Divisionária da 4ª Região Militar e chefe da 5ª Seção do Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro.

Recebeu as comendas da Ordem do Mérito Militar e da Ordem do Mérito Aeronáutico, a Medalha Militar (com passador de prata) e a Medalha do Pacificador.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Ministério do Exército. Secretaria-Geral, 1ª Seção./VIANNA, Nélson. *Efemérides montes-clarenses. (1707-1962).* Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1964.

BLUM, Edmundo

Político, promotor, inspetor escolar, fazendeiro e Coronel da Guarda Nacional, nasceu no ano de 1872 e faleceu em Rio Pardo de Minas, MG, a 27 de janeiro de 1966. Casado com Orlinda Costa Blum.

Em Rio Pardo de Minas exerceu, entre outros, os cargos de Delegado de Polícia, Promotor de Justiça e inspetor escolar.

Deputado Estadual na 3ª Legislatura (1899-1902), desde 1901, quando substituiu o Coronel Manuel José da Silva*, reelegeu-se para a 4ª, 5ª, 6ª e 7ª Legislaturas (1903-1918) e foi membro da Comissão Executiva da Câmara em diversos períodos. Afastado desde então da militância política, em 1945 participou da campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes para a Presidência da República.

Pertenceu ao PRM.

FONTES: *Anais da Assembléia Legislativa. 1966.* Belo Horizonte, Diretoria dos Serviços Legislativos. 1: 19-22. 1966./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 5 fev. 1966. Diário da Assembléia. p. 1; 8 fev. 1966. Diário da Assembléia. p. 1.

BOAVENTURA, Sinval

Político e fazendeiro, nasceu em Rio Paranaíba, então Distrito de São Gotardo, MG, a 12 de junho de 1923. Filho do fazendeiro Vigilato Gonçalves Boaventura e de Maria do Amor Divino Boaventura. Casado com Odete Maria da Conceição Boaventura.

Fez o curso secundário no Ginásio São Geraldo, em sua terra natal.

Em 1947 foi nomeado pelo Governador Mílton Soares Campos* Prefeito Municipal de Rio Paranaíba, posto a que retornou, por eleição, no período de 1950 a 1954. De 1958 a 1959, exerceu as funções de Delegado de Polícia em Arapuá, MG.

Elegeu-se Deputado Estadual para a 5ª Legislatura (1963-1967) e Deputado Federal para a 6ª, 7ª e 8ª Legislaturas (1967-1979). Na Assembléia, foi Presidente da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (1963) e membro das Comissões de Finanças e Orçamento e Tomada de Contas (1964), de Assuntos Municipais e Interesta-

duais (1965) e de Segurança Pública (1966). Na Câmara Federal, fez parte das Comissões de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, para Integração dos Povos da Comunidade de Língua Portuguesa e de Segurança Nacional, tendo sido também suplente da Comissão de Agricultura e Política Rural. Foi delegado brasileiro à 1ª Conferência Continental de Reforma Agrária e Colonização da América Latina (Colômbia, 1972).

Em 20 de outubro de 1978 renunciou ao mandato para assumir uma diretoria do Banco do Estado de Minas Gerais S.A.

Pertenceu à UDN e à Arena.

FONTES: *Deputados brasileiros. Repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 6ª Legislatura (1967-71)*. Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1968; 7ª Legislatura (1971-5). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1971; 8ª Legislatura (1975/9). 2. ed. Brasília, Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação. 1976./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 19 dez. 1962. p. 3./FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte.

BOLIVAR, Arduíno Fontes

Advogado, jornalista, professor, escritor e acadêmico, nasceu em Viçosa, Província de Minas Gerais, a 21 de setembro de 1873, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 15 de agosto de 1952. Filho de Cândido Malaquias Bolivar e de Maria Teresa Fontes Bolivar. Casado com Angelina Mürer Bolivar.

Fez o curso de Humanidades no Colégio do Caraça, Província de Minas. Em Ouro Preto, freqüentou depois, durante um ano, a Escola de Farmácia. Passando a estudar na Capital paulista, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1903.

Durante o curso acadêmico exerceu o jornalismo no *Comércio de São Paulo*.

Voltando para Minas Gerais após a formatura, foi Promotor de Justiça (1903-1906) e Juiz Municipal de Carangola (1906) e de Ubá (1906-1914). Militou na imprensa das duas cidades, como redator, respectivamente, dos periódicos *O Progressista* e *O Movimento*. Ao mesmo tempo, mantinha colaboração assídua nas revistas *A Evolução*, *Revista do Instituto Jurídico* e *Renascença*, todas de São Paulo, nas quais publicou numerosos trabalhos em prosa e verso. Fez a tradução de clássicos latinos, notadamente Virgílio e Horácio, e de vários autores italianos, entre eles Carducci, Fusinato, Stecchetti e Metastasio.

Sócio fundador da Academia Mineira de Letras, ocupou a cadeira nº 6, sob o patrocínio de Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Transferindo-se para Belo Horizonte, em 1914, foi Oficial-de-Gabinete na Secretaria da Agricultura, durante as gestões de Raul Soares de Moura* e Clodomiro Augusto de Oliveira*. Em seguida, desempenhou igual função na Presidência do Estado, nos Governos Artur da Silva Bernardes* e Raul Soares de Moura*.

Na Capital mineira, dirigiu por vários anos o velho *Diário de Minas*, órgão do PRM.

Foi professor de Português, Latim, Francês, Literatura, Lógica, História Universal e História do Brasil em estabelecimentos de nível secundário de Ubá e Belo Horizonte e no curso complementar da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Dirigiu a Escola Normal Modelo, hoje Instituto de Educação de Minas Gerais. Um dos fundadores da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais (atualmente Fafich-UFMG) e da Faculdade de Ciências Econômicas de Belo Horizonte, depois também incorporada à UFMG, nelas lecionou, respectivamente, Literatura e Princípios de Sociologia. Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria da Universidade Católica de Minas Gerais lecionou Literatura Italiana.

Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e da subcomissão de língua portuguesa e línguas antigas da Comissão Nacional do Livro Didático.

Publicou as obras *A rosa do Carmelo* e *Versões e traduções*.

FONTES: AVELAR, Antônio Ribeiro de. *Figuras da casa de Minas*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1960./BRANDÃO, Cláudio. Arduíno Bolívar. In: *Digesto Econômico*, São Paulo, (129): 82-90, maio/jun. 1956./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 24 nov. 1963. p. 8; 9 jan. 1966. p. 1; 20 set. 1973. p. 1./ OLIVEIRA, Martins de. *História da literatura mineira*, 2 ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 17 ago. 1952. p. 8; 2 jul 1959. p. 13; 17 jan. 1974, Suplemento Pedagógico, p. 1-13; 16 out. 1976. Suplemento Literário, p. 11./RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970-1./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926./VASCONCELOS, SalomÃo. *Elogio de Arduíno Bolívar*. Belo Horizonte, Academia Mineira de Letras, 1953./VELHO SOBRINHO, João Francisco. *Dicionário bibliográfico brasileiro*, Rio de Janeiro, s. ed., 1937. v. 1.

BONIFÁCIO MOURÃO ver MOURÃO, José

BORGES, João Eunápio

Secretário de Estado, advogado e professor, nasceu em Patos, MG (hoje Patos de Minas), a 17 de maio de 1906. Filho de Deiró Eunápio Borges e de Maria Caixeta Amorim Borges. Casado com Amélia Couto Eunápio Borges.

Fez os estudos secundários no Juvenato São José, em Mendes, RJ, no Ginásio Diocesano de Uberaba, MG, e no Ginásio Mineiro de Barbacena e de Belo Horizonte, MG. Cursou até o terceiro ano a Escola de Minas de Ouro Preto; em seguida, matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, pela qual se bacharelou em 1932, tendo-lhe cabido, como melhor aluno da turma, o Prêmio Rio Branco.

Em Belo Horizonte, iniciou a carreira magisterial em 1933, como professor de Direito Constitucional e Civil, Direito Comercial e Economia Política na Faculdade de Comércio Tito Novais. De 1936 a 1941, foi Diretor e professor do Ginásio Anchieta. Em 1939, regeu o curso complementar de Direito, anexo ao Ginásio Arnaldo, e, de 1934 a 1939, lecionou Economia Política na FDUMG. Nesta escola tornou-se, em maio de 1942, catedrático, por concurso, de Direito Comercial e de Direito Romano no curso de Doutorado, a partir de maio de 1955.

Na Interventoria Alcides Lins*, ocupou a Secretaria do Interior (21/12/46-19/3/47), tendo-lhe cabido adotar as medidas que asseguraram a lisura das primeiras eleições realizadas em Minas Gerais após a redemocratização do País, ao fim do Estado Novo.

Foi também Presidente da Junta Arquidiocesana de Ação Católica e chefe do serviço jurídico do então Banco Nacional de Minas Gerais S.A.

Publicou as obras jurídicas *Do Aval* (tese de concurso, publicada em 1940 e reeditada em 1954) e *Curso de Direito Comercial Terrestre*, Rio de Janeiro, Revista Forense, 1959, além de artigos doutrinários e pareceres em revistas especializadas.

É primo do magistrado Vicente de Paula Borges*.

FONTES: MELO OLIVEIRA. *Paracatu e Patos de Minas: uma antologia*. Belo Horizonte, Edição do Instituto de História, Letras e Arte, 1966./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 22 dez. 1946. p. 4./*Revista da Faculdade de Direito; memória histórica (1892-1959)*. Belo Horizonte, Imprensa da UFMG, 10: 241-2, out. 1958. mar. 1959./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

BORGES, Joaquim Roberto Leão

Político e engenheiro, nasceu em Uberaba, MG, a 3 de agosto de 1926. Filho de Ranulfo Borges do Nascimento e de Maria da Glória Leão Borges. Casado com Nadi Pena Borges.

Fez o curso ginasial no Colégio Diocesano de Uberaba e o colegial no Colégio Rio Branco, de São Paulo, SP, onde diplomou-se em Engenharia pela Universidade Mackenzie, em 1951.

Deputado Estadual para a 5ª, 6ª, 7ª., 8ª e 9ª Legislaturas (1963-1983), ocupou os cargos de 1º-Vice-Presidente da Comissão Executiva (1966); Presidente (1964-1965; 1967; 1971), Vice-Presidente (1963) e membro (1968) da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas; Presidente da Comissão de Economia e Obras Públicas (1972-1974; 1979; 1982) e membro das Comissões de Assuntos Municipais (1963), de Serviço Público Civil (1970-1971) e de Serviço Público (1972-1973), da Comissão Diretora do Instituto de Estudos Parlamentares (1968), da Comissão de Construção do Palácio da Inconfidência, sede da Assembléia Legislativa (1972-1974) e da Comissão de Siderurgia e Mineração (1979).

No decorrer da 6ª Legislatura licenciou-se para desempenhar as funções de Secretário Estadual da Viação e Obras Públicas, de maio de 1968 a janeiro de 1970. Participou do Congresso Internacional de Assembléias Legislativas realizado em Barcelona, Espanha, em 1967.

Foi Secretário Adjunto de Obras Públicas do Governo mineiro de maio de 1975 a maio de 1978.

Foi, ainda, Chefe da 25ª Residência Regional do DER/MG, Presidente da Sociedade de Engenheiros de Uberaba e 1º Vice-Presidente da Associação Comercial e Industrial de Uberaba e da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro.

Pertenceu ao PSD e à Arena, tendo nesta exercido os cargos de Vogal e Secretário da Comissão Executiva Estadual; em seguida, filiou-se ao PDS.

Atuaram na política seus tios Antônio Borges e Lucas Borges, Chefe do PRM em Uberaba (1920-1930), e seu primo Senador Mauro Borges Teixeira, ex-Governador do Estado de Goiás.

FONTES: *Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais*. Arquivo, Ficha biográfica./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 8 maio 1969. p. 3./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 14 maio 1975. p. 3./FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 14 maio 1975. p. 2; 15 maio 1975. p. 2; 19 maio 1979. p. 3.

BORGES, José Maria Vaz

Político e jornalista, nasceu em Patos (hoje Patos de Minas), MG, a 19 de setembro de 1924. Filho de José da Rocha Vaz de Melo e de Maria da Conceição Borges. Casado com Celsa Escobar Borges.

Fez os estudos secundários no Colégio Benedito Valadares, em sua terra natal. Freqüentou ainda cursos de organização jornalística, de literatura brasileira e de oratória.

Foi Vereador à Câmara Municipal de Patos de Minas de 1958 a 1971, período em que também exerceu a Presidência da Associação Comercial.

Durante o Governo Israel Pinheiro da Silva*, desempenhou o cargo de Oficial-de-Gabinete da Secretaria de Estado da Administração.

Eleito Deputado Estadual para a 10ª Legislatura (1983-1987), foi Vice-Líder do PMDB e da Maioria; Vice-Presidente da Comissão de Agropecuária e Política Rural (1983-1984).

Pertenceu ao MDB, que fundou em Patos de Minas em 1969, e posteriormente filiou-se ao PMDB.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Gabinete do Deputado José Maria Vaz Borges. CEM/UFMG.

BORGES, Olímpio

Político, tabelião, advogado provisionado e professor, nasceu em Formiga, Província de Minas Gerais, a 22 de fevereiro de 1864, e faleceu em Patos (atual Patos de Minas), MG, a 11 de abril de 1924. Filho do tabelião José Antônio Borges e de Serafina Correia Borges. Casado com Maria Caixeta de Melo Borges.

Fez o curso de Humanidades no Seminário de Mariana e posteriormente obteve provisionamento de advogado.

Adepto do regime republicano desde a juventude, participou de sua propaganda e elegeu-se Deputado Estadual para a 3ª Legislatura (1899-1902).

Em Patos, foi professor, jornalista, advogado e, por 30 anos, titular do Cartório do 1º Ofício, em substituição a seu pai. Por indicação da Assembléia Legislativa, o fórum da cidade tomou o seu nome.

Pertenceu ao PRM.

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 15 abr. 1924. p. 5./PAULA, Almênio José de & FERREIRA, Saturnino G. *Figuras notáveis de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Pioneiros e Expoentes Editorial, 1973-4.

BORGES, Ronaldo Alencar Porfírio

Oficial da Aeronáutica, nasceu a 17 de dezembro de 1935, em Araxá, MG. Filho de José Pereira Borges e de Cecília Porfírio Borges. Casado com Magali Cunha Porfírio Borges.

Fez os cursos de Formação de Oficiais Aviadores, de Tática Aérea, de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica, de Estado-Maior, o Superior de Comando e o de Preparação de Instrutores da Ecemar.

Ingressou na Aeronáutica em 1º de março de 1955 e foi declarado Aspirante em 18 de dezembro de 1958. Promovido a Segundo-Tenente (1959), Primeiro-Tenente (1961), Capitão (1965), Major (1970), Tenente-Coronel (1976), Coronel (1982), chegou a Brigadeiro-do-Ar em 1989.

No ano de 1970, chefiou a Seção do Estado-Maior do Comando de Transporte Aéreo. Em 1971, tornou-se Chefe do Posto do Correio Aéreo Nacional do Galeão. Exerceu a chefia de Divisão da Subdiretoria de Pessoal Militar (1972), a chefia da Seção de Operações (A-3) do Quarto Comando Aéreo Regional (1975), a Vice-Diretoria do Parque de Material Aeronáutico dos Afonsos (1982), o Comando do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (1984) e a Presidência do Conselho Supervisor do Sistema de Cooperação das Forças Aéreas das Américas (1987). Adido das Forças Armadas no Panamá (1987), chefiou o Centro de Comunicação Social do Ministério da Aeronáutica e a Secretaria de Inteligência da Aeronáutica (1986). Atualmente ocupa o cargo de Diretor do Parque de Material Aeronáutico dos Afonsos.

Fez os cursos operacionais de Reconhecimento Fotometeorológico, de Busca e Salvamento e de Transporte Aéreo.

Possui cerca de 7.000 horas de vôo.

Recebeu várias condecorações, destacando-se a Medalha do Mérito Santos Dumont, do Mérito Militar, do Mérito Aeronáutico e a Militar de Ouro.

FONTE: *Dados biográficos.* Ministério da Aeronáutica: Centro de Comunicação Social.CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

BORGES, Vicente de Paula

Magistrado, advogado e promotor, nasceu em Patos, MG, (hoje Patos de Minas), a 16 de janeiro de 1905. Filho do Major da Guarda Nacional Olímpio Borges e de Maria Caixeta de Melo Borges. Casado com Maria Aparecida Faria Borges.

Fez os estudos secundários no Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, DF, e no Ginásio Mineiro de Barbacena, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais em 1932.

Depois de advogar por algum tempo em Conquista, MG, foi Promotor Público e, em seguida, Juiz de Direito da Comarca de Morrinhos, GO.

Em 1936, ingressou na Magistratura mineira como Juiz Municipal de Pedro Leopoldo, MG. Promovido a Juiz de Direito, serviu sucessivamente em Conquista (1937), Sacramento (1944), Pitangui (1944), Formiga (1953) e Belo Horizonte, (1961).

Em maio de 1965 foi promovido ao Tribunal de Alçada, cuja Presidência ocupou de maio de 1969 a maio de 1971. Ascendeu ao Tribunal de Justiça em dezembro de 1972, tendo-se aposentado como Desembargador em janeiro de 1975.

Atuou na vida pública seu primo João Eunápio Borges*.

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 2 jun. 1965. Diário da Assembléia, p. 3, 8 mar. 1975. Diário do Judiciário, p. 1/*Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais*. Secretaria. Ficha funcional./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

BOSON, Gérson de Brito Melo

Secretário de Estado, reitor, professor e advogado, nasceu em Piracuruca, PI, em 27 de novembro de 1914. Filho do advogado Eugenilino Boson Dias e de Carlota Melo de Brito Boson. Casado com a professora Maria Otília Lopes Boson.

Fez o curso secundário no Liceu Piauiense, de Teresina, em 1938 e o pré-jurídico no Colégio Universitário de Minas Gerais, em Belo Horizonte, cidade onde se bacharelou pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, em 1944.

Após diplomar-se, lecionou Francês, História da Civilização e Filosofia no Colégio Padre Machado, na Capital mineira. De volta ao seu Estado natal em 1947, regeu a cadeira de Sociologia Educacional da Escola Normal Antônio Freire, de Teresina, e exerceu o cargo de Secretário Particular do Governador Rocha Furtado. Retornando a Belo Horizonte em 1951, participou do corpo docente do Colégio Municipal, como assistente de Francês e História da Civilização. Em 1952 foi nomeado Inspetor Federal de Ensino, mas, optando pelo exercício do magistério, passou a lecionar Filosofia do Direito na Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, Lógica na Faculdade de Filosofia Santa Maria e Filosofia do Direito e Direito Internacional Público na Faculdade Mineira de Direito, ao mesmo tempo em que dirigia um curso de Direito Político Internacional na Faculdade de Ciências Econômicas da UMG. No ano de 1952, aprovado em concurso, assumiu a cátedra de Direito Internacional Público da FDUMG e regeu a cadeira de Filosofia do Direito do curso de Doutorado, na qual foi provido em 1954.

Como representante da classe dos advogados, foi Juiz do TRE de Minas Gerais.

No Governo Israel Pinheiro da Silva*, desempenhou as funções de Advogado-Geral do Estado (31/1-13/7/1966) e de Secretário da Educação (12/8/1966-21/2/1967).

Vice-Reitor da UFMG, em 22 de fevereiro de 1967 foi nomeado Reitor, cargo do qual se viu afastado mediante aposentadoria por força do AI-5, de dezembro de 1969, depois de haver elaborado e implantado a reforma da universidade. Em 1980, beneficiário da anistia, foi reintegrado nas cadeiras que regia na UFMG e na Universidade Católica de Minas Gerais. Em 4 de julho de 1929, assumiu a Secretaria de Estado da Casa Civil, por nomeação do Governador Newton Cardoso*.

Além de estudos em revistas especializadas, publicou as obras: *Sociedade e Direito*; *Da Objetividade e Hierarquia dos Valores*; *Monismo Jurídico e Soberania*; *As Transformações do Estado*; *Fontes de Direito Internacional Público*; *A Soberania do Estado Membro*; *Os limites jurídicos do Estado na Carta da ONU*; *Dos Valores Estéticos*; *Curso de Direito Internacional Público* e *O Homem como Sujeito de Direito Internacional* (tese de concurso).

Pertenceu ao PSD e à Arena.

É membro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, da International Law Association, do Instituto Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional e da Associación Argentina de Derecho Internacional.

Atuou na política seu sobrinho Luís Carlos Balbino Gambogi*.

Gerson de Brito Melo Boson, fevereiro de 1968

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: Gérson de Brito Melo Boson. CEM/UFMG./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 10 ago. 1966. p. 3./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 10 fev. 1966; 17 ago. 1966. p. 1./MORAES, Eduardo R. Afonso de. *História da Universidade Federal de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1971. v. 2./*Revista da Faculdade de Direito; memória histórica (1892-1959)*. Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 10: 239-40, out. 1958-mar. 1959.

BOTELHO, Álvaro Augusto de Andrade

Político, advogado e jornalista, nasceu na vila de Lavras do Funil, Província de Minas Gerais (atual cidade de Lavras), a 8 de fevereiro de 1860, e ali faleceu, a 16 de dezembro de 1917. Filho do Comendador José Esteves de Andrade e de Prudenciana de Paiva Botelho. Casado em primeiras núpcias com Prudenciana de Resende Alvim e, em segundas, com Josefina Azevedo Botelho.

Fez os estudos preparatórios no Município da Corte (Rio de Janeiro) e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1883.

Foi representante da Província de Minas Gerais na Câmara dos Deputados do Império durante a 19ª Legislatura (1885).

Em 1886, assumiu o cargo de Juiz Municipal de Lavras, onde permaneceu até 1889.

Em sua terra natal exerceu, também, a advocacia e o mandato de Vereador, tendo sido Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal. Participou, então, da propaganda republicana, com Lúcio de Mendonça e Francisco Antônio de Sales*, sobretudo através de freqüente colaboração nos jornais *O Colombo* e *O Republicano*, respectivamente das cidades sul-mineiras de Campanha e Lavras.

Proclamada a República, foi Deputado Federal Constituinte e na 1ª, 2ª e 3ª Legislaturas (1891-1899) e na 7ª, 8ª e 9ª (1909-1917). Na Câmara dos Deputados, integrou, entre outras, as Comissões de Instrução Pública e do Código de Águas.

Pertenceu ao PCM e ao PRM.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 18 dez. 1917. p. 1./ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1899 a 1917*. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 1./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 17 e 18 dez. 1917. p. 6; 19 dez. 1917. p. 5./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito*. Arquivo./VELHO SOBRINHO, João Francisco. *Dicionário biobibliográfico brasileiro Rio de Janeiro*, s. ed., 1937. v. 1.

BOTELHO, Antero de Andrade

Político, advogado e magistrado, nasceu em Aiuruoca, Província de Minas Gerais, a 23 de abril de 1872, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 7 de maio de 1939. Filho de Fidélis de Andrade Botelho, Conselheiro do Império, e de Emerenciana Elisa de Andrade. Casado com Elisa Backer de Andrade Botelho.

Fez os estudos preparatórios em Ouro Preto, MG, e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1893.

Depois de advogar em Ouro Preto e Belo Horizonte, MG, foi Juiz Federal no Estado, de outubro de 1894 a junho de 1896.

Elegeu-se Deputado Federal para a 3ª Legislatura (1897-1899) e para a 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª (1903-1923). Suplente de Deputado à Assembléia Nacional Constituinte de 1933, assumiu a cadeira em abril de 1934, na vaga de Antônio Augusto de Lima*. De novo suplente, exerceu o mandato de Deputado Federal na Legislatura de 1935-1937, na vaga de Valdomiro de Barros Magalhães*. Na Câmara, fez parte da Comissão de Instrução Pública.

Abolicionista e republicano, pertenceu ao PR e ao Partido Constitucional.

Era irmão do magistrado Fidélis de Andrade Botelho Júnior* e primo do político José Ribeiro Monteiro Junqueira*.

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: Bruno de Almeida Magalhães. CEM/UFMG./ ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917*. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 1./*O Estado de Minas*, Ouro Preto, 22 maio 1897. p. 2./*O Movimento*, Ouro Preto, 11 jan. 1891./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

BOTELHO, Francisco de Andrade

Político, médico, banqueiro, fazendeiro e professor, nasceu em Nossa Senhora das Carrancas, Distrito de Lavras, Província de Minas Gerais (atual cidade de Carrancas), a 22 de junho de 1867, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 11 de abril de 1923. Filho do político e Conselheiro do Império Fidélis de Andrade Botelho e de Emerenciana Elisa de Andrade Botelho. Casado com Maria Nazaré Monteiro Junqueira Botelho.

Doutorando-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1890, com defesa da tese *Do valor anestésico da cocaína na cirurgia geral*, de 1891 a 1909 residiu na fazenda Santo Antônio, no Distrito de Abaíba, Município de Leopoldina, e clinicou em vasta zona rural. Espírito progressista, teve as iniciativas de instalar a primitiva rede de telefones que ligou as fazendas entre si e à cidade de Leopoldina e de introduzir na região os veículos providos de molas. Em 1909 mudou-se para Leopoldina, onde continuou a exercer a medicina, inclusive na Casa de Caridade, a que serviu como clínico e tesoureiro.

Senador Estadual na 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Legislaturas (1911-1926), faleceu em pleno exercício do mandato.

Em 1912, com seus cunhados José Monteiro Ribeiro Junqueira* e Custódio Monteiro Ribeiro Junqueira, fundou a Casa Bancária Ribeiro Junqueira Irmãos e Botelho, mais tarde transformada em Banco Ribeiro Junqueira S.A. Ocupou ainda os cargos de Presidente da Cooperativa dos Produtores de Café do Município de Leopoldina, Diretor da Companhia Leiteira Leopoldinense e professor de Higiene na escola de farmácia e odontologia local.

Atuaram na vida pública seu pai, que foi Deputado Provincial e Vice-Presidente da Província de Minas Gerais; seus irmãos Antero de Andrade Botelho* e Fidélis de Andrade Botelho Júnior*, seu filho Ormeu Junqueira Botelho* e seu cunhado José Monteiro Ribeiro Junqueira*.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 22 jun. 1918. p. 2./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 14 abr. 1923. p. 3; 24 jun. 1967. Diário da Assembléia. pp. 1-2.

BOTELHO, Franklin

Político mineiro, foi Deputado Estadual na 3ª e 4ª Legislaturas (1899-1906).

Pertenceu ao PRM.

FONTE: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 27: 14, 16, dez. 1976.

BOTELHO, Ormeu Junqueira

Político, engenheiro, empresário e fazendeiro, nasceu em Leopoldina, MG, a 13 de março de 1897. Filho do político Francisco de Andrade Botelho* e de Maria de Nazaré Monteiro Junqueira Botelho. Casado com Dora Müller Botelho.

Formou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1917. No então Distrito Federal, foi funcionário técnico do Departamento Nacional de Estradas de Ferro e, em sua terra natal, fundador e Presidente da Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina, Diretor da Companhia de Tecidos Leopoldina, organizador e Presidente da Associação Rural, da Cooperativa Produtora de Leite e da Companhia Leiteira Leopoldina.

Projetando-se como empresário, exerceu o cargo de Presidente do Instituto Mineiro do Café, por nomeação do Interventor Federal Benedito Valadares Ribeiro*, em 27 de novembro de 1934, após a cassação da autonomia do órgão, que passou a ser controlado pelo Governo Estadual. Como tal, foi ativo defensor da política de não-intervenção governamental no setor cafeeiro. Foi ainda membro do Conselho Nacional do Café, Presidente do Banco Mineiro do Café S.A., depois transformado no Banco Mineiro da Produção S.A., ao qual também presidiu de março a junho de 1935, e Presidente do Banco Ribeiro Junqueira S.A.

Participou ativamente da Aliança Liberal e do movimento revolucionário de 1930.

Deputado Federal na 5ª Legislatura (1963-1967), integrou as Comissões de Segurança Nacional, de Economia, de Minas e Energia e de Transporte, Comunicações e Obras Públicas.

Pertenceu ao PSD, à UDN e à Arena.

Manteve assídua colaboração na *Gazeta de Leopoldina* e no *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro. Publicou, além de estudos sobre a reforma agrária e outros problemas econômicos e sociais, o trabalho *Conservação do Solo* (1954).

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados*. 1963. Brasília, 2: 373-4, 377, 1966./Anais da

Câmara dos Deputados. 1966. Brasília, 2: 473, 1966./*Correio Braziliense*, Brasília, 3 abr. 1965, 2º caderno, p. 4./*Deputados brasileiros*. Repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados a partir da 5ª Legislatura. 1963-7. Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1966.

BOTELHO, Oscar

Político e médico, nasceu em Lavras, Província de Minas Gerais, a 2 de abril de 1884, e faleceu em Campo Belo, MG, a 8 de outubro de 1955. Filho de José Esteves de Andrade Botelho e de Elvira Sales Botelho. Casado com Derminda Silva Botelho.

Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Deputado Estadual Constituinte e na 1ª Legislatura (1947-1951), foi Vice-Presidente da Comissão Executiva (1948) e Líder da Bancada da UDN e do Governo.

Pertenceu à UDN, cuja seção mineira presidiu.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 9 out. 1955. p. 14./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 11 out. 1955, Diário do Legislativo. p. 1.

BOTELHO JÚNIOR, Fidélis de Andrade

Magistrado e promotor, nasceu em Aiuruoca, Província de Minas Gerais, a 9 de abril de 1878, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 8 de março de 1944. Filho do Conselheiro do Império Fidélis de Andrade Botelho e de Emerenciana Elisa de Andrade Botelho.

Fez os estudos preparatórios no Colégio Padre Machado, de São João del-Rei, MG, e bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, em 1902.

No ano seguinte, foi nomeado Juiz Municipal de Aiuruoca, onde também exerceu a Promotoria Pública. Promovido a Juiz de Direito, serviu, sucessivamente, nas Comarcas de Monte Santo (hoje Monte Santo de Minas), Varginha e São João del-Rei. Aposentou-se como Desembargador do Tribunal da Relação.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 9 mar. 1944. p. 3./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 11 mar. 1944. p. 8./ *Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais*. Secretaria. Ficha funcional.

BOUCHARDET SÊNIOR, Mário

Político, empresário e fazendeiro, nasceu em Visconde do Rio Branco, MG, a 16 de julho de 1937. Filho do industrial Mário Bouchardet Júnior e da empresária Rosa Menicucci Bouchardet. Casado com Áurea Maria Drummond Bouchardet.

Concluiu os estudos secundários no Colégio Cataguases, em Cataguases, MG.

Foi Diretor-Presidente da Cia. Açucareira Riobranquense e Diretor-Proprietário da Cia. Agrícola Riobranquense. Integrou o Conselho Fiscal da Copaminas e foi Conselheiro efetivo do Sindicato dos Usineiros e da Associação dos Usineiros do Estado de Minas Gerais.

Elegeu-se Deputado Federal Constituinte para o período de 1987 a 1991. Na Câmara dos Deputados, foi membro da Comissão da Organização do Estado e da Subcomissão dos Estados e suplente da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, das Comissões da Família, Educação, Cultura e Esportes, de Ciência e Tecnologia e de Comunicação. Teve seu mandato cassado pela Mesa da Câmara dos Deputados em 31/5/89, por ausência injustificada a mais de 2/3 das sessões da Câmara (65 sessões) no ano de 1989.

Foi filiado ao PMDB.

Atuaram também na política seu pai e seu irmão Rui Bouchardet.

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG./ Câmara cassa mandato de dois Deputados faltosos. *Folha de S. Paulo*, 1º de junho de 1989. p. A-5./BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Assembléia Nacional Constituinte - 1987*: repertório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. 2. ed., Brasília, 1989. p. 582.

BRACARENSE, Lauro José

Advogado-Geral do Estado e professor, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 17 de março de 1931. Filho de Moacir Bracarense e de Laura Viana Gomes Batista. Casado com Maria Cristina Aragão Bracarense.

Fez os estudos secundários no Colégio Afonso Arinos (1948) e bacharelou-se pela FDUMG em 1953.

Advogou na Capital mineira desde 1952, quando obteve registro como Solicitador. Ingressando no quadro do Departamento Jurídico do Estado, por aprovação em concurso, como Assistente no Conselho de Contribuintes do Estado (1956-1960), exerceu os cargos de Assistente Jurídico da Secretaria de Estado da Fazenda (1958-1975), Assessor da Coordenação de Crédito Geral (1964-1966); Assistente Jurídico da Secretaria de Estado de Administração (1967-1969) e Chefe do Serviço de Consultoria do Departamento Jurídico do Estado, hoje Procuradoria-Geral do Estado (1970-1975).

Advogado-Geral do Estado (1975-1979) nos Governos Antônio Aureliano Chaves de Mendonça* e Levindo Ozanam Coelho*, coordenou a adaptação de todas as sociedades anônimas sob controle do Estado à Lei nº 6.404, de 25/12/76. Chefiou a equipe que negociou os aditamentos aos acordos com a FIAT e organizou juridicamente a Açominas.

No setor privado, é advogado das empresas Brasif (desde 1967) e Consultor Jurídico do Banco de Tóquio S.A. (a partir de 1986).

Foi Conselheiro da OAB/MG (1967-1969) e membro do Instituto dos Advogados de Minas Gerais e do Instituto Brasileiro de Direito Tributário a partir de 1975. Desde 1967, exerce a função de professor titular de Direito Financeiro, Direito Tributário e Ciência das Finanças na Faculdade de Direito da UCMG.

Publicou trabalhos na área de Direito Tributário.

Recebeu diversas homenagens e condecorações.

Estado de Minas

Lauro José Bracarense, abril de 1977

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 25 mar. 1975. p. 2; 2 abr. 1975. p. 3./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

BRAGA, Ambrósio Vieira

Político, médico e jornalista, nasceu na vila de Conceição do Serro, Província de Minas Gerais (hoje cidade de Conceição do Mato Dentro), a 18 de dezembro de 1847, e faleceu em Juiz de Fora, MG, a 5 de junho de 1925. Filho de Bento Vieira Braga e de Virgínia Ferreira Braga. Casado com Antônia Nunes Vieira Braga. Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1874.

Clinicando em Juiz de Fora, colaborou na fundação da Sociedade de Medicina e Cirurgia e foi precursor dos métodos fisiopsicológicos de cura.

Na mesma cidade, exerceu os cargos de Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal (1898-1900).

Em 1900 elegeu-se Senador Estadual para completar o mandato de Frederico Augusto Alvares da Silva* na 3ª Legislatura (1899-1902).

Pertenceu ao PRM.

Publicou as obras *Clarão da liberdade*, panfleto contra a Monarquia, escrito na mocidade; *Caixa de Conversão*, debate a favor da criação desse órgão; *Memória*, apresentada ao 6º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia (São Paulo, 1907), e tese de filosofia da medicina, sobre os destinos sociais e morais da profissão.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/ Robertson Caloman Jacob Plischke. CEM/ UFMG/*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 7 jun. 1925. p. 7.

BRAGA, Antônio Pedro

Político e magistrado, nasceu em Rio Branco (hoje Visconde do Rio Branco), MG, a 29 de junho de 1908. Filho de Diogo Fernandes Braga e de Rita de Moura Braga. Casado com Ana Expedita de Andrade Braga..

Iniciou o curso secundário em sua terra natal e concluiu-o em Leopoldina, MG. Em 1927 obteve o diploma de farmacêutico e, em seguida, fez o curso de Direito na FNDUB e na FDUMG, tendo-se diplomado por esta em 1932, na turma de Tancredo de Almeida Neves*, Márcio Ribeiro*, João Gonçalves de Melo Júnior* e Herbert Magalhães Drummond.

Em Visconde do Rio Branco, onde advogava, foi fundador e primeiro Diretor do Ginásio e Prefeito nomeado durante o Estado Novo.

Deputado Estadual Constituinte e para a 1ª Legislatura (1947-1951), fez parte da comissão que elaborou o projeto de Constituição. Exerceu a Liderança da sua Bancada e a Presidência da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (1947-1949) e integrou a Comissão de Leis Complementares (1948-1949).

No Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira*, foi Secretário do Interior e Justiça de Minas Gerais, de janeiro de 1951 a fevereiro de 1952.

Pertenceu ao PSD.

Passou a integrar o Poder Judiciário em 17 de março de 1952, quando se empossou no cargo de Desembargador. Ocupou a Corregedoria de Justiça Estadual e do TRE, tendo também presidido a esse tribunal. Foi Vice-Presidente e, posteriormente, Presidente do Tribunal de Justiça (1967-1968), que representou na 2ª Conferência Nacional de Desembargadores (Salvador, BA, 1962) e na 3ª Conferência Nacional de Desembargadores (Rio de Janeiro, 1965).

Desempenhou, em seguida, as funções de Diretor Presidente do Banco Mineiro S.A.

Estado de Minas

Antônio Pedro Braga, novembro de 1991

FONTES: AVELAR, Antônio Ribeiro de. *Figuras da casa de Minas*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1960./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 1º fev. 1951. p. 3./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 2 fev. 1951. p. 3./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 2 fev. 1951. p. 8; 19 mar. 1952. p. 8.; 15 ago. 1967. p. 3; 28 jun. 1978, Diário da Justiça. pp. 1-2.

BRAGA, Belmiro Belarmino de Barros

Escritor, acadêmico e funcionário público, nasceu em Vargem Grande, Distrito de Juiz de Fora, Província de Minas Gerais (hoje cidade de Belmiro Braga), a 7 de janeiro de 1872, e faleceu em Juiz de Fora, a 31 de março de 1937. Filho de José Ferreira Braga e de Francisca de Paula Braga. Casado com Otília Portilho Braga.

Estudou Humanidades no Ateneu de Juiz de Fora, mas não completou o curso, em virtude de dificuldades financeiras de seus pais. Muito jovem ainda, trabalhou no comércio. Em 1902 estreou na literatura com o livro de versos *Montesinas*, prefaciado por João Batista Martins*.

Sócio fundador da Academia Mineira de Letras, ocupou a cadeira nº 8, cujo patrono é o mesmo João Batista Martins.

Inspetor de ensino secundário e tabelião em Juiz de Fora, colaborou em jornais e revistas cariocas, entre estas *Fon-Fon* e *O Malho*. Em Carangola, MG, fundou o periódico *O Rebate*. Sua obra teatral retrata os tipos do interior mineiro, principalmente figuras da política. Deu nome a 30 grêmios literários.

Publicou, além do livro de estréia, *Rosas* (versos, 1911); *A moda* (1918); *Contas do meu rosário* (versos, 1918); *Coisas do povo* (burleta); *Zás-Trás* (burleta); *Todo Marido...* (burleta); *Amigo verdadeiro* (comédia); *Que trindade!* (teatro); *Os candidatos* (teatro); *Porto* (teatro); *Madeira* (teatro); *Colares* (peça em três atos, em colaboração com Gastão Tojero); *O avental*; *Um juiz de paz em Juiz de Fora*; *Tarde florida* (versos, 1923); *Cantos e contos* (poesia e contos); *Redondilhas* (1934); *Dias idos e vividos* (memórias; observações de viagem; obras do autor), Rio de Janeiro, Ariel Editora, 1936.

FONTES: BRAGA, Belmiro, In: *O Pequeno Semeador*, São João del-Rei, 15 abr. 1937. p. 1./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1º abr. 1937. p. 8; 6 mar. 1966, 3ª seção. p. 10./ MACHADO, Abílio. O desaparecimento de Belmiro Braga. In: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 7 abr. 1937. p. 9; 28 abr. 1937. pp. 8-9./ OLIVEIRA, Martins de. *História da literatura mineira*. 2 ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 1º abr. 1937. p. 1./*O Diário*, Belo Horizonte, 1º abr. 1937. p. 8./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

BRAGA, Dirceu Duarte

Político, professor, administrador público e fazendeiro, nasceu em Guarani, MG, no ano de 1907. Filho do comerciante Tertuliano da Silva Braga e de Maria Duarte Braga. Casado com Helena Botelho Braga.

Fez o curso secundário no Instituto Granbery, de Juiz de Fora, MG, e o superior na Escola de Agronomia de Lavras, MG.

Logo depois de formado, lecionou a cadeira de Agronomia na Escola Superior de Agronomia e Veterinária de Viçosa, MG (1933-1934). Em 1935 organizou o Serviço

Técnico do Café do Ministério da Agricultura, o qual dirigiu por três anos, tendo instalado estações experimentais em Juiz de Fora, Lavras e Machado, MG, e usinas de despolpamento em Ponte Nova, Carangola, Manhumirim e Muriaé, MG. Em 1936 fundou o parque de exposições agropecuárias juiz-forano, organizou a estação experimental de café de Água Limpa, MG, e criou a colônia agrícola do Estado do Piauí.

Em 1942 exerceu os cargos de Diretor, Vice-Presidente e Secretário-Geral da Sociedade Mineira de Agricultura. Participou, em 1945, da fundação do Partido Agrário Nacional.

Convidado, em 1947, para orientar o serviço florestal do Ministério da Agricultura, organizou mais de 20 postos de reflorestamento. Vice-Presidente do Conselho Federal Florestal em 1949, instituiu a Polícia Federal Florestal em Minas Gerais e desenvolveu campanha contra o desmatamento, pelo reflorestamento e pela conservação das espécies vegetais. Elaborou, na época, um plano de criação de parques e florestas nas serras do Cipó, do Caraça, do Crenaque e na Jaíba, todas em Minas Gerais, e de construção de açudes e de plantio de florestas artificiais no Piauí, programas em parte executados.

É fazendeiro nos municípios mineiros de Viçosa, Juiz de Fora, Matias Barbosa, Rio Pomba e Alvinópolis.

Participou da Conferência Técnica de Reflorestamento realizada em Copenhague, Dinamarca, e, a convite do Duque de Albercht von Bayern, visitou as organizações florestais do sul da Alemanha.

Deputado Estadual na 4ª Legislatura (1959-1963), exerceu os cargos de 2º-Vice-Presidente da Comissão Executiva (1960), Vice-Líder do PR (1959), Presidente da Comissão Especial de Energia Elétrica (1959) e membro da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio (1962).

Pertenceu ao PR.

É irmão dos políticos Odilon Duarte Braga* e Cleveland Braga, Vereador em Juiz de Fora.

FONTE: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 9 jan. 1959. p. 3.

BRAGA, Ernesto da Silva

Político e médico, faleceu em Turvo (hoje Andrelândia), MG, a 15 de maio de 1904.

Foi eleito Deputado Estadual Constituinte de 1891 e para a 1ª Legislatura (1891-1895).

FONTE: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 17 maio 1904. p. 2.

BRAGA, Geraldo de Araújo Ferreira

Oficial do Exército, nasceu em Pouso Alegre, MG, a 23 de outubro de 1922. Filho do médico militar Franklin Ferreira Braga e de Elvira de Araújo Ferreira Braga. Casado com Íris Lattari Ferreira Braga.

Incorporou-se ao Exército como cadete da Escola Preparatória do Exército em 1941. Fez os cursos militares de Infantaria da Escola Militar do Realengo (1944), de Guerra Química na Escola de Instrução Especializada (1948), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais - EsAO - (1954), da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME - (1960) e da Escola Superior de Guerra - ESG - (1968).

Exerceu, entre outras funções, as de Comandante de Subunidade (Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN - 1951-52), da Companhia QG 14ª RM. (1954-56), de Chefe do Gabinete do Serviço Nacional de Informações - SNI/ARJ (1974-75), de Instrutor da EsAO (1962-63), de Adjunto da 2ª Seção do EME (1963-64). Foi ainda Instrutor na Escola de Sargento das Armas (1946-49), AMAN (1949-51), EsAO (1962-63), Adjunto da Secretaria Geral-CSN (1964) e Adjunto do SNI (1964-67).

No exterior, foi adido das Forças Armadas na República do Senegal (1975-77), Representante da Academia Militar de Agulhas Negras - AMAN - na República do Uruguai (1950), do Serviço Nacional de Informações - SNI - na Argentina (1965) e membro da delegação brasileira na XIII Conferência de Exércitos Americanos em Bogotá, Colômbia (1979).

Fez parte da Força Expedicionária Brasileira - FEB -, que lutou na Itália na Segunda Guerra Mundial. Foi também ajudante-de-ordem dos Marechais João Baptista Mascarenhas de Moraes (1953-54) e Ciro do Espírito Santo Cardoso (1956-57).

Exerceu o cargo de Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (1972-74).

Como Oficial-General, comandou a 9ª Bda. Inf. MTz. (1977-79), a 1ª DE (1982-83), a 1ª RM (1983), além de chefiar o CIE (1979-81) e a Agência Central do SNI (1983).

Recebeu as comendas do Mérito Naval, do Mérito Militar, do Mérito Aeronáutico e da Ordem do Rio Branco, além das Medalhas de Campanha (ouro, com passador de platina), de Guerra, do Mérito Santos Dumont, do Mérito Tamandaré, do Pacificador, do Mérito Militar (Grande Oficial) e a Orden de Mayo al Mérito Militar, no grau de Oficial (Argentina).

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Ministério do Exército. Secretaria-Geral. 1ª Seção.

BRAGA, José Castro

Político e médico, nasceu no antigo Município de Brasília de Minas, hoje Município de Ubaí, MG, a 9 de janeiro de 1942. Filho de Jesuíno Alves Braga e Hilda Castro Braga. Casado com a professora Tânia Maria Antunes Braga.

Iniciou o curso ginasial em Montes Claros, concluindo-o no Colégio Batista Mineiro, em Belo Horizonte, em 1962. Bacharelou-se pela Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, em Uberaba, em 1968.

Iniciou sua carreira política como Vereador em sua cidade natal (1972-1977), onde também foi candidato à Prefeitura Municipal, em 1982.

Elegeu-se Deputado Estadual, pelo PDT, para a 12ª Legislatura (1991-1995). Na Assembléia Legislativa ocupou a suplência da Mesa Diretora no período de 1991-1992.

Filiado ao PDT, pertenceu à Arena, ao MDB, ao PDS e ao PMDB.

Atuam na política seus irmãos Henrique Castro Braga, ex-Prefeito de Ubaí, MG, e Raul Castro Braga, Vereador em Santa Fé de Minas, MG, e seu sobrinho Paulo Henrique Macena Braga, Prefeito de Ubaí, MG.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado. CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

BRAGA, Odilon Duarte

Político, advogado, fazendeiro, banqueiro e inspetor de ensino, nasceu em Guarani do Pomba (atual cidade de Guarani), MG, a 3 de agosto de 1894, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 11 de junho de 1958. Filho do comerciante Tertuliano da Silva Braga e de Maria Duarte Braga. Casado com Irene de Saldanha Murgel Braga.

Concluído o curso secundário no Instituto Granbery, de Juiz de Fora, MG, matriculou-se no curso de Direito do mesmo estabelecimento, transferindo-se para a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, onde se bacharelou em 1916.

Quando estudante, como Presidente do Centro Acadêmico de Juiz de Fora, participou da Campanha Civilista. Já diplomado, foi Oficial-de-Gabinete de Raul Soares de Moura*, na Secretaria do Interior e Justiça de Minas Gerais (1918) e, depois, no Ministério da Marinha (1920). De novo em Juiz de Fora como inspetor de ensino estadual, colaborou na redação do respectivo regulamento.

Passando a advogar em Pomba (hoje Rio Pomba), MG, elegeu-se Vereador, Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal (1922).

Deputado Estadual na 9ª Legislatura (1923-1926), fez parte da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, tendo sido seu Relator na apresentação do Projeto de Organização Judiciária do Estado. Na 13ª Legislatura (1927-1929), exerceu o mandato de Deputado Federal. Era Secretário da Aliança Liberal quando o Presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada* o nomeou Secretário da Segurança Pública de Minas Gerais, cargo que desempenhou cumulativamente com o de Comandante-Geral da Força Pública, de outubro de 1929 a setembro de 1930.

Deflagrado o movimento armado de 1930, assumiu as funções de assistente civil do Estado-Maior Revolucionário. Com a vitória da Revolução, Augusto Mário Caldeira Brant*, então Presidente do Banco do Brasil nomeou-o advogado da instituição. Nessa função, colaborou na criação da Caixa de Mobilização Bancária, da qual foi nomeado consultor jurídico em 1932.

Deputado à Assembléia Nacional Constituinte de 1934, integrou a Comissão Constitucional e a comissão revisora dos trabalhos desta, tendo-lhe cabido relatar a parte relativa ao Poder Legislativo.

Renunciou ao mandato para assumir o cargo de Ministro da Agricultura em 23 de agosto de 1934. Em 13 de novembro de 1937, foi o único auxiliar de Getúlio Vargas a se demitir, por discordar da instauração do Estado Novo.

Em outubro de 1943, colaborou na redação do *Manifesto dos Mineiros*. Por tê-lo assinado, foi compulsoriamente aposentado no cargo, que exercia por mais de dez anos, de advogado do Banco do Brasil. Restabelecida a ordem democrática no País, em 1946, ocupou a Consultoria Jurídica da Superintendência da Moeda e do Crédito, da Caixa de Mobilização Bancária e da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil.

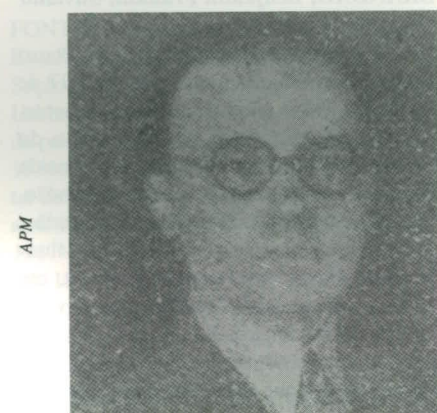
Na 3ª Legislatura (1955-1959), foi de novo Deputado Federal.

Em seguida, integrou a diretoria do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. e desempenhou cargos de relevo em várias empresas particulares, entre os quais o de Presidente da empresa Instituto Geodésico Brasileiro Sociedade Ltda. Foi também membro da OAB.

Publicou, entre outras obras, *Governo e a produção*; *Bases para o inquérito do petróleo*; *As quedas d'água e as riquezas do subsolo*; *O estado no Direito Constitucional positivo moderno*; *Teoria da composição do Poder Legislativo* e *A opinião pública no momento atual*. Colaborou em diversos órgãos de imprensa, notadamente *A Notícia*, do Rio de Janeiro, o *Estado de Minas*, de Belo Horizonte, o *Jornal do Comércio*, de Juiz de Fora, *A Justiça* e *Nova Era*, de Rio Pomba, tendo dirigido este último, e *Folha do Povo*, de Ubá.

Pertenceu ao PRM, ao Partido Progressista e à UDN, desta tendo sido Presidente nacional.

Tiveram atuação política seus irmãos Dirceu Duarte Braga* e Cleveland Braga, este Vereador por Juiz de Fora.

APM

Odilon Duarte Braga

FONTES: Almanaque dos delegados de carreira. s. l., s. ed., 1975./CARVALHO, Daniel de. *Capítulos de memórias*. Rio de Janeiro. J. Olympio., 1957./CORTÉS, Antônio Maria Cardoso. *Homens e instituições no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IBGE, 1957./ COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./*Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/ Robertson Caloman Jacob Plischke. CEM/ UFMG./*Diário e Minas*, Belo Horizonte, 6 jul 1958, 2º caderno. p. 1./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 jun. 1958. p. 3./FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Odilon Braga. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 5:257-9, 1958./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 26 jul. 1934. p., 1; 3 out. 1934. pp. 10-12; 4 out. 1934. pp. 7-10; 13 jun. 1958. p. 13; 14 jun. 1958, Diário da Assembléia. pp. 24-5./Ministério da Agricultura. *O Governo e a produção*. Rio de Janeiro, Diretoria de Estatística da Produção. 1963. (Discursos e exposições do Ministro Odilon Braga - Homenagens recebidas na Argentina, no Uruguai e no Brasil). v. 2 (Coleção Mineiriana)./PAULA, Almênio José de & FERREIRA, Saturnino G. *Figuras notáveis de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Pioneiros e Expoentes Editorial, 1973-4./SILVA, Walter Ramos da. *Principais atos legislativos referentes à evolução institucional do Ministério da Agricultura. 1860-1973*. Suplan/Projeto PNUD/FAO/71/553.

BRAGA JÚNIOR, Antônio Vieira

Político, magistrado e advogado, nasceu em Juiz de Fora, MG, a 9 de março de 1892. Filho de Antônio Honório Vieira Braga e de Elisa Nunes Lima Braga.

Feitos os estudos secundários com seu pai, prestou exames em ginásios oficiais e, em seguida, matriculou-se na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, pela qual se bacharelou em 1912.

Logo depois de formado, foi Delegado de Polícia no Município de Palmira (hoje Santos Dumont), MG, de onde se transferiu para Belo Horizonte, MG, como Delegado Auxiliar, cargo que também ocupou, em 1923, no Distrito Federal (Rio de Janeiro).

Ingressando na Magistratura em 1924, foi Pretor Criminal, Juiz de Órfãos e Sucessões da 3ª Vara e Desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Durante a Interventoria Nísio Batista de Oliveira*, exerceu o cargo de Secretário do Interior do Estado de Minas (9/11/1945-2/2/1946).

Fez parte das Comissões do Código Penal (1941), de Legislação Militar (1942), de Lei do Júri, do Código de Processo Penal e do Código Penal Militar.

FONTES: COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul-Americana, 1961. v. 1./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 9 nov. 1945. p. 3./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 9 nov. 1945. p. 7.

BRANCO, João Batista Castejón

Político, jornalista e servidor público, nasceu em Monte Santo, MG (atual Monte Santo de Minas), a 23 de março de 1919. Filho do serventuário da Justiça Diomar Branco e de Maria Castejón Branco.

Fez os estudos secundários no Instituto Cesário Mota, em Campinas, SP, e no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, DF.

Fixando-se nesta última cidade, ingressou no jornalismo e fez parte do corpo

redacional do *Diário de Notícias*, do *Jornal do Brasil*, da *Última Hora* e das sucursais de *O Estado de S. Paulo* e da *Folha de S. Paulo*.

Funcionário do Senado, transferiu-se para Brasília ao instalar-se a nova Capital Federal e foi Chefe de Gabinete do Governador e Superintendente da Fundação Cultural do Distrito Federal.

Exerceu, ainda, os cargos de Secretário da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Secretário da Delegação Senatorial à Conferência Interparlamentar de Viena, Áustria, e da delegação do Brasil às Assembléias Gerais da ONU de 1959, 1961 e 1965. No Governo Antônio Aureliano Chaves de Mendonça*, desempenhou as funções de Diretor Administrativo da Autarquia Estadual de Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Escolares - Carpe.

Deputado Federal na 9ª Legislatura (1979-1986), reelegeu-se para o período 1983-1987. Na Câmara, integrou a Comissão de Fiscalização de Contas e a Comissão de Saúde (1979).

Pertenceu à Arena e, posteriormente, filiou-se ao PDS.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: João Batista Castejón Branco. CEM/UFMG./ Forças Vivas da Nação. In: *Estado de Minas Gerais*./*Nossos Políticos*, 1980. Tomo I. IPM, Comércio Promoções e Marketing Ltda.

BRANCO, Laércio Nogueira

Procurador-Geral do Estado e advogado, nasceu em Barbacena, MG, a 30 de setembro de 1931. Filho de Joaquim Nogueira Branco e Elza de Oliveira Branco. Divorciado de Vera Lúcia Alves Nunes.

Fez os estudos secundários no Colégio Anchieta e bacharelou-se pela FDUMG (1955).

Iniciou sua carreira profissional como solicitador (1953) no escritório do professor José Olímpio de Castro Filho*. Entrou para os quadros do Departamento Jurídico do Estado de Minas Gerais, como funcionário, em 18 de dezembro de 1955. Já Assistente Jurídico, foi nomeado para o cargo de Diretor I (11/8/75), chefiando a Procuradoria Judicial. Em agosto de 1977, nomeado novamente Diretor I, passou a chefiar a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, onde permaneceu até 1979.

Participou, como representante classista, da instalação do Conselho da Procuradoria-Geral do Estado de Minas Gerais (março de 1981), presidindo-o de julho de 1986 a março de 1987.

Nomeado Procurador-Geral Adjunto do Estado pelo Governador Tancredo de Almeida Neves* em 22 de março de 1983, permaneceu nesse cargo até 7 de agosto de 1986.

Procurador-Geral do Estado, por designação do Governador Hélio Carvalho Garcia*, exerceu suas funções de julho de 1986 até março de 1987, quando foi exonerado a pedido.

Foi Consultor Jurídico da Secretaria de Viação e Obras Públicas e da Junta Comercial de Minas Gerais.

FONTE: Dados fornecidos pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

BRANDÃO, Benjamin Franklin Silviano

Engenheiro e político, nasceu em Pouso Alegre, Província de Minas Gerais, a 27 de junho de 1878, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 5 de dezembro de 1921. Filho do Presidente Francisco Silviano de Almeida Brandão* e de Maria Isabel de Paiva Brandão. Casado com Elisa de Melo Silviano Brandão.

Fez o curso superior na Escola de Minas de Ouro Preto, pela qual se graduou, em 1899, em Engenharia Metalúrgica e Civil.

Formado, foi nomeado Oficial-de-Gabinete de seu pai, então Presidente de Minas Gerais, função que também desempenhou no Governo Francisco Antônio Sales*, até seguir para os EUA e Europa, a fim de aperfeiçoar-se em eletrônica. De volta ao Brasil, fundou e dirigiu a Companhia Força e Luz de Pouso Alegre.

Em seguida, foi Prefeito interino de Caxambu, MG, e efetivo de Belo Horizonte, de janeiro de 1909 a setembro de 1910, quando concluiu o antigo Teatro Municipal.

Afastando-se desse cargo, foi nomeado engenheiro chefe da comissão encarregada de executar os serviços de aproveitamento das águas do Cercadinho no abastecimento da Capital mineira. Depois, integrou o quadro de engenheiros do Estado até sua morte.

Foi um dos fundadores e catedráticos da Escola de Engenharia de Minas Gerais.

Atuaram na política, além de seu pai, seu tio Júlio Bueno de Brandão*, seu irmão Francisco Lafayette Silviano Brandão* e seu primo Júlio Bueno Brandão Filho*.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 27 jun. 1918. p. 2; 6 dez. 1921. pp. 2-3./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 5 e 6 dez. 1921. p. 6./ *O Diário*, Belo Horizonte, 26 jun. 1964. p. 4.

BRANDÃO, Cláudio da Silva

Escritor, acadêmico, professor e magistrado, nasceu em Ouro Preto, MG, a 24 de dezembro de 1894, e faleceu em Mariana, MG, a 19 de setembro de 1975. Filho do escritor Tomás da Silva Brandão e de Emília Augusta de Lima Brandão.

Fez os estudos de Humanidades no Ginásio Mineiro de Ouro Preto e bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, em 1924.

Iniciou-se no magistério como professor de Português e Latim no Ginásio Mineiro, ainda em Ouro Preto. Transferindo-se para Belo Horizonte, abriu um curso particular de estudos preparatórios, em que ministrava o ensino de Línguas e de Geografia. Em 1925, após concurso, foi nomeado catedrático de Português do Ginásio Mineiro, atual Colégio Estadual Mílton Campos.

Exerceu, por algum tempo, o cargo de Juiz Municipal do Termo de Santa Luzia, MG (1932), ao qual renunciou para novamente se integrar ao magistério.

De 1938 a 1939, dirigiu, no Rio de Janeiro, DF, a Casa de Rui Barbosa.

Em 1940, voltou a ocupar a sua cadeira no Ginásio Mineiro até aposentar-se, em 1945. Participou da fundação da Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte, mais tarde incorporada à Universidade de Minas Gerais, na qual regeu a cadeira de Língua e Literatura Gregas, e fez parte do Conselho Nacional de Educação.

Em 1948 tornou-se membro da Academia Mineira de Letras como sucessor de João Lúcio Brandão*, que fora o primeiro ocupante da cadeira nº 24, patrocinada por Bárbara Heliodora.

Publicou, entre outras, as obras: *Introdução à História da Língua Portuguesa*, Belo Horizonte, 1925; *As Fábulas de Fedro*, Belo Horizonte, Furtado e Campos, 1928 (tradução); *O particípio presente e o gerúndio em português*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1933; *Algumas páginas*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1933; *Antologia contemporânea*, 2 v., São Paulo/Rio de Janeiro/ *Belo Horizonte*, Francisco Alves, 1939; *Curso de vernáculo*, São Paulo/Rio de Janeiro/ Belo Horizonte, Francisco Alves, 1940; *Sintaxe clássica portuguesa*, Belo Horizonte, Ed. do Autor, 1963; *Latim para o curso ginasial*, 2 v., e *O Brasil holandês*, de Gaspar Barlens (tradução do latim). Deixou inéditas traduções das *Geórgicas* de Virgílio, de *Édipo* de Sófocles e de *Maria Stuart* de Schiller.

FONTES: *Anuário da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais*. 1939-1953. Belo Horizonte, s. ed., (1954)./OLIVEIRA, Martins de. *História da literatura mineira*. 2. ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 24 jun. 1948. p. 6; 6 set. 1959. p. 14; 21 set. 1965. p. 17; 8 dez. 1965. p. 20./MOURA, Margarida de. *Mineiros ilustres*. s. n. t./ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 12: s. p., 1965-6./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

BRANDÃO, Francisco Bueno

Político e médico, filho do Presidente Júlio Bueno Brandão* e de Hilda Bueno Brandão. Casado com Lígia Ribeiro de Miranda.

Em Ouro Fino, MG, onde nasceu e exerceu a medicina, foi chefe do Posto de Higiene, professor e Prefeito Municipal.

Ocupou ainda os cargos de Diretor do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais e de Chefe de Gabinete do Secretário da Segurança.

Suplente de Deputado Federal na 1ª Legislatura (1947-1951), desempenhou o mandato no período 1950-1951.

Além de seu pai, atuaram na política seu irmão Júlio Bueno Brandão Filho* e seu tio Francisco Silviano de Almeida Brandão*.

Pertenceu ao PSD.

FONTES: PAULA, Almênio José de & FERREIRA, Saturnino G. *Figuras notáveis de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Pioneiros e Expoentes Editorial, 1973-4.

BRANDÃO, Francisco de Campos

Oficial e Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, nasceu em Serro, Província de Minas Gerais, a 17 de setembro de 1888, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 22 de janeiro de 1961. Filho do Coronel Pedro Jorge Brandão* e de Virgínia de Campos Brandão. Casado com Maria do Amparo Brandão.

Estudou na Escola Normal de Diamantina, MG, onde assentou praça na antiga Brigada Policial do Estado, em 1907. Já como 1º Tenente, posto que alcançou em 1920, exerceu repetidas vezes as funções de Delegado Especial de Polícia.

Tomou parte nos movimentos armados de 1920, no Estado da Bahia; de 1924, em São Paulo; de 1925, em Mato Grosso e Goiás, e de 1926, no Norte de Minas. Na Revolução de 1930, participou do assédio ao quartel do 12º Regimento de Infantaria do Exército, em Belo Horizonte, e em operações desenvolvidas em outras regiões do Estado.

Depois de obter promoções por merecimento até o posto de Capitão, em 1931 chegou a Tenente-Coronel, por serviços de guerra. Durante a Revolução de 1932, comandou o 1º Batalhão de Caçadores Mineiros, na região do túnel da Mantiqueira. Promovido a Coronel em 1933, ainda por serviços de guerra, reformou-se em 1937, quando foi eleito Diretor da Caixa Beneficente dos Militares Reformados. Em 1946, a convite do Interventor Júlio Ferreira de Carvalho*, foi Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais.

Recebeu diversas condecorações, entre elas a do Mérito Militar.

FONTES: *Almanaque da Força Pública*. Estado de Minas Gerais. Organizado na II Seção do Departamento Administrativo. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1928; organizado pelo Estado-Maior. Belo Horizonte, s. ed.; 1936./*Almanaque dos Oficiais*. Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1959-60; 1961-2; 1963-4; 1965-6; 1967-8./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 24 jan. 1961. p. 3./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 22 ago. 1956. p. 3./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 22 ago. 1946. p. 9.; 25 jan. 1961. pp. 15-6./*O Diário*, Belo Horizonte, 25 jan. 1961. p. 5.

BRANDÃO, Francisco Honório Ferreira

Político, médico e jornalista, nasceu em Campanha, Província de Minas Gerais, e faleceu em São Paulo, SP, a 2 de junho de 1919. Filho do Tenente-Coronel da Guarda Nacional Martiniano da Silva Reis Brandão e de Bárbara Ferreira Lopes. Casado em primeiras núpcias com Georgina dos Reis e, em segundas, com Mércia Margarida de Toledo Lion.

Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1864. Depois de diplomado, voltou à terra natal para clinicar.

Republicano histórico, elegeu-se Deputado Federal Constituinte e para a 1ª Legislatura (1891-1893). No início do século, mudou-se para São Paulo.

Foi um dos fundadores do jornal *O Colombo*, órgão de grande projeção em todo o Sul de Minas como porta-voz do Partido Republicano.

Atuou na política seu filho Francisco Honório Ferreira Brandão Filho*.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados*. 1919. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1: 854-5, 1920./*Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Campanha/Manoel Alves Valladão. CEM/UFMG./*Diário de Minas*, Cidade de Minas, 6 jun. 1901. p. 2./ ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917*. Rio de Janeiro. M. Abranches, 1918. v. 1./VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da Princeza*. Rio de Janeiro, Levzinger, 1940. v. 2.

BRANDÃO, Francisco Ildeu da Fonseca

Escritor, acadêmico, jornalista e funcionário público, nasceu em Ouro Fino, MG, a 10 de maio de 1913. Filho do escritor João Lúcio Brandão* e de Luísa da Fonseca Brandão. Casado com Maria Cordélia Serra da Fonseca Brandão.

Em Belo Horizonte, MG, fez o curso secundário nos Colégios Arnaldo e Anchieta e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais em 1948.

Durante vários anos, exerceu o jornalismo nos órgãos belo-horizontinos *O Diário*, *Diário de Minas* e *Folha de Minas*, deste tendo sido cronista parlamentar e redator-Chefe.

Servidor de carreira da Prefeitura de Belo Horizonte, ocupou diversos cargos de chefia, entre eles o de Secretário, no qual se aposentou. Depois de integrar o Gabinete do Secretário Estadual do Interior, a partir da gestão de José Francisco Bias Fortes* fez parte da assessoria do Governador, como Chefe do Serviço de Redação.

Ex-Secretário do Suplemento Literário do *Minas Gerais* e ex-Diretor da revista *Minas Gerais*, que era também publicada pela Imprensa Oficial do Estado, em 1975 elegeu-se para a Academia Mineira de Letras, em sucessão a Djalma Andrade* na cadeira nº 9, patrocinada por Josafá Belo.

É autor dos livros de contos *Três histórias*, Belo Horizonte, Edições da Geração Edifício, 1948, e *Um míope no zôo*, Imprensa Oficial, 1968, e da peça teatral, ainda inédita, *O elefante*.

Premiado em concursos da Prefeitura de Belo Horizonte, da Livraria Antunes e da revista *Cigarra* do Rio de Janeiro, teve seu conto *O colecionador de lágrimas* incluído na obra *Os melhores contos brasileiros de 1973*, Porto Alegre, Editora Globo, 1973, e na coletânea organizada pela revista tcheco-eslovaca *Revue Zahranicnich-Svetovã Literatura 78*, de Praga.

Estado de Minas

Francisco Ildeu da Fonseca Brandão

FONTES: CARVALHEIRO, Edgard. *O contomineiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1959./COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 3 set. 1966, Suplemento Literário, p. 10; 10 ago. 1968, Suplemento Literário, p. 11./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

BRANDÃO, Francisco Lafayette Silviano

Político e farmacêutico, nasceu em Pouso Alegre, Província de Minas Gerais, a 18 de outubro de 1875, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 9 de fevereiro de 1954. Filho do Presidente Francisco Silviano de Almeida Brandão* e de Maria Isabel de Paiva Brandão. Casado com Adelaide Gomes Silviano.

Fez o curso secundário no Colégio Mineiro de Ouro Preto, MG, e formou-se pela Escola de Farmácia de Ouro Preto, em 1894.

Deputado Estadual na 4ª Legislatura (1903-1906), foi 2º-Secretário da Câmara e fez parte da Comissão de Obras Públicas e Viação.

No Governo João Pinheiro da Silva* foi nomeado Inspetor Técnico de Ensino. Exerceu as funções de Secretário da Presidência do Estado nos seguintes períodos: 7/9/1910-7/9/1914 - Governo Júlio Bueno Brandão*; 7/9/1914-7/9/1918 - Governo Delfim Moreira da Costa Ribeiro*; 7/9/1930-6/9/1933 - Governo Olegário Dias Maciel*. Foi ainda Diretor da Fiscalização de Rendas e Receita do Estado, Subdiretor e Diretor da Secretaria do Senado Mineiro, Diretor da Assembléia Constituinte e Diretor-Geral da Assembléia Legislativa, cargo em que se aposentou, em 1937.

Atuaram na política, além de seu pai, seu tio Júlio Bueno Brandão*, seu irmão Benjamim Franklin Silviano Brandão* e seu primo Júlio Bueno Brandão Filho*.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 7 set. 1930. p.3./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 7 set. 1930. pp. 3-4; 10 fev. 1954. p. 8./ *O Diário*, Belo Horizonte, 10 fev. 1954. p. 3./ PAULA, Almênio José de & FERREIRA, Saturnino G. *Precursores e figuras notáveis de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Ed. São Vicente, 1972.

BRANDÃO, Francisco Silviano de Almeida

Político, Presidente do Estado e Secretário, médico e professor, nasceu em Santana do Sapucaí, Distrito de Campanha, Província de Minas Gerais (hoje cidade de Silvianópolis), a 8 de setembro de 1848, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 25 de setembro de 1902. Filho do agricultor José Claro de Almeida e de Ana Isabel Bueno Brandão. Casado, em primeiras núpcias, com Maria Isabel de Paiva Brandão, sua prima e irmã do Presidente Júlio Bueno Brandão*, e, em segundas, com sua cunhada Ester Cândida de Paiva Brandão.

Fez Humanidades no Seminário Episcopal de São Paulo e os preparatórios no curso anexo da Faculdade de Direito de São Paulo, diplomando-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1875.

Enquanto acadêmico, foi professor particular para custear os próprios estudos. No mesmo ano em que colou grau, passou a clinicar em Ouro Fino, MG, de onde se mudou, em 1876, para Pouso Alegre, MG, sua residência definitiva. Signatário do Manifesto Republicano de 3 de dezembro de 1870, em 1877 fundou o Clube Republicano de Pouso Alegre e passou a liderar a nova corrente política em toda a região sul-mineira.

Eleito pelo Partido Liberal Deputado à Assembléia Provincial para a 23ª Legislatura (1880-1881), bateu-se pela autonomia municipal e pela criação de municípios nas zonas fronteiriças do Estado. Por sua iniciativa foram criados os Municípios de Ouro Fino, Jacuí, São José d'Além Paraíba e São João Nepomuceno, como também a Comarca de Manhuaçu, nas fronteiras com São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Considerava essas medidas um meio eficaz de garantir o fortalecimento econômico e político de Minas, além de assegurar a eliminação de causas de conflitos de limites com os estados vizinhos. Essa preocupação com a defesa da integridade territorial do Estado e com a coesão de seu povo, fatores que julgava básicos para garantir a ação construtiva do Governo e o desenvolvimento da comunidade, manifestou-se ainda no esforço que empreendeu com o fito de conter o movimento separatista ocorrido no Sul de Minas, na década de 1890, sob a liderança da cidade de Campanha.

Deputado Geral na 18ª Legislatura (1881-1884), propôs a construção da Estrada de Ferro Sapucaí e manifestou francamente suas idéias abolicionistas, apoiando o projeto pelo qual o Ministério Dantas estabelecia a libertação dos sexagenários. Esta atitude despertou forte reação conservadora contra seu nome e impediu sua reeleição para a legislatura seguinte. Superada a crise da abolição, em 1889 foi novamente eleito Deputado Geral, mas não chegou a tomar posse, porque sobreveio a proclamação da República.

Senador ao Congresso Constituinte Mineiro e na 1ª Legislatura (1891-1895), incumbiu-se da redação da primeira lei de organização municipal (Lei nº 2, de 14/9/1891). Foi de sua autoria a lei que concedeu aos governantes de Minas o título de Presidentes do Estado, em vez de Governadores, segundo a antiga denominação colonial. Renunciou ao mandato em 1892 para ocupar a Secretaria do Interior e Justiça no Governo Afonso Augusto Moreira Pena* (14/7/1892-7/9/1894).

Um dos fundadores da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, foi seu primeiro lente de Medicina Legal, cadeira a que renunciou no fim de 1895.

Apresentada sua candidatura à sucessão de Afonso Pena*, recusou a indicação e elegeu-se Senador Estadual para a 2ª e 3ª Legislaturas (1895-1902).

Presidia o Senado em 1898, quando renunciou ao mandato parlamentar por ter sido eleito Presidente do Estado para o período de 7 de março de 1898 a 7 de setembro de 1902. Ao assumir o Governo, teve de enfrentar grave crise financeira, decorrente da desestabilização do mercado internacional, que, nos últimos anos do século XIX, afetou duramente o setor cafeeiro.

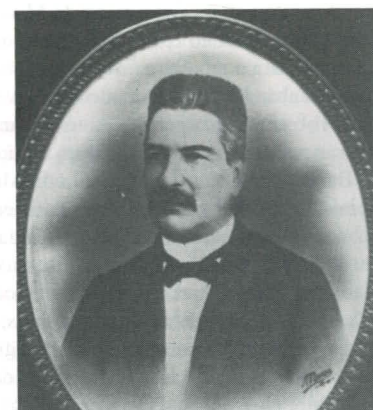
Durante sua gestão, conseguiu reequilibrar a economia estadual mediante a execução prioritária de um programa de severa contenção dos gastos públicos e de racionalização do sistema tributário. Ao fim do quatriênio, o Governo estava em dia com a dívida flutuante interna e externa e com o pagamento das despesas ordinárias dos juros da dívida consolidada, enquanto a confiança no crédito do Estado se evidenciava pela grande procura de seus títulos. Incrementou a produção e estimulou a exportação por meio de medidas protetoras e de favores indiretos à lavoura e à indústria, inclusive a redução das tarifas ferroviárias. Da reforma fiscal então implantada decorreu a introdução, em Minas, do imposto territorial, em substituição ao imposto de exportação (Decreto nº 1.459, de 4/5/1901). Esta providência produziu o aumento dos recursos destinados ao desenvolvimento da economia rural, particularmente beneficiada pela implantação de várias colônias agrícolas. Foi durante o seu mandato que se articulou a chamada "política dos Governadores", mecanismo de controle da composição da Câmara Federal concebido pelo Presidente Campos Sales como meio de estabilizar o regime republicano, que desde sua implantação, em 1889, vinha sendo abalado por lutas entre facções em quase todos os Estados da Federação. Silviano Brandão, que comandava o Estado então detentor da maior Bancada na Câmara Federal, deu todo apoio a Campos Sales a fim de transformar o processo de reconhecimento dos resultados eleitorais, então sob a responsabilidade daquela Casa, em meio de solução negociada das disputas políticas estaduais. Esse apoio foi mais crucial pelo fato de que a Mesa Diretora da Câmara era então presidida pelo mineiro Carlos Vaz de Melo*.

Em março de 1902, Silviano Brandão elegeu-se Vice-Presidente da República como companheiro de chapa de Rodrigues Alves, para o quatriênio a terminar em 1906. Faleceu, entretanto, antes de tomar posse.

Pertenceu, na Monarquia, ao Partido Liberal e, na República, ao PR e ao PRM, tendo sido também um dos responsáveis pela fundação do PRC.

Além de seu duas vezes cunhado Júlio Bueno Brandão*, atuaram na política seus filhos Francisco Lafayette Silviano Brandão* e Benjamim Franklin Silviano Brandão* e seu sobrinho Júlio Bueno Brandão Filho*.

Publicou *Diagnóstico diferencial*, tese de doutoramento, e *Negócios de Minas*, coletânea de discursos.

ALEMG

Francisco Silviano de Almeida Brandão (pintura)

FONTES: *Anais do Senado Federal. 1902*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 2: 421, 1903./CASASANTA, Mário. Grandes vultos de Minas Gerais. In: *Revista Alterosa*, Belo Horizonte, 3 (13): 7, 17 mar. 1941./*Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Silvianópolis/Carolina de Morais Dutra. CEM/UFMG./ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil 1889 a 1917*. Rio de Janeiro./M. Abranches, 1918. v. 1./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 8 set. 1948. p. 3; 16 jun. 1966. p. 2./*Galeria Nacional; vultos proeminentes da história brasileira*. Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 1931-6./LIMA, Augusto de. Dr. Silviano Brandão. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 8 (3,4): 883-95, jul./dez. 1902./*Mensagens do Presidente Francisco Silviano de Almeida Brandão ao Congresso Mineiro nos anos de 1898, 1899, 1900 e 1901*. Cidade de Minas, Imprensa Oficial; *Mensagens do Presidente Francisco Silviano de Almeida Brandão ao Congresso Mineiro no ano de 1902*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial./*Minas Gerais*, Cidade de Minas, 1º jan. 1898. pp 5-6/*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 26 set. 1902. pp. 1-3; 28 set. 1902. p. 3; 7 set. 1948. p. 6; 9 set. 1948. p. 11; 12 mar. 1967. p. 5./NOGUEIRA, Otaciano & FIRMO, João Sereno. *Parlamentares do Império*. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 1973./*O Diário*, Belo Horizonte, 5 set. 1948. p. 7./*Publicações do Centenário de Minas Gerais*, coletânia de autores mineiros organizada por Mário de Lima (prosadores). Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1922. v. 1./*Revista da Faculdade de Direito; memória histórica (1892-1959)*. Belo Horizonte, Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 10: 217, out. 1958 - mar. 1959./RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970-1./SENA, L.Q.N. de. *Médicos Mineiros*. Rio de Janeiro, s. ed., 1947./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926./SOARES, José de Sousa. *Minas Gerais*. Rio de Janeiro, A. Coelho Brando Fº (editor), 1931.

BRANDÃO, João Lúcio

Escritor, acadêmico, farmacêutico, advogado e servidor público, nasceu em Ouro Fino, Província de Minas Gerais, a 15 de abril de 1875, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 10 de abril de 1948. Filho de Martiniano de Paula Brandão e de Adelaide Augusta de Paiva Brandão. Casado com Luísa da Fonseca Brandão.

Fez os primeiros estudos em escolas particulares de Ouro Fino e na Sunny Hill School Streatham, S.W., em Londres, Inglaterra, onde viveu um ano em companhia de um tio oficial da Marinha, e os preparatórios em São Paulo, SP. Formou-se pela Escola de Farmácia de Ouro Preto, em 1895, e pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, em 1927, por ocasião do centenário da instituição dos cursos jurídicos no Brasil, tendo sido o orador da turma.

Em Santiago, MG, e em sua terra natal, exerceu a profissão de farmacêutico.

Iniciou-se no jornalismo na *Gazeta de Ouro Fino*, periódico em que publicou, sob a forma de folhetim, *A coruja*, romance de costumes, e *Monólogos de um louco*, contos. Mudando-se para a nova Capital do Estado, em 1898, prosseguiu no exercício da farmácia e colaborou nos primeiros jornais da cidade. Com Azevedo Júnior, foi redator do *Belo Horizonte*, no qual fazia coluna social, e cronista, sob o pseudônimo de *Pierrot*, de *A Capital*. Residiu, posteriormente, em São Paulo, dedicado ainda à farmácia, foi redator, ao lado de Arduíno Fontes Bolívar*, do *Comércio de São Paulo*. Em 1903, lançou seu primeiro livro, a coletânea de poemas *Lápides*.

Ao fundar-se a Academia Mineira de Letras, em Juiz de Fora (1909), foi incluído entre os primeiros sócios e veio a ocupar a cadeira nº 24, patrocinada por Bárbara Heliodora, e, anos depois (1927-1928), a Presidência da instituição.

Em 1912, publicou o romance *Pontes & Cia*, de cunho regional, que recebeu menção honrosa em concurso da Academia Brasileira de Letras, e, em 1917, *Bom viver*, também romance de costumes. Nomeado Inspetor Técnico de Ensino, teve oportunidade de verificar, em suas viagens pelo interior mineiro, a carência de obras didáticas, o que lhe inspirou a série *O livro de Elza*, *O livro de Ildeu*, *O livro de Zezé* e *O livro de Violeta*, logo adotados nas escolas primárias dos Estados de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio de Janeiro e no antigo Distrito Federal, e premiados com medalha de ouro concedida pelo júri internacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores do Brasil, na Exposição do Centenário da Independência (1922). Publicou, em 1930, *A flor de uma raça*, romance. Em 1938, a sua cartilha *Pá, pé e o papão* e os seus compêndios *Na fazenda* e *Promissão* foram distinguidos, respectivamente, com o primeiro prêmio e duas menções honrosas do concurso para obras destinadas a escolas rurais e ao aprendizado agrícola, que o Ministério da Agricultura então promoveu. A seguir, publicou, ainda, para o ensino agrícola, *O bom semeador* e *Minhas férias*. Deixou inéditos *Malandrinho*, *Aven-*

turas do grilo, literatura infantil, e *Tião Barunda*, biografia romanceada.

Em Belo Horizonte, foi também Diretor da Contabilidade e Secretário-Geral da Prefeitura Municipal, tendo-se aposentado no último cargo, em 1943.

Desempenhou diversas vezes as funções de Prefeito da Capital mineira, em eventuais impedimentos dos titulares.

FONTES: OLIVEIRA, Martins de. *História da literatura mineira*. 2 ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 13 abr. 1948. p. 8; 6 set. 1959. pp. 13-4; 17 set. 1977, Suplemento Literário. p. 11./PAULA, Almênio José de & FERREIRA, Saturnino G. *Precursores e figuras notáveis de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Ed. São Vicente, 1972./RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970-1./ SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

BRANDÃO, Júlio Bueno

Político, magistrado, advogado e jornalista, nasceu em Ouro Fino, então Distrito da Província de Minas Gerais, a 11 de julho de 1858, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 21 de março de 1931. Filho do comerciante e Coronel da Guarda Nacional Francisco de Paiva Bueno e de Francisca Paiva Sanches Bueno. Casado com Hilda Bueno Brandão.

Freqüentou a escola de primeiras letras em sua terra natal. Depois, como autodidata, adquiriu gradualmente vasta cultura geral e jurídica, o que lhe permitiu habilitar-se a advogar, em primeiro lugar, como solicitador, após prestar exames de qualificação, em 1879, perante o Juiz de Direito de Jaguari (atual Camanducaia), Província de Minas Gerais. Foi, posteriormente, provisionado pelo Tribunal de Relação de Minas Gerais, em 1881.

Começou a trabalhar como balconista na casa comercial de seu pai, mas cedo desistiu dessa carreira. Logo após o provisionamento, foi nomeado Juiz Municipal de Ouro Fino, onde também exerceu, em 1882 e 1883, os cargos de Subdelegado e de Delegado de Polícia.

Passando a advogar na mesma cidade, de 1883 até a proclamação da República, elegeu-se, seguidamente, Vereador e, em vários períodos, Agente Executivo Municipal.

Adepto do ideal republicano, dele foi propagandista entusiasta. Proclamado o novo regime, foi nomeado pelo Presidente do novo Estado de Minas, Crispim Jacques Bias Fortes*, em janeiro de 1891, Presidente do Conselho de Intendência de Ouro Fino. Nesse posto permaneceu até março de 1892, quando foi eleito Presidente da Câmara Municipal, tendo sido, seguidamente, reconduzido ao posto até 1901. Sua atuação nesse cargo foi marcada por várias realizações importantes. Reativou a economia do município, relativamente estagnada desde o esgotamento da atividade mineradora; reorganizou a administração local e estimulou as iniciativas culturais, com a fundação da Associação Jornalística e Literária e do periódico *Gazeta de Ouro Fino*; criou o Instituto Municipal, encarregado da instrução primária local, e a Escola Prática de Agricultura. Cuidou ainda da construção de estradas, da urbanização da cidade, da ampliação da rede de abastecimento de água, de melhorar o serviço telefônico e de organizar a Polícia Civil.

Em 30 de julho de 1893, elegeu-se Deputado Estadual para a 1ª Legislatura (1891-1895), reelegendo-se para a 2ª (1895-1898). Na Assembléia, foi Líder do Governo, Relator da Comissão de Orçamento e Presidente da Comissão de Assuntos Municipais.

Elegeu-se, em seguida, Senador Federal para a 3ª Legislatura (1897-1899), preenchendo a vaga aberta com a renúncia de Fernando Lobo Leite Pereira*. Reeleito para a 4ª e 6ª Legislaturas (1900-1908), exerceu a 2ª-Secretaria do Senado, quando então se empenhou na aprovação da reforma eleitoral conhecida como Lei Rosa e Silva, por considerá-la "capaz de garantir a verdade da vontade nacional".

Acumulou, durante algum tempo, a senatoria e a Vice-Presidência do Estado de Minas, para a qual fora eleito na chapa encabeçada por João Pinheiro da Silva*. Quando este faleceu, a 25 de outubro de 1908, renunciou ao mandato parlamentar e assumiu o Governo, no exercício do qual conduziu-se com equilíbrio, assegurando um clima de confiança e harmonia entre as facções políticas, o que facilitou a solução do problema sucessório estadual, o qual culminou com a eleição de Venceslau Brás Pereira Gomes*. No curto período em que ocupou a Presidência do Estado (27/10/1908-3/4/1909), deu continuidade ao programa modernizador de João Pinheiro da Silva*.

Na área educacional, além de expandir a rede de escolas públicas, criou o Serviço de Assistência à Infância Desamparada, com base no ensino agrícola, ministrado no Instituto João Pinheiro, então organizado, e uma escola infantil experimental em Belo Horizonte, o Jardim da Infância Bueno Brandão, que funciona ainda hoje. Empreendeu ainda a modernização dos serviços de segurança pública, mediante a instalação do Gabinete de Identificação e Estatística Criminal e da promoção de reformas nas Polícias Civil e Militar, reorganizando-as de modo a restaurar o princípio de autoridade, abalado desde o falecimento de João Pinheiro da Silva*. Nessa ocasião, preocupava-se também com a modernização da infra-estrutura econômica, visando a estimular a imigração, pois, como João Pinheiro da Silva*, considerava a contribuição de colonos estrangeiros crucial para o fortalecimento econômico de Minas.

Com a eleição de Venceslau Brás Pereira Gomes* para o período restante do quatriênio de João Pinheiro da Silva*, recolheu-se a Ouro Fino, onde pouco permaneceu, pois foi eleito para presidir o Estado no quatriênio seguinte (1910-1914). No exercício do novo mandato, contou com a colaboração de Delfim Moreira da Costa Ribeiro*, na Secretaria do Interior; de Artur Bernardes*, nas Finanças, e de José Gonçalves de Sousa*, na Secretaria da Agricultura.

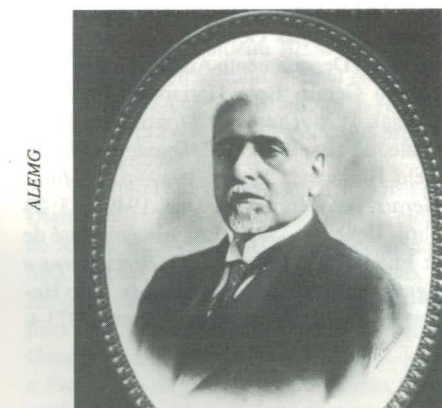
Durante seu Governo, promoveu importante reforma na divisão administrativa de Minas, da qual resultou a criação de 40 municípios e de numerosos distritos. Sua preocupação com a educação continuou, criando 45 unidades escolares. Emulado com o exemplo do Governo paulista, contratou instrutores suíços para orientar a reorganização e o treinamento da Polícia Militar do Estado, que foi também aquinhoada com dotações orçamentárias mais generosas durante seu Governo. Sua ação reformadora estendeu-se à Imprensa Oficial, que foi modernizada, e à própria estrutura do Governo, pois restabeleceu e reorganizou a Secretaria de Estado da Agricultura, suprimida por medida de economia no Governo anterior. Apresentou projeto à Assembléia Legislativa, que, depois de aprovado, foi designado *Lei Bueno Brandão* (Lei nº 546, de 27 de setembro de 1910), garantindo empréstimos aos municípios para a instalação dos serviços de energia elétrica, saneamento urbano e rural e para a construção de estradas de rodagem e de escolas primárias. Sua preocupação com o problema social revelou-se na construção da Maternidade Hilda Brandão e de vários patronatos agrícolas para o recolhimento e educação de menores abandonados. Durante seu Governo desenvolveram-se as gestões junto a financistas franceses, das quais resultaram a criação do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais S.A., destinado a agilizar a assistência financeira à agricultura do Estado. Ainda em seu Governo foram criadas as Escolas de Medicina e Engenharia, mais tarde incorporadas à Universidade de Minas Gerais. No campo político, enfrentou crises, a mais grave ocorrendo quando da sucessão do Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca.

Em 1913, seu nome foi indicado para a Vice-Presidência da República, compondo chapa encabeçada pelo gaúcho Pinheiro Machado, e, apadrinhado pelo Governo Federal, Bueno Brandão não aceitou a articulação, convencido de que o objetivo dos que então lideravam a política nacional era afastar o candidato paulista, Campos Sales, e, ao mesmo tempo, neutralizar a influência mineira no pleito. Na ocasião, afirmou publicamente preferir "cair com Minas a cair em Minas", atitude que o levou a firmar com Rodrigues Alves, então Presidente de São Paulo, o chamado Pacto de Ouro Fino, aliança em torno da candidatura, afinal vitoriosa, do mineiro Venceslau Brás Pereira Gomes*. Esse acordo político assegurou a hegemonia mineiro-paulista na política nacional durante quase duas décadas. Tal posição só foi abalada em conseqüência dos problemas econômico-financeiros surgidos no final da década de 20, resultantes da política da valorização do café, problemas esses agravados, a partir de 1930, pela desorganização do comércio internacional provocada pela Grande Depressão.

Concluído seu período governamental, em 1914, Bueno Brandão retirou-se novamente para sua terra natal. Mas, em 1916, já retornava à vida pública, elegendo-se Senador Estadual para a 7ª Legislatura (1915-1918), na vaga criada com o falecimento de Gomes Freire de Andrade*. Tão logo ingressou naquela Casa, foi designado Líder da Maioria. Mas, ainda em 1916, renunciou ao mandato, por ter sido eleito Deputado Federal, em substituição a Pedro Luís de Oliveira*. Na Câmara dos Deputados permaneceu da 9ª à 11ª Legislatura (1915-1923). Ali foi Presidente da Comissão de Finanças (1923), Líder da Maioria e Presidente da Mesa Diretora, de maio de 1920 a maio de 1921. Em 1924, voltou ao Senado Federal, onde permaneceu da 12ª à 14ª Legislatura (1924-1930). Como Líder da Maioria, comandou os debates sobre a reforma constitucional de 1926. Na Presidência da Comissão de Finanças, orientou as discussões sobre o Orçamento da União. Em 1928, representou o Brasil na Conferência Interparlamentar do Comércio, realizada em Paris. Ao final de sua carreira, já abatido pela enfermidade, foi surpreendido pela eclosão do movimento revolucionário de outubro de 1930. Como último ato de suas atividades parlamentares, assinala-se o voto, dado em 4 de outubro de 1930, contra o estabelecimento do estado de sítio em Minas Gerais. Foi então o único Senador Federal a votar contra a medida de exceção. Após a dissolução do Congresso Nacional pelo Governo Provisório da Revolução, foi nomeado Tabelião de Notas no então Distrito Federal, mas não chegou a tomar posse.

Na Monarquia, pertenceu ao Partido Liberal e, na República, ao PRM, tendo a este presidido por muitos anos.

Atuaram na política seus filhos Júlio Bueno Brandão Filho* e Francisco Bueno Brandão*, seu duas vezes cunhado Francisco Silviano de Almeida Brandão* e seu primo Francisco Álvaro Bueno de Paiva*.

ALEMG

Júlio Bueno Brandão (pintura)

FONTES: A capital homenageia a memória do Senador Júlio Bueno Brandão. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 5: 205-9, 1958./ *Almanaque - Guia de Belo Horizonte*. Organizador: Felipe Veras. Belo Horizonte, Tipografia Comercial, 2: 86, 1913./*Anais da Câmara dos Deputados. 1936*. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 7:318-44, 1937./*Anais da Câmara dos Deputados. 1958*. Rio de Janeiro, IBGE, 13: 440-6, 1959./Boletim bibliográfico. Câmara dos Deputados, Brasília, 11: 11-40, jan./jun. 1962./CLEMENTE, José Bueno Brandão. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 5: 203-4, 1958./*Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Silvianópolis/Carlina de Morais Dutra. CEM/UFMG./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 11 jul. 1958. p. 6./ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917*. Rio de Janeiro. M. Abranches, 1918. v. 1./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 22 mar. 1931. p. 1; 12 jul. 1958. p. 6; 17 jul 1958. p. 4; 3 out. 1976. p. 3; 6 out. 1976. p. 6:/ LIMA, Augusto de. *Anais da Assembléia Nacional Constituinte (41ª Sessão, em 4 de janeiro de 1934)*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1935. v. 5./*Mensagem do Presidente do Estado de Minas Gerais Júlio Bueno Brandão ao Congresso Mineiro em sua 1ª sessão ordinária da 6ª Legislatura no ano de 1911*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial./ OLIVEIRA, Martins de. Bueno Brandão, pastor da Arcádia Cívica. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 5:189-201, 1958./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 12 jul. 1922. p. 5; 22 mar. 1931. pp. 1-2; 11 jul. 1958. p. 13; 13 jul. 1958. p. 11; 12 mar. 1967. p. 5./O centenário do Senador Júlio Bueno Brandão. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 5:185-7, 1958./*O Diário*, Belo Horizonte, 2 jul. 1958. p. 7./PAULA, Almênio José de & FERREIRA, Saturnino G. *Figuras notáveis de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Pioneiros e Expoentes Editorial, 1973/4./RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Edições Rivera, 1970/1./SENA, Nélson de. *Anuário histórico-cronográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 3: 54-5, 1909; *Anuário de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 5: 53-4, 1913./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926./SOARES, José de Sousa. Presidência do Dr. Júlio Bueno Brandão. In: *Minas Gerais*. Rio de Janeiro, A. Coelho Branco, 1931./ VELHO SOBRINHO, João Francisco, *Dicionário biobibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro, 1937. v. 2.

BRANDÃO, Paulo Emílio da Silva

Escritor, acadêmico, advogado e professor, nasceu em Ouro Fino, Província de Minas Gerais, a 11 de outubro de 1883, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 2 de setembro de 1929. Filho do escritor Tomás da Silva Brandão e de Emília Augusta de Lima Brandão. Casado com Elisa Bawden Teixeira Brandão.

Fez o curso de Humanidades em Ouro Preto e formou-se pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais em 1917.

Advogou em Ouro Preto, Mariana e outras cidades mineiras.

Desde jovem, dedicou-se ao jornalismo, tendo sido redator, em Ouro Preto, dos periódicos *O Radical* (1903) e *Correio da Noite* (1905-1906). Em 1908, publicou os livros de poesia *Pontes de inverno* e *Poemas do sonho e da saudade*.

Membro fundador da Academia Mineira de Letras, nela ingressou em 1910 como ocupante da cadeira nº 38, da qual escolheu patrono a escritora e poetisa Beatriz Francisca de Assis Brandão.

Em 1917, quando era Delegado de Polícia em Entre-Rios, RJ, escreveu uma série de estudos filosóficos e sociais na revista *Vozes*, de Petrópolis, sob o título *Meu diário da roça*, e publicou a coletânea de poemas *Alma antiga*.

Retornando a Ouro Preto, reencetou as atividades forenses e de magistério, que exerceu até fixar residência em Belo Horizonte, em 1925. Na Capital mineira, estabeleceu-se com tipografia e livraria.

Deixou inéditas as obras *L'ennui des heures*, *Contos do farol* e, inacabado, um compêndio de Direito Comercial.

Era irmão do acadêmico Cláudio Brandão*.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 4 set. 1928. p. 3./OLIVEIRA, Martins de. *História da literatura mineira*. 2. ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 3-4 set. 1928. pp. 9-10; 2 jun. 1959. p. 13./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

BRANDÃO, Pedro Jorge

Oficial e Comandante-Geral da Brigada Policial de Minas Gerais, nasceu na fazenda da Barra, no Distrito de Rio Vermelho, Província de Minas Gerais (hoje cidade de Rio Vermelho), a 23 de abril de 1859, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 8 de outubro de 1949. Filho do Capitão da Guarda Nacional Francisco de Paula Brandão e de Maria Salomé de Magalhães Brandão. Casado, em primeiras núpcias, com Virgínia de Campos Brandão e, em segundas, com Abrelina Pereira Brandão.

Quando jovem, trabalhou no comércio em Diamantina e em Serro.

Iniciou a carreira militar em 1882, como Alferes da 5ª Companhia da Brigada nº 44, do Serviço Ativo da Guarda Nacional da Comarca de Diamantina, nomeado pelo Vice-Presidente da Província de Minas Gerais, Cônego José Joaquim de Santana. Em 1888, incumbiu-se de levar a Quintino Bocaiúva, no Rio de Janeiro, o manifesto de solidariedade e adesão à causa republicana, subscrito por ele próprio e mais 16 cidadãos mineiros, entre os quais João Pinheiro da Silva*, José Cesário de Faria Alvim*, Antônio Olinto dos Santos Pires*, Antônio Augusto de Lima* e Sabino Alves Barroso Júnior*.

Em julho de 1889, ingressou no Corpo Policial, como Tenente, por nomeação do Presidente da Província, Barão de Ibituruna. Em outubro do ano seguinte, porque pertencia ao Partido Liberal, foi exonerado do posto, que passou a pertencer ao Partido Conservador, então alçado ao poder. Assumindo o Governo do Estado em março de 1891, Antônio Augusto de Lima* readmitiu-o imediatamente. Já como Major, comandou, durante 15 anos, o 3º Batalhão, sediado em Diamantina. Promovido a Tenente-Coronel em outubro de 1909, passou a comandar o 1º Batalhão, em Belo Horizonte, cargo em que se reformou em julho de 1926. De fevereiro de 1912 a março de 1915, foi Comandante-Geral interino da Brigada Policial de Minas Gerais.

Exerceu ainda as funções de Juiz de Paz em Diamantina e em Belo Horizonte.

FONTES: *Almanaque da Força Pública*. Estado de Minas Gerais. Organizado na II Seção do Departamento Administrativo (Comando Geral). Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1928./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 23 abr. 1959. p. 2./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 23 abr. 1959. p. 7./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 9 out. 1949. p. 3; 23 abril. 1959. p. 13./PAULA, Almênio José de & FERREIRA, Saturnino G. *Precursores e figuras notáveis de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Pioneiros e Expoentes Editorial, 1973-4.

BRANDÃO, Wellington

Político, magistrado, advogado, escritor e acadêmico, nasceu em Rio Branco (hoje Visconde do Rio Branco), MG, a 6 de agosto de 1894, e faleceu em Passos, MG, a 3 de maio de 1965. Filho de Olinto Brandão e de Januária Castro Brandão. Casado com Maria Moreira Brandão.

Iniciou o curso secundário no Ginásio São José, de Ubá, MG, e completou-o no Rio de Janeiro, DF. Diplomou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1918. Quando acadêmico, trabalhou na repartição dos Correios e Telégrafos.

Exerceu o cargo de Promotor de Justiça da Comarca de Cássia, MG, em 1919, e, em seguida, da Comarca de Passos, onde advogou vários anos.

Eleito para a Academia Mineira de Letras em 1937, sucedeu a Belmiro Braga na cadeira nº 8, cujo patrono é João Batista Martins.

Deputado Federal Constituinte e na 1ª Legislatura (1946-1951), colaborou na redação final da Constituição de 1946.

Pertenceu ao PSD.

Em 1950, foi Consultor Jurídico do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais S.A. e, de 1957 a 1959, no Governo José Francisco Bias Fortes* Procurador-Geral do Estado. Em abril de 1959 ascendeu ao Tribunal de Justiça.

Publicou as obras *Quarta República* (depoimentos), Belo Horizonte, Oliveira Costa e Cia. Editores, 1951; *Caminhos de Minas (cousas e vultos)*, Belo Horizonte, Editora Livraria Oscar Nicolai, 1958; *O tratador de pássaros*, Belo Horizonte, Os Amigos do Livro, 1935; *Finale* (poemas), São Paulo, edição do autor, 1942; *Deslumbramento de um triste*; *Seara de emoção*; *Homem inquieto*; *Boneco de pano* (novela); *O penhor rural (estudo de Direito)*; *Poemas políticos*; *O espírito e as fúrias*.

Sob o pseudônimo de Fidelis Florêncio, colaborou com vários jornais do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados*, 1965. Brasília, Diretoria de Documentação e Publicidade, 10: 646-51, 1966./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 21 jul. 1957. p. 5; 7 maio 1965, p. 9./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 21 jul. 1957. p. 8; 5 jun. 1965./OLIVEIRA, Martins de. *História da literatura mineira*. 2. ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 21 jul. 1957. p. 10; 9 jul. 1959. p. 11; 6 maio 1965. Diário da Assembléia. p. 8; 7 maio 1965. p. 19; 22 jan. 1977, Suplemento Literário. p. 11/RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970-1 (adendo).

BRANDÃO FILHO, Francisco Honório Ferreira

Político e advogado, nasceu em Campanha, Província de Minas Gerais, a 10 de novembro de 1879. Filho do político Francisco Honório Ferreira Brandão* e de Mércia Margarida de Toledo Lion.

Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo - FDSP -, em 1893.

Foi Deputado Estadual na 3ª e na 4ª Legislaturas (1899-1906). Em seguida, mudou-se para São Paulo, SP, onde advogou.

Pertenceu ao PRM.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Campanha/Manoel Alves Valladão. CEM/UFMG./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito*. Arquivo.

BRANDÃO FILHO, Júlio Bueno

Político e advogado, nasceu em Ouro Fino, Província de Minas Gerais, a 5 de abril de 1883, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 6 de março de 1954. Filho do político Júlio Bueno Brandão* e de Hilda Miranda Bueno Brandão. Casado com Maria Henriqueta Gomes Bueno Brandão. Fez os estudos secundários no Liceu Mineiro, de Ouro Preto, MG, e no Colégio São Luís, de Itu, SP, e formou-se pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro em 1907.

Diplomado, logo voltou à terra natal para exercer a advocacia. Em 1908, foi chamado a colaborar, como Chefe de Gabinete, com o Presidente do Estado de Minas Gerais, seu pai Júlio Bueno Brandão*. Continuou no cargo durante o Governo seguinte, de Venceslau Brás Pereira Gomes*. Na administração de Delfim Moreira da Costa Ribeiro*, desempenhou as funções de Advogado-Geral do Estado.

Deputado Federal na 9ª (1915-1917) e na 12ª e 13ª Legislaturas (1924-1929), integrou, em 1924, a Comissão de Tomada de Contas. Em 1930, figurou entre os 14 mineiros que, eleitos para a Câmara dos Deputados pelo PRM, por decisão do Governo Washington Luís, a que faziam oposição, não tiveram o mandato reconhecido pela Comissão Verificadora de Poderes do Congresso Nacional.

Em 1932, foi nomeado pelo Presidente Olegário Dias Maciel* Prefeito de Ouro Fino.

Elegeu-se Deputado Federal Constituinte (1933-1934) e para a legislatura ordinária (1935-1937). Especializado em Direito Público e em Contabilidade Pública, teve ação marcante na Comissão de Tomada de Contas da Câmara dos Deputados.

Pertenceu ao PRM e ao Partido Progressista.

Fechado o Congresso Nacional em 1937, foi nomeado Auditor do Tribunal de Contas da União e, posteriormente, seu Ministro (Conselheiro).

Com o reinício das articulações políticas na fase final do Estado Novo, integrou, a partir de 1943, a Resistência Democrática, que aglutinava a oposição à ditadura, tendo sido um dos signatários do *Manifesto dos Mineiros* (24/10/43), redigido por membros daquela associação.

Além de seu pai, atuaram na política seu tio Francisco Silviano de Almeida Brandão*, seu sogro, Jaime Gomes de Sousa Lemos*, seus concunhados Juscelino Kubitschek de Oliveira* e Gabriel de Resende Passos*, e seus primos Francisco Lafayette Silviano Brandão* e Benjamim Franklin Silviano Brandão*.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados*. 1954. Rio de Janeiro, IBGE, 3:586-8, 1960./*Anais do Senado Federal. 1954*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, s. n: 367, 1954./Avelar, Antônio Ribeiro de. *Figuras da casa de Minas*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1960./Dunshee de Abranches. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917*. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918, v. 2./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 6 mar. 1954, p. 2; 9 mar. 1954, *Diário da Assembléia*. pp. 3-4.

BRANT, Augusto Mário Caldeira

Político, advogado, escritor e jornalista, nasceu em Diamantina, Província de Minas Gerais, a 15 de dezembro de 1876, e faleceu no Rio de Janeiro, GB, a 2 de dezembro de 1968. Filho do Coronel da Guarda Nacional Augusto Afonso Caldeira Brant e de Maria Hermínia Caldeira Brant. Casado com a escritora Alice Dayrell Brant, dita Helena Morley, autora do livro de memórias *Minha vida de menina*.

Estudou Humanidades no Seminário de Diamantina e fez o curso secundário na cidade do Rio de Janeiro e no Ginásio Barbacena, MG. Depois de freqüentar, por um ano, a Escola de Minas de Ouro Preto, transferiu-se para a Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, ainda em Ouro Preto, e, depois, para a Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual se bacharelou em 1898. Enquanto acadêmico, trabalhou nas redações do *Diário do Comércio de São Paulo* e de revistas da mesma cidade.

Formado, foi Promotor de Justiça e advogado em sua cidade natal, onde fundou e dirigiu os periódicos *O Itambé* e *O Garimpeiro*. Verificando-se, na ocasião, uma revivescência da indústria de mineração de diamantes, por seis meses viajou à Europa e aos EUA para defender os interesses dos proprietários de minas, que estavam sendo prejudicados pela formação de companhias de pura especulação. Em 1905, transferiu-se para o Rio de Janeiro.

No Distrito Federal, foi Delegado de Polícia, Chefe do Serviço de Informação da Diretoria de Povoamento do Ministério da Agricultura (1907-1911) e Diretor do *Boletim do Ministério da Viação* (1911-1917), ao mesmo tempo em que continuava a advogar e a exercer o jornalismo.

Redator-chefe de *O Imparcial*, fez parte da representação brasileira chefiada por Rui Barbosa nas comemorações do centenário da independência da Argentina. Ainda no Rio de Janeiro, publicou, em vários jornais e revistas, artigos e crônicas literárias e manteve, em *A Noite*, seção humorística sob o pseudônimo de R. Manso. Passando a residir em Belo Horizonte, MG, em 1919, figurou entre os fundadores do antigo *O Estado de Minas*.

Eleito Deputado Estadual, em 1920, para substituir a Afonso Augusto Moreira Pena Júnior* no restante da 8a. Legislatura (1919-1922), renunciou ao mandato em 1921, quando se elegeu Deputado Federal para a 11ª Legislatura (1921-1923).

Também renunciou ao novo mandato para desempenhar as funções de Secretário das Finanças de Minas Gerais, durante os Governos Raul Soares de Moura* e Fernando de Melo Viana* (7/9/22-26/8/25). Nomeado, ainda em 1925, Diretor do Banco do Brasil S.A., demitiu-se em 30 de julho de 1929, quando o situacionismo mineiro rompeu com Washington Luís na questão sucessória da República.

Militante da Aliança Liberal e Deputado Federal na 14ª Legislatura (1930), participou ativamente das articulações do movimento revolucionário de outubro. Por nomeação do Governo Provisório de Getúlio Vargas, exerceu a Presidência do Banco do Brasil (4/11/30-5/9/31). Em 1932, apoiou a Revolução Constitucionalista de São Paulo e, logo após a derrota do movimento, foi preso e exilado, tendo seus direitos políticos cassados.

Retornando ao País, candidatou-se à Câmara dos Deputados em 1934, obtendo uma suplência na Bancada do PRM. Dedicado, desde então, a atividades privadas, integrou a Diretoria da Companhia Sul América de Seguros S.A. Signatário do *Manifesto dos Mineiros* de 1943 e Deputado Federal Constituinte de 1946 e na 1ª Legislatura (1946-1951), afastou-se da Câmara para, representando o PR no Governo de coalizão de Mílton Soares Campos*, ocupar a Secretaria da Educação de Minas Gerais (14/4 a 13/12/47).

No Governo Federal de Juscelino Kubitschek de Oliveira*, voltou à Presidência do Banco do Brasil (17/11/55-16/2/56). Afastando-se, nessa época, da vida pública, retomou as atividades privadas, notadamente as de consultoria jurídica.

Pertenceu ao PRM e ao PR.

Atuaram na política seu irmão João Edmundo Caldeira Brant*, seus primos João da Mata Machado*, Álvaro da Mata Machado*, Pedro da Mata Machado*, e seu genro Abgar Renault*.

Publicou as obras *Viagem a Buenos Aires* (1917), *Catecismo Cívico* e *Ilusões financeiras* (discurso parlamentar).

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados*. 1947. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, V. 1., 1953./*Dados biográficos*. Informante: Bruno de Almeida Magalhães. CEM/UFMG./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 14 dez. 1968. p. 3. 3o. cad./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 7 set. 1922. p. 7; 16 dez. 1922. p. 4; 15 abr. 1947. p. 8; 7 dez. 1968. p. 4./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

BRANT, Celso Teixeira

Político, jornalista e professor, nasceu em Diamantina, MG, a 16 de dezembro de 1920. Filho do funcionário postal José Ferreira de Andrade Brant Neto e de Maria Amália Teixeira Brant.

Fez os estudos secundários no Colégio Arnaldo de Belo Horizonte, MG, e o superior na Faculdade de Direito de Minas Gerais - FDUMG -, pela qual se bacharelou em 1944.

Jornalista na Capital mineira, iniciou-se na política em 1955, como Secretário de Clóvis Salgado da Gama*, então Governador de Minas Gerais. A seguir, foi Chefe do Gabinete de Clóvis Salgado*, no Ministério da Educação (1956-1961), tendo exercido interinamente a Pasta, no impedimento do titular.

Eleito Deputado Federal para a 4ª Legislatura (1959-1963), filiou-se à Frente Parlamentar Nacionalista, participou da campanha do Marechal Henrique Lott para a Presidência da República e, quando da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, defendeu a escola pública e o ensino leigo. Foi também o autor do substitutivo, aprovado pela Câmara, ao projeto de Sérgio Magalhães que disciplinava a remessa de lucros para o exterior.

Livre-docente de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais - UMG-Diretor das Rádios Inconfidência de Minas Gerais e Ministério da Educação e um dos fundadores da Cultura Artística de Minas Gerais. Nas eleições presidenciais de 1989 foi candidato a Presidente da República por um partido criado por ele e denominado PMN.

Publicou os trabalhos *A arte e a vida*, *Arte e religião*, *A música na Inglaterra* e *Teoria Geral do serviço público*, além dos poemas *Canção do trabalho* e *Obscuro*.

Pertenceu ao PR.

FONTES: *Centro de Documento e Informação da Câmara dos Deputados. 4ª Legislatura.* Brasília, Livro C-E, p. 21./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 30 nov. 1955. p. 4./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino.

BRANT, Francisco José de Almeida

Magistrado, professor e reitor, nasceu em Diamantina, Província de Minas Gerais, a 15 de agosto de 1866, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 23 de agosto de 1957. Filho do Comendador José Ferreira de Andrada Brant e de Maria Carolina de Almeida Brant.

Fez os primeiros estudos no Seminário de Diamantina, cursou os preparatórios em Ouro Preto, e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo - FDSP -, em 1889, na turma de que faziam parte Francisco Mendes Pimentel*, Edmundo Pereira Lins*, Pedro da Mata Machado*, João Luís Alves* e Afonso Arinos de Melo Franco*.

Diplomado, regressou à terra natal para exercer o magistério na Escola Normal. Transferindo-se, depois, para Belo Horizonte, ingressou no corpo docente da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, em 13 de abril de 1912, como professor substituto interino. Lecionou Direito Penal em 1913, ano em que foi nomeado professor substituto efetivo, e Processo Civil e Comercial em 1920. No ano seguinte, foi promovido a catedrático de Teoria e Prática do Processo Criminal. Incluindo-se na segunda cadeira de Direito Penal o ensino do Processo, de que era catedrático, passou a acumulá-las desde 16 de abril de 1925. Em janeiro de 1932, a congregação o designou para a cadeira de Direito Penal Comparado do curso de Doutorado.

Elegeu-se várias vezes Diretor da faculdade entre 1931 e 1950, excluídos apenas os períodos em que exerceu o cargo de Reitor da Universidade de Minas Gerais - UMG -, de 27 de abril a 17 de maio de 1931, de 24 de março de 1934 a 18 de setembro de 1935 e de 9 de outubro de 1937 a 22 de setembro de 1941. Só abandonou o magistério pela jubilação, que se verificou em 1954.

Fora do magistério, desempenhou o cargo de Juiz Municipal do Termo de Diamantina e, posteriormente, por apenas 28 dias, o de Juiz de Direito da Comarca de Teófilo Otoni. Por vários anos, dirigiu a repartição dos Correios no Estado de Minas Gerais, tendo, então, representado o Brasil no I Congresso Postal Continental Sul-Americano, realizado em Montevidéu, em janeiro de 1911, do qual foi eleito Vice-Presidente. Integrou a comissão que redigiu o anteprojeto da Constituição mineira de 1935.

Publicou as seguintes obras: *Em férias* (1899); *História e tipos* (reminiscência da Academia de Direito de São Paulo); *O poção dos Moreira (sobre mineração de diamantes)*; *Comentários ao regulamento dos Correios e Telégrafos*, *Prontuário dos Correios (compilação de todas as disposições vigentes sobre o serviço postal brasileiro)*; *O Montepio dos Funcionários Civis da União*; *Folha ao Vento*; *Elementos de Direito Administrativo e escritos de Direito*; *Repositório de sentenças e acórdãos*.

Colaborou em vários jornais, particularmente no antigo *Diário de Minas*, de Belo Horizonte, então dirigido por Francisco Mendes Pimentel*, no qual publicou uma série de crônicas diárias, e em *A Luta*, órgãos dos estudantes de São Paulo.

FONTES: *Almanaque Guia de Belo Horizonte*. Organizado por Felipe Veras. Belo Horizonte, Tipografia Comercial, 2: 218, 1913./ *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 24 ago. 1957. p. 11./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 24 ago. 1957. p. 3; 17 nov 1963. p. 8; 14 ago. 1966. p. 1./Homenagem aos mestres. Francisco Brant. In: *Revista da Faculdade de Direito*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 16: 233-4, maio 1976./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 24 ago. 1957. p. 17.; 28 ago. 1957. p. 2; 17 ago. 1966. p. 1; 18 ago. 1966. pp. 1-2./MORAES, Eduardo R. Afonso de. *História da Universidade Federal de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1971./OTONI, Carlos . *Nortistas ilustres*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1907.

BRANT, João Edmundo Caldeira

Político, advogado, promotor e magistrado, nasceu em Diamantina, Província de Minas Gerais, em outubro de 1878, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 5 de novembro de 1967. Filho do Coronel da Guarda Nacional Augusto Afonso Caldeira Brant e de Maria Hermínia Caldeira Brant. Casado, em primeiras núpcias, com Teresa de Azevedo Caldeira Brant, em segundas, com Júlia Mayer Caldeira Brant e, em terceiras, com Conceição Aguiar Caldeira Brant.

Fez os estudos de Humanidades em Ouro Preto e no Seminário de Diamantina e o superior na Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, na FDR e na Faculdade de Direito de São Paulo.

Depois de diplomado, foi funcionário da repartição dos Correios em Pernambuco. Fixando-se em Minas Gerais, advogou e exerceu a Promotoria Pública em Diamantina, Serro, Monte Santo (atual Monte Santo de Minas), Pirapora e Sete Lagoas, e desempenhou o cargo de Juiz Municipal de Bocaiúva. Trabalhou, a seguir, como fiscal federal da navegação do rio São Francisco, em Pirapora (1920-1923), e como fiscal da Loteria Mineira, em Belo Horizonte. Nomeado Secretário do Tribunal da Relação de Minas Gerais, pouco tempo ficou no posto, do qual se demitiu por divergir do Presidente do órgão.

Teve ardorosa participação na propaganda da Aliança Liberal, cujo chefe, Presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada*, chegou a lhe pedir moderação nos pronunciamentos públicos. Por ocasião do assassínio de João Pessoa, em um só dia proferiu cinco discursos de ataques ao Governo Washington Luís.

Sobrevindo a Revolução de 1930, como Major honorário combateu as forças legalistas no setor de Passa-Quatro, MG. Já em meados de 1931, rompia com o Governo Provisório e com a situação dominante no Estado, tanto que foi um dos articuladores da rebelião que, em agosto de 1933, pretendia depor o Presidente Olegário Dias Maciel*. Com igual ímpeto, apoiou o movimento constitucionalista de 1932. Fez então imprimir, em Diamantina, boletins contra o Governo Federal e os distribuiu em Belo Horizonte, ação que lhe valeu algum tempo de prisão.

Redemocratizado o País, elegeu-se Deputado Estadual Constituinte e para a 1ª Legislatura (1935-1937), durante a qual integrou a Comissão de Viação e Obras Públicas. Opositor tenaz do Estado Novo, foi condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional a seis meses de detenção. Na Penitenciária Agrícola de Neves, onde cumpria a pena, designado pelo Diretor, José Maria Alkmim*, para trabalhar no serviço jurídico, reexaminou o processo a que responderam os irmãos Naves e desvendou o chamado "erro judiciário de Araguari".

Depois de ocupar a diretoria da Secretaria da Câmara Municipal de Belo Horizonte, por nomeação do Governador Mílton Soares Campos* em 1947, foi Ministro (Conselheiro) do Tribunal de Contas do Estado, cargo em que se aposentou.

Pertenceu ao PRM.

Atuaram na política seu irmão Augusto Mário Caldeira Brant* e seus primos João da Mata Machado*, Álvaro da Mata Machado* e Pedro da Mata Machado*.

FONTES: AVELAR, Antônio Ribeiro de. *Figuras da casa de Minas*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1960./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 7 nov. 1967. p. 13; 20 out. 1978. p. 8; 15 dez. 1978. p. 4./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 8 nov. 1967, Diário da Assembléia, pp. 1-2; 14 nov. 1967. p. 4.

BRANT, Moacir Pimenta

Magistrado e promotor, nasceu em Diamantina, MG, a 16 de maio de 1911. Filho de Pedro Ferreira de Andrade Brant e de Etelvina Pimenta Brant. Casado com Iolanda Rocha Brant.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro, em Belo Horizonte, MG, e diplomou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, em 1936.

Foi professor do Colégio Universitário da Universidade de Minas Gerais (1936-1943) e fundador e primeiro Presidente do Centro de Estudos Brasileiros de Belo Horizonte (1933).

Exerceu o cargo de Promotor de Justiça nas Comarcas mineiras de Dores do Indaiá e Pitangui, no período de 1937 a 1939. Ingressou na Magistratura em 1945, como Juiz Municipal da Comarca de Uberaba. Mais tarde foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Caldas. Promovido, em 1951, para Diamantina, ali permaneceu até 1954. Nesse ano transferiu-se para a Comarca de São Sebastião do Paraíso e, pouco depois, retornou a Diamantina. Em 1956, foi removido para a Vara de Menores da Comarca de Belo Horizonte, na qual ficou até 1968, quando foi promovido a Juiz do Tribunal de Alçada. Em fevereiro de 1975, ascendeu ao Tribunal de Justiça, onde permaneceu até aposentar-se, em maio de 1981.

Como Desembargador, desempenhou as funções de Corregedor da Justiça Estadual.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Moacyr Pimenta Brant. CEM/UFMG./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 4 jun. 1968. p. 6./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 8 mar. 1975, Diário do Judiciário. p. 1

BRANT, Roberto Lúcio Rocha

Político e professor, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 2 de maio de 1942. Filho do Desembargador Moacir Pimenta Brant e de Iolanda Rocha Brant. Casado com Ana Maria Amorim Brant.

Concluiu seus estudos secundários no Colégio Arnaldo, em Belo Horizonte, MG, em 1959, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da UFMG, em 1964.

Pela Sudene, foi Chefe da Assessoria do Grupo Interdepartamental do Povoamento do Maranhão (1964-1966) e seu representante junto ao Governo de Minas Gerais (1966-1967).

Como professor, lecionou na Universidade Católica de Minas Gerais (1966-1969), na Faculdade Municipal de Ciências Econômicas de Belo Horizonte (1969), além de ministrar uma cadeira no curso de Especialização em Administração da Fundação João Pinheiro.

Foi Diretor Técnico da Companhia Brasileira de Estímulos à Economia - CBE (1967-1971), Superintendente da Superintendência para Assuntos da Área Mineira do Polígono das Secas - Sudeminas (1971) e Subsecretário de Planejamento e Coordenação-Geral do Estado de Minas Gerais (1972-1973). Em 1975, dirigiu a Carteira Bancária da Caixa Econômica Estadual. Dirigiu, também, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais (1979-1981) e as Associações de Bancos do Rio de Janeiro (1981-1982) e de Minas Gerais (1983-1984). Foi, ainda, Presidente da Minas Caixa (1983-1985), do BDMG (1985-1986), da Associação Nacional das Caixas Econômicas (1984), da Associação Regional de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança - Arecip (V Região) e Vice-Presidente da Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança - Abecip -, além de dirigir várias empresas privadas.

Filiou-se ao PMDB e elegeu-se Deputado Federal Constituinte e para o período 1987-1991. Na Câmara dos Deputados, foi Vice-Líder do PMDB, membro titular das Comissões de Finanças e de Economia, Indústria e Comércio, membro suplente das Comissões de Transporte e de Sistematização. Integrou também a comissão mista para exame do endividamento externo brasileiro e a Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança. Foi ainda suplente da Comissão Especial sobre Política Agrícola. Participou de missão oficial em Israel sobre planificação agrícola e desenvolvimento regional.

Em 1990 reelegeu-se Deputado Federal para o período 1991-1995, pelo PRS. Licenciou-se do mandato parlamentar para assumir o cargo de Secretário de Estado da Fazenda no Governo Hélio Carvalho Garcia*, a 18 de março de 1991.

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado./BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Assembléia Nacional Constituinte - 1987:* repertório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. 2ª ed. Brasília, 1989. pp. 729-30./BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Deputados brasileiros:* repertório biográfico. 49ª Legislatura 1991-1995. Brasília, 1991. pp. 578-579.

BRÁS, Eduardo ver ALMEIDA, Eduardo Brás Neto

BRÁS, Elmo ver SOARES, Elmo Brás

BRÁS, Venceslau ver GOMES, Venceslau Brás Pereira

BRASIL, Armando de Oliveira

Político, advogado, professor e promotor, nasceu em Barbacena, Província de

Minas Gerais, a 4 de junho de 1888, e faleceu na mesma cidade, a 13 de outubro de 1955. Filho de João Manuel de Oliveira Brasil e de Josefina Duque da Fonseca Brasil. Casado com Ernestina de Oliveira Castro Brasil.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro, em sua terra natal, e bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais em 1913.

Formado, advogou em Barbacena, onde foi também Vereador, Vice-Presidente da Câmara e Prefeito Municipal.

Deputado Estadual na 10ª Legislatura (1927-1930), participou da campanha da Aliança Liberal, tendo, na época, dirigido o periódico *Cidade de Barbacena*.

Na mesma cidade, lecionou História Universal no antigo Ginásio Mineiro, atual Colégio Estadual Professor Soares Ferreira, do qual chegou a ser Reitor, e no Colégio Agrícola Diaulas Abreu, e exerceu os cargos de Promotor de Justiça, Provedor da Santa Casa de Misericórdia e Inspetor Federal de Ensino. Também colaborou no recenseamento da República realizado em 1920.

Pertenceu ao PRM e à UDN.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Barbacena/Carlos José da Silva Fortes. CEM/UFMG./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

BRASIL, Cristiano Pereira

Político, advogado e magistrado, nasceu em Itajubá, Província de Minas Gerais, a 6 de dezembro de 1861, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 14 de fevereiro de 1946. Filho do Coronel da Guarda Nacional Joaquim Francisco Pereira Júnior e de Júlia Josefina Pereira. Casado com Matilde Goulart Brasil.

Fez os estudos preparatórios no Município da Corte e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1886.

Advogou em sua cidade natal de dezembro de 1886 a julho de 1889. Ingressando, em seguida, na Magistratura mineira, foi Juiz Municipal dos Termos de São José do Paraíso (1889-1891) e Pouso Alegre (1891-1892) e Juiz de Direito das Comarcas de Santa Rita de Cássia (1892-1894) e Ouro Fino (1895-1903). Durante o Governo Francisco Antônio de Sales*, exerceu as funções de Chefe de Polícia e Comandante-Geral da Brigada Policial do Estado, de dezembro de 1903 a outubro de 1905.

Depois, representou Minas Gerais na Câmara Federal da 6ª à 10ª Legislaturas (1906-1920).

Renunciou ao mandato em 1919, por ter sido nomeado 1º-Procurador dos Feitos da Fazenda da Prefeitura do antigo Distrito Federal. Foi, a seguir, advogado do Banco do Brasil até o Governo Epitácio Pessoa, quando se exonerou.

Na Monarquia, pertenceu ao Partido Liberal e, na República, ao PRM.

FONTES: *Almanaque da Força Pública*. Estado de Minas Gerais. Organizado na II Seção do Departamento Administrativo. Comando Geral. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1928./CARVALHO, Daniel de. *Capítulos de memórias*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1957./*Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Itajubá/José Armelin Bernardo Guimarães. CEM/UFMG./ ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917*. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 2./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 16 fev. 1946. p. 12./*O Diário*, Belo Horizonte, 17 fev. 1946. p. 2./ Relatório do ano de 1903 apresentado ao Exmº Sr. Dr. Francisco Antônio Sales, Presidente do Estado de Minas Gerais, pelo Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro, Secretário de Estados dos Negócios do Interior. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1904./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito*. Arquivo.

BRASIL, Vital ver CAMPANHA, Vital Brasil Mineiro da

BRASIL FILHO, Lourival

Político, funcionário público e jornalista, nasceu em Estrela do Sul, MG, a 14 de janeiro de 1916. Filho do magistrado e comerciante Lourival Brasil e de Maria de Aguiar Brasil. Casado com Diva de Paula Duque Brasil.

Fez os cursos de Contabilidade e de Administração Municipal.

Ingressando no serviço público, em 1932, como funcionário da Prefeitura de Estrela do Sul, de 1939 a 1945 trabalhou no Departamento de Assistência aos Municípios do Estado, onde desempenhou as funções de Assistente Técnico, Assistente Administrativo e Chefe de Serviço. Em 1947 serviu na agência do IBGE em Juiz de Fora, MG. Exerceu, ainda, o cargo de Coletor Estadual em Jacinto, Betim, Pirapetinga, Oliveira e Belo Horizonte, tendo-se aposentado em 1952.

Elegeu-se Deputado Estadual da 2ª à 9ª Legislatura (1951-1983), foi Líder do PTN (1951-55) e do PST (1955-56) e Vice-Líder do PSD (1964); Presidente das Comissões de Reforma da Lei de Organização Municipal (1960), de Educação e Cultura (1966), de Assuntos Municipais e Interestaduais (1970-71) e de Assuntos Municipais e Planejamentos Regionais (1972-74); Vice-Presidente das Comissões de Revisão da Lei de Organização Municipal (1953), de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1956-59), de Siderurgia e Mineração (1966) e de Saúde e Ação Social (1973-74), e membro das Comissões de Constituição, Legislação e Justiça (1951-54), de Redação (1960), de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (1961), de Serviço Público Civil (1962) e de Assuntos Municipais (1963). Como representante da Assembléia mineira, participou do Congresso Internacional dos Municípios realizado em Barcelona, Espanha; do Congresso Brasileiro de Turismo, em Caxambu, MG (1958); dos Congressos Brasileiros das Assembléias Legislativas reunidos em Brasília, DF, e em Recife, PE, respectivamente em 1966 e 1967, e dos congressos municipalistas de São Vicente, SP, e São Lourenço, MG.

Na 8ª Legislatura, esteve licenciado do mandato parlamentar para ocupar, de março de 1975 a maio de 1978, a Secretaria Estadual de Administração. No Governo Francelino Pereira dos Santos*, exerceu, também, o cargo de Secretário de Estado do Interior e Justiça; no mesmo Governo, foi nomeado, em 14/3/83, Conselheiro do Tribunal de Contas. Foi autor do projeto que criou a Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo de Minas Gerais.

Filiado ao PDS, pertenceu ao PTN, ao PST, ao PSD e à Arena, nesta tendo exercido o cargo de Secretário da Comissão Executiva Regional.

Fundador da Associação Mineira de Turismo, milita no jornalismo turístico.

Publicou as obras *A Câmara Municipal, sua organização e seu funcionamento*; *O município e a organização municipal*; *Manual de atos administrativos referentes aos funcionários municipais*; *Lei de Organização Municipal* (tese do Congresso dos Municípios, de Barcelona); *Estatuto de funcionários municipais* (padrão para o País); *Subprefeituras distritais e descentralização e dinamização da administração municipal*.

Atuaram na política seu sogro, Nominato de Paiva Duque, que foi Prefeito de Lima Duarte; seus tios José Emílio Aguiar, Agente Executivo Municipal de Estrela do Sul, e Joaquim Aguiar, Vereador por Estrela do Sul, e seu primo Hugo Aguiar*.

FONTES: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Arquivo./*Deputados Estaduais de Minas Gerais à 8ª Legislatura (1975/9)*. Ficha biográfica. Convênio APMG/UCMG. Coordenador: Caio C. Boschi./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1º fev. 1975. p. 3; 15 mar. 1975, Suplemento Especial. p. 9./ FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 16 mar. 1975. p. 6./ Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

BRINA, Euler Martini

Secretário de Estado e engenheiro, nasceu em Conceição do Mato Dentro, a 11 de janeiro de 1935. Filho do médico Otaviano Lapertosa Brina e de Alice Martini Brina. Casado com a professora Gilda Elizabete Lovalho Brina.

Concluiu o ginásio no Colégio São Francisco, de sua terra natal, transferindo-se para Belo Horizonte, onde fez o curso secundário, formando-se em 1959, no Colégio Afonso Celso. Em 1964 obteve o diploma de Engenheiro pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Em 1968 passou a atuar como engenheiro do Estado na condição de engenheiro-chefe do Serviço de Controle de Obras da Secretaria de Estado de Obras Públicas. Chefiou o Departamento de Estudos e Projetos (1969) e foi Subsecretário (1970) na mesma Secretaria.

A convite do Governador Rondon Pacheco*, foi nomeado Secretário de Estado de Obras Públicas em 1974, cargo em que se manteve mesmo após o fim do mandato deste Governador, tendo sido reconduzido pelo seu substituto, o Governador Antônio Aureliano Chaves de Mendonça*, até 1976.

De 1976 a 1990, assumiu a Superintendência da Siderúrgica Mendes Júnior. Em 1991, de volta à Secretaria de Obras Públicas, retomou a função de engenheiro.

Atuou na vida pública seu pai, como Prefeito de Conceição do Mato Dentro, de 1936 a 1944.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

BRITO, Camilo Augusto Maria de

Político, promotor, magistrado e professor, nasceu em Ouro Preto, Província de Minas Gerais, no ano de 1842, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 3 de agosto de 1924. Filho de Camilo Luís Maria de Brito e de Maria Camila de Brito. Casado com Teresa Maria de Brito.

Fez os estudos de Humanidades no Seminário de Mariana e no Colégio do Caraça, e formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1865.

Diplomado, retornou à Província natal para exercer a Promotoria Pública em Bonfim. Em 1868, transferiu-se para Ponte Nova como Juiz Municipal, com funções de Juiz de Direito.

Elegeu-se, então, Deputado Provincial para a 17ª Legislatura (1868-1869).

Em 1873, passou a advogar em Ouro Preto, onde era funcionário da Assembléia Provincial. No exercício dessa função, coube-lhe introduzir e estimular o uso da taquigrafia nos registros parlamentares.

Por nomeação de Dom Pedro II, foi Presidente da Província de Goiás até a queda da Monarquia.

Instaurado o regime republicano, elegeu-se para a Constituinte Estadual e para a 1ª Legislatura do Senado Mineiro (1891-1895), ao qual foi reconduzido da 2ª à 9ª Legislatura (1895-1926).

No Império, pertenceu ao partido Liberal e, na República, ao PRM.

Em Ouro Preto, foi um dos fundadores, catedrático de Filosofia do Direito e Diretor interino da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, tendo regido várias outras disciplinas durante 32 anos ininterruptos de magistério. Também colaborou com João Pinheiro da Silva*, na fundação da Escola Normal Oficial, hoje Instituto de Educação de Minas Gerais, cujo primeiro corpo docente integrou.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados*. 1924. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1929, 6: 130-2, 1929./*Anais do Senado Mineiro. 3ª sessão ordinária da 9ª Legislatura*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, s. n.: 248, 1926./CASASANTA, Mário. Grandes vultos de Minas Gerais. In: *Revista Alterosa*. Belo Horizonte, 2(7):19, mar. 1940./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 5 ago. 1924. p. 3./ *Minas Gerais*, Ouro Preto, 7 nov. 1892. p. 1158./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 4 e 5 ago. 1924. p. 10./*O Diário*, Belo Horizonte, 16 dez. 1964. p. 4./*Revista da Faculdade de Direito*; *memória histórica (1892-1959)*. Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 10:140, out. 1958-mar. 1959./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

BRITO, Eusébio Tomás de Carvalho

Político, farmacêutico e industrial, nasceu em Antônio Dias, então Distrito de Itabira do Mato Dentro, Província de Minas Gerais, no ano de 1873, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 21 de setembro de 1972. Filho do Tenente-Coronel da Guarda Nacional Fabriciano Felisberto de Brito e de Ana Angélica de Carvalho Brito. Casado com Ernestina Lage de Brito.

Fez o curso secundário em Itabira e formou-se pela Escola de Farmácia de Ouro Preto em 1923.

Diplomado, estabeleceu-se em Santa Bárbara, MG, e, em seguida, na Capital do Estado, onde integrou a diretoria da primeira empresa elétrica ali organizada.

Foi Vereador por Itabira, onde foi, também, Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal.

Eleito Deputado Estadual em 1925, na vaga do Coronel Modestino Gonçalves*, que renunciara para assumir uma cadeira no Senado Mineiro, exerceu o mandato até o fim da 9ª Legislatura (1926).

Presidiu o Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal e serviu como suplente de Juiz Substituto Federal em Belo Horizonte, quando, então, integrou a junta apuradora das eleições de 1930. Depois de ter exercido o cargo de Inspetor Federal do Ensino em Carangola, MG, transferiu-se para o Rio de Janeiro, DF, com exercício no Instituto de Educação até aposentar-se.

Atuou na política seu irmão Manuel Tomás de Carvalho Brito*, com quem colaborou na implantação da primeira grande reforma educacional introduzida em Minas Gerais.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 28 set. 1972, 2ª seção. p. 5./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 30 set. 1972, Diário do Legislativo. p. 2./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

BRITO, José Antônio Alves

Político e magistrado, nasceu na Província de Pernambuco, no ano de 1833, e faleceu em Ouro Preto, MG, a 4 de maio de 1910.

Diplomado pela Faculdade de Direito do Recife, fixou-se em Minas Gerais, onde foi

Juiz Municipal em Itajubá, Juiz de Direito em Uberaba e Desembargador do Tribunal da Relação, ainda em Ouro Preto, tendo exercido a Presidência desse Tribunal.

Como político, desempenhou os cargos de 1º Vice-Presidente da Província de Minas Gerais (1884), Agente Executivo de Ouro Preto, Procurador da Coroa e Chefe de Polícia.

FONTE: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 5 maio 1910. p. 7.

BRITO, José Emídio de

Magistrado, promotor, advogado e professor, nasceu em Rio Branco (hoje Visconde do Rio Branco), MG, a 27 de abril de 1905, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 29 de dezembro de 1964. Filho do negociante Antônio Monteiro de Brito e de Maria Ferreira de Brito. Casado com Dila Dantas de Brito.

Fez os estudos secundários no Ginásio Mineiro de Barbacena, MG, no Instituto Granbery, de Juiz de Fora, MG, e no Ginásio de Viçosa, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais em 1931.

Quando estudante, lecionou em vários colégios de Belo Horizonte. Formado, passou a exercer a advocacia em Mar de Espanha, MG. Nomeado Promotor de Justiça em 1932, serviu em Pitangui, MG, e, a partir de 1935, em Belo Horizonte. Em 1937, foi promovido a Subprocurador do Estado e, em 1961, a Procurador-Geral. Em fins de 1961, ascendeu ao posto de Desembargador do Tribunal de Justiça.

Teve, ainda, intensa atuação no setor social e esportivo, como Diretor do Automóvel Clube de Minas Gerais e do Minas Tênis Clube e Presidente da Federação Mineira de Basquetebol e da Federação Aquática Mineira.

Era concunhado de Mílton Soares Campos*.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 30 dez. 1964. p. 12./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 31 dez. 1964. p. 21./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

BRITO, Josino de Paula

Político, médico e fazendeiro, nasceu em Passos, Província de Minas Gerais, a 15 de março de 1855, e faleceu em Campos Gerais, MG, a 24 de maio de 1930. Filho de José Joaquim Fernandes de Paula e de Ana Jesuína de Paula. Casado com Alzira Cornélia de Brito.

Fez os estudos superiores na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde defendeu tese em dezembro de 1883.

Republicano histórico, foi Deputado Estadual Constituinte e na 1ª Legislatura (1891-1895) e Senador Estadual da 2ª à 6ª Legislatura (1895-1914), tendo nesta última (1911) preenchido a vaga de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada*.

Foi, ainda, Vereador, Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal de Três Pontas, MG, e de Campos Gerais, município cuja criação a ele se deve.

Pertenceu ao PRM.

Atuaram na política seu irmão Francisco Evangelista de Araújo, Deputado Geral no Império, e seu cunhado Otaviano Ferreira de Brito*.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Amélio Garcia Miranda, Secretário da Câmara de Três Pontas e historiador municipal. CEM/UFMG.

BRITO, Júlio Acioli de

Magistrado e promotor, nasceu na Província da Bahia, sendo filho do Conselheiro Joaquim Marcelino de Brito.

Diplomado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1858, no ano seguinte foi nomeado Promotor Público da Comarca de Estrela, na Província do Rio de Janeiro. Ingressando depois na Magistratura mineira, galgou todos os degraus da carreira até chegar a Desembargador do Tribunal da Relação, ainda em Ouro Preto.

Fez também parte da Assembléia Provincial do Rio de Janeiro.

FONTES: Almeida Nogueira. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências*. 3 ed. São Paulo, Saraiva, 1977. v. 4./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito*. Arquivo.

BRITO, Manuel Tomás de Carvalho

Político, advogado, banqueiro e empresário, nasceu em Antônio Dias, Município de Itabira do Mato Dentro, Província de Minas Gerais, a 17 de janeiro de 1872, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 11 de dezembro de 1952. Filho do Tenente-Coronel da Guarda Nacional Fabriciano Felisberto de Brito e de Ana Angélica de Carvalho Brito. Casado com Elisa Robertina de Albuquerque Brito.

Fez os estudos preparatórios em Itabira do Mato Dentro e Ouro Preto, MG, e formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1894.

Quando acadêmico, integrou o corpo de redatores do *Correio Paulistano*. Diplomado, retornou a Minas Gerais para advogar em Itabira, onde redigiu o periódico *Correio de Itabira*. Foi Promotor Público e advogado nas Comarcas de Santa Bárbara (1894) e de Belo Horizonte (1899-1903).

Republicano histórico, elegeu-se Deputado Estadual para a 3ª Legislatura (1899-1902), durante a qual fez parte da Comissão de Verificação de Poderes, da Comissão Permanente de Constituição, Legislação e Justiça e da Comissão Mista Especial, incumbida da revisão judiciária e administrativa do Estado.

Em seguida, foi Deputado Federal na 5ª e 6ª Legislaturas (1903-1908) e Senador Estadual na 8ª Legislatura (1919-1922). No primeiro mandato, ocupou-se de questões financeiras, especialmente do orçamento da receita federal e das tarifas alfandegárias.

No Governo João Pinheiro da Silva*, desempenhou as funções de Secretário do Interior e Justiça, de setembro de 1906 a outubro de 1908, e, cumulativamente, as de Secretário das Finanças, de julho de 1907 a outubro de 1908. Dispensou atenção particular ao setor de ensino, à época afeto à Secretaria do Interior, dando-lhe organicidade dentro da burocracia e transformando as classes singulares em grupos escolares, que foram criados em numerosos municípios. Incentivou o artesanato e a profissionalização no âmbito do ensino público dos níveis primário e secundário.

Liderou a campanha civilista de 1909-1910 em Minas, com a finalidade de lutar contra a tática do mandatismo e da unanimidade. De 1913 a 1918, foi Diretor-Presidente da Companhia de Eletricidade e Viação Urbana de Belo Horizonte.

Elegeu-se Senador Estadual na 8ª Legislatura (1919-1922).

Renunciou à senatoria, em 1921, para voltar à Câmara Federal na 11ª e 12ª Legislaturas (1921-1926), tendo exercido o mandato até 1924. Foi Presidente da Comissão de Verificação dos Poderes, em 1923-1924.

Dedicou-se à agricultura e à indústria nos Municípios de Belo Horizonte (Estação de Marzagão, atual Carvalho de Brito) e de Santa Bárbara. Como Diretor da respectiva companhia, remodelou o serviço de eletrificação da Capital mineira, para o que contraiu empréstimo na França e adquiriu torres metálicas nos EUA, de onde trouxe engenheiro especializado para sua montagem. Integrou a Comissão do Centro Industrial do Brasil na exposição de tecidos realizada em Buenos Aires e Montevidéu (1918) e a delegação brasileira que, a convite da Federation of British Industries, visitou, em 1920, estabelecimentos industriais da Escócia e da Inglaterra. Foi Diretor do Banco do Brasil, do Banco do Comércio, da Companhia de Artefatos de Borracha e Pneus do Brasil, da Companhia Industrial Sabarense, com fábrica de tecidos em Marzagão, e da Companhia de Tecidos Leste de Minas, de Santa Bárbara.

Voltando a atuar na política em 1930, chefiou a Concentração Conservadora, que apoiou, em Minas Gerais, a candidatura de Júlio Prestes à Presidência da República. Nessa ocasião, esteve envolvido num tiroteio em Montes Claros, quando chefiava, juntamente com Melo Viana, uma caravana que buscava o apoio das classes produtoras mineiras. Houve baixas de ambos os lados. Novamente se envolveu em tiroteio em Belo Horizonte, no dia 3 de abril de 1930, quando da realização de um grande comício em apoio a Antônio Carlos Ribeiro de Andrada* e contra a presença de tropas federais no Estado, organizando a apuração das eleições. Vitorioso o movimento revolucionário de outubro, esteve exilado, por dois anos, na Europa. De regresso ao Brasil, afastou-se, em definitivo, da vida pública.

Foi, ainda, 1º-Secretário da Confederação Industrial do Brasil e 4º-Vice-Presidente (1938-1943) da Confederação Nacional da Indústria, que sucedera à anterior.

Pertenceu ao PRM.

Seu irmão Eusébio Tomás de Carvalho Brito* também atuou na política.

FONTES: CANÇADO, Antônio Augusto de Melo. Manoel Tomás de Carvalho Brito (Centenário). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 15: 103-95, 1971/2./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 13 dez. 1952. p. 5./ ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917*. São Paulo, M. Abranches, 1918. v. 2./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 23 jun. 1963. p. 1; 18 jan. 1972. p. 6./LIMA, João. *Como vivem os homens que governaram o Brasil*. Rio de Janeiro, Tip. Batista de Sousa, s.d./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 4 dez. 1908. pp. 2-3; 14 dez. 1952. pp. 8-9; 17 mar. 1972. p. 2./MORAIS, Frederico. Carvalho Brito, banqueiro, industrial e educador. O retrato de uma época. In: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 23 jun. 1963, Suplemento Dominical. p. 1./OTÔNI, Carlos. *Nortistas ilustres*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1907./RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970/1./ SENA, Nélson de. *Anuário de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1913./ SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926./ *Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito*. Arquivo./ *Dicionário Histórico-Biográfico 1930-1983*. Coordenação Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro, Forense Universitária: FGV-CPDOC. Financiadora de Estudos e Projetos - Finep. 1984. pp. 480-l.

BRITO, Otaviano Ferreira de

Político, industrial, fazendeiro e Coronel da Guarda Nacional, nasceu em Três Pontas, Província de Minas Gerais, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 11 de agosto de 1907. Filho de Antônio Ferreira de Brito, o Barão de Boa Esperança.

Industrial e fazendeiro em Três Pontas, elegeu-se Deputado Federal para a 2ª e 3ª Legislaturas (1894-1899).

No início da República, pertenceu ao Partido Constitucional Mineiro e, em seguida, ao PRM.

FONTES: ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917*. Rio de Janeiro. M. Abranches, 1918, v. 1./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 29 ago. 1903. p. 15; 12-13 ago. 1907. p. 6.

BRITO, Otávio Elísio Alves de

Político, Secretário de Estado, engenheiro e professor, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 27 de janeiro de 1940. Filho do professor Reinaldo Otávio Alves de Brito e de Eliza Machado Alves de Brito. Casado com Vera Lúcia Ferreira Alves de Brito.

Diplomou-se como técnico em Metalurgia pela Escola Técnica de Mineração e Metalurgia de Ouro Preto em 1957; engenheiro de minas e metalurgia pela Escola de Minas de Ouro Preto - EMOP -, em 1962, e engenheiro economista pelo Instituto Politécnico da Universidade Católica de Minas Gerais, em 1969. Fez, ainda, os cursos de Análise e Administração de Projetos, Marketing e Análise de Risco, promovidos pela Arthur D. Little, de Cambridge, Massachussetts, EUA (1971-1972); de Análise e Avaliação de Projetos Industriais, no Banco Mundial, em Washington, EUA, com visita a indústrias do Japão (1972); de Economia Mineral, na Universidade do Colorado, EUA, e de Economia Mineral, na Escola de Minas de Paris (1977).

Iniciou as atividades profissionais em 1963, no Instituto de Tecnologia Industrial do Estado de Minas Gerais, à disposição da Companhia Agrícola de Minas Gerais, para pesquisa de recursos minerais para a agricultura. Nesse período, executou o estudo geológico da mata da Corda e do aproveitamento de tufos vulcânicos para recuperação dos cerrados e estudos da ocorrência de fosforita em Cedro do Abaeté, MG, das ocorrências de apatita de Ipirá e Itambé, BA, e das jazidas de fosfato de Araxá e Tapira. Engenheiro responsável pela mineração e beneficiamento de hematita para exportação na Companhia de Ferro de Belo Horizonte -Ferrobel-, chegou a Superintendente-Geral da empresa em 1964-1965. Exerceu também os cargos de Diretor da Companhia Brasileira de Geologia (1965-1966), engenheiro-chefe do setor de pesquisa da Minas Cerâmica S.A. (1966-1969), coordenador do setor de mineração e assistente de planejamento e controle da Presidência do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (1969-1973), ocasião em que participou da elaboração do Plano de Industrialização de Minas Gerais, e Presidente da Metais Minas Gerais S.A. (1973-1977). Foi, ainda, membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC -, da Sociedade de Mineira de Engenheiros e Presidente da Confederação Brasileira de Fotografia e Cinema e do Fotoclube de Minas Gerais.

Ingressando no magistério como monitor da cadeira de Matemática do curso de Geologia da EMOP (1959-1962), na mesma instituição foi, posteriormente, professor adjunto da disciplina Tratamento Mecânico dos Minerais. Em seguida, lecionou Projetos de Investimento nos cursos de especialização em Engenharia Econômica da Universidade Católica de Minas Gerais; Matemática no curso de pós-graduação em Economia Regional da UFMG, e Elaboração e Avaliação de Projetos no curso de treinamento para o Sistema Nacional de Planejamento. Integrou o corpo de professores do Curso Internacional de Projetos, organizado pelo Ministério das Relações Exteriores. A partir de 1977, foi professor de Economia Mineral no Instituto de Geociências da UFMG.

Secretário Adjunto de Ciência e Tecnologia do Estado de Minas Gerais, cargo em que serviu como Secretário Executivo da Comissão de Política Ambiental, desempenhou interinamente os cargos de Secretário de Estado e de Presidente da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (1977-1979). A partir de 1979, ocupou a Secretaria Executiva da Fundação de Desenvolvimento da

Pesquisa da UFMG. Em 1979-1980, foi Consultor do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Comitê de Mineração, Metalurgia e Engenharia Química - e, em 1981, Consultor para elaboração de subprograma de recursos minerais do Programa do Trópico Úmido. Fez parte do Conselho de Administração da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais.

Em março de 1983, por nomeação do Governador Tancredo de Almeida Neves*, assumiu o cargo de Secretário de Estado da Educação, no qual permaneceu até 1986.

Elegeu-se Deputado Federal Constituinte e para o período 1987-1991, pelo PMDB. Na Câmara Federal, foi titular das Comissões de Educação, Cultura, Esporte e Turismo; de Minas e Energia; suplente das Comissões de Defesa do Consumidor, do Meio Ambiente, de Saúde, Previdência e Assistência Social e de Sistematização (1987-1988). Participou, ainda, como titular, da Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes, da Comissão Temática de Educação, Ciência e Tecnologia, e de Comunicação (1987). Participou ativamente da negociação dos capítulos de Educação, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e Recursos Minerais. Presidiu a Comissão de Minas e Energia, foi Vice-Presidente da Comissão Especial de Elaboração do Regimento Interno da Câmara.

Por designação do Governador Hélio Carvalho Garcia*, assumiu o cargo de Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente em março de 1991.

Fez várias viagens técnicas ao exterior, destacando-se a visita à Universidade de Clausthal, na Alemanha, em programa de cooperação com o Cetec/UFMG (1979) e para discussão do Programa de Cooperação Brasil-Alemanha na área de energia nuclear (1989), a participação no Workshop on Environmental Aspects of the Iron and Steel Industry - Pnuma -, em Genebra, Suíça, onde representou o Brasil pela Secretaria Especial de Meio Ambiente (1979), e na Reunião Interparlamentar Brasil-Argentina sobre Meio Ambiente (1990).

Filiado ao PSDB, pertenceu ao PMDB.

Autor do prefácio do livro *A Cia. Vale do Rio Doce e sua história*, de Dermeval José Pimenta, Editora Vega, Belo Horizonte, 1980, publicou diversos trabalhos científicos em revistas e jornais.

Atuaram também na política seu bisavô José Antônio Alves de Brito*, seu avô Fausto Alves de Brito e seu primo José Antônio Alves de Brito Neto.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Gabinete do Secretário Octávio Elísio Alves de Brito. CEM/UFMG./BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Assembléia Nacional Constituinte - 1987*: repertório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. 2. ed. Brasília, 1989. p.653.

BRITO, Sebastião de

Político e empresário, faleceu em Belo Horizonte, MG, a 3 de abril de 1972.

Vice-Prefeito da Capital mineira, exerceu o cargo de Prefeito, por motivo do falecimento do titular Américo Renné Giannetti*, de 6 de setembro de 1954 a 31 de janeiro de 1955. Foi, ainda, Prefeito de Presidente Olegário, MG.

Fundador da cooperativa Banco de Crédito Mútuo (1943) e seu Diretor Superintendente durante dois anos, também ocupou a Presidência do Banco do Comércio de Minas Gerais S.A., do Instituto dos Funcionários Públicos e da organização imobiliária Lar Mineiro S.A.

FONTE: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 28 nov. 1945. p. 4; 19 nov. 1946. p. 7.

BRITO, Vítor de Andrade

Secretário de Estado e administrador de empresas, nasceu na fazenda Genipapo, no Município de Campo Grande (atual Sidrolândia), MS, a 26 de fevereiro de 1918. Filho de Sidrônio Antônio de Andrade e Deolinda Ferreira de Andrade. Casado com Amélia Giordano Andrade de Brito.

Fez o curso secundário no Colégio Osvaldo Cruz, de Campo Grande (MS), e diplomou-se em Agronomia pela Escola Superior de Agricultura de Viçosa, MG, em 1942. Completou, ainda, o curso de Administração Rural do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas de Santiago do Chile (1954).

Foi professor de Indústria e Beneficiamento no curso de Classificação e Padronização de Produtos Agrícolas do Ministério da Agricultura (1946-1947), membro do Conselho Universitário da Universidade Rural de Minas Gerais (1958-1960) e membro efetivo do Conselho Diretor da Universidade Federal de Viçosa (1970-1971). Nessa universidade, integrou também a banca examinadora do concurso de provas e títulos para provimento da cátedra de Hidráulica Agrícola.

Exerceu os cargos de inspetor técnico da Carteira Agrícola do Banco Mineiro da Produção (1943-1944), chefe da Estação Experimental de Conservação de Solos e Água de Belo Horizonte (1944-1945), chefe da Divisão de Conservação de Solos, Irrigação e Drenagem da Secretaria da Agricultura de Minas Gerais (1946-1952) e Presidente da Comissão para Implantação do Núcleo Colonial de Patos de Minas (1950-1951).

Representou a Secretaria da Agricultura na 3ª Reunião Brasileira de Ciência do Solo (Recife, 1951) e o Estado de Minas Gerais no Congresso Mundial do Café (Curitiba, 1954). Foi, ainda, designado pelo Secretário de Estado da Agricultura para, como membro do conselho orientador, proceder a estudos sobre armazens gerais e sobre o plano avícola; sobre o planejamento de fomento às culturas vegetais novas; sobre o plano de proteção à fauna, flora e solo e sobre a lei de terras e matas. Integrou também comissão para proceder ao estudo da reforma agrária (1955).

Foi membro do Departamento do Café, da Federação das Associações Rurais de Minas Gerais (1955) e do Conselho Orientador da Agricultura em Minas Gerais (1955). Representou o Governo de Minas Gerais na comissão encarregada do estudo para abastecimento do Distrito Federal, São Paulo e Belo Horizonte (1955).

Exercendo a função de chefe da Missão Econômica de Minas Gerais, foi responsável por contatos com indústrias japonesas e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, visando obter investimentos no setor industrial e financiamento para o programa de desenvolvimento do Noroeste de Minas Gerais (1968-1969); representou o Governo de Minas no Conselho Deliberativo da Sudene (1966-1969) e no Seminário sobre Estratégia de Desenvolvimento de Minas Gerais, promovido pelo Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social, em Santiago do Chile (1969).

Desempenhou as funções de Chefe do Serviço Especial da Cultura do Café, por ele organizado, na Secretaria de Agricultura de Minas Gerais (1953-54); membro do Conselho Estadual do Desenvolvimento de Minas Gerais (1966) e membro e secretário da Junta Administrativa da Associação de Crédito e Assistência Rural.

No Estado do Mato Grosso, exerceu os cargos de Presidente das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (1961-1966), Procurador do Estado junto à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, ao Banco do Brasil, ao Banco Nacional de Desenvolvimento, à Eletrobrás, ao Ministério da Fazenda e à Usaid (1961-1966); membro do Conselho de Planejamento do Estado (1962-1966), representante do Estado no Conselho Deliberativo da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País (1962-1966) e Presidente da Financial Planejamento S.A., em Campo Grande, MS (1975-1976).

Em Minas Gerais, ocupou ainda os cargos de Presidente do Frigorífico Minas Gerais S.A. - Frimisa (1955-1961, 1966), Vice-Presidente do Conselho de Desenvolvimento de Minas Gerais (1966), Diretor-Geral da Ruralminas (1967-1970), Presidente da Central de Abastecimento de Minas Gerais (30/4/1971 a 6/7/1972) e consultor técnico da Cia. Vale do Rio Doce S.A. (1º/9/1975 a 31/3/1977).

Por nomeação do Governador Israel Pinheiro da Silva*, foi, consecutivamente, Secretário de Estado de Abastecimento e Crédito Rural (1966), Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Econômica (1967-1970) e Secretário de Estado da Agricultura (1970-1971).

Pertenceu ao PR e à Arena.

FONTES: *Dados biográficos*. Informantes: Víctor de Andrade Brito e Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. CEM/UFMG./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 31 mar. 1970. p.5./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 31 mar. 1970. p. 3.

BROCHADO, Alberto

Empresário, líder classista e funcionário público, nasceu em Bom Sucesso, MG, a 15 de novembro de 1897 e faleceu a 5 de outubro de 1988. Filho do magistrado Dâmaso José dos Santos Brochado* e de Maria Carolina de Abreu Brochado. Casado com Elza Alvim Pereira dos Santos Brochado.

Fez os estudos secundários em Ouro Preto, MG, e Belo Horizonte, MG.

Ainda na juventude, foi funcionário da Caixa de Pensões dos Empregados da Estrada de Ferro Oeste de Minas e da Secretaria Estadual da Agricultura. Mais tarde, trabalhou no Instituto de Pensões e Aposentadoria dos Servidores do Estado - Ipase-, no Rio de Janeiro, DF, e na Agência Ford de Belo Horizonte.

Organizando, com um irmão, a firma de peças e acessórios de automóveis Alberto Brochado & Cia. na Capital mineira, fundou o sindicato da categoria, do qual foi o primeiro Presidente. Diretor, Secretário e Vice-Presidente da Associação Comercial de Minas, no período de 1948 a 1950 exerceu a Presidência da entidade, a cujo Conselho Superior pertenceu. Posteriormente, foi concessionário da Internacional Harvester Máquinas S.A. para venda de tratores industriais e agrícolas. Foi, ainda, Diretor da Federação do Comércio de Minas Gerais e Vice-Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte.

Estado de Minas

Alberto Brochado

FONTE: *Dados biográficos*. informante: Alberto Brochado. CEM/UFMG.

BROCHADO, Dâmaso José dos Santos

Magistrado, nasceu em Sabará, Província de Minas Gerais, a 11 de agosto de 1856, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 11 de março de 1936. Filho do Coronel da Guarda Nacional Cândido José dos Santos Brochado e de Maria Virgínia Gomes Batista. Casado com Maria Carolina de Abreu Brochado.

Fez o curso primário em sua cidade natal e o de Humanidades no Colégio do Caraça e em Ouro Preto, MG. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1883.

Iniciou a vida profissional, logo após a formatura, como Juiz Municipal de Sabará (1884-1890). Proclamada a República, foi nomeado Juiz de Direito da recém-criada Comarca de Bom Sucesso, onde permaneceu oito anos (1890-1898), até ser transferido para Curvelo. Após nova e breve passagem pela Comarca de Sabará em 1922, foi promovido pelo Presidente Raul Soares de Moura* ao Tribunal da Relação, onde teve assento na Câmara Criminal. Aposentou-se como Desembargador, em 1928.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Sabará/Hélio Costa. CEM/UFMG./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 3 mar. 1936. p. 7./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 3 mar. 1936. p. 12./*O Diário*, Belo Horizonte, 4 mar. 1936. p. 5.

BRUM, Antônio da Silveira

Político, advogado e promotor, nasceu no Distrito de Tombos do Carangola, Província de Minas Gerais (atual cidade de Tombos), MG, a 15 de janeiro de 1874, e faleceu em Muriaé, MG, a 20 de junho de 1942. Filho do agricultor e Coronel da Guarda Nacional Manuel da Silveira Brum e de Lucrécia Rita do Carmo. Casado com Carolina Teodoro Soares Brum.

Fez o curso secundário em Carangola e formou-se pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais em 1896. Entre outros, foi seu colega de turma Américo Ferreira Lopes*.

Formado, exerceu a advocacia em Ouro Preto, MG, Carangola, MG, e São Paulo do Muriaé (atual Muriaé), MG, e, em seguida, exerceu a Promotoria de Justiça nas duas últimas comarcas.

Foi Vereador (1905-1907) e Presidente (1905) da Câmara Municipal de São Paulo do Muriaé.

Em 1907, foi indicado pela Comissão Executiva do PRM, sendo eleito Deputado Estadual para a 5ª e 6ª Legislaturas (1907-1914), quando alcançou a Vice-Presidência da Câmara, e Deputado Federal para a 8ª, 9ª e 10ª Legislaturas (1912-1920).

Pertenceu ao PRM.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Muriaé. CEM/UFMG./ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917*. São Paulo, M. Abranches, 1918. v. 2./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 16 jan. 1913. p. 5; 21 jan. 1942. p. 9./*Revista de Historiografia Muriaense*. Muriaé, Oficinas Gráficas da Casa Hastenreiter, 1979.

BUENO, José Luís Ladeira

Procurador-Geral do Estado, advogado e professor, nasceu em São Gotardo, MG, a 29 de maio de 1944. Filho de Astolfo Luís Bueno e Marieta Ladeira Bueno. Casado com Lúcia Álvares Bueno.

Fez os estudos secundários no Colégio Marconi (1962) e o superior na Faculdade Mineira de Direito da UCMG (1967). De agosto a novembro de 1967, fez o curso de Direito da Eletricidade do Instituto de Direito da Energia. Participou, nos E.U.A, de estágio em bancos, universidades e empresas de energia elétrica (durante 4 meses de 1973) e o curso sobre Contratos Internacionais, na Sorbonne, Paris (1983).

Iniciou sua carreira profissional como Assistente da Diretoria da Petróleo Minas Gerais S.A. - Petrominas (1964-68). Em 1969, passa a pertencer ao quadro jurídico das Centrais Elétricas de Minas Gerais - Cemig - , onde ocupou os cargos de assistente de consultor jurídico (agosto de 1969), de superintendente jurídico (fevereiro de 1979), e de consultor jurídico (dezembro de 1986).

Por nomeação do Governador Newton Cardoso*, foi designado Procurador-Geral Adjunto da Procuradoria Geral do Estado em abril de 1987. Por ato também do referido Governador, ocupou o cargo de Secretário-Adjunto da Secretaria de Estado da Justiça, em março de 1989, para, em seguida, ser nomeado Procurador-Geral do Estado, em fevereiro de 1990. Com o término do Governo Newton Cardoso*, retorna, em março de 1991, à Cemig, ocupando o seu antigo cargo de Consultor Jurídico.

Membro do Instituto de Direito da Energia da UCMG desde 1969, lecionou a disciplina de Direito da Eletricidade em todos os cursos promovidos por esse instituto. Foi professor de Direito Tributário na Cemig (1972-73) e professor de Direito Comercial da Faculdade de Direito Mílton Campos (1980-86). Desde 1981, leciona Direito Comercial e Direito da Energia na UCMG. Em função de sua especialidade na área de Direito, lecionou, também, em diversos cursos promovidos pela Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, e pela USP, em São Paulo.

Publicou o livro *Teoria da Eletricidade Rural*, pelo IDE-1974, além de artigos na *Revista de Direito da Energia*, da UCMG. Participou de seminários no Rio de Janeiro e Minas Gerais e proferiu diversas palestras para advogados do setor de energia elétrica brasileiro.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

C

CABRAL, Antônio Alves

Oficial da Aeronáutica, nasceu em Divinópolis, MG, a 12 de junho de 1905. Filho de Francisco Alves Cabral e de Rosa da Fonseca Cabral. Casado com Alaíde Briton da Graça Cabral.

Ingressando na carreira militar, cursou a Escola Militar do Realengo, da qual saiu aspirante a oficial em 1925. Fez, ainda, os cursos de Estado-Maior da Aeronáutica, de Estado-Maior de Forte Leavenworth, EUA, e Superior de Guerra. Sucessivamente promovido, em novembro de 1954 alcançou o posto de Brigadeiro e, em dezembro de 1958, o de Major-Brigadeiro.

Entre outras atividades profissionais, exerceu o comando de unidades da aviação militar (1937-1941) e as funções de instrutor do Ministério da Aeronáutica (1941-1943), de instrutor de tática aérea da Escola de Estado-Maior do Exército (1943-1946) e de Chefe do Estado-Maior da 3ª Zona Aérea. Participou do escalão da FAB que patrulhou o Atlântico Sul durante a última Grande Guerra. Foi ainda membro do Conselho Nacional do Petróleo.

Recebeu várias condecorações nacionais e estrangeiras, nomeadamente a Medalha Militar de Platina e as Medalhas da Campanha na Itália, da Campanha do Atlântico Sul e de Grande Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico.

Publicou os livros *Política aérea brasileira e O Petróleo e o Brasil.*

FONTES: COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje.* Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./*Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais*. Serviço de Controle do Eleitorado e Expediente.

CABRAL, José

Político, advogado e professor, nasceu em São Sebastião da Bela Vista, então Distrito de Santa Rita do Sapucaí, MG, a 21 de agosto de 1911. Filho de Erasmo Cabral e de Judite Duarte Cabral. Casado com Maria Estela Veloso Cabral.

Fez os estudos secundários no Instituto Moderno de Educação e Ensino de Santa Rita do Sapucaí e no Ginásio Municipal Macaense, de Macaé, RJ, e o superior na FDUMG, pela qual se bacharelou em 1935.

Advogando em Belo Horizonte, principalmente no foro trabalhista, ingressou na política como Chefe do Gabinete do Secretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho, Américo Renné Giannetti*, durante o Governo Mílton Soares Campos* (1947-1950).

Deputado Estadual na 2ª e 3ª Legislaturas (1951-1959), exerceu a Liderança da UDN (1957) e integrou as Comissões de Trabalho e Ordem Social (1951-1952; 1954-1958) e de Constituição, Legislação e Justiça (1956).

No Governo José de Magalhães Pinto*, ocupou os postos de Presidente da Companhia de Armazéns Gerais e da Diretoria de Esportes, de Diretor do matutino oficioso *Folha de Minas* e de Secretário do Desenvolvimento Econômico (2/7/65 - 9/8/65). Durante o Governo Rondon Pacheco*, foi Presidente do Banco do Estado de Minas Gerais S.A. (23/4/71 - 6/6/72). Desempenhou, ainda, os cargos de Juiz do Trabalho, Consultor Jurídico da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, tendo representado esta entidade no Congresso Internacional de Assistência Social realizado em Porto Alegre, RS (1957); membro da delegação do Brasil à assembléia da Organização Internacional do Trabalho (Genebra, Suíça, 1968); Secretário da seção mineira da Ordem dos Advogados do Brasil e professor de Direito do Trabalho na Faculdade de Direito da UCMG.

Por longo tempo manteve colaboração nos órgãos da imprensa belo-horizontina *Diário de Minas, Estado de Minas, Informador Comercial e Correio do Dia.*

Pertenceu à UDN.

Estado de Minas

José Cabral, dezembro de 1975

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Banco do Estado de Minas Gerais. Presidência - 036/78. CEM/UFMG./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 24 fev. 1961. p. 3./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 6 jul. 1965. p. 3; 24 abr. 1971. p. 3./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 6 jul. 1965. Diário do Executivo. p. 15; 29 abr. 1971. Diário do Legislativo. p. 3./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino./*Universidade de Minas Gerais. Faculdade de Direito. Quadro de Bacharéis.* Formados desde a fundação da Faculdade até 1947, inclusive 1948. s. 1., s. ed., 1948.

CABRAL, Manoel Nelinho Resende de Matos

Político e desportista, nasceu no Rio de Janeiro, DF, a 26 de julho de 1950. Filho do comerciante Manoel Resende Pereira Cabral e de Rosa Ascenção Silva Matos. Casado com a coreógrafa Vanda Maria Bambirra Santos Cabral.

Concluiu seus estudos secundários no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

Como jogador de futebol profissional, defendeu o Olaria, o América e o Bonsucesso (RJ); o Remo (Belém); o Grêmio (Porto Alegre); o Barreirense (Portugal) e o Anzoategui (Venezuela). Além dessas agremiações, defendeu o Cruzeiro Esporte Clube e o Clube Atlético Mineiro (Belo Horizonte), clubes pelos quais obteve inúmeros títulos, destacando-se, pelo Cruzeiro, a liderança em vários campeonatos mineiros (1973-1975 e 1977), dois vice-campeonatos brasileiros (1975-1976), o Vice-Campeonato Mundial Interclubes (1977) e o Campeonato da Taça Libertadores da América (1976); pelo Atlético, além do pentacampeonato (1982) e do hexacampeonato mineiro (1983), foi ainda bicampeão mineiro (1985-1986). Defendeu também a Seleção brasileira, participando de duas copas do mundo (1974; 1978). Em 1990, sagrou-se campeão do torneio da Seleção de Másteres.

Filiou-se ao PDT e elegeu-se Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991). Na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, foi suplente das Comissões de Fiscalização Financeira e Tomada de Preços, de Ação Social e da Comissão de Proteção e Defesa do Consumidor. Foi membro efetivo da Comissão de Constituição e Justiça e Presidente da Comissão de Turismo. Participou, também, da Comissão de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultura. Enquanto parlamentar, apresentou inúmeros projetos visando à melhoria nas áreas do esporte, da educação e da ecologia.

Atuaram na política seus tios Teotônio dos Santos e Vânia Bambirra, além de seu primo Sinval de Oliveira Bambirra*.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

CAETANO, Marcelo ver MELO, Marcelo Caetano

CALAZANS, Hadoram

Oficial da Marinha e médico, nasceu em Minas Gerais, a 9 de agosto de 1927.

Após graduar-se em Medicina, ingressou na Marinha de Guerra como Primeiro-Tenente, em 30/6/55, e nesta Arma fez os cursos de Medicina de Aviação, Cirurgia-Geral e Aviation Medicine, este último nos EUA (Pensacola - Flórida). Nessa época, o Brasil havia comprado o Porta-Aviões Minas Gerais e os oficiais médicos da Marinha eram obrigados a ter conhecimento da medicina afeta às atividades aeronáuticas.

Retornando ao País, fez vários cursos, entre eles, o de Assuntos Básicos da Escola de Guerra Naval, IX Estágio Básico de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, da Inspetoria-Geral da Aeronáutica, que o qualificou como Oficial de Segurança de Vôo; o Superior de Guerra Naval e o Superior de Guerra, na Escola Superior de Guerra. Atingiu o oficialato em 30 de junho de 1955.

Exerceu comissões no Navio-Escola Guanabara; no Centro de Instrução e Adestramento Aeronaval; no Contratorpedeiro Apa; na Diretoria de Saúde da Marinha; no 1º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral; no Navio-Aeródromo Ligeiro Minas Gerais; na Diretoria de Aeronáutica da Marinha; no Comando da Força Aeronaval; na Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia; no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro; na Escola de Guerra Naval; no Hospital Naval Marcílio Dias; no Centro Médico Naval do Rio de Janeiro; no Hospital Naval Nossa Senhora da Glória; na Escola Superior de Guerra e no Hospital Central da Marinha.

Foi Vice-Diretor e Diretor do Hospital Central da Marinha; Diretor do Hospital Naval Nossa Senhora da Glória e Diretor de Saúde da Marinha.

Foi promovido ao almirantado como Contra-Almirante em 31 de março de 1984 e a Vice-Almirante em 31 de março de 1988.

Recebeu várias condecorações, entre elas a Medalha Militar (prata), a Medalha do Mérito Tamandaré, a Ordem do Mérito Militar (Comendador), a Medalha do Pacificador, a Medalha do Mérito Santos Dumont e a Ordem do Mérito Naval (Comendador).

FONTE: Dados informados pelo Ministério da Marinha.

CALDAS, José Ferraz

Político, contador, professor e advogado, nasceu em Pedra Branca (hoje Pedralva), MG, a 23 de setembro de 1929. Filho do funcionário público Teófilo de Paiva Caldas e da professora Ana Resende Ferraz Caldas. Casado com a funcionária Nilta Raimunda Silva Caldas.

Concluiu seus estudos secundários na Escola Técnica Federal de Belo Horizonte, em 1948, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Pouso Alegre.

Exerceu a advocacia em Caxambu, MG, onde também foi contador, professor, Vereador (1958-1962) e suplente de Vereador (1963-1966). Elegeu-se Prefeito de Caxambu (1967-1971) e reelegeu-se Vereador de 1973 a 1974.

Deputado Estadual da 8ª à 10ª Legislaturas (1975-1987), na Assembléia foi Presidente da Comissão de Turismo e Patrimônio Histórico e Artístico (1979-1982), criada por sua iniciativa, e da Comissão de Finanças e Orçamento (1983-1984). Foi também membro efetivo das Comissões de Constituição e Justiça (1975; 1979-1982) e de Turismo e Patrimônio Histórico e Artístico (1973). Durante seu mandato, realizou campanhas contra a poluição ambiental e pela restauração da Rodovia Fernão Dias. Autor do projeto que instituiu *o Dia Mineiro de Proteção à Vida e ao Meio Ambiente* foi também requerente da CPI para apurar denúncia de irregularidades na Rádio Inconfidência.

Em 1986, elegeu-se Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991), tendo sido membro suplente das Comissões de Saúde, de Ação Social, de Energia, Minas e Metalurgia, Constitucional e de Proteção e Defesa do Consumidor. Foi, ainda, membro efetivo da Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas - da qual foi Presidente - e da Comissão de Turismo. Licenciou-se do mandato parlamentar para assumir a Secretaria de Estado de Justiça no Governo Newton Cardoso*. Reconduzido nas eleições de 1990 à Assembléia Legislativa para a 12ª Legislatura (1991-1995), é Líder do Governo e do PRS e suplente das Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização e de Fiscalização Financeira e Orçamentária (1991-1992).

Filiado ao PRS, pertenceu à UDN, ao MDB, ao Partido Popular e ao PMDB.

Atuaram na política seu tio José Resende Ferraz*, seus tios-avós José Carneiro de Resende* e Fausto Dias Ferraz* e seu primo José Abreu Resende*.

FONTE: *Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.* Arquivo./*Deputados estaduais de Minas Gerais à 8ª legislatura (1975-9).* Ficha biográfica. Convênio APM/UCMG. Coordenador: Caio C. Boschi.

CALDAS, Viviano da Silva

Político e médico, nasceu no Recife, Província de Pernambuco, a 9 de setembro de 1867, e faleceu em Prados, MG, a 11 de abril de 1929. Filho de Viviano da Silva e de Josefina da Silva Caldas. Casado com Rita Caldas.

Formou-se pela FMRJ.

Clinicou em Prados, onde foi Vereador, Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal (1901).

Deputado Estadual da 7ª à 10ª Legislaturas (1915-1930) até 1929, estava indicado para ocupar uma cadeira no Senado Mineiro quando faleceu.

Pertenceu ao PRM.

Atuou na política seu sogro, João Luís de Campos*.

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: Prefeitura Municipal de Prados/José Bonifácio Vale. CEM/UFMG./*Diário de Minas*, Cidade de Minas, 17 jan. 1901. p. 1./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 14 abr. 1929. p. 16.

CALDEIRA, Admardo Terra

Presidente do Banco do Estado de Minas Gerais S.A. - Bemge -, economista e professor, nasceu em São Simão, então distrito de Manhuaçu e hoje cidade de Simonésia, MG, a 10 de janeiro de 1934. Filho do comerciante e fazendeiro Raulino Alves Caldeira e de Angelina Terra Caldeira. Casado com Eusa de Oliveira Terra Caldeira.

Fez os estudos secundários no Ginásio de Manhuaçu e no Colégio Evangélico de Alto Jequitibá de Presidente Soares, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG em 1958.

Iniciando as atividades profissionais como técnico em pesquisas do Instituto de Pesquisas Econômicas de Minas Gerais (1959-1966), exerceu os cargos de Chefe do Departamento Econômico do Sindicato dos Bancos de Minas Gerais (1961-1965), economista responsável pelo Departamento Econômico da Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais (1962-1964), Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (1970-1974), Diretor da Araxá S.A. - Fertilizantes e Produtos Químicos (1971-1974), Presidente do Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa (1972-1973), Diretor da Acaiaca, Economia, Assessoria e Administração Ltda. e Diretor-Presidente do Grupo Financeiro Bemge - Banco do Estado de Minas Gerais S.A. (1974-1979).

Catedrático de Microeconomia e Macroeconomia da faculdade por que se formou, foi Subchefe do seu Departamento de Ciências Econômicas (1962-1963).

Exerceu, ainda, as funções de assessor econômico do Departamento Estadual do Trânsito de Minas Gerais, Secretário do Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais e do Conselho de Desenvolvimento de Minas Gerais; membro do grupo de trabalho que realizou o levantamento das relações interindustriais do Estado de Minas Gerais (1953-1959), da Comissão Permanente de Exportação de Produtos Manufaturados do Estado de Minas Gerais (1965-1966) e do Conselho Econômico da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (1965-1966). Delegado do Conselho Regional de Economistas Profissionais no Estado de Minas Gerais, em seguida ocupou a Presidência do mesmo órgão (1966-1967).

Estado de Minas

Admardo Terra Caldeira, janeiro de 1990

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: Banco do Estado de Minas Gerais. Presidência; Informante: Eusa de Oliveira Terra Caldeira. CEM/UFMG.

CALDEIRA, Aristides Godofredo

Político e magistrado, nasceu em Bagagem, Província de Minas Gerais (hoje Estrela do Sul), a 15 de agosto de 1863, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 18 de abril de 1904. Filho de Modesto Luís Caldeira e de Teolinda Meireles de Jesus. Casado com Inésia Caldeira.

Fez os preparatórios em Ouro Preto, MG, e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP em 1888.

Deputado à Constituinte Estadual de 1891 e na 1ª Legislatura (1891-1895), em março de 1892 perdeu a cadeira, por ter aceito a nomeação para Juiz de Direito da Comarca de Pará, MG (atual Pará de Minas). Exerceu também a magistratura, por seis anos, em Alvinópolis, MG.

FONTES: CASASANTA, Mário. Grandes vultos de Minas Gerais. In: *Revista Alterosa.* Belo Horizonte, 5(41):102-31, set. 1943./ *Minas Gerais*; Belo Horizonte, 16 maio 1904. p. 2; 18-19 maio 1904. p. 5./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito.* Arquivo.

CALDEIRA, José Amaral

Oficial do Exército, nasceu em Três Corações, MG, a 22 de março de 1926. Filho do militar João Batista Caldeira e de Maria Amaral Caldeira.

Fez o curso secundário no Colégio de Três Corações, MG.

Entrou para o Exército como cadete da Academia Militar das Agulhas Negras em abril de 1944. Fez os cursos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1958); da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (1964-1966) e da Escola Superior de Guerra. Foi promovido a General-de-Brigada em março de 1981 e transferiu-se para a reserva em março de 1986.

Comandou o 14º Regimento de Cavalaria em D. Pedrito, RS (1948-1949); o 17º Regimento de Cavalaria, em Piraçununga, SP (1949-1950); o 4º Esquadrão REC MEC, em Juiz de Fora, MG (1951-1952); o 1º/4º Regimento de Cavalaria MEC (1958-1964), a 1ª DE (1975-1976; 1977-1978); a 5ª Brigada CAV BLD (1976-1977); a 5ª Brigada BLD (1976-1977) e a 1ª DE (1977-1978), todos no Rio de Janeiro. Como Oficial-General, comandou a 5ª Brigada de Infantaria Blindada (1981-1983).

Foi engenheiro da 6ª Região Militar em Salvador (1967-1968); Adjunto CIE do Gabinete do Ministério do Exército, no Rio de Janeiro (1968-1971); Chefe do Gabinete DMB, em Brasília (1978-1979); Subchefe do Gabinete do Ministério do Exército, em Brasília (1979-1981), e, como Oficial-General, Diretor de Motomecanização (1983-1986).

Recebeu várias condecorações, entre elas, a Medalha do Pacificador (com palma); as comendas do Mérito Naval (Comendador), do Mérito Militar (Comendador), do Mérito Aeronáutico (Oficial) e do Mérito do Rio Branco (Oficial); a Medalha Militar de Ouro (com passador de platina) e as Medalhas do Mérito Santos Dumont e do Mérito Tamandaré.

FONTE: *Dados biográficos.* Informante: Ministério do Exército. Centro de Comunicação Social.

CALDEIRA, Paulo Valadares Versiani

Secretário de Estado, engenheiro e professor, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 7 de fevereiro de 1937. Filho do dentista Prudente Versiani Caldeira e de Luísa Valadares Versiani Caldeira. Casado com Maria Virgínia Maldonado Versiani Caldeira.

Diplomado pela EEUMG em 1960, em seguida fez o curso de especialização em Problemas de Desenvolvimento Econômico promovido pela CEPAL/BNDE (1964) e cursos intensivos de Administração: Planejamento, Estratégia, Organização e Finanças, da Graduate School of Business da Universidade de Columbia, EUA (1971), e o curso de Projetos Industriais, Avaliação Social e Análise de Risco, Arthur D'Little, em Cambridge, Massachusetts, EUA (1970).

No Governo Rondon Pacheco*, foi Secretário Estadual de Planejamento e Coordenação-Geral (novembro de 1973 - março de 1975).

Exerceu o magistério superior como professor de Economia da EEUMG, a partir de 1961, e de Análise Microeconômica do Curso de Engenharia Econômica do Instituto Politécnico da UCMG e do Instituto de Engenharia Econômica e Administrativa, deste tendo sido Diretor.

Desempenhou, ainda, as funções técnicas de analista de projetos (1964-1966) e de Chefe do Departamento Financeiro do BDMG (1966-1968). Foi também Diretor do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (1968-1973); Vice-Presidente da Fundação João Pinheiro, para dirigir a criação do Centro de Desenvolvimento em Administração e coordenar o planejamento do Centro Tecnológico de Minas Gerais (1970-1972), e Superintendente de Operações da Mecânica Brasileira S.A., subsidiária do BNDE (1975).

Publicou os seguintes trabalhos, todos editados pela EEUMG: *Macroeconomia* (em colaboração com Ruy Lourenço Filho); *Microeconomia* (em colaboração com Ruy Lourenço Filho); *Elementos de cálculo financeiro; Elementos de contabilidade: balanço e demonstração de resultados de depreciação; Finanças das empresas e Números índices de preços – séries cronológicas.*

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 30 out. 1973. p. 3./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 30 out. 1973. p. 3; 15 mar. 1975. Suplemento Especial. p. 9./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 30 out. 1973. p. 5.

CALDEIRA JÚNIOR, Manuel Alves

Político e comerciante mineiro, elegeu-se suplente de Deputado Estadual para a 6ª Legislatura (1911-1914), tendo exercido o mandato a partir de 1913, em substituição a Francisco Paoliello*.

Pertenceu ao PRM.

FONTE: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial. 27:22, 1976.

CALICCHIO, Luís Vicente Ribeiro

Político, promotor e professor, nasceu em Guaxupé, MG, a 13 de março de 1937. Filho do comerciante Sálvio Calicchio e de Jesse Luísa Ribeiro Calicchio. Casado com Zélia Ribeiro Leão Calicchio.

Concluiu os estudos secundários no Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora de Campinas, SP, em 1954, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da UCMG em 1960.

Em sua terra natal, exerceu a Presidência do Conselho Municipal de Desenvolvimento de 1969 a 1974, período em que também foi professor de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras daquela cidade, tendo dirigido a mesma instituição de 1974 a 1978. Exerceu ainda o magistério, como professor de Introdução à Ciência do Direito, na Faculdade de Direito de Uberaba, MG (1968-1969).

Deputado Estadual da 9ª à 10ª Legislaturas (1979-1987), foi Líder da Minoria (1982-1984) e membro efetivo das Comissões de Assuntos Municipais e Planejamentos Regionais (1979-1982) e de Educação e Cultura (1979-1982). Em 1986, elegeu-se Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991), tendo sido membro suplente da Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas e da Comissão de Economia, além de membro efetivo das Comissões de Assuntos Municipais e Planejamentos Regionais e de Constituição e Justiça.

Pertenceu à Arena, ao PDS, ao PFL e, posteriormente, filiou-se ao PSDB, do qual foi Vice-Líder na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

CALIXTO, Joaquim Soares, Padre

Sacerdote e político, nasceu em Portugal e faleceu, a 29 de julho de 1907, em Três Pontas, MG, onde era pároco.

Adepto do regime republicano, de cujo clube em Três Pontas fazia parte, elegeu-se Deputado Estadual para a 3ª Legislatura (1899-1902).

Na Monarquia, havia pertencido ao Partido Liberal.

FONTE: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 29-30 jul. 1907. p. 7.

CALÓGERAS, João Pandiá

Político, geólogo e historiador, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, DF, a 19 de junho de 1870, e faleceu em Petrópolis, RJ, a 21 de abril de 1934. Descendente de nobre família grega, era filho de Michel Calógeras e de Júlia Ralli Calógeras. Casado com Elisa Guimarães Calógeras, era genro do Conselheiro Joaquim Caetano Guimarães, que foi Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Sem freqüentar escolas oficiais, fez os exames preparatórios no Colégio Pedro II do Rio de Janeiro e, em seguida, matriculou-se na Escola de Minas de Ouro Preto, pela qual se diplomou em 1890, quando tinha apenas 20 anos de idade, como engenheiro de minas, com regalias de engenheiro civil. Por ter sido o melhor aluno de sua turma, obteve o prêmio de viagem à Europa, o qual não utilizou.

Iniciou a carreira científica no Estado de Santa Catarina, onde pesquisou ocorrências de minério de manganês. Passando a trabalhar em Uberaba, MG, realizou vários estudos de Geologia Econômica e foi indicado, em 1895, para concorrer, representando a região, à Câmara Estadual dos Deputados, candidatura que acabou por retirar. Nomeado, no ano seguinte, Consultor Técnico da Secretaria da Agricultura e Viação, ocupada por Francisco Sá*, elaborou, com Hermilo Alves e Júlio Horta Barbosa, um plano de viação para o Estado.

Em 1896, ingressou na política, ao eleger-se Deputado Federal por Minas Gerais na 3ª Legislatura (1897-1899), destacando-se por seu conhecimento dos problemas nacionais, especialmente os ligados à engenharia e à mineração. Na Câmara, defendeu a redução das tarifas alfandegárias, manifestou-se acerca da questão fronteiriça que envolvia a Guiana Francesa e opôs-se à transferência da Escola de Minas para Barbacena, MG. Vítima de fraude eleitoral, não logrou reeleger-se para a legislatura seguinte e, retomando a

atividade profissional, dirigiu a Mineração de Manganês do Bananal (1900). Durante viagem à Europa em 1901, pronunciou várias conferências, uma, inclusive, sobre a situação econômica do Brasil, na Société de Géographie Commerciale, da França.

Novamente Deputado Federal da 5ª à 8ª Legislaturas (1903-1914), teve participação de primeiro plano nos debates e decisões parlamentares em torno dos mais diversos assuntos, como reforma eleitoral e do ensino, sistema tributário, a questão do Acre, a seca do Nordeste, o arrendamento do cais do porto, a valorização do café, a política de transportes, a caixa de conversão, o reaparelhamento bélico e, principalmente, o estatuto legal das minas, definido, em 1915, pela chamada Lei Calógeras, que consagrou os princípios, por ele firmados, de divisão do domínio em propriedade do subsolo e do solo e em propriedade de mina, e de desapropriação concedida como meio de resolver, dificuldades para aquisição e lavra. Ainda como Deputado, integrou, a convite do Ministro das Relações Exteriores, Barão do Rio Branco, as delegações brasileiras na 3ª e 4ª Conferências Pan-Americanas, reunidas, respectivamente, no Rio de Janeiro (1906) e em Buenos Aires (1910), nesta tendo apresentado um trabalho sobre a política monetária do Brasil.

Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio do Governo Venceslau Brás Pereira Gomes*, de novembro de 1914 a junho de 1915, reformou aquela repartição, incrementou a produção do fumo e do algodão, iniciou a organização do crédito agrícola, fundou a Escola Central de Química Agrícola, realizou explorações carboníferas no Sul, estudou a substituição da gasolina pelo álcool combustível e pôs em execução a lei que regulava a propriedade das minas.

Designado, em junho de 1915, para substituto eventual do Ministro da Fazenda Sabino Alves Barroso Júnior*, que se afastara por motivo de doença, no mês seguinte foi efetivado nesse mesmo cargo, no qual permaneceu até 10 de julho de 1917. Nos dois anos de gestão, reorganizou o Ministério, promoveu o saneamento das finanças nacionais, por meio de uma política de moralização administrativa, restaurou o crédito externo do País, intensificou a exportação e, representando o Brasil no Congresso Financeiro Pan-Americano reunido em Buenos Aires (1916), do qual foi a figura central, sugeriu a fórmula conciliadora para o estabelecimento de um padrão americano monetário do ouro.

Renunciando à Pasta da Fazenda em conseqüência de violenta campanha contra as medidas que pusera em prática, em 1919 integrou e depois chefiou a delegação do Brasil à Conferência de Paz, em Versalhes, na qual liderou a rebelião dos pequenos países contra a proposta de Clémenceau de excluí-los das comissões, e trabalhou com afinco na solução das questões de guerra, notadamente as dos navios alemães e as dos cafés retidos.

Depois de chefiar missão comercial do Brasil à Inglaterra, assumiu o Ministério da Guerra no Governo Epitácio Pessoa, como o único civil a ocupar o cargo em toda a história da República (28/7/19-15/11/22). Na sua administração, destacam-se a reforma da instrução dos quadros e da tropa, a organização das divisões do Exército, a instituição da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, a ampliação e modernização dos armamentos, o incremento das indústrias bélicas do Piquete e Realengo, a vinda da Missão Militar Francesa, a elaboração dos Códigos de Organização Judiciária e de Processo Militar e a garantia da posse de Artur da Silva Bernardes* como Presidente da República, a 11 de novembro de 1922. No final de sua gestão à frente do Ministério da Guerra, ocorreu o levante de 5 de julho de 1922, que inaugurou o ciclo de movimentos tenentistas que marcaria aquela década. Pandiá Calógeras participou diretamente dos acontecimentos que antecederam a revolta, bem como da repressão ao levante.

Alvo de intrigas políticas, esteve afastado da vida pública cerca de um decênio, durante o qual se dedicou à indústria e às atividades intelectuais. Assim foi que, após estudar, na Europa, a fabricação de artefatos de cobre, criou, com Roberto Simonsen, uma indústria do gênero em São Bernardo do Campo, SP; colaborou no *Jornal do Comércio* e em *O Jornal do Rio de Janeiro*, transformando a edição por este dedicada a Pedro II em volume da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*; proferiu conferências e escreveu vários livros; exerceu os cargos de Presidente da Sociedade Brasileira de Engenheiros, da Liga Eleitoral Católica e do Conselho do Mackenzie College, de São Paulo, SP, e decifrou ofícios secretos, redigidos em códigos de outras épocas, que se encontram na biblioteca do Itamarati.

Vitoriosa a Revolução de 1930, recusou-se a tomar parte na Junta Governativa instalada, do mesmo modo que rejeitara, durante a campanha da Aliança Liberal, a chefia da Concentração Conservadora. Entretanto, a Junta Governativa foi extinta e empossou-se, em 3 de novembro de 1930, o Governo Provisório, pelo qual Pandiá Calógeras foi nomeado, em 1931, Relator do projeto sobre legislação de minas nas comissões legislativas então instituídas e membro da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios. Em 1932, apoiou a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Mais tarde, serenadas as paixões políticas, o Presidente Olegário Dias Maciel* convidou-o para reformar o sistema tributário mineiro.

Eleito, em 1933, representante de Minas Gerais na Constituinte Federal, quando já se achava gravemente enfermo, teve seu nome incluído na lista apresentada por líderes mineiros a Vargas, para que este escolhesse o Interventor que substituiria o Governador Olegário Dias Maciel*, recém-falecido, na chefia do Executivo Estadual. A escolha do Chefe do Governo Provisório recaiu, entretanto, sobre Benedito Valadares Ribeiro*. Na Câmara, compareceu às sessões da Assembléia Constituinte, mas veio a falecer antes de ser promulgada a Constituição de 1934.

Pertenceu ao PRM e ao Partido Progressista.

Foi patrono da cadeira nº 7 e membro correspondente, no exterior, da Academia Carioca de Letras, além de sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1905.

Deixou numerosa bibliografia sobre temas históricos, destacadamente os livros *Formação histórica do Brasil* (s.d.) e *A política exterior do Império* (1927, 1928, 1933, 3 v.).

De 1891 a 1934, publicou perto de 80 trabalhos acerca de problemas econômicos, administrativos e políticos, entre eles *As minas do Brasil e sua legislação*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional (1903-1904, 3 v.); *Novos rumos econômicos*, Rio de Janeiro, 1912; *O problema econômico do Brasil*, Rio de Janeiro, Biblioteca da Câmara do Comércio Internacional do Brasil, 1914; *Aspectos da economia nacional* (1926); *Problemas de governo* (1928); *Res nostra* (coletânea de estudos, 1930); *Reforma tributária de Minas*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1931; *Conceito cristão de trabalho*, São Paulo, Ed. Nacional, 1931; *Ascensões d'alma* (com prefácio do padre Leonel Franca, 1934).

FONTES: Amaral Azevedo. Calógeras. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (144): 167-71, nov./dez. 1958./AMORIM, Deolindo. O Centenário de Calógeras. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (214): 46-9, jul./ago. 1970./ *Anais da Assembléia Nacional Constituinte*. 1933, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1934. v. 1./*Anais da Câmara dos Deputados*. (4ª Sessão Legislativa Ordinária da 6ª Legislatura). (Sessões de 17 a 30 de junho de 1970). Brasília, Diretoria de Documentação e Publicidade, 7:927-36. 1970./BARRETO, Plínio. O estadista. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (142):53-6, jul./ago. 1958. /CARVALHO, Antônio Gontijo de. *Calógeras*. São Paulo, Ed. Nacional, 1935; Calógeras. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (73): 94-114, dez. 1950; Calógeras. In: *Digesto Econômico*. São Paulo (74): 70-92, jan. 1951;

Calógeras. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (75): 69-92, fev. 1951; Brasilidade e civismo. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (79): 94-7, jun. 1951; Calógeras e sua obra. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (131): 27-35, set./out. 1956; Calógeras na opinião de seus contemporâneos. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (180): 155-7, nov./dez. 1964; Calógeras e o Padre Madureira. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (185): 27-33, set./out. 1965; Vida e obra de Calógeras. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (213): 117-23, maio/jun. 1970; Calógeras e a evolução do Exército. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, (206): 260-71, 1950./ Castro e Silva. Calógeras no Ministério da Guerra. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (28): 84-9, mar. 1947./CAVALCANTI, Pedro. Calógeras. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (147): 118, maio/jun. 1959./Centenário do nascimento do Ministro João Pandiá Calógeras. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 14:175-90, 1969-70./ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917*. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 1./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 22 abr. 1934. p. 1./FLEIUSS, Max. Homenagem a Calógeras. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 175:645-50, 1940./GUIMARÃES, Djalma. Calógeras. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (214): 7-14, jul./ago. 1970./GUIMARÃES, J. Nunes. Calógeras - o homem e a obra. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (141): 106-16, maio/jun. 1958./GUIMARÃES, Luís Raul. Calógeras e a família. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (214): 15, jul./ago. 1970./ LANARI JÚNIOR, Amaro. Calógeras, um estadista atual. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (214): 16-27, jul./ago. 1970./LIMA, Álvaro de Sousa. Calógeras e a viação férrea nacional. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (78): 62-9, maio 1951./LIMA, Hermes. Um apaixonado do serviço público. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (143): 167-9, set./ out. 1958./LIMA, Mário de Sousa. Pandiá Calógeras e os problemas de ensino. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (80): 87-94, jul. 1951./LINS, Alcides. Calógeras e a política econômica do café. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (79): 103-12, jun. 1951./ LOPES, T. & TORRES, G. *Ministros da Guerra do Brasil*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1947. pp. 183-5./MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. Calógeras e a educação nacional. In: *Digesto Econômico*. São Paulo. São Paulo, (27); 62-6, fev. 1947./MENNUCCI, Sud. Calógeras e a escola primária. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (29): 99-101, abr. 1947./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 24 abr. 1934. p. 2; 19 jun. 1970. pp. 1-6; 16 jul. 1970. p. 4./PAIVA, Glycon de. Calógeras e o Código de Minas. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (25): 63-75, dez. 1946./PEREIRA, Antônio Batista. Calógeras. In: *Digesto Econômico*, São Paulo, (157): 53-8, jan./fev. 1961./PRADO, Luís Cintra do. Calógeras, (reminiscências). In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (90): 112-4 maio 1952./RACHE, Pedro. *Homens de Minas*. Rio de Janeiro/São Paulo, J. Olympio, 1947. p. 197./RIO, J. Pires do. Calógeras - engenheiro de minas. In: *Digesto Econômico*. São Paulo (77): 98-102, abr. 1951./SALES, Joaquim de. *Se não me falha a memória* (políticos e jornalistas do meu tempo). Rio de Janeiro, Liv. São José. 1961. pp. 185-92./SALES JÚNIOR, A.C. de. Calógeras - financista. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (76): 33-8, mar. 1951./SANTOS, Rafael Sousa. O bom exemplo de Calógeras. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (214); 50-2, jul./ago. 1970/ SCANTIMBURGO, João de. Calógeras e o Exército. In: *Digesto Econômico*. São Paulo (214): 42-5, jul./ago. 1970./TORRES, Ary F. Calógeras. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (171): 72-4, maio/jun. 1963./VASCONCELOS, Mário de. O pesquisador. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (146): 101-3, mar./ abr. 1959./Veiga Miranda. Calógeras. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (149): 91-7, set./out. 1959./ VERÍSSIMO, Ignácio José. Calógeras. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (160): 96-103, jul./ago. 1961./VIANA, Arézio de. Calógeras e o orçamento. In: Digesto Econômico. São Paulo, (26): 41-9, jan. 1947./Dicionário Histórico-Biográfico (1930-1983). Coordenação Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro, Forense Universitária: FGV-CPDOC. Financiadora de Estudos e Projetos - Finep. 1984. pp. 543-545.

CÂMARA FILHO, José Sete

Político e diplomata, nasceu em Alfenas, MG, a 14 de abril de 1920. Filho do advogado José Rodrigues Sete Câmara e de Orcalina Sete Câmara. Casado com Helba Sete Câmara.

Bacharelou-se pela FDUMG em 1945 e fez curso de aperfeiçoamento na McGill University, de Montreal, Canadá, em 1949.

Ingressando no serviço diplomático logo após sua formatura, já em 1947 era 3°-Secretário da Embaixada do Brasil em Washington. Em 1949-1950, foi Vice-Cônsul em Montreal. Promovido sucessivamente, em 1953, já como 1° Secretário, integrou a delegação brasileira junto à ONU. No segundo Governo Getúlio Vargas, secretariou o Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Lourival Fontes (1952-1954). Ocupou, a seguir, o posto de Cônsul em Florença, Itália (1954), a Subchefia (1956-1959) e a Chefia (1959-1960) do Gabinete Civil do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira*.

Em 1960, exerceu o cargo de Governador provisório do Estado da Guanabara, que acabava de ser criado. Ministro de primeira classe, chefiou a delegação brasileira em Genebra (1960-1961). Depois de desempenhar por pouco tempo as funções de Prefeito de Brasília, DF, foi Embaixador no Canadá e na Suíça (1963-1964) e chefe da missão brasileira na ONU (1964-1967).

Em 1968, esteve agregado à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, ocasião em que dirigiu o *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro. Participou de sessões da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas realizadas em Genebra nos anos de 1950, 1952 e 1955; da X Conferência Interamericana, em Caracas (1954), da Conferência de Chefes de Estado Americanos (1956); da Conferência das Nações Unidas sobre Direito Internacional do Mar, em Genebra (1958) e Buenos Aires (1959), e da Assembléia Geral das Nações Unidas em 1959.

Estado de Minas

José Sete Câmara Filho, abril de 1965

FONTES: COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. I./*Grande Enciclopédia Delta Larousse*. Rio de Janeiro, Delta, 1970. v. 3./*O Diário*, Belo Horizonte, 30 nov. 1956. p. 3.

CAMARGO, Aurélio Pires de Figueiredo

Magistrado, nasceu em Diamantina, Província de Minas Gerais, no ano de 1832, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 27 de julho de 1898. Filho do Coronel da Guarda Nacional Venceslau Antônio Pires e de Tomásia Miquelina Pires. Casado com Maria Josefina Pires.

Fez os estudos secundários no Colégio Episcopal de Mariana, Província de Minas Gerais, e formou-se pela Faculdade de Direito do Recife, PE, em 1854.

Diplomado, ingressou na Magistratura mineira como Juiz Municipal de Serro, cargo que exerceu por oito anos. Promovido a Juiz de Direito, serviu nas Comarcas de Formiga, Curvelo, Sete Lagoas, Pará e Diamantina. Em 1885, o Governo Imperial nomeou-o Desembargador da Relação do Maranhão, função que desempenhou até o ano seguinte. Removido para a Relação de Minas Gerais, prestou serviços até 1891, quando se aposentou.

Seus filhos Antônio Olinto dos Santos Pires* e Aurélio Egídio dos Santos Pires* e seu genro Juscelino Barbosa* atuaram na política.

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 28 jul. 1898. p. 6./PIRES, Aurélio. *Homens e fatos do meu tempo*. São Paulo. Ed. Nacional, 1939.

CAMARINHA, Joaquim de Melo

Oficial do Exército, nasceu no Estado de Minas Gerais, a 5 de setembro de 1904. Filho de José Camarinha. Casado com Jacira Port Camarinha.

Fez os cursos militares de Cavalaria, da Escola de Aperfeiçoamento das Armas, da Escola de Estado-Maior e de Equitação da Escola de Cavalaria.

Tendo ingressado na carreira militar em 1923, atingiu o posto de General-de-Brigada em 25 de julho de 1963 e o de General-de-Exército - P1, no qual se reformou em 8 de setembro de 1966.

Exerceu, entre outras, as funções de Comandante do 2° Batalhão de Carros de Combate, Oficial-de-Gabinete do Ministro da Guerra, Chefe do Gabinete da Diretoria de Assistência Social, Comandante da 2ª Divisão de Cavalaria, Diretor de Armamento e Munição, Presidente da Comissão de Hipismo, Chefe da Seção de Hipismo e da Subseção de Exterior e Cavalo d'Armas, do Departamento de Desportos do Exército.

Recebeu a comenda da Ordem do Mérito Militar, a Medalha Militar de Ouro (com passador de platina), e a Medalha do Pacificador.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Ministério do Exército. Secretaria-Geral, 1ª seção. CEM/UFMG.

CAMBRAIA, Maurílio Miranda

Político e advogado, nasceu em Santo Antônio do Amparo, então Distrito de Bom Sucesso, MG, a 3 de julho de 1929. Filho do fazendeiro Altamiro Carlos Cambraia e de Matilde Miranda Cambraia. Casado com Imaculada Cambraia.

Fez os estudos secundários em Campo Belo, MG, e diplomou-se pela FDUMG em 1958. No Rio de Janeiro, freqüentou os cursos de Supervisão de Ensino e de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas.

Em Minas Gerais, foi Chefe do Departamento Administrativo da Secretaria de Educação, Oficial-de-Gabinete do Secretário das Finanças e Presidente da Comissão Estadual de Bolsas de Estudo.

Deputado Estadual da 5ª à 7ª Legislaturas (1963-1975), ocupou os cargos de 1°-Secretário da Comissão Executiva (1970), Vice-Presidente (1968-1969) e membro (1967) da Comissão de Educação e Cultura, Vice-Presidente da Comissão de Economia e Obras Públicas (1974) e membro das Comissões de Constituição, Legislação e Justiça (1967-1968), de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1969), de Redação (1974) e de Defesa do Meio Ambiente (1974). Na 8ª Legislatura (1975-1979), foi suplente de Deputado Estadual.

Pertenceu à UDN e à Arena.

Atuaram na política seus tios Francisco Cambraia e João Miranda e seus primos José Resende e Orlando Cambraia, todos ex-Prefeitos de municípios mineiros.

FONTES: Diário de Minas, Belo Horizonte, 5 jan. 1967. p. 3./FLEISCHER, David V. Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./Minas Gerais, Belo Horizonte, 2 out. 1980. p. 2./Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Serviço de Controle do Eleitorado e Expediente./Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito. Arquivo da Seção de Ensino.

CÂMERA, Enéias

Político, advogado, professor e jornalista, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, a 9 de abril de 1886, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 25 de janeiro de 1935. Filho do Coronel da Guarda Nacional Caetano Arruda Câmera e de Emília Cordeiro de Arruda Câmera. Casado com Dolores Fernandes Gonçalves Câmera.

No Rio de Janeiro, fez o curso secundário e bacharelou-se pela FDRJ em 1906.

Ainda estudante, foi funcionário da Estrada de Ferro Central do Brasil e lecionou na Academia dos Empregados no Comércio. Mudando-se para Minas Gerais em 1908, advogou e exerceu o magistério e o jornalismo em São João del-Rei e, em seguida, em Mar de Espanha. Nesta cidade, dirigiu o grupo escolar e o Instituto Bueno Brandão e foi Vereador e Presidente da Câmara Municipal.

Eleito Deputado Estadual para a 9ª Legislatura (1923), em substituição a João Maria de Miranda Manso*, presidiu à Câmara no ano de 1925.

Senador Estadual na 10ª Legislatura (1927-1930), também advogou em Belo Horizonte e dirigiu os jornais Folha do Dia e Folha da Noite, que, por serem órgãos de oposição à Aliança Liberal, foram empastelados durante manifestações populares que precederam a deflagração da Revolução de 1930.

Pertenceu ao PRM.

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 26 jun. 1935. p. 10./*O Diário*, Belo Horizonte, 26 jun. 1935. p. 7.

CAMILO MACHADO ver MIRANDA, Camilo Machado de

CAMPANHA, Vital Brasil Mineiro da

Cientista, médico, professor, tipógrafo e motorneiro, nasceu em Campanha, Província de Minas Gerais, a 28 de abril de 1865, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 8 de maio de 1950. Filho do tabelião José Manuel dos Santos Pereira e de Mariana Carolina dos Santos Pereira.

Fez o curso de Humanidades no Colégio Presbiteriano de São Paulo e formou-se pela FMRJ em 1891.

Concluídos os preparatórios, trabalhou em São Paulo como professor de primeiras letras, tipógrafo, motorneiro da Companhia de Viação Paulista e contínuo da Estrada de Ferro do Rio Pardo. Mudou-se depois para o Rio de Janeiro, a fim de fazer o curso de Medicina. Ainda estudante, foi instrutor e preparador de Fisiologia na faculdade e Escrivão de Polícia. Depois de formado, fixou-se de novo em São Paulo, onde clinicou e foi médico da Força Pública.

Nomeado Inspetor Sanitário em 1893, empenhou-se no combate à febre amarela e ao surto epidêmico do cólera-morbo no vale do Paraíba. Clinicando em Botucatu, em 1895 participou de várias campanhas sanitárias, principalmente contra epidemias e mordeduras de cobras. Em 1897, abandonou a carreira de clínico e retornou às atividades de laboratório, como assistente de Adolfo Lutz do Instituto Bacteriológico. Ao verificar-se, em 1899, o surgimento da peste bubônica no Brasil, colabora decididamente no combate à doença e aprimorou o soro descoberto na França. Organizou então, juntamente com Osvaldo Cruz, o Instituto Soroterápico (Instituto Butantã), fundado pelo Governo paulista, que se tornou o primeiro centro mundial de soros contra mordeduras de serpentes. Nessa instituição, que dirigiu de 1911 a 1919 e de 1924 a 1927, aperfeiçoou o método preconizado por Calmette de preparação de soro antiofídico. Em 1918, instalou em Niterói, RJ, seu laboratório particular, hoje Instituto Vital Brasil. Em 1942, teve seu nome inscrito no Livro de Mérito e em 1948, numa homenagem pública, foi declarado benfeitor da humanidade.

Publicou as seguintes obras: *A defesa contra o ofidismo* (1911); *Contribuição para o estudo de envenenamento; As cobras em geral; Soroterapia antiofídica; Tratamento do ofidismo* e *Ofidismo no Brasil.*

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados.* Brasília, Centro de Documentação e Publicidade, 6: 403-11, 1965./*Documentação do Governo de Minas Gerais*; edição comemorativa do centenário de Vital Brasil (1865-1950); subsídios para a biografia. Belo Horizonte, Editora Movimento e perspectiva, 1965./DONATO, Hernani. *Vital Brasil.* São Paulo, Melhoramentos, 1967./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 16 maio 1965. p. 10./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 23 out. 1964. p. 9; 9 mar. 1965. Diário da Assembléia, pp. 1-4; 30 abr. 1965. Diário da Assembléia. p. 2./MOURA, Margarida de. *Mineiros ilustres. s.n.t./O Diário*, Belo Horizonte, 11 maio 1950. p. 12./RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais.* Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970-1./VALADÃO, Alfredo. *Vultos nacionais.* Rio de Janeiro, J. Olympio, 1955.

CAMPELO, Rubens de Azevedo

Secretário de Estado e economista, nasceu em Belo Horizonte, MG.

Bacharelou-se em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Fez vários cursos, entre eles o de extensão em Economia Industrial, de Planejamento Urbano e Regional, pela Massachusetts Institut of Technology, como bolsista da USAID.

Foi gerente do Departamento Financeiro da Companhia de Distritos Industriais; Subdiretor do Tesouro e Diretor-Executivo do Conselho de Política Financeira e gerente do Crédito Público da Secretaria da Fazenda. Entre 1980 e 1982, foi gerente do Escritório Regional do Banco do Estado de Minas Gerais S.A., em Londres, e Diretor Financeiro da instituição estadual.

Quando ocupava o cargo de Secretário Adjunto da Fazenda, foi designado pelo Governador Newton Cardoso* Secretário de Recursos Humanos e Administração do Estado de Minas Gerais (1989).

FONTE: *Minas Gerais,* 13 abr. 1989, p. 2.

CAMPISTA, David Moretzsohn

Político, professor, promotor, advogado, jurista e diplomata, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, a 22 de janeiro de 1863, e faleceu em Copenhague, Dinamarca, a 12 de outubro de 1911. Filho do comerciante de drogas Antônio Leopoldo da Silva Campista e de Emília Moretzsohn Campista. Casado com Jovita Campista.

Fez o curso de Humanidades no Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, os preparatórios, em São Paulo e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP em 1883.

No ano seguinte, fixou residência em Rio Preto, Província de Minas Gerais, onde advogou, foi Agente Executivo Municipal e exerceu a Promotoria Pública. Transferido, nesse cargo, para São Paulo de Muriaé (atual Muriaé) em outubro de 1888, logo pediu exoneração. Republicano desde os tempos acadêmicos, em 1889, por incumbência da Comissão Executiva do PR, integrada, entre outros, por Fernando Lobo, Constantino Palleta* e Bernardo Mascarenhas*, organizou o Clube Republicano de Rio Preto. No mesmo ano foi indicado pelo Congresso Republicano de Juiz de Fora candidato à Assembléia Provincial, eleição que não chegou a realizar-se, em conseqüência da instauração do novo regime. Em 1891, o Presidente José Cesário de Faria Alvim* nomeou-o Presidente do Conselho da Intendência Municipal de Rio Preto, órgão instituído para substituir a Câmara de Vereadores. Como tal, instalou, com Ildefonso Alves Duque, a primeira tipografia da cidade e lançou o periódico *Rio Preto*, também o primeiro jornal a ali editar-se.

Deputado à Constituinte Estadual e na 1ª Legislatura (1891-1895), pleiteou a mudança da Capital de Ouro Preto, defendeu com êxito a autonomia municipal e combateu a criação do Senado Estadual, propugnada pelos conservadores, a cuja frente se encontrava Afonso Augusto de Moreira Pena*, como instrumento de defesa contra a inexperiência dos moços, justificativa a que assim respondia: "Para a honra de Minas, peço que cessem os argumentos de inexperiência. Todos somos igualmente representantes de Minas. Não considero a madureza da idade como presunção da madureza de juízo". Vice-Presidente da Câmara, ocupou algumas vezes a Presidência e pertenceu à Comissão de Justiça. Afonso Pena, ouvindo-o, certo dia, dissertar sobre imposto territorial, em réplica a Camilo Filinto Prates*, postou-se a seu lado para melhor aplaudi-lo e, desde então, tornou-se o maior de seus admiradores e o melhor de seus amigos.

Um dos fundadores da FLDMG em Ouro Preto, foi o primeiro lente de Economia Política, tendo posteriormente lecionado Direito Civil e Direito Público e Constitucional até o início de 1910.

Afastou-se do exercício do mandato parlamentar para assumir a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas no Governo Afonso Pena* (14/7/1892-7/9/1894). Nessa Pasta, incentivou o ensino profissional, criou os Institutos Zootécnicos de Uberaba e Campanha e os Institutos Agronômicos de Itabira e Leopoldina, organizou a comissão construtora da nova Capital e introduziu no Estado 50 mil imigrantes italianos. Comissário do Governo mineiro em Gênova, Itália, dirigiu o serviço de imigração na Europa durante o período presidencial de Crispim Jacques Bias Fortes* (1894-1898). Foi, a seguir, Secretário das Finanças do Presidente Silviano Brandão* (7/9/1899-7/9/1902) e ocupante interino da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (31/1-16/9/1901). Sua atuação nas duas Pastas marcou-se pela reabilitação do crédito público mediante o equilíbrio do orçamento e a extinção de serviços onerosos, pela modificação dos processos agrícolas, pelo incentivo da produção e da imigração e pela reorganização do sistema tributário, com substituição gradual do imposto de exportação pelo territorial.

Deputado Federal na 5ª e 6ª Legislaturas (1903-1908), foi ardoroso defensor da obrigatoriedade da vacinação, do Convênio de Taubaté para valorização do café, da abertura da legação no Vaticano e do crédito agrícola, havendo, para tanto, postulado a criação de um Banco especializado. Coube-lhe, ainda, relatar o projeto de reforma do Banco da República, que se transformou no Banco do Brasil. Nas discussões dessa

reformulação, conhecida como "reforma Davi Campista", enfrentou adversários ilustres, como Alcindo Guanabara, Barbosa Lima, Miguel Calmon, Joaquim Murtinho e Leopoldo de Bulhões, que não admitiam operasse o Governo em câmbio por intermédio do Tesouro. Era assim, que participava o famoso "jardim de infância", grupo de jovens parlamentares que proporcionou à República uma de suas épocas mais brilhantes e era formado, entre outros, por Gastão da Cunha*, João Luís Alves*, Carlos Peixoto e Pandiá Calógeras*.

Renunciando ao mandato de Deputado para dirigir o Ministério da Fazenda na Presidência Afonso Pena* (1906-1910), sustentou a política da Caixa de Conversão. Pôde, assim limitar a ascensão repentina e efêmera das taxas e garantir estabilidade cambial, conservar as disponibilidades do Tesouro e acrescê-las, regularizar o serviço de amortização e juros da dívida externa dos Estados e dos municípios. As rendas públicas estiveram em crescimento contínuo durante sua gestão.

Conhecedor das suas qualidades de inteligência e de caráter, Afonso Pena* quis fazê-lo seu sucessor na Presidência da República, candidatura que Carlos Peixoto, Líder da Câmara, sustentou e o Estado de São Paulo prestigiou. Prevaleceu, entretanto, a oposição de jornalistas e políticos mineiros, entre estes o Presidente do Estado, Venceslau Brás Pereira Gomes*, que concordou em ser o companheiro de chapa do candidato militar, Hermes da Fonseca. "Para não cindir os mineiros", conforme disse em carta a Afonso Pena*, o seu nome foi por ele mesmo afastado das combinações políticas.

Em janeiro de 1910, era nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Noruega e Dinamarca. Transferido para a legação de Paris, não chegou a assumir o cargo, vitimado por tuberculose, faleceu em Copenhague.

Pertenceu ao PR.

Publicou a obra *Consolidação das leis fiscais* e numerosos artigos no jornal ouro-pretano *O Estado de Minas*, do qual Antônio Olinto era redator-chefe.

Além da atividade política, dedicou-se com afinco à pintura e à música.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados.* Sessão em 28 de setembro de 1905. CARVALHO, Antônio Gontijo de. David Campista. In: *Vultos da República* (escorços biográficos). São Paulo, Revista dos Tribunais, 1936; David Campista. In: *Digesto Econômico*, São Paulo, (63): 87-108. fev. 1950; *Uma conspiração contra a inteligência*; vida e obra de David Campista. Rio de Janeiro, Artenova, s. d./CASASANTA, Mário. Grandes Vultos de Minas Gerais. In: *Revista Alterosa.* Belo Horizonte, 2 (11): 13, 150, ago. 1940./ CHATEAUBRIAND, Assis. David Campista. In: *Digesto Econômico.* São Paulo, (201) 41-2, jun. 1968./DORIA, Escaragnolle. Relação dos ministros e secretários de Estado mineiros ou representantes de Minas, de 1822 a 1921. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro.* Belo Horizonte, 19: 79-89, 1921./ ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil.* 1889 a 1917. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 1./*Galeria Nacional*; vultos proeminentes da história brasileira. Rio de Janeiro, "Jornal do Brasil", 1933, 6º fasc./MAGALHÃES, Dario de Almeida. Prefácio à vida e obra de David Campista. In: *Digesto Econômico.* São Paulo, (197): 147-52, set./out. 1967./*Minas Gerais*, Ouro Preto, 5 dez. 1892. p. 1.294./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 14 out. 1911. pp. 7-8; 12 jul. 1960. p. 8; 28 jul. 1960. p. 12./PAIVA, Bueno de. Voto de pesar pelo falecimento do Dr. David Campista. In: *Anais do Senado Federal.* Sessões de 2 de outubro a 30 de novembro de 1911. Rio de Janeiro, 5: 104-6, 1914./*Publicações do Centenário em Minas Gerais*; coletânea de autores mineiros organizada por Mário de Lima (prosadores). Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1922, v. 1./RACHE, Pedro. *Homens de Minas.* Rio de Janeiro/São Paulo, J. Olympio, 1947./SALES, Joaquim de. *Se não me falha a memória* (políticos e jornalistas do meu tempo). Rio de Janeiro, Livraria São José (1961)./SCANTIMBURGO, João de. Um grande ministro da Fazenda. In: *Digesto Econômico.* São Paulo, (210): 124-6, nov./dez. 1969./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926./TAVARES, Júlio. Conspiração contra a inteligência. In: *Digesto Econômico.* São Paulo, (213): 59-61, maio/jun. 1970./VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras* (1664-1897). Ouro Preto, Imprensa Oficial, 1897. v. 4./VIANA, Hélio. História de político vencido. In: *Digesto Econômico.* São Paulo, (212): mar./abr. 1970, 45-7./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito.* Arquivo.

CAMPOLINA, José Caetano da Silva

Político, nasceu em Queluz, Província de Minas Gerais (hoje Conselheiro Lafaiete). Casado com Brasília Baggi da Silva Campolina.

Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP, no Império elegeu-se Deputado Provincial para a 27ª Legislatura (1888-1889).

Proclamada a República, exerceu por vários anos a Vereança e a Presidência da Câmara Municipal de Queluz e, em seguida, foi Deputado Federal na 2ª e 3ª Legislaturas (1894-1899), tendo desempenhado o mandato a partir de 1895.

Em Belo Horizonte, MG, ocupou cargo na área federal. Foi, posteriormente, Diretor do Núcleo Federal João Pinheiro, em Sete Lagoas, MG.

Na Monarquia pertenceu ao Partido Conservador e ao Partido Constitucionalista Mineiro e, na República, ao PRM.

FONTES: ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil.* 1889 a 1917. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 1./FLORO, Lúcio. *Silhuetas parlamentares.* Ouro Preto, Tip. do Estado de Minas, 1898. p. 3./ SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

CAMPOS, Alfredo ver MELO, Alfredo José de Campos

CAMPOS, Bernardino Godinho

Desembargador, nasceu em Malacacheta, MG, a 31 de agosto de 1927. Filho do tabelião José Fonseca de Campos e de Galdina Bonfim Campos. Casado com Maria Bernadete Temponi Campos.

Concluiu seus estudos secundários no Seminário de Diamantina, MG, em 1951, e bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito da UFMG em 1958.

Exerceu a advocacia em Santa Maria do Suaçuí, Peçanha, Capelinha, Itamarandiba e Malacacheta entre 1959 e 1964. Em 1964, foi nomeado Juiz de Direito de Camanducaia, tendo exercido essa função também em Jaboticatubas (1966), Virginópolis (1967) e Conceição do Mato Dentro (1968-1974). Em 1974, foi removido, a pedido, para o cargo de Juiz Substituto de 1ª Instância da Comarca de Belo Horizonte e, em 1977, foi promovido, por merecimento, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias. Em 1981, foi promovido para o Tribunal de Alçada de Minas Gerais, no qual foi membro efetivo e Presidente da Comissão de Jurisprudência e Divulgação, Diretor da *Revista de Julgados* - órgão oficial de doutrina e jurisprudência desse Tribunal - e Vice-Presidente a partir de 1986. Em 14 de outubro de 1987, foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais pelo Governador Newton Cardoso*.

Na Associação dos Magistrados de Minas Gerais - Amagis - foi membro do Conselho Deliberativo (1977-1978) Subdiretor Tesoureiro (1979-1981 e 1981-1983), Diretor Secretário (1985-1987) e Vice-Presidente Financeiro, a partir de 1986.

Foi escolhido pelo Clube dos Advogados de Minas Gerais Juiz do Ano de 1977 e Personalidade Judiciária do ano de 1980.

Atuaram na vida pública seus primos Dr. Newton G. Godinho e o Deputado Estadual Serafim L. Godinho Filho*.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

CAMPOS, Carlos Álvares da Silva

Político, promotor, advogado e professor, nasceu em Paracatu, MG, a 2 de fevereiro de 1893, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 26 de maio de 1955. Filho de Martinho Álvares da Silva Campos Sobrinho e de Zulmira Loureiro Campos. Casado com Maria das Dores Brochado Campos.

Fez os estudos secundários em Uberaba, MG, em Ouro Preto, MG, e em Belo Horizonte, MG, e formou-se em 29 de dezembro de 1917, pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro.

Iniciou a vida profissional como Promotor de Justiça de Campo Belo, MG (1918-1921). Retornando a Paracatu, advogou de 1921 a 1927.

Eleito Deputado Estadual para a 10ª Legislatura (1927-1930), integrou a Comissão de Legislação e Justiça. Foi Relator do projeto de lei que reformou a legislação eleitoral do Estado, instituindo o voto secreto e cumulativo, autor do projeto de lei que introduziu no Código de Processo Civil mineiro a ação declaratória e autor, também, do projeto de consolidação das leis eleitorais.

Participou ativamente da campanha parlamentar da Aliança Liberal e da elaboração das reformas introduzidas, à época, na Constituição mineira e na legislação administrativa e do ensino. Após a Revolução de 1930, foi nomeado Inspetor-Geral da Instrução em Minas Gerais, cargo que exerceu de 1931 a 1932 e em função do qual representou o seu Estado na IV Conferência Nacional de Educação.

Ingressando na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, em 1932, como professor interino de Introdução à Ciência do Direito, efetivou-se na cátedra, por concurso, no ano seguinte. Na mesma faculdade, que dirigiu eventualmente em 1953, lecionou, no Curso de Bacharelado, Direito Industrial, Direito do Trabalho e Direito Penal e, no Curso de Doutorado, Filosofia do Direito.

Em 1943, foi signatário do Manifesto dos Mineiros e, com o processo de redemocratização do País, que, iniciado em 1945, culminou com a promulgação da nova Carta (18/9/1946) e com a transformação da Constituinte em Congresso Ordinário, candidatou-se nas eleições suplementares de janeiro de 1947, a Deputado Federal, obtendo apenas a suplência, mas tendo exercido o mandato entre 1947 e 1949.

Pertenceu ao PRM e ao PR.

Membro do Instituto Argentino de Filosofía Jurídica y Social, ocupou a cadeira Alejandro Korn.

Escritor, produziu trabalhos filosóficos que mereceram elogios dos pensadores Étienne Sourian e Jean Wahl, a convite dos quais se tornou colaborador da *Révue de Métaphysique et de Morale*. Publicou, entre outros, os trabalhos: *Hermenêutica tradicional* e *Direito científico* (tese de concurso, 1932); *Sociologia e Filosofia do Direito* (1943); *Estudos de Psicologia e Lógica* (1945); *Reflexões sobre a relatividade* (1946); *Ensaios sobre a teoria do conhecimento*, Belo Horizonte, Editora Cordel, 1959; *O mundo como realidade*; *Aspectos do ensino no Brasil*; *Vultos e perfis*; *Estudos jurídicos*; *Trabalhos parlamentares*; *Nouveaux Apports à la Théorie de la Connaissance et Suum Cuique Tribuere*.

Atuaram na política seus primos Francisco Luís da Silva Campos*, Olegário Dias Maciel*, Paulo Campos Guimarães* e Carlos Elói Carvalho Guimarães*.

FONTES: CAMPOS, Carlos. *Ensaio sobre a teoria do conhecimento*. Belo Horizonte, Editora Caidal, 1959./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 27 de maio l955, p. 6./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 31 dez. 1946, p. 7; 27 maio 1955, p. 5./MELO, Oliveira. *Paracatu e Patos de Minas: uma antologia*. Belo Horizonte, Instituto de História, Letras e Artes, 1966./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 31 maio 1955, p. 16./*O Diário*, Belo Horizonte, 27 maio 1955, pp. 3, 7./*Revista da Faculdade de Direito; memória histórica (1892-1959)*. Belo Horizonte, Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 10:143-4, out. 1958-mar. 1959./RIBEIRO, Coriolano Pinto & GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1956.

CAMPOS, Carlos Augusto Ribeiro de

Oficial e Comandante-Geral da Brigada Policial, advogado e Delegado de Polícia, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, a 17 de agosto de 1838, e faleceu em Ouro Preto, MG, a 18 de agosto de 1897. Filho de Antônio Ribeiro Campos e de Antônia de Alencar Araripe Ribeiro Campos.

Como Tenente da Armada, tomou parte na Guerra do Paraguai, tendo, por sua bravura, merecido elogios de vários chefes, nomeadamente do Almirante Barão do Amazonas. Ingressou, a seguir, na Brigada Policial de Minas Gerais, onde atingiu o posto de Tenente-Coronel e ocupou interinamente o Comando-Geral (21/1/1894-22/12/1895).

Advogado provisionado, exerceu atividades nas Comarcas mineiras do Rio das Mortes e de Carmo do Rio Claro no período de 1878 a 1886, quando esteve fora do serviço militar. Em Carmo do Rio Claro, foi, também, Vereador, Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal e, em São João del-Rei, duas vezes Delegado de Polícia, em 1878 e 1885.

Recebeu as Medalhas do Riachuelo, da Argentina, do Uruguai, do Mérito Militar, de Constância e Valor e da Campanha Geral do Paraguai.

FONTES: *Almanaque da Força Pública*. Estado de Minas Gerais. Organizado na II Seção do Departamento Administrativo. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1928./CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei*. 1967./*Minas Gerais*, Ouro Preto, 10 ago. 1897. p. 6./VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras* (1664-1897). Ouro Preto, Imprensa Oficial, 1897. v. 3.

CAMPOS, Francisco de Castro Rodrigues

Magistrado, nasceu em Angustura, Distrito de São José d'Além Paraíba, Província de Minas Gerais, a 24 de julho de 1872, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 10 de janeiro de 1939. Filho do agricultor Faustino José Rodrigues Campos e de Margarida Cândida de Castro Campos. Casado com Regina Soares Campos.

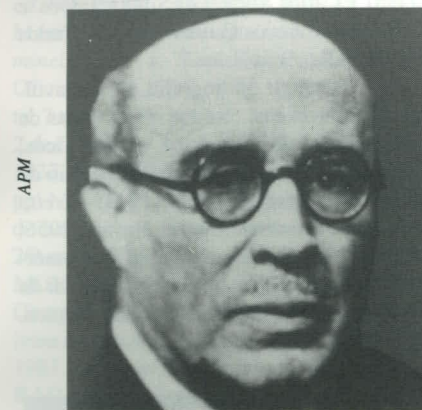
Fez o curso secundário no Rio de Janeiro e formou-se pela FDSP em 1895.

Diplomado, regressou a Minas Gerais como Promotor de Justiça de Leopoldina. Foi, em seguida, Juiz Municipal de Ponte Nova (1896), Juiz de Direito de Viçosa (1902) e Diretor da Secretaria de Finanças (1912).

Depois de exercer interinamente, no Governo Júlio Bueno Brandão*, o cargo de Diretor da Imprensa Oficial, em novembro de 1913 foi nomeado Procurador-Geral do Estado, função que desempenhou por quatro anos.

Em 1917, o Presidente Delfim Moreira Júnior* promoveu-o a Desembargador, com assento na Câmara Criminal do Tribunal da Relação, do qual foi Presidente durante oito anos. Um dia antes de sua morte, tinha sido eleito para o posto pela oitava vez consecutiva.

Publicou a obra jurídica *Doutrina e sentenças*.

Era pai de Mílton Soares Campos*.

Francisco de Castro Rodrigues Campos

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 11 jan. 1938. p. 3./*Gazeta Mineira*, Belo Horizonte, 11 jan. 1939. pp. 1-3./*Jornal de Minas*, Belo Horizonte, jan./dez. 1954. pp. 177-8./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 11 jan. 1939. pp. 1-2./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

CAMPOS, Francisco Luís da Silva

Político, professor, advogado, jurisconsulto e fazendeiro, nasceu em Dores do Indaiá, MG, a 18 de novembro de 1891, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 1º de novembro de 1968. Filho do magistrado Jacinto Álvares da Silva Campos e de Azejúlia Alves de Sousa e Silva. Pelo lado paterno, pertencia ao ilustre tronco mineiro dos Álvares da Silva Campos, descendentes de Joaquina do Pompéu. Era sobrinho-neto do Ministro do Império Martinho Campos. Casado com Lavínia Ferreira da Silva. Posteriormente, a doença mental de sua esposa levou-o a viver com Margarida Leite.

Fez os estudos secundários no Instituto de Ciências e Letras de São Paulo, SP. Regressando depois a Dores do Indaiá, cursou o preparatório nos Colégios de Sabará e de Ouro Preto. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais em 1914, tendo sido o orador da turma e recebido, como melhor aluno, o Prêmio Barão do Rio Branco. Foram seus colegas de turma Noraldino Lima*, José Maria Burnier Pessoa de Melo*, José Osvaldo de Araújo, Manuel Gomes Pereira* e Alberto Gomes Ribeiro da Luz*. Começou a ser conhecido quando, ainda no 2º ano do curso de Direito, defendeu na Justiça soldados da Força Pública que se haviam envolvido em conflitos com guardas-civis. Ainda estudante, colaborou em revistas e jornais de Belo Horizonte e participou ativamente da Campanha Civilista.

Formado, continuou advogando na Capital mineira e em 1916 candidatou-se a professor de toda uma seção de disciplinas da FLDMG: Filosofia do Direito, Economia Política, Ciências das Finanças e Direito Romano. Embora classificado em 1º lugar entre três concorrentes, não foi nomeado, tendo-o sido, porém, Gudesteu de Sá Pires*. No ano seguinte participou de novo concurso e conquistou a cadeira de Direito Público Constitucional. Admitido como professor substituto em abril de 1918, lecionou Filosofia do Direito e Direito Público nos anos de 1920 e 1921. Em 1924, tornou-se catedrático da primeira matéria, que lecionou em setembro de 1926, de outubro de 1927 a fevereiro de 1928 e, finalmente, durante curto período de 1930. Em janeiro de 1932, tornou-se catedrático de Filosofia do Direito do Curso de Doutorado, mas acabou por exonerar-se para assumir a cátedra na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

Ainda em 1916, lançou-se na política, ao candidatar-se a Deputado Estadual por sugestão do então Secretário do Interior, Raul Soares*, apoiada pelo Presidente Artur da Silva Bernardes*. Eleito para a 8ª Legislatura (1919-1922), foi Relator da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (1919-1920). Sua atuação parlamentar destacou-se por ocasião das discussões em torno da reforma constitucional relativa à administração dos municípios. Adepto da idéia centralizadora, nos debates defendeu a nomeação dos Prefeitos pelo Presidente do Estado, bem como a conveniência de intervir o Governo Estadual na administração municipal. Com o nome projetado nacionalmente, elegeu-se Deputado Federal para a 11ª e 12ª Legislaturas (1921-1926). Na Câmara, fazendo parte da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, sustentou a ordem estabelecida, contra as sublevações tenentistas de todo o período; manifestou-se contra a criação de Tribunais Regionais pelo Legislativo, por não considerar este Poder competente para legislar sobre matéria de outro, e apoiou a decretação do estado de sítio pelo Presidente da República, a 22 de abril de 1925, e as emendas à Constituição propostas pelo Poder Executivo e aprovadas em 1926.

A 11 de setembro de 1926, renunciou à cadeira de Deputado para, mediante nomeação do Presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada*, ocupar a Secretaria do Interior, à qual incumbiam também os negócios da educação mineira (7/9/26-7/9/30). Desempenhou interinamente (8-16/9/26) as funções de Prefeito de Belo Horizonte, enquanto Cristiano Monteiro Machado* não assumia o cargo. No exercício do cargo de Secretário, empenhou-se em ampla reformulação do ensino público estadual, com a reforma do ensino primário, em 1927, e do ensino normal, em 1928, mediante um conjunto de inovações que passaram à história como "Reforma Francisco Campos". Durante sua gestão instalaram-se 19 escolas normais e remodelaram-se as de Belo Horizonte e Ouro Preto; abriram-se 3.662 escolas primárias, três vezes mais do que as existentes; contrataram-se professores da Suíça, França e Bélgica para lecionarem nas Escolas Normais e quatro mestras mineiras foram estagiar nos Estados Unidos, como bolsistas do Governo Estadual, com vistas ao aprimoramento do pessoal docente. Para a boa divulgação da nova pedagogia remodelou-se a *Revista do Ensino*. Criou-se ainda, mediante a Lei nº 956, de 7 de setembro de 1927, a Universidade de Minas Gerais, constituída pelas Faculdades de Direito, de Medicina, de Odontologia e Farmácia e pela Escola de Engenharia. Fundou-se a Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico, de cuja organização participaram diversos especialistas europeus, entre eles Helena Antipoff. Uma reforma importante no Governo Antônio Carlos* foi a instituição do voto secreto, que teve em Francisco Campos um de seus artífices.

Como Secretário do Interior, foi também um dos articuladores da Aliança Liberal e da Revolução de 1930. Vitoriosa esta, foi convidado a ser um dos principais colaboradores do Governo Provisório. Assim, a 14 de novembro de 1930 Getúlio Vargas nomeou-o para o cargo de Ministro de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública, Pasta então criada por sua sugestão e que exerceu em dois períodos (6/12/30-31/8/31; 2/12/31-15/9/32). Sua experiência como reformador do ensino deu-lhe fama e nomeada nacional. Foi também um dos idealizadores, ainda em 1931, da Legião de Outubro, que objetivava criar no País um partido nacional de divulgação e apoio da nova ordem política. Em Minas, o alvo principal foi, inicialmente, a destruição da facção bernardista. Apesar de ser uma agremiação antipartidária, centralizadora e antioligárquica, Francisco Campos tratou de obter a adesão do PRM, porque conhecia bem a força municipalista do velho partido e não julgava conveniente estimular sua oposição. Subscreveu então o *Manifesto dos Mineiros*, de 26 de fevereiro

de 1931, ao lado de Gustavo Capanema*, Secretário do Interior de Minas, e de Amaro Lanari*, Secretário das Finanças. Os signatários do documento propunham dois objetivos: defender a vitória da revolução brasileira e realizar seus ideais. Esta última meta, por sua vez, implicava dupla ação: ação política e ação educativa. "Pela ação política cumpre à Legião de Outubro propugnar pelo cumprimento do programa da Aliança Liberal. Pela ação educativa é dever da Legião manter e fortalecer o espírito de unidade nacional", dizia o manifesto, que pretendia que os mineiros fossem modelo de renovação para o resto do País. A 3 de julho de 1931, foi realizada a primeira reunião do Conselho Supremo da Legião Liberal Mineira, e Francisco Campos eleito Secretário-Geral da agremiação. Pelo papel que desempenhou como Ministro da Educação e Saúde, o Governo Revolucionário ficou marcado por notáveis empreendimentos na área educacional. A Revolução de 1930 é o principal marco da tentativa de rompimento com a sociedade tradicional e, novo quadro que se projetava, a educação passava a ser objeto de cuidados especiais.

Ainda em 1930, foi criado o Ministério da Educação, a cuja testa Francisco Campos, além de aparelhar administrativamente a nova repartição, estruturou o ensino superior. Dando início à sua "revolução" no Ministério, a 2 de abril do ano seguinte submeteu à apreciação do Presidente da República exposição de motivos sobre a reforma do ensino superior da República, acompanhada de projetos de decretos, que acabaram aprovados. Dentre eles destacaram-se o Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação; o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, dispondo sobre o ensino superior no Brasil, que obedeceria, de preferência, ao sistema universitário, podendo, no entanto, ser ministrado em instituições isoladas, e o Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931, relativo à organização da Universidade do Rio de Janeiro. Introduziu ainda ampla reforma no ensino secundário, que passou a ter duração de sete anos, e organizou o ensino comercial. De 6 a 26 de dezembro de 1930 e de 4 de março a 16 de setembro de 1932, acumulou o exercício do cargo de Ministro da Justiça. A 16 de setembro de 1932, exonerou-se do Ministério da Educação e Saúde, acusado que estava de participar das articulações da revolução constitucionalista de São Paulo. Retornou à advocacia e ao magistério, mas logo em seguida foi designado pelo Chefe do Governo Provisório Consultor-Geral da República, cargo em que se empossou em novembro de 1933. Ainda no mesmo mês licenciou-se, designado que fora representante do Brasil na Conferência Pan-Americana em Montevidéu, Uruguai. Candidato a Deputado à Constituinte Nacional de 1933, não conseguiu eleger-se. Em outubro de 1934, entretanto, por decreto do Presidente da República, foi efetivado no cargo de Consultor Jurídico da República.

Mudando-se definitivamente para o Rio de Janeiro, publicou, de 1932 a 1935, alguns trabalhos poéticos e uma coletânea de pareceres jurídicos. Também por essa época, a 14 de abril de 1932, em sessão da Academia Brasileira de Letras, é lida carta de Francisco Campos apresentando-se candidato à vaga de Alberto Faria. Por duas vezes as eleições foram adiadas por falta de "quorum". Na terceira eleição, para a qual as inscrições se encerraram em 10 de janeiro de 1933, seu nome não constava na relação de candidatos. Tudo indica que ele tenha desistido de sua candidatura, mas não foi encontrada a carta de renúncia. De 1935 a 1937, exerceu as funções de Secretário da Educação do Distrito Federal, onde cuidou de realizar vigorosa reforma no ensino primário. Sua experiência no Governo de Minas e no Ministério da Educação constitui a melhor fonte de referência para trabalhos relativos ao ensino.

A 8 de novembro de 1937, passou a ocupar o cargo de Ministro da Justiça e Negócios Interiores, no qual permaneceu até 17 de julho de 1942. Nesse cargo foi o principal autor da Constituição de 10 de novembro de 1937, que instituiu o Estado Novo. Dentro do espírito de instituição de uma ordem nacional, Francisco Campos empreendeu as reformas que deram nova organização político-institucional ao País. Para tanto, convocou de todos os setores os especialistas mais conceituados, que auxiliaram na elaboração dos novos códigos. Assim, em 1939 foi publicado o Código de Processo Civil, em 1940, o Código Penal e a Lei de Sociedades por Ações e, em 1941, o Código de Processo Penal e a Lei das Contravenções Penais. Em 1942, afastou-se do cargo de Ministro, deixando importantes tarefas da reforma legislativa em andamento.

Após 1942, entrou no ostracismo político, que perdurou até o fim da vida. Mas foi ainda nomeado representante do Brasil na Comissão Jurídica Interamericana, onde permaneceu durante 12 anos. Rompeu com Getúlio Vargas em março de 1945, quando, em entrevista a *O Jornal*, do Rio de Janeiro, acusou o Presidente de ter transformado o regime em ditadura pessoal, semelhante às demais sul-americanas. Daí em diante exerceu o magistério na Universidade do Brasil e as atividades de advogado e jurisconsulto no Rio de Janeiro e de fazendeiro em Minas Gerais. Em 1951, foi convidado a integrar a comissão de especialistas que elaborou o anteprojeto do novo Código Civil Brasileiro. Em 1964, foi novamente lembrado e convidado para redigir o Ato Institucional nº 1, que corporificou juridicamente o movimento político-militar que derrubou o Governo João Goulart.

Pertenceu ao PRM.

Era sobrinho-neto do Ministro do Império Martinho Campos e primo dos republicanos Gustavo Capanema*, Benedito Valadares Ribeiro* e Carlos Álvares da Silva Campos* e tio de Paulo Campos Guimarães* e de Carlos Elói Carvalho Guimarães*.

Deixou ampla bibliografia, em que avultam obras jurídicas, estudos sobre temas de educação, ensaios literários e filosóficos, notadamente *Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943; *Direito Civil*, Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1956; *Pareceres*, Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1934, e *Pareceres do consultor-geral da República*, Rio de Janeiro, A. Coelho Branco, 1951-1952. 3. v.

Francisco Luís da Silva Campos

FONTES: ALEIXO, Pedro. Francisco Campos - A vida pública. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (204); 17-8, nov./dez. 1968/*Anais da Câmara dos Deputados*. 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 6ª Legislatura (sessões de 12 a 20 de novembro de 1968). Brasília, Diretoria de Divulgação e Publicidade, 33: 889-91. 1968./AVELAR, Antônio Ribeiro de. *Figuras da Casa de Minas*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1960./AZEVEDO, Fernando de. Como eu via Francisco Campos. In: *Digesto Econômico*. São Paulo. (205); 60-4, jan./fev. 1969./CAPANEMA, Gustavo. Francisco Campos. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (205): 101-10, jan./fev. 1969./CARVALHO, Antônio Gontijo de. Francisco Campos. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (189): 45-7, maio/jun. 1966; Francisco Campos - O homem. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (204); 13-6, nov./dez. 1968; Francisco Campos e o Código Comercial. In: *Digesto Econômico*. São Paulo. (205): 58-9, jan./fev. 1969./COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 4 set. 1918; 7 set. 1926. p. 2; 2 nov. 1968. p. 3./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 8 mar. 1935. p. 2; 9 nov. 1937. p. 1; 20 jul. 1941; 4 out. 1958. p. 6; 8 jan. 1967./MARQUES, José Frederico. A obra jurídica de Francisco Campos. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (206); 75-8, mar./abr. 1969./Martins de Oliveira. *História da literatura mineira*. 2. ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 7 nov. 1926. pp. 4-5; 31 jan. 1930. p. 15; 2 dez. 1931. p. 8; 17 abr. 1934. p. 13; 9 nov. 1937. p. 11; 30 abr. 1968. p. 3; 2 nov. 1968. pp. 1-3; 7 nov. 1968. p. 2; 9 nov. 1968, Diário do Legislativo, e Suplemento Literário. p. 5; 26 nov. 1968. p. 4; 21 out. 1969. p. 3./MONTEIRO, Norma de Góes. Francisco Campos: trajetória política. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. (53): 183-210, jul. 1981./*O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 ago. 1935./RAO, Vicente. Francisco Campos. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (209); 133-4, set./out. 1969./RAMALHETE, Clóvis. Francisco Campos, o alquimista. In. - *Digesto Econômico*. São Paulo, (206): 79-82, mar./abr. 1969./*Relação dos ministros da Justiça*. 1882-1914. Ministério da Justiça. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1974./RENAULT, Abgar. Francisco Campos. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (205): 72-4, jan./fev. 1969; Francisco Campos. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (215): 17-20, set./out. 1970./*Revista da Faculdade de Direito*; memória histórica (1892-1959). Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 10: 159-60, out. 1958 - mar. 1959./*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, (13): 229-30, 1968./*Revista Manchete*, Rio de Janeiro, 7 (387): 1-4, 19 set. 1959./RIBEIRO, Coriolando Pinto & GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1956./RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970/1./San Tiago Dantas. Francisco Campos. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (144); 122-7, nov./dez. 1958./SCANTIMBURGO, João de. Francisco Campos, o pensador político. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (205): 46-56, jan./fev. 1969./SOUSA, J. P. Galvão de. Francisco Campos, constitucionalista. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (205): 65-71, jan./fev. 1969; o pensamento alemão na obra de um grande jurisconsulto brasileiro. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (214); 116-19, jul./ago. 1970./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino./VIDIGAL, Luís Eulálio de Bueno. Francisco Campos e a Constituição de 1937. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (205): 39-45, jan./fev. 1969./Vieira Cristo. Francisco Campos e o Direito. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (205): 57, jan./fev. 1969.

CAMPOS, Frederico de Oliveira

Político, advogado, farmacêutico e fazendeiro, nasceu em Abaeté, Província de Minas Gerais, a 22 de fevereiro de 1886, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 17 de julho de 1970. Filho de Teófilo Ezequiel de Oliveira Campos e de Faustina Carolina Álvares da Silva Campos. Casado com Maria José de Adjucto Campos.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte e formou-se pela EFOP e, em 1923, pela FLDMG.

Advogou por muitos anos em Abaeté e outras cidades do Oeste mineiro, onde se tornou grande criador de gado de raça.

Deputado Federal na 14ª Legislatura (1930), eleito pela Concentração Conservadora e um dos 11 parlamentares mineiros reconhecidos pelo Governo Federal, foi designado observador da Câmara dos Deputados durante a Revolução de Outubro.

Foi Presidente da Seção mineira da OAB, da Sociedade Mineira de Agricultura, do Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal de Minas Gerais e do Automóvel Clube de Minas Gerais e membro do Conselho Fiscal do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais S.A.

Atuou na política seu genro Eduardo Lucas Pereira Filho*.

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 6 ago, 1970, Diário do Legislativo. p. 4./PAULA, Almênio José de & FERREIRA, Saturnino G. *Precursores e figuras notáveis de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Editora São Vicente, 1972./RIBEIRO, Coriolano Pinto & GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1956./*Universidade Federal de Minas Gerais*. Faculdade de Direito. Arquivo da Seção de Ensino.

CAMPOS, Hugo

Político, advogado, agricultor e funcionário público, nasceu em Açaraí, MG, a 28 de setembro de 1925. Filho de Reginaldo Rodrigues Campos e de Oscarlinda Gomes Campos. Casado com Diomar de Andrade Campos.

Formado pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce, em Governador Valadares, MG, exerceu a advocacia em Resplendor, MG, onde foi agricultor, Vereador (1950-1958) e duas vezes Prefeito Municipal (1971-1973; 1977-1982).

Em seguida, elegeu-se Deputado Estadual para a 10ª Legislatura (1983-1987). Na Assembléia foi membro efetivo da Comissão de Segurança (1983-1984).

Filiou-se ao PDS.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Gabinete do Deputado Hugo Campos. CEM/UFMG.

CAMPOS, João Luís de

Político e Coronel da Guarda Nacional, nasceu na paróquia de Prados, então Município de São João del-Rei, Província de Minas Gerais (hoje cidade de Prados), a 29 de janeiro de 1845, e faleceu na mesma localidade, a 22 de julho de 1921.

Fez os estudos secundários no Colégio Carlos Copsey de São João del-Rei.

No Império, elegeu-se Deputado Provincial, sucessivamente, para a 24ª, 25ª e 26ª Legislaturas (1882-1887). Adversário do regime monárquico, transformou sua terra natal em centro de atuação de fervorosos republicanos.

Proclamada a República, elegeu-se Deputado à Constituinte Federal de 1891 e, seguidamente, da 1ª à 8ª Legislaturas (1891-1914).

Republicano histórico, pertenceu também ao Partido Constitucional.

Atuou na política seu genro Viviano da Silva Caldas*.

FONTES: *Anais do Senado Federal*, 57ª Sessão, em 25 de julho de 1921. Sessões de 1º a 30 de julho de 1921. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, *8*: 260-5, 1923./*Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Prados/Gel Possa e José Bonifácio Vale. CEM/UFMG./FLORO, Lúcio. *Silhuetas parlamentares*. Ouro Preto. Tipografia do Estado de Minas, 1898./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 23 jul. 1921. p. 6.

CAMPOS, Lamartine Cunha

Magistrado e professor, nasceu em Uberaba, MG, a 16 de dezembro de 1911. Filho de Antônio da Cunha Campos e de

Teresa Alves da Silva Campos. Casado com Zilda Medina Cunha Campos.

Fez o curso secundário no Ginásio Diocesano de Uberaba e diplomou-se pela FDUMG, em 1933.

Iniciou a carreira como Promotor de Justiça da Comarca de Sacramento, MG, em cuja Escola Normal foi professor. Passando a advogar em Uberaba, ali também exerceu o magistério na Escola Normal Estadual e na Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro, na qual regeu a cadeira de Direito Processual Civil, ao mesmo tempo que lecionava Direito Comercial na Faculdade de Direito de Franca, SP.

Nomeado, em maio de 1965, Juiz do Tribunal de Alçada de Minas Gerais, fundou sua *Revista de Julgados* e foi Presidente do órgão de 1973 a 1975. Promovido a Desembargador, desde setembro de 1975 faz parte do Tribunal de Justiça do Estado.

Em 1968, recebeu o título de Personalidade da Justiça, na qualidade de Juiz do ano, em 1975, o diploma do Mérito de Honra Judiciária, como destaque do Poder Judiciário Estadual, e, em 1976, o diploma de Personalidade do Poder Judiciário em Minas Gerais, honrarias todas outorgadas por órgãos da imprensa de Belo Horizonte.

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: Lamartine Cunha Campos. CEM/UFMG./ *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 2 jun. 1965. Diário da Assembléia. p. 3; 1º jun. 1973, p. 3./ *Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino.

CAMPOS, Lindolfo de Almeida

Político e magistrado, nasceu em Ponte Nova, Província de Minas Gerais, a 6 de setembro de 1873. Filho do Coronel da Guarda Nacional José de Almeida Campos.

Fez os preparatórios em Ouro Preto e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP em 1895.

Em 1896, foi nomeado pelo Presidente Crispim Jacques Bias Fortes* Juiz Substituto da Comarca de Ponte Nova.

Em seguida, elegeu-se Deputado Estadual para a 3ª e 4ª Legislaturas (1899-1906).

Pertenceu ao PRM.

Atuaram na política seu sobrinho José André de Almeida* e seu sobrinho-neto Felipe Néri de Almeida*.

FONTE: *Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito.* Arquivo.

CAMPOS, Manuel França

Político e advogado, nasceu em Diamantina, MG, a 29 de outubro de 1913, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 1º de outubro de 1973. Filho de José Justino Campos e de Noeme França Campos. Casado com Vanda Decat França.

Fez o curso secundário no Rio de Janeiro e bacharelou-se pela FDUMG em 1937.

Foi advogado da Prefeitura de Belo Horizonte e, em seguida, presidente da Caixa Econômica Federal de Minas Gerais (1947-1950).

Deputado Estadual na 2ª Legislatura (1951-1955), liderou a Bancada do PSD durante o Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira* e integrou a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (1951).

Eleito Deputado Federal para a 3ª e 4ª Legislaturas (1955-1963), renunciou ao mandato em 1960 para assumir o cargo de Procurador-Geral junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Publicou a obra jurídica *Locação de imóveis.*

Pertenceu ao PSD.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados 1960*-1. Brasília, Diretoria de Documentação e Publicidade. s. n.: 686, 1963./*Correio Brasiliense,* Brasília, 22 nov. 1962./ COUTINHO, Afrânio, *Brasil e brasileiros de hoje.* Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961./FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais.* Ficha biográfica. Belo Horizonte, APM./ *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 4 out. 1973. Diário do Legislativo. p. 2./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino.

CAMPOS, Mário Mendes

Escritor, acadêmico, farmacêutico, médico e professor, nasceu em São José do Tocantins, Distrito de Ubá (hoje cidade de Tocantins), MG, a 28 de julho de 1894. Filho do comerciante português José Mendes Campos e de Estefânia Pires Campos. Casado com Maria José de Lima Campos.

Fez o curso secundário no Ginásio São José, em Ubá, no Colégio Anchieta, em Nova Friburgo, RJ, e no externato do Ginásio Mineiro, em Belo Horizonte, MG. Diplomou-se como farmacêutico, em 1913, pela Escola de Odontologia e Farmácia do Instituto Granbery, de Juiz de Fora, e, em 1923, pela Faculdade Livre de Medicina de Belo Horizonte, tendo sido o orador de ambas as turmas.

De 1914 a 1918, exerceu a profissão de farmacêutico em sua terra natal. Transferindo-se para a Capital, trabalhou na Procuradoria-Geral do Estado, enquanto estudava Medicina. Dirigiu, então, a publicação científica *Radium* e colaborou em várias revistas do País. Depois de clinicar em Dom Silvério, MG, fixou-se em Belo Horizonte, onde, em 1928, foi nomeado sanitarista da Diretoria de Saúde Pública e, logo depois, Chefe do Serviço Demográfico e de Educação Sanitária. Mediante concurso tornou-se, em 1928, livre-docente de Patologia Geral da FMUMG e, em 1936, professor de Higiene da Faculdade de Farmácia. Ainda em 1936, defendeu tese para catedrático da FMUMG, pela qual se aposentou em 1957. Em 1946 ocupou, em comissão, o cargo de Chefe do Departamento de Educação da Secretaria Estadual de Educação. Em 1952-1953, integrou o Conselho Universitário da UMG e, em 1957, dirigiu o Departamento Estadual de Saúde Pública, atual Secretaria da Saúde.

Membro da AML desde 1934, ocupa, como primeiro sucessor do fundador, Francisco Lins*, a cadeira nº 19, patrocinada pelo Padre José Joaquim Correia de Almeida, e, no biênio 1935-1936, desempenhou o cargo de 2º-Secretário da instituição.

Publicou, além de trabalhos diversos em periódicos e conferências, os estudos científicos *Da reação de Kellog* e da *anatomia diftérica* (tese de concurso, 1928); *A herança e fatores mórbidos disgênicos; O problema médico-pedagógico do alcoolismo* e *Anatomia diftérica e vacinas associadas,* e as obras literárias *Estalactites* (poesia), Rio de Janeiro, Tipografia do "Jornal do Comércio", 1917; *Flâmulas* (poesia), Belo Horizonte, 1919; *Cinqüentenário da Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais,* Belo Horizonte, 1961; *Rubén Dário e o modernismo hispano-americano,* Belo Horizonte, Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais, 1968; *Castro Alves - Glória e via sacra do gênio,* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1973.

Estado de Minas

Mário Mendes Campos, setembro de 1973

Pertence, também, à Academia Mineira de Medicina e à Sociedade Brasileira de Escritores Médicos, Regional de Minas Gerais. É cidadão honorário de Belo Horizonte e professor emérito da FMUMG.

É pai do escritor Paulo Mendes Campos*.

FONTES: Academia Mineira de Letras. Mário Mendes Campos. In: *Minas Gerais.* Belo Horizonte, 20 ago. 1959./Martins de Oliveira. *História da literatura mineira.* 2. ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 11 nov. 1934. p. 6; 29 out. 1966, Suplemento Literário. p. 4./ *Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino.

CAMPOS, Maurício de Freitas Teixeira

Político, professor, engenheiro e agropecuarista, nasceu em Rio Pomba, MG, a 30 de agosto de 1933. Filho do advogado José Simões de Araújo Campos e de Maria de Freitas Teixeira Campos. Casado com a professora Selma Gonçalves Campos.

Concluiu seus estudos secundários no Colégio Afonso Arinos, em Belo Horizonte. Formado pela Escola de Engenharia da UFMG em 1960, concluiu no ano seguinte o curso de pós-graduação em Turborreatores e Turbomotores do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, em São José dos Campos, SP. Participou, depois, do curso de Política e Estratégia Empresarial para Altos Executivos, promovido pela Fundação João Pinheiro.

Quando estudante, exerceu a monitoria da cadeira de Eletrotécnica Fundamental e, logo depois de formado, foi professor das cadeiras de Termodinâmica, Transmissão de Calor e Máquinas Térmicas dos cursos de Engenharia Mecânica, Elétrica, Química e Metalúrgica da Escola de Engenharia da UFMG, cargo que ocupou até 1970. Também nesse período, foi professor titular das mesmas cadeiras no Instituto Politécnico da UCMG. A partir de 1964 exerceu a chefia da Divisão de Operação do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de Minas Gerais - DAE -, do qual foi Diretor-Geral entre 1971 e 1978. De 1976 a 1977 dirigiu a Sociedade Mineira de Engenheiros.

Elegeu-se Deputado Federal para a 46ª Legislatura (1979-1983), mandato que não exerceu por ter sido nomeado Prefeito de Belo Horizonte pelo Governador do Estado Francelino Pereira dos Santos*. Reelegeu-se para o período 1983-1987.

Em 1986, foi eleito Deputado Federal Constituinte e para o período 1987-1991. Na Assembléia Nacional Constituinte, foi titular da Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições (1987) e suplente da Subcomissão do Poder Executivo, da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo (1987). Na Câmara dos Deputados, foi 1º-Vice-Presidente da Mesa (1988); Vice-Presidente (1990-1991) e titular da Comissão de Minas e Energia (1983-1987; 1989-1990); titular da Comissão de Comunicação e Informática (1985-1987) e suplente das Comissões de Transportes (1983-1987), de Saúde, Previdência e Assistência Social (1989-1990) e de Agricultura e Política Rural (1989-1991). Foi, ainda, suplente da CPI sobre o pólo petroquímico do Sul, 1º Vice-Presidente do PFL e Presidente interino do Diretório Nacional desse partido em 1986.

Em 1990 foi reeleito Deputado Federal para o quadriênio 1991-1995.

Publicou vários trabalhos de pesquisa na *Revista de Engenharia* da UFMG.

Filiado ao PL, pertenceu à Arena, ao PDS e ao PFL.

Estado de Minas

Maurício de Freitas Teixeira Campos, 1989

FONTES: Dados informados pelo biografado/CEM-UFMG/DCP-ALEMG./BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Assembléia Nacional Constituinte - 1987*: repertório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. 2ª ed., Brasília, 1989. p. 591./ BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Deputados brasileiros*: repertório biográfico. 49ª Legislatura 1991-1995. Brasília, 1991. pp. 457-458.

CAMPOS, Mauro Fernando Orofino

Político, engenheiro, professor, pecuarista e industrial, nasceu no Rio de Janeiro, a 27 de setembro de 1939. Filho do comerciário José Luís Campos e da professora Margarida Orofino Campos. Casado com a jornalista Gilse Simões Campos.

Concluiu seus estudos secundários no Colégio Militar do Rio de Janeiro, em 1958, e formou-se em Engenharia Naval pela Escola Nacional de Engenharia, em 1964.

Foi professor de Engenharia Naval na Escola Nacional de Engenharia; Diretor do Departamento de Engenharia da Superintendência Nacional da Marinha Mercante - Sunamam (1969-1972); Presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia Naval por dois biênios (1971-1973; 1982-1984) e do Instituto Pan-americano de Engenharia Naval (1986-1987); Diretor da Cooperativa Sossego e do Sindicato dos Produtores Rurais de Santana do Deserto, MG.

Elegeu-se Deputado Federal Constituinte e para o quadriênio 1987-1991. Na Câmara dos Deputados, foi titular das Comissões de Minas e Energia e de Transportes e da Subcomissão do Sistema Financeiro; membro suplente das Subcomissões de Política Agrícola e Fundiária e de Reforma Agrária.

Publicou artigos sobre transportes e política agropecuária em revistas e jornais.

Viajou à Polônia (1970-1971) a fim de vistoriar navios adquiridos pelo Governo Federal; a Hamburgo, Alemanha (1972), como representante da Comissão Nacional de Energia Nuclear, e ao Japão (1973), como representante do Ministério dos Transportes.

Filiado ao PSDB, pertenceu também ao PMDB.

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG./ BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Assembléia Nacional Constituinte - 1987*: repertório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. 2ª ed. Brasília, 1989. p.601.

CAMPOS, Mílton

Oficial e Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, nasceu em Juiz de Fora, MG, a 14 de julho de 1920.

Fez os cursos de Formação e de Aperfeiçoamento de Oficiais do Departamento de Instrução da PMMG.

Sentou praça em abril de 1937. Em março de 1965 atingiu o posto de Coronel, no qual se reformou.

Ao longo da carreira, exerceu os cargos de Chefe do Serviço de Finanças do Estado-Maior Geral (1963), do Serviço de Subsistên-

cia (1965-1966) e do Estado-Maior (1966) e de Comandante-Geral (30/12/66-2/5/67).

Recebeu a Medalha do Mérito Militar (bronze e prata) e a Medalha Marechal Hermes.

FONTES: *Almanaque dos Oficiais* - Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1959-60; 1961-2; 1963-4; 1965-6; 1967-8./*Diário de Minas,* Belo Horizonte, 29 dez. 1966. p. 5./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 30 dez. 1966. p. 1.

CAMPOS, Mílton Soares

Político, advogado, professor, escritor e acadêmico, nasceu em Ponte Nova, MG, a 16 de agosto de 1900, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 16 de janeiro de 1972. Filho do Desembargador Francisco de Castro Rodrigues Campos*, ex-Presidente do Tribunal de Apelação de Minas Gerais, e de Regina Martins Soares Campos. Casado com Dea Dantas Campos.

Completou o curso secundário no Ginásio Mineiro e no Colégio Arnaldo, embora tenha iniciado essa fase de sua educação no Ginásio Leopoldinense. Bacharelou-se pela FLDMG em 1922. Para custear os estudos universitários, trabalhou na Estrada de Ferro Oeste de Minas. Ao formar-se, foi nomeado Promotor de Justiça da Comarca de Mococa, SP, mas não aceitou a investidura. Preferiu iniciar a carreira como advogado em Dores da Boa Esperança (hoje Boa Esperança), MG.

Em 1924 transferiu-se para Belo Horizonte, onde começou a trabalhar no escritório de Abílio Machado*, no qual já atuava Pedro Aleixo*, de quem fora colega de turma. Foi ali, também, que José Maria Alkmin* iniciou a carreira, alguns anos mais tarde. Convencido da necessidade de grandes mudanças no regime oligárquico que prevalecia, aderiu à Aliança Liberal, tendo redigido muitas proclamações a favor do movimento.

A vitória da Revolução de 1930 estimulou Mílton Campos para a vida pública. Como tantos outros de uma geração mais nova, hostil às práticas autoritárias e elitistas dos "carcomidos" líderes da República Velha, queria contribuir para a regeneração política do País. Começou como Advogado-Geral do Estado, cargo que exerceu em 1932 e 1933. Nessa função, conseguiu solucionar antiga questão de limites com São Paulo. Em 1934, já sob a Interventoria de Benedito Valadares Ribeiro*, foi nomeado Presidente do Conselho Consultivo do Estado, órgão de assessoria do Executivo mineiro. Ficou pouco tempo no cargo, pois foi eleito Deputado à Assembléia Constituinte Estadual, continuando seu mandato na 1ª Legislatura, que se estendeu de 1935 a 1937. Em 1935, fez parte da Comissão Constitucional, da qual foi Relator. Na legislatura que se seguiu, integrou a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, tendo também exercido a Liderança da Maioria, então representada pela Bancada do Partido Progressista. Já nessa época, ao mesmo tempo que atendia o escritório de advocacia e exercia as funções de legislador, dedicava-se ao jornalismo, dirigindo a sucursal dos *Diários Associados* e colaborando em vários jornais de Minas e do Rio de Janeiro. Logo ingressava também no magistério, especializando-se em Direito Público, Direito Civil e Direito Constitucional.

Dissolvidos os órgãos legislativos pelo golpe do Estado Novo, de novembro de 1937, Mílton Campos voltou a advogar em regime de tempo integral, ocasião em que trabalhou para a Caixa Econômica Federal de Minas Gerais, até janeiro de 1944, quando foi exonerado, por ter tido ativa participação na feitura do *Manifesto dos Mineiros,* primeira manifestação pública de oposição à ditadura getulista, que começou a circular em outubro de 1943.

Ao longo de toda sua vida pública, foi firme adepto dos princípios da democracia liberal. Assim é que, durante o Estado Novo, participou do grupo que editava clandestinamente o jornal *Liberdade*, onde defendia seus ideais políticos. Foi também um dos que lideraram a organização da OAB em Minas, à qual presidiu por dois anos. Em sua gestão, no início da década de 1940, promoveu amplos debates sobre a reforma do Código de Processo Civil, que a seus olhos atendia mal à defesa dos direitos do cidadão. Na mesma linha de fidelidade ao liberalismo político, que julgava ser o arcabouço próprio para o fortalecimento das instituições nacionais, participou ativamente da organização da UDN em Minas, já no final do Estado Novo. O seu antigetulismo era menos uma postura pessoal que a recusa do centralismo autoritário, mesmo que imbuído das boas intenções de modernização do País e de fortalecimento da economia nacional. Sabia dissociar o problema da institucionalização da ordem política das questões relativas ao planejamento econômico e à obra administrativa dos Governos. Acreditava que o bem-estar nacional não poderia ser assegurado com a supressão ou limitação da democracia. Resulta desse postulado básico de sua filosofia política a não-adesão à "ala golpista" da UDN, que gradualmente ganhou ímpeto durante a década de 1950, sob a liderança do jornalista Carlos Lacerda.

Voltou à vida pública em novembro de 1945, de novo no cargo de Advogado-Geral do Estado, para o qual o convocou o Interventor Nísio Batista de Oliveira*. Aí ficou até janeiro de 1946, saindo como Deputado à Assembléia Nacional Constituinte, eleito pela UDN. Integrou a Comissão Constitucional, onde foi Sub-Relator do capítulo "Do Poder Judiciário", dando decisiva contribuição à definição das disposições relativas à ordem econômica e social. Uma boa mostra de seu zelo pelas instituições e pela necessidade de se assegurar a estabilidade social foi o substitutivo que elaborou para o artigo 146 da Constituição de 1946, tratando de resguardar o princípio de intervenção estatal e do monopólio das indústrias da União, sem pôr em risco o princípio da liberdade.

Aberta a campanha sucessória ao Governo de Minas, a UDN apresentou-o como candidato. Aceitou a indicação, para defender os objetivos de renovação política que seu partido esposava. Duvidava, porém, da vitória, tal a força municipal do PSD, herdeiro das estruturas de controle da participação política em nível local, articuladas durante o Estado Novo. No entanto, série crise interna dividiu o PSD, dela resultando a formação de um grupo dissidente, liderado pelo ex-Ministro do Marechal Dutra, o político leopoldinense Carlos Coimbra da Luz*. O grupo veio a ser conhecido como *PSD Independente.* Decidiram os dissidentes apoiar o candidato udenista, em detrimento do indicado oficial do PSD, José Francisco Bias Fortes*. O nome de Mílton Campos acabou por polarizar o espírito mineiro de resistência aos velhos métodos políticos.

Assumindo o Governo em março de 1947, anunciou a linha definidora do modo como iria administrar o Estado: "Afasto a pretensão de ser no Governo o taumaturgo ou o herói, disposto a operar milagres e praticar façanhas. O que espero ser é o incansável lidador da causa pública que conhece o limite de suas forças e conta com o auxílio dos colaboradores, com o apoio popular e com a contribuição dos homens de boa vontade. O governo que ora inicio procurará ser modesto, como convém à República, e austero, como é do gosto dos mineiros". Se sua administração teve de ser mesmo austera, por força da conjuntura financeira por que passavam o Estado de Minas e o próprio País, não se pode negar que nela se mobilizaram recursos importantes que serviram de base para o desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek de Oliveira*, no quatriênio seguinte. Em junho de 1947, em sua primeira mensagem à Assembléia Legislativa, apresentava as bases do *Plano de Recuperação Econômica e de Fomento da Produção,* roteiro que caracterizava as principais carências econômicas do Estado e propunha hierarquização de investimentos para superá-las. É interessante observar que para o principal idealizador do Plano, o engenheiro Américo Renné Giannetti*, que então ocupava a Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho, já prevalecia a visão da necessidade de criação de sistemas integrados de transportes e de produção de energia elétrica, visão essa que viria a dar o tom dominante do Programa Energia e Transportes realizado por Juscelino Kubitschek de Oliveira*.

Giannetti, porém, pressupunha ainda a prioridade da agricultura e da agroindústria como pólos dominantes de qualquer projeto de modernização da economia mineira. A mesma percepção era, sem dúvida, partilhada por Mílton Campos. As políticas tributária e creditícia postas em prática pelo Secretário das Finanças, José de Magalhães Pinto*, refletiam duplo cuidado. Em primeiro lugar, buscava-se aumentar a capacidade investidora do Estado no setor infra-estrutural - basicamente no aumento da capacidade instalada de produção de energia e na expansão e melhoria da rede viária - e ampliar a capacidade de crédito agrícola e pessoal da rede dos Bancos estaduais. Em segundo lugar, tratava-se de assegurar que o sistema tributário não afetasse os interesses dos proprietários rurais e da emergente burguesia urbana, aí incluídos alguns investidores estrangeiros no setor da mineração. Predominava, no Governo Mílton Campos, a opinião do liberalismo clássico: os impostos deviam ser mínimos, mas o serviço de cobrança e fiscalização devia ser eficaz. Assim é que seu Governo acabou de vez com os resquícios de impostos interestaduais, mas foi extremamente cauteloso na fixação de novos tributos e na reavaliação de alguns já existentes, como foi o caso do imposto territorial. Recusou-se a apoiar o aumento do tributo sobre vendas e consignações, que havia recebido pleno apoio até da Bancada pessedista na Assembléia. Negociou longamente com representantes dos fazendeiros os critérios de reavaliação do valor de imóveis rurais, a fim de se definirem novas alíquotas para a cobrança do imposto territorial.

Na discussão dos meios para a obtenção dos fundos necessários à realização das metas do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, o Governo Mílton Campos preferiu criar uma taxa, que afetou igualmente todas as atividades econômicas em andamento no Estado, a onerar mais pesadamente segmentos sociais específicos, mesmo que fossem os mais produtivos e lucrativos. Assim ficou instituída a *Taxa de Serviços de Recuperação Econômica,* pelo Decreto-Lei nº 2.152, de 12 de julho de 1947. Sua vigência inicial foi fixada de 1948 a 1953, devendo ser cobrada sobre transações de qualquer natureza realizadas no Estado (no quatriênio seguinte, o Governador Juscelino Kubitschek de Oliveira* estendeu sua cobrança até 1956, utilizando a maior parte dos recursos para a realização do Plano Rodoviário Estadual). Mílton Campos dava-se conta dos problemas decorrentes da pobreza crônica dos cofres públicos mineiros, quando se colocava a discussão do papel do Estado como promotor do desenvolvimento econômico e social. Entretanto, preferia atribuir a dificuldade da situação a causas materiais, e não políticas. Segundo ele, "em Minas, mais do que em outros Estados, o aspecto do problema tributário e da arrecadação assume capital importância, de vez que a vastidão de seu território, a diversidade e dispersão de sua economia, a escassez de transportes, o baixo nível de vida e a pequena capacidade tributária da população têm até agora impedido que se estabeleça satisfatoriamente uma unidade de critério, retardando a adoção de uma política fiscal adequada". Como outros governantes antes dele, preconizava a isenção fiscal como meio de atrair investimento privado.

Na mesma linha de estratégia de expansão econômica proposta no começo do século por João Pinheiro da Silva*, o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção atribuía ao Estado duplo papel. Em primeiro lugar, deveria criar e manter as condições estimuladoras do investimento privado. Em segundo lugar, cabia-lhe agir supletivamente, aplicando recursos em serviços e pesquisas que dificilmente poderiam ser realizados por particulares. Assim é que o plano previa o levantamento acurado da carta agrogeológica de Minas, que serviria de base para a distribuição racional das culturas e técnicas agrícolas. A ocasião era aproveitada para se condenar a industrialização induzida por estímulos governamentais. Essa estratégia, segundo o Plano, não criava economia equilibrada, causando até o lamentável engrossamento do êxodo rural. Do mesmo modo, era preciso melhorar a qualidade da mão-de-obra agrícola. O plano comparava a produtividade da agricultura mineira com a de outras regiões adiantadas do mundo. Não reeditou as fazendas-modelo idealizadas por João Pinheiro da Silva*, mas instituiu a assistência itinerante aos agricultores, além de estações experimentais de cultura consideradas adaptadas às condições do solo e do clima das diferentes regiões mineiras.

É interessante acompanhar o argumento apresentado pelo plano de Giannetti para justificar a necessidade de investimento sistemático na modernização da lavoura e da pecuária de Minas. Dizia ele não ser mais possível que o orçamento público destinasse apenas 0,65% ao fomento da produção vegetal, quando se sabia que a taxa tributária incidente somente sobre o café correspondia a mais de 4% da receita pública total. O caso da pecuária era ainda mais grave. Para o fomento da produção animal só ia 0,36% do orçamento, que desse setor retirava, no entanto, cerca de 20% de sua composição, em rendas diretas e indiretas. O plano ia mais longe na crítica aos critérios de feitura do orçamento público. Comentava que a Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho era o único órgão público que cuidava do fomento à produção. Todavia, só contava com 5,6% das verbas orçamentárias. Desse total, só 1,9% era diretamente empregado no incentivo à lavoura e à pecuária e na promoção do ensino técnico. Paralelamente, outros órgãos da administração estadual, não diretamente encarregados da estrutura produtiva, recebiam dotações orçamentárias maiores. Se não houve uma reforma significativa do orçamento público durante a gestão de Mílton Campos, tratou-se, no entanto, de melhorar os instrumentos com os quais o Governo podia contar para ampliar sua capacidade de investimento direto e indireto. Assim é que se promoveu a reorganização das Coletorias Estaduais, visando a aumentar a eficácia arrecadadora da Fazenda Estadual (Lei nº 20, de 30/10/47). A Caixa Econômica Estadual, por sua vez, passou a funcionar com três carteiras - a de depósito, a bancária e a hipotecária -, transformando-se em órgão mais eficaz de crédito a curto e médio prazo (Lei nº 46, de 18/12/47).

Não obstante seu liberalismo, Mílton Campos dava-se conta da necessidade de aumentar a eficácia da ação governamental, de modo a fazer do Governo um instrumento positivo da promoção do desenvolvimento econômico e social. Em janeiro de 1948, sancionava a Lei nº 146, que reorganizava o serviço público, criando o Departamento de Administração, encarregado de racionalizar e modernizar a burocracia estadual. Apesar da ênfase ao setor agrícola, não deixou de lado medidas que teriam plena realização em Governos posteriores. Foi em seu Governo, mediante a Lei nº 310, de 30 de novembro de 1949, que se regulamentou a formação de sociedades de economia mista para a construção e exploração de centrais e usinas hidrelétricas. Definia-se ali o modo de participação do Governo, por meio da subscrição de ações e da emissão de títulos da dívida pública. A mesma lei regulamentou a constituição do Fundo de Eletrificação, já criado por decreto federal e previsto na Constituição Estadual de 1947. O fundo destinava-se a prover recursos para a execução do Plano Estadual de Eletrificação. Este começou a ser posto em prática com o início da construção da usina de Salto Grande, completada durante a gestão de Juscelino Kubitschek*. Mílton Campos ti-

nha, no entanto, muita sensibilidade para as peculiaridades do processo de formação e evolução da sociedade e da economia de Minas. Tal processo havia produzido grande dispersão demográfica e a multiplicação de pequenas e médias propriedades em todo o território do Estado. Em sua mensagem à Assembléia Legislativa, em junho de 1950, afirmava que, na tarefa de estimular o desenvolvimento do Estado, "preocupou-nos sobretudo a atuação ordenada e silenciosa de assentar alicerces sólidos para a construção de nossa grandeza. Sem, de qualquer modo, recorrer às indicações da economia dirigida, tivemos o cuidado de planejar a ação governamental em todos os setores administrativos, evitando assim as dispersões que esterilizam os esforços. As obras de envergadura, como as centrais elétricas, os grandes institutos e os amplos edifícios, não constituíram preocupação absorvente ou exclusiva e não impediram o cuidado das pequenas realizações, que, multiplicadas com método, acabam por formar a rede de serviços necessária à atividade de todos. Um edifício escolar, uma ponte, uma unidade sanitária, um posto de fomento à produção, uma facilidade à assistência social, uma ajuda ao produtor são providências modestas que, se repetidas ordenadamente, terminam por fornecer com eficiência o sistema de serviços fundamentais reclamados pelo povo".

Não via a transformação radical da estrutura econômica de Minas como o objetivo mais desejável pelo qual lutar. Os horizontes das metas propostas pelo Plano de Recuperação Econômica e de Fomento da Produção eram antes definidos pela visão de uma "civilização agrária", estavelmente estabelecida na economia rural. As iniciativas industriais de seu Governo confirmam essa visão. Ao lado da expansão da indústria do cimento nos Municípios de Vespasiano e Pedro Leopoldo, instalaram-se refinações de trigo e milho na Cidade Industrial. Nenhum desses empreendimentos, todavia, era de grande porte. A própria criação de órgãos e serviços essenciais à implementação do Plano de Recuperação Econômica e de Fomento da Produção concentrou-se nas necessidades do setor agrícola. Foram instalados o Instituto de Pesquisas Agronômicas, a Estação Central de Experimentação Vegetal, a Subestação de Fruticultura de Ouro Preto, a Estação Experimental de Cana, o Serviço Especial de Cultura do Algodão, o Serviço Especial de Cultura do Trigo, a Estação Central de Experimentação Animal. Além desses órgãos, implantaram-se 5 escolas agrícolas de grau médio e 25 elementares. O setor pecuário passou a contar com a colaboração de cinco laboratórios para as fábricas de vacinas e de três outros especializados em inseminação. As medidas visando à modernização das técnicos agrícolas ficaram a cargo de três comissões: a de estudos para a criação de uma rede de frigoríficos, a de instalação de moinhos centrais para calcários e de uma fábrica de adubos fosfatados e a comissão executiva e orientadora do Plano de Fomento da Produção. Os trabalhos das duas primeiras frutificaram no Governo de Juscelino Kubitschek*, quando se iniciou a construção da Frimisa, no Município de Santa Luzia, e da Fertisa, em Araxá. No preparo de mão-de-obra para o setor industrial, o Plano de Recuperação Econômica previa dez escolas vocacionais para a indústria e a contabilidade. Nas que se instalaram, a ênfase da formação profissional acabou recaindo na contabilidade, porquanto, de fato, a economia estadual se ressentia seriamente da falta de pessoal habilitado em controles financeiros. A própria administração pública apresentava manifesta necessidade de racionalizar os métodos e técnicas de seus serviços de contabilidade.

Como outros governantes que o antecederam, Mílton Campos procurou fortalecer o ensino agrícola em nível superior. Pelo Decreto nº 3.212, de 15 de dezembro de 1949, autorizava a emissão de apólices da Dívida Interna Fundada do Estado, a fim de obter recursos para a constituição do Fundo Universitário, destinado a garantir o bom funcionamento e a expansão da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, paralelamente procurando aliviar parte do orçamento estadual com educação. Levou avante o movimento pela criação da Universidade de Minas Gerais, vinculada ao Governo Federal, o que foi conseguido no final de 1949 (Lei nº 971, de 16/12/49). Foi durante o seu Governo que se democratizou o ensino médio em Minas, com a Lei nº 228, de 30 de setembro de 1948, que criava a rede de ginásios gratuitos. Ao mesmo tempo, cuidou-se da reciclagem e do aperfeiçoamento do professorado, com a promoção de cursos de férias ministrados por professores eminentes, convocados até no exterior.

Preocupou-se, também, com a criação de um mecanismo permanente para o atendimento dos problemas ligados à infância desvalida. O Departamento da Criança, instalado logo no início de seu Governo, representou o primeiro esforço institucionalizado, em Minas, para estabelecer uma política mais sistemática para lidar com a séria questão do menor abandonado e da assistência às mães e nutrientes das classes mais pobres. Mais tarde, já como Ministro da Justiça no Governo Marechal Castelo Branco, Mílton Campos organizou a legislação e a instalação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - Funabem -, que deu origem à Febem de cada Estado. Paralelamente, mostrou sempre grande interesse em melhorar os serviços de saúde pública e as condições de atendimento aos indigentes. Foi em seu Governo que se criou a Secretaria da Saúde e Assistência, que entregou ao professor José Baeta Viana*, da Faculdade de Medicina. Juntos, trataram de pensar caminhos que aumentassem os recursos para as poucas instituições hospitalares que, em todo o território mineiro, podiam assistir as populações carentes. Foram criadas a *Taxa de Assistência Hospitalar*, cobrada sobre transações com produtos agrícolas, e a *Subvenção por Leito-Dia*, com recursos provenientes da Loteria Estadual.

Mílton Campos governou Minas no difícil período de reconstitucionalização política, que se impunha após quase uma década de ditadura do Estado Novo. Em Minas, as grandes disputas começaram a surgir com a discussão da lei da reorganização administrativa e com a campanha para as eleições municipais. Com Pedro Aleixo* na Secretaria do Interior e Justiça, o Governo foi capaz de manter a harmonia e a estabilidade das novas instituições democráticas, não obstante os arraigados hábitos de mandonismo local, facilitados pela ditadura getulista. Apesar de disputas duras que se refletiam em acesas discussões na Assembléia Legislativa, 72 novos municípios foram criados durante seu Governo. Mílton Campos defendia o princípio federativo, lamentando o centralismo crescente, que gradualmente invalidou as provisões fundamentais da Constituição de 1891. De sua atuação como condutor da política mineira, na difícil fase de transição democrática, disse Tancredo de Almeida Neves*: "Na direção do Estado, ninguém melhor do que eu pode dizê-lo, líder que fui na oposição ao seu governo na Assembléia Legislativa, portou-se como magistrado. Foi o defensor do partido vencido (o PSD) e, às naturais exigências dos correligionários, respondia apelando para a lei, recusando-se formalmente à prática das derrubadas solicitadas. 'O meu governo será mais da lei do que dos homens': desta norma não se afastou. Relator da Constituição mineira promulgada em 1947, como ele o foi da promulgada em 1935, tive com o Governador vários contatos e pude verificar a preocupação de respeitar a lei, de transformar o Palácio da Liberdade em tribunal político, recusando-se a nele montar um laboratório de soluções facciosas".

Quatro anos depois de encerrado o mandato executivo, retornou à Câmara Federal na 3ª Legislatura (1955-1959). Ali participou das Comissões de Justiça, de Finanças, de Relações Exteriores e de Educação e Cultura. Foi Presidente nacional da UDN de 1955 a 1957, período de grande efervescência política, muitas vezes provocada pela ala udenista de oposição mais radical ao Governo Juscelino Kubitschek*, conhecida então como "Banda de Música". Mílton Campos assumiu nesse contexto uma postura moderadora, procurando resguardar padrões elevados de conduta pública e parlamentar, os quais sempre prezou. Por duas vezes a UDN viu em Mílton Campos a solução conciliatória que permitiria ao partido apresentar-se forte numa chapa de composição para a Presidência da República. Foi candidato à Vice-Presidência com Juarez Távora, em 1955, e com Jânio Quadros, em 1960. Em ambos os prélios foi derrotado por João Goulart, que representava a força ascendente do voto do trabalhador, a quem a UDN jamais conseguiu comover com o formalismo liberal que pregava nos discursos eleitorais. Em 1961, tão logo empossado, Jânio Quadros ofereceu-lhe a Embaixada de Washington, que Mílton Campos recusou, por julgar que serviria melhor ao País atuando no Legislativo. Em 1958, competiu com Artur Bernardes Filho*, que tornava a se candidatar por uma vaga ao Senado. Ganhou com larga margem de votação, numa fase em que o eleitorado udenista se expandia nos centros urbanos.

Quando, em março de 1964, se agravou a crise político-militar que culminou com o fim do regime de 1946, foi convidado pelo então Governador José de Magalhães Pinto* a compor sua equipe de assessores, como Secretário sem Pasta. Minas, na direção civil do movimento que depôs o Presidente João Goulart, assegurava assim seu compromisso com a rápida regularização da ordem política. Vitorioso o movimento, o Marechal Castelo Branco, que a 11 de abril de 1964 foi regularmente eleito Presidente do Congresso Federal, convocou Mílton Campos para o Ministério da Justiça, com a tarefa complexa de "dar à Revolução seu ordenamento jurídico". Aí ficou o liberal mineiro de abril de 1964 a outubro de 1965. Sua atuação na Pasta foi fértil na produção de códigos e regulamentos considerados essenciais para o eficiente funcionamento do Poder Judiciário, resguardando-se, paralelamente, os direitos do homem e do cidadão. Entre esses documentos fundamentais estão os Códigos Civil e das Obrigações, a Lei do Condomínio e Incorporações, a Lei da Ação Popular (calcada em projeto redigido pelo jurista Seabra Fagundes), a Lei de Estruturação da Justiça Federal de Primeira Instância. Em sua gestão, designou uma comissão de alto nível, composta por Orozimbo Nonato*, Prado Kelly e Dario Paulo de Almeida Magalhães* para a elaboração de anteprojeto de reforma do Poder Judiciário, que acabou substituído durante o Governo do Presidente Geisel. Cuidou, também, de transformações necessárias no processo eleitoral reunidas na Lei do Domicílio Eleitoral, no Código Eleitoral e na Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Sua passagem pelo Ministério da Justiça corresponde ao período de vigência do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, que, segundo as intenções iniciais dos líderes revolucionários, deveria ser o único instrumento de arbítrio, de duração limitada, visando a regular o período de exceção que se seguiu à deposição de João Goulart. Quando Mílton Campos pediu sua exoneração, em 1º de outubro de 1965, julgava cumprido seu compromisso com a tarefa de criar instituições favorecedoras da democracia e de realização plena dos direitos do cidadão. Estava-se às vésperas das eleições para o Governo Estadual em muitas unidades da Federação. Mílton Campos não teve, então, participação nas discussões e decisões que levaram o Governo Militar a editar o Ato Institucional nº 2, que extinguiu os partidos políticos existentes, instituindo o bipartidarismo e tornando indiretas as eleições para Governadores.

Por duas vezes o Presidente Castelo Branco ofereceu-lhe um lugar no Supremo Tribunal Federal, mas em ambas as ocasiões recusou a nomeação. Preferiu voltar ao Legislativo, tendo sido reeleito Senador para a 6ª e 7ª Legislaturas (1967-1975). Durante esse mandato, representou o Brasil na Conferência Interparlamentar de Atenas e, por incumbência do Congresso Nacional, realizou extensa pesquisa sobre as instituições parlamentares nos Estados Unidos e em vários países europeus, a qual deveria servir de base para um anteprojeto de reforma parlamentar no Brasil, que preparava por ocasião de seu falecimento. Como Senador, aplicou-se afincadamente ao estudo da questão agrária, analisando as alternativas que se ofereciam para esse magno problema brasileiro. Foi de Mílton Campos a proposta de reforma agrária que inspirou as diretrizes básicas do *Estatuto da Terra*, adotado após o movimento de 1964. Continuou sempre a pregar os princípios do humanismo e do liberalismo. Em 1966, escolheu o louvor da tolerância como tema da aula magna de abertura dos cursos da Universidade Federal de Minas Gerais. Em um dos seus últimos pronunciamentos perante o Senado, a 7 de novembro de 1969, legou à Nação valiosa mensagem democrática. "Cumpre distinguir, disse então, entre Revolução e seu processo. A Revolução há de ser permanente como idéia e inspiração, para que a colaboração do tempo, invocada pacientemente, possa produzir seus frutos, que se caracterizam principalmente pela mudança consentida das estruturas e da mentalidade dominante, seja no povo, seja nas elites. O processo revolucionário há de ser transitório e breve, porque sua duração tende à consagração do arbítrio, que elimina o direito, intranqüiliza os cidadãos e paralisa a evolução do meio social. O que urge institucionalizar, portanto, é a Revolução e não o seu processo". Sua concepção de revolução correspondia, sem dúvida, aos mais genuínos princípios do udenismo original, tão bem representado pelos ideais de renovação política que sempre orientaram a militância do amigo Virgílio de Melo Franco*, inspirador ideológico da criação da UDN. Queria o império da lei, o governo honesto, a participação de elites esclarecidas na condução da vida pública. Deixou, ainda, outra herança indiscutível do seu compromisso com os direitos humanos ao relatar, favoravelmente, o projeto do estatuto da mulher casada, continuamente apresentado pelo Deputado Nélson Carneiro e sempre bloqueado no Senado. O substitutivo apresentado e defendido por Mílton Campos permitiu a aprovação da lei, que teve efeitos muito positivos na ampliação dos direitos da mulher.

Fiel a seu credo político, ergueu bravamente a voz, em dezembro de 1968, contra o fechamento do Congresso, imposto pelo Ato Institucional nº 5. No depoimento que deu para o Arquivo Sonoro de Minas Gerais, em junho de 1969, numa promoção do jornal *Diário de Minas* e da Rádio Itatiaia, esclareceu seus pontos de vista sobre duas importantes questões do Brasil contemporâneo. Primeiro, o papel e a importância dos técnicos na consolidação do desenvolvimento nacional. Julgava-os cruciais, portadores que são do saber necessário para informar as decisões melhores. Mas a sabedoria final da decisão, atribuía-a ao homem político, com a sensibilidade que o deve caracterizar para o interesse maior do bem comum. Julgava Mílton Campos que a prática exercitadora da sabedoria política deve ser sempre "o contato com o povo, (...) ato de humildade útil que elimina naturalmente a arrogância do triunfador". E acrescentava: "Acredito que o povo pode não acertar; freqüentemente não acerta, mas a organização, quando bem feita, resiste a todos os desacertos". A segunda questão refere-se ao melhor regime político para o Brasil. Mílton Campos defendeu então o parlamentarismo, único sistema capaz de distribuir efetivamente a responsabilidade do Governo, tirando do Presidente a soma de poderes que detém no sistema presidencialista.

Pertenceu ao Partido Progressista, à UDN e à Arena.

Na imprensa, militou desde 1925, quando publicou em *A Revista*, órgão do movimento modernista em Minas, uma série de máximas e de epigramas que escrevera três anos antes. Foi, depois, Diretor da sucursal dos Diários *Associados* e colaborador do antigo *Diário de Minas*. Em 1953, foi eleito para a AML, como sucessor de Lindolfo Gomes*, na cadeira nº 29, cujo patrono é Aureliano Pimentel. Foi membro do IHGMG

e do Instituto do Direito Civil Comparado, de Paris. Foi professor de Política na Faculdade de Filosofia da UMG e co-fundador da Faculdade de Direito da Universidade Católica, na qual regeu a cadeira de Direito Constitucional. Foi provedor e vice-provedor da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte.

Publicou *Compromisso Democrático*, em 1951, volume que reúne seus discursos como Governador. Alguns meses após sua morte, foi publicada a coletânea *Testemunhos e ensinamentos*, organizada por Antônio Gontijo de Carvalho, onde estão os demais escritos produzidos entre 1922 e 1971. Entre esses, destacam-se dois ensaios sobre Minas Gerais: "A constante liberal de Minas Gerais" (1927), e "Evolução da Civilização Mineira" (1956), este último apresentado originalmente no Segundo Seminário de Estudos Mineiros.

Além de seu pai, atuaram na vida pública seu tio Luís Martins Soares* e seu primo Luís Soares Dulci*.

Estado de Minas

Mílton Soares Campos, maio de 1961

FONTES: *Anais do Senado. 1972.* Brasília, Diretoria de Publicações, s. n.: 163-85, 1972./ ANDRADE, Carlos Drummond de. Mílton. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (223): 51-2, jan./fev. 1972./*Anuário da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais. 1939-1953.* Belo Horizonte, s. d., 1954./CAMPOS, Mílton Soares. *Compromisso Democrático.* Belo Horizonte, Publicações da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, 1951./CANÇADO, Antônio Augusto de Melo. Duas figuras carismáticas. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (212): 76-8, mar./abr. 1970./CAPANEMA, Gustavo. Mílton Campos. In: *Digesto Econômico*. São Paulo (224): 92-102, mar./abr. 1972; *Em homenagem ao Senador Mílton.* Discurso pronunciado no Senado Federal na sessão do dia 12 de abril de 1972. Brasília, Biblioteca do Senado, 1972./CARNEIRO, Nélson. Mílton Campos. In: *Digesto Econômico*. São Paulo (224): 88-91, mar./abr. 1972./CARVALHO, Antônio Gontijo de. org. *Testemunhos e ensinamentos.* Rio de Janeiro, J. Olympio, 1972./Carvalho Pinto. Mílton Campos. In: *Digesto Econômico*. São Paulo (225): 81-2, maio/jun. 1972./ CORTÉS, Antônio Maria Cardoso. *Homens e instituições no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, IBGE, 1957./COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje.* Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./*Diário de Minas.* Belo Horizonte, 10 jun. 1969, Caderno Especial; 20 jan. 1972, Caderno Especial./DUTRA, W. & CUNHA, F. *Biografia crítica das letras mineiras.* Rio de Janeiro, s. ed., 1956./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 12 mar. 1967. p. 4; 18 jan. 1971. pp. 1, 3, 4, 12; 14 maio 1974. p. 3; 15 mar. 1975. p. 4; 18 fev. 1976, 2ª seção. p. 3./ FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais.* Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./GALOTI, Luís. Mílton Campos. In: *Digesto Econômico*. São Paulo (224): 27-8, mar./abr. 1972./ HILTON, Ronald. *Who's Who in Latin America.* 3rd. edition. Stanford University Press, 1948./HORTA. Raul Machado. In: *Digesto Econômico*. São Paulo (224): 29-30, mar./abr. 1972./KELLY, J. E. do Prado. Mílton Campos. In: *Digesto Econômico*. São Paulo (225): 7-11, maio/jun. 1972./Magalhães Pinto. Mílton Campos. In: *Digesto Econômico*. São Paulo (225): 59-61, maio/jun. 1972./OLIVEIRA, Martins de. *História da literatura mineira.* 2. ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./MARTINS, Luís. Belo Horizonte, 20 mar. 1946. p. 1; 19 mar. 1947. p. 2; 23 set. 1959. p. 15; 30 jun. 1969, Diário do Legislativo, pp. 4-6; 18 jan. 1972. pp. 2, 4-6; 29 jan. 1972, Suplemento Literário. pp. 1-12; 19 abr. 1972. p. 4; 17 maio 1972, Diário do Legislativo. pp. 5-7; 19 maio 1972, Diário do Legislativo. p. 4; 3 dez. 1974. p. 2./MIRANDA, Ministro Décio. O grande Mílton Campos. In: *Digesto Econômico*. São Paulo (224): 16-18, mar./abr. 1972./ MOREIRA, Vivaldi. *Mílton Campos. Política e Letras.* Brasília, Gráfica do Senado Federal, 1972./MOURA, Margarida de. *Mineiros ilustres.* s. n., s. t./NEVES, Tancredo. Mílton Campos. In: *Digesto Econômico*. São Paulo (224): 103-9, mar./abr. 1972./*O Diário,* Belo Horizonte, 19 mar. 1947. pp. 7-8./ PAULA, Almênio José & FERREIRA, Saturnino G. *Precursores e figuras notáveis de Minas Gerais.* Belo Horizonte, Editora São Vicente, 1972./PEREIRA, Caio Mário da Silva. Mílton Campos. In: *Digesto Econômico*. São Paulo (225): 62-8 maio/jun. 1972./ PEREIRA, Carlos Horta. Em memória de Mílton Campos. In: *Digesto Econômico*. São Paulo (227): 33-9, set./out. 1972./RENAULT, Abgar. Compromisso Democrático. In: *Digesto Econômico*. São Paulo (224): 19-26, mar./abr. 1972./*Revista do Arquivo Público Mineiro.* Belo Horizonte, *27*: s. p., dez. 1976./ RODRIGUES, Geraldo Pinto. Um caráter. In: *Digesto Econômico*. São Paulo (228): 96-7, nov./dez. 1972./SALES, José Bento Teixeira de. *Mílton Campos - uma vocação liberal.* Belo Horizonte, Vega, 1975./*Senado Federal.* Arquivo Histórico. Dados biográficos./*Senadores: dados biográficos.* 6ª e 7ª Legislaturas (1967-1975). Brasília. Arquivo-Senado Federal, s. d./SILVA, Gastão Pereira da. *Constituintes de 1946:* dados biográficos. Rio de Janeiro, s. ed., 1947./SILVA, L. G. Nascimento. O admirável mineiro. In: *Digesto Econômico*. São Paulo (223): 87-8, jan./fev. 1972./SOUSA, J. P. Galvão de. Política humanista. In: *Digesto Econômico*. São Paulo (226): 32-5, jul./ago. 1972./VIEIRA CRISTO, Mílton. A vitória da vida sobre a morte. In: *Digesto Econômico*. São Paulo (223): 89, jan. 1972.

CAMPOS, Natal Dias

Magistrado, advogado e promotor, nasceu em Rio das Pedras, então Distrito de Estrela do Sul (hoje cidade de Cascalho Rico), MG, a 13 de março de 1912. Filho de Josias Dias Campos e de Lenita da Silva Campos.

Fez os estudos secundários no Ginásio Diocesano Municipal do Sagrado Coração de Jesus, em Uberaba, MG, e bacharelou-se pela FDUMG em 1933.

Logo depois de formado, exerceu por alguns meses a advocacia e, em seguida, a Promotoria de Justiça nas Comarcas mineiras de Carmo do Paranaíba e Patos de Minas. Ingressando na Magistratura estadual, foi Juiz de Direito, sucessivamente, em Monte Azul e Frutal (1940), Patrocínio (1946), São Sebastião do Paraíso (1948), Teófilo Ottoni (1952) e Cataguases (1953). Promovido a Desembargador em dezembro de 1960, desempenhou os cargos de Juiz efetivo (1968) e de Presidente do TRE (1969-1970),

Estado de Minas

Natal Dias Campos, maio de 1979

Corregedor de Justiça do Estado (1973-1975), Vice-Presidente (1977-1978) e Presidente (1978-1980) do Tribunal de Justiça, onde terminou a carreira, pela aposentadoria, em março de 1982.

FONTES: *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 24 ago. 1977. Diário do Judiciário. pp. 2-3; 21 fev. 1978. Diário do Judiciário. p. 1-2./*Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.* Secretaria. Ficha funcional./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino.

CAMPOS, Paulo Mendes

Escritor, jornalista e servidor público, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 28 de fevereiro de 1922. Filho do médico e escritor Mário Mendes Campos* e de Maria José de Lima Campos. Casado com Joan Abercrombie.

Fez os estudos secundários no Colégio Arnaldo de Belo Horizonte, no Colégio Dom Bosco de Cachoeira do Campo, MG, e no Colégio Santo Antônio de São João del-Rei, MG. Em seguida freqüentou por um ano (1939) o curso complementar de Odontologia da UMG, a Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre, RS (1940), e as primeiras séries da FDUMG e da Escola de Veterinária de Minas Gerais. Interessado desde jovem pela literatura, publicou seu primeiro artigo no jornal belo-horizontino *O Diário,* sobre a poesia de Raul de Leoni, e dirigiu o suplemento literário da *Folha de Minas,* também editada na Capital do Estado.

Em 1945, passou a morar no Rio de Janeiro, DF, onde conseguiu seu primeiro emprego no Instituto Nacional do Livro, para a organização de um dicionário de literatura e, em seguida, trabalhou na *Revista do Comércio Chileno-Brasileira.* Em setembro de 1945, como um dos representantes de Minas, participou do I Congresso Brasileiro de Escritores, realizado em São Paulo, SP. Em 1947, ingressou no quadro de funcionários do Instituto Nacional de Aposentadoria e Pensões dos Servidores do Estado - IPASE -, na função de redator. Colaborou nos órgãos da imprensa carioca *O Jornal, Correio da Manhã e Diário Carioca,* neste publicando inicialmente uma crônica literária semanal e, em seguida, a coluna diária "Primeiro Plano". Foi, ainda, colaborador das revistas *Manchete* e *Cláudia* e autor de vários textos para a televisão, entre os quais um sobre o Aleijadinho e outro sobre Fernão Dias. No Rio de Janeiro exerceu também o cargo de Diretor da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional. Em 1956, participou do Congresso da Paz, em Estocolmo, Suécia.

Publicou as obras *A palavra escrita* (poesia), Rio de Janeiro, Editora Hipocampo, 1951; *O domingo azul do mar* (poesia), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1958; *O cego de Ipanema* (crônicas), Rio de Janeiro, Editora do Autor, 1960; *Homenzinho na ventania* (crônicas), Rio de Janeiro, Editora do Autor, 1965; *Testamento do Brasil e Domingo azul do mar* (poesias), Rio de Janeiro, Editora do Autor, 1966; *Hora do recreio* (humor), Rio de Janeiro, Editora Sabiá, 1967; *O anjo bêbado* (crônicas), Rio de Janeiro, Editora Sabiá, 1969; *27 crônicas,* Rio de Janeiro, Editora Tecnoprint, 1976; *Transumanas* (poesia), Rio de Janeiro, 1977; *Supermercado* (crônicas), Rio de Janeiro, Edições de Ouro/Tecnoprint, 1976; *Crônicas escolhidas,* São Paulo, Ática, 1981; *Diário da tarde* (assuntos diversos), Rio de Janeiro/ São Paulo, Civilização Brasileira, 1981. Traduziu várias obras de autores estrangeiros, entre eles Pablo Neruda e T. S. Eliot.

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: Mário Mendes Campos. CEM/UFMG./*Enciclopédia Mirador Internacional.* São Paulo/ Rio de Janeiro, Encyclopédia Britânica do Brasil Publicações. 1979.

CAMPOS, Rubens Ferreira

Político, médico e professor, nasceu em Santíssima Trindade do Descoberto, Distrito de Rio Novo, Província de Minas Gerais (hoje cidade de Descoberto), a 17 de novembro de 1882, e faleceu em Juiz de Fora, MG, a 7 de novembro de 1941. Filho de José Maria Ferreira Campos e de Regina Queirós Ferreira Campos. Casado, em primeiras núpcias, com Maria Augusta Sarmento Campos e, em segundas, com Selma Teixeira Campos.

Diplomado pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro, fixou-se em Juiz de Fora, onde clinicou e foi fundador e professor da Escola de Farmácia e Odontologia, Diretor do Dispensário Eduardo de Meneses, chefe político, Prefeito Municipal substituto e Diretor do Departamento Municipal de Saúde.

Elegeu-se Deputado Estadual, seguidamente, para a 8ª, 9ª e 10ª Legislaturas (1919-1930).

Pertenceu ao PRM.

Atuou na política municipal seu irmão Joaquim Campos.

FONTE: *Dados biográficos.* Informante: Noemi Teixeira Vieira. CEM/UFMG./*Diário de Minas,* Belo Horizonte, 17 nov. 1923. p. 2.

CAMPOS, Rui Carlos de

Diretor da Imprensa Oficial, nasceu em Teófilo Otoni, MG, a 19 de dezembro de 1941. Filho de Rui Campos e de Armandina Bamberg de Campos. Casado com Vânia Regina Guedes de Campos.

Por ato do Governador Newton Cardoso*, foi nomeado Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, em 8 de março de 1990. No dia 21 de março de 1991 foi exonerado do cargo.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

CAMPOS, Teodósio Bandeira

Político, professor, bancário e agricultor, nasceu em Dores da Boa Esperança (hoje Boa Esperança), MG, a 28 de setembro de 1890, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 14 de dezembro de 1960. Filho de Carlos Bandeira de Gouveia e de Teodósia Bandeira Campos. Casado com Orminda Reis Campos Bandeira.

Em Três Pontas, MG, exerceu o magistério por vários anos, a gerência da agência do Banco da Lavoura de Minas Gerais S.A. e o cargo de Prefeito Municipal.

Deputado Estadual na 3ª Legislatura (1955-1959).

Pertenceu ao PSD.

FONTES: *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 15 dez. 1960. p. 9; 17 dez. 1960. Diário do Legislativo. pp. 2-3/*Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais.* Serviço de Controle do Eleitorado e Expediente.

CAMPOS NETO, Agostinho

Político e advogado, nasceu em Alto Rio Doce, MG, a 11 de março de 1927. Filho do fazendeiro e político Feliciano Alves Campos e de Jesuvina de Oliveira Campos. Casado com Célia Nogueira de Resende Campos.

Diplomado em Direito, de 1955 a 1956 advogou em Conselheiro Lafaiete, onde iniciou a carreira política como Vereador à Câmara Municipal (1958-1962).

Deputado Estadual na 5ª e 6ª Legislaturas (1963-1971) e suplente na 8ª (1975-1979), foi 2º-Vice-Presidente da Comissão Executiva da Assembléia (1965), Líder do PR (1964), Vice-Líder da Arena (1969), Presidente (1968) e membro (1969) da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (1968),

Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura (1966) e membro das Comissões de Constituição, Legislação e Justiça (1963; 1967; 1970), de Assuntos Municipais (1963), de Segurança Pública (1966) e de Siderurgia e Mineração (1968).

Pertenceu ao PR e à Arena.

Além de seu pai, que foi chefe do PRM em Alto Rio Doce, atuaram na política seu sogro, Telésforo Cândido de Resende, ex-Prefeito de Conselheiro Lafaiete, e seus cunhados Eliseu Resende*, Ministro de Estado, e João Nogueira de Resende*.

FONTES: FLEISCHER, David V, *Candidatos Parlamentares do Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais*. Serviço de Controle do Eleitorado e Expediente.

CANABRAVA, Dálton Moreira

Político, médico e fazendeiro, nasceu em Curvelo, MG, a 22 de dezembro de 1924. Filho do comerciante e fazendeiro Antônio Barbosa Canabrava e de Odete Moreira Canabrava. Casado com Suzana Pinto Canabrava.

Fez o curso secundário no Liceu Mineiro de Curvelo (1942), e no Colégio Anchieta de Belo Horizonte, MG, (1944), e diplomou-se pela Faculdade de Medicina da UFMG em 1950.

Passando a clinicar em sua terra natal, onde dirigia o Hospital Santo Antônio, ingressou na política como Vereador (1954-1958/1959-1963) e foi Presidente da Câmara Municipal de 1955 a 1958. De 1958 a 1964, trabalhou no serviço médico da Previdência Social.

Suplente de Deputado Estadual na 5ª Legislatura (1963-1967), chegou a exercer o mandato e foi Deputado efetivo da 6ª à 10ª Legislatura (1967-1987), ocupando os cargos de Secretário da Comissão Executiva da Assembléia (1970); Líder (1974; 1979) e Vice-Líder do MDB (1967; 1971-1972; 1979); Líder do Bloco Parlamentar do Partido Popular (1980; 1982); Presidente das Comissões de Saúde Pública (1971) e de Saúde e Ação Social (1973-1974; 1979-1982); Vice-Presidente das Comissões de Saúde Pública (1967-1969) e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1968); membro efetivo das Comissões do Polígono das Secas (1967; 1969; 1971), de Economia e Obras Públicas (1972); de Agropecuária e Política Rural (1972-1974; 1983-1984); de Assuntos da Sudene e Estímulos Fiscais (1975-1979); de Siderurgia e Mineração (1975) e da Comissão Especial incumbida de organizar as festividades do sesquicentenário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais (1984). Foi Presidente da Assembléia Legislativa no período de 1985 a 1986.

Elegeu-se Deputado Federal Constituinte para o período de 1987-1991, quando foi Vice-Líder do PMDB na Câmara Federal, membro efetivo da Comissão de Transportes e suplente da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social, 2º-Vice-Presidente da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo e suplente da Subcomissão da Questão Urbana e Transporte.

Desde 1976 é fazendeiro no Município de Curvelo, MG. Foi membro da Associação Médica de Minas Gerais.

Filiado ao PMDB, pertenceu à UDN, ao MDB e ao Partido Popular.

Atuaram na política seu bisavô Antônio Francisco França Canabrava, primeiro Presidente da Câmara Municipal de Curvelo na fase republicana; seu tio-avô José Cupertino Siqueira*; seu primo Newton Gabriel Diniz, Prefeito de Curvelo de 1946 a 1950; seu sogro, Péricles Pinto da Silva*; seu cunhado Marcelo Viana, Prefeito de Sete Lagoas, MG, no período 1952-1956; seu concunhado Paulo Salvo*; seu irmão Antônio Alberto Canabrava, Diretor-Geral do DNER, e Dálton Canabrava Moreira Filho, Presidente da Fundação Clóvis Salgado.

Estado de Minas

Dálton Moreira Canabrava, 1985

FONTES: *Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais*. Arquivo. Ficha biográfica./ *Deputados Estaduais de Minas Gerais à 8ª Legislatura 1975-9*. Ficha biográfica. Convênio APM/UCMG. Coordenador: Caio C. Boschi./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 5-6 fev. 1967. p.3; 19 out. 1979. pp. 1-3/ FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica, APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 2 fev. 1980. Diário do Legislativo, p. l. BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Assembléia Nacional Constituinte - 1987*: repertório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. 2. ed. Brasília, 1989. pp. 216-217.

CANABRAVA, Elpídio Martins

Político, promotor e advogado, nasceu em São Francisco, MG, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 13 de fevereiro de 1936. Filho do Coronel da Guarda Nacional Teotônio Canabrava e de Maria Canabrava. Casado com Laura Viana Canabrava.

Fez o curso de Humanidades no Seminário de Mariana, MG, e bacharelou-se pela FDBA.

Iniciou sua vida pública como Promotor de Justiça de Cataguases, MG. Posteriormente exerceu a advocacia em Cataguases e em Queluz de Minas (atual Conselheiro Lafaiete). Transferindo-se para Belo Horizonte, durante o Governo de Francisco Antônio de Sales* ocupou os cargos de Delegado Auxiliar e de Chefe Interino de Polícia.

Deputado Estadual na 8ª e 9ª Legislaturas (1919-1926), fez-se porta-voz das reivindicações do Norte de Minas.

Elegeu-se, a seguir, Deputado Federal para a 13ª e a 14ª Legislaturas (1927-1930).

FONTES: CARVALHO, Daniel de. *Capítulos de memórias*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1957./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 16 fev. 1936. p. 5./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 29 set. 1922. p. 6; 15 fev. 1936. p. 19./*O Diário*, Belo Horizonte, 4 mar. 1936. p. 5./ SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

CANABRAVA, Hildebrando ver RODRIGUES, Hildebrando Canabrava

CANARINHO, José Arnaldo

Político e industrial, nasceu em Nova Serrana, MG, a 8 de outubro de 1941. Filho do industrial José Paulo dos Santos e de Maria da Conceição dos Santos. Casado com a professora Vânia Cota Arnaldo.

Concluiu seus estudos secundários na Escola Técnica de Comércio Brasileiro, em Belo Horizonte.

Como empresário, foi fundador e Diretor-Presidente do Frigoarnaldo Indústria e Comércio Ltda. e do Frigorífico Industrial Betim Ltda. - Frigobet -, desde 1984. Como pecuarista, dirigiu as empresas Agropecuária Boa Vista Ltda. e Agropecuária Cruzeiro do Sul Ltda., ambas em Nova Serrana.

Em Contagem, foi Chefe de Gabinete do Prefeito Ademir Lucas* (1º/1/1989-5/5/1989) e, posteriormente, Secretário de Esportes, Lazer e Turismo (maio de 1989 - agosto de 1990).

Foi eleito Deputado Estadual para a 12ª Legislatura (1991-1995). Na Assembléia é membro efetivo da Comissão de Agropecuária e Política Rural, além de suplente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer e da Comissão de Meio Ambiente.

Filiado ao PSDB, pertenceu ao PTB.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

CANÇADO, Antônio Augusto de Melo

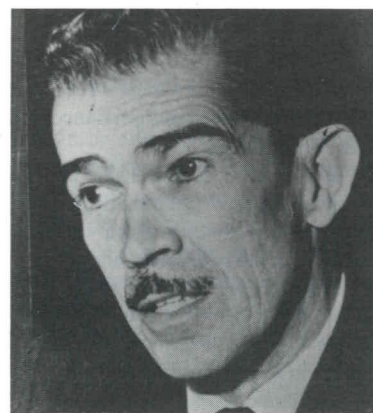
Escritor, acadêmico, jornalista, professor e técnico de Educação, nasceu em Pará, MG (atual Pará de Minas), a 1º de março de 1912, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 22 de agosto de 1981. Filho dos professores Augusto Lopes Cançado e Judite Ester de Melo Cançado. Casado com Maria da Glória Machado de Melo Cançado.

Terminado o curso de Humanidades com os padres do Verbo Divino, em Juiz de Fora, MG, era sua intenção encaminhar-se para a vida religiosa, na mesma congregação, mas as condições de saúde não lho permitiram. Tornou-se então, professor de Português e Latim no Ginásio São Geraldo, em sua terra natal. Fixando-se, logo depois, em Belo Horizonte, trabalhou como entregador de contas e, em seguida, como linotipista do jornal *Estado de Minas*, revalidou os estudos anteriores e ingressou na FDUMG, pela qual se bacharelou em 1941.

A esse tempo, entrou para o serviço público estadual, na Secretaria da Educação, onde alcançou o cargo de Técnico de Educação e permaneceu em atividade cerca de 33 anos, tendo chefiado o Departamento de Ensino Primário (1950) e o Departamento de Educação (1961-1964) e desempenhado as funções de Secretário de Estado (1965). Iniciou-se no magistério superior em 1950, como professor-fundador da Faculdade Mineira de Direito, hoje pertencente à PUC-MG, da qual foi Diretor por dez anos consecutivos e titular de Direito Romano até 1970. Lecionou, ainda, Sociologia nas Escolas de Serviço Social e de Enfermagem e na Faculdade de Filosofia da mesma universidade. Aprovado em concurso de Direito Romano na Faculdade de Direito da UMG em 1951, ali regeu sucessivamente, desde 1953 até falecer, Introdução à Ciência do Direito, Direito Público, Filosofia do Direito, Direito do Trabalho, Direito Civil e Direito Romano, História do Direito e Estudo de Problemas Brasileiros. De 1955 a 1958, durante a gestão do Prefeito Celso Melo de Azevedo*, dirigiu o Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura de Belo Horizonte. Em 1961, foi nomeado Diretor-Geral do Departamento Nacional de Educação, mas não chegou a assumir o cargo. Membro do Conselho Estadual de Educação desde a criação do órgão, integrou as Câmaras de Ensino Médio e de Planejamento e Normas até à véspera de seu falecimento.

Eleito para a AML na sucessão do historiador Salomão de Vasconcelos*, em agosto de 1966 empossou-se na Cadeira nº 6, patrocinada por Bernardo Pereira de Vasconcelos. Pertenceu, também, à Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais, ao IHGMG, à Sociedade Brasileira de Romanistas e à Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos.

Jornalista profissional desde 1944, fez parte do quadro de redatores de *O Diário*, matutino de inspiração católica que se editou em Belo Horizonte, colaborou em vários órgãos das imprensas mineiras e paulista e dirigiu a Revista da Faculdade de Direito da UCMG. Além de ensaios em revistas, publicou os livros *Patrícios e plebeus*, tese de concurso (1949); *Temas e figuras*, coletânea de estudos de Sociologia, Filosofia e Religião (1949); *Presença de Vila Rica*. Belo Horizonte, Edições Movimento-Perspectiva, 1965; *Literatura infantil* (1971); *Moral, Direito, Profissão* (1971); *Em louvor de Pitangui* (1971); *Manoel Thomaz de Carvalho Britto* (1972); *O primeiro mestre* (1972); *250 anos de música em Minas* (1974); *O direito de ser feliz*. Belo Horizonte, Editora Lemi, 1971; *Rui, tribuno do povo* (1979). Deixou inédita a obra *Breve história do Direito*.

Estado de Minas

Antônio Augusto de Melo Cançado, julho de 1975

FONTES: AVELAR, Antônio Ribeiro de. *Figuras da casa de Minas*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1960./COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./ Figuras do Instituto Histórico. Antônio Augusto de Melo Cançado. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, *11:* 225, 1964./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 6 jul. 1965. p. 16; 25 set. 1965. p. 16; 17 ago. 1966. p. 2; 22 nov. 1968. p. 2.

CANÇADO, José Maria Lopes

Político, professor e advogado, nasceu em Pitangui, MG, a 1º de novembro de 1901, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 13 de julho de 1982. Filho do Major da Guarda Nacional Agenor Lopes Cançado e de Maria Carolina Filgueiras Cançado. Casado com Maria do Carmo Mascarenhas Cançado.

Fez o curso secundário no Colégio Santo Antônio, em São João del-Rei, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da antiga Universidade do Brasil em 1924.

Quando acadêmico no Rio de Janeiro, DF, participou do movimento de ação social católica liderado por Jackson de Figueiredo e formou entre os fundadores do Centro Dom Vital, em 1921.

Logo depois de concluir os estudos, regressou a Pitangui para advogar e lecionar Português e Francês na Escola Normal, cuja direção assumiu em 1928. Militou, também, na política local, ao lado de seu pai, que chefiava a oposição.

Filiado ao PRM após a Revolução de 1930, elegeu-se Deputado à Constituinte Estadual e para a 1ª Legislatura (1935-1937), tendo integrado a Comissão Constitucional e a Comissão de Educação e Cultura. Durante o Estado Novo, manteve banca de advogado em Belo Horizonte.

Signatário do Manifesto dos Mineiros em outubro de 1943, em 1945 ingressou na extinta UDN, pela qual se elegeu Deputado à Assembléia Nacional Constituinte e para a 1ª Legislatura (1946-1951).

Afastado desde então da política, dedicou-se à atividade industrial na área têxtil.

Por muitos anos publicou na imprensa mineira uma coluna de análise política.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Maria do Carmo Mascarenhas Cançado. CEM/UFMG./FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./SILVA, Gastão Pereira da. *Constitu-*

intes de 46. Dados biográficos. Rio de Janeiro, s. ed., 1947.

CANEDO, Agenor Augusto da Silva

Político, jornalista, fazendeiro e comerciante, nasceu em São Paulo do Muriaé, Província de Minas Gerais (atual Muriaé), a 16 de dezembro de 1875, e faleceu na mesma cidade, a 12 de outubro de 1942. Filho do Desembargador Antônio Augusto da Silva Canedo e de Eudóxia Augusta Pena Canedo. Casado, em primeiras núpcias, com Dagmar Renault Costa Ferreira e, em segundas, com Alice Martins Vilela Canedo.

Fez o curso de Humanidades no Colégio do Caraça, onde teve como colegas de turma os futuros Presidentes Artur da Silva Bernardes*, Raul Soares de Moura* e Melo Viana*. Frequentou, em seguida, a FDRJ até o 3º ano.

Atuando na imprensa de Juiz de Fora, ali fundou, em 1909, o jornal *Diário do Povo*, que circulou dez anos sob sua direção e responsabilidade. Fundou e dirigiu, também, o *Muriaé-Jornal* (1919-1929) e colaborou em outros periódicos regionais.

Foi Vereador à Câmara Municipal de Juiz de Fora, representando o Distrito de Chácara, e Prefeito de Muriaé a partir de 1920.

Elegeu-se Deputado Estadual para a 8ª, 9ª e 10ª Legislaturas (1919-1930); para a primeira, na vaga de João Baeta Neves*.

Exerceu atividades na cultura e no comércio de café no Município de Muriaé, e na indústria têxtil de Juiz de Fora.

Pertenceu ao PRM.

Militaram na política seus sobrinhos Antônio Augusto Soares Canedo* e Pio Soares Canedo* e seu sobrinho-neto Ronaldo Passos Canedo*. Eram tios de sua esposa o Presidente Afonso Augusto Moreira Pena* e o Ministro Belisário Augusto de Oliveira Pena, e primo o Ministro Afonso Pena Júnior*.

FONTES: *Dados biográficos.* Informantes: Prefeitura Municipal de Muriaé/José Clóvis Canedo. CEM/UFMG./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 18 out. 1942. p. 9.

CANEDO, Antônio Augusto Soares

Político e médico, nasceu em Muriaé, MG, no ano de 1906, e morreu, vítima de acidente na Rodovia Rio-Belo Horizonte, em 8 de abril de 1959. Filho de Afonso Augusto da Silva Canedo e de Maria Soares Canedo. Casado com Oneida Junqueira Passos Canedo.

Fez o curso secundário no Colégio dos Padres Salesianos, em Niterói, RJ, e formou-se pela FMRJ em 1927.

Deputado à Constituinte Estadual e na 1ª Legislatura (1947-1951), exerceu os cargos de Líder da Maioria e Vice-Presidente da Comissão de Serviço Público Civil (1949) e membro das Comissões de Redação (1949) e de Segurança Pública (1950). Na Assembléia, apresentou projeto de lei criando o Departamento Estadual da Criança.

Foi Prefeito de Muriaé (1954) e integrou o quadro de médicos do DNER.

Pertenceu ao PR e ao PSD.

Atuaram na política seu irmão Pio Soares Canedo*, seu tio Agenor da Silva Canedo* e seu filho Ronaldo Passos Canedo*.

FONTES: *Anais da Assembléia Constituinte de 1947.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, *2:* 587-600, s. d./*Dados biográficos.* Informante: Prefeitura Municipal de Muriaé. CEM/UFMG. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 9 abr. 1959. p. 18./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 19 abr. 1959. Diário da Assembléia. pp. 32-3; 11 abr. 1959. p. 12; 17 nov. 1979. Diário do Legislativo. p. 6.

CANEDO, Gregoriano

Político, jornalista, professor, promotor e advogado, nasceu em Monte Carmelo, MG, a 22 de outubro de 1902, e faleceu em São Paulo, SP, a 8 de outubro de 1968. Filho de José Augusto da Silva Canedo e de Garcinda Augusta Canedo. Casado com Guadalupe Mundim da Costa Canedo.

Fez os estudos secundários em Uberaba, MG, e bacharelou-se pela FDUMG em 1928.

Depois de exercer a Promotoria de Justiça na Comarca de Monte Carmelo, foi nomeado Prefeito do município em 1932.

Transferiu-se, posteriormente, para a Capital do Estado, onde advogou, desempenhou os cargos de Juiz do Trabalho, Consultor Jurídico da ACM, Presidente do Clube Atlético Mineiro (1946-1949) e professor de Direito Comercial na Academia de Comércio de Belo Horizonte, e fundou o Banco Industrial de Minas Gerais S.A.

Iniciando-se no jornalismo ainda quando fazia curso universitário, formou no grupo dirigente de *A Revista*, porta-voz do movimento modernista em Belo horizonte, e integrou o quadro de redação do antigo *Diário de Minas*, órgão do PRM. Foi, seguidamente, Diretor-Geral dos Diários e Emissoras Associados em Minas Gerais e em todo o Brasil e Diretor Financeiro da mesma cadeia no Estado de São Paulo.

Deputado Estadual da 2ª à 4ª Legislaturas (1951-1963), foi Vice-Líder do PR (1959), Presidente da Comissão de Segurança Pública (1953), Presidente (1960; 1962) e membro (1951-1953) da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; Vice-Presidente (1951) e membro (1962) da Comissão de Trabalho e Ordem Social; Vice-Presidente das Comissões de Educação e Cultura (1951) e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (1956), e membro das Comissões de Assuntos Municipais e Interestaduais (1954), de Energia e Transportes (1954), de Serviço Público Civil (1954) e de Constituição, Legislação e Justiça (1956; 1958-1959; 1961).

Pertenceu ao PR, de cujo Diretório Municipal de Monte Carmelo foi o principal organizador.

Publicou as obras *O desquite, A nova lei da falência, Imposto de inversão de capital* e *Sociedade por ações.*

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados. 1968.* Brasília, Diretoria de Documentação e Publicidade, *28:* 1.060-1, 1968; *29:* 325, 1968./COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje.* Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 16 nov. 1946. p. 3; 9 out. 1968. p. 5./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 12 out. 1968. Diário do Legislativo. p. 2.

CANEDO, Pio Soares

Político e advogado, nasceu em Muriaé, MG, a 21 de agosto de 1909. Filho de Afonso Augusto da Silva Canedo, chefe político em Muriaé e de Maria Soares Canedo. Casado, em primeiras núpcias, com Mazília Gontijo Canedo e, em segundas, com Maria Ângela de Medeiros Canedo.

Fez o curso secundário no Colégio Santa Rosa, de Niterói, RJ, e bacharelou-se pela FDUMG, em 1931.

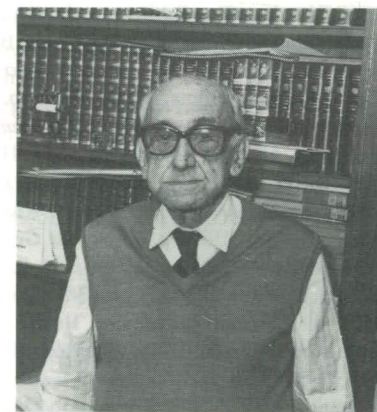
Advogou por muitos anos em sua terra natal, em Belo Horizonte, em comarcas da Zona da Mata e do Vale do Rio Doce e nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

Ingressou na vida pública em 1936, como Vereador à Câmara de Muriaé, município de que veio a tornar-se Prefeito nomeado em 1943. Exerceu, a seguir, o cargo de Secretário Estadual do Interior e Justiça durante a interventoria Júlio Ferreira de Carvalho* (14/8-14/11/1946). No governo seguinte, de Noraldino Lima*, foi Secretário Estadual da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho (17/11-20/12/1946). No Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira* fez parte do Conselho Consultivo do Banco Mineiro da Produção S.A. (1951-1954). Deputado Estadual da 3ª à 5ª Legislaturas (1955-1967), presidiu à Assembléia (1962), foi Líder da Bancada do PSD (1955; 1961; 1965) da maioria (1956 a 1960) e da minoria (1963). Na 5ª Legislatura renunciou ao mandato em 31/1/1966 para exercer o cargo de Vice-Governador do Estado na gestão de Israel Pinheiro da Silva* (1966-1971). Depois de ter integrado a diretoria da Fundação João Pinheiro, passou a exercer a Vice-Presidência do Banco do Estado de Minas Gerais S.A. Participou da Comissão de Limites Minas-Espírito Santo e presidiu o Conselho Nacional de Política Penitenciária, por indicação do Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel.

Desde fevereiro de 1980 é membro da Academia Barbacenense de Letras.

Pertenceu ao PRM, ao PSD, de cuja comissão executiva foi Secretário, à Arena e ao PDS.

Atuaram na política seu tio Agenor Augusto da Silva Canedo*, seu irmão Antônio Augusto Soares Canedo*, e seus sobrinhos Ronaldo Passos Canedo* e Cristiano Canedo.

ALEMG

Pio Soares Canedo

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: Pio Soares Canedo; Prefeitura Municipal de Muriaé. CEM/UFMG./*Diário de Minas,* Belo Horizonte, 12 dez. 1954. p. 7; 1º fev. 1966, p. 3./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 2-3 out. 1965, p. 3; 1º fev. 1966, p. 8./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 15 ago. 1946, p. 3; 19 nov. 1946, p. 4; 20 nov. 1946, pp. 5-6; 1º fev. 1966, p. 8; 26 abr. 1979, p. 2; 29 jan. 1980, p. 4.

CANEDO, Ronaldo Passos

Político, bancário, funcionário público e advogado, nasceu em Muriaé, MG, a 29 de abril de 1932. Filho do político Antônio Augusto Soares Canedo* e de Oneida Junqueira Passos Canedo. Casado com Isa Maria Monteiro Canedo.

Fez os estudos secundários nos Colégios São Paulo, em Muriaé, São José, no Rio de Janeiro, e no Instituto Padre Machado, em Belo Horizonte. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da UFMG em 1957.

Formado, passou a exercer a advocacia em sua terra natal. Foi funcionário do antigo Banco Mineiro da Produção e do Tribunal de Contas de Minas Gerais e Procurador Autárquico do ex-Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte.

Elegeu-se Deputado Estadual da 6ª à 9ª Legislatura (1967-1983), tendo sido, na Assembléia, 1º-Secretário da Comissão Executiva (1971-1972), Presidente das Comissões de Economia e Obras (1976), de Constituição e Justiça (1979) e membro efetivo das Comissões de Serviço Público Civil (1967-1968; 1974), de Constituição, Legislação e Justiça (1968-1969), de Redação (1968-1970), de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1970), de Finanças e Orçamento (1973; 1975-1980) e de Economia (1975; 1977).

Em novembro de 1982, elegeu-se Deputado Federal para o período 1983-1987.

Foi agraciado com várias medalhas.

Pertenceu à Arena e, em seguida, filiou-se no PDS, de cuja Comissão Executiva foi membro.

Além de seu pai, atuaram na política seus tios Edson Passos, Deputado Federal pelo Estado do Rio de Janeiro, Pio Soares Canedo* e seu tio-avô Agenor Augusto da Silva Canedo*.

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: Gabinete do Deputado Ronaldo Passos Canedo e Prefeitura de Muriaé. CEM/UFMG. *Deputados Estaduais de Minas Gerais à 8ª Legislatura (1975-9).* Ficha biográfica. Convênio APM/ UCMG. Coordenador: Caio C. Boschi.

CAPANEMA, Gustavo

Político, advogado, escritor e professor, nasceu em Pitangui, MG, a 10 de agosto de 1900 e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 1985. Filho de Gustavo Xavier da Silva Capanema e de Marcelina Júlia de Freitas Capanema. Casado com Maria Regina de Alencastro Massot Capanema.

Fez os estudos secundários no Colégio Azeredo, em sua terra natal, no Colégio Arnaldo e no Ginásio Mineiro, de Belo Horizonte, MG, e o curso superior na FLDMG, pela qual se bacharelou em 1924, tendo recebido o Prêmio Rio Branco, destinado ao melhor aluno durante todo o curso. No ano seguinte lecionou Filosofia na Capital mineira.

Em 1926, retornou a Pitangui, onde advogou (1925-1930), foi Vereador à Câmara Municipal (1926-1930), exerceu o jornalismo em *O Município de Pitangui* e integrou o corpo docente da Escola Normal (1925-1930). Em 1929, foi um dos representantes de Minas na 3ª Conferência Nacional de Educação.

A convite do Presidente Olegário Dias Maciel*, passou a seu Oficial-de-Gabinete e, como tal, teve ativa participação nas articulações da Revolução de 1930. Foi signatário do manifesto de fundação, em Minas, da Legião Liberal, em 29 de fevereiro de 1931, organização que tinha como objetivo "defender a vitória da Revolução brasileira e realizar seus ideais" por meio da ação política e da ação educativa. Pela ação política, a Legião Liberal se propunha promover o cumprimento do programa da Aliança Liberal e, pela ação educativa, assumia o dever de "manter e fortalecer o espírito de unidade nacional, pregar e desenvolver os altos sentimentos e as virtudes humanas". Queria, ainda, que os mineiros fossem modelo de renovação para o resto do País.

De 29 de novembro de 1931 a 5 de setembro de 1933, Gustavo Capanema ocupou a Secretaria Estadual do Interior e Justiça, com as funções cumulativas de Chefe de Polícia e Comandante-Geral da Força Pública.

No final de 1932, ao se articular nova composição política no Estado, com a formação de um novo partido que excluía a facção bernardista, propôs que a agremiação viesse a denominar-se Partido do Centro, por pretender ser um foco de equilíbrio não só para Minas, mas para o Brasil. Afirmava, então, o pleno apoio de Minas ao Governo Provisório. Ao formar-se a primeira comissão executiva, foi eleito Vice-Presidente do novo partido, que afinal se chamou Partido Progressista e se ligou à União Cívica Brasileira, entidade política que o Governo Provisório fundara no Rio de Janeiro.

Quando faleceu o Presidente Olegário Dias Maciel*, Getúlio Vargas nomeou Gustavo Capanema Interventor Federal interino no Estado, função que desempenhou de 5 de setembro a 15 de dezembro de 1933.

De julho de 1934 a outubro de 1945, foi Ministro da Educação e Saúde, Pasta cuja estrutura geral organizou em 1937. Durante sua gestão construiu-se a sede do Ministério, atual Palácio da Cultura, que veio a tornar-se o primeiro exemplar da arquitetura moderna no Rio de Janeiro e lançou internacionalmente o nome de Oscar Niemeyer, associado aos

de Lúcio Costa e do arquiteto franco-suíço Le Corbusier, orientador do projeto.

No campo do ensino destacam-se, entre outras iniciativas suas, a criação do Fundo Nacional do Ensino Primário, das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, dos cursos superiores de Jornalismo e de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP - e do sistema de ensino industrial; a instituição da Universidade do Brasil, como resultado da fusão da antiga Universidade do Rio de Janeiro com a Universidade Técnica Federal; o início de construção do respectivo *campus*, na Ilha do Fundão, e a reformulação do ensino brasileiro, consubstanciada na chamada Reforma Capanema. Nas áreas da cultura e das artes, salientam-se, no período, ao lado do incentivo às correntes renovadoras da pintura, da arquitetura e da escultura, a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Serviço Nacional do Teatro, do Instituto Nacional do Livro, do Serviço de Radiodifusão Educativa e do Instituto Nacional Cinema Educativo e a instalação dos Museus Nacional de Belas Artes (Rio de Janeiro, DF), das Missões (São Miguel, RS), Imperial (Petrópolis, RJ) e do Ouro (Sabará, MG), e ainda a criação e fundação da Faculdade de Filosofia, o Conselho Nacional de Desportos, o Senai, o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, os Serviços Nacionais de Tuberculose, Lepra, Câncer, Febre Amarela, Malária e o de Doenças Mentais, além de terem sido patrocinadas as edições de obras como o *Auto da Devassa da Inconfidência Mineira*, as traduções da obra de Gaspar Barléus, *Rerum per Octenium in Brasília* e da de Shakespeare, *Romeu e Julieta*. Publicaram-se ainda os quatorze volumes do arquivo de Floriano Peixoto, *As Cartas Chilenas* e a primeira edição das poesias completas de Alphonsus de Guimarães*.

Deixando o Ministério da Educação e Saúde em outubro de 1945, quando da deposição de Getúlio Vargas, elegeu-se, sob a legenda do PSD, que ajudara a fundar, Deputado Federal Constituinte (1946), tendo sido Relator da Comissão Constitucional e, seguidamente, da 1ª à 6ª Legislaturas (1946-1971). Na Câmara, exerceu a Liderança da Maioria (1951-1956) e do Governo (até 1954) e presidiu à Comissão de Educação e Cultura. Partidário do intervencionismo econômico, defendeu o monopólio estatal do petróleo, dos minerais atômicos, da eletricidade, das telecomunicações e dos transportes ferroviários e marítimos.

De 1959 a 1961, esteve licenciado para ocupar uma vaga de Ministro no Tribunal de Contas da União.

Na 7ª e na 8ª Legislaturas (1971-1979), representou Minas Gerais no Senado, onde integrou a Comissão de Constituição e Justiça e presidiu à Comissão de Educação e Cultura.

Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e pertenceu à alta direção da Fundação Getúlio Vargas, da Bienal de São Paulo e do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, tendo sido seu Presidente por cinco anos.

Desempenhou várias missões no exterior, entre elas as de chefe da delegação brasileira à Assembléia Geral da UNESCO em Nova Déli, Índia (1956), e de membro da delegação brasileira à 50ª Conferência da União Interparlamentar, em Bruxelas, Bélgica (1961).

Pertenceu ao PRM, ao PSD e à Arena.

Encerrada sua atuação política nacional, em abril de 1979 passou a presidir ao Conselho de Administração do Banco do Estado de Minas Gerais S.A.

Em 1975, foi eleito para a Academia Mineira de Letras como sucessor de Pedro Aleixo* na cadeira nº 29, patrocinada por Aureliano Pimentel.

Publicou os trabalhos parlamentares *Parecer sobre o projeto de lei que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1949; *Que nome político vamos dar ao Brasil?* (discurso), Brasília, IBGE, 1967; *Senador Levindo Coelho, varão de Plutarco*, Brasília, Serviço Gráfico do Senado Federal, 1968; *Francisco Campos* (1969); *Em homenagem ao Senador Mílton Campos*, Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 1982; *Em louvor de Israel Pinheiro*, Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 1973; *Na inauguração de uma galeria de retratos*, Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 1947; *Em homenagem ao Presidente Getúlio Vargas*, Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 1974; *Duas figuras exemplares: Rafael Magalhães e Mendes Pimentel*, Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 1975.

Além de seu pai, que foi Deputado-Geral

ALEMG

Gustavo Capanema

no Império, atuaram na vida pública seus primos Francisco Luís da Silva Campos* e Carlos Álvares da Silva Campos*, e de seu irmão José Capanema*.

FONTES: *Almanaque da Força Pública. Estado de Minas Gerais*. Organizado pelo Estado-Maior. Belo Horizonte, 1936./ *Almanaque dos Oficiais. Polícia Militar de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1959-60; 1961-2; 1963-4; 1965-6; 1967-8./*Anais da Câmara dos Deputados. 1963*. Brasília. Câmara dos Deputados/Diretoria de Documentação e Publicidade, 27: s. p., 1965./AVELAR, Antônio Ribeiro de. *Figuras da Casa de Minas*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1960./*Correio Braziliense*, Brasília, 3 set. 1964. 2º caderno. p. 3./ CORTÉS, Antônio Maria Cardoso. *Homens e instituições no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IBGE, 1957./COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./*Deputados brasileiros; repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 5ª Legislatura (1963/7)*. Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1966; 6ª Legislatura (1967/71). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1968./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 28 nov. 1930. p. 2./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 31 jul. 1970. p. 3./ Fenômeno Capanema. In: *Revista Anhembi*, São Paulo, *58* (20): 101-95, set. 1955./HILTON, R. *Who's Who in Latin America*. 3 ed. Stanford, 1948./*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 dez. 1978. p. 16./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 28 nov. 1930. p. 4; 6. set. 1933. p. 3; 26 jul. 1934; 27 jul. 1934; 26 abr. 1979. p. 3./*Personalidades no Brasil*. São Paulo, s. ed., 1933./RIBEIRO, Coriolano Pinto & GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1956./*Senadores. Dados biográficos*. 6ª e 7ª Legislaturas (1971-5). Brasília, Arquivo do Senado Federal, 1974; 8ª Legislatura (1975-9). Brasília, Arquivo do Senado Federal, 1975./SILVA, Gastão Pereira da. *Constituintes de 1946*. Rio de Janeiro, s. ed., 1947./ BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Ministros do Tribunal de Contas da União: dados biográficos 1893-1990*. 4. ed. Brasília: 1990. pp. 119-121.

CAPANEMA, Gustavo ver ALMEIDA, Gustavo Capanema de

CAPANEMA, José

Bancário, jornalista e escritor, nasceu em Pitangui, MG, a 23 de abril de 1908. Filho do comerciante e Coletor Estadual Gustavo Xavier da Silva Capanema* e de Marcelina Júlia de Freitas Capanema. Casado com Herculana de Brito Capanema.

Fez os estudos secundários no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, MG, onde, aos 20 anos, se tornou funcionário do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais S.A.

Mais tarde, ingressou no serviço público estadual, trabalhando nas Secretarias da Segurança e das Finanças. Foi um dos organizadores da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, cuja Presidência chegou a exercer antes de se aposentar, em 1961.

Como jornalista, militou no periódico *Voz do Oeste*, de Dores do Indaiá, na revista *Argos*, da Polícia Civil, e no matutino *Tribuna de Minas*, de Belo Horizonte. Ocupou a Cadeira nº 6 da Academia Mineira de Trovas e fez parte da União Brasileira de Trovadores. Publicou o livro de memórias *Oh! dias da minha infância*.

Atuaram na política seu pai Gustavo Xavier da Silva Capanema, Deputado-Geral no Império, seu irmão Gustavo Capanema* e seus primos Francisco Luís da Silva Campos* e Carlos Álvares da Silva Campos*.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: José Capanema./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

CARDOSO, Adauto Lúcio

Político, magistrado, advogado e jornalista, nasceu em Curvelo, MG, a 24 de dezembro de 1904, e faleceu no Rio de Janeiro, GB, a 20 de julho de 1974. Filho de Joaquim Lúcio Cardoso e de Maria Venceslina Cardoso. Casado como Helena Paladini Cardoso.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro, de Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1927. Ainda estudante no Rio de Janeiro, DF, foi repórter de *A Notícia* e conferente de cargas do Lloyd Brasileiro, em que, depois de formado, ascendeu a Consultor Jurídico, Procurador e membro do Conselho Administrativo. Exerceu, em seguida, os cargos de Promotor Adjunto da Justiça do antigo Distrito Federal, Diretor da Carteira de Seguros do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, membro do Conselho de Administração do Porto do Rio de Janeiro e Consultor Jurídico do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Em 1942, participou, mediante artigos na imprensa, de uma campanha contra os cassinos, que, contrariando a legislação vigente, funcionavam abertamente. Entretanto, o Governo Federal alterou a lei das contravenções penais, eliminando o dispositivo que tornava o jogo ilegal. Esse fato contribuiu para aumentar sua oposição ao Governo Vargas. Em 1943, assinou o Manifesto dos Mineiros e tomou parte ativa no movimento contra o Estado Novo. Em 1944, foi um dos fundadores do Movimento de Resistência Democrática, que propunha a extinção total da ditadura no Brasil, negando ao Governo autoridade para continuar no poder. Em dezembro do mesmo ano, foi preso preventivamente, sem maiores explicações, pela polícia do Distrito Federal. Permaneceu detido durante dez dias, sendo, em seguida, liberado. Em 1945, em face do processo de decomposição do Estado Novo, engajou-se na campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência. Redemocratizado o País, elegeu-se, em janeiro de 1946, Vereador à Câmara do Distrito Federal (Rio de Janeiro), mas renunciou no ano seguinte, para voltar à banca de advogado. Candidato, em 1950, a uma vaga no Senado, não conseguiu eleger-se, mas logrou êxito em seu objetivo de impugnar a candidatura do Governador de São Paulo, Ademar de Barros, que também tentaria candidatar-se ao Senado. Foi, entretanto, eleito Deputado Federal, da 2ª à 6ª Legislatura (1951-1971), pelo Distrito Federal e pelo Estado da Guanabara, tendo integrado as Comissões de Constituição e Justiça, de Relações Exteriores e de Segurança Nacional. Em 1963, exerceu a Liderança da UDN e, como tal, participou da articulação do movimento que depôs o Presidente João Goulart. Em fevereiro de 1965, foi escolhido para presidir o Bloco Parlamentar Revolucionário. Em março do mesmo ano, foi designado para assessorar o Chefe do Gabinete Civil de Castelo Branco, Luís Viana Filho, na coordenação da atuação do Governo nas eleições de nove Governadores estaduais, marcadas para outubro de 1965. Em 1966, tornou-se Presidente da Câmara dos Deputados, posto a que renunciou em novembro do mesmo ano, em represália à invasão do Congresso pela polícia e à extinção do mandato de seis Deputados.

Nomeado Ministro do STF pelo Presidente Castelo Branco, em fevereiro de 1967, em março de 1971 renunciou ao cargo e pediu aposentadoria. Desempenhou missões parlamentares na Polônia (1959) e no Iraque (1962).

Foi filiado à Arena e pertenceu à UDN, de que foi um dos fundadores.

FONTES: *Correio Braziliense*, Brasília, 14 jul. 1964, 2º caderno. p. 5./CORTES, Antônio Maria Cardoso. *Homens e instituições no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IBGE, 1957./ COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 21 jul. 1974. pp. 1, 3; 7 jul. 1976. p. 4; 14 jul. 1976. p. 6; 17 nov. 1978. p. 20./LAGO, Coronel Laurênio. *Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal*. Dados biográficos (1828-1978). (Rio de Janeiro) Biblioteca do Exército Editora, 1978./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 13 mar. 1971, Diário do Legislativo, pp. 2-3; ago. 1974, Diário do Legislativo, p. 2. BELOCH, Israel e ABREU, Alzira A. (coord.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro 1930-1983*. Ed. Forense Universitária. pp. 618-20.

CARDOSO, Álvaro

Oficial do Exército, nasceu em Juiz de Fora, MG, a 30 de setembro de 1910. Filho de Manuel Pascoal Dias Cardoso e Marieta Teixeira Cardoso. Casado com Ambrosina Cardoso.

Iniciou a carreira militar em março de 1928. Fez o curso de Cavalaria da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e os da Escola Superior de Guerra, da Escola de Educação Física do Exército e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Atingiu, em novembro de 1965, o posto de General-de-Brigada e, em julho de 1969, o de General-de-Divisão.

Entre outras funções, exerceu as de Comandante do 11º Regimento de Cavalaria, em Ponta Porã, MS; da 4ª Divisão de Cavalaria, em MT; da Artilharia Divisionária da 4ª RM, em Pouso Alegre, MG, e da Infantaria Divisionária da 4ª DI e da Guarnição Federal de Belo Horizonte, MG, em 1968. Foi, ainda, Diretor de Aperfeiçoamento e Especialização, Comandante Militar da Amazônia e 12ª Região Militar, Chefe do Departamento Geral de Serviços, instrutor da Escola de Estado-Maior do Exército e Chefe da Missão Militar Brasileira em Assunção, Paraguai.

Professor secundário de Geografia e História e de Educação Física, com registro no MEC, ao reformar-se assumiu cargo de direção no Serviço Social da Indústria de Minas Gerais - Sesiminas.

Entre outras condecorações nacionais, recebeu a Medalha da Ordem do Mérito Militar, no grau de Grande Oficial, a Medalha Marechal Hermes, a Medalha Militar de Ouro (com passador de platina), a Medalha do Pacificador, a Comenda do Mérito Naval e a Medalha de Grande Oficial da Ordem de Rio Branco.

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: Ministério do Exército. Secretaria Geral. 1ª seção./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 24 abr. 1968. p. 5./ *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 24 abr. 1968. Diário do Legislativo. p. 5.

CARDOSO, Fernando

Oficial do Exército, nasceu em Juiz de Fora, MG, a 17 de novembro de 1937. Filho de Álvaro Cardoso e de Ambrosina Cardoso. Casado com Ester Adelina Leal Cardoso.

Iniciou a carreira militar na Academia Militar das Agulhas Negras (1957-1959). Fez os cursos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais - EsAO (1969) e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - EsCEME (1973-1975).

Foi promovido a General-de-Brigada em março de 1991.

Serviu como Comandante do 16º BI Motorizado (1985-1987), e do 10º BI (1970-1971), Oficial do Estado-Maior da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada (1976-1977), Oficial-de-Gabinete do Ministério do Exército (1977-1981), Chefe da Seção SGEx (1990-1991), tendo sido, também, Instrutor da EsAO (1971-1973), Oficial-de-Gabinete do Ministro Chefe do SNI (1981-1985) e Chefe da Seção de Ensino da Escola Superior Nacional de Informação - ESNI (1987-1988).

Foi, ainda, Adido das Forças Armadas na República Popular da China (1988-1990) e, como Oficial-General, foi Comandante da 4ª Brigada de Infantaria Motorizada (1991).

Recebeu as Medalhas da Ordem do Mérito Militar, Aeronáutico e do Rio Branco, (no grau de Oficial); a Ordem do Mérito Naval (no grau de Cavaleiro); a Medalha Militar de Ouro e a Medalha do Pacificador.

FONTE: Dados biográficos. Informante: Ministério do Exército. Centro de Comunicação Social.

CARDOSO, Newton

Político e empresário, nasceu em Brumado, BA, a 22 de maio de 1938. Filho de Ápio Cardoso da Paixão e de Adélia da Silva Cardoso. Casado com Maria Lúcia Mendonça Cardoso.

Concluiu o curso científico no Colégio Anchieta, em Belo Horizonte, em 1959. Iniciou e não concluiu o curso de Sociologia, Política e Administração Pública na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Ingressou, a seguir, na Faculdade de Direito da então Universidade Católica de Minas Gerais, pela qual se bacharelou em 1966.

Chegou a Belo Horizonte com a idade de 16 anos para trabalhar na Magnesita S.A., indústria sediada em Brumado, BA, e com fábrica em Contagem, MG, município limítrofe de Belo Horizonte.

Com ativa participação política na vida estudantil da Capital, exerceu a Presidência da União Colegial de Minas Gerais (1958), fundou a Casa do Estudante de Minas Gerais (1959), presidiu o Grêmio General Sampaio (1959), como aluno do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva – CPOR –, sendo um dos fundadores da revista daquela corporação. Quando aluno da UFMG, ocupou o cargo de Diretor Social do Diretório Central dos Estudantes, onde dirigiu a revista *Mosaico.*

Ingressou na política filiando-se ao Partido Republicano - PR -, a cujo Movimento Estudantil e Trabalhista presidiu. Conviveu com figuras preeminentes do partido, como Arthur Bernardes Filho*, Clóvis Salgado da Gama* e Tristão da Cunha*. Desligou-se do PR quando este, na convenção que se realizou no Rio de Janeiro para escolha do candidato à Presidência da República, decidiu apoiar a candidatura de Jânio da Silva Quadros.

Ainda estudante, foi Oficial-de-Gabinete do Prefeito de Belo Horizonte, Amintas de Barros* (1962).

O movimento militar de 1964 teve em Newton Cardoso um colaborador de primeira hora, com atuação marcante no Município de Contagem, onde era largamente conhecido e estimado, não só por sua condição de assessor da Diretoria da Magnesita, mas, principalmente, por haver-se estabelecido no comércio local como próspero empresário.

Promulgado o AI-2 (outubro de 1965), que implantou o bipartidarismo no País, Newton Cardoso filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro - MDB -, de oposição, e ali chegou a exercer o cargo de Tesoureiro do Diretório Nacional. Em 1966, candidato a Deputado Estadual, alcançou a segunda suplência. Empenhou-se, a partir daí, em se afirmar politicamente no Município de Contagem.

Sua primeira tentativa foi quebrar a hegemonia política dos Camargos, que remontava ao século XIX, candidatando-se a Prefeito do Município. Realizadas as eleições (novembro de 1967), foi o segundo mais votado, perdendo para Sebastião Camargos.

Nas eleições municipais de 1972, reapresentou-se como candidato, obtendo 12.800 votos, 70% do eleitorado do município. Seu quadriênio (31/1/73-31/1/77) inaugurou uma gestão descentralizada, com o objetivo de modernizar o processo administrativo. Criou a Companhia Urbanizadora de Contagem - CUCO -, empresa de economia mista encarregada de promover todas as obras públicas; a Fundação de Ensino de Contagem - Funec - e a Fundação de Assistência Médica de Urgência de Contagem - Famuc. Promoveu, ainda, uma reforma tributária e um novo Cadastro Técnico Municipal e descentralizou as Secretarias. Além de dar prosseguimento às obras do Centro Industrial de Contagem - Cinco -, totalmente ocupado em curto espaço de tempo, criou nova área industrial, conhecida por Cincão.

Em sua administração, a Superintendência de Desenvolvimento de Contagem - Sudecon - foi transformada na Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação-Geral, responsável pelo projeto de grande envergadura denominado Complementação Urbana de Recuperação Acelerada - CURA -, no Bairro Eldorado.

Por sua iniciativa, a Câmara Municipal de Contagem aprovou a Lei nº 1.223, de 1975, que oferecia isenções fiscais para implantação, ampliação, melhoria e funcionamento de hotéis, pousadas, *campings* e outros estabelecimentos de interesse turístico. Tomou também medidas de combate à poluição ambiental, chegando a interditar uma fábrica de cimento.

Como Prefeito, foi um dos fundadores e Presidente da Associação dos Prefeitos da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Grambel.

Concluído seu mandato, passou a integrar a equipe administrativa de seu sucessor, exercendo o cargo de Diretor-Presidente da CUCO. Presidiu, também, o Conselho de Administração da Companhia Urbanizadora do Vale do Aço - Curva -, em Ipatinga, MG, e tornou-se membro do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Nas eleições de 1978 para a Câmara dos Deputados, foi o Deputado Federal mais votado do MDB, obtendo a segunda maior votação em todo o Estado de Minas Gerais. Em fins de 1979, restabelecido o pluripartidarismo, filiou-se ao PMDB.

Como Deputado Federal, foi relator da CPI de Alimentos e membro da Delegação Parlamentar Brasileira na Organização das Nações Unidas - ONU.

Novamente candidato à Prefeitura de Contagem, em 1982, elegeu-se folgadamente, conquistando 92% dos votos.

No exercício desse segundo mandato, deu especial atenção à implantação de novas unidades industriais (Cinco I, II e III), consolidando, assim, o parque industrial do município; ao programa habitacional Nova Contagem e aos programas das Frentes de Trabalho e dos Sopões.

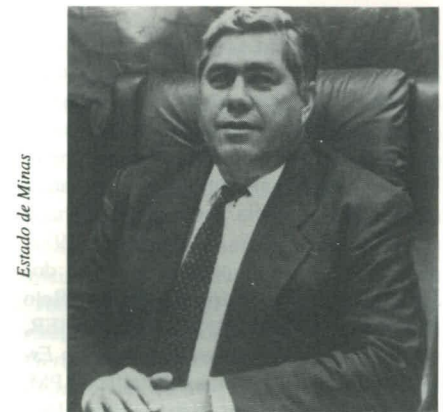
Aproximando-se o término de seu mandato, lançou-se candidato ao Governo de Minas. À medida, porém, que se aproximava a convenção do PMDB, quatro nomes se apresentaram, postulando a indicação do partido: Carlos Alberto Cota*, Leopoldo Pacheco Bessone*, Ronan Tito de Almeida* e João Pimenta da Veiga Filho*. Este último, porta-voz da chamada ala progressista, era o único em condições de enfrentá-lo pelo voto. Às vésperas da convenção, entretanto, o Governador Hélio Garcia* surpreendeu a imprensa, os meios políticos e os próprios correligionários ao indicar o Presidente Regional do PMDB, Deputado Federal Joaquim de Melo Freire*, como seu candidato. Poucas horas após a indicação, Melo Freire renunciou à candidatura. Discreta, a articulação política foi suficiente, no entanto, para fazer de Newton Cardoso candidato oficial do PMDB, que o Governador se empenharia, a seguir, em eleger para sucedê-lo no Palácio da Liberdade.

Vitorioso no pleito de 1986, Newton Cardoso assumiu o Governo de Minas com um plano que batizou de Programa de Metas e que, segundo ele, "modificaria substancialmente a face de Minas Gerais", dando ampla prioridade ao social. Segundo esse plano, dois terços dos investimentos do Estado seriam aplicados em educação, saúde, saneamento, alimentação e desenvolvimento urbano.

O crescimento da malha rodoviária vicinal, a construção da "trincheira" em Contagem, a criação do Centro de Pesquisa e Ensino/Instituto Técnico de Agropecuária e Cooperativismo – CEPE/ITAC –, na Fazenda Experimental de Pitangui, voltado para a formação de técnicos de agropecuária, em nível de 2º grau, e o programa BH-90 foram obra de seu Governo.

Sua administração enfrentou ruidosa oposição comandada pelo jornal *Estado de Minas*, órgão dos Diários Associados, que nunca deixou de acusá-lo de favorecimento pessoal no uso de cargo público. Por três vezes a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais examinou e rejeitou pedido de *impeachment* do Governador por crime de responsabilidade baseado em improbidade administrativa.

Fora das lides políticas, Newton Cardoso é sócio majoritário da N.C. Participações e Consultoria S. A., proprietária de vários empreendimentos agropecuários em Minas Gerais; sócio majoritário da Empresa Brasileira de Táxi Aéreo Ltda. - Embrataxi -, que representa no Brasil a Gulf Stream Aerospace Company; e sócio majoritário de um grupo empresarial que atua no setor de comunicações e controla um canal de TV, uma emissora de rádio e o jornal *Hoje em Dia.*

Atuam na política seus irmãos Irã Cardoso, Perouse Cardoso e Roberto Cardoso.

Estado de Minas

Newton Cardoso, novembro de 1986

FONTES: *Forças Vivas da Nação. Estado de Minas Gerais.* Nossos políticos, 1980. Tomo I. Publicação de IPM - Comércio, Promoções e Marketing Ltda., p. 36.;/FONSECA, Geraldo, *1716-1978 - Contagem Perante a História*, Edição da Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Prefeitura Municipal de Contagem, 1978./Dados fornecidos pela Assessoria do Governador Newton Cardoso - Palácio da Liberdade./*Minas Gerais*, Órgão Oficial dos Poderes do Estado, nº 51, 16 mar. 1987/*Mensagens à Assembléia Legislativa* pelo Governador Newton Cardoso, anos de 1988, 1989, 1990 e 1991, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CARDOSO, Wílton ver SOUSA, Wílton Cardoso de

CARDOSO JÚNIOR, Simeão Stilita

Político, Coronel da Guarda Nacional e comerciante, nasceu em Santa Rita do Extrema (hoje cidade de Extrema), Província de Minas Gerais, então Distrito de Jaguari (atual Camanducaia), a 13 de setembro de 1882, e ali faleceu, a 25 de março de 1919. Filho do Coronel da Guarda Nacional Simeão Stilita Cardoso e de Francisca Guilhermina Martins Cardoso.

Fez os estudos secundários e os preparatórios em São Paulo, SP, por cuja Faculdade de Direito se bacharelou em Ciências Jurídicas e Sociais em 1904.

Foi Deputado à Câmara mineira da 2ª à 7ª Legislaturas (1895-1918).

Pertenceu ao PRM.

FONTES: *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 28 mar. 1919. p. 13./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito.* Arquivo.

CARELOS, Caetano

Desembargador e professor, nasceu em Açaraí, Município de Pocrane, MG, a 23 de fevereiro de 1928. Filho do Desembargador João Carelos de Freitas e de Odília Lignani Carelos. Casado com a professora Leci Martins Carelos.

Concluiu seus estudos secundários na Academia de Comércio de Juiz de Fora em 1949 e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Juiz de Fora em 1955.

Foi Promotor de Justiça na Comarca de Monte Alegre de Minas (1957-1962); Juiz de Direito em Buenópolis (1962-1963); Perdões (1963-1967), onde colaborou na criação e instalação de colégios locais; Silvinópolis (1967) e Muriaé (1968), onde presidiu ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Social. Em 1973, foi removido para Belo Horizonte, passando a ocupar o cargo de 1º Juiz Substituto de 1ª Instância. Em 1977, foi promovido para a 2ª Vara Criminal da Capital, depois removido para a 1ª Vara Cível, e, a seguir, promovido para a 2ª Câmara Cível do Tribunal de Alçada. Nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais pelo Governador Newton Cardoso*, tomou posse em 16 de março de 1988, atuando na 4ª Câmara Cível.

Recebeu inúmeras condecorações.

Lecionou Prática Civil para o curso de Estágio Profissional da Faculdade de Direito da PUC-MG e Direito Processual Civil na Faculdade de Direito de Sete Lagoas.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

CARLOS ELÓI ver GUIMARÃES, Carlos Elói Carvalho

CARLOS MEDEIROS ver SILVA, Carlos Medeiros

CARLOS MURILO ver SANTOS, Carlos Murilo Felício dos

CARLOS PEIXOTO ver MELO FILHO, Carlos Peixoto de

CARMO, Elias de Sousa

Político, advogado, promotor, tabelião e fazendeiro, nasceu em Amparo da Serra, antigo Distrito de Ponte Nova, MG, a 21 de abril de 1909. Filho de Benjamim Augusto do Carmo e de Teolinda de Sousa Carmo. Casado com Rute Morais de Sousa Carmo.

Fez o curso secundário no externato do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, DF, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, em 1933. Em Aimorés, MG, foi Promotor de Justiça (1935-1936) e, a seguir, advogado, Inspetor de Ensino (1940-1942), Secretário da Prefeitura (1943-1947), agricultor e pecuarista (1945-1953).

Deputado Estadual à Constituinte e na 1ª Legislatura (1947-1951), foi Presidente (1948) e membro (1949) da Comissão de Redação e membro das Comissões de Educação e Cultura (1949-1950) e de Viação e Obras Públicas (1950). Eleito suplente de Deputado Federal para a 2ª Legislatura (1951-1955), apenas em agosto de 1954 assumiu uma cadeira na Câmara, pouco antes de tornar a eleger-se suplente, em outubro. Deixando o mandato em janeiro de 1955, não retornou à Câmara na 3ª Legislatura (1955-1959). Mais uma vez eleito suplente de Deputado Federal, para a 4ª Legislatura (1959-1963), voltou a ocupar uma cadeira, na Câmara, de setembro de 1961 a maio de 1962, ano a partir do qual foi seguidamente eleito Deputado Federal para a 5ª, 6ª e 7ª Legislaturas (1963-1975).

Na Câmara, ocupou a 1ª Secretaria da Mesa Diretora e a Vice-Liderança da Maioria (1973) e participou das Comissões de Economia, de Legislação Social, de Orçamento, de Serviço Público e de Constituição e Justiça. Em 1968, foi Relator da Receita e da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a situação estudantil.

Fora do âmbito parlamentar, exerceu os cargos de advogado do Banco Mineiro da Produção S.A. (1951-1961), Presidente da Caixa Econômica Estadual (1962), Secretário Estadual do Interior e Justiça durante o Governo Levindo Ozanam Coelho* (1978-1979), e Diretor, a partir de 1979, do Banco do Estado de Minas Gerais S.A. Foi titular de cartório em Belo Horizonte.

Pertenceu à UDN, de cujo Diretório Estadual foi Secretário-Geral e Presidente, e à Arena, de que foi Vice-Presidente, de 1966 a 1970, e em 1979 a 1980, filiando-se, posteriormente, ao PDS.

Atuaram na política seu pai, que foi Vereador e Presidente das Câmaras Municipais de Ponte Nova e Raul Soares, e seu irmão Juarez de Sousa Carmo.*

FONTES: *Anais da Assembléia Constituinte de 1947.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 2. 587-600,s.d./ *Correio Braziliense,* Brasília, 3 set. 1964, 2º caderno. p. 3./*Deputados brasileiros;* repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 6ª Legislatura (1967-1971). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1968; 7ª Legislatura (1971-1975). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1971./*Diário de Minas,* Belo Horizonte, 16 fev. 1961, p. 3./FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares do Estado de Minas Gerais.* Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 26 abr. 1979, p. 2; 19 maio 1979, p. 3.

CARMO, Juarez de Sousa

Político e advogado, nasceu em Amparo da Serra, então Distrito de Ponte Nova, MG, a 30 de abril de 1912. Filho de Benjamim do Carmo e de Teolinda de Sousa Carmo. Casado com Violeta Vasconcelos de Sousa Carmo.

Fez o curso secundário no Colégio de Viçosa, em Viçosa, MG, e bacharelou-se pela FNDUB em 1933.

Iniciou a carreira pública como escrivão do cartório criminal de Viçosa (setembro de 1928-dezembro de 1929). Em 1932, como um dos dirigentes do movimento pela reconstitucionalização do País no meio universitário, tomou parte na chamada Revolta de Araponga. Foi preso então, juntamente com outros líderes do PRM, em Viçosa, e enviado para a Capital da República.

Formado em Direito, passou a advogar em Viçosa, onde se elegeu Vereador e Presidente da Câmara Municipal (1936-1937). Participante dos movimentos da resistência ao golpe de 10 de novembro, esteve novamente preso. Em 1945, com José André de Almeida* e Felipe Balbi*, chefiou a campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes na Zona da Mata.

Deputado à Constituinte Estadual e na 1ª Legislatura (1947-1951), reelegeu-se para a 2ª e a 3ª (1951-1959). Fez parte da comissão que elaborou o projeto da Constituição mineira de 1947 e foi 2º Vice-Presidente da Comissão Executiva (1949); Presidente (1951) e Vice-Presidente (1947-1948) da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça; Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1955-1957); Vice-Presidente da Comissão de Leis Complementares (1948) e da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio (1950); membro das Comissões de Energia e Transportes (1952), de Serviço Público e Civil (1952) e de Segurança Pública (1958) e da Comissão Especial de Estudos sobre Comissão Agrícola (1947). De 1950 a 1953, liderou a Bancada do PR na Assembléia Legislativa. Durante a 2ª Legislatura licenciou-se para assumir a Secretaria Estadual da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho (2/3/53-31/7/54), tendo, ainda, respondido interinamente pela Secretaria da Viação e Obras Públicas no ano de 1954.

Deputado Federal na 4ª Legislatura (1959-1963), afastou-se da Câmara para desempenhar o cargo de Secretário do Interior e Justiça de Minas Gerais (13/3/59-30/1/61). Em seguida, exerceu as funções de membro do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, no Rio de Janeiro (1967-1970), de Presidente da Cooperativa Habitacional de Minas Gerais (1971-1974) e de Vice-Presidente do Conselho Administrativo do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., a partir de 1976.

Pertenceu ao PRM, ao PR e à Arena.

Além de seu pai, que foi Vereador e Presidente das Câmaras Municipais de Ponte Nova e Raul Soares, atuaram na política seu irmão Elias de Sousa Carmo* e seu cunhado Edgar de Vasconcelos Barros*.

FONTES: *Anais da Assembléia Constituinte de 1947.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, s. d./*Diário de Minas,* Belo Horizonte, 3 mar. 1953. p. 3; 24 mar. 1959. p. 3./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 10 mar. 1953. p. 3; 24 mar. 1959. p. 3./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 10 mar. 1953. pp. 6-7; 24 mar. 1959. pp. 8-9./TRINDADE, Raimundo Otávio da. *Velhos troncos mineiros.* São Paulo, Revista dos Tribunais, 1955. v. I.

CARNEIRO, Antônio Ernesto Gomes

Oficial do Exército, nasceu em Serro, Província de Minas Gerais, a 18 de novembro de 1846, e faleceu, em conseqüência de ferimentos recebidos em combate no cerco da Lapa, PR, a 9 de fevereiro de 1894. Filho de Marciano Ernesto Gomes Carneiro e de Maria Adelaide Gomes Carneiro. Casado com Margarida Otávia Tibúrcio Carneiro, filha do General Tibúrcio de Sousa.

Iniciou o curso de Humanidades no Seminário de Diamantina. Em 1858, aos 12 anos de idade, mudou-se, com a família, para Curvelo, onde foi ajudante de farmacêutico e tomou aulas de Português, Latim, Francês e outras matérias com o padre Francisco Martins do Rego. Em 1863, transferiu-se para a cidade do Rio de Janeiro e prosseguiu os estudos no Mosteiro de São Bento.

Ao irromper a Guerra do Paraguai, alistou-se no primeiro Corpo de Voluntários da Pátria, organizado na Capital do Império, e assentou praça em 22 de janeiro de 1865. Dois meses depois, embarcava para a frente de luta, onde praticou atos de bravura que lhe mereceram, no ano de 1866, a promoção a 2º Sargento, 1º Sargento e Alferes. Transferido para o 23º Corpo de Voluntários, foi novamente ferido em combate e comissionado no posto de Tenente.

Já integrante do quadro do Exército, ao terminar o conflito pôde ultimar os estudos preparatórios e matricular-se na Escola Militar da Praia Vermelha. Com distinção concluiu o curso da Escola de Tiro de Campo Grande e recebeu por prêmio uma espada de honra. Em 1884, concluiu o curso de Engenharia Militar.

Seguidamente promovido, atingiu em 1894 o posto de General-de-Brigada. Desempenhou várias funções técnicas e de comando, entre as quais de Instrutor da Escola de Tiro de Campo Grande, a de Chefe da Comissão de Linhas Telegráficas em Mato Grosso e a de Comandante do Corpo de Bombeiros da Capital Federal. No dizer de Cândido Rondon, "de Gomes Carneiro brotou a inspiração do projeto que permitiu ao Brasil o conhecimento, em todas as minúcias, de seu vastíssimo sertão. Foi ele o engenheiro militar que primeiro penetrou nas selvas habitadas pelos índios e ligou os fios telegráficos de duas cidades distantes 500 quilômetros (Cuiabá e Registro do Araguaia), realizando a tarefa em 13 meses".

Quando a Revolução Federalista assolava os estados do Sul, desorientando as autoridades estabelecidas, nessas unidades administrativas, Floriano Peixoto deu-lhe, em novembro de 1893, a missão de comandar as forças militares em operação em Santa Catarina e barrar a progressão inimiga para o Norte. Em princípios de 1894, Paraná e Santa Catarina estavam em poder dos revolucionários e restava como único foco de resistência a cidade da Lapa, PR, sob o seu comando. Durante 26 dias (15 de janeiro - 11 de fevereiro) ele lutou ao lado de seus soldados, tentando contatos, por meio de ligação para o Sul, com Pinheiro Machado, e para o Norte, na direção de Itararé e da Capital Federal. Ferido em combate, faleceu um dia após ter sido promovido a General-de-Brigada, por decreto de 8 de fevereiro de 1894.

Foi condecorado com a Comenda do Hábito de Aviz, a Comenda do Hábito da Rosa, a Medalha da Campanha Oriental de 1865, a medalha da Campanha do Paraguai, o Passador 5 e Oficialato de Aviz, a Medalha de Prata da República Argentina, comemorativa da Guerra do Paraguai e a Medalha do Mérito Militar.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados. 1946.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1951. v. 5. /*Anais do Senado.* Congresso Nacional. Sessões de 2 a 15 de dezembro de 1946. 56ª sessão, em 9 de dez. 1946./*Dados biográficos.* Informante: Ministério do Exército. Secretaria Geral, 1ª Seção./*Galeria Nacional;* vultos proeminentes da História brasileira. Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do "Jornal do Brasil", 1934, 8º fac. *Minas Gerais,* Ouro Preto, 19 abr. 1984. p. 3./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 9 fev. 1896. pp. 1-2/ Sena, Nélson de. Traços biográficos de serranos ilustres já falecidos. General Antônio Ernesto Gomes Carneiro. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro, 65: 347-9, 1903; *Traços biográficos de serranos ilustres já falecidos.* General Antônio Ernesto Gomes Carneiro. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro.* Belo Horizonte, 10: (1,2): 179-81, jan./jun. 1905; *Anuário de Minas Gerais.* Belo Horizonte, 1: 203-6, 1906./ Silveira, Vítor. *Minas Gerais em 1925.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926./Veiga, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras (1664-1877).* Ouro Preto, Imprensa Oficial, 1897. v. 1.

CARNEIRO, Clêuber Brandão

Político, comerciante e fazendeiro, nasceu em Paratinga, BA, a 27 de janeiro de 1940. Filho do advogado Mário Carneiro da Silva e de Dulce Brandão Carneiro. Casado com Maria Rute de Matos Carneiro.

Concluiu o curso de Contabilidade na Escola Técnica de Comércio da Associação Comercial de Goiás, em 1960, e o superior na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, pela qual se bacharelou em 1965.

Eleito Vereador para um mandato tampão (1970-1972), foi Presidente da Câmara Municipal de Januária, MG. Nas eleições de 1972, elegeu-se Prefeito desta cidade.

Elegeu-se Deputado Estadual para a 9ª e 10ª Legislaturas (1979-1987). Na Assembléia, foi Vice-Presidente da Comissão de Assuntos da Sudene e Estímulos Fiscais (1979-1984); membro da Comissão de Defesa do Meio Ambiente (1979-1982) e suplente das Comissões de Agropecuária e Política Rural (1981-1982), de Segurança (1983-1984) e de Finanças e Orçamento.

Em 1986, elegeu-se Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991), tendo sido 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa (1989-1990). Reconduzido nas eleições de 1990 à Assembléia Legislativa para a 12ª Legislatura (1991-1995), exerce a liderança do PFL.

Filiado ao PFL, pertenceu à Arena e ao PDS.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

CARNEIRO, José de Magalhães

Político e médico, nasceu em Santana do Sapucaí (hoje cidade de Silvianópolis), MG, a 27 de janeiro de 1914. Filho de Edmundo Bernardes Carneiro e de Joaquina de Magalhães. Casado com Dalva Magalhães Carneiro.

Fez o curso secundário no Colégio São José, de Pouso Alegre, MG, e diplomou-se pela FMUMG em 1937.

Exerceu a medicina em Silvianópolis, onde foi Prefeito duas vezes (1947-1951; 1969-1973).

Deputado Estadual na 2ª e 3ª Legislaturas (1951-1959), ocupou os cargos de 2º-Secretário da Comissão Executiva (1952; 1954), Presidente da Comissão de Educação e Cultura (1956-1957) e membro das Comissões de Assuntos Municipais e Interestaduais (1953), de Energia e Transportes (1953), de Saúde Pública (1953), de Divisão Administrativa e Judiciária (1953) e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1953-1958).

Posteriormente, desempenhou as funções de Diretor do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (1959) e de Inspetor Federal do Ensino (1961).

Pertenceu ao PRM e ao PSD.

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: Prefeitura Municipal de Silvianópolis/Carlina de Morais Dutra. CEM/UFMG./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 14 maio 1959. p. 5./ *Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.* Serviço de Controle do Eleitorado e Expediente.

CARNEIRO, Justino Ferreira

Político, magistrado e advogado, nasceu na Vila do Príncipe (hoje cidade do Serro), Província de Minas Gerais, no ano de 1836, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 15 de agosto de 1896.

Diplomado em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP em 1860, foi Delegado de Polícia e Juiz Municipal em Juiz de Fora, MG, onde advogou posteriormente.

Na 22ª Legislatura (1878-1879), exerceu o mandato de Deputado Provincial em Minas Gerais e, em seguida, o cargo de Presidente das Províncias da Paraíba do Norte (1880-1882) e do Grão-Pará (1882).

No regime republicano, foi Diretor da Fazenda do Estado de Minas Gerais (1891) e Secretário das Finanças do Governo Afonso Augusto Moreira Pena* (14/7/1892-7/9/1894).

Transferindo-se depois para o Rio de Janeiro, ocupou o posto de Diretor da Companhia Estrada de Ferro da Tijuca e dedicou-se à advocacia.

Na Monarquia, pertenceu ao Partido Liberal e depois aderiu ao movimento republicano.

FONTES: Almeida Nogueira. *A Academia de São Paulo: tradições de reminiscências.* São Paulo, Saraiva, 1977. v. 5. pp. 135-6./*Minas Gerais,* Ouro Preto, 20 ago. 1896. p. 11./ *Revista do Arquivo Público Mineiro,* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, *10* (1, 2): 189, s. d./SENA, Nelson Coelho de. Traços biográficos de serranos ilustres já falecidos. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 65:* 350-60, 1903./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926./VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras (1664-1897).* Ouro Preto, Imprensa Oficial, 1897. v. 3.

CARNEIRO, Wagner de Luna

Magistrado, promotor e professor, nasceu em Santa Rita do Sapucaí, MG, a 13 de outubro de 1912. Filho do comerciante César Carneiro e de Francisca de Luna Carneiro. Casado com Evangelina do Prado Carneiro.

Fez os estudos secundários no Instituto Moderno de Educação e Ensino, em Santa Rita do Sapucaí, MG, e no Ginásio Pio-Americano, do Rio de Janeiro, DF, e o curso superior na FDUMG, pela qual se bacharelou em 1933.

Em Alfenas, MG, onde advogava, exerceu as funções de professor de Latim e Filosofia no Colégio Alfenense, de Direito Comercial e Legislação Fiscal na Academia de Comércio e de Direito Penal e Direito Constitucional na Faculdade de Direito; Diretor do periódico *O Alfenense* e Secretário da Prefeitura Municipal.

Nomeado Promotor de Justiça daquela comarca em 1945, em 1951 foi promovido para a de São Sebastião do Paraíso, MG, e em 1964 para a 11ª Promotoria de Belo Horizonte, MG, onde, em seguida, desempenhou as funções de Subprocurador-Geral do Estado (1965) e de Procurador-Geral (1972). Em março de 1975 foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça, cargo em que se aposentou.

Fez parte do grupo fundador da Associação Alfenense de Proteção à Criança, hoje integrada na FEBEM.

FONTES: *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 2 fev. 1972. p. 5; 18 jul. 1974. p. 3./*Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.* Secretaria. Ficha funcional./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino.

CARNEIRO SOBRINHO, Odelmo Leão

Político, bancário e produtor rural, nasceu em Uberaba, MG, a 26 de maio de 1946. Filho de Olavo Leão Carneiro e Maria Aparecida Mendes. Casado com Cleusa Maria Leão Carneiro.

Fez curso de Psicologia Aplicada à Administração, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia (1967).

Foi Diretor e Diretor-Presidente do Sindicato Rural de Uberlândia (1975-1988) e membro da comissão de instalação do curso de Agronomia da Universidade Federal de Uberlândia (1985). Participou de estudos para implantação de projetos de pecuária leiteira e de lavoura tecnificada (1978), de mapas e fichas de controles zootécnicos (1979 e 1980) e de controle financeiro e prestação de serviços (1981).

Participou, entre outros, do I Congresso Brasileiro de Zootecnia (Fortaleza, 1980) e da XVII Reunião Brasileira de Zootecnia (Goiânia, 1981), do Seminário Internacional de Crédito Rural, do Encontro Nacional de Agricultura (Rio, 1982), do III Encontro Mineiro de Irrigação e Drenagem e do Encontro de Líderes da Faemg com a Comissão de Agropecuária e Política Rural da Assembléia Legislativa de Minas Gerais sobre crédito rural (1984).

Foi Secretário Municipal de Agricultura, em Uberlândia, MG (1989-1990).

Em 1990, elegeu-se Deputado Federal para o período 1991-1995, pelo PRN. Na Câmara, é Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural (1991-1992), titular da comissão parlamentar de inquérito destinada a apurar responsabilidades no âmbito da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab - (1991) e suplente da Comissão de Educação e Desportos (1991).

Publicou diversos trabalhos especializados sobre a pecuária de cria (1982), a implantação de seringueiras e cacau no Triângulo Mineiro e em parte de Goiás (1980), a situação real do produtor rural (1981) e a pecuária de corte (1982).

FONTE: BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Deputados brasileiros:* repertório biográfico. 49ª Legislatura 1991-1995. Brasília, 1991. p. 504.

CARONE, Jorge

Político e advogado, nasceu em Rio Branco (hoje Visconde do Rio Branco), MG, a 27 de março de 1895, e faleceu no Rio de Janeiro, a 14 de abril de 1989. Filho do comerciante João Carone e de Matilde Nonato Carone. Casado com Ducila Carone.

Fez os estudos secundários no Ginásio São José, em Ubá, MG, e o curso superior na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Advogando em sua terra natal, ingressou na política como Vereador e, em 1939, foi nomeado Prefeito do mesmo município pelo Governador Benedito Valadares Ribeiro*. Eleito Deputado à Constituinte Estadual e para a 1ª Legislatura (1935-1937), integrou a Comissão de Câmaras Municipais, Prefeitura e Negócios Interestaduais. Exerceu, ainda, o cargo de Presidente da sub-seção da OAB em Ubá e Rio Branco.

Pertenceu ao PRM e ao Partido Progressista.

Atuaram na política seu filho Jorge Carone Filho*, seus netos Jorge Orlando Flores Carone* e Antônio Carlos Flores Carone e sua nora Nísia Coimbra Flores Carone*.

FONTE: Figuras Mineiras. In: *Revista Alterosa.* Belo Horizonte, Gráfica Queiróz Breyner, 2 (10): 17, 1940.

CARONE, Jorge Orlando Flores

Político, advogado e comerciante, nasceu em Visconde do Rio Branco, MG, a 17 de outubro de 1949. Filho dos políticos Jorge Carone Filho* e Nísia Coimbra Flores Carone*. É desquitado de Eliana Maria de Castro Alves.

Exercendo a advocacia e o comércio em Belo Horizonte, elegeu-se Vereador à Câmara Municipal (1970-1974) e Deputado Estadual para a 8ª Legislatura (1975-1979). Na Assembléia, foi Vice-Líder do MDB (1975) e membro da Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas (1975).

Pertenceu ao MDB e, depois, filiou-se ao PMDB.

Além de seus pais, atuaram na política seus avôs, Jorge Carone* e Orlando Barbosa Flores*. Seu irmão Antônio Carlos Flores Carone foi Vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte.

FONTES: *Anais da Assembléia Legislativa (março de 1975).* Sessão Legislativa da 8ª Legislatura. Belo Horizonte, Diretoria Auxiliar da Mesa, Divisão de Redação e Publicidade, *1,* 1976./*Deputados Estaduais de Minas Gerais à 8ª Legislatura (1975-9).* Ficha biográfica. Convênio APM/UCMG, Coordenador: Caio C. Boschi.

CARONE, Nísia Coimbra Flores

Política e serventuária da Justiça, nasceu em Muriaé, MG, a 16 de outubro de 1928. Filha do político Orlando Barbosa Flores* e de Maria Coimbra Flores. Casada com o político Jorge Carone Filho*.

É escrevente juramentada do cartório de seu marido, em Visconde do Rio Branco, MG.

Eleita Deputada Federal para a 6ª Legislatura (1967-1971), teve o mandato cassado em 1969, por força do Ato Institucional nº 5.

Pertenceu ao MDB.

Além de seu pai e de seu marido, atuaram na política seu sogro, Jorge Carone*, e seu filho Jorge Orlando Flores Carone*. Seu filho Antônio Carlos Flores Carone foi Vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte.

FONTES: *Deputados brasileiros;* repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 6ª Legislatura (1967-71). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1968./ FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais.* Ficha biográfica, APM, Belo Horizonte.

CARONE FILHO, Jorge

Político, tabelião e desportista, nasceu em Rio Branco (hoje Visconde do Rio Branco), MG, a 29 de junho de 1929. Filho do político Jorge Carone* e de Ducila Carone. Casado com Nísia Coimbra Flores Carone*.

Fez os estudos secundários nas cidades mineiras de Ubá, Viçosa, Mariana e Ouro Preto, e mais tarde bacharelou-se em Direito.

Nomeado tabelião em Visconde do Rio Branco, em 1945 chefiou o denominado "movimento queremista" (Constituinte a favor de Getúlio) na Zona da Mata e participou da fundação do PTB em Minas Gerais.

Prefeito de Visconde do Rio Branco de 1954 a 1958, em seguida elegeu-se Deputado Estadual para a 4ª e 5ª Legislaturas (1959-1967). Na Assembléia, foi 3º-Secretário da Comissão Executiva (1962) e membro das Comissões de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1959; 1961), do Serviço Público Civil (1960) e Especial para Construção do Prédio da Assembléia (1959).

Renunciou ao mandato parlamentar em princípio de 1963, ao eleger-se Prefeito de Belo Horizonte para o período de término em 31 de janeiro de 1967. A 31 de janeiro de 1965, entretanto, foi considerado impedido pela Câmara Municipal e afastado do cargo.

Voltando à militância política após a anistia de 1979, em 1982 elegeu-se Deputado Federal para o período 1983-1987.

Desportista, atuou como reserva do goleiro Aimoré, no Botafogo de Futebol e Regatas do Rio de Janeiro, e tornou-se campeão nacional de lançamento de peso.

Pertenceu ao PR, ao PTB e posteriormente filiou-se ao PMDB.

Atuaram na política, além de seu pai e de sua esposa, seu filho Jorge Orlando Flores Carone* e seu sogro, Orlando Barbosa Flores*. Seu filho Antônio Carlos Flores Carone foi Vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Estado de Minas

Jorge Carone Filho, janeiro de 1988

FONTES: *Diário de Minas,* Belo Horizonte, 10 dez. 1958. p. 3./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 31 dez. 1960 e 1º jan. 1961. p. 3./ *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 31 jan. 1963. p. 15; 1º fev. 1963. p. 15./*O Diário,* Belo Horizonte, 31 jan. 1963. p. 5.

CARVALHAIS, Joaquim Tomás

Político, professor e advogado, nasceu na Paróquia de São Miguel e Almas, Município de Conceição do Mato Dentro, Província de Minas Gerais (hoje cidade de Guanhães), no ano de 1857. Casado com Ubaldina Barroso de Carvalhais.

Fez os estudos humanísticos no Seminário de Diamantina e no Colégio do Caraça.

Exercendo a atividade de advogado provisionado e o magistério em sua terra natal, de cujo grupo escolar foi Diretor, elegeu-se Vereador, Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal (1898-1901).

Eleito Deputado Federal para a 4ª Legislatura (1900-1902), desempenhou o mandato apenas no último ano.

Foi, ainda, colaborador do periódico *Folha de Guanhães* e Inspetor Regional do Ensino.

Pertenceu ao PRM.

Era cunhado de Sabino Barroso Júnior*

FONTES: ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917.* Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 2./LEÃO, J. Soares. *Notas históricas sobre Guanhães.* Belo Horizonte, s. ed., 1967.

CARVALHO, André Ferreira de

Diretor da Imprensa Oficial, nasceu em Curvelo, MG, a 11 de março de 1937. Filho de Claudovino de Carvalho e de Augusta Ferreira de Carvalho.

Por ato do Governador Newton Cardoso*, foi nomeado Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, em 27 de março de 1987. Em 18 de janeiro de 1989 foi exonerado, a pedido, do cargo.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

CARVALHO, Aristóteles Dutra de

Político e médico mineiro, foi Deputado Estadual na 5ª Legislatura (1907-1910).

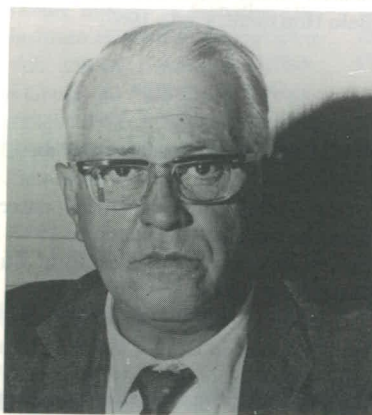
Pertenceu ao PRM.

FONTE: *Revista do Arquivo Público Mineiro.* Belo Horizonte, *Imprensa Oficial. 27:* 19, dez, 1976.

CARVALHO, Bolivar

Presidente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., nasceu em Barbacena, MG, a 15 de setembro de 1902 e faleceu a 11 de setembro de 1988. Filho de Raimundo Sousa Carvalho e de Rita Amélia de Castro Carvalho. Casado em segundas núpcias com Maria Teresinha Perpétuo de Carvalho.

Fez os estudos secundários no Ginásio Mineiro de sua terra natal, tendo-se diplomado posteriormente em Contabilidade.

Iniciando a carreira profissional no antigo Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais S.A. (1919-1966), exerceu sucessivamente as funções de caixa, procurador, contador e gerente, este último nas agências de Passos, MG, e Uberlândia, MG, e na matriz, em Belo Horizonte, onde também foi Superintendente e Diretor. Ocupou o cargo de Gerente do Banco do Planalto de Minas Gerais S.A. (12/9/66-1º/1/67). Em seguida, exerceu os cargos de Presidente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., de abril de 1971 a abril de 1974, por designação do Governador Rondon Pacheco*, e de membro do seu Conselho de Administração, de abril de 1974 a abril de 1975.

Estado de Minas

Bolivar de Carvalho

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Banco de Crédito Real de Minas Gerais. CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

CARVALHO, Celso Vargas de

Oficial da Aeronáutica, nasceu no Estado de Minas Gerais, a 1º de março de 1925.

Fez os cursos de Formação de Oficiais Intendentes, de Aperfeiçoamento de Oficiais Intendentes, de Direção de Serviços e Superior de Guerra. Nos Estados Unidos, seguiu cursos de Administração, de Instrução Técnica e de Orçamento para Oficiais.

Tendo iniciado a carreira em 26 de março de 1943, atingiu o posto de Brigadeiro em 1971 e o de Major-Brigadeiro em 1977.

Recebeu a Medalha Militar de Ouro, a Cruz de Aviação - fita B, a Medalha da Campanha Atlântico Sul, as comendas de Grande Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico e de Grande Oficial da Ordem do Mérito Naval e a Medalha do Mérito Santos Dumont.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Ministério da Aeronáutica. S.D.R.C. - RJ. CEM/UFMG.

CARVALHO, Daniel Serapião de

Político, funcionário público, professor, advogado, escritor e economista, nasceu em Itabira do Mato Dentro, Província de Minas Gerais (hoje Itabira), a 9 de outubro de 1887, e faleceu no Rio de Janeiro, GB, a 30 de maio de 1966. Filho do magistrado Antônio Serapião de Carvalho e de Ana Utsch de Carvalho. Casado com Alice Mibielli de Carvalho.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro de Barbacena e bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, em 1909. Enquanto acadêmico, para custear seus estudos, trabalhou nos jornais belo-horizontinos *Folha Pequena*, *Diário de Notícias* e *A Tribuna*.

Em abril de 1906, tomou parte na manifestação estudantil a Afonso Augusto Moreira Pena*. Apoiando a causa civilista, redigiu, com Olinto Martins, o Manifesto da Mocidade Acadêmica de Belo Horizonte, datado de 24 de maio de 1909. Em 1907, a convite de João Pinheiro da Silva*, ingressou no quadro de funcionários da Secretaria da Agricultura, na qual exerceu diferentes atividades até chegar à chefia da Seção Central e do Ensino Agrícola e Profissional, a que, em colaboração com o engenheiro Carlos Martins Prates*, deu nova organização, o mesmo fazendo ao Serviço de Colonização. De 1910 a 1913, foi Oficial de Gabinete do Ministro da Fazenda, Francisco Antônio de Sales*. Nomeado Inspetor da Fazenda em 1912, desempenhou missões no Estado do Rio Grande do Sul, onde veio a casar-se, no Estado de Alagoas, e junto ao Lloyd Brasileiro.

De volta a Belo Horizonte em 1914, exerceu o cargo de Auxiliar da Subprocuradoria do Estado, lecionou Geografia e História no Ginásio Mineiro e trabalhou, até 1917, no Gabinete do Secretário da Agricultura, Raul Soares de Moura*. Em 1914, foi executor da sentença arbitral no litígio territorial entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e, em fins de 1916, representante de Minas Gerais perante o Governo de São Paulo na execução do convênio de limites. Em 1917, ocupou o cargo de Consultor Jurídico da Secretaria da Agricultura. Em agosto de 1919, tornou-se Secretário Particular de Raul Soares de Moura* no Ministério da Marinha.

De volta a Belo Horizonte, dedicou-se à advocacia liberal e elegeu-se Deputado Estadual em 1921, para, no fim da 8ª Legislatura (1919-1922), preencher a vaga de Augusto Mário Caldeira Brant*, que renunciara. Na Assembléia, integrou a Comissão de Orçamento e a Junta de Recursos Eleitorais. Ao mesmo tempo em que cumpria o mandato legislativo, secretariou a comissão organizadora da representação mineira na Exposição de Londres de 1921, e lecionou História do Brasil e Corografia no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte.

Secretário Estadual da Agricultura, Viação e Obras Públicas durante os Governos Raul Soares de Moura* e Fernando de Melo Viana* (1922-1926), entre suas principais iniciativas, citam-se a expansão da cafeicultura e do Serviço de Algodão, a criação de hortos florestais, a construção dos primeiros prédios da Escola Superior de Agricultura e Veterinária, fundada pelo Presidente Artur da Silva Bernardes* em Viçosa, MG, e a organização do Serviço de Estatística Estadual.

Eleito Deputado Federal para a 13ª Legislatura (1927-1929), identificou-se com os propósitos da Aliança Liberal, formalmente criada em agosto de 1929, pronunciando-se, na Câmara dos Deputados, em favor da eleição de seus candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República, respectivamente Getúlio Vargas e João Pessoa. Reeleito Deputado Federal em março de 1930, participou das articulações tentadas pelos aliancistas com o objetivo de impedir a posse dos candidatos situacionistas Júlio Prestes e Vital Soares, vitoriosos nas eleições presidenciais.

Como representante dos revolucionários mineiros, desempenhou missão na Europa, a fim de preparar a opinião pública européia quanto à natureza do movimento que se pretendia deflagrar, encontrando-se no desempenho dessa tarefa quando irrompeu a Revolução de 3 de Outubro. Entre 1931 e 1934, Daniel de Carvalho representou Minas Gerais no V, VI e VII Congressos Nacionais de Transportes Rodoviários e no Congresso Pan-Americano de Transportes, no Rio de Janeiro, tendo sido membro das comissões para o estudo da legislação sobre reflorestamento, mineralogia e águas e Presidente da comissão encarregada de elaborar o projeto do Departamento Nacional de Estradas.

Em 1933, foi eleito Deputado à Assembléia Nacional Constituinte, tendo defendido, na Assembléia, o federalismo e a autonomia dos municípios, a unidade processual na organização do Poder Judiciário e o princípio de representação proporcional nas comissões constitucionais e legislativas. Eleito Deputado Federal em 1934, para a legislatura ordinária, permaneceu na Câmara até a instauração do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937. Nesse mandato, integrou a Comissão de Finanças, tendo sido o Relator do orçamento da União para os anos de 1935, 1936 e 1937, e a Comissão do Código de Águas, além de haver colaborado na reforma do Código Civil. Designado Diretor-Secretário da Companhia Siderúrgica Nacional em 1941, ainda ocupava esse cargo quando assinou o Manifesto dos Mineiros (24/10/1943), o que ocasionou seu afastamento daquela empresa.

Reconstitucionalizado o País, elegeu-se Deputado Federal Constituinte e para a 1ª Legislatura (1946-1951), tendo participado da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara. No Governo Gaspar Dutra, desempenhou o cargo de Ministro da Agricultura (14/10/1946-24/4/1950), gestão na qual promoveu a organização de um plano de trabalho conjunto entre seu Ministério e as Secretarias Estaduais, concentrando-se em três pontos: motomecanização da lavoura, difusão, pelo País, de pequenos estabelecimentos para contato direto com o agricultor e fomento à cultura do trigo; fixou e regulamentou a rede de estabelecimentos de ensino agrícola, no território nacional; encaminhou ao Congresso um projeto de lei agrária, modificando a organização agrícola do País; baixou instruções para abertura e funcionamento de postos agropecuários; instituiu a Comissão de Relações Agrícolas Internacionais; criou o primeiro centro de treinamento para mecânicos agrícolas em diversos graus, de acordo com proposta da Comissão Brasil-EUA para Educação das Populações Rurais; transferiu a Universidade Rural para o Km 47 da rodovia Rio-São Paulo e organizou a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, criando o Parque Nacional de Paulo Afonso.

Eleito Deputado Federal para a 2ª Legislatura (1951-1955) e suplente de Deputado Federal para a 3ª Legislatura (1955-1959), em junho de 1955 assumiu suas funções na Câmara dos Deputados, da qual se afastou em novembro daquele ano, por discordar do movimento político ocorrido no dia 11 daquele mês, o qual provocou o impedimento do Presidente Café Filho e de seu substituto legal, Carlos Coimbra Luz*. Reassumiu as funções em maio do ano seguinte, nas quais permaneceu até novembro.

Foi, ainda, catedrático de Direito Constitucional da Universidade Católica e de Direito Comercial, Direito Internacional e Instituições de Direito Privado da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil; Presidente do Banco Industrial de Minas Gerais S.A; Vice-Presidente da Cruz Vermelha Brasileira; Presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política; Vice-Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro; membro do Gran-de Conselho da Federação Brasileira de Escoteiros, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e da Sociedade Mineira de Agricultura, que ajudara a criar; fundador e primeiro Presidente do Automóvel Clube de Minas Gerais e Presidente do Instituto Brasil-Estados Unidos.

Entre outras missões no exterior, cumpriu a de chefe da Delegação Brasileira na Conferência Interamericana da Cruz Vermelha, realizada em Londres (1938).

Ao falecer, era Diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. em Juiz de Fora, MG.

Recebeu várias condecorações estrangeiras, notadamente a Comenda da Ordem de Nassau, da Holanda; a Cruz do Mérito da Polônia e a Grã-Cruz da Áustria.

Pertenceu ao PRM e ao PR.

Atuaram na vida pública seu pai, um dos fundadores do Clube Republicano de Itabira do Mato Dentro, e seu sogro, Pedro Mibielli, Ministro do STF.

Publicou as obras *Notícia histórica sobre o algodão em Minas* (1916); *Convênio entre Minas Gerais e São Paulo* (1917); *Pareceres* (1919); *A contribuição de Minas Gerais para os cofres da União* (1928); *O imposto sobre a renda no Brasil* (1929); *Traços de uma grande vida - Teófilo Ottôni, campeão da liberdade* (1934); *Discursos e conferências* (1914); *A missão da professora* (1942); *Estudos de Economia e Finanças* (1946); *Discursos* (3 volumes); *Atividades do Ministério da Agricultura* (1946-1950); *Estudos e depoimentos* (1ª série); *Formação histórica das Minas Gerais*, Rio de Janeiro, Cadernos de Cultura do Ministério da Educação, 1956; *Capítulos de memórias* (1ª série), Rio de Janeiro, J. Olympio, 1957; *Economia de guerra no Brasil e Francisco Sales - um político de outros tempos*.

Estado de Minas

Daniel Serapião de Carvalho

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados. 1956.* Rio de Janeiro, IBGE, 1965, 42: 247-57./*Anais da Câmara dos Deputados. 1966.* Brasília, Diretoria de Documentação e Publicidade, s.d., v. 10./ANDRADE, Theóphilo de. Um estadista de três regimes. In: *Correio Braziliense*, Brasília, 1º jun. 1966, p. 4./CALMON, Pedro. Elogio dos sócios falecidos. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 273: 208-9. 1967./COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961, v. I./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 7 set. 1922, p. 3; 7 set. 1926, p. 2; 31 mar. 1966, p. 2./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 31 mar. 1966, p. 13./FLEISCHER. David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./OLIVEIRA, Martins de. *História da literatura mineira*. 2. ed. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 7 set. 1922, p. 7; 21 dez. 1924, p. 3; 7 set. 1926, p. 6; 15 out. 1946; 18 out. 1946, p. 1; 1º jun. 1966, p. 3; 2 jun. 1966, Diário da Assembléia, p. 2./*O Diário*. Belo Horizonte, 1º jun. 1966./PAULA, Almênio J. de & FERREIRA, Saturnino G. *Figuras notáveis de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Pioneiros e Expoentes Editorial, 1973-4./RABELO, José. Daniel de Carvalho. In: *Correio Braziliense*. Brasília, 7 jun. 1966, p. 4./*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 12: 404-7, 1965-6./SILVA, Gastão Pereira de. *Constituintes de 1946*; dados biográficos. Rio de Janeiro, s. ed., 1974.

CARVALHO, Dênio Moreira de

Político, jornalista e fazendeiro, nasceu em Caratinga, MG, a 27 de outubro de 1932, e faleceu em Belo Horizonte, a 27 de março de 1990. Filho do Juiz de Paz Francisco Moreira de Carvalho e de Angelina de Paula Moreira. Casado com Maria da Glória Mota Moreira.

Formado em Contabilidade pela Escola Técnica de Comércio Nossa Senhora das Graças, de Caratinga, MG, freqüentou, em seguida, os cursos de Sociologia e de Política na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais e bacha-

relou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais em 1959.

Exerceu as funções de Chefe do Gabinete do Prefeito de Caratinga (1954-1957), Diretor da Escola Técnica de Comércio São Domingos Gusmão, de Caratinga, e Contador-Geral da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1960-1965).

Deputado Estadual da 6ª à 8ª Legislatura (1967-1979), foi 1º Vice-Presidente (1973) e 2º Vice-Presidente (1974) da Comissão Executiva da Assembléia, Vice-Líder do Governo (1968-1969), Presidente das Comissões de Educação e Cultura (1967), de Transportes e de Leis Complementares, bem como da Comissão Especial que apreciou o primeiro Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo mineiro, e Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas (1972).

Integrou o Colégio Eleitoral que, em 1973, elegeu o General Ernesto Geisel Presidente da República. Reeleito Deputado Estadual para a 9ª Legislatura (1979-1983), em março de 1979 assumiu o cargo de Secretário do Interior e Justiça do Governo Francelino Pereira dos Santos*. Em 1982, elegeu-se novamente Deputado Estadual para a 10ª Legislatura (1983-1987). Integrou, como membro efetivo, as Comissões de Agropecuária e Política Rural (1983-1984) e de Constituição e Justiça (1983-1984).

Além de político, foi locutor e jornalista de emissoras de rádio e televisão em Belo Horizonte, MG. Membro do Conselho de Criminologia do Estado de Minas Gerais; membro do conselho de Administração do Estádio de Minas Gerais, em que exerceu as funções de Vice-Presidente e Secretário-Geral; membro da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Minas Gerais; do Instituto dos Advogados do Brasil, seção de Minas Gerais, e da Associação Mineira de Advogados; Diretor-Fundador da Escola Técnica de Comércio São Domingos de Gusmão; Presidente de Honra da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais.

É autor de trabalhos publicados em vários jornais, sobre assuntos relacionados com a violência urbana e a criminalidade, e de palestras e conferências, em Faculdades e em cursos de liderança, versando sobre problemas políticos da atualidade.

Filiado ao PDS, pertenceu ao PSD e à Arena.

FONTES: *Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais*. Arquivo. Ficha biográfica./ *Deputados Estaduais de Minas Gerais à 8ª Legislatura (1975-9)*. Convênio APM/ UCMG. Coordenador: Caio C. Boschi./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 3 fev. 1967 p.3; 21.fev. 1979. p. 3./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 15 mar. 1979 p. 7; 16 mar. 1979 p. 7; 17 mar. 1979. p. 3.

CARVALHO, Getúlio Ribeiro de

Político, advogado e promotor, nasceu em São Miguel e Almas, Município de Serro, Província de Minas Gerais (atual cidade de Guanhães), a 1º de dezembro de 1861, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 24 de janeiro de 1925. Filho de Fernando Ribeiro de Carvalho e de Diva Flora de Macedo Carvalho. Casado com Maria Moreira Pinto de Carvalho.

Fez os estudos de Humanidades no Colégio do Caraça e obteve provisionamento de advogado.

Durante cinco anos, exerceu as funções de Promotor Público em sua terra natal, onde fundou e dirigiu o semanário *Folha de Guanhães*.

Depois de desempenhar os cargos de Vereador, Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal de Guanhães, elegeu-se Deputado Estadual para a 7ª Legislatura (1915-1918) e, em seguida, Senador Estadual para a 9ª Legislatura (1923-1926), tendo falecido no intervalo da 2ª para a 3ª Sessão desta.

Na Monarquia pertenceu ao Partido Liberal e, na República, ao Partido Constitucional, ao PR e ao PRM. Em 1921, fez parte da Comissão Executiva da última agremiação.

Atuaram na política seus netos Guilherme Machado*, José Machado Sobrinho* e Rafael Caio Nunes Coelho* e seu genro Francisco Nunes Coelho Júnior*.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados*. 3ª sessão da 9ª Legislatura no ano de 1925. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, s. n: 256, 1926/Diário de Minas, Belo Horizonte, 23 set. 1921. pp. 1-2; 25 jan. 1925, p. 1./LEÃO, Inocente Soares. Notas históricas sobre Guanhães. Belo Horizonte, s. ed., 1967./ Minas Gerais, Belo Horizonte, 25 jan. 1925. p. 7.

CARVALHO, Ivo Machado de

Oficial do Exército, nasceu em Prata, MG, a 16 de dezembro de 1927. Filho de Pedro Machado de Carvalho Júnior e de Diva Machado de Moraes. Casado com Eneida Valle da Costa Lima.

Iniciou a carreira militar como cadete da Escola Preparatória de Cadetes de São Paulo - SP, em março de 1948. Em seguida, ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN -, em Resende, RJ (1949-1951). Fez, ainda, os cursos de Pára-quedismo e de Mestre de Salto, pelo Núcleo da Divisão Aeroterrestre - Aet (1957); de Comunicações, pela Escola de Comando do Exército em Deodoro - ESCOM -, RJ (1958); de Engenharia de Construções e Fortificações, pelo Instituto Militar de Engenharia - IME (1962-1965), e o Superior de Guerra, pela Escola Superior de Guerra - ESG -, Rio de Janeiro, RJ (1982).

Oficial da Arma de Engenharia, foi promovido a General-de-Brigada em março de 1984, sendo transferido para a reserva em março de 1987.

Serviu na Comissão Especial de Obras nº 10 - CEO/10 -, em Belo Horizonte, MG (1970), na Comissão Regional de Obras nº 4 - CRO/4 -, em Juiz de Fora, MG (1971/1977-1979/1982), nos Comandos da 7º Becmb, em Campina Grande, PB (1952-53), da 4ª Cia Com, em Ouro Preto, MG (1953-1954) e do Núcleo Divisão Aeroterrestre - Aet (Cmdo 1ª Cia Eng. Aeroterrestre) (1957).

Serviu, também, no 5º Batalhão de Engenharia de Construção - BECnst, em Porto Velho, RO (1966-1968), no CEO/10, em Belo Horizonte, MG (1969-1970), no CRO/4, em Juiz de Fora, MG (1971/1977-1979/1982), na Divisão de Obras Militares - DOM -, em Brasília, DF (1977/1979 - 1983/1984), e na DOC, em Brasília, DF (1983). Exerceu funções no Escom, em Deodoro, RJ (1958), no Instituto Militar de Engenharia - IME, RJ (1962-1965), na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais - EsAO, RJ (1968), na ESG, RJ (1982), e foi instrutor da AMAN, em Resende, RJ (1955-1956). Como Oficial-General foi Subdiretor de Obras Militares (1984-1987).

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Ministério do Exército. Departamento de Comunicação Social.

CARVALHO, João Hermano de

Político, advogado e professor, nasceu em Itapecerica, MG, a 14 de fevereiro de 1921. Filho de Hermano Ferreira de Carvalho e de Iracema Ribeiro de Carvalho. Casado com Marília Melo Franco de Carvalho.

Fez os estudos secundários no Instituto Padre Machado, em São João del-Rei, MG, e bacharelou-se pela FDUMG em 1948.

Exercendo a função de gerente da agência da Caixa Econômica Federal em Itapecerica, elegeu-se Vereador à Câmara do Município.

Suplente de Deputado Estadual na 4ª Legislatura (1959-1963), foi efetivado em novembro de 1962, na vaga de Jaeder Dias de Figueiredo.

Em sua terra natal foi, ainda, professor de Prática Jurídico-Geral e Comercial no Colégio Comercial Padre Herculano Paz.

Pertenceu ao PSD e à Arena.

Atuaram na política seu primo José Ribeiro Pena*, seu tio Severo Augusto Ribeiro e seu cunhado Brás Afonso Lamounier, os dois últimos em âmbito municipal.

FONTE: Dados biográficos. Informante: Braz Afonso Lamounier e Severo Augusto Ribeiro. CEM/UFMG.

CARVALHO, João Luís de

Político e industrial, nasceu em Carmo do Paranaíba, MG, a 31 de março de 1915. Filho de Miguel Luís de Carvalho e de Maria Delfina de Melo. Casado com Benedita Pérez de Carvalho.

Depois de exercer o mandato de Prefeito de seu Município, elegeu-se suplente de Deputado Estadual para a 5ª Legislatura (1963-1967), tendo assumido a cadeira em dezembro de 1966. Na Assembléia, presidiu à Comissão de Assuntos Municipais e Interestaduais (1967) e integrou a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (1966).

Foi membro do Instituto Alto Paranaíba e do Conselho Fiscal da Companhia Telefônica Carmo do Paranaíba.

Pertenceu ao PSP.

FONTE: COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1.

CARVALHO, João Vidal de

Político e advogado, nasceu em Guarani, MG, a 20 de fevereiro de 1923, e faleceu em Ponte Nova, MG, a 31 de dezembro de 1980. Filho do agricultor Francisco Vieira de Carvalho e de Adelaide Vidal de Carvalho. Casado com Ivone Martins de Carvalho.

Fez o curso secundário no Instituto Granbery, de Juiz de Fora, MG, e formou-se pela FNDUB em 1959.

Em Ponte Nova, onde advogava, foi Vereador de 1950 a 1954 e Prefeito de 1954 a 1958.

Deputado Estadual na 4ª Legislatura (1959-1963) e na 6ª (1967-1971), ocupou os cargos de Presidente (1968-1969), Vice-Presidente (1961) e membro (1962) da Comissão de Assuntos Municipais e Interestaduais, Vice-Presidente (1970) e membro (1959; 1968) da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio e membro da Comissão de Trabalho e Ordem Social (1960).

Pertenceu ao PTB, ao PSD e à Arena.

Em Belo Horizonte, exerceu as funções de advogado da Caixa Econômica Federal, da Prefeitura e da Companhia de Saneamento de Minas Gerais S.A. Ao falecer, era assessor do Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel*.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: João Vidal de Carvalho. CEM/UFMG./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 6 dez. 1958. p. 3.

CARVALHO, José Ferreira de

Político, Coronel da Guarda Nacional, jornalista e tabelião, nasceu em São Bento de Tamanduá, Província de Minas Gerais (hoje Itapecerica), a 16 de setembro de 1872, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 30 de julho de 1957. Filho de José Pinto Ferreira e de Romualda Pinto Ferreira. Casado com Constança Alves Garcia Ferreira de Carvalho.

Cursou o ginásio fundado por seu padrinho, Cônego Cesário Mendes Ribeiro, e aprendeu a arte tipográfica numa oficina em que Bento Ernesto Júnior, jornalista e poeta, imprimia *O Raio*.

Em Oliveira, Província de Minas Gerais, foi tipógrafo da *Gazeta de Oliveira*. Transferindo-se para a cidade do Rio de Janeiro com a idade de 17 anos, trabalhou no *Diário do Commércio*. Em 1892, voltou para sua terra natal, onde fundou *O Itapecerica*. Mais tarde, a convite do proprietário da *Gazeta de Oliveira*, então o jornal de maior circulação no Oeste de Minas, assumiu o cargo de Redator-Secretário no qual se manteve até 1895. Nesse ano, por divergir da orientação política do periódico, fundou, ainda em Oliveira, *A Democracia*, que exerceu grande influência em todo o Estado.

Em março de 1907, foi nomeado pelo Presidente João Pinheiro* Inspetor Técnico do Ensino. Em 1909, a convite da direção do PRM, dirigiu o antigo *Diário de Minas*, de que era redator-chefe Augusto de Lima*.

Foi Deputado Estadual na 6ª Legislatura (1911-1914).

Pertenceu ao PRM.

Em 1915, o Presidente Delfim Moreira* nomeou-o tabelião em Belo Horizonte.

Foi sócio-fundador do IHGMG.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 31 jul. 1957. p. 4; 16 set. 1972. p. 6./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 2 ago. 1957, Diário da Assembléia. pp. 1-2./*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1957. v. 4./RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970-1.

CARVALHO, José Nelson de

Político, radialista e publicitário, nasceu em Oliveira, MG, a 28 de julho de 1937. Filho de José Teixeira de Carvalho e de Maria Augusta de Carvalho. Casado com Eni Fantini de Carvalho.

Fez os estudos secundários no Colégio Professor Pinheiro Campos, em sua terra natal.

Exercendo, em Belo Horizonte, MG, as atividades de radialista e publicitário, foi suplente de Vereador à Câmara Municipal no período 1976-1978.

Em seguida, elegeu-se Deputado Estadual para a 9ª Legislatura (1979-1983) e primeiro suplente para a 10ª Legislatura (1983-1987). Na Assembléia, foi 3º-Secretário da Comissão Executiva (1979-1980) e Presidente da Comissão de Redação (1981-1982).

Pertenceu ao MDB e ao Partido Popular; posteriormente, filiou-se ao PMDB.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Gabinete do Deputado José Nelson Carvalho. CEM/UFMG.

CARVALHO, José Tocqueville de

Político, engenheiro e fazendeiro em Minas Gerais, foi Deputado Estadual na 5ª Legislatura (1907-1910).

Pertenceu ao PRM.

FONTE: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, *27:* 20, dez. 1976.

CARVALHO, Júlio Ferreira de

Político, promotor, advogado e professor, nasceu na Fazenda da Várzea Alegre, em São Tiago, Distrito de Bom Sucesso (hoje cidade de São Tiago), MG, a 28 de janeiro de

1894, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 22 de outubro de 1962. Filho de Laudares Antônio de Carvalho e de Maria José de Carvalho. Casado, em primeiras núpcias, com Maria Ratton de Carvalho e, em segundas, com Juraci Guimarães de Carvalho.

Fez o curso secundário no Ginásio São Francisco de Assis, de São João del-Rei, MG, e bacharelou-se pela FLDMG em 1915.

Enquanto estudante, lecionou em estabelecimentos de nível secundário de São João del-Rei, MG, e Belo Horizonte. Logo depois de formado, retornou a São João del-Rei, onde advogou e dirigiu, durante um ano, o Ginásio São Francisco. Após exercer por pouco tempo a Promotoria de Justiça de Estrela do Sul, no Triângulo Mineiro, em 1919 voltou a advogar em São João del-Rei. Radicou-se, em 1925, na Capital mineira, onde instalou escritório de advocacia. Integrou, em 1931, o Conselho Consultivo do Estado e, de dezembro de 1933 a abril de 1935, trabalhou na seção jurídica da Comissão Técnica e Consultiva da Cidade de Belo Horizonte. Desempenhou, ainda, as funções de Procurador da Justiça Eleitoral (1932-1937), Chefe do Serviço Jurídico da Delegacia do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (1941-1946) e de Presidente do Conselho Administrativo do Estado (1946). No mesmo ano foi nomeado pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra Interventor em Minas Gerais, cargo que ocupou de 14 de agosto a 16 de novembro. Nesse período empreendeu uma série de medidas administrativas e sociais, procurando atenuar os efeitos econômicos da crise surgida no após-guerra. Planejou e executou importantes adaptações em serviços essenciais à vida coletiva para ajustar as normas existentes às imposições da realidade econômico-financeira do momento. Sua ação foi eficaz em todos os setores, especialmente na Educação, na Saúde Pública, na Viação e na Agricultura. Reorganizou o Departamento de Estradas de Rodagem em agosto de 1946, após as modificações introduzidas pelo seu antecessor, João Tavares Correia Beraldo*.

Deputado à Constituinte Estadual e na 1ª Legislatura (1947-1951), presidiu à Grande Comissão Constitucional e à comissão especial para elaboração de leis complementares (1949), e participou da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (1948). Foi, posteriormente, Advogado-Geral do Estado (5/2-30/3/55), Presidente do Conselho Consultivo da Usiminas (1961), advogado do Banco Mineiro da Produção S.A. (hoje Banco do Estado de Minas Gerais S.A.), professor de Direito Civil da Faculdade de Direito da UCMG, Diretor da *Revista Forense* e Juiz do TRE. Era sócio honorário do IHGMG.

Pertenceu ao PR e ao PSD.

ALEMG

Júlio Ferreira de Carvalho

FONTES: *Anais da Assembléia Constituinte de 1947.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, s/d. p. 587.600./*Arquivo Histórico do Senado.* Brasília Subsecretaria do Senado. Dados biográficos./COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje.* Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./*Diário de Minas,* Belo Horizonte, 23 out. 1962. p. 14; 12 mar. 1967, Edições Comemorativas. p. 4; 15 mar. 1975, Suplemento Especial. p. 4./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 31 dez. 1932. p. 29; 13 jun. 1946. p. 8; 13 ago. 1946. pp. 1-2; 14 ago. 1946. p. 1; 15 ago. 1946. pp. 1-2; 23 out. 1962. p. 7./*O Diário,* Belo Horizonte, 11 ago. 1946. p. 1; 23 out. 1962. p. 2./*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. 1962.* Belo Horizonte, *9*: 415-7, 1962./RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais.* Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970/1.

CARVALHO, Kildare Gonçalves

Secretário de Estado, advogado e professor, nasceu em Bom Sucesso, MG, a 13 de dezembro de 1950. Filho de Ari Alves Carvalho e de Célia Gonçalves Carvalho. Casado com Maria Imaculada Dias Coelho Carvalho.

Concluiu os estudos secundários na Escola Estadual Governador Mílton Campos, em Belo Horizonte, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da UFMG, quando foi condecorado com a Medalha Rio Branco (1973).

Lecionou Direito Constitucional na Faculdade Mineira de Direito da PUC-MG e na Faculdade de Direito Mílton Campos.

Foi Diretor do Departamento de Assistência Jurídica da Faculdade de Direito da UFMG (1972-1973); advogado da Isomonte S.A. - Equipamentos e Montagens Industriais (1974-1975); Consultor da Assessoria Técnico-Consultiva do Governador do Estado de Minas Gerais, hoje Procuradoria Técnico-Legislativa (1975; 1985-1986); advogado da Mannesmann S.A. (21/1/84-18/9/85) e Presidente dos Conselhos Consultivo e Deliberativo da Região Metropolitana (17/10/86-14/3/87).

O Governador Hélio Carvalho Garcia* nomeou-o para assumir, cumulativamente, as Secretarias de Estado do Governo e Coordenação Política (13/5/86-14/3/87), de Trabalho e Ação Social (13/5/86-26/5/86), do Interior e Justiça (13/5/86-4/7/86) e de Ciência e Tecnologia (13/5/86-26/6/86).

É membro do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional e do Instituto dos Advogados de Minas Gerais.

Em 17 de março de 1991, nomeado pelo Governador Hélio Carvalho Garcia*, empossou-se no cargo de Procurador-Geral do Estado de Minas Gerais.

Estado de Minas

Kildare Gonçaldes Carvalho, maio de 1986

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

CARVALHO, Lúcio Starling de

Oficial da Aeronáutica, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 28 de abril de 1939. Filho de Fábio Pessoa de Carvalho e de Manoela Starling de Carvalho. Casado com Heloísa Miranda Starling de Carvalho.

Estudou na Escola Preparatória de Cadetes do Ar, na Escola de Formação de Oficiais - Escola de Aeronáutica, fez os cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais - Eadar, de Preparação de Instrutores - CPI-Eaoar, de Estado-Maior da Aeronáutica, de Preparação de Instrutores e de Política e Estratégia Aeroespacial, ambos pela Ecemar. Posteriormente bacharelou-se em Ciências Econômicas no Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB.

Ingressou na Aeronáutica em 1º de março de 1955, tendo sido declarado Aspirante em 14 de janeiro de 1961. Recebeu as promoções de Segundo-Tenente (1961), Primeiro-Tenente (1964), Capitão (1967), Major (1971), Tenente-Coronel (1978), Coronel (1983) e Brigadeiro-do-Ar (1991).

Instrutor do 1º/4º Grupo de Aviação (1963), tornou-se Oficial de Operações nessa mesma divisão. Chefiou as Seções de Pessoal, Material e Operações do Comando de Defesa Aérea (1970). Em 1972 tornou-se Oficial de Operações do 1º Grupo de Defesa Aérea, em 1980, foi Comandante do 1º Grupo de Aviação de Caça e, em 1981, chefiou a Seção de Controle da Comissão Aeronáutica Brasileira em Washington, DC - CABW. Exerceu os cargos de Chefe das Seções de Planejamento e de Combate Eletrônico da 4ª Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica (1983), Chefe do Estado-Maior do Comando de Defesa Aérea (1987), Chefe do Estado-Maior Combinado do Núcleo do Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro e Chefe da Terceira Subchefia do EMAER (1991).

Fez os cursos de piloto de caça, piloto de transporte aéreo e piloto de helicópteros, possuindo cerca de 5.000 horas de vôo.

Recebeu diversas condecorações, destacando-se o Brevet Militaire de Pilote D'Avion de L'Armée-de-L'Air, da França, e as Medalhas do Mérito Santos Dumont, do Mérito Mauá, do Pacificador e Militar de Ouro.

FONTE: *Dados biográficos.* Ministério da Aeronáutica: Centro de Comunicação Social./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

CARVALHO, Orlando Magalhães

Político, professor, Reitor da UFMG, acadêmico, advogado, funcionário público e jornalista, nasceu em Pouso Alegre, MG, a 20 de novembro de 1910. Filho do médico José Pinto de Carvalho e de Alcina de Magalhães Carvalho. Casado com Lourdes Pinto de Carvalho.

Fez os estudos secundários nos ginásios das cidades sul-mineiras de Muzambinho, Pouso Alegre e Santa Rita do Sapucaí e bacharelou-se pela FDUMG, em 1931. No ano seguinte freqüentou, na Sorbonne, Paris, o Cours de Civization Française. A partir de 1933 dedicou-se ao magistério.

Fundador, em Belo Horizonte, do Colégio Marconi, ali lecionou até 1950, bem como no Colégio Batista Mineiro. Durante um ano foi professor do Departamento de Instrução da Força Pública do Estado e, de 1937 a 1942, do curso pré-jurídico do Colégio Universitário de Minas Gerais.

Em 19 de dezembro de 1938, submeteu-se a concurso para professor de Direito Público Constitucional da FDUMG, logrando aprovação como livre-docente. Com o desdobramento da cadeira em Direito Constitucional e Teoria Geral do Estado, foi indicado para reger esta última, que assumiu a 20 de março de 1941 e da qual, aprovado em concurso, se tornou posteriormente titular efetivo. Nessa função aposentou-se pela compulsória, em 1980. Em 1939, ingressou na Faculdade de Filosofia de Minas Gerais, hoje pertencente à UFMG, como catedrático de Língua e Literatura Francesa, tendo lecionado até 1954.

No Governo Mílton Soares Campos* dirigiu o Departamento de Assistência aos Municípios (1948-1949) e o Departamento de Administração Geral (1949-1950) e exerceu o cargo de Secretário da Educação e Saúde Pública, de 5 de setembro de 1950 a 30 de janeiro de 1951. De 1948 a 1980, integrou o Conselho Universitário da UFMG, da qual foi Vice-Reitor em dois triênios (1952-1954; 1955-1957) e Reitor (1961-1964). Em 1968 trabalhou, como professor visitante, na Universidade Vanderbilt, em Nashville, Tennessee, EUA. Dentre suas atividades relacionadas com o exercício do magistério destacam-se a reorganização da *Revista da Faculdade de Direito;* a direção, desde 1946, da *Revista Brasileira de Estudos Políticos* e da sua coleção de estudos sociais e políticos; a participação na direção da Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior - CAPES -, da Escola Latino-Americana de Sociologia (Santiago, Chile), do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (Rio de Janeiro), do Conseil International des Sciences Sociales/Unesco (Paris), da Comissão de Administração Pública do Ponto IV (Rio de Janeiro), da Associação Brasileira de Sociologia (ex-Presidente) e da Associação Brasileira de Ciência Política (Presidente). Em 1971, presidiu à Comissão Especial de Leis Complementares à Constituição do Estado de Minas Gerais e, em 1974, desempenhou as funções de Reitor *pro tempore* da UFOP.

Jornalista, foi redator do órgão oficial *Minas Gerais* e colaborador do *Correio da Manhã,* do Rio de Janeiro, e dos Diários Associados de Belo Horizonte. Eleito para a AML em 1955, é sucessor de Afonso da Silva Guimarães* na cadeira nº 35, patrocinada por João Pinheiro da Silva*.

Entre outras missões no exterior, cumpriu as de membro da Missão Brasileira à Argentina, chefiada pelo Ministro San Tiago Dantas (1963) e de delegado da OEA nas eleições presidenciais da República Dominicana (1966). É oficial da Orden del Mérito, da Argentina, e da Légion d'Honneur, da França.

Fundador da UDN em Minas Gerais, ocupou altos postos na sua direção e organizou o seu Departamento de Cultura.

Seu pai foi Agente Executivo do Município de Passos, MG, no princípio do século.

Publicou as obras *Ensaios de política econômica,* Belo Horizonte, Os Amigos do Livro, 1934; *Duas oficinas de Polícia técnica - Lyon e Lausanne,* Belo Horizonte, Os Amigos do Livro, 1935; *Problemas fundamentais do município,* São Paulo, Editora Nacional, 1936 (Col. Brasiliana, 84); *O rio da unidade nacional - o São Francisco,* São Paulo, Ed. Nacional, 1937 (Col. Brasiliana, 98); *O Município Mineiro em Face das Constituições,* Belo Horizonte, Os Amigos do Livro, 1937; *Curso de Teoria Geral do Estado,* São Paulo, Civilização Brasileira, 1º v., 1942, 2º v., 1942; *O mecanismo do Governo Britânico,* São Paulo, Livraria Acadêmica, 1943; *Política do município,* Rio de Janeiro, Agir, 1945; *URSS, um estado socialista de operários e camponeses,* Rio de Janeiro, Agir, 1947; *A crise dos partidos nacionais,* Belo Horizonte, Ed. Kriterion, 1950; *Caracterização da Teoria Geral do Estado,* Belo Horizonte, Ed. Kriterion, 1951; *Ensaios de Sociologia Eleitoral,* Belo Horizonte, Edições Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1958; *A multiplicação de municípios em Minas Gerais* (1957); *Características e distorções da Universidade no Brasil* (1977); *Os desafios sociais e econômicos do fim do século XX e as nações em desenvolvimento* (1978); *A atualidade do pensamento político de Mílton Campos* (1979).

Atuaram na vida pública seu sogro, Estevão Leite de Magalhães Pinto*, e seu cunhado Clóvis de Magalhães Pinto*.

Estado de Minas

Orlando Magalhães de Carvalho

FONTES: *Anuário da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais. 1939-1953.* Belo Horizonte. s. ed. 1954./

COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje.* Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./*Dados biográficos.* Informante: Orlando Magalhães Carvalho. CEM/ UFMG./*Diário de Minas,* Belo Horizonte, 6. set. 1950. p. 5; 8 nov. 1962. p. 5./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 3 set. 1950. p. 3./ Martins de Oliveira. *História da literatura mineira.* 2 ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 22 maio 1942. p. 8; 3 set. 1950. p. 5; 6 jul. 1958. pp. 16-7; 15 out. 1959. p. 16; 26 fev. 1951. p. 8; 8 mar. 1961. p. 20; 10 dez. 1980, Diário do Legislativo. p. 10./*Revista da Faculdade de Direito*; memória histórica (1892-1959). Belo Horizonte, ano *10:* 252-3. out. 1958 - mar. 1959.

CARVALHO, Paulo de Oliveira

Político, advogado, professor e produtor rural, nasceu em Muriaé, MG, a 30 de julho de 1926. Filho do agricultor Joaquim Ribeiro de Carvalho e da professora Edina de Oliveira Carvalho. Casado com a professora Helena Francisco de Carvalho.

Concluiu seus estudos secundários no Colégio São José, em Juiz de Fora, MG, em 1948, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da UFMG, em 1953.

Em Muriaé, foi professor universitário e Presidente do Sindicato Rural (1968-1971). Em Leopoldina, MG, foi membro da Comissão de Patrimônio e da Comissão de Justiça e Paz, ligadas à Diocese de Leopoldina.

Em 1983, elegeu-se Prefeito Municipal de Muriaé (1983-1988). Durante sua administração, promoveu a implantação do serviço de creches, a construção de rede pluvial e de áreas de lazer, a expansão da rede escolar, a ampliação da eletrificação rural, a recuperação do sistema rodoviário, a organização de serviços sociais e de saúde, a criação das Secretarias de Ação Social e de Agricultura e Trabalho e a implantação do plano diretor e da planta cadastral do município. Construiu ainda o Teatro Municipal *Gregório de Matos.*

Diretor da Associação Mineira dos Municípios (1983-1986) e da Associação dos Municípios do Vale do Paraíba (1983-1984), foi também fundador e Presidente (1985-1987) da Associação Microrregional dos Municípios do Médio Rio Pomba.

Em 1990, elegeu-se Deputado Estadual para a 12ª Legislatura (1991-1995). Na Assembléia, é Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

Filiado ao PMDB, pertenceu à UDN, à Arena e ao MDB .

Atuou na política seu irmão José de Oliveira Carvalho, que foi Prefeito de Barão de Monte Alto, MG.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

CARVALHO, Paulo Neves de

Secretário de Estado, advogado e professor, nasceu em São João del-Rei, MG, a 20 de dezembro de 1919. Filho do ferroviário Pedro Neves de Carvalho e de Augusta Fernandes de Carvalho. Casado com Irene de Melo Neves.

Fez os estudos secundários no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, MG, e o curso superior na FDUMG, pela qual se bacharelou em 1946. Freqüentou, posteriormente, cursos de pós-graduação nos EUA, obtendo os títulos de Mestre e Doutor em Administração.

Aos 17 anos de idade iniciou a carreira no magistério, como professor de ensino secundário. Nos 19 anos em que exerceu essa atividade, dirigiu por muito tempo o Colégio Anchieta de Belo Horizonte, onde, a seguir, foi Inspetor Federal. Tornou-se livre-docente por concurso, e depois catedrático, de Direito Administrativo da FDUMG, em cujo curso de doutorado passou a lecionar a disciplina. Foi, ainda, professor substituto de Introdução à Ciência do Direito e de Direito do Trabalho na mesma escola, professor-fundador da Faculdade Minera de Direito, hoje pertencente à PUC-MG, e catedrático de Direito Administrativo e Organização na Escola de Engenharia da UMG. Deu cursos de Administração Pública e Administração Municipal na Universidade da Califórnia do Sul, EUA.

Organizador e Chefe do serviço jurídico do SESI mineiro, Diretor do Departamento de Administração da Prefeitura de Belo Horizonte durante a gestão de Celso Melo Azevedo* e Assessor da Presidência do Banco Nacional de Minas Gerais S.A., no Governo José de Magalhães Pinto* chefiou a Assessoria Técnico-Consultiva e exerceu o cargo de Secretário da Administração (15/10/63 - 1º/ 7/65; 19/11/65 - 30/1/66).

Pertenceu à UDN.

FONTES: *Estado de Minas,* Belo Horizonte, 16 fev. 1961. p. 3; 16 out. 1963. p. 3; 19 nov. 1965. p. 5./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 16 out. 1963. p. 3; 19 nov. 1965. p. 6./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 16 out. 1963. p. 12; 5 nov. 1963. p. 11; 20 nov. 1965. p. 1; 15 jul. 1972. p. 3./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino.

CARVALHO, Roberto Vieira de

Político, sindicalista e administrador, nasceu em Ubá, MG, a 22 de junho de 1953. Filho de Nilo Veríssimo de Carvalho e de Emília Vieira de Carvalho. Casado com a médica Maria de Fátima Masieiro Bittencourt.

Concluiu seu curso secundário no Colégio Pitágoras, em Belo Horizonte, e graduou-se em Administração pela Fumec, em 1976.

Em sua cidade natal foi um dos fundadores do Grêmio Recreativo da Escola Profissional - Grepe -, integrou o programa *Som Jovem Comunicação,* da Rádio Sociedade Ubaense, foi Secretário da Liga Atlética Ubaense e da Conferência de São Vicente de Paulo.

Ingressou no DER-MG, através de concurso, onde iniciou sua militância no movimento sindical, tendo sido, por duas vezes, Presidente da antiga Associação dos Servidores do DER - Asder -, atual Sindicato dos Trabalhadores do DER - Sintder. Participou dos movimentos e da fundação da Coordenação Sindical dos Trabalhadores no Serviço Público, em 1984, da qual foi Presidente e é atualmente Diretor de Assuntos do Interior. Participou também da fundação da Central Única dos Trabalhadores - CUT -, fazendo parte de sua direção estadual. Foi membro do Movimento Nacional de Justiça - Não Violência e participou de comunidades eclesiais de base.

Teve atuação política em Belo Horizonte, Contagem, Ubá, Oliveira, Jequitinhonha e Pará de Minas.

Vereador em Belo Horizonte (1989-1991), foi autor de três dos quatro pedidos de *impeachment* impetrados contra o ex-Governador Newton Cardoso*.

Em 1990, elegeu-se Deputado Estadual para a 12ª Legislatura (1991-1995), pelo PT. Na Assembléia, é Líder da Minoria, membro titular da Comissão de Administração Pública e suplente da Comissão de Constituição e Justiça

Filiado ao PT.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

CARVALHO, Ronaldo de Azevedo

Político, engenheiro e professor, nasceu em Santa Rita do Sapucaí, MG, a 25 de julho de 1942. Filho do engenheiro Edmur Carneiro de Carvalho e da professora Edméia Sodré de Azevedo Carvalho. Casado com a professora Raquel Valadares Vasconcelos de Carvalho.

Concluiu o curso técnico de Eletrônica na Escola Técnica de Eletrônica de Santa Rita do Sapucaí, em 1962, e o de Engenharia Elétrica pela Universidade Católica de Minas Gerais, em 1968.

Fez os cursos de Política Urbana (UFMG); Marketing Político (Associação Brasileira de Marketing); Governo e administração municipal (IBAM) e Ciência Política (UNB).

Foi professor titular de Eletricidade na Escola Técnica Federal de Minas Gerais e na Universidade de Itaúna, MG, e professor assistente de Administração de Pessoal na Universidade Católica de Minas Gerais.

Iniciou a carreira política como Prefeito de sua terra natal, no período de 1976 a 1982, pelo MDB, ocasião em que exerceu o cargo de Presidente da Associação de Municípios do Médio Sapucaí - AMESP (1980). Filiou-se ao PMDB e elegeu-se, em seguida, Deputado Estadual para a 10ª Legislatura (1983-1987). Na Assembléia Legislativa, foi Vice-Líder da Bancada do PMDB e do Governo e Presidente da Comissão de Economia e Obras Públicas (1983-1984). A partir de 1983, desempenhou o cargo de Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Mineira de Municípios. Fez parte da Comissão Executiva Regional do PMDB de Minas Gerais.

Em 1986, elegeu-se Deputado Federal Constituinte para o período de 1987-1991. Na Câmara dos Deputados, foi titular das Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, de Defesa do Consumidor e do Meio Ambiente, suplente da Comissão de Desenvolvimento Urbano, Interior e da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, e titular da Subcomissão dos Estados.

Publicou os trabalhos *Municipalismo: desenvolvimento ou estagnação* e *O Sul de Minas - suas perspectivas para o futuro.*

Filiado ao PMDB, pertenceu ao MDB

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG./ BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Assembléia Nacional Constituinte - 1987:* repertório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. 2. ed. Brasília, 1989. p.743.

CARVALHO, Último de

Político, engenheiro-topógrafo, médico veterinário e agricultor, nasceu em Juiz de Fora, MG, a 19 de dezembro de 1899, e faleceu em Brasília, DF, a 26 de agosto de 1980. Filho de Manuel Borges de Carvalho e de Josefina Santos de Carvalho. Casado com Hilda Reis Santos de Carvalho.

Pela Escola de Veterinária de Belo Horizonte, MG, diplomou-se como médico veterinário em 1922 e engenheiro topógrafo em 1927.

Em Rio Pomba, MG, onde era tabelião desde 1931, desempenhou os cargos de Vereador (1937) e Prefeito nomeado (1945). Suplente de Deputado Estadual na 1ª Legislatura (1947-1951), esteve em exercício de julho de 1947 a julho de 1949, em substituição a Whady José Nassif*, e de julho de 1947 a fevereiro de 1951, na vaga de José Ribeiro Pena*. Eleito Deputado Estadual para a 2ª Legislatura (1951-1955), renunciou em dezembro de 1954, por ter sido nomeado tabelião em Belo Horizonte. Na Assembléia presidiu a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1951; 1953), ocupou a Vice-Presidência da Comissão de Viação e Obras Públicas (1948-1949) e integrou, ainda, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio (1947) e a comissão especial para dar parecer sobre as contas do Governador Mílton Soares Campos* (1948).

Em seguida foi Deputado Federal da 3ª à 6ª Legislaturas (1955-1971), tendo feito parte das Comissões de Orçamento e Fiscalização Financeira, de Finanças e de Minas e Energia e ocupado a Vice-Liderança do PSD (1963) e da Arena (1966). Na 7ª Legislatura (1971-1975) elegeu-se suplente do Senador José de Magalhães Pinto*.

Destacou-se como ardoroso defensor do Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira* e como um dos responsáveis pelo lançamento da candidatura do Marechal Henrique Teixeira Lott à Presidência da República em 1960. Integrante da Frente Parlamentar Nacionalista, opôs-se a uma reforma agrária que implicasse a revisão do sistema fundiário e mostrou-se sempre antidivorcista, adepto do parlamentarismo e adversário da chamada política externa independente dos Governos Jânio Quadros e João Goulart. Participou dos Congressos Interparlamentares de Londres (1957) e Genebra (1962). Teve a iniciativa do projeto que, convertido em lei, consagrou Tiradentes como Patrono Cívico da Nação Brasileira.

Pertenceu ao PSD e à Arena.

Publicou o livro de memórias *Antes que eu me esqueça,* Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1973.

FONTES: *Anais da Assembléia Constituinte de 1947.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, *2:* 587-600, s. d./*Anais da Câmara dos Deputados. 1957.* Rio de Janeiro, IBGE, *8:* 570-1, 1958; 5ª Legislatura. Brasília, 2: 374, 464, 1963; 6: 366, s. d.; 5ª Legislatura. Brasília, 1966, *1:* 327, s. d./*Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados,* Livro N-Y. p. 160./COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje.* Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./*Deputados brasileiros*; repertório biográficos dos membros da Câmara dos Deputados. 5ª Legislatura (1963-7). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1966; 6ª Legislatura (1967-71). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1968./ *Estado de Minas,* Belo Horizonte, 27 ago. 1980. p. 3./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 22 set. 1973. p. 3; 27 ago. 1980. pp. 1, 3;3 set. 1980. p. 1./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 22 set. 1973, Diário do Legislativo. p. 2; 6 dez. 1980, Diário do Legislativo. pp. 2-3.

CASASANTA, Manuel

Escritor, acadêmico, professor e advogado, nasceu em

Jaguari (atual Camanducaia), MG, a 4 de outubro de 1902, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 3 de março de 1973. Filho dos imigrantes italianos Antônio Casasanta e Mariana d'Orsini Casasanta. Casado com Sebastiana Casasanta.

Fez o curso secundário no Ginásio São José de Pouso Alegre, MG, e graduou-se pela Escola de Farmácia de Ouro Fino, MG, e, em 1940, bacharelou-se pela FDUMG.

Iniciou-se no magistério em Campanha, MG, como professor de Psicologia Educacional da Escola Normal Oficinal. Na mesma cidade lecionou no Ginásio São João e foi fiscal permanente junto ao Colégio Nossa Senhora do Sion.

Transferindo-se para Belo Horizonte, passou a integrar o corpo de funcionários da Secretaria Estadual de Educação e, como tal, exerceu as funções de Assistente Técnico e Inspetor Técnico do Ensino; Diretor do Instituto de Educação; Técnico de Educação e Chefe do Gabinete dos Secretários Abgar de Castro Araújo Renault*, Levindo Furquim Lambert* e José Maria Alkmim*. Regeu a cadeira de História Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia da UMG e fez parte do Conselho Estadual de Educação, do qual chegou a ser Vice-Presidente. Membro do IHGMG, em 1970 ingressou na AML como sucessor de Francisco Sales Oliveira* na cadeira nº 31, patrocinada por Lucindo Pereira dos Passos Filho.

Além de artigos sobre Pedagogia e História em revista e jornais, publicou as obras *Francisco Escobar*, Belo Horizonte, Edições Movimento-Perspectiva, s/d, e *Campanha - 1929.* Belo Horizonte, Imprensa da UFMG, 1973.

Era irmão do acadêmico Mário Casasanta*.

FONTES: *Anuário da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais. 1939-1953.* Belo Horizonte, s. ed. (1954)./ COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje.* Rio de Janeiro. Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./*Diário de Minas,* Belo Horizonte, 25 abr. 1970. p. 3./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 26 mar. 1969. Diário do Legislativo. p. 1; 28 abr. 1970. p. 4; 15 mar. 1973. Diário do Legislativo. p. 3; 16 mar. 1973. p. 4./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino.

CASASANTA, Mário

Secretário de Estado, Advogado-Geral, Diretor da Imprensa Oficial, professor, Reitor da Universidade de Minas Gerais – UMG –, escritor e acadêmico, nasceu em Jaguari (hoje Camanducaia), MG, a 15 de junho de 1898, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 30 de março de 1963. Filho dos imigrantes italianos Antônio Casasanta e de Mariana d'Orsini Casasanta. Casado, em primeiras núpcias, com Nair de Azevedo Casasanta e, em segundas, com Lúcia Schimidt Monteiro Casasanta.

Fez o curso secundário no Ginásio São José de Pouso Alegre, MG, onde também se diplomou, em 1920, pela Escola Superior de Farmácia. Bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais - FLDMG - em 1925, em turma de que faziam parte Gustavo Capanema*, Abgar de Castro Araújo Renault*, Gabriel de Resende Passos* e Francisco Negrão de Lima*.

Logo depois de formado, exerceu a promotoria em Pouso Alegre e a advocacia nas cidades paulistas de Mineiros do Tietê e Campinas. A convite do Presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada*, retornou ao seu Estado natal em 1928 para assumir as funções de Inspetor-Geral da Instrução Pública, no exercício das quais permaneceu até o fim de 1931, e definiu as linhas gerais do ensino primário que se incorporaram na chamada Reforma Francisco Campos. De novembro de 1930 a abril de 1931, ocupou a reitoria da Universidade de Minas Gerais – UMG –, então posta sob intervenção dos Governos Federal e Estadual. Nomeado Diretor da Imprensa Oficial em abril de 1931, afastou-se do cargo em setembro de 1933, a fim de exercer o de Advogado-Geral do Estado. Voltou, entretanto, a dirigir a Imprensa Oficial de setembro de 1937 a janeiro de 1938.

A longa carreira no magistério, que havia iniciado em Pouso Alegre e prosseguira em Campinas, retomou-a em Belo Horizonte ao tornar-se, em 1936, catedrático de Português do Ginásio Mineiro, mediante defesa da tese "A palavra mesmo". Depois de dirigir o Departamento de Educação do Distrito Federal (Rio de Janeiro) e de lecionar Prática de Ensino no Instituto de Educação da mesma cidade durante o ano de 1938, em dezembro, mediante concurso em que defendeu tese sobre o poder de veto, ingressou no corpo docente da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais - FDUMG - como professor de Direito Constitucional, cátedra de que viria a ser nomeado titular na oportunidade da federalização da Universidade (1950). Posteriormente regeu, na mesma Faculdade, a cadeira de Filosofia do Direito do curso de Doutorado. Um dos fundadores da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais, hoje pertencente à Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG -, regeu sua cátedra de Língua Portuguesa (1939-1960). Foi novamente Reitor da UMG (1941-1944) e professor de Teoria Geral do Estado na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Minas Gerais - UCMG - e de Língua Portuguesa e História da Educação no Instituto de Educação de Minas Gerais, cuja direção exerceu, cumulativamente, com a do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, nos anos de 1957 e 1958.

De 1945 a 1957, integrou a diretoria da Caixa Econômica Federal de Minas Gerais e, de janeiro de 1963 até a véspera de morrer, desempenhou as funções de Secretário do Interior do Governo José de Magalhães Pinto*. Vice-Presidente da seção mineira do PSP, ocupou a Secretaria-Geral da coligação deste partido com a UDN, o PTB e o PSB, a qual se organizou para coordenar em Minas Gerais a campanha plebiscitária de janeiro de 1963. Membro do Conselho Estadual da Educação, da Academia Nacional de Filologia e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais - IHGMG -, em 1934 foi eleito para a Academia Mineira de Letras - AML -, em sucessão a José Eduardo Teixeira, na cadeira nº 26, patrocinada por Evaristo da Veiga, e presidiu a essa instituição nos biênios 1945-1946, 1951-1952 e 1953-1954.

Dedicado aos estudos machadianos e camilianos, publicou em jornais de Belo Horizonte, do Rio de Janeiro e de São Paulo numerosos artigos sobre temas filológicos e literários. Deixou as obras *São Francisco de Assis e as aves do céu*, Pouso Alegre, 1926; *Responsabilidade do Estado em fatos de guerra* (tese de concurso), Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1932; *Minas e os mineiros na obra de Machado de Assis*, Belo Horizonte, Ed. Os Amigos do Livro, 1932; *Razões de Minas*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1932; *Machado de Assis e o tédio à controvérsia*, Belo Horizonte, Ed. Os Amigos do Livro, 1934; *Notas de Raul Soares à Gramática de João Ribeiro*, Belo Horizonte, Livraria Editora Paulo Bluhum, 1941; *Júlio Ribeiro e Maximino Maciel*, Rio de Janeiro, Serviço de documentação do Ministério da Educação e Saúde, 1946; *Um caso de acumulação de cátedras*, Belo Horizonte, 1955; *O poder de veto* (tese de concurso), Belo Horizonte, Ed. Os Amigos do Livro; *Machado de Assis, escritor nacional*, Ed. Federação das Academias de Letras; *A palavra "mesmo"* (tese de concurso), Belo Horizonte, Oliveira e Costa; *Jesuítas nos Lusíadas?*, Rio de Janeiro, Ed. Verbum, e *D. Bosco, educador*, Niterói, Edição Salesiana.

Era irmão do Acadêmico Manuel Casasanta*.

Estado de Minas

Mário Casasanta

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados. 1963.* Brasília, Diretoria de Documentação e Publicidade, 1965. v. 2./*Anuário da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais. 1939/53.* Belo Horizonte, s. ed. (1954)./COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje.* Rio de Janeiro, Ed. Sul Americana, 1961. v. 1./*Dados biográficos.* Informante: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais/José Seixas Sobrinho; Informante: Lúcia Schimidt Monteiro Casasanta. CEM/UFMG./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 10 mar. 1957. p. 5; 9 jan. 1963. p. 3; 31 mar. 1963. p. 2./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1º abr. 1937. p. 3; 22. jan. 1938. p. 3; 9 jan. 1963. p. 3; 31 mar. 1963. p. 5; 9 abr. 1963. p. 8; 20 ago. 1965. p. 5./Martins de Oliveira. *História da literatura mineira.* 2ª ed., Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./ Minas Gerais, Belo Horizonte, 1º maio 1931. pp. 1-2; 26 jul. 1934. p. 1; 14 fev. 1935. pp. 9-10; 21 abr. 1935. Suplemento Literário. p. 8; 4 jul. 1936. p. 7; 1º abr. 1937. p. 9; 24 set. 1937. p. 11; 20 jan. 1938. p. 5; 21 abr. 1942. pp. 11-22; 12 mar. 1957. p. 12; 15 set. 1959. p. 8; 9 jan. 1963. p. 28; 31 mar. 1963. p. 9; 11 jun. 1977. Suplemento Literário. p. 11./ MORAES, Eduardo R. Afonso. *História da Universidade Federal de Minas Gerais.* Belo Horizonte, Imprensa da UFMG, 1971. v. 2./ *Revista da Faculdade de Direito;* memória histórica (1892-1959). Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais *10:* 249-50, out. 1958-mar. 1959./*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. 1963.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, *10:* 435-9, s.d./RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais.* Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970/1.

CASTEJÓN BRANCO ver **BRANCO, João Batista Castejón**

CASTELO, Augusto Viana do

Político, advogado, promotor, jornalista e empresário, nasceu em Curvelo, Província de Minas Gerais, a 8 de outubro de 1874, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 26 de setembro de 1953. Filho do Major da Guarda Nacional e comerciante Felicíssimo de Sousa Viana e de Maria Sérgia Viana. Casado, em primeiras núpcias, com Isaura Mascarenhas Viana do Castelo e, em segundas, com Carmem Monclair Viana do Castelo.

Fez os estudos secundários no Colégio Boa Esperança de Curvelo, Humanidades no Colégio Ouropretano, de Ouro Preto, e o curso de Ciências Jurídicas e Sociais na FDSP, pela qual se bacharelou em 1893. Quando estudante, colaborou em jornais e revistas paulistanas.

Logo depois de formado, foi Promotor da Comarca de Curvelo. Deixando o Ministério Público em 1898, dedicou-se à advocacia e ao comércio em Curvelo e em Sete Lagoas, MG.

Deputado Federal da 6ª à 8ª Legislaturas (1906-1914), reelegeu-se para a 9ª (1915-1917), mas não teve o mandato reconhecido. Convidado, então, para Diretor da Casa da Moeda, recusou a investidura, por entender que, se o fizesse, desmereceria a confiança de seu eleitorado, e voltou a advogar no Rio de Janeiro e em sua terra natal. Novamente Deputado na 11ª e na 12ª Legislaturas (1921-1926), na Câmara foi Líder da Bancada mineira e da Maioria, Presidente da Comissão de Finanças e membro da comissão especial encarregada de estudar os problemas da carestia de vida e da crise de habitação nos centros populosos do País (1923) e da Comissão de Finanças, onde trabalhou como Relator da questão do contrato de Itabira Iron e do orçamento da Viação (1924).

No início do Governo Antônio Carlos Ribeiro de Andrada*, desempenhou o cargo de Secretário da Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas de Minas Gerais (7/9/26-12/11/26). Ao eleger-se Presidente da República, Washington Luís convidou-o para Ministro da Justiça e Negócios Interiores, posto que ocupou até a deposição do Governo, em 24 de outubro de 1930.

Exilado na Europa após a vitória da Revolução, de regresso ao Brasil intensificou a exploração de jazidas auríferas que possuía no Município de Diamantina, MG, e abriu um escritório comercial no Rio de Janeiro.

Como jornalista, dirigiu o diário *O Estado de Minas,* de Belo Horizonte, e participou do movimento simbolista ao lado de seu irmão Álvaro Viana, de Alphonsus de Guimaraens e de Horácio Guimarães.

Pertenceu ao PRM.

FONTES: *Diário de Minas,* Belo Horizonte, 7 set. 1926. p. 2./ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil 1889 a 1917.* Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 2./LIMA, João. *Como vivem os homens que governaram o Brasil.* Rio de Janeiro. Tip. Batista de Sousa, s. d. / *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 7 set. 1926. pp. 6-7; 15 nov. 1926. p. 2; 29 set. 1953. Diário da Assembléia. pp. 2-3./PAULA, Almênio José de & FERREIRA, Saturnino G. *Figuras notáveis de Minas Gerais.* Belo Horizonte, Pioneiros e Expoentes Editorial, 1973-4.

CASTELO BRANCO, Alfredo Martins de Lima

Político, advogado, promotor e fazendeiro em Minas Gerais, foi chefe político em São José d'Além-Paraíba (depois Além-Paraíba).

Em 1910, elegeu-se Deputado Estadual para o restante da 5ª Legislatura (1907-1910), na vaga de Artur da Silva Bernardes*. Reeleito da 6ª à 9ª Legislaturas (1911-1926), renunciou ao mandato em 1925.

Pertenceu ao PRM.

FONTE: *Diário de Minas,* Belo Horizonte, 15 jul. 1921. p. 2.

CASTELO BRANCO, Alípio Pires

Político e arquiteto, nasceu no Rio de Janeiro, RJ, a 27 de outubro de 1935. Filho de Firmino Lages Castelo Branco e de Maria Merces Pires Castello Branco. Casado com Sônia Soares da Cunha Castello Branco.

Concluiu os estudos secundários no Colégio Estadual de Belo Horizonte, em 1953, e formou-se em Arquitetura pela Escola de Arquitetura da UFMG, em 1958.

Foi Superintendente de Planejamento de Contagem (1973-1974), Diretor do Serviço de Abastecimento Municipal de Água e Esgoto de Contagem - Samae - (1973), Diretor do Centro Industrial de Contagem - Cinco - (1973-1974), Presidente da Companhia Urbanizadora de Contagem - CUCO - (1974-1975), Assessor Chefe da Assessoria de Planejamento e Coordenação da Secretaria de Estado da Educação (1975-1978). Foi também Consultor da Fundação João Pinheiro e das Prefeituras Municipais de Ipatinga, Uberaba e Belo Horizonte, além de Diretor Técnico do Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Plambel. Em 15 de março de 1987, assume o cargo de Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral, no Governo Newton Cardoso*, no qual permaneceu até 12 de dezembro de 1988.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

CASTELO BRANCO, José Hugo

Político e advogado, nasceu em Lavras, MG, a 18 de janeiro de 1925, e faleceu em agosto de 1988. Filho de Francisco Albuquerque Castelo Branco e de Análpia Caldeira Castelo Branco. Casado com Olenka Andrade Castelo Branco.

Fez o curso secundário no Instituto Gammon e no Colégio Municipal, em sua terra natal, e o superior na Faculdade de Direito da UMG e na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, bacharelando por esta, em 1950.

De 1951 a 1960, exerceu a advocacia em Lavras. Foi Diretor do Grupo Cimento Paraíso (1969-1973), Diretor e Presidente da JH - Empreendimentos Imobiliários Ltda (1974-1976) e Diretor da San Rafael Empreendimentos e Participações Ltda. (1975).

Em 1945, elegeu-se Vereador à Câmara Municipal de Lavras, da qual foi Vice-Presidente (1946-1949).

No Governo Jânio Quadros, foi Oficial-de-Gabinete da Presidência da República (1961) e, no período de João Goulart, foi representante do Governo Federal no Conselho Administrativo do IAPC (1962).

Elegeu-se Deputado Estadual para a 5ª Legislatura (1963-1967). Na Assembléia

Legislativa, foi Presidente da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (1966), Vice-Presidente da Comissão de Redação (1963), membro efetivo das Comissões de Aquisição de Obras para a Biblioteca (1965-1966) e do Polígono das Secas (1966); e suplente da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (1963).

Foi Diretor do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG (1967–1971) e, por nomeação do Governador Tancredo de Almeida Neves*, Presidente desse Banco (1983) e do Banco do Estado de Minas Gerais - Bemge -, assumindo cumulativamente a Presidência da Bemge Cia. de Seguros, da Distribuidora Bemge, Títulos e Valores Mobiliários S.A. e da Financeira Bemge, Crédito Financiamento e Investimento S.A. (1983-1984).

Foi Ministro Chefe do Gabinete Civil do Governo José Sarney (1985-1986), sendo, posteriormente, nomeado Ministro da Indústria e Comércio (14/2/1986).

Ocupava o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Credireal quando foi designado Diretor-Presidente pelo Governador Hélio Carvalho Garcia* (1984-1985).

Quando morreu, era Presidente do PTB em Minas Gerais; pertenceu também ao PSD.

Estado de Minas

José Hugo Castelo Branco, outubro de 1983

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 13 mar. 1963. p. 3./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino./Brasil. Presidência da República. Gabinete Civil. Divisão de Documentação. *Governos da República: 15-11-1889 a 15-3-1987*/Presidência da República, Gabinete Civil, Divisão de Documentação. - 2ª ed. rev. e atual. - Brasília: 1987. p. 259.

CASTELO BRANCO, Wilson Abreu

Escritor, acadêmico, jornalista, advogado e professor, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 27 de junho de 1918. Filho de Adelino Castelo Branco e de Maria José Castelo Branco. Casado com Alba de Almeida Castelo Branco.

Diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais.

Foi redator da *Folha de Minas*, do *Diário de Minas*, do *Estado de Minas*, da *Revista da Federação das Indústrias*, da sucursal de *O Estado de S. Paulo*, em Belo Horizonte, da seção de imprensa do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, e redator-chefe da revista *Fundação JP*, da Fundação João Pinheiro, além de ter colaborado em vários jornais e revistas.

Foi professor do Colégio Marconi, ministrou cursos de Prática Trabalhista e lecionou Literatura Brasileira e Portuguesa na Faculdade de Filosofia de Minas Gerais.

Advogado militante, atuou como Oficial Administrativo e advogado da Rede Mineira de Viação (1939-1953); Juiz Paritário da Justiça do Trabalho (1951-1956); Assessor Jurídico e, posteriormente, Diretor Regional do Departamento de Correios e Telégrafos e advogado da Minas Oeste S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos.

Exerceu os cargos de Presidente da Sociedade Ferroviária, Procurador do Ministério das Comunicações, Secretário Particular do Governador José de Magalhães Pinto* e redator no Gabinete do Secretário da Secretaria de Estado da Cultura.

Em 13 de dezembro de 1984, foi eleito para a Cadeira nº 16 da Academia Mineira de Letras, em substituição a Flávio Neves*.

É co-autor dos livros *Mário de Andrade* (ensaios), ed. Imprensa Oficial, MG; *Augusto dos Anjos* (textos críticos), ed. Instituto Nacional do Livro; *O Conhecimento Secreto do Homem* e *O Despertar da Consciência* (Filosofia) e autor do romance *Eu não - O outro*, ed. Imprensa Oficial, MG.

Estado de Minas

Wilson Abreu Castelo Branco, fevereiro de 1977

Recebeu prêmios anuais de contos e de literatura (ficção) da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

FONTE: Dados informados pela Academia Mineira de Letras. José, Oiliam. *Efemérides da Academia Mineira de Letras.* Belo Horizonte, FUMARC/PUC-MG, 1985. p.9, 25.

CASTELO BRANCO FILHO, José Moreira Brandão

Político, magistrado e promotor, nasceu em Natal, Província do Rio Grande do Norte, a 17 de fevereiro de 1860, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 1º de novembro de 1922. Filho do Deputado-Geral no Império José Moreira Brandão Castelo Branco e de Ana Joaquina Moreira Brandão. Casado com Cora Antunes Maciel.

Fez os estudos preparatórios em sua cidade natal e o curso superior na Faculdade de Direito de Recife, pela qual se bacharelou em 1883.

Depois de exercer a Promotoria Pública em Natal, transferiu-se para Minas Gerais, como Juiz Municipal de Jaguari (atual Camanducaia), onde, a seguir, foi Juiz de Direito.

Exerceu o mandato de Deputado Federal da 7ª à 11ª Legislatura (1909-1923), preenchendo, na primeira, a vaga de Delfim Moreira da Costa Ribeiro*, escolhido Secretário do Interior e Justiça de Minas Gerais. Presidiu à primeira comissão de inquérito criada na Câmara e à Comissão de Tomada de Contas.

FONTES: *Anuário de Jaguari*. Jaguari, Oficinas Tip. de *O Tempo*, 1929./ *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 17 fev. 1921, p.3; 4 nov. 1922, p. 1./ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917.* Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v.2.

CASTILHO, Alfredo

Secretário de Estado e engenheiro, nasceu em Itabira do Mato Dentro (hoje Itabira), MG, a 29 de julho de 1891, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 26 de dezembro de 1947. Filho de José Alves de Castilho e de Maria Evangelina Sampaio de Castilho. Casado com Maria Elisa Moreira de Castilho.

Fez os estudos secundários nas cidades mineiras de Ouro Preto, Sabará e Belo Horizonte, e o curso superior na Escola Livre de Engenharia desta última cidade e na Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

De 1925 a 1930, foi Diretor da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, e como tal esteve na Alemanha e na Bélgica, em 1928, para inspecionar a fabricação de material encomendado pela ferroviária. Durante o Governo Antônio Carlos Ribeiro de Andrada* atuou como fiscal, por parte do Estado de Minas, do contrato da Itabira Iron. De novo escolhido Diretor da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em 1934, permaneceu no cargo até 1937. Já então engenheiro do Departamento Federal de Estradas de Ferro, passou a servir no Gabinete dos Ministros da Viação Marques dos Reis e Mendonça Lima, como técnico ferroviário. Nesse período realizou, no Estado do Amazonas e na região carbonífera de Santa Catarina, estudos de interesse do Ministério da Viação. Decretada a autonomia da Estrada de Ferro Central do Brasil, chefiou a fiscalização dessa ferrovia, como representante do mesmo Ministério.

Na Interventoria de Alcides Lins*, foi Secretário da Viação de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais (21/12/46-19/3/47) e, em seguida, retornou às funções de seu cargo na Central do Brasil.

FONTES: *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 24 dez. 1946.p. 10; 27 dez. 1947. p. 9./*O Diário,* Belo Horizonte, 27 dez. 1947. p. 2.

CASTRO, Amílcar Augusto de

Magistrado, advogado, professor e jurista, nasceu em Barbacena, MG, a 20 de agosto de 1892, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 26 de junho de 1978. Filho de João Clímaco de Castro e de Camila Augusta de Araújo Castro. Casado com Maria Nazaré Pereira de Castro.

Fez os estudos secundários no Ginásio Nogueira da Gama, em São Paulo, SP, e bacharelou-se pela FDSP em 1916. Durante o curso acadêmico trabalhou na Repartição dos Correios. Depois de formado retornou a Minas Gerais para abrir escritório de advocacia em Cristina, onde permaneceu por dois anos.

Ingressando na Magistratura mineira, em abril de 1919 assumiu o cargo de Juiz Municipal de Caracol, atual Andradas. Em seguida, serviu como Juiz Municipal e Promotor em Paraisópolis (1920-1923) e como Juiz Municipal em Jacutinga (1923-1928). Nessa última comarca, escreveu a tese "Das execuções de sentença no Estado de Minas Gerais", com que concorreu a concurso da Fundação Pedro Lessa e obteve o primeiro lugar. Foi promovido a Juiz de Direito da Comarca de Ipanema, em julho de 1928, e da Comarca de Pitangui, em fevereiro de 1931. Três anos depois, assumia a 1ª Vara Cível da Comarca de Juiz de Fora, de onde ascendeu, em fevereiro de 1936, à então Corte de Apelação. Em 1954, atingiu a Vice-Presidência do Tribunal de Apelação e em 1957 presidiu o TRE. Presidente do Tribunal de Justiça a partir de fevereiro de 1959, veio a aposentar-se neste cargo em 1962, por implemento da idade.

Ingressou no quadro docente da FDUMG em 1940, quando, defendendo a tese "Das execuções de sentenças estrangeiras no Brasil", conquistou a cátedra de Direito Internacional Privado, que pertencera ao Presidente Raul Soares de Moura*. Logo após assumir a cadeira, representou a Faculdade, o Tribunal de Apelação e o Governo mineiro no Congresso Jurídico Nacional, realizado no Rio de Janeiro (1943). Em substituição, regeu também a cátedra de Direito Judiciário Civil, de abril de 1945 até o final do ano letivo de 1946. Integrou o quadro internacional de sócios da Associazione Italiana fra gli Studiosi del Processo Civile, de Bolonha, e do Instituto Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional.

Publicou, além das teses mencionadas, as obras repetidamente editadas, *Comentários ao Código de Processo Civil,* Rio de Janeiro, Forense, 1941. 2 v. e *Direito Internacional Privado,* Rio de Janeiro, Forense, 1956. 2. v. Escreveu inúmeros artigos doutrinários nas revistas *Jurisprudência Mineira, Minas Forense, Jurídica* e *Revista da Faculdade de Direito.* Fez várias traduções para a *Revista Brasileira de Estudos Políticos,* entre as quais a do livro *Frederico II da Suábia e o nascimento do Estado moderno,* do professor Manuel García Pelayo, da Universidade Central da Venezuela. Foi um dos redatores, juntamente com Alberto Deodato Maia Barreto*, Mário Casasanta*, Orlando Magalhães Carvalho* e Gerson de Brito Melo Boson*, da *Memória histórica da Faculdade de Direito,* publicada em 1959.

Estado de Minas

Amílcar de Castro, junho de 1977

FONTES: COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje.* Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 13 fev. 1936. p. 10; 30 ago. 1972. p. 5; 27 jun. 1978. p. 1; 20 dez. 1978, 2ª seção. p. 5./*Gazeta Mineira,* Belo Horizonte, 5 out. 1938. p. 6./Homenagem - Amílcar de Castro, toda a vida no Direito. *Jurisprudência Mineira.* Belo Horizonte, 51: 5-8, jul./dez. 1972./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 4 nov. 1941. p. 9; 30 jun. 1978, Diário do Judiciário. p. 1./*Revista da Faculdade de Direito;* memória histórica (1892-1959). Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, *10:* 231-2, out. 1958-mar. 1959.

CASTRO, Célio de

Político, médico e professor, nasceu em Carmópolis de Minas, MG, a 11 de julho de 1932. Filho do farmacêutico Antenor de Castro e de Maria de Lourdes Paolinelli Castro. Casado com Maria das Dores da Mata Castro.

Concluiu seu curso secundário no Colégio Arnaldo, de Belo Horizonte (1952), e graduou-se pela Faculdade de Medicina da UFMG (1958).

Foi Presidente do Sindicato dos Médicos de Belo Horizonte (1980-1983 e 1983-1986), Vice-Presidente da Federação Nacional dos Médicos (1983-1986), membro do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais e do Conselho Superior da Associação Médica de Minas Gerais (1983-1986).

Em 1986, elegeu-se Deputado Federal Constituinte e para o quadriênio 1987-1991. Na Assembléia Nacional Constituinte, foi titular da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, da Comissão da Ordem Social (1987) e suplente da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, das Comissões da Família, de Educação, Cultura e Esportes, de Ciência e Tecnologia e de Comunicação (1987). Na Câmara dos Deputados, foi Vice-Líder do PSB (1990); titular das Comissões de Saúde, Previdência e Assistência Social (1989-1990), de Trabalho (1989-1990), de Trabalho, Administração e Serviço Público (1990-1991) e suplente das Comissões de Serviço Público (1989-1990) e de Seguridade Social e Família (1990-1991).

Em 1990, foi reeleito Deputado Federal para o período 1991-1995.

Publicou *Clínica Médica*, Ed. Universidade de São Paulo, 1976, e *Emergência Médica*, Ed. Guanabara Koogan, 1979.

Filiado ao PSB.

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG./ BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Assembléia Nacional Constituinte - 1987:* repertório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. 2. ed. Brasília, 1989. p. 198./BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Deputados brasileiros:* repertório biográfico. 49ª Legislatura 1991-1995. Brasília, 1991. p. 135.

CASTRO, Cornélio Dias de

Político, nasceu em Silvestre Ferraz (hoje Carmo de Minas), MG, e faleceu na mesma cidade, a 29 de maio de 1960. Filho de Gabriel Dias de Castro e de Maria Rita de Jesus.

Deputado Estadual na 2ª Legislatura (1951-1955), exerceu os cargos de 2º-Vice-Presidente da Comissão Executiva da Assembléia, Presidente da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio (1953) e Vice-Presidente da Comissão de Trabalho e Ordem Social (1952).

Pertenceu ao PR, de cujo Diretório Municipal em Carmo de Minas foi Presidente.

FONTE: Minas Gerais, Belo Horizonte, 2 jun. 1960. Diário do Legislativo. p. 2

CASTRO, Cristiano de Freitas

Político, advogado e fazendeiro, nasceu em Ponte Nova, MG, a 5 de abril de 1905, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 3 de outubro de 1981. Filho do político José Felipe de Freitas Castro* e de Violeta Roças de Freitas Castro. Casado, em primeiras núpcias, com Rita Bernardes de Freitas Castro e, em segundas, com Maria Auxiliadora Hermandani de Freitas Castro.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1928. Como Delegado Regional de Polícia em Viçosa, MG, tomou parte ativa na Revolução de 1930. No ano seguinte, foi nomeado Inspetor Federal de Ensino. No movimento constitucionalista desencadeado em 1932 pelo Governo de São Paulo, foi preso em Viçosa e recolhido, durante 45 dias, à Casa de Detenção do Rio de Janeiro, DF. Era Vereador à Câmara Municipal de Viçosa quando se implantou o Estado Novo e, outra vez, foi preso e conduzido para Belo Horizonte. Em 1940, fundou, em Ponte Nova, a Usina Açucareira Santa Helena, que dirigiu até 1957.

Deputado Estadual na 3ª e na 4ª Legislaturas (1955-1963),foi 2º Vice-Presidente da Comissão Executiva da Assembléia (1959), Vice-Presidente da Comissão de Trabalho e Ordem Social (1956-1958) e membro das Comissões de Segurança Pública (1955;1961) e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (1958). Nas eleições para a 5ª Legislatura (1963-1967), obteve a segunda suplência da Bancada do PR. Nos Governos José de Magalhães Pinto* e Israel Pinheiro da Silva*, ocupou uma Diretoria da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento de Minas Gerais S.A.- Cofimig. Na sucessão mineira de 1961, candidatou-se a Vice-Governador, como companheiro de chapa de Tancredo de Almeida Neves*.

Pertenceu ao PRM e ao PR.

Fazendeiro na região de Ponte Nova, era genro de Artur da Silva Bernardes* e cunhado de Artur Bernardes Filho*.

FONTES: *Diário de Minas,* Belo Horizonte, 19 dez. 1954,p.17./ *Estado de Minas,* Belo Horizonte, 3 out. 1981, p.3./ FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais.* Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte.

CASTRO, Emiliano Franklin de

Político e servidor público, nasceu em Rio Paranaíba, MG, a 19 de setembro de 1908. Filho de Franklin José de Castro e de Emiliana Maria Ribeiro. Casado com Geralda Caetano de Castro.

Fez o curso secundário no Colégio São Geraldo de Carmo do Paranaíba, MG.

Funcionário de carreira, foi Prefeito nomeado de Ipanema, MG, de 1938 a 1940, Assessor da Diretoria da Caixa Econômica Estadual, Chefe do Serviço de Assuntos Municipais do Palácio do Governo, Chefe do Gabinete dos Vice-Governadores Pio Soares Canedo* e Celso Porfírio de Araújo Machado* e Coletor Estadual, tendo-se aposentado nesse cargo.

Desde abril de 1979 faz parte do Conselho de Administração do Banco do Estado de Minas Gerais S.A.

Deputado Estadual na 2ª Legislatura (1951 - 1955), integrou as comissões de Energia e Transportes (1951) e de Divisão Administrativa e Judiciária (1953).

Pertenceu ao PSD e à Arena.

Atuou na política seu genro Hugo Aguiar*.

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: Emiliano Franklim de Castro. CEM/UFMG./ *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 26 abr. 1979. p. 2./*Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais.* Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

CASTRO, Franklin Benjamim de

Político e médico, nasceu em Oliveira, MG, e faleceu em setembro de 1936.

Diplomado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, exerceu a profissão em Araxá, MG, onde se elegeu Agente Executivo Municipal.

Eleito, em 1913, Deputado Estadual para o restante da 6ª Legislatura (1911-1914), em substituição ao Coronel Jaime de Sousa Lemos*, elegeu-se Deputado efetivo para a 7ª Legislatura (1915-1918).

Pertenceu ao PRM.

FONTES: *Diário de Minas,* Belo Horizonte, 11 mar. 1917. p. 2/*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 23 set. 1936. Diário da Assembléia. p. 2.

CASTRO, Joaquim Domingues Leite de

Político, engenheiro e industrial, nasceu em Vassouras, Província do Rio de Janeiro, a 6 de julho de 1863, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 4 de setembro de 1953. Filho do Comendador do Império Joaquim Leite de Castro e de Maria Inácia de Castro. Casado com Clotilde Rocha Leite de Castro.

Fez os estudos superiores nos EUA onde se formou em Engenharia.

Trabalhou como engenheiro, Inspetor-Geral (1886-1890) e Diretor da Estrada de Ferro Oeste de Minas, atual Viação Férrea Centro-Oeste.

Foi Vereador e Presidente da Câmara Municipal de São João del-Rei (1898-1903); Deputado Estadual e Presidente da Câmara na 4ª Legislatura (1903-1906); Deputado Federal na 6ª e 7ª Legislaturas (1906-1911) e Senador Estadual na 7ª Legislatura (1915-1918).

Pertenceu ao PRM.

Abandonando a política, dedicou-se a atividades industriais.

FONTES: CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei.* s. l., s. ed., 1967./*Dados biográficos.* Informante: Prefeitura Municipal de São João del-Rei/Comissão de História do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei. CEM/ UFMG./*Diário de Minas,* Belo Horizonte, 6 jun. 1911. p. 1./ABRANCHES, Dunshee de. *Governo e Congresso da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917.* Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 2.

CASTRO, José de

Magistrado e advogado, nasceu em Carmo do Rio Claro, MG, a 24 de agosto de 1912. Filho de Honor da Silveira Castro e de Maria Batista de Castro. Casado com América Furst de Castro.

Fez o curso secundário no Colégio Dr. Roque Tamburini, de Alfenas, MG, e bacharelou-se pela FDUMG em 1939.

Após advogar em Belo Horizonte, MG, cerca de dez anos, em 1949 ingressou na Magistratura mineira como Juiz de Direito de Monte Alegre de Minas. Serviu depois, sucessivamente, nas Comarcas de Minas Novas (1954), Corinto, Monte Santo de Minas e Passos (1956). Removido para Belo Horizonte em 1961, foi Juiz da 1ª Vara Criminal, Juiz Substituto da Vara do Júri e Execuções Criminais e titular da 9ª Vara Cível até ser promovido por merecimento, em 1966, a Desembargador do Tribunal de Justiça, cuja Vice-Presidência ocupou no biênio 1980-1981.

Em 1947, passou a integrar o TRE, tendo sido seu Presidente em 1977-1978. Em fevereiro de 1982, assumiu a Presidência do Tribunal de Justiça, cargo em que se aposentou em agosto do mesmo ano.

Estado de Minas

José de Castro, março de 1983

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: Prefeitura Municipal de Carmo do Rio Claro/ Francisco Soares da Silva. CEM/UFMG./ *Diário de Minas,* Belo Horizonte, 24-25 fev. 1980. p. 3./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 22 de fev. 1980. p. 7/*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 23 fev. 1980. p. 2./*Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.* Secretaria. Ficha funcional.

CASTRO, José Felipe de Freitas

Político, promotor e advogado, nasceu na freguesia de Santa Rita do Turvo, Província de Minas Gerais (atual cidade de Viçosa), a 20 de setembro de 1869, e faleceu em Viçosa, com mais de 100 anos de idade. Filho de Evaristo Firmino de Freitas Castro e de Felipa Benícia Gonçalves Fontes. Casado com Violeta Rôças de Castro.

Fez os estudos humanísticos no Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, em Mariana, os preparatórios na EMOP e o curso superior na FDSP, pela qual se bacharelou em Ciências Jurídicas e Sociais em 1893.

Promotor Público na Comarca de Viçosa no início da vida profissional, em seguida ali advogou por longo tempo.

Foi Deputado Estadual na 2ª, 3ª e 4ª Legislaturas (1895-1906).

Pertenceu ao PRM.

Atuou na política seu filho Cristiano de Freitas Castro*.

FONTES: *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 18 set. 1969. Diário do Legislativo. p. 2./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito.* Arquivo.

CASTRO, José Monteiro de

Político, advogado e empresário, nasceu em Sabará, MG, a 28 de junho de 1908. Filho do comerciante e político Adolfo Monteiro de Castro e de Maria Lima Monteiro de Castro. Casado com Maria de Lourdes Drumond Monteiro de Castro.

Fez o curso secundário em Niterói, RJ, e o superior, na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, pela qual se bacharelou em 1932. Quando estudante, foi funcionário da Prefeitura de Belo Horizonte e, de 1936 a 1939, Oficial de Gabinete e Secretário Particular do Secretário Estadual da Educação, Cristiano Monteiro Machado*, ao mesmo tempo em que exercia a advocacia e integrava a Diretoria da Revista Forense. Em 1945, teve parte ativa na campanha de redemocratização do País, ao lado do Brigadeiro Eduardo Gomes, e formou no grupo que fundou a UDN.

Elegeu-se Deputado Federal Constituinte e para a 1ª Legislatura (1946-1951) e foi reeleito para a 2ª Legislatura (1951-1955). Na Câmara, fez parte das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e de Relações Exteriores, da Comissão Permanente de Diplomacia da Câmara, da CPI destinada a investigar o Departamento Nacional do Café e da Comissão Especial de Pecuária. Paralelamente, dirigiu a Revista Forense (1946) e secretariou a UDN (1949-1951). Em 1954, logo após o suicídio de Getúlio Vargas, licenciou-se do mandato para assumir o cargo de Secretário Particular e, depois, o de Chefe da Casa Civil do Presidente Café Filho. Foi, seguidamente, reeleito Deputado Federal da 4ª à 6ª Legislatura (1959-1971). Em outras oportunidades, esteve licenciado para ocupar, no antigo Distrito Federal, o tabelionato de um cartório de ofício de notas (1956-1959) e, em Minas Gerais, as Secretarias da Fazenda (1963), da Segurança Pública (janeiro/ 1964 - julho/ 1965) e do Interior e Justiça (agosto-novembro/1965), e, de novo, a Secretaria da Segurança Pública (novembro 1965 - janeiro 1966). Como auxiliar direto do Governador José de Magalhães Pinto*, foi um dos principais articuladores do movimento que resultou na derrocada do Governo João Goulart. Posteriormente, elegeu-se suplente do Senador Gustavo Capanema*, na 7ª e 8ª Legislaturas (1971-1979).

Pertenceu à UDN, de que foi o 1º Secretário-Geral, e à Arena.

Encerrada a carreira política, exerceu os cargos de Presidente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. e da FMB S.A. - Produtos Metalúrgicos -, subsidiária da Fiat Automóveis S.A.

Entre as missões que cumpriu no exterior, salientam-se as de membro de delegações da Câmara dos Deputados na visita oficial ao Parlamento britânico (1952) e às Conferências Interparlamentares de Bruxelas, Bélgica (1962), e de Lima, Peru (1968), e de representante do Brasil na Food and Agriculture Organization (1965-1967).

Era primo de Cristiano Monteiro Machado*.

Estado de Minas

José Monteiro de Castro

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados. 5ª Legislatura*. Brasília, 2: 372-6, 1966./*Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados*. Brasília, Livro F-M. p. 194./*Correio Braziliense*. Brasília, 13 mar. 1965, (2ª fase), 2º caderno. p. 3./*Deputados brasileiros*; repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 6ª Legislatura (1967-71). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1968./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 26 ago. 1954, p. 1; 9 jan. 1963, p. 3; 1 jan. 1964, p. 3; 6 ago. 1965, p.3./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 27 ago. 1954, p. 3; 9 jan. 1963. p. 3; 17 jan. 1964, p. 3; 6 ago. 1965, pp. 3-4./FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Grande Enciclopédia Delta Larousse*, Rio de Janeiro, Ed. Delta, (1970, v. 3./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 9 jan. 1963, p. 28; 17 jan. 1964, p. 11; 6 ago. 1965, p. ll; 17 nov. 1965, p. 3; 28 jun. 1975, p. 2./SILVA, Gastão Pereira da. *Constituintes de 1946*; dados biográficos. Rio de Janeiro, s. ed. 1947.

CASTRO, Manuel Alves de

Político, médico e fazendeiro, nasceu na cidade de Goiás, GO, a 29 de novembro de 1894. Filho de Manuel Alves de Castro e de Maria José Leite de Castro. Casado com Elisa Tibúrcio de Castro.

Diplomado pela FMRJ, passou a clinicar em Passa-Quatro, MG, onde foi Prefeito de 1927 a 1937 e de 1963 a 1965.

Eleito suplente de Deputado Estadual para a 1ª Legislatura (1947-1951), efetivou-se no mandato em dezembro de 1947, com o afastamento de Otacílio Negrão de Lima*, que renunciara para assumir a Prefeitura de Belo Horizonte. Na Assembléia, foi Vice-Presidente da Comissão de Redação (1948) e membro da comissão especial para dar parecer sobre as contas do Governador (1948).

Pertenceu ao PRM, ao PR, ao PTN, ao PSD e à Arena.

Era irmão de João Alves de Castro, ex-Governador de Goiás; tio do Senador goiano e General Aguinaldo Caiado de Castro e genro do Deputado mineiro Artur Tibúrcio Ribeiro*.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Manuel Alves de Castro./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

CASTRO, Olinto Orsini de

Político, farmacêutico, médico e professor, nasceu em Sabará, MG, a 6 de outubro de 1891, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 8 de junho de 1970. Filho de Torquato Máximo Orsini de Castro e de Rita Amélia Orsini de Castro. Casado com Anita Tornelli Orsini.

Fez o curso de Humanidades no Colégio do Caraça, MG, e diplomou-se pela EFOP e pela Faculdade Livre de Medicina de Minas Gerais em 1911 e 1917, respectivamente. Em 1915 fundou, na Capital mineira, a União de Moços Católicos, associação que chegou a contar 300 núcleos espalhados pelo território nacional. Enquanto acadêmico, foi encarregado do laboratório de dermatologia da Faculdade de Medicina, cujo corpo docente passou a integrar em 1919, como assistente de clínica sifilográfica e dermatológica. Em 1927, tornou-se livre-docente e, em 1949, quando se federalizou a UMG, catedrático da mesma disciplina. Médico, de 1922 a 1930, do Serviço de Profilaxia da Lepra, Sífilis e Doenças Venéreas do Serviço de Saneamento Rural, a partir de maio de 1931 trabalhou no Serviço Dermatológico e Antivenéreo da Força Pública do Estado, cuja chefia assumiu ao atingir o posto de Major-Médico. Dirigiu, também, o Serviço de Sifiligrafia, Dermatologia e Venereologia do Departamento Estadual de Saúde.

Eleito Deputado à Constituinte mineira e para a 1ª Legislatura (1935-1937), na Assembléia fez parte das Comissões de Saúde e de Educação e Cultura.

No magistério exerceu, ainda, os cargos de professor de Sociologia na seção pré-médica do Colégio Universitário da UMG, de lente de Antropologia da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais, de Reitor interino da UMG e de Presidente do Conselho Administrativo do Colégio Marconi. Durante a Interventoria de João Tavares Correia Beraldo* (3/2-12/8/46), desempenhou as funções de Secretário Estadual da Educação e Saúde Pública. Presidente da Sociedade Mineira de Dermatologia de Minas Gerais e Vice-Presidente da Sociedade Mineira de Leprologia, participou de vários congressos científicos no País e no exterior.

Publicou numerosos trabalhos sobre sua especialidade médica, entre os quais contribuições pioneiras ao estudo do pênfigo foliáceo (fogo-selvagem).

FONTES: *Anuário da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais. 1939/53*. Belo Horizonte, s. ed. (1954)./Candidatos à Constituinte Mineira, Olynto Orsini de Castro. In: *Revista PP*. Belo Horizonte, *1* (1): s. p., 1934./*Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Sabará/Hélio Costa. CEM/UFMG./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 9 jun. 1970. p. 5./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 9 jun. 1970. p. 6./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 5, 6 dez. 1921. p. 6; 5 fev. 1946. pp. 3-4; 9 jun. 1970. p. 4./*O Diário*, Belo Horizonte, 6 fev. 1946. p. 3./RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e Expoentes de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970/1.

CASTRO, Raimundo Nonato de

Secretário de Estado, economista e professor, nasceu em Ouro Preto, MG, a 22 de julho de 1934. Filho do oficial do Exército Francisco Augusto de Castro e de Maria do Carmo Gouveia de Castro.

Formado pela Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG em 1963, em 1969 bacharelou-se pela FDUFMG.

Ingressando no quadro técnico do serviço público estadual em 1957, foi Chefe da Administração de Pessoal e do Departamento Econômico-Financeiro da Companhia Mineira de Águas e Esgotos, Assessor do Secretário de Desenvolvimento e Presidente do grupo de trabalho para estudos básicos de reformulação e reorganização dos Bancos oficiais. Secretário da Administração de agosto de 1966 a março de 1967, durante o Governo Israel Pinheiro da Silva*, fez parte da comissão especial que elaborou o anteprojeto da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1967. Exerceu, ainda, entre outros, os cargos de Assessor do Chefe do Poder Executivo para assuntos de controle e fiscalização; Presidente da equipe dirigente do convênio de intercâmbio e cooperação técnica entre o Governo mineiro e a UFMG (1968); organizador e gerente do Centro de Processamento de Dados e organizador e Diretor-Geral do Escritório Técnico de Racionalização Administrativa (1969-1971); membro do Conselho Municipal de Planejamento do Desenvolvimento de Belo Horizonte; Presidente do Conselho de Administração e, depois, Coordenador da Diretoria do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais e Auditor da Fundação Rural Mineira.

Novamente Secretário de Estado da Administração (12/1/70-21/3/70), no fim do Governo Israel Pinheiro da Silva* ocupou a Secretaria de Planejamento e Coordenação Econômica (20/3/70-14/3/71). Membro do Conselho Curador e Vice-Presidente da Diretoria Executiva da Fundação João Pinheiro, também fez parte da comissão supervisora do Centro de Aperfeiçoamento da Administração Federal - DASP. No Ministério do Interior desempenhou as funções de Secretário Geral Adjunto, Chefe da Assessoria de Economia e Finanças, Diretor do Programa de Desenvolvimento Institucional no Território Federal de Roraima, Secretário de Desenvolvimento Regional, economista do Banco Nacional da Habitação e Coordenador do Programa de Desenvolvimento da Área de Três Marias.

No magistério, atuou como professor de Matemática e de Administração no Curso de Administração do Estado de Minas Gerais e de Economia de Empresas na Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de Belo Horizonte - FUMEC -, desta tendo sido Diretor.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação-Geral. CEM/UFMG./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 13 ago. 1966. p. 3; 13 jan. 1970. p. 3; 21 mar. 1970. p. 3./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 14 ago. 1966. p. 3; 15 jan. 1970. p. 1; 21 mar. 1970. p. 3./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 17 ago. 1966. p. 1; 13 jan. 1970. p. 3; 15 jan. 1970. p. 3./*Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

CASTRO, Ramiro Monteiro

Oficial do Exército, nasceu em Volta Grande, MG, a 16 de julho de 1926. Filho de Tito Monteiro de Castro e de Aidê Ferreira Monteiro. Casado com Gilda Branca Turano Monteiro de Castro.

Entrou para o Exército, em abril de 1944, como cadete da Escola Preparatória de Cadetes de São Paulo. Fez os cursos da Cavreg (1945-1947), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1957) e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (1960-1962).

Atingiu o posto de General-de-Divisão em março de 1985 e entrou para a reserva em 1987.

Serviu como Comandante de Esquadrão, Oficial de Educação Física e Ajudante no 9º Regimento de Cavalaria (1948-1950), Comandante de Esquadrão, de Fuzileiros e S/3 do 17º Regimento de Cavalaria (1953-1955) e Fiscal Administrativo do 11º Regimento de Cavalaria (1955).

Em estabelecimentos de ensino, desempenhou as funções de auxiliar de instrutor do Curso de Cavalaria da ESA (1950-1952) e do curso da Academia Militar de Agulhas Negras (1952-1953), Comandante e instrutor do curso de Cavalaria da ESA (1955-1957) e da AMAN (1958-1960) e instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (1963-1965).

Foi, também, adjunto do adido do Exército, adjunto e Chefe da CMBW nos EUA (1973-1975), Chefe de Assessoria e Subchefe do Gabinete do Exército (1975-1979), Chefe da 5ª Seção do Estado-Maior do Exército (1979-1980), além de adjunto na Agência Central, Chefe da Seção de Levantamento Estratégico e Chefe da Seção Administrativa do Gabinete do Chefe do Serviço Nacional de Informações (1965-1970).

Representou o Ministério do Exército no I Seminário Nacional do Sistema de Comunicação Social do Poder Executivo (1979).

Como Oficial-General, foi Comandante da 6ª Brigada de Infantaria Blindada (1980-1981), da AMAN (1981-1984), Chefe do Estado Maior do I Exército (1984-1985), Comandante da 8ª Região Militar (1985-1986), Diretor do Cadastro e Avaliação do Exército (1986-1987) e Subsecretário de Ciência e Tecnologia (1987).

Recebeu, entre outras condecorações, a Medalha do Pacificador; a Medalha 40 anos de bons serviços (ouro, com passador de platina); as comendas do Mérito Naval, do Mérito Aeronáutico e do Mérito das Forças Armadas; a Ordem do Mérito Santos Dumont; a Ordem do Mérito Militar (Grande Oficial) e a Medalha do Mérito Tamandaré.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Ministério do Exército. Centro de Comunicação Social.

CASTRO, Sebastião Helvécio Ramos de

Político, médico e professor, nasceu em Juiz de Fora, MG, a 30 de novembro de 1946. Filho de Inácio de Castro Antunes e de Alzira Ramos de Castro.

Concluiu seus estudos secundários no Colégio Cristo Redentor, de Juiz de Fora, MG, em 1964, e graduou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora, em 1970. Foi médico pediatra do Inamps e professor adjunto de Pediatria da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Iniciou sua carreira política em Juiz de Fora, onde foi Vice-Presidente (1982-1983), Presidente (1983-1985) e Secretário-Geral (1985-1987) do Diretório Municipal do PMDB, tendo sido, ainda, delegado à convenção nacional desse partido no biênio 1983-1985. Foi Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Assistência aos Municípios - IMAM - (1983-1986) e Presidente da Comissão Especial para Instalação de Distritos do Estado de Minas Gerais (1985-1986).

Em 1986, elegeu-se Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991), pelo PMDB. Na Assembléia Legislativa foi Líder (1989) e Vice-Líder (1987-1988) de seu partido e Vice-Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia; membro das Comissões de Saúde, de Assuntos da Sudene e Estímulos Fiscais e da Comissão Constitucional. Em outubro de 1989 licenciou-se da Assembléia Legislativa para assumir o cargo de Secretário de Estado da Saúde do Estado de Minas Gerais (10/1989) no Governo Newton Cardoso*.

Em 1990, foi reeleito Deputado Estadual para a 12ª Legislatura (1991-1995).

Ocupa atualmente, na Assembléia Legislativa, os cargos de Vice-Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia e suplente das Comissões de Redação e de Saúde e Ação Social.

Filiado ao PMDB.

Teve diversos trabalhos publicados em jornais e revistas especializadas.

FONTE: Dados fornecidos pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

CASTRO, Sinfrônio Augusto de, Padre

Político, sacerdote, jornalista e professor, nasceu a 26 de junho de 1881, em Barbacena, Província de Minas Gerais, e ali faleceu, a 17 de junho de 1973.

Feitos os primeiros estudos no Colégio Gonçalves, de Barbacena, MG, cursou o Seminário de Mariana, MG, onde se ordenou sacerdote no início do século.

Exercendo o ministério em Barbacena, militou na política e no jornalismo por muitos anos, tendo sido o fundador e Diretor do periódico *A Folha*, lançado em 1910 para dar apoio à candidatura de Hermes da Fonseca contra o movimento civilista de Rui Barbosa. Colaborou também no *Jornal da Tarde*, na *Cidade de Barbacena* e no *Leste de Minas*.

Deputado à Constituinte Estadual de 1935 e na Legislatura de 1935-1937, em seguida foi assessor do Prefeito de Barbacena José Francisco Bias Fortes* (1937-1945).

Na mesma cidade, integrou o corpo docente do antigo Ginásio Mineiro.

Pertenceu ao PRM e ao PSD.

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 20 jun. 1973. Diário do Legislativo. p. 2; 29 jun. 1973. Diário do Legislativo. p. 5; 30 jun. 1973. Diário do Legislativo. p. 8.

CASTRO, Teotônio Pereira de Magalhães e

Político, Coronel da Guarda Nacional, fazendeiro e jornalista, nasceu em Serro, Província de Minas Gerais, no ano de 1856, e faleceu na mesma cidade, a 17 de agosto e 1918. Casado com Alice Monteiro de Magalhães.

Dedicado a atividades agrícolas em seu município, elegeu-se Deputado Provincial para a 25ª Legislatura (1884-1885), durante a qual fez parte da Mesa da Assembléia. Propagandista da República e abolicionista, organizou vários clubes republicanos na região de sua influência política. Instaurado o novo regime, fez oposição a José Cesário de Faria Alvim*, motivo por que foi derrotado nas eleições para a Constituinte Estadual.

Retirou-se da militância política em 1893, quando lançou o periódico *A Sentinela*, cujo título lembrava a primeira folha republicana fundada na Província de Minas Gerais por Teófilo Benedito Otoni*: *A Sentinela do Serro*.

Formado o Partido Constitucional, de que foi um dos fundadores, a ele se filiou e elegeu-se Deputado Federal seguidamente para a 1ª e 2ª Legislaturas (1891-1896).

Na Monarquia, pertenceu ao Partido Liberal.

FONTES: ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917.* Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 1./FLORO, Lúcio. Silhuetas parlamentares. 1898. In: *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 19-20 ago. 1918, p. 6.

CASTRO, Wellington Balbino de

Político, publicitário e radialista, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 8 de maio de 1939. Filho de Edite Mesquita.

Concluiu seu curso secundário no Instituto Orozimbo Maia, em São Paulo, no ano de 1962.

Trabalhou como radialista nas rádios Minas (1968), Globo (1969-1970), Cultura (1970), Mineira (1970), Guarani (1970), Itatiaia (1973-1975) e Inconfidência (1987). Foi Presidente (1973) e Delegado (1975) do Sindicato dos Radialistas.

Eleito Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987/1991), pelo PDT, na Assembléia foi Líder da Bancada desse Partido (1984-1988); membro da Comissão Preparatória da IV Assembléia Constituinte do Estado (1988); Líder do PMN (1989-1991) e titular da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais (1989-1990).

Reeleito Deputado Estadual para a 12ª Legislatura (1991-1995), na Assembléia é titular da Comissão de Meio Ambiente (1991) e suplente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais (1989-1990).

Filiado ao PMN, pertenceu ao MDB, PMDB e ao PDT.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

CASTRO FILHO, Cícero Ribeiro de

Político, advogado, corregedor de polícia e fazendeiro, nasceu em Formiga, MG, a 16 de janeiro de 1900, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 30 de junho de 1974. Filho de Cícero Ribeiro de Castro e de Adelaide Lobato Ribeiro de Castro. Casado com Maria da Conceição Dinis de Castro.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro de Ouro Preto, MG, e bacharelou-se pela FLDMG em 1921.

Em Oliveira, MG, onde passou a advogar e possuía fazenda, exerceu o cargo de Vereador (1922) e, eventualmente, o de Presidente da Câmara Municipal.

Suplente de Deputado Estadual na 9ª Legislatura (1923-1926), assumiu o mandato em 1926, na vaga de Djalma Pinheiro Chagas*, que renunciara.

Fixando-se como advogado em Belo Horizonte, desempenhou as funções de Corregedor-Geral da Polícia Civil de Minas Gerais durante o Governo Mílton Campos*.

Pertenceu ao PRM, à Concentração Conservadora (1929-1930) e à UDN.

Atuou na política seu tio-avô Abílio Machado*.

FONTE: *Dados biográficos.* Informante: Bruno de Almeida Magalhães. CEM/UFMG.

CASTRO FILHO, José Olímpio de

Advogado-Geral do Estado, jurista, professor e jornalista, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 22 de abril de 1915. Filho de José Olímpio de Castro e de Luísa das Chagas Ferreira Castro. Casado com Helena Gonçalves de Sousa Castro.

Fez os estudos secundários no Colégio Arnaldo de Belo Horizonte e o curso superior na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, pela qual se bacharelou em 1936.

Na Capital mineira, exerce a advocacia liberal e o cargo de Consultor Jurídico de grandes empresas, entre as quais, o Grupo Real, o Grupo Bandeirantes e a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - Usiminas.

Redator e colaborador do *Estado de Minas* desde 1944, foi também advogado e Consultor Jurídico dos Diários Associados.

Nos Governos de Clóvis Salgado da Gama* e de José Francisco Bias Fortes* desempenhou as funções de Advogado-Geral do Estado (5/4/55 - 30/1/60), de cujo quadro de Procuradores faz parte desde 1953. Em março de 1983, passou a ocupar, no Governo de Tancredo de Almeida Neves*, o cargo de Procurador-Geral do Estado.

Em 1950, aprovado em concurso, tornou-se livre docente de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, cadeira que ocupou como titular de 1955 até aposentar-se, em 1971. No exercício do magistério, fundou o Departamento de Assistência Judiciária, órgão de ensino de prática profissional e assistência social da Faculdade.

Conselheiro da Seção de Minas da OAB em três períodos e membro de seu Tribunal de Ética Profissional de 1963 a 1971 e em 1979-1980, em cinco biênios integrou o Conselho Federal do mesmo organismo. Participou de numerosos congressos jurídicos realizados no Brasil e em outros países latino-americanos e, desde 1970, é membro da junta diretora do Instituto Ibero-Americano de Derecho Procesal.

Além de estudos jurídicos divulgados em revistas, é autor das obras *Agravo no auto do processo*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1949; *Abuso do direito no Processo Civil*, Rio de Janeiro, Forense, 1974-75. 2. ed. 1977. 3. ed. 1980; *Comentários ao Código do Processo Civil*. v. X, Rio de Janeiro, Forense, 1976. 2. ed. 1980.

Estado de Minas

José Olímpio de Castro Filho

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: José Olympio de Castro Filho. CEM/UFMG./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 out. 1976./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino.

CATÃO, Alfredo Carneiro Viriato

Político, promotor, jornalista e professor, nasceu em Baependi, Província de Minas Gerais, a 18 de maio de 1868, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 2 de maio de 1947. Filho do advogado Antônio Carlos Carneiro Viriato Catão e de Rita de Cássia Catão. Casado com Elisa Duque Catão.

Estudou no Colégio Padre Machado de São João del-Rei, e bacharelou-se pela FLDMG, ainda em Ouro Preto.

Em sua terra natal, iniciou-se no jornalismo, fundando o periódico *O Combate*, que propugnou a abolição da escravatura. Posteriormente, começou a estudar Engenharia em Ouro Preto, curso que abandonou pelo de Direito. Na antiga Capital, foi redator do órgão republicano *O Liberal Mineiro*.

No Governo Francisco Silviano de Almeida Brandão*, serviu no Gabinete do Secretário Estadual da Instrução Pública.

Transferindo-se para Lima Duarte, ali exerceu a Promotoria Pública e a advocacia, fundou os jornais *A Tribuna* e *Lyceu Mineiro*, e participou da Campanha Civilista como candidato a Deputado Federal.

Senador Estadual na 9ª e 10ª Legislaturas (1923-1930), foi Líder do PR e teve participação saliente na elaboração da reforma judiciária e administrativa do Estado.

De 1930 a 1936, desempenhou as funções de Prefeito de Lima Duarte.

Afastado da vida pública desde então, em 1943 subscreveu o Manifesto dos Mineiros.

Atuou na política seu genro José de Magalhães Pinto*.

FONTES: *Anais da Assembléia Constituinte de 1947.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, *1:* 398-9, s. d./*Anais da Câmara dos Deputados. 1968.* Brasília, Diretoria de Documentação e Publicidade, *13:* 739-40, 1968./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 3 maio 1947. p. 14; 18 maio 1968. p. 5./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 3 maio 1947. p. 9; 18 maio 1968. p. 2./*O Diário*, Belo Horizonte, 3 maio 1947. p. 8.

CATÃO, Guaraci Duque Viriato

Político, engenheiro agrônomo, médico veterinário e jornalista, nasceu em Lima Duarte, MG, a 4 de março de 1902. Filho do Senador Estadual Alfredo Carneiro Viriato Catão* e de Eliza Duque Catão. Casado com Maria da Glória Andrade Catão.

Fez o curso secundário no Colégio Granbery, de Juiz de Fora, MG, e diplomou-se pela Escola Mineira de Agronomia e Veterinária de Belo Horizonte como engenheiro agrônomo e médico veterinário, respectivamente em 1925 e 1930.

Suplente de Deputado Estadual na 2ª Legislatura (1951-1955), esteve em exercício de julho de 1953 a fevereiro de 1954 e de julho de 1954 até o final do mandato, em substituição a Odilon Resende de Andrade*.

Integrante do quadro técnico da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais, exerceu as funções de veterinário sanitarista, veterinário zootecnista, Chefe do Departamento de Economia e Chefe do Departamento de Cooperativismo.

Fundou e dirigiu por muitos anos a revista *Minas Agrícola*.

Pertenceu à UDN.

Além de seu pai, atuaram na política seu irmão Moacir Duque Catão, ex-Prefeito de Lima Duarte, e seu cunhado José de Magalhães Pinto*.

FONTE: *Dados biográficos.* Informante: Guaraci Duque Viriato Catão. CEM/UFMG.

CAVALCANTE, Francisco Manuel Paraíso

Político, magistrado e promotor, nasceu na Província da Bahia e faleceu em Uberaba, MG, a 5 de setembro de 1899.

Bacharel em Direito, exerceu os cargos de Promotor Público, Juíz Municipal e Juiz de Direito em diversas Comarcas baianas.

Aposentado como Desembargador do Tribunal de Relação da Bahia, fixou residência em Uberaba e elegeu-se Deputado Federal por Minas Gerais para a 2ª Legislatura (1894-1896).

FONTES: ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917.* Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 1./*Minas Gerais,* Cidade de Minas, 8-9 set. 1899. p. 6.

CAVALCANTI, José Pedreira

Político, médico e fazendeiro, nasceu em Feira de Santana, BA, a 26 de setembro de 1910. Filho do político baiano Joaquim Alves Cavalcanti e de Maria Clementina Pedreira Cavalcanti. Casado com Elisa Ferraz Cavalcanti.

Fez o curso secundário no Liceu Salesiano de Salvador, BA, o curso de Letras no Ginásio da Bahia e o superior na FMBA, pela qual se diplomou em 1933.

Quando acadêmico, participou de movimento estudantil. Em 1932, esteve preso na Penitenciária da Bahia por haver prestado solidariedade pública aos revolucionários paulistas.

Logo depois de formado, clinicou em Jacinto, então Distrito de Vigia (atual Almenara), MG, onde foi também professor de Instrução Moral e Cívica e de Higiene no Colégio Jacintense, Inspetor Escolar e primeiro Prefeito, quando da emancipação da localidade, em 1943. Em 1950, serviu no Gabinete do Secretário Estadual da Saúde e Assistência, Mário Hugo Ladeira*, e representou Minas Gerais no Congresso Brasileiro de Higiene, em Porto Alegre, RS.

Suplente de Deputado Estadual na 3ª Legislatura (1955-1959), durante o Governo Clóvis Salgado da Gama* (1955-1956), atuou no setor oficial de assistência sanitária e, a seguir, dirigiu os Departamentos Médico-Social e de Previdência Social do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais.

Deputado Estadual na 4ª Legislatura (1959-1963) e suplente na 5ª (1963-1967), na Assembléia desempenhou os cargos de 2º-Secretário da Comissão Executiva (1959), Presidente (1960) e Vice-Presidente (1962) da Comissão de Saúde Pública e membro das Comissões de Siderurgia (1960) e do Serviço Público Civil (1961). É fazendeiro em Jacinto.

Pertenceu ao PR.

Além de seu pai, atuaram na política da Bahia seu avô materno, João Pedreira de Cerqueira, e seu tio paterno Romualdo Alves Cavalcanti.

FONTE: *Diário de Minas. Belo Horizonte, 6 mar. 1959. p. 3.*

CECÉ, Marcelo ver OLIVEIRA, Marcelo Cecé Vasconcelos de

CECILIO, Samir

Político, médico e professor, nasceu em Uberaba, MG, a 12 de novembro de 1928. Filho de Calixto Cecílio e de Rafa Cecílio. Casado com Teresinha Marli Prata Cecílio.

Fez os estudos secundários no Colégio Diocesano e no Colégio Triângulo Mineiro, em sua terra natal, onde também concluiu os cursos superiores da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro (1953), da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro (1962) e da Faculdade Federal de Medicina (1967).

Ainda em Uberaba, fundou e presidiu a União Estudantil. Foi perito-médico do Instituto Nacional de Previdência Social.

Eleito suplente de Deputado Estadual para a 10ª Legislatura (1983-1987), efetivou-se em março de 1984, na vaga de Álvaro Antônio Teixeira Dias*, que assumiu a Secretaria de Estado dos Transportes. Na Assembléia, fez parte, como membro efetivo, da Comissão de Segurança (1984) e suplente da Comissão de Agropecuária e Política Rural (1984).

Pertence ao PMDB.

Atuaram na política seus irmãos Nagib Cecílio e Saleh Cecílio, ex-Vereadores em Uberaba, e os primos de sua esposa Arnaldo Rosa Prata* e Godofredo Prata*.

FONTE: *Dados biográficos* - Informante: Gabinete do Deputado Samir Cecílio. CEM/UFMG.

CERQUEIRA, Caetano Augusto da Gama

Político, magistrado e procurador, nasceu em São João del-Rei, Província de Minas Gerais, no ano de 1839, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 25 de setembro de 1903. Filho do Coronel da Guarda Nacional Januário Francisco de Jesus Cerqueira e de Maria Carlota da Gama Cerqueira.

Fez os estudos humanísticos no Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro e o curso superior na FDSP, pela qual se bacharelou em Ciências Jurídicas e Sociais em 1867.

Iniciou a carreira jurídica como Promotor Público em Campanha, Província de Minas Gerais. Ingressando, depois, na Magistratura, exerceu o cargo de Juiz Municipal nas Comarcas mineiras de Pomba (hoje Rio Pomba) e Ponte Nova e o Juizado de Direito em Campanha, Oliveira e Conceição do Serro (atual Conceição do Mato Dentro).

Depois de cumprir o mandato de Deputado Provincial na 19ª Legislatura (1872-1873), foi Secretário-Geral da Polícia. Já sob o regime republicano, foi nomeado Desembargador do Tribunal da Relação e, em seguida, Procurador-Geral do Estado (1898-1903).

Atuaram na política seus irmãos Francisco Januário da Gama Cerqueira, Ministro da Justiça no Império; José Januário da Gama Cerqueira e Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira*, e seu sobrinho Luís Barbosa da Gama Cerqueira*.

FONTE: *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 27 set. 1903. pp. 12-3.

CERQUEIRA, Eduardo Ernesto da Gama

Político e advogado, nasceu em São João del-Rei, Província de Minas Gerais, a 15 de dezembro de 1842, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 10 de dezembro de 1907. Filho de Januário Francisco de Jesus Cerqueira e de Maria Carlota da Gama Cerqueira. Casado com Matilde da Silva Reis Cerqueira.

Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP em 1868.

Exerceu a advocacia em Paraíba do Sul e Sapucaia, Província do Rio de Janeiro, e nas cidades mineiras de Leopoldina e Cataguases.

No Império, militou no Partido Conservador, tendo sido eleito várias vezes Vereador à Câmara Municipal de Cataguases. Depois de 1888, aliou-se a Silva Jardim e a Gabriel de Magalhães na propaganda republicana. Participou ativamente do Congresso Republicano Mineiro, realizado em Ouro Preto, a 15 de novembro de 1888. Fundou o Partido Republicano de Cataguases e dele tornou-se chefe.

Proclamada a República, foi nomeado Presidente da Intendência Municipal de Cataguases.

Eleito Senador à Constituinte Mineira e para a 1ª Legislatura (1891-1895), ocupou a 1ª Vice-Presidência da Mesa do Senado.

Promulgada a Constituição, o Congresso elegeu-o Vice-Presidente do Estado para o período de 16 de junho de 1891 a 13 de junho de 1892. Como tal, exerceu o Governo de Minas Gerais de 16 a 18 de junho de 1891, interinamente, e de 9 de fevereiro a julho de 1892, em virtude da renúncia do Presidente José Cesário de Faria Alvim*. Teve, então, de enfrentar a sedição que, iniciada na cidade de Campanha e irrompida depois em Viçosa, visava à criação do Estado de Minas do Sul.

Participou, depois, da Campanha Civilista.

Em 1894 foi convidado por Floriano Peixoto para Ministro do Supremo Tribunal Federal, mas preferiu concorrer à vaga de Juiz Secional em Minas Gerais, função que exerceu até seu falecimento. Foi, ainda, Procurador da República em Minas Gerais.

Pertenceu ao PRM.

Atuaram na política seus irmãos Conselheiro Francisco Januário da Gama Cerqueira, Ministro da Justiça no Império, José Januário da Gama Cerqueira e Caetano Augusto da Gama Cerqueira* e seu sobrinho Luís Barbosa da Gama Cerqueira*.

ALEMG

Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira (pintura)

FONTES: BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro, documentário sobre sua vida.* Belo Horizonte. Publicações do APM, 1966./ CASASANTA, Mário. Grandes vultos de Minas Gerais. In: *Revista Alterosa,* Belo Horizonte, *15* : 24, mar. 1941./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 11-12 jan. 1907. p. 6; 14 dez. 1941. p. 6./*Senado Federal.* Arquivo histórico. Dados biográficos./SILVEIRA, Vitor. *Minas Gerais em 1925.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito.* Arquivo.

CERQUEIRA, Luís Barbosa da Gama

Político, professor e advogado, nasceu em Paraíba do Sul, Província do Rio de Janeiro, a 24 de novembro de 1865, e faleceu a 19 de fevereiro de 1936. Filho do Conselheiro do Império Francisco Januário da Gama Cerqueira e de Luísa de Toledo Barbosa Cerqueira.

Fez estudos humanísticos no Colégio São Luís, de Itu, Província de São Paulo, os preparatórios no Rio de Janeiro e o curso de Ciências Jurídicas e Sociais na FDSP, pela qual se bacharelou em 1886 e se doutorou em 1908.

Logo depois de formado, passou a advogar, com seu pai, em São José do Além Paraíba (hoje Além Paraíba), MG, onde foi um dos fundadores do Partido Republicano e fez a propaganda do regime através do *Correio Municipal,* de que era redator-chefe.

Eleito Deputado à Constituinte Estadual de 1891 e para a 1ª Legislatura (1891-1895), renunciou ao mandato em julho de 1892, em protesto contra o golpe de Estado do Marechal Deodoro da Fonseca.

Em 1895 transferiu-se para São Paulo, a fim de advogar em sociedade com Pedro de Toledo e, depois, com Alcântara Machado.

Tornou-se, então, lente substituto da 6ª série, cujo currículo incluía Direito Criminal, Direito Penal Militar e Regime Penitenciário, na Faculdade de Direito de São Paulo. Concursado, foi nomeado em outubro de 1908 e, em 1911, efetivado como professor catedrático.

Com a fundação do Partido Democrático de São Paulo, de que fora um dos organizadores, voltou à política, elegendo-se Deputado Estadual.

Posteriormente, já filiado ao Partido Constitucionalista, elegeu-se Deputado Federal por São Paulo. Designado membro da Comissão que elaborou o projeto do novo Código Processual Penal Brasileiro, não pôde desempenhar-se da incumbência por motivo de saúde.

Foi, ainda, Agente Executivo Municipal em São José do Além Paraíba.

Além de seu pai, que foi Ministro da Justiça no Império, atuaram na política seus tios José Januário da Gama Cerqueira, Caetano Augusto da Gama Cerqueira* e Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira*.

FONTES: CARVALHO, Antônio Gontijo de. Vida e Obra de Gama Cerqueira. In: *Digesto Econômico.* São Paulo, 186: 144-51, nov./dez. 1965./*Revista da Faculdade de Direito de São Paulo.* São Paulo, USP, *60:* 386-7, 1965./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito.* Arquivo.

CÉSAR, Demóstenes

Político mineiro, foi Deputado Estadual na 7ª Legislatura (1915-1918).

Pertenceu ao PRM.

FONTE: *Revista do Arquivo Público Mineiro.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial. *27:* 26, dez. 1976.

CÉSAR, Gil ver ABREU, Gil César Moreira de

CÉSAR, Guilhermino ver SILVA, Guilhermino César da

CHAGAS, Altair

Político, advogado e empresário, nasceu em Inhapim, então Distrito de Caratinga, MG, a 25 de fevereiro de 1934. Filho do serventuário da Justiça Manoel Chagas Lopes e Zelinda Ribeiro Chagas. Casado, em primeiras núpcias, com Maria da Conceição Lucca Chagas, e, em segundas núpcias, com Maria Aparecida de Vasconcelos Chagas.

Fez o curso secundário no Colégio Arnaldo de Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da UFMG em 1956. Em 1955 concluiu o CPOR em Belo Horizonte e, após estágio em São João Del Rey, obteve a patente de 2º Tenente R/2 do Exército. Quando universitário, trabalhou na editoria esportiva dos jornais *Diário de Minas* e *O Diário*, e da Rádio Itatiaia, em Belo Horizonte. Depois de formado, passou a advogar em sua terra natal, onde foi proprietário rural.

Na mesma cidade, foi professor do ginásio da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos e Vereador, tendo liderado a Bancada da UDN na Câmara Municipal (1958-1962). Eleito Deputado Estadual para a 5ª e 6ª Legislaturas (1963-1971), na Assembléia, exerceu os cargos de Vice-Líder da Arena (1968) e de membro efetivo da Comissão de Assuntos Municipais (1963-1966), à qual presidiu em três períodos (1963-1964; 1966). Deputado Federal na 7ª e 8ª Legislaturas (1971-1979), para os períodos de 1979-1982 e 1982-1986 elegeu-se suplente de Deputado Federal. No primeiro período assumiu uma das vagas deixadas ao criar-se o secretariado do Governador Francelino Pereira dos Santos*, em fevereiro de 1979. Na segunda, assumiu em agosto de 1983 na vaga deixada pelo Deputado José de Magalhães Pinto*, licenciado por motivo de saúde. Na Câmara, foi membro efetivo da Comissão de Constituição e Justiça; suplente das Comissões de Economia e Finanças, de Economia, Indústria e Comércio e de Minas e Energia; Presidente da Comissão de Redação e membro da Comissão de Serviço Público, além de ter sido tesoureiro da Fundação Mílton Campos para Pesquisas e Estudos Políticos, órgão da Arena criado em 1975.

Representou a Câmara no Congresso Internacional das Sociedades de Autores e Compositores na qualidade de relator da nova lei de direitos autorais, realizado na cidade do México (1972), e no Congresso da União Interparlamentar de Turismo, celebrado em Buenos Aires (1974). Em Belo Horizonte, foi sócio de uma empresa imobiliária.

Pertenceu à UDN, à Arena, ao PDS, e, posteriormente, filiou-se ao PFL.

Atuam na política os primos de sua esposa Geraldo Vasconcelos*, Ronaldo Vasconcelos Novais*, Aloísio Marcos de Vasconcelos Novais*, Carlos Alberto Cota*, Fábio Vasconcelos* e Paulino Cícero de Vasconcelos*.

FONTES: *Deputados brasileiros*; repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 7ª Legislatura (1971-5). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1971; 8ª Legislatura (1975-9). Brasília, Centro de Documentação e Informação, 1976./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 22 dez. 1962, p. 3/ *Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.* Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

CHAGAS, Carlos Justiniano das

Político e comerciante, nasceu em Oliveira, Província de Minas Gerais.

Ainda na Monarquia, filiou-se ao Partido Republicano e participou da propaganda do novo regime.

Foi Deputado à Constituinte Federal de 1891 e na 1ª e 2ª Legislaturas (1891-1896).

Pertenceu, ainda, ao Partido Constitucional Mineiro.

FONTE: ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1899 a 1917.* Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918.

CHAGAS, Carlos Pinheiro

Político, médico e professor, nasceu em Oliveira, Província de Minas Gerais, a 15 de fevereiro de 1889, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 25 de junho de 1932. Filho do Coronel da Guarda Nacional Francisco Chagas de Andrade e de Cândida Pinheiro Chagas. Casado com Augusta de Carvalho Chagas.

Fez o curso secundário nos Ginásios de Itu, SP, e São Bento, na Capital de São Paulo, e o superior, na FMRJ, pela qual se diplomou em 1913. Clinicou, sucessivamente, nas cidades mineiras de Oliveira, Santo Antônio do Amparo e Bom Sucesso, desta transferindo-se para Belo Horizonte, a convite do médico Cícero Rodrigues Ribeiro Ferreira*. Logo

depois, sob o patrocínio da Fundação Rockefeller, realizou viagem de estudos aos EUA. Ao regressar, conquistou, por concurso, a cadeira de Anatomia Patológica da Faculdade Livre de Medicina, hoje pertencente à UFMG. Posteriormente, fez curso de aperfeiçoamento na Alemanha e, na oportunidade, representou o Brasil em congresso de pecuária realizado em Haia, Holanda. Mais tarde, foi delegado de Minas Gerais no Congresso Médico Brasileiro. Obteve, por concurso, o cargo, que exerceu por vários anos, de Anatomopatologista do Posto Veterinário e Agrícola do Ministério da Agricultura em Belo Horizonte.

Nomeado pelo Presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada*, foi Prefeito de Poços de Caldas, MG, na época em que a estância passava por total remodelação. Para orientar as obras de ampliação e modernização do balneário, realizou estudos de crenologia na Europa.

Eleito Deputado Federal na 14ª Legislatura (1930), participou ativamente da Aliança Liberal, tendo sido o orador em nome de Minas Gerais nas homenagens fúnebres prestadas a João Pessoa no Rio de Janeiro, DF.

Deflagrado o movimento revolucionário de outubro de 1930, incorporou-se às forças rebeldes, com as quais penetrou em Goiás. Assumiu, então, o Governo do Estado até a constituição de uma junta governativa com elementos da política regional. Apesar da insistência do Governo Provisório, não aceitou a Interventoria goiana. Foi, então, nomeado Diretor do Departamento da Indústria Pastoril do Ministério da Agricultura e membro da Comissão de Sindicância da Central do Brasil.

De março a junho de 1932, exerceu o cargo de Secretário das Finanças de Minas Gerais.

Pertenceu ao PRM.

Foi membro do Instituto de Anatomia Patológica dos EUA, do Instituto Internacional do Câncer, das Associações Francesa e Argentina do Câncer, e da Academia Nacional de Medicina.

Atuaram na política seu irmão Djalma Pinheiro Chagas* e seu sobrinho Paulo Pinheiro Chagas*.

FONTES: CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Esse velho vento da aventura;* memórias. 2. ed., Belo Horizonte, Itatiaia, 1977./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 9 jun. 1958. p. 3; 13 jul. 1978. p. 4./Fonseca, L. Gonzaga da. Participação de Oliveira nos acontecimentos nacionais. In: História *de Oliveira.* Belo Horizonte, Edição Centenário, 1961. / *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 9 mar. 1921. p. 5; 4 mar. 1932. p. 9; 26 jun. 1932. pp. 1-3./ NAVA, Pedro. *Chão de ferro;* memórias/3. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1976.

CHAGAS, Carlos Ribeiro Justiniano

Médico, cientista e professor, nasceu na Fazenda do Bom Retiro, Município de Oliveira, Província de Minas Gerais, a 9 de julho de 1879, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 8 de novembro de 1934. Filho do fazendeiro José Justiniano das Chagas e de Mariana Ribeiro de Castro Chagas. Casado com Íris Lobo Chagas.

Fez o curso secundário no Colégio dos Jesuítas, de Itu, SP, e no Colégio do Asilo São Francisco de Assis, de São João del-Rei, MG. Depois dos estudos preparatórios no curso anexo da EMOP e em São Paulo, doutorou-se, em 1903, pela FMRJ, onde teve Miguel Couto como professor e orientador de sua formação científica. No 5º ano do curso tornou-se assistente de Francisco Fajardo e passou a dedicar-se ao estudo da malária. Em 1902 preparou, no Instituto de Manguinhos, a tese de doutoramento "Os estudos hematológicos sobre o paludismo", que marca o início do que se considera a mais significativa carreira científica já realizada no Brasil.

Desejoso de fazer clínica geral, depois de formado instala consultório médico no Rio de Janeiro. Em 1904 aceita, entretanto, o posto de Assistente no Hospital de Isolamento de Pestosos, em Jerujuba, RJ. Indicado, em 1905, para uma missão em Itatinga, SP, onde a Companhia Docas de Santos teve suas atividades de expansão paralisadas por epidemia de gripe que assola os operários, concebe a "Teoria de Infecção Domiciliar da Malária".

De novo no Rio de Janeiro, em 1908 integra-se definitivamente no quadro do Instituto de Manguinhos, onde faz estudos de parasitologia, entomologia médica e patológica. Adquire a fama de melhor malariólogo do Brasil, pelo que é enviado a várias missões antimaláricas, entre as quais a da profilaxia no vale em que se construía o novo serviço de água do Rio de Janeiro.

A conselho de Osvaldo Cruz, em 1909 parte para o vilarejo de Lassance, distante cerca de 80km de Pirapora, MG, onde a malária impedia o prosseguimento das obras da Estrada de Ferro Central do Brasil, porque praticamente todos os operários sofriam de maleita. É aí que faz a descoberta, que viria ser a mais importante da história científica do Brasil, da Tripanossomíase americana, do seu agente etiológico (*Trypanosoma cruzi*) e do inseto transmissor, o hemíptero hematófago, conhecido popularmente como "barbeiro". A descoberta da chamada "moléstia de Chagas" foi apresentada por Osvaldo Cruz na Academia Nacional de Medicina, em 22 de abril de 1909, e ao mundo científico brasileiro, pela publicação de uma nota prévia no *Brazil Médico* de 8 de agosto de 1912.

Em 1910, fez-se membro titular da mesma Academia, embora, então, ali não houvesse vaga, e mais tarde, seu Presidente. Prosseguiu seus trabalhos em Lassance por mais dois anos, já com a colaboração de Gaspar Viana, Eurico Vilela, Magarinos Torres, Machado Guerreiro e Burle Figueiredo.

Em 1912, confiou-lhe Osvaldo Cruz a incumbência de verificar as condições sanitárias no vale amazônico, em plena decadência econômica e social em conseqüência da perda do monopólio da produção da borracha. Nove meses durou sua permanência na região, onde, de pesquisador de laboratório, transformou-se no cientista empenhado na "redenção sanitária do homem brasileiro".

Reassumindo seu lugar em Manguinhos, recebeu de Osvaldo Cruz, cujo estado de saúde se agravava, crescentes responsabilidades administrativas, até assumir, com a morte do fundador, em fevereiro de 1917, a direção geral da instituição. Desenvolve, então, novos serviços, como os laboratórios de Química Orgânica, de Bioquímica e de preparação de quinina, e a seção de Micologia; envia colegas ao exterior, para aperfeiçoamento; funda o laboratório de Fisiologia, sob a direção de Miguel Osório de Almeida; cria o serviço de patologia, para o qual chama o patologista norte-americano Bowman Crowell, e põe em funcionamento o Hospital Osvaldo Cruz. Impressionado pelo extraordinário vigor intelectual de José Carneiro Felipe, a quem conhecera em Belo Horizonte, MG, integra-o na seção de Físico-Química. Sua última contribuição para o Instituto Osvaldo Cruz constituiu a instalação, com a ajuda financeira de Guilherme Guinle e sob os auspícios do Comitê de Higiene da Liga das Nações, no qual era o único representante sul-americano, do Centro Internacional de Leprologia no Rio de Janeiro, com um subcentro em Minas Gerais, destinado ao estudo da ação de óleos vegetais brasileiros purificados na terapêutica da hanseníase.

Sua personalidade toma nova dimensão em 1918, por ocasião da gravíssima epidemia conhecida como gripe espanhola. Vencendo os esforços do então Diretor da Saúde Pública, Carlos Seidl, e de seu sucessor, Teófilo Torres, a gripe assume, na cidade do Rio de Janeiro, tais proporções, que o Presidente Venceslau Brás Pereira Gomes* e seu Ministro Carlos Maximiliano o incumbem de dirigir a luta contra o flagelo. O êxito que obteve deu-lhe tal popularidade, que os políticos

cariocas Paulo de Frontin e Mendes Tavares lhe ofereceram a senatoria pelo então Distrito Federal, o que não aceitou. Pelo grande feito, recebeu do Senado Federal um prêmio de 50 contos de réis, que transferiu à comissão encarregada de erigir o monumento a Osvaldo Cruz, que só viria a ser construído 50 anos mais tarde.

Ao assumir o Governo, Epitácio Pessoa encarregou-o de reformular os serviços de saúde pública. O projeto que elaborou dava aos Estados maior responsabilidade no campo sanitário e reservava ao Governo Federal as campanhas verticais, ao mesmo tempo que criava a profissão de sanitarista. Aprovando a reforma, o Presidente da República ofereceu-lhe a direção geral do Departamento Nacional de Saúde Pública, que correspondia a um Ministério, embora subordinado ao da Justiça e Negócios Interiores. Acumulando o novo cargo (1919-1926) com a direção do Instituto Osvaldo Cruz, criou a Escola de Enfermeiras Ana Nery, O Hospital-Modelo São Francisco de Assis e centros para estudo da lepra, da tuberculose, do impaludismo e da doença de Chagas. Destacam-se ainda, na sua obra higienista, o esboço das grandes linhas da ação sanitária no País e a profissionalização do médico de saúde pública, pela instituição de um curso de formação especializada e do respectivo quadro.

Em 1925, tornou-se membro permanente do Comitê de Higiene da Sociedade das Nações. No final do Governo Artur da Silva Bernardes*, foi nomeado professor de Medicina Tropical, cadeira então criada na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e que regeu de 1927 até os últimos dias de vida. Nos fins de 1931, de volta da última viagem que fez ao exterior, foi surpreendido com um mandado de prisão, resultante de denúncia de um grupo de desafetos políticos, e levado diretamente do vapor à polícia. Como, entretanto, já estava vitoriosa a revolução de outubro e instalado o Governo Provisório, seus amigos Antônio Carlos Ribeiro de Andrada* e Afrânio de Melo Franco* conseguiram libertá-lo, mostrando a iniqüidade da denúncia, tanto maior quanto fora ele defensor dos princípios da Aliança Liberal.

Em 1933, foi nomeado Diretor Técnico do Instituto Internacional da Lepra. Dividindo sempre seu tempo entre o Hospital São Francisco de Assis, o Instituto Osvaldo Cruz e o magistério, já no final da vida defendeu junto ao Poder Executivo e ao Congresso Nacional a renda interna de Manguinhos, proveniente da venda de vacinas e soros.

Pelo descobrimento da moléstia de Chagas recebeu o Prêmio Schaudinn, do Instituto de Moléstias Tropicais de Hamburgo, Alemanha, destinado, cada três anos, ao melhor trabalho realizado em Protozoologia e Doenças Tropicais (1911). Quando Diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, recebeu o grande prêmio da exposição internacional que, para comemorar o Centenário de Pasteur, e realizou-se em Estrasburgo, França (1923). A Universidade de Hamburgo, por sua vez, conferiu-lhe o Prêmio Krummel (1925).

Era membro honorário ou correspondente de 40 sociedades científicas brasileiras e estrangeiras.

Publicou as obras *Estudos hematológicos no impaludismo* (1903); *Profilaxia do impaludismo* (1906, também editada em alemão); *O novo gênero Myzorrhynchella de Theobald* (1907); *Uma nova espécie de gênero Taeniorhynchus* (1907); *Trypanossoma minasense* (1908); *Nova espécie mórbida do homem produzida por um Tripanossomo* (1909, também editada em alemão); *Tripanossomíase americana; Descoberta do Trypanosoma cruzi; Notas sobre epidemiologia do Amazonas; Classificação e descrição de diversas espécies de anafelinos e outros culicídeos; Descrição de uma nova moléstia transmitida pelo barbeiro (Triotoma megista)* (1912).

Atuaram na vida pública seus parentes Djalma Pinheiro Chagas*, Paulo Pinheiro Chagas* e Carlos Pinheiro Chagas*.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados. 1959.* Rio de Janeiro, IBGE, 1959. v. 3./ BEHAR, Eli. *Vultos do Brasil.* São Paulo, Livraria Exposição do Livro, 1967./*Dados biográficos.* Informante: Bruno de Almeida Magalhães. CEM/UFMG./*Diário de Minas,* Belo Horizonte, 10 ago. 1950. p. 6./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 10 nov. 1948. p. 1, 4; 4 fev. 1979, "Mirante". p. 3./FONSECA, L. Gonzaga da. *História de Oliveira.* Belo Horizonte, Edição Centenário, 1961./*Galeria Nacional;* vultos preeminentes da história brasileira, "Jornal do Brasil", 1936, 10º fascículo./*Jornal de Casa,* Belo Horizonte, 4-10 fev. 1979. p. 10./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 11 dez. 1934. pp. 7-9; 15 mar. 1979, Diário do Legislativo. p. 3. 12 jul. 1979. p. 4./ *Oliveira (Estado de Minas Gerais);* ligeira notícia sobre o município, seu desenvolvimento e riqueza. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1921./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926./VASCONCELOS, Edgar de. Carlos Chagas e o saneamento rural. In: Estado *de Minas,* Belo Horizonte, 10 maio 1979.

CHAGAS, Djalma Pinheiro

Político, advogado, banqueiro e jornalista, nasceu na Vila de Passa Tempo, Distrito de Oliveira, Província de Minas Gerais (hoje cidade de Passa Tempo), a 12 de agosto de 1884, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 23 de maio de 1962. Filho do Coronel da Guarda Nacional Francisco das Chagas Andrade e de Maria Cândida Pinheiro Chagas. Casado com Maria Guilhermina Pinheiro Chagas.

Fez o curso de Humanidades em Mariana e os estudos secundários em Ouro Preto e no Rio de Janeiro, DF, por cuja Faculdade de Direito se bacharelou em 1912.

Ainda acadêmico, começou a advogar em Oliveira e em comarcas vizinhas. Ali, elegeu-se Vereador em 1910 e, a seguir, foi Vice-Presidente e Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal.

Deputado Estadual na 8ª e 9ª Legislaturas (1919-1926), fez parte da Comissão de Instrução e presidiu à de Finanças.

Renunciou ao mandato para assumir a Secretaria Estadual das Finanças durante o Governo Fernando de Melo Viana* (26/8/25-7/9/26). Era Diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. quando o Presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada* o convidou para Secretário da Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas, cargo que exerceu de novembro de 1926 a setembro de 1930.

Adepto fervoroso da Aliança Liberal, foi um dos chefes da Revolução de Outubro, que prenunciava com a frase que logrou repercussão nacional: "Minas quer a luta (eleitoral) dentro da lei, mas não a teme fora dela". Vitorioso o movimento armado, integrou o Tribunal Especial que o Governo Provisório criara, em novembro de 1930, para processo e julgamento de crimes políticos e funcionais, mas, por motivo de divergências entre os Ministros e os Procuradores do órgão, demitiu-se em princípios do ano seguinte.

Voltando, então, à vida privada, foi escolhido Presidente do Banco Português do Brasil S.A.

Em 1932, apoiou a Revolução Constitucionalista de São Paulo, e, malograda esta, esteve exilado em Buenos Aires. Ao retornar ao Brasil, em fevereiro de 1933, viu-se preso e conduzido ao quartel da Polícia Militar do Rio de Janeiro, onde ficou em reclusão algum tempo. No então Distrito Federal dirigiu, depois, o jornal oposicionista *A Batalha*, tendo pronunciado, no ato da posse, rumoroso discurso contra a censura prévia a que estava submetida a imprensa.

Na República Nova, elegeu-se Deputado à Constituinte Federal de 1934 e para a 1ª Legislatura (1935-1937).

Depois da instauração do Estado Novo, desempenhou as funções de Presidente do Banco do Distrito Federal S.A. de 1954 a 1958 e foi Prefeito eleito de Oliveira.

Pertenceu ao PRM e figurou entre os fundadores do PSD.

Dedicado à indústria açucareira em Minas Gerais, colaborou na instalação de várias unidades produtoras, entre elas a Usina de Lagoa da Prata.

Nos últimos anos de vida ocupou uma diretoria da Caixa Econômica Federal de Minas Gerais, cuja Presidência chegou a ocupar.

Atuaram na política seu irmão Carlos Pinheiro Chagas*, seu sobrinho Paulo Pinheiro Chagas* e seu parente Carlos Ribeiro Justiniano Chagas*.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados (1962).* Brasília, Diretoria de Documentação e Publicidade, 8: 212-3, 1966./CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Esse velho vento da aventura;* memórias. 2. ed. Belo Horizonte, Itatiaia, 1977./*Diário de Minas,* Belo Horizonte, 27 ago. 1925. p. 1; 12 nov. 1926. p. 1; 24 maio 1962. p. 3./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 11 nov. 1980. 2º caderno. p. 1./FONSECA, L. Gonzaga da. Participação de Oliveira nos acontecimentos nacionais. In: História *de Oliveira.* Belo Horizonte, Edições Centenário, 1961./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 27 ago. 1925. pp. 5-6; 14 nov. 1926. pp. 7-8; 25 maio 1962. p. 7./*O Diário,* Belo Horizonte, 24 maio 1962. p. 2./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

CHAGAS, Moacir

Escritor e acadêmico, nasceu em Oliveira, MG, a 13 de abril de 1894, e faleceu em Santos, SP, a 14 de junho de 1923.

Quando da fundação do Colégio Anglo-Mineiro, em Belo Horizonte, tornou-se seu secretário.

Eleito em 1921 para a AML, como sucessor de Alphonsus de Guimarães na cadeira nº 3, que é patrocinada por Aureliano José Lessa, renunciou antes de empossar-se. Deixou as obras: *Redenção; Turibulário (1914); Sombras (1915); Cinzas (1916)* e *Crepúsculos,* São Paulo, Editores Monteiro Lobato e Cia., 1922.

FONTES: Martins de Oliveira e Oiliam José. *Efemérides da Academia Mineira de Letras.* 1909-80. Belo Horizonte, AML/*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 21 jan. 1959. p. 14.

CHAGAS, Paulo Pinheiro

Político, médico, advogado, jornalista, escritor e acadêmico, nasceu em Oliveira, MG, a 1º de setembro de 1906, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 12 de abril de 1983. Filho do oficial da Marinha Francisco Pinheiro Chagas e de Maria Eulina de Carvalho Chagas. Casado com Zembla Soares Pinheiro Chagas.

Fez o curso secundário no Colégio Militar de Barbacena, MG, onde obteve o diploma de engenheiro agrimensor em 1924, e os cursos superiores, na FNMUB e na FDUMG, pelas quais colou grau, respectivamente, em 1930 e em 1937.

Pouco antes de formar-se em Medicina, participou da Revolução de 1930 como soldado raso, tendo combatido no assalto ao 4º RCD, em Três Corações, e no túnel que liga Passa-Quatro, MG, a Cruzeiro, SP. Depois de diplomado, foi assistente do professor Osvaldo de Melo Campos na cadeira de Clínica Propedêutica da FMUMG e integrante do consultório de Pedro Nava*, que à época exercia a clínica tisiológica na Capital mineira.

Ainda em 1931, abandonou a profissão para dedicar-se à política nas fileiras da Oposição. Filiado ao PRM, envolveu-se no fracassado *putsch* de 18 de agosto de 1931 contra o Presidente Olegário Dias Maciel* e nas articulações da Revolução Constitucionalista de 1932, durante a qual esteve preso. Em conseqüência do exílio dos dirigentes partidários, após o malogro das forças paulistas, foi escolhido Presidente do Diretório Central do PRM.

Em 1933, elegeu-se suplente de Deputado à Constituinte Federal e, em 1934, Deputado à Constituinte mineira e para a 1ª Legislatura (1935-1937), durante a qual integrou a Comissão de Representação. Ainda em 1934 fundou, em Belo Horizonte, o vespertino *O Debate,* órgão de combate aos Governos Municipal de Otacílio Negrão de Lima*, Estadual de Benedito Valadares Ribeiro* e Federal de Getúlio Vargas e que, sob sua direção, circulou até em 1937. Depois do golpe de 10 de novembro de 1937, mudou-se para o Rio de Janeiro, DF.

Signatário do *Manifesto dos Mineiros* em 1943, em 1945 tomou parte ativa na campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes para a Presidência da República e elegeu-se, pela UDN, suplente de Deputado à Constituinte mineira de 1947. De 1949 a 1951, dirigiu, no Rio de Janeiro, o jornal *Diário Carioca,* de José Eduardo de Macedo Soares e Horácio de Carvalho.

Deputado Federal pelo PSD na 2ª e 3ª Legislaturas (1951-1959), em maio de 1956 afastou-se da Câmara para ocupar, até julho de 1958, o cargo de Secretário da Segurança Pública do Governo José Francisco Bias Fortes*. Novamente Deputado Federal na 4ª Legislatura (1959-1963), foi Líder do PSD e da Maioria, pela coligação PSD-PTB-PSP, em oposição ao Governo Jânio Quadros e, depois, em apoio à Presidência de João Goulart.

Como observador brasileiro, participou, então, da 25ª Assembléia da União Interparlamentar, realizada em Belgrado, Iugoslávia. No último ano do mandato, licenciou-se da Câmara para assumir o cargo de Ministro da Saúde, cargo em que representou o Brasil na reunião dos Ministros da Saúde dos países americanos em Washington, EUA, e na sessão anual da Organização Mundial de Saúde, em Genebra, Suiça.

Reeleito Deputado Federal para a 5ª e 6ª Legislaturas (1963-1971), foi membro efetivo da Comissão de Educação e Saúde e suplente da Comissão de Relações Exteriores. Sobrinho dos políticos Djalma Pinheiro Chagas* e Carlos Pinheiro Chagas*, depois da extinção do PRM militou, sucessivamente, na UDN, no PSD e na Arena; desde dezembro de 1980 fez parte da direção do PDS mineiro.

Foi coordenador de Comunicação da Fundação João Pinheiro (1982); membro do IHGMG e da AML, nesta ocupou, a partir de 1957, a cadeira nº 25, patrocinada por Augusto Franco. Em 1957, foi Presidente da seção mineira da Associação Brasileira de Escritores e do Círculo de Cultura Hispano-Brasileiro.

Publicou, além de diversas conferências e discursos, as obras: *Semióticas do ritmo respiratório* (tese de doutoramento, integralmente transcrita pelo Professor Rocha Vaz no 3º volume de seu Tratado de Clínica Propedêutica, Rio de Janeiro, 1931); *O ritmo respiratório e sua variação nos estados patológicos* (1931); *Questões clínicas de atualidade* (em colaboração com os Professores Rocha Vaz, W. Berardinelli, Fioravanti Di Piero, Gerbert Perissé, M. Vaz de Melo e outros), Rio de Janeiro, 1931; *Teófilo Otoni, ministro do povo* (biografia), Rio de Janeiro, Editora Zélio Valverde, 1943. 2. ed. Rio de Janeiro, Liv. São José, 1956. 3. ed. Belo Horizonte, Itatiaia/INL, 1979 (Prêmio Joaquim Nabuco da ABL, 1943; Prêmio de História da Associação Paulista de Medicina, 1979); *O brigadeiro da libertação* (vida de Eduardo Gomes), 5. ed. Rio de Janeiro, Editora Zélio Valverde, 1945; *A resposta de Juscelino* (ensaio sobre a formação do povo mineiro), Belo Horizonte, 1953; *Tradição e atualidade do 5 de julho,* Rio de Janeiro, 1955; *Do alto desta tribuna,* Rio de Janeiro, Liv. São José, 1956; Democracia e parlamento, Rio de Janeiro, Liv. São José, 1956; *Uma política a serviço da liberdade,* Belo Horizonte, 1957; *Esse velho vento da aventura* (memórias), Rio de Janeiro/Brasília, J. Olympio/INL, 1977. 2. ed. Belo Horizonte, Itatiaia, 1977 (Prêmio José Ermínio de Morais, da Sociedade Brasileira de Escritores Médicos, 1973); *As idéias não morrem* (Ensaio, Crítica e Tribuna), Belo Horizonte, Itatiaia/INL, 1981.

Estado de Minas

Paulo Pinheiro Chagas, janeiro de 1957

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados. 1956.* Rio de Janeiro, IBGE, 10: 423, 1956; Brasília, Diretoria de Documentação e Publicidade, 20: 575, 1974./AVELAR, Antônio Ribeiro de. *Figuras da Casa de Minas.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1960. *Correio Braziliense,* Brasília, 3 set. 1964, 2º cad. p. 3./*Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.* Brasília, Livro N-Y, p. 87./CHAGAS, Paulo Pinheiro. Nota da editora: dados biobibliográficos do autor. In: Esse *velho vento da aventura.* Brasília, J. Olympio/MEC, 1977./*Deputados brasileiros:* repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 5ª Legislatura (1963-7). Brasília, biblioteca da Câmara dos Deputados, 1966; 6ª Legislatura (1967-71). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1968./ *Diário de Minas,* Belo Horizonte, 26 maio 1956. pp. 3, 10; 9 jul. 1957. pp. 3, 12; 2 ago. 1957. p. 3; 14 jan. 1963. p. 3./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 26 maio 1956. p. 3; 9 jul. 1957. p. 4; 12 maio 1977. p. 1./FONSECA, L. Gonzaga da . Cultura e Intercâmbio Cultural. In: *História de Oliveira.* Belo Horizonte, Ed. Centenário, 1961./Martins de Oliveira. *História da Literatura Mineira.* 2. ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 26 maio 1956. pp. 9-10; 9 jul. 1957. p. 1; 7 ago. 1957. p. 15; 10 set. 1957. p. 14; 2 jul. 1958. p. 12; 14 maio 1977. Suplemento Literário. p. 2; 27 jul. 1979. p. 2.

CHAGAS, Sebastião Pinheiro

Político, funcionário público e advogado, nasceu em Oliveira, MG, a 3 de novembro de 1918. Filho de João Justiniano Pinheiro Chagas e de Francisca Rocha Chagas. Casado com Ana Cecília Lobato Pinheiro Chagas.

Fez o curso secundário no Colégio Professor Pinheiro Campos, em Oliveira, e bacharelou-se pela FDUMG, em 1944. Quando acadêmico, foi Presidente do Teatro Mineiro de Estudantes, Vice-Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Presidente da Federação Universitária Mineira de Esportes e várias vezes campeão brasileiro universitário de voleibol.

Na mesma época desempenhou o cargo de Oficial de Gabinete dos Secretários Estaduais da Agricultura, da Educação e do Interior e Justiça.

Advogado e diretor administrativo dos Serviços Termais de Poços de Caldas, elegeu-se Vereador e Presidente da Câmara Municipal. Suplente de Deputado Estadual na 5ª Legislatura (1963-1967), na 7ª (1971-1975) e na 8ª (1975-1979), exerceu o mandato em vários períodos. Na Assembléia, ocupou a Vice-Presidência da Comissão de Educação e Cultura (1971), integrou as Comissões de Constituição, Legislação e Justiça (1971) e de Constituição e Justiça (1972), e fez parte da Comissão Especial encarregada de elaborar anteprojetos de leis complementares (1973-1974).

Foi, ainda, Inspetor Federal do Ensino, Superintendente de Águas Minerais de Minas Gerais S.A. - Hidrominas - e Diretor-Geral da Diretoria de Esportes de Minas Gerais.

Pertenceu à aliança PL-MTR-LT e à Arena.

Atuaram na política seus primos Paulo Pinheiro Chagas*, Carlos Pinheiro Chagas* e Djalma Pinheiro Chagas*.

FONTES: COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje.* Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961, v. 1./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 18 ago. 1965, p. 3./*Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.* Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente./ TRINDADE, Raimundo Otávio da. *Velhos troncos mineiros.* São Paulo, Revista dos Tribunais, 1955, v. 1./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino.

CHAPADEIRO, Clarimundo

Político e engenheiro, nasceu em Jequitinhonha, MG, a 3 de abril de 1920. Filho do político João Chapadeiro e de Flora da Silva Guimarães. Casado com Auzair Meneses Chapadeiro.

Fez os estudos secundários no Ginásio de Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela Escola de Engenharia da UMG.

Formado, exerceu os cargos de Chefe da Seção de Engenharia Sanitária em Minas Gerais, Chefe da Seção de Serviços de Águas e Diretor da Divisão de Obras no Rio de Janeiro.

Como político, foi suplente de Deputado Federal na 4ª Legislatura (1959-1963).

Era filiado ao PSD.

Atuaram na política, no âmbito municipal, além de seu pai, seu tio Benjamim da Silva Chapadeiro e seu irmão Adalberto Chapadeiro.

FONTE: *Dados biográficos.* Informante: Clarimundo Chapadeiro. CEM/UFMG.

CHAVES, Aureliano ver MENDONÇA, Antônio Aureliano Chaves de

CHAVES, Camilo Rodrigues

Político e escritor, nasceu em Campo Belo do Prata, Província de Minas Gerais (atual cidade de Campanha Verde), a 28 de julho de 1884, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 3 de fevereiro de 1955. Filho de João Evangelista Rodrigues Chaves e de Maria Matilde do Amaral Chaves. Casado com Damartina Teixeira Chaves.

Em Roma, Itália, estudou Humanidades no Colégio Pio-Americano e Matemática e Filosofia na Universidade Gregoriana.

Foi Vereador por Ituiutaba, MG, Deputado Estadual na 9ª Legislatura (1923-1926) e Senador Estadual na 10ª Legislatura (1927-1930).

Pertenceu ao PRM, de cuja Comissão Executiva fez parte.

A partir de 1937, desligado da política, dedicou-se exclusivamente aos estudos e à literatura. Entre suas obras destacam-se os romances *Caiapônia* e *Semírames.*

Foi membro do IHGMG e fundador do Colégio O Precursor, em Belo Horizonte.

FONTES: CORTES, Carmem D. Cunha. *Ituiutaba conta a sua história,* l., s. ed., 1971./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 5 fev. 1955. p. 7./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 8 fev. 1955. p. 13./RESENDE E SILVA, Artur Vieira de. *Genealogia dos fundadores de Cataguases.* Rio de Janeiro, Oficina Gráfica Sfreddo e Gravina, 1939. VI parte./ TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central.* Uberlândia, Uberlândia Gráfica Editora, 1970.

CHAVES, Hermenegildo

Diretor da Imprensa Oficial, jornalista e escritor, nasceu em Montes Claros, MG, a 7 de janeiro de 1899, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 24 de abril de 1966. Filho do professor João Antônio Gonçalves Chaves e de Júlia Prates Chaves. Casado com Jandira Chaves.

Fez o curso secundário em Montes Claros e aprimorou sua cultura como autodidata.

Passando a residir em Belo Horizonte, em 1930 ingressou na redação do *Estado de Minas*, do qual chegou a Secretário e só se afastou, eventualmente, para exercer os cargos de Redator-Secretário de *A Tribuna*, de Diretor da Imprensa Oficial de Minas Gerais (1946), de Diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Informações do Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira* (1951-1955), de Diretor do órgão oficioso *Folha de Minas* e de Redator-Chefe do *Diário de Minas*.

Colaborador de vários órgãos de imprensa de Minas Gerais e de outros Estados, publicou ensaios sobre temas literários e políticos.

Era sobrinho de Antônio Gonçalves Chaves.

FONTES: *Dados biográficos*. Informantes: Imprensa Oficial de Minas Gerais/José Seixas Sobrinho; Prefeitura Municipal de Montes Claros/Hermes Augusto de Paula. CEM/UFMG./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 26 abr. 1966. pp. 1-2; 27 de abr. 1966. p. 3./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 16 ago. 1946. p. 3; 26 abr. 1966. p. 15.; 27 abr. 1966, Diário do Legislativo. pp. 4-6./RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais*. Belo Horizonte. Edições Guia Rivera, 1970-1.

CHAVES, José Maria de Mendonça

Político, cirurgião-dentista e advogado, nasceu em Poços de Caldas, MG, a 20 de outubro de 1938. Filho do médico Artur de Mendonça Chaves e de Iná Brás Pereira Gomes Chaves. Casado com Maria José Tereza Brochado de Mendonça Chaves.

Concluiu seus estudos secundários no Colégio Marista, em sua terra natal, em 1956, e os cursos superiores na Faculdade Federal de Odontologia de Alfenas, MG, pela qual se formou em 1960, e na Faculdade de Direito de Pouso Alegre, MG, onde bacharelou-se em 1966.

Iniciou a carreira política como Vereador à Câmara Municipal de Poços de Caldas (1966-1982).

Em seguida, elegeu-se Deputado Estadual para a 10ª Legislatura (1983-1987). Na Assembléia, foi Vice-Líder do PMDB e da Maioria (1983), Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas (1984), membro das Comissões de Finanças (1983-1984) e de Turismo, Patrimônio Histórico e Artístico (1983), além de coordenador nas comissões (1983-1985), e 4º-Secretário e Presidente do Cinpe (1985-1987). Em 1986, foi eleito Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991), tendo sido, na Assembléia, Líder do PMDB, Vice-Presidente da Comissão de Redação, membro efetivo das Comissões Constitucional, de Finanças e Orçamentos e de Educação, e suplente das Comissões de Abastecimento, de Ciência e Tecnologia e de Saúde.

Pertenceu ao PTB, ao MDB, de cujo Diretório Municipal em Poços de Caldas foi Presidente em 1966 e 1974, e ao Partido Popular, tendo-se filiado, posteriormente, ao PMDB.

Atuou também na política seu tio-avô Venceslau Brás Pereira Gomes*.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

CHAVES, Lélis Ferreira

Político, professor, advogado e fazendeiro, nasceu em Campina Verde, então Distrito de Prata, MG, a 29 de junho de 1927. Filho de João Ferreira Chaves e de Benvinda de Freitas Chaves. Casado com Zeni Ferreira Chaves.

Fez o curso secundário no Colégio do Caraça, MG, e os de Filosofia e Teologia no Seminário dos Padres Lazaristas, em Petrópolis, RJ. Bacharelou-se em Filosofia pela PUC-RJ em 1956 e em Direito pela FNDUB em 1958. No Rio de Janeiro, GB, freqüentou, por dois anos, o curso de Línguas Neolatinas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Lafayette.

Eleito suplente de Deputado à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, exerceu o mandato mais de seis meses durante a 5ª Legislatura (1963-1967).

Em Uberlândia, onde reside, foi funcionário do Banco do Brasil e professor das Faculdades de Filosofia e de Ciências Econômicas. Lecionou em cursos médios e pré-vestibulares da mesma cidade e no Colégio Ordem e Progresso, da Polícia Militar, em Belo Horizonte. Católico atuante, dedica-se a obras de assistência a enfermos e idosos indigentes. É, ainda, fazendeiro no Município de Ituiutaba.

Pertenceu ao PRP.

FONTE: TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central*. Uberlândia, Uberlândia Gráfica Editora, 1970.

CHAVES, Pedro Celestino Rodrigues, Padre

Político, sacerdote, advogado provisionado e professor, nasceu na Freguesia de Nossa Senhora das Mercês de Araçuaí, no Município de Diamantina, Província de Minas Gerais (hoje cidade de Senador Modestino Gonçalves), no ano de 1851, e ali faleceu, a 18 de dezembro de 1935.

Quando se instaurou o regime republicano, estava eleito Deputado à Assembléia Provincial, e o Governo Provisório nomeou-o Presidente da Intendência de Araçuaí. Elegeu-se, a seguir, Deputado à Constituinte Estadual de 1891 e para a 1ª, 2ª e 3ª Legislaturas (1891-1902).

Exerceu, ainda, os cargos de professor e Diretor da Escola Normal de Araçuaí e, como provisionado, a atividade de advogado.

Na Monarquia, pertenceu ao Partido Liberal e, na República, ao PRM.

FONTES: ANDRADE, Ovídio. Voto de pesar a Pedro Celestino Rodrigues Chaves. In: *Anais da Assembléia Ordinária da 1ª Legislatura. 1935*. Belo Horizonte, *1*: 825, 1936./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 20 dez. 1935. p. 13.

CHAVES, Tobias Rodrigues de Mendonça

Procurador-Geral do Estado, nasceu no então Povoado de São Francisco Xavier, no Município de Tiradentes (hoje cidade de Coronel Xavier Chaves), MG, a 27 de outubro de 1902. Filho do fazendeiro Eduardo Rodrigues Chaves e de Francisca Mendonça Chaves.

Fez o curso secundário no Ginásio Santo Antônio, de São João del-Rei, MG, e bacharelou-se pela FDUMG em 1932.

Foi Procurador-Geral do Estado de Minas Gerais no ano de 1971.

FONTE: *Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

CHAVES, Wilson

Político e professor, nasceu em Mariana, MG, a 18 de janeiro de 1928. Filho de Olegário Nardi Chaves e de Maria da Conceição Chaves. Casado com Lilian Lúcia da Silva Chaves.

Fez o curso secundário no Seminário Arquidiocesano de São José, no Rio de Janeiro, DF, e o de Letras Neolatinas na Faculdade de Filosofia da UMG, tendo-se bacharelado em 1949 e doutorado em 1958. É, também, bacharel pela FDUMG (1955). Em 1957 freqüentou, na Universidade de Indiana, EUA, cursos de Administração e Supervisão Escolares.

Ingressou no magistério como orientador do Liceu Imaculada Conceição, de Nova Lima, MG. De 1951 a 1957, lecionou nos Colégios Santa Maria e Marconi, de Belo Horizonte, MG. Aprovado em concursos, integrou os corpos docentes do Instituto de Educação, do Colégio Municipal, da Escola Técnica de Comércio e da Faculdade de Letras da UFMG, todos estabelecimentos de ensino da Capital mineira. De 1958 a 1961 dirigiu a Escola Técnica de Comércio Municipal de Belo Horizonte. De janeiro de 1961 a maio de 1962, chefiou o Gabinete do Secretário Estadual de Educação, Oscar Dias Correia*. Ainda no campo educacional, representou o Governo mineiro na fundação da Universidade do Nordeste, sediada em Teófilo Otoni e, em Belo Horizonte, dirigiu o Instituto de Ciências Humanas da UCMG e a Faculdade de Direito Mílton Campos.

Deputado Estadual na 5ª Legislatura (1963-1967), licenciou-se de agosto de 1965 a fevereiro de 1966, para ocupar a Secretaria de Estado para Assuntos de Ação Social. Na Assembléia Legislativa exerceu os cargos de 3º-Secretário da Comissão Executiva (1965), Presidente (1964) e membro (1966) da Comissão de Educação e Cultura, Vice-Presidente da Comissão de Trabalho e Ordem Social (1966) e Líder da aliança PL-MTR-LT.

Foi, também, Secretário-Geral e Vice-Presidente da União dos Estudantes, Presidente da Federação Nacional de Diretórios Acadêmicos das Faculdades Católicas do Brasil e Diretor do primeiro ginásio da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos em Minas Gerais. Em 31 de dezembro de 1980 assumiu a Coordenadoria de Cultura do Governo Estadual.

Pertenceu ao PL, que ajudou a organizar em Minas Gerais.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Wilson Chaves. CEM/UFMG./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 21 dez. 1962. p. 3.; 17 ago. 1965. p. 3; 26 jul. 1980. p. 3./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 17 ago. 1965. p. 3./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 17 ago. 1965. p. 11.

CHAVES JÚNIOR, Antônio Gonçalves

Político, advogado, magistrado, professor e jornalista, nasceu na Vila de Montes Claros das Formigas, Província de Minas Gerais (hoje cidade de Montes Claros), a 16 de setembro de 1839, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 28 de novembro de 1911. Filho de Antônio Gonçalves Chaves (Padre Chaves) e de Celina Soares. Casado com Francelina Cândida Pereira Chaves.

Fez o curso secundário no Ateneu São Vicente de Paulo, de Diamantina, e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP em 1863, tendo como colegas de turma Campos Sales, Prudente de Morais e Bernardino Campos*.

Voltando para sua Província natal já diplomado, foi, sucessivamente, Promotor de Justiça de Diamantina, Juiz Municipal de Montes Claros e Juiz de Direito de Rio Pardo e Montes Claros.

Deputado Provincial na 16ª Legislatura (1866-1867) e na 17ª (1868-1869), liderou a Maioria liberal na Assembléia.

Derrotado na eleição seguinte, passou a advogar em Montes Claros.

Em 1882-1883 foi Presidente da Província de Santa Catarina. Como sucessor de Teófilo Benedito Ottoni*, assumiu, em 7 de março de 1883, a Presidência da Província de Minas Gerais, cargo que exerceu até 4 de setembro de 1884.

Reintegrando-se, então, na Magistratura mineira, desempenhou por seis anos as funções de Juiz de Direito de Mariana.

Ao instaurar-se a República, elegeu-se Deputado Federal Constituinte e para a 1ª Legislatura (1891-1893). Por aclamação foi escolhido Presidente das Sessões Preparatórias da 1ª Câmara dos Deputados no novo regime. Depois de integrar a Comissão que elaborou o Projeto da Constituição Republicana de Minas Gerais, elegeu-se em 1893, simultaneamente, Deputado e Senador Federal para a 2ª Legislatura (1894-1896). Optou pelo Senado, ao qual foi reconduzido na 3ª e 4ª Legislaturas (1897-1902). Como Parlamentar, teve ocasião de emitir pareceres sobre o Direito de Família no projeto de Código Civil e sobre a definição legal do estado de sítio. Na 5ª e 6ª Legislaturas (1907-1914), ocupou uma cadeira no Senado estadual, onde integrou as Comissões de Instrução Pública e de Justiça e Legislação, e presidiu à Mesa Diretora em 1910.

Pertenceu ao Partido Liberal, na Monarquia, e ao Partido Constitucional (1894) e ao PRM, na República.

Fundador da FLDMG, lecionou Direito Civil no Curso de Ciências Jurídicas, de dezembro de 1892, ainda em Ouro Preto, até a data do seu falecimento, quando também dirigia a instituição pela segunda vez e advogava em Belo Horizonte.

Jornalista de oposição, ainda no Império foi um dos principais redatores de *O Jequitinhonha*, de Diamantina, e de *A Reforma*, do Rio de Janeiro.

Era cunhado de Camilo Filinto Prates*.

APM

Antônio Gonçalves Chaves Júnior

FONTES: Almeida Nogueira. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências*. 2. ed. São Paulo, Saraiva, 1977. v. 5./*Dados biográficos*. Informante: Hermes Augusto de Paula. CEM/UFMG./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 29 nov. 1911. p. 1; 1º jan. 1912. p. 2./ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917*. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 1./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 29 nov. 1911. pp. 3-4./*O Diário*, Belo Horizonte, 2 ago. 1957. p. 15./OTONI, Carlos. *Nortistas ilustres*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1907./PAULA, Hermes de. *Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes*. Rio de Janeiro, IBGE, 1957./*Revista da Faculdade de Direito;* memória histórica (1892-1959). Belo Horizonte, *10*: s. p., out. 1958/mar. 1959./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926./VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras (1664-1897)*. Ouro Preto, Imprensa Oficial, 1897. v. 1./VIANA, Nelson. *Efemérides montesclarenses (1707-1962)*. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1964; *Serões Montesclarenses*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1972./VIANA, Urbino de Sousa. *Montes Claros: breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos*. Belo Horizonte, s. ed., 1916.

CHELOTTI, Augusto Elísio de Matos

Diretor do Arquivo Público Mineiro e jornalista, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 19 de novembro de 1943.

Bacharelou-se em Comunicação Social e Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Fez o curso de mestrado pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Cedeplar -, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG.

Trabalhou no Banco de Crédito Real de Minas Gerais, na Petrobrás, na Rede Globo de Televisão e na Central Globo de Jornalismo.

Exerceu os cargos de Chefe de Relações Públicas e Imprensa da Empresa Mineira de Assistência Técnica de Minas Gerais - Emater/MG - e do Departamento de Divulgação do Banco do Estado de Minas Gerais - Bemge.

Nomeado pelo Governador Newton Cardoso*, foi Diretor do Arquivo Público Mineiro de março de 1987 a setembro de 1988.

Durante sua gestão, o Arquivo publicou o *Livro de Crônicas de Carlos Drummond de Andrade*, em colaboração com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG -, os *Cadernos do Arquivo: Escravidão em Minas Gerais;* iniciou o Projeto do Atlas Histórico de Minas Gerais; instalou o Arquivo Intermediário; e promoveu licitação para restauração do antigo prédio do Arquivo Público Mineiro.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Arquivo Público Mineiro.

CHERÉM, José Marcus

Político e comerciante, nasceu em Lavras, MG, a 17 de outubro de 1924, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 8 de dezembro de 1969. Filho de Nicolau Cherém e de Joana Murad Cherém. Casado com Mary Lóes Cherém.

Fez o curso secundário no Ginásio Santo Antônio, de São João del-Rei, MG, e no Instituto Gammon, de Lavras.

Radicando-se no Triângulo Mineiro para exercer a atividade de viajante comercial, ingressou na política como Vereador, em duas legislaturas, à Câmara Municipal de Uberaba, à qual chegou a presidir.

Suplente de Deputado Estadual na 4ª e 5ª Legislaturas (1959-1967), desempenhou o mandato em curtos períodos. No Governo José de Magalhães Pinto* foi Chefe do Gabinete do Secretário do Interior e Justiça Osvaldo Pierucetti* (31/1-19/4/61; 26/2-30/9/64) e Chefe do Departamento de Assistência aos Municípios. Deputado Estadual na 6ª Legislatura (1967-1971), ocupou a Liderança da Bancada da UDN e a Vice-Liderança da Arena (1969) e foi incluído pelo Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares na relação dos dez melhores Deputados de 1969. Integrou a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1967-1968) da Assembléia.

Pertenceu ao PTN, à UDN e à Arena.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 11 jan. 1967. p. 3; 9 dez. 1969. p. 3./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 9 dez. 1969. p. 3./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 2 out. 1964. p. 13; 10 dez. 1969. p. 4; 8 abr. 1970, Diário do Legislativo. pp. 1-2; 16 abr. 1970, Diário do Legislativo. pp. 4-5.

CHIARADIA, Cristovam

Político e advogado, nasceu em Bom Jesus do Córrego, Distrito de Cambuí (hoje cidade de Córrego de Bom Jesus), MG, a 3 de setembro de 1931. Filho do agricultor e político Miguel Chiaradia e de Isolina do Nascimento Chiaradia. Casado com Antônia Pereira de Araújo.

Iniciou o curso secundário no Colégio São José, de Pouso Alegre, MG, e o concluiu no Colégio São Luís, de Bragança Paulista, SP (1954). Fez o curso de Contabilidade Pública em Belo Horizonte. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da UFMG em 1961.

De 1955 a 1956, trabalhou como auxiliar de contabilidade da Companhia Sul-Americana de Seguros. Foi secretário do Deputado Crisanto de Avelar Muniz* e exerceu a advocacia em Belo Horizonte.

Elegeu-se Deputado Estadual da 6ª à 8ª Legislaturas (1967-1979), e, nessa condição, foi 1º-Secretário da Mesa (1973-1974), Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1971) e integrou, como titular, as Comissões de Saúde Pública (1967-1969), de Aquisição de Obras para a Biblioteca (1967), de Finanças e Orçamento (1972), de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas (1975-1978). Foi também titular (1975) e suplente (1977-1978) da Comissão de Segurança, suplente (1976) e titular (1976-1978) da Comissão de Assuntos Municipais e Planejamentos Regionais e, ainda, suplente das Comissões de Constituição, Legislação e Justiça (1970), de Saúde e Ação Social (1975-1978) e de Serviço Público (1975-1978).

Eleito para a Câmara dos Deputados para os períodos 1979-1983 e 1983-1987, exerceu na Comissão de Finanças o cargo de Vice-Presidente (1982), 2º-Vice-Presidente (1986) e membro titular (1979-1981; 1983-1986). Foi também suplente das Comissões do Interior (1979-1983), de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas (1985-1986) e de Relações Exteriores (1985-1986).

Em 1986, elegeu-se Deputado Federal Constituinte e para o período 1987-1991. Na Assembléia Nacional Constituinte, foi membro efetivo da Comissão de Sistematização (1987-1988) e suplente das Subcomissões dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias, da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher (1987). Na Câmara dos Deputados, foi Vice-Presidente da Comissão de Viação, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Interior (1990-1991), membro efetivo da Comissão de Desenvolvimento Urbano, Interior e do Índio (1989-1990) e suplente das Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (1989-1991), de Economia, Indústria e Comércio (1989-1991) e de Educação, Cultura e Desporto (1990-1991). No Congresso Nacional, foi titular da CPI Mista Sobre a Crise Financeira e Administrativa na Petrobrás (1989-1990).

Filiado ao PFL. Pertenceu ao PSD, à Arena e ao PDS, cuja Presidência em Minas Gerais ocupou em 1983.

Seu pai foi Vereador à Câmara de Córrego de Bom Jesus e seu irmão Luís Chiaradia Canjani foi Prefeito do mesmo município.

FONTES: *Deputados Estaduais de Minas Gerais à 8ª Legislatura (1975-1979)*. Ficha biográfica. Convênio APM/UCMG. Coordenador: Caio C. Boschi./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 4 fev. 1967. p.3./BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Assembléia Nacional Constituinte - 1987*: repertório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. 2ª ed. Brasília, 1989. p. 206./BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Deputados brasileiros*: repertório biográfico. 49ª Legislatura 1991-1995. Brasília, 1991. p. 140.

CHICO FERRAMENTA ver DELFINO, Francisco Carlos

CHICO HUMBERTO ver AZEVEDO, Francisco Humberto de

CIALDINI, Miguel Duarte

Presidente do Banco do Estado de Minas Gerais - Bemge - e advogado, nasceu a 25 de julho de 1927, em Sobral, CE. Filho de José Colombo de Almeida Cialdini e de Maria Pimentel Duarte Cialdini. Casado com Terezinha Pacheco Cialdini.

Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia, MG.

Em 1975, tornou-se sócio-gerente da Distribuidora Bemge Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Posteriormente, ocupou o cargo de Diretor (1971-1976) e de Vice-Presidente (1976) do Bemge. No período de 1982-1983 exerceu a Presidência desse mesmo Banco.

Estado de Minas

Miguel Duarte Cialdini, março de 1983

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

CÍCERO, Paulino ver VASCONCELOS, Paulino Cícero de

CINTRA, Euclides Pereira

Político, advogado, professor e jornalista, nasceu em Vila Brás (hoje cidade de Brasópolis), MG, a 5 de junho de 1916. Filho de fazendeiro e industrial Ludgero Pereira Cintra e de Ana Ferraz Cintra. Casado com Ana Rennó Cintra.

Fez os estudos secundários no Ginásio de Brasópolis, no Colégio Estadual de Paraisópolis, MG, e no Colégio Afonso Arinos, de Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se, em 1959, pela Faculdade de Direito da UCMG. Concluiu, respectivamente, em 1969 e 1972, o curso de Formação de Professores de Ensino Técnico, promovido pelo Ministério da Educação e Cultura em Belo Horizonte, e o curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia de Divinópolis, MG.

De 1934 a 1938, trabalhou como telegrafista da Viação Férrea Centro-Oeste e, no período de 1945-1950, foi Diretor-Redator do *Correio de Itajubá*, jornal por ele fundado em Itajubá, MG, onde também exerceu o mandato de Vereador à Câmara Municipal (1947-1950).

Eleito Deputado Estadual e depois deslocado para a primeira suplência na 2ª Legislatura (1951-1955), assumiu a cadeira por período superior a três anos. Deputado Estadual da 3ª à 10ª Legislaturas (1955-1987), foi 1º-Secretário da Comissão Executiva da Assembléia (1962-1964); Vice-Líder do Governo (1967-1970) e da Arena e do bloco parlamentar do PDS (1979-1982); Presidente (1961-1965) e membro (1967; 1969-1970) da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça; Presidente (1976), Vice-Presidente (1956) e membro (1971-1975) da Comissão de Educação e Cultura; Presidente da Comissão Especial para o estudo do problema do menor excepcional (1968); Vice-Presidente (1955) e membro (1957-1958; 1960; 1965) da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Interestaduais (1959) e membro das Comissões de Saúde Pública (1954; 1976; 1983-1984), de Redação (1956; 1964), de Constituição e Justiça (1973-1975), de Turismo e Patrimônio Histórico e Artístico (1980), de Energia, Minas e Metalurgia (1983-1984) e da Comissão Especial incumbida de organizar as festividades do Sesquicentenário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais (1983).

Na 5ª Legislatura, esteve licenciado para ocupar a Secretaria de Estado do Trabalho e Cultura Popular (31/1-11/8/66).

Em Belo Horizonte, foi, ainda, professor de Psicologia do Trabalho e Relações Humanas (1970-1974) e de Estudos de Problemas Brasileiros, além de Vice-Diretor (1971-1973) da Escola Superior de Agrimensura de Minas Gerais; professor de Educação Moral e Cívica do Colégio Técnico Álvaro da Silveira (1970-1974); professor de Estudos de Problemas Brasileiros e Chefe do Departamento Acadêmico de Disciplinas Gerais do Centro de Engenharia de Operação da Escola Técnica Federal (1976-1980).

Colaborador de vários jornais e revistas da Capital e do interior do Estado e autor de estudos históricos, é membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, da Academia Itajubense de Letras e da Academia de Altos Estudos da Ordem dos Bandeirantes.

De 1981 a 1983, exerceu o cargo de Presidente do Instituto de Previdência do Legislativo de Minas Gerais.

Pertenceu ao PTB e à Arena e, posteriormente, filiou-se ao PDS.

Atuou na política seu tio-avô João Gonçalves Cintra, Vereador por São Caetano da Vargem Grande, atual Brasópolis.

FONTES: *Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais*. Arquivo. Ficha biográfica./*Dados biográficos*. Informante: Euclides Pereira Cintra/Prefeitura Municipal de Brasópolis; Francisco Régis Resende de Noronha; Prefeitura Municipal de Itajubá/José Armelim Bernardo Guimarães. CEM/UFMG/*Deputados estaduais de Minas Gerais à 8ª Legislatura (1975-9)*. Ficha biográfica. Convênio APM/UCMG. Coordenador: Caio C. Boschi./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 4 fev. 1966. p. 3./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1º fev. 1966. p. 9; 4 fev. 1966. p. 5./ FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 4 fev. 1966 p. 7.

CINTRA NETO, Antônio Felício

Magistrado e advogado, nasceu em Passos, MG, a 6 de abril de 1901, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 2 de maio de 1979. Filho de Domingos Felício Cintra e de Maria Gertrudes Cintra. Casado com Clarice de Carvalho Cintra.

Diplomado pela FDRJ, em 1926 passou a exercer a advocacia em sua terra natal até ser nomeado, em 1928, Promotor de Justiça de Monte Santo, MG (hoje Monte Santo de Minas). Ingressando na Magistratura mineira, serviu como Juiz das Comarcas de Jacuí (1937) e São Sebastião do Paraíso (1939). Promovido a Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal de Belo Horizonte, em abril de 1946, foi também Juiz do TRE. Em março de 1959, ascendeu ao Tribunal de Justiça, com assento na 2ª Câmara Criminal, tendo-se aposentado como Desembargador em abril de 1964.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 de maio 1979. p. 16./ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 de maio de 1979. p. 20./ *Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais*. Secretaria. Ficha funcional.

CIRINO, Artur Albino de Almeida

Magistrado e advogado, nasceu em Queluz, Província de Minas Gerais (hoje

Conselheiro Lafaiete), a 30 de dezembro de 1875, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 1º de janeiro de 1950. Filho do Coronel da Guarda Nacional José Albino Cirino e Angelina Ribeiro de Almeida.

Fez o curso secundário em Ouro Preto, MG, e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP em 1904.

Depois de exercer a advocacia, em março de 1909, iniciou a carreira na Magistratura mineira como Juiz Municipal do Termo de Manhuaçu. Serviu, a seguir, no Termo de Caratinga (1912-1917). Promovido à Juiz de Direito, permaneceu na Comarca de Caratinga até agosto de 1920. Após desempenhar a judicatura em Campanha (1920-1925) e em Uberaba (1925-1939), foi nomeado Desembargador do Tribunal de Apelação, cargo em que se aposentou pela compulsória em 1944.

FONTES: *Diário de Minas,* Belo Horizonte, 11 jan. 1950. p. 12./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 11 jan. 1950. p. 3./*Jurisprudência Mineira,* Belo Horizonte, *11* (1-6), 417-8, jul./dez. 1956./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 11 jan. 1950. p. 10./*O Diário,* Belo Horizonte, 11 jan. 1950. p. 3.

CISALPINO, Eduardo Osório

Professor, Reitor e médico, nasceu em Barbacena, MG, a 13 de abril de 1929. Filho de Osório Cisalpino Carvalho e de Nair Miranda Cisalpino. Casado com Neuza Silva Cisalpino.

Fez o curso secundário no Instituto Granbery, em Juiz de Fora, MG, e diplomou-se, em 1953, pela FMUMG, pela qual veio a doutorar-se em 1957. Concluiu, ainda, os cursos de Didática (1965-1966) e de Métodos de Laboratório em Micologia Médica e Veterinária (1967).

Quando acadêmico, trabalhou como Auxiliar de Laboratório da Secretaria de Saúde e Assistência do Estado de Minas Gerais (1948-1953). Em seguida chefiou o laboratório de Bacteriologia de Tuberculose do Sanatório Estadual (1954-1955), a Seção de Doença de Chagas e Imunologia do Centro de Pesquisa de Belo Horizonte, do Instituto de Endemias Rurais (1957), e, a partir de 1957, a Seção de Bacteriologia e Imunologia do Hospital das Clínicas da FMUMG. No mesmo ano tornou-se bacteriologista do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

Mediante concursos públicos obteve, em 1959, a livre-docência e a cátedra de Microbiologia Geral e Imunologia da Faculdade de Odontologia e Farmácia da UMG.

Lecionou, também, na Escola de Saúde Pública (1955-1957; 1966-1967), na Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (1958), na Faculdade de Medicina da UMG (1958), no Curso de Sanitarismo do Departamento Nacional de Endemias Rurais (1958), no Instituto de Ciências Biológicas da UFMG (1969), onde, desde 1970, rege a disciplina Microbiologia Geral do Curso de Mestrado em Microbiologia e Imunologia e no curso de Mestrado em Medicina Tropical da FMUFMG (1973). Na UFMG, foi membro do Conselho de Pesquisa (1966-1968) e seu Diretor (1968-1969); membro do Conselho Universitário (1968-1973), da Coordenação de Ensino e Pesquisa (1968-1969), da Comissão Permanente do Vestibular Único (1971-1973) e do Colegiado do curso de Mestrado em Microbiologia e Imunologia do Instituto de Ciências Biológicas (1969-1973); respondeu pela diretoria do Museu de História Natural da UFMG (1971-1973) e coordenou, no mesmo período, o Projeto de Ensino Integrado-Ensino Programado da Operação Produtividade (convênio MEC-Ministério do Planejamento-UFMG) e, em 1972, o Centro Regional de Pós-Graduação da Região Centro-Oeste. De 1974 a 1978 exerceu o cargo de Reitor da UFMG.

É autor e co-autor de numerosos trabalhos científicos publicados em revistas especializadas nacionais e estrangeiras.

Estado de Minas

Eduardo Osório Cisalpino

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: Eduardo Osório Cisalpino. CEM/UFMG./ *Diário de Minas,* Belo Horizonte, 10-11 fev. 1974. p. 5./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 10 fev. 1974. p. 16.

CLÓVIS SALGADO ver GAMA, Clóvis Salgado de

COELHO, Alírio de Sales

Político e advogado, nasceu no Serro, MG, a 15 de junho de 1904. Filho de Antônio Rodrigues Coelho Júnior e de Rita Sales Coelho. Casado com Maria Letícia de Albuquerque Coelho.

Fez os estudos secundários no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, e bacharelou-se pela FLDMG em 1926.

Fixando residência no Rio de Janeiro, foi Curador de Órfãos e Ausentes e Serventuário da Justiça do então Distrito Federal.

Inspetor, por concurso, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, exerceu, entre outros, os cargos de Procurador da Previdência Social e de Diretor-Geral do Departamento Nacional do Trabalho.

No Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira*, desempenhou as funções de Ministro do Trabalho em dois períodos, como interino em 1959 e como titular em 1960-1961.

FONTES: COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje.* Rio de Janeiro, Editorial Sul-Americana, 1961. v. 1./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino.

COELHO, Antônio Gomes Pinto

Político e médico, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 18 de novembro de 1922. Filho de Custódio Pinto Coelho e de Margarida Gomes Pinto Coelho. Casado com Olinda Hatem Pinto Coelho.

Fez o curso secundário no Colégio Arnaldo, de Belo Horizonte, e diplomou-se pela FMUMG em 1947.

Exerceu a clínica na Capital mineira e, em seguida, em Várzea da Palma, MG, onde foi Prefeito (1954-1958), Vereador e Presidente da Câmara Municipal (1958-1962).

Eleito Deputado Estadual para a 5ª Legislatura (1963-1967), desempenhou os cargos de 3º-Secretário da Comissão Executiva da Assembléia (1963-1966), Líder do Bloco Parlamentar Renovador (1965) e membro das Comissões de Serviço Público Civil (1965) e do Polígono das Secas (1965).

Em Belo Horizonte dirigiu, a seguir, o Hospital Santa Margarida (1967-1974), o Departamento de Orientação Comunitária da Prefeitura (1969-1971) e o Departamento Municipal de Assistência (1971-1972).

Em maio de 1975 passou a integrar o quadro dirigente da Loteria do Estado de Minas Gerais, onde atuou na área administrativa até junho de 1980 e, a partir de então, no setor de Operações.

Pertenceu ao Partido Libertador e à Arena; em 31 de dezembro de 1980 estava filiado ao PDS.

FONTE: *Dados biográficos.* Informante: Antônio Gomes Pinto Coelho. CEM/UFMG.

COELHO, Cordovil Pinto

Político e médico, clinicou nas cidades mineiras de Viçosa e Manhuaçu, nesta tendo sido Prefeito Municipal.

Deputado Estadual da 8ª à 10ª Legislaturas (1919-1930), depois do movimento revolucionário elegeu-se suplente de Deputado para a legislatura 1935-1939 e assumiu o mandato em 1936, na vaga aberta com o falecimento do padre Agostinho de Sousa*.

Pertenceu ao PRM.

FONTE: *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 19 ago. 1952. Diário da Assembléia. p. 3.

COELHO, Dario

Oficial do Exército, nasceu no Estado de Minas Gerais, a 12 de setembro de 1902. Filho de Nicolau Coelho e Ernestina Coelho. Casado com Zilá Lowande Coelho.

Ingressou no Exército em novembro de 1919, tornando-se Aspirante a Oficial em dezembro de 1925.

Fez os cursos militares de Artilharia, pelo regulamento de 1924, de Aperfeiçoamento da Escola das Armas, da Escola de Estado-Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra.

Exerceu, entre outras, as funções de Chefe do Estado-Maior da 4ª Divisão de Infantaria; Chefe dos Gabinetes do Departamento Geral do Pessoal e do Departamento de Provisão-Geral; Comandante da Artilharia Divisionária da 4ª Divisão de Infantaria; Chefe do Estado-Maior do II Exército; Comandante da Infantaria Divisionária da 5ª Divisão de Infantaria e da 5ª Região Militar; Chefe do Gabinete da Diretoria Geral do Material Bélico; Comandante da 5ª Região Militar e da 5ª Divisão de Infantaria; Chefe do Departamento de Segurança Pública do Estado da Guanabara.

Chegou a General-de-Brigada em novembro de 1960 e a General-de-Divisão em setembro de 1964, quando passou para a reserva.

Participou da revolução paulista de 1932.

Posto à disposição do Interventor Federal no Piauí, desempenhou o cargo de Secretário de Polícia e Segurança Pública do Estado.

Recebeu várias condecorações, entre elas a Medalha do Mérito Militar (Grande Oficial), a Medalha de Guerra, a Medalha Militar de Ouro (com passador de platina) e a Medalha do Pacificador.

FONTE: *Dados biográficos.* Informante: Ministério do Exército. Secretaria Geral, 1ª Seção.

COELHO, Eduardo Levindo

Político e médico, nasceu em Ubá, MG, a 13 de setembro de 1915. Filho do político Levindo Eduardo Coelho* e de Antonina Gonçalves Coelho. Casado com Teomar Pinto Coelho.

Fez o curso de Humanidades no Ginásio Raul Soares, em sua terra natal, e o curso superior na Faculdade de Medicina da UMG, pela qual se diplomou em 1939.

Logo depois de formado, iniciou a carreira profissional em Manhumirim, MG, como médico-cirurgião no Hospital São Vicente de Paulo. Em 1958, mudou-se para Belo Horizonte, MG, onde dirigiu o serviço médico da Rede Ferroviária Federal em Minas Gerais. Em seguida, ingressou na equipe médica do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, cuja Presidência exerceu no Governo Israel Pinheiro da Silva* (1966-1971). No exercício desse cargo, foi responsável pela construção do hospital da instituição na Capital do Estado, pela instalação de postos de atendimento em 15 cidades do interior e pela criação do serviço odontológico e integrou a comissão organizadora do Primeiro Congresso de Institutos de Previdência do Estado, realizado em Curitiba, PR, (1969) sob sua Presidência.

Durante a gestão de seu irmão Levindo Ozanam Coelho na Chefia do Executivo mineiro, ocupou a Secretaria de Estado do Governo (5/7/78-15/3/79). No Governo seguinte, de Francelino Pereira dos Santos*, exerceu o cargo de Secretário de Estado da Saúde, de março de 1979 a fevereiro de 1981, e de Secretário de Estado da Educação, de fevereiro de 1981 a março de 1982.

Ex-Presidente do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais e membro efetivo da Academia Mineira de Medicina e da Associação Brasileira dos Escritores Médicos, publicou vários trabalhos sobre temas de sua especialização e participou de numerosos congressos científicos.

Pertenceu à Arena e em seguida filiou-se ao PDS.

Além de seu pai, atuou na política seu irmão Levindo Ozanam Coelho* e seu primo Aluísio Leite Guimarães*.

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: Eduardo Levindo Coelho. CEM/UFMG./ *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 16 mar. 1979. p. 8.

COELHO, Euler de Sales

Político, advogado e industrial, nasceu em Serro, MG, a 30 de abril de 1895, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 3 de janeiro de 1956. Filho do Juiz Federal Antônio Rodrigues Coelho e de Rita Augusta de Sales Coelho. Casado com Nair Barroca de Sales Coelho.

Fez os estudos de Humanidades no Seminário de Diamantina, MG, o curso secundário no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, e bacharelou-se pela FLDMG em 1916.

Advogava na Capital mineira quando se elegeu Deputado Estadual para a 8ª Legislatura (1919-1922). Reeleito para a 9ª Legislatura (1923-1926) e para a 10ª (1927-1930), foi Secretário e Vice-Presidente da Câmara.

Estava eleito Deputado Federal para a 14ª Legislatura (1930-1934) ao sobrevir a Revolução de Outubro. Afastando-se então da política, dedicou-se à advocacia, às letras jurídicas e à atividade empresarial. Dirigiu a Metalúrgica Santo Antônio, em Rio Acima, MG, e a Fábrica de Papel Cruzeiro, em Belo Horizonte, e integrou a diretoria da Federação das Indústrias de Minas Gerais, de cuja Cooperativa de Seguros foi advogado.

Depois de 1945 exerceu o cargo de Juiz do TRE.

Publicou as obras *Direito eleitoral, Jurisprudência eleitoral, Eleições federais, Formulários e instruções* e *Código eleitoral.*

Pertenceu ao PRM.

FONTES: *Estado de Minas,* Belo Horizonte, 4 jan. 1956. p. 5./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 18 jan. 1956, Diário da Assembléia. p. 3./*O Diário,* Belo Horizonte, 5 jan. 1956. p. 5./PAULA, Almênio José de & FERREIRA, Saturnino G. *Figuras notáveis de Minas Gerais,* Belo Horizonte, Pioneiros e Expoentes Editorial, 1973-4.

COELHO, Homero Machado

Político, médico e fazendeiro, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 17 de julho de 1905, e faleceu na mesma cidade, a 30 de maio de

1978. Filho de Narciso da Silva Coelho e de Maria Honória Machado Coelho. Casado com Maria Helena de Castro Machado Coelho.

Fez o curso secundário no Colégio Santa Rosa, de Niterói, RJ, e no Colégio Anglo-Americano, do Rio de Janeiro, DF, o técnico, na Academia de Comércio de Juiz de Fora, MG, e o superior, na FMUMG, pela qual se diplomou em 1929.

Logo depois de formado foi médico da Estrada de Ferro Vitória-Minas, quando se construía o trecho de Santa Bárbara a Vitória, ES. Em 1933 assumiu a Chefia do Serviço de Saúde da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, cargo que exerceu até 1968. Como tal, organizou os hospitais da empresa em Coronel Fabriciano, João Monlevade, Sabará e Antônio Dias, além de postos de erradicação da malária em diversos Municípios do Vale do Rio Doce. Dirigiu, ainda, a Santa Casa de Misericórdia de Sabará.

De 1936 a 1946 foi Prefeito de Sabará, tendo então colaborado estreitamente com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no recolhimento do acervo inicial do Museu do Ouro. Mudando-se para Belo Horizonte, dedicou-se simultaneamente ao exercício da medicina e à agropecuária.

Deputado Estadual na 3ª Legislatura (1955-1959), foi um dos principais mentores da criação da Companhia Agrícola de Minas Gerais S.A. - CAMIG - e ocupou os cargos de 2º-Vice-Presidente da Comissão Executiva da Assembléia (1957), Líder (1955-1956) e Vice-Líder (1957) do PDC, e membro da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio (1955-1956; 1958).

Concluído o mandato, retirou-se da vida pública para se devotar integralmente à Chefia do Departamento de Saúde da Companhia Belgo-Mineira.

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: Homero Machado Coelho. CEM/UFMG./ *Estado de Minas,* Belo Horizonte, 2 jun. 1978. p. 3.

COELHO, Levindo Eduardo

Político, médico, professor, jornalista e fazendeiro, nasceu em Catas Altas da Noruega, Província de Minas Gerais, então Distrito de Queluz de Minas (atual Conselheiro Lafaiete), a 13 de outubro de 1871, e faleceu em Ubá, MG, a 6 de junho de 1961. Filho de Antônio Coelho e de Maria Antônia Coelho. Casado com Antonina Gonçalves Coelho.

Fez o curso secundário no Colégio Egídio Soares e no Colégio Mineiro, ambos em Ouro Preto, MG. Ingressou, a seguir na EFOP, pela qual colou grau em 1894. Mais tarde, matriculou-se no 3º ano da FMBA. Transferindo-se para o Rio de Janeiro, DF, diplomou-se pela FMRJ em 1902.

Ainda em Ouro Preto, trabalhou na Repartição dos Correios e, depois de concluído o curso de Farmácia, defendeu tese de doutoramento em Ciências Químicas e Naturais. Tornou-se, então, catedrático da EFOP (1895-1901), do Colégio Mineiro e do Ginásio de Ouro Preto (1896-1903).

Fixando residência em Ubá, ali exerceu a Medicina e lecionou na Escola de Farmácia e Odontologia e no Ginásio São José. A convite de Raul Soares de Moura*, assumiu a chefia da política local, por ocasião da Campanha Civilista (1910), com a missão de conciliar as correntes partidárias em luta.

Elegeu-se Vereador à Câmara Municipal, de 1915 a 1920, e Senador Estadual, da 7ª à 10ª Legislaturas (1915-1930). Nas férias parlamentares, segundo permitia a legislação vigente à época, desempenhou, por cinco períodos, as funções de Agente Executivo Municipal de Ubá. Em 1926, foi Vice-Presidente do Senado Mineiro, cuja Comissão de Saúde integrava.

Eleito Deputado Federal para a 14ª Legislatura (1930), renunciou para ocupar, a partir de setembro, o posto de Secretário da Educação e Saúde Pública de Minas Gerais, no Governo Olegário Dias Maciel*. Em abril de 1931, exonerou-se por discordar da orientação do Governo Estadual, que, transigindo politicamente com a Legião de Outubro, organizada por Francisco Campos*, passou a hostilizar o PRM, Partido a que pertencia.

Constituinte Federal em 1933 e Deputado Federal de 1934 a 1937, com a implantação do Estado Novo retirou-se da política. No mesmo ano de 1937, entretanto, aceitou a nomeação para o cargo de Prefeito de Ubá, feita pelo Governador Benedito Valadares Ribeiro*. Eleito Senador à Constituinte Federal e para a 1ª e 2ª Legislaturas (1947-1955), foi Presidente da Comissão de Saúde do Senado por oito anos (1946-1954) e membro das Comissões de Finanças, Educação e Cultura e das Forças Armadas.

Pertenceu ao PRM, do qual foi Vice-Presidente, à Aliança Liberal e ao PSD, que ajudou a fundar e de cuja Comissão Executiva em Minas Gerais fez parte de 1945 a 1954.

Atuou como jornalista, desde os tempos acadêmicos em Ouro Preto, nas colunas de *O Atheneo* e de *O chiste.* Em Ubá, fundou e dirigiu *O Movimento*, órgão da Ação Social Católica, e dirigiu o periódico *Folha do Povo*, porta-voz do PRM.

Na mesma cidade, fundou o Internato Mineiro, o Hospital São Vicente de Paulo e o Asilo dos Velhos Desamparados e colaborou na implantação do Colégio Sacré-Coeur e na oficialização do Ginásio Raul Soares.

Presidiu ao 2º Congresso Católico, realizado em Belo Horizonte, em 1911.

Encerrada sua atuação política em 1955, passou a integrar o Conselho Administrativo do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais S.A. Foi, também, agricultor no Município de Ubá.

Publicou a autobiografia *Minha vida, minha obra.*

Atuaram na vida pública seus filhos Levindo Ozanam Coelho* e Eduardo Levindo Coelho* e seu sobrinho Aluísio Leite Guimarães*.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados. 1961.* Brasília, IBGE, *9:* 639-46, 1963./*Anais da Câmara dos Deputados. 1971.* Brasília, *21:* 240-50 / *Anais do Senado Federal. 1954.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1954. p. 1. 599./*Anais do Senado Federal. 1961.* Brasília, Diretoria de Publicações, 1964. pp. 323-25; 439-43./*Anais do Senado. 1971.* Brasília, Diretoria de Publicações, 1972. *1:* 257-65, 1972./CAPANEMA, Gustavo. Um político e humanista. In: Digesto *Econômico.* São Paulo, (204): 64-8, nov./dez. 1968./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 7 set. 1930. p. 1; 8 jun. 1961, pp. 2, 4; 13 out. 1971. p. 1; 9 jul. 1978. caderno 1 (Mirante). p. 3; 13 jul. 1978. p. 4; 21 out. 1978. p. 4; 13 out. 1979. caderno 2. pp. 4, 8; 11 out. 1980. caderno 2. p. 8./*Folha do Povo,* Ubá, MG, 3 jul. 1957. p. 19./Martins de Oliveira. *História da literatura mineira.* 2 ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 7 set. 1930. p. 3; 1º fev. 1931. p. 12; 19 out. 1960. p. 3; 11 jun. 1961. p. 10; 11 jul. 1962. pp. 3-4; 13 out. 1971. p. 4; 20 out. 1971. pp. 1-3./*O Diário,* Belo Horizonte, 9 set. 1961. p. 2./*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.* Belo Horizonte, 15: 81-7, 1972-2./RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais.* Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970-1./*Senadores. Dados biográficos.* Rio de Janeiro. Arquivo do Senado Federal. s. d./SILVA, Gastão Pereira da. *Constituinte de 1946.* dados biográficos. Rio de Janeiro, s. ed., 1947.

COELHO, Levindo Ozanam

Político, advogado e promotor, nasceu em Ubá, MG, a 17 de maio de 1914, e faleceu na mesma cidade, a 30 de março de 1984. Filho do médico e político Levindo Eduardo Coelho* e de Antonina Gonçalves Coelho. Casado com Cibele Pinto Coelho.

Fez o curso secundário no Colégio Estadual Raul Soares, de Ubá, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, em 1936. Membro do Diretório Acadêmico durante todo o curso superior, foi, ainda, Presidente do Partido Reivindicador, fundado pelos estudantes de Direito.

Foi Diretor-Proprietário da *Folha do Povo*, semanário fundado por seu pai em Ubá, em 1900.

Aprovado em concurso público, em 1932 ingressou no quadro de funcionários da Prefeitura de Belo Horizonte, MG. Depois de advogar em sua terra natal, de fevereiro a outubro de 1939, desempenhou as funções de Promotor de Justiça da Comarca de Bom Sucesso, MG. Nomeado, nesse mesmo ano, Prefeito de Ubá pelo Governador Benedito Valadares Ribeiro*, manteve-se no cargo até 1946.

Deputado à Constituinte Estadual e na 1ª Legislatura (1947-1951), suplente na 2ª Legislatura (1951-1955), com efetivação em 1953, e, de novo, Deputado na 3ª Legislatura (1955-1959), foi o 4º Secretário da Comissão Executiva (1947), Líder do PSD (1956-1958), membro das Comissões de Orçamento (1947-1954), de Administração (1947-1954), de Trabalho e Ordem Social (1949), de Educação e Cultura (1950), de Serviço Público Civil (1954) e das Comissões Especiais de Estudos sobre Produção Agrícola (1947) e de Divisão Administrativa e Judiciária (1953). Eleito Deputado Federal, seguidamente, da 4ª à 7ª Legislatura (1959-1975), na Câmara, integrou as Comissões de Finanças, de Agricultura e de Relações Exteriores. Em 1964, apoiou o movimento político-militar que culminou no afastamento do Presidente João Goulart.

Escolhido, pelo Colégio Eleitoral, Vice-Governador do Estado de Minas Gerais, no quadriênio 1975-1979, como companheiro de chapa de Antônio Aureliano Chaves de Mendonça*, assumiu o Governo a 5 de julho de 1978, quando o titular se afastou para candidatar-se à Vice-Presidência da República. No exercício do Governo, enfrentou uma crise na cúpula da Polícia Civil do Estado, com o pedido de exoneração do Coronel Washington Flores*, Secretário da Segurança Pública, e de outras autoridades, em protesto pela nomeação do Delegado, aposentado, José de Alencar Rogedo para a Subsecretaria de Segurança do Estado. Rogedo era acusado de manter vínculos com uma cadeia de motéis. Deixou o Governo Estadual em março de 1979, transferindo-o ao Governador Francelino Pereira dos Santos*.

Em outubro de 1979, foi convidado pelo Presidente João Figueiredo a ocupar o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, tendo sido o convite, feito às vésperas da reformulação partidária, visto como um instrumento de desestabilização da possível reestruturação do antigo PSD, uma vez que, para assumir o TST, Ozanam Coelho deveria afastar-se da vida pública. Entretanto, com a extinção do bipartidarismo, em novembro de 1979, Ozanam filiou-se ao PDS, passando a integrar, a partir de abril do ano seguinte, a sua Comissão Regional em Minas Gerais. Em novembro de 1982, elegeu-se novamente Deputado Federal para o período 1983-1987.

Entre outras missões no exterior, desempenhou as de delegado ao Congresso Interparlamentar realizado no Chile (1961) e às Conferências Interparlamentares celebradas na França, Inglaterra e Suíça, (1978); membro das Delegações Parlamentares brasileiras que visitaram a URSS (1963), a República da China Nacionalista e o Japão (1966), e membro da Delegação Brasileira à Assembléia-Geral da ONU (1968).

Pertenceu à UDN, ao PSD, de cuja Comissão Executiva Estadual foi membro (1956-1966), e à Arena, na qual exerceu o cargo de Secretário-Geral (1966-1975); em seguida, filiou-se ao PDS.

Além de seu pai, atuaram na vida pública seu filho Saulo Levindo Coelho*, seu sogro, Teófilo Moreira Pinto, chefe político em Ubá, seu irmão Eduardo Levindo Coelho* e seu primo Aluísio Leite Guimarães*.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados.* Brasília, Centro de Documentação e Informação, 1979. 5 (2): 945, 1979/*Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.* Brasília, Livro N-Y, p. 48./*Correio Braziliense*, Brasília, 13 abr. 1965. p.3./ COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje.* Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961, v. 1./*Dados biográficos.* Informante: Gabinete do Vice-Governador do Estado de Minas Gerais. CEM/UFMG./*Deputados brasileiros;* repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 6ª Legislatura (1967-71). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1968; 7ª Legislatura (1971-5). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1971./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 7 jan. 1976, p.3; 6 jul. 1978, p.2; 9 jul. 1978. p.3./FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais.* Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Folha do Povo,* Ubá, MG, 25 jan. 1940, p. 1./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 15 mar. 1975. p. 3; 5 jul. 1978. p. 4; 3 mar. 1979. Diário do Legislativo. pp. 1-6.

ALEMG

Levindo Ozanam Coelho (c), Rondon Pachedo (d) e Jorge Vargas (e)

COELHO, Marcelo de Vasconcelos

Reitor da UFMG, professor e médico, nasceu em João Pessoa, PB, a 8 de setembro de 1930. Filho do funcionário público Euzébio da Silva Coelho Filho e de Maria de Vasconcelos Coelho. Casado com a professora universitária Beatriz Ramos de Vasconcelos Coelho.

Fez o curso secundário no Colégio Nóbrega, no Recife, PE, e o curso superior na Faculdade de Medicina da Universidade de Pernambuco (1954) e o doutorado na Faculdade de Medicina da UFMG (1967), depois de realizar estudos de Parasitologia na Universidade Hebraica de Jerusalém (1961-1962).

Em 1955 iniciou as atividades magisteriais como professor da Escola Baiana de Medicina e Saúde, em Salvador, BA. Depois de lecionar na Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco, no curso de História Natural da Faculdade de Filosofia e na Faculdade de Medicina da Universidade de

Pernambuco, em 1959 transferiu-se para Belo Horizonte, MG, onde foi, sucessivamente, professor da Escola de Saúde Pública, da Faculdade de Odontologia e Farmácia e, a partir de 1960, da Faculdade de Medicina da UFMG.

Médico do Ministério da Saúde, desempenhou os cargos de Pesquisador-Chefe do Laboratório de Leishmaniose, Chefe do Centro de Pesquisa René Rachou e do Instituto de Endemias Rurais (1959-1968) e Diretor desse Instituto (1968).

Como primeiro professor assistente a ascender ao posto, foi Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais de dezembro de 1969 a dezembro de 1973. Em novembro de 1970, a convite do Conselho Britânico, fez visita oficial à Inglaterra para estabelecer contatos com universidades e centros de pós-graduação, pesquisa e tecnologia. Participou de seminários internacionais promovidos pela Organização Mundial de Saúde na URSS (1965; 1967), e de vários congressos médicos no Brasil e no exterior.

Autor e co-autor de diversos trabalhos científicos, atuou como Professor Adjunto e Coordenador do curso de Pós-Graduação em Parasitologia no Instituto de Ciências Biológicas da UFMG e Assessor do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Estado de Minas

Marcelo de Vasconcelos Coelho, 1974

FONTES: *Estado de Minas,* Belo Horizonte, 13 dez. 1973. p. 5./MORAES, Eduardo P. Afonso de. *História da Universidade Federal de Minas Gerais.* Belo Horizonte, Imprensa da UFMG, 1971. v. 2.

COELHO, Rafael Caio Nunes

Político e advogado, nasceu em Guanhães, MG, a 25 de maio de 1907. Filho do médico e político Francisco Nunes Coelho Júnior* e de Iná de Carvalho Nunes Coelho. Casado, em primeiras núpcias, com Maria de Lourdes Pereira Nunes Coelho, e, em segundas, com Helena Maria Guimarães Nunes Coelho.

Fez os estudos secundários em sua terra natal, em Conceição do Serro (atual Conceição do Mato Dentro), MG, e no Colégio Arnaldo de Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da UMG em 1930. Mais tarde, cursou a Escola Superior de Guerra.

Foi Promotor de Justiça das Comarcas mineiras de Peçanha e Piranga, havendo, também, na primeira, exercido a advocacia e lecionado História e Literatura Portuguesa (1937-1945).

Um dos fundadores da UDN mineira, em 1945, integrou sua primeira Comissão Executiva.

De 1947 a 1949, desempenhou o cargo de Prefeito nomeado de Peçanha.

Ingressando na política durante a primeira campanha em favor do Brigadeiro Eduardo Gomes para a Presidência da República, elegeu-se Deputado Estadual para a 2ª e 3ª Legislaturas (1951-1959), durante as quais participou das Comissões de Agricultura, Indústria e Comércio (1951-1952; 1955), de Constituição, Legislação e Justiça (1953) e de Redação (1957), e foi Vice-Líder da UDN (1956) e Líder da Minoria e da Bancada Udenista (1958).

Depois de ocupar uma Delegacia de Polícia em Belo Horizonte, chefiou, em 1960-1961, o Gabinete do Secretário Estadual de Viação e Obras Públicas, Pasta por que respondeu eventualmente.

De novo Deputado Estadual da 5ª à 9ª Legislaturas (1963-1983), foi Vice-Presidente (1970) e Presidente (1973-1974) da Assembléia Legislativa, Líder da UDN (1965) e Vice-Líder da Arena (1967), Vice-Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1964) e membro das Comissões de Redação (1963), de Siderurgia e Mineração (1966; 1968-1969), do Polígono das Secas (1969) e de Economia e Obras Públicas (1980).

No Governo Rondon Pacheco*, esteve licenciado do mandato parlamentar para exercer, de março de 1971 a fevereiro de 1973, as funções de Secretário Estadual do Interior e Justiça.

Pertenceu à UDN e à Arena e, posteriormente, filiou-se ao PDS.

Além de seu pai, atuaram na política seu avô Getúlio Ribeiro de Carvalho*, seus primos Guilherme Machado*, José Machado Sobrinho* e Euler de Sales Coelho*, seu tio Claudionor Nunes Coelho e seu tio-avô Padre Venâncio Café, Deputados Provinciais, e seu cunhado Carlos Elói de Carvalho Guimarães*.

ALEMG

Rafael Caio Nunes Coelho, 1975

FONTES: *Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.* Arquivo. Ficha biográfica./ *Deputados estaduais de Minas Gerais à 8ª Legislatura (1975-9).* Ficha biográfica. Convênio APM/UCMG. Coordenador: Caio C. Boschi./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 12 mar. 1971. p. 3; 20 mar. 1971. p. 5./ FLEISCHER, David V. *Candidatos Parlamentares no Estado de Minas Gerais.* Ficha biográfica, APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 17 mar. 1971. p. 5.

COELHO, Saulo Levindo

Político e administrador, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 29 de setembro de 1949. Filho de Levindo Ozanam Coelho e Cibele Pinto Coelho.

Graduou-se em Administração pela Fumec em Belo Horizonte (1973).

Trabalhou como gerente, superintendente e diretor da Açominas, empresa que representou no simpósio *Minas e a Siderurgia,* em Londres (1979).

Em 1986 foi eleito suplente de Deputado Federal Constituinte e para o período 1987-1991 pelo PFL, assumindo o mandato em 3 de novembro de 1988.

Na Câmara dos Deputados, foi titular da Comissão de Economia, Indústria e Comércio (1989-1991), suplente da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social (1989-1991) e suplente da Comissão de Transportes (1989-1991).

Em 1990 foi reconduzido à Câmara dos Deputados para o quadriênio 1991-1995.

Filiado ao PSDB. Pertenceu ao PFL.

Atuaram na política seu avô Levindo Eduardo Coelho*, seu pai, Levindo Ozanan Coelho*, e seu tio Eduardo Levindo Coelho*.

FONTE: BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Deputados brasileiros*: repertório biográfico. 49ª Legislatura 1991-1995. Brasília, 1991. p. 611.

COELHO FILHO, José Luís Pinto

Político e advogado, nasceu em Santa Bárbara, MG, a 28 de novembro de 1914. Filho de José Luís Pinto Coelho e de Rosa Angélica de Magalhães Pinto Coelho.

Diplomado pela FDUMG em 1939, passou a exercer a advocacia em Belo Horizonte, MG.

Deputado Estadual na 2ª Legislatura (1951-1955), fez parte das Comissões de Viação e Obras Públicas (1951), de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (1952), de Energia e Transportes (1953-1954), de Trabalho e Ordem Social (1953-1954) e da Comissão Especial de Divisão Administrativa e Judiciária (1953).

Abandonando a política, foi Diretor-Tesoureiro da empresa editora do matutino *O Diário,* de Belo Horizonte, e em seguida, funcionário da Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. - CEMIG.

Pertenceu ao PDC.

FONTES: *Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.* Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente./*Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito.* Quadro dos bacharéis formados desde a fundação da faculdade até 1947.

COELHO JÚNIOR, Antônio Rodrigues

Magistrado e procurador, nasceu em São Miguel e Almas, Distrito do Serro, Província de Minas Gerais (atual cidade de Guanhães), a 4 de setembro de 1864, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 23 de dezembro de 1932. Filho do Capitão da Guarda Nacional Antônio Rodrigues Coelho e de Maria Marcolina Coelho. Casado com Rita Augusta de Sales Coelho.

Fez o curso de Humanidades no Seminário de Diamantina, MG, e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais.

Tão logo se diplomou, voltou para a Província natal, onde foi Juiz de Direito da Comarca do Serro por mais de 20 anos. Nomeado Procurador-Geral do Estado, permaneceu no cargo de outubro de 1910 à novembro de 1913, quando passou a Juiz Federal da 1ª Vara de Minas Gerais. Aposentando-se, fixou residência no Rio de Janeiro.

Atuou na política seu filho Euler de Sales Coelho*.

FONTES: LEÃO, Inocente Soares. *Notas históricas sobre Guanhães.* Belo Horizonte, s. ed., 1967./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 24 dez. 1932. p. 11./*Relatório do ano de 1910,* apresentado ao Dr. Júlio Bueno Brandão, Presidente do Estado de Minas Gerais, pelo Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro, Secretário do Estado dos Negócios do Interior. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1911.

COELHO JÚNIOR, Francisco Nunes

Político e médico, nasceu em São Miguel e Almas, Município do Serro, Província de Minas Gerais (atual cidade de Guanhães), a 16 de maio de 1869, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 22 de novembro de 1953. Filho de Francisco Nunes Coelho e de Maria Augusta Cesarina de Carvalho Nunes Coelho. Casado com Iná de Carvalho Nunes Coelho.

Iniciou os estudos secundários no Colégio São Miguel, sua terra natal, e concluiu-os em Ouro Preto. Matriculou-se em seguida na EMOP, que abandonou já no 2º ano para fazer o curso médico na antiga Faculdade de Medicina e Farmácia do Rio de Janeiro, pela qual colou grau, depois de defender tese, em janeiro de 1895.

Durante sua vida acadêmica, participou dos movimentos estudantis de apoio ao Governo Floriano Peixoto, em favor do qual, como voluntário, pegou em armas. Em sinal de reconhecimento, Floriano o engajou na Marinha, onde serviu por algum tempo como oficial médico. Recusou, posteriormente, a pensão militar que lhe fora oferecida.

Eleito Deputado Estadual para a 2ª Legislatura (1895-1898), subscreveu o Manifesto, de 14 de setembro de 1897, em que figuras eminentes do Partido Constitucionalista em Minas Gerais se batiam pela manutenção da pureza dos princípios partidários.

Transferindo-se para sua terra natal a fim de clinicar e lecionar na Escola Normal, foi Vereador e Agente Executivo Municipal. Indicado pelo Presidente João Pinheiro da Silva* como "velho republicano", elegeu-se para o Senado Mineiro na 5ª Legislatura (1907-1910), na vaga de Henrique Augusto de Oliveira Diniz*, e reelegeu-se para a 6ª e 7ª Legislaturas (1911-1918). Como parlamentar, preocupou-se com os problemas de saúde pública e colonização do vale do rio Doce, tendo sido um dos incentivadores da construção da Estrada de Ferro Vitória-a-Minas.

Pertenceu ao Partido Constitucionalista e ao PRM.

Foi um dos primeiros médicos da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, ao lado de Cícero Rodrigues Ribeiro Ferreira*, Olinto Deodato dos Reis Meireles* e Salvador Pinto. Mais tarde, trabalhou na Santa Casa de São Paulo. Clinicou também em Caeté, MG, a convite de João Pinheiro*. Foi médico da Saúde Pública do Estado por nomeação do Presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada*, de quem veio a se afastar por discordar do rompimento da aliança política Minas-São Paulo. Em conseqüência, ingressou na Concentração Conservadora, assinando o manifesto de seu lançamento. Exerceu, ainda, o cargo de Inspetor Federal junto à FMMG. Embora afastado da vida pública, em 1945 participou do movimento pela reconstitucionalização do País e da campanha em favor do Brigadeiro Eduardo Gomes para a Presidência da República.

Atuaram na política seu sogro Getúlio Ribeiro de Carvalho* e seu filho Rafael Caio Nunes Coelho*.

FONTES: *Diário de Minas,* Belo Horizonte, 24 nov. 1953. p. 2./LEÃO, Inocente Soares. *Notas históricas sobre Guanhães.* Belo Horizonte, s. ed., 1967./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 24 nov. 1953. p. 8. Diário da Assembléia. pp. 1-2./PIMENTA, Demerval José. *A Mata do Peçanha (sua história e sua gente).* Belo Horizonte, s. ed., 1966./RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais,* Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970-1.

COELI, Nilo Medina

Presidente do Banco do Brasil, nasceu em Uberaba, MG, a 3 de junho de 1914. Filho de Alexandre Medina Coeli e de Maria de Andrade Medina Coeli. Casado com Maria Aparecida Escobar Medina Coeli.

Fez o curso de Contabilidade na Escola de Comércio José Bonifácio e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro.

Iniciou a carreira como funcionário do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais S.A., em sua terra natal. Em 1934, ingressou, por concurso, no Banco do Brasil, tendo sido designado para a agência do Rio Grande do Sul. Após sucessivas promoções, assumiu a gerência em São Paulo, por nomeação do Presidente João Goulart. Ocupou a Presidência do Banco do Brasil de 18 de julho de 1963 a 31 de março de 1964, quando, vitorioso o movimento que depôs o Presidente,

foi substituído, interinamente, por Hugo Faria e, efetivamente, por Arnaldo Válter Blank. Em 1966, integrou a missão econômica brasileira enviada ao Oriente Médio. Foi Diretor Regional do Banco Irmãos Guimarães, em São Paulo, e Vice-Presidente do Banco Halles. Em 1977, o Governador de São Paulo, Paulo Egídio Martins, nomeou-o Presidente da Caixa Econômica do Estado de São Paulo. Foi membro do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio.

FONTES: *Correio Braziliense.* Brasília, 3 abr. 1963; 20 abr. 1963; 20 ago. 1963; 12 jan. 1964./*Crítica,* Brasília, 3 mar. 1964./*Dados biográficos.* Informante: Banco do Brasil. Direção Geral. DESED/RELIN - Brasília - DF. CEM/UFMG./*Folha de S. Paulo Matutina.* São Paulo, 21 jun. 1963./*Gazeta Esportiva,* São Paulo, 10 abr. 1964./*Gazeta de Notícias,* Rio de Janeiro, 14 fev. 1964./*Jornal do Dia.* Porto Alegre, 24 jul. 1963./*O Estado de S. Paulo,* São Paulo, 11 set. 1963; 3 mar. 1964; 31 mar. 1964./*O Globo,* Rio de Janeiro, 12 set. 1963. BELOCH, Israel e ABREU, Alzira A. (coord.) *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro 1930-1983.* Ed. Forense Universitária, p. 828.

COIMBRA, Aristides Cecílio de Assis

Político, comerciante e agricultor, nasceu em São José da Boa Vista, Província de Minas Gerais, então Distrito de Caldas (hoje cidade de Muzambinho), a 4 de agosto de 1870, e ali faleceu a 12 de agosto de 1930. Casado com Elvira Augusta de Oliveira Coimbra.

Fez os estudos secundários no Colégio Santa Cruz e no Liceu Pousoalegrense, ambos em Pouso Alegre, MG.

Dedicado a atividades comerciais e agrícolas em Muzambinho, foi Vereador, Presidente da Câmara e Agente Executivo do Município.

Deputado Estadual na 9ª e 10ª Legislaturas (1923-1930), faleceu em pleno exercício do mandato.

Pertenceu ao PRM.

Atuaram na política seu cunhado Américo Gomes Ribeiro da Luz* e seu sobrinho Augusto Coimbra da Luz*, além de seu filho Sílvio de Oliveira Coimbra*, que foi magistrado.

FONTES: *Diário do Congresso - Senado Mineiro.* Atas da 4ª Sessão da 10ª Legislatura de 1930. 5ª Sessão Ordinária. Belo Horizonte, s. n: 113-4, 1930./*Diário de Minas,* Belo Horizonte, 13 ago. 1930. p. 3./*Estado de Minas,* Belo Horizonte. 14 ago. 1930. p. 5.

COIMBRA, Gastão de Oliveira

Político, advogado, juiz e professor, nasceu em Muzambinho, MG, a 13 de março de 1902 e faleceu em Curvelo, MG, a 6 de janeiro de 1948. Filho de Camilo Cecílio de Assis Coimbra e de Antonieta de Oliveira Coimbra. Casado com Rute Penna Salvo Coimbra.

Fez o curso secundário no Liceu Municipal de Muzambinho e bacharelou-se pela FLDMG em 1924.

Iniciou a carreira como advogado em sua terra natal. Ingressando na Magistratura, foi Juiz Municipal de Curvelo, onde também lecionou na Escola Normal, da qual chegou a Diretor. Posteriormente chefiou o Gabinete de seu primo Carlos Coimbra da Luz* na Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas e na Secretaria do Interior e Justiça.

Deputado Estadual à Constituinte e na 1ª Legislatura (1935-1937), integrou a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

Pertenceu ao Partido Progressista.

Atuou na política seu filho Marcos Antônio de Salvo Coimbra*.

FONTES: Candidatos à Constituinte mineira. Gastão de Oliveira Coimbra. In: Revista *P.P.* Belo Horizonte, *1:* s. p., 1934./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 8 jan. 1948. p. 10.

COIMBRA, Marcos Antônio de Salvo

Secretário-Geral da Presidência da República e embaixador, nasceu em Curvelo, MG, a 1º de junho de 1927. Filho de Gastão de Oliveira Coimbra e de Rute Penna Salvo Coimbra. Viúvo, casou-se, em segundas núpcias, com Leda Collor de Melo, irmã do Presidente da República, Fernando Collor de Melo.

Fez o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no Instituto Rio Branco e o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas no mesmo instituto.

Iniciou sua carreira diplomática como Cônsul de 3ª Classe, em 1951. Em 1957 passou a 2º-Secretário e mais tarde - 1961 -, a 1º-Secretário. Promovido a Conselheiro em 1967, tornou-se Ministro de 2ª Classe naquele mesmo ano. Em 1977, por merecimento, passou a Ministro de 1ª Classe.

No Instituto Rio Branco, trabalhou como Secretário do Diretor e Chefe da Seção de Administração (1951-1952).

De 1953 a 1956 atuou como Vice-Cônsul em Lisboa, Portugal. Em Assunção, Paraguai, foi 2º-Secretário (1957-1958) e Encarregado de Negócios (1958), cargos ocupados também em Havana, Cuba (1959-1961). De 1961 a 1963, esteve em Gênova, Itália, como Cônsul Adjunto e Encarregado de Negócios (1961-1963). Voltou a Lisboa como 1º-Secretário (1964-1966) e Encarregado de Negócios (1964-1965), ocupando, em Ancara, Turquia, esses mesmos cargos (1965). Foi 1º-Secretário (1966-1967) e Conselheiro (1967) em Tóquio, Japão, e Ministro Plenipotenciário em Bucareste, Romênia (1968-1972) e em Pretória, África do Sul (1972-1974). Como Embaixador do Brasil, serviu ainda, entre outros países, no Egito, no Canadá e na Grécia.

Foi membro da Comissão de Estudos do Programa da X Conferência Interamericana, em Caracas (1954). Esteve à disposição do Ministro das Relações Exteriores de Portugal, quando da sua visita ao Brasil, em 1957. Em 1958, participou como membro da Missão Especial das solenidades de posse do Presidente do Paraguai. Chefiou a reunião do Grupo de Trabalho da Aliança dos Produtores de Cacau, sobre renegociação do acordo internacional do cacau, e a XXXIV Sessão Plenária do Comitê Consultivo Internacional do Algodão, em Abidjã (1975). Atuou como membro da Missão Especial para representar o Governo brasileiro nas exéquias do Presidente da República Árabe do Egito, Mohamed Anwar El-Sadat (1981).

A candidatura de Fernando Collor de Melo à Presidência da República, em 1989, trouxe-o de volta ao País, com o objetivo de colaborar na campanha eleitoral de seu cunhado. A vitória nas urnas transformou o Embaixador em centro das articulações políticas para composição do novo Governo. Em 15 de março de 1990 foi investido no cargo de Secretário-Geral da Presidência da República.

Acompanhou o Presidente Fernando Collor nos anos de 1990 e 1991, em visitas e viagens oficiais aos seguintes países: Paraguai, Argentina, Portugal, Tchecoslováquia, Japão, Espanha, Suécia, Noruega, Estados Unidos, México, Angola, Zimbábue, Moçambique, Namíbia, Colômbia, Itália e Áustria. Foi membro da IV Reunião Presidencial do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, em Caracas, Venezuela (1990) e da XXV Assembléia Geral das Nações Unidas e da Cúpula Mundial da Criança, em Nova Iorque (1990).

Dentre as condecorações que recebeu destacam-se a Ordem do Mérito Militar (Grande Oficial); a Ordem do Mérito Civil (Grã-Cruz), na Espanha; a Ordem do Mérito Maltense (Grã-Cruz), a Ordem Soberana de Malta; a Ordem do Mérito Bernardo O'Higgins (Grã-Cruz), no Chile; a Ordem de Cristo (Grã-Cruz), em Portugal; a Ordem Nacional do Mérito Equatoriano (Grã-Cruz), no Equador; e a Orden Nacional del Libertador San Martin (Grã-Cruz), na Argentina.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

COIMBRA, Sílvio de Oliveira

Magistrado, nasceu na Fazenda Palmeiras, no Município de Muzambinho, MG, a 23 de dezembro de 1906, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 2 de julho de 1980. Filho do político Aristides Cecílio de Assis Coimbra* e de Elvira Augusta de Oliveira Coimbra.

Fez os estudos secundários no Liceu Municipal de Muzambinho e no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte e o curso superior na FDUMG, pela qual se bacharelou em 1931.

Iniciou a carreira na Magistratura mineira, em 1934, como Juiz Municipal de Araguari. Nomeado Juiz de Direito em setembro de 1935, serviu nas Comarcas de Divinópolis, Campo Belo, Curvelo e Belo Horizonte. Em agosto de 1966, foi promovido a Juiz do Tribunal de Alçada e, em outubro de 1970, a Desembargador do Tribunal de Justiça, cargo em que se aposentou em 1976.

Além de seu pai, atuaram na política seu tio Américo Gomes Ribeiro da Luz* e seus primos Augusto Coimbra da Luz* e Carlos Coimbra da Luz*.

FONTES: *Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.* Secretaria. Ficha Funcional./ *Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino./*Universidade de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Quadro de bacharéis formados desde a fundação da faculdade até 1947, inclusive 1949.

CONDE DE AFONSO CELSO ver FIGUEIREDO JÚNIOR, Afonso Celso de Assis

CONDE RIBEIRO DO VALE ver VALE, Joaquim Augusto Ribeiro do

CONEGUNDES, Manuel ver SILVA, Manuel Conegundes da

CONTINENTINO, João Pereira da Silva

Magistrado e promotor, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, a 17 de novembro de 1856, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 17 de dezembro de 1922. Filho do Conselheiro Manuel Pereira da Silva Continentino e de Maria Adelaide Costa da Silva Continentino. Casado com Amanda Campos Continentino.

Fez os primeiros estudos na Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP em 1878.

Formado, regressou à Província natal, onde passou a advogar. Em 1880, foi nomeado Promotor de Justiça de Barbacena. Em 1884, ingressou na Magistratura como Juiz Municipal do mesmo Termo, cargo que exerceu até 1888. No regime republicano, foi nomeado Juiz Municipal da Comarca de Barbacena, onde saiu para desempenhar as funções de Juiz de Direito, sucessivamente, nas Comarcas de Rio das Almas e do Prata, ambas no Estado de Goiás. Reorganizada a Justiça em Minas Gerais, foi designado para a Comarca de Oliveira, onde permaneceu até ser promovido ao Tribunal da Relação, em 1909. Elevado à Vice-Presidência dessa Corte em 1917, alcançou seguidas reeleições.

Publicou vários trabalhos jurídicos e colaborou em revistas de Direito.

Atuaram na vida pública seus filhos José de Campos Continentino* e Múcio de Campos Continentino*.

FONTES: ***Minas Gerais,*** Belo Horizonte, 18-19 dez. 1922. pp. 3-5./*O Diário,* Belo Horizonte, 17 nov. 1956. p. 3./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito.* Arquivo.

CONTINENTINO, José de Campos

Presidente da Associação Comercial de Minas, empresário e engenheiro, nasceu em Oliveira, MG, a 19 de março de 1904. Filho do Desembargador João Pereira da Silva Continentino* e de Amanda de Campos Continentino. Casado com Isaura Cruz Continentino.

Concluído o curso do Colégio Militar de Barbacena, MG, em 1923, transferiu-se para a Escola Militar do Realengo, RJ, onde esteve por oito meses. Desligando-se do Exército, diplomou-se em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia da UMG em 1929.

Quando estudante, fez parte do funcionalismo da Secretaria Estadual durante o Governo Melo Viana. Passando a trabalhar, depois de formado, como engenheiro do Departamento Geográfico e Geológico de Minas Gerais e da antiga Rede Mineira de Viação, foi exonerado do cargo por ter tomado posição contrária ao movimento da Aliança Liberal.

Dedicado desde então ao comércio e à indústria, fundou, em maio de 1930, com José de Magalhães Pinto*, a firma Continentino & Cia., depois Continentino & Faria Ltda. Em 1943 instalou a empresa Móveis de Aço Atlas Ltda., pioneira, em Minas Gerais, na fabricação de artefatos de aço.

Presidente da Associação Comercial de Minas no período 1946-1947, no Governo José de Magalhães Pinto* (1961-1966) exerceu a Presidência do Conselho Rodoviário de Minas Gerais.

Além de seu pai, atuou na vida pública seu irmão Múcio de Campos Continentino*.

FONTE: *Dados biográficos.* Informante: José de Campos Continentino. CEM/UFMG.

CONTINENTINO, Múcio de Campos

Político, promotor e advogado, nasceu em Oliveira, MG, a 20 de abril de 1895, e faleceu em São Paulo, SP, a 30 de agosto de 1944. Filho do Desembargador João Pereira da Silva Continentino* e de Amanda Campos Continentino.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela FLDMG em 1916.

Logo depois de formado, foi nomeado Promotor de Justiça da Comarca de Oliveira, onde também advogou. Mais tarde passou a advogar no Rio de Janeiro, DF.

Elegeu-se Deputado Federal por Minas Gerais na 14ª Legislatura (1930). Em 1943 figurou entre os signatários do Manifesto dos Mineiros.

Pertenceu ao PRM.

Publicou vários estudos jurídicos, entre eles *Da cláusula penal no Direito brasileiro.*

Além de seu pai, atuou na vida pública seu irmão José de Campos Continentino*.

FONTES: *Estado de Minas,* Belo Horizonte, 1º set. 1944. p. 3./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 1º set. 1944. p. 11./*O Diário,* Belo Horizonte, 1º set. 1944. p. 6./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino.

CORONEL PISCA-PISCA ver AZEVEDO, Francisco Bressane de

CORRÊA, Hiram Reis

Presidente da Associação Comercial de Minas, advogado e empresário, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 12 de novembro de 1930. Filho de Manoel dos Reis Correia e de Lucília Hermont Correia. Casado com Jane Lommez Correia.

Fez o curso secundário no Colégio Estadual de Minas Gerais (antigo Ginásio Mineiro) e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da UFMG em 1955. Enquanto universitário, foi Diretor do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito da UFMG (1951), do Diretório Central dos Estudantes da UFMG (1953) e do jornal do mesmo diretório (1952).

Empresário do setor de livraria e papelaria, exerceu os cargos de Presidente da Câmara Mineira do Livro, da Caixa de Pecúlio da Associação Comercial de Minas, da Associação Comercial de Minas (1988), da Federação das Associações Comerciais do Estado de Minas Gerais (1985-1990) e do Conselho de Assuntos Jurídicos da Associação Comercial de Minas Gerais (1991). Foi, também, 1º-Vice-Presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil (1988).

Foi Conselheiro da Bolsa Mineira de Mercadorias, Diretor da União dos Varejistas de Minas Gerais, membro do Conselho Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais, membro do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos e da Junta de Recursos Fiscais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Atuou, ainda, como representante da Associação Comercial de Minas, membro do Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais, do Conselho de Política Tributária do Estado de Minas Gerais e do Conselho da Fundação João Pinheiro. Integrou a comissão que preparou a reformulação do Conselho de Desenvolvimento Comercial do Ministério da Indústria e Comércio e do Grupo Técnico de Acompanhamento da Edição do Código de Defesa do Consumidor da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

É sócio-proprietário da Administradora Brasileira de Comércio Sociedade Civil, proprietário da Livraria América Papelaria Ltda. e do escritório de advocacia Hiram Reis Corrêa e Advogados Associados S/C.

Participou de vários congressos e seminários sobre empresas de pequeno porte, mobilização empresarial, assuntos econômicos e tributários, e Direito do Consumidor.

Publicou o trabalho *Código de Defesa do Consumidor - A Lei Explicada.*

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

CORREIA, Francisco de Assis Barcelos

Político, magistrado e professor, nasceu em Ouro Preto, Província de Minas Gerais, a 4 de outubro de 1867, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 2 de maio de 1930. Filho de Antônio Demétrio Gonçalves Correia e de Maria Trindade Barcelos Correia. Casado com Amélia Alves Barcelos Correia.

Cursou Humanidades no Colégio do Caraça, MG, de 1878 a 1882, fez os preparatórios em Ouro Preto e formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP em 1888.

Concluído o curso jurídico, voltou a Ouro Preto, onde, em sociedade com João Pinheiro da Silva*, abriu escritório de advocacia e fundou o jornal republicano *O Movimento.*

Em 1890 exerceu os cargos de Intendente Municipal, Delegado Especial de Instrução Pública e foi fiscal dos exames gerais preparatórios na antiga Capital mineira.

Foi Secretário de Estado nos primeiros Governos João Pinheiro da Silva* e Crispim Jacques Bias Fortes* e no segundo de José Cesário de Faria Alvim* (fevereiro de 1890-abril de 1892).

Ingressando na Magistratura mineira, foi Juiz de Direito de Prados, Caeté, Bonfim e Bambuí.

Posto em disponibilidade, a pedido, em 1905, passou a advogar em Belo Horizonte. No ano seguinte foi convidado para integrar o corpo docente da FLDMG, onde lecionou Direito Romano e depois, já como catedrático, Direito Administrativo.

No segundo Governo João Pinheiro da Silva*, foi Diretor da Imprensa Oficial (1907) e, na primeira Presidência de Júlio Bueno Brandão*, Chefe de Polícia e Comandante-Geral da Brigada Militar (1908). Nos períodos governamentais seguintes, ocupou os lugares de Diretor da Secretaria das Finanças, Auxiliar Jurídico e Procurador-Geral do Estado.

Em 1919, o Presidente Artur da Silva Bernardes* nomeou-o para o Tribunal da Relação, de cuja Câmara Cível participou até a véspera de sua morte.

FONTES: *Almanaque da Força Pública.* Estado de Minas Gerais. Organizado na II Seção do Departamento Administrativo (Comando Geral). Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1928./BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro: documentário sobre sua vida.* Belo Horizonte, Publicações do APM, 1966./*Dados biográficos. Informante:* Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais/J. Seixas Sobrinho. CEM/UFMG./*Estado de Minas.* Belo Horizonte, 3 maio 1930; 4 out. 1967. p. 11./*Jurisprudência Mineira.* Belo Horizonte, *56* (3): 835-6, maio/jun. 1951./ *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 21 abr. 1924. p. 5; 3 maio 1930. p. 7; 21 abr. 1936, Suplemento. p. 5; 21 abr. 1942. p. 8; 21 maio 1942. p. 51; 7 out. 1967. Diário da Assembléia. p. 2; 13 out. 1967. Diário da Justiça. pp. 1-3; 15 maio 1970. Diário do Legislativo. p. 4./*Relatório do ano de 1908,* apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Wenceslau Brás Pereira Gomes, Presidente do Estado de Minas Gerais, pelo Dr. Estevam Leite de Magalhães Pinto, Secretário de Estado dos Negócios do Interior. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1909; apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Júlio Bueno Brandão, Vice-Presidente do Estado de Minas Gerais, pelo Dr. Manoel Tomás de Carvalho Brito, Secretário de Estado dos Negócios do Interior. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1909./ *Relatório do ano de 1917,* apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro, Presidente do Estado de Minas Gerais, pelo Dr. José Vieira Marques, Secretário de Estado dos Negócios do Interior. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1918./*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.* Belo Horizonte, *13:* 249-51, 1968./ RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais.* Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970-1./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

CORREIA, Leopoldo Antunes

Político e médico, nasceu em São Bento do Tamanduá, Província de Minas Gerais (atual Itapecerica), a 16 de julho de 1866, e faleceu na mesma cidade, a 22 de novembro de 1918. Filho do Comendador e Coronel da Guarda Nacional Leopoldo Cristiano Correia e de Maria Rita dos Santos Correia. Casado com Maria Augusta Correia Neto.

Fez Humanidades no Colégio do Caraça, os preparatórios em Ouro Preto, MG, e o curso superior na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, pela qual se diplomou em 1891.

Depois de trabalhar em hospitais do Rio de Janeiro, passou a clinicar em sua terra natal, onde exerceu os cargos de Juiz de Paz e de Delegado de Higiene, o mandato de Vereador e a Presidência da Câmara Municipal.

Elegeu-se, posteriormente, Deputado Estadual para a 2ª e 3ª Legislaturas (1895-1898; 1899-1902) e Senador Estadual para a 5ª Legislatura (1907-1910), na vaga de Antônio Gomes Lima*, e para a 6ª Legislatura (1911-1914).

Em 1903, como candidato do PRM, pleiteara uma cadeira de Deputado Federal pelo 4º Distrito, mas, eleito, não chegou a tomar posse, porque um adversário que dominava a situação opôs-se ao seu reconhecimento. Quando exercia o último mandato de Senador, foi candidato extrachapa à Câmara Federal. Teve grande votação, porém os resultados, manipulados em "atas falsas", favoreceram seu contendor situacionista. Desgostoso, rompeu com o PRM e aderiu à corrente de Pinheiro Machado. A partir dessa época, viu-se perseguido por seu antigo partido, que lhe tirou o mando político municipal, e abandonou definitivamente a vida pública.

FONTE: *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 22 nov. 1918, p.4.

CORREIA, Merolino Raimundo de Lima

Magistrado, nasceu em Quixadá, CE, a 14 de abril de 1898.

Formado em Direito, ingressou na Magistratura mineira em 1928, tendo sido Juiz de Direito, sucessivamente, das Comarcas de Tremedal (hoje Monte Azul), Rio Claro (1929), Palma (1935), Caratinga (1944) e Itajubá (1946). Removido, em abril de 1946, para a Vara Criminal de Juiz de Fora, em julho de 1954 tornou-se titular da 4ª Vara Criminal de Belo Horizonte e, em março de 1955, da 1ª Vara Cível da mesma Comarca. Em agosto de 1955 foi promovido, por antigüidade, a Desembargador do Tribunal de Justiça, cargo em que se aposentou em março de 1968.

FONTE: *Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.* Secretaria. Ficha funcional.

CORREIA, Oscar Dias

Político, advogado, professor, escritor e acadêmico, nasceu em Itaúna, MG, a 1º de fevereiro de 1921. Filho de Manuel Dias Correia e de Maria da Fonseca Correia. Casado com Diva Gordilho Correia.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, em 1943. Nos últimos anos de vida acadêmica, presidiu ao Centro de Estudos Justino Mendes, ao Clube de Estudos Jurídicos e ao Centro Acadêmico Afonso Pena, entidades do corpo discente.

Em 1945, participou da campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes para a Presidência da República e, em seguida, como representante da UDN junto ao Interventor Júlio Ferreira de Carvalho*, exerceu o cargo de Oficial de Gabinete do Secretário Estadual das Finanças, João Franzen de Lima*.

Eleito Deputado à Constituinte Estadual e para a 1ª Legislatura (1947-1951), fez parte das Comissões Especiais encarregadas de elaborar o projeto da Constituição mineira de 1947 e suas leis complementares, e de estudar o aproveitamento do Vale do São Francisco (1948-1949). Integrou as Comissões Permanentes de Redação, cuja Vice-Presidência ocupou em 1947, de Assuntos Municipais e Interestaduais (1949-1950), e de Trabalho e Ordem Social (1949-1950).

Reconduzido à Assembléia Legislativa para a 2ª Legislatura (1951-1955), foi membro efetivo da Comissão de Energia e Transportes (1951-1954) e suplente das Comissões de Educação e Cultura (1952), e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1952-1954).

Eleito Deputado Federal da 3ª à 5ª Legislaturas (1955-1967), na 4ª licenciou-se para exercer o cargo de Secretário Estadual da Educação, no início do Governo José de Magalhães Pinto* (31/1/61-17/5/1962).

Na Câmara, foi Vice-Líder e Líder da UDN, membro da Comissão de Relações Exteriores e da Ação Democrática Parlamentar. Representou o Congresso em conferências internacionais e fez parte da delegação brasileira na União Interparlamentar. Foi um dos expoentes da chamada "Banda de Música", grupo de parlamentares udenistas assim apelidado porque seus membros se sentavam na primeira fileira do Plenário e freqüentavam diariamente a tribuna, valendo-se de uma oratória inflamada e agressiva contra os Governos Getúlio Vargas (1951-1954), Juscelino Kubitschek de Oliveira* (1956-1961) e João Goulart (1961-1964). Em 1966, encerrou sua carreira política e passou a dedicar-se integralmente à advocacia e ao magistério, no Rio de Janeiro.

Inicialmente, foi professor de Economia Política na Academia de Comércio de Belo Horizonte e de Direito do Trabalho na Escola de Serviço Social (1947). Por concurso, tornou-se catedrático de Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais (1952) e da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil (1957). Na Universidade de Brasília, regeu, em 1966, a disciplina Introdução à Economia.

Colaborador de revistas jurídicas e dos jornais *Folha de Minas* e *Correio do Dia,* de Belo Horizonte, e *Diário de Notícias,* do Rio de Janeiro, e autor de vários livros, ingressou, em 1970, como sucessor de Agripa Ulisses de Vasconcelos*, na Academia Mineira de Letras, na qual ocupou a cadeira nº 3, patrocinada por Aureliano Lessa. Em 1989 foi empossado na Academia Brasileira de Letras.

Em 26 de abril de 1982, empossou-se no cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal e, em 10 de março de 1987, no de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Ministro da Justiça no Governo José Sarney, ocupou o cargo de janeiro a agosto de 1989.

Publicou *Aspectos da Racionalização Econômica,* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1949; *Economia Política. Conceitos Fundamentais* (tese de concurso, 1951); *Introdução Crítica à Economia Política* (tese de concurso, 1957); *O Acordo de Garantia de Investimentos entre os Estados Unidos do Brasil e os EUA* (parecer), Brasília, Imprensa Nacional, 1966; *Brasílio* (romance), Rio de Janeiro, Record, 1968; *A Universidade e o Desenvolvimento Econômico,* Rio de Janeiro, Serviço Industrial Gráfico da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1970: *Oração de Posse na Academia Mineira de Letras,* Rio de Janeiro, Serviço Industrial Gráfico da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1979; *Minhas Reminiscências de Dante,* e *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu.*

Pertenceu à UDN, de que foi Secretário-Geral em 1965.

Atuou na política seu filho Oscar Correia Júnior*.

Estado de Minas

Oscar Dias Corrreia, setembro de 1988

FONTES: AVELAR, Antônio Ribeiro de. *Figuras da Casa de Minas.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1960./*Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.* Brasília, Livro N-Y. p. 32./COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje.* Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961, v. 1./ *Dados biográficos.* Informante: Prefeitura Municipal de Itaúna. CEM/UFMG./*Deputados brasileiros*; repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 5ª Legislatura (1963-1967). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1966./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 21 ago. 1946, p. 3; 31 dez. 1960 - 1º jan. 1961, p. 3./FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais.* Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 2 fev. 1961, p. 3; 29 jan. 1980, p. 4./*O*

Diário, Belo Horizonte, 31 jan. 1961, p. 2. *Revista da Faculdade de Direito;* memória histórica (1892-1959). Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 10: 254-5, out. 1958-mar. 1959. BRASIL. Presidência da República, Gabinete Civil. Divisão de Documentação. *Governos da República. 15/ 11/1889 a 15/3/1987*/Presidência da República, Gabinete Civil, Divisão de Documentação. - 2. ed. rev. e atual. - Brasília: 1987. p. 476.

CORREIA, Ronaro Machado

Político e engenheiro, nasceu em Rio Casca, MG, a 6 de janeiro de 1943. Filho do comerciante Raimundo Correia e de Maria Machado Correia. Casado com Vera Lúcia Trindade Correia.

Concluiu seus estudos secundários na Escola Técnica de Mineração e Metalurgia, em Ouro Preto, MG, em 1963. Formou-se em Engenharia pela FUMEC, em Belo Horizonte, MG, em 1976. Fez, também, o Ciclo de Estudos de Política, na Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro (1981).

Elegeu-se Deputado Federal Constituinte e para o período de 1987-1991. Na Câmara dos Deputados, foi Vice-Líder do PFL; membro efetivo da Comissão de Economia, Indústria e Comércio e da Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público, e suplente da Comissão de Minas e Energia e da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança.

Filiado ao PFL.

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG./ BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Assembléia Nacional Constituinte - 1987:* repertório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. 2. ed. Brasília, 1989. p. 747.

CORREIA JÚNIOR, Bento Ernesto

Escritor, acadêmico, professor e jornalista, nasceu em São Bento do Tamanduá, Província de Minas Gerais (atual Itapecerica) a 25 de agosto de 1866, e faleceu em São João del-Rei, MG, a 9 de janeiro de 1943. Filho de Bento Ernesto Correia. Casado com Ana Ernesto Correia.

Foi Inspetor Técnico de Ensino, membro do Conselho Superior de Instrução do Estado de Minas Gerais e professor em São João del-Rei.

Sócio fundador da AML, ocupou a cadeira nº 9, patrocinada por Josafá Belo. Colaborou em jornais de Juiz de Fora, São João del-Rei e outras cidades mineiras, e em, sua terra natal, fundou os periódicos de humor *O Rato* e *O Canário*. Publicou as obras Átomos líricos, Frondes, Árvores do bem e Terra prometida (poesia) e Vida aldeã e Contos cacetes (contos).

FONTES: *Academia Mineira de Letras.* Arquivo. Belo Horizonte./CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei.* São João del-Rei, s. ed., 1967./Martins de Oliveira. *História da Literatura Mineira.* Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 28 ago. 1976. Suplemento Literário; 15 out. 1977. Suplemento Literário, p. 11./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925,* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

CORREIA JÚNIOR, Oscar Dias

Político, funcionário público e bancário, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 14 de agosto de 1949. Filho do político e magistrado Oscar Dias Correia* e de Diva Gordilho Correia. Casado com Adriana Maria de Faria Dias Correia.

Fez os estudos secundários em Pasadena, Califórnia, EUA, e o curso superior na Faculdade de Direito da UFMG, pela qual se bacharelou em 1972.

Exerceu os cargos de Oficial de Gabinete do Governador Rondon Pacheco* (1971-1973), Gerente regional em Minas Gerais do Banco Bandeirantes S.A., Diretor da Bandeirantes Leasing e Chefe de Gabinete do Presidente da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - Usiminas.

Elegeu-se Deputado Estadual para a 9ª Legislatura (1979-1983), e Deputado Federal para o período de 1983-1987. Na Câmara Federal, foi titular das Comissões de Constituição e Justiça, de Redação, de Relações Exteriores, de Economia, Indústria e Comércio, da CPI sobre o sistema bancário e suplente da Comissão de Relações Exteriores e da Comissão Especial sobre o Projeto de Lei 3.153/84.

Em 1986, elegeu-se Deputado Federal Constituinte e para o período de 1987-1991. Na Câmara Federal, foi Presidente da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, titular da Comissão de Sistematização e suplente da Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas.

Filiado ao PFL, pertenceu à Arena e ao PDS.

Além de seu pai, atuou na política seu sogro Gilberto de Andrade Faria*.

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG./ BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Assembléia Nacional Constituinte - 1987:* repertório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. 2. ed. Brasília, 1989. p. 662.

CORTES, Agostinho Cesário de Figueiredo

Político e médico, nasceu na Fazenda da Cachoeira, no Município de Mar de Espanha, Província de Minas Gerais, a 9 de outubro de 1863, e faleceu na Fazenda Babilônia, no Município de São José de Além Paraíba (hoje Além Paraíba), MG, a 12 de fevereiro de 1905. Filho do Comendador Francisco Cesário de Figueiredo Cortes e de Balbina Amélia de Castro Cortes. Casado com Maria Jesuína Teixeira Cortes.

Fez os estudos preparatórios no Colégio Providência, de Barbacena, e no Colégio Paixão, de Petrópolis, Província do Rio de Janeiro, e diplomou-se pela FMRJ em 1887.

Fixando-se em Mar de Espanha para clinicar, imediatamente passou a participar da política municipal. Fundador do Diretório local do Partido Republicano Constitucional, em breve seu prestígio político se estendeu a toda a Zona da Mata.

Quando exercia o mandato de Agente Executivo em Mar de Espanha (1895-1897), escolhido que fora em disputa com o antigo chefe liberal Sousa Breves, Barão de Louriçal, elegeu-se Deputado Federal para a 2ª Legislatura (1894-1896). Obteve, entretanto, a impugnação dos votos necessários a assegurar a recomendação à Câmara do seu correligionário Joaquim Gonçalves de Ramos*. Senador Estadual na 3ª e 4ª Legislaturas (1899-1906), foi ainda, Coronel da Guarda Nacional, suplente de Juiz Municipal e fundador da Santa Casa de Misericórdia de Mar de Espanha. Era seu neto o Deputado Meneses Cortes, dirigente da UDN no Rio de Janeiro.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados. 1963.* Diretoria de Documentação e Publicidade, *2:* 378-9, 1965./CARVALHO, Daniel de. *Capítulos de memórias.* Rio de Janeiro, J. Olympio, 1957./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 9 out. 1963. p. 3./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 12 fev. 1905. p. 3./*O Abaeté,* Abaeté, 19 fev. 1905. p. 1.

CÔRTES, Hélio Armond Werneck

Desembargador, acadêmico, advogado e professor, nasceu em Congonhas, MG, em 6 de dezembro de 1916. Filho de Otávio Werneck Côrtes e de Alice Armond Werneck Côrtes. Casado com Domnina Santos Machado Werneck Côrtes.

Concluiu o curso secundário no Ginásio Dom Lustosa, em Patrocínio, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da UFMG (1944). Enquanto universitário, trabalhou na Rede Mineira de Viação e, depois, no Departamento de Assistência aos Municípios da Secretaria de Estado do Interior de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

Várias vezes premiado em concursos de oratória promovidos pelo Grêmio Afonso Pena, da Faculdade de Direito, obteve o 1º lugar em 1941.

Professor secundário registrado, lecionou Português e História Geral e do Brasil em colégios de Belo Horizonte, Carandaí e Itaúna, todos em Minas Gerais.

De 1946 a 1949, foi Chefe da Seção de Cadastro e Fiscalização do Senai, servindo na Escola Américo Renné Gianetti. Advogou em Belo Horizonte, até 1949.

Prestou concurso para o Ministério Público, sendo nomeado Promotor de Justiça da Comarca de Eugenópolis, MG, em abril de 1949, não chegando a assumir as funções desse cargo.

Aprovado em concurso para a carreira de Juiz de Direito, foi nomeado para a Comarca de Cláudio, tomando posse no cargo em maio de 1949. Foi removido, a pedido, para a Comarca de Aiuruoca, MG (1954); promovido, por merecimento, para a Comarca de Carandaí, em fevereiro de 1958; e, em maio de 1961, promovido, outra vez por merecimento, para a Comarca de Itaúna, MG.

Promovido para a entrância especial de Belo Horizonte, MG, atuou na 2ª Vara Criminal e na 4ª Vara Cível e Comercial. De 1970 a 1971, integrou o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Em setembro de 1971, foi removido, a pedido, para o cargo de 4º Juiz Substituto de 2ª Instância, entrância especial, com exercício em todas as Varas Criminais e Cíveis do Tribunal de Justiça e, na qualidade de Substituto, no Tribunal de Alçada.

Em 1976, foi promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais pelo Governador Antônio Aureliano Chaves de Mendonça*, passando a exercer suas funções na 1ª Câmara Cível e removendo-se, depois, para a 2ª Câmara Cível, da qual foi Presidente.

Foi Presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1984-1985), do qual fora, também, Vice-Presidente e Corregedor (1983-1984).

Em 26 de agosto de 1985, assumiu a Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Membro da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais, representa o Município de Aiuruoca e ocupa a Cadeira nº 99, cujo patrono é Dantas Mota. Em maio de 1983, foi eleito membro da Academia Mineira de Letras, empossando-se na Cadeira nº 15, da qual é patrono Bernardo Guimarães.

É autor da novela de ficção romanceada *O Menino e o Santo*, publicada em 1973 pela Imprensa Oficial de Minas Gerais e prefaciada por Martins de Oliveira, do livro de contos *A sombra dos personagens*, com prefácio de Aires da Mata Machado Filho, e do ensaio *Dantas Machado, poeta de Aiuruoca*, Imprensa Oficial, 1980. Publicou trabalhos em revistas especializadas e proferiu palestras sobre temas jurídicos.

Recebeu vários títulos e condecorações.

Estado de Minas

Hélio Arnoud Werneck Côrtes, 1976

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

CORTES, Joel de Paiva

Presidente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. - Credireal -, nasceu em Ouro Fino, MG, a 24 de setembro de 1912. Filho de Gabriel Cândido de Figueiredo Cortes e de Ambrosina de Paiva Cortes.

Fez os estudos secundários no Liceu Brasileiro de Poços de Caldas, MG, e no Ginásio São João da Boa Vista, SP e o superior na Escola de Direito da UMG.

De 1954 a 1961, exerceu a Presidência do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A.

FONTE: *Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino.

COSTA, Adolfo Neves Martins da

Presidente da Associação Comercial de Minas, empresário e engenheiro, nasceu em São José da Lagoa (hoje Nova Era), então Distrito de Itabira do Mato Dentro (atual Itabira), MG, a 10 de outubro de 1930. Filho do engenheiro José Moreira Martins da Costa e de Ana Neves Martins da Costa. Casado com Helena Déia Belo Lisboa Martins da Costa.

Fez o curso secundário no Colégio Estadual de Belo Horizonte, MG, e formou-se em engenharia civil pela Escola de Engenharia da UMG em 1953. Concluiu, posteriormente, os cursos de Treinamento em Administração e de Técnicas de Informações para Decisões Financeiras e Marketing, na New York University, EUA

Dedicado à indústria da construção civil desde 1953, foi Presidente de numerosas empresas, entre elas a Fiat Automóveis S.A. (1973-1979) e a Companhia Nacional de Alumínio S.A. (1976-1980). Diretor (1963-1964), 1º Secretário (1965-1968) e Presidente em dois períodos (1969-1970; 1971-1972) da Associação Comercial de Minas, elegeu-se Vice-Presidente da Confederação Nacional das Associações Comerciais do Brasil, cuja Presidência ocupou interinamente, em 1970. Foi, ainda, Presidente da Minas Gerais Alumni Association, do Conselho Diretor da Associação Comercial de Minas (1973-1975) e da Comissão de Política Industrial da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, e membro do Conselho Rodoviário do Estado, dos Conselhos Diretores da Fundação João Pinheiro e da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, do Conselho Curador da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais - Utramig -, do Conselho de Desenvolvimento da Pequena e Média Empresa, da Comissão Permanente de Economia da Confederação das Associações Comerciais do Brasil e do Conselho Diretor

Estado de Minas

Adolfo Neves Martins da Costa

da Associação dos Exportadores do Brasil. Participou de diversos congressos e conferências da classe empresarial, da delegação do Banco do Brasil que esteve na Bolívia e da comitiva do Vice-Presidente da República Antônio Aureliano Chaves de Mendonça* em visita aos EUA.

Recebeu inúmeras honrarias, designadamente o título de Cidadão Honorário do Estado do Texas, EUA, e o diploma Prêmio Tendência - Tecnologia 1979, de Bloch Editores.

FONTE: *Dados biográficos.* Informante: Adolfo Neves Martins da Costa. CEM/UFMG.

COSTA, Alfredo de Araújo Lopes da

Magistrado, jurista, professor e advogado, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, a 15 de setembro de 1885, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 19 de abril de 1966. Filho do Conselheiro do Império Alfredo de Sousa Lopes da Costa e de Augusta de Araújo Lopes da Costa. Casado com Felícia Vieira Lopes da Costa.

Fez o curso secundário no Ginásio Nacional, atual Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Nesta cidade bacharelou-se também em Letras (1902) e, depois de abandonar o estudo de Medicina, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais (1912).

Enquanto estudava e algum tempo depois de concluído o curso superior, exerceu as atividades de repórter da *Gazeta de Notícias*, conferente de revisão na Imprensa Nacional, amanuense do Ministério da Justiça e colaborador do *Diário de Notícias*, sob o pseudônimo de Álvaro Antunes. Ingressando no quadro deste jornal, chegou a chefiar sua redação, e, como tal, empenhou-se intensamente na Campanha Civilista de Rui Barbosa.

Radicado em Minas Gerais, trabalhou como agrimensor em São Gotardo e municípios circunvizinhos. Durante 12 anos advogou, sucessivamente, nas Comarcas mineiras de Carmo do Paranaíba, Patrocínio, Patos, São Gotardo, Tiros e Araguari e em cidades do Estado de Goiás.

Ingressando na Magistratura estadual, foi Juiz de Direito das Comarcas de Caldas (1926) e Alfenas (1928-1946). Nesta última lecionou na Faculdade Livre de Direito, no Ginásio Municipal e no Colégio Sagrado Coração. Promovido para a Comarca de Varginha, em janeiro de 1946, pelo Interventor Nísio Batista de Oliveira*, em 1948, por ato do Governador Mílton Soares Campos*, ascendeu ao Tribunal de Justiça como o primeiro Juiz a chegar a Desembargador antes de percorrer todas as entrâncias.

Aposentado em julho de 1953, dedicou-se à advocacia de 2ª Instância e à publicação de artigos doutrinários no *Correio do Dia*, de Belo Horizonte, onde manteve a coluna *Pelo mundo jurídico*.

Primeiro Diretor da Faculdade de Direito da UCMG, ali regeu a cadeira de Direito Processual Civil. Publicou as obras *Da citação no processo civil* (1927); *Da responsabilidade do herdeiro e dos direitos do credor da herança*, São Paulo, Saraiva, 1928; *Direito profissional do cirurgião-dentista* (1928); *Da intervenção de terceiros no processo*, Editora C. Teixeira, 1930; *Direito Processual Civil Brasileiro*, em 4 volumes, *1.* ed. Rio de Janeiro, Editora Konfino, 1941, 2 ed. Rio de Janeiro, Forense, 1959; *Medidas preventivas*, 1 ed. 1952, 2 ed., Belo Horizonte, Editora Bernardo Álvares, 1958; *Manual elementar de Direito Processual Civil*, Rio de Janeiro, Forense, 1956; *A administração pública e a ordem jurídica privada - jurisdição voluntária* (1961); *Demarcação - Divisão - Domínio - Condomínio - Paredes-Meias* (1963).

FONTES: *Anais da Assembléia Legislativa. 1966.* Belo Horizonte, Diretoria dos Serviços Legislativos, *5:* 267-8, s. d./*Jurisprudência Mineira*, Belo Horizonte, *47:* 1-10, jan./abr. 1971./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 23 abr. 1966. Diário da Assembléia. p. 3; 26 abr. 1966. p. 15; 28 abr. 1966. Diário da Assembléia. p. 3./*O Diário*, Belo Horizonte, 21 fev. 1948. p. 3.

COSTA, Aloísio Alves da

Político e advogado, nasceu em Viçosa, MG, a 7 de julho de 1915. Filho de Orlando Alves da Costa e de Maria Elizabete Vitarelli Costa. Casado com Matilde Carone Costa.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro de Ubá, MG, e o superior na Faculdade de Direito Teixeira de Freitas, de Niterói, RJ.

Advogou por muitos anos em Visconde do Rio Branco, MG, onde foi líder político.

Deputado Estadual à Constituinte e na 1ª Legislatura (1947-1951), integrou, durante todo o período, a Comissão de Segurança Pública, cuja Vice-Presidência ocupou em 1949; a Comissão de Viação e Obras Públicas, da qual foi, também, Vice-Presidente (1950); a Comissão de Redação (1948) e as Comissões Especiais de Estudos sobre Transportes (1947), de Leis Complementares à Constituição (1949) e de Estudos de Assuntos Econômicos e Financeiros (1949).

De agosto de 1954 a março de 1955 exerceu o cargo de Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio do Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira*.

Em seguida, chefiou o Gabinete do Governador Clóvis Salgado da Gama*, que o nomeou Ministro (Conselheiro) do Tribunal de Contas do Estado, do qual foi Presidente em três biênios.

Pertenceu ao PR.

FONTES: FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais.* Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 6 ago. 1954. pp. 7-8; 3 abr. 1955. p. 5./MOURA, Margarida de. *Mineiros ilustres.* s. n. t.

COSTA, Américo Brasil Martins da

Político e médico, nasceu em Sabará, MG, a 11 de fevereiro de 1891, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 18 de março de 1956. Filho de Claudiano Martins da Costa e de Gabriela Martins Pena. Casado com Nair Pereira Martins da Costa.

Diplomado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1914, clinicou nas cidades mineiras de Santa Bárbara e Araxá, em Ribeirão Preto, SP, e no Estado do Rio Grande do Sul.

Regressando ao Estado natal em 1924, fixou residência em Aimorés, onde abriu consultório e ingressou na política como Prefeito nomeado (1934-1946).

Deputado à Constituinte Estadual de 1947 e na 1ª e 2ª Legislaturas (1947-1955), foi Presidente (1948-1949) e Vice-Presidente (1947) da Comissão Executiva da Assembléia, membro da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1951-1952) e da Comissão Especial de Divisão Administrativa e Judiciária (1953).

Américo Brasil Martins da Costa, 1948

Nomeado Diretor da Loteria do Estado de Minas Gerais em 1954, desempenhou o cargo por dois anos.

Filiado ao PSD, formou na dissidência partidária que se estabeleceu para apoiar Mílton Soares Campos*, e dirigiu-a por algum tempo.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 20 mar. 1956. p. 4./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 30 nov. 1972. Diário do legislativo. pp. 1-2./*Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.* Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

COSTA, Argemiro de Resende

Político, advogado, jornalista e fazendeiro, nasceu em Paracatu, Província de Minas Gerais, a 6 de agosto de 1878, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 16 de novembro de 1965. Filho do Desembargador João Emílio de Resende Costa* e de Ana Leonor Loureiro de Resende Costa. Casado com Aída Lobo de Resende Costa.

Fez o curso de Humanidades em Barbacena, MG, os preparatórios em Ouro Preto, MG, e São Paulo, SP, e bacharelou-se pela FLDMG em 1904.

Enquanto estudante, trabalhou nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Minas Gerais.* Advogado militante na Capital mineira, dedicou-se também à agropecuária no Município de Pirapora, MG.

Foi Deputado Estadual da 5ª à 10ª Legislaturas (1907-1930), tendo desempenhado em várias sessões o cargo de Secretário da Mesa. Participou das campanhas eleitorais de Júlio Prestes (1929) e Armando de Sales Oliveira (1937).

Pertenceu ao PRM, de cujo Diretório Regional fez parte.

Sócio fundador do matutino *O Estado de Minas* e da Associação Mineira de Agricultura, exerceu, ainda, as funções de Fiscal do Ministério da Educação junto à FDUMG, ao Colégio de Manhuaçu, MG, e ao Colégio Santa Maria, de Belo Horizonte, e de Fiscal do Governo do Estado junto ao Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais S.A.

Atuou na política seu irmão Emílio Jardim de Resende Costa*.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 20 nov. 1965. p. 14; 5 ago. 1978, 2ª seção. p. 4./GONZAGA, Olympio. *Memória histórica de Paracatu.* Uberaba, Tip. Jardim. 1910./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 23 nov. 1965. p. 22; 25 nov. 1965. Diário do Legislativo. pp. 4-5./RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais.* Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970-1.

COSTA, Ari Teixeira da

Político e médico, nasceu em Santa Luzia, Província de Minas Gerais, no ano de 1883, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 16 de novembro de 1951. Filho do político Manuel Teixeira da Costa*. Casado com Deusmira Dolabella Teixeira da Costa.

Formado pela Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, exerceu a clínica em sua terra natal e na Penitenciária Agrícola de Neves, MG.

Deputado à Constituinte Estadual de 1935 e na Legislatura de 1935-1937, na Assembléia integrou a Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho.

Pertenceu ao PRM e ao PSD.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 17 nov. 1951. 12./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 23 nov. 1951. Diário do Legislativo. p. 4.

COSTA, Armando Gonçalves

Político e médico, nasceu em Felixlândia, então Distrito de Curvelo, MG, a 25 de agosto de 1940. Filho do agricultor Manuel Clarindo Costa e de Maria Gonçalves Costa. Casado com Kênia Cristina Vasconcelos Calixto.

Iniciou seus estudos secundários no Instituto Padre Machado e concluiu-os no Colégio Afonso Celso, ambos em Belo Horizonte, MG. Bacharelou-se em Medicina pela UFMG, em 1969, e pós-graduou-se pela Faculdade de Direito da Fundação Educacional Monsenhor Messias (1983).

Foi médico e coordenador da agência do INPS em Pirapora, MG, chefe clínico (1979) e Vice-Diretor (1981-1982) da Divisão Médica Assistencial do Posto Sagrada Família, em Belo Horizonte. Foi ainda conselheiro da Ruralminas em Belo Horizonte (1978-1982).

Elegeu-se Deputado Estadual para a 10ª Legislatura (1983-1987) e Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991). Na Assembléia, integrou, como membro efetivo, as Comissões de Proteção e Defesa do Consumidor (1983-1984), da Sudene e Estímulos Fiscais (1983-1984; 1987-1988); de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas (1983; 1985; 1986); de Ação Social (1985-1986); de Abastecimento (1987-1988) e de Serviço Público (1987-1988). Como suplente, participou das Comissões de Educação e Cultura (1983-1984), de Saúde e Ação Social (1983, 1984, 1987, 1988, 1989 e 1990), do Patrimônio Histórico e Artístico e Cultura (1985, 1986, 1987 e 1988), de Agropecuária e Política Rural (1987 e 1988), de Constituição e Justiça (1987 e 1988), de Obras Públicas (1987 e 1988), de Segurança (1987 e 1988), de Ciência e Tecnologia (1987, 1988, 1989 e 1990) e de Redação (1987, 1988, 1989 e 1990). Foi Vice-Líder e Líder da Bancada do PMDB (1985-1986; 1987).

Em 1990, elegeu-se Deputado Federal para o período 1991-1995.

Filiado ao PMDB. Pertenceu à Arena.

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado. CEM-UFMG/DCP-ALEMG./BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Deputados brasileiros:* repertório biográfico. 49ª Legislatura 1991-1995. Brasília, 1991. p. 83.

COSTA, Augusto

Político e magistrado, nasceu em Conceição do Serro (atual Conceição do Mato Dentro), MG, a 16 de dezembro de 1892, e faleceu no Rio de Janeiro, GB, a 19 de dezembro de 1970. Filho do político municipal Bento Joaquim Costa Pinto e de Maria Augusta de Almeida Costa. Casado com Filomena Thomazi Costa.

Fez o curso primário em sua terra natal, onde iniciou-se no serviço público.

Em 1924 foi nomeado Fiscal de Rendas Estadual e, posteriormente, Chefe dos Serviços Fiscais em Belo Horizonte, MG.

Deputado à Constituinte mineira e na 1ª e 2ª Legislaturas (1947-1955), foi Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura (1950) e membro das Comissões de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1947-1948; 1950) e de Serviço Público Civil (1952). Renunciou ao mandato em junho de 1953 para assumir a Presidência da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais.

Em janeiro de 1955, passou a exercer o cargo de Ministro (Conselheiro) do Tribunal de Contas do Estado, no qual aposentou-se.

Pertenceu ao PSD.

FONTES: *Anais da Assembléia Constituinte. 1947.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, *1:* 360-1, s. d./COSTA, Joaquim Ribeiro. *Conceição do Mato Dentro*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1975./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 22 dez. 1970. p. 4; 11 mar. 1971. Diário do Legislativo. pp. 1-2./*Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.* Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

COSTA, Avelino

Político e industrial, nasceu em Portugal, a 22 de junho de 1934. Filho de José Costa e Maria Mercedes Dantas. Casado com Maria Adelaide Mendes Costa.

Iniciou sua carreira profissional como balconista, tornando-se, posteriormente, proprietário de indústrias com filiais em várias cidades do Estado de Minas Gerais.

Em 1990, elegeu-se Deputado Federal para o período 1991-1995, pelo PL.

FONTE: BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Deputados brasileiros:* repertório biográfico. 49ª Legislatura 1991-1995. p. 100.

COSTA, Carlos Augusto da

Comandante-Geral da Polícia Militar e empresário, nasceu em 17 de outubro de 1930, em Formiga, MG. Filho de Norberto Evaristo da Costa e Helena Bottrel Costa. Casado com Maria de Fátima Melo Costa.

Fez o curso primário no Grupo Escolar Rodolfo Almeida e o secundário no Ginásio Antônio Vieira, ambos em Formiga. Em 1957, concluiu o curso de Instrutor de Educação Física, na Escola de Educação Física de Minas Gerais.

De 1949 a 1951, fez o curso de Formação de Oficiais do Departamento de Instrução da Polícia Militar de Minas Gerais. Iniciou sua carreira em 1952, como Instrutor, no Batalhão de Guardas da Polícia Militar. Em 1953, foi Comandante de Guarda do Palácio do Governo e, um ano depois, Ajudante de ordens do Comandante-Geral. No biênio 1955-1956, foi Oficial do Gabinete Militar do Governador Clóvis Salgado da Gama* e Chefe da Seção de Pessoal do Contingente do Quartel General da Polícia Militar.

Logo após o movimento militar que depôs o Presidente João Goulart, em 1964, esteve à disposição da 4ª Brigada de Infantaria para apurar subversão e corrupção em Lavras, Ribeirão Vermelho, Caetanópolis e Governador Valadares.

Em 1965, concluiu o curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e, em 1970, o curso Superior de Polícia. Fez o curso básico de investigações criminais, em 1966, e participou do VI ciclo de estudos e conferências sobre desenvolvimento e segurança da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, em 1970.

Foi Delegado Especial de Polícia em várias cidades no interior do Estado, como Pará de Minas, Pompéu, Itaúna, Sabará, Ouro Preto, Medina e outras.

Em 1975, foi nomeado Comandante-Geral da Polícia Militar no Governo Antônio Aureliano Chaves de Mendonça*, cargo que ocupou até 1979, quando se reformou por tempo de serviço.

A partir de 1979, dedicou-se a atividades fora da área militar. Foi Diretor-Presidente da Nisibra - Cia. Nipo-Sino-Brasileira de Desmonte de Navios S.A., em Vila Velha, ES (1979); Sócio-Gerente da Imobiliária Boa Vista, em Brasília (1983); Assessor de Segurança da Presidência da Florestas Rio Doce S.A. (1983); estagiário da Manufatura de Brinquedos Estrela S.A. (1986); empresário, com loja de brinquedos e assistência técnica da Estrela, em Vila Velha, ES, de 1987 a 1991.

Colaborou na organização do Colégio Técnico de Coronel Fabriciano e foi suplente do Conselho (fundador) da Febem/MG, de 1969 a 1971.

Possui diversas condecorações, comendas e elogios, além de ter recebido o título de Cidadão Honorário de várias cidades no interior de Minas Gerais.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

COSTA, Elisa Maria Alves da

Política, professora e orientadora educacional, nasceu em Araxá, MG, a 15 de janeiro de 1949. Filha do comerciante Antônio Alves da Costa e de Rita Dias Costa.

Concluiu seus estudos secundários no Colégio São Domingos, de Araxá, em 1968, e formou-se em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia e Letras Santo Tomás de Aquino de Uberaba, em 1974, tendo feito especializações na área educacional. Exerceu o magistério na rede estadual de ensino e foi Vice-Diretora da Escola Minas de Araxá e da Escola Estadual Vasco Santos.

Iniciou sua carreira política em Araxá, onde foi Vereadora por três mandatos (1973-1988). Foi Secretária da Mesa e exerceu a Presidência da Câmara Municipal (1983-1984). Durante o seu período como Presidente, viabilizou a autonomia financeira e administrativa da Câmara Municipal, dotando-a de prédio próprio e estrutura funcional independente do Executivo. Criou o Fundo Previdenciário, com assistência médico-odontológica para Vereadores e funcionários.

Foi Vice-Prefeita de Araxá (1989-1990) e Secretária Municipal do Bem-Estar Social (1989-1990).

Em 1990, elegeu-se Deputada Estadual para a 12ª Legislatura (1991-1995), pelo PRS. Na Assembléia, é Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Vice-Presidente da Comissão de Redação e suplente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer.

Filiada ao PRS, pertenceu à Arena, ao PDS e ao PFL.

FONTE: Dados informados pela própria biografada./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

COSTA, Emílio de Vasconcelos

Político, advogado, promotor e professor, nasceu em Sete Lagoas, MG, a 20 de março de 1910, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 7 de setembro de 1957. Filho do fazendeiro José Antônio Alves Costa e de Maria José Vasconcelos Costa. Casado com Amanda Brant Costa. Fez o curso secundário no Colégio Dom Silvério, em sua terra natal e em Ouro Preto, MG, e bacharelou-se pela FDUMG.

Logo após a formatura, foi nomeado Promotor de Justiça da Comarca de Conselheiro Lafaiete, MG.

Em 1942 assumiu o cargo de Prefeito nomeado de Sete Lagoas.

Eleito Deputado Estadual à Constituinte e para a 1ª Legislatura (1947-1951) e reeleito para a 2ª e 3ª Legislaturas (1951-1959), exerceu, na Assembléia, os cargos de 3º-Secretário da Comissão Executiva (1947; 1950), Vice-Líder do PSD (1956-1957), Presidente das Comissões de Viação e Obras Públicas (1951) e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (1952) e membro das Comissões Especiais de Estudos sobre o Ensino no Norte de Minas (1947) e para Estudos do Aproveitamento do Vale do São Francisco (1948-1949) e das Comissões de Agricultura, Indústria e Comércio (1948), de Educação e Cultura (1949) e de Constituição, Legislação e Justiça (1955).

Foi, também, professor de Geografia e História em Sete Lagoas e membro do IHGMG.

Pertenceu ao PSD.

Atuaram na política seu filho Sérgio Emílio Brant de Vasconcelos Costa*, ex-Prefeito de Sete Lagoas e Deputado Estadual na 10ª Legislatura (1983-1987) e seu irmão José Antônio de Vasconcelos Costa*.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados. 1957.* Rio de Janeiro, IBGE, *24:* 299-300, 1958./*Dados biográficos.* Informante: Prefeitura Municipal de Sete Lagoas/Íris da Silva Oliveira. CEM/UFMG./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 10 set. 1957. p. 3./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 11 set. 1957. p. 16; Diário da Assembléia. pp. 1-2/PAULA, Almênio José & FERREIRA, Saturnino G. *Figuras notáveis de Minas Gerais.* Belo Horizonte, Pioneiros e Expoentes Editorial, 1973-4./*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.* Belo Horizonte, *4:* 283-4, 1957./RIBEIRO, Coriolando Pinto & GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1956.

COSTA, Fábio

Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 2 de agosto de 1927. Filho de Antônio Soares Costa e de Olga Tornelli Costa. Casado com Ebe Costa.

Exerceu o cargo de Técnico de Administração, na Imprensa Oficial, por determinação do Governador José Francisco Bias Fortes* (1956). Revisor e Redator do *Minas Gerais,* foi colocado à disposição da Rádio Difusão da Rádio Inconfidência (12/1/70 - 16/3/70).

Foi nomeado para exercer os cargos de Assessor I (17/12/74 - 9/5/75); de Chefe de Gabinete (30/4/75 - 3/1/80) e de Assessor-Chefe do Quadro Setorial de Lotação (18/4/83 - 15/3/86), todos na Imprensa Oficial.

Por ato do Governador Hélio Carvalho Garcia*, foi designado para responder pelo cargo de Diretor-Geral da Imprensa Oficial em 15 de outubro de 1984, cargo que ainda ocupou no período de 13/2/85 a 8/1/86, e em 27 de fevereiro de 1986.

Aposentou-se no cargo de Diretor-Geral da Imprensa Oficial em 12 de março de 1987.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

COSTA, Fernando Vítor de Lima e

Político, Advogado-Geral do Estado e professor, nasceu em Barbacena, MG, a 21 de junho de 1922. Filho de Otávio de Castro Costa e de Alfredina Renault de Lima e Costa. Casado com Nadir Furtado de Lima e Costa.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro, em Barbacena, e diplomou-se pela FDUMG em 1947. Em sua terra natal, chefiou o serviço de Educação e Cultura da Prefeitura, dirigiu a Escola Normal Regional e integrou os corpos docentes do Colégio Estadual e da Escola Preparatória de Cadetes do Ar.

Vereador à Câmara Municipal de 1955 a 1977, desempenhou as funções de Presidente (1961-1973) e Líder da Bancada do PSD e da Maioria. No Governo José Francisco Bias Fortes*, exerceu o cargo de Advogado-Geral do Estado (16/2/60-30/1/61).

Pertenceu ao PSD e à Arena; em 31 de dezembro de 1980 estava filiado ao PDS.

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: Fernando Victor de Lima e Costa. CEM/UFMG./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 23 fev. 1960. p. 5./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 23 fev. 1960. p. 8./*O Diário,* Belo Horizonte, 23 fev. 1960. p. 2./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino.

COSTA, Francisco de Paula Ferreira e

Político, advogado e magistrado, nasceu na Vila de Lavras do Funil, Província de Minas Gerais (atual cidade de Lavras), a 30 de dezembro de 1837, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 30 de dezembro de 1923. Filho de Manuel da Costa e de Laudomila Clara do Nascimento Costa. Casado com Emerenciana de Andrade.

Diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP em 1861.

Voltando à Província natal logo depois de diplomado, advogou por muitos anos em Ouro Preto.

No Império, elegeu-se Deputado Provincial para a 22ª Legislatura (1878-1879) e participou da campanha abolicionista, em cujo início libertou seus próprios escravos. Na Relação de Minas defendeu os direitos de numerosos escravos e obteve, de uma só vez, a alforria de 61 deles.

Propagandista da República, ao instaurar-se o novo regime colaborou na elaboração do Estatuto do Estado de Minas Gerais e exerceu o cargo de primeiro Intendente (Prefeito) de Ouro Preto, onde também foi Procurador-Fiscal da Tesouraria Estadual, Vereador e Presidente da Câmara Municipal.

Chefe de Polícia no Governo Provisório e na primeira administração constitucional do Estado (1891-1892), a seguir exerceu a Magistratura como Juiz de Direito das Comarcas mineiras de São João del-Rei (1892-1898) e de Juiz de Fora - 2ª Vara (1898-1916).

Pelos serviços prestados à República, o Presidente Floriano Peixoto o fez Tenente-Coronel Honorário do Exército.

FONTES: Almeida Nogueira. *Academia de São Paulo: tradições e reminiscências.* São Paulo, Saraiva, 1977. v. 5./*Anais da Câmara dos Deputados. 1923.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, *12:* 799-801, 1928./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 30 dez. 1937. p. 12./*O Diário,* Belo Horizonte, 16 dez. 1937. p. 3; 18 dez. 1937; 28 dez. 1937. p. 2; 30 dez. 1937. p. 8./*Relatório do ano de 1891.* Apresentado ao Dr. José Cesário de Faria Alvim, Presidente do Estado de Minas Gerais, pelo Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão, Secretário de Estado dos Negócios do Interior. Ouro Preto. Imprensa Oficial. 1892./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito.* Arquivo.

COSTA, Gelmar Benedito de Jesus

Secretário de Estado, economista e professor, nasceu em Itamarandiba, MG, a 27 de setembro de 1940. Filho do comerciante Geraldo Leonardo Costa e de Graciola Câmara Costa. Casado com Maria Dalva Guimarães Costa.

Concluiu o curso secundário no Colégio Diamantinense, de Diamantina, MG, em 1959. Diplomou-se em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas - FACE - da UFMG, em 1964. Fez o mestrado em Economia Regional pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Cedeplar - de 1968 a 1969.

Iniciou as atividades de magistério na Universidade Católica de Minas Gerais, lecionando no curso de Psicologia, do ano de 1964 a 1975. Em 1969, tornou-se professor na FACE/UFMG, onde permaneceu até 1975. Em Itaúna, MG, na universidade local, lecionou no biênio 1970-1971.

Assessor da Associação Comercial de Minas (1965-1967) e economista do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG - (1967-1970), na Fundação João Pinheiro - FJP - exerceu as funções de técnico (1970-1975), Diretor-Superintendente do Centro de Economia Aplicada (1973-1975) e de editor e Diretor da Revista *FJP - Análise e Conjuntura* (1974-1975).

Em 1970 participou como membro do grupo de trabalho que elaborou o Programa de Desenvolvimento da Pecuária de Corte, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, nos Estados de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo. Coordenou o grupo de trabalho de Reforma do Sistema Estatístico do Estado, no ano de 1975. No período de 1976 a 1979, foi Superintendente de Orçamento da Cia. Vale do Rio Doce. Atuou como coordenador na Coordenadoria de Estudos Especiais do BDMG (1979-83) e na elaboração do documento *Perspectivas do*

BDMG para o triênio 1983-85. Coordenou também o grupo de trabalho para elaboração do Programa de Reflorestamento do Estado, projeto aprovado pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD -, em execução pelo IEF - Instituto Estadual de Florestas/BDMG. Na Secretaria de Planejamento do Estado de Minas Gerais - Seplan -, exerceu os cargos de Diretor da Superintendência de Planejamento (1983-1984), Superintendente de Planejamento (1984-1985), Secretário- Adjunto (1985-1986) e Assessor do Secretário (1986-1987). Tornou-se Diretor-Geral da Fundação João Pinheiro - FJP - (1987-1988) e da Companhia de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha - Codevale - (1988-1989). Novamente na Seplan, foi Assessor-Chefe da Assessoria de Desenvolvimento Econômico e Social - ADES - (1989-1990) e Secretário-Adjunto (1990) dessa Secretaria.

A convite do Governador Newton Cardoso*, tornou-se Secretário de Estado de Planejamento e Obras Públicas, em 1990-1991.

A partir de 1991, chefiou o Gabinete da Secretaria de Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos.

É co-autor, em equipe liderada por Fernando Antônio Roquette Reis*, do *Diagnóstico da Economia Mineira*, editado pelo BDMG em 1968. Coordenou a equipe que elaborou o trabalho *Perspectivas da Indústria na Área Mineira da Sudene*, publicado pela Fundação João Pinheiro em 1970.

Atuaram na política seu avô Jonas Andrade Câmara, Prefeito de Itamarandiba no início dos anos 40; seu pai, também Prefeito daquela cidade por três mandatos (1947-1950; 1955-1959; 1971-1972), e seu irmão Gelso Costa, em política partidária da Arena, PDS e PFL.

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

COSTA, Haroldo Lopes da

Político e médico, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 20 de agosto de 1929. Filho de Carlos Lopes da Costa e de Angelina Alberti Lopes. Casado com Maria Flora César da Costa.

Elegeu-se Deputado Estadual na 7ª e 8ª Legislaturas (1971-1979). Na Assembléia, foi 3°-Secretário da Mesa (1973-1974); Presidente da Comissão de Saúde e Ação Social (1972; 1975); Vice-Presidente da Comissão de Trabalho e Ordem Social (1971) e membro das Comissões de Assuntos da SUDENE e Estímulos Fiscais (1972) e de Defesa do Meio Ambiente (1975).

Pertenceu ao MDB.

FONTES: *Deputados estaduais de Minas Gerais à 8ª Legislatura (1975-9)*. Ficha biográfica. Convênio APM/UCMG. Coordenador: Caio C. Boschi./*Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

COSTA, Hélio

Magistrado, advogado e professor, nasceu em Sabará, MG, a 22 de fevereiro de 1914. Filho de Duarte Franklin Martins Costa e de Maria Amália Costa. Casado com Maria José Costa.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela FDUMG em 1937.

Logo depois de formado, exerceu a advocacia. Ingressando na Magistratura mineira, foi Juiz Municipal de Inhapim (1940) e Juiz de Direito de Itamarandiba (1944), Abre Campo (1946), Araçuaí (1948), Patos de Minas (1956) e Itapecerica (1957). Em 1959 passou a titular da 6ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte e, em 1961, a Juiz Substituto de 2ª Instância. Em março de 1964 ascendeu, por merecimento, ao Tribunal de Justiça. No biênio 1970-1972 ocupou o cargo de Corregedor da Justiça Estadual e, em fevereiro de 1980, foi eleito Presidente do Tribunal de Justiça, cuja Vice-Presidência ocupava desde fevereiro de 1978. Foi, ainda, professor de Direito Civil e Organização Judiciária da Faculdade de Direito da UCMG, que dirigiu de 1969 a 1977, e de Direito Civil na FDUFMG.

Estado de Minas

Hélio Costa, setembro de 1980

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Sabará/June Marilac Baeta de Vasconcelos. CEM/UFMG./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 22 out. 1976. p. 13; 22 fev. 1980. p. 7./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 21 fev. 1978. Diário da Justiça. pp. 1-3; 23 fev. 1980. p. 2.

COSTA, Hélio Calixto da

Político, locutor, repórter, publicitário, tradutor, redator e jornalista profissional, nasceu em Barbacena, MG, a 17 de agosto de 1939. Filho de José Calixto da Costa e de Renata Florino da Costa. Foi casado com a professora Ângela Maria Tolendal.

Concluiu seus estudos secundários no Colégio Estadual de Barbacena, em 1958, e graduou-se em Ciências e Arte pela Universidade de Maryland, EUA, em 1973. Fez cursos de especialização em Produção de TV (1970), Humanismo (1971) e Correspondência Internacional (1972), todos nos EUA.

Na Rede Globo de Televisão, que passou a integrar em 1972, foi chefe da sucursal nos Estados Unidos e correspondente estrangeiro da TV brasileira. Primeiro repórter brasileiro enviado à República Popular da China, onde fez um documentário de 60 minutos, cobriu também a guerra civil em El Salvador.

Filiou-se ao PMDB e foi eleito Deputado Federal Constituinte e para o período 1987-1991. Na Câmara dos Deputados, foi 1°-Vice-Presidente da Comissão de Ordem Social (1987), titular da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias (1987); suplente das Comissões de Família, de Educação, Cultura e Esportes, de Ciência e Tecnologia e de Comunicação (1987) e suplente das Subcomissões de Ciência e Tecnologia e de Comunicação. Em 1990, candidatou-se ao Governo do Estado de Minas Gerais, não conseguindo, entretanto, eleger-se no 2° turno.

Publicou *A Obra Poética de Murilo Mendes* (1981). Recebeu diversas condecorações.

Filiou-se, posteriormente, ao PRN, partido do qual foi Vice-Líder na Câmara dos Deputados.

FONTES: Dados fornecidos pelo próprio biografado./BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Assembléia Nacional Constituinte - 1987*: repertório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. 2. ed. Brasília, 1989. p. 354.

COSTA, João Emílio de Resende

Político e magistrado, nasceu na Freguesia de Nossa Senhora da Penha de França do Arraial da Lage, Província de Minas Gerais (atual cidade de Resende Costa), a 1° de abril de 1845, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 24 de março de 1911. Filho do fazendeiro José de Resende Costa e de Josefina Carneiro de Resende Costa. Casado, em primeiras núpcias, com Ana Leonor Loureiro Gomes e, em segundas, com Urbana Loureiro Gomes.

Fez os primeiros estudos e os preparatórios em São João del-Rei, Província de Minas Gerais, e diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP em 1870.

Imediatamente ingressou na Magistratura mineira, tendo-lhe cabido instalar, como Juiz Municipal, o Termo do Rio Novo.

Logo em seguida, foi eleito Deputado à Assembléia Legislativa Provincial, onde permaneceu da 18ª à 20ª Legislaturas (1870-1875). No exercício do mandato parlamentar, combateu veementemente o projeto de lei que criava a Província de São Francisco, por meio do desmembramento da região do Paracatu, inclusive Pirapora, do território mineiro.

Servindo na Magistratura como Juiz da Comarca de Paracatu, ali pôs em execução a reforma judiciária estabelecida pela Lei 2.033, de 20 de setembro de 1871. Transferindo-se para a Província de Goiás, a fim de instalar a Comarca de Torres do Rio Bonito (Coxim), em seguida foi Juiz de Direito da Comarca de Jequitaí, com sede em Montes Claros, Província de Minas Gerais, de onde retornou, em 1879, a Paracatu, para exercer a judicatura por dez anos consecutivos. Mais tarde serviu outra vez em Rio Novo. Removido para Muzambinho, MG, em 1890, como seu primeiro Juiz de Direito, e em seguida para Mariana, MG, em dezembro de 1891. Em conseqüência da reorganização do Tribunal da Relação do Estado de Minas Gerais, foi promovido a Desembargador, cargo em que se aposentou.

Por incumbência do Governo Estadual, elaborou o projeto de Regulamento do Processo Executivo Fiscal, aprovado pelo Decreto n° 1.415, de 9 de outubro de 1900, e fez a consolidação das leis relativas à Justiça Criminal, aprovada por decreto a 29 de agosto de 1906.

Em 1887, fundou e dirigiu a Escola Normal de Paracatu. Desempenhou, em 1900, as funções de Delegado Fiscal do Governo Federal junto ao Ginásio Mineiro de Ouro Preto, por nomeação de Epitácio Pessoa, sem prejuízo do exercício da Magistratura.

Quando Desembargador, fundou em Ouro Preto a revista *Justiça*, na qual publicou artigos sobre Direito, pareceres e votos.

Na FLDMG, foi catedrático de Direito Romano e de Direito Comercial e lecionou um curso complementar de Ciências das Finanças.

Atuaram na política seus filhos Argemiro de Resende Costa* e Emílio Jardim de Resende*.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 26 mar. 1911. p. 1./GONZAGA, Olímpio. *Memória histórica de Paracatu*. Uberaba, Tip. Jardim, 1910./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 26 mar. 1911. p. 4./RESENDE e SILVA, Artur Vieira de. *Genealogia dos fundadores de Cataguases*. Rio de Janeiro, A. Coelho Branco, Fº. Editora, 1934./*Revista da Faculdade de Direito;* memória histórica (1892-1959). Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, *10:* 211-2, out. 1958-mar. 1959.

COSTA, João Resende, Arcebispo

Escritor, acadêmico e Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, nasceu em Borda da Mata, MG, a 19 de outubro de 1910. Filho de Francisco Marques da Costa Júnior e de Mariana Resende Costa.

Fez o curso secundário no Colégio São Joaquim, SP, e o curso filosófico no Colégio São Manoel, em Lavrinhas, SP, onde ingressou na Congregação Salesiana, em 1928. Freqüentou a Universidade Gregoriana, em Roma, doutorando-se em Teologia, em 1937, com a tese *L'influsso di De Dominis nella dottrina de Martin de Barcos*.

Foi ordenado sacerdote na Basílica de Santo Inácio, em Roma, Itália (1935). Em fevereiro de 1953, foi eleito Bispo da Diocese de Ilhéus, BA, tendo sido sagrado, em São Paulo, a 24 de maio, e empossado no mês de junho. Em julho de 1957 foi nomeado Arcebispo Coadjutor e Administrador Apostólico *Sede Plena* da Arquidiocese de Belo Horizonte, MG, tendo tomado posse em novembro de 1957. Por morte de Dom Antônio dos Santos Cabral, tornou-se Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte (novembro de 1967) e recebeu, em Roma, o *Pálio Arquiepiscopal* (abril de 1969), cuja imposição se deu em cerimônia na Catedral da Boa Viagem, em 24 de maio de 1969.

Exerceu o cargo de Diretor dos Estudos no Instituto Teológico Pio XI (1938-1940), foi Diretor do Liceu Coração de Jesus (1941-1943) e do Instituto Teológico Pio XI (1944-1948), todos na cidade de São Paulo.

Provincial Salesiano do Sul do Brasil em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (1948), participou do XVIII Capítulo Geral da Congregação Salesiana, em Turim, Itália, tendo sido eleito Conselheiro-Geral (1952). Durante o Concílio Ecumênico Vaticano II, foi Padre Conciliar, fazendo parte do Conselho Episcopal de Imprensa do Concílio (1962 a 1965). Foi, também, Secretário Nacional para o Apostolado dos Religiosos (1964-1968); Secretário Regional da Região Leste II: Minas Gerais e Espírito Santo (1964), Presidente da Comissão Episcopal Regional Leste II (1972), todos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB -, e Delegado do Episcopado Brasileiro na Assembléia Geral de fevereiro, em Roma, Itália, onde participou do Sínodo dos Bispos (30/9 a 29/10/77).

Fundou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena, SP (1952), e o Colégio Salesiano de Piracicaba, SP. Promoveu a criação da Diocese de Divinópolis (1958); sagrou o primeiro Bispo Auxiliar para a arquidiocese (1959); organizou o patrimônio da arquidiocese, construindo o Edifício Pio XII; promoveu a construção do edifício-sede e a instalação da Universidade Católica de Minas Gerais em seu novo campus (1969); fundou o Centro de Pastoral Catequético e o Instituto Central de Filosofia e Teologia; incentivou a Ação Social Arquidiocesana e a Cáritas; promoveu o Arquivo Dom Cabral e a Rádio Jornal de Minas, além de ter reestruturado a arquidiocese segundo as diretrizes do Concílio Vaticano II, criando o Conselho Presbiteral (1967), o Conselho Pastoral (1971) e a Coordenação de Pastoral.

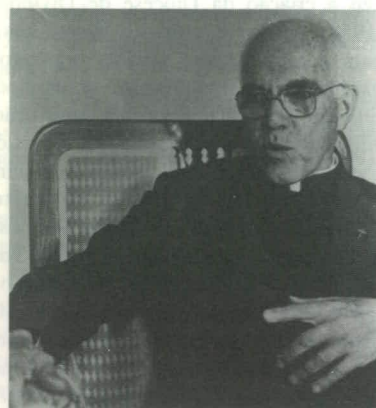
Foi membro da delegação brasileira nos congressos de Educação realizados em Bogotá, Buenos Aires, Rio de Janeiro e Havana, tendo sido, neste último, Presidente da delegação (1945; 1946; 1949 e 1953). Participou do XXXVIII Congresso Eucarístico Internacional em Bombaim, Índia (1964); do XXXIX Congresso Eucarístico Internacional em Bogotá, Colômbia (1968). Foi especialmente convocado pelo Papa Paulo VI para tomar parte na II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín, Colômbia (1968), e chefe da delegação mineira do XLI Congresso Eucarístico Internacional de Filadélfia, EUA (1976).

Em 12 de novembro de 1979 foi eleito para ocupar a cadeira n° 11 da Academia Mineira de Letras, em substituição ao Cônego Francisco Maria Bueno de Siqueira.

Recebeu inúmeros títulos honoríficos e condecorações, entre os quais o de Grão Chanceler da Universidade Católica de Minas Gerais; Cidadão Honorário de Belo Horizonte; membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais; a Medalha da República Italiana (Comendador) e a Cruz de Jerusalém (do Patriarcado Melquita de Jerusalém).

Possui crônicas e artigos publicados em vários jornais e revistas locais e do País.

É autor das seguintes obras: *Mensagens, Vidas e Fatos*, ed. do autor, Belo Horizonte, 1980; *Na Seara da Palavra*, Ed. Salesiana Dom Bosco, 1980; *Palavras do Caminho*, Belo Horizonte, 1978, e *Belo Horizonte - Cinqüenta anos de Diocese*, Belo Horizonte, 1971; *L'Influsso di de Dominis nella Dottrina di Martin de Barcos*, tese de Doutorado pela Universidade Gregoriana, Roma, Itália, 1937; *Saudação a seus Diocesanos*, 1953; *Sobre a Família*, Ilhéus, 1957; *Mensagem de Despedida e Saudação*, 1957; *Centenário das Aparições de Lourdes*, Belo Horizonte, 1963, e a tradução do livro *Dom Bosco*, de Agostinho Auffray, já na 4ª edição.

Estado de Minas

D. João Resende Costa, fevereiro de 1986

FONTES: Dados informados pela Academia Mineira de Letras. José, Oiliam. *Efemérides da Academia Mineira de Letras.* Belo Horizonte, FUMARC/PUC-MG. 1985. p.8,24.

COSTA, José Antônio de Vasconcelos

Político, advogado e professor, nasceu em Sete Lagoas, MG, a 4 de janeiro de 1918. Filho do fazendeiro José Antônio Alves Costa e de Maria José de Vasconcelos Costa. Casado, em primeiras núpcias, com Helena de Vasconcelos Costa; em segundas, com Gladys Catta Preta de Vasconcelos Costa e, em terceiras, com Rufina Braga de Vasconcelos Costa.

Fez o curso secundário no Ginásio Municipal Dom Silvério, de Sete Lagoas, e bacharelou-se, em 1937, pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, onde organizou o Partido Acadêmico Autonomista.

Ainda estudante trabalhou na Prefeitura e na Comissão Técnica Consultiva de Belo Horizonte, MG. Logo após a formatura foi nomeado Prefeito de Pouso Alto, MG. Em 1939 passava a advogado da Justiça Militar da Força Pública e Consultor Jurídico do seu Comando-Geral. No período de 1941-43, desempenhou as funções de Prefeito nomeado de Pouso Alegre e de Uberlândia.

Durante a interventoria de João Beraldo* (1946), dirigiu o Departamento das Municipalidades, o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda e o Departamento de Compras do Estado. No mesmo ano serviu no Gabinete do Ministro da Fazenda Pedro Luís Correia e Castro.

Deputado Federal da 1ª à 3ª Legislatura (1946-1959), ocupou a Secretaria da Mesa diretora da Câmara e integrou as Comissões de Serviço Público Civil, de Finanças, de Transportes e Comunicações, de Economia, do Vale do São Francisco, da Bacia do Rio Doce e de Orçamento, além de várias comissões especiais de inquérito. Como parlamentar, representou o Brasil na Conferência Mundial de Documentação e Serviço Público (Roma, Itália; 1951); na IX Conferência Internacional de Ciências Administrativas (Istambul, Turquia, 1952); na XLII Conferência da União Interparlamentar (Washington, EUA, 1953), tendo sido eleito, então, membro do Conselho permanente deste organismo, e na XLV Conferência Interparlamentar (Bangcoc, Tailândia, 1956).

Na sucessão estadual de 1955 chegou a ser lançado candidato a governador pelo PTN, mas renunciou em favor de José Francisco Bias Fortes*.

Desempenhou, ainda, os cargos de Prefeito de Sete Lagoas (1962-1966), Presidente da Águas Minerais de Minas Gerais S.A. - HIDROMINAS, Diretor-Superintendente de Turismo do Estado (1975-78).

Secretário de Estado de Administração (julho de 1978 - março de 1979), por designação do Governador Levindo Ozanam Coelho*.

Advogado militante em Belo Horizonte e em Sete Lagoas, integrou o Departamento Jurídico da Companhia de Distritos Industriais de MG.

Ingressou, em 1970, no corpo docente da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, onde lecionou Direito Internacional Público e Estudo de Problemas Brasileiros. Foi professor, também, das Faculdades de Direito de Sete Lagoas e de Teófilo Otoni, MG.

Como jornalista profissional, foi redator da *Revista do Parlamento* e Diretor do órgão do PSP *Tribuna de Minas*, que se editou em Belo Horizonte. Manteve assídua colaboração em órgãos de imprensa de Minas Gerais e de outros Estados. Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e membro do Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia, da Sociedade Brasileira de Geografia e da Geographic Society, dos EUA

Filiado ao PDS, pertenceu ao PSD, ao PSP, que dirigiu em Minas Gerais, e à Arena.

Atuaram na política seu irmão Emílio de Vasconcelos Costa* e seu sobrinho Sérgio Emílio Brant de Vasconcelos Costa*.

Além de várias monografias, publicou as obras *Trabalhos parlamentares*, em 6 volumes; *A última bandeira* (romance social); *De 7 Lagoas aos 7 mares* (impressões de viagens, com prefácio de Guimarães Rosa); *Bazar persa* (crônicas); *Na rota das velhas civilizações e Importância do Direito Internacional* (tese de concurso).

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: Prefeitura Municipal de Sete Lagoas/Isis da Silva Oliveira; José AntÔnio de Vasconcelos Costa. CEM/UFMG./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 7 jul. 1978. p. 3./FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais.* Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 7 jul. 1978. p. 5./*O Diário*, Belo Horizonte, 21 set. 1954. p. 9./Ribeiro, Coriolano Pinto & Guimarães, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1956.

COSTA, José Militão

Político e funcionário público, nasceu em Ibiraci, MG, a 13 de maio de 1942. Filho de Joubert Costa e de Ida Bertrami Costa. Casado com a administradora Marli Aparecida Ferreira.

Concluiu seus estudos secundários no Colégio Marconi, de Belo Horizonte, em 1963, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Varginha em 1979.

Foi Agente Fiscal de Tributos Estaduais, Delegado Fiscal em Itajubá e Uberlândia e Superintendente Regional da Fazenda nesta última cidade. Foi, ainda, Diretor da Receita Estadual e Presidente da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais - Affemg - e da Federação das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais do Brasil - Fafite.

Foi eleito Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991). Na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, foi Presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Planejamentos Regionais; membro efetivo das Comissões de Ciência e Tecnologia e de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas e suplente das Comissões Constitucional e de Constituição e Justiça.

Em 1990, reelegeu-se para a 12ª Legislatura (1991-1995). Na Assembléia Legislativa é Líder do PSDB.

Filiado ao PSDB, pertenceu ao PP (Partido Popular), ao PMDB e ao PFL.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

COSTA, Manuel da Silva

Político, advogado e magistrado, nasceu em Santana do Capivari, Distrito de Pouso Alto, MG, a 13 de outubro de 1910, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 16 de junho de 1973. Filho de Fernando da Silva Costa e de Mariana Carvalhal Costa. Casado com Maria Elisa Pinto Costa.

Fez o curso secundário no Ginásio São Joaquim, de Lorena, SP, e bacharelou-se pela FNDUB em 1933.

Logo depois de formado, advogou na Comarca de Pouso Alto.

Em 1936 foi nomeado Juiz Municipal do Termo de Itanhandu, MG, onde serviu quatro anos, tendo funcionado, em substituição, como Juiz de Direito de Pouso Alto.

Em 1940 deixou a Magistratura para retornar à advocacia em Itanhandu e comarcas próximas, inclusive as de Cruzeiro, SP, e Queluz, RJ.

Deputado Estadual na 2ª Legislatura (1951-1955), integrou a Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho (1951) e a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (1951; 1953-1954), presidiu à Comissão Especial para reforma da Lei de Organização Judiciária.

De 1955 à 1959, dirigiu o Departamento de Assistência aos Municípios, durante os Governos Juscelino Kubitschek de Oliveira*, Clóvis Salgado da Gama* e Crispim Jacques Bias Fortes*.

Outra vez eleito Deputado Estadual, para a 4ª Legislatura (1959-1963), foi Líder do PSD (1960), Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (1961), membro da Comissão Especial para a reforma da Lei de Organização Municipal (1960) e Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura (1962). Reeleito para a 5ª Legislatura (1963-1967), participou da Comissão Especial que tratou da demarcação da divisa de Minas Gerais com o Estado do Espírito Santo, na região do Contestado, e das Comissões de Constituição, Legislação e Justiça (1964-1965) e de Redação (1965). Em 1966, foi Líder do Governo, figurou entre os fundadores da Arena no Estado e, por indicação do Governador Israel Pinheiro da Silva*, coordenou a nova Bancada na Assembléia Legislativa. De novo Deputado Estadual na 6ª e 7ª Legislaturas (1967-1975), foi Presidente da Assembléia Legislativa (1967-1968), Vice-Líder do Governo (1971-1972) e da Arena (1972) e 1º Vice-Presidente da Comissão Diretora do Instituto de Estudos Parlamentares (1969).

Pertenceu à UDN, ao PSD e à Arena.

Atuou na política seu filho Manuel da Silva Costa Júnior*.

ALEMG

Manuel da Silva Costa

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados, 7ª Legislatura.* Brasília, *29:* s. p., 1973./ *Dados biográficos.* Informantes: Aristófanes Gomes Mendes, Prefeito de Itanhandu e Celso Vicente da Silva Costa, filho do biografado. CEM/UFMG./FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais.* Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 19 set. 1973. p. 3; 20 set. 1973. Diário do Legislativo. p. 4; 20 out. 1973. Diário do Legislativo. pp. 1-2.

COSTA, Manuel Teixeira da

Político e tabelião, nasceu na Fazenda do Engenho, no então Distrito de Matozinhos, Município de Santa Luzia, Província de Minas Gerais, no ano de 1833, e faleceu na cidade de Santa Luzia, MG, a 10 de julho de 1913.

Foi Deputado à Assembléia Provincial na 26ª Legislatura (1886-1887).

Em Santa Luzia, exerceu os cargos de Escrivão de Órfãos e Tabelião e os mandatos de Vereador, Presidente da Câmara e Agente-Executivo Municipal em diversos triênios.

Instaurado o regime republicano, elegeu-se Deputado à Constituinte Estadual de 1891 e para a 1ª Legislatura (1891-1895).

Eleito Senador Estadual, em 1896, para o restante da 2ª Legislatura (1895-1898), assumiu a vaga de Carlos Ferreira Alves*. Reeleito seguidamente, permaneceu no Senado Mineiro na 3ª e 4ª Legislaturas (1899-1906).

Na Monarquia, pertenceu ao Partido Conservador e, na República, ao PRM.

Atuou na política seu filho Ari Teixeira da Costa*.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados. 1913.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, s. n., 76, 1913./CASASANTA, Mário. Grandes vultos de Minas Gerais. In: Revista *Alterosa.* Belo Horizonte, *3* (20): 21, 103, 1941. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 11 jul. 1973. p. 5.

COSTA, Mílton

Presidente da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais S.A., bancário e empresário, nasceu em Juiz de Fora, MG, a 20 de setembro de 1916. Filho do ferroviário Adalberto Costa e de Eulália Pereira Costa. Casado com Francisca Lopes Costa.

Fez os estudos secundários nos Colégios Arnaldo e Marconi, em Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela FDUMG em 1953.

Radiotelegrafista da antiga Rede Mineira de Viação, em 1941 ingressou no quadro de funcionários do Banco do Brasil, tendo sido gerente da agência da Cidade Industrial de Contagem, MG, (1960-1965). Aposentado neste cargo, foi Diretor e Presidente da Minas Cerâmica, Presidente da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais no Governo Israel Pinheiro da Silva* (1966-1969) e Diretor do Banco Irmãos Guimarães S.A. (1969-1971). Exerceu também atividades rurais.

FONTE: *Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino.

COSTA, Odelmo Teixeira

Oficial do Exército e Secretário de Estado, nasceu em São Pedro de Uberabinha (atual Uberlândia), MG, a 29 de junho de 1919. Filho de Antônio Gomes da Costa e de Amélia Teixeira da Costa. Casado com Maria Adelina Martins da Costa.

Iniciou a carreira em março de 1941, fez os cursos da Escola Militar do Realengo; de Comando e Combate, junto ao V Exército dos EUA, no Teatro de Guerra, na Itália; de Classificação do Pessoal, de Foto-Informação, de Minas e Armadilhas, de Aperfeiçoa-

mento de Oficiais, de Liderança e Chefia, de Comando e Estado-Maior do Exército, e de Gerência Financeira, na PUC do Rio de Janeiro.

Já no posto de 2º-Tenente, integrou a Força Expedicionária Brasileira - FEB - que lutou na Europa durante a Segunda Grande Guerra. Sucessivamente promovido, em dezembro de 1970 atingiu o posto de Coronel.

Entre outras funções militares, exerceu as de Comandante de Companhia; Instrutor da Escola de Sargento das Armas; Chefe da Junta de Seleção Intelectual, Vocacional e Profissional do Exército; Técnico de Orientação das Equipes de Teste e Entrevistas; Ajudante-de-Ordens do Comandante da Zona Militar Norte e do Presidente da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos; Comandante de Batalhão; Assessor da Comissão Geral de Inquérito chefiada pelo Marechal Estevão Taurino de Resende (1964); Chefe da 2ª Seção de Informações e Segurança e do Estado-Maior da 2ª Brigada Mista de Corumbá, MT; Assistente do Comando da Infantaria Divisionária da 2ª DI, Caçapava, SP; Chefe do Estado-Maior e de 2ª Seção do Grupamento Unidade-Escola, na Vila Militar do Rio de Janeiro; Chefe do Gabinete da Diretoria de Comunicações do Exército; Chefe da 2ª Seção de Informações e Segurança da Diretoria de Estudos e Operações de Comunicações e Chefe da Diretoria de Comunicações do Exército.

Durante o Governo Rondon Pacheco*, foi Secretário da Segurança do Estado de Minas Gerais (16/3/71-15/3/75).

É portador de várias condecorações, entre elas a Medalha de Campanha da Itália, a Medalha de Guerra e a Medalha da Ordem do Mérito Militar, no grau de cavaleiro.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 2 mar. 1971. p. 3./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 mar. 1971. p. 3; 20 mar. 1971. p. 5; 15 mar. 1975. Suplemento. p. 9./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 17 mar. 1971. p. 3; 7 fev. 1975. p. 7.

COSTA, Olavo

Político e comerciante, nasceu em Barra do Piraí, RJ, a 29 de janeiro de 1901, e faleceu em Juiz de Fora, MG, a 23 de dezembro de 1967. Filho de Alfredo Luís da Costa e de Olímpia Augusta da Costa. Casado com Maria Franco da Costa.

Em Juiz de Fora, onde exercia atividades comerciais, elegeu-se Prefeito para os períodos 1950-1954 e 1960-1964.

Deputado Federal na 3ª Legislatura (1955-1959) e na 5ª (1963-1967), nesta última integrou a Comissão de Relações Exteriores da Câmara.

Ao falecer ocupava uma Diretoria do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A.

Pertenceu ao PSD, de cuja Comissão Executiva Estadual fez parte.

Atuou na política seu filho Sérgio Olavo Costa*.

FONTES: COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 24-25 dez. 1967. p. 3./*Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

COSTA, Osvaldo de Carvalho

Político, comerciante e industrial, nasceu em Espírito Santo do Pontal, Distrito de Varginha (hoje cidade de Elói Mendes), MG, a 17 de novembro de 1904. Filho de José Camilo da Costa e de Alzira Carvalho Costa. Casado com Lígia França Piedade Costa.

Fez o curso secundário no Colégio Aldridge, do Rio de Janeiro, DF.

Exerceu o mandato de Deputado Federal na 2ª Legislatura (1951-1955).

Foi Diretor Superintendente do Banco Comercial do Distrito Federal S.A., Vice-Presidente da Companhia Sul Mineira de Eletricidade S.A. e administrou diversas empresas, entre as quais o Lanifício Santa Isabel, a Tecelagem Santa Tereza, os Laboratórios Raul Leite, a Imobiliária Santa Heloísa e o Hotel Niatã.

Pertenceu ao PSD.

FONTES: COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro. Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./FLEISCHER, David. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

COSTA, Sérgio Emílio Brant Vasconcelos

Político e funcionário público, nasceu em Sete Lagoas, MG, a 13 de fevereiro de 1939. Filho do político Emílio de Vasconcelos Costa* e de Amanda Brant Costa. Casado com Maria Dalva Dias de Vasconcelos Costa.

Fez os estudos secundários nos Colégios Loyola, Santo Antônio e Arnaldo, todos em Belo Horizonte, MG, e o curso superior na Faculdade de Direito do Sul de Minas, em Pouso Alegre, e na Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, pela qual se bacharelou.

Iniciou a carreira pública como Auxiliar de Gabinete das Secretarias Estaduais da Segurança Pública e da Fazenda. Oficial Administrativo do Ministério da Fazenda, trabalhou na Subchefia da Casa Civil da Presidência da República durante o Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira* e no Gabinete do Secretário da Agricultura de Minas Gerais. Foi, ainda, Diretor Administrativo da Cooperativa Habitacional de Minas Gerais - COHAB -, Presidente da Câmara de Poluição Industrial da Secretaria de Ciência e Tecnologia e membro da Comissão de Política Ambiental da mesma repartição.

Como político, depois de exercer o mandato de Vereador à Câmara de Sete Lagoas, elegeu-se Prefeito do Município.

Deputado Estadual na 9ª e 10ª Legislaturas (1979-1987), participou de várias Comissões Parlamentares de Inquérito, foi Vice-Líder do PMDB (1979) e do Partido Popular (1981-1982); Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura (1979-1981); membro (1980-1982) e Presidente (1983-1984) da Comissão de Defesa do Meio Ambiente.

Eleito Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991), afastou-se da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais para assumir a Prefeitura Municipal de Sete Lagoas, para a qual havia sido eleito em 1988.

Foi agraciado com diversos títulos e medalhas, dentre as quais a Medalha Santos Dumont e a Medalha de Honra da Inconfidência.

Pertenceu ao PSD, ao MDB e ao Partido Popular, e, posteriormente, filiou-se ao PMDB.

Atuaram na política, além de seu pai, seus tios José Antônio Vasconcelos Costa* e Hildebrando Bisaglia*.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

COSTA, Sérgio Olavo

Político, comerciante, industrial e fazendeiro, nasceu em Juiz de Fora, MG, a 17 de janeiro de 1939, e faleceu na mesma cidade, a 4 de outubro de 1980. Filho do político Olavo Costa* e de Maria Franco Costa. Casado com Dulce Maria Gomes Costa.

Formado em Veterinária e em Administração de Empresas, dedicou-se a atividades no comércio, na indústria e na agropecuária.

Iniciou a carreira política como Vereador à Câmara Municipal de Juiz de Fora (1973-1975), onde foi Líder da Bancada do MDB e, no último ano do mandato, Presidente da Mesa.

Deputado Estadual na 8ª e 9ª Legislaturas (1975-1983), exerceu a Vice-Liderança do MDB (1975) e integrou as Comissões de Constituição e Justiça (1975), de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas (1980) e de Turismo e Patrimônio Histórico e Artístico (1980).

Pertenceu ao MDB e ao PMDB.

FONTES: *Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais*, Arquivo. Ficha biográfica./*Deputados Estaduais de Minas Gerais à 8ª Legislatura (1975-9)*. Ficha biográfica. Convênio APM/UCMG. Coordenador: Caio C. Boschi./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 5 out. 1980. p. 3./*Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

COSTA, Silo da Silva

Político, advogado e fazendeiro, nasceu em Araçuaí, MG, a 31 de maio de 1936. Filho do médico Cândido José da Costa e de Vanda da Silva Costa. Casado com Maria Lília Andrade Cunha da Costa.

Fez os estudos secundários no Instituto Padre Machado e Colégio Santo Agostinho, ambos em Belo Horizonte, MG. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro, de Uberaba, em 1961.

Exerceu a advocacia em Belo Horizonte.

Suplente de Deputado Estadual na 5ª Legislatura (1963-1967), desempenhou as funções de Oficial-de-Gabinete nas Secretarias do Interior e da Fazenda, em 1963-1964 e 1965-1966, respectivamente.

Seguidamente eleito Deputado Estadual da 7ª à 10ª Legislaturas (1971-1987), ocupou, na Assembléia, os cargos de Presidente da Comissão do Polígono das Secas (1971) e de Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Interestaduais (1971). Foi autor da lei que criou a Comissão da Sudene e Estímulos Fiscais, da que enquadrou os aposentados no quadro permanente, da que reduziu o prazo para apostilamento no serviço público de 10 para 4 anos e do Cadastramento Rural e Perdão Fiscal em 1975. Autor da Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou a poluição e comércio ilegal de diamantes no rio Jequitinhonha. Relator da CPI que apurou a poluição das águas do rio São Francisco pela Cia. Mineira de Metais e autor do requerimento que deu origem à mensagem governamental que criou o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.

É fazendeiro nos Municípios mineiros de Pirapora e Uberaba.

Pertenceu à UDN e à Arena; em seguida filiou-se ao PDS.

FONTES: *Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais*. Arquivo. Ficha biográfica; Comissões Parlamentares./*Dados biográficos*. Informante: Gabinete do Deputado Sylo da Silva Costa. CEM/UFMG./*Deputados estaduais de Minas Gerais à 8ª Legislatura (1975-9)*. Ficha biográfica. Convênio APM/UCMG. Coordenador: Caio C. Boschi./*Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

COSTA JÚNIOR, Manuel da Silva

Político, nasceu em Itanhandu, MG, a 25 de maio de 1945. Filho do político Manuel da Silva Costa* e de Marielisa Pinto Costa. Casado com Marília Furtado de Andrade.

Consultor em planejamento regional e administrador rural em Minas Gerais, elegeu-se Deputado Federal para o período 1983-1987. Na Câmara foi membro suplente da Comissão de Agricultura e Política Rural (1983).

Pertenceu ao PMDB.

FONTES: *Deputados brasileiros;* repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 47ª Legislatura (1983-1987). Brasília, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicação, 1983.

COTA, Carlos Alberto

Político e médico, nasceu em Dom Silvério, MG, a 1º de agosto de 1932. Filho de João Cota de Figueiredo Barcelos e de Raimunda Coura Barcelos. Casado com Semíramis Rodrigues Cota.

Concluiu seus estudos secundários no Colégio São José, em Juiz de Fora, MG. Diplomado pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, em 1963, exerceu a profissão em Coronel Fabriciano, MG.

Deputado Estadual na 6ª Legislatura (1967-1971), foi membro (1967) e Presidente (1968-1969) da Comissão de Mineração e Siderurgia, Vice-Líder (1969) e Líder (1970) da Bancada do MDB, e membro das Comissões de Redação (1969), de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (1969) e do Polígono das Secas (1970).

Eleito Deputado Federal da 7ª à 9ª Legislatura (1971-1983) e para o período de 1983 a 1987, na Câmara dos Deputados integrou as Comissões de Legislação Social (1971), de Trabalho e Legislação Social (1975) e de Segurança Nacional (1979), e ocupou a Vice-Liderança do MDB (1978-1979). Foi suplente das Comissões de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (1971) e de Saúde (1975), membro da CPI sobre aquisição de hospitais pelo INPS (1975-1976), da CPI sobre combustíveis não derivados do petróleo (1977-1978), da CPI sobre reajuste salarial do trabalhador (1978), da CPI sobre indústria farmacêutica (1979-1980), da CPI sobre a fome e a desnutrição da população de baixa renda (1981), titular da Comissão do Interior e suplente da Comissão de Ciência e Tecnologia. Em 1978, integrou a delegação brasileira à Assembléia-Geral da ONU, como observador parlamentar.

Em 22 de agosto de 1983, por nomeação do Governador Tancredo de Almeida Neves*, passou a desempenhar o cargo de Secretário de Estado do Governo e Coordenação Política, em substituição a Renato Mário de Avelar Azeredo*, e dirigiu, também, a Secretaria de Estado da Cultura (14/3/85 a 8/5/85).

Em 1986, elegeu-se Deputado Federal Constituinte e para o período de 1987 a 1991. Na Câmara dos Deputados, foi titular da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos (1987) e suplente da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso (1987).

Filiado ao PSDB, pertenceu ao MDB, ao Partido Popular e ao PMDB.

FONTES: *Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais*. Comissões Parlamentares./*Deputados brasileiros*: repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 7ª Legislatura (1971-5). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1971; 8ª Legislatura (1975-1979). 2. ed. Brasília, Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação, 1976. Brasil. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Assembléia Nacional Constituinte - 1987*: repertório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. 2. ed. Brasília, 1989. p. 189.

COURA, Sila Santos

Magistrado e promotor, nasceu em Pomba (hoje Rio Pomba), MG, a 30 de abril de 1911, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 12 de agosto de 1979. Filho de Jorge Coura Filho.

Diplomado pela FDUMG em 1933, no início da carreira exerceu a Promotoria de Justiça em Cássia, MG. Ingressando na Magistratura estadual em 1936, foi Juiz Municipal de Ibiraci e, em seguida, Juiz de Direito das Comarcas de Mutum (1939), Nepomuceno (1940), Estrela do Sul (1945), Rio Novo (1946) e Caratinga (1953). Removido para a 1ª Vara Cível de Juiz de Fora em 1957, em seguida serviu, em Belo Horizonte, como titular da 3ª Vara Criminal (1958) e da 8ª Vara Cível (1960) e como Juiz Substituto da 2ª Instância (1964). Em 1965, foi promovido a Juiz do Tribunal de Alçada e, em 1966, a Desembargador do Tribunal de Justiça.

FONTES: *Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.* Secretaria. Ficha funcional./ *Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino.

COUTINHO, Jair Cançado

Comandante-Geral da Polícia Militar, advogado e bacharel em Letras, nasceu em Bom Despacho, MG, a 17 de agosto de 1935. Filho de José Fortes Coutinho e de Maria Cançado Coutinho. Casado com Ivani Chagas Coutinho.

Fez o curso secundário de Humanidades, durante cinco anos, no Colégio do Caraça, Minas Gerais.

Concluiu o curso de Formação de Oficiais do Departamento de Instrução da Polícia Militar de Minas Gerais (1957) e freqüentou o curso de Polícia Militar da Usarcarib School, em Fort Gulick, Panamá (1958). Em 1962, tornou-se bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da UFMG. De 1966 a 1967, estudou na França, onde fez o curso Superior dos Oficiais da Gendarmerie Francesa, em Melun, e graduou-se em Criminologia pela Faculdade de Direito da Universidade de Paris. Participou, em 1969, do XIX Curso Internacional de Criminologia, realizado em Mendoza, Argentina. Em 1970, realizou estágio na Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Fez, ainda, o curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e o curso Superior de Polícia, ambos do Departamento de Instrução da Polícia Militar de Minas Gerais. Bacharelou-se também em Letras (Português-Francês) pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belo Horizonte (1971).

Exerceu diversas comissões e comandos na Polícia Militar de Minas Gerais, tornando-se seu Comandante-Geral no período 1980-1983. No Governo Francelino Pereira dos Santos*, chefiou o Gabinete Militar e foi Coordenador Estadual de Defesa Civil.

Em 14 de março de 1983, empossou-se como Juiz Militar do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais. No biênio 1986-1987, foi Juiz-Corregedor do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais e, de 1988 a 1989, Juiz Vice-Presidente do mesmo Tribunal.

Lecionou Criminologia no curso de Formação de Oficiais e no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais do Departamento de Instrução da Polícia Militar, e Penalogia no curso de Criminologia da Universidade Católica de Minas Gerais.

Publicou trabalhos especializados de interesse da Polícia Militar.

Possui todas as medalhas oficiais do Estado de Minas Gerais e da Polícia Militar de Minas, condecorações de diversas Polícias Militares do País e, notadamente, a Comenda da Ordem do Mérito Militar (Oficial), a Medalha do Pacificador e a Medalha do Mérito Santos Dumont.

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

COUTINHO, Júnia Marise Azeredo

Política, jornalista e advogada, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 21 de junho de 1948. Filha do advogado e político Ladislau Azeredo Coutinho e de Maria Leão Correia Coutinho.

Fez o curso secundário no Colégio Santa Teresinha, de Formiga, MG, e no Colégio Monte Calvário, de Belo Horizonte. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Uberlândia, MG, em 1967.

Iniciou a carreira de jornalista, em 1962, no *Diário de Minas*, escrevendo uma coluna de assuntos universitários. Em 1963, passou a dirigir o setor de Educação e Cultura do *Correio de Minas*, transferindo-se, posteriormente, para o *Diário de Minas*, onde permaneceu até 1975. De 1965 a 1967, trabalhou também na Assessoria de Imprensa do Governador do Estado. Foi, ainda, Diretora da Agência Nuno de Viagens, da Organização Mundial de Educação Primária (OMEP) e da Cruzada da Educação.

Vereadora à Câmara Municipal de Belo Horizonte de 1967 a 1974, elegeu-se Deputada Estadual para a 8ª Legislatura (1975-1979), tendo sido 3ª-Secretária da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa em 1975.

Deputada Federal nos períodos 1979-1983 e 1983-1987, em 1979 integrou a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.

Nas eleições de 1986, tornou-se Vice-Governadora do Estado de Minas Gerais, na chapa encabeçada por Newton Cardoso*. Em 1990, elegeu-se Senadora da República.

Atuaram na política seu irmão Dirceu Coutinho, Secretário Municipal de Obras de Belo Horizonte, sua irmã Vera de Azeredo Coutinho*, seus primos Renato Mário de Avelar Azeredo*, Wilson Azeredo Coutinho e Rubens Correia e seu sobrinho Sérgio Coutinho, os três últimos Vereadores.

Filiada ao PRN. Pertenceu ao MDB e ao PMDB.

FONTES: *Deputados estaduais de Minas Gerais à 8a. Legislatura (1975-1979).* Ficha biográfica. Convênio APM/UCMG. Coordenador: Caio C. Boschi./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 28 ago. 1966. p.

COUTINHO, Nacip Raydan

Político e médico, nasceu na Fazenda Sant'Ana, no Povoado de Folha Larga, Município de Santa Maria do Suaçuí (atual Município de Nacip Raydan), MG, a 24 de setembro de 1924, e foi assassinado, a mando do adversário político, na cidade de Santa Maria do Suaçuí, a 14 de abril de 1962. Filho de José Raydan Primo e de Rita Queirós Coutinho. Casado com Ildeza,Petrucelli Raydan.

Fez o curso secundário em Peçanha, MG, e o superior na Faculdade de Ciências Médicas do Rio de Janeiro, e na FNMUB, tendo-se diplomado por esta em 1949.

Em 1945, convocado para integrar a Força Expedicionária Brasileira, serviu no 11º Regimento de Infantaria, de São João del-Rei, mas não chegou a ser incorporado.

De 1950 a 1958, clinicou em Santa Maria do Suaçuí, onde começou a carreira política como Prefeito eleito (1954-1958).

Deputado Estadual na 4ª Legislatura (1959-1963), na Assembléia foi Presidente da Comissão de Segurança Pública (1960) e Vice-Presidente (1959) e membro (1961) da Comissão de Saúde Pública.

Pertenceu ao PSD.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados. 1962.* Brasília, Centro de Documentação e Publicidade. *4:* 54-6, s. d./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 27 dez. 1958. p. 3./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 25 abr. 1962. pp. 4-5.

COUTINHO, Rômulo Augusto Chaves

Secretário de Estado e Delegado de Polícia, nasceu em Itaúna, MG, a 28 de setembro de 1928. Casado com Glória Maria Macedo Coutinho.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais (1946). Fez, ainda, os cursos de Aperfeiçoamento de Delegado de Polícia e de Chefia de Delegado de Polícia, ambos na Academia de Polícia de Minas Gerais - Acadepol-MG.

Por concursos públicos, foi nomeado Postalista, na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, e, a seguir, Fiscal de Rendas, na Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais.

Novamente mediante concurso público, foi nomeado, em 1961, para o cargo de Delegado de Polícia. Por merecimento, recebeu várias promoções, chegando à classe final da carreira como Delegado-Geral de Polícia (1970).

Foi Delegado de Polícia da Comarca de Pará de Minas; Subchefe do Detran-MG; Diretor do Instituto de Identificação, da Superintendência da Polícia Técnico-Científica e do Centro de Recursos Humanos da Acadepol-MG; Diretor-Geral da Acadepol-MG e membro do Conselho Superior de Polícia Civil. Foi, também, Presidente da Caixa Beneficente dos Guardas Civis e Fiscais de Trânsito-MG e, por dois períodos, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia de Carreira de Minas Gerais. Aposentou-se, em 1980, no cargo de Delegado Geral de Polícia.

Por nomeação do Governador Newton Cardoso*, ocupou, de fevereiro de 1990 a março de 1991, as funções de Secretário de Estado da Segurança Pública de Minas Gerais.

Recebeu várias condecorações.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Secretaria de Estado da Segurança Pública de Minas Gerais.

COUTINHO, Vera Cruz

Política e professora, nasceu em Formiga, MG, a 19 de julho de 1932. Filha do político Ladislau de Azeredo Coutinho e de Maria Leão Correia Coutinho. É viúva de Alberto Eurípedes de Azeredo Coutinho.

Fez os estudos secundários no Colégio Nossa Senhora da Piedade, em Belo Horizonte, MG, e o curso superior de Pedagogia na Fundação Mineira de Educação e Cultura - Fumec -, tendo-se diplomado em 1977.

Na rede municipal de ensino, foi Supervisora de Saúde, Supervisora Pedagógica, Diretora de Escola, Vice-Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - e Vice-Presidente da Associação Mineira dos Inspetores Escolares.

Iniciando a carreira política como Vereadora à Câmara Municipal de Belo Horizonte (1977-1982), onde exerceu a 2ª Secretaria da Mesa Executiva, em 1982 elegeu-se Deputada Estadual para a 10ª Legislatura (1983-1987).

Na Assembléia, no período de 1983-1984, foi Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura e membro suplente das Comissões de Defesa do Meio Ambiente, de Proteção e Defesa do Consumidor, de Redação e de Saúde e Ação Social.

Foi Secretária-Adjunta de Estado de Esportes, Lazer e Turismo do Governo Newton Cardoso* (1987-1989).

Pertenceu ao MDB e, em seguida, filiou-se ao PMDB.

Atuaram na política seus irmãos Dirceu Coutinho, Secretário Municipal de Obras, Júnia Marise de Azeredo Coutinho*, seu bisavô Caetano Azeredo, antigo Secretário da Educação de Minas Gerais e seus primos Renato Mário de Avelar Azeredo*, Wilson Azeredo Coutinho e Rubens Correia, os dois últimos Vereadores.

FONTE: Dados biográficos fornecidos pela própria biografada./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

COUTO, Francisco Gonçalves

Político e comerciante, nasceu em Itabira do Mato Dentro, Província de Minas Gerais (hoje Itabira), no ano de 1883, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 23 de novembro de 1941. Casado com Maria Machado Couto.

Exercendo o comércio em Belo Horizonte, tornou-se um líder da classe. Como Vice-Presidente da Associação Comercial de Minas, em 1932, exerceu a Presidência, em substituição ao titular do cargo, que viajara ao exterior. Foi, ainda, membro do Conselho Deliberativo da Capital mineira, Presidente da Boa Imprensa S.A., empresa que editava o jornal de inspiração católica *O Diário*, e da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

FONTE: *O Diário*, Belo Horizonte, 25 mar. 1941. p. 8.

COUTO, Luís

Político, hoteleiro e industrial, nasceu em Governador Valadares, MG, a 20 de junho de 1949. Filho do médico Abel Alves Couto e de Laura Cunha Couto. Casado com Rita Maria de Almeida Couto.

Suplente de Deputado Federal na 8ª Legislatura (1975-1979), efetivou-se no mandato em 4 de agosto de 1976, tendo sido membro da Comissão de Comunicações. Para a 9ª Legislatura (1979-1983), elegeu-se de novo suplente de Deputado Federal.

Pertenceu ao MDB.

FONTES: *Deputados brasileiros;* repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 8ª Legislatura (1975-9). 2. ed. Brasília, Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 1976./*Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais.* Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

COUTO, Paulo Heslander

Político, Oficial da Polícia Militar e engenheiro, nasceu em Barão de Cocais, MG, a 21 de outubro de 1946. Filho de José Braga Couto e Aimée Cançado Couto. Casado com Heleni de Melo Fonseca Couto.

Fez os cursos de formação de Oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais (1964-1967); de Engenharia Eletrônica, pelo Inatel, em Santa Rita do Sapucaí, MG (1970-1976) e de Engenharia Econômica, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1983).

Foi Presidente do Departamento Estadual de Telecomunicações - Detel-MG (1983-1985) e da Telecomunicações de Minas Gerais S.A. - Telemig (1985-1990).

Em 1990, elegeu-se Deputado Federal para o período 1991-1995, pelo PTB.

FONTE: BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Deputados brasileiros:* repertório biográfico. 49ª Legislatura 1991-1995. Brasília, 1991. p. 532.

COUTO, Plauto Soares

Presidente da MinasCaixa, nasceu em Lavras, MG, a 6 de abril de 1920. Filho de Francisco Soares do Couto e Margarida Vieira Couto.

Foi Diretor (18/4/79) e, posteriormente, Presidente da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais S.A. - MinasCaixa - (13/5/82).

FONTE: Dados informados pelo Departamento de Pessoal da MinasCaixa.

COUTO, Ronaldo Costa

Ministro de Estado, professor e pesquisador, nasceu em Luz, MG, a 3 de novembro de 1942. Filho de Francisco Olinto do Couto e de Maria José Costa.

Bacharelou-se pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (1966), e fez pós-graduação em Planejamento Geral do Desenvolvimento (Instituto Latino-americano de Planificación Económica y Social - Organização das Nações Unidas, 1969).

Professor de Teoria Econômica e Planejamento Econômico, na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG (1967-1973), lecionou, também, no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Cedeplar -, do qual foi pesquisador (1967-1971).

Foi Coordenador da Assessoria Econômica da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (1971-1973) e Superintendente-Geral de Desenvolvimento da Companhia Vale do Rio Doce (1974-1975).

No Rio de Janeiro, ocupou os cargos de Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral, Secretário Executivo do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social, e Presidente dos Conselhos Deliberativo e Consultivo da Região Metropolitana (1975-1979) durante o Governo Faria Lima.

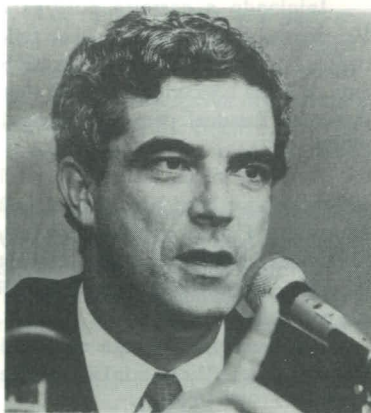
Na administração federal, foi Superintendente do Instituto de Planejamento da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (março/agosto de 1979) e, de 1979 a 1983, Secretário Executivo da Befiex, órgão responsável pelos programas especiais de exportação.

Convocado pelo Governo Tancredo de Almeida Neves*, assumiu a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (1983-1985). Nessa condição, supervisionou as entidades que compõem o Sistema Estadual de Planejamento: a Fundação João Pinheiro, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha - Codevale -, o Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa - CEAG - e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG -, do qual foi, também, Presidente (1984-1985).

Durante o Governo José Sarney, foi Governador do Distrito Federal (08/04 a 09/05/1985), Ministro de Estado do Interior (15/03/1985), Ministro de Estado do Trabalho e, a partir de abril de 1987, Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

Desde dezembro de 1990, é Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Tem vários trabalhos publicados, sobretudo nas áreas de planejamento e economia brasileira.

Estado de Minas

Ronaldo Costa Couto, janeiro de 1988

FONTES: *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 16 mar. 1983. p.12. *Governos da República. 15/ ll/1889 a 15/03/1987* /Presidência da República, Gabinete Civil, Divisão de Documentação - 2. ed. rev. e atual. - Brasília: 1987, p. 260.

COUTO, Ulisses de Araújo

Político, advogado e fazendeiro, nasceu em Alto Rio Doce, MG, a 23 de outubro de 1913. Filho de José Gonçalves Moreira Couto e de Maria de Araújo Couto.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro de Barbacena, MG, e bacharelou-se pela FDRJ.

Depois de formado, exerceu a advocacia em Barbacena até 1945.

Nomeado, então, Prefeito de Alto Rio Doce, ficou no posto um ano e oito meses. Em 1947, elegeu-se Vice-Prefeito do Município. De 1951 a 1955, ocupou o cargo de Secretário da Prefeitura de Barbacena, do qual se afastou para candidatar-se à Assembléia Legislativa em 1954, mas não se elegeu.

Era Oficial-de-Gabinete do Governador José Francisco Bias Fortes* quando se elegeu Deputado Estadual para a 4ª Legislatura (1959-1963), mandato a que renunciou em novembro de 1962. Suplente de Deputado na 5ª Legislatura (1963-1967), substituiu a Raimundo Soares de Albergaria Filho* em junho-julho de 1966. Na Assembléia, foi Vice-Líder do PSD (1960), Presidente da Comissão de Trabalho e Ordem Social (1960), Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (1959) e membro das Comissões de Siderurgia (1960), de Serviço Público Civil (1961) e de Segurança Pública (1962).

Pertenceu ao PSD.

FONTE: *Diário de Minas,* Belo Horizonte, 30 jan. 1959. p. 5.

CRAIDE, Eurípedes

Político, radialista, advogado e construtor, nasceu em Conquista, MG, a 15 de março de 1930. Filho de Salomão Craide e Inês Maria de Jesus. Casado com Zeni Marega Craide.

Em Uberaba, MG, concluiu o curso secundário no Colégio Cristo Rei (1962) e os de Técnico em Contabilidade e de Desenho Arquitetônico. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro (1967).

Antes de ingressar na política, exerceu as atividades de telegrafista em sua cidade natal, de radialista em Uberaba e Belo Horizonte, comerciante, fiscal de obras da Prefeitura de Uberaba, projetista e construtor licenciado em Conceição das Alagoas, MG.

Iniciou sua carreira política em 1954, como Vereador por Uberaba, MG, reelegendo-se sucessivamente, até 1966. Nesse período, foi Vice-Presidente da Câmara Municipal.

Elegeu-se Deputado Estadual da 6ª à 10ª Legislatura (1967-86). Na Assembléia, desempenhou os cargos de 4º Secretário da Comissão Executiva (1971-72), Vice-Líder do MDB (1970), Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada e Contas (1979), Vice-Presidente (1967) e Presidente (1975) da Comissão de Serviço Público, Vice-Presidente (1968-1970) e membro (1967-69) da Comissão de Assuntos Municipais e Interestaduais, Vice-Presidente das Comissões de Trabalho e Ordem Social (1968) e de Educação e Cultura (1980-82), membro das Comissões de Constituição e Justiça (1973), de Economia e Obras Públicas (1973), de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas (1974), da Comissão Especial incumbida de organizar as festividades do sesquicentenário da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1984).

O Centro de Cronistas Parlamentares e Políticos de Minas Gerais elegeu-o um dos melhores Deputados da 7ª Legislatura.

Eleito Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991), afastou-se de suas funções legislativas para assumir a Secretaria de Estado da Administração de Minas Gerais, em 15 de março de 1987, no Governo Newton Cardoso*. Exonerado dessa Secretaria em 12 de maio de 1988, reassumiu suas funções na Assembléia Legislativa, onde foi Vice-Líder do Governo, Vice-Presidente da Comissão de Energia, Minas e Metalurgia e suplente das Comissões de Constituição e Justiça, de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas e de Obras Públicas.

Filiado ao PMDB, pertenceu ao PSB, ao MDB e ao Partido Popular.

Atuou também na política seu filho Wilson Marega Craide, Prefeito Municipal de Cachoeira da Prata, MG.

FONTES: *Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.* Ficha biográfica./*Dados biográficos.* Informante: Euclides Pereira Cintra/Prefeitura Municipal de Brasópolis/ Francisco Régis Resende Noronha; Prefeitura Municipal de Itajubá/José Armelim Bernardo Guimarães. CEM/UFMG./*Deputados estaduais de Minas Gerais à 8ª legislatura (1975-79).* Ficha biográfica. Convênio APM/UCMG. Coordenador Caio C. Boschi./*Diário de Minas,* Belo Horizonte, 4 fev. 1966. p. 3./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 1º fev. 1966. p. 9; 4 fev. 1966. p. 5./ FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais.* Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 4 fev. 1966. p. 7.

CRISTO, José Carlos Campos

Oficial do Exército, advogado e Chefe de Polícia, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 6 de dezembro de 1902. Filho do Coronel da Força Pública de Minas Gerais Antônio Francisco Vieira Cristo e de Eufrosina Campos Cristo. Casado com Maria de Lourdes Barbosa de Campos Cristo.

Fez os estudos secundários nos colégios Anglo-Mineiro e Arnaldo, em Belo Horizonte, e os preparatórios em Ouro Preto, MG. Concluiu a Escola Militar do Realengo em 1922 e, posteriormente, matriculou-se na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, DF, pela qual se bacharelou em 1928.

Iniciou a carreira militar na 12ª Companhia de Metralhadoras, sediada em Ouro Preto. Em seguida serviu no 12º Regimento de Infantaria, em Belo Horizonte, inclusive como ajudante-de-ordens do General Napoleão Felipe Ache, encarregado de instalar a antiga 8ª Brigada de Infantaria. Colaborou com o General Maurice Gustave Gamelin, Chefe da Missão Militar Francesa que, logo após a 1ª Grande Guerra, reorganizou o Exército brasileiro. De 1922 a 1926, foi ajudante-de-ordens do Ministro da Guerra, Marechal Fernando Setembrino de Carvalho. Comissionado na Força Pública do Estado de Minas Gerais em janeiro de 1927, ainda no posto de 1º Tenente, instalou e dirigiu a Escola de Sargentos.

Tomou parte da Revolução de 1930 e no movimento constitucionalista de 1932, após o qual esteve exilado em Portugal cerca de um ano.

Retornando ao Brasil, advogou em Belo Horizonte, onde foi um dos fundadores do jornal oposicionista *O Debate.*

Beneficiado pela anistia de 1934, voltou à ativa no Exército, na Capital mineira. Depois de desempenhar o cargo de Assistente Militar do General Eduardo Alcoforado, Comandante da 8ª Brigada de Infantaria, ao organizar-se o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, ali foi Instrutor de Infantaria.

Reformado em 1938, reintegrou-se nas atividades da vida civil e, durante o Governo Mílton Soares Campos*, exerceu as funções de Chefe de Polícia do Estado (21/3/47-31/1/51).

Voltando ao serviço ativo do Exército, em 1955 participou dos trabalhos de organização do Colégio Militar de Belo Horizonte, do qual foi Subcomandante a partir de sua instalação, em 1956, até 1962.

Então na reserva, já no posto de General-de-Brigada, desde maio de 1971 exerceu a Presidência da Comissão Municipal do Movimento Brasileiro de Alfabetização - Mobral - em Belo Horizonte. Foi, ainda, Presidente da Fundação Universitária Mineira de Arte - FUMA - e da Associação Mendes Pimentel.

Recebeu as Medalhas Militar de Ouro e do Mérito Santos Dumont.

Pertenceu ao PR, tendo sido Secretário da Comissão Diretora Estadual.

FONTES: *Almanaque da Força Pública. Estado de Minas Gerais.* Organizado na II Seção do Departamento Administrativo (Comando-Geral). Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1928./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 21 mar. 1947. pp. 10-1.

CRUZ, Celestino Soares da

Político, comerciante e professor, nasceu na vila de Montes Claros, Província de Minas Gerais (hoje cidade de Montes Claros), a 3 de maio de 1844, e faleceu em Teófilo Otoni, MG, em 21 de setembro de 1918. Filho de Jacinto Soares de Oliveira e de Ana Caetana de Jesus e Barros. Casado com Jacinta Maria da Conceição Soares.

Fez todos os estudos em sua terra natal, onde, além de exercer atividades do comércio, exerceu as de professor, Inspetor de Ensino, Promotor e advogado provisionado.

Ainda em Montes Claros, foi Juiz de Paz, Vereador e Intendente (Prefeito) Municipal.

Elegeu-se Deputado Estadual para a 2ª, 3ª e 4ª Legislaturas (1895-1906).

Na Monarquia, pertenceu ao Partido Conservador e, na República, ao PRM.

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: Prefeitura Municipal de Montes Claros/ Hermes Augusto de Paula. CEM/UFMG./ Minas *Gerais,* Belo Horizonte, 23-24 set. 1918. p. 6./MOURA, Ignácio. Voto de pesar a Celestino Soares da Cruz. In: Minas *Gerais.* Belo Horizonte, 21 mar. 1919. p. 9./PAULA, Hermes de. *Montes Claros; sua história, sua gente e seus costumes.* Rio de Janeiro. IBGE, 1957./VIANA, Nelson. *Efemérides montes-clarenses.* 1707-1962. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1964; *Serões Montes-clarenses.* Belo Horizonte, Itatiaia, 1972.

CRUZ, Dilermando Martins da Costa

Escritor, acadêmico e jornalista, nasceu em Leopoldina, Província de Minas Gerais, a 5 de setembro de 1879, e faleceu em Juiz de Fora, MG, no ano de 1935. Casado com Maria Antonieta Lobato Chagas Cruz.

Fez os estudos secundários no Colégio Mineiro de Ouro Preto, MG, e no Ginásio Mineiro de Barbacena, MG.

Como jornalista, fundou e dirigiu, em Leopoldina, a *Folha de Leste*; em Juiz de Fora, foi redator-chefe do *Correio da Tarde* e, em Barbacena, redator da revista ilustrada *Mensal*, dirigida por Aldo Delfino. Manteve, ainda, assídua colaboração nos jornais cariocas *O Paiz* e *Gazeta de Notícias*.

Membro fundador da AML, ocupou a cadeira nº 15, que tem como Patrono Bernardo Guimarães.

É autor das obras *Primeiras rimas* (1896); *Diáfanos* (1898); *Poesias* (1909); *Bernardo Guimarães,* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1910. Enfeixou em volume, com o título *Palestras literárias*, numerosas conferências e deixou inédito o romance *O anacoreta*.

Atuou na política seu filho Dilermando Martins da Costa Cruz Filho*.

FONTES: *Academia Mineira de Letras.* Arquivo./Martins de Oliveira. *História da literatura mineira.* 2 ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./Martins de Oliveira & José Oiliam. *Efemérides da Academia Mineira de Letras.* Belo Horizonte, AML, 1980.

CRUZ, Joaquim Figueira da Costa

Político, advogado e jornalista, nasceu em Cataguases, na então Província de Minas Gerais, a 11 de maio de 1884, e ali faleceu no ano de 1931. Casado, em primeiras núpcias, com Maria da Glória Martins dos Santos e, em segundas, com Zenar Macedo.

Fez os estudos secundários no Ginásio Mineiro de Barbacena, e o curso superior na FLDMG, pela qual se bacharelou em 1907.

Formado, exerceu a Promotoria Pública e o jornalismo em Cataguases, onde fundou os periódicos *A Epocha,* em junho de 1909, e *A Folha,* em novembro de 1916.

Deputado Estadual na 7ª Legislatura (1915-1918), posteriormente exerceu o cargo de Prefeito do Município de Caxambu, MG (1926-1928), e a advocacia no Rio de Janeiro, DF.

Pertenceu ao PRM.

FONTES: *Diário de Minas,* Belo Horizonte, 11 maio 1918. p. 3./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino.

CRUZ, Lúcio de Sousa

Político e advogado, nasceu em Curvelo, MG, a 26 de setembro de 1920. Filho do professor Ricardo de Sousa Cruz e de Mercedes Palhares de Sousa Cruz. Casado com Natalina Fonseca de Sousa Cruz.

Fez o curso secundário no Colégio Arnaldo, de Belo Horizonte, MG, e no Liceu Mineiro, de Curvelo, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, em 1945.

Advogou em Esmeraldas, MG, e em Belo Horizonte, onde ingressou, em 1956, no quadro de Procuradores da Previdência Social. Foi Oficial de Gabinete do Secretário Estadual da Viação e Obras Públicas, José Esteves Rodrigues*, durante o Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira* (1951-1952). No início da administração Clóvis Salgado da Gama* (março de 1955), fez parte do Gabinete do Governador e, em seguida (abril de 1955-janeiro de 1956), chefiou o Gabinete do Secretário da Viação e Obras Públicas, José Augusto Ferreira Filho*.

Deputado da 4ª à 8ª Legislatura (1959-1979), ocupou os cargos de 1º Secretário da Comissão Executiva da Assembléia (1975), 1º Vice-Líder da Maioria (1959-1960), Presidente da Comissão de Educação e Cultura (1960), Vice-Presidente (1973) e membro (1966-1967; 1969; 1971-1972; 1974) da Comissão de Siderurgia e Mineração, e membro das Comissões de Constituição, Legislação e Justiça (1961; 1968), de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (1966), de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1972-1974) e de Serviço Público (1973-1974).

De 8 de janeiro de 1963 a 1º de julho de 1965, esteve licenciado do mandato para exercer as funções de Secretário da Viação e Obras Públicas do Governo José Magalhães Pinto*. Em maio de 1979, assumiu a direção financeira da autarquia estadual Comissão de Construção, Ampliação e Reformas de Prédios Escolares - Carpe.

Pertenceu ao PR - que representou junto ao TRE - e foi Secretário da Comissão Executiva Estadual do partido; integrou, depois, a Arena; em 31 de dezembro de 1980, estava filiado ao PDS.

Atuou na política seu irmão Canuto Alves da Cruz e Sousa, Prefeito de Abaeté, MG, em dois períodos.

FONTES: *Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.* Comissões Parlamentares./ *Deputados Estaduais de Minas Gerais à 8ª Legislatura. (1975-9).* Ficha biográfica. Convênio APM/UCMG. Coordenador Caio C. Boschi./*Diário de Minas,* Belo Horizonte, 17 jan. 1959. p. 3; 9 jan. 1963. p. 3./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 2-3 out. 1965. p. 3./ FLEISCHER. David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais.* Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 15 out. 1955. p. 9; 9 jan. 1963. p. 28./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino.

CRUZ, Mílton Pereira da

Político e biólogo, nasceu em Juramento, MG, a 17 de novembro de 1949. Filho do comerciante José Pereira da Cruz e de Ana Pereira de Sousa. Casado com Zenaide Coelho de Sousa.

Concluiu seus estudos secundários no Colégio Estadual Tiradentes, da Polícia Militar de M.G., em 1968, e graduou-se em Biologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Montes Claros em 1976.

Foi funcionário da agência do INPS de Montes Claros. Em 1982, elegeu-se Vereador por esta cidade, pelo PMDB e, em 1986, filiou-se ao PTB, Partido pelo qual se elegeu Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991).

Na Assembléia, foi Líder da Bancada do PTB, suplente das Comissões Constitucional, de Agropecuária e Política Rural, de Energia, Minas e Metalurgia, de Assuntos da SUDENE, de Estímulos Fiscais e de Segurança, além de membro Efetivo das Comissões de Defesa do Meio Ambiente e de Energia, Minas e Metalurgia.

Em 1988, transferiu-se para o PDC, tendo sido seu Líder na Assembléia em 1989. Foi filiado, também, ao Partido Popular (PP) e ao PMDB.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

CRUZ FILHO, Dilermando Martins da Costa

Político, médico e empresário, nasceu em Juiz de Fora, MG, a 19 de maio de 1907, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 28 de junho de 1971. Filho do advogado e escritor Dilermando Martins da Costa Cruz* e de Maria Antonieta Lobato Chagas Cruz. Casado com Maria Luísa Tostes de Carvalho Costa Cruz.

Fez o curso secundário no Colégio Militar do Rio de Janeiro e diplomou-se pela FMRJ.

Voltando à sua terra natal para clinicar, fundou e dirigiu por muitos anos a Casa de Saúde e Maternidade de Juiz de Fora, onde foi também cardiologista e radiologista. Em março de 1931 tornou-se médico da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e, como tal, participou da Revolução de 1932 na região da Serra da Mantiqueira e foi ferido em combate.

Vereador à Câmara de Juiz de Fora em 1936, tomou posição contra o Estado Novo, o que lhe valeu a cassação do posto de Capitão-Médico.

Reconstitucionalizado o País, elegeu-se Deputado à Constituinte mineira e para a 1ª Legislatura (1947-1951), durante a qual fez parte da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio (1947).

Era Líder da Bancada do PR quando renunciou ao mandato, no fim de 1947, para assumir a Prefeitura de Juiz de Fora, para a qual fora eleito.

Ocupava uma Diretoria da Companhia Mineira de Eletricidade S.A., de Juiz de Fora, ao eleger-se Deputado Federal para a 2ª Legislatura (1951-1955).

Esteve licenciado da Câmara, de setembro de 1952 a janeiro de 1953, a fim de, no Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira*, desempenhar as funções de Secretário Estadual da Viação e Obras Públicas.

Eleito novamente Deputado Federal para a 3ª Legislatura (1955-1959), integrou a Comissão de Tomada de Contas.

Foi, ainda, Diretor do Banco Mineiro da Produção S.A. e da Companhia de Financiamento e Investimento de Minas Gerais, Presidente da Malharia Sedan S.A. e Diretor do órgão de imprensa juiz-forana *Correio da Tarde.*

Pertenceu ao PR e à Arena.

FONTES: *Almanaque da Força Pública. Estado de Minas Gerais.* Organizado pelo Estado-Maior. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1936./*Anais da Câmara dos Deputados.* 1971. Brasília, Diretoria de Documentação e Publicidade. v. 9./*Dados biográficos.* Informante: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/ Robertson Caloman Jacob Plischke. CEM/ UFMG./FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais.* Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 9 set. 1952. p. 13; 7 ago. 1971. pp. 6-7/*O Diário,* 31 maio 1950. p. 9.

CUNHA, Aécio Ferreira da

Político e advogado, nasceu em Teófilo Otoni, MG, a 4 de janeiro de 1927. Filho de Tristão Ferreira da Cunha* e de Júlia Versiani Ferreira da Cunha. É divorciado de Inês Maria Neves da Cunha, filha de Tancredo de Almeida Neves*.

Fez os estudos secundários no Colégio São Bento do Rio de Janeiro, DF, em 1945, e o curso superior, na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, pela qual se bacharelou em 1950.

Passando a advogar em Belo Horizonte, ingressou na vida pública como Chefe do Gabinete de seu pai, Secretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira* (31/1/51 - 2/3/53).

Depois de servir no Gabinete do Secretário da Educação, elegeu-se Deputado Estadual para a 3ª Legislatura (1955-1959) e reelegeu-se para a 4ª (1959-1963). Na Assembléia exerceu os cargos de Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1959; 1961), Vice-Presidente da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio (1955; 1958; 1962), de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (1957; 1962) e de Constituição, Legislação e Justiça (1960), e Líder do PR.

Deputado Federal da 5ª à 9ª Legislaturas (1963-1983), foi membro das Comissões de Orçamento (1971), de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas (1971), de Minas e Energia (1974-1975; 1979) e de Ciência e Tecnologia (1979). Integrou a representação do Congresso Nacional junto à União Interparlamentar em Paris (1971) e à Escola Superior de Guerra em visita aos EUA (1973). Foi reeleito para o período 1983-1987.

Pertenceu ao PR e à Arena, nesta tendo sido, em 1979, Presidente da Comissão Executiva Estadual e do Diretório Regional de Minas Gerais; em seguida, filiou-se ao PDS, de cujo Diretório Estadual foi Presidente.

Além de seu pai, atuaram na vida pública seu filho Aécio Neves da Cunha* e seu irmão Celso Ferreira da Cunha, ex-Secretário da Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro, já falecido.

FONTES: *Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.* Comissões Parlamentares/ *Dados biográficos.* Informante: Aécio Ferreira da Cunha. CEM/UFMG./*Deputados brasileiros;* repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados, 1968; 7ª Legislatura (1971/5). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1971; 8ª Legislatura (1975/9). 2. ed. Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação, 1976./*Diário de Minas,* Belo Horizonte, 19 dez. 1954. p. 17; 19 maio 1979. pp. 1-3/ *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 27 mar. 1979. p. 4; 19 maio 1979. p. 3.

CUNHA, Aécio Neves

Político e economista, nasceu em Belo Horizonte, a 10 de março de 1960. Filho do advogado Aécio Ferreira da Cunha* e de Inês Maria Tolentino Neves. Casado com Andréa Falcão Costa Leite Cunha.

Concluiu seus estudos secundários no Colégio São Vicente, do Rio de Janeiro, em 1979, e formou-se em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em 1984.

Foi Secretário de Gabinete Parlamentar na Câmara dos Deputados (1977-1981), Secretário particular do então Governador de Minas Gerais, Tancredo de Almeida Neves* (1983-1984); integrou o quadro de funcionários do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG -, como economista e Diretor de Loterias da Caixa Econômica Federal (1985-1986).

Eleito Deputado Federal Constituinte para o quadriênio 1987-1991, exerceu na Assembléia Nacional Constituinte o cargo de 1º-Vice-Presidente da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher (1987). Foi ainda titular da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais, da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher (1987) e suplente da Comissão de Sistematização (1987-1988). Na Câmara dos Deputados, foi titular das Comissões de Defesa do Consumidor e de Meio Ambiente (1989-1990) e de Relações Exteriores (1990-1991) e suplente das Comissões de Constituição e Justiça e de Redação (1989-1991). No Congresso Nacional, foi titular da Comissão Mista de Orçamento (1990-1991).

Por indicação do Ministério da Educação e Cultura, representou o Brasil como Presidente da Comissão do Ano Internacional da Juventude (1985) em Moscou. Foi autor da emenda constitucional que estendeu o direito de voto aos maiores de 16 anos. É fundador e membro executivo da Fundação Tancredo Neves.Presidiu o PMDB Jovem de Minas Gerais (1983-1984). Em 1985, foi nomeado Secretário Particular para Assuntos Especiais da Presidência da República.

Em 1990, reelegeu-se Deputado Federal para o período 1991-1995.

Filiado ao PSDB. Pertenceu ao PMDB.

Atuaram na política, além de seu pai, seus avós Tancredo de Almeida Neves* e Tristão Ferreira da Cunha*, sua irmã Andréa Neves da Cunha e seu primo Francisco Dornelles*.

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado. CEM-UFMG/DCP-ALEMG./ BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Assembléia Nacional Constituinte - 1987:* repertório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. 2ª ed. Brasília, 1989. p. 74./BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Deputados brasileiros:* repertório biográfico. 49ª Legislatura 1991-1995. Brasília, 1991. pp. 42-43.

CUNHA, Afrânio Rodrigues da

Político, comerciário e comerciante, nasceu em Araguari, MG, a 13 de maio de 1907. Filho de Eduardo Rodrigues da Cunha e de Amália Ambrosina de Oliveira. Casado com Dorama Agel da Cunha.

Quando jovem, desempenhou a função de gerente das Casas Pernambucanas e, posteriormente, organizou firma comercial própria, em Araguari.

Em outubro de 1930 serviu de elemento de ligação das forças revolucionárias do Triângulo Mineiro com as dos Estados de São Paulo e Goiás.

Eleito, em outubro de 1954, Prefeito de Uberlândia, MG, para o período de 1955-

1959, seu primeiro ato ao assumir o cargo foi contrair empréstimo sob sua responsabilidade de pessoal para pôr em dia o pagamento do funcionalismo municipal. Também resolveu a crise econômica por que passava a Santa Casa de Misericórdia local. Conseguiu do Ministério da Guerra a localização, em Uberlândia, de uma Companhia do 12º Regimento de Infantaria e, do Ministério da Agricultura, a instalação do 15º Distrito Florestal.

Suplente de Deputado Federal na 4ª Legislatura (1959-1963), exerceu o mandato a partir de 1961.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados. 1968.* Brasília, Diretoria de Documentação e Publicidade, *6:* 930, 1968./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 27 abr. 1968. Diário do Legislativo./TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central.* Uberlândia, Uberlândia Gráfica Editora, 1970. v. 2./*Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais.* Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

CUNHA, Antônio Peixoto de Lucena

Político e advogado, nasceu na Freguesia de São Miguel, Município de Minas Novas (hoje cidade de Jequitinhonha), MG, a 9 de abril de 1896, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 5 de setembro de 1962. Filho de Carlos da Cunha Peixoto e de Iveta Lucena da Cunha Peixoto. Casado com Belmira da Cunha Peixoto.

Fez o curso secundário no Liceu de Teófilo Otoni, MG, e no Colégio Benjamin Dias, de Belo Horizonte, e bacharelou-se pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, DF, em 1920.

Foi um dos sustentáculos da Aliança Liberal na região norte-mineira, onde advogava.

Vereador e Prefeito nomeado de Jequitinhonha durante o Governo Olegário Dias Maciel*, em 1945 figurou entre os fundadores da UDN no Estado.

Depois de exercer o mandato de Deputado Federal na 2ª Legislatura (1951-1955), integrou a Diretoria da Companhia Agrícola de Minas Gerais S.A. - CAMIG.

FONTES: *Estado de Minas,* Belo Horizonte, 7 set. 1962. p. 4./FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais.* Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte.

CUNHA, Eurico da Silva

Magistrado, promotor e advogado, nasceu em Bicas, então Distrito de Guarará, Província de Minas Gerais, no ano de 1886, e faleceu em 1961. Filho de Altivo Cunha. Casado com Nair de Castro Cunha.

Fez os estudos secundários no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela FLDMG em 1907.

No início da carreira foi Delegado de Polícia em Rio Branco (hoje Visconde do Rio Branco), MG, onde posteriormente exerceu a advocacia. Depois de ocupar a Promotoria Pública da Comarca de Patrocínio, MG, ingressou na Magistratura Estadual como Juiz Municipal de Rio Casca. Promovido a Juiz de Direito, serviu sucessivamente em Palma, Guaxupé, Conselheiro Lafaiete e Juiz de Fora. Nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça, aposentou-se neste cargo, no ano de 1956.

FONTES: *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 17 jun. 1961. Diário do Legislativo. p. 2./*Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino.

CUNHA, Gastão da

Político, diplomata, magistrado e professor, nasceu em São João del-Rei, Província de Minas Gerais, a 29 de julho de 1863, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 3 de julho de 1927. Filho do político Balbino Cândido da Cunha e de Antônia Carolina da Fonseca Cunha. Casado com Elisa Batista de Castro da Cunha.

Fez o curso de Humanidades no externato São João, em sua terra natal, os preparatórios em Ouro Preto e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP em 1884, tendo como colegas de turma Sabino Alves Barroso Júnior*, Germano Haslocher e Muniz Barreto.

Diplomado, voltou a Minas Gerais, onde foi, sucessivamente, Promotor Público em Rio Novo (1885-1886), Juiz Municipal em Ubá (1887-1890) e Juiz de Direito em Tiradentes (1890-1892) e Rio Preto (1893-1894).

Deixando a Magistratura, dirigiu a Imprensa Oficial do Estado de novembro de 1894 a agosto de 1895. Neste ano, foi nomeado Subprocurador da República em Ouro Preto, como primeiro ocupante do cargo que exerceu por um ano.

Nomeado lente substituto da FLDMG, tomou posse em 15 de março de 1896. Em 25 de maio de 1897, com a renúncia de João Pinheiro da Silva*, foi promovido a catedrático de Direito Público Internacional e Diplomacia, que imediatamente trocou pela cadeira de Direito Criminal mediante permuta com Raimundo Correia*, mas acabou por lecionar as duas disciplinas. Somente se desligou de maneira definitiva do magistério, por renúncia, em março de 1908.

Eleito Deputado Federal para a 4ª e 5ª Legislaturas (1900-1908), durante as quais integrou a Comissão de Diplomacia e Tratados, renunciou ao mandato parlamentar em 1905, ao ser escolhido pelo Barão do Rio Branco para árbitro brasileiro no Tribunal Arbitral Brasileiro-Boliviano. Com igual investidura voltou a ser distinguido em 1906, quando passou a representar o Brasil no Tribunal Arbitral Brasileiro-Peruano. Foi delegado brasileiro à 3ª e à 4ª Conferências Pan-Americanas, que se realizaram, respectivamente, no Rio de Janeiro (1907) e em Buenos Aires (1910). Em ambas fez parte da Comissão de Arbitragem e Tratados e sustentou, a propósito das reclamações pecuniárias, a tese de que permitir ou invocar o direito arbitral na esfera do direito das gentes não é abdicar da soberania. Desempenhou, a seguir, as funções de enviado extraordinário e Ministro Plenipotenciário no Paraguai (1907), na Dinamarca, Suécia e Noruega (1911), na Santa Sé (1913) e na Espanha (1914). Em 1915, foi nomeado Subsecretário das Relações Exteriores e, posteriormente, Embaixador efetivo em Lisboa (1916), Roma (1919) e Paris (1919-1921). Em 1920 serviu como delegado do Brasil junto à Liga das Nações, tendo sido membro permanente e Presidente do seu Conselho. Por motivos de doença aposentou-se como Embaixador Extraordinário em 1922, quando regressou definitivamente ao Brasil.

Em política, integrou o grupo do "Jardim da Infância" e pertenceu ao PRM.

No Império seu pai foi Deputado-Geral e Presidente da Província do Grão-Pará.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados.* 1ª Sessão da 10ª Legislatura no ano de 1927. 5ª Sessão Ordinária aos 20 jul. 1927. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1928./AVELAR, Antônio Ribeiro de. *Figuras da Casa de Minas.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1960./Campomizzi Filho. Centenário do nascimento de Gastão da Cunha. In: Estado *de Minas,* Belo Horizonte, 28 jul. 1963. Suplemento Dominical. p. 1./CARVALHO, Antônio Gontijo de. Gastão da Cunha. In: Digesto *Econômico.* São Paulo, (70): 60-79, set. 1970; (225): 27-33, maio/jun. 1972; (226): 18-25, jul./ago. 1972; (227): 5-12, set./out. 1972; (228): 36-41, nov./dez. 1972; (229): 4-10, jan./fev. 1973; Gastão da Cunha. In: Vultos *da República* (escorços biográficos). São Paulo, Revista dos Tribunais, 1936./CARVALHO, Daniel de. Gastão da Cunha e Francisco Sales. In: Digesto *Econômico.* São Paulo, (79): 87-90, jul. 1951./CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei.* São João del-Rei, s. ed., 1967./*Dados biográficos.* Informante: Comissão de História do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei. CEM/UFMG./*Diário de Minas,* Belo Horizonte, 6 jul. 1927. p. 2./ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917.* Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 2./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 28 jul. 1963. p. 1./FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República* (Afrânio de Melo Franco e seu tempo). Rio de Janeiro, J. Olympio, 1955. v. 1-2/*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 21 abr. 1924. p. 4; 6 jul. 1927. pp. 7-8; 21 abr. 1935. Suplemento; 21 abr. 1942. p. 7; 30 jul. 1963. p. 12./*Revista da Faculdade de Direito*; memória histórica (1892-1959). Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, *10:* 166-7, out. 1958-mar. 1959./RIBEIRO, Coriolano Pinto & GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1956./SALES, Joaquim de. *Se não me falha a memória* (políticos e jornalistas do meu tempo). Rio de Janeiro, Livraria São José, (1961)./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial. 1926.

CUNHA, Godofredo Prata Rodrigues

Político, advogado e fazendeiro, atuou na política elegendo-se Deputado Estadual na 3ª e 4ª Legislaturas (1955-1963).

Licenciou-se em agosto de 1962 para exercer as funções de Procurador da Caixa Econômica Federal no Estado de Minas Gerais.

Na Assembléia foi 4º-Secretário da Comissão Executiva (1961), Líder do PSP (1955-1957), Líder do PTB (1959); Presidente das Comissões de Constituição, Legislação e Justiça (1959;1962) e de Redação (1958).

Era filiado ao PSP e ao PTB.

FONTE: *Diário de Minas.* Belo Horizonte, 28 dez. 1954. p. 3.

CUNHA, Hugo Rodrigues da

Político, advogado e empresário, nasceu em Uberaba, MG, a 5 de julho de 1927. Filho do empresário e agropecuarista Orlando Rodrigues da Cunha e de Laura Machado Rodrigues da Cunha. Casado com Maria Inácia Naves Rodrigues da Cunha.

Fez os estudos secundários no Colégio Diocesano de Uberaba e na Escola Técnica Coração de Jesus, de São Paulo, SP, e o curso superior nas Faculdades Integradas de Uberaba, pelas quais se bacharelou, em 1975, em Ciências Jurídicas e Sociais.

Empresário em sua terra natal, ocupou a Presidência do Jockey Club (1964-1967) e da Associação Comercial e Industrial (1967-1968). Foi, ainda, Vice-Presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado de Minas Gerais (1968-1969) e da Associação Profissional dos Exibidores Cinematográficos do Estado de Minas Gerais (1970-1972) e Presidente da Associação dos Municípios do Vale do Rio Grande (1975-1977).

Iniciou a carreira política como Prefeito de Uberaba (1973-1977).

Suplente de Deputado Federal na 9ª Legislatura (1979-1982), exerceu o mandato no período de março de 1979 a maio de 1982, em substituição a José Machado Sobrinho*. Na Câmara, integrou a Comissão de Ciência e Tecnologia e foi membro suplente da Comissão de Serviço Público.

Pertence ao PDS.

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: Gabinete do Deputado Hugo Rodrigues da Cunha. CEM/UFMG./*Forças Vivas da Nação - Estado de Minas Gerais.* Nossos Políticos, 1980. Tomo I. Publicação de IPM, Comércio, Promoções e Marketing Ltda. p. 35.

CUNHA, José Humberto Rodrigues da

Político e médico, nasceu em Prata, MG, a 5 de agosto de 1911. Filho de Geraldino Rodrigues da Cunha e de Elvira Andrade da Cunha. Casado com Heloísa Sales Rodrigues da Cunha.

No ano de 1935, diplomou-se, simultaneamente, em Medicina e em Direito pela Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, DF.

Desde 1937 dedica-se à clínica em Uberaba, MG, onde foi Vereador e Presidente da Câmara Municipal em 1951.

Deputado Federal na 4ª Legislatura (1959-1963), integrou a Comissão de Saúde da Câmara. Suplente de Deputado Federal na 5ª Legislatura (1963-1967), esteve em exercício de 1963 a 1964, na vaga de José Monteiro de Castro*, que foi designado Secretário de Estado. Em 1966, representou a Câmara dos Deputados na Convenção Interparlamentar realizada em Teerã, Irã.

Pertenceu à UDN e à Arena.

É sócio da Sociedade de Medicina de Uberaba, da Associação Médica de Minas Gerais, da Associação Médica de São Paulo e do Colégio Internacional de Cirurgiões.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados. 1963-1964.* Brasília, Diretoria de Documentação e Publicidade, *2*:209, 1964; *24*:660, s. d./*Correio Brasiliense,* Brasília, 5 nov. 1964. 2º caderno. p. 3./COUTINHO Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje.* Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./ *Deputados brasileiros;* repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados a partir da 5ª Legislatura (1963-7). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1966.

CUNHA, Osvaldo Soares da

Escritor, acadêmico, advogado e jornalista, nasceu em Figueira, Distrito de Peçanha (hoje cidade de Governador Valadares), MG, a 25 de fevereiro de 1921. Filho de Otávio Soares Ferreira e de Guiomar Soares da Cunha. Casado com Ivelise Lobo Soares da Cunha.

Fez o curso secundário no Colégio Arnaldo, de Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela FDUMG em 1947.

Advogado e jornalista na Capital mineira, fez parte do quadro de redatores do *Minas Gerais,* órgão oficial do Estado, e foi Inspetor Federal do Ensino.

Desde junho de 1975, pertence à AML, como ocupante da cadeira nº 2, que tem como patrono Artur França.

Publicou as obras *Maria* (trovas), Belo Horizonte, 1944; *Quadras de Soares da Cunha,* Belo Horizonte, 1950; *Sonetos e poemas,* Belo Horizonte, Editora Acaiaca, 1952; *Canção dos condenados da mina,* São Paulo, Martins, 1958; *Mínimas* (Pensamentos e qua-

Estado de Minas

Osvaldo Soares da Cunha, novembro de 1975

dras), Belo Horizonte, Itatiaia, 1961; *Pastor de nuvens,* Belo Horizonte, 1969; *Trovas recolhidas,* Belo Horizonte, 1973. 1º v.; *Trovas recolhidas,* Belo Horizonte, 1974. 2º v.; *Mínimas* (pensamentos), Belo Horizonte, 1976; *A lua no poço* e *Torre sonora,* Belo Horizonte, Imprensa Oficial. Dirigiu a publicação *O livro de Minas.* Belo Horizonte, Edição Hinterlândia.

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: Ivelise Lobo Soares da Cunha. CEM/UFMG./ *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 21 jun. 1975. p. 4; 3 jul. 1975. Diário do Legislativo. p. 6.

CUNHA, Simão da ver PEREIRA, Simão da Cunha

CUNHA, Tristão Ferreira da

Político, professor, advogado e promotor, nasceu em Teófilo Otoni, MG, a 27 de julho de 1890, e faleceu no Rio de Janeiro, GB, a 2 de janeiro de 1974. Filho do professor Benjamin Ferreira da Cunha e de Ana Esteves Ferreira da Cunha. Casado com Júlia Versiani Ferreira da Cunha.

Fez o curso secundário no Liceu Teófilo Otoni, de Teófilo Otoni, e no Colégio Alfredo Gomes, do Rio de Janeiro, e bacharelou-se pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro em 1914.

Após a formatura, exerceu a advocacia e a Promotoria Pública em sua terra natal, pela qual, em 1916, foi eleito Vereador à Câmara Municipal. De 1922 a 1924 trabalhou como Oficial-de-Gabinete do Secretário Estadual de Finanças, Mário Augusto Caldeira Brant*.

Advogava no Rio de Janeiro quando se elegeu Deputado à Constituinte Estadual e para a 1ª Legislatura (1935-1937), tendo feito parte da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas da Assembléia.

Ao instaurar-se o Estado Novo, transferiu-se para o Rio de Janeiro e passou a integrar o corpo docente do Colégio Pedro II. Aprovado em primeiro lugar em concurso para a cadeira de Economia e Estatística, lecionou no Colégio Universitário da antiga Universidade do Brasil de 1938 a 1942, quando retornou ao Colégio Pedro II.

Signatário, em outubro de 1943, do Manifesto dos Mineiros, voltou a Minas Gerais em 1945 para colaborar na reestruturação do PR e colocar-se na vanguarda do movimento pela redemocratização do País.

Nas Interventorias de Júlio Ferreira de Carvalho* (14/8-14/11/46) e de Noraldino Lima* (17/11-20/12/46), ocupou o cargo de Secretário da Educação e Saúde Pública, no exercício do qual instituiu o concurso de títulos para nomeação de professor do ensino primário.

Deputado Federal da 1ª à 4ª Legislaturas (1946-1963), licenciou-se do mandato para desempenhar as funções de Secretário Estadual da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho durante o Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira* (31/1/51-2/3/53), e de Secretário Estadual das Finanças nas gestões de Clóvis Salgado da Gama* (31/3/55-31/1/56) e de José Francisco Bias Fortes* (31/1/56-30/6/58).

Entre outras, publicou as obras *Noções de Economia Política; Realidade econômica; Sistemas socialistas; Ilusões econômicas e a lição dos economistas; As crises comerciais; A experiência socialista na Rússia Soviética; Liberalismo econômico; Flagrantes econômicos e Liberalismo e coletivismo.*

Pertenceu ao PRM e ao PR.

Atuaram na política seu filho Aécio Ferreira da Cunha* e seu neto Aécio Neves da Cunha*.

FONTES: *Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.* Comissões Parlamentares./ AVELAR, Antônio Ribeiro de. *Figuras da Casa de Minas.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1960./COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje.* Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./*Diário de Minas,* Belo Horizonte, 1º fev. 1951. p. 7; 14 dez. 1952. p. 1; 2 abr. 1955. p. 5./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 12 set. 1953. p. 6; 21 out. 1976. p. 6./*Minas Gerais,* 16 ago. 1946. p. 3; 3 fev. 1951. p. 6; 4 fev. 1951. pp. 5-6; 2 abr. 1955. pp. 8-9; 2 jul. 1958. p. 13; 4 jan. 1974. p. 3; 21 fev. 1974. p. 1.

CUNHA, Venício Alves da

Oficial do Exército e Secretário de Estado, nasceu em Cáceres, MT, a 12 de dezembro de 1923. Casado com Marília Esteves da Cunha.

Fez os estudos secundários no Instituto Lafaiete, no Rio de Janeiro, DF. Cursou, em seguida, a Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre, RS, e a Academia Militar de Agulhas Negras (1947). Concluiu, ainda, cursos da Escola de Motomecanização (1950), de Técnica de Ensino (1956), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1958), da Escola de Comando de Estado-Maior do Exército (1960-1962), da Escola Superior de Guerra (1967) e de Inteligência no Exército dos EUA (Baltimore, 1965).

Tendo ingressado no Exército em março de 1941, serviu em unidades sediadas nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Já Capitão, comandou unidade de Manutenção Motomecanizada no Estado de Minas Gerais e, no Rio de Janeiro; foi oficial de Relações Públicas do Instituto Militar de Engenharia e Assistente do seu Comandante; oficial do Batalhão de Manutenção da Divisão Blindada, Ajudante-de-Ordens do General Diretor de Obras e Fortificações e membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra. Promovido a Coronel, integrou os Estados-Maiores da 9ª Região Militar, em Mato Grosso, e do I Exército, no Rio de Janeiro.

Ocupou, posteriormente, o cargo de Oficial-de-Gabinete dos Ministros do Exército Artur da Costa e Silva, Ademar de Queirós e Lira Tavares, e o Comando do 3º Batalhão de Infantaria, em Vitória, ES. Em 1975 fez parte do Estado-Maior das Forças Armadas, que representou no Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento Econômico da região Centro-Oeste - SUDECO.

Desempenhou, ainda, as funções de Delegado da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra no Espírito Santo (1970) e em Brasília (1971-1972) e de Presidente do grupo de trabalho encarregado pela mesma entidade de proceder a estudos sobre a estrutura de informações no nível governamental.

Em 1972-1973, lecionou no curso superior da Academia Nacional de Polícia, em Brasília.

A convite do Governador Antônio Aureliano Chaves de Mendonça*, exerceu o cargo de Secretário Estadual da Segurança Pública de março de 1975 a março de 1977.

Delegado brasileiro à 3ª Conferência dos Chefes dos Serviços de Informações dos Exércitos Sul-Americanos, participou, também, de vários certames sobre desenvolvimento e segurança nacionais.

É cidadão honorário do Estado de Minas Gerais e detentor, entre outras condecorações, da Medalha da Ordem do Mérito Militar, em grau de Oficial, da Medalha Militar de Ouro e da Medalha do Pacificador.

FONTES: *Estado de Minas,* Belo Horizonte, 1º fev. 1975. p. 3; 15 mar. 1975. Suplemento Especial. p. 9./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 16 mar. 1975. p. 7; 12 mar. 1976. Diário do Legislativo. pp. 1-2; 14 dez. 1976. Diário do Legislativo. pp. 2-4.

CUNHA, Wilson José da

Político e empresário, nasceu em Porteirinha, MG, a 15 de outubro de 1937. Filho de Miguel José da Cunha e de Ana Realina dos Santos. Casado com Azeli Martins Cunha.

Concluiu o curso técnico de Contabilidade pela Escola Eugênio Pacelli, em sua cidade natal, em 1965.

Iniciou sua carreira política como Prefeito de Porteirinha (1983-1988) e, em 1990, elegeu-se Deputado Federal para o período 1991-1995, pelo PTB.

Pertenceu anteriormente ao PDS.

FONTE: BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Deputados brasileiros:* repertório biográfico. 49ª Legislatura 1991-1995. Brasília, 1991. p.675.

CURI, Bady Raimundo

Desembargador e professor, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 12 de abril de 1934. Filho do comerciante Bady Elias Curi e de Maria de Oliveira Curi. Casado com Vera Lúcia Galo Curi.

Concluiu os estudos secundários no Colégio Afonso Arinos de Belo Horizonte, em 1954, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Petrópolis, GB, em 1963. Iniciou a carreira na Magistratura na Comarca de Prados (1967), e, em 1968, foi sucessivamente promovido para as Comarcas de Alpinópolis e Visconde do Rio Branco. Removido, em 1973, para a Comarca de Belo Horizonte, passou a exercer as funções de Juiz Substituto de 3ª Entrância. Na mesma comarca, atuou na 6ª Vara Criminal (1976), na 9ª Vara Cível (1976) e na 3ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias (1980). Integrou o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (1980-1981) e, em 1981, foi promovido para o Tribunal de Alçada de Minas Gerais, chegando à Vice-Presidência em 1986. Em setembro de 1987, tomou posse no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, por nomeação do Governador Newton Cardoso*.

Como professor, lecionou Instituições de Direito Público na Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas de Visconde do Rio Branco, em que ocupou a Vice-Diretoria (1972-1973), e Direito Civil, na Faculdade de Direito de Sete Lagoas (1974-1978) e na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Minas Gerais (1982-1987).

FONTE: Dados fornecidos pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

D

DÂNGELO, José Geraldo (Jota Dângelo)

Secretário de Estado, médico e professor, nasceu a 6 de setembro de 1931 em São João del-Rei, MG. Filho do militar e advogado Gonçalo Rafael Dângelo e de Hilda da Silva Dângelo. Casado com a atriz e diretora de teatro Maria Amélia Dorneles Dângelo, sobrinha de Tancredo de Almeida Neves*, irmã de Francisco Osvaldo Dorneles* e prima de Aécio Neves da Cunha*.

Concluiu o curso secundário no Colégio Santo Antônio, em São João del-Rei, MG, no ano de 1949. Bacharelou-se em medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1955.

Ingressou em 1956 no corpo docente da UFMG, lecionando na Faculdade de Medicina e, posteriormente, no Departamento de Morfologia do Instituto de Ciências Biológicas, onde permaneceu até 1985.

Integrou o Conselho Estadual de Cultura nos Governos Antônio Aureliano Chaves de Mendonça*, Levindo Ozanam Coelho* e Francelino Pereira dos Santos* (1976-1982). Em 1983 foi Coordenador de Cultura do Estado de Minas Gerais e Superintendente da Fundação Clóvis Salgado. No ano de 1985, exerceu os cargos de Secretário-Geral Adjunto do Ministério da Cultura e Presidente do Conselho Nacional de Direito Autoral.

A convite do Governador Hélio Carvalho Garcia*, assumiu o cargo de Secretário de Estado da Cultura (1985-1986). Preside, desde 1989, a Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S.A. - Belotur -, designado pelo Prefeito de Belo Horizonte, João Pimenta da Veiga Filho*.

Voltado para as artes cênicas, já atuou como ator e diretor em inúmeras peças levadas em teatros de Belo Horizonte. É também criador e diretor do "Show Medicina" apresentado anualmente, com raras interrupções, há 30 anos, por estudantes de medicina.

Tem publicadas pela Editora Ateneu as suas obras *Anatomia Humana Básica* (1978), *Anatomia dos Sistemas Orgânicos* (1982) e *Anatomia Segmentar* (1983).

Foi filiado ao PMDB e, atualmente, milita no PSDB.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago

Político, advogado, jurista, professor, jornalista e escritor, nasceu no Rio de Janeiro, DF, a 30 de outubro de 1911, e faleceu na mesma cidade, a 6 de setembro de 1964. Filho do Almirante Raul de San Tiago Dantas e de Violeta de Melo San Tiago Dantas. Casado com Edméia Brandão de San Tiago Dantas.

Fez o curso secundário em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro e bacharelou-se, em 1932, pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em que concluiu, ainda, pós-graduação em nível de doutorado.

Em 1931, aproximou-se de um grupo de intelectuais cariocas ligados ao escritor e divulgador do fascismo no Brasil, Plínio Salgado. Dessa forma, integrou o núcleo carioca de divulgação da Legião Revolucionária de São Paulo, que havia sido criado por Plínio.

Quando acadêmico, exerceu as funções de Oficial-de-Gabinete do Ministro da Educação, Francisco Campos*, em 1931, ano em que se iniciou no jornalismo, ajudando a fundar o jornal paulista *A Razão*. Em 1932, colaborou na criação da revista *Hierarquia*, que aderiu à causa fascista da Ação Integralista Brasileira - AIB.

Logo depois de formado, ingressou no magistério superior como catedrático interino de Legislação e Economia da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil, tendo-se efetivado por concurso em 1937. De 1935 a 1937, militou na Ação Integralista Brasileira, movimento de que foi Secretário Nacional e cuja mais alta direção, a chamada Câmara dos Quarenta, chegou a integrar. Em março de 1938, envolveu-se em articulações sediciosas que visavam a restaurar a Constituição de 1934, ao lado de Flores da Cunha, Armando Sales, Eduardo Gomes, Euclides Figueiredo e Plínio Salgado. Malograda a tentativa, retornou às atividades magisteriais.

Promotor Público por concurso, desempenhou as funções por pouco tempo. No período de 1938 a 1948, esteve no Uruguai como professor visitante da Universidade de Montevidéu. Em 1940, venceu concurso para catedrático de Direito Civil da FUNDUB e lecionou Economia Política na Escola de Estado-Maior do Exército. De 1941 a 1945, dirigiu a FNFUB e, no ano seguinte, deu um curso na Faculdade de Direito da Universidade de Paris. Em 1949, assumiu a cadeira de Instituições de Direito Civil e Comercial da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro, mais tarde incorporada à Universidade do Brasil. Fez parte, ainda, do corpo docente da Universidade Católica do Rio de Janeiro, em que regeu a cadeira de Direito Romano.

No segundo governo de Vargas (1951-1954), recebeu vários encargos, principalmente no Ministério das Relações Exteriores e na assessoria pessoal do Presidente. Em 1951, integrou uma comissão encarregada de manter negociações com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD -, com vistas à liberação de um empréstimo para o Brasil, e assessorou Vargas nos estudos que viriam a criar a Petrobrás e a Rede Ferroviária Federal, além de ter reorganizado a estrutura ferroviária da União. Em 1957, adquiriu o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, que dirigiu por dois anos. Eleito Deputado Federal por Minas Gerais para a 4ª Legislatura (1959-1963), foi Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, colaborando decisivamente na elaboração do Estatuto Jurídico-Administrativo do novo Distrito Federal (Brasília) e do recém-criado Estado da Guanabara. Em fins de 1960, disputou a eleição para Vice-Governador do Estado de Minas Gerais sob a legenda do PTB, de cuja Comissão Executiva era Vice-Presidente.

Em agosto de 1961, renunciou à cadeira de Deputado Federal, ao ser escolhido pelo Presidente Jânio Quadros para chefiar a Delegação Brasileira à Assembléia Geral da ONU. Naquela oportunidade, divergiu da delegação norte-americana, que pretendia empreender uma política de intervenção em Cuba e, mesmo, expulsá-la da OEA. Em 11 de setembro do mesmo ano, o Presidente João Goulart nomeou-o Ministro das Relações Exteriores do Gabinete Parlamentarista de Tancredo de Almeida Neves*, posto em que permaneceu até 25 de junho de 1962. Procurou, então, consolidar a "política externa independente", baseada nos princípios de autodeterminação dos povos, pacifismo e anticolonialismo, e criar as condições necessárias ao reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética. Coube-lhe, ainda, chefiar a representação brasileira na 7ª Reunião de Consulta de Chanceleres da América Latina, em Punta del Este, Uruguai, onde o Brasil, juntamente com mais sete países, optou pela posição de potência não alinhada a nenhum bloco político-militar; no Encontro da Indústria Automobilística Brasileiro-Mexicana, na cidade do México, e no Comitê de Desarmamento, em Genebra. Nesta última reunião, formulou a tese brasileira pela suspensão dos testes nucleares na atmosfera. Em maio de 1962, presidiu à delegação brasileira que visitou a Polônia, a Alemanha e o Estado de Israel. Eleito Deputado Federal para a 5ª Legislatura (1963-1967), não chegou a entrar em exercício, por ter sido nomeado Ministro da Fazenda no Governo João Goulart. Neste cargo, procurou seguir as diretrizes do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, criado em 1962 por Celso Furtado e que pretendia - por meio de reformas básicas na ação do Governo e no sistema fiscal e agrário - aumentar o ritmo de desenvolvimento econômico para 7% ao ano e reduzir a inflação para 10%. Em 1963 participou, nos EUA, de negociações que visavam à ajuda financeira daquele país ao Brasil e à renegociação da dívida externa. Deixou o Ministério em junho de 1963, para exercer o mandato parlamentar até as vésperas de falecer.

Foi, ainda, Diretor da *Revista Forense*, Vice-Presidente da Petro Manguinhos, Conselheiro da delegação brasileira à III Reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social (Rio de Janeiro, 1954) e Presidente da Comissão Interamericana de Jurisconsultos (Rio de Janeiro, 1955-1958). Além das mencionadas, cumpriu as seguintes missões no exterior: delegado à I Conferência de Ministros da Educação das Repúblicas Americanas (Panamá, 1943) e às Jornadas de Direito França-América Latina (Paris, 1948); Conselheiro na IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos (Washington, 1951); membro da Corte Permanente Internacional de Arbitragem (Haia, 1952); jurisperito da ONU no Comitê sobre Obrigações Alimentares e de Execução de Sentença no Estrangeiro (Genebra, 1952); delegado à III Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos (Buenos Aires, 1953) e delegado à V Reunião de Chanceleres Americanos (Santiago do Chile, 1959), tendo sido o principal redator da chamada Declaração de Santiago.

Pertenceu à AIB e ao PTB.

Publicou as obras: *O conflito de vizinhança e sua composição* (tese de concurso, 1939); *Discurso pela renovação do Direito* (1940), *Humanismo e Direito* (1941); *Dom Quixote, um apólogo da alma ocidental* (1948); *Rui Barbosa e o Código Civil*; *Dois momentos de Rui Barbosa* (1950); *Problemas de Direito positivo* (1952); *A educação jurídica e a crise brasileira* (1955).

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados*. 1964. Brasília, Câmara dos Deputados/Diretoria de Documentação e Publicidade, 22: 246, 1964; 26: 69-72, s.d./CARVALHO, Antônio Gontijo de. San Thiago Dantas e o conflito de vizinhança e sua composição. In: *Digesto Econômico*, São Paulo (221): 5-7, set./out. 1971./COUTINHO, Afrânio. *Brasil e Brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961, v. 2./DE MATTIA, Fábio. Francisco Clementino de San Thiago Dantas; o intelectual. In: - *Digesto Econômico*. São Paulo (192): 43-52, nov./dez. 1966./ *Deputados brasileiros*; repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 5ª Legislatura (1963-1967). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados. 1966./*Diário de Minas*. Belo Horizonte, 24 jan. 1963, p. 3./ FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./FRANCO, Afonso Arinos de Melo. San Thiago Dantas. In: *Digesto Econômico*. São Paulo (180): 114-7, nov./dez. 1964./MAGALHÃES, Dario de Almeida. San Thiago Dantas. In: *Digesto Econômico*. São Paulo (197): 13-8, set./out. 1967./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 9 set. 1964, p. 17; 10 set. 1964, pp. 3-4./Páginas de saudades. Deputado Francisco Clementino San Thiago Dantas. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 11: 397-9, 1964./VENÂNCIO FILHO, Alberto. San Thiago Dantas e o ensino jurídico. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (229): 100-9, jan./fev. 1973.

DARCI BESSONE ver ANDRADE, Darci Bessone de Oliveira

DAZINHO ver PIMENTA, José Gomes

DELFINO, Francisco Carlos (Chico Ferramenta)

Político e metalúrgico, nasceu em Bom Despacho, MG, a 8 de janeiro de 1959. Filho dos comerciantes José Delfino Neto e Adélia Domingos Delfino. Casado com a técnica contábil Maria Cecília Ferreira Delfino.

Concluiu o curso técnico no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - Cefet-MG, em 1978, com a qualificação de técnico em Química.

Trabalhou como Operador de Usina Piloto de Ácido Fosfórico, no Campus da UFMG, pelo Cetec/Adservis (1978-1979); foi Técnico de Controle de Qualidade da Cia Industrial de Belo Horizonte (1979) e, finalmente, Técnico de Pesquisa da Usiminas (1979-1985).

Em agosto de 1985, concorreu às eleições do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Ipatinga, encabeçando a chapa *Ferramenta*, que tinha por objetivo, entre outros, resgatar a memória dos operários assassinados em 7 de outubro de 1963 no chamado *Massacre de Ipatinga*. Apesar da grande mobilização da categoria, a chapa foi derrotada no 2º turno. Em novembro do mesmo ano, foi demitido da Usiminas, após seis anos de trabalho no centro de pesquisas da empresa.

Em fevereiro de 1986, foi eleito Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT -, regional do Vale do Aço, de atuação marcante nas lutas dos trabalhadores da região. Ainda em 1986, sob a legenda do Partido dos Trabalhadores - PT, elegeu-se com a segunda maior votação do Estado para a Constituinte Estadual e para a 11ª Legislatura

(1987-1991). Foi indicado por unanimidade para assumir a Liderança da Bancada do PT na Assembléia Legislativa (1987).

Nas eleições municipais de 1988, elegeu-se Prefeito Municipal de Ipatinga pelo Partido dos Trabalhadores. As principais realizações da Prefeitura no setor de saúde foram: construção e reforma de postos de saúde e construção da Policlínica Municipal; na área de educação: construção de novas salas de aula, reforma e ampliação das escolas municipais e estaduais, construção de creches, reforma administrativa nas instituições educacionais, implantação do Movimento de Alfabetização dos Jovens e Adultos - MOVA, distribuição de merenda escolar e implantação do projeto Brincando na Escola; no setor de habitação: construção de casas populares e constituição da Associação Habitacional de Ipatinga; na infra-estrutura: construiu o aterro sanitário, o Complexo Rodo-Ferroviário (Mergulhão), a ligação viária Cidade Nobre-Canaã, além da pavimentação de ruas e contenção de encostas. Promoveu, também, o controle e a fiscalização do transporte urbano e a informatização dos serviços prestados pela Prefeitura, a criação dos Conselhos Municipais de Educação, de Meio Ambiente, de Saúde e de Prioridades Orçamentárias, além de ter realizado concursos públicos para a área de educação e saúde e promovido eleições diretas para diretores de escolas.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

DELGADO, Maurício de Paula

Desembargador e professor, nasceu em Lima Duarte, MG, a 14 de novembro de 1921. Filho de Pedro Cândido Delgado e de Alzira de Paula Delgado. Casado com Maria do Carmo Godinho Delgado.

Em Juiz de Fora, MG, concluiu os estudos secundários no Colégio São José, graduou-se pela Faculdade de Odontologia em 1942 e bacharelou-se pela Faculdade de Direito em 1952.

Iniciou sua carreira na Magistratura na Comarca de Senador Firmino (1960), tendo sido removido para as Comarcas mineiras de Miraí (1961), Alto Rio Doce (1961), Mar de Espanha (1967), Juiz de Fora (1968) e Belo Horizonte (1977), onde passou a exercer suas atividades na 14ª Vara Cível.

Em 1981, foi promovido para o Tribunal de Alçada do Estado de Minas Gerais, passando a atuar na 3ª Câmara Cível.

Foi, também, professor de Anatomia e Fisiologia Humanas nas Escolas Normais de Santa Brígida (1955-1957) e de Miraí (1965-1966); de Ciências Físicas e Naturais em Senador Firmino e no Ginásio Santo Antônio de Miraí (1962-1966). Como professor universitário, lecionou Direito Processual Civil na Faculdade de Direito da UFJF (1973-1977) e na Faculdade Mílton Campos, de Belo Horizonte (1979-1986).

Foi, ainda, Presidente da Associação Regional dos Magistrados Mineiros, naquela época sediada em Juiz de Fora, MG (1969-1970); Secretário (1979-1981; 1981-1983) e Vice-Presidente (1983-1985) da Associação dos Magistrados Mineiros. Em 1981, o Clube dos Advogados de Belo Horizonte elegeu-o Personalidade de Destaque Judiciário do Ano.

Em março de 1984, tomou posse como Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no Governo de Tancredo de Almeida Neves*.

Atua na política seu filho Paulo Gabriel Godinho Delgado*.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

DELGADO, Paulo Gabriel Godinho

Político e professor, nasceu em Lima Duarte, MG, a 28 de dezembro de 1951. Filho do Desembargador Maurício de Paula Delgado*, e Maria do Carmo Godinho Delgado. Casado com Miriam Freitas Estides Delgado.

Graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora em 1976. Em 1978, obteve o Mestrado de Ciências Políticas da UFMG.

Foi Vice-Presidente Estadual da União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais - UTE - e membro da Comissão Executiva Nacional do PT.

Elegeu-se Deputado Federal Constituinte e para o quadriênio 1987-1991, pelo PT. Na Assembléia Constituinte, foi titular da Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos e da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições (1987). Foi também suplente da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, das Comissões da Família, de Educação, Cultura e Esportes, de Ciência e Tecnologia e de Comunicação. Na Câmara dos Deputados, foi Vice-Líder do PT (1989), titular das Comissões de Educação, Cultura, Esporte e Turismo (1989-1991), de Fiscalização e Controle (1989-1991), de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (1990-1991) e suplente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto (1990-1991).

Em 1990 foi reeleito à Câmara dos Deputados para o período 1991-1995.

FONTES: BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Assembléia Nacional Constituinte* - 1987: repertório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. 2ª ed. Brasília. 1989. p. 682./BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Deputados brasileiros*: repertório biográfico. 49ª Legislatura 1991-1995. Brasília, 1991. p. 529.

DELGADO, Raimundo Tarcísio

Político, advogado e professor, nasceu em São Francisco de Paula (hoje Torreões), Distrito de Juiz de Fora, MG, a 4 de outubro de 1935. Filho do agricultor José Florêncio Delgado e de Ana Pereira Delgado. Casado com Aloísia Rosa Delgado.

Em Juiz de Fora, fez o curso secundário no Ginásio Bicalho e o de Contabilidade na Academia de Comércio (1958). Bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1964).

Trabalhou na lavoura até os 17 anos de idade, foi empregado do comércio e da indústria e exerceu as profissões de contador (1959-1964) e advogado em Juiz de Fora (1965-1974), onde também integrou os corpos docentes do Colégio Stella Matutina e do Instituto Machado Sobrinho. Lecionou no Instituto Padre Machado, de Belo Horizonte, MG.

Iniciou a carreira política como Vereador à Câmara Municipal de Juiz de Fora (1967-1970), que presidiu no primeiro ano do mandato. Foi membro da Comissão de Legislação e Justiça (1968-1970).

Deputado Estadual na 7ª Legislatura (1971-1975), liderou a Bancada do MDB (1973), foi Vice-Presidente (1973) e membro (1974) da Comissão Especial para elaborar anteprojetos de leis complementares à Constituição e membro das Comissões de Constituição e Justiça (1971-1972; 1974), de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas (1972) e de Educação e Cultura (1974). Suplente das Comissões de Trabalho e Ordem Social (1971), de Economia e Obras Públicas (1972) e de Finanças e Orçamento (1972).

Eleito Deputado Federal para a 8ª e 9ª Legislaturas (1975-1983), ocupou a Vice-Liderança do MDB (1977; 1980) e por duas vezes integrou a Comissão de Constituição e Justiça (1975; 1979-1981), da qual exerceu a Vice-Presidência por um ano. Foi suplente das Comissões de Trabalho e Legislação Social (1975), de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas (1979), de Ciência e Tecnologia (1979), e Especial Para Apreciar o Novo Código Civil.

Como observador do Congresso Nacional, participou da Assembléia Geral da ONU em 1979 e realizou viagem à República Popular da China, em 1980, para participar de curso de administração pública. Enquanto Prefeito, participou de curso de administração municipal em Betim (1987).

Em novembro de 1982, elegeu-se Prefeito Municipal de Juiz de Fora.

Em 1990, voltou à Câmara Federal para o quadriênio 1991-1995.

Licenciou-se do mandato em 18/5/91 para assumir a Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social no Governo Hélio Carvalho Garcia*.

Filiado ao PMDB. Pertenceu ao MDB.

Publicou *Caminhos e Atalhos do Poder*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1974; a coletânea de trabalhos parlamentares *Caminhando*, Brasília, Cegraf, 1978, e *Reflexão - Palavra e Ação*, 1981.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Raimundo Tarcísio Delgado; Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/Robertson Caloman Jacob Plischke. CEM/UFMG./ *Deputados brasileiros*; repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 8ª Legislatura (1975-9). 2ª ed. Brasília, Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação, 1976. Repertório biográfico./BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Deputados brasileiros:* repertório biográfico. 49ª Legislatura 1991-1995. Brasília, 1991. p. 630.

DEL RÉ, Januário João

Oficial do Exército, originário da arma de Intendência, e advogado, nasceu em Uberaba, MG, a 27 de dezembro de 1904. Filho de Miguel Modesto Del Ré e de Emília Barrile Del Ré.

Tendo sentado praça no Exército em março de 1922, formou-se pela Escola de Intendência em 1929. Cursou, em seguida, as Escolas de Aperfeiçoamento das Armas, de Estado-Maior, Superior de Guerra, o Command and General Staff College, de Fort Leavenworth, EUA, e a Escola das Américas, em Fort Gulik, Panamá. Em 1938 bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Entre outros cargos exerceu os de Chefe do Serviço de Intendência do I Exército (1956-1957), Chefe do Estabelecimento Central de Subsistência (1958-1959), integrante do corpo permanente da Escola Superior de Guerra, Chefe do Gabinete da Diretoria de Finanças, Diretor do Material de Intendência e Diretor de Finanças do Exército.

Na Revolução de 1932, como 1º-Tenente destacado em Soledade, MG, chefiou uma estação distribuidora de víveres e forragens e, posteriormente, foi encarregado do abastecimento da população civil de Itapira, SP.

Após sucessivas promoções, atingiu, em novembro de 1963, o posto de General-de-Brigada e, em setembro de 1966, o posto de General-de-Exército, no qual se reformou.

Recebeu as seguintes condecorações: comenda da Ordem do Mérito Militar; Medalha Militar de Ouro, com passador de platina; Medalha de Guerra; Medalha do Pacificador e Medalha do Mérito Santos Dumont, de prata.

É autor das obras *A Intendência Militar através dos tempos, Manual de Intendência de forças terrestres* e *A indústria alimentar no Brasil.*

FONTE: *Dados biográficos*. Informante : Ministério do Exército. Secretaria-Geral, 1ª sessão.

DÊNIO MOREIRA ver CARVALHO, Dênio Moreira de

DEODATO, Alberto ver BARRETO, Alberto Deodato Maia

DETSI, Leônidas

Presidente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, advogado e professor, nasceu em Itapemirim, Província do Espírito Santo, a 10 de outubro de 1860, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 22 de setembro de 1929. Filho do Major do Exército João Detsi e de Maria Ana Detsi. Casado com Olímpia Vieira Detsi.

Fez os estudos secundários na cidade do Rio de Janeiro e em Ouro Preto, MG, e o curso superior na Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1892.

Advogado em Juiz de Fora, MG, exerceu a Presidência do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. (1901-1902) e o magistério na Escola Normal, da qual foi também Diretor, na Academia de Comércio e em outros estabelecimentos de ensino secundário.

Transferindo-se para o Rio de Janeiro, foi Diretor do Banco do Brasil e do Banco de Comércio e Lavoura S.A.

Atuou na política seu irmão Luís Artur Detsi*.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante : José Tostes de Alvarenga Filho. CEM/UFMG/ *Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*. Arquivo.

DETSI, Luís Artur

Político, professor e jornalista, nasceu em Petrópolis, Província do Rio de Janeiro, a 16 de maio de 1863, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 15 de julho de 1898. Filho do Major do Exército João Detsi e de Maria Ana Detsi. Casado com Isabel Nunes Lima Detsi.

Fez os estudos secundários no Colégio Paixão, de Petrópolis, estudou algum tempo na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da mesma cidade em 1896.

Iniciou a carreira de professor em Juiz de Fora, MG, onde dirigiu o Colégio São Salvador e participou da fundação da Academia de Comércio, nesta tendo regido as cadeiras de Matemática e de Economia Política.

Adepto dos ideais republicanos, pronunciou conferências populares e publicou artigos de propaganda do regime em diversos jornais. Colaborou nos órgãos da imprensa juiz-forana *Jornal do Comércio, O Farol* e *Diário de Minas*.

Proclamada a República, exerceu o cargo de Intendente Municipal de Juiz de Fora. Pouco depois foi convidado pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro para Inspetor-Geral do Ensino, mas recusou o posto.

Foi Secretário de Fernando Lobo Leite Pereira*, Ministro da Justiça e do Interior do Governo Floriano Peixoto.

Indicado pelo Partido Constitucional, elegeu-se Deputado Federal por Minas Gerais na 2ª e 3ª Legislaturas (1894-1899).

Era irmão de Leônidas Detsi*.

FONTE: ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917*. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 1.

DIAS, Adelino Pereira

Político e fazendeiro, nasceu em Salinas, MG, a 22 de julho de 1935. Filho do fazendeiro Henrique Manuel Dias e de Maria

Pereira dos Santos. Casado com Dalva de Oliveira.

Foi Prefeito de Janaúba, MG (1973-1977), e Presidente do Diretório do PMDB dessa cidade, a partir de 1981.

Em 1986, foi eleito Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991) pelo PMDB, tendo sido, na Assembléia Legislativa, Presidente da Comissão de Assuntos da SUDENE e Estímulos Fiscais, membro efetivo da Comissão de Agropecuária e Política Rural e da Comissão Constitucional e suplente da Mesa da Assembléia e da Comissão de Finanças e Orçamentos.

Atuaram na política seu sogro, Américo Soares de Oliveira, e seu irmão Deusdete Pereira Dias.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

DIAS, Álvaro Antônio Teixeira

Político, engenheiro e empresário, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 4 de junho de 1938. Filho do empresário Joaquim Teixeira Dias e de Maria da Conceição Pimentel Dias. Casado com Vilma Penido Dias.

Concluiu seus estudos secundários no Instituto Padre Machado, em Belo Horizonte (1959), e graduou-se em Engenharia Mecânica e Elétrica (1965) e em Engenharia Civil (1970) pela Escola de Engenharia da UFMG. Fez cursos de extensão em pavimentação de solos, técnicas de terraplenagem, manutenção e lubrificação de motores.

Exerceu atividades profissionais nas oficinas da Rede Ferroviária Federal (1963-1965) e no Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais, onde chefiou o setor de manutenção de equipamentos (1965-1970) e participou da elaboração dos projetos de oficinas mecânicas regionais, dos programas de lubrificação preventiva e atendimento de consultas mecânico-administrativas das Regionais e do Plano Geral de Manutenção.

Como empresário, desempenhou funções de direção nas firmas Álvaro e Fernando Prestação de Serviços - Alfer Ltda. - e na Álvaro e Marcelo Serviços de Engenharia - Almar Ltda.

Iniciou sua carreira política como Vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte, onde exerceu três mandatos consecutivos (1970-1982). Nesse período, foi Presidente (1974) e Vice-Presidente (1977) da Câmara Municipal, Vice-Líder (1977) e Líder do Prefeito (1974 e 1978).

Eleito, em 1982, Deputado Estadual para a 10ª Legislatura (1983-1987), licenciou-se do mandato para assumir o posto de Secretário Estadual dos Transportes no Governo Tancredo de Almeida Neves* (1983-1985). Na Assembléia, foi membro efetivo das Comissões de Assuntos Municipais e Planejamentos Regionais (1983) e de Economia e Obras públicas (1983). Nas eleições municipais de 1985, foi conduzido ao cargo de Vice-Prefeito de Belo Horizonte, na chapa encabeçada por Sérgio Mário Ferrara* (1986-1988).

Em 1986, elegeu-se Deputado Federal Constituinte e para o período de 1987 a 1991. Na Câmara dos Deputados foi titular da Subcomissão do Poder Legislativo e suplente da Subcomissão da Questão Urbana e Transporte. Em 1990, elegeu-se Deputado Estadual para a 12ª Legislatura (1991-1995), pelo PRS. Na Assembléia Legislativa, é membro da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Autor do projeto de lei municipal que viabilizou a descentralização da Prefeitura e a criação das Regionais, em seu trabalho legislativo, dedicou especial atenção à região do Barreiro, para a qual ajudou a obter obras de saneamento básico, construção de viaduto, escolas, policlínicas, Via do Minério e canalização do trecho do rio Arrudas que passa por aquela região.

Foi agraciado com diversas medalhas.

Filiado ao PRS, pertenceu à Arena, ao PP (Partido Popular) e ao PMDB.

Atuou também na política seu primo Mário Teixeira.

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado. CEM-UFMG/DCP-ALEMG./ BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Assembléia Nacional Constituinte - 1987:* repertório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. 2. ed. Brasília, 1989. p. 109.

DIAS, Antônio Soares

Político, advogado, professor e fazendeiro, nasceu em Montes Claros, MG, a 7 de junho de 1945. Filho do fazendeiro e político Gentil Dias de Quadros e de Emerenciana Soares Dias.

Fez os estudos secundários no Seminário do Sagrado Coração de Jesus, de Diamantina, MG, e bacharelou-se, em 1968, pela Faculdade de Direito da UFMG, onde, em seguida, fez o curso de Doutorado em Direito Público.

Trabalhou, desde 1964, no Departamento Jurídico do Estado de Minas Gerais, sucessivamente como escriturário, datilógrafo e advogado.

Deputado Estadual na 8ª Legislatura (1975-1979), presidiu à Asseembléia Legislativa (1977-1979), foi Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Pecuária e membro das Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde e Ação Social.

Eleito Deputado Federal para a 9ª Legislatura (1979-1983), sendo reeleito para o período 1983-1987, na Câmara foi Vice-Presidente das Comissões de Saúde e de Constituição e Justiça e membro das Comissões de Agricultura e Política Rural, de Assuntos da Sudene e da Comissão Interpartidária das Prerrogativas Parlamentares.

Pertenceu à Arena e posteriormente filiou-se ao PDS.

Na Universidade Norte-Mineira, de Montes Claros, foi professor titular de Direito Administrativo e de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito e de Direito Administrativo e Tributário da Faculdade de Economia. Dedica-se à atividade agropecuária na sua região.

Estado de Minas
Antônio Soares Dias, 1977

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: Prefeitura Municipal de Francisco Sá/ Waldemira Celestino de Oliveira CEM/ UFMG./*Deputados Estaduais de Minas Gerais à 8ª Legislatura (1975-1979).* Ficha biográfica. Convênio APM/UCMG. Coordenador: Caio C. Boschi.

DIAS, Caio Benjamin

Secretário de Estado, reitor, médico e professor, nasceu em Ouro Preto, MG, a 28 de agosto de 1913. Filho do professor Benjamin Dias e de Alice Magalhães Dias.

Formou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais em 1936, tendo recebido o Prêmio Osvaldo Cruz como o melhor aluno da turma.

Imediatamente, começou a clinicar em Belo Horizonte e ingressou no corpo docente da Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais, da qual foi assistente (1937-1940) e livre-docente de Clínica Propedêutica e Terapêutica Clínica (1941-1951) e, a partir de 1952, catedrático de Clínica Médica, disciplina que também lecionou na Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais. Integrou o Conselho Universitário da UFMG (mandatos 1957, 1963, 1967, 1975 e 1979), no qual representou a Congregação da Faculdade de Medicina e dirigiu o Hospital-Escola da Cruz Vermelha (1957-1967). Fez parte da comissão constituída pelo Ministro da Educação e Saúde, em 1956, para elaborar o anteprojeto de reforma do ensino médico e, em 1958, representou o mesmo Ministério na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, Portugal. No biênio 1964-1966, presidiu à Sociedade Brasileira de Nefrologia.

Em novembro de 1967, foi nomeado Reitor da Universidade de Brasília e, quando de sua invasão por forças policiais, foi acusado de complacência com a subversão naquele estabelecimento de ensino. Apesar da acusação, foi mantido no cargo pelo Presidente da República, até março de 1971, quando foi designado Secretário de Educação do Estado de Minas Gerais, pelo Governador Rondon Pacheco*, função que exerceu até março de 1973.

Entre outras missões no exterior, desempenhou a de delegado do Brasil na 1ª Reunião da Federação Pan-Americana de Escolas Médicas (Bogotá, Colômbia) e as de representante da UFMG na II Conferência de Faculdades Latino-Americanas de Medicina (Montevidéu, Uruguai), no 6º Congresso Pan-Americano de Gastroenterologia (Santiago, Chile) e no VI Congresso de Medicina Tropical e Malária (Lisboa, Portugal). Foi membro da Associação Médica Brasileira, da Associação Brasileira de Escolas Médicas, da Associação Médica de Minas Gerais, da Sociedade Brasileira de Cardiologia, da Sociedade Brasileira de Gastroenterologia e Nutrição e da Sociedade Mineira de Endocrinologia e Metabologia.

Publicou os trabalhos *Insuficiência coronária (1940); Tratamento de úlcera gastroduodenal (1944); Quimioterapia antimonial na esquistossomose de Manson (1944)* e *Síndrome hepato-esplênica na esquistossomose de Manson (1952)*, todos teses de concursos.

Recebeu diversos prêmios e condecorações.

FONTES: COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje.* Rio de janeiro, Editorial Sul Americana, 1961, v. 1./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 mar. 1971, p. 3; 20 mar. 1971, p. 5/*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 19 mar. 1971, p. 6./TRINDADE, Raimundo Otávio da. *Velhos troncos mineiros.* São Paulo, Revista dos Tribunais, 1955, v. 1.

DIAS, Ezequiel

Cientista, médico e professor, nasceu em Macaé, Província do Rio de Janeiro, a 11 de maio de 1880, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 22 de outubro de 1922. Filho de Caetano Dias e de Elisa Gonçalves Dias. Casado com Maria Cândida da Fonseca Dias.

Diplomou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1902. Depois de formado, passou a trabalhar no Instituto de Manguinhos, no Rio de Janeiro, DF, com Oswaldo Cruz, de quem se tornou o primeiro discípulo e colaborador, na campanha contra a febre amarela. Dedicou-se a pesquisas sobre febre tifóide, malária, verminoses, sífilis, lepra e doença de Chagas, e a estudos sobre cobras e escorpiões. Indo ao Maranhão, a convite do Governo Estadual, para combater o tifo, que se alastrava na região, contraiu a tuberculose que o fez transferir-se para Belo Horizonte em 1906. Na Capital mineira, criou e dirigiu uma filial do Instituto de Manguinhos, com a colaboração de uma equipe de pesquisadores do Rio de Janeiro, entre eles Otávio Coelho de Magalhães*, Henrique Marques Lisboa, Eurico Vilela e Roberto de Almeida Cunha.

Foi professor de Microbiologia na Faculdade Livre de Medicina de Minas Gerais.

Foi, ainda, membro vitalício do Conselho Deliberativo do Instituto do Radium, depois Instituto e Hospital Borges da Costa, e da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Minas Gerais.

Publicou, entre outros, os trabalhos científicos: *Hematologia normal* (tese de doutoramento); *Profilaxia dos escorpiões* (em colaboração com Samuel Libânio e Marques Lisboa); *Notas sobre Osvaldo Cruz*; *Estudos hematológicos na moléstia de Chagas*, inserido nas Memórias do Instituto Osvaldo Cruz, do Rio de Janeiro; *Estudos experimentais sobre a anaplasma* (em colaboração com H. Aragão) e *O Instituto Osvaldo Cruz.*

FONTES: *Jornal de Casa*, Belo Horizonte, 4-10 maio 1980. p. 4/*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 23 out. 1922. p., 4; 24 out. 1922. p. 5.

DIAS, Gérson

Empresário e líder classista, nasceu em Sabará, MG, a 1º de setembro de 1908. Filho do comerciante e industrial Juventino Dias e de Maria do Carmo Dias. Casado com Maria de Lourdes Viana Dias.

Exercendo, desde jovem, atividades empresariais em Belo Horizonte, MG, em 1928 filiou-se à Associação Comercial de Minas, da qual se tornou Diretor em 1945 e foi, sucessivamente 2º-Secretário (1946-1948), 1º-Secretário (1949-1952), Secretário-Geral (1953-1955), 2º-Vice-Presidente (1957-1958), Presidente (1959-1960) e 1º-Vice-Presidente (1961-1962).

Considerado, em 1961, sócio benemérito da entidade, desde então integra o seu Conselho Superior. Foi Presidente do Grupo Cauê, proprietário de fábricas de cimento e pré-moldados de concreto e de empresas de transporte, agropecuária e administradora.

Ocupou, ainda, cargos de direção na Associação Brasileira de Cimento Portland, no Sindicato Nacional da Indústria de Cimento e na Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais.

Estado de Minas
Gerson Dias

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

DIAS, Jair José

Comandante-Geral da Polícia Militar, advogado e administrador, nasceu em Lavras, MG, a 5 de setembro de 1940. Filho de Francisco José Dias e Josefina Alves Dias. Casado com Maria do Carmo Werneck Dias.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Minas Gerais em 1977.

Ingressando na Polícia Militar de Minas Gerais em 1961, tornou-se Aspirante a

Oficial em 1964, ao concluir o curso de Formação de Oficiais. De 1965 a 1966, chefiou a Seção Técnica de Ensino do Departamento de Instrução da PM. Em 1975, concluiu o curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e, em 1983, o curso Superior de Polícia.

No exterior, participou de diversos cursos, dentre eles o Curso Geral de Polícia Interamericana, da Academia Internacional de Polícia, em Washington, EUA (1969); de Operações de Patrulha Policial, na Academia de Serviços Internacionais de Polícia, em Washington, EUA (1969), e de Segurança Pública, da Agency for International Development (1979).

Atingiu o posto de Tenente-Coronel em 1982 e, quatro anos depois, o de Coronel. Nessa condição, foi Comandante de Policiamento Área-3, baseado em Montes Claros (1987), e Diretor de Administração e Finanças da Caixa Beneficente da Polícia Militar (1988).

Fora da área militar, participou de cursos de especialização em Administração Pública, na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro (1969), e do curso Aspectos Institucionais da Modernização Administrativa, no Instituto de Administração Pública (1977).

Participou, também, do Seminário de Planejamento Estratégico, da Fundação João Pinheiro/PMMG (1980); do Seminário Mineiro sobre Orçamento Público - ABOP/MG (1980) e do V Congresso Brasileiro de Direito Administrativo (1986).

De 1988 a 1991, exerceu as funções de Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais.

Possui numerosas condecorações e distinções honoríficas.

Publicou *Trânsito e Polícia Militar - Alguns Aspectos*, na revista *O Alferes* - nº 2, jan/fev/mar/abr/1984, editada pela Academia de Polícia Militar.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

DIAS, Sebastião Fabiano

Político e médico, nasceu em Alvinópolis, MG, a 20 de janeiro de 1926. Filho de João Batista Dias e de Maria José Dias.

Eleito Deputado Estadual para a 6ª Legislatura (1967-1971), teve o mandato cassado por força do Ato Institucional nº 5, em 17 de outubro de 1969. Na Assembléia, foi Presidente da Comissão de Saúde Pública (1967-1968), Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Interestaduais (1967) e membro da Comissão de Siderurgia e Mineração (1968).

Pertenceu ao MDB.

FONTE: *Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais*. Serviço de Controle do Eleitorado e Expediente.

DIB, Fued José

Político e arquiteto, nasceu em Ituiutaba, MG, a 14 de dezembro de 1929. Filho do arquiteto José João Dib e de Ana Justina da Conceição. Casado com Maria das Graças Tostes Dib.

Fez os estudos secundários no Ginásio Mineiro de Uberlândia, MG, e no Colégio Anglo-Latino de São Paulo, SP, e o curso superior na Faculdade de Arquitetura da Universidade Mackenzie, de São Paulo, pela qual se diplomou em 1958.

Quando estudante universitário, foi Presidente do Diretório Acadêmico e do Diretório Central de Estudantes da Universidade Mackenzie.

Iniciou a carreira política em Ituiutaba como Vereador à Câmara Municipal (1967-1971). Em seguida, foi Prefeito do mesmo município (1973-1977), onde fundou e presidiu o MDB e, mais tarde, o PMDB.

Deputado Federal na 9ª Legislatura (1979-1983), na Câmara exerceu os cargos de Vice-Presidente da Comissão de Minas e Energia e de membro das Comissões de Transporte e de Relações Exteriores.

Sócio e Diretor da Construtora Ituiutaba, responsável por seu Departamento de Arquitetura, também coordenou, em 1968, o Plano Integrado de Desenvolvimento do Município.

Pertenceu ao PSD e ao MDB e posteriormente filiou-se ao PMDB, a cujo Diretório Estadual presidiu em 1981-1982.

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG./*Forças vivas da Nação. Estado de Minas Gerais*. Nossos políticos. 1980. tomo I. Publicação da IPM - Comércio, Promoções e Marketing Ltda.

DINIZ, Aquiles

Político e industrial, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 2 de setembro de 1921. Filho de José Diniz Couto e de Maria Rosa Diniz. Casado com Geni César Diniz.

Fez os estudos secundários em Belo Horizonte e o superior na Faculdade de Direito do Oeste de Minas, em Divinópolis, pela qual se bacharelou em 1975.

Empresário no setor da indústria da carne e fazendeiro, ingressou na política em 1958, quando se elegeu suplente de Deputado Estadual para a 4ª Legislatura (1959-1963), tendo exercido o mandato em diversos períodos.

Suplente de Deputado Federal na 5ª Legislatura (1963-1967), assumiu a cadeira em 1964, na vaga do Deputado Francisco Clementino de San Tiago Dantas*. Na 6ª Legislatura (1967-1971), voltou à Câmara Federal como Deputado efetivo. Nas eleições de novembro de 1970, candidatou-se a suplente de Senador por Minas Gerais, na chapa de Camilo Nogueira da Gama*, não conseguindo, entretanto, eleger-se.

Pertenceu ao PDC e ao MDB. Posteriormente, filiou-se ao PTB, que dirigiu em Minas Gerais.

FONTE: *Deputados brasileiros*; repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 6ª Legislatura (1967-1971). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1968.

DINIZ, Erotides

Magistrado e promotor, nasceu em Varginha, MG, a 11 de agosto de 1907. Filho de Domingos José Diniz e Silva e de Francisca Augusta Ferreira Diniz.

Fez os estudos secundários no Instituto Propedêutico de Ponte Nova, MG, e no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, MG, e o curso superior na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, pela qual se bacharelou em 1935.

Exercia a Promotoria de Justiça em Santa Bárbara, MG, em 1942, quando ingressou na Magistratura estadual como Juiz de Direito de Jequitinhonha. Serviu, em seguida, nas Comarcas de Bom Despacho, Ituiutaba, Itapecerica, Oliveira e Ponte Nova. Removido para Belo Horizonte em março de 1959, em julho de 1964 tornou-se Juiz Substituto de 2ª Instância e, em abril de 1965, Juiz do Tribunal de Alçada. Em abril de 1968 foi promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça, cargo em que se aposentou em agosto de 1977. Fez parte da comissão encarregada de elaborar o novo Estatuto da Associação dos Magistrados Mineiros.

FONTES: *Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*. Arquivo da Seção de Ensino./*Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. Secretaria. Ficha Funcional.

DINIZ, Fernando Alberto

Político e empresário, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 3 de fevereiro de 1954. Filho de Teodomiro Geraldo Diniz e Helena Nassif Diniz. Casado com Marta Maria Bernardi Capistrano Diniz.

Fez os estudos secundários no Instituto Armanelli, em Belo Horizonte, e no Liceu Eduardo Prado, em São Paulo, SP, e graduou-se em Administração de Empresas pela Faculdade Simonsen, do Rio de Janeiro, RJ.

É Diretor e proprietário das empresas ABC Supermercados Ltda., CID Construções e Incorporações Ltda., Fazenda Morro Preto Ltda., Frigodiniz S.A. Comércio e Indústria, Diniza Factoring Fomento Comercial Ltda., Morro Preto Participações Ltda. e Santa Rosa Empreendimentos Ltda.

No Governo Newton Cardoso*, foi Secretário Adjunto do Governo - Coordenação Política (1987); Secretário Adjunto e Secretário interino da Casa Civil do Governo de Minas Gerais (1988) e Secretário Particular do Governador (1988-1989).

Em 1990, elegeu-se Deputado Federal para o período 1991-1995, pelo PMDB. Na Câmara, integra, como titular, as Comissões Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização (1991), de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias (1991); como suplente, as Comissões de Finanças e Tributação (1991).

FONTE: BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Deputados brasileiros: repertório biográfico.* 49ª Legislatura 1991-1995. Brasília, 1991. p. 213.

DINIZ, Henrique Augusto de Oliveira

Político, médico e professor, nasceu em Barbacena, Província de Minas Gerais, a 18 de janeiro de 1865, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 23 de janeiro de 1930. Filho do Major da Guarda Nacional Francisco José Diniz e de Guilhermina de Oliveira Pena Diniz. Casado com Olga Tolentino Diniz.

Fez o curso secundário no Colégio Providência, em sua terra natal, e formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1886.

Republicano histórico, representou o núcleo barbacenense no Congresso Republicano reunido em Ouro Preto, MG, em novembro de 1888. Foi Vereador, Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal de Barbacena, onde exercia a medicina e lecionava História Universal no Ginásio Mineiro.

Elegeu-se Deputado Constituinte mineiro e para a 1ª Legislatura (1891-1895).

De setembro de 1894 a setembro de 1898, no Governo Crispim Jacques Bias Fortes*, exerceu o cargo de Secretário do Interior e Justiça de Minas Gerais. Eleito Senador Estadual na 4ª Legislatura (1903-1906), na vaga de Camilo Felinto Prates*, renunciou ao cargo no ano seguinte, quando o Presidente Afonso Augusto Moreira Pena* nomeou-o Vice-Presidente da recém-criada Caixa de Conversão.

Voltando ao Senado Mineiro na 7ª Legislatura (1915-1918), de novo renunciou antes de completar o mandato.

Depois de ter ocupado uma diretoria do Banco do Brasil no Governo Arthur da Silva Bernardes*, em 1º de novembro de 1928 elegeu-se Senador Federal para o restante da 13ª Legislatura (1927-1929), na vaga aberta com o falecimento de Francisco Álvaro Bueno de Paiva*.

Pertenceu ao PRM.

Atuaram na política seu tio Afonso Pena* e seu primo Afonso Pena Júnior*.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados*. 1930. 4ª Sessão da 10ª Legislatura. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1931. p. 110-1/*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 24 jan. 1930. p. 10./PEQUENO, Waldemar Alves. *Raízes mineiras e cearenses*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1971./*Senado Federal*. Arquivo Histórico. Dados biográficos dos senadores.

DINIZ, Hindemburgo Chateaubriand Pereira

Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG - e advogado, nasceu em Campina Grande, PB, a 16 de maio de 1932.

Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil em 1954.

Iniciou suas atividades profissionais como Auxiliar de Advogado da Divisão Regional do SESI do Rio de Janeiro (1951-1953). Atuou como Oficial-de-Gabinete, Secretário e Assistente do Ministério da Viação e Obras Públicas, nas administrações de José Américo de Almeida, Lucas Lopes* e Rodrigo Octávio Jordão Ramos (1953-1956). Foi, também, assistente jurídico e advogado da Central Elétrica de Furnas (1957-1961); Diretor-Secretário do jornal *Correio Braziliense* (1961-1965); Assessor de Fiscalização e Controle do Governo de Minas Gerais (1966), e coordenador do Projeto Rondon em Minas Gerais (1968-1969).

Nomeado pelo Governador José de Magalhães Pinto* Presidente do BDMG (1967-1970), foi, ainda, incorporador e Presidente da Fundação João Pinheiro (1970); Diretor da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – Abinee; Presidente da Associação Brasileira de Empresas do Nordeste (1980) e Presidente da Fundação João Pinheiro (1985-1987).

Foi genro do Governador Israel Pinheiro da Silva* e cunhado do Deputado Israel Pinheiro da Silva Filho*.

Estado de Minas

Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz

FONTE: Dados informados pelo Departamento de Comunicação Social do BDMG.

DINIZ, Omar de Oliveira

Político e advogado, nasceu em Ituiutaba, MG, a 27 de novembro de 1911. Filho de Melquíades Ferreira Diniz e de Prudenciana Alves de Oliveira.

Exercendo a advocacia em sua terra natal, ingressou na política como Prefeito do município.

Eleito Deputado Estadual para a 3ª Legislatura (1955-1959), foi Vice-Líder do PSP (1956), 4º-Secretário da Comissão Executiva da Assembléia (1956-1958) e Presidente da Comissão de Serviço Público Civil (1955).

Pertenceu ao PR, ao PSP e à UDN.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 28 dez. 1954. p. 3./*Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

DINIZ, Saulo

Político, nasceu em Pomba (hoje Rio Pomba), MG, a 2 de março de 1913. Filho de Henrique Diniz e de Margarida Machado Diniz. Casado com Conceição Sabino Diniz.

Fez os estudos secundários no Colégio Arnaldo, em Belo Horizonte, MG.

Deputado Estadual na 3ª e 4ª Legislaturas (1955-1963), renunciou ao mandato em setembro de 1960 para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas do Distrito Federal (Brasília), do qual veio a ser afastado depois do movimento revolucionário de 1964. Na Assembléia Legislativa, foi Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública (1955) e membro das Comissões de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (1956-1958) e de Agricultura, Indústria e Comércio (1957).

Pertenceu ao PTB.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Aparecida Diniz. CEM/UFMG./*Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

DIRCEU PEREIRA ver ARAÚJO, Dirceu Pereira de

DOEHLER, Leonídio Matias

Desembargador, nasceu em Teófilo Otoni, MG, a 20 de maio de 1931. Filho de Hernann Henrique Doehler e de Luíza Stock Doehler. Casado com Alfa Dutra Doehler.

Concluiu o curso secundário no Colégio São José, em Teófilo Otoni, MG, e bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito da UFMG, em 1957.

Exerceu a advocacia, no período de 1958 a 1964, nos Municípios mineiros de Teófilo Otoni, Carlos Chagas, Nanuque, Malacacheta, Itambacuri e Medina. Em 1964, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Medina, mediante concurso, tendo exercido essa função em Almenara, MG (1966-1967), Mantena, MG (1967-1975) e Caratinga, MG (1975-1977). Em 1977, foi promovido, por merecimento, para a Comarca de Belo Horizonte, onde serviu na 14ª Vara Criminal até 1978, data em que foi promovido para a 19ª Vara Cível, da qual foi titular até 1984. Mediante permuta, ocupou, transitoriamente, o cargo de Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da Capital. Como Juiz de Direito substituto, assim como Juiz Eleitoral, serviu nas Comarcas de Pedra Azul, MG, Jequitinhonha, MG, Novo Cruzeiro, MG, e Teófilo Otôni, MG. Foi professor de Direito do Trabalho na Faculdade de Ciências Contábeis de Caratinga, em 1976 e 1977. Em 1984, foi promovido, por antigüidade, para o Tribunal de Alçada. Em março de 1988, foi promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais pelo Governador Newton Cardoso*.

Foi agraciado com diversas distinções e condecorações.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG./DPC-ALEMG.

DOLABELA, Gilberto Alves da Silva

Secretário de Estado e Advogado-Geral, nasceu em Sabará, MG, a 10 de abril de 1910 e faleceu a 13 de junho de 1989. Filho de Alípio Alves da Silva Melo e de Dalila Dolabela da Silva Melo. Casado com Maria Helena Starling Dolabela.

Concluiu o curso secundário em 1926, no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, em 1931.

Advogado militante no foro de Belo Horizonte, atuou durante 55 anos. Advogado-Geral do Estado, de fevereiro de 1961 a maio de 1962 e de fevereiro de 1963 a junho de 1965, no Governo José de Magalhães Pinto*, foi também Secretário de Segurança Pública neste Governo (1º/7/1965 - 9/8/1965). Na administração Israel Pinheiro da Silva*, voltou a desempenhar as funções de Advogado-Geral (1966-1971), cargo no qual permaneceu (2/2/1973 - 15/2/1975) no Governo Rondon Pacheco*.

Foi conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/MG; membro do Conselho Curador da Santa Casa de Misericórdia e seu Procurador-Geral (1982-1985); membro do Conselho da Copasa (1984-1986) e Vice-Presidente da Fundação Felício Rocho (1989).

Signatário do Manifesto dos Mineiros (outubro de 1943), foi membro fundador da UDN.

Foi agraciado com diversas condecorações e homenagens.

FONTES: *Dados biográficos*.Informante: Hélio Costa/Prefeitura de Sabará. CEM/UFMG./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 6 jul. 1965. p. 16; 7 fev. 1973. p. 6./*Procuradoria do Estado de Minas Gerais*. Serviço de Pessoal.

Estado de Minas

Gilberto Alves da Silva Dolabela

DOM MARCOS BARBOSA ver BARBOSA, Lauro de Araujo

DOMINGUES, José Gomes

Secretário de Estado, delegado de polícia, político e advogado, nasceu em Leopoldina, MG, a 18 de agosto de 1906, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 1º de julho de 1977. Filho do comerciante Rafael Domingues e de Idalina Gomes Domingues. Casado com Maria do Carmo Barroso Guimarães Domingues.

Fez o curso secundário no Ginásio Leopoldinense, em sua terra natal, e bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito de Niterói, RJ, em 1936.

Em Leopoldina, foi Juiz de Paz (1932-1935), Delegado de Polícia (1935-1962) e advogado. Aposentado como Delegado Regional de Polícia, trabalhou na corretagem de seguros e integrou o Conselho Consultivo do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. (1962-1967).

Deputado Estadual na 6ª Legislatura (1967-1971), presidiu à Comissão de Segurança Pública (1967; 1969-1970) e à Comissão Especial criada pelo Governo mineiro para elaborar o projeto da Lei Orgânica da Polícia Civil.

De março de 1971 a março de 1975, foi Secretário de Estado da Administração no Governo Rondon Pacheco*.

Fundador do Rotary Club de Leopoldina, por duas vezes desempenhou a Governadoria do Distrito do Rotary Internacional e, nessa condição, participou de convenções realizadas no Peru, no México e nos EUA.

Pertenceu ao PSD e à Arena.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 mar. 1971. p. 3; 20 mar. 1971. p. 5; 15 mar. 1975. Suplemento Especial. p. 9./ FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 19 mar. 1971. p. 4.

DÓRIA, Luís Carlos Rodrigues

Oficial do Exército, nasceu em Ubá, MG. Filho do oficial do Exército Arquimedes Lopes de Araújo Dória e de Lucília Rodrigues Dória. Casado com Irene Rosas Costa Dória.

Iniciando a carreira militar em março de 1946, fez os cursos da Academia Militar das Agulhas Negras (1949-1951), de Instrutor (1955) e Mestre D'Armas (1960), ambos da Escola de Educação Física do Exército; da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1963), da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (1968-1970) e da École D'Etat Major, em Paris, França (1966).

Chegou ao posto de General-de-Brigada em março de 1984.

Serviu no REsI (57 BIMTz/Es) (1952-1953), BG (1º BGd) (1953-1955), 3º BC (1957-1959), 1º B Fron. (1964), CMRJ (1964-1965), 1º BC (32 BIMTz) (1965).

Foi Adjunto de Ordem do General Comandante (1964), além de atuar no Quartel General da 4ª DE (1971-1972), DMB (1972-1974), no Estado Maior do Exército - EME (1976-1977), na Secretaria Geral do Exército (1977-1978), como Chefe do Estado-Maior do Exército 3ª DE (1978-1980), no EME (1980-1981) e Adido em Israel (1981-1983).

Exerceu as funções de Chefe do Estado Maior do II Exército (1984-1985), Chefe do EM/CMSE (1986-1987) e Comandante da 4ª Brigada de Infantaria Motorizada (1987).

Recebeu várias condecorações, entre elas as comendas do Mérito Militar, Aeronáutico e Naval; a Medalha de 40 anos de bons serviços (ouro com passador de platina), e a Medalha do Pacificador.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Ministério do Exército. Centro de Comunicação Social.

DORNELLES, Ernesto

Oficial do Exército, originário da arma de Cavalaria e político, nasceu em São Borja, RS, a 20 de setembro de 1899, e faleceu no Rio de Janeiro, GB, a 30 de julho de 1964. Filho do General Ernesto Francisco Dornelles e de Amélia Rodrigues Dornelles. Casado com Fabíola Pinto Dornelles.

Assentando praça em 1918, dois anos depois concluía o curso na Escola Militar de Realengo, RJ.

Exerceu, entre outros cargos, os de Instrutor da Escola de Cavalaria, Chefe de Instrução de Cavalaria do Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva da então Capital Federal e Diretor de Instrução da Força Pública do Estado de São Paulo.

Na Revolução Constitucionalista de 1932, já no posto de Capitão, serviu no Estado-Maior do General Cristóvão Barcelos, Comandante das tropas legalistas na região do túnel da Mantiqueira, onde lhe coube chefiar a seção de operações militares.

Promovido a Major, por indicação do Interventor Benedito Valadares Ribeiro* foi designado, em 1934, para a Chefia da Missão Instrutora do Exército junto à Força Pública de Minas Gerais e, de janeiro de 1936 a novembro de 1942, desempenhou as funções de Chefe de Polícia do Estado.

Voltando ao serviço ativo, em 1943 integrou o Gabinete do Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, e, ao alcançar o posto de Tenente-Coronel, foi nomeado Interventor Federal no Estado do Rio Grande do Sul.

Constituinte de 1946, cumpriu o mandato no Senado Federal até 1951, quando renunciou por ter sido eleito Governador do Rio Grande do Sul para o quatriênio 1951-1955.

A convite do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira* ocupou interinamente o cargo de Ministro da Agricultura, de 31 de janeiro a 27 de setembro de 1956.

Na carreira militar chegou ao generalato.

Pertenceu ao PSD, de que foi membro fundador.

Era primo de Getúlio Dornelles Vargas e concunhado de Benedito Valadares Ribeiro*.

FONTES: *Almanaque da Força Pública. Estado de Minas Gerais*. Organizado pelo Estado Maior. Belo Horizonte, s. ed., 1936./ COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana 1961. v. 1./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 4 jan. 1936. p. 10./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 4 jan. 1936. p. 17; 5 jan. 1936. p. 15; 7 set. 1943. p. 9; 5 ago. 1964. pp. 2-3./*O Diário*, Belo Horizonte, 4 jan. 1936. p. 1.

DORNELLES, Francisco Osvaldo Neves

Ministro de Estado, político, professor e servidor público, nasceu a 7 de janeiro de 1935, em Belo Horizonte. Filho de Mozart Dornelles e Mariana Neves Dornelles. Casado com Cecília Andrade Dornelles.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1960, e formou-se Técnico em Contabilidade pela Escola Técnica de Comércio Cândido Mendes, também do Rio de Janeiro, em 1970. Obteve, em seguida, os graus de Mestre (1975) e de Doutor (1977) em Direito Público pela mesma Faculdade em que se bacharelou.

Foi Secretário Particular do Presidente do Conselho de Ministros (1961-1962), titular do Conselho Central da Fundação da Casa Popular (1962-1963), Procurador Representante da Fazenda na Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (1967-1972).

Na vida acadêmica, lecionou Direito Financeiro na Faculdade de Direito Cândido Mendes, RJ (1967-1968); Legislação Tributária, no curso de Administração de Empresas na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro (1968-1969); Direito Tributário, no curso de pós-graduação para advogados de empresas do Centro de Estudos e Pesquisas do Ensino de Direito, UEC (1968-1972); Legislação Tributária, na EBAP da Fundação Getúlio Vargas (1968-1974); Direito Financeiro, na UFRJ, a partir de 1969; e Direito Tributário, no curso de Mestrado na Área de Concentração de Direito Empresarial da Universidade Gama Filho, do Rio de Janeiro (1978). Ainda na área docente, foi examinador da Banca de Legislação e Conceitos Fiscais da prova de Conhecimentos Especiais do Concurso para Agentes Fiscais de Tributos Federais do Ministério da Fazenda (1970); membro da Comissão Examinadora do Programa Nacional de Aperfeiçoamento de Professores em Administração (EBAP-FGV; 1975); titular da Comissão Examinadora da Monografia *A Potencialidade da Declaração de Bens como Instrumento da Administração Fiscal* (EBAP-FGV; 1975) e membro da Banca Examinadora de Mestrado em Direito Tributário da Universidade Nacional de Brasília - UNB, Brasília (1981).

Foi Presidente da Comissão de Planejamento e Coordenação de Combate ao Contrabando - Coplanc - (1979-1985); Representante do Governo Federal na Assembléia Geral da FGV (1980-1986); titular da Comissão de Estudos Tributários Internacionais - CETI -, do Ministério da Fazenda (1981-1985); titular do grupo de trabalho para avaliação da Estrutura do Sistema Tributário Nacional, Seplan/MF/IPEA/USP (1982-1985); titular do Comitê Internacional de Acompanhamento da Execução dos Orçamentos Públicos - Comor - (1983-1985) e titular da Comissão Interministerial para Criação da Guarda Costeira, Ministério da Marinha (1983-1985).

No ano de 1985, representou o Brasil, como Governador, na Junta de Governadores

do FMI e do BIRD, coordenou as negociações do plano financeiro brasileiro junto ao Comitê Assessor de Bancos e dos débitos oficiais junto a Governos ou agências oficiais de países credores no âmbito do Clube de Paris. Ainda nesse ano foi coordenador dos entendimentos mantidos com o FMI.

Foi titular do Conselho de Administração da Fundação Getúlio Vargas (1986).

Em 1986, elegeu-se Deputado Federal Constituinte e para o período 1987-1991, pelo PFL, representando o Estado do Rio de Janeiro. Na Assembléia Nacional Constituinte foi Presidente da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças (1987); titular da Comissão de Sistematização (1987-1988) e suplente da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias e da Comissão da Ordem Social (1987).

Entre os cargos públicos exercidos em Brasília, figuram o de Procurador-Geral da Fazenda Nacional (1975-1979), Secretário da Receita Federal (1979-1985), Subprocurador-Geral da Fazenda Nacional (1984) e Presidente do Conselho Monetário Nacional (1984).

Convidado pelo Presidente eleito pelo Colégio Eleitoral, Tancredo de Almeida Neves*, assumiu o Ministério da Fazenda no Governo do Presidente José Sarney (1985).

Reeleito Deputado Federal para o período 1991-1995, atuou na Câmara dos Deputados como Presidente das Comissões de Finanças (1989-1990) e de Finanças e Tributação (1990-1991); como titular da Comissão Mista de Orçamento (1989-1991) e como suplente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio (1990-1991). Participou de várias missões no exterior.

Publicou vários trabalhos, principalmente pela Fundação Getúlio Vargas.

Recebeu inúmeras condecorações, das quais destacam-se: a Ordem do Rio Branco (grau comendador) (1977); a Ordem do Mérito da República Federal da Alemanha, Grã-Cruz do Mérito (com Estrela) (1978); a Ordem Nacional da Legião de Honra do Governo Francês (grau cavalaria) (1978); a Medalha do Pacificador, Ministério do Exército (1980); a Ordem do Ipiranga (grau grande oficial) (1982) e a Ordem do Rio Branco (grau Grã-Cruz) (1985).

Estado de Minas

Francisco Osvaldo Neves Dornelles, 1983

Atuaram na política seu avô Francisco de Paula Neves, que foi Vereador, Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal de São João del-Rei, seu tio Tancredo de Almeida Neves* e seu primo Aécio Neves Cunha*.

É filiado ao PFL.

FONTES: Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Deputados brasileiros:* repertório biográfico. 49ª Legislatura (1991-1995). Brasília, 1991. p.p. 229-232.

DOURADO, Aloísio de Freitas Autran

Político e advogado, nasceu em Monte Santo, MG, (hoje Monte Santo de Minas), a 20 de janeiro de 1923. Filho do magistrado Telêmaco Autran Dourado* e de Alice de Freitas Dourado.

Fez os estudos secundários no Colégio Afonso Arinos, em Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais em 1947.

Advogando em Belo Horizonte, trabalhou no Gabinete de Juscelino Kubitschek de Oliveira* quando este era Prefeito da Capital e, quando foi, posteriormente, Governador do Estado. Procurador da Prefeitura, em 1946, candidatou-se a Vereador, mas não conseguiu eleger-se.

Eleito Deputado Estadual para a 3ª Legislatura (1955-1959), foi Presidente da Comissão de Serviço Público Civil (1956), Vice-Líder do PSD (1958) e membro efetivo das Comissões de Constituição, Legislação e Justiça (1955; 1957-1958) e de Assuntos Municipais e Interestaduais (1957).

Em seguida passou a advogar no Rio de Janeiro.

Pertenceu ao PSD e ao PTN.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 12 dez. 1954. p. 7./*Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*. Arquivo da Seção de Ensino.

DOURADO, Telêmaco Autran

Magistrado, delegado de polícia, promotor e funcionário público, nasceu na cidade de Rio Grande, RS, a 5 de maio de 1893, e faleceu no Rio de Janeiro, GB, a 16 de outubro de 1973. Filho de Ângelo Cardoso Dourado, de tradicional família sulina, e de Francisca Autran Dourado. Casado com Alice de Freitas Autran Dourado.

Fez o curso secundário no Colégio São José, dos Irmãos Maristas, em sua terra natal, e bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro em 1916.

Quando estudante no Rio de Janeiro, DF, trabalhou no Ministério da Educação e Saúde (1910-1911) e na Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (1912-1917).

Transferindo-se para Minas Gerais, fixou-se em Monte Santo (atual Monte Santo de Minas), onde contraiu matrimônio e exerceu os seguintes cargos: Delegado de Polícia (setembro a novembro de 1917), Juiz Municipal (novembro de 1917 a dezembro de 1918), Promotor de Justiça (janeiro de 1919 a dezembro de 1924).

Reingressando na Magistratura mineira, foi, sucessivamente, Juiz de Direito das Comarcas de Patos de Minas e de Monte Santo. Em 1938 obteve promoção para a Comarca de Belo Horizonte, como titular da 3ª Vara Cível. Em setembro de 1941 ascendeu, por merecimento, ao Tribunal de Apelação.

Em 1952 fundou, em Belo Horizonte, a revista *Minas Forense*, que dirigiu por vários anos. Em maio de 1957, o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira* nomeou-o Juiz Togado do Superior Tribunal Militar, cargo em que se aposentou, pela compulsória, em 1963.

Em 1934 publicou a obra jurídica *Despachos e decisões*.

Atuou na política seu filho Aloísio de Freitas Autran Dourado*.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 2 set. 1941. p. 5./*Gazeta Mineira*, Belo Horizonte, 15 out. 1938. p. 6./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 7 set. 1941. p. 11./Nota biográfica. Ministro Telêmaco Autran Dourado. In: *Jurisprudência Mineira*. Belo Horizonte, 59 (25): 1-3 out./dez. 1974.

DRUMMOND, Albertino Ferreira

Político e advogado, nasceu em Santana dos Ferros (depois Ferros), Província de Minas Gerais, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 1º de abril de 1935. Filho do Coronel da Guarda Nacional José Manuel Ferreira Drummond e de Leopoldina Procópio de Noronha Lage. Casado com Maria de Lourdes Brant Drummond.

Estudou Humanidades no Colégio do Caraça, MG, e bacharelou-se, em 1911, pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais.

Quando advogado em sua terra natal, fundou a Escola Normal e ingressou na política.

Depois de ter sido Deputado Federal na 10ª Legislatura (1918-1920), elegeu-se Senador Estadual na 8ª Legislatura (1919-1922), na vaga de Augusto Glória Ferreira Alves*, e reelegeu-se para a 9ª Legislatura (1923-1926).

Em 1925 renunciou ao mandato estadual por ter sido novamente eleito Deputado Federal para a 13ª Legislatura (1927-1929).

Pertenceu ao PRM.

Atuaram na política seu cunhado Norberto da Costa Lage* e seu filho José Bolivar Drummond*.

FONTES: *Diário de Minas*. Belo Horizonte, 20 jun. 1923. p. 2; 23 mar. 1926. p. 2./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 2 abr. 1935. p. 11; 12 abr. 1935. Diário da Assembléia. p. 1.

DRUMMOND, Austen Amaro de Moura

Escritor, acadêmico e professor, nasceu em Belo Horizonte, MG, em 12 de dezembro de 1901. Filho de Austen Drummond e de Cecília Amália de Moura Drummond.

Cursou Humanidades no Ginásio Mineiro e concluiu o curso preparatório na Faculdade de Odontologia e Farmácia da Universidade de Minas Gerais.

Foi Secretário de Redação da *Revista Mineira*, da Faculdade de Direito da UFMG, publicação mensal dirigida e editada pelo professor José de Magalhães Drumond. Publicou artigos em suplementos literários, jornais e revistas de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, como a *Folha de Minas*, o *Estado de Minas*, a *Revista Alterosa*, a *Revista do Brasil* e *O Cruzeiro*.

Fez carreira no serviço público, aposentando-se como Chefe do Serviço Auxiliar do extinto Departamento da Guarda Civil, da Secretaria de Segurança Pública. Foi Assessor da Diretoria da Associação dos Chefes do Serviço Público do Estado de Minas Gerais.

Lecionou Geografia e História na Academia de Comércio.

Em 1926, estreou nas letras com *Juiz de Fora*, poema lírico ilustrado por Pedro da Silva Nava*, publicando, a seguir, *Poemetos à afeição do Oriente* (1929); *Arte Mistério do Amor e da Morte* (1930); *Imaginária Hélade* (1971); *Sonetos em Vitrais*, com ilustração de Jairo Carvalhais Câmara, e *Genesíaco*, livro de contos.

Em concurso promovido pela Federação das Academias de Letras do Brasil, teve dois de seus poemas incluídos entre os dez melhores sonetos mineiros (1951). Obteve também Menção Honrosa na modalidade poesia lírica, concedida pela Academia de Música e Belas-Artes Luísa Todi, de Setúbal, Portugal (1965).

Seu livro *Poemetos à Afeição do Oriente* foi traduzido para o inglês pelo professor Elmar G. Queiroga, da Faculdade de Letras da UFMG. O professor José Amilcar Mourão traduziu para o francês o mesmo livro, tradução que tem o prefácio do professor Aluízio Mendes Campos, e o livro *Imaginária Hélade* para o francês e para o inglês.

Em 4 de novembro de 1982, foi eleito para a Academia Mineira de Letras, ocupando a cadeira nº 7, em substituição a Eduardo Frieiro*.

Estado de Minas

Austen Amaro de Moura Drummond, 1988

FONTE: Dados informados pela Academia Mineira de Letras. JOSÉ, Oiliam. *Efemérides da Academia Mineira de Letras. 1909/1985*. Belo Horizonte, FUMARC/PUC-MG, 1985.

DRUMMOND, João Batista de Carvalho

Magistrado e político, nasceu em São José da Lagoa, Distrito de Itabira do Mato Dentro, Província de Minas Gerais (atual cidade de Nova Era), a 11 de junho de 1840, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 13 de maio de 1923. Filho do Alferes José Abreu de Carvalho e de Petronilha Carolina de Carvalho Drummmond. Casado, em primeiras núpcias, com Bernardina da Costa Lage, e em segundas, com Olímpia de Andrade Guerra.

Fez o curso secundário no Colégio Benjamim, de Itabira do Mato Dentro (hoje Itabira), e formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1866.

De volta à Província natal, logo depois de diplomado, advogou até 1884. Em seguida, exerceu as funções de Promotor Público e, durante um quatriênio, as de Juiz Municipal. Nomeado Juiz de Direito da Comarca de Montes Claros em 1884, ali permaneceu até 1889.

Em 1886 elegeu-se Deputado à Assembléia Provincial por dois biênios.

Desempenhou, depois, o cargo de Juiz de Direito nas Comarcas de São Paulo do Muriaé (depois Muriaé), Ferros, São José do Paraíso (atual Paraisópolis), Santa Bárbara e Itabira do Mato Dentro, até que, em 1910, foi promovido ao Tribunal de Relação de Minas Gerais.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados*. 1923. Sessões de 28 de abril a 31 de maio de 1923. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1:434-5, 1928./*Anais do Senado Mineiro*. 1ª Sessão Ordinária da 9ª Legislatura, no ano de 1923. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, s. n.: 159, 1924./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 15 maio 1923. pp. 1-2./*Jornal de Minas*, Belo Horizonte, jul./ago. 1951. pp. 207-9./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 14-15 maio 1923. pp. 10-13./PAULA, Almênio José de & FERREIRA, Saturnino G. *Figuras notáveis de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Pioneiros e Expoentes Editorial, 1973-4./TRINDADE, Raimundo Otávio da. *Velhos troncos mineiros*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1955. v. 1.

DRUMMOND, José Antônio da Silveira

Político, advogado, jornalista e professor, nasceu em Itabira do Mato Dentro, Província de Minas Gerais (hoje Itabira), e ali faleceu, a 19 de agosto de 1901.

Diplomado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1867, exerceu a advocacia, o jornalismo e o magistério em sua terra natal, onde foi, ainda, Agente Executivo Municipal e Provedor da Santa Casa de Misericórdia.

Deputado à Assembléia Provincial da 20ª à 27ª Legislaturas (1874-1889), desempenhou os cargos de Líder da Bancada Liberal e de Relator da Comissão de Orçamento.

Eleito Deputado Federal para a 4ª Legislatura (1900-1902), faleceu no exercício do mandato.

Na Monarquia, pertenceu ao Partido Liberal e, na República, ao PRM.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 19 ago. 1901. p. 1./ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos*

Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917. Rio de Janeiro. M. Abranches, 1918. v. 2./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 20 ago. 1901. p. 7.

DRUMMOND, José Bolivar

Secretário de Estado, médico e professor, nasceu em Santana dos Ferros (hoje Ferros), MG, a 9 de fevereiro de 1912. Filho do político Albertino Ferreira Drummond* e de Maria de Lourdes Brant Drummond.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte e no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, DF, e diplomou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais em 1934.

Contratado como Capitão-Médico da Polícia Militar em fevereiro de 1935, atingiu ao posto de Coronel em 1953 e, como tal, o de Chefe do Serviço de Saúde da Corporação. Foi Secretário Estadual das Finanças durante o Governo José Francisco Bias Fortes* (28/6/1960-30/1/1961).

No magistério, exerceu funções de catedrático de Clínica Cirúrgica da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, de professor de Traumatologia e Socorro, na Escola de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais, e de Técnica de Salas de Operações, na Escola de Enfermagem Hugo Werneck.

Presidente do Conselho Superior da Associação Médica de Minas Gerais, membro do Conselho Regional de Medicina, representante da Associação Médica Brasileira no Conselho Federal de Medicina, Presidente da Associação Médica de Minas Gerais e Vice-Presidente da Associação Médica Brasileira, também chefiou o Serviço de Cirurgia Geral e Urologia de Mulheres, da Santa Casa de Belo Horizonte, e dirigiu a Maternidade Odete Valadares, o Instituto de Pesquisas Médico-Cirúrgicas de Minas Gerais e o Hospital Sarah Kubitschek.

Fora do campo profissional, foi Vice-Presidente do Banco Nacional do Comércio de Minas Gerais S.A., Presidente do Minas Tênis Clube, Diretor de Esportes de Minas Gerais e da Associação Mineira de Criadores de Cavalos Mangalarga, e membro do Conselho Administrativo do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A.

FONTES: *Almanaque dos Oficiais - Polícia Militar de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1960./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 5 ago. 1960. p. 2./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 29 jun. 1960. p. 13.

DRUMMOND, José de Magalhães

Político, promotor, advogado, professor e jornalista, nasceu em Ouro Preto, Província de Minas Gerais, a 27 de janeiro de 1883, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 7 de outubro de 1949. Filho de José Izidoro de Magalhães Drummond e de Petronilha de Carvalho Drummond. Casado com Maria Coutinho de Magalhães Drummond.

Fez o curso secundário no externato do Ginásio Mineiro, em Ouro Preto, e os preparatórios na Cidade de Minas (hoje Belo Horizonte), e bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais em 1905.

Foi nomeado Promotor de Justiça da Comarca de Santa Bárbara, MG, logo após sua formatura.

Em 1910, participou da Campanha Civilista e, em seguida, deixando o Ministério Público para advogar, elegeu-se Vereador e Agente Executivo Municipal de Santa Bárbara, cargos a que foi reconduzido por mais de 10 anos.

Em 1920, transferiu-se para Belo Horizonte a fim de assumir as funções de Delegado do Recenseamento Nacional no Estado de Minas Gerais. Advogando na Capital mineira, em 1923 tornou-se professor, por concurso, do Ginásio Mineiro, onde lecionou, até seu falecimento, Filosofia, Psicologia, Instrução Moral e Cívica, Literatura, Português, História Geral e História do Brasil. A 1º de maio de 1924 passou a integrar o corpo docente da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, na livre-docência de Direito Penal e Processo Criminal. Em 25 de maio de 1925, assumiu a cátedra de Direito Penal Militar. Na mesma instituição lecionou, ainda, diretor Penal, Economia e Finanças. Criado o curso de Doutorado, em 22 de maio de 1931, foi provido na cátedra de Economia e Legislação Social.

Integrou o Conselho Penitenciário do Estado e presidiu à Seção mineira da OAB.

Foi Deputado Estadual na 10ª Legislatura (1927-1930).

Em maio de 1929, quando se exercitava pela primeira vez no Brasil o voto secreto, instituído em Minas Gerais por iniciativa do Presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada*, como candidato dos estudantes elegeu-se para o Conselho Deliberativo (Câmara Municipal) de Belo Horizonte.

Pertenceu ao PRM.

Fundou a *Revista Mineira*, periódico de Literatura e Sociologia, dirigiu o antigo *Diário de Minas*, órgão do PRM, e colaborou em vários jornais e revistas, entre estas a *Revista Forense*.

Atuou na política seu tio José Pedro Drummond*.

Publicou as obras: *Aspectos do problema penal brasileiro*; *Estudos de Psicologia, Criminologia e Direito Penal* e *Comentários ao Código Penal Brasileiro*.

FONTES: AVELAR, Antônio Ribeiro de. *Figuras da Casa de Minas*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1960./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 11 out. 1949. *Diário da Assembléia*. pp. 3-4./*O Diário*, Belo Horizonte, 8 out. 1949. p. 3./ *Revista da Faculdade de Direito; memória histórica (1892-1959)*. Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 10:189, out. 1958- mar. 1959./RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970-1./ *Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

DRUMMOND, José Pedro

Político, médico, bacharel, professor, nasceu em São Domingos, Distrito de Itabira do Mato Dentro, Província de Minas Gerais (hoje cidade de São Domingos do Prata), a 24 de fevereiro de 1855, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 20 de novembro de 1923. Filho de Antônio Manuel Freitas Drummond e de Maria Clara Freitas Drummond. Casado, em primeiras núpcias, com Rita Luísa de Sousa Horta Drummond, em segundas, com Maria Rita Ribeiro Drummond e, em terceiras, com Maria Madalena Belo Drummond.

Feitos estudos de Humanidades no Colégio do Caraça e no Seminário de Mariana, formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1889, e bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, em 1902.

Logo depois de diplomado em Medicina, fixou residência em Santa Bárbara, MG, onde clinicou durante 16 anos e onde organizou, em 1892, a Companhia Industrial Vinhateira de Catas Altas do Mato Dentro.

Republicano histórico, foi Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Santa Bárbara. Eleito reiteradamente, exerceu o mandato de Senador Estadual da 1ª à 7ª Legislaturas (1891-1918). Como 1º-Secretário da Mesa do Senado, empenhou-se decisivamente na aprovação do projeto de lei adicional que transferia a Capital para Belo Horizonte e, transferida a Capital, participou nos primeiros tempos da administração como membro do Conselho Deliberativo. Em Ouro Preto, concomitantemente com o mandato parlamentar, exerceu a medicina.

De 1896 até o fim da vida, lecionou Medicina Legal na Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, disciplina que também regeu na Faculdade Livre de Odontologia e Farmácia de Belo Horizonte, da qual chegou a ser Diretor.

Foi, ainda, Gerente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., na Capital mineira e Presidente da ACM de 1911 a 1914.

Atuaram na política seu sobrinho José de Magalhães Drummond* e seu genro Artur Ribeiro*.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 21 nov. 1923. p. 1./*Minas Gerais*, Ouro Preto, 5 jul. 1892. p. 482./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 21 nov. 1923. p. 11; 24 fev. 1955. p. 11./*O Diário*, Belo Horizonte, 14 out. 1964. p. 4./*Revista da Faculdade de Direito; memória histórica (1892-1959)*. Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 10:182, out. 1958-mar. 1959./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926./TRINDADE, Raimundo da. *Velhos troncos mineiros*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1955. v. 1./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

DRUMMOND, Márcio Terezino

Oficial da Aeronáutica, nasceu em Caldas, MG, a 6 de fevereiro de 1930. Filho de José T. Horta Drummond e de Anatilde Figueiredo Drummond. Casado com Sônia Maria Mineiro Drummond.

Fez os cursos de Formação e de Aperfeiçoamento de Oficiais-Aviadores, o de Estado-Maior da Aeronáutica e o Curso Superior de Comando da Aeronáutica.

Ingressou na Aeronáutica a 10 de março de 1947 e em 14 de dezembro de 1950 foi declarado Aspirante. Promovido a Segundo-Tenente (1951), Primeiro-Tenente (1953), Capitão (1958), Major (1964), Tenente-Coronel (1969), Coronel (1974), Brigadeiro-do-Ar (1980), Major-Brigadeiro-do-Ar (1984), alcançou o grau máximo da carreira, Tenente-Brigadeiro-do-Ar, em 1987.

Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica e da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, tendo sido, nesta última, Chefe do Curso de Estado-Maior, tornou-se Comandante do 1º Grupo de Aviação Embarcada. Chefiou a Assessoria de Aviação Civil do Ministro da Aeronáutica e atuou como Adido Aeronáutico na Itália. Posteriormente, exerceu o comando da Segunda Força Aérea. Foi Subcomandante da Escola Superior de Guerra e Comandante do Comando Aerotático. Dirigiu a Diretoria de Material Bélico da Aeronáutica e comandou o Terceiro Comando Aéreo Regional. Exerceu o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento.

Fez diversos cursos operacionais, entre eles os de Piloto de Bombardeio, Piloto de Patrulha Anti-Submarino, Piloto de Navio Aeródromo, o de Tática Anti-Submarino Aeronaval e o de Tática Anti-Submarino, este último, nos EUA.

Possui mais de 8.000 horas de vôo.

Recebeu inúmeras condecorações, destacando-se a Ordem do Mérito da República Italiana, no grau de Oficial; a do Mérito Aeronáutico do Peru, no grau de Comendador; a do Mérito Judiciário Militar, grau de Alta Distinção; a do Mérito Santos-Dumont; do Mérito Tamandaré, e as Medalhas do Pacificador e Militar de Ouro, com passador de platina.

FONTE: *Dados biográficos*. Ministério da Aeronáutica: Centro de Comunicação Social./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

DRUMMOND, Olavo

Ministro, Procurador da República, político, advogado, professor e jornalista, nasceu em Araxá, MG, a 31 de agosto de 1925. Filho do tabelião Salomão Drummond e de Hermantina de Castro Drummond.

Fez o curso secundário no Colégio Rio Branco, de São Paulo, SP, e no Colégio Marconi, de Belo Horizonte, MG. Bacharelando-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais em 1950, posteriormente freqüentou cursos de extensão de Processo Civil, Processo Tributário e Direito Público.

Iniciou sua vida de trabalho em 1936 como contínuo no Cartório do 3º Ofício da Comarca de Araxá, ali permanecendo até 1940. Trabalhou como redator dos jornais *Estado de Minas* e *Diário da Tarde*, da *Rádio Inconfidência* e redator de debates do Tribunal Regional Eleitoral - TRE - de Minas Gerais. Também no TRE, ocupou o cargo de Secretário da Presidência, de 1945 a 1954. No ano de 1948 lecionou na Escola Rafael Magalhães.

Eleito Deputado Estadual para a 3ª Legislatura (1955-1959), na Assembléia exerceu os cargos de Líder (1955) e Vice-Líder do PTN - Partido Trabalhista Nacional (1957).

Nomeado Procurador da Fazenda Nacional em 1958, no ano seguinte tornou-se Secretário da Presidência do Banco do Brasil S.A. Em 1960 assumiu o posto de representante da Marinha Mercante do Brasil e assuntos do Lloyd Brasileiro nos EUA. De regresso ao País, em 1962, foi Procurador da República junto ao Superior Tribunal Federal - STF - até 1973 e, em seguida, Procurador da República no Estado de São Paulo.

Em Brasília, participou da fundação do Hospital Santa Lúcia, da construção e do conselho do Iate Clube local e foi Conselheiro Curador e Fundador do Memorial JK (1962-1973). Em Belo Horizonte, foi membro do Conselho Consultivo da Fundação Hilton Rocha.

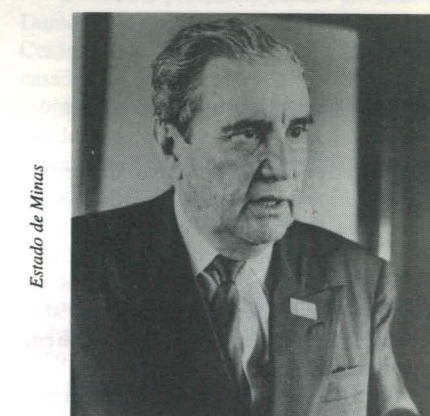
Exerceu os cargos de Vice-Diretor dos Cursos de Especialização das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU - (1976), e de Vice-Diretor da Associação Tibiriçá de Educação (1984).

Aposentado no Ministério Público Federal, foi Diretor Financeiro e de Recursos Humanos da Viação Aérea São Paulo S.A. - VASP - (1979) e Conselheiro e Corregedor do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (1981-1990).

Por indicação do Presidente Fernando Collor de Mello, tornou-se Ministro do Tribunal de Contas da União a partir de 1990.

Participou de congressos e conclaves, tendo recebido inúmeras condecorações, medalhas e títulos por serviços prestados à União.

Tem diversos trabalhos publicados, dentre os quais se destacam *Noite do Tempo* (1976), *Ensaio Geral* (1984), *Ordens do Cardeal* (1984), *O amor deu uma festa* (1987), e é autor da apresentação do álbum oficial da Exposição dos Pintores da Arte Moderna Brasileira, realizada em Paris, no ano de 1988.

Estado de Minas

Olavo Drummond, agosto de 1992

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Virgínia Barse. CEM/UFMG./*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 abr. 1979./*Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente./ *Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de

Ensino. Belo Horizonte./BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Ministros do Tribunal de Contas da União: dados biográficos 1893-1990.* 4. ed. Brasília: 1990. pp. 251-3.

DUARTE, Feliciano de Lima

Político e médico, nasceu na Província de Minas Gerais, a 27 de setembro de 1858, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 26 de janeiro de 1921. Filho de José Rodrigues de Lima Duarte, Visconde de Lima Duarte, Conselheiro e Senador do Império, e de Carlota Batista de Lima Duarte. Casado com Hermília Queiroga de Lima Duarte.

Formando-se pela Faculdade de Medicina da Bahia, fixou-se no Rio de Janeiro, onde clinicou e exerceu o cargo de Delegado da Higiene.

Foi Deputado Federal por Minas Gerais na 2ª Legislatura da República Velha (1894-1896).

Pertenceu ao PRM.

Era sobrinho afim de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada*, o primeiro Andrada a radicar-se em Minas Gerais, e de João Nogueira Penido*.

FONTES: ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917.* Rio de Janeiro. M. Abranches, 1918. v. 1./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 29 jan. 1921. p. 5./ TRINDADE, Raimundo Otávio da. *Velhos troncos mineiros.* São Paulo, Revista dos Tribunais, 1955. v. 1.

DUARTE, Homero

Político e empresário, nasceu em Areado, MG, a 25 de janeiro de 1929. Filho do comerciante João Duarte Filho e de Mariana C. Duarte. Casado com Vera Pimenta Duarte.

Concluiu seus estudos secundários no Colégio Municipal de Alfenas, MG, em 1948, ano em que fez também o curso de Técnico em Contabilidade.

Em Alfenas, atuou nos ramos comerciais de automóveis, caminhões, tratores e implementos agrícolas e foi membro da Associação Comercial.

Foi Presidente do Diretório Municipal da Arena, além de Presidente dos Diretórios Municipais do PSD e do PDC de Alfenas.

Em 1990 foi eleito Deputado Estadual para a 12ª Legislatura (1991-1995). Na Assembléia Legislativa ocupou a suplência da Mesa Diretora (1991).

Filiado ao PRN, pertenceu ao PSD, à Arena e ao PDC.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

DUARTE, Humberto Mauro

Cineasta, nasceu em Volta Grande, então Distrito de Além-Paraíba, MG, a 30 de abril de 1897, e faleceu na mesma localidade, a 6 de novembro de 1983. Casado com Bebe Mauro Duarte. Filho de imigrantes italianos, radicou-se com a família em Cataguases, MG.

Ainda adolescente, manifestou grande habilidade manual, dirigida para o ramo da eletrotécnica. Freqüentador assíduo do Cine Recreio, com seu proprietário, Pedro C. Melo, também imigrante italiano, aprendeu a arte fotográfica. Assim, em 1925, com uma pequena câmara Pathé-Baby, filmou o curta-metragem de ficção *Valadião, o Cratera*, inspirado nas fitas em série de Pearl White. Em sociedade com os comerciantes Homero Cortes Domingues e Agenor Cortes de Barros, organizou, em 1926, a Sul América Filmes e, depois, a Phebo Brasil Filmes S.A., com o capital de 150 contos. A partir de então, produziu os filmes *Na Primavera da Vida* (1926); *Tesouro Perdido* (1926-1927), premiado como a melhor película nacional de 1927 pela revista *Cinearte*, dirigida por Ademar Gonzaga no Rio de Janeiro, DF; *Brasa Dormida* e *Cataguases*, *Fox Trot de Uma Cidade* (1929) e *Sangue Mineiro* (1929).

Encerrado o chamado *ciclo de Cataguases*, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde passou a trabalhar na Cinédia, de Ademar Gonzaga. Em 1930 dirigiu *Lábios sem Beijos* e, em 1933, *Ganga Bruta*, sua obra mais famosa, sonorizada pelo processo vitaphone (som gravado em disco). Convidado por Carmem Santos, transferiu-se para a Brasil Vita Filme, para a qual dirigiu *Favela dos Meus Amores* (1935), *Cidade Mulher* (1936) e *Argila* (1940). Em 1936, ingressou no Instituto Nacional do Cinema Educativo, por convite de Roquete Pinto, e ali dirigiu documentários sobre diversos temas, inclusive Química, Física e Medicina. Ficou conhecida a série *Brasilianas*, que retratava costumes do povo brasileiro, composta de títulos como *Cantos do Trabalho* e *Engenhos e Usinas*. Em 1964, desligou-se do INCE, marcando o fim de seu trabalho com *A Velha a Fiar*.

Para o Instituto do Cacau, da Bahia, dirigiu, em 1937, o longa-metragem de caráter histórico *O Descobrimento do Brasil*. Em 1952, voltando a morar em Volta Grande, fundou o pequeno Estúdio Rancho Alegre e aí filmou *O Canto da Saudade*, longa-metragem em que também faz um dos principais papéis, o do Coronel Januário. Com o passar dos anos, diminuiu aos poucos sua produção, na qual se destaca o curta-metragem *Carro de Bois*, em cores. Em 1969 trabalhou como ator convidado em *Memórias de Helena*, de Davi Neves, autor do documentário sobre o cineasta, *Mauro, Humberto*. Em 1976, Alex Vianny iniciou as filmagens de seu antigo roteiro *A Noiva da Cidade*, ambientado, em grande parte, em Volta Grande.

Homem criado e vivido em cidades do interior, seu intenso contato com o campo ficou refletido em suas obras, cujas personagens enfrentam na metrópole desafios e problemas de toda a ordem e na zona rural reencontram a redenção e a felicidade.

FONTE: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 27 abr. 1973. Suplemento Literário. p. 12; 9 ago. 1973. Diário do Legislativo. pp. 2-3; 28 out. 1978. Suplemento Literário. pp. 1-12.

DUARTE, José Rodrigues

Político, técnico e empresário, nasceu em Argirita, a 19 de março de 1936. Filho do comerciante Francisco Rodrigues Duarte e de Maria de Lourdes Nascimento. Casado com Sandra de Oliveira Duarte.

Concluiu os estudos secundários no Colégio Dom Bosco, Araxá, MG, em 1952, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro, em 1968.

Ocupou a Presidência da Companhia Mineradora Pirocloro de Araxá (1975-1979); da Comissão de Construção, Ampliação e Reformas de Prédios Escolares - CARPE - (1979-1981) e da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG (1981-1982).

Exerceu os cargos de Vereador e Prefeito Municipal de Araxá (1971-1975). Em 1986, elegeu-se Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991). Na Assembléia Legislativa, foi 2º Secretário da Comissão Constitucional, Vice-Líder do PFL, Vice-Presidente e membro efetivo das Comissões de Finanças e Tomada de Preços e Serviço Público e membro das Comissões de Energia, Minas e Metalurgia; Finanças e Orçamentos; Obras Públicas, Constituição e Justiça e Turismo.

Atuaram na política seu sobrinho Araceli de Paula, seu primo José Caetano Duarte e o tio de sua esposa, Newton da Costa Brandão.

Filiado ao PFL, pertenceu à UDN, ao PDS e à Arena, da qual foi Secretário (1971) e Líder da Bancada (1971).

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

DUARTE, Marcos Raimundo Pessoa

Secretário de Estado e administrador de empresas, nasceu em Santa Bárbara, MG, a 30 de setembro de 1933. Filho de Raymundo Pessoa Duarte e de Maria Moreira Duarte Pessoa.

Graduou-se em Administração de Empresas e Relações Públicas pela Universidade de Negócios Administrativos - UNA (1963) e, em 1966, bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Sul de Minas.

Iniciando suas atividades na área bancária, foi tesoureiro auxiliar, gerente e Diretor e chegou a Oficial Executivo da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (1957-1979). Foi, também, Diretor-Presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. (1974-1979); Superintendente de Produção e Diretor do Bemge (1979-1983); e Vice-Presidente da Cooperativa de Crédito Rural do Gorutuba Ltda. (1988-1989).

Exerceu, ainda, os cargos de Diretor Financeiro da Empresa Mineira de Exportação S.A. (1972-1974); Vice-Presidente da Brasagro (1974-1979); Presidente do Rotary Club de Belo Horizonte (1972-1973) e do Ceasa (1983-1986).

Foi Secretário de Estado de Abastecimento, por nomeação do Governador Newton Cardoso* (1986-1987).

Estado de Minas

Marcos Raimundo Pessoa Duarte, 1991

FONTE: Dados informados pelo Bemge.

DUARTE, Mauri José Torres

Político, empresário da construção civil, corretor de imóveis e pecuarista, nasceu em Guararema, SP, a 29 de abril de 1950. Filho de Teófilo Faustino Duarte e de Antônia Torres Duarte. Casado com a professora Maria Lúcia Miranda Duarte.

Concluiu seus estudos secundários na cidade de João Monlevade, MG. Participou de vários cursos de aperfeiçoamento profissional na área de administração pública no âmbito do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM - e do Instituto Mineiro de Administração Municipal - IMAM.

Prestou assessoria política e financeira junto às Prefeituras Municipais de João Monlevade, Barão de Cocais, São Domingos do Prata, Dionísio, Santa Bárbara, São Gonçalo do Rio Abaixo, São José do Goiabal, Rio Piracicaba, Bela Vista de Minas, Amparo da Serra, Piedade de Ponte Nova, Nova Era, Urucânia, Dom Silvério e Nova União.

Em João Monlevade, foi Presidente Fundador da Cooperativa de Crédito dos Servidores da Prefeitura, fundador da Associação Monlevadense de Ensino Cooperativo e Vice-Presidente da APAE. Exerceu o cargo de Conselheiro da Fundação Municipal do Bem-Estar do Menor - Fumbem - e da Associação Cristã de Moços. Foi ainda Presidente do Conselho Deliberativo do Real Esporte Clube.

Em 1990, elegeu-se Deputado Estadual para a 12ª Legislatura (1991-1995), pelo PMDB. Na Assembléia Legislativa é Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e suplente da Comissão de Administração Pública.

Foi membro do Diretório Municipal do PMDB de João Monlevade.

Atuou na política municipal seu irmão Antônio Mauro Torres Duarte, Vereador em João Monlevade, MG.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

DUARTE FILHO, Ildeu

Secretário de Estado, engenheiro, professor e pesquisador, nasceu em Belo Horizonte, MG, no ano de 1927.

Diplomado engenheiro civil pela Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais em 1951, em 1957 concluiu o curso de Sanitarista, com o diploma de Mestrado, na Universidade John Hopkins, nos EUA.

No magistério superior exerceu os cargos de professor assistente de Hidráulica Teórica e Aplicada (1952-1963) e de professor titular de Tratamento de Águas de Abastecimento e Residuárias (1958-1963), na escola por que se graduara.

Foi, ainda, Diretor Técnico da firma Saneamento e Urbanismo (1958-1963) e Consultor da Organização Pan-Americana da Saúde-Organização Mundial de Saúde (1963-1970) e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

Desenvolveu, também, atividades didáticas e de pesquisa aplicada à Engenharia Sanitária na Universidade Nacional do México e na Universidade Nuevo León, também no México. Elaborou estudos e projetos de obras de Engenharia Civil e Sanitária para municípios e indústrias mineiras e prestou assistência técnica no campo do abastecimento de água a instituições de vários países da América Latina.

No Governo Rondon Pacheco* ocupou o cargo de Secretário de Estado de Obras Públicas (16/3/1971-1º/3/1974).

Possui trabalhos publicados por organismos internacionais.

Pertenceu à Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, à Associação Inter-Americana de Engenharia Sanitária e à International Water Suplly Association.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 mar. 1971. p. 3; 20 mar. 1971. p. 5./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 18 mar. 1971.

DULCI, Luís Soares

Político e professor, nasceu em Santos Dumont, MG, a 7 de janeiro de 1956. Filho de Cesário Dulci e de Anita Soares Dulci. Foi casado com Márcia Maria de Resende.

Fez os estudos secundários no Colégio dos Jesuítas de Juiz de Fora, MG, e o curso superior na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pela qual se diplomou em 1976.

Professor de Língua Portuguesa em estabelecimentos de 1º grau, é líder sindical do magistério, tendo presidido a União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais de 1979 a 1982.

Eleito Deputado Federal para o período 1983-1987, foi Vice-Líder do PT na Câmara e integrante da Comissão Executiva Nacional desde a fundação do Partido.

Atuaram na política seu primo Mílton Soares Campos*, seu tio Luís Martins Soares* e seu avô Otávio Soares, ex-Prefeito de Ponte Nova, MG.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

DUMONT, Alberto Santos

Aeronauta, inventor, escritor e acadêmico, cognominado Pai da Aviação, nasceu na Fazenda de Cabangu, perto de Palmira (hoje Santos Dumont), Província de Minas Gerais, a 20 de julho de 1873, e faleceu em Guarujá, Santos, SP, a 22 de julho de 1932. Filho do engenheiro e cafeicultor de ascendência francesa Henrique Dumont e de Francisca Santos Dumont. Morreu celibatário.

Fez os estudos secundários no Colégio Culto à Ciência, de Campinas, SP, no Instituto Kopke e no Colégio Morton, da Capital paulista. Depois de estudar por algum tempo na Escola de Minas de Ouro Preto, em 1891 viajou, com a família, para a Europa e fixou-se em Paris, onde fez cursos particulares de Matemática, Física e Mecânica. Posteriormente freqüentou, como ouvinte, a Universidade de Bristol, na Inglaterra.

Na França, interessado nas aplicações da ciência mecânica, dedicou-se inicialmente ao automobilismo, mas logo passou à aeronáutica. Concentrando-se no objetivo da conquista do ar, de 1898 a 1909 planejou, construiu e experimentou cerca de vinte inventos relativos a balões livres, balões dirigíveis, monoplanos e biplanos. Em 4 de julho de 1898 pilotou pela primeira vez, no Jardim da Aclimação, em Paris, um balão de apenas 118m³ de volume, a respeito do qual mais tarde escreveria um pequeno poema : "O meu primeiro balão/O menor/O mais lindo/O único que teve nome: Brasil". No mesmo ano, a 18 de setembro, ainda no Jardim da Aclimação, experimentou novo modelo, o nº 1, semelhante a um charuto, com 180m³ de volume e 30kg de peso, impulsionado por motor a gasolina, coisa até então inimaginável. Apesar dos dois acidentes ocorridos, estava demonstrada a dirigibilidade dos balões. Também malogrou, em 11 de novembro de 1899, o vôo do balão nº 2, quase igual ao anterior mas de potência maior. No nº 3, que subia no ar a 13 de novembro, empregou-se pela primeira vez o gás de iluminação em vez do hidrogênio. O nº 4 foi experimentado, com pleno êxito, em 1º de agosto de 1900, quando se realizavam em Paris a Grande Exposição e o Congresso Internacional Aeronáutico. No ano seguinte, o inventor produziu o nº 5, de 550m³ e 41kg, para concorrer ao Prêmio Deutsch de la Meurthe, instituído pelo magnata do petróleo que deu nome a essa láurea. Na tentativa feita em 8 de agosto de 1901, subindo do Parque de St. Cloud, o balão deu volta à Torre Eiffel, perdeu altura e, impelido pelo vento, chocou-se contra um prédio. Sem se deixar abater pelo insucesso, do qual saiu ileso, o aeronauta construiu logo a seguir o dirigível nº 6, maior que os anteriores e dotado de vários aperfeiçoamentos, e com ele conquistou o prêmio de 100 mil francos, que dividiu em duas parcelas, uma destinada aos seus auxiliares e a operários franceses em dificuldades financeiras e outra, aos pobres registrados na Polícia de Paris.

Depois de uma viagem, em 1903, ao Brasil, onde recebeu grandes homenagens populares, de volta a Paris montou o nº 7, dirigível de corrida, com velocidade de 70 a 80km por hora. Inscrito para o prêmio da exposição internacional de St. Louis, EUA, em 1904, esse balão foi inutilizado, talvez por sabotagem, às vésperas da prova. Do nº 7, por superstição, o construtor passou diretamente ao nº 9, de 150kg, e, de 1902 a 1904, ao nº 10 conhecido como "ônibus" e de 2.010m³, o maior de todos.

Empenhado, agora, em conquistar o espaço com um aparelho mais pesado que o ar, fabricou os nºs 11, 12, 13 e 14, que não chegaram a voar. Ligado ao último, construiu o 14-bis, que, medindo 12m de ponta a ponta das asas e 10 m de comprimento, e pesando, com o piloto, 210kg, realizou, em 23 de outubro de 1906, no campo de Bagatelle, o primeiro vôo mecânico do mundo, devidamente homologado. Ganhou, então, a Taça Ernest Archdeacon e o prêmio do Aeroclube da França.

Posteriormente, fabricou outros aparelhos, inclusive o nº 18, precursor do hidroavião, e aperfeiçoou, de 1907 a 1909, o Demoiselle, ou Libellule, cujo último tipo, o nº 22, pesava, com o aviador, apenas 110 kg.

Em 3 de outubro de 1909 bateu novo recorde ao voar pela última vez como piloto, sobre uma distância de 8km em cinco minutos, à velocidade de cerca de 96km por hora.

Já com a saúde abalada, teve o sistema nervoso particularmente perturbado pela conflagração mundial de 1914-1918, na qual o avião começou a ser utilizado como arma de guerra. Passou ainda uma temporada na Europa, de onde retornou definitivamente ao Brasil em 1931. Muito deprimido, no ano seguinte suicidou-se ao ter notícia do emprego do avião nas operações da Revolução Constitucionalista de São Paulo.

Autor, ainda, de diversas invenções nos domínios mecânicos, recebeu o título de Marechal-do-Ar e, por decreto de 19 de outubro de 1971, foi proclamado Patrono da Força Aérea Brasileira. Era, também, Grande Oficial da Legião de Honra da França (1929), sócio honorário do Aeroclube de Londres e portador de Medalha de Ouro outorgada pelo Governo brasileiro (1903) junto com um prêmio de 100 contos de réis. Sócio de honra do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, em 1931 foi eleito para a cadeira nº 38 da Academia Brasileira de Letras, patrocinada por Tobias Barreto, na vaga do fundador, Graça Aranha, mas seu estado de saúde não lhe permitiu tomar posse.

Escreveu três livros : *A conquista do ar* (1901), *Dans L'air* (1904), publicado em português com o título de *Os meus balões* (2. ed. 1973) e *O que eu vi, o que nós veremos* (1918).

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados. 1957.* Rio de Janeiro, IBGE, 30: 251-4, 1958./ *Anais da Câmara dos Deputados. 1970.* Brasília, Centro de Documentação e Publicidade, 9:475, 1970./*Anais da Câmara dos Deputados. 1973.* s. 1., s. ed. 10: 259-74. s. d.; 11: 76-9, 144-52, s. d./*Anais da Fundação Santos Dumont*, s. 1., 56:5; 7; 7-11; 15-75; 87-92; 95-178; 181-287; 333-4. 1959./*Anais do Senado.* 1956. Rio de Janeiro, s. n. : 677-85, 1956./BEHAR, Eli. *Vultos do Brasil.* São Paulo, Liv. Exposição do Livro, 1967./ BRIGOLE, A. *Santos Dumont. The air pioner.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. 1943;/ CARVALHO, Afonso Ligório Pires de. Dos balões às astronaves. In: -*Correio Braziliense*, Brasília, 20 ago. 1966. 2º caderno. p.1./CARVALHO, Horácio de. A conquista dos ares de Bartolomeu de Gusmão a Santos Dumont. 1709-1901. (Navegação Aérea) In: -*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo.* 6:322-99. 1900/1901./COSTA, Fernando Hipólito da. *Alberto Santos Dumont* (O pai da aviação). Rio de Janeiro, Centro de Relações Públicas da Aeronáutica, 1974./ COSTA, Paulo D. Santos Dumont, o pai da aviação. In: *Correio Braziliense*, Brasília, 20 jul. 1966. 1º caderno. p. 4./Dominou o mundo pela audácia e pelo gênio (Santos Dumont). In: *Revista Alterosa*, Belo Horizonte, 2 (11):60-1, 148, ago. 1940./DUMONT, Santos. *Os meus balões.* Rio de janeiro, Biblioteca de Divulgação Aeronáutica, v. 12./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 14 set. 1955. p. 1; 17 out. 1965. p. 8; 22 out. 1977. p. 1; 22 out. 1978. p. 10./FONSECA, Gondim da. *Santos Dumont.* Rio de Janeiro, Liv. São José, 1956./ *Galeria Nacional.* Vultos proeminentes da história brasileira. Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1936. 10 fasc. p. 928./*Grandes Personagens da nossa história* - Santos Dumont. São Paulo, Abril Cultural, 1970./MAIA, Hernani. Histórico sobre a vida de Santos Dumont. In: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 11 out. 1956. Diário da Assembléia. p. 4./MARIA, Ena. Quanto maiores as distâncias, maior é Santos Dumont. In: *Correio Braziliense.* Brasília, 23 out. 1966. p. 2./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 4 jul. 1973. Diário Legislativo. pp. 1-2; 5 jul. 1973. pp. 4-5; 30 jun. 1978. p. 6./MOREIRA, Gomes e outros. Homenagem a memória de Alberto Santos Dumont. In: *Minas Gerais.* Belo Horizonte, 27 out. 1971. Diário de Legislativo. pp. 5-6./ MOURA, Margarida de. *Mineiros ilustres*, s. 1., s. ed., s. d., p. 19-20./ NAPOLEÃO, Aluízio. *Santos Dumont e a conquista do ar.* 1. ed. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, Imprensa Nacional, 1941./2 ed. São Paulo, Nacional, v. 295, 1957, Col Brasiliana./OLIVEIRA, José Feliciano de. *Os precursores da aviação* (seus pais e seus avós) São Paulo, Fundação Santos Dumont, 1966./PAQUIER, Colonel Pierre. *Santos Dumont, maitre d'action.* Éditions du Conquistador, 1952./PAULA, Almênio José de & FERREIRA, Saturnino G. *Figuras notáveis de Minas Gerais.* Belo Horizonte, Pioneiros e Expoentes Editorial, 1973-4./PEDROSA, Milton. De Cabangu ao Blitz-Krieg. In: *Revista Alterosa.* Belo Horizonte, 4 (27) : 14-15, 106, jul. 1942./Quem deu asas ao homem. In: *Revista Anhembi.* s. 1. 15 (43): 115-8, jun. 1954/Santos Dumont e o mais pesado que o ar. In: *Revista Anhembi.* s. 1. 5 (13) : 136-7. dez. 1951./SILVA, Ildefonso Mascarenhas da. Santos Dumont e o primeiro vôo de avião. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro, 233 : 113-58. 1956./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926./VILLARES, Henrique Dumont. *Quem deu asas ao homem.* São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1953./WYKEHAM, Peter. *Santos Dumont - o retrato de uma obsessão.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

DUMONT, Cícero

Secretário de Estado, político, advogado e professor, nasceu em Bocaiúva, MG, a 7 de janeiro de 1916. Filho do comerciante e político municipal Francisco de Moura Dumont e de Carlota Fonseca Dumont. Casado com Carmelita Simões Dumont.

Fez os estudos secundários nas cidades mineiras de Curvelo e Montes Claros e bacharelou-se, em 1939, pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, onde concluiu, posteriormente, o curso de Doutorado em Direito Público.

De 1940 a 1954 exerceu a advocacia em Belo Horizonte, MG.

Eleito Deputado Estadual para a 2ª Legislatura (1951-1955), em 1954 foi nomeado Juiz (Conselheiro) do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, cargo que exerceu até 1970. Suplente de Deputado Estadual na 4ª e 5ª Legislaturas (1959-1967), efetivou-se, em fevereiro de 1963, na vaga de Jorge Carone Filho*, que renunciara ao assumir o cargo de Prefeito de Belo Horizonte. Deputado Estadual na 6ª (1967-1971), 8ª e 9ª Legislaturas (1975-1983), foi 2º-Vice-Presidente da Comissão Executiva da Assembléia (1964), Líder da Bancada do PR (1959-1960), Presidente das Comissões de Segurança Pública (1952), de Constituição, Legislação e Justiça (1953), do Polígono das Secas (1965-1966) e de Serviço Público Civil (1966-1969); Vice-Presidente das Comissões de Viação e Obras Públicas (1951), de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (1952), do Polígono das Secas (1968) e do Instituto de Estudos Parlamentares (1969); membro das Comissões de Energia e Transportes (1951; 1954), de Serviço Público Civil (1953), de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1954), de Assuntos Municipais e Interestaduais (1966), do Polígono das Secas (1967; 1970), de Segurança (1975), de Constituição e Justiça (1975; 1980) e de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas (1980).

Representou o Legislativo mineiro na União Parlamentar Interestadual e na II Reunião Extraordinária da OEA.

No Governo Rondon Pacheco*, desempenhou as funções de Secretário do Trabalho e Ação Social (15/3/1971 - 14/5/1974).

Na Faculdade de Direito da UFMG, lecionou Direito Internacional Público, Direito Administrativo e Direito Constitucional.

Foi Presidente, em Minas Gerais, da Companhia Nacional de Educandários Gratuitos.

Publicou vários trabalhos sobre Fiscalização Financeira, Direito Constitucional e Direito Eleitoral.

Pertenceu ao PR, à Arena e ao PDS.

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: Prefeitura Municipal de Montes Claros/ Hermes Augusto de Paula. CEM/UFMG./ *Deputados Estaduais de Minas Gerais à 8ª Legislatura (1975-1979).* Ficha biográfica. Convênio APM/UCMG. Coordenador: Caio C. Boschi./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 mar. p.5./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 12 mar. 1971. p. 5./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 18 mar. 1971. p. 4./PAULA, Hermes de. *Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes.* Rio de Janeiro, IBGE, 1957./ VIANA, Nélson. *Efemérides Montesclarenses (1907-62).* Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1964.

DUTRA, Eugênio Klein

Político, advogado, funcionário público e serventuário da Justiça, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 8 de março de 1930. Filho de Orôncio Murgel Dutra e de Jenny Klein Dutra. Casado com Maria de Lourdes Reis Dutra.

Fez o curso secundário no Ginásio de Ponte Nova, MG, e no Colégio Estadual de Barbacena, MG. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais em 1954 e obteve provisionamento de Técnico de Administração em 1970.

Em 1949, ingressou no serviço público federal como datilógrafo no TRE, onde foi, sucessivamente, Oficial Judiciário, Redator de Debates, Assessor Técnico do Procurador e Secretário da Comissão Apuradora. De 1953 a 1954 desempenhou as funções de perito-avaliador da União Federal.

Advogou de 1955 a 1960 e ocupou o cargo de Oficial-de-Gabinete do Governador José Francisco Bias Fortes* de 1956 a 1959.

Suplente de Deputado Estadual na 4ª Legislatura (1959-1963), em vários períodos assumiu o mandato. Na Assembléia Legislativa presidiu à Comissão de Redação (1961) e fez parte das comissões de Constituição, Legislação e Justiça (1961), de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e de Educação e Cultura (1962).

Exerceu, a seguir, os cargos de Assessor Técnico da Prefeitura de Belo Horizonte (1963-1964), Chefe de Gabinete do Secretário Estadual da Administração (1966), Diretor do Departamento da Fazenda da Prefeitura de Belo Horizonte, (1966), Chefe de Gabinete do Secretário Estadual da Segurança Pública (1966-1967), Secretário da Fazenda da Prefeitura de Belo Horizonte (1967-1970), Secretário Municipal da Educação (1970), Vice-Presidente do Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento (1970-1971) e Secretário Estadual da Educação no Governo Levindo Ozanan Coelho* (1978-1979).

Oficial do Registro de Imóveis de Belo Horizonte desde 1960, foi Vice-Presidente da Associação dos Serventuários da Justiça do Estado de Minas Gerais.

Trabalhou no serviço de Relações Públicas do Serviço Social da Indústria e da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, dirigiu o matutino oficioso *Folha de Minas* e integrou a equipe técnica do Escritório Técnico de Urbanismo, Saneamento e Habitação Ltda.

Pertenceu ao PTN e ao PSD, tendo feito parte da Comissão Executiva Estadual do último.

Atuaram na política seu avô Joaquim Antônio Dutra* e seus primos Elói Coutinho Dutra e José Eugênio Dutra Câmara.

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 7 jul. 1978. p. 3./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 7 jul. 1978. p. 6.

DUTRA, Eurico Leopoldo de Bulhões

Político, magistrado e advogado, nasceu em Vila Estrela, Província do Rio de Janeiro, a 9 de agosto de 1870, e morreu em Belo Horizonte, MG, a 22 de fevereiro de 1947. Filho de Francisco Leopoldo Soares Dutra e de Maria Joana de Bulhões Dutra. Casado com Júlia Ribeiro de Abreu Dutra.

No Rio de Janeiro, fez o curso secundário no Colégio Briggie e o de Humanidades no Mosteiro de São Bento. Estudou, em seguida, na Faculdade de Direito de São Paulo e na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, tendo-se bacharelado por esta em 1898.

Logo depois de formado, advogou no Rio de Janeiro. Em 1900, foi nomeado Promotor Público de Santa Rita do Sapucaí, MG, onde também exerceu o cargo de Juiz Municipal.

Voltando ao exercício da advocacia em toda a região sul-mineira, elegeu-se Deputado Estadual da 8ª à 10ª Legislaturas (1919-1930).

No Governo Olegário Dias Maciel* desempenhou as funções de Prefeito de Lambari.

Reintegrado na Magistratura como Juiz Municipal em Belo Horizonte, aposentou-se em 1939.

FONTE: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 23 fev. 1947. p. 11; 11 ago. 1970. p. 2.

DUTRA, Joaquim Antônio

Político e médico, nasceu em São João Nepomuceno, Província de Minas Gerais, então Distrito de Lavras e hoje cidade de Nepomuceno, a 21 de agosto de 1853, e faleceu em Barbacena, MG, a 16 de outubro de 1943. Filho do Coronel da Guarda Nacional Antônio José Dutra e de Joaquina Maria D'Assunção. Casado com Eugênia Murgel Dutra.

Fez o curso de Humanidades em Teresópolis, Província do Rio de Janeiro, e doutorou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1881.

De volta a Minas, clinicou em sua terra natal, em Leopoldina e em Barbacena. Nesta cidade instalou e dirigiu por mais de 30 anos o Hospital-Colônia para alienados mentais.

Iniciou a carreira política como Vereador à Câmara de São João Nepomuceno, em 1883, ano em que se instalou o município. Em seguida, foi também Vereador, Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal em Leopoldina.

Eleito Deputado Provincial para a 27ª Legislatura (1888-1889), a última do Império, pelo Partido Liberal, aderiu à causa republicana e liderou a Bancada Republicana na Assembléia. Abolicionista, defendeu a tese da imigração como sucedâneo do trabalho escravo.

Instaurado o novo regime, elegeu-se Deputado Estadual para a 1ª Legislatura (1891-1895), durante a qual participou da votação da transferência da Capital de Minas de Ouro Preto para Belo Horizonte. Senador Estadual na 2ª e 3ª Legislaturas (1895-1902), foi 2º-Secretário (1896), 1º-Secretário (1897-1899) e Vice-Presidente (1900-1902) da Mesa Diretora, e membro das Comissões de Finanças e de Redação durante os dois mandatos.

Candidato a Deputado Federal nas eleições de 1889, renunciou antes do pleito em conseqüência da tentativa de morte contra o aspirante oposicionista ao cargo, João Batista Martins*, em Carangola, episódio conhecido como "a mazorca".

Concluído o mandato de Senador, voltou à direção do Hospital-Colônia de Barbacena, cargo em que se aposentou em 1936, aos 83 anos de idade, sendo então eleito Juiz de Paz.

No Império pertenceu ao Partido Liberal e, na República, ao PRM.

Atuaram na política seu neto Eugênio Klein Dutra* e seus primos Antônio Dutra Nicácio* e Astolfo Dutra Nicácio*.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Eugênio Klein Dutra. CEM/UFMG./ RESENDE e SILVA, Arthur Vieira de. *Genealogia dos fundadores de Cataguases*. Rio de Janeiro, A. Coelho Branco, 1934.; *Genealogia Mineira*. s. l., s. ed., 1938. v. 2.

EDGAR AMORIM ver PEREIRA, José Edgar Amorim

EDGAR DE VASCONCELOS, ver BARROS, Edgar de Vasconcelos

EDUARDO BRÁS ver ALMEIDA, Eduardo Brás Neto

ELIAS, Marcos ver BARBOSA, Marcos Elias de Freitas

ELISA ALVES ver COSTA, Elisa Maria Alves da

ELÍSIO, Otávio ver BRITO, Otávio Elísio Alves de

ELMO BRÁS ver SOARES, Elmo Brás

ELÓI, Carlos ver GUIMARÃES, Carlos Elói Carvalho

ELVIRA, Maria ver FERREIRA, Maria Elvira Sales

EMÍLIO, Sérgio ver COSTA, Sérgio Emílio Brant Vasconcelos

ENSCH, Louis Jacques

Engenheiro metalurgista, empresário e fazendeiro, nasceu no Grão-Ducado do Luxemburgo, a 25 de junho de 1895, e ali faleceu, a 9 de setembro de 1953. Filho de Jean Pierre Ensch e de Margueritte Ensch. Casado com Maria Campos Coutinho Ensch.

Fez todos os estudos no país natal, tendo-se diplomado como engenheiro metalurgista pela Escola Politécnica de Aix-la-Chapelle, em 1920.

No ano seguinte iniciou a carreira profissional como contramestre na fábrica de aço do consórcio luxemburguês Aciéries Réunies de Busbach-Eich-Dudelange (ARBED), com o objetivo de desenvolver seus conhecimentos práticos. Transferido, ao fim de dois anos, para os altos-fornos, dois meses depois era promovido a engenheiro-chefe da usina de Burbach.

Em novembro de 1927 veio para o Brasil, a fim de assumir a direção da usina siderúrgica que, instalada por um grupo de empresários mineiros liderado por Cristiano França Teixeira Guimarães* em Sabará, MG, entre os anos de 1917 e 1919, desde 1921 era operada pela Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, constituída por capitais brasileiros, belgas e luxemburgueses. Nos quatro primeiros anos de gestão ampliou a indústria, aumentando-lhe a capacidade de seis mil para 30 mil toneladas e aprimorando-lhe o produto a ponto de equipará-lo ao estrangeiro. Já em 1934 podia iniciar a montagem, na localidade de João Monlevade, MG, de nova usina, que viria a inaugurar-se em 1940, como a maior siderúrgica de carvão vegetal então existente em todo o mundo. Membro, desde 1951, do Conselho de Administração da Arbed, foi, ainda, Presidente do mesmo órgão na Companhia Industrial e Mercantil de Artefatos de Ferro, Diretor da Companhia Industrial e Mercantil de Artefatos de Ferro, Diretor da Companhia Ferro Brasileiro, administrador da Companhia Central de Administração e Participações, Vice-Presidente da Companhia Agro-pastoril Rio Doce e Vice-Presidente da Magnesita S. A.

Encontrava-se na Europa para encomendar estudos definitivos e equipamentos que deveriam duplicar, em três anos, a produção da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, quando veio a falecer. Conforme desejo que em vida sempre manifestara, seu corpo foi trasladado para João Monlevade e inumado no cemitério em que está sepultado João Monlevade, o pioneiro que, cerca de um século antes, montara no lugar um pequeno forno catalão de ferro.

Dedicado, ainda, a atividades rurais, contribuiu decididamente para o progresso agropastoril da Zona Metalúrgica, do mesmo modo que para o desenvolvimento das cidades em que atuou como metalurgista. Foi ele quem doou ao então Ministério da Educação e Saúde o prédio da antiga Intendência de Sabará, para ali se instalar o Museu do Ouro.

Em reconhecimento por sua contribuição ao progresso industrial do Brasil, em 1940 o Presidente Getúlio Vargas conferiu-lhe o título de Oficial da Ordem do Cruzeiro do Sul. Era portador também de condecorações dos Governos belga e luxemburguês.

FONTES: *Anais do Senado* 1953. Sessões de 7 a 30 de abr. e de 1 a 15 dez. 1953. 10 vol. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1953./ *Dados biográficos*. Informante: Álvaro Antônio S. Machado. CEM/UFMG./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 19 nov. 1952. pp. 5-6; 10 set. 1953. p. 3./*Revista Mineira de Engenharia*. Belo Horizonte, Sociedade Mineira de Engenheiros, 1954.

ERMANO BATISTA ver BATISTA FILHO, Ermano

ESCOBAR, Francisco

Político, advogado e jornalista, nasceu na Vila de Jaguari, Província de Minas Gerais (atual cidade de Camanducaia), a 8 de dezembro de 1865, e faleceu em Poços de Caldas, MG, a 30 de dezembro de 1924. Filho do comerciante e farmacêutico Bento Gomes de Escobar e de Florinda Pedroso Escobar. Casado com Francisca Musa de Escobar.

Autodidata, não cursou escola alguma, mas obteve o provisionamento de advogado.

Republicano e abolicionista, fundou, em 27 de outubro de 1887, com a ajuda de Antônio Matias Pinto, o Clube Abolicionista de Jaguari, que libertaria os escravos da localidade em 31 de março de 1888. Convencido da necessidade de mudar-se o regime político brasileiro ainda sob a monarquia, organizou o Clube Republicano de Jaguari. Em 3 de fevereiro de 1889 fazia publicar o primeiro número da *Folha do Povo*, que tinha como programa a propaganda republicana.

Foi Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Jaguari (1892) e Intendente Municipal (1896-1899) de São José do Rio Pardo, SP, onde exercia a advocacia. Nesta cidade fez amizade com Euclides da Cunha, a pedido de quem traduziu, da *Flora Brasiliensis* de Martius, subsídios para *Os Sertões*. Ainda de sua permanência em Rio Pardo resultaram a elaboração do Manifesto Socialista de 1901 e a fundação do Clube dos Filhos do Trabalho, cujo estatuto, por ele redigido, aborda a distribuição de lucros.

Mudando-se, em 1905, para a Capital de São Paulo, trabalhou como paleógrafo na tradução dos 26 primeiros volumes das *Atas da Câmara de São Paulo*.

De volta ao Estado natal, esteve por nove anos (1909-1918) à frente da Prefeitura de Poços de Caldas, por nomeação do Presidente do Estado Venceslau Brás Pereira Gomes*, e ali veio a falecer quando exercia o mandato de Senador Estadual na 9ª Legislatura (1923-1926).

Pertenceu ao PRM.

Colaborou em vários jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo, entre eles *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias*, *O país*, *Jornal do Comércio*, *Gazeta* e *A Platea*, e na imprensa das cidades em que residiu. Escreveu, ainda, vários artigos para o *Ganganelli*, periódico fundado por estudantes da FDSP, cujo programa era combater o regime monárquico e a religião oficial.

Amante da música, tornou-se pianista de grande valor e flautista.

Teve atuação na política seu sobrinho Ulisses Marcondes Escobar*.

FONTES: *Anais da Assembléia Legislativa*. 1966. Belo Horizonte, Diretoria dos Serviços Legislativos, 1-49-58, s. d./ANDRADE, Olímpio de Sousa. *História e interpretação de Os Sertões*. São Paulo, Edart Livraria Editora, 1960./CASASANTA, Manuel. *Francisco Escobar*. Belo Horizonte, Edições Movimento Perspectiva, 1966./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 1º jan. 1925. p. 20; 10 fev. 1966, Diário da Assembléia. pp. 2-3; 24 dez. 1977. Suplemento Literário. p. 11./SILVA, R. Escobar Ribeiro da. Francisco Escobar. In: *Digesto Econômico*. São Paulo (188): 84-90, mar. - abr. 1966./SILVEIRA, Vitor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

ESCOBAR, Ulisses Marcondes

Político, farmacêutico e médico, nasceu em Jaguari (atual Camanducaia), MG, a 10 de setembro de 1897, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 16 de junho de 1981. Filho de Manuel de Escobar e de Virgínia Marcondes Escobar. Casado com Guiomar Bastos de Escobar.

Fez os estudos secundários em Itajubá, MG, e diplomou-se pela Escola Livre de Farmácia de Belo Horizonte, em 1919, e pela FMUMG, em 1936.

Formado em Farmácia, voltou à sua terra natal para exercer a profissão por três anos. Em 1924 transferiu-se para Belo Horizonte, onde participou da fundação da Fábrica de Papel Cruzeiro e cursou Medicina. Interno da Santa Casa de Misericórdia, dedicou-se à clínica cirúrgica de senhoras, trabalhando na especialidade do Prof. Rivadávia Gusmão, durante 20 anos.

Iniciou a carreira política como Vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte, em 1946.

Eleito Deputado Estadual da 3ª à 5ª Legislaturas (1955-1967), esteve licenciado de março de 1959 a 17 de maio de 1960 para desempenhar as funções de Secretário da Viação e Obras Públicas do Governo José Francisco Bias Fortes*. Na Assembléia foi 2º-Secretário da Comissão Executiva (1956), Vice-Líder do PR (1958), Presidente (1955; 1963) e Vice-Presidente (1964) da Comissão de Saúde Pública, e membro das Comissões de Assuntos Municipais e Interestaduais (1955), de Redação (1961) e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (1963). Suplente de Deputado Estadual na 6ª Legislatura (1967-1971), em vários períodos assumiu o mandato.

Exerceu, também, a Presidência do Diretório Regional de Geografia.

Pertenceu ao PR e à Arena.

Atuaram na política seu avô Bento Gomes de Escobar, de grande influência no Sul de Minas, e seu tio Francisco Escobar*.

FONTES: COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sulamericana, 1961. v. 1./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 24 nov. 1959. p. 12.

ESPÍRITO SANTO, Jaime Martins do

Político e fazendeiro, nasceu em Nova Serrana, MG, a 15 de maio de 1931. Filho do fazendeiro Benjamim Martins do Espírito Santo e de Gumercinda Maria de Jesus. Casado com Maria de Lourdes Martins.

Fez os estudos primários no Colégio São Geraldo, de Divinópolis, MG.

Sócio fundador da Cooperativa Agropecuária e do Sindicato Rural de Divinópolis, de cujo Conselho Fiscal foi membro (1967-1970). Foi Vice-Presidente da Associação Comercial e Industrial (1969-1971) e do Lions Clube Pioneiros (1973-1974), da mesma cidade. Foi Presidente da Aliança Divisão de Assistência e Promoção - ADAP - (1972-1976), delegado do Sindicato do Ferro do Estado de Minas Gerais junto à Fiemg (1973-1974) e membro do Conselho Administrativo da Ruralminas (1978-1982).

Iniciou sua carreira política ao ser eleito Vereador, pela UDN, à Câmara Municipal de Nova Serrana (1959-1962). De 1973 a 1977 foi Vice-Prefeito de Divinópolis e, em 1978, elegeu-se suplente de Deputado Estadual para a 9ª Legislatura (1979-1983).

Foi eleito Deputado Estadual para a 10ª Legislatura (1983-1987). Elegeu-se Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991). Na Assembléia Legislativa, foi Presidente das Comissões de Minas, Energia e Metalurgia (1983-1984) e de Defesa do Consumidor (1985-1986); Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Economia; Vice-Presidente da Comissão de Defesa do Meio Ambiente (1985-1986); suplente das Comissões de Agropecuária e Política Rural, de Defesa do Meio Ambiente, de Assuntos da Sudene e Estímulos Fiscais e da Comissão Constitucional. Foi ainda 1º-Suplente da Mesa Executiva da Assembléia.

Em 1990 foi reeleito Deputado Estadual para a 12ª Legislatura (1991-1995). Atualmente, é Vice-Presidente da Comissão de Agropecuária e Política Rural, membro efetivo da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e suplente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

Filiado ao PFL, pertenceu à UDN, Arena e ao PDS.

Além de seu pai, que foi Prefeito Municipal em Nova Serrana, atuou também na política seu primo Antônio Martins Guimarães, que foi Prefeito de Divinópolis.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

ESTEVES, Albino de Oliveira

Escritor, acadêmico, jornalista e cirurgião-dentista, nasceu em Aparecida, Município de Sapucaia, Província do Rio de Janeiro, a 16 de outubro de 1883, e faleceu em Juiz de Fora, MG, a 18 de julho de 1943. Filho do cirurgião-dentista Nicolau Martins Esteves e de Silvéria Oliveira Esteves. Casado com Firmina Braga Esteves.

Fez o curso secundário no Colégio André e no Colégio Lucindo Filho, ambos de Juiz de Fora, e na Escola Normal de São João del-Rei, MG. Formou-se em Odontologia pela Escola de Farmácia e Odontologia do Instituto Granbery, de Juiz de Fora, em 1915.

Jovem ainda, ingressou no jornalismo em Juiz de Fora, onde fundou os periódicos *O Alfinete*(1898), *O Lírio* (1899), *Jornal Espírita*, depois *Minas Espírita* (1904), *A Peteca* (1908) e *O Dia*. Na mesma cidade, dirigiu o semanário *Domingo*, foi redator-secretário de *O Farol* e colaborador do *Diário Mercantil* e da *Gazeta Comercial*. Colaborou, ainda, em órgãos de imprensa do Rio de Janeiro (*Correio da Manhã*, *Jornal do Comércio* e *Jornal do Brasil*), de Belo Horizonte (*Minas Gerais*, *Folha de Minas* e *Estado de Minas*) e de cidades de outros Estados. Como humorista usou os pseudônimos de Lúcio d'Alva e Fran-Vial. Membro fundador da AML, ocupou a cadeira nº 1, para a qual escolheu como patrono Domiciano Leite Ribeiro, Visconde de Araxá. Foi o organizador e primeiro Presidente da Rádio Sociedade de Juiz de Fora.

Transferindo-se para Belo Horizonte em 1934, exerceu por algum tempo a direção do setor de divulgação da emissora do Governo Estadual, Rádio Inconfidência de Minas Gerais. A convite do Governo Federal, passou a integrar a Comissão Diretora do Recenseamento Nacional até o seu falecimento.

Teatrólogo, cronista e ensaísta, publicou as obras *Brocados* (fantasias, 1901); *Miniatura* (impressões e fantasias, 1905); *Pássaros e flores* (sainete infantil, 1905); *Sirtes* (contos, fantasias e impressões, 1907); *Almanaque mineiro* (direção literária, 1908); *Naufrágio* (episódio dramático, tradução de G. Banducci, 1909); *Romance de amor* (pastoral, 1910); *Tristezas à beira-mar* (drama, 1909); *Como um sonho...* (comédia, 1910); *Vamos ao cinema* (comédia, 1910); *Borboleta de ouro*, (comédia, 1910); *O teatro em Juiz de Fora* (1º volume, 1911); *Pontos de vista* (contos e fantasias, 1911); *Almanaque de Juiz de Fora* (direção literária, 1913-1915); *Mapa dos ministérios de Jesus* (1924); *O estudo sintético da Bíblia* (1925); *Canteiro em flor* (versão de literatura oriental, 1929); *Estética dos sons, cores ritmos e imagens* (ensaio); *Estética aplicada* (estudo literário, edição da AML, 1934); *Árvore literária* (Rio de Janeiro, 1941); *Bernardo Mascarenhas* (estudo biográfico, 1938); *O caçador de esmeraldas* (libreto para uma ópera); *Juiz de Fora na Exposição Nacional de 1908* (1908); *Álbum do Município de Juiz de Fora, de história e geografia* (organizado para a Câmara Municipal, 1915); *Assistência Dentária Escolar Francisco Valadares* (estudo de assistência à infância para a primeira instituição no gênero fundado em Minas Gerais, Juiz de Fora, 1915; Rio de Janeiro, Oficina Gráfica Renato Americano, 1933).

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 4 mar. 1956. p. 3./Martins de Oliveira. *História da literatura mineira*. 2. ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 21 jul. 1943. p. 8; 29 jul. 1943. p. 7; 14 jun. 1959. p. 10/SILVEIRA, Vitor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926./Velho Sobrinho, João Francisco. Dicionário *biobibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro, s. ed., 1937. v. 1.

ETIENNE, João ver ARREGUY FILHO, João Etienne

F

FÁBIO FONSECA ver SILVA, Fábio Fonseca e

FABRÍCIO SOARES ver SILVA, Fabrício Soares da

FAGUNDES, Antônio ver SOUSA, Antônio Fagundes de

FAGUNDES, Aroldo de Medeiros

Oficial do Exército, nasceu em Rio Preto, MG, a 2 de fevereiro de 1923. Filho de Manuel José Alves Fagundes e de Floripes de Medeiros Fagundes. Casado com Zuleica Alves Fagundes.

Assentando praça em março de 1940, no 12º Regimento de Infantaria em Juiz de Fora, MG, atingiu o posto de General-de-Brigada em março de 1975 e de General de Divisão em 31 de março de 1979. De 1944 a 1973, exerceu funções de Intendente em unidades sediadas em Juiz de Fora, em cidades do interior dos Estados de Mato Grosso e do Paraná, no Rio de Janeiro e em Brasília, DF.

Como General, ocupou a Diretoria de Contabilidade do Ministério do Exército (1975-79) e foi Diretor de Subsistência (1979).

Recebeu a medalha de 40 anos de bons serviços (ouro com passador de platina), a Ordem do Mérito Militar, a Ordem do Mérito Naval, a Medalha do Mérito Santos Dumont (prata) e a Medalha do Pacificador.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Ministério do Exército. Secretaria Geral. 1ª Seção.

FAGUNDES, Artur ver OLIVEIRA, Artur Fagundes de

FAGUNDES NETO, Fernando Jorge

Político, engenheiro e industrial, nasceu em São Gonçalo, RJ, a 9 de agosto de 1925. Filho do industrial José Fagundes Neto e de Rute Pinto Fagundes Neto. Casado com Mariana Pacheco Fagundes Neto.

Diplomou-se, em 1949, como engenheiro civil e eletrotécnico pela Escola de Engenharia de Juiz de Fora, MG, hoje pertencente à UFJF. Foi Presidente do diretório acadêmico de sua escola e do movimento estudantil pelo monopólio estatal da exploração do petróleo.

Eleito Deputado Federal para a 7ª e 8ª Legislaturas (1971-1979), licenciou-se do mandato, durante o Governo Antônio Aureliano Chaves de Mendonça*, para exercer o cargo de Secretário Estadual, inicialmente de Obras Públicas, de março a abril de 1975, e, em seguida, de Indústria, Comércio e Turismo, de abril de 1975 a maio de 1978.

No período em que permaneceu na Câmara, foi Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia (1973) e da comissão mista que elaborou o projeto de lei de incentivos à exportação de manufaturas; membro e Vice-Presidente (1972) da Comissão de Trabalho e Legislação Social e membro da Comissão de Legislação Social (1971) e da Comissão Especial que apreciou o projeto de lei que dava nova redação ao Código da Propriedade Industrial (1971). Nas eleições para renovação de 1/3 do Senado realizadas em 1978, candidatou-se pela Arena, mas foi derrotado pelo concorrente oposicionista Tancredo de Almeida Neves*.

Em março de 1979, por nomeação do Governador Francelino Pereira dos Santos*, assumiu a Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia.

Diretor, em Juiz de Fora, das Indústrias Reunidas Fagundes Neto S.A., da Industrial e Distribuidora de Têxteis do Brasil S.A. e da Empresa Brasileira de Têxteis Ltda., na mesma cidade presidiu ao Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e ocupou a Vice-Presidência do Centro Industrial. Desempenhou, ainda, os cargos de Diretor do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A., Administrador do Estado na Zona da Mata; membro do Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; Vice-Presidente da Associação de Indústrias Latino-Americana; da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e da Fundação de Desenvolvimento do Nordeste - Fundinor; Diretor da Confederação Nacional da Indústria; Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Distritos Industriais e do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais e membro do Conselho Curador da Fundação João Pinheiro.

Como líder empresarial, parlamentar e Secretário de Estado, participou das seguintes missões no exterior: missão industrial no Oriente Médio (1966); junto à Organização Internacional do Trabalho, em Genebra (1967); Congresso Latino-Americano de Indústrias, no México, do qual foi Vice-Presidente (1968); Conferência da Associação de Indústria Latino-Americana, em Montevidéu (1969); seminário sobre investimentos no Brasil, em Salzburg, Áustria (1975), e missão econômica do Estado de Minas Gerais na Inglaterra, Bélgica e França (1975).

Pertenceu à Arena e, em seguida, filiou-se ao PDS.

FONTES: *Dados biográficos*. Informantes: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/ Roberston Caloman Jacob Plischke; Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo do Estado de Minas Gerais. CEM/UFMG./*Deputados brasileiros*; repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 7ª Legislatura (1971/5). Brasília, Biblioteca Câmara dos Deputados, 1971; 8ª Legislatura, (1975/5). 2ª. ed., Brasília, Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação, 1976./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 21 fev. 1979. p. 3./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1º fev. 1975. p. 3.; 15 mar. 1975. p. 9./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 16 mar, p. 7; 16 mar. 1975 p. 7; 16 mar. 1975. p. 6.

FAGUNDES NETO, José Carlos Raposo

Político, economista e bancário, nasceu em Juiz de Fora, MG, a 28 de abril de 1945. Filho de Francisco Fagundes Neto e de Elza Raposo Fagundes Neto. Casado com Maria Isabel Resende Fagundes Neto.

Diplomado em Ciências Econômicas e em Ciências Sociais, exerceu as atividades de bancário de 1962 a 1965. Em seguida, desempenhou os cargos de Assessor Parlamentar da Câmara dos Deputados (1970-1975), Assessor da Secretaria do Comércio, Indústria e Turismo de Minas Gerais (1975-1976) e Diretor de Relações Públicas da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (1976-1978).

Eleito Deputado Federal para os períodos 1979-1983 e 1983-1987, integrou a Comissão de Finanças (1979-1983) e a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas da contaminação de alimentos (1980) e foi membro suplente das Comissões de Trabalho e Legislação Social (1979-1983), de Defesa do Consumidor (1981) e da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas das elevadas taxas de juros nos diversos setores do sistema financeiro nacional (1980).

Pertenceu à Arena e, em seguida, filiou-se ao PDS.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Gabinete do Deputado José Carlos Raposo Fagundes Neto. CEM/UFMG./*Forças vivas da Nação. Estado de Minas Gerais*. Nossos Políticos, tomo I, Publicação do IPM - Comércio, Promoções e Marketing Ltda. p. 36.

FALCÃO, Antônio de Pádua

Oficial e Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, nasceu em Tiradentes, MG, a 8 de maio de 1916. Casado com Edite Sousa Falcão.

Fez os estudos secundários no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, os cursos militares de Formação de Oficiais e de Aperfeiçoamento de Oficiais no Departamento de Instrução da Polícia Militar e curso de Chefia de Polícia nos EUA.

Tendo iniciado a carreira em dezembro de 1936, atingiu o posto de Tenente-Coronel em outubro de 1959. Como tal, comandou o Regimento de Cavalaria de Minas e o 2º Batalhão de Infantaria. Promovido a Coronel, foi Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar (11/2/65-10/2/66) e Comandante-Geral da Corporação (11/2/66-29/12/66).

Exerceu, ainda, o cargo de Instrutor do Departamento de Instrução e integrou o Gabinete Militar dos Governadores Juscelino Kubitschek de Oliveira* e José Francisco Bias Fortes*.

FONTES: *Almanaque dos Oficiais. Polícia Militar de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1959-60; 1961-2; 1963-4; 1965-6; 1967-8./*Diário de Minas*. Belo Horizonte, 28-29 nov. 1965. p. 6./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1º fev. 1966. p. 9; 12 fev. 1966. p. 14./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 10 fev. 1966. p. 7.

FALCI, Renato

Empresário, Presidente da Associação Comercial de Minas e da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e engenheiro, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 29 de outubro de 1916. Filho do comerciante Antônio Falci e de Carmela Falci. Casado com Maria Luísa Selmi Dei Falci.

Fez os estudos secundários no Colégio Dante Alighieri, de São Paulo, SP, e diplomou-se em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia da UMG, em 1941, tendo recebido o Prêmio Artur Guimarães, medalha de ouro atribuída ao melhor aluno de cada turma. Como universitário, fundou a Fundação Universitária Mineira de Esportes - FUME.

Dedicado desde jovem a atividades empresariais na casa de ferragens fundada por seu pai na Capital mineira, no período de 1951 a 1952 foi Presidente da Associação Comercial de Minas, quando desenvolveu campanha a favor do monopólio estatal do petróleo. Foi, ainda, membro do Conselho Fiscal da Aços Minas Gerais S.A. - Açominas -, Conselheiro do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado, Presidente do Centro de Estudos Econômicos de Minas Gerais, Diretor do Museu de Arte da Pampulha, Vice-Presidente da União dos Varejistas do Estado de Minas Gerais e Diretor da Sociedade Mineira de Engenheiros. Diretor-Presidente de Ferragens Antônio Falci S.A. e Diretor de RF Empreendimentos Agropecuários Ltda., é, desde julho de 1979, Presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Exerceu, também, o cargo de Presidente da Fundação de Educação Artística e do Conselho Superior da Fundação Felício Rocho, que mantém um dos maiores hospitais de Belo Horizonte.

Estado de Minas

Renato Falci, novembro de 1988

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Renato Falci. CEM/UFMG./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 21 jul. 1979. p. 2.

FARHAT, Fued

Presidente da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais e bancário, nasceu em Juiz de Fora, MG, a 3 de maio de 1912. Filho de José Augusto Farhat e de Isabel Ferreira de Carvalho. Casado com Marta Guimarães Farhat.

Formou-se em Contabilidade pelo Instituto Comercial Mineiro, de Juiz de Fora, e mais tarde obteve o registro de técnico em Administração.

Depois de trabalhar como contador de firmas comerciais e industriais de Bicas, MG, e Belo Horizonte, MG, em 1941 ingressou no quadro de funcionários do Banco do Brasil S.A., através de concurso público. Ao fim da carreira foi Gerente-Geral da Agência Centro, de Belo Horizonte, de 1972 a 1978. Aposentado como bancário, exerceu os cargos de Vice-Presidente do Conselho de

Administração da Companhia Aços Especiais Itabira - Acesita -, a partir de janeiro de 1978, e de Presidente da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, de maio de 1978 a abril de 1979, no Governo Levindo Ozanam Coelho*.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Fued Farhat. CEM/UFMG./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 19 mar. 1973. p. 3.

FARIA, Antônio ver LOPES, Antônio de Faria

FARIA, Antônio Júlio de

Político, empresário e desportista, nasceu em Pará de Minas, MG, a 12 de agosto de 1950. Filho de José Mendes de Faria e de Eunice Oliveira Mendes. Casado com Vânia M. S. Faria.

Concluiu seus estudos secundários na Escola Comercial Nossa Senhora da Piedade, em Pará de Minas (1975). Em 1980 bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Itaúna. Enquanto estudante secundário foi Diretor, por três anos, da Associação dos Secundaristas de Pará de Minas.

Líder desportivo, fundou em Pará de Minas o Clube Atlético Paraminense, do qual foi Presidente em diversas oportunidades. Teve importante participação na fundação da Liga Desportiva de Pará de Minas.

Iniciou sua carreira política em 1979, fundando o Diretório Regional do PMDB de Pará de Minas e tornando-se seu primeiro Presidente. Posteriormente, conduziu o processo de fusão do Partido Popular (PP) com o PMDB nesta região. Em 1982 elegeu-se Prefeito Municipal de Pará de Minas (1983-1988). Durante sua administração, foi fundada a Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Centro-Oeste - Ameco -, da qual foi o primeiro Presidente (1987-1989), tendo-se o município tornado o pólo político e econômico na região. Foram abertas novas avenidas, canalizaram-se córregos e ribeirões, expandiu-se a rede escolar, houve incentivos à cultura e ao esporte, várias famílias carentes foram assentadas em suas propriedades e foi construído o Parque de Exposições Francisco Olivé.

Em 1990, elegeu-se Deputado Estadual para a 12ª Legislatura (1991-1995). Na Assembléia é Vice-Presidente da Comissão de Política Energética, Hídrica e Minerária e Suplente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer.

Filiado ao PMDB, pertenceu ao MDB.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

FARIA, Arquimedes de

Magistrado e promotor, nasceu em Formiga, Província de Minas Gerais, a 1º de fevereiro de 1884, e faleceu na mesma cidade, a 21 de junho de 1973. Filho de José Bernardes de Faria e de Maria de Faria.

Fez os estudos secundários no Ginásio Mineiro, em Barbacena, MG, e em Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela FLDMG em 1909.

Iniciando a carreira como Promotor de Justiça em 1910, serviu, sucessivamente, nas Comarcas mineiras de Campo Belo e Formiga. Em maio de 1914, foi nomeado Juiz Municipal de Campo Belo. Promovido a Juiz de Direito em novembro de 1925, exerceu o cargo em José Pedro (hoje Ipanema), Patrocínio, Patos (hoje Patos de Minas), Queluz (atual Conselheiro Lafaiete) e Barbacena. Em junho de 1950 ascendeu ao Tribunal de Justiça, vindo a aposentar-se como Desembargador em fevereiro de 1954.

FONTES: *Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito*. Arquivo./*Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais*. Secretaria. Ficha funcional.

FARIA, Clemente Soares de

Político, banqueiro e empresário, nasceu em Fortaleza, Distrito de Salinas (atual cidade de Pedra Azul), MG, a 17 de março de 1891, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 10 de outubro de 1948. Filho de Pacífico Soares de Faria e de Ana de Andrade Faria. Casado com Jenny de Andrade Faria.

Fez o curso secundário no Colégio Dom Bosco, de Cachoeira do Campo, MG, e no Ginásio Carneiro Ribeiro, de Salvador, BA, e o superior na FDBA e na FLDMG, tendo-se bacharelado por esta em 1913. Ainda acadêmico, tomou parte em vários movimentos cívicos.

Foi Deputado Estadual na 7ª Legislatura (1915-1918) e Deputado Federal na 14ª Legislatura (1930). No exercício do primeiro mandato, empreendeu campanha pela solução da questão de limites entre os Estados de Minas Gerais e da Bahia.

Com Augusto de Lima Júnior*, lançou, em 1917, o *Diário da Manhã*, que surgiu como o mais moderno órgão da imprensa belo-horizontina.

Depois de promover o primeiro Congresso Mineiro de Crédito Popular e Agrícola, fundou, em 1925, o Banco da Lavoura de Minas Gerais S.A., mais tarde transformado em Banco Real S.A., a ele havendo presidido até falecer. Criou, também, o Banco de Crédito Predial S.A., depois Banco de Minas Gerais S.A.; o Parque Cidade Jardim, que foi, em 1932, a primeira vila popular de Belo Horizonte; a Fundação Imaculada Conceição, de proteção ao tuberculoso pobre; a Companhia Mineira de Diversões S.A. e a Empresa Mineira de Terrenos S.A. No setor empresarial, ocupou, ainda, os cargos de Presidente da Sociedade Imobiliária Acaiaca Ltda., das Indústrias Químicas e Farmacêuticas Schering S.A. e da Indústria e Comércio de Minérios S.A. - Icomi -, e de Diretor da Companhia de Petróleo do Rio de Janeiro.

Atuou na política seu filho Gilberto de Andrade Faria*. É seu irmão o escritor e banqueiro Nélson Soares de Faria*.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 10 out. 1958. p. 14./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 16 jun. 1951, 2ª Seção. p. 12./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 12 out. 1948. p. 3.

FARIA, Gilberto de Andrade

Político e banqueiro, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 25 de novembro de 1922. Filho do político e banqueiro Clemente Soares de Faria* e de Jenny de Andrade Faria. Casado, em primeiras núpcias, com Ana Amélia Gonçalves Faria e, em segundas, com Inês Neves, filha do ex-Presidente da República Tancredo de Almeida Neves*.

Fez o curso secundário no Colégio Arnaldo, de Belo Horizonte, e o superior na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, pela qual se bacharelou em 1947.

Deputado Federal na 5ª e na 6ª Legislaturas (1963-1971), foi membro das Comissões de Legislação Social e de Relações Exteriores. Depois de integrar, por muitos anos, a diretoria do Banco da Lavoura de Minas Gerais S.A., fundado por seu pai, assumiu a Presidência do Banco Bandeirantes S.A., do Banco Bandeirantes de Investimentos S. A., da Companhia Bandeirantes - Crédito, Financiamento e Investimentos, do Bandeirantes Participações e Administração S.A. e de A Inconfidência Companhia Nacional de Seguros Gerais. É, ainda, Presidente do Conselho de Administração da Minasmáquinas S.A. e da Bamaq S.A. - Bandeirantes Máquinas e Equipamentos.

Pertenceu ao PSD e à Arena.

É seu tio o escritor e banqueiro Nélson Soares de Faria*. Além de seu pai, atua na política seu genro Oscar Dias Correia Júnior*.

FONTES: Dados informados por Gilberto de Andrade Faria. CEM-UFMG/DCP-ALEMG./*Deputados brasileiros*; repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 6ª Legislatura (1967-71). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1968./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 22 nov. 1966. p. 7./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 25 nov. 1958, p. 3; 31 dez. 1960 - 1º jan. 1961, p. 3./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

FARIA, João de

Político e advogado, nasceu em Itajubá, Província de Minas Gerais, a 18 de novembro de 1862. Filho de José Francisco de Faria e de Francisca Flausina de Faria. Casado com Maria Faria.

Fez os estudos preparatórios no externato do Imperial Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e os cursos de Ciências Jurídicas e Sociais na FDSP, pela qual se bacharelou em 1886.

Advogando em sua terra natal, elegeu-se Deputado Federal para a 13ª Legislatura (1927-1929).

Pertenceu ao PRM.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Itajubá/José Armelin Bernardo Guimarães. CEM/UFMG.

FARIA, João Leão de

Político mineiro, foi Deputado Estadual da 8ª à 10ª Legislaturas (1919-1930).

Pertenceu ao PRM.

Atuaram na política seus primos José Pereira de Faria* e Raul de Faria*.

FONTE: *Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito*. Arquivo.

FARIA, Joaquim Vieira de

Empresário e fazendeiro, nasceu em Porto Real do São Francisco, então Distrito de Formiga e hoje cidade de Iguatama, MG, a 16 de setembro de 1898, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 9 de julho de 1975. Filho do fazendeiro Modesto Olímpio de Faria e de Felisbina Vieira de Faria. Casado com Maria Inês de Magalhães Pinto de Faria.

Autodidata, adquiriu conhecimentos sobre comércio, administração e finanças, e de História, Geografia e Francês.

Trabalhando no comércio desde os 12 anos de idade, em 1916 estabeleceu-se por conta própria em São Miguel (atual Calciolândia), MG, onde também se tornou fazendeiro. Em fevereiro de 1936 passou a residir em Belo Horizonte e fez-se sócio de José de Campos Continentino na Casa Edson, mais tarde transformada na firma Continentino e Faria Ltda., que se dedicava ao comércio de máquinas de escrever e móveis de escritório. Em 1945, como pioneiro da indústria de artefatos de aço de Minas, participou da fundação da Fábrica de Móveis de Aço Atlas.

Diretor da Associação Comercial de Minas em vários períodos, elegeu-se seu Presidente para o período de 1943 a 1945. Pertenceu aos Conselhos Fiscais da Companhia de Cinemas e Teatros Minas Gerais e da Companhia de Cimento Cauê.

Atuaram na vida pública seu cunhado José de Magalhães Pinto* e seu genro Roberto Ribeiro de Oliveira Resende*.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Maira Ângela de Faria Resende. CEM/UFMG./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 29 jan. 1943. p. 3.

FARIA, José Bernardes de

Político, advogado e promotor, nasceu em Paracatu, Província de Minas Gerais, a 17 de outubro de 1859, e faleceu em Formiga, MG, a 9 de maio de 1934. Filho de Bernardino de Faria Pereira e de Floricena Amélia de Faria Pereira. Casado, em primeiras núpcias, com Maria Amália de Faria Pereira e, em segundas, com Maria Guilhermina de Faria Pereira.

Iniciou seus estudos no Seminário de Mariana e prosseguiu-os na cidade do Rio de Janeiro, onde concluiu os preparatórios. De volta à Província natal, fixou-se em Formiga e, estudando livremente Ciências Jurídicas, obteve carta de advogado provisionado em 1887.

Foi Promotor Público da Comarca de Rio Grande (1887-1889) e Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Formiga (1898-1907).

Eleito Deputado Estadual para a 2ª Legislatura ((1895-1898) e reeleito para a 3ª (1899-1902), renunciou no fim do segundo mandato para exercer o cargo de Deputado Federal na 5ª e 6ª Legislaturas (1903-1908). De 1899 a 1902 ocupou a Vice-Presidência da Câmara Estadual.

Pertenceu ao PRM.

Atuou na política seu sobrinho Washington Ferreira Pires*.

FONTES: CORRÊA, Leopoldo. *Achegos à história do Oeste de Minas*. Belo Horizonte, Gráfica Belo Horizonte, 1955./ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1971*. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 2./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 11 maio 1934. p. 13.

FARIA, José Pereira de

Secretário de Estado, advogado e serventuário da Justiça, nasceu em São Sebastião do Areado, então Distrito de Alfenas e hoje cidade de Areado, MG, a 29 de julho de 1908. Filho de Trajano de Faria e de Adelaide Pereira de Faria. Casado com Irene Buxbaum de Faria.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, MG, e no Colégio Pio-Americano, do Rio de Janeiro, DF, e bacharelou-se, em 1932, pela FNDUB.

Advogava no Rio de Janeiro, onde também era escrivão da 3ª Vara de Órfãos e Sucessões, quando se tornou Chefe de Gabinete do Presidente da Novacap durante a construção de Brasília.

Posteriormente, exerceu os cargos de Secretário do Governo mineiro na gestão Israel Pinheiro da Silva* (12/8/66-16/1/67); 20/1/67-25/5/67), Diretor do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais S.A., Diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., e Vice-Presidente do Banco do Estado de Minas Gerais S.A.

Pertenceu ao PSD.

Atuaram na política seus tios João Luís Alves* e Raul de Faria* e seu primo João Leão de Faria*.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Bruno de Almeida Magalhães. CEM/UFMG./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 17 ago. 1966. p. 1.

FARIA, Nélson Soares de

Escritor, acadêmico, banqueiro e farmacêutico, nasceu em Fortaleza, Distrito de Salinas (atual cidade de Pedra Azul), MG, a 29 de abril de 1902, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 25 de março de 1968. Filho de Pacífico Soares de Faria e de Ana Secunda de Figueiredo Faria. Casado com Amália Ferreira de Faria.

Fez o curso secundário no Instituto Claret e no Ginásio Mineiro, ambos de Belo Horizonte, onde também se diplomou em Farmácia pela Faculdade Livre de Odontologia e Farmácia, em 1922, e mais tarde se bacharelou pela FDUMG.

Quando estudante, publicou seus primeiros versos, contos e crônicas em jornais da Capital mineira e participou da fundação do periódico *Footing*, em que colaboravam Abgar de Castro Araújo Renault*, Djalma Andrade* e Carlos Drummond de Andrade*. Com o conto "Nas capoeiras", obteve o segundo lugar no concurso promovido, em 1922, por *O Jornal*, do Rio de Janeiro, DF.

Depois de exercer por três anos a profissão de farmacêutico em sua terra natal, fixou-se definitivamente em Belo Horizonte, a fim de fundar, com seu irmão Clemente Soares de Faria*, o Banco da Lavoura de Minas Gerais S.A., hoje Banco Real S.A., do qual por longo tempo foi Vice-Presidente.

Sob pseudônimo, voltou a publicar, em jornais e revistas, trabalhos literários, principalmente narrativas sertanejas, e participou de concursos de contos do matutino *Estado de Minas*, tendo sido três vezes premiado. Em edição particular de mil exemplares, publicou a coletânea de dez contos *Tiziu*, em 1960.

No ano seguinte, elegeu-se para a AML, onde sucedeu a Gilberto de Alencar* na cadeira nº 21, patrocinada por Fernando de Alencar, e recebeu o Prêmio Afonso Arinos, da ABL, pelo livro de estréia.

Deixou as obras *Tiziu e outras estórias*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1962 (2ª edição aumentada de Tiziu); *Cabeça-Torta*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1963; *Bazé (estórias sertanejas)*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1965, e os originais da novela *Lulu Fogacho*.

Atuaram na política seu irmão Clemente Soares de Faria e seu sobrinho Gilberto de Andrade Faria*.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 26 mar. 1968. p. 3./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 21 ago. 1965. p. 7./LIMA, Oscar Negrão de. *Discurso de posse* (Cadeira 21). Belo Horizonte, Academia Mineira de Letras, 1972./Martins de Oliveira. *História da literatura mineira*. 2. ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 1º out. 1966, Suplemento Literário. p. 5; 27 mar. 1968. p. 4; 28 mar. 1968. Diário da Assembléia. p. 3; 30 mar. 1968. Suplemento Literário. p. 2; 6 abr. 1968. p. 2; 6 jul. 1968. Suplemento Literário. p. 8; 26 nov. 1977. Suplemento Literário. p. 11; *O Diário*, Belo Horizonte, 14 nov., 1961. p. 9./ PIRES, Teófilo, Homenagem póstuma a Nélson Soares de Faria. In: *Anais da Câmara dos Deputados. 1968*. Brasília, Diretoria de Documentação e Publicidade, 3:1004-5, s.d.

FARIA, Raul de

Político, advogado e jornalista, nasceu em Campanha, Província de Minas Gerais, a 26 de maio de 1885, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 26 de agosto de 1944. Filho de Fernando Antônio Faria e de Maria Vitória Pereira de Faria. Casado, em primeiras núpcias, com Diva Sá Freire de Faria e, em segundas, com Vanda Faria.

Fez o curso secundário no Colégio Anchieta, de Nova Friburgo, RJ, e bacharelou-se pela FLDMG em 1906.

Secretário da Prefeitura de Belo Horizonte, MG, elegeu-se suplente de Deputado Estadual para a 5ª Legislatura (1907-1910), tendo assumido a cadeira de Gabriel Vilhena Valadão*, que faleceu em outubro de 1907. Na 6ª Legislatura (1911-1914), voltou à Assembléia, ao mesmo tempo que advogava em Belo Horizonte, onde também foi Diretor de *O Diário da Tarde* e Redator-Chefe de *O Estado*.

Fixando-se no Rio de Janeiro, exerceu os cargos de Procurador da Saúde Pública, Inspetor de Ensino e Diretor da Instrução Pública.

Eleito Deputado Federal por Minas Gerais da 11ª à 14ª Legislaturas (1921-1930), em 1924 integrou a Comissão de Instrução da Câmara.

Figurou entre os signatários do Manifesto dos Mineiros de outubro de 1943.

Pertenceu ao PRM.

Atuaram na política seu cunhado João Luís Alves*, seu primo João Leão de Faria* e seu sobrinho José Pereira de Faria*.

FONTES: CARVALHO, Daniel de. *Capítulos de Memória*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1957./*Dados biográficos*. Informante: Bruno de Almeida Magalhães. CEM/UFMG.

FELICÍSSIMO, Artur

Foi Interventor no Instituto Mineiro do Café, designado por Benedito Valadares Ribeiro*, de março de 1934 até o final daquele ano. Anteriormente, dirigiu a Inspetoria do Café da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais, sediada no Rio de Janeiro.

FONTE: WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1982.

FELIPE, José Saraiva

Secretário de Estado, médico e professor, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 26 de março de 1952. Filho de Alfredo Felipe e de Clarice Saraiva Felipe. Casado com Leonor do Espírito Santo Saraiva.

Graduou-se em Medicina pela UFMG (8/12/79). Fez curso de especialização em Saúde Pública pela Escola de Saúde de Minas Gerais/FUNED/SES (1981) e mestrado em Planejamento e Administração de Saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz/ MS, RJ (1982).

Enquanto estudante, foi Tesoureiro do Centro de Estudos da Saúde da UFMG (1974-1976), Secretário do Conselho Fiscal e Deliberativo do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina (1974-1975) e Vice-Presidente do referido Diretório (1975-1976). Foi também representante discente junto à Câmara do Departamento de Medicina Preventiva e Social/Faculdade de Medicina (1974-1975), junto ao colegiado do curso de Medicina (1975-1976) e junto às Comissões de Adaptação Curricular e de Implantação Curricular daquela Faculdade (1975-1976).

Iniciou suas atividades profissionais em Montes Claros - MG, onde exerceu os cargos de Supervisor do Centro Regional da Secretaria de Estado da Saúde (1977), de Diretor do referido Centro Regional (1977-1982) e de Secretário Municipal de Saúde e Ação Social (1983-1985).

Nessa ocasião, atuou como Coordenador Técnico do Grupo de Coordenação Estadual do Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento - PIASS - Convênio MS/ SES-MG (1977-1980); participou do Conselho de Administração do Projeto Área Docente Assistencial do Norte de Minas - Convênio SES-MG/Faculdade de Medicina da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (1978-1980) e da Comissão Local Interinstitucional de Saúde de Montes Claros - CLIS -, responsável pela implantação e gerência do Programa de Ações Integradas de Saúde no município (1983-1985). Integrou também os Grupos de Trabalho constituídos pela SES-MG para reformular a estrutura organizacional do Sistema Operacional de Saúde Pública de Minas Gerais (1980) e para elaborar o projeto de criação do Centro Regional de Saúde de Pedra Azul (1982), do qual foi também relator. Foi, ainda, Presidente do Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente - CODEMA -, daquele município (1984-1985).

Participou intensamente do movimento nacional pela reestruturação do setor saúde, tendo sido Secretário do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - CEBES - (gestões 1983-1984 e 1984-1985) e organizado, em Montes Claros, o III Encontro Nacional de Secretários Municipais de Saúde (1985).

A partir de 1985, exerceu vários cargos e funções no executivo federal. Foi Secretário Nacional de Serviços Médicos do Ministério da Previdência e Assistência Social (1985-1988); Coordenador da Secretaria da Comissão Interministerial de Planejamento e Coordenação - CIPLAN (MS/MPAS/MEC - 1986-1988); Coordenador Técnico do Projeto Universidade Integrada ao Sistema de Saúde - UNISIS - convênio MEC/OPS (1988-1989) e Secretário de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde (1989-1990). Coordenou a Comissão de Apoio à Reestruturação da Assistência Médica, Odontológica e Farmacêutica do MPAS (1986) e o Grupo de Trabalho encarregado de promover a implementação do Programa de Desenvolvimento de Sistemas Integrados de Saúde nos Estados - SUDS (1988). Atuou ainda, como membro do Comitê Executivo da 8ª Conferência Nacional de Saúde (1985-1986); da Comissão Nacional de Reforma Sanitária (1986-1987); do Conselho de Saúde do Distrito Federal (1986-1988); do Conselho Diretor da Central de Medicamentos - CEME/MS (1986-1988) e da Comissão de Reestruturação do Conselho Nacional de Saúde (1988).

No magistério, desenvolveu atividades como Professor-Assistente da Faculdade de Medicina da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior, em Montes Claros, MG (1978); Professor-convidado do Curso de Saúde Pública (1982) e do VI Curso Internacional de Especialização em Planejamento de Sistemas de Saúde (1989), ambos da Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz/MS, no Rio de Janeiro; Professor-Assistente do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina da UFMG (a partir de 1978). Nesta Universidade, foi também Coordenador de Projetos do Núcleo de Pesquisa em Saúde Coletiva e Nutrição - Nescon (1988-1990).

Participou de encontros e reuniões de trabalho em vários países, sobre temas relacionados à saúde coletiva. Como representante do Brasil, esteve na Argentina, participando do *Encuentro Latino-americano Sobre La Salud en las Grandes Ciudades*, Buenos Aires (1985); na Inglaterra, na *Conferência sobre o Impacto Mundial da AIDS*, Londres (1988); na cidade do México, na *Reunión Sobre la Protección Social a los Grupos Marginados Urbanos* (1988). Como convidado, participou da reunião de trabalho para elaboração do Projeto de Cooperação Técnica entre a Organização Panamericana de Saúde, o Instituto Nacional de Obras Sociais da Argentina, e o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS/MPAS, em Buenos Aires (1987) e do *Forum for International Cooperation of Health Services and Systems Research Centers (FICOSSER)*, realizado em Lisboa (1988). Por solicitação do Congresso Nacional, realizou viagem de estudos à Índia, para conhecer a forma de inserção das práticas médicas não alopáticas no sistema de saúde daquele país (1986). Participou também de estágios em serviços de atenção primária à saúde e programas docente-assistenciais, em universidades da Colômbia, da Nicarágua, do México e dos EUA, promovidos pela UFMG e *Kelogg's Foundation* (1980).

No Brasil, participou como expositor, conferencista, debatedor em inúmeros cursos, congressos e reuniões científicas, abordando temas relativos à política de saúde, em especial a organização do sistema de saúde e as alternativas de financiamento para o setor de saúde no Brasil.

Publicou vários artigos sobre saúde em revistas especializadas. Dentre eles, destacam-se o estudo publicado na *Revista Saúde em Debate* nº 27, de 1989, sob o título *Uma avaliação da Produção Teórico-Científica da Medicina Social no Brasil*; o depoimento *MPAS - O vilão da Reforma Sanitária ?*, publicado nos *Cadernos de Saúde Pública* nº III - ENSP/Fiocruz, 1987, e na *Revista Saúde em Debate* nº 20, de 1988; *UNISIS: uma Contribuição da Universidade à Reforma Sanitária*, *Revista Saúde em Debate* nº 24, de 1989. Produziu, entre outros trabalhos, o relatório *O Encontro com o Mundo da Medicina Ayurvédica*, preparado para o Congresso Nacional, em 1987; o *Diagnóstico do Sistema de Saúde do Estado de Minas Gerais*, em 1990; a dissertação de mestrado *A Municipalização como Estratégia de Descentralização dos Serviços de Saúde no Brasil*, ENSP/FIOCRUZ, 1991. Chegou a fazer incursões na área literária com o conto *A Chupança*, incluído no livro *A Medicina dos Médicos e as outras...* publicado pela Imprensa Universitária da UFMG em 1982.

Por nomeação do Governador Hélio Carvalho Garcia*, assumiu a Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, em 17 de março de 1991.

Recebeu várias condecorações, entre elas a Comenda Grão-Mestre da Ordem do Mérito Médico (Presidência da República, 1990); a Medalha do Mérito Alvorada (Governo do Distrito Federal, 1987); e a Medalha Carlos Chagas (1979).

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

FELIPE NÉRI ver ALMEIDA, Felipe Néri de

FERNANDES, Clemente Medrado

Político, médico, advogado e fazendeiro, nasceu em Cachoeira do Pajeú, então Distrito de Salinas e hoje cidade de André Fernandes, MG, a 28 de outubro de 1896, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 29 de abril de 1961. Filho de André Fernandes e de Salustiana Rocha Medrado Fernandes. Casado com Severina Ribeiro Medrado Fernandes.

Fez o curso secundário no Instituto Claret e no Ginásio Mineiro, em Belo Horizonte, e o superior na Faculdade Livre de Medicina de Minas Gerais e na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tendo-se diplomado por esta em 1926. Em 1939, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Niterói, RJ.

Quando acadêmico na Capital mineira, foi Presidente do Partido Republicano da Mocidade de Belo Horizonte e do Grêmio Literário Afonso de Morais, fundador da revista *Radium*, órgão do corpo discente da Faculdade de Medicina, e Diretor dos periódicos humorísticos *Footing* e *Esqueleto*.

A partir de 1926, clinicou em Pedra Azul, MG, e em Salinas, onde iniciou a carreira política como Vereador e chefiou o Posto de Higiene.

Partidário da Aliança Liberal, participou de caravanas que percorreram o Estado em campanha a favor da candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República. Vitoriosa a Revolução de 1930, foi nomeado Prefeito de Salinas, cargo que exerceu até 1933. Na época, dirigiu os jornais locais *O Salinense* e *O Reivindicador*.

Deputado Federal Constituinte e na legislatura de 1934 a 1937, após a queda do Estado Novo retornou à atividade política como membro do Conselho Administrativo de Minas Gerais.

Eleito Deputado Federal Constituinte de 1946 e para a 1ª Legislatura (1946-1951), voltou à Câmara na 2ª e 3ª Legislaturas (1951-1959), durante as quais integrou as Comissões de Obras e Transportes, de Tomada de

Contas, do Polígono das Secas, de Transporte, Obras Públicas e Comunicações e de Supervisão dos Órgãos Autônomos.

Esteve licenciado do mandato de 12 de abril de 1955 a 31 de janeiro de 1956, para ocupar a Secretaria Estadual de Saúde e Assistência durante o Governo Clóvis Salgado da Gama*. Na gestão seguinte, de José Francisco Bias Fortes*, dirigiu a Imprensa Oficial (1960-1961). Foi, ainda, Chefe do Centro de Saúde de Salinas e Diretor do Banco Financial de Minas Gerais S.A.

Pertenceu ao Partido Progressista e ao PSD.

Publicou as obras *Fronteiras de dois mundos, Ternuras e volúpias* e *Sulcos de uma jornada*.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados. 1961*. Brasília, Diretoria de Documentação e Publicidade, *4*:410-1, 511-3, 1963./*Dados biográficos*. Informante: Imprensa Oficial de Minas Gerais/José Seixas Sobrinho./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 21 abr. 1961. p. 1./ *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 21 abr. 1961. p. 1./FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 17 abr. 1955; 10 jan. 1960. p. 10; 23 abr. 1961. p. 8; 23 abr. 1961. Diário da Assembléia, pp. 1-2./ *O Diário*, Belo Horizonte, 21 abr. 1961. p. 3./ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial. *8*:427-30, 1961.

FERNANDES, Edésio

Magistrado, promotor e professor, nasceu em Doutor Lund, Distrito de Pedro Leopoldo, MG, em 3 de julho de 1913, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 14 de dezembro de 1980. Filho de Aníbal Fernandes e de Adélia Maria Fernandes. Casado com Maria Efigênia de Lima Fernandes.

Fez o curso secundário no Colégio Arnaldo de Belo Horizonte e bacharelou-se pela FDUMG em 1936. Líder universitário, presidiu ao Diretório Central dos Estudantes da UMG, de 1935 a 1936.

Depois de formado, foi Promotor de Justiça nas Comarcas mineiras de Prata e de Elói Mendes. Ingressando na Magistratura em 1941, exerceu o cargo de Juiz de Direito, sucessivamente, nas Comarcas de Mutum, Três Pontas (1942), Muzambinho (1943), Três Corações (1946), Lavras (1950) e Ponte Nova (1953). Em julho de 1954, assumiu a 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de Belo Horizonte, a cuja frente permaneceu até ser promovido, por merecimento, ao cargo de Desembargador, em julho de 1959. De 1975 a 1977 ocupou a Presidência do Tribunal de Justiça.

Lecionou Direito Administrativo e Direito Civil nas Faculdades de Direito e de Ciências Econômicas da UFMG.

Estado de Minas

Edésio Fernandes, novembro de 1969

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 16 dez. 1980. p. 3./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 16 dez. 1980. p. 7./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 9 ago. 1975. p. 5; 12 ago. 1975, Diário do Legislativo. p. 3.

FERNANDES, Luís Aníbal de Lima

Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG -, engenheiro, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 25 de dezembro de 1942.

Formou-se em Engenharia Mecânica e Elétrica pela Escola de Engenharia da UFMG em 1965.

Iniciou sua vida profissional como engenheiro da Divisão de Estudos Elétricos e Planejamento do Sistema, da Centrais Elétricas de Minas Gerais - Cemig (1966-1969), empresa da qual foi também Chefe da Divisão de Grandes Consumidores e assistente do Departamento Comercial de Produção e Transmissão (1974-1975). Presidiu o Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais - INDI (1975-1979) e o Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa - CEAG -MG (1979-1983).

Nomeado pelo Governador Francelino Pereira dos Santos*, exerceu o cargo de Presidente do BDMG, de 1979 a 1983.

Foi também Presidente e Diretor do Conselho de Administração da Minas Gerais S.A. - MGI (1979-1983), Diretor-Superintendente da Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial - Brasagro (1979-1982), Diretor Vice-Presidente da ABDE (1981), Diretor de Finanças e Materiais e de Relações com o Mercado da Cemig (1983-1987), Diretor Financeiro, Comercial e Administrativo da Gasmig (1986-1987), Diretor de Controle da Siderbrás (1987-1989) e Diretor da Eletrobrás (1989).

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Departamento de Comunicação Social do BDMG.

FERNANDES, Mílton

Procurador-Geral do Estado, Desembargador, advogado, jornalista e professor, nasceu em Dores do Indaiá, MG, a 18 de maio de 1927. Filho de Pedro Fernandes e de Maria Leôncia de Sousa. Casado com Maria Mônica Gonzaga Fernandes.

Concluiu o curso secundário no Colégio Marconi, de Belo Horizonte, no ano de 1949, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da UCM, em 1954. Doutorou-se pela Faculdade de Direito da UFMG, em 1969, defendendo tese sob o título *Problemas e Limites do Dirigismo Contratual*; obteve a livre-docência em Direito Civil, mediante concurso público de provas e títulos, como candidato único, apresentando a tese *Pressupostos do Direito Autoral de Execução Pública*, nessa mesma faculdade.

Integrado na imprensa de 1949 a 1954, atuou como repórter político do *Diário de Minas*, tornando-se posteriormente (1955-1959) redator-chefe desse jornal e da edição mineira do *Última Hora* (1959-1961). De 1960 a 1963, esteve à frente da Assessoria de Imprensa do Governador José de Magalhães Pinto*. Exerceu também o cargo de Diretor Administrativo do Instituto Estadual de Florestas (1963-1965).

Advogando em Belo Horizonte desde 1965, foi Conselheiro Estadual da OAB-MG (1970-1978) e Conselheiro Federal da OAB (1979-1981). No Governo Francelino Pereira dos Santos*, foi nomeado primeiro Procurador-Geral do Estado de Minas Gerais (1979-1981), após ter sido o último Advogado-Geral do Estado.

No ano de 1981, foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, cargo em que se aposentou em 1986.

Em sua carreira no magistério, foi professor assistente (1970) e professor adjunto (1971) de Direito Civil, e professor titular de Direito Civil e de Direito Civil Comparado (1977) da Faculdade de Direito da UFMG. Foi também professor titular, ministrando o curso de Direito Civil no ano de 1979, na Faculdade Mílton Campos, de Belo Horizonte.

Durante o período de 1983 a 1987, foi Diretor responsável da *Revista da Amagis*, da Associação dos Magistrados Mineiros - Amagis.

Publicou diversos artigos e conferências em jornais e revistas, além dos livros *Problemas e Limites do Dirigismo Contratual*, Imprensa Oficial, 1968; *Pressupostos do Direito Autoral de Execução Pública*, Editora Lítera; *Proteção Civil da Intimidade*, Editora Saraiva, 1977 (todos os três, teses de pós-graduação); *Constitucionalidade da Taxa Florestal*, Editora São Vicente, 1969; e *Os Direitos da Personalidade*. In: *Estudos Jurídicos em Homenagem ao Professor Caio Mário da Silva Pereira*, Rio de Janeiro, Editora Forense, 1984.

Em 21 de fevereiro de 1990, é nomeado membro do Conselho Federal de Cultura pelo Presidente José Sarney.

Estado de Minas

Mílton Fernandes

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

FERNANDES, Raul de Barros

Político, advogado e magistrado, nasceu em Conceição do Turvo, Distrito de Ubá (hoje cidade de Senador Firmino), MG, a 15 de maio de 1922, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 15 de março de 1983. Filho de Antônio Amaro Fernandes e de Filomena Soares Barros. Casado com Cléia de Castro Fernandes.

Fez o curso secundário no Ginásio Estadual Raul Soares, de Ubá, MG, e bacharelou-se pela FDUMG em 1949.

Depois de advogar e desempenhar as funções de Secretário da Prefeitura em sua terra natal, onde fundou e dirigiu um ginásio, foi Juiz de Direito da Comarca de Lagoa Dourada, MG (1954).

Eleito Deputado Estadual para a 5ª Legislatura (1963-1967), licenciou-se para ocupar a Secretaria do Interior e Justiça no Governo José de Magalhães Pinto* (21/5/63-3/1/64). Na Assembléia Legislativa, foi Presidente da Comissão Mista de Limites entre Minas e Espírito Santo e da Comissão de Redação (1964), membro das Comissões de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1963), de Agricultura, Indústria e Comércio (1964) e de Constituição, Legislação e Justiça (1966), e Vice-Líder do Bloco Parlamentar Renovador (1965).

Também exerceu as funções de advogado, Diretor e Corregedor Administrativo do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais.

Pertenceu ao PSP e à Arena.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Raul de Barros Fernandes. CEM/UFMG./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 29 de maio 1963. p. 12./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

FERNANDES FILHO, José

Político e advogado, nasceu em Pouso Alegre, MG, a 30 de outubro de 1911. Filho de José Fernandes e de Maria Ribeiro Fernandes. Casado com Gabriela Junqueira Fernandes.

Em sua terra natal, foi telegrafista da Rede Sul Mineira de Viação, contador judicial, advogado, Delegado de Polícia, jornalista e Diretor do Departamento de Educação da Prefeitura.

Ingressando na política como Vereador à Câmara de Pouso Alegre (1946), em cuja Mesa executiva ocupou o cargo de Secretário, candidatou-se à Assembléia Legislativa nas eleições de 1954, pelo PSP, que fundara em vários municípios sul-mineiros, mas não se elegeu.

Filiado ao PDC, foi eleito Deputado Estadual para a 4ª Legislatura (1959-1963), durante a qual foi 2º-Secretário da Comissão Executiva da Assembléia (1961-1962), Líder da Bancada do PDC (1959-1961) e membro das Comissões de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, de Segurança Pública (1959-1960), de Energia Elétrica (1959-1960) e de Serviço Público Civil (1960).

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 4 fev. 1959. p. 3./ Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

FERNANDES FILHO, José

Desembargador, Secretário de Estado, professor e advogado, nasceu em Bambuí, MG, a 31 de outubro de 1929. Filho de José Fernandes da Silva e de Adelina de Sousa Silva. Casado com Vilma Geralda Fernandes.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da UCMG em 1956 e doutorou-se em Direito Público pela FDUFMG em 1964.

Desde a conclusão do curso dedicou-se ativamente à advocacia e ao magistério superior. É professor titular e professor assistente de Direito Administrativo, respectivamente, na Faculdade de Direito da UCMG e na FDUFMG. Lecionou, ainda, no curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar, na Escola de Engenharia da UFMG e no curso de Doutorado da FDUFMG. Integrou a comissão permanente do Ministério da Educação e Cultura encarregada do exame das condições indispensáveis ao funcionamento das faculdades de Direito do País.

No serviço público, foi Assistente e Delegado do Tribunal de Contas da União em Minas Gerais; Chefe da Seção de Legislação e Jurisprudência do TRE; Chefe de Gabinete do Secretário Estadual da Educação; e, na UFMG, Secretário-Geral, Assessor Técnico-Administrativo da Reitoria, Vice-Diretor Executivo do Conselho de Planejamento e Desenvolvimento, membro da equipe técnica para implantação do plano de classificação de cargos e do corpo de advogados da Procuradoria-Geral. Desempenhou, também, as funções de Juiz Suplente da Junta de Conciliação e Julgamento de São João del-Rey e de Juiz efetivo do TRE. De março de 1975 a julho de 1978, no Governo Antônio Aureliano Chaves de Mendonça*, exerceu o cargo de Secretário de Educação do Estado, tendo então, com base no Plano Mineiro de Educação, promovido a modernização do ensino primário e implantado o Projeto Alfa, que praticamente acabou com a repetência e a evasão nas escolas estaduais.

Desde agosto de 1978 é Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Em 1979 integrou a comissão de revisão da organização judiciária e adaptação do regimento interno à Lei Orgânica da Magistratura; em 1980, a comissão encarregada de apresentar sugestões para revisão das tabelas do regimento de custos, e, em 1982, a

Comissão encarregada de estudar as propostas de alteração da organização e divisão judiciária.

Recebeu diversas condecorações.

Publicou as obras *Funções do Estado, Exame pelo Tribunal de Contas da União das contas dos executores de acordos celebrados com os Estados, Os municípios mineiros e os casos de dispensa de licitação e Acumulação de cargos à guarda dos poderes dos Estados.*

Estado de Minas

José Fernandes Filho, agosto de 1978

FONTES: *Dados Biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Bambuí. CEM/UFMG./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1º fev. 1975, p. 3; 15 mar. 1975, Suplemento Especial. p. 9; 15 ago. 1978. p. 6./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 16 mar. 1975. p. 7; 1º set. 1978, Diário do Judiciário. p. 1.

FERNANDES FILHO, José (dito Fernandinho de Mantena)

Político e comerciante, nasceu em São Lourenço do Manhuaçu (hoje Manhuaçu), MG, a 20 de setembro de 1906, e faleceu em Mantena, MG, a 25 de agosto de 1975. Filho de José Fernandes da Silva e de Maria Carolina de Jesus.

Foi comerciante na cidade de Conselheiro Pena, MG, e o primeiro Delegado de Polícia do Distrito de Aldeia, no mesmo município.

Ocupava o cargo de Prefeito de Mantena, na região do então Contestado Minas-Espírito Santo, quando se elegeu Deputado Estadual à 3ª Legislatura (1955-1959). Suplente de Deputado Estadual da 4ª à 6ª Legislaturas (1959-1971), exerceu o mandato de 2 de setembro a 14 de outubro de 1965 e de 17 de junho a 30 de julho de 1966.

Pertenceu ao PSD e à Arena.

FONTES: *Anais da Assembléia Legislativa. 1975*. Belo Horizonte, Divisão de Redação e Publicidade. 5:175-7, 1976./ FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 26 ago. 1975. p. 1./*Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

FERNANDES JÚNIOR, Francisco Rodrigues

Oficial do Exército, nasceu em Conquista, MG, a 31 de maio de 1929. Filho de Francisco Rodrigues Fernandes e de Rosalina da Cruz Fernandes. Casado com Niura Gonçalves dos Santos Fernandes.

Fez o curso secundário no Ginásio Nossa Srª do Rosário, em Porto Alegre, RS.

Iniciou sua carreira militar em maio de 1945, na Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre, onde permaneceu até 1947. Em seguida, fez cursos na Escola Militar de Resende, RJ (1948-1950), na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1959) e na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (1962-1964). Na França, cursou a Escola de Estado-Maior, de 1975 a 1976, e a Escola Superior das Forças Armadas, de 1976 a 1977. Oficial da Arma de Cavalaria, foi promovido a General-de-Brigada em 25 de novembro de 1983, e a General-de-Divisão em 31 de março de 1988.

Serviu como Comandante do 1º RC em Itaqui (1970-1972) e do 8º RC em Uruguaiana (1951-1954 - 1956-1959 - 1960-1962).

Desempenhou funções na Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN (1950-1951); na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais - EsAO (1959); na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - Eceme (1962-1965); no Gabinete do Ministro do Exército no Rio de Janeiro (1969-1970); na 9ª RM em Campo Grande, MT (1972-1973); no DSG, no Rio de Janeiro e em Brasília (1973-1974) e no Estado Maior do Exército - EME -, em Brasília (1975-1977).

Serviu como Comandante no 8º Regimento de Cavalaria em Uruguaiana (1951-1954 - 1956-1959 e 1960-1962) e no 1º RC em Itaqui (1970-1972).

Foi instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva - CPOR - em Porto Alegre, RS (1954-1956) da Eceme, no Rio de Janeiro (1965-1966 - 1967-1969). Atuou ainda junto ao SG/CSN no Rio de Janeiro (1966-1967 - 1979-1983) e no GMPR em Brasília (1974-1975 - 1977-1979).

Como Oficial-General exerceu o Comando da 17ª Bda Infantaria Sudeste (1984-1985), chefiou o Estado-Maior - EM/CMA (1985-1986), foi Secretário-Geral do Exército (1986-1989) e Comandante do CMP (1989-1991).

Recebeu várias condecorações, entre elas as comendas do Mérito Militar, Aeronáutico e Naval, a Ordem do Mérito Rio Branco no grau de Grande Oficial, a Medalha Militar com passador de platina, a Medalha do Pacificador, a Medalha do Mérito Tamandaré, a Medalha do Mérito Santos Dumont, a Comenda do Mérito das Forças Armadas, além da condecoração da Águia Azteca (México), a Ordem Nacional do Mérito (França) e a Ordem Militar de Aviz (Portugal).

Realizou conferências na Escola Nacional de Informações, na Escola de Administração Fazendária, na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, na Escola de Guerra Naval e na Escola Superior de Guerra.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Ministério do Exército. Centro de Comunicação Social.

FERNANDINHO DE MANTENA ver FERNANDES FILHO, José

FERNANDO JUNQUEIRA ver ANDRADE, Fernando Junqueira Reis de

FERNANDO, Paulo ver OLIVEIRA, Paulo Fernando Soares de

FERNANDO RAINHO ver RIBEIRO, Fernando Antônio Rainho Tomás

FERRAMENTA, Chico ver DELFINO, Francisco Carlos

FERRARA, Sérgio Mário

Político, contador e jornalista, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 29 de agosto de 1933. Filho do dentista José Ernesto Ferrara e de América Garzon Ferrara. Casado com a advogada Míriam Staino Ferrara.

Fez os estudos secundários na Academia do Comércio, onde obteve diploma de Contador (1952), e bacharelou-se pela Faculdade de Direito Oeste de Minas, de Divinópolis (1979).

Trabalhou como repórter esportivo de *O Diário*, de Belo Horizonte; foi contador de firma comercial (1956-1974) e comentarista esportivo da Rádio Inconfidência (1959-1974).

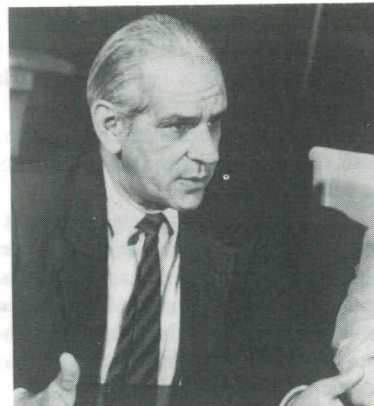
Elegeu-se Vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte (1970-1974), onde desempenhou também as funções de Líder do MDB e membro da Comissão de Finanças.

Deputado Estadual à 8ª Legislatura (1975-1979), foi Vice-Líder do MDB na Assembléia Legislativa (1976-1978), membro efetivo das Comissões de Finanças e Orçamento (1975) e de Economia e Obras Públicas (1975).

Candidato à Câmara dos Deputados pelo PMDB, elegeu-se para o mandato 1979-1983. Como Deputado Federal, foi membro (1979-1983) e Vice-Presidente (1981) da Comissão de Transporte, integrando também, como suplente, as Comissões de Comunicação (1979), de Serviço Público (1979) e de Constituição e Justiça (1980-1982).

Reeleito para a Câmara dos Deputados (1983-1987), renunciou ao mandato ao eleger-se Prefeito de Belo Horizonte, em 1985, com o apoio do então Governador Hélio Carvalho Garcia* (1986-1989).

Durante sua administração, implantou o Profavela (programa de urbanização e saneamento das favelas de Belo Horizonte), ampliou o atendimento médico gratuito à população carente, construiu e reformou postos de saúde, inaugurou escolas municipais na periferia, ampliou a merenda escolar e o serviço médico-odontológico.

Filiado ao PMDB. Pertenceu ao MDB, de cujos Diretório e Comissão Executiva nacionais fez parte, e ao PP.

Estado de Minas

Sérgio Mário Ferrara, dezembro de 1987

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG. *Deputados Estaduais de Minas Gerais à 8ª Legislatura (1975-1979)*. Ficha biográfica. Convênio APM/UCMG. Coordenador: Caio C. Boschi.

FERRAZ, Adalberto ver LUZ, Adalberto Dias Ferraz da

FERRAZ, Antônio Costa Monteiro

Magistrado, nasceu em Nossa Senhora das Dores do Guaxupé, então Distrito de Muzambinho e hoje cidade de Guaxupé, MG, a 19 de outubro de 1910. Filho de Osvaldo Dias Ferraz e de Maria Jesuína Monteiro Ferraz.

Fez os estudos secundários no Liceu Municipal de Muzambinho, na Capital do Estado de São Paulo e no Ginásio Mineiro de Barbacena, MG, e bacharelou-se pela FDSP em 1932.

Ingressando na Magistratura mineira em julho de 1946, foi Juiz Substituto em Itamoji e, em seguida, Juiz de Direito de Três Pontas, Januária e São Sebastião do Paraíso. Removido, em outubro de 1962, para a 1ª Vara Criminal de Belo Horizonte, na mesma comarca ocupou depois a 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias e a 4ª Vara Criminal. Em abril de 1965 foi promovido a Juiz do Tribunal de Alçada, onde exerceu o cargo de Vice-Presidente, no período de 1967 a 1968. Nomeado para o Tribunal de Justiça em março de 1968, aposentou-se como Desembargador em 1980.

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 2 jun. 1965. Diário da Assembléia. p. 3./*Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais*. Secretaria. Ficha funcional./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito*. Arquivo.

FERRAZ, Dickens

Oficial do Exército, nasceu em São João del-Rei, MG, a 20 de outubro de 1928. Filho de Inácio Ferraz e de Dolores Gontijo Ferraz. Casado com Laís Lúcia de Siqueira Ferraz.

Entrou para o Exército em março de 1948, como aluno da Escola Preparatória de Cadetes de São Paulo - EsPSP; ingressou, logo após, na Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN - (1949-1951), de onde saiu como aspirante da Arma de Artilharia. No transcorrer de sua vida militar, fez os cursos na CIDAAe (1954), na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais - EsAO - (1962) e na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - Eceme - (1965-1967). Posteriormente, graduou-se em Psicologia pela UFRJ.

Foi promovido a General-de-Brigada em novembro de 1984, transferindo-se para a reserva em março de 1988.

Serviu como Comandante da Subunidade do CMT (1955-1962), instrutor e Comandante da AMAN (1963-1965), instrutor da EsAO (1968-1970) e da Eceme (1971-1974). Chefiou o Gabinete do DGS (1974) e a Subseção AC/Serviço Nacional de Informação - SNI - (1974-1976). Foi Assessor da ASS/1- Planejamento e Chefe de Gabinete do DGS (1974).

Foi também Comandante da 6ª Gacos M (1976-1979), Chefe do GAB/DAM (1979), Comandante do Colégio Militar de Belo Horizonte - CMBH - (1979-1981), Chefe da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai - MMBIP - (agosto/1981-agosto/1983) e Chefe de Seção/Estado-Maior do Exército (1983-1984).

Como Oficial General, comandou a 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (1985-1987). Foi, ainda, estagiário da Escola Superior de Guerra - ESG - (1987) e adido à SGEx (1988).

Recebeu várias condecorações, entre as quais a Comenda do Mérito Militar, a medalha por 30 anos de bons serviços, a Medalha do Pacificador e a Medalha do Mérito Santos Dumont.

Do Governo paraguaio recebeu a Comenda do Mérito Militar e as Medalhas Honoríficas de Artilharia e Infantaria.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Ministério do Exército. Departamento de Comunicação Social./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

FERRAZ, Fausto Dias

Político e advogado mineiro, nasceu a 15 de agosto de 1870. Filho do Coronel da Guarda Nacional Silvestre Dias Ferraz e de Ana Leonízia Dias de Castro.

Aprovado em exames perante a Inspetoria-Geral da Instrução Primária e Secundária, no Rio de Janeiro, fez o curso superior na FDSP, pela qual se bacharelou em Ciências Sociais (1893) e em Ciências Jurídicas (1895).

Voltando ao Estado natal para advogar, elegeu-se Deputado Federal para a 9ª e 10ª Legislaturas (1915-1920).

Pertenceu ao PRM.

FONTES: ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917.* Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 2./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito.* Arquivo.

FERRAZ, João de Araújo

Político, advogado e tabelião, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 29 de setembro de 1920. Filho do servidor público estadual João Olinto Ferraz e de Cândida de Lima Ferraz. Casado com Angelina Villani Ferraz.

Fez o curso secundário no Ginásio Estadual de Belo Horizonte e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da UMG em 1948.

Advogando no Rio de Janeiro, DF, de 1949 a 1955, trabalhou na redação da Imprensa Nacional. De volta ao Estado natal, foi Oficial-de-Gabinete do Secretário da Agricultura, Cândido Gonçalves Ulhôa*, durante o Governo Clóvis Salgado da Gama* (1955), e do Governador José Francisco Bias Fortes* (1958).

Suplente de Deputado Estadual na 4ª Legislatura (1959-1963), em 1961 fez parte do Gabinete de Tancredo de Almeida Neves* quando Ministro da Justiça do Governo João Goulart.

Era Secretário Particular do Governador Israel Pinheiro da Silva*, quando se elegeu, em 1966, Deputado Estadual para a 6ª Legislatura (1967-1971). Reeleito seguidamente da 7ª à 10ª Legislaturas (1971-1987), foi Presidente (1975-1977) e 1º-Vice-Presidente (1971-1972) da Comissão Executiva da Assembléia; Vice-Líder da Arena (1970; 1973) e do Governo (1973); Presidente das Comissões de Defesa do Meio Ambiente (1974); de Finanças e Orçamento (1980; 1982) de Educação e Cultura (1983-1984); membro efetivo das Comissões de Siderurgia (1967) e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1968-1969). Representou a Assembléia no Congresso Internacional de Municípios, realizado em Barcelona, Espanha (1967), e, como Presidente do Legislativo mineiro, promoveu o VII Congresso de Assembléias Legislativas do Brasil (1976) e simpósios sobre o meio ambiente (1975) e sobre siderurgia (1976).

Em 1978, candidatou-se ao cargo de Governador do Estado, tendo disputado a indicação na convenção da Arena.

Tabelião de Ofício de Notas em Belo Horizonte, tem grande participação em atividades esportivas, havendo sido Diretor da Federação Universitária Mineira de Esportes e Vice-Presidente do Cruzeiro Esporte Clube.

Pertenceu ao PTB, ao PSD e à Arena; em seguida, filiou-se ao PDS.

É sobrinho-neto do político Adalberto Dantas Ferraz, irmão de Jorge Ferraz* e tio de Paulo Eduardo Ferraz*.

ALEMG

João de Araújo Ferraz, 1976

FONTES: *Deputados estaduais de Minas Gerais à 8ª Legislatura (1975-9)*. Ficha biográfica. Convênio APM/UCMG. Coordenador: Caio C. Boschi./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 20 jan. 1967. p. 3./FLEISCHER, David. V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM. Belo Horizonte.

FERRAZ, Jorge

Político, advogado e tabelião, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 2 de maio de 1914. Filho do servidor público estadual João Olinto Ferraz e de Cândida Lima Ferraz. Casado com Ístria Zauli Ferraz.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da UMG em 1939.

Advogando em Belo Horizonte, iniciou a carreira política como Vereador à Câmara Municipal (1946-1950), onde foi Líder da Bancada do PR.

Suplente de Deputado Estadual na 3ª Legislatura (1955-1959), com exercício em vários períodos, elegeu-se Deputado Estadual da 4ª à 6ª Legislaturas (1959-1971).

Esteve licenciado do mandato de 11 de agosto de 1965 a 29 de janeiro de 1966 para ocupar a Secretaria de Estado para Assuntos de Abastecimento e Crédito Rural, no Governo José de Magalhães Pinto*.

Na Assembléia, foi 1º-Vice-Presidente da Comissão Executiva (1962), Líder do PR (1960) e do MDB (1970), Presidente da Comissão de Educação e Cultura (1959), Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Interestaduais (1963) e membro efetivo das Comissões de Serviço Público Civil (1963-1964), de Siderurgia e Mineração (1965; 1970), de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1968-1969), de Saúde Pública (1970) e da Comissão Especial para a Reforma da Lei de Organização Municipal (1960).

Deputado Federal da 7ª à 9ª Legislaturas (1971-1983), fez parte das Comissões de Minas e Energia e de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas, desta tendo sido Presidente (1981) e Vice-Presidente (1973).

Em março de 1983, por nomeação do Governador Tancredo de Almeida Neves*, assumiu o cargo de Secretário de Estado da Indústria e do Comércio.

Desde 1954 é titular de cartório cível em Belo Horizonte.

Pertenceu ao PR, ao MDB e ao Partido Popular e, posteriormente, filiou-se ao PMDB.

Publicou os trabalhos *Reforma do sistema penitenciário de Minas Gerais* (1955); *Minério de ferro, um tema apaixonante*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1965; *Organização Judiciária e Regimento de Custas do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1966; *Açominas - um produto irreversível*, Brasília, 1977.

É irmão de João de Araújo Ferraz*, pai de Paulo Eduardo Ferraz* e sobrinho-neto do político Adalberto Dantas Ferraz.

FONTES: *Deputados brasileiros*, repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 7ª Legislatura (1971-5). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1971; 8ª Legislatura (1975-9) 2. ed. Brasília, Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação 1976./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 14 ago. 1965. p. 18.

FERRAZ, José Resende

Político, delegado de polícia e advogado, nasceu em Cristina, MG, a 28 de maio de 1893, e faleceu na mesma cidade, no ano de 1949. Filho de Carlos Dias Ferraz e de Maria de Resende Ferraz.

Fez o curso secundário no Ginásio São José, de Silvestre Ferraz, MG, e bacharelou-se pela FDRJ em 1920.

Retornando à terra natal depois de formado, ali foi Delegado de Polícia durante alguns anos. Dedicou-se, a seguir, exclusivamente à advocacia. Ainda em Cristina, desempenhou as funções de Juiz de Paz, o mandato de Vereador e o cargo de Secretário da Câmara Municipal em seguidas legislaturas.

Eleito pelo Partido Progressista, foi Deputado Estadual Constituinte e na 1ª Legislatura (1935-1937), tendo ocupado durante todo o período a 3ª-Secretaria da Comissão Executiva da Câmara.

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 9 nov. 1949, Diário da Assembléia. pp. 5-6./ *Revista PP*. Belo Horizonte, 1 (1): s.p. 1934.

FERRAZ, Paulo Eduardo

Político e serventuário da Justiça, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 27 de abril de 1940. Filho do político Jorge Ferraz* e de Ístria Zauli Ferraz. Casado com Áurea Maria Veloso Ferraz.

É formado em Engenharia Elétrica pela UCMG (1980).

Vereador por Belo Horizonte em 1976, em seguida elegeu-se Deputado Estadual para a 9ª e 10ª Legislaturas (1979-1987). Na Assembléia, foi membro efetivo das Comissões de Defesa do Meio Ambiente (1979; 1981; 1983-1984), de Serviço Público (1979-1980), de Finanças e Orçamento (1980-1982), de Assuntos Municipais e Planejamentos Regionais (1981-1982) e de Constituição e Justiça (1983-1984).

Pertenceu ao MDB e ao Partido Popular e, posteriormente, filiou-se ao PMDB.

Além de seu pai, atuou na política seu tio João de Araújo Ferraz*.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Gabinete do Deputado Paulo Ferraz. CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

FERRAZ CALDAS ver CALDAS, José Ferraz

FERRAZ JOSÉ ver SILVA, José Ferraz da

FERRAZ JÚNIOR, Antônio Dias

Político, magistrado, advogado e promotor, nasceu na então vila de Cristina, Província de Minas Gerais, a 13 de junho de 1866. Filho do Capitão da Guarda Nacional Antônio Dias Ferraz e sobrinho de Ana Cândida da Costa Ferraz.

Fez os estudos preparatórios em Ouro Preto e o curso de Ciências Jurídicas e Sociais na FDSP, pela qual se bacharelou em 1891.

Logo depois de formado, exerceu o cargo de Promotor Público e, posteriormente, a advocacia em diversas comarcas mineiras.

Deputado Federal na 2ª Legislatura (1894-1896), em 1897, mediante concurso, ingressou na Magistratura estadual como Juiz de Direito de São José do Rio Pardo.

Pertenceu ao Partido Constitucional Mineiro.

FONTES: ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917.* Rio de Janeiro. M. Abranches, 1918. v. 2./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito.* Arquivo./Gazeta *de Ouro Fino*, Ouro Fino, MG, n. 186. 1895.

FERREIRA, Alonso Marques

Político, industrial e fazendeiro, faleceu em Sete Lagoas, MG, a 14 de fevereiro de 1967.

Primeiro Presidente da Associação Comercial de Sete Lagoas, função que voltou a exercer em fevereiro de 1940, ingressou na política como Vereador, Presidente da Câmara e Agente Executivo do Município.

Em 1925, elegeu-se Deputado Estadual para o restante da 9ª Legislatura (1923-1926), em substituição a Cristiano Monteiro Machado*. Na 10ª Legislatura (1927-1930), foi reeleito para a Câmara Estadual.

Pertenceu ao PRM.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 16 fev. 1967. p. 3./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 8 fev. 1940. p. 3.

FERREIRA, Cícero Rodrigues Ribeiro

Prefeito de Belo Horizonte, MG, médico e professor, nasceu no Município de Oliveira, Província de Minas Gerais, no ano de 1861, e faleceu em Belo Horizonte, a 14 de agosto de 1920. Filho do Major da Guarda Nacional Francisco Ferreira Rodrigues Júnior e de Messias Cândida Ferreira. Casado com Laura das Chagas Ferreira.

Formado pela FMRJ em 1885, na turma de Miguel Couto, logo depois clinicou nas localidades mineiras de São Sebastião da Estrela (hoje Estrela Dalva) e Oliveira. Primeiro médico a se fixar em Belo Horizonte (1894), fez parte da comissão construtora da nova Capital de Minas Gerais, sucessivamente como Escriturário, Secretário, Chefe de Gabinete Fotográfico e Chefe do Observatório Meteorológico. Extinta a comissão, passou a trabalhar como médico da Diretoria de Obras da Prefeitura. De novembro de 1898 a setembro de 1906 foi Diretor de Higiene Municipal. Membro do Conselho Deliberativo, exerceu as funções de Prefeito em abril-maio de 1905.

Figurou entre os fundadores da Sociedade Humanitária da então Cidade de Minas, transformada em Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, à qual prestou serviços até 1903, e da Associação Literária, mais tarde Biblioteca Municipal.

Foi professor de Medicina Pública na FLDMG, de 1906 a 1917, e um dos fundadores da Faculdade Livre de Medicina, que dirigiu desde a instalação, em 1915, até sua morte, tendo ali lecionado Medicina Legal.

Integrou o Conselho Fiscal do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais S.A.

FONTES: BARROS, Álvaro Ribeiro de. Discurso na Comemoração Cívica de 14 de setembro de 1920. In: *In memoriam - 1920.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1921./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 15 ago. 1920. p. 1; 14 dez. 1950. p. 11./*Revista da Faculdade de Direito*; memória histórica (1892-1959). Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 10:146, out. 1958-mar. 1959./RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970-1.

FERREIRA, Claudemiro Alves

Político, farmacêutico e professor, nasceu em Januária, Província de Minas Gerais, a 10 de outubro de 1879, e faleceu na mesma cidade, a 15 de setembro de 1965. Filho de Benedito Alves Ferreira e de Adelaide de Sousa Ferreira. Casado com Jovelina de Abreu Ferreira.

Diplomou-se pela Escola de Farmácia da Bahia em 1902 e, no ano seguinte, freqüentou a FMBA.

Exerceu a profissão de farmacêutico cerca de 30 anos nas cidades mineiras de São Francisco e Januária, tendo nesta última desempenhado os cargos de Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal em duas legislaturas.

Elegeu-se Deputado Estadual para a 9ª Legislatura (1923-1926).

O Presidente Olegário Dias Maciel* nomeou-o Prefeito de Ferros, em 1930, e de Uberlândia, em 1933.

Ingressou, a seguir, no magistério oficial, no qual se aposentou como professor de

Psicologia Educacional da Escola Normal Oficial Olegário Maciel, de Januária.

Pertenceu ao PRM.

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 28 set. 1965, Diário da Assembléia. p. 6./ TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central*, Uberlândia, Uberlândia Gráfica Editora, 1970.

FERREIRA, Dnar Mendes

Político, advogado e professor, nasceu na fazenda Cascalho, no Distrito de Tabuleiro, Município de Pomba (hoje Rio Pomba), MG, a 26 de junho de 1910. Filho do político municipal, fazendeiro e jornalista Alcebíades Mendes Ferreira e de Anália Homem Mendes. Casado com Cléia Cerqueira Mendes.

Fez os estudos secundários no Ginásio São José, de Pomba, e na Academia de Comércio de Juiz de Fora, MG, e o curso superior na FDUMG, pela qual se bacharelou em 1931.

Exercendo a advocacia em Pomba, no pleito suplementar de abril de 1947 elegeu-se Deputado Estadual para a 1ª Legislatura (1947-1951). Seguidamente reeleito da 2ª à 4ª Legislaturas (1951-1963), na Assembléia foi Líder da Maioria e da UDN (1956), 1º-Vice-Presidente da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio (1947-1949) e membro efetivo da comissão especial para dar parecer sobre as contas do Governador (1948) e das Comissões de Agricultura, Indústria e Comércio (1950), de Constituição, Legislação e Justiça (1951-1952; 1954-1955; 1957), de Divisão Administrativa e Judiciária (1953), de Reforma da Lei de Organização Judiciária, de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1959) e de Pecuária (1960).

Deputado Federal na 5ª e 6ª Legislaturas (1963-1971), na Câmara fez parte das Comissões de Orçamento, de Constituição e Justiça e de Redação.

Foi, ainda, Inspetor Federal de Ensino e professor de Direito Constitucional e de Finanças na Faculdade de Direito da UCMG.

Desde 1979 ocupa a Vice-Presidência do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A.

Publicou um estudo jurídico sobre o homicídio e a eutanásia.

Pertenceu à UDN e à Arena.

Atuou na política seu sobrinho Narcélio Mendes Ferreira*.

FONTES: *Correio Brasiliense*. Brasília, 30 ago. 1964. p. 3./*Deputados Brasileiros*; repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 5ª Legislatura (1963-7). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados. 1966; 6ª Legislatura (1967-71). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1968./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino./*Ficha biográfica*. Informante: Prefeitura Municipal de Taboleiro/Geraldo Cândido de Paiva. CEM/UFMG./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 25 abr. 1979. p. 3.

FERREIRA, Edelberto de Lélis

Político e médico, nasceu na paróquia de Santana de Ferros, Província de Minas Gerais (atual cidade de Ferros), a 5 de fevereiro de 1868, e faleceu na fazenda do Alegre, no Município de Timóteo, MG, a 15 de janeiro de 1969. Filho do Major da Guarda Nacional Camilo de Lélis Ferreira e de Delfina Maria Coelho Ferreira. Casado com Maria Leocádia Santiago Ferreira.

Diplomou-se pela FMRJ em 1889.

Fixando residência em São Domingos do Prata, MG, no ano de 1900, ali clinicou por mais de 50 anos e dirigiu o Hospital Nossa Senhora das Dores. Muito dedicado à profissão, viajava grandes distâncias a cavalo para atender doentes nos vizinhos Municípios de Santa Bárbara, São Miguel do Piracicaba, Itabira, Antônio Dias e Mesquita.

Foi Presidente da Câmara e, de 1922 a 1936, Prefeito Municipal de São Domingos do Prata.

Exerceu o mandato de Deputado Estadual na 9ª Legislatura (1923-1926). Em 1945, fundou o diretório local do PSD, a que presidiu por muitos anos. Era de novo Presidente da Câmara Municipal quando, com a implantação do regime estadonovista, encerrou a carreira política.

Pertenceu ao PRM e ao PSD.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 4 fev. 1968. p. 14./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 15 mar. 1968, Diário da Assembléia. p. 3; 6 mar. 1969, Diário da Assembléia. p. 1.

FERREIRA, Eugênio de Paula

Magistrado mineiro, nasceu no ano de 1846 e faleceu em Fama, então Distrito de Alfenas, MG, a 22 de junho de 1916. Casado com Iná Ferreira.

Depois de exercer a Magistratura em várias comarcas do interior do Estado, a última tendo sido a de Rio Novo, foi promovido para Belo Horizonte como Desembargador do Tribunal da Relação.

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 23 jun. 1916. p. 6./*Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais*, Secretaria. Ficha funcional.

FERREIRA, Guilherme de Oliveira

Político mineiro, foi Deputado Estadual Constituinte de 1935 e na 1ª Legislatura (1935-1937), durante a qual fez parte da Comissão de Viação e Obras Públicas.

Pertenceu ao Partido Progressista.

FONTES: *Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais*. Comissões Parlamentares./ *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial. 27:40, dez. 1976.

FERREIRA, Joaquim Gonçalves

Político mineiro, elegeu-se Deputado Estadual em 30 de maio de 1892 para o restante da 1ª Legislatura (1891-1895).

FONTE: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, Imprensa Oficial, 1:91, jan./mar. 1896.

FERREIRA, José de Castro

Político, advogado e funcionário público, nasceu em Carmo do Rio Claro, MG, a 17 de julho de 1934. Filho de Geraldo Ferreira e de Odete de Castro Ferreira. Casado com Dirce Maria Vilela Vieira.

Fez os estudos secundários no Ginásio Municipal Cônego Leopoldo, em sua terra natal, e no Colégio Afonso Arinos de Belo Horizonte, MG. Iniciou o curso superior na Faculdade de Direito de Juiz de Fora, MG, e concluiu-o na UFMG, tendo-se bacharelado em 1959.

Eleito suplente de Deputado Estadual para a 5ª Legislatura (1963-1967), exerceu o mandato em diversos períodos, durante os quais desempenhou os cargos de Presidente da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (1965) e de Líder do PTB e do MDB.

Em Juiz de Fora, onde advoga, foi funcionário do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Pertenceu ao PTB e ao MDB e presentemente está filiado ao PMDB.

FONTES: *Anais da Assembléia Legislativa, 1966*. Belo Horizonte. Diretoria dos Serviços Legislativos, s.d., v. 1; Belo Horizonte, Diretoria dos Serviços Legislativos. 5:494, s.d./ *Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

FERREIRA, Júlio Otaviano

Magistrado, advogado e Comandante-Geral da Brigada Policial, nasceu em Campanha, Província de Minas Gerais, a 18 de setembro de 1875, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 17 de setembro de 1936. Filho do Coronel da Guarda Nacional Joaquim Otaviano Ferreira e de Francisca Cesariana de Paiva Ferreira. Casado com Júlia de Resende Ferreira.

Fez os estudos preparatórios em Ouro Preto, MG, e bacharelou-se pela FLDMG em 1901.

Advogou em sua terra natal até que, em 1903, foi nomeado Promotor de Justiça de Monte Santo, MG (hoje Monte Santo de Minas), onde permaneceu três anos. Ingressando, em seguida, na Magistratura mineira, foi Juiz Municipal dos Termos de Ouro Fino e de Cristina e Juiz de Direito das Comarcas de Carangola e de Cristina.

De 1918 a 1922, exerceu as funções de Comandante-Geral da Brigada Policial de Minas Gerais. Em 12 de novembro de 1922 o Presidente Raul Soares de Moura* nomeou-o Procurador Geral do Estado.

Em outubro de 1924 foi nomeado Juiz Federal da 2ª Vara em Minas Gerais, cargo em que se aposentou.

FONTES: *Almanaque dos delegados de carreira*. s. l., s. ed., 1975./*Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Campanha/Manoel Alves Valladão, membro do Instituto Histórico de Campanha. CEM/UFMG./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 7 set. 1918. p. 3; 18 set. 1936. pp. 16-7; 24 set. 1936, Diário da Assembléia. p. 2; 25 set. 1926, Diário da Assembléia, pp. 1-2./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1926.

FERREIRA, Luís de Paula

Político, empresário, advogado e professor, nasceu em Várzea da Palma, então Distrito de Pirapora, MG, a 27 de junho de 1917. Filho do tropeiro e comerciante Joaquim de Paula Ferreira e de Emília Xavier de Mendonça de Paula. Casado com Isabel Rebelo de Paula.

Fez os cursos secundário e de contador em Montes Claros, MG, e bacharelou-se pela Faculdade Fluminense de Direito, de Niterói, RJ, em 1952.

Radicado em Montes Claros, elegeu-se Vice-Prefeito para o período de 1962 a 1966.

Depois de exercer o mandato de Deputado Federal na 6ª Legislatura (1967-1971), não mais militou na política partidária.

Como empresário, fundou e dirigiu a Frigoríficos Norte de Minas S.A. - Frigonorte -, a Algodoeira Luís de Paula S.A., a Companhia Regional de Veículos e Acessórios - Crevac -, Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas - e a Companhia Telefônica de Montes Claros.

Também organizou a Fundação Educacional Luís de Paula - FELP -, pioneira do ensino superior no Norte do Estado, e lecionou, em estabelecimentos de Montes Claros, as disciplinas Contabilidade, Técnica Comercial, Publicidade e Propaganda.

Em 1965-1966 foi Governador do Distrito 458 (Minas Gerais) do Rotary International.

É fazendeiro nos Municípios de Montes Claros e Monte Azul, MG.

Pertenceu ao PSD e à Arena.

FONTES: *Dados Biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Montes Claros/ Hermes Augusto de Paula, CEM/UFMG./ *Deputados brasileiros*; repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados, 6ª Legislatura (1967-71). Rio de Janeiro, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1968./ FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./PAULA Hermes de. *Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes*. Rio de Janeiro, IBGE, 1957./VIANA, Nélson. *Efemérides montesclarenses 1707-1962*. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1964.

FERREIRA, Maria Elvira Sales

Política, empresária, professora, jornalista, profissional de relações públicas e radialista, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 30 de junho de 1950. Filha do empresário Newton de Paiva Ferreira e de Maria de Sales Ferreira. Casada com Inácio Gabriel Prata Neto.

Concluiu seus estudos secundários no Colégio Isabela Hendrix, BH, em 1969, e bacharelou-se em Letras pela Universidade Católica de Minas Gerais (1973) e em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (1978). Em 1982, fez pós-graduação em Comunicação Empresarial e Governamental pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belo Horizonte.

Foi professora de Língua Inglesa, no Colégio Anchieta (1971), e de Profissiografia das Relações Públicas, no Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira, onde também coordenou o curso de Comunicação Social. Na Associação Brasileira de Relações Públicas - Seção Minas Gerais - ABRP-MG -, foi Diretora Social, 1a. Vice-Presidente e, por duas vezes, Presidente. Fundou e presidiu a Comissão Especial da Mulher Executiva - Cemex - (hoje Conselho da Mulher Empresária) e esteve à frente da diretoria de relações públicas da Associação Cristã Feminina. Foi também diretora convidada e, posteriormente, eleita da Associação Cristã de Moços. Manteve um programa de rádio - "Elvira Escuta" - na Rádio FM Mulher e uma coluna de Relações Públicas, semanal, no *Diário do Comércio*, e mensal, no *The Brazilians* (editado em Nova Iorque). Sócia das empresas do Grupo Paiva Ferreira. Diretora da Associação Comercial de Minas por três mandatos. Foi ainda Vice-Presidente da Metrobel.

Em 1985, o Presidente José Sarney nomeou-a para o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Integrou a comissão organizadora do Congresso de criação da Federação Mineira de Mulheres, da qual é 1ª-Vice-Presidente. Também participou da criação da Confederação das Mulheres do Brasil, entidade da qual foi eleita Vice-Presidente, em 1988.

Foi eleita Deputada Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991), pelo PMDB. Na Assembléia Legislativa, foi Vice-Líder do Governo, Vice-Diretora Financeira do Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais, Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Turismo e Lazer, membro efetivo das Comissões de Educação e de Orçamento e Finanças, e suplente das Comissões de Economia, Redação e Turismo e de Assuntos Municipais. Em 1990, foi reeleita para a 12ª Legislatura (1991-1995), sendo membro efetivo da Comissão de Defesa do Consumidor e suplente da Comissão de Meio Ambiente.

Fez uma série de cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão; participou de inúmeros congressos e seminários em nível nacional e internacional; proferiu várias palestras e conferências e recebeu diversos prêmios e distinções.

Filiada ao PMDB.

Atuaram na política seus tios-bisavós Francisco Antônio de Sales* e Pedro Sales*.

FONTE: Dados informados pela própria biografada./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

FERREIRA, Narcélio Mendes

Político, magistrado, advogado e professor, nasceu em Mercês, MG, a 6 de julho de 1941. Filho do político Osvaldo Mendes Ferreira e de Olívia de Castro Mendes.

Fez o curso secundário no Colégio do Caraça, MG, no Colégio Estadual Professor José Borges de Morais, em Rio Pomba, MG, e no Colégio Lúcio dos Santos, em Belo Horizonte, MG, e o superior na Faculdade de Direito da Universidade de Juiz de Fora, MG, pela qual se bacharelou em 1964.

Professor de ensino médio em Rio Pomba de 1962 a 1964 e de 1966 a 1968, em 1965 foi instrutor na Universidade de Brasília, DF, durante o curso de pós-graduação que ali fazia.

Exerceu a advocacia em Rio Pomba de 1966 a 1968. Ingressando na Magistratura mineira, em 1968, como Juiz de Direito, serviu nas Comarcas de Malacacheta e de Carlos Chagas, tendo-se exonerado no início de 1970 para disputar uma cadeira de Deputado Estadual.

Seguidamente eleito da 7ª à 10ª Legislaturas (1971-1987), na Assembléia ocupou os cargos de 1º-Secretário da Comissão Executiva (1979-1980), Líder do PDS (1984), Vice-Líder do Governo e da Arena (1973-1975), Presidente (1983-1984) e membro (1981-1982) da Comissão de Redação, Presidente (1975) e membro (1972) da Comissão de Constituição e Justiça, Vice-Presidente da Comissão da Constituição, Legislação e Justiça (1971; 1983-1984) e membro das comissões de Redação (1971-1972), de Assuntos Municipais e Planejamentos Regionais (1973-1974), de Finanças e Orçamento (1973-1974), de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas (1975) e de Economia e Obras Públicas (1981-1982).

Pertenceu à Arena e, em seguida, filiou-se ao PDS.

Além de seu pai, que foi Vereador por Rio Pomba, atuou na política seu tio Dnar Mendes Ferreira*.

FONTES: *Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais*, Arquivo. Ficha biográfica./ *Deputados estaduais de Minas Gerais à 8ª Legislatura (1975-9)*. Ficha biográfica. Convênio APM/UCMG. Coordenador: Caio C. Boschi./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 14 jan. 1971. p. 3./*Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

FERREIRA, Newton Faria

Oficial do Exército, nasceu em Minas Gerais, a 15 de janeiro de 1915. Filho de Pompílio Ferreira e de Maria do Carmo Ferreira. Casado com Alice Fonseca Ferreira.

Pelo Regulamento de 1929, fez o curso de Engenharia Militar, tendo ingressado no Exército em 1º de abril de 1932. Fez, em sua carreira militar, os cursos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais - ESAO -, da Escola de Estado-Maior e os cursos Superior de Guerra e de Informações da Escola Superior de Guerra, obtendo no último a titulação de "honoris causa", concedida pela mesma escola.

A Segunda Guerra Mundial levou-o, na condição de Capitão, a servir, como estagiário, no Exército dos EUA, adido ao Estado-Maior do Exército (1942). Esteve na Itália (1944-1945) servindo no Depósito de Pessoal e no 9º Batalhão de Engenharia da Força Expedicionária Brasileira. Foi instrutor-chefe do Departamento de Engenharia da Escola de Instrução Especializada (1946-1948), instrutor-estagiário do Curso de Estado-Maior e Serviços, e chefiou o curso de Comunicações da Escola de Estado Maior (1951-1955). Ocupou a chefia da 2ª Seção da Divisão de Planejamento e Coordenação da Diretoria-Geral de Engenharia (1955) e da 1ª Divisão da Diretoria de Engenharia (1955-1956). Chefiou, cumulativamente, a 1ª Divisão e o Gabinete da Diretoria de Material de Engenharia (1956-1958).

Como Oficial superior, foi Chefe do Estado-Maior Regional da 5ª RM e da 5ª DI (1958-1959); Comandante do 2º Batalhão Ferroviário; Chefe da Comissão Construtora da Estrada de Ferro Mafra-Barra do Jacaré (1959-1961); Chefe do Gabinete da Diretoria-Geral de Engenharia e Comunicações (1962-1963); Chefe das Divisões Executivas, do Departamento de Estudo e da Divisão de Assuntos de Informações e Contra-Informações da Escola Superior de Guerra (1965); Chefe da 2ª Seção e 2º Subchefe do Estado-Maior do Exército (1965-1967).

Promovido a Oficial-General, exerceu as funções de 2º- Subchefe do Departamento de Provisão Geral (1967-1969), Subchefe do Estado-Maior das Forças Armadas (1970-1971), Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (1971-1972), Diretor de Comunicações (1972), Comandante da 3ª Região Militar e Vice-Chefe do Departamento Geral do Pessoal (1976) e membro da delegação brasileira na Comissão Militar Mista Brasil-EUA, como representante do Estado-Maior do Exército.

Recebeu várias condecorações, entre as quais as Comendas do Mérito Naval e Aeronáutico, a Medalha de Campanha, a Medalha do Pacificador, a Medalha Marechal Hermes, a Ordem do Mérito Militar, no grau de Grande Oficial, as Medalhas do Mérito Tamandaré e do Mérito Santos Dumont e a Ordem do Rio Branco, no grau de Grande Oficial.

FONTE: Dados biográficos. Informante: Ministério do Exército. Departamento de Comunicação Social.

FERREIRA, Otávio Xavier

Político mineiro, nasceu em Sete Lagoas, MG, a 20 de novembro de 1908. Filho de Joaquim Cândido Ferreira.

Bacharelou-se pela FDUMG em 1933 e em 1935 elegeu-se Deputado Estadual classista para a 1ª Legislatura (1935-1937).

FONTE: *Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

FERREIRA, Péricles ver ANJOS, Péricles Ferreira dos

FERREIRA, Roberto Vital

Político e médico, nasceu em Ituiutaba, MG, a 7 de novembro de 1949. Filho de Arsênio Vital Ferreira e de Ângela Giocona Ferreira. Casado com a psicóloga e empresária Vânia Márcia Silva Ferreira.

Concluiu os estudos secundários no Colégio Batista Mineiro, de Belo Horizonte, em 1969, e graduou-se em Medicina pela Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, na mesma cidade, em 1979.

Em 1982 foi eleito Vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte, presidindo-a no período de 1985-1986. Foi ainda Presidente da Comissão de Saúde (1983-1986) e do Conselho Fiscal do Hospital Municipal Odilon Behrens (1984-1986).

Em 1986, foi eleito Deputado Federal Constituinte e para o período de 1987 a 1991, pelo PMDB. Na Câmara dos Deputados, foi titular da Comissão de Transportes, da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e de Comunicação e da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, suplente das Comissões de Educação, Cultura, Esporte e Turismo e da Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente e de Ordem Social.

Filiado ao PMDB, pertenceu ao MDB e ao PP (Partido Popular).

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG./ BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Assembléia Nacional Constituinte - 1987:* repertório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. 2. ed. Brasília, 1989. p.739.

FERREIRA, Rodolfo Custódio

Político e advogado, nasceu na freguesia de Conceição do Rio Novo, Província de Minas Gerais (hoje cidade de Rio Novo), a 16 de junho de 1860, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 30 de setembro de 1934. Filho de José Custódio Ferreira e de Eufrosina Custódio Ferreira. Casado com Augusta Ferreira.

Fez os preparatórios em Ouro Preto e os cursos de Ciências Jurídicas e Sociais na FDSP, pela qual se bacharelou em 1886.

Exercendo a advocacia em sua terra natal, por vários anos, a partir de 1893, desempenhou o mandato de Vereador e Presidente da Câmara Municipal.

Em 1902 elegeu-se Senador Estadual para o restante da 3ª Legislatura (1899-1902), na vaga de Francisco Luís da Veiga*.

Deputado Federal na 6ª Legislatura (1906-1908), renunciou em 1908, ao ser nomeado Diretor da Secretaria da Câmara dos Deputados, cargo em que se aposentou.

Pertenceu ao PRM.

FONTES: ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congresso da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917*. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito*. Arquivo./RESENDE e SILVA, Arthur Vieira de. *Genealogia mineira*. s. 1., s. ed., 1937.

FERREIRA, Rubens Xavier

Desembargador, nasceu em Piranga, MG, a 11 de setembro de 1931. Filho de João Laureano Ferreira e de Conceição Xavier Ferreira. Casado com Elga Alves Ferreira.

Concluiu os estudos secundários no Colégio Afonso Arinos, Belo Horizonte, em 1950, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1955, e em Filosofia, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Passos, em 1968.

Iniciou sua carreira pública em 1956, como Adjunto de Promotor de Justiça em Itanhomi, MG, sendo transferido, no mesmo ano, para Monte Belo, MG, como Promotor de Justiça, função que exerceu até 1960, quando foi nomeado Juiz de Direito daquela cidade. Ocupou o mesmo cargo nos municípios mineiros de Jacuí (1965), Muzambinho (1967) e Passos (1968), cidade onde foi Diretor do Foro (1968-1977). Em 1977, foi promovido, por merecimento, para a 2ª Vara de Menores da Capital, tendo sido removido, ainda nesse ano, a pedido, para a 7ª Vara Cível de Belo Horizonte e, em 1978, para a 2ª Vara da Fazenda Pública. Foi Juiz Eleitoral entre 1977 e 1981, tendo sido eleito, neste último ano, Juiz efetivo do egrégio Tribunal Regional Eleitoral, no qual foi também Presidente da Comissão de Cargos (1982) e membro da Comissão de Apuração das Eleições de 1982. Em todas as comarcas por onde passou, exerceu o múnus de Juiz Eleitoral e de Juiz de Menores.

Foi professor de Política e de Estudos de Problemas Brasileiros, na Faculdade de Filosofia de Passos (1973-1977), e de Direito Tributário e de Teoria Geral do Direito, na Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas de São Sebastião do Paraíso (1973-1977).

Foi membro efetivo do Instituto dos Advogados do Brasil, Seção de Minas Gerais, classe de juristas.

Proferiu diversas palestras e conferências.

Em 20 de março de 1988 foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais pelo Governador Newton Cardoso*.

FONTE: Dados biográficos informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

FERREIRA, Teófilo Marques

Político e Coronel da Guarda Nacional, nasceu em Fidalgo, então Distrito de Santa Luzia, Província de Minas Gerais, e faleceu em Sete Lagoas, MG, a 8 de dezembro de 1910. Filho de João Marques e de Luzia Marques. Casado com Rita Dinis Marques.

Começou a carreira política em Sete Lagoas, onde foi Vereador e Agente Executivo Municipal.

Exerceu, depois, o mandato de Deputado Estadual na 2ª Legislatura (1895-1898).

Pertenceu ao PRM.

Foi também Superintendente da Companhia de Fiação de Tecidos Cedro e Cachoeira S.A.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Sete Lagoas/Isis da Silva Oliveira. CEM/UFMG.

FERREIRA FILHO, José Augusto

Político, advogado, industrial e fazendeiro, nasceu em Caeté, MG, a 28 de novembro de 1913. Filho do advogado provisionado José Augusto Ferreira e de Maria de Barros Ferreira. Casado com Aurete Amore Ferreira.

Fez o curso secundário no Colégio Arnaldo de Belo Horizonte e bacharelou-se pela FDUMG em 1937.

Como universitário, foi um dos fundadores do Clube de Estudos Jurídicos, que instituiu, para treinamento profissional dos estudantes, o júri simulado e um curso de prática judiciária, e trabalhou na revisão do jornal *Estado de Minas*.

Chefe de Expediente da Fiemg no início da entidade, organizou diversos sindicatos patronais. No cargo de Assistente Técnico, integrou o Serviço Estadual do Trabalho, órgão da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio.

Iniciou a carreira política como Prefeito nomeado de Espera Feliz, MG (março 1939-agosto de 1941), e de Caratinga, MG (setembro de 1941-outubro de 1945).

Deputado à Constituinte Estadual, de cujo regimento interno foi um dos redatores, e da 1ª à 5ª Legislaturas (1947-1967), desempenhou os cargos de Presidente da Comissão Executiva (1956-1960), da Comissão de Educação e Cultura (1951) e da comissão encarregada da construção do prédio da Assembléia (1959), Vice-Presidente da Comissão de Viação e Obras Públicas (1947), Líder da Maioria e membro das Comissões de Assuntos Municipais e Interestaduais (1948-1949), de Leis Complementares à Constituição (1949), de Estudos sobre Transportes (1947) e de Exame das Contas do Governador (1948).

Esteve licenciado de 11 de abril de 1955 a 31 de janeiro de 1956 para exercer as funções de Secretário Estadual da Viação e Obras Públicas do Governo Clóvis Salgado da Gama*. Em abril de 1961 renunciou ao mandato, ao ser nomeado Ministro (Conselheiro) do Tribunal de Contas do Estado, cargo em que viria a aposentar-se.

Em 1966, na primeira experiência de integração arenista, elegeu-se suplente de Senador na chapa encabeçada por Mílton Soares Campos*. Durante a gestão de Israel Pinheiro da Silva* (1966-1971), foi Assessor do Governador, Presidente da Ciurbe e membro do Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais

S.A. No Governo seguinte, de Rondon Pacheco*, presidiu ao Conselho Administrativo do Banco do Estado de Minas Gerais S.A.

Assumindo a cadeira de Senador em 4 de abril de 1972, por morte do titular, participou das Comissões de Constituição e Justiça, do Distrito Federal e de Redação, e foi suplente da Mesa Diretora do Senado e da Comissão de Economia. Concorreu à reeleição no pleito de 15 de novembro de 1974, mas foi derrotado pelo candidato do MDB, Itamar Augusto Cautiero Franco*.

Escolhido por assembléia geral de acionistas, em 29 de outubro de 1976 assumiu a diretoria administrativa da Aços Minas Gerais S.A. - Açominas. É, ainda, pequeno industrial, agricultor e criador de gado no Município de Bom Jesus do Galho, MG.

Pertenceu ao PSP e à Arena; em 31 de dezembro de 1980 estava filiado ao PDS.

ALEMG

José Augusto Ferreira Filho

FONTES: *Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais*. Arquivo. Ficha biográfica./ *Dados biográficos*. Informante: José Augusto Ferreira Filho. CEM/UFMG./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 13 ago. 1974. p. 3./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 15 abr. 1955. p. 11./*Subsecretaria do Arquivo do Senado Federal*. Arquivo histórico. Brasília.

FIGUEIREDO, Augusto Batista de

Político e médico, nasceu em Altinópolis, SP, a 18 de abril de 1907, e faleceu no ano de 1971. Filho de João Batista de Figueiredo e de Nazinha Estefânia de Figueiredo.

Formado em Medicina, passou a clinicar em São Sebastião do Paraíso, MG.

Suplente de Deputado Estadual na 1ª Legislatura (1947-1951), exerceu o mandato em diversos períodos. Eleito Deputado efetivo para a 2ª e 3ª Legislaturas (1951-1959), na Assembléia foi Presidente (1952-1953) e membro efetivo (1954; 1956) da Comissão de Educação e Cultura, Presidente (1953) e membro efetivo (1958) da Comissão de Serviço Público Civil, Presidente da Comissão de Trabalho e Ordem Social (1955) e membro efetivo da Comissão de Energia e Transportes (1951-1954).

Pertenceu ao PSD.

FONTE: *Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

FIGUEIREDO, Bernardino de Sena

Político, farmacêutico, promotor, industrial e professor, nasceu em Catas Altas da Noruega, Município de Queluz, Província de Minas Gerais (hoje Conselheiro Lafaiete), a 20 de maio de 1870, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 24 de dezembro de 1929. Filho do Coronel da Guarda Nacional Joaquim de Figueiredo e de Maria José de Figueiredo. Casado com Josina Couto Figueiredo.

Iniciou os estudos no Seminário de Mariana e, em seguida, em Ouro Preto, fez os preparatórios e cursou a Escola de Farmácia, onde colou grau em 1892 e lecionou a seguir.

Em Alto do Rio Doce, MG, exerceu, posteriormente, a profissão de farmacêutico e o cargo de Promotor Público, e iniciou-se na política como Vereador e Agente Executivo Municipal.

Deputado Estadual da 4ª à 6ª Legislaturas (1903-1914), fez parte da Comissão de Finanças e foi Líder do Governo Francisco Antônio de Sales*.

Ascendeu depois à Câmara Federal na 9ª e 10ª Legislaturas (1915-1920).

Sempre militou no PRM.

No Ginásio Mineiro lecionou Física e Química, primeiro no internato, em Barbacena, MG, e depois no externato, em Belo Horizonte.

Figurou entre os fundadores da Caixa Beneficente dos Funcionários Públicos do Estado, hoje Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais.

FONTES: *Diário do Congresso - Senado Mineiro*; atas da 4ª Sessão da 10ª Legislatura (1927-30), 4ª Sessão Ordinária, aos 13 de agosto de 1930. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1930./ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917*. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 2./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 26-27 dez. 1929; 28 dez. 1929. p. 3; 23 maio 1970, p. 3./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

FIGUEIREDO, Diogo de Oliveira

Oficial do Exército, nasceu em Juiz de Fora, MG, a 1° de fevereiro de 1926. Filho de Euclides de Oliveira Figueiredo e de Vicentina Silva de Oliveira Figueiredo. Casado com Eliana Abreu de Oliveira Figueiredo.

Iniciou a carreira militar em março de 1943 no curso de Regulamento de Cavalaria (1940-1943-1945). Em seguida, fez cursos na Escola de Equitação do Exército (1949), Escola de Instrução Especializada (Guerra Química), em 1946, Escola de Aperfeiçoamento de Oficial (1954), Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (1957-1959) e na Escola Superior de Guerra (1973).

Oficial da Arma de Cavalaria, foi promovido a General-de-Brigada em 31 de março de 1977, a General-de-Divisão em 25 de novembro de 1981 e a General-de-Exército em 31 de julho de 1986.

Serviu como Oficial subalterno no Regimento-Escola de Cavalaria (1945-1947-1950). Foi instrutor do curso de Cavalaria da Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN (1948), da Escola de Equitação do Exército (1951-1953), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1955-1956) e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (1960-1962).

Exerceu os cargos de adjunto e de chefe de seção do Estado-Maior da 2ª RM (1963), adjunto da 4ª Seção do Estado-Maior do Exército (1964-1967), e da DPCC da Escola Superior de Guerra (1973). No exterior, foi subchefe da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (1967-1969). Exerceu ainda o comando do Regimento-Escola de Cavalaria (1971-1973) e as Chefias de Gabinete da Diretoria de Remonta (1969-1970) e da DPCC da Escola Superior de Guerra (1974-1977).

Como Oficial-General, foi Comandante da 2ª Brigada Cav. Mec. (1977-1979), Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - Eceme (1979-1982), da 3ª Divisão de Exército (1982-1983), da 1ª Divisão de Exército (1983-1985), como os comandos mais destacáveis. Encontra-se atualmente na reserva.

Recebeu várias condecorações, entre elas a Ordem do Mérito Naval, Militar e Aeronáutico, no grau de Grande Oficial, a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco, a Medalha Marechal Hermes, a Medalha do Pacificador, a medalha por 40 anos de bons serviços, as Medalhas do Mérito Tamandaré e Mérito Santos Dumont, a Ordem do Mérito Militar, no grau de Grande Oficial, e a Medalha Honorífica-Cavalaria, sendo as duas últimas do Paraguai.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Ministério do Exército. Centro de Comunicação Social./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

FIGUEIREDO, Domingos Marcelino dos Reis

Político, promotor, advogado e fazendeiro, nasceu na paróquia de Cachoeira do Carmo, Município de Lavras, Província de Minas Gerais (atual cidade de Carmo da Cachoeira), a 1° de agosto de 1873. Filho do Coronel da Guarda Nacional João Urbano de Figueiredo e de Inocência dos Reis Figueiredo.

Fez os estudos secundários nos Colégios São Luís Gonzaga, em Itu, SP, e Moretzsohn, na Capital de São Paulo, e o curso superior na FDSP e na FLDMG, tendo-se bacharelado por esta em 1894.

Logo depois de formado, por três anos exerceu a Promotoria Pública em Três Pontas, MG, onde, em seguida, dedicou-se à advocacia e à agricultura.

Foi Deputado Federal na 9ª Legislatura (1915-1917).

Pertenceu ao PRM.

FONTES: ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917*. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 2./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

FIGUEIREDO, Heli Duarte de

Político e advogado, nasceu em Santa Bárbara, MG, a 8 de abril de 1914. Filho de José Acácio Figueiredo e de Maria Duarte Figueiredo. Casado com Almira Alcici Figueiredo.

Concluído o curso secundário no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, MG, iniciou estudos superiores na Escola de Engenharia da UMG e, em seguida, fez o bacharelado na FDUMG, pela qual se diplomou em 1949.

Exercendo a advocacia em Belo Horizonte, elegeu-se Deputado Estadual para a 2ª Legislatura (1951-1955), durante a qual foi Secretário da Comissão Executiva da Assembléia (1951) e Presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Interestaduais (1952-1954), da Comissão Especial para Revisão da Lei de Organização Municipal (1953), e da Comissão Especial de Divisão Administrativa e Judiciária (1953).

Desempenhou, ainda, o cargo de Técnico do Departamento de Assistência aos Municípios da Secretaria do Interior e Justiça.

Pertenceu ao PRP.

Atuaram na política mineira seu cunhado Jorge Alcici, que foi Prefeito de Lagoa Santa, e seu irmão Darci Duarte Figueiredo, ex-Prefeito de Rio Piracicaba.

FONTE: *Ficha biográfica*. Informante: Heli Duarte Figueiredo. CEM/UFMG.

FIGUEIREDO, Jaci de

Político e advogado, nasceu em Três Pontas, MG, a 10 de setembro de 1901. Filho de Domingos de Figueiredo e de Ambrosina de Paiva Figueiredo.

Diplomado pela FDRJ em 1925, advogou em Varginha, MG, onde exerceu o cargo de Prefeito em 1936 e 1937 e de 1966 a 1970.

Foi Deputado Federal Constituinte e na 1ª Legislatura (1946-1951).

Pertenceu ao PR e à Arena.

Atuou na política seu tio Domingos Ribeiro de Resende*.

FONTES: FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./SILVA, Gastão Pereira da. *Constituinte de 1946;* dados biográficos. Rio de Janeiro, s. ed., 1947./*Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

FIGUEIREDO, João Antônio Lopes de

Político e médico, nasceu na paróquia de Nossa Senhora da Penha do Rio Vermelho, Município de Serro, Província de Minas Gerais (hoje cidade de Rio Vermelho), a 28 de agosto de 1853, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 5 de novembro de 1924. Casado com Virgínia da Mota Machado de Figueiredo.

Diplomado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, clinicou durante muitos anos nos Municípios mineiros de Serro e Diamantina.

Fez parte do clube abolicionista desta última cidade, onde também exerceu os cargos de Vereador, Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal.

Seguidamente eleito Deputado Estadual da 5ª à 9ª Legislaturas (1907-1926), faleceu no exercício do último mandato.

Pertenceu ao PRM.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 28 ago. 1921. p. 3; 6 nov. 1924. p. 2./*Minas Gerais*. Belo Horizonte, 6 nov. 1924. p. 9.

FIGUEIREDO, João Carlos de Andrade

Oficial da Aeronáutica e médico, nasceu em Minas Gerais, a 23 de junho de 1937. Filho de Arnulfo Nogueira de Figueiredo e de Rita Alves de Andrade Nogueira. Casado com Marina Sena Vale de Figueiredo.

Diplomou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais e fez o curso de Medicina do Trabalho na Universidade Federal do Paraná.

Ingressou na Aeronáutica a 8 de março de 1965, data em que foi nomeado Segundo-Tenente. Foi promovido a Primeiro-Tenente (1965), Capitão (1969), Major (1973), Tenente-Coronel (1980), Coronel (1984) e Brigadeiro (1991).

Exerceu o cargo de Chefe da Clínica Pediátrica da Divisão de Saúde do Parque de Aeronáutica de Lagoa Santa, MG; comandou a Esquadrilha de Saúde do Destacamento da Base Aérea de Belo Horizonte, e chefiou a Divisão de Saúde do Núcleo de Comando de Formação e Aperfeiçoamento, também em Belo Horizonte. Em Curitiba, foi Chefe da Divisão de Saúde da Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda. Chefiou a Clínica Pediátrica do Hospital e a Seção de Saúde da Quarta Subchefia do Estado-Maior das Forças Armadas, além de comandar o Esquadrão de Saúde da Base Aérea de Brasília.

Ocupou o cargo de Secretário da Comissão Permanente dos Serviços de Saúde da Marinha, Exército e Aeronáutica - EMFA - tendo representado esse órgão junto à Consultoria Técnica do Programa Nacional do Sangue e Hemoderivados, lançado pelo Ministério da Saúde; participou do Grupo de Trabalho para o Projeto Impacto de Combate à Malária, também do Ministério da Saúde; atuou como Consultor Técnico da Comissão de Alimentação das Forças Armadas e presidiu à Comissão de Implantação do Hospital de Aeronáutica de Brasília. Tornou-se Chefe do Serviço Regional de Saúde do VI Comando Aéreo - Comar - e Vice-Chefe do Núcleo do Hospital de Força Aérea de Brasília. Dirigiu o Hospital de Aeronáutica de São Paulo e o Centro de Medicina Aeroespacial.

Recebeu inúmeras condecorações no Estado de Minas Gerais, do Estado-Maior das

Forças Armadas - EMFA -, dos Ministérios do Exército e da Aeronáutica, dentre as quais se destacam as Medalhas do Mérito Santos Dumont, do Pacificador, da Ordem do Mérito das Forças Armadas e da Ordem do Mérito Aeronáutico.

FONTE: Ministério da Aeronáutica: Centro de Comunicação Social./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

FIGUEIREDO, José Soares de

Político e médico, nasceu na vila de São Manuel (hoje cidade de Eugenópolis), MG, a 18 de abril de 1906. Filho de Camilo Soares de Figueiredo e de Amélia Fecundo Figueiredo.

Deputado Estadual efetivo na 2ª Legislatura (1951-1955), na 3ª (1955-1959) elegeu-se suplente, mas exerceu o mandato de abril de 1955 a julho de 1958. Na 4ª Legislatura (1959-1963), voltou à Assembléia como Deputado efetivo. Fez parte das Comissões de Trabalho e Ordem Social (1951-1954), de Energia e Transportes (1953-1954), de Agricultura, Indústria e Comércio (1957-1958), de Saúde Pública (1959; 1962), de Assuntos Municipais e Interestaduais (1960) e de Segurança Pública (1961).

Pertenceu ao PSD.

FONTE: *Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

FIGUEIREDO, Targino Raimundo de

Político e dentista, nasceu em Alma (hoje Anguereta), Distrito de Curvelo, MG, a 4 de janeiro de 1930. Filho de João da Silva Alves e de Maria da Conceição Figueiredo.

Foi Deputado Estadual na 6ª Legislatura (1967-1971), durante a qual exerceu os cargos de 3º-Secretário da Comissão Executiva da Assembléia (1970), Vice-Presidente (1967) e membro (1968-1969) da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, e membro das Comissões de Trabalho e Ordem Social (1968-1969) e de Siderurgia e Mineração (1969).

Pertenceu ao MDB.

FONTE: *Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

FIGUEIREDO JÚNIOR, Afonso Celso de Assis, Conde de Afonso Celso

Político, advogado, escritor, acadêmico e professor, nasceu em Ouro Preto, Província de Minas Gerais, a 31 de março de 1860, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 11 de julho de 1938. Filho do político do Império Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de Ouro Preto, e de Francisca de Paula de Assis Figueiredo. Casado com Eugênia de Castro de Assis Figueiredo.

Tendo feito os preparatórios em São Paulo, matriculou-se na Faculdade de Direito da mesma cidade, pela qual colou grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1880 e se doutorou em 1881, com defesa de tese sobre o direito de revolução.

Quando estudante, fez propaganda do regime republicano pela tribuna e na imprensa, sobretudo através de assídua colaboração em *A República*, órgão do Clube Republicano Acadêmico, e presidiu a essa organização (1877-1878).

Logo depois de formado elegeu-se Deputado-Geral pela Província de Minas Gerais para a 18ª Legislatura da Câmara do Império (1881-1889). Reeleito para a 19ª e 20ª Legislaturas (1885-1889), ao longo de sua atuação parlamentar propôs medidas a favor da descentralização administrativa, do fortalecimento dos municípios e da emancipação dos escravos, e exerceu o cargo de 1º-Secretário da Câmara.

Ao implantar-se a República, renunciou ao mandato e acompanhou no exílio a seu pai, que chefiara o último Gabinete da Monarquia.

De volta ao Brasil em 1891, não teve mais participação na política e, radicado no Rio de Janeiro, dedicou-se à advocacia, ao magistério e às letras até o fim da vida. Sócio efetivo do IHGB desde 1892, foi seu Presidente perpétuo.

Em 1897 participou do grupo de escritores que fundou a ABL, na qual ocupou a cadeira nº 36, patrocinada por Teófilo Dias, e desempenhou o cargo de Presidente (1925-1935).

Professor, durante 40 anos, da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, que dirigiu por 17 anos, e da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, depois Universidade do Brasil, foi Reitor desta instituição e, em diferentes períodos, Diretor do Departamento Nacional de Ensino.

Fundador, em 1878, da revista *Direito e Letras*, que se editou em São Paulo, foi colaborador de vários periódicos paulistas, entre eles *Gazeta de Sorocaba* (1876), *São Paulo Histórico* (1895) e *Santa Cruz* (1902-1903), e dos órgãos da imprensa carioca *Tribuna Liberal* (1888-1889), *Jornal do Brasil* (a partir de 1892), *Revista Brasileira* (1895-1898), *Liberdade* (1896-1897), *Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias* (1902).

EM 1905, pelos serviços prestados à causa católica, o Papa Pio X concedeu-lhe o título de Conde Romano, que, em 1911, o Papa Bento XV tornou hereditário. Era, também, Comendador da Legião de Honra da França.

Além de conferências, discursos, coletâneas de versos e contos, romances, peças de teatro e traduções, entre estas as da *Imitação de Cristo* e de livros de Júlio Verne, publicou as obras *Camões*, São Paulo, Liv. Popular, 1880 (edição comemorativa do terceiro centenário de morte de Luís de Camões); *Vultos e fatos*, Rio de Janeiro, Magalhães e Cia., 1882; *Minha filha*, Rio de Janeiro, Domingos Magalhães, 1893 (três edições); *O imperador no exílio*, Rio de Janeiro, Domingos de Magalhães, 1893 (seis edições); *Notas e ficções*, Rio de Janeiro, Domingos de Magalhães, 1894. 2. ed. Rio de Janeiro, Garnier, s. e.; *Guerrilhas*, Rio de Janeiro, Tip. Morais, 1895; *Aos monarquistas*, Rio de Janeiro, Domingos de Magalhães, 1985; *Contraditos anárquicos*, Rio de Janeiro, Domingos de Magalhães, 1896; *O assassinato do coronel Gentil de Castro*; subsídio para a história do regime republicano no Brasil, Paris, 1897; *Porque me ufano de meu país*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1901 (11 edições em português e quatro em italiano); *A reforma do ensino superior e a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1916; *Segredo conjugal*, Rio de Janeiro, Liv. Calvino, 1932; *Visconde de Ouro Preto* (excertos biográficos), Porto Alegre, Globo, 1935.

FONTES: Almeida Nogueira. *A Academia de São Paulo*. Tradições e reminiscência, 3 ed. São Paulo, Saraiva/Secretaria da Cultura, Ciências e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1977. v. 4. pp. 209-17./*A Manhã*, Rio de Janeiro, 7 nov. 1943. Suplemento literário, sob a direção de Múcio Leão./BEHAR, Eli. *Vultos do Brasil*. São Paulo, Liv. Exposição do Livro, 1967. p. 62./BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 1973. v. 1. pp. 12, 15./CASASANTA, Mário. Grandes Vultos de Minas Gerais. In: *Revista Alterosa*. Belo Horizonte, (31):7, nov. 1942./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 15 jun. 1956. p. 4./ GALVÃO, Ramig. *Catálogo da exposição da história do Brasil* nºs 4957; 7948; 9808; 9829; 10941./*O Diário*, Belo Horizonte, 13 jul. 1938. pp. 1,8./VALADÃO, Alfredo. *Vultos nacionais*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1974./VELHO SOBRINHO, João Francisco. *Dicionário biobibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro, s. ed., 1937. v. 1.

FLEURI, Paulo de Faro

Magistrado e promotor, nasceu em Paris, França, a 22 de maio de 1875, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 5 de agosto de 1941. Filho do Conselheiro do Império André Augusto de Pádua Fleuri, que foi Diretor da FDSP, e de Paula Eufrosina de Faro Fleuri. Casado, em primeiras núpcias, com Rita Brandão de Melo e, em segundas, com Ana Isabel de Melo Fleuri.

Fez o curso secundário no Ginásio de Itu, Província de São Paulo, e o superior na FDSP e na FDRJ, tendo-se bacharelado por esta, em 1896.

No mesmo ano iniciou a carreira no Ministério Público de Minas Gerais como Promotor de Justiça da Comarca de Baependi. Removido para Pouso Alegre, exerceu o cargo até março de 1899, quando foi nomeado Juiz Substituto da comarca. Desempenhou as mesmas funções em Ouro Fino (1901-1903). Promovido a Juiz de Direito, serviu, seguidamente, nas Comarcas de Monte Alegre, Machado, Sabará e Curvelo. Promovido, por merecimento, para a 3ª Vara Cível de Belo Horizonte, exerceu cumulativamente o cargo de Juiz Eleitoral, até novembro de 1937. Depois de ocupar a Vara dos Feitos da Fazenda Pública, em 22 de março de 1938 ascendeu ao Tribunal de Apelação.

FONTES: *Gazeta Mineira*, Belo Horizonte, 10 out. 1938. p. 6./ *Jurisprudência Mineira*. Belo Horizonte. 5(5-6):1.161, maio/jun. 1952./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 6 ago. 1941. p. 6./PAULA, Almênio José de & FERREIRA, Saturnino G. *Figuras notáveis de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Pioneiros e Expoentes Editorial, 1973-4./*O Diário*, Belo Horizonte, 7 ago. 1947. p. 8.

FLORES, Orlando Barbosa

Político, engenheiro e fazendeiro, nasceu em Palma, MG, a 23 de agosto de 1892, e faleceu em Muriaé, MG, a 30 de julho de 1957. Filho de Francisco Fernandes Flores e de Minervina Barbosa Flores. Casado com Maria Coimbra Flores.

Formou-se como engenheiro de minas, metalurgista e civil pela EMOP em 1917.

Em Muriaé, onde fixou residência, dedicou-se à agricultura e à pecuária. Considerado um dos mais adiantados fazendeiros da Zona da Mata, incentivou o associativismo rural na região.

Ocupou por longo tempo a Presidência do diretório político local e, em 1931, o cargo de Prefeito Municipal.

Eleito Deputado Estadual Constituinte de 1935 e para 1ª Legislatura (1935-1937), integrou a Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho. Estudioso de assuntos econômicos, foi escolhido pelo Governo mineiro como representante do Estado no Instituto Brasileiro do Café.

Pertenceu ao Partido Progressista e à UDN.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados. 1957*. Rio de Janeiro, IBGE, 18:578-9, 1958./ *Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Muriaé. CEM/UFMG./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 2 ago. 1957. Diário da Assembléia. pp. 1-2; 20 ago. 1957. p. 3./ RESENDE e SILVA, Arthur Vieira de. *Genealogia mineira*. s. l. s. ed., 1937. *Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

FLORES, Washington

Secretário de Estado e militar, nasceu em Passagem de Mariana, MG, a 4 de outubro de 1925. Filho de José das Flores Siqueira e de Marineta Mangine Flores. Casado com Lia Santos Flores.

Fez cursos na Escola Preparatória de Cadetes de São Paulo, na Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN - e na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais - EsAO.

Como aspirante a Oficial e Tenente, serviu no 20º BC, em Maceió, AL, e no 10º e no 12º RI (1947-1952), em Belo Horizonte, MG; como Capitão, foi Comandante de Cia. no 10º RI, Ajudante-de-Ordens e Ajudante do Corpo de Alunos do Colégio Militar de Belo Horizonte - CMBH (1952-1960); como Major, foi S/1 do 12º RI, Subcomandante de Batalhão do 12º RI, em Belo Horizonte, S/3 do RI (1960-1966); enquanto Tenente-Coronel, foi Chefe da 16ª Circunscrição do Serviço Militar em Florianópolis, SC, Assistente Administrativo do CMBH e Comandante do 1º Batalhão do 12º RI (1966-1974). Promovido a Coronel em 1974, foi Ajudante-Geral da 4ª Brigada de Infantaria em Belo Horizonte, MG.

Desempenhou ainda as funções civis de Chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Pública de Minas Gerais (1975-1977) e Secretário de Estado da Segurança Pública de Minas Gerais (1977-1978), no Governo Antônio Aureliano Chaves de Mendonça*.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Secretaria de Estado da Segurança Pública de Minas Gerais.

FONSECA, Antônio Pinto da

Político, médico e inspetor escolar, nasceu em Serro, Província de Minas Gerais, a 13 de agosto de 1859, e faleceu em Ferros, MG, no mês de agosto de 1929. Filho do Capitão da Guarda Nacional Antônio Pinto da Fonseca e de Maria Clara de Ávila Fonseca.

Diplomado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1884, passou a exercer clínica em Santana dos Ferros (atual Ferros), onde foi Vereador (1891-1912), Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal (1891-1894).

Elegeu-se Deputado Federal para a 2ª Legislatura (1894-1896).

Desempenhou, ainda, os cargos de Inspetor Escolar e Delegado de Higiene em Santana dos Ferros.

Colaborou nos jornais *Ferraneo, Estela e Voz de Ferros* e publicou vários trabalhos sobre assuntos médicos.

Pertenceu ao Partido Constitucional Mineiro.

FONTES: *Anais do Senado Mineiro*. 1929. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, s. n.: 68. 1929./ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917*. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 1.

FONSECA, Ari Vaz de Melo da

Oficial do Exército, nasceu em São João del Rei, a 28 de março de 1927. Filho de Dimas Santos da Fonseca e de Zoila Vaz de Melo da Fonseca. Casado com Doris Azevedo da Fonseca.

Fez os cursos ginasial e científico no Colégio São José, de Juiz de Fora, MG (1938-1944).

Ingressou no Exército pela Escola Preparatória de Cadetes do Exército de São Paulo, em março de 1945. Fez cursos na Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN (1948), na Escola de Aperfeiçoamen-

to de Oficiais - EsAO (1958), na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - Eceme (1961-1963) e na Escola Superior de Guerra - ESG (1983). Cursou a Escola Superior de Guerra da França (1971-1972) e o Curso Superior Combinado-ESC (1972-1973).

Oficial de Infantaria, foi promovido a General-de-Brigada em março de 1981 e transferido para a reserva em março de 1986.

Serviu como Comandante Fração (1949-1952), Adj. Sec. Tec./MAN (1954-1955), Comandante Subunidade (1955-1956), S3 de Unidade (1959-1960), Sub comandante Btl incorporado (1960-1961), Adjunto da 2ª Seção do Estado-Maior - EM/6ª RM (1964-1966), Subcomandante da EsAO (1969-1971) e Chefe do Estado-Maior da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada (1977-1980).

Atuou como auxiliar de instrutor (1953-1954) e instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN (1956-1958). Foi instrutor da EsAO (1966-1967), Instrutor-Chefe da mesma escola (1967-69), Subcomandante e chefe Div. Ens. da ESSA (1971) e Instrutor-Chefe da Eceme (1973-1975).

Como Oficial-General, foi Comandante da 23ª Brigada de Infantaria da Selva (1981-1983), estagiário da ESG (1983-1984), Diretor de Assistência Social (1984), Subchefe de Exército no Estado-Maior das Forças Armadas - EMFA (1984) e representante do EMFA no Conselho Nacional de Transportes (1984).

Recebeu várias condecorações, entre elas a comenda do Mérito Militar, a Ordem do Mérito Naval, a Medalha de ouro por 40 anos de bons serviços, as Medalhas do Pacificador, do Mérito Santos Dumont e do Mérito Tamandaré.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Ministério do Exército. Departamento de Comunicação Social.

FONSECA, Artur Pontes da

Magistrado, nasceu em Maceió, AL, a 1º de novembro de 1890. Filho de Manoel Félix da Fonseca e de Laura Pontes da Fonseca. Fez os estudos secundários no Liceu Alagoano, em sua cidade natal, e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP em 1914.

Fixando-se em Minas Gerais depois de formado, ingressou na Magistratura estadual e chegou a Desembargador do Tribunal de Apelação.

FONTE: *Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito.* Arquivo

FONSECA, Camilo Maria Ferreira da

Político mineiro, elegeu-se Senador Estadual em setembro de 1894 para o restante da 1ª Legislatura (1891-1895), na vaga aberta pelo falecimento de Sérgio Pinheiro Torres.

Pertenceu ao PRM.

FONTE: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Gerais. 1:89, jan./mar. 1896.

FONSECA, Custódio Antunes

Advogado-Geral do Estado, professor e jornalista, nasceu em Tebas, Distrito de Leopoldina, MG, a 10 de novembro de 1916. Filho de Justiniano Antônio da Fonseca e de Olga Antunes da Fonseca. Casado com Míriam Assunção Fonseca.

Fez os estudos secundários no Ginásio Municipal de Cataguases, MG, e o curso superior na FDUMG, pela qual se bacharelou em 1938 e se doutorou em 1950.

Exercendo a advocacia liberal em Belo Horizonte, MG, desempenhou os cargos de Procurador do antigo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários - IAPC -, depois Instituto Nacional de Previdência Social - INPS - e de Juiz do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais como representante dos advogados (1955-1959). Foi, ainda, Conselheiro da seção mineira da OAB e professor da Faculdade de Direito da UCMG. No Governo José de Magalhães Pinto* ocupou o posto de Advogado-Geral do Estado (1º/7/65-30/1/66). Foi chefe do serviço jurídico do Banco Nacional S.A. e empresas coligadas.

Revisor, quando acadêmico, de *O Diário*, matutino de orientação católica que se publicava em Belo Horizonte, mais tarde presidiu, durante cinco anos, à empresa que editava o jornal.

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 7 jul. 1965. p. 17./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino.

FONSECA, Fábio ver SILVA, Fábio Fonseca e

FONSECA, Hélio Caetano da

Diretor da Imprensa Oficial, advogado e jornalista, nasceu em Luz, MG, a 24 de março de 1926. Filho de Francisco Caetano da Fonseca e de Elvira Rosa da Fonseca. Casado com Ivone Roscoe Caetano da Fonseca.

Fez o curso secundário no Ginásio Professor Pinheiro Campos, de Oliveira, MG, e no Colégio Arnaldo de Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela FDUMG em 1953. Em 1958 freqüentou cursos de Administração da Wayne State University, com estágios em repartições públicas dos EUA.

Jornalista desde 1949, foi redator, sucessivamente, da *Folha de Minas, Diário da Tarde* e *Diário de Minas*, todos órgãos da imprensa belo-horizontina, e do Tribunal de Justiça do Estado (1950-1955).

Advogado do Estado a partir de 1956, desempenhou os cargos de Consultor Jurídico da Secretaria do Interior e Justiça (1959-1960), do Gabinete do Governador José de Magalhães Pinto* (1964-1966), da Secretaria de Viação e Obras Públicas (1966) e do Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Plambel - (1972-1974), e de Chefe do Serviço de Consultas do Departamento Jurídico do Estado (1967-1970). De junho a dezembro de 1960 trabalhou em Nova Iorque, EUA, como encarregado de Relações Públicas e redator do Boletim Comercial do Escritório Comercial do Brasil. Dirigiu o Departamento de Administração Geral do Governo mineiro no período de Magalhães Pinto* (1961-1963) e a Imprensa Oficial durante a Administração Antônio Aureliano Chaves de Mendonça* (1975-1979).

Pertenceu à UDN e à Arena.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais/ José Seixas Sobrinho. CEM/UFMG./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 12 abr. 1975. p. 3./ *Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino.

FONSECA, Henrique Duarte da

Político mineiro, foi Deputado Estadual na 1ª Legislatura da República (1891-1895), a partir de julho de 1893, e reelegeu-se para a 2ª Legislatura (1895-1898).

Participou da campanha republicana.

FONTE: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Gerais. 1:91-2, jan./mar. 1896.

FONSECA, Joaquim Abreu

Oficial do Exército, nasceu em Pouso Alegre, MG, a 26 de Agosto de 1922. Filho de Olinto Guimarães Fonseca e de Sílvia Ribeiro de Abreu Fonseca. Casado com Léa Sílvia Cavalcante Fonseca.

Fez o curso secundário no Ginásio Três Corações, em Três Corações, MG.

Incorporou-se ao Exército em abril de 1940, como cadete do curso de Artilharia pelo Regulamento de 1940 (1944), e, em seguida, fez os cursos de Motomecanização, da Escola de Motomecanização (1950), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais - EsAO (1952), da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - Eceme (1963), de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas (1971), da Escola Superior de Guerra (1972) e do Colégio Interamericano de Defesa em Washington, EUA (1974-1975).

Promovido a General-de-Brigada em março de 1977 e a General-de-Divisão em julho de 1981, foi transferido para a reserva em março de 1986.

Entre outras funções, foi instrutor do CPOR/SP (1947-1949 e 1953-1956), instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (1964-1969) e Comandante do 8º Grupo de Artilharia Antiaérea em Brasília, DF (1969-1971).

Foi também membro da comissão de exame para concurso de admissão à Eceme (1966), estagiário e integrante do corpo permanente da Escola Superior de Guerra (1971-1974), chefe da seção de assuntos políticos e Subchefe do Departamento de Estudos no Colégio Interamericano de Defesa, em Washington, EUA (1974-1976), e supervisor e orientador da primeira reunião do intercâmbio doutrinário entre os Exércitos do Brasil e dos EUA (1984).

Como Oficial-General, foi Comandante da 4ª Div. Cav. (1977-1979), Chefe do Estado-Maior - EM/Cmdo do II Ex (1979), assistente do Comando da Escola Superior de Guerra - ESG (1979-1981), Dir. DFA (1981-1984) e Vice-Chefe do EME (1984).

Recebeu várias condecorações, entre elas a Ordem do Mérito Militar, a Comenda do Mérito Naval, a medalha de 40 anos de bons serviços, as Medalhas do Pacificador, do Mérito Santos Dumont e do Mérito Tamandaré, a Ordem do Rio Branco, a Medalha Marechal Hermes e a Medalha Especial da Junta Interamericana de Defesa.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Ministério do Exército. Departamento de Comunicação Social.

FONSECA, José Eduardo Teixeira da

Escritor, acadêmico, professor, advogado e promotor, nasceu em Mariana, Província de Minas Gerais, a 13 de outubro de 1883, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 16 de outubro de 1936. Filho de João Teixeira da Fonseca Sobrinho e de Maria Francisca da Fonseca.

Fez os estudos secundários no Ginásio Mineiro, em Ouro Preto e em Barbacena, MG, e os preparatórios em São Paulo, SP. Depois de freqüentar a FDSP até o quarto ano, concluiu o bacharelado na FLDMG em 1904.

Durante o curso acadêmico, foi redator de *A Nação*, ao lado de Celso Garcia, e de *O Comércio de São Paulo*, juntamente com Eduardo Prado, Afonso Arinos de Melo Franco* e Batista Pereira, e dos jornais santistas *A Tribuna* e *A Cidade de Santos*.

Em 1905, assumiu a Promotoria de Justiça de Mar de Espanha, MG, onde, deixando o Ministério Público, passou a advogar em 1909.

Eleito para AML em maio de 1913, fez parte do grupo de dez escritores escolhidos para completar os 40 sócios previstos. Tornou-se, deste modo, o fundador da cadeira nº 26, patrocinada por Evaristo da Veiga.

Transferindo-se para a Capital mineira ainda em 1913, montou banca de advocacia e retornou ao jornalismo como redator do órgão oficial *Minas Gerais*.

A convite do Presidente Delfim Moreira da Costa Ribeiro*, ingressou no corpo docente do Ginásio Mineiro, onde regeu as cadeiras de Psicologia e Filosofia e de História da Civilização por muitos anos. Foi, ainda, professor de Legislação e Organização das Indústrias e de Economia Política na Escola Livre de Engenharia, depois incorporada à UMG. Passando a integrar o quadro docente da FLDMG em 1921, foi lente contratado e, de 1925 em diante, catedrático de Direito Público Constitucional, regente das cadeiras de Economia (1926) e de Direito Internacional Público (1926-1930) no curso de bacharelado, catedrático de Direito Público (1931) e professor de Direito Civil (1936) no curso de Doutorado.

Participou da comissão de especialistas que elaborou o anteprojeto da Constituição mineira de 1935 e da que preparou o Plano Nacional de Educação (1935-1936).

Publicou as obras *O patriarca da imprensa e várias alocuções*, Rio de Janeiro, Liv. Ed. Leite Ribeiro e Maurillo, 1920; *Introdução ao estudo do Direito Público*, Rio de Janeiro, Liv. Ed. Leite Ribeiro, 1921; *Palavra pública*, Rio de Janeiro, Liv. Ed. Leite e Maurillo, 1921; *Um incidente judiciário* (discurso); *Legislação de terras; Viagem à mata; Na tribuna; Comarca de Mar de Espanha* (relatório) e *Justiça criminal*.

Era cunhado do político Necésio José Tavares*.

FONTES: Martins de Oliveira. *História da literatura mineira*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 17 out. 1936. p. 13; 15 set. 1959. p. 8; 20 nov. 1976. p. 11./*Revista da Faculdade de Direito*: memória histórica. Belo Horizonte. Imprensa da Universidade de Minas Gerais, *10*:180-1, out. 1958 - mar. 1959./RIVERA, Bueno. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970-1./ SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito*. Arquivo.

FONSECA, Juvenal Gonzaga Pereira da

Político, professor, advogado, promotor, magistrado, fazendeiro e jornalista, nasceu em Pitangui, Província de Minas Gerais, a 16 de maio de 1878, e faleceu aos 100 anos de idade, em Curvelo, MG, a 27 de outubro de 1978. Filho de Luís Gonzaga Pereira da Fonseca e de Rosa Cordeiro Maciel. Casado com Antonina Mascarenhas Gonzaga.

Fez os estudos secundários nas cidades mineiras de São João del-Rei, Barbacena e Ouro Preto. Na antiga Capital iniciou o curso anexo à EMOP, mas, por motivos financeiros, transferiu-se para a FLDMG, tendo concluído o bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais na FDSP, em 1902.

Quando estudante, foi professor do Liceu de Ciências e Letras da Capital paulista e revisor do *Estado de S. Paulo*.

Formado, advogou em Pitangui e comarcas vizinhas. Em 1905 radicou-se em Curvelo, MG, para organizar uma escola secundária. Ali continuou a advogar e exerceu os cargos de Promotor Público, Juiz Municipal e Juiz de Direito interino.

Foi o fundador e professor, sem receber qualquer remuneração, da Escola Normal Livre e do Liceu Mineiro. Para evitar a extinção desse estabelecimento, liderou a formação de uma sociedade sem fins lucrativos, que o adquiriu e, mais tarde, o doou à Arquidiocese de Diamantina.

Vereador à Câmara de Curvelo, desempenhou, em 1912 e 1918, o mandato de Agente Executivo Municipal, tendo dotado a cidade de serviço telefônico e de sistema de iluminação elétrica.

Deputado à Constituinte estadual e na 1ª Legislatura (1935-1937), integrou a Comissão de Redação de Leis.

Republicano convicto desde a juventude, organizou um batalhão de estudantes para combater em Canudos e, em Pitangui, empenhou-se na luta contra o coronelismo. Na Campanha Civilista, divergindo da família de sua esposa, que era hermista, apoiou a candidatura de Rui Barbosa. Bateu-se pelo aproveitamento da energia da cachoeira de Paulo Afonso, pela mudança da Capital da República para Brasília e pela construção da hidrelétrica de Três Marias.

Colaborou na imprensa política, publicando numerosos artigos no *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, no *Estado de S. Paulo* e em jornais curvelanos.

Em 1959, por sua projeção moral, profissional e cívica, a Câmara Municipal de Curvelo conferiu-lhe o título de Cidadão Honorário.

Pertenceu ao Partido Progressista e integrou a Comissão Executiva Estadual do PSD.

Atuou na política seu sogro, Viriato Dinis Mascarenhas*.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados. 1978*. Brasília, *4* (9): 5932-5, jul. 1978./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 16 maio 1978, 2ª seção, p. 1./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 18 maio 1967. Diário do Legislativo. p. 2; 17 maio 1968. Diário do Legislativo. p. 4; 18 maio 1968. Diário do Legislativo. p. 3./ RIBEIRO, Coriolano Pinto & GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1956.

FONSECA, Landino Pereira da

Magistrado mineiro, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP em 1858.

Exerceu o cargo de Desembargador do Tribunal da Relação.

FONTE: LIMA JÚNIOR, Augusto de. *Tribunal da Relação. 1874-1897*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1965.

FONSECA FILHO, Olinto

Político e médico, nasceu em Formiga, MG, a 23 de março de 1908. Filho de Olinto Fonseca e de Maria Fonseca e Silva. Casado com Maria Auxiliadora Guimarães Fonseca.

Fez o curso secundário no Ginásio Antônio Vieira, de Formiga, e no Colégio Santo Antônio de São João del-Rei, MG. Formou-se pela FMUMG, em 1933.

Quando estudante, foi chamado pelo Presidente Olegário Dias Maciel* para seu Auxiliar de Gabinete. Na Administração Benedito Valadares Ribeiro*, exerceu o cargo de Secretário e, mais tarde, o de Chefe de Gabinete da Interventoria. Em 11 de maio de 1934 foi nomeado médico da Força Pública de Minas Gerais, tendo chegado a assistente de clínica urológica do Hospital Militar. Diretor da Imprensa Oficial do Estado de 1940 a 1944, deu-lhe nova organização, estruturando seus órgãos executivos.

Elegeu-se Deputado Federal Constituinte e para a 1ª e 2ª Legislaturas (1946-1955).

Foi, ainda, Presidente do Conselho Regional de Desportos e tradutor de obras de Oscar Wilde.

Pertenceu ao PSD.

Atuou na vida pública seu sogro, Cristiano França Teixeira Guimarães*.

FONTES: *Almanaque da Força Pública. Estado de Minas Gerais*. Organizado na II Seção do Departamento Administrativo (Comando-Geral). Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1936./*Dados biográficos*. Informante: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais./José Seixas Sobrinho. CEM/UFMG./FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 9 fev. 1940. p. 5; 21 abr. 1942. pp. 12-13./ SILVA, Gastão Pereira da. *Constituintes de 1946*; dados biográficos. Rio de Janeiro, s. ed., 1947.

FONTANA, Jorge

Magistrado e advogado, nasceu em São Tomás de Aquino, então Distrito de São Sebastião do Paraíso, MG, a 27 de outubro de 1906, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 19 de junho de 1981. Filho do industriário Segismundo Fontana e de Sebastiana Rosa Fontana. Casado com Sílvia Soares da Silva Fontana.

Fez o curso secundário no Ginásio Paraisense, de São Sebastião do Paraíso, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Niterói, RJ, em 1941.

Em São Sebastião do Paraíso foi advogado, professor no Colégio Paula Frassinetti, Secretário do Ginásio Paraisense e membro da diretoria da Santa Casa de Misericórdia.

Ingressando na Magistratura mineira, em dezembro de 1946, como Juiz Municipal de Itamoji, em julho de 1949 foi promovido a Juiz de Direito de Virginópolis. Serviu, a seguir, nas Comarcas de Guanhães (1953-1956) e Piumhi (1956-1960), nesta tendo lecionado no Colégio Comercial. Removido para Belo Horizonte, foi sucessivamente titular da 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública, da 5ª Vara Criminal e da 3ª Vara da Fazenda Pública, Juiz do TRE em 1968-1969 e Diretor do Foro. Promovido ao Tribunal de Alçada em junho de 1975, elegeu-se seu Vice-Presidente. Em dezembro de 1975 ascendeu ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, no qual se aposentou no ano seguinte.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Jorge Fontana. CEM/UFMG./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 24 dez. 1975. p. 3; 11 fev. 1976. Diário do Judiciário. pp. 1-2; 19 out. 1976. Diário do Judiciário. p. 1./*Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais*. Secretaria. Ficha funcional.

FONTES, João Camilo Teixeira

Político e médico, nasceu em Rio Casca, MG, a 29 de maio de 1890, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 20 de novembro de 1963. Filho de Antônio Camilo Teixeira Fontes e de Ana Alves Teixeira. Casado com Ana Martins Teixeira.

Fez o curso secundário no Colégio Pio Americano, do Rio de Janeiro, DF, e formou-se pela FMRJ em 1915.

Depois de diplomado passou a clinicar em sua terra natal, onde foi Vereador, Presidente da Câmara e Prefeito duas vezes consecutivas, a partir de 1937.

Elegeu-se Deputado Estadual Constituinte de 1935 e para a Legislatura de 1935 a 1937 e, de novo, Constituinte de 1947 e para a 1ª Legislatura (1947-1951). Na Assembléia, desempenhou as funções de 3º-Secretário (1948) e de 2º-Secretário (1949) da Comissão Executiva, e de membro das Comissões de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho (1935-1937), de Viação e Obras Públicas (1947), de Estudos sobre Produção Agrícola (1947) e de Segurança Pública (1950).

Deputado Federal na 2ª Legislatura (1951-1955), exerceu o mandato em 1953 e 1954.

Em seguida, ocupou o cargo de Diretor do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, no qual se aposentou.

Pertenceu ao PSD.

Era sobrinho e genro de José Cupertino Teixeira Fontes*.

FONTES: FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 23 nov. 1963. p. 9.

FONTES, José Cupertino Teixeira

Político, médico e fazendeiro, nasceu em Rio Casca, Província de Minas Gerais, a 6 de fevereiro de 1858, e faleceu na mesma cidade, a 7 de junho de 1931. Filho de João José Cupertino Teixeira e de Ana Joaquina da Conceição. Casado com Maria Inácia Martins Teixeira.

Fez os estudos preparatórios em Ponte Nova e Ouro Preto e formou-se pela FMRJ em 1883.

De volta à província natal, clinicou em Rio Casca, onde se tornou fazendeiro e foi Vereador, Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal.

No último ano da 7ª Legislatura (1915-1918), exerceu o mandato de Senador Estadual, na vaga aberta pelo falecimento de Crispim Jacques Bias Fortes*. Na 8ª Legislatura (1919-1922) voltou a ocupar uma cadeira no Senado Mineiro.

Pertenceu ao PRM.

Atuou na política seu sobrinho e genro João Camilo Teixeira Fontes*.

FONTES: MARQUES, Maria Filomena Penido. *Senador Dr. José Cupertino Teixeira Fontes: sua vida, sua obra*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1958./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 8-9 jun. 1931. p. 14; 14 fev. 1958. p. 11./*O Diário*, Belo Horizonte, 14 fev. 1950. p. 3.

FONTOURA, Fúlvio Márcio

Político, tabelião e fazendeiro, nasceu em Uberaba, MG, a 12 de dezembro de 1932. Filho do advogado e político Lauro Savastano Fontoura* e de Policena Sabino Fontoura. Casado com Ivone Costa Nunes Fontoura.

Fez os estudos secundários no Colégio Diocesano de Uberaba e bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro em 1956.

Em sua terra natal, além de empresário e agropecuarista, é titular do Cartório do 2º Ofício desde outubro de 1959.

Deputado Estadual na 9ª Legislatura (1979-1983), foi Presidente (1980-1982) e membro (1979) da Comissão de Constituição e Justiça e Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Cooperativa Habitacional - Cohab-MG - em 1979.

Pertenceu à Arena e posteriormente filiou-se ao PDS.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Fúlvio Márcio Fontoura. CEM/UFMG.

FONTOURA, Lauro Savastano

Magistrado, advogado, professor e jornalista, nasceu em Monte Alegre, MG (hoje Monte Alegre de Minas), a 27 de novembro de 1903, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 5 de setembro de 1977. Filho de Felizardo Fontoura e de Elvira Savastano Fontoura.

Diplomado em Direito, radicou-se em Uberaba, MG, onde advogou e exerceu o cargo de Secretário-Geral da Prefeitura, o magistério e o jornalismo. No Governo José Francisco Bias Fortes* desempenhou as funções de Advogado-Geral do Estado (21/3/56-16/2/60). Nomeado, em dezembro de 1959, para o Tribunal de Justiça, aposentou-se como Desembargador em setembro de 1971.

Atuou na política seu filho Fúlvio Márcio Fontoura.*

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 17 nov. 1979. Diário Legislativo. p. 6./*Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais*. Secretaria. Ficha funcional./*Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

FORTES, Antônio Sá

Político, médico e industrial mineiro, foi Deputado Estadual na 10ª Legislatura (1927-1930).

Pertenceu ao PRM.

FONTE: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial. 27-36, dez. 1976.

FORTES, Carlos da Silva

Político, médico e industrial, nasceu em João Gomes, então Distrito de Barbacena, Província de Minas Gerais (hoje cidade de Santos Dumont), e faleceu em Barbacena, a 26 de novembro de 1924. Casado com Isabel Monteiro da Silva Fortes.

No Império, foi Deputado Provincial na 27ª Legislatura (1888-1889). Proclamada a República, elegeu-se Deputado Estadual Constituinte de 1891 e da 1ª à 9ª Legislaturas (1891-1926). Exerceu o mandato parlamentar cumulativamente com o de Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Barbacena, de 1920 até a data de seu falecimento.

Pertenceu ao PRM.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 28 nov. 1924. p. 1./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 28 nov. 1924. p. 11.

FORTES, Crispim Jacques Bias

Político, magistrado, advogado, promotor e fazendeiro, nasceu em Livramento, Distrito de Barbacena, Província de Minas Gerais (hoje cidade de Oliveira Fortes), a 25 de outubro de 1847, e faleceu na cidade de Barbacena, a 14 de maio de 1917. Filho do Capitão da Guarda Nacional Francisco José de Oliveira Fortes e de Carlota Benedita de Oliveira Fortes. Casado com Adelaide de Araújo Fortes.

Depois de fazer os primeiros estudos em Barbacena, cursou a Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual se bacharelou em Ciências Jurídicas e Sociais em 1870, na turma de Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Afonso Augusto Moreira Pena* e Rodrigues Alves.

No início de sua vida pública, exerceu os cargos de Promotor de Justiça e de Juiz Municipal em Barbacena.

Em 1879, exonerou-se da Magistratura e passou a militar na política. Nos períodos em que não desempenhava mandatos eletivos advogava em Barbacena, onde também se tornou fazendeiro.

Filiado ao Partido Liberal, em 1881 elegeu-se Deputado Provincial para o restante da 23ª Legislatura. Seguidamente reeleito da 24ª à 27ª Legislaturas e para a última Legislatura da Monarquia (1882-1889), diversas vezes ocupou a Presidência da Assembléia, distinguindo-se pela defesa dos interesses financeiros do Governo e da moralidade administrativa. Em 1880, declarando-se republicano, renunciou ao mandato. Em 1889, de novo candidatou-se a Deputado Provincial, mas, embora tenha obtido grande votação, não chegou a ser diplomado, devido à interferência dos Partidos Liberal e Conservador.

Instaurado o regime republicano, a convite de João Pinheiro da Silva* elaborou o anteprojeto da Constituição mineira e, por nomeações sucessivas do Marechal Deodoro da Fonseca, exerceu o Governo Provisório do Estado em quatro períodos: de 24 de julho a 5 de agosto de 1890, de 14 de agosto a 3 de outubro de 1890, de 18 de outubro a 27 de dezembro de 1890 e de 7 de janeiro a 11 de fevereiro de 1891. Coube-lhe, então, presidir ao pleito para a Assembléia Nacional Constituinte em Minas Gerais.

Nas eleições para o Congresso Legislativo Estadual realizadas em 25 de janeiro de 1891 e às quais presidiu o Vice-Governador, Desembargador Frederico Augusto Álvares

da Silva*, elegeu-se Senador Constituinte e para a 1ª Legislatura (1891-1895). Como Presidente da Assembléia Constituinte, teve participação decisiva na elaboração da primeira Constituição Republicana do Estado.

Em junho de 1894 renunciou à cadeira de Senador, por haver sido eleito, a 7 de março, o segundo Presidente de Minas Gerais escolhido pelo voto popular. Durante seu quadriênio (7/9/94-7/9/98), a Capital do Estado foi transferida, a 12 de dezembro de 1897, de Ouro Preto para Belo Horizonte, denominação que substituía a de Cidade de Minas, como era conhecida a nova cidade durante sua construção. No Governo, procurou, dentro de uma política que definiu como de "aplicação econômica do produto do imposto", desenvolver a agricultura, atraindo imigrantes para a lavoura e para o povoamento das terras incultas, ao mesmo tempo que cuidava de reformar o ensino agrícola e veterinário e de ampliar a rede de vias férreas.

Cumprido o período presidencial, retornou ao Senado, na vaga de Caetano de Sousa e Silva, e ali permaneceu pelo restante da 3ª Legislatura (1899-1902) e nas seguintes até a 7ª (1915-1918), tendo, nesse período, integrado a Comissão de Finanças.

Faleceu no exercício do mandato. Na última fase de sua vida pública, enquanto cumpria mandatos legislativos, acumulou, durante cerca de dez anos, o cargo de Agente Executivo Municipal de Barbacena. Nessa posição, criou as bases do domínio político que a família Bias Fortes, a partir de então, passou a exercer no município. Foi Presidente do Senado Estadual de 1891 a 1893 e de 1912 a 1915, e da Comissão Executiva do PRM, dita Tarasca, de 1898 a 1917.

Na sucessão de Francisco Antônio de Sales* na Presidência de Minas Gerais (1906), opondo-se publicamente à candidatura de Venceslau Brás Pereira Gomes*, sustentada pelos silvianistas, ou seja, partidários de Francisco de Almeida Silviano Brandão*, foi indicado para o cargo pela corrente partidária conhecida como biista. Para resolver o impasse, Francisco Sales* lançou João Pinheiro da Silva* como candidato de conciliação, nome imediatamente aceito pelas duas facções.

Na mesma época, foi lembrado para candidato à sucessão de Rodrigues Alves na Presidência da República, mas não aceitou a indicação, optando por apoiar a articulação em torno do nome de Afonso Augusto Moreira Pena*.

Pertenceu ao Partido Liberal e ao PRM.

Atuaram na política seu filho José Francisco Bias Fortes* e seus netos Crispim Jacques Bias Fortes* e Simão Tamm Bias Fortes, ex-Prefeito de Barbacena.

FONTES: *Anais da Assembléia Legislativa de 1947*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 2: 742-4./*Anuário Histórico-Corográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial. 3:65,1909./AVELAR, Antônio Ribeiro de. *Figuras da Casa de Minas*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1960./CARVALHO, Daniel Serapião de. *Capítulos de memórias*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1957./ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 out. 1947. p. 2./COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul-Americana, 1961. v. 1./*Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, s. ed., s. d. v. 2./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 25 out. 1947. p. 5; 16 jun. 1966. p. 3./FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República* (Afrânio de Melo Franco e seu tempo). Rio de Janeiro, J. Olympio, 1955. v. 1./*Galeria Nacional*; vultos proeminentes da história brasileira. Rio de Janeiro, oficinas gráficas do *Jornal do Brasil*, 1933. 6 fasc./ *Mensagens do Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Crispim Jacques Bias Fortes ao Congresso Mineiro nos anos de 1895, 1896, 1897 e 1898*. Ouro Preto. Imprensa Oficial. 1898./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 14-15 maio 1917, p. 3-4; 12 mar. 1961. p. 5./*Publicações do centenário de Minas Gerais*; Coletânea de autores mineiros. Organizada por Mário Lima (prosador). Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1922. v. 1./SENA, Nélson de. *Anuário de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1913. v. 5./ SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926./ SOARES, José de Sousa. Presidência do Dr. Crispim Jacques Bias Fortes. In: *Minas Gerais*, Rio de Janeiro. A Coelho Branco, 1931.

FORTES, Crispim Jacques Bias (Neto) (dito Biazinho)

Político e advogado, nasceu em Barbacena, MG, a 26 de março de 1923. Filho de José Francisco Bias Fortes* e de Francisca Tamm Bias Fortes. Casado com Cléia Sílvia Bias Fortes.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro de Barbacena e no Colégio São José do Rio de Janeiro (1938), DF, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, em 1945. Participante da política estudantil, foi membro do Diretório Acadêmico Afonso Pena (1943) e Presidente da Federação Universitária Mineira de Esportes (1944).

Passando a advogar em Barbacena depois de diplomado, inclusive para o Banco do Brasil S.A. (a partir de 1948), ali exerceu o cargo de Secretário da Prefeitura (1947-1948), tendo substituído o Prefeito em várias oportunidades. Em 1949, candidatou-se a Prefeito de Barbacena e, num total de 15 mil eleitores, perdeu a eleição por apenas cinco votos. No ano seguinte, desistindo seu pai de candidatar-se, elegeu-se Deputado Estadual para a 2ª Legislatura (1951-1955). Foi membro suplente da Comissão de Segurança e efetivo da Comissão de Serviço Público, tendo integrado também a Comissão de Justiça. No Plenário da Câmara, defrontou-se mais de uma vez com seu tio, o udenista José Bonifácio Lafayette de Andrade*, para discutir a política mineira, principalmente a de Barbacena, então dominada pelo PSD. Em 1954, elegeu-se Deputado Federal para a 3ª Legislatura (1955-1959), durante a qual integrou a Comissão de Finanças da Câmara e a Comissão de Justiça. Reeleito seguidamente Deputado Federal da 4ª à 9ª Legislaturas (1959-1983), foi Presidente e Relator de diversas comissões parlamentares de inquérito e membro efetivo das Comissões de Relações Exteriores, de Orçamento, de Constituição e Justiça, de Comunicações e de Finanças, Relator do Orçamento do Ministério das Minas e Energia (1963-1967). Foi, ainda, Vice-Presidente da Comissão das Relações Exteriores (1974).

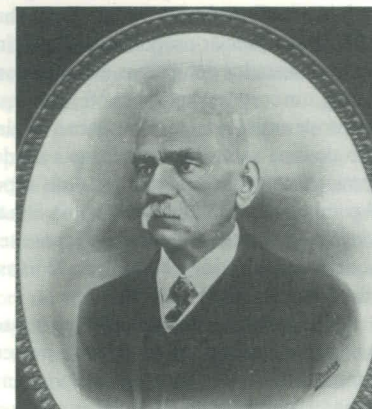
Participou do Congresso Internacional de Direito Administrativo realizado em San Remo, Itália (1959), da conferência da OEA celebrada no Rio de Janeiro e das conferências da União Interparlamentar reunidas em Lucerna, Suíça (1964) e em Yaoundê, República dos Camarões (1972). Anteriormente (1965), foi Vice-Presidente da Conferência do Parlamentar Latino-Americano, reunida em Lima, Peru, e Vice-Presidente da delegação brasileira a essa conferência.

Na 5ª Legislatura, esteve licenciado para desempenhar as funções de Secretário Estadual da Segurança Pública no Governo Israel Pinheiro da Silva* (31/1/66-11/8/66). Afastou-se novamente da Câmara na 8ª Legislatura, para ocupar a Secretaria Estadual de Obras Públicas durante o Governo Antônio Aureliano Chaves de Mendonça* (6/5/75-15/3/78). Em 1982, candidatou-se a Vice-Governador do Estado de Minas Gerais na chapa encabeçada pelo ex-Ministro Eliseu Resende*. Cumprido o último mandato parlamentar, em 1983 assumiu o cargo de Diretor Econômico-Financeiro da Companhia Nacional de Seguros Gerais, seguradora da Caixa Econômica Federal. Em 1984, foi Secretário da Segurança Pública do Governo Hélio Carvalho Garcia*.

Filiado ao PMDB, pertenceu ao PSD, tendo sido Presidente do Diretório Municipal de Barbacena e membro do Diretório Estadual e da Comissão Executiva Estadual (1951-1955), e à Arena, de cujo Diretório Nacional foi Vice-Presidente (1968). Foi, ainda, coordenador da Bancada da Arena mineira na Câmara Federal, de junho de 1972 a dezembro de 1974. Filiado ao PDS em 1980, foi eleito Presidente de sua Comissão Executiva Estadual, sendo reeleito no ano seguinte.

Publicou, pelo Congresso Nacional, pareceres, relatórios e discursos.

Além de seu pai, militaram na política seu avô Crispim Jacques Bias Fortes* e seu irmão Simão Tamm Bias Fortes, Prefeito de Barbacena (1966-1970).

ALEMG

Crispim Jacques Bias Fortes

FONTES: *Correio Braziliense*. Brasília, 11 ago. 1964. 2º caderno. p.3./COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul-Americana, 1961. v. 1./ *Deputados brasileiros*: repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 5ª Legislatura (1963-7). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1966; 6ª Legislatura (1967-71). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1968; 7ª Legislatura (1971-5). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1971; 8ª Legislatura (1975-9). 2. ed. Brasília, Câmara dos Deputados/ Centro de Documentação e Informação 1976./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 28-29 nov. 1965. p. 6; 13-14 mar. 1980. p. 3./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1º fev. 1966. p.9./ FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 6 Maio. 1975. p. 3; 11 nov. 1980. P.2.

FORTES, José Francisco Bias

Político e advogado, nasceu em Barbacena, MG, a 3 de abril de 1891, e faleceu no Rio de Janeiro, GB, a 30 de março de 1971. Filho de Crispim Jacques Bias Fortes* e de Adelaide de Araújo Bias Fortes, desde a infância conviveu com o ambiente político, pois seu pai foi Presidente de Minas por duas vezes, no início do regime republicano. Da primeira, orientou a discussão e homologação da primeira Constituição Estadual; da segunda, promoveu a mudança da Capital para Belo Horizonte, em 1897. Seus avós pelo lado paterno e materno, Francisco José de Oliveira Fortes e José Manuel de Araújo, foram importantes líderes regionais do Partido Liberal, durante o Império.

Bias Fortes iniciou os estudos em Barbacena, tendo freqüentado ali o tradicional Colégio Gonçalves. Veio terminar os preparatórios para o curso superior como interno no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte. Preparando-se para a vocação política que já o animava, ingressou na Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais (FLDMG) em 1908, colando grau como bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais no ano do 1912. Seguindo a moda da época, que quase impunha uma espécie de estágio fora de Minas, fez o quarto ano do curso na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro.

Como estudante, disputou a Presidência da recém-fundada Confederação Acadêmica, que reunia os alunos das Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia. Foi eleito em pleito disputado, num prenúncio de outros momentos que viveria na carreira política.

Diplomado, voltou a Barbacena, onde começou a exercer logo a profissão paralelamente à militância na política local, eleito que fora Vereador e, logo em seguida, Presidente da Câmara Municipal.

Em 24 de novembro de 1915, casou-se com Francisca Tamm, filha do engenheiro Simão Tamm e de Luísa Tibúrcio Henrique Tamm.

Já no início de 1915, a Comissão Executiva do Partido Republicano Mineiro (PRM) incluía seu nome na chapa oficial dos candidatos ao Congresso Mineiro. Durante um decênio foi Deputado Estadual, participando das Comissões de Legislação, Constituição e Justiça, de Orçamento e Finanças e da Comissão Mista de Recursos das Eleições Municipais. Em 1917, foi Vice-Presidente da Câmara Estadual, ocupando sua Presidência em 1924, durante o Governo Raul Soares de Moura*. Quando este faleceu, antes de completar o mandato, Bias Fortes teve papel crucial nas articulações que culminaram com a designação de Fernando Melo Viana*, que ocupara até então o cargo de Secretário do Interior e Justiça, para completar o período de governo. Foi também um dos principais mentores da candidatura de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada* para o quatriênio 1926-1930. Nessa época, atuou no sentido de enfraquecer o domínio que o Presidente Artur da Silva Bernardes* conseguira obter sobre o PRM e a política mineira.

Elegeu-se Deputado Federal para a 12ª Legislatura (1924-26). Não cumpriu o mandato, no entanto, pois Antônio Carlos Ribeiro de Andrada* o chamou para a Secretaria de Segurança e Assistência Pública logo no início de 1926. Nessa posição, deu início à organização do serviço de saúde pública do Estado, do serviço de assistência aos menores abandonados e do serviço de trânsito na Capital. Foi durante sua gestão que se construiu o prédio onde hoje funciona a Secretaria do Interior, na Praça da Liberdade.

Na qualidade de Comandante-Geral da Força Pública, promoveu a expedição do Regulamento Disciplinar da Polícia e da Escola de Sargentos, criando também o Serviço de Estatística e Identificação do Estado de Minas Gerais. Nessa primeira experiência como membro do Poder Executivo, Bias Fortes deu-se conta do quanto havia a fazer para se conseguir a modernização e o aumento de eficiência da máquina governamental mineira.

Deixou suas funções no Governo Antônio Carlos Ribeiro de Andrada* por discordar do modo como se conduziu então a discussão dos nomes para a sucessão estadual. Bias Fortes era, em princípio, favorável à indicação de Fernando Melo Viana*, que, na conjuntura da crise política nacional que culminou com a Revolução de 1930, acabou ficando ao lado do Presidente Washington Luís e de seu candidato, Júlio Prestes. Bias Fortes mostrou-se contrário à solução autoritária que Washington Luís quis dar à questão sucessória e passou a apoiar a Aliança Liberal. Esta propunha reformas bastante abrangentes nas instituições políticas que, em linhas gerais, agradavam a Bias Fortes, já bastante sensível ao problema das tensões sociais geradas pela sustentação autoritária do regime oligárquico. Mas não teve nenhuma participação ativa no próprio processo revolucionário que depois o Presidente Washington Luís.

Até sua adesão definitiva ao PRM, em 1933, já na posição de partido minoritário na política mineira, Bias Fortes viveu um período conflituoso. A princípio, identificou na Legião Liberal Mineira, que se formou em 1931 sob a liderança de Francisco Luís da Silva Campos e Gustavo Capanema*, um movimento de renovação política que não enfraqueceria o princípio federalista da Constituição de 1891 nem as bases do poder municipalista. Chegou a dar sua pública adesão à nova organização política, que o Presidente Olegário Dias Maciel* considerava ser a substituta do velho PRM. Mas logo tornou-se claro que a Legião Liberal padecia de séria contradição interna. Por um lado, buscava ser o veículo do fortalecimento político da facção liderada por Antônio Carlos*. Por outro, pretendia

acoplar a política mineira às diretrizes centralizadoras do Governo Provisório. Bias Fortes não teve dúvidas. Apesar de sua tradicional hostilidade à liderança autoritária de Artur Bernardes*, não hesitou em declarar publicamente sua adesão ao PRM, em manifesto publicado em Barbacena, em julho de 1931. Afirmou, então, a necessidade de se mudar o regimento e o programa do partido para que se adaptasse aos novos tempos. Via no PRM, no entanto, o único caminho para se reviverem em Minas os ideais de reformismo político pregados pela Aliança Liberal e repudiados pela prática do Governo Provisório. Data dessa época e dessas divergências a profunda cisão que se estabeleceu na política de Barbacena entre as facções dos Bias Fortes e dos Andradas. Bias Fortes acabou elegendo-se Deputado Federal Constituinte de 1934 pelo PRM, continuando o mandato na legislatura que se seguiu.

Implantado o Estado Novo, voltou a Barbacena e aceitou a Prefeitura da cidade, tendo sido nomeado pelo Interventor Benedito Valadares Ribeiro* em 12 de novembro de 1937. Desse modo, aderia ao regime que acabou por enfraquecer definitivamente as bases do municipalismo que prevalecera durante a Primeira República. Ficou no cargo até outubro de 1945, ou seja, durante toda a vigência da ditadura de Vargas. Na administração de Barbacena, procurou melhorar os serviços de transporte e de energia elétrica. Cuidou também da parte urbanística, iluminando, calçando e ajardinando as principais artérias da cidade. Construiu uma ampla estação rodoviária e melhorou as estradas municipais. Ampliou também os reservatórios de água, já então precários, para atender à florescente metrópole regional. Sua eficácia como administrador, que conseguira inclusive equilibrar o orçamento municipal, garantiu-lhe participação destacada no Congresso de Prefeitos, que o Interventor Benedito Valadares* promoveu de julho a agosto de 1941, em Belo Horizonte. Sua adesão ao Estado Novo assegurou-lhe um lugar na Comissão Executiva da seção mineira do Partido Social Democrático (PSD), organizado em princípios de 1945, sob o comando de Benedito Valadares*.

Foi de novo eleito Deputado Constituinte, tendo tido participação importante na comissão que elaborou o título referente à segurança nacional.

Quando o PSD teve de indicar um candidato ao Governo de Minas, nas eleições de janeiro de 1947, seu nome mereceu o apoio da maioria da Comissão Executiva Estadual. Mas não houve como evitar a cisão liderada por Carlos Coimbra da Luz*, ex-Ministro da Justiça no Governo Dutra, que também postulava a indicação. O grupo dissidente passou a ser conhecido como *PSD Independente*, tendo assegurado crucial apoio eleitoral ao candidato vencedor, Mílton Soares Campos*, da UDN. Bias Fortes retornou, então, à Câmara Federal.

Seu nome chegou a ser cogitado para a sucessão do Marechal Dutra quando começaram as articulações políticas visando à escolha de um candidato de consenso nacional, que assegurasse o enfraquecimento da campanha de Vargas. As divergências partidárias e regionais impossibilitaram tal estratégia. Bias Fortes não hesitou, então, em aceitar a chefia do Ministério da Justiça nos tensos dias de 1950, quando a campanha para a sucessão presidencial era freqüentemente perturbada por boatos de golpes políticos. Sua escolha o incompatibilizou para a reeleição para a Câmara Federal, mas reservou-lhe o mérito de ter assegurado eleições tranqüilas e a hábil condução do processo de esvaziamento político das teses oposicionistas que pregavam a inconstitucionalidade da vitória de Vargas por maioria simples.

Durante o Governo Vargas (1951-1954), presidiu o Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, posto em que se manteve até eleger-se Governador de Minas Gerais, na sucessão de Juscelino Kubitschek de Oliveira*.

Seu mandato durou de 31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961, quando entregou o cargo a José de Magalhães Pinto*, da UDN. Como Governador, adotou orientações políticas que eram um misto de desenvolvimentismo e de conservadorismo. Por um lado, estimulou a modernização da agricultura, a expansão do crédito rural, a diversificação industrial. Por outro, adotou medidas visando a chegar ao equilíbrio orçamentário, o que significava redução nos gastos públicos em geral. Mas Bias Fortes já se imbuíra também da mentalidade, cada vez mais difundida entre os governantes brasileiros, de que a obra administrativa só poderia produzir resultados positivos duradouros se fosse planejada. Por isso, acabou implantando, em junho de 1958, o Conselho Estadual de Economia e Administração, com a finalidade de assessorar diretamente o Poder Executivo em questões de alocação de recursos, prioridades de investimentos e propostas de projetos de leis a serem encaminhados ao Legislativo. Os primeiros conselheiros foram selecionados entre empresários, administradores e juristas do setor público e privado: Cândido Holanda Lima, Paulo Macedo Gontijo*, José Batista de Oliveira, Djalma Guimarães*, Joaquim Maia, Fidelcino Viana Filho*, Orlando Carvalho*, Rui de Castro Magalhães, Jaime de Andrade Peconick, Nilton Moreira Veloso e Washington Albino de Sousa. Em março de 1960, em sua última mensagem de prestação de contas à Assembléia Legislativa, Bias Fortes anunciava o término dos estudos realizados pelo Conselho para a criação de novas cidades industriais espalhadas pelo território mineiro. Na ocasião, justificava o projeto, mais tarde realizado pela Companhia de Distritos Industriais - CDI -, em vista da conveniência de "descentralizar o esforço manufatureiro e abolir os inconvenientes das grandes aglomerações operárias". Em seu Governo, chegou a ser implantada a Cidade Industrial de Uberlândia. A criação do Conselho de Economia e Administração resultou da lição tirada do trabalho da Comissão de Desenvolvimento Econômico, instalada em abril de 1958 para apreciar propostas de investimentos apresentados por grupos estrangeiros. Na época, um consórcio polonês oferecia equipamentos e assistência técnica para a implantação de uma usina siderúrgica no vale do rio Paraopeba (projeto de que resultou depois a Açominas). Paralelamente, discutia-se a associação de capitais nacionais e japoneses na construção da Usinas Siderúrgicas Minas Gerais S.A. - Usiminas.

O Governo Estadual convenceu-se da complexidade dos problemas já presentes, naquela fase do desenvolvimento mineiro, quando se tratava de estabelecer as prioridades de investimento e a legislação apropriada. Daí a resolução de criar um setor de assessoria, capaz de assegurar maior racionalidade às decisões, sem perder de vista o interesse maior, que era fortalecer a economia mineira. A política de investimentos que anunciou, antes mesmo de sua posse, durante um debate promovido pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, então presidida pelo empresário Lídio Lunardi*, dava prioridade ao setor infra-estrutural. De fato, deu continuidade ao Plano de Eletrificação com a construção das usinas hidrelétricas de Camargos, Furnas e Três Marias; ampliou a rede de rodovias asfaltadas; empenhou grande volume de recursos públicos na implantação da Usiminas. Essa empresa aparecia, a seus olhos, como a marca da redenção econômica de Minas, que havia chegado a um ponto muito baixo de prestígio ao perder a Companhia Siderúrgica Nacional para outro Estado da Federação.

Em discurso pronunciado em abril de 1958, lembrava, com tristeza, a elevada taxa de migração dos mineiros para outros Estados. Achava Bias Fortes que a política econômica de seu Governo poria fim a essa tendência. Justificava-se perante as críticas que recebia: "Se um Governo se mostra tão vivamente empenhado em realizar essas tarefas subterrâneas que só com o tempo poderão produzir os frutos desejados, não deve ser acusado de relegar para plano inferior certas iniciativas de pequeno porte, que virão também, como conseqüência da criação de riquezas". Referia-se ao secular problema da escassez de recursos públicos que impedia a realização de uma política econômica que atendesse igualmente a todas as áreas necessitadas.

Em seu Governo, os setores da saúde e da educação não receberam tanto quanto demandavam. Deve-se ressaltar, no entanto, a atuação eficiente da Comissão de Ampliação e Recuperação de Prédios Escolares - Carpe - e a prioridade estabelecida para o Departamento Social do Menor, instalado em 1956, que era justamente a criação de escolas especiais para o atendimento de excepcionais e de crianças desvalidas.

Bias Fortes preocupou-se com a revitalização da agricultura mineira, setor básico da economia estadual. Buscou agilizar não só os processos de mobilização de recursos para a produção como os serviços de distribuição. Daí a criação da Companhia Agrícola de Minas Gerais S.A. - Camig -, que substituiu a Fertilizantes Minas Gerais S.A. - Fertisa -, passando a ser produtora e fornecedora de equipamentos e insumos diversos aos agricultores, a preços acessíveis e mediante financiamentos repassados pelos Bancos do Estado, pela Caixa Econômica Estadual e pela Associação de Crédito e Assistência Rural - Acar. Completando a política de modernização da infra-estrutura agrícola, criou a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais S.A. - Casemg -, que em 1959 já contava 41 unidades instaladas em todo o Estado, planejando construir armazéns gerais nos portos do Rio de Janeiro, Santos e Angra dos Reis. Bias Fortes considerava a Camig o instrumento capaz de superar as peias burocráticas que dificultavam o atendimento rápido das necessidades do produtor rural. Considerava a mecanização da lavoura meta importante a ser estimulada. Assim é que, durante seu Governo, facilitou bastante a importação de tratores e implementos agrícolas, ajudado pela mentalidade desenvolvimentista do Presidente Juscelino Kubitschek*. Na mesma linha política, pleiteou junto ao Grupo Executivo da Indústria Automobilística - Geia -, que funcionava como setor da Presidência da República, a construção em Minas de uma fábrica de tratores. Já a Casemg destinava-se a atuar como fator disciplinante da distribuição e escoamento das colheitas, "anulando a ação perniciosa dos atravessadores, neutralizando os agentes artificiais das altas de preço e orientando a concessão de crédito ao produtor". Em seu Governo, completou-se a construção da Frimisa S.A., que entrou em operação em 1959, normalizando o abastecimento de carne em Belo Horizonte. Já para 1960 planejava-se a ampliação do abate para fornecer a outros grandes centros, principalmente o Rio de Janeiro. Bias Fortes teve que enfrentar o problema de reconstruir praticamente todas as instalações do matadouro de Carreira Comprida, destruídas por um incêndio pouco antes de sua posse.

No setor industrial, houve também ampliação do parque instalado. A Companhia Siderúrgica Nacional concluiu a construção de uma fábrica subsidiária em Conselheiro Lafaiete, visando à fabricação de ferro-liga. A Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira instalou uma trefilaria na Cidade Industrial. A indústria automobilística começou com a Simca, e a eletrônica, com a fábrica de válvulas da RCA Victor, ambas funcionando na Cidade Industrial. Em Varginha, foi construída a primeira fábrica de caldeiras da América do Sul. Em Três Corações, começou a produção de leite em pó. O "espírito industrialista", estimulado a partir do Governo Juscelino Kubitschek*, teve continuidade em iniciativas de Bias Fortes, como foi o caso da *Conferência de Investimentos*, realizada em Belo Horizonte nos meados de 1958. Sob a liderança de Lídio Lunardi* e Teódulo Pereira*, a classe empresarial mineira discutiu áreas e recursos de investimento no Estado. Representantes de grupos alemães, franceses e japoneses tiveram ativa presença nesse encontro, animados pela política de incentivos fiscais que o Governo propunha realizar. De fato, pouco antes do final de seu mandato, a 7 de janeiro de 1961, Bias Fortes sancionou a Lei nº 2.323, que concedia uma série de favores a novas indústrias que se instalassem em Minas, pelo período máximo de dez anos. A mesma lei atribuía ao Conselho Estadual de Economia e Administração a tarefa de divulgar essa orientação política junto às representações diplomáticas acreditadas no Brasil, às embaixadas, consulados e escritórios comerciais do País no exterior, bem como aos grupos econômicos interessados em investir em Minas.

A necessidade de planejar o desenvolvimento visando, principalmente, a superar as dificuldades na mobilização de recursos ficou também evidenciada na criação da Comissão Articuladora de Estudos Regionais, instituída pelo Decreto nº 5.886, de 15 de setembro de 1960. Tal comissão deveria incumbir-se de processar os entendimentos indispensáveis à realização de planejamentos regionais no Estado. Caberia a ela a importante função de articular a atuação de órgãos federais, estaduais e municipais visando a aumentar a eficácia no uso dos escassos recursos humanos, financeiros e tecnológicos.

O lado mais conservador da administração de Bias Fortes manifestou-se principalmente na gestão das finanças públicas. Já no seu discurso de posse, comprometia-se a dar continuidade aos projetos de desenvolvimento iniciados pelos Governos anteriores, sem, no entanto, onerar mais ainda as finanças públicas, que considerava muito depauperadas. Chamava a atenção para o déficit orçamentário já previsto para 1956 ("novecentos e tantos milhões de cruzeiros"), concluindo enfaticamente: "Torna-se necessário estabelecermos, com a colaboração da Assembléia Legislativa, um plano de contenção de despesas, fixando-se o não-preenchimento de cargos e funções públicas que se vagarem e cujo provimento não for realmente indispensável. Impõe-se, por outro lado, que o Governo fuja sistematicamente à prática de gastos extraorçamentários, adotando, ao mesmo tempo, um sistema mais eficiente de fiscalização e arrecadação de rendas. De fato, as Leis nº 1.509 e 1.566 regulamentaram rigorosamente a contratação de servidores e o quadro de extranumerários. Ao final do mandato, Bias Fortes considerou o controle do déficit orçamentário como uma de suas grandes realizações. Em discurso que pronunciou diante de uma delegação da Escola Superior de Guerra, que visitou Minas em novembro de 1959, enfatizava justamente a queda do déficit público, que baixara da média de 11% da receita geral, no período 1946-1955, para 6,2% entre 1956-1958. Nessa ocasião, falou também de sua preocupação com o fortalecimento do crédito público, o que procurou assegurar com uma política de saneamento do mercado financeiro mediante o resgate das apólices do Fundo de Recuperação Econômica, emitidas pelos Governos anteriores, num montante de Cr$900.000.000,00. Na última mensagem que dirigiu à Assembléia Legislativa, já anunciava dificuldades para a concessão de aumentos ao funcionalismo nos anos seguintes. Durante seu Governo foram concedidos dois reajustes que já haviam excedido as previsões orçamentárias.

A experiência de Bias Fortes como Prefeito de Barbacena, durante muitos anos, bem como a orientação municipalista que sempre caracterizou sua atuação político-partidária, sugeriram ao Governador a conveniência de se criar um órgão estadual apto a assessorar as Prefeituras na resolução de seus problemas administrativos. Já no primeiro ano de seu Governo organizou a Comissão Coordenadora de Ajuda Técnica dos Municípios - Catec -, que acabou concentrando seu trabalho no setor de saneamento básico, muito carente na maioria dos municípios mineiros da época. A Catec incumbia-se, também, de providenciar os financiamentos necessários para a construção das redes de água e esgotos.

Como a maioria dos políticos de sua época, Bias Fortes via muitos defeitos na Constituição de 1946 e nas instituições vigentes. No discurso de posse, pronunciado a 31 de janeiro de 1956, referia-se à necessidade de duas reformas, a política e a econômica, visando a assegurar a estabilidade social. Deviam abranger "a revisão constitucional, o aperfeiçoamento da

Lei Eleitoral, a discriminação de rendas, a estrutura dos partidos políticos, a defesa nacional, os institutos de previdência e o aparelhamento da administração pública. Em sua última mensagem à Assembléia Legislativa, comentava mais especificamente uma séria contradição do presidencialismo brasileiro. Julgava que a Constituição de 1946, por permitir a proliferação de partidos e adotar a representação proporcional, acabava por impor o regime de coalizões partidárias, assim dificultando o funcionamento eficaz do presidencialismo. Afirmava Bias Fortes: "Sempre defendemos o ponto de vista de que o regime presidencial é o mais conveniente aos interesses do País. Mas, em face de nossa estrutura constitucional, estamos praticando um regime eclético, com o emprego daquele princípio característico do sistema parlamentar, que é o da interferência direta dos partidos nas administrações". Não deixava de ressaltar, contudo, que o crescimento eleitoral dos partidos entre 1954 e 1958 só havia sido possível por meio de coligações. Fiel aos princípios políticos conservadores que sempre orientaram sua vida pública, assinou no início de 1964 o Manifesto de Governadores e ex-Governadores que se declararam contrários aos rumos tomados pelo Governo do Presidente João Goulart.

Ao falecer, ocupava o cargo de Diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. no Rio de Janeiro, não mostrando interesse em participar mais ativamente da política no novo regime.

Pertenceu ao PRM, ao PSD e à Arena.

Atuam na política seus filhos Crispim Jacques Bias Fortes* e Simão Tamm Bias Fortes, ex-Prefeito de Barbacena (1966-1970); seu concunhado José Bonifácio Lafayette de Andrada* e seus sobrinhos afins Bonifácio José Tamm de Andrada* e José Bonifácio Tamm de Andrada*.

José Francisco Bias Fortes, outubro 1979

FONTES: *Almanaque da Força Pública - Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1928./*Anais da Câmara dos Deputados, 1971*. Brasília, 2: 722-38. 1971./ *Anais da Câmara dos Deputados*, 7:991./ AVELAR, Antônio Ribeiro de. *Figuras da Casa de Minas*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1960./CAPANEMA, Gustavo. Bias Fortes. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (218):79-80, 1971./CARVALHO, Daniel de. *Capítulos de memórias*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1975./COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 7 set. 1926. p. 2; 31 mar. 1971. p. 3./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 mar. 1967. p. 4; 31 mar. 1971. p. 1; 1º abr. 1971. p. 3; 15 mar. 1975. p. 4./ FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 7 set. 1926. p. 7; 31 jan. 1956. p. 7; 2 fev. 1956. pp. 11-12; 9 abr. 1958. p. 13; 27 abr. 1958. p. 10; 25 jun. 1958. p. 8; 28 nov. 1959. p. 11; 1º fev. 1961. pp. 1 e 8; 31 mar. 1971. pp. 3-4; 1º abr. 1971. Diário do Legislativo. p. 1; 14 abr. 1971. Diário do Legislativo. pp. 3-4; 30 mar. 1973. p. 4./SILVA, Gastão Pereira da. *Constituintes de 46*. Dados biográficos. Rio de Janeiro, s. ed., 1947.

FORTES, Márcio João de Andrade

Presidente do BNDES, engenheiro e empresário, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 4 de outubro de 1944. Filho de João Machado Fortes e de Maria Augusta de Andrade Fortes. Casado com Célia Maria Correa Fortes.

Diplomou-se em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica - PUC, do Rio de Janeiro, em 1967. Em 1966 esteve na *Harvard University*, em Cambridge, USA, onde fez o curso *Life and Institutions in the USA and Problems of Economic Development*. Nesse mesmo ano cursou Mercado de Capitais e Sistema Financeiro de Habitação na Faculdade de Direito da PUC-RJ. Pelo Cempha, fez o curso de Política Habitacional (1967), especializando-se em Planejamento Urbano e Edificações na Epuc-RJ (1967). No ano de 1968 cursou Elaboração e Análise de Projetos Habitacionais em nível de pós-graduação na Escola Interamericana de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas e, em nível de aperfeiçoamento, Engenharia Econômica, pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Enquanto estudante, atuou como Delegado da União Metropolitana dos Estudantes (1963), Vice-Presidente do Daepuc (1964), Presidente do Diretório Acadêmico da Escola Politécnica da PUC-RJ (1965) e membro do Conselho Universitário da Universidade Católica do Rio de Janeiro, como representante do corpo discente.

Na João Fortes Engenharia S.A., empresa do seu pai, foi estagiário de engenharia, passando a engenheiro, Diretor e Vice-Presidente (1971-1978). De 1973 a 1987, exerceu o cargo de Diretor da BAP - Administração de Bens Ltda e da Empreendimentos Hoteleiros S.A. Presidiu à Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa e foi membro do Conselho de Administração do Inocoop-RJ (1980-1983). Presidiu ao Conselho de Administração da Brasilpar Comércio e Participações S.A. (1982-1987), tendo participado do Conselho Curador da Fundação Nacional Pró-Memória (1980-1986), do Conselho de Administração da Labo Eletrônica S.A (1983-1984), do Conselho Universitário da Universidade Gama Filho (1984-1985), da Comissão Consultiva Bancária do Conselho Monetário Nacional (1984-1987), do Conselho de Administração da Cia. do Jari (1984-1987) e do Conselho da Associação Brasileira de Companhias Abertas - Abrasca (1984-1987). Também no período de 1984 a 1987, foi Vice-Presidente do Centro Industrial do Rio de Janeiro, do Conselho de Economia e Desenvolvimento da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro e do Sindicato da Indústria da Construção Civil do mesmo Estado.

Secretário-Geral do Ministério da Fazenda (1979), no exercício dessa função foi Presidente das Comissões Técnicas dos Municípios - Contem -, Técnica Permanente do ICM - Cotepe -, de Fusão e Incorporação de Empresas - Cofie -, Brasileira de Intercâmbio - CBI -, de Informática - Cominf - e de Coordenação e Implementação de Técnicas Financeiras - Cocitef -, além de ter sido membro do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Aeronáutica - Embraer -, do Conselho Diretor da Escola de Administração Fazendária - ESAF -, do Conselho Nacional do Álcool - CNAL -, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU.

Em 1979, ocupou interinamente as funções de Ministro da Fazenda.

De 1985 a 1987, presidiu ao Conselho de Administração da Cia. Nacional de Tecidos Nova América e atuou como membro do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. Presidente da Pedras de Maria Agropecuária S.A (1980-1987), no mesmo período presidiu a João Fortes Engenharia S.A. Foi o primeiro Vice-Presidente do Centro Industrial do Rio de Janeiro - CIRJ - (1986-1987). Foi membro do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. (1987-1989), do Grupo Conceitual Brasil-Japão (1986-1990) e Presidente dos Museus Raymundo Castro Maya (1983-1990).

Nomeado Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em 1988, presidiu ao BNDS Participações S.A - BNDESPAR -, a Junta da Administração da Agência Especial de Financiamento Industrial - Finame - e ao Conselho de Associados da Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento - ABDE -; tornou-se Secretário Executivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND; e integrou o Conselho Monetário Nacional - CMN -, o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP -, o Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene -, o Conselho Diretor do Programa Nacional de Pesquisa Econômica - PNPE -, o Conselho Curador da Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior - Funcex -, o Grupo Permanente de Contato para Facilitar a Atuação Executiva da Petroquisa na Implantação do Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro, do Ministério da Indústria e do Comércio, o Conselho Federal de Desestatização, o Conselho Consultivo da Comissão de Valores Mobiliários - CVM - e o Conselho de Orientação do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND.

De 1987 a 1990 tornou-se membro do Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, como representante do setor privado e, como tal, teve participação como membro de Administração da Petrobrás Química S.A. - Petroquisa -, Fertilizantes S.A. - Petrofértil -, Internacional S.A. - Braspetro -, Mineração S.A. - Petromisa -, Comércio Internacional S.A. - Interbrás - e Distribuidora S.A. - BR -. Nessa mesma época, foi membro do Conselho Diretor da Federação Brasileira das Associações de Bancos - Febraban - e do Conselho de Administração da Cia. do Metropolitano do Rio de Janeiro - Metrô -RJ.

Desde 1982 atua como membro do Conselho de Administração da MPM Propaganda. Tornou-se, em 1985, membro do Conselho de Política Econômica e Social - Copes -, da Confederação Nacional da Indústria e, em 1989, Diretor-Presidente do Sistema Integrado Banerj-SIB, presidindo, nessa condição, ao Banerj S.A. e suas incorporadas, à Banerj Seguros S.A., à Banerj Crédito Imobiliário S.A., ao Instituto Banerj de Ação Cultural e à Distribuidora de Valores do Estado do Rio de Janeiro - Diverj.

Em 1991 assumiu a direção no Brasil do *Business Council for Sustainable Development* e o Conselho Consultivo do Movimento Pró-Rio 92, como membro.

Recebeu diversas condecorações, medalhas e títulos, em instituições militares, agremiações e Estados por seu empenho em atividades prestadas aos respectivos órgãos e entidades.

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

FÓSCOLO, Avelino

Escritor, acadêmico e farmacêutico, nasceu em Sabará, Província de Minas Gerais, a 14 de novembro de 1864, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 29 de agosto de 1944. Filho de José Caetano de Paula Rocha e de Maria Avelino da Silva Dinis. Casado com Maria Gonçalves Ribeiro Fóscolo.

Depois de freqüentar colégios de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, fez o curso particular de Português e Latim.

Desde jovem dedicou-se ao teatro, como comediante, e ao jornalismo. Em sua terra natal, fundou o periódico *O Contemporâneo*, ao mesmo tempo que colaborava em revistas e publicações diárias de outras cidades. Propagandista da República, escreveu numerosos artigos sobre o assunto em órgãos da imprensa mineira e em *O País*, do Rio de Janeiro, então dirigido por Quintino Bocaiúva. Farmacêutico e médico prático, fixou residência em Taboleiro Grande (hoje Paraopeba), MG, onde lançou o primeiro periódico local, *O Industrial*, e incentivou vocações teatrais. Passando a residir em Belo Horizonte, devotou-se inteiramente à atividade literária. É considerado pela crítica como um dos pioneiros do romance social na América Latina.

Membro fundador da AML, ocupou a cadeira nº 7, cujo patrono é Luís Cassiano Júnior.

Publicou as obras *A Mulher* (romance escrito em colaboração com Luís Cassiano Martins Pereira*), Rio de Janeiro, Tip. Moreira Maximino, 1890; *A capital*, Porto, Tip. Universal, 1893; *O caboclo* (costumes mineiros), Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1903; *O jubileu*, Juiz de Fora, Tip. A Comercial, 1920; *O Semeador*, Belo Horizonte, Tip. Renascença, 2. ed. 1921; *Vulcões*, Porto, Liv. Católica Portuense - Casa Editora de Carlos Ventura, s.d.

Atuou na política seu filho Nestor Fóscolo*.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 30 ago. 1944. p. 3; 22 jun. 1965. p. 5./Martins de Oliveira. *História da literatura mineira*. 2. ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926./VELHO SOBRINHO, João Francisco. *Dicionário biobibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro, s. ed., 1937.

FÓSCOLO, Nestor

Político e médico, nasceu em Paraopeba, então Distrito de Curvelo, MG, a 17 de novembro de 1889. Filho do escritor Avelino Fóscolo* e de Maria Gonçalves Ribeiro Fóscolo. Casado com Sayonara de Lima Fóscolo.

Fez o curso secundário no Ginásio de Ouro Preto, MG, e no Instituto Granbery, de Juiz de Fora, MG. Iniciou o curso superior na FMMG e terminou-o na FMRJ, pela qual se diplomou em 1918.

No então Distrito Federal trabalhou como médico do Serviço de Saneamento, em 1919. De 1920 a 1922, esteve comissionado em programa de saneamento no Estado do Ceará. Em seguida, passou a chefiar o serviço de prevenção da febre amarela em Sete Lagoas, MG, onde lecionou no Ginásio Dom Silvério e na Escola do Caraça, e exerceu o cargo de Prefeito Municipal.

Deputado Estadual Constituinte e na 1ª Legislatura (1935-1937), na primeira condição foi membro da Comissão Constitucional e, na segunda, membro da Comissão das Câmaras Municipais, Prefeituras e Negócios Interestaduais.

Posteriormente, presidiu o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais.

Pertenceu ao PRM, ao Partido Progressista e à UDN.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Nestor Fóscolo. CEM/UFMG.

FRANÇA, Cássio José Monteiro

Presidente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. - Credireal - e administrador, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 7 de janeiro de 1926. Filho de Modestino França e de Rita Monteiro de Castro França. Casado com Iêda Marja Dolabella França.

Fez os estudos secundários no Colégio Arnaldo, em Belo Horizonte (1941), e formou-se técnico de Administração de Empresas, pela Lei Castelo Branco. Fez ainda cursos de Relações Públicas, de Marketing, Promoções de Venda, de Orçamento de Caixa e de Custos e Despesas.

Iniciou sua vida profissional no Rio de Janeiro, como chefe do escritório da Cia. Industrial Belo Horizonte (1942-1956). Foi também Diretor fundador da Confecção Mafra Ltda (1947-1953) e assistente de diretoria da Laminação Nacional de Metais S.A. - Grupo Pignatary (1956-1958). Em Belo Horizonte, foi Diretor-Superintendente da União Brasilei-

ra Distribuidora de Tecidos (1958-1981) e Vice-Presidente da Manufatura de Roupas Cassius Ltda (1964-1979).

No grupo Credireal, integrou o Conselho Fiscal da Credireal Corretora (1978-1979), da Credireal Distribuidora e da Credireal Financeira. Em abril de 1979, assumiu o cargo de Diretor do Credireal, no qual permaneceu até fevereiro de 1982, quando, por designação do Governador Francelino Pereira dos Santos*, passou a ocupar a Presidência daquele Banco (17/2/82 a 21/3/83).

Foi, ainda, Diretor do BNDES e Vice-Presidente em exercício do BNDSPAR (março de 1983 a março de 1985), Vice-Presidente (agosto de 1985 a janeiro de 1986) e Presidente (fevereiro a março de 1986) do BDMG, Presidente da FIAT Automóveis (março de 1986 a março de 1987).

Desde agosto de 1987, é Presidente da Tecidos Dolabella Comércio e Indústria S.A.

FONTES: Dados informados pelo Credireal e pelo próprio biografado.

FRANÇA, João Pinheiro de Miranda

Político e advogado, nasceu em Minas Novas, Província de Minas Gerais, a 25 de abril de 1882. Filho de José Pinheiro Ferreira França.

Fez os estudos humanísticos no Colégio do Caraça, os preparatórios em Ouro Preto e no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte e o curso superior na FLDMG, pela qual se bacharelou em 1907.

Foi Deputado Estadual na 5ª Legislatura (1907-1910).

Pertenceu ao PRM.

FONTE: *Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

FRANCELINO PEREIRA ver SANTOS, Francelino Pereira dos

FRANCISCO RAMALHO ver SILVA FILHO, Francisco Ramalho da

FRANCO, Afonso Arinos de Melo (Sobrinho)

Político, escritor, acadêmico, professor, historiador, jornalista, Promotor de Justiça e advogado, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 27 de novembro de 1905, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 27 de agosto de 1990.

Filho de Afrânio de Melo Franco* e de Sílvia Alvim de Melo Franco. Casado com Ana Guilhermina (Anah) Pereira de Melo Franco, neta do Conselheiro e ex-Presidente da República, Dr. Francisco Rodrigues Alves.

Iniciou o curso secundário no Colégio Anglo-Mineiro, de Belo Horizonte, e concluiu-o no Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, DF. Diplomado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1927, especializou-se, posteriormente, em Letras, em Genebra, Suíça.

Ainda estudante, em 1919-1920 publicou poemas e ensaios literários na revista *Primavera*, editada em Resende, RJ. Em 1922, ligou-se ao movimento modernista, que acompanhou como crítico literário.

Ingressou no jornalismo em 1923, quando, a convite de Assis Chateaubriand, passou a colaborar nos *Diários Associados*. Na época, fundou, com Prudente de Morais (neto) e Sérgio Buarque de Holanda, a revista *Estética*, em que apareceram poemas seus. Em 1927-1928, escreveu artigos no velho *Diário de Minas*, de Belo Horizonte, porta-voz do Partido Republicano Mineiro - PRM -, cuja redação era chefiada por Carlos Drummond de Andrade*. No mesmo período, nomeado pelo Presidente de Minas Antônio Carlos Ribeiro de Andrada*, antes mesmo de terminar o curso jurídico exerceu a Promotoria de Justiça na Comarca de Belo Horizonte. No ano seguinte, colaborou na *Revista do Brasil*, então adquirida por Assis Chateaubriand.

Em 1929, engajou-se ativamente na campanha da Aliança Liberal, que visava a levar Getúlio Vargas à Presidência da República. Por motivos de saúde, não pôde participar do movimento revolucionário de 1930.

Fazia estação de tratamento em Montana, Suíça, em 1932, quando foi designado consultor jurídico da delegação brasileira à Conferência de Desarmamento, reunida em Genebra. De volta ao Brasil, assumiu, em 1933, a direção da redação do matutino dos *Diários Associados* de Belo Horizonte, o *Estado de Minas*, que deixou para lançar, em 1934, com seu irmão Virgílio Alvim de Melo Franco*, e do jornal *Folha de Minas*, destinado a fazer oposição aos Governos Federal e Estadual.

Radicado definitivamente no Rio de Janeiro em 1935, foi nomeado para a consultoria jurídica do Banco do Brasil. Em 1936-1937, como professor contratado, lecionou História do Brasil na extinta Universidade do Distrito Federal. Em seguida, ministrou cursos de História Econômica e Política do Brasil na Universidade de Montevidéu, Uruguai (1938), e de Cultura Brasileira na Sorbonne, Paris, este por indicação do Conselho da Universidade do Brasil e sob os auspícios do Instituto Franco-Brasileiro de Cultura (1939).

Adversário do Estado Novo, foi, em outubro de 1943, um dos articuladores e signatários do Manifesto dos Mineiros, em conseqüência do que se viu afastado do lugar que ocupava no seviço jurídico do Banco do Brasil e no qual seria restabelecido após a redemocratização do País.

Em 1944, deu curso de Literatura Brasileira na Universidade de Buenos Aires. Em 1945, participou do I Congresso Brasileiro de Escritores, em São Paulo, como fato político em oposição ao Estado Novo. Em 1946, foi nomeado professor de História do Brasil do Instituto Rio Branco, de preparação à carreira diplomática.

Filiado às correntes políticas que vieram a constituir a UDN, elegeu-se suplente de Deputado Federal por Minas Gerais para a 1ª Legislatura (1947-1951), chegando a ocupar a cadeira, e Deputado Federal efetivo na 2ª e 3ª Legislaturas (1951-1959). Na Câmara, integrou a Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão Mista de Leis Complementares, a Comissão de Reforma Administrativa e, como Relator, a comissão especial de inquérito sobre os contratos da Light (1947), a comissão especial formada para emitir parecer acerca da emenda parlamentarista à Constituição e a comissão especial criada para emitir parecer sobre a autonomia do Distrito Federal.

Autor do projeto de lei contra a discriminação racial, que veio a transformar-se na assim chamada Lei Afonso Arinos (Lei no. 1.390, de 3 de julho de 1951), também teve a iniciativa de projetos autorizando a importação, com isenção de direitos, de mercadorias indispensáveis à população, e incluindo, no orçamento, verba para a restauração de monumentos de Ouro Preto, MG. Em 1947, posicionou-se contra a cassação dos mandatos dos políticos do PCB (Partido Comunista Brasileiro), que havia sido extinto pela Justiça Eleitoral. Desempenhou as funções de Líder da Minoria (1953), de Líder da UDN (1953-1956) e de Líder do Bloco de Oposição até 1958.

A partir de 1951, a UDN passou a fazer forte oposição ao Governo Getúlio Dornelles Vargas. Em setembro desse ano, Afonso Arinos, como Vice-Líder dos mineiros, discursou durante a cerimônia comemorativa do 5º aniversário da Constituição. Em 1952, defendeu o acordo militar assinado entre o Brasil e os Estados Unidos da América, duramente combatido por vários setores. Em 1954,

atacou o ex-Ministro do Trabalho João Goulart e o Ministro da Justiça Tancredo de Almeida Neves*, como possuidores de uma "quota de responsabilidade na crise nacional que se anunciava". No mesmo ano, encaminhou ao parlamento um pedido de *impeachment* do Presidente Vargas, mas foi derrotado por larga margem de votos. Quando da crise desencadeada pela tentativa de homicídio de Carlos Lacerda, pronunciou seus mais contundentes discursos contra Vargas. Na sucessão presidencial de 1955, diante da impossibilidade de uma união interpartidária em torno de um único nome, opôs-se fortemente à eleição de Juscelino Kubitschek de Oliveira* e João Goulart*.

Em 1949, obteve aprovação em concurso para professor catedrático de Direito Constitucional na Universidade do Rio de Janeiro e, em 1950, para professor catedrático da mesma disciplina na Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Convidado pela Faculdade de Direito de Paris, participou, em 1952, de um seminário de Direito Constitucional na capital francesa. Eleito pela Academia Brasileira de Letras em janeiro de 1958, em julho tomou posse na cadeira nº 25, patrocinada por Junqueira Freire, em sucessão a José Lins do Rêgo. Por ocasião de sua eleição, derrotou João Guimarães Rosa*, por 27 votos contra 10. No mesmo ano, elegeu-se Senador pelo antigo Distrito Federal para a 4ª e 5ª Legislaturas (1959-1967).

No Senado, desempenhou a Presidência das Comissões de Relações Exteriores (1959-1961) e de Constituição e Justiça (1964-1965), tendo renunciado ao último posto para tornar-se Relator da mesma comissão. Em julho, apresentou projeto de emenda à Constituição dispondo sobre a localização da Capital Federal em Brasília.

Licenciou-se do mandato parlamentar durante o Governo Jânio Quadros para ocupar o Ministério das Relações Exteriores, no qual iniciou o programa que se tornou conhecido como de "política externa independente". Essa política objetivava, entre outras coisas, condenar o colonialismo, por meio de um novo relacionamento com a Ásia e a África; abandonar o alinhamento com o bloco ocidental, encabeçado pelos EUA; restabelecer relações diplomáticas com países socialistas e reconhecer o Governo de Fidel Castro, em Cuba. Quando da tentativa de invasão de Cuba pelos EUA, o Ministério das Relações Exteriores, atuando como porta-voz do Brasil, posicionou-se contra aquela ação. Os rumos para os quais conduzia a política externa brasileira valeram-lhe forte oposição de grupos conservadores.

Com a renúncia do Presidente da República, em 25 de agosto de 1961, retornou, dois dias depois, ao Senado, em que teve papel de relevo na aprovação da emenda parlamentarista, sistema de governo a que se havia convertido ainda quando Deputado.

Instituído o parlamentarismo, de novo afastou-se do Senado, para outra vez assumir a Pasta do Exterior no Gabinete Brochado da Rocha (18/7/62-13/9/62). Em setembro de 1961, participou da XIV Assembléia Geral da ONU, na qual voltou a combater o colonialismo. Em 1962, chefiou a delegação brasileira que participou de uma conferência de desarmamento em Genebra. No mesmo ano, representou o Brasil no Concílio Vaticano II.

Quando se agravou, em fins de 1964, a crise político- militar, assumiu, a convite do Governador José de Magalhães Pinto*, a Secretaria de Governo de Minas Gerais, da qual se demitiu, logo após a queda do Presidente João Goulart, para reassumir a senatoria.

Sobre a situação nacional publicou, ainda em 1964, uma série de ensaios no *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro. Já se distanciando do movimento de 1964, em 1966, declarava, no Senado, que, em virtude de convicções jurídicas antigas, não mais votaria em pleito indireto para a escolha de Presidente e de Vice-Presidente da República. A partir do fim do segundo mandato senatorial (1967), não mais disputou qualquer cargo eletivo, mas continuou a integrar o Conselho Federal de Cultura.

Em 1985, foi nomeado pelo Presidente José Sarney para presidir a uma comissão de notáveis, denominada, em sua homenagem, Comissão Afonso Arinos (1985-1986), destinada a preparar um anteprojeto para a futura Constituição do Brasil. Em 1986 foi eleito Senador Constituinte e para o período 1987-1991, pelo Rio de Janeiro, presidindo a Comissão de Sistematização (1987-1988) da Assembléia Nacional Constituinte.

Na Constituinte, foi um dos defensores do direito ao voto aos menores de 16 anos. Votou, ainda, a favor do direito de greve, da reforma agrária, do mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney e contra o sistema presidencialista.

Dedicado exclusivamente às letras e à pesquisa histórica, em 1973 recebeu o Prêmio Juca Pato, da *Folha de S. Paulo*, como Intelectual do Ano, e, em 1976, o título de cidadão fluminense, outorgado pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, e o de professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A partir de 1979, passou a integrar a Academia Mineira de Letras, como sucessor de Juscelino Kubitschek de Oliveira* na cadeira nº 34, patrocinada por Tomás Antônio Gonzaga. Em substituição a Otávio Tarquínio de Sousa, dirigiu a *Coleção Documentos Brasileiros*, da Livraria Editora José Olympio. Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, à Sociedade Capistrano de Abreu, ao Instituto Histórico de Ouro Preto, à Societé des Amis de Montaigne (Paris), à Sociedade Felipe de Oliveira e ao Instituto de Estudos Ibero-Americanos.

Entre as missões que cumpriu no exterior, citam-se a participação nas delegações brasileiras à Conferência Interamericana de Caracas, Venezuela (1954), às reuniões do Conselho da União Interparlamentar em Cannes, França (1959), e em Camberra, Austrália (1966), e ao Concílio Vaticano II (1962); as visitas oficiais à Índia (1960), à África (1961 e 1963) e a Israel (1962), e a chefia das delegações brasileiras à XVI e à XVII Assembléias Gerais das Nações Unidas (1961 e 1962) e à Conferência de Desarmamento, em Genebra (1962 e 1963).

Pertenceu à UDN, à Arena, ao PFL e, em 1988, participou da fundação do PSDB.

Atuaram na política seu avô Virgílio Martins de Melo Franco*, seu pai Afrânio de Melo Franco*; seu irmão Virgílio Alvim de Melo Franco* e seus filhos Francisco Manuel de Melo Franco, que foi Secretário de Planejamento do Estado da Guanabara e do Estado do Rio de Janeiro nas gestões do Governador Chagas Freitas, e Afonso Arinos de Melo Franco Filho, que exerceu os mandatos de Deputado Estadual na Guanabara e de Deputado Federal pelo mesmo Estado.

Publicou as obras *Introdução à Realidade Brasileira*, Rio de Janeiro, Schimidt, 1933; *Conceito de Civilização Brasileira*, São Paulo, Editora Nacional, 1936; *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa; as origens brasileiras da teoria da bondade natural*, Rio de Janeiro, J. Olympio, 1937, 2. ed. Rio de Janeiro/Brasília, J. Olympio/INL-MEC, 1976; *Terra do Brasil*, São Paulo, Editora Nacional, 1939; *História do Banco do Brasil (Primeira fase, 1808-1835)*, São Paulo, Instituto de Economia da Associação Comercial, 1947, (Col. Cultura Econômica). 2. ed. 1973; *História e Teoria do Partido Político no Direito Constitucional Brasileiro*, Rio de Janeiro, s. ed., 1948; *Um Estadista da República (Afrânio de Melo Franco e seu tempo)*, Rio de Janeiro, J. Olympio, 1933, 3 v. (Col. Documentos Brasileiros, 85, 85A, 85B). 2. ed., Rio de Janeiro, Nova Aguilar/INL-MEC, 1976, v. 1.; *Curso de Direito Constitucional Brasileiro.* (Rio de Janeiro) Forense, 1958-1960, 2 v.; *A Alma do Tempo: Memórias* (Formação e mocidade), Rio de Janeiro, J. Olympio, 1961; *A Escalada: Memórias*, Rio de Janeiro, J. Olympio, 1965; *Planalto (memórias)*, Rio de Janeiro, J. Olympio, (1968); *Rodrigues Alves: Apogeu e Declínio do Presidencialismo*, Rio de Janei-

ro, J. Olympio, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973, 2 v. (Col. Documentos Brasileiros, 155, 155a); *Alto-Mar Maralto* (memória), Rio de Janeiro, J. Olympio, 1976; *Diário de Bolso*, seguido de *Retrato de Noiva*, Rio de Janeiro, J. Olympio, 1980; *Amor a Roma*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.

Estado de Minas

Afonso Arinos de Melo Franco

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados*. 1974. Brasília, Centro de Documentação e Informação, 8:257-8, 1974./BEHAR, Eli. *Vultos do Brasil*. São Paulo, Livraria Exposição do Livro, 1967./CARVALHO, Antônio Gontijo de. Brasilidade e levismo. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (79); 97-100, jun. 1951,/COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961, v. 1./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 28 maio 1955, p. 9; 24 jan. 1958, pp. 1, 12; 16 out. 1977, 1° caderno, pp. 18-19/FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte./FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Problemas políticos brasileiros*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1975. (Nota da Editora. Dados biobibliográficos do autor)./ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República (Afrânio de Melo Franco e seu tempo)*. 2 ed. Rio de Janeiro, Nova Aguilar/Instituto Nacional do Livro-Ministério da Educação e Cultura, 1976. (Introdução Geral/Biocronologia por Antônio Houaiss)./ Martins de Oliveira. *História da literatura mineira*. 2. ed. Belo Horizonte, 1963./MELO, Oliveira. *Paracatu e Patos de Minas: uma antologia*. Belo Horizonte, Instituto de História, Letras e Artes, 1966./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 29 jan. 1980, p. 4./*Dicionário Histórico-Biográfico 1930-1983*. Coordenação Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro, Forense Universitária: FGV-CPDOC - Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, 1984. pp. 203-208./*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 ago. 1990; 1° caderno, p.4./ *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 ago. 1990. Política, p. A-6.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo (Tio)

Escritor, acadêmico, professor e advogado, nasceu em Paracatu, Província de Minas Gerais, a 1° de maio de 1868, e faleceu em Barcelona, Espanha, a 19 de fevereiro de 1916. Filho do político e magistrado Virgílio Martins de Melo Franco* e de Ana Leopoldina de Melo Franco. Casado com Antonieta Prado de Melo Franco.

Estudou Humanidades no Internato Padre Machado e no Colégio da Conceição, ambos em São João del-Rei, Província de Minas Gerais; fez os preparatórios no Ateneu Fluminense, no Rio de Janeiro, e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP em 1889.

Voltando à Província natal logo depois de formado, a princípio fixou-se em Ouro Preto como advogado e professor de História do Brasil e História Geral no Liceu Mineiro. Na antiga Capital, participou do grupo fundador da Faculdade Livre de Direito, tendo sido Secretário da sessão inaugural, realizada a 4 de dezembro de 1892, e professor de Direito Criminal (1892-1897) e Direito das Gentes e Diplomacia (1894-1897).

Foi, também, um dos criadores do Arquivo Público Mineiro, em março de 1896.

Em Ouro Preto, acolheu diversos intelectuais que fugiam às perseguições do Governo Floriano Peixoto, nomeadamente Olavo Bilac, Magalhães Azeredo, Álvares de Azevedo e Coelho Neto, para os quais leu seus primeiros trabalhos literários.

Em 1896, fez a primeira viagem à Europa para, por incumbência do Governo mineiro, estudar a organização do ensino secundário e profissional, com vistas a reformas que se pretendia introduzir no sistema estadual de educação.

De regresso ao Brasil no ano seguinte, a convite de seu cunhado Eduardo Prado substituiu-o na direção do órgão monarquista *O Comércio de S. Paulo*, que seria empastelado por ocasião dos motins ocorridos após o malogro da terceira expedição contra Canudos.

Depois de advogar no Rio de Janeiro, transferiu-se para Paris, França, onde fundou um escritório comercial, e até a morte passou mais tempo na Europa do que em sua pátria.

Um dos iniciadores da chamada escola regionalista, começou ainda quando acadêmico em São Paulo, mas somente em 1893 se pôs em contato com o público do Rio de Janeiro, ao aparecer em *O País*, sob o pseudônimo de Affar, seu conto *Manoel Lúcio*. De Ouro Preto, enviou, em 1894, à *Gazeta de Notícias*, também do Rio de Janeiro, o conto *A Esteireira*, concorrendo a um concurso literário em que conquistou o segundo lugar, por ter sido considerado seu texto "inverossímil e demasiado violento". Prestigiando o jovem escritor, José Veríssimo convida-o a colaborar na *Revista Brasileira*, onde, a partir de 1895, publica vários contos, entre os quais *Pedro Barqueiro*. Colaborou, ainda, na *Revista do Brasil* e no *Minas Gerais*, órgão oficial do Governo mineiro. Reunindo essa produção esparsa, surge, em 1898, a primeira edição de *Pelo sertão* (histórias e paisagens), Rio de Janeiro, Laemmert, a que se seguem *Os jagunços* (novela sertaneja, escrita expressamente para *O Comércio de S. Paulo* e publicada, sob o pseudônimo de Olívio de Barro, em folhetins), São Paulo, Antônio da Rocha Ribeiro, ed., 1898, e *Notas do dia - Comemorando* (série de artigos de *O Comércio de S. Paulo*), Tip. Andrade, Melo & Comp., São Paulo, 1990.

Eleito para a ABL em dezembro de 1901, como sucessor de Eduardo Prado na cadeira n° 40, patrocinada pelo Visconde do Rio Branco, foi ali recebido, em 18 de julho de 1903, por Olavo Bilac. Pertenceu, ainda, ao IHGB e ao Instituto Histórico de São Paulo.

De sua obra póstuma destacam-se: *Lendas e tradições brasileiras*, São Paulo, Tip. Levi, 1917 (série de oito conferências pronunciadas em São Paulo, 1914); *O contratador de diamantes*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1917 (drama histórico); o opúsculo. *A unidade da pátria; O mestre de campo*, São Paulo, 1918 (romance de costumes do século XVIII); *Histórias e paisagens*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1921, e o romance inacabado *Ouro, ouro*, editado em 1970 pelo sobrinho Afonso Arinos de Melo Franco*.

Genro do Conselheiro Antônio Prado, era irmão de Afrânio de Melo Franco* e tio de Virgílio Alvim de Melo Franco*.

FONTES: *A Manhã*. Rio de Janeiro, 14 jul. 1942. Suplemento literário. pp. 295-303./*Anais da Câmara dos Deputados*, 1968. Brasília, Diretoria de Documentação e Publicidade, 2:569-70, s. d./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 20 fev. 1916. p. 1./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 31 ago. 1957. p. 4; 14 jul. 1962. p. 9./*Galeria Nacional*; Vultos proeminentes da história brasileira. Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1931. 2° fasc. p. 161./GONZAGA, Olímpio. *Memória histórica de Paracatu*. Uberaba, Typ. Jardim, 1910./ *Minas Gerais*, Ouro Preto, 7 nov. 1892. p. 1158./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 27 abr. 1968. Suplemento literário. pp. 1-12; 4 maio 1968. Suplemento literário. pp. 1-12; 11 maio 1968. Suplemento literário. pp. 1-12; 15 maio 1976. p. 11./*O Movimento*, Ouro Preto, 20 fev. 1891./*Revista da Faculdade de Direito; memória histórica (1892-1959)*. Belo Horizonte, Imprensa da Universidade de Minas Gerais, *10*:127, out. 1958/mar. 1959/RIBEIRO, Coriolano Pinto & GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1956./RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970-1./ SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

FRANCO, Afrânio de Melo

Político, promotor de justiça, advogado, professor e diplomata, nasceu em Paracatu, Província de Minas Gerais, a 25 de fevereiro de 1870, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 1° de janeiro de 1943. Filho do político Virgílio Martins de Melo Franco* e de Ana Leopoldina de Melo Franco. Casado com Sílvia Cesário Alvim, filha de José Cesário de Faria Alvim*.

Fez os estudos secundários no Colégio da Conceição, de São João del-Rei, e no Colégio Abílio, de Barbacena, e o curso superior na Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual se bacharelou em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1891. Estudante em São Paulo, foi membro do Clube Republicano Acadêmico, colaborou no jornal *A Metralha*, de propaganda republicana revolucionária, e tomou parte ativa em comícios abolicionistas. Em 1890, chegou a abrir um curso particular de Direito Natural para calouros.

Sua vida pública iniciou-se pelo exercício interino da Promotoria de Ouro Preto, MG, em 1890, quando ainda estudante, e prosseguiu com sua nomeação para a Promotoria de Queluz (hoje Conselheiro Lafaiete), MG, no Governo José Cesário de Faria Alvim*, em 1891. Formado, voltou à casa dos pais em Ouro Preto, onde se conservou até princípios de 1892. Por atos do Vice-Presidente Gama Cerqueira*, foi então reconduzido à Promotoria de Queluz e, logo a seguir, nomeado para o mesmo cargo em Ouro Preto. Na antiga Capital do Estado, tomou parte, em dezembro de 1892, na fundação da Faculdade Livre de Direito, de que foi Secretário até outubro de 1896.

Depois de servir como Promotor de Justiça em Juiz de Fora durante três meses, foi nomeado pelo Presidente Prudente de Morais, em março de 1895, Procurador Seccional da República no Estado de Minas Gerais, cargo de que se exonerou em 1896, para ingressar na carreira diplomática como Secretário da Legação em Montevidéu, Uruguai. Após ocupar o mesmo posto em Bruxelas, Bélgica, regressou ao Brasil em 1898 e abriu escritório de advocacia em Belo Horizonte, onde acabara de ser instalada a nova Capital do Estado.

Eleito Deputado Estadual para a 4ª Legislatura (1903-1906), durante a qual integrou as Comissões de Constituição e Legislação, de Justiça, de Orçamento e de Instrução Pública. Foi Líder do Governo Francisco Antônio de Sales*. Durante esse mandato, destacou-se principalmente por sua atuação na reforma constitucional e legislativa de Minas Gerais. Renunciou em 1906, ao eleger-se Deputado Federal para a 6ª Legislatura (1906-1908). Reconduzido à Câmara Federal da 7ª à 9ª Legislaturas (1909-1917), fez parte, ao longo do período, da Comissão de Diplomacia, tendo sido seu Presidente. Em 1910, apoiou a candidatura de Hermes da Fonseca à Presidência. A partir de 1912, integrou a Comissão de Constituição e Justiça, posicionando-se, nos anos seguintes, contra a intervenção federal nos Estados. Em 1915, foi o Relator-Geral do projeto do Código Civil Brasileiro.

Na sessão legislativa de 1917, dois foram os acontecimentos marcantes na sua vida: a embaixada especial à Bolívia, como representante do Brasil na posse do novo Presidente do país, levando instruções do Presidente Venceslau Brás Pereira Gomes* para consultar os chefes das demais missões acerca dos problemas que iria criar a entrada dos Estados Unidos no conflito mundial, e a participação na formulação das leis de guerra. Elegeu-se Deputado Federal para a 10ª Legislatura (1918-1920), mas, a 7 de setembro de 1918, a convite do Presidente de Minas, Artur da Silva Bernardes*, assumiu o cargo de Secretário Estadual das Finanças. A 15 de novembro do mesmo ano, entretanto, passa a ocupar o Ministério da Viação e Obras Públicas do Governo Rodrigues Alves. Em sua atuação nesse cargo, destacou-se pela encampação da Estrada de Ferro Teresópolis. Nesse cargo, quando o Presidente Rodrigues Alves veio a falecer e o Vice-Presidente Delfim Moreira adoeceu de febre amarela, atendeu aos principais encargos do poder, como se fosse uma espécie de Primeiro-Ministro. Esse período ficou conhecido no Congresso como Regência Republicana. Em fins de julho de 1919, ao deixar o Ministério, aceitou convite de Epitácio Pessoa para Delegado à 1ª Conferência Internacional do Trabalho, em Washington, EUA.

Novamente Deputado Federal na 11ª Legislatura (1921-1923), foi Líder da Bancada mineira (1920) e Presidente da Comissão de Constituição e Justiça (1923). Seu principal objetivo, nessa época, foi assegurar a vitória de Artur Bernardes* à Presidência, em 1922. Entretanto, em 1921, renunciou à liderança do PRM, deixando a campanha de Artur Bernardes* nas mãos do Senador Raul Soares*. Em fevereiro de 1923, presidiu à delegação brasileira à 5ª Conferência Internacional Pan-Americana, reunida em Santiago do Chile. Nessa ocasião, divergiu com a delegação argentina, não conseguindo chegar a um acordo sobre a limitação dos navios de guerra. De volta ao Brasil em agosto, foi nomeado Presidente da Delegação à 4ª Assembléia da Liga das Nações em 1924, presidiu à sessão do Conselho da Organização, que, reunido em Genebra, criou o Comitê Internacional de Operação Intelectual, do qual derivou, após a Segunda Grande Guerra, o que é hoje a Unesco. No mesmo ano, foi nomeado Embaixador Permanente do Brasil na Liga das Nações. Entretanto, o Brasil não conseguiu concretizar sua pretensão de se tornar um membro permanente da Liga. Naquela instituição, conseguiu a aprovação de um relatório que preconizava a integração de imigrantes em outros Estados e sugeria que a proteção às minorias, pretendida pela Liga, fosse aplicada apenas a grupos nacionais transferidos para outras soberanias.

Retornando à Câmara dos Deputados na 12ª e 13ª Legislaturas (1924-1929), foi Presidente da Comissão de Constituição e Justiça (1924) e membro da Comissão de Diplomacia e Tratados. Por meio de conversações com João Neves da Fontoura, Líder do Partido Republicano Riograndense, João Daudt D'Oliveira, empresário gaúcho, Epitácio Pessoa e João Pessoa, ajudou a viabilizar a Aliança Liberal e a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência.

Ministro da Justiça interino (26/10/30-31/11/30), no mesmo ano tornou-se o primeiro Ministro das Relações Exteriores da revolução triunfante. Como chanceler, tratou do Caso Baden - navio alemão atingido durante a Revolução, que contou 31 baixas -; procurou ampliar o mercado consumidor de café; realizou reforma dos serviços internos do Itamarati; preparou a fusão do quadro dos cônsules com o dos diplomatas de carreira e titulares dos mais altos cargos da Secretaria de Estado; retomou o serviço de demarcação de fronteiras; envolveu-se na Guerra do Chaco, em torno da questão de limites entre a Bolívia e o Paraguai; e chefiou a delegação brasileira à VII Conferência Pan-Americana, reunida em Montevidéu, em dezembro de 1933. Renunciando ao cargo de Ministro em janeiro de 1934, foi convidado para mediador pelos dois países interessados na questão litigiosa do território de Letícia, que levava à guerra o Peru e a Colômbia. Sua atuação na assinatura do *Protocolo da Amizade* entre os dois países valeu-lhe a indicação, em 1935, para o Prêmio Nobel da Paz. No ano seguinte, foi novamente indicado.

Nas eleições de 1934, candidatou-se ao mesmo tempo à Câmara Federal e à Constituinte mineira. Optando pelo mandato estadual,

participou, como representante da Minoria, da comissão incumbida de rever e encaminhar o projeto da Constituição de 1935. Promulgada esta, renuncia ao mandato e regressa definitivamente ao Rio de Janeiro.

Entre 1935 e 1937, atuou como Presidente da Comissão Internacional de Jurisconsultos de Washington, EUA, encarregada da codificação progressiva do Direito Internacional Americano. Em dezembro de 1938, foi escolhido para presidir à delegação brasileira à VIII Conferência Pan-Americana de Lima, Peru.

No início das hostilidades da Segunda Grande Guerra, foi criada, pela 1ª Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, a Comissão Interamericana de Neutralidade, com sede no Rio de Janeiro, da qual foi escolhido Presidente. Mais tarde, ao transformar-se a Comissão Interamericana de Neutralidade na Comissão Jurídica Interamericana, continuou a exercer o cargo de Presidente até sua morte. Foi, ainda, membro do Grupo Nacional da Corte Permanente de Arbitragem de Haia e do Tribunal Permanente de Conciliação e Arbitragem entre os Governos da Holanda e da Venezuela.

No magistério, teve longa carreira, que iniciara em 1902, como lente interino de Lógica no externato do Ginásio Mineiro de Belo Horizonte. Posteriormente, o Presidente Francisco Antônio de Sales* concedeu-lhe a efetividade na cadeira, da qual o pai se demitira em seu benefício. Nesse posto permaneceu, mesmo depois de eleito Deputado Federal, reassumindo-o sempre nos intervalos das sessões. No ensino superior, foi nomeado, em 1904, lente substituto de Direito Internacional Público e Privado e de Diplomacia na Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais e promovido a catedrático em 1912, ano em que se tornou sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Pertenceu sempre ao PRM.

Além de seu pai, atuaram na política seus filhos Virgílio Alvim de Melo Franco*, Afonso Arinos de Melo Franco* e seu cunhado Honorato José Alves*.

Publicou as obras *Guido Tomás Marliére* (ensaio histórico); *Pela fraternidade continental americana* (discursos e entrevista em Buenos Aires, 1924); *Discursos*. Deixou inúmeros pareceres e monografias jurídicas, oriundos de atividades parlamentares e forenses.

Afrânio de Melo Franco

FONTES: ALVIM, Antônio Camilo de Faria. Recordando Afrânio. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (212):114-6, mar./abr. s.d. /*Anais da Assembléia Constituinte*. 1946. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1:345-7, 1946. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1:345-7, 1946. /ANDRADE, Carlos Drummond de. O Dr. Afrânio. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (212): 110-1, mar/abr. s.d./CALMON, Pedro. Elogio dos sócios - Afrânio de Melo Franco. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - 1943*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 181: 109-13, 1944./CAMPOS, Mílton. De Paracatu a Genebra. In: *Digesto Econômico*, São Paulo (212):79-86, mar./abr. s.d./CANÇADO, Antônio Augusto de Melo. Duas figuras carismáticas. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (212); 76-8, mar. /abr.s.d./CARVALHO, Antônio Gontijo de. Brasileiros ilustres; Afrânio de Melo Franco. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (77): 104-6, abr. 1951./CARVALHO, Daniel de. *Capítulos de memórias*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1957. pp. 17-161. / ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917*. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. /*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 3 jan. 1943. p. 3; 26 fev. 1970. p. 1; 16 jun. 1979. p. 4./FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Afrânio, estudante em São Paulo. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (86):85-112, jan. 1952./FRANCO FILHO, Afrânio de Melo. Afrânio de Melo Franco. In: *Digesto Econômico*.São Paulo , (212): 117-24, mar./abr. s.d./GONZAGA, Olympio. Álbum paracatuense dos principais homens ilustres da atualidade. In: *Memória histórica de Paracatu*. Uberaba, Tip. Jardim, 1910./HORTA, Raul Machado. Centenário de Afrânio de Melo Franco. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (212): 158-9, mar./abr., s. d./ JACQUES, Paulino. Esboço de perfil de Afrânio de Melo Franco. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (212): 162-5, mar. /abr., s.d./ LIMA, Geraldo França de. Reminiscências de Afrânio. In: *Digesto Econômico*. São Paulo,(212): 112-3, mar./abr. s.d./ *Minas Gerais*, Ouro Preto, 9 nov. 1893. p. 2; 10 nov. 1893. p. 2./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 7 set. 1918. pp. 2-3; 3 jan. 1943. p. 10; 19 mar. 1970. p. 4; 25 mar. 1970. p. 1; mar. 1970. p. 2./*O Diário*, Belo Horizonte, 3 jan. 1943. p. 3./OLIVEIRA, Antônio Camilo de. A ação diplomática de Melo Franco. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (213): 29-46, maio/jun., s. d./MELO, Oliveira. *Paracatu: uma antologia. Paracatu e Patos de Minas: uma antologia*. Belo Horizonte, Edição do Instituto de História, Letras e Arte, 1966./*Relação dos Ministros da Justiça - 1822-1974*. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça - Arquivo Nacional, 1974./*Revista da Faculdade de Direito; memória histórica (1892-1959)*. Belo Horizonte, Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 10: 129-30, out. 1958- mar. 1959./*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 179: 276-7, 1943/SCANTINBURGO, João de. O centenário de grande homem. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (212): 107-9, mar./abr., s. d./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926./SOARES, Teixeira. Afrânio de Melo Franco - diplomata e internacionalista. In: *Digesto Econômico*. São Paulo (212): 87-106, mar./abr., s. d./ VIANA, Hélio. Afrânio de Melo Franco. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (212): 125-34, mar./abr. s. d./DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO 1930-1983. Coordenação Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro, Forense Universitária: FGV-CPDOC. Financiadora de Estudos e Projetos - Finep. 1984. pp. 1.347-1.353.

FRANCO, Augusto César Pedreira

Magistrado, nasceu na Província da Bahia, a 23 de abril de 1868. Filho de Atabalipa Americano Franco e de Amélia Pedreira Franco.

Feitos os preparatórios no Rio de Janeiro e em Ouro Preto, MG, cursou até o terceiro ano a FDSP e, em seguida, a FLDMG, pela qual se bacharelou em 1893.

Ingressou na Magistratura mineira em junho de 1894, como Juiz de Direito de Baependi. Ao fim da carreira foi nomeado Desembargador do Tribunal da Relação.

FONTES: *Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais*. Secretaria. Ficha funcional./ *Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito*. Arquivo.

FRANCO, Ciro

Secretário de Estado e promotor, nasceu em Barbacena, MG, a 12 de setembro de 1913. Filho do funcionário federal Euclides Franco e de Maria José da Silva Franco. Casado com Maria Teresinha Marques de Andrade.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro, em sua terra natal, e bacharelou-se pela FDUMG em 1937.

Quando estudante, dedicou-se ao escotismo (1926-1933), tendo desempenhado as funções de guia, subchefe e chefe da tropa. Em 1929, por ocasião das comemorações do 21º aniversário da criação do movimento, participou da representação brasileira no *jamboree* realizado em Londres.

Nomeado Promotor de Justiça em 1939, serviu, sucessivamente, nas Comarcas mineiras de Januária, Ituiutaba (1941) e Uberlândia (1954).

No Governo Israel Pinheiro da Silva*, foi Secretário Estadual do Interior e Justiça (12/8/66-25/4/67), tendo, no período, respondido, durante dois meses, pela Secretaria de Educação.

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 17 ago. 1966. p. 1./TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central*. Uberlândia, Uberlândia Gráfica Editora, 1970. v. 2.

FRANCO, Dolor de Brito

Político e advogado mineiro, foi Deputado Federal na 14ª Legislatura (1930).

Pertenceu ao PRM.

FONTE: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial. 27:153, dez. 1976.

FRANCO, Itamar Augusto Cautiero

Político, engenheiro e empresário, nasceu em Salvador, BA, a 28 de junho de 1931. Filho do engenheiro Augusto César Stiebler Franco e de Itália Cautiero Franco. Foi casado com Ana Elisa Surerus Franco.

Em Juiz de Fora, MG, fez o curso secundário no Instituto Granbery e diplomou-se, em 1954, pela Escola de Engenharia, cujo Diretório Acadêmico presidiu por duas vezes. Concluiu, ainda, os cursos de Administração de Empresas, na Fundação Getúlio Vargas, SP; de Métodos de Trabalho, Relações no Trabalho e Ensino Correto no Trabalho, na Comissão Americano-Brasileira de Educação Industrial, SP; e de Política de Energia para o Brasil, na Escola Superior de Guerra, RJ.

Iniciou sua carreira política como Prefeito de Juiz de Fora (1967-1971), pelo MDB, cargo a que foi reconduzido no período 1973-1975.

Em Juiz de Fora, foi Presidente da Liga Universitária Juiz-Forana de Esportes; Chefe do Serviço de Engenharia do SESI; membro da Comissão de Planejamento do *Campus* da Universidade Federal; Presidente do Clube de Engenharia; Presidente de Honra da Associação dos Ex-Combatentes; Diretor da Divisão Industrial da Prefeitura e fundador e primeiro Diretor do Departamento de Água e Esgotos. Desempenhou, também, as funções de auxiliar de Estatística do IBGE; topógrafo do Departamento Nacional de Obras de Saneamento - DNOS; Diretor das empresas S.A. Curtume Krambeck, Itec Engenharia e Construções, Blokret S.A., Imobiliária Paranoá Ltda. e Sândalo Incorporadora de Imóveis Ltda.; Vice-Presidente da Associação Mineira de Municípios; membro do Conselho Regional de Escotismo do Estado de Minas Gerais; membro suplente do grupo brasileiro do Parlamento Latino-Americano e criador dos seminários de Desenvolvimento Integrado da Zona da Mata.

Participou do III Seminário Internacional de Administração Municipal (Belo Horizonte, MG); do I Ciclo da Adesg (Juiz de Fora, MG) e do simpósio sobre relações intergovernamentais (Rio de Janeiro, RJ).

Elegeu-se Senador em 1974 pelo MDB e reelegeu-se em 1982 pelo PMDB. No Senado, foi Presidente da Comissão de Economia, da CPI sobre o acordo nuclear-Brasil-Alemanha (1979-1980) e da Comissão de Finanças (1983-1984); integrou a comissão mista do Congresso encarregada de examinar o projeto de anistia do Governo (1979); foi Vice-Presidente da Comissão do Distrito Federal; 3º-Secretário da Mesa (1981-1982); Vice-Líder do MDB (1975-1976; 1979-1980); titular das Comissões de Serviço Público, de Minas e Energia, de Relações Exteriores, do Distrito Federal, de Educação e Cultura e suplente da Comissão de Municípios (1983-1984).

Em 1985, pretendeu candidatar-se ao Governo de Minas pelo PMDB, partido que ajudara a fundar em 1980 e cuja ficha de filiação fora o sexto político a assinar. Seu nome era considerado capaz de unir a Zona da Mata e outras importantes regiões mineiras, onde se concentra mais de 1/3 do eleitorado do Estado. O PMDB, no entanto, preferiu indicar Newton Cardoso*, o que levou Itamar Franco a desligar-se do partido e a fundar o Partido Liberal - PL. Em torno da sua candidatura, articulou-se, então, o Movimento Democrático Progressista - MDP, coligação de PL, PCB, PDT, PFL, PTB, PSB e alguns dissidentes do PMDB, que procurava concretizar a "União Mineira". Apesar de seu nome estar ligado, em Minas, à luta pela democracia, contra o regime autoritário, Itamar Franco foi derrotado pelo candidato do PMDB, afastando-se, em seguida, da política mineira.

Participou dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte (1987), em que foi suplente da Comissão de Sistematização e 2º-Vice-Presidente da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo e da Subcomissão do Poder Legislativo.

No Senado, teve participação decisiva na CPI da corrupção que investigou a administração de José Sarney. Sua atuação nessa CPI aproximou-o de Fernando Collor de Melo, que, como Governador de Alagoas, começava a projetar-se nacionalmente, empunhando a bandeira do combate à corrupção. Da aproximação resultaria a chapa vencedora das eleições presidenciais de 1989.

Eleito Vice-Presidente da República, Itamar Franco instala, em seu Gabinete, com 64 funcionários e assessores, um sistema de acompanhamento sistemático da administração federal, com o objetivo de colaborar com a Presidência da República.

Esteve, por diversas vezes, em missões no exterior, como observador parlamentar à Assembléia Geral das Nações Unidas (1978); observador do grupo brasileiro à LXV Conferência Interparlamentar (Bonn, Alemanha, 1978); membro da comissão de parlamentares brasileiros que visitou as usinas nucleares da Alemanha e da França e a Agência Internacional de Energia Atômica, na Áustria (1979); membro da delegação de parlamentares brasileiros em visita à Arábia Saudita (1981); delegado do grupo brasileiro da União Interparlamentar que visitou a Bulgária (1981); integrante da comissão parlamentar brasileira em visita ao Senado Japonês (1983); observador parlamentar à XXXIX Sessão da Assembléia Geral da ONU (1984); e participante de simpósio nos EUA, a convite de entidade cultural daquele país.

Filiado ao PRN, pertenceu ao PTB, ao MDB e ao PMDB, de cuja Comissão Diretora,

Itamar Augusto Cautiero Franco

em Minas Gerais, foi Presidente. Esteve filiado, também, ao PL, do qual foi Líder no Senado Federal (1987).

FONTES: *Dados biográficos*. Informantes: Itamar Augusto Cautiero Franco; Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/ Robertson Caloman Jacob Plischke. CEM/UFMG./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 16 maio 1974, p. 3./*Senadores; dados biográficos*. 8ª Legislatura (1975-9). Brasília, Arquivo do Senado Federal, 1975./Pesquisa biográfica dos senadores brasileiros. Brasília, Senado Federal (1980)./BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Assembléia Nacional Constituinte - 1987:* repertório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. 2ª ed. Brasília, 1989. pp. 390-91./*Dicionário Histórico Biográfico 1930-1983*. Coordenação Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro, Forense Universitária: FGV-CPDOC, Financiadora de Estudos e Projetos - Finep. 1984. pp. 1355-56/*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 1º de outubro de 1985./*Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 de novembro de 1986, 1º caderno, p. 8./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1º de novembro de 1986, p. 4./ *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 de maio de 1985./*Diário de Comércio*, Belo Horizonte, 15 de março de 1990, p. 7.

FRANCO, Raul Messias

Político, bacharel em Filosofia, pequeno proprietário agrícola e técnico em Educação Cooperativista, nasceu em Belo Horizonte, a 15 de janeiro de 1952. Filho de Raul Franco Júnior e de Maria Aparecida Messias Franco. Casado com Maria Isabel Resende Franco.

Concluiu seus estudos secundários no Colégio Estadual de Minas Gerais, em 1972, e formou-se em Filosofia pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, em 1976. Quando estudante, foi Presidente do Centro de Estudos de Filosofia, entidade de representação estudantil, na gestão 1973-1974, e freqüentou os cursos do Centro Internacional de Documentação - Cidoc -, coordenados por Ivan Illich, no México, sobre temas relativos à América Latina.

Foi Diretor da Escola da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor de Muriaé, em 1977. De 1978 a 1981, trabalhou na Superintendência de Cooperativismo - Sudecoop -, como Promotor de Educação Cooperativista.

Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores - PT - em 1986 e elegeu-se Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991). Na Assembléia Legislativa foi membro efetivo das Comissões de Abastecimento (1987-1988), de Assuntos da Sudene e Estímulos Fiscais (1987-1988), de Finanças e Orçamentos (1987-1990) e de Constituição e Justiça (1988), e suplente das Comissões de Defesa do Meio Ambiente (1987-1988) e de Proteção e Defesa do Consumidor (1987-1988). Foi Vice-Líder e Líder do PT (1990).

Em 1990, reelegeu-se Deputado Estadual para a 12ª Legislatura (1991-1995), sendo conduzido ao cargo de 2º-Secretário da Mesa da Assembléia Legislativa para o período 1991-1992.

Filiado ao PT.

Atuaram na vida pública: seu trisavô José Joaquim Fernandes Torres, duas vezes Deputado-Geral, Vice-Presidente da Província de Minas Gerais, Presidente da Província de São Paulo, Senador do Império e Ministro da Justiça; seu bisavô Júlio Messias, Prefeito de Ponte Nova; seu avô Raul Franco de Almeida, Chefe de Gabinete do Presidente da República Artur Bernardes* e Procurador-Geral da República na gestão do Presidente Washington Luís, e seu irmão Roberto Messias Franco, Secretário do Meio Ambiente da Presidência da República (1985-1986).

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG. Arquivo da Seção de Ensino.

FRANCO, Roberval Junqueira

Secretário de Estado, médico e professor, nasceu em Prata, MG, a 18 de agosto de 1946. Filho de Mílton Junqueira Franco e de Jaci Maria Junqueira Franco. Casado com Diva Maria Barbosa Franco.

Formou-se em Medicina pela Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, em 1971. Especializou-se em Pneumologia, no Departamento de Doenças do Aparelho Respiratório do Hospital do Servido Público Estadual de São Paulo, em 1972. Fez o curso de Medicina do Trabalho na Faculdade de Medicina na Universidade Federal de Minas Gerais, em 1974. Em 1976, cursou Administração Hospitalar da Fundação Instituto de Administração em Saúde - Fiasah.

Aprovado em concurso público para médico pneumologista da Polícia Militar de Minas Gerais, em 1974, atualmente ocupa a patente de Major-Médico. De 1974 a 1976, chefiou o Posto de Assistência Médica - PAM/04. Exerceu o cargo de Vice-Diretor do Hospital Alberto Cavalcanti no período de 1977-1978. Coordenador Regional de Administração Médica da Superintendência Regional do Inamps em Minas Gerais (1978-1979), chefiou a Equipe de Programas Rurais (1985) e foi Assistente de Gabinete na mesma Superintendência (1985-1989).

Desde 1977 é Chefe da Clínica de Pneumologia e Diretor do Sanatório Eugênio Vargas da Polícia Militar de Minas Gerais.

Em 1983 passou a lecionar a disciplina Pneumologia na Faculdade de Ciências Médicas.

De abril de 1990 a março de 1991, ocupou o cargo de Secretário de Estado da Saúde, nomeado pelo Governador Newton Cardoso*.

A partir de março de 1991 passa a atuar como Coordenador de Cooperação Técnica e Controle do Inamps em Minas Gerais.

Participou de inúmeros congressos, simpósios, jornadas, cursos e comissões; pronunciou várias palestras e publicou trabalhos e relatórios de temática médica.

Foi agraciado com as Medalhas do Mérito Legislativo Municipal e Estadual.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais.

FRANCO, Virgílio Alvim de Melo (dito Virgilinho)

Político, advogado, jornalista e empresário, nasceu em Ouro Preto, MG, a 10 de junho de 1897, e faleceu, assassinado em sua casa, no Rio de Janeiro, DF, a 29 de outubro de 1948. Filho do político Afrânio de Melo Franco* e de Sílvia Cesário Alvim de Melo Franco. Casado com Dulce de Melo Franco.

Fez os estudos secundários no Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, e bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, em 1918. Logo após começar o curso superior, empregou-se como escrevente no Cartório do Tabelião Duarte de Abreu. Em sua adolescência, foi admirador do Marechal Hermes da Fonseca e, quando do fim do mandato deste, passou a apoiar a Rui Barbosa. Também acompanhou os acontecimentos durante a Segunda Guerra Mundial, como entusiasta dos aliados.

Imediatamente após a formatura, exerceu a advocacia no Rio de Janeiro e, a seguir, em Minas Gerais. Foi o Chefe do Gabinete de seu pai quando, no Governo Delfim Moreira*, este ocupou a Pasta da Viação (1918). Acompanhando seu pai a Washington para a 1ª Conferência do Trabalho, conheceu Carlos Sampaio, nomeado pelo Presidente Epitácio Pessoa para Prefeito do Distrito Federal. Durante alguns meses, exerceu o cargo de

Oficial-de-Gabinete de Sampaio. Apoiando a candidatura de Artur da Silva Bernardes* à Presidência da República, em 1922, este o encarregou, em fevereiro do mesmo ano, de obter de especialistas europeus laudos que comprovassem a falsidade de cartas publicadas no *Correio da Manhã*, em outubro do ano anterior, com alusões ofensivas às Forças Armadas. A autoria de tais documentos havia sido creditada erroneamente a Bernardes. Voltando ao Brasil em agosto de 1922, Virgílio assume a vaga de Garibaldi de Castro Melo* como Deputado Estadual, uma vez que este renunciara para assumir uma vaga no Congresso Federal.

Reeleito consecutivamente em 1923 e em 1927 para a 9ª (1923-1926) e 10ª (1927-1930) Legislaturas, seu mandato foi marcado por uma intensa ação oposicionista, apesar do pouco interesse que lhe incutia a política estadual e por evitar, sempre que possível, permanecer em Belo Horizonte. Esse fato fez com que ficasse conhecido como "o Deputado Suíço".

Entusiasta, desde o primeiro momento, da Aliança Liberal, serviu de elemento de ligação entre os líderes mineiros e gaúchos que se opuseram à política sucessória de Washington Luís. Como um dos líderes da ala civil do movimento tenentista, participou ativamente da articulação do movimento revolucionário desencadeado em outubro de 1930.

Na Revolução Paulista de 1932, ficou ao lado do Governo Provisório de Getúlio Vargas, de quem era o principal emissário junto à administração mineira. Recomposta a política estadual, figurou entre os fundadores do Partido Progressista, sob cuja legenda se elegeu Deputado à Assembléia Nacional Constituinte (1934) e suplente para a 1ª Legislatura (1935-1939), durante a qual liderou a Bancada mineira. Quando do falecimento do Presidente Olegário Dias Maciel*, em setembro de 1933, foi um dos cogitados para exercer a Interventoria de Minas Gerais.

A partir de 1934, reagindo ao centralismo autoritário que se reforçou como tendência política do Governo de Getúlio Vargas, foi-se afastando das novas lideranças que se fortaleciam nas esferas federal e estadual. A necessidade de se organizar a oposição liberal ao novo regime impôs-se, gradualmente, como objetivo que orientou sua atuação política posterior. Instituído o Estado Novo, retirou-se para a vida privada, dedicando-se a atividades empresariais em Pirapora, MG, onde montou uma fábrica de óleo de algodão, e, em seguida, no Rio de Janeiro, num escritório para venda de terrenos.

Durante a Segunda Grande Guerra, decidiu-se a colaborar com o Governo Federal, aceitando a nomeação, em 1942, para Interventor no Banco Alemão Transatlântico. Em outubro de 1943, porém, subscrevia o *Manifesto dos Mineiros*, do qual foi um dos idealizadores e redatores, em que se criticava duramente o regime autoritário. Por causa disso, foi exonerado de seu posto no Banco Alemão.

Teve, logo depois, participação de primeiro plano na organização e direção da UDN, partido de oposição a Vargas e ao Estado Novo, e no qual ocupou a Secretaria-Geral. Foi um dos principais articuladores da candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República e do movimento político-militar que resultou na deposição de Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945.

Em Minas, apesar de haver colaborado crucialmente para a vitória de Mílton Soares Campos*, que, em 1947, concorreu pela UDN ao Governo Estadual, competindo com José Francisco Bias Fortes*, candidato do PSD, não quis assumir nenhuma função executiva, preferindo continuar a fortalecer a UDN como partido de renovação da vida política estadual e nacional. Perseguindo consistentemente essa causa, chegou a ser considerado por comentaristas políticos contemporâneos como o "político antimineiro", ou seja, fortemente antimunicipalista e favorável ao fortalecimento de grandes partidos nacionais, e da política parlamentar. Dele afirmou o jornalista Murilo Marroquim, editorialista dos *Diários Associados* nas décadas de 1940 e 1950, ter sido sempre um "conspirador pela democracia".

Pertenceu ao PRM, ao Partido Progressista e à UDN, a cuja seção mineira presidiu até sua morte, em outubro de 1948.

Jornalista militante desde a juventude, fundou e dirigiu (1921-1923), com Azevedo Amaral, o matutino carioca *O Dia*, que sustentou a candidatura presidencial de Artur da Silva Bernardes*; dirigiu, de 1925 a 1926, *O Jornal*, do Rio de Janeiro; durante a campanha da Aliança Liberal, colaborou intensamente em vários órgãos da imprensa do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte, entre os quais, o *Diário Carioca* e o *Estado de Minas*; em 1934, fundou, na Capital mineira, com o seu irmão Afonso Arinos de Melo Franco*, o matutino oposicionista *Folha de Minas*, destinado a ser, como dizia em seu primeiro editorial, "sentinela da liberdade em terras montanhosas", e mais tarde, ainda no Rio de Janeiro, participou do lançamento do semanário *Política e Letras*. Publicou os livros *Outubro 1930* (1931); *Sob o signo da resistência* (1946) e *A campanha da UDN* (1947).

Atuaram na política, além de seu pai, seu irmão Afonso Arinos de Melo Franco*, seu avô materno José Cesário de Faria Alvim* e seu avô paterno Virgílio Martins de Melo Franco*.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 30 dez. 1952, p.3. /*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 30 dez. 1948, pp. 1, 3, 12; 31 dez. 1948. 2ª seção. p. 9. /*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 4 nov. 1948./ *Diário da Assembléia*, pp. 3-4; 30 out. 1948. pp. 1-2; 1º nov. 1959. p. 25. /*O Diário*, Belo Horizonte, 30 out. 1948,pp.1,12./RIBEIRO, Coriolano Pinto & GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1956.

FRANCO, Virgílio Martins de Melo

Político, promotor, magistrado, professor e jornalista, nasceu na então vila de Paracatu, Província de Minas Gerais, a 29 de agosto de 1839, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 31 de dezembro de 1922. Filho do Tenente da Guarda Nacional José Martins Ferreira e de Antônia de Melo Franco. Casado com Ana Leopoldina Pinto da Fonseca.

Fez os estudos iniciais em sua terra natal e os preparatórios em Ouro Preto, em cuja Escola de Farmácia se graduou em 1856, com 18 anos de idade. Em 1866, bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP.

Voltando a Minas Gerais depois de formado, exerceu, sucessivamente, os cargos de Promotor Público em Paracatu e de Juiz Municipal no Termo de Bagagem, Comarca de Patrocínio. Promovido a Juiz de Direito, serviu em diversas comarcas da Província de Goiás e nas mineiras de Rio Novo e Barbacena.

Foi Deputado Provincial na 22ª Legislatura (1878-1879) e à Câmara do Império na 17ª Legislatura (1878-1880).

Instaurada a República, elegeu-se Senador Constituinte Mineiro e para a 1ª Legislatura (1891-1895), tendo feito parte da comissão de 11 parlamentares incumbida de elaborar o projeto da Constituição Estadual. Teve o mandato senatorial renovado ininterruptamente, da 2ª à 8ª Legislatura (1895-1922).

Na Monarquia, pertenceu ao PL e, na República, ao PR e ao PRM.

Advogou em Ouro Preto e Belo Horizonte. Destacou-se também no magistério, como professor em Barbacena, como fundador e Reitor do externato do Ginásio Mineiro, em Belo Horizonte (1892), e como fundador (1892) e catedrático da FLDMG, onde lecionou Direito Civil, Direito Internacional Privado e Enciclopédia Jurídica, no curso de bacharelado, e Explicação sucinta de Direito Criminal, Civil e Comercial, no curso de notariado.

Foi comendador da Ordem da Rosa, sócio correspondente do IHGB, sócio e Presidente do IHGMG.

Publicou diversas obras, entre as quais *Viagens para o interior de Minas e Goiás* (1888).

Tiveram participação na política seu filho Afrânio de Melo Franco*, seu genro Honorato Alves* e seus netos Virgílio Alvim de Melo Franco* e Afonso Arinos de Melo Franco*.

FONTES: CASASANTA, Mário. *Grandes vultos de Minas Gerais*. Revista Alterosa. Belo Horizonte, 4 (27): 12 e 108, jul. 1942./ *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 3 jan. 1923. p. 1./ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República* (Afrânio de Melo Franco e seu tempo). 2 ed. Rio de Janeiro, Nova Aguilar /INL/MEC, 1976./ *Minas Gerais*, Ouro Preto, 25 jan. 1881; 6 nov. 1892./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 1°, 2, 3 jan. 1923. p. 5./*Revista da Faculdade de Direito*; memória histórica (1892-1959). Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, *10*:224, out. 1958 - mar. 1959./*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, *94*(148):872-3, 1923./ SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926./ *Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito*. Arquivo.

FREIRE, Joaquim de Melo

Político, advogado e comerciante, nasceu em Passos, MG, a 11 de janeiro de 1927. Filho do agricultor José Gonçalves Freire e de Valéria Pimenta de Melo Freire. Casado com Maria Helena Isaac Freire.

Concluiu os estudos secundários na Associação de Ensino de Ribeirão Preto, em 1949, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da UFMG, em 1967.

Em sua terra natal, foi Presidente do Diretório Municipal da UDN (1957-1965) e Vereador à Câmara Municipal (1958-1961),quando foi Líder da Maioria. Filiou-se à Arena e elegeu-se Deputado Estadual da 5ª à 7ª Legislaturas (1963-1974). Na Assembléia Legislativa, foi Presidente (1966) e membro (1963-1964; 1967) da Comissão de Segurança Pública; membro das Comissões de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1965) e de Siderurgia e Mineração (1972-1973); e suplente das Comissões de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (1963; 1967), de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1966), de Serviço Público Civil (1966) e de Redação (1965).

Foi eleito Deputado Federal da 8ª à 9ª Legislatura (1975-1983) e reeleito para o período de 1983-1987. Na Câmara dos Deputados, fez parte das Comissões de Agricultura e Política Rural e de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas, foi membro da CPI sobre comercialização do café e integrou as delegações brasileiras à 64ª Conferência Interparlamentar realizada em Sófia, Bulgária, e à 68ª Conferência Interparlamentar, realizada em Havana, Cuba, em 1981.

Em 1986 foi eleito Deputado Federal Constituinte e para o período de 1987-1991, licenciando-se do mandato para ocupar o cargo de Secretário de Estado da Agricultura e Pecuária do Governo Newton Cardoso*.

Filiado ao PMDB, no qual foi Presidente do Diretório Regional, pertenceu à UDN, à Arena, de cuja Comissão Executiva Estadual foi Secretário-Geral, ao PP (Partido Popular), do qual coordenou a Bancada Federal.

FONTES: *Deputados brasileiros*: repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 8ª Legislatura (1975-1979). 2. ed. Brasília, Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação, 1976./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 19 maio 1979, pp. 1. 3./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 19 maio 1979, p. 3./Ficha biográfica./CEM-UFMG/DCP-ALEMG./BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Assembléia Nacional Constituinte - 1987*. Repertório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. 2. ed. Brasília, 1989. p. 609.

FREIRE, Maria José Haueisen

Política e professora, nasceu em Teófilo Otoni, MG, a 27 de setembro de 1930. Filha do fazendeiro José Caldeira Freire e de Dolores Haueisen Freire.

Concluiu seu curso secundário na Escola Normal São Francisco, em sua terra natal, em 1950, e graduou-se em Estudos Sociais (1977) e Pedagogia (1981) na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Teófilo Otoni.

Foi fundadora, Presidente da Comissão Provisória (1981), Presidente por três períodos (1981-1983; 1983-1985; 1987-1990) e Tesoureira (1985-1987) do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Teófilo Otoni. Foi, ainda, Vice-Presidente do Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores (1987).

Em 1982, candidatou-se pelo PT à Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni. Em 1986, elegeu-se suplente de Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991), assumindo em 1989 a vaga deixada pelo Deputado Chico Ferramenta*, eleito Prefeito de Ipatinga. Na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais foi suplente da Comissão de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. Em 1990, foi reeleita Deputada Estadual para a 12ª Legislatura (1991-1995), vindo a ocupar a Vice-Presidência da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais e a suplência da Comissão de Saúde e Ação Social.

Filiada ao PT.

FONTE: Dados informados pela própria biografada./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

FREITAS, Bolivar de

Político, professor, embaixador e jornalista, nasceu em Curvelo, MG, a 22 de outubro de 1911, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 25 de junho de 1970. Filho do ferroviário João Henriques de Freitas Sobrinho e de Tercília Pinto de Freitas. Casado com Odete Rocha de Freitas.

Fez os cursos de Humanidades e de Filosofia no Seminário de Diamantina, MG, e bacharelou-se pela FDUMG em 1941.

Com 20 anos de idade transferiu-se para Sete Lagoas, onde lecionou Português, História, Filosofia e Psicologia na Escola Normal Regina Pacis e no Ginásio Municipal Dom Silvério, deste tendo sido também Diretor Técnico. Radicado em Belo Horizonte no ano de 1938, foi professor nos Colégios Santa Maria, Anchieta e Arnaldo e no Instituto Padre Machado, e Vice-Reitor e Reitor do Colégio Estadual, onde regia a cadeira de Espanhol. Em 1939, venceu em São Paulo concurso nacional de oratória disputado por universitários de todo o País. Concluído o curso de Direito, passou a exercer o magistério superior, como professor contratado de Filosofia e de História da Filosofia, na Faculdade de Filosofia da UMG e na Faculdade de Filosofia Santa Maria, e de Ciências das Finanças na FDUMG; como livre-docente, por concurso, de Direito Internacional Público da FDUFMG e lente de Direito Constitucional na Faculdade de Direito da UCMG.

Eleito Deputado Estadual Constituinte e da 1ª à 3ª Legislaturas (1947-1959), foi Vice-Presidente da Assembléia (1952;1954); Líder da Bancada do PR e Vice-Líder da Maioria; Presidente (1950) e Vice-Presidente (1953) da Comissão de Educação e Cultura; Vice-Presidente da Comissão de Viação e Obras Públicas (1950) e membro das Comissões de Trabalho e Ordem Social (1947-1948), de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1949-1950), de Energia e Transportes (1953) e das Comissões Especiais de Estudos sobre Serviços de Justiça (1947) e de Estudos para o Aproveitamento do Vale do São Francisco (1948-1949).

Licenciou-se na 3ª Legislatura para ocupar a Secretaria de Educação de Minas Gerais durante o Governo Clóvis Salgado da Gama* (31/3-10/9/55; 6/10/55-31/1/56). Nos períodos presidenciais de Juscelino Kubitschek de Oliveira*, Jânio Quadros e João Goulart, desempenhou, em comissão, as funções de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil em Honduras (1956-1958) e no Líbano (1958-maio de 1963), com ação cumulativa junto à Corte da Etiópia. Como tal, presidiu o grupo do Itamarati que realizou estudos sobre o Oriente Médio, serviu de observador do Brasil no congresso sobre educação promovido pela Unesco em Adis-Abeba e participou, na qualidade de enviado especial junto ao Governo do Iraque, das comemorações da revolução iraquiana, em 1961. Em outubro de 1956, passou a ocupar a Embaixada em El Salvador, onde permaneceu até as mudanças políticas verificadas no Brasil em março de 1964.

Integrou, em seguida, o Conselho Técnico da Faculdade de Direito da UCMG e a assessoria do Colégio Estadual.

Jornalista, dirigiu por vários anos a página de orientação social do órgão de inspiração católica *O Diário*, de Belo Horizonte, de cujo conselho diretor fez parte. Foi, ainda, Diretor-Presidente da empresa Giustiana do Brasil S.A., em Conselheiro Lafaiete, MG.

Pertenceu ao PR.

Publicou as obras *A obrigatoriedade da norma internacional* (tese de concurso); *Temas de Direito Internacional; Compreender para educar*; *A obra filosófica do Cardeal Mercier* (traduzida para o espanhol pelo escritor equatoriano José Rumazo) e *Educación política*, publicada em Honduras, em 1957.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados. 1963*. Brasília, Diretoria de Documentação e Publicidade, *30*: s.p., 1965./AVELAR, Antônio Ribeiro de. *Figuras da casa de Minas*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1960./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 5 abr. 1955. p. 3; 26 jun. 1970. p. 3./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 26 jun. 1970. FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 5 maio 1955. pp. 9-10; 27 jun. 1970. Diário da Assembléia. p. 4; 1° jul. 1970. pp. 3-4./MOURA, Margarida de. *Mineiros ilustres*. s.n.t.

FREITAS, Cóssimo Baltazar de

Político, professor e produtor rural, nasceu em Passos a 3 de janeiro de 1943. Filho de Benedito Campos de Freitas e de Laura de Oliveira Freitas. Casado com a comerciante Maria Luíza Melo Freitas.

Concluiu seus estudos secundários no Seminário da Pia Sociedade de São Paulo, em 1963, e licenciou-se em Letras pela Faculdade de Filosofia de Passos, em 1969. Posteriormente, especializou-se em Língua Portuguesa pelo MEC (1976-1977). Lecionou de 1966 a 1990 no Colégio Imaculada Conceição, na Faculdade de Filosofia e na Escola Estadual Professora Júlia Kubitschek, todos em Passos, MG.

Filiou-se ao MDB e elegeu-se Vereador em Passos (1971-1972). Posteriormente, foi eleito Vice-Prefeito daquele município (1977-1982). Com a reformulação partidária, transferiu-se para o PMDB e elegeu-se Prefeito Municipal de Passos (1983-1988). Na sua administração criou sete centros comunitários de assistência social, reformou escolas e estendeu o curso primário até a 8ª série na zona rural do município. Foi, também, o criador da Associação dos Municípios do Médio Rio Grande - Ameg -, tendo exercido sua presidência durante dois anos (1985-1986).

Em 1990, elegeu-se Deputado Estadual para a 12ª Legislatura (1991-1995). Na Assembléia, é Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer e suplente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais.

Filiado ao PMDB, pertenceu ao MDB.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

FREITAS, José Cantídio de

Magistrado, advogado e promotor, nasceu em Teresina, Província do Piauí, a 24 de novembro de 1871, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 9 de janeiro de 1957. Filho do Capitão da Guarda Nacional e Administrador de Fazendas Imperiais João Raimundo Dias de Freitas e de Maria Carolina da Silva Freitas. Casado com Adelaide Soares Camargo e Freitas.

Fez os estudos secundários no Ginásio Pernambucano, de Recife, PE, por cuja Faculdade de Direito se bacharelou em Ciências Sociais (1893) e em Ciências Jurídicas (1894).

Ainda acadêmico, juntamente com alguns colegas, manteve em Recife um curso de preparatórios. Fixando-se em Minas Gerais logo depois de formado, foi nomeado pelo Presidente Afonso Augusto Moreira Pena* Promotor de Justiça da Comarca de Ferros. Removido, em 1904, para Grão-Mogol, ali exerceu, em seguida ao de Promotor, o cargo de Juiz Municipal. Em novembro de 1909 o Presidente Venceslau Brás Pereira Gomes* promoveu-o a Juiz de Direito de Rio Pardo. Serviu, posteriormente, em Serro (1935) e em Cataguases (1939). Em setembro de 1939, ascendeu a Desembargador do Tribunal de Apelação, cargo em que permaneceu até aposentar-se, em novembro do mesmo ano, compulsoriamente.

Seu tio José Manuel de Freitas foi Governador das Províncias do Maranhão e de Pernambuco.

FONTES: *Jurisprudência Mineira*. Belo Horizonte, *8*(4):113-4, out. 1957./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 19 abr. 1980. Diário Legislativo. p. 5.

FREITAS, Renato de

Político e engenheiro, nasceu em São Pedro do Uberabinha (hoje Uberlândia), MG, a 21 de maio de 1927. Filho do engenheiro e advogado Elpídio Aristides de Freitas e de Clarinda de Freitas. Casado com Luzi Resende de Freitas.

Formou-se em Engenharia pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil (1949) e, posteriormente, em Direito pela Faculdade de Uberlândia.

Em sua terra natal foi Vereador em dois períodos sucessivos (1950-1954; 1955-1958) e duas vezes Prefeito (1967-1970; 1973-1976).

Mais tarde, elegeu-se Deputado Estadual para a 9ª Legislatura (1979-1983). Na Assembléia foi suplente da Comissão de Assuntos Municipais e Planejamentos Regionais, de Siderurgia e Mineração, Vice-Presidente da Comissão de Defesa do Meio Ambiente e titular da Comissão de Siderurgia e Mineração, todos em 1979.

Na Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, exerceu os cargos de Diretor da Carteira Habitacional (1983-1985), e Presidente, tendo sido nomeado pelo Governador Hélio Carvalho Garcia*, cargo que ocupou de 22 de maio de 1985 a 13 de fevereiro de 1986.

Filiado ao PMDB, pertenceu ao PSD, à Arena, ao MDB e ao PP, do qual foi Líder na Assembléia Legislativa.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

FREITAS, Wilson de Oliveira

Oficial médico da Aeronáutica, nasceu no Estado de Minas Gerais, a 6 de novembro de 1913.

Além do curso de Saúde da Aeronáutica e do de Medicina de Aviação nos EUA, fez os de Aperfeiçoamento de Oficiais, de Direção de Serviços e o Naval Flight Surgeons, este também nos EUA.

Tendo iniciado a carreira militar em novembro de 1939, atingiu o posto de Brigadeiro em julho de 1968 e o de Major-Brigadeiro em fevereiro de 1971.

É portador da Medalha do Mérito Santos Dumont, da Cruz de Aviação Fita B e da Medalha da Campanha no Atlântico Sul.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Ministério da Aeronáutica. SDRC. Rio de Janeiro.

FRIEIRO, Eduardo

Escritor, acadêmico, professor e jornalista, nasceu em Matias Barbosa, então Distrito de Juiz de Fora, MG, a 5 de julho de 1892, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 23 de março de 1982. Filho dos imigrantes espanhóis Melquíades Frieiro e Maria Juana Pampín Frieiro. Casado com Noêmia Pires Frieiro.

Feitas as primeiras letras, começou a trabalhar aos 11 anos de idade como aprendiz de tipógrafo da Imprensa Oficial de Minas Gerais. Autodidata servido por singular inteligência e extremo bom-gosto, galgou os postos de Chefe de Revisão, Redator e Redator-Secretário do *Minas Gerais*, órgão oficial do Estado, e, mais tarde, foi Assistente Técnico do Diretor da Imprensa Oficial.

Iniciou a carreira literária em 1924, quando publicou em jornais cinco artigos não assinados, e sob o pseudônimo de Luís Taques, o conto *As Delícias do Football*. Em 1925, como parte da obra *Minas Gerais em 1925*, organizada pelo jornalista Vítor Silveira, aparece seu estudo *As Artes do Desenho em Minas Gerais*. Passa então a trabalhar em seu primeiro livro, *O Clube dos Grafômanos*, romance inspirado em aspectos da vida literária, que veio a lume em 1937, pela Edições Pindorama, de Belo Horizonte. Diretor, de 1927 a 1937, das editoras Pindorama e Os Amigos do Livro, por cerca de 40 anos (1925-1965) fez jornalismo literário em diferentes órgãos, designadamente o velho *Diário de Minas*, porta-voz do PRM (1925), *Minas Gerais (1927-1946), Estado de Minas* (1935-1936; 1946-1955; 1959-1964), *Folha de Minas* (1936-1940; 1943-1955), *Diário de S. Paulo* (1949; 1964-1965), *Correio da Manhã* (1962-1965) e *La Prensa*, de Buenos Aires, Argentina (1943). Dirigiu a *Revista da Academia Mineira de Letras* (1953-1954) e *Kriterion* (1964-1966), publicação da Faculdade de Filosofia da UFMG. Por algum tempo redigiu o *Boletim Literário*, semanalmente transmitido pela emissora oficial, a Rádio Inconfidência de Minas Gerais, e de 1956 a 1958 foi colaborador da *Revista do Livro*, do Rio de Janeiro, DF.

Integrante do grupo de intelectuais que, em 1939, fundou a Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte, depois incorporada à Universidade de Minas Gerais, até 1959 foi catedrático de Literatura Espanhola e Hispano-Americana da instituição, que lhe conferiu o grau de Doutor em Letras Neolatinas. Lecionou, ainda, História do Livro na Escola de Biblioteconomia de Belo Horizonte (1951-1952).

Eleito membro da AML em 1944, sucedeu a Avelino Fóscolo na cadeira nº 7, patrocinada por Luís Cassiano Júnior.

Em 1954, presidiu a comissão de planejamento da Biblioteca Pública de Minas Gerais, da qual, desde a criação e por nove anos consecutivos, foi Diretor.

Em 1960, recebeu o Prêmio Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras, pelo conjunto de sua obra.

Pertenceu também à Academia Brasiliense de Letras.

Além do romance de estréia, publicou *O mameluco Boaventura* (romance), Belo Horizonte, Edições Pindorama, 1929; *Inquietude, melancolia* (romance), Belo Horizonte, Edições Pindorama, 1930; *O brasileiro não é triste* (ensaio), Belo Horizonte, Os Amigos do Livro, 1931; *A ilusão literária* (ensaio), Belo Horizonte, Os Amigos do Livro, 1932; *O Cabo das Tormentas* (romance), Belo Horizonte, Os Amigos do Livro, 1936; *Letras mineiras* (ensaio), Belo Horizonte, 1937; *Os livros, nossos amigos* (ensaio), Belo Horizonte, Ed. Paulo Bluhm, 1941; *O diabo na livraria do cônego* (ensaio), Belo Horizonte, Liv. Cultura Brasileira, 1946; *Como era Gonzaga* (ensaio), Belo Horizonte, Publicações da Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais, 1950; *Páginas de críticas e outros escritos* (ensaios), Belo Horizonte, Itatiaia, 1955; *O alegre Arcipreste e outros temas da literatura espanhola* (ensaio), Belo Horizonte, Liv. Oscar Nicolai, 1959; *O romancista Avelino Fóscolo* (biografia), Belo Horizonte, Publicações da Secretaria da Educação de Minas Gerais, 1960; *Feijão, angu e couve* (ensaio), Belo Horizonte, Centro de Estudos Mineiros da UFMG, 1966; *Torre de papel*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1969; *O elmo de Mambrino*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1971. Todas estas obras estão tendo novas edições, a partir de 1981, pela Editora Itatiaia de Belo Horizonte.

Eduardo Frieiro

FONTES: *Academia Mineira de Letras*. Arquivo, Belo Horizonte./ *Anuário da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais*. 1939-53. Belo Horizonte, s. ed., (1954). pp. 330-1./BERNARDES, Nilo e outros. Bibliografia de nossos colaboradores. In: *Minas Gerais Terra e povo*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1970./COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul-Americana, 1961. v. 1./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 9-10 dez. 1973. Caderno Especial./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 5 jul. 1979. pp. 1 e 8./Martins de Oliveira. *História da literatura mineira*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 22 mar. 1941; 9 dez. 1941; 5 jul. 1959. p. 12; 5 jul. 1960. p. 7; 3 set. 1966. pp. 6-7; 16 dez. 1967. Suplemento literário. pp. 1-16; 10 set. 1977. Suplemento literário. p. 10./*O Diário*, Belo Horizonte, 31 de mar. 1960. p. 5; 16 de set. 1961. p. 4.

FULGÊNCIO, Tito ver PEREIRA, Tito Fulgêncio Alves

FURETT, Eduardo Daloz

Político e empresário, nasceu em Barbacena, Província de Minas Gerais, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 24 de dezembro de 1932. Casado com Regina Furett.

Dedicado a atividades comerciais em Belo Horizonte, MG, durante nove meses do ano de 1927 exerceu a Presidência da Associação Comercial de Minas. Na Capital mineira foi, ainda, Presidente da Associação dos Empregados no Comércio, que ajudara a fundar, e membro do Conselho Deliberativo (Câmara Municipal).

FONTE: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 25 dez. 1932. p. 13.

FURTADO, Alberto Augusto

Político e engenheiro, nasceu na fazenda São Joaquim, no povoado de São Sebastião do Barreado, Província de Minas Gerais (hoje Distrito de Rio Preto), a 23 de agosto de 1856, e faleceu na Fazenda de Santa Delfina, no mesmo município, a 28 de junho de 1920. Filho do Tenente-Coronel da Guarda Nacional Joaquim Camilo Furtado e de Francisca Tertuliana de Sousa Lima Furtado. Casado com Geni Adolfina Lantsch Kertzcher Furtado.

Fez os estudos de Humanidades em Valença, Província do Rio de Janeiro, e o curso superior na Polytechnische Shüle zu Langensalsa da Universidade de Goetingen, em Hannover (Prússia, Alemanha), tendo-se diplomado em 1879.

De regresso ao Brasil, trabalhou em Porto Alegre, Província do Rio Grande do Sul, como engenheiro assistente do Governo. Transferindo residência para Rio Preto, dedicou-se à cafeicultura e à pecuária e iniciou-se na política como Vereador à Câmara Municipal.

Elegeu-se, a seguir, Deputado ao Congresso Legislativo mineiro para a 2ª Legislatura (1895-1898).

Integrou o primeiro Diretório Municipal do PRM em Rio Preto (1903).

No campo profissional, foi, ainda, Diretor e construtor de trechos da Estrada de Ferro União Valenciana e superintendente da construção da Estrada de Ferro Leopoldina.

FONTES: *Anais do Senado Mineiro*. 2ª Sessão Ordinária da 3ª Legislatura no ano de 1920; 5ª Sessão Ordinária aos 27 de julho de 1920. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, *s.n.*: *120*, 1920./RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970-1.

FUZATTO, Antônio Carlos de Jesus

Político, professor e inspetor escolar, nasceu em São João del-Rei, MG, a 14 de setembro de 1955. Filho de Antônio Dário Fuzatto e de Elza Longatti Fuzzato.

Concluiu seus estudos secundários no Colégio Cacique Tibiriçá, em São Bernardo do Campo, SP, onde trabalhou na Brastemp S.A. Em Santo André, SP, iniciou seu curso superior de Matemática, militou no movimento estudantil e no Sindicato dos Metalúrgicos. Retornando a sua cidade natal, freqüentou a Faculdade Dom Bosco, onde foi líder estudantil, e formou-se em Ciências Físicas e Biológicas e Pedagogia. Posteriormente, concluiu também Biologia no Incor, em Três Corações, MG.

Um dos fundadores do PT em São João del-Rei (1981). Ali ajudou a fundar também a União de Trabalhadores de Ensino - UTE - (1979), da qual integrou as direções local e estadual.

Em 1988, elegeu-se Vereador em São João del-Rei, com a maior votação da cidade. Desempenhou a função de Vice-Presidente da Câmara Municipal e integrou a Comissão de Educação, Turismo e Cultura.

Em 1990, elegeu-se Deputado Estadual para a 12ª Legislatura (1991-1995). Líder do PT na Assembléia, é membro efetivo da Comissão de Agropecuária e Política Rural e suplente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer.

Filiado ao PT.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

G

GALASSI, Virgílio

Político e produtor rural, nasceu em São Paulo, SP, a 7 de agosto de 1923. Filho de Francisco Galassi e de Blanche Galassi. Casado com Maria Luíza dos Santos Galassi.

Foi Presidente do Sindicato Rural de Uberlândia, MG, (1958-1963); Diretor do Instituto de Desenvolvimento Agrário (posteriormente Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), em Brasília, DF, (1967-1969); Vice-Presidente da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais, por duas gestões, e membro do Conselho da Universidade Federal de Uberlândia.

Filiado à UDN, elegeu-se Vereador à Câmara Municipal de Uberlândia (1963-1966), à qual presidiu durante todo o mandato. Ingressando na Arena, foi eleito Prefeito Municipal de Uberlândia por dois períodos (1970-1971; 1976-1982).

Em 1986, elegeu-se Deputado Federal Constituinte e para o período de 1987 a 1991. Na Assembléia Nacional Constituinte, foi titular da Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária e da Comissão da Ordem Econômica (1987) e suplente da Subcomissão do Poder Executivo e da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo (1987).

Renunciou ao mandato para assumir a Prefeitura de Uberlândia (1989-1992).

Filiado ao PDS, pertenceu à UDN e à Arena.

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

GALO, Emílio Eddstone Duarte

Político e advogado, nasceu em Jaguaruçu, à época Distrito de São Domingos do Prata, MG, a 22 de novembro de 1935. Filho do farmacêutico Alberto Batista Galo e de Laurinda Duarte Galo. Casado com Marta Albeni Galo.

Fez o curso secundário no Instituto Padre Machado e no Colégio Marconi, ambos em Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais em 1960.

De 1961 a 1975, advogou na região mineira do rio Doce, notadamente para a Prefeitura de Coronel Fabriciano, MG, a Câmara Municipal de Ipatinga, MG, a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, a Companhia de Aços Especiais Itabira e a Universidade do Trabalho no Vale do Aço.

Deputado Estadual na 8ª e 9ª Legislaturas (1975-1983), na Assembléia foi Vice-Presidente da Comissão de Saúde e Ação Social (1975); membro das Comissões de Siderurgia e Mineração (1975-1976), de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas (1976-1978), de Agropecuária e Política Rural (1978) e de Finanças e Orçamento (1978); Líder do Governo e da Arena (1975-1979); Líder do Governo (1979) e do PDS (1980-1982).

Em 1982, elegeu-se Deputado Federal para o período de 1983 a 1987. Na Câmara Federal, integrou a Comissão de Minas e Energia.

Pertenceu à Arena e, posteriormente, filiou-se ao PDS, em cuja Comissão Executiva Regional ocupou o cargo de Secretário.

Atuaram na política seu tio Geraldo de Morais Quintão* e seu sogro, José Riscala Albeni, chefe político em Coronel Fabriciano, MG.

FONTES: *Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais*. Arquivo. Ficha biográfica./ *Deputados Estaduais de Minas Gerais à 8ª Legislatura*. (1975-9). Ficha biográfica. Convênio APM/UCMG. Coordenador: Caio C. Boschi./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 20 nov. 1979. p. 3; 13-14 mar. 1980. p. 3./ *Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

GALVÃO, José Oscar Belas

Oficial do Exército, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 22 de agosto de 1934. Filho do médico Otto do Lago Galvão e da professora Rosaura Belas Galvão. Casado com a advogada Alice Puente Santos Cruz.

Iniciou a carreira militar como aluno da Escola Preparatória de Cadetes de Fortaleza, em 1953. Cursou a Academia Militar de Agulhas Negras, arma da Infantaria, de 1955 a 1957. Prosseguindo nos estudos militares, fez ainda os cursos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1966), da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (1969-71), de Pára-quedista e Mestre de Saltos no Centro de Instrução Pára-quedista General Penha Brasil, Rio de Janeiro, RJ (1978), e na Escola de Guerra Naval (1985).

É bacharel em História pela Sociedade Universitária Augusto Motta - SUAM - (1977) e em Direito pela Faculdade Estácio de Sá do Rio de Janeiro (1981).

Serviu como Comandante do 25º Batalhão de Infantaria Pára-quedista, Comandante de Pelotão do Regimento Escola de Infantaria (1958-1959). Oficial de Comunicação no Regimento Sampaio (1961-1962), na 3ª Companhia do 2º Regimento de Infantaria e no 3º Regimento de Infantaria (1963), onde posteriormente foi Comandante de Companhia (1962-1966) e Instrutor do Núcleo de Preparação Oficiais da Reserva (1966).

Foi, também, instrutor da Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, RJ (1967-1968) e na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1980), adjunto da 3ª e 5ª Seções da Brigada de Infantaria Paraquedista (1972-1973), adjunto da 3ª Seção do Estado Maior do Exército (1974-1975), adjunto da 3ª seção e oficial de Planejamento da Brigada de Infantaria Pára-quedista (1976-1979), Assistente de Secretaria da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e da Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento (1981), Assistente de Secretaria da 2ª Divisão do Exército (1981-1982) e adjunto da 6ª Subchefia do Estado Maior do Exército (1983-1984).

Após várias promoções, chegou a General-de-Brigada em março de 1990. Como oficial General, comandou a 9ª Brigada de Infantaria Motorizada (Escola) (1990).

Recebeu, várias condecorações, entre elas, as Comendas do Mérito Militar e Naval, a Medalha Militar de Ouro, a Medalha do Pacificador e a Medalha da Força de Emergência das Nações Unidas.

Publicou, em 1973, o trabalho intitulado *Projeto Rondon, O Campus Avançado de Parintins, uma avaliação*, na Revista da Sociedade Universitária Augusto Motta, e o artigo A Infantaria Pára-quedista, na Revista da Infantaria da AMAN, em 1978.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Ministério do Exército. Centro de Comunicação Social.

GAMA, Camilo Nogueira da

Político, advogado, jurista e professor, nasceu em Cataguases, MG, a 18 de abril de 1899, e faleceu em Brasília, DF, a 9 de julho de 1976. Filho do funcionário público Luís Otaviano Nogueira da Gama e de Elisa Rodrigues Nogueira da Gama. Casado com Hilda Guerra Nogueira da Gama.

Fez os estudos secundários em sua terra natal, Viçosa, MG, e no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, DF, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, em 1925.

Dedicando-se ao magistério antes mesmo de iniciar o currículo acadêmico, lecionou no Ginásio de Viçosa (1919-1920), no Instituto Rabelo (1920-1921) e no Liceu Francês (1921-1922), os dois últimos no Rio de Janeiro. Em dezembro de 1922 integrou as bancas examinadoras do antigo Conselho Nacional de Ensino junto ao Ginásio São João, de Campanha, MG. De 1920 a 1921, trabalhou como revisor do jornal carioca *A Pátria*, que era dirigido pelo escritor Paulo Barreto. De 1923 a 1935 residiu em Macaé, RJ, onde dirigiu o Ginásio Macaense e onde foi Promotor Público interino, Vereador (1926-1930) e advogado. De 1926 a 1930, também exerceu a advocacia nas localidades fluminenses de Barra de São João, Trajano de Morais e Madalena. Em 1935, passou a advogar em Barretos, SP, e, no ano seguinte, fundou um ginásio em Olímpia, SP. Nomeado, em 1940, advogado do Banco do Brasil, para o qual desde 1935 trabalhava eventualmente, foi transferido, em 1942, para o Rio de Janeiro, desempenhou as funções de assistente da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, de assistente da Consultoria Jurídica e de Chefe do Departamento Jurídico da Carteira Agrícola e Industrial (1951). De junho de 1953 a agosto de 1954, chefiou o Gabinete do Ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha.

Eleito Deputado Federal por Minas Gerais para a 40ª Legislatura (1955-1957), foi, na Câmara, membro da Comissão de Finanças (1955-1959), Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça (1955-1959), Vice-Líder da Bancada trabalhista (1958-1959) e Relator do projeto de estado de sítio submetido ao Congresso Nacional por ocasião da crise político-militar de novembro de 1955. Entre suas iniciativas no período, destacam-se substitutivos sobre lucros extraordinários e reforma bancária e projetos de regulamentação das emissões de papel-moeda e de criação das cédulas de crédito rural, pignoratício e hipotecário. Novamente Deputado Federal na 41ª Legislatura (1959-1963), permaneceu na Câmara até outubro de 1960, quando se elegeu Senador para completar, até 1963, o mandato de João Lima Guimarães*, falecido na ocasião. Integrou, então, as Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Economia, de Indústria e Comércio e de Redação, e exerceu a Vice-Liderança da Maioria (1961-1962). Na 42ª Legislatura, voltou ao Senado com mandato de oito anos (1963-1971), no decorrer do qual presidiu às Comissões de Ajustes Internacionais (1971) e de Legislação sobre Energia Atômica (1971), ocupou a Vice-Presidência da Mesa Diretora (1963-1967) e relatou o Projeto de Lei que instituiu o 13º salário. Tornando à Câmara dos Deputados na 45ª Legislatura (1975-1979), foi Presidente da Comissão de Finanças e Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Como Senador, cumpriu várias missões no exterior, como a de representante brasileiro na 50ª, 52ª e 55ª Conferências da União Interparlamentar, realizadas, respectivamente, na Bélgica (1961), na Iugoslávia (1963) e no Irã (1966); a sessão de Acordo Geral de Tarifas e Comércio - GATT -, celebrada em Genebra (1961); e a Conferência de Desarmamento de Genebra (1967). Coube-lhe, ainda, chefiar a delegação de parlamentares brasileiros que, em 1964-1965, visitou a Índia e o Oriente Médio.

Publicou as obras jurídicas *O penhor rural*, já em terceira edição, e *Dívidas dos pecuaristas* (1953).

Figurou entre os fundadores do PTB, de cuja Comissão Executiva Estadual foi Vice-Presidente (1951-1958) e Presidente (1959-1965), e do MDB, a que também presidiu em Minas Gerais (1967).

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados. 1960*. Brasília, Diretoria de Documentação e Publicidade, 21:677, 1964./*Anais da Câmara dos Deputados. 1976*. Brasília, Centro de Documentação e Informação, 9(2): 6.505-6, s.d./*Pesquisa biográfica dos Senadores Federais* (Senado Federal) - Brasília (1980)./ *Senado Federal*. Arquivo Histórico. Biografia./TRINDADE, Raimundo Otávio da. *Velhos troncos mineiros*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1955. v. 1.

GAMA, Clóvis Salgado da

Político, médico e professor, nasceu em Leopoldina, MG, a 20 de janeiro de 1906, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 25 de junho de 1978. Filho do negociante e fazendeiro Luís Salgado da Gama e de Virgínia da Gama Salgado. Casado com Lia Porto Carrero de Albuquerque Salgado.

Fez os estudos secundários no Colégio Militar do Rio de Janeiro, DF, e o curso superior na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, pela qual se doutorou em 1929, mediante defesa de tese sobre o tratamento das afecções cirúrgicas do cólon.

Logo depois de diplomado, iniciou as atividades profissionais como Assistente de Cirurgia no Hospital da Gamboa, mantido pela Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Em outubro de 1930, em Porto Novo do Cunha (hoje bairro da cidade de Além Paraíba), MG, fez parte, como Capitão-Médico, da coluna revolucionária comandada pelo General Americano Freire. Vitoriosa a Revolução, fundou, em Leopoldina, o jornal *Nova Fase*, do qual foi redator e que foi publicado durante cerca de quatro anos. Integrou-se, desde então, na vida política de Minas.

Filiou-se ao PRM e participou do congresso partidário realizado em Belo Horizonte (1931) como delegado por Leopoldina. Nesse congresso, o Governo Federal foi duramente atacado pelo PRM.

Em 1932, Clóvis Salgado e Artur Bernardes* ficaram solidários com os paulistas, derrotados na Revolução Constitucionalista.

Em 1933, elegeu-se suplente de Deputado Constituinte, pelo PRM. Voltando a clinicar no Rio de Janeiro, em 1935 conquistou, por concurso, a livre-docência de Clínica Ginecológica da Faculdade de Medicina.

Em 1937, prestou concurso para professor catedrático de Clínica Ginecológica da Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais e transferiu-se para Belo Horizonte, onde exerceu o magistério até aposentar-se, em 1976, quando também encerrou suas atividades de clínica. De 1937 a 1939, trabalhou no laboratório de endocrinologia do Instituto Pestalozzi, em pesquisas de fisiologia-genital, e, de 1937 a 1965, foi cirurgião e médico do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários.

Fundador, em 1939, do Hospital de Ginecologia da Faculdade de Medicina, dirigiu-o até 1955, e, por dez anos (1945-1955), esteve, também, à frente do Hospital São Vicente de Paula, estabelecimento de prática da mesma escola, e da maternidade da Casa da Saúde São José. Reorganizador da filial de Minas Gerais da Cruz Vermelha Brasileira, a qual presidiu a partir de 1942, construiu o Hospital-Escola, posteriormente incorporado à UFMG, e a Escola de Auxiliares de Enfermagem.

Mestre do Capítulo Mineiro do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, participou de numerosos congressos médicos, entre os quais cinco Jornadas Brasileiras de Ginecologia, o 1º Congresso Brasileiro de Ginecologia, realizado no Rio de Janeiro (1946) e do qual foi relator oficial, e o Congresso Argentino de Ginecologia e Obstetrícia, reunido em Buenos Aires (1949). Com a redemocratização do País em 1945, voltou a atuar na política, ingressando no Partido Republicano, presidido por Artur Bernardes*.

Eleito Vice-Governador do Estado, como companheiro de chapa de Juscelino Kubitschek de Oliveira*, para o qüinqüênio 1951-1955, assumiu o Governo em 31 de março de 1955, quando o titular do cargo a ele renunciou para disputar a Presidência da República. Nesse período, mobilizou a Polícia Militar em função do acirramento das disputas eleitorais; apoiou o movimento militar que a 11 de novembro depôs o Presidente Interino Carlos Coimbra Luz*; criou o Departamento de Saúde Pública e o Departamento Social do Menor. Criou inúmeros colégios estaduais, iniciou a construção do Hospital do Câncer e introduziu postos de saúde em diversos municípios do Estado. Foi um dos fundadores da Universidade Mineira de Arte.

Ministro da Educação e Cultura na Presidência Juscelino Kubitschek de Oliveira* (31/1/1956-31/1/1961), procurou formular novo humanismo pedagógico, expresso em doze proposições que davam ênfase à educação voltada para o desenvolvimento econômico, no quadro das 29 metas iniciais do Governo.

Pela primeira vez na história da educação brasileira, procedeu-se a minucioso levantamento das deficiências quantitativas, qualitativas e financeiras do ensino, em todos os seus graus e ramos, e programou-se uma ação educativa articulada com as necessidades da economia, em fase de expansão. Optou-se pela concentração de recursos no ensino superior, a fim de se dar a necessária cobertura educacional ao esforço da industrialização do País. Criou 14 institutos de ensino e pesquisa e mais nove universidades federais, que passaram de sete, no início do período, para 16 no fim do qüinqüênio, e propôs ao Congresso a fundação da Universidade de Brasília, DF. Na educação primária, lançou o plano de ensino complementar, com atividades em artes industriais, idéia que veio a prevalecer na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, então reformulada, e, no ensino médio, deu particular atenção à ampliação da capacidade das escolas industriais.

No plano cultural, instituiu a Campanha Nacional do Teatro, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e a Campanha Nacional Radioeducativa e fundou o Museu Vila-Lobos e o Museu da República. Procedeu à construção da Casa do Estudante do Brasil em Paris e participou de um encontro americano de Ministros da Educação no Peru e de simpósio sobre planejamento familiar, nos EUA. Em maio de 1956, atuou positivamente numa greve de estudantes cariocas contra o aumento da Metro. Dessa feita, conseguiu a redução do aumento pretendido.

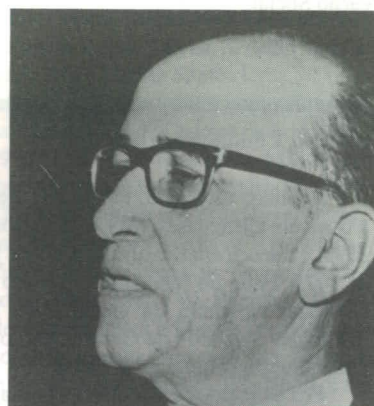
Eleito novamente Vice-Governador de Minas, na chapa do Governador José de Magalhães Pinto* (31/1/61-31/1/66), teve participação de destaque na articulação do movimento político-militar que resultou na deposição do Presidente João Goulart.

No Governo seguinte, de Israel Pinheiro da Silva*, exerceu o cargo de Secretário Estadual da Saúde (19/4/67-14/3/71). Membro do Conselho Federal de Educação de 1962 a 1972, em seguida foi Diretor da Faculdade de Medicina da UFMG (1973-1976), posto em que encerrou, pela jubilação, sua longa carreira magisterial.

Pertenceu à Associação Médica Brasileira, de cuja Comissão Especial de Escolas Médicas participou; à Academia Mineira de Medicina; à Associação Brasileira de Escritores Médicos; à Academia de Medicina Militar (membro honorário); à Academia Nacional de Medicina; ao Colégio Internacional de Cirurgiões (membro honorário); às sociedades de Ginecologia e Obstetrícia de Buenos Aires, Rosário, Argentina, e do Chile (sócio honorário) e ao Conselho Nacional da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (1960-1970). Doutor *honoris causa* de várias universidades e escolas superiores brasileiras, era Comendador da Legião de Honra da França e portador da Gran-Cruz de Afonso X, el Sabio, Rey de Castilla e León (Espanha), e de condecorações da República Federal da Alemanha e da República Italiana, da Grã-Cruz do Mérito Médico Brasileiro e de títulos de Cidadão Honorário de 12 cidades mineiras, uma gaúcha, duas paulistas e dez piauienses.

Militou no PRM, no PR, de cujo Diretório Municipal de Belo Horizonte foi Presidente, e na Arena.

Além de inúmeros trabalhos científicos publicados em revistas especializadas, é autor das obras *Elementos de diagnóstico ginecológico*, Rio de Janeiro, Calvino e Melo Editores, 1938; *Como criar e educar meu filho* (em colaboração com Fernando de Magalhães Gomes), Rio de Janeiro, Calvino e Melo Editores, duas edições; *Fístulas urogenitais*, em torno de 280 casos operados (em colaboração), Belo Horizonte, Imprensa da UFMG, 1965; *Colposcopia* (em colaboração), Rio de Janeiro, MEC/Fename, 1970; *Tratado de cirurgia geral e especializada*, Belo Horizonte, Editora Vega, 1973, 5º vol. capítulos XXXII, XXXIII e XXXIV (Câncer do corpo uterino, Câncer do colo uterino e Mioma uterino).

Estado de Minas

Clóvis Salgado da Gama

FONTES: *A educação e a cultura na gestão do Ministro Clóvis Salgado* (depoimento prestado pelo Ministro Clóvis Salgado). Brasília, MEC./*Anais da Câmara dos Deputados - 1978*. 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 8ª Legislatura. 4 (9): 5960, 1978./AVELAR, Antônio Ribeiro de. *Figuras da casa de Minas*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1960./CORTES, Antônio Maria Cardoso. *Homens e Instituições do Rio*. Rio de Janeiro, IBGE, 1957./COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 2./*Dados biográficos*. Informantes: Clóvis Salgado da Gama. CEM/UFMG; Departamento de Documentação e Divulgação. Divisão de documentação. Brasília. MEC./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1º abr. 1955, p. 3; 31 dez. 1960 e 1º jan. 1961, p. 3; 12 mar. 1967, p. 4; 27 jun. 1978, p. 1; 6 jul. 1978, p. 4; 4 jul. 1980, p. 2./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 31 jan. 1951, pp. 3-4; 31 mar. 1955, p. 14; 1º abr. 1955, p. 1; 28 set. 1960, p. 11; 21 abr. 1967, p. 1; 9 abr. 1976, Diário do Legislativo. pp. 5-6; 27 jun. 1978. p. 5; 5 jan. 1980, Diário do Legislativo, pp. 2-4.

GAMA, José Joaquim do Carmo

Escritor, acadêmico, professor e tabelião, nasceu em Baependi, Província de Minas Gerais, a 16 de junho de 1860, e faleceu em Rio Novo, MG, em novembro de 1937. Casado com Maria José Monteiro Bretas.

Estudou Humanidades no Seminário de Mariana, MG.

Residindo, depois, em Ouro Preto, MG, colaborou com o historiador José Pedro Xavier da Veiga* na organização do Arquivo Público Mineiro. Em 1890 foi nomeado Tabelião e Oficial de Registro de Hipotecas da Comarca de Rio Novo, cidade onde também exerceu o magistério e o jornalismo. Passando a Inspetor Escolar, dirigiu, sucessivamente, os grupos escolares das cidades mineiras de Caratinga e Palma, até aposentar-se no cargo em 1936. Membro fundador da AML, ocupou a cadeira nº 13, patrocinada por José Pedro Xavier da Veiga*.

Colaborador de vários jornais de Minas e de outros Estados, publicou as obras em verso *Segredos d'alma* (1886); *Perigos da vida* (1886); *Ave Maria* (1904); *Cristo redentor* (1906); *Meu berço* (1906); *Egoísmo* (1907); *Os pobres* (1908); *Palmicídio* (1913); *Pátria brasileira* (1912); *São José* (1915) e *Escombros* (1915); e em prosa *Moreira César* (1897); *Bucólicas* (1898); *XX de Setembro* (1899); *Frei Marcelo* (1912); *Rediviva* (1913); *Contos mineiros* (1915); *Clóris, a cega* (1913); *Competência da provedoria*; *A Língua Portuguesa e sua ortografia*; *Pontos de História Geral*; *História do Rio Novo* e *Palestra caseira*.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 14 nov. 1937. p. 7./Martins de Oliveira. *História da literatura mineira*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./Martins de Oliveira & Oiliam José. *Efemérides da Academia Mineira de Letras*, 1909-80. Belo Horizonte. Academia Mineira de Letras, 1980./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 9 jul. 1959. p. 11; 9 jul. 1960. p. 16.

GAMBOGI, Luís Carlos Balbino

Político e advogado, nasceu em Elói Mendes, MG, a 18 de novembro de 1954. Filho do advogado Joaquim Balbino de Carvalho e da professora Mariana Gambogi Balbino. Casado com a engenheira Patrícia Helena Gambogi Boson.

Concluiu os estudos secundários no Ginásio São Luís Gonzaga, em sua terra natal (1969), e bacharelou-se pela Universidade Católica de Minas Gerais (1979). Enquanto estudante, foi Vice-Presidente do DCE da PUC/MG (1976-1977) e Presidente do DA da Faculdade de Direito da PUC/MG (1977-1978).

Foi Chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Educação Octávio Elísio Alves de Brito* (1983-1986) e Chefe da Assessoria de Planejamento e Coordenação da Superintendência de Cooperativismo.

Filiou-se ao PMDB e foi eleito Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991). Na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, foi membro efetivo das Comissões de Ciência e Tecnologia e de Energia, Minas e Metalurgia, e membro suplente das Comissões de Serviço Público e Constitucional.

Foi Secretário de Estado da Administração (1988-1989) no Governo Newton Cardoso*.

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

GARCIA, Aloísio Teixeira

Político, produtor rural, professor e editor gráfico, nasceu em Lavras, MG, a 27 de abril de 1944. Filho de Antônio Teixeira da Silva e de Lazarina Garcia Teixeira. Casado com Silvana Friedrich Garcia.

Concluiu os estudos secundários no Colégio Marconi, em Belo Horizonte, MG (1963). Bacharelou-se em História pela UFMG (1968), complementando sua formação com os cursos de Mercado de Capitais na Universidade de Administração - UNA -, RJ (1969); de Auditoria no Instituto Audiperth, SP (1974); de Organização e Métodos (1975) e de Matemática Financeira (1976), ambos na Fundação Getúlio Vargas, RJ, entre outros.

Funcionário do Banco de Crédito Rural de Minas Gerais (1962-1973), desempenhou diversas funções, de escriturário a secretário da Presidência. Exerceu os cargos de Diretor Adjunto e Supervisor-Geral da Área Centro-Leste do Banco do Estado de Minas Gerais S.A. - Bemge -, no Rio de Janeiro, em 1971 e 1972, período em que esteve licenciado do Banco de Crédito Rural de Minas Gerais. Foi Gerente Financeiro, Superintendente e Procurador- Geral da Construtora Rabello S.A., RJ (1973-1979).

No magistério, foi titular das cadeiras de História Econômica e História do Brasil do Instituto Comercial Gabriel Passos, de Belo Horizonte, MG (1963-1968).

Ocupou diversos cargos e funções no Ministério da Agricultura (1979-1982). Foi Diretor-Presidente da Companhia Brasileira de Alimentos - Cobal - (1982-1983); Chefe de Gabinete do Ministro de Indústria e Comércio (julho a setembro de 1984) e Presidente do Instituto Brasileiro do Café - IBC - (setembro de 1984 a março de 1985).

Eleito Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991), na Assembléia Legislativa, foi membro suplente das Comissões de Assuntos Municipais e Regionais; Ciência e Tecnologia e de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas e membro efetivo das Comissões de Agropecuária e Política Rural e de Redação.

Em 1988, esteve licenciado do mandato de Deputado para assumir o cargo de Secretário de Educação do Estado de Minas Gerais, designado pelo Governador Newton Cardoso*.

Publicou artigos em jornais de Minas Gerais e Brasília, além de trabalhos de pesquisa e análise na área de ensino.

Filiado ao PMDB, pertenceu à Arena.

Atuam na política seus primos Hélio Carvalho Garcia* e Márcio Manoel Garcia Vilela*.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

GARCIA, Hélio Carvalho

Político, proprietário rural, cafeicultor, empresário da construção civil e advogado, nasceu em Santo Antônio do Amparo, à época Distrito de Bom Sucesso, MG, a 16 de março de 1931. Filho do fazendeiro e político Júlio Garcia e de Carmelita Carvalho Garcia. Foi casado com Margarida Maria Silésio de Araújo Mílton.

Fez o curso ginasial no Instituto Gammon, em Lavras, MG, o científico no Colégio Santo Agostinho, em Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, em 1957. Quando acadêmico, engajou-se ativamente em movimentos estudantis.

Em Perdões, MG, e Santo Antônio do Amparo, MG, onde se fixou como advogado e fazendeiro, participou de movimentos ruralistas, tendo exercido, por dois anos, a função de Secretário-Geral da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - Faemg.

Filiado à UDN, elegeu-se Deputado Estadual para a 5ª Legislatura (1963-1966). Na Assembléia Legislativa, foi membro das Comissões de Assuntos Municipais (1963) e de Constituição, Legislação e Justiça (1964) e Líder do Governo José de Magalhães Pinto*. Licenciou-se entre julho e agosto de 1965, para exercer, naquele Governo, as funções de Secretário de Estado do Interior e Justiça de Minas Gerais.

Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27 de outubro de 1965) e a instauração do bipartidarismo, filiou-se à legenda do Governo, a Aliança Renovadora Nacional - Arena.

No pleito de novembro de 1966, elegeu-se Deputado Federal para a 6ª Legislatura (1967-1971). Nessa condição, integrou as Comissões de Segurança Nacional e de Constituição e Justiça. Findo o seu mandato, e manifestando desgosto com o fechamento do Congresso Nacional e o cerceamento à atividade pública, afastou-se da política e dedicou-se à construção civil e à agropecuária.

Cinco anos depois, a convite do Governador Antônio Aureliano Chaves de Mendonça*, assumiu a Presidência da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, cargo que ocupou de 30/4/75 a 15/5/78. Auxiliado por uma equipe de que faziam parte Roberto Brant* e Evandro de Pádua Abreu*, entre outros, sua administração destacou-se pela modernização da máquina administrativa. A MinasCaixa, então autarquia, transformou-se, tornando-se ágil e estendendo-se por todo o Estado. Em pouco mais de um ano, passou a ser considerada o maior Banco oficial do Estado de Minas Gerais.

Seu nome, nessa ocasião, foi cogitado para o Governo do Estado, com o apoio dos Deputados Estaduais e do ex-Governador Magalhães Pinto*. Não desejando, porém, disputar um pleito indireto, preferiu candidatar-se novamente à Câmara dos Deputados.

Nas eleições de novembro de 1978, obteve uma das maiores votações já alcançadas por candidato a Deputado Federal no Estado de Minas Gerais. Na 9ª Legislatura (1979-1983), integrou, como titular, as Comissões de Segurança Nacional, de Serviço Público e de Finanças, e, como suplente, as Comissões de Relações Exteriores e de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas. Em 27 de março de 1981, apresentou proposta de emenda constitucional estabelecendo eleições diretas para os Prefeitos das Estâncias Hidrominerais e das Capitais de Estados e Territórios.

Com o fim do bipartidarismo (29 de novembro de 1979) e a conseqüente reformulação partidária, filiou-se ao Partido Popular - PP - em 12 de fevereiro de 1980, apesar de insistentemente convidado pelo Governador Francelino Pereira dos Santos* para filiar-se ao PDS. Justificou sua escolha por identificar-se com o programa da nova agremiação e, sobretudo, por lealdade aos amigos Tancredo de Almeida Neves* e José de Magalhães Pinto*, respectivamente, Presidente Nacional e Presidente de Honra do PP. Em 3/5/81, foi eleito Presidente da Comissão Estadual Provisória do partido, com o apoio das duas alas originárias das antigas legendas - Arena e MDB. Devido à sua atuação, em pouco tempo o PP conseguiu formar comissões provisórias em 470 dos 722 municípios de Minas Gerais.

Preocupado com a pulverização partidária em torno de candidatos ao Governo de Minas, defendeu a idéia de um pacto que permitisse aos novos partidos de oposição unirem-se em torno de uma candidatura única. Mas os fatos se precipitaram e, em dezembro de 1981, foi aprovada a incorporação do PP ao PMDB pelas respectivas Comissões Executivas. Hélio Garcia votou contra essa iniciativa e, para assinalar sua contrariedade, renunciou à Presidência do partido, ocupada a seguir por Mílton Lima.

No início de 1982, concretizada a incorporação, filiou-se ao PMDB e teve o seu nome lançado para Vice-Governador na chapa encabeçada por Tancredo de Almeida Neves*. Eleito, deixou a Câmara Federal e, em março de 1983, foi investido no novo cargo, que passou a acumular com o de Prefeito de Belo Horizonte a partir de 12 de abril do mesmo ano.

No Governo municipal, sua administração foi marcada pela publicação da Lei nº 3.570, de 16 de junho de 1983, e dos Decretos nºs 4.489 e 4.523, de 13 de julho e 12 de setembro de 1983, respectivamente, que tinham por objetivo viabilizar um amplo projeto de reforma administrativa destinado a melhorar a vida da cidade e de seus habitantes. Com o propósito de desconcentrar a administração da Capital, foram criados novos órgãos, secretarias municipais e nove administrações regionais.

Assumiu o Governo do Estado em 14 de agosto de 1984, quando, por força da legislação eleitoral, o Governador Tancredo de Almeida Neves* deixou o cargo para concorrer à Presidência da República. Participou ativamente das articulações que tornaram possível a eleição indireta do ex-Governador pelo Colégio Eleitoral.

Dando prosseguimento ao programa de governo de seu antecessor, e interessado em modernizar a máquina administrativa do Estado, obteve da Assembléia Legislativa, através das Resoluções nº 3.432, de 27 de novembro de 1984, e nº 3.598, de 1º de julho de 1985, autorização para que o Executivo elaborasse leis delegadas destinadas a promover o desenvolvimento dos recursos humanos, a reforma e a desburocratização da administração pública, tendo em vista as transformações sociais e econômicas e o progresso tecnológico.

Restabelecidas as eleições diretas para as Prefeituras das Capitais e das Estâncias Hidrominerais, através da Lei Federal nº 7.332, de 1º de julho de 1985, e aproximando-se o pleito de 15 de novembro, o Governador Hélio Garcia passou a se situar no centro da disputa político-partidária em Belo Horizonte.

Foi com seu apoio e direção que a campanha para a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, de início francamente desfavorável ao PMDB, terminou com uma expressiva vitória de Sérgio Mário Ferrara*, candidato do partido.

Igualmente marcante foi sua atuação no processo que escolheu o candidato do PMDB ao Governo do Estado, em 1986. Aproximando-se a data da convenção, quatro candidatos ofereciam seus nomes ao sufrágio dos delegados: Carlos Alberto Cotta*, Leopoldo Pacheco Bessone*, Ronan Tito de Almeida* e João Pimenta da Veiga Filho*. Este último, representando a chamada "ala progressista" do partido, tinha as melhores chances de polarizar com Newton Cardoso* as votações decisivas. Tudo parecia caminhar nessa direção quando, para surpresa geral, o Governador anunciou que o seu candidato seria Joaquim de Melo Freire*, presidente regional do PMDB. Modificou-se inteiramente o quadro da convenção. E então, poucas horas após ter sido indicado pelo Governador, Melo Freire retirou sua candidatura. Na nova correlação de forças que se estabeleceu, Newton Cardoso* não teve dificuldades em sagrar-se candidato oficial do PMDB, que o Governador se empenharia, a seguir, em eleger para sucedê-lo no Palácio da Liberdade.

Em março de 1987, com a posse do novo Governador, retirou-se da cena política, voltando às suas atividades empresariais.

Seu retorno à vida pública, em 1990, deu-se pela legenda do Partido das Reformas Sociais - PRS -, que ele próprio criou para melhor se movimentar na disputa pelo Governo de Minas. Eleito em dois turnos, tomou posse em 15 de março de 1991.

Além de seu pai, ex-Prefeito de Perdões, atuaram na política seu avô materno, Antônio Carlos de Carvalho, fundador do Banco de Minas Gerais e signatário do *Manifesto dos Mineiros* (1943), e seus primos Aloísio Teixeira Garcia* e Márcio Manoel Garcia Vilela*.

Estado de Minas

Hélio Carvalho Garcia, novembro de 1984

FONTES: *Deputados brasileiros:* repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 6ª Legislatura (1967-1971). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1968. / *Diário de Minas,* Belo Horizonte, 7 nov. 1962, p. 3; 2 abr. 1980, p. 3 / FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais.* Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 6 jul. 1965, p. 16; 30 abr. 1975, p. 3. *Legislação do Estado de Minas Gerais de 1984 a 1987./Legislação da Prefeitura de Belo Horizonte de 1983 a 1984./Curriculum vitae de Hélio Carvalho Garcia* - Palácio da Liberdade, Governo do Estado de Minas Gerais (mimeografado). GARCIA, Denise Correia. *Os Garcia Frades Ascendentes e Descendentes,* Belo Horizonte, 1990./Mensagens do Governador Hélio Carvalho Garcia à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais nos anos de 1985, 1986, 1987 e 1992. Belo Horizonte, Imprensa Oficial.

GARCIA, Rubens Pinto

Político, comerciante e agricultor, nasceu em Fama, a 15 de junho de 1924, e faleceu a 14 de maio de 1989. Filho do comerciante Pedro Pinto Filho e de Aldinorah Fernandes Pinto. Casado com a professora Iris Westin Pinto Garcia.

Concluiu os estudos secundários na Escola Municipal de Machado, MG, e formou-se em Contabilidade pela Escola Leão de Faria, em Alfenas, MG.

Foi Presidente do Diretório Municipal da UDN e Vereador à Câmara Municipal de Machado por três legislaturas, tendo chegado à Presidência daquele Legislativo municipal. Foi membro do Conselho Fiscal do Sindicato Rural Patronal de Machado.

Eleito Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991), na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, foi membro efetivo das Comissões de Agropecuária e Política Rural e de Energia, Minas e Metalurgia.

Filiando-se à UDN, à Arena, ao PDS e, posteriormente, ao PTB, no qual foi membro da Comissão do Sul de Minas e de cujo Diretório foi Presidente, em Machado, MG.

Atuaram na política seu pai, Pedro Pinto Filho, e seu sogro, João Westin Júnior.

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

GAZIRE, Nilo Antônio

Presidente da Associação Comercial de Minas e contador, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 4 de agosto de 1924, e faleceu no dia 16 de outubro de 1985. Filho de Antônio Pedro Gazire e Josefina Ibrahim Gazire. Casado com Geslaine Menezes Gazire.

Bacharelou-se em Ciências Contábeis pela Faculdade Brasileira de Comércio, RJ, em 1946. Fez curso de aperfeiçoamento em Ciências Contábeis, Auditoria e Perícias Contábeis e Fiscais no Rio de Janeiro e São Paulo.

Foi membro efetivo do Conselho Regional de Contabilidade (1966-1973), ascendendo a Presidente (1974-1977). Participou do Conselho Consultivo da II Convenção dos Contabilistas do Estado de Minas Gerais. Diretor da União do Varejistas de Minas Gerais de 1º/1/68 a 31/12/73, chegou a Vice-Presidente de 8/1/74 a 8/1/75. Foi Vice-Presidente (3/9/71 - 31/2/72) e Presidente (19/11/72 - 31/12/73) da Associação Cristã de Moços - ACM - de Minas Gerais. Exerceu, ainda, os cargos de Presidente do Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais (3/1/68 - 31/12/76), Presidente da Câmara de Comércio Líbano-Brasileira de Minas Gerais, Vice-Presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil.

Em 23/4/1976, foi designado, pelo Presidente da Junta Comercial de Minas Gerais, Presidente da Comissão Permanente de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Na Associação Comercial de Minas, ocupou os cargos de Diretor (1965-1966), Secretário-Geral (1967-1968), Vice-Presidente Técnico (1969-1970), Vice-Presidente de Expansão (1971-1972), Vice-Presidente de Assuntos Administrativos (1973-1976) e Presidente (1977-1978).

Foi, ainda, Presidente da Federação das Associações Comerciais de Minas Gerais (1977-1980), Presidente do Conselho Federal de Contabilidade (1978-1981), Presidente da Econag Ltda., da Ecomi-Empreendimentos Comerciais e Industriais, e sócio da Empreendimentos Santa Inês Ltda.

Atuou como membro do Conselho Fiscal da Cimento Portland Pains S.A., Cia Mineira de Cimento Portland - Cominci -, Minas Fortes S.A., Casa Falci S.A., Credireal Turismo S.A., Conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, membro do Conselho Curador da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - Cetec -, do Conselho de Administração de Telecomunicações de Minas Gerais S.A. - Telemig -, do Conselho Deliberativo do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, do Conselho Estadual do Álcool (órgão da Secretaria da Indústria, Mineração e Comércio), do Conselho Técnico de Administração do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, e do Conselho Superior do Ipead - Instituto de Pesquisas Econômicas e Administrativas de Minas Gerais.

Participou de congressos e conferências sobre assuntos tributários, econômicos e de *marketing*.

Estado de Minas

Nilo Antônio Gazire, fevereiro de 1978

FONTE: Dados biográficos. Informantes: Associação Comercial de Minas. CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

GENARO, Antônio ver OLIVEIRA, Antônio Genaro

GENÉSIO BERNARDINO ver SOUSA, Genésio Bernardino de

GERMANO, Sila Macedo

Oficial da Aeronáutica e médico, nasceu no Estado de Minas Gerais, a 16 de março de 1919.

Além do curso civil de Medicina, fez os militares de Saúde da Aeronáutica, de Aperfeiçoamento de Oficiais de Serviços, de Direção de Serviços e Superior de Guerra.

Tendo iniciado a carreira em abril de 1943, depois de sucessivas promoções atingiu o posto de Brigadeiro em março de 1973.

Recebeu, entre outras condecorações, a Medalha militar de Ouro e a do Mérito Santos Dumont.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Ministério da Aeronáutica. SDRC. Rio de Janeiro.

GIANNETTI, Américo Renné

Político, engenheiro e empresário, nasceu no Município de Rosário, RS, a 20 de abril de 1896, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 6 de setembro de 1954. Filho do industrial Pedro Giannetti e de Teresa Antonini Giannetti. Casado com Honorina Esteves Giannetti.

Fez o curso secundário no Colégio Arnaldo e no Instituto Claret, ambos em Belo Horizonte, MG, e em Ouro Preto, MG, formou-se pela EMOP, em 1923.

Imediatamente após a conclusão do curso superior, assumiu o cargo de Engenheiro-Chefe da usina siderúrgica fundada, em Rio Acima, MG, por seu pai e transformada, mais tarde, na Metalúrgica Santo Antônio S.A.. Em 1928 transferiu-se para Belo Horizonte, onde dedicou-se à construção civil. Especializado na construção de estradas, colaborou na elaboração do Plano Rodoviário de Minas Gerais. Durante seis meses do ano de 1933 permaneceu na Europa, estudando a técnica e a organização de indústrias. No campo empresarial, foram iniciativas suas, além da ampliação e reorganização da usina de Rio Acima, a Fábrica de Papel Cruzeiro S.A., a Cerâmica Santo Antônio, a Imobiliária Mineira S.A., a Companhia Mineira de Estradas e Construções S.A. e a Eletro-Química Brasileira S.A.. Por solicitação do Governo Federal, depois de realizar viagens de estudos à Europa (1938) e aos EUA (1941), planejou a implantação da indústria de alumínio no Brasil. Em 1939 instalou em Saramenha, Município de Ouro Preto, fornos elétricos destinados a produzir cimento aluminoso e posteriormente (1942-1945) fez construir a fábrica de alumínio metálico, a primeira do gênero em toda a América Latina.

Como Secretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do Governo Mílton Soares Campos* (19/3/47 - 30/1/51), elaborou o Plano de Recuperação Econômica do Estado de Minas Gerais, de que resultaram, entre outros empreendimentos, a expansão do sistema energético do Estado, a instituição do Ensino Agrário Ambulante, o reequipamento das estâncias hidrominerais e a criação de uma colônia de férias, em Lagoa Santa, para o funcionalismo público estadual.

Primeiro Prefeito eleito de Belo Horizonte, pela coligação PDC-UDN, tomou posse em 31 de janeiro de 1951 e permaneceu no cargo até a morte. Sua gestão distinguiu-se pela melhoria da rede de transportes coletivos e do serviço de abastecimento de água.

Exerceu os cargos de Vereador às Câmaras Municipais de Belo Horizonte e de Nova Lima, MG; de Presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros; de membro do Conselho Federal do Comércio Exterior, da Comissão de Planejamento Econômico Nacional e do Conselho Consultivo Técnico da Companhia Siderúrgica Nacional S.A.; de Presidente da Fiemg (1939-1947); de Secretário da CNI, tendo, como tal, delineado, com Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen, a criação do SESI e do Senai; Presidente dos conselhos regionais destes dois serviços em Minas Gerais, Vice-Presidente e Diretor da ACM; membro do Conselho Regional do Trabalho ; Presidente do Sindicato da Indústria do Ferro, da Cooperativa de Seguros de Acidentes no Trabalho da Federação das Indústrias e do Conselho de Representantes da mesma entidade; vogal dos empregadores em uma das Juntas de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte e, depois, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho.

Estado de Minas

Américo Renné Giannetti, junho de 1951

Filiado à UDN, presidiu ao seu Conselho Técnico, bem como à Comissão Executiva da Liga Brasileira de Defesa da Democracia em Minas Gerais.

FONTES: Anais da Câmara dos Deputados. 1954. Rio de Janeiro. IBGE, 16: 150, 1963./ COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961, v. 1./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 7 set. 1954, pp. 3-7./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 21 mar. 1947. p. 9; 8 ago. 1950, p. 5; 31 jan. 1951, p.5; 7 set. 1954, p. 7; 16 out. 1954/*Diário da Assembléia*. pp. 1-2; 12 set. 1956, pp. 3-4; 13 set. 1957; pp. 2-3./*O Diário*, Belo Horizonte, 21 abr. 1950, p. 5; 7 set. 1954, p. 1./RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970-1.

GIBRAM SOBRINHO, Jorge

Político e industrial, nasceu em Campo Belo, MG, a 20 de agosto de 1926. Filho de Gibram Chequer e de Maria Abuab Gibram.

Fez os estudos supletivos na cidade de Três Corações, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Varginha, MG, em 1976.

Filiou-se à Arena e elegeu-se Vereador à Câmara Municipal de Três Corações (1973-1976). Nessa mesma cidade, ocupou os cargos de membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento e de Presidente, por quatro mandatos, da Associação Comercial e Industrial.

Elegeu-se, pelo PMDB, Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991). Na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, foi Vice-Líder do Governo, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Planejamentos Regionais e membro suplente das Comissões de Serviço Público e Constitucional.

Foi nomeado, pelo Governador Newton Cardoso*, Secretário de Estado da Secretaria de Ciência e Tecnologia (14/2/90-11/10/90).

Atuou na política seu irmão João Gibram, Prefeito em Campo Belo, MG.

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

GIL CÉSAR ver ABREU, Gil César Moreira de

GIOVANNINI, Manuel de

Político, farmacêutico e funcionário público, nasceu em Juiz de Fora, MG, a 28 de janeiro de 1902. Filho de Primo Giovannini e de Ernesta Giovannini. Casado com Diva Horta Giovannini.

Diplomado pela Escola de Farmácia e Odontologia de Juiz de Fora, ali exerceu a profissão, fundou um laboratório de produtos farmacêuticos e trabalhou no serviço público estadual como Fiscal de Rendas.

Deputado classista na 1ª Legislatura (1935-1939), representou o comércio na Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Pertenceu ao PSP.

Atuou na política seu irmão Miguel Giovannini, que foi Vereador à Câmara Municipal de Juiz de Fora.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora Robertson Caloman Jacob Plischke./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

GODINHO, Coaraciara Bricio

Oficial da Marinha e engenheiro, nasceu em Minas Gerais, a 22 de setembro de 1932.

Entrou para a Marinha em 14 de abril de 1952 e, após haver realizado os cursos regulamentares, foi promovido Guarda-Marinha em 13 de janeiro de 1954. Em sua carreira como oficial, fez os cursos de Aperfeiçoamento de Engenharia da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais - EsAO -, Básico de Comando, Comando e Estado-Maior para Fuzileiros Navais, ambos da Escola de Guerra Naval; o Superior de Guerra Naval e o Superior de Guerra pela Escola Superior de Guerra. Cursou o Amphibious Warfare Planning Course for Senior Foreign Officers, na US Naval Amphibious School, US Naval Amphibious Base, Coronado, San Diego, Califórnia, EUA, e fez o curso por correspondência do Command and Staff College, EUA.

Ocupou em sua carreira os cargos em comissão de Comandante da 1ª Companhia da Escola Naval; Imediato da 2ª Cia. Regional do Corpo de Fuzileiros Navais - CFN -; Instrutor de Técnica de Tiro, de Armamento de Infantaria e de Armas Portáteis da Escola Naval; Imediato do 2º Batalhão de Infantaria da Guarnição do Quartel-General; Adjunto de Administração do Material de Engenharia do Quartel-General; Chefe do Departamento do Pessoal de Instrução; Imediato do Batalhão Pioneiros do Núcleo da 1ª Divisão e Chefe da Seção de Organização do Estado-Maior, todos do Corpo de Fuzileiros Navais. Foi, também, Adjunto da Divisão de Operações da Escola de Guerra Naval; Observador da Marinha do Brasil em operações anfíbias na Ilha de Vieques, em Porto Rico; Encarregado e Instrutor da Divisão de Fuzileiros Navais na Escola de Guerra Naval; Chefe do Estado-Maior da Divisão Anfíbia e Oficial do Gabinete Militar do Presidente da República.

Como oficial superior, foi Comandante do Batalhão de Pioneiros do Núcleo da 1ª Divisão do CFN; do Batalhão Paissandu da Divisão Anfíbia; de Apoio do Corpo de Fuzileiros da Esquadra; da Força de Fuzileiros da Esquadra e Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais.

Foi promovido a Almirante de Esquadra em novembro de 1986 e transferido para a reserva remunerada em janeiro de 1991.

Recebeu várias condecorações, entre as quais, a Ordem do Mérito Naval (Grã-Cruz); Ordem do Mérito Militar (Comendador); Ordem do Mérito Aeronáutico (Comendador); Ordem do Rio Branco (Oficial); a Medalha Militar de Ouro; do Pacificador, Mérito Santos Dumont e Mérito Tamandaré.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Ministério da Marinha./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

GODINHO FILHO, Serafim Lopes

Político, médico, agropecuarista e industrial, nasceu em Santa Maria do Suaçuí, MG, a 3 de dezembro de 1944. Filho do fazendeiro Serafim Lopes Godinho e de Maria Lopes Godinho. Casado com a advogada Nádia Neme Lopes.

Concluiu os estudos secundários no Colégio Arnaldo, em Belo Horizonte, MG, em 1962, e formou-se, em 1969, pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Espírito Santo, de cujo DCE foi Vice-Presidente, em 1967.

Filiou-se à Arena e elegeu-se Prefeito Municipal de Santa Maria do Suaçuí (1973-1977). Ingressou no PDS e, em 1982, foi suplente de Deputado Estadual. Em Santa Maria do Suaçuí, foi, ainda, Presidente do Sindicato Rural (1980); ex-Presidente da Cooperativa dos Produtores Rurais (1980); Provedor do Hospital Santa Maria Eterna (1970-1980) e Presidente do Diretório Municipal do PDS (1983). Ingressou no PMDB, de cujo Diretório foi Presidente.

Foi responsável pela Delegacia Federal de Saúde (1983-1984); Superintendente da Fundação Médica de Contagem (1985-1986); Assessor da Secretaria de Estado da Segurança Pública (1983-1984).

Em 1986, elegeu-se Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991). Na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, foi membro suplente da Comissão de Fiscalização e Tomada de Contas e membro efetivo das Comissões de Redação e de Saúde.

Em 1988, foi Secretário de Estado da Casa Civil e Secretário de Saúde do Estado de Minas Gerais, no Governo Newton Cardoso*

Atuaram na política seu tio João Batista Lopes e seu primo Jorge Daher Filho.

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

GODOFREDO, Antônio Afonso Lamounier

Político, advogado, jurista e jornalista, nasceu na vila de Tamanduá, Província de Minas Gerais (atual cidade de Itapecerica), a 9 de maio de 1859, e faleceu na mesma localidade, a 30 de julho de 1929. Filho de José Afonso Lamounier Godofredo e de Mariana Inocência Leal. Casado com Ana Marques, de quem se desquitou.

Diplomado em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP em 1883, abriu escritório de advocacia na cidade de São Paulo, onde permaneceu de 1885 a 1888, e, em seguida, no Rio de Janeiro e em Itapecerica.

Elegeu-se Deputado à Assembléia Geral na 20ª Legislatura (1886-1889). Em sua terra natal dedicou-se à campanha republicana, através do periódico *A Propaganda*, que dirigia. Instaurado o novo regime, elegeu-se Deputado Federal Constituinte e para a 1ª Legislatura (1891-1893) e reelegeu-se da 2ª à 10ª Legislaturas (1894-1920). Em vários períodos legislativos liderou a Bancada mineira na Câmara dos Deputados.

Pertenceu ao PRM.

FONTES: *Anais do Senado Mineiro. 1929*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, s. n: 72, 1929. *Dados biográficos*. Informante: Bruno de Almeida Magalhães. CEM/UFMG./ ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917*. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918, v. 1./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito*. Arquivo.

GODÓI, João Nascimento

Político, nasceu em Araguari, MG, a 8 de agosto de 1911. Filho natural de Belchior Godói e de Maria Júlia.

Fez os estudos secundários no Colégio Brasil, de Ouro Fino, MG, e o superior na FDUMG, pela qual se bacharelou em 1937.

Eleito Deputado Estadual Constituinte e para a 1ª Legislatura (1947-1951), perdeu o mandato em favor de Jason Soares de Albergaria*, em virtude dos resultados do pleito suplementar de abril de 1947. Fez parte das comissões especiais para elaboração do Regimento Interno da Constituinte e do projeto da Constituição mineira de 1947.

Pertenceu ao PDC.

FONTE: *Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino.

GÓIS, Carlos

Acadêmico, escritor, poeta, filósofo, teatrólogo e professor, nasceu na Província do Rio de Janeiro, a 10 de outubro de 1881, e faleceu na mesma localidade, a 21 de maio de 1934. Filho de Domingos Fernandes Góis e de Maria Eugênia Machado Góis.

Fez os estudos secundários no Colégio Abílio e no Externato Aquino, ambos no Rio de Janeiro, DF, cidade onde se bacharelou, também, em Direito.

Formado, transferiu-se para Minas Gerais, onde exerceu a promotoria em Muzambinho. Vindo a residir em Belo Horizonte, MG, conquistou, por concurso, a cátedra de Português do Ginásio Mineiro, cadeira que ocupou de 1909 a 1931.

Membro fundador da Academia Mineira de Letras, em 1909 foi eleito para a cadeira nº 11, patrocinada por Frei José de Santa Rita Durão, e, no período 1925-1926, ocupou a Presidência da Casa.

Colaborou em diversos jornais e revistas, e deixou entre outras, as seguintes obras: *Sintaxe de concordância*; *Sintaxe de construção*; *Gramática expositiva primária*; *Pontos de instrução moral e cívica*; *Sintaxe de regência*; *Método de análise*; *Ortografia, ditado, pontuação, crase*; *Método de redação*; *Exame de admissão*; *Método de análise*; *Teatro civil escolar*; *Inocência*; *O Governador das esmeraldas*; *O sacrifício*; *Modelo vivo*; *Raça liberta* (teatro); *Crótalos*; *Cítara*; *Espelhos* (poesias).

FONTES: *Academia Mineira de Letras.* Arquivo./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 10 out. 1922. p. 2./Martins de Oliveira. *História da literatura mineira.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial. 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 22 jun. 1934. pp. 7-8; 23 mar. 1934. p. 5; 23 jul. 1959. p. 21./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial. 1926.

GOMES, Ademir Lucas

Político e advogado, nasceu em Esmeraldas, MG, a 29 de setembro de 1943. Filho do escritor José Lucas Filho e de Maria Silva Lucas. Foi casado com a professora Maria das Graças de Oliveira Gomes.

Concluiu o curso secundário no Colégio Santa Quitéria, em Esmeraldas, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da UFMG, em 1969.

Funcionário da Secretaria de Estado da Administração, ocupou os cargos de Chefe das Seções de Cadastro e Estudos de Mercado (1966/1967) e de Preparo de Concorrências (1968-1969). Foi advogado da Procuradoria da Assistência Judiciária do Estado de Minas Gerais (1970-1973), do Diretório Regional do MDB junto ao Tribunal Regional Eleitoral de MG (1970-1977) e nos foros mineiros de Contagem, Belo Horizonte, Betim, Esmeraldas e Sete Lagoas.

Em Esmeraldas, MG, foi Diretor fundador do Clube Itaporã (1970-1974) e Presidente da Associação Sociocultural (1970-1972).

Iniciou sua carreira política em Contagem, MG, onde foi Oficial-de-Gabinete (1974), Chefe da Assessoria Técnico-Consultiva (1974-1975; 1977-1978), membro da Comissão Permanente de Licitação (1975-1977) e Secretário Municipal de Administração (1977).

Eleito Deputado Estadual na 9ª e 10ª Legislaturas (1979-1987), na Assembléia Legislativa foi Presidente da Comissão Permanente de Defesa do Meio Ambiente (1979-1982); membro efetivo das Comissões de Economia e Obras Públicas (1980-1982), Constituição e Justiça (1986), Segurança (1987) e Serviço Público (1987); suplente das Comissões de Educação e Cultura (1979), Turismo, Patrimônio Histórico e Artístico (1979), Saúde e Ação Social (1980), Siderurgia e Mineração (1980), Serviço Público (1981-1982), Constituição e Justiça (1980-1982, 1987) e de Defesa do Meio Ambiente (1986); membro da Câmara de Política Ambiental da Comissão de Política Ambiental de MG (1979); Líder da Minoria (1981-1982), da Maioria e do PMDB (1983-1985) e Líder dos Governos Tancredo de Almeida Neves* (1983-1984) e Hélio Carvalho Garcia* (1984-1985). Foi Delegado ao Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo de Almeida Neves* Presidente da República, em 1985.

Exerceu o cargo de Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social (1985-1986) no Governo Hélio Carvalho Garcia*.

Eleito Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991), renunciou ao mandato, em 1989, para assumir a Prefeitura Municipal de Contagem, para a qual fora eleito em 1988.

Durante sua administração, implantou o 1º Sistema Informatizado *on line* de controle da receita arrecadada e da execução da defesa do município, construiu diversos centros educacionais e culturais, liberou os alunos de 1º e 2º graus das mensalidades escolares nas unidades da Fundação de Ensino de Contagem, viabilizou a implantação da Unidade Metropolitana II da Pontifícia Universidade Católica em Contagem, inaugurou novas juntas de conciliação e julgamento e isentou a população do pagamento do IPTU de moradia - Lei nº 1973, de 13 de julho de 1989.

Filiado ao PSDB, pertenceu ao MDB, e, quando da reformulação partidária ocorrida em 1979, transferiu-se para o PMDB.

Atuou na política municipal seu pai, que foi Vereador, Presidente da Câmara e Vice-Prefeito de Esmeraldas.

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

GOMES, Fábio Lucas

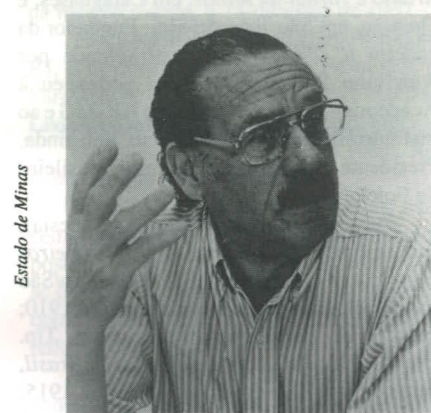
Escritor, acadêmico, advogado e professor, nasceu em Santa Quitéria (atual Esmeraldas), MG, a 27 de julho de 1931. Filho de José Lucas Gomes e de Lucrécia da Silva. Foi casado com Maria Luísa Ramos e Lucas de quem se desquitou.

Fez o curso secundário no Instituto Padre Machado, de Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se, em 1953, pela FDUMG, onde concluiu, em 1963, o doutoramento em Direito Público, com defesa de tese sobre o Estado moderno e a redistribuição pelo imposto. Pela mesma Universidade, ainda em 1963, doutorou-se em Economia e História das Doutrinas Econômicas. Quando estudante, fundou, juntamente com Afonso Ávila e Rui Mourão, as revistas literárias *Vocação* (1951) e *Tendência* (1957). Colaborou em vários jornais mineiros e cariocas e manteve uma coluna de ensaios e crítica em *A Gazeta*, de São Paulo, SP.

Integrante do corpo docente da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG a partir de 1957, foi professor visitante de várias universidades do País e do exterior. Membro da AML, eleito em 17 de novembro de 1960, sucedeu a Paulo Rehfeld na cadeira nº 22, cujo patrono é Júlio Ribeiro. Pertence à Sociedade de Homens de Letras.

Publicou as obras *Conteúdo social nas Constituições brasileiras*, Belo Horizonte, Faculdade de Ciências Econômicas, 1959; *A remuneração do trabalhador*, Belo Horizonte, Faculdade de Ciências Econômicas, 1959; *Introdução ao estudo da repartição da renda*, Belo Horizonte, Faculdade de Ciências Econômicas, 1959; *A redistribuição das rendas*, Belo Horizonte, 1963; *Igualdade e desigualdade das rendas*, Belo Horizonte, Faculdade de Ciências Econômicas, 1963; *O Estado moderno e a redistribuição pelo imposto*, Belo Horizonte, Faculdade de Ciências Econômicas, 1963; *Temas literários e juízos críticos*, Belo Horizonte, Ed. Tendência, 1964; *Compromisso literário*, Rio de Janeiro, Ed. São José, 1964; *Horizontes da crítica*, Belo Horizonte, Ed. MP, 1965; *Iniciação à macroeconomia*, Rio de Janeiro, Forense, 1968; *Intérpretes da vida social*, Belo Horizonte, Ed. LP., 1968; *Economia e ciências sociais* (antologia com introdução e notas), Rio de Janeiro, Zahar, 1969; *O caráter social da literatura brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970. 2 ed. 1976; *Fronteiras imaginárias*, Rio de Janeiro, Ed. Cátedra/MEC, 1971; *A face visível*, Rio de Janeiro, J. Olympio, 1973, e *Poesia e prosa no Brasil - Clarice, Gonzaga, Machado, Murilo Mendes*, Belo Horizonte, Interlivros, 1976.

Foi Diretor do Instituto Nacional do Livro na década de 80.

Estado de Minas

Fábio Lucas Gomes

FONTES: BERNARDES, Nilo & outros. Bibliografia de nossos colaboradores. In: *Minas Gerais terra e povo*. Porto Alegre, Globo, 1970./COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961, v.1./Martins de Oliveira. *História da literatura mineira.* 2 ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 20 nov. 1960. p. 29.; 19 out. 1961, p. 11./*O Diário*, Belo Horizonte, 17 out. 1961, p. 4; 19 out. 1961, p.4.

GOMES, Francisco de Assis Magalhães

Escritor, acadêmico e engenheiro, nasceu em Ouro Preto, MG, a 16 de janeiro de 1906. Filho de Francisco de Paula Magalhães Gomes e de Amália Brandão Magalhães Gomes. Casado com Maria Clara Birchal de Magalhães Gomes.

Fez o curso primário no Grupo Escolar Afonso Pena e o secundário no Ginásio Mineiro, ambos em Belo Horizonte. Bacharelou-se em Engenharia de Minas e Civil pela Escola de Minas de Ouro Preto - EMOP - (1928), tendo sido agraciado com o prêmio de viagem ao estrangeiro pela escola (1928), como aluno laureado.

Foi engenheiro da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (1928-1938) e engenheiro fiscal das obras da Cidade Universitária da Universidade de Federal de Minas Gerais - UFMG - (1955-1961).

Foi professor de Física do curso anexo da Universidade de Minas Gerais (1930-1937); catedrático de Física Geral e Experimental da Escola de Engenharia da UFMG (1933-1962) e catedrático de Física da Escola Nacional de Minas e Metalurgia (1938-1950). Na UFMG, foi catedrático fundador de Física Teórica e Superior da Faculdade de Filosofia e do Instituto de Ciências Exatas - ICEX - (1943-1976); professor de Metalurgia Física (1944-1946); professor de Física Técnica (1947-1950) e de Introdução à Física Atômica e Nuclear (1952-1962) da Escola de Engenharia; professor de História da Ciência na Faculdade de Filosofia e no ICEX (1964-1976), e professor emérito da Escola de Engenharia (1964).

Presidiu às Comissões Julgadoras de Física dos concursos de admissão à Faculdade de Medicina, à Escola de Engenharia e à Faculdade de Filosofia, todas da UFMG, e à Escola Nacional de Minas e Metalurgia, a partir de 1931.

Foi Presidente dos Conselhos Técnico e Consultivo da Sociedade Mineira de Engenheiros (1937-1938), à qual presidiu de 1939 a 1940. Integrou a Comissão Nacional de Metrologia (1938-1948) e representou Minas Gerais na Associação Brasileira de Normas Técnicas (1945). Participou, também, da Comissão Deliberativa e de Energia Nuclear do Conselho Nacional de Pesquisas (1954-1957). Foi membro do Conselho Técnico Administrativo do Instituto de Energia Atômica de São Paulo (1956-1957), do Conselho Deliberativo da Comissão Nacional de Energia Nuclear, exercendo, interinamente, a Presidência por duas vezes (1963-1965), e do Conselho Curador da Fundação João Pinheiro. Foi, ainda, membro e Vice-Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 4ª Região, membro do Conselho de Águas e Energia do Estado de Minas Gerais (1943) e da Academia Brasileira de Ciências desde 1944.

Na UFMG, fez parte do Conselho Departamental da Faculdade de Filosofia (1966) e do Conselho de Pesquisa, do qual foi Presidente (1966-1969).

Integrou inúmeras comissões julgadoras em concurso de livre-docência, cátedra e doutorado de diversas escolas do País.

Em 1970, foi Reitor em exercício da UFMG. Foi, ainda, Diretor do Instituto de Pesquisas Radiativas da Escola de Engenharia (1951-1962) e Presidente da mesma escola (1962); Chefe do Departamento de Física e Coordenador do Curso de Mestrado em Física da Faculdade de Filosofia (1966); Diretor do Instituto de Ciências Exatas (1969-1973), todos da UFMG, e Diretor do Observatório Astronômico da Piedade (1973-1976).

Foi Chefe do Departamento de Física da Escola Nacional de Minas e Metalurgia (1948-1950) em Ouro Preto.

Integrou as delegações brasileiras ao 1º Congresso de Radioisótopos de Paris, pela Unesco, à Conferência Internacional para usos pacíficos da Energia Atômica de Genebra, ao 1º Simpósio Interamericano de Energia Atômica, realizado em Brookhaven, à Reunião Internacional sobre Reatores de Pesquisa, de Viena. Participou de diversas reuniões brasileiras sobre Ensino de Engenharia e Normas Técnicas, de Convenções Nacionais de Engenheiros e da Reunião Astronômica Internacional Comemorativa do 5º Centenário de Copérnico, em Varsóvia (1973).

Fez várias visitas aos Estados Unidos e à Europa para estudos sobre o ensino da Física e da Energia Nuclear.

Em novembro de 1981, foi eleito para Academia Mineira de Letras, ocupando a cadeira nº 5, em substituição a Christiano Martins da Silva. Era um humanista.

Foi condecorado pelo Governo Francês com a Ordem das Palmas Acadêmicas, por serviços culturais. Recebeu, também, a Medalha Carneiro Felipe da Comissão Nacional de Energia Nuclear, por serviços prestados, e a Medalha da Associação Brasileira para Progresso das Ciências, por serviços prestados ao desenvolvimento tecnológico.

Possui, publicados, diversos relatórios, teses e conferências sobre temas científicos, especialmente no campo da Física Nuclear.

Atuou na Comissão Pontifícia, formada

pelo Papa João Paulo II, para revisão do *Processo de Galileu Galilei*.

É autor dos trabalhos: *Siderurgia Brasileira e Exportação de Minério de Ferro* (parecer in *Revista Mineira de Engenharia*); *História e Desenvolvimento*, 1º Fasc., ed. da Financiadora de Estudos e Projetos - Finep - ; *Discurso de Posse*, Academia Mineira de Letras, Belo Horizonte, ed. do autor, 1984; *História da Siderurgia no Brasil*, Editora Itatiaia Ltda./Editora da Universidade de São Paulo, 409 págs., 1983.

Estado de Minas

Francisco de Assis Magalhães Gomes

FONTE: Dados informados pela Academia Mineira de Letras. José, Oiliam. *Efemérides da Academia Mineira de Letras*. Belo Horizonte, Fumarc/PUC-MG, 1985. p. 7; 24.

GOMES, José Brás Pereira

Político, médico e industrial, nasceu em Itajubá, MG, a 1º de junho de 1894, e faleceu no Rio de Janeiro, a 27 de novembro de 1982. Filho do Presidente Venceslau Brás Pereira Gomes* e de Maria Carneiro Pereira Gomes. Casado com Sílvia Carvalho Brás Pereira Gomes.

Fez o curso secundário no Ginásio de Itajubá e formou-se pela FMRJ, em 1916.

Em sua terra natal, foi Vereador (1927-1930) e Agente Executivo Municipal.

Elegeu-se Deputado Estadual para a 8ª e 9ª Legislaturas (1919-1926) e Deputado Federal da 12ª à 14ª Legislatura (1933-1937).

No Governo do General Eurico Dutra, ocupou uma Diretoria do Banco do Brasil. Exerceu, ainda, o cargo de Presidente da Junta Comercial do Estado da Guanabara.

Pertenceu ao PRM e ao Partido Progressista. Além de seu pai, atuou na política seu tio Teodomiro Carneiro Santiago*.

FONTES: Dados biográficos. Informantes: Prefeitura Municipal de Itajubá/José Armelim Bernardo Guimarães, Bruno de Almeida Magalhães. CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

GOMES, José Caetano de Almeida

Político, médico e professor, nasceu em Mariana, Província de Minas Gerais, a 3 de setembro de 1853, e faleceu em Barbacena, MG, a 27 de julho de 1915. Filho do Tenente-Coronel da Guarda Nacional Camilo de Almeida Gomes e de Ana Júlia Malvina de Santa Clara Almeida Gomes.

Fez os estudos de Humanidades no Colégio do Caraça, Província de Minas Gerais, e doutorou-se pela FMBA, com defesa de tese, em 1879.

Voltando para Minas logo depois de formado, passou a exercer clínica médica em Ouro Preto.

Foi Deputado à Assembléia Provincial na 26ª Legislatura (1886-1887), pelo Partido Conservador, e Deputado Federal na 2ª e 3ª Legislaturas (1894-1899), pelo Partido Constitucional Mineiro.

De 1891 a 1894 regeu a cadeira de Química Orgânica da EFOP, de que foi Vice-Diretor de fevereiro a julho de 1892.

Por seus estudos das plantas têxteis e da fabricação de papel, obteve Medalha de Ouro na Exposição Nacional de 1908, no Rio de Janeiro.

Foi, ainda, Procurador dos Feitos do Tesouro do Estado de Minas Gerais e Inspetor de Higiene do Rio de Janeiro.

Publicou as obras *Nervos tróficos*; *Das quinas*; *Da bainha das fibras nervosas e sua modificação fisiológica*; *Da ginástica como modificador higiênico* (tese de doutoramento, 1879) e *Indústria açucareira* (Ouro Preto, 1897).

FONTES: *Anais do Senado Federal. 1953*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. s. d., p. 425./ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917*. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 1./FLORO, Lúcio. *Silhuetas parlamentares*. Ouro Preto. Tip. do Estado de Minas, 1898./*Minas Gerais*, Ouro Preto, 2 jul. 1892, p. 453; 7 jul. 1892, p. 496./ *Minas Gerais*, Cidade de Minas, 16 maio 1900, p. 3./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 28 jul. 1915. p. 7./PIRES, Aurélio. *Homens e fatos de meu tempo*. São Paulo, Ed. Nacional, 1939./TRINDADE, Raimundo Otávio da. *Velhos troncos mineiros*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1955. v. 1./VELHO SOBRINHO, João Francisco. *Dicionário biobibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro, s. ed., 1937. v.1.

GOMES, Lindolfo

Escritor, acadêmico, filólogo, folclorista, jornalista e professor, nasceu em Guaratinguetá, Província de São Paulo, a 12 de março de 1875, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 15 de maio de 1953.

Fez os estudos primários em Resende, RJ, e Humanidades em Barra Mansa, RJ.

Iniciou a carreira jornalística aos 14 anos de idade, em Resende, como editor do quinzenário estudantil *O Astro*. Colaborador, em seguida, dos jornais cariocas *Gazeta de notícias* e *O País*, ainda em Resende compôs seus primeiros versos .

Mudando-se para Barra Mansa, passou a dedicar-se ao magistério, à pesquisa filológica e ao estudo de problemas de história literária e do folclore. Radicado, posteriormente, em Juiz de Fora, MG, foi professor de várias disciplinas em diferentes colégios e de Português na Escola Normal Oficial. Na mesma cidade exerceu os cargos de Diretor de grupos escolares, Inspetor de Ensino e Fiscal de escolas normais, ao mesmo tempo em que participou da fundação dos órgãos de imprensa *Gazeta Comercial*, *O Dia*, *A Notícia*, *A Imprensa* e *Diário do Povo*, e trabalhou como redator do *Correio de Minas*, de Estevão José Cardoso de Oliveira* e de *O Farol*, ao lado de José Cesário de Faria Alvim* e de Azevedo Júnior. Em 1912 fundou a *Revista do Ensino Mineiro*. No ano seguinte, lançou, em Belo Horizonte, o vespertino *O Estado* e colaborou em outros periódicos locais e no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro. Fundou *A Palavra*, em Palmira (atual Santos Dumont), o *Arauto* e *Jornal de Minas*, em Cataguases, e *Opinião*, em São João del-Rei. Fundador da cadeira nº 29 da AML, patrocinada por Aureliano Pimentel, também pertenceu à Academia Carioca de Letras, ao IHGMG e ao Instituto Histórico de Ouro Preto. Foi, ainda, Presidente honorário do Instituto Brasileiro do Folclore.

Publicou as obras *Diorama* (poesia), Juiz de Fora, Tip. Mattoso, 1898; *Primeiros exercícios de Aritmética*, Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte, Francisco Alves, 1910; *Estudos de Português*, Juiz de Fora, Tip. Brasil, 1911; *Folk-lore e tradições do Brasil*, Juiz de Fora, Tip. do Diário do Povo, 1915; *Emprego do infinitivo pessoal e impessoal*, Juiz de Fora, Tip. Brasil, 1917; *Metafonia*, Juiz de Fora, tip. do Lar Catholico, 1926; *Nihil novi*, Juiz de Fora, Tip. Brasil, 1927; *Alguns subsídios gramaticais e exercícios complementares*, Juiz de Fora, Cia. Dias Cardoso, 1929; *A autoria das Cartas Chilenas*, Juiz de Fora, Tip. Brasil, 1932; *45 sonetos* (poesia), Belo Horizonte, ed. da AML 1935; *Contos populares brasileiros*, 2 ed. São Paulo, Melhoramentos, 1948; *Exercícios de leitura manuscrita*, 16. ed., São Paulo, Melhoramentos, 1960; *Discrição de gravuras*, Juiz de Fora, Tip. Iris-Becker, Wuinter e Cia. S.d.; *Alma em flor* (versos); *Rimance* (versos); *Filha morta* (versos); *Iriantes* (contos); *Mortalha* (romance); *Maria* (poema); *Luto lusitano* (poemas); *Estudos literários, filológicos e históricos*; *O problema Crisfal*; *Monografia sobre o folklore brasileiro*; *Culto das tradições nacionais*; *Instruções para escrita vertical*; *Língua Pátria*; *Almanaque de Juiz de Fora*; *Aureliano Pimentel* (biografia).

Teatrólogo, compôs as peças *Cá em casa*; *Pedras no telhado*; *Marido conquistado* (comédia em um ato); *Precisa-se de uma senhora* (comédia em três atos); *Quo vadis* (drama em 5 atos) e *Treze de Maio* (alegoria em versos).

FONTES: CAMPOS, Milton. Dois eruditos mineiros. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (210): 50-8, nov/de/1969./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 26 nov. 1944. p. 7; 16 maio 1953. p. 14./Martins de Oliveira. *História da literatura mineira*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 16 maio 1953, p. 12; 23 set. 1959. p. 15./ *O Diário*, Belo Horizonte, 20 maio 1953 p. 3; 2 ago. 1953. Suplemento. p. 3.

GOMES, Mário Antônio de Magalhães

Escritor, acadêmico, jornalista e professor, nasceu em Juiz de Fora, Província de Minas Gerais, a 10 de julho de 1885, e faleceu na mesma cidade, a 14 de julho de 1937.

Fez os estudos secundários em Petrópolis, RJ, e os cursos superiores na Faculdade de Farmácia de Ouro Preto, MG, e na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, DF.

Quando estudante em Ouro Preto, fundou e redigiu a revista *Radium*.

Depois de formado em Farmácia, exerceu o magistério em Petrópolis. Radicado, posteriormente, em Juiz de Fora, ali também se dedicou ao ensino e militou na imprensa como colaborador, redator e secretário de redação de *O Pharol*.

Membro fundador da AML, ocupou a cadeira nº 33, patrocinada por Edgar de Godói da Mata Machado*.

Publicou os livros *Neste vale de lágrimas* (crônicas e contos); *Juvêncio Pacau* (novela de costumes sertanejos); *O fim* (cenas da vida ouro-pretana).

FONTES: Martins de Oliveira. *História da literatura mineira*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 15 jul. 1937. p. 14; 8 out. 1959. p. 11.

GOMES, Venceslau Brás Pereira

Político, promotor e advogado, nasceu em São Caetano da Vargem Grande, Distrito de São José do Paraíso, Província de Minas Gerais (hoje cidade de Brasópolis), a 26 de fevereiro de 1868, e faleceu em Itajubá, MG, a 15 de maio de 1966. Filho do Coronel da Guarda Nacional e político Francisco Brás Pereira Gomes e de Isabel Pereira dos Santos. Casado com Maria Carneiro Pereira Gomes.

Fez os estudos humanísticos no Seminário Episcopal e os preparatórios no Colégio Moretzsohn, ambos em São Paulo, SP, onde também se bacharelou em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1890.

Quando estudante, bateu-se pela causa republicana, com grande atuação nas grandes tribunas populares e constante presença nas colunas dos jornais paulistas. Logo depois de formado, foi Promotor de Justiça em Jacuí, MG, e em Monte Santo, MG (atual Monte Santo de Minas), onde, deixando o Ministério Público, passou a exercer a advocacia.

Ingressou na política, nessa cidade, como Vereador, Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal (1892-1894). Em maio de 1892, elegeu-se Deputado à Câmara Estadual para o restante da 1ª Legislatura Ordinária do regime republicano (1891-1895) e, em seguida, reelegeu-se para a 2ª Legislatura (1895-1898).

Em 1898, Silviano de Almeida Brandão*, então Presidente do Estado, nomeou-o Secretário do Interior, cargo que exerceu de 7/9/ 1898 a 7/9/1902. O Governo Silviano Brandão* foi um dos mais atribulados da vida política, econômica e financeira de Minas Gerais. Foi nessa dura experiência de governo que, solidário com seu Presidente no cumprimento de determinações impopulares, mas necessárias para a preservação da integridade política do Estado, Venceslau Brás se projetou para atribuições mais altas. Juntamente com Júlio Bueno Brandão* e com o próprio Presidente Silviano Brandão*, passou a dividir o comando político no Sul de Minas. Findo o quatriênio, retornou à advocacia em Monte Santo.

Eleito Deputado Federal para a 5ª e a 6ª Legislaturas (1903-1908), graças à eficiência de sua atuação política foi escolhido para Líder da Bancada mineira e, em seguida, para Líder da Maioria durante o Governo Rodrigues Alves (1902-1906). Defendendo os interesses da administração pública e, principalmente, os da República, teve muitas oportunidades de demonstrar sua cultura e experiência. O momento em que Venceslau Brás Pereira Gomes assumiu a liderança da Bancada era dos mais agitados, exigindo habilidade para defender decisões governamentais, nem sempre bem recebidas, como a obrigatoriedade da vacina, medida que provocou muitos debates no Congresso e grande repulsa popular.

Colocado em posição de destaque nas atividades políticas nacionais, após o falecimento do Presidente de Minas, João Pinheiro da Silva*, foi eleito Presidente do Estado de Minas Gerais, para completar o mandato no período de 3/4/1909 a 7/9/1910. Procurou dar continuidade ao programa administrativo de seu antecessor, que iniciara ampla modernização do Estado através da implementação de várias reformas, principalmente nas áreas do ensino e da agricultura. No exercício do Governo, sua tarefa não foi fácil devido às tensões da política nacional e à crise financeira do Estado.

Dentre suas realizações nessa primeira gestão como Presidente do Estado, destacam-se a criação de numerosas cooperativas de café e a ênfase às políticas de incentivo à cafeicultura. Seguindo as orientações implantadas por João Pinheiro*, continuou a criar colônias agrícolas e fazendas-modelo. No campo da educação, dedicou especial atenção ao ensino primário, aumentando consideravelmente o número de grupos escolares e apressando a reforma dos processos de ensino profissional. Foi durante seu mandato que se desencadeou a luta pela sucessão de Afonso Augusto Moreira Pena*, falecido poucos dias depois de João Pinheiro*. Tal sucessão não foi, de modo algum, tranqüila. Davi Moretzsohn Campista*, candidato indicado por Afonso Pena*, foi muito combatido pelos responsáveis pela política brasileira da época. Rui Barbosa levantou-se contra, impasse que resultou na articulação da candidatura do Marechal Hermes da Fonseca, num movimento desencadeado pelo gaúcho Pinheiro Machado. Dividiram-se as forças e a maioria dos políticos mineiros apoiou o nome de Hermes da Fonseca, que tinha Venceslau Brás como companheiro de chapa. Do outro lado, Rui Barbosa buscava empolgar o País com a chamada Campanha Civilista.

Eleito Vice-Presidente da República na chapa encabeçada pelo Marechal Hermes, Venceslau Brás ocupou o posto no quatriênio 1910-1914, durante o qual foi Presidente do Senado. No final desse mandato, seu nome foi indicado para a sucessão presidencial pelas principais forças políticas da Nação, encabeçadas pelos paulistas. Exerceu a Presidência da República no período subseqüente (15/11/1914-15/11/1918). Em 1916, tropas legalistas esmagaram uma revolta popular nos limites de Santa Catarina e Paraná, na região do Contestado.

A precária situação financeira do País obrigou-o a adotar medidas corajosas para restabelecer o equilíbrio orçamentário.

Realizou uma gestão austera e prudente, caracterizada pela "parcimônia nos gastos", como costumava recomendar às autoridades públicas. Consolidando e restaurando o crédito público, fomentou a produção agrícola e aumentou as exportações de alimentos e matérias-primas, processo facilitado pela Primeira Guerra Mundial; deu apoio à incipiente indústria; incentivou a exploração das bacias carboníferas e incrementou o ensino profissional. Para combater a carestia causada pela especulação, criou o Comissariado de Alimentação. Venceslau Brás ampliou o número de Tiros-de-Guerra, para a formação de novos reservistas.

Um dos grandes momentos de sua Presidência foi o da sanção, a 1º de janeiro de 1916, do Código Civil, que resultou do trabalho conjunto dos mais importantes juristas brasileiros. Outro grande momento do quatriênio foi o da decisão histórica, a que não faltou a tradição de prudência do Presidente, pela entrada do Brasil na Guerra (26/10/1917), tomada no clima de paz interna que singularizou o período presidencial, em conseqüência do torpedeamento sucessivo dos navios mercantes nacionais que se recusaram a reconhecer o bloqueio estabelecido pela Alemanha. Em seguida, o Governo brasileiro autorizou o envio de um corpo de expedicionários para o Atlântico Norte.

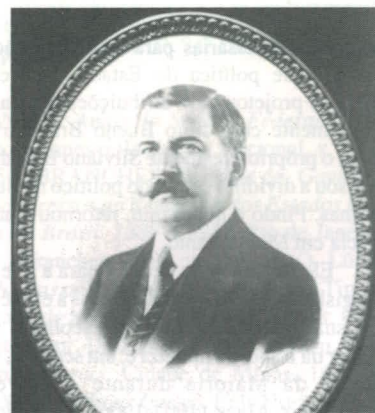
No campo político, Venceslau Brás conseguiu emancipar a Presidência da República da tutela das facções dos grandes chefes nacionais, dotando o País de nova Lei Eleitoral. Dominava, então, o Partido Republicano Conservador, chefiado por Pinheiro Machado, grande chefe gaúcho que rapidamente se projetou no cenário político nacional. Tão logo iniciou seu Governo, Venceslau Brás revelou-se um líder forte não só pela constituição de seu Ministério, mas também pelas iniciativas que tomou, destinadas a fortalecer a Presidência da República e a pacificar a política nacional. Foi assim que defrontou logo o problema da dupla Presidência no Estado do Rio de Janeiro. A luta entre Nilo Peçanha, da oposição, e Feliciano Sodré, da situação, acentuou-se a ponto de terminar nos tribunais. Venceslau Brás determinou que a Força Federal no Estado do Rio assegurasse o cumprimento da ordem de *habeas corpus*, emanada do Supremo Tribunal Federal, que reconhecia a vitória de Nilo Peçanha.

Após completar o mandato, pretendeu retirar-se completamente da vida pública, passando a ser conhecido como o "solitário de Itajubá". Em julho de 1931, entretanto, foi escolhido Presidente do Comitê Supremo da Legião Liberal Mineira, que tinha Antônio Carlos Ribeiro de Andrada* como Vice-Presidente. O movimento era um esforço de pacificação da política mineira, seriamente cindida após a Revolução de 1930.

Em fevereiro de 1932, quando da formação do chamado Acordo Mineiro, resultante de negociações entre a Legião Mineira e o PRM e que culminou na formação do Partido Social Nacionalista - PSN -, fez parte da Comissão Diretora do partido. Em maio do mesmo ano, porém, esse partido foi extinto. Em fevereiro de 1933, recusou a Presidência do recém-criado Partido Progressista, alegando saúde precária. Nessa época, seu nome foi um dos quatro sugeridos por Antônio Carlos* e outros líderes para a sucessão mineira, que, entretanto, foi entregue a Benedito Valadares*. Em 1934, seu nome foi lembrado como possível sucessor de Getúlio Vargas. Em 1943, alegando seu afastamento definitivo da vida pública, recusou-se a assinar o *Manifesto dos Mineiros*. Em 1947, apoiou a candidatura vitoriosa de Mílton Soares Campos* para o Governo mineiro. Nas primeiras eleições após o fim do Estado Novo (1945), teve seu nome cogitado pelo PSD, na ocasião muito dividido, como candidato de conciliação ao Governo de Minas Gerais. Chegou, também, a ser lembrado para candidato oficial à Presidência da República, na sucessão do General Eurico Gaspar Dutra (1950).

Além de político, foi Presidente da Companhia Industrial Sul-Mineira, que fundara em 1912 e que compreendia o Banco de Itajubá, a Fábrica de Tecidos Codorna e uma empresa de eletricidade.

Atuaram na política, além de seu pai, que foi chefe conservador no Império e Deputado à Assembléia Provincial de Minas, seu filho José Brás Pereira Gomes*, seu cunhado Teodomiro Carneiro Santiago* e seu primo Delfim Moreira da Costa Ribeiro*.

ALEMG

Venceslau Brás Pereira Gomes (pintura)

FONTES: *Anais da Assembléia Legislativa*. 1966. Belo Horizonte, Diretoria dos Serviços Legislativos, 7: 415-27, maio 1966./ *Anais da Câmara dos Deputados*. 1966. Brasília, Diretoria de Documentação e Publicidade, 9: 289-302, 1966./ AVELAR, Antônio Ribeiro de. *Figuras da Casa de Minas*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1960./AZEVEDO, José Afonso Mendonça de. *Seleta de prosadores mineiros*. Belo Horizonte, s. ed., 1914./ AZEVEDO, Luís Fernando. Comemoração do Centenário de Nascimento do ex-Presidente Venceslau Brás Pereira Gomes. In: *Minas Gerais*. Belo Horizonte, 22 mar. 1968. Diário do Legislativo. p. 2./CALMON, Pedro. Elogio dos sócios falecidos. Venceslau Brás. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: 273: 213-4, 1966./ CAMPOS, Mílton. Grande vida que legou altos exemplos. In: - *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Belo Horizonte, 12: 423-35, 1965-6; Venceslau Brás. In: - *Digesto Econômico*. São Paulo, (189): 104-10, maio/jun. 1966./CINTRA, Euclides. Comemoração do centenário de nascimento do ex-Presidente Venceslau Brás Pereira Gomes. In: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 9 nov. 1967. Diário da Assembléia, p.4./*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 maio 1966. p.6; 20 maio 1966. p. 6./COSTA, Manoel e outros. Homenagem à memória do ex-Presidente Venceslau Brás. In: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 21 maio 1966. Diário da Assembléia. pp. 1-2; Comemoração do Centenário de Nascimento do ex-Presidente Venceslau Brás Pereira Gomes. In: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 26 mar. 1968. pp. 2-3./COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./Dados biográficos. Informantes: Serviço de Documentação da Presidência da República; Prefeitura Municipal de Itajubá/José Armelim Bernardo Guimarães. CEM/UFMG. Dados biográficos dos Senadores da República - Senado Federal. Brasília, Subsecretaria do Arquivo - Seção do Arquivo Histórico./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 26 fev. 1966. p. 6; 17 maio 1966, p. 2./ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917*. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918, v. 1./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 15 nov. 1964. Suplemento Especial; 5 jun. 1966. p. 1; 28 mar. 1976. p. 3./ GUIMARÃES, Argeu. *Dicionário biobibliográfico brasileiro da diplomacia*. Rio de Janeiro, s. ed., 1938./LIMA, João. *Como vivem os homens que governaram o Brasil*. Rio de Janeiro, Tip. Batista de Sousa, s. d./ *Mensagens do Presidente do Estado Dr. Venceslau Brás Pereira Gomes ao Congresso Mineiro nos anos de 1909 e 1910*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 30 dez. 1908. p. 7; 17 maio 1966. p. 8; 21 maio 1966. Diário do Legislativo. p. 4; 20 mar. 1968. Diário do Legislativo. pp. 2-3./ SENA, Nélson de. *Anuário de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 5: 52, 1913. /SOARES, José de Sousa. Presidência do Dr. Venceslau Brás Pereira Gomes. In:- *Minas Gerais*, Rio de Janeiro, A. Coelho Branco, 1931. Dicionário Histórico-Biográfico (1930-1983). Coordenação Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro, Forense Universitária: FGV-CPDOC. Financiadora de Estudos e Projetos - Finep. 1984. pp. 457,458.

GONÇALVES, Cássio

Político e advogado, nasceu em Itaúna, MG, a 20 de agosto de 1937. Filho do engenheiro Augusto Gonçalves de Sousa e de Petrina Guimarães Gonçalves. Casado com Maria Beatriz Ribeiro de Oliveira Gonçalves.

Fez os estudos secundários no Colégio Loyola, de Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela Faculdade Mineira de Direito da UCMG, em 1960.

Advogado trabalhista, elegeu-se Deputado Estadual para a 9ª Legislatura (1979-1983). Na Assembléia, foi membro efetivo das Comissões de Constituição e Justiça (1979-1982) e de Saúde e Ação Social (1980-1982). Em 1982, elegeu-se Deputado Federal para o período de 1983 a 1987.

Exerceu o cargo de Procurador-Geral do Município de Belo Horizonte (1989) e de Secretário Municipal de Administração (janeiro a abril de 1990), na administração do Prefeito João Pimenta da Veiga Filho*.

Filiado ao PSDB, partido que ajudou a fundar em Minas, foi membro suplente de sua Executiva Nacional (1989-1991). Pertenceu, também, ao MDB e ao PMDB.

Atuaram na política seu avô Augusto Gonçalves de Sousa Moreira*, seu primo Miguel Augusto Gonçalves de Sousa* e o primo de sua esposa, José Aparecido de Oliveira*.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

GONÇALVES, Francisco Guilherme

Secretário de Estado, advogado e empresário, nasceu em Itajubá, MG, a 17 de dezembro de 1933. Filho de Gualter Gonçalves e de Maria Estela Alves Barcelos Gonçalves. Casado com Maria Orminda Pereira da Silva Gonçalves.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da UFMG (1958). Fez também curso no Instituto Superior de Ciências Contábeis e Econômicas, em Belo Horizonte, MG (1961).

Iniciou suas atividades profissionais no Banco Industrial de Minas Gerais, incorporado pelo Banco Mercantil do Brasil S.A., onde, entre 1948 e 1961, exerceu inúmeras funções, de contínuo a gerente; foi Diretor-Tesoureiro e Presidente da Minasmáquinas S.A. (1961-1970).

Empresário na área de transportes de valores e segurança, atuou como fundador e Presidente do Conselho de Administração da Minasforte S.A., Presidente da Minasforte S.A., Diretor da Transvalor S.A., Diretor da Prosegur Ltda., 1º-Vice-Presidente do Conselho de Administração da Prosegur S.A., sócio da Prosegur Inc., EUA, Presidente da Associação Prof. das Empresas de Transporte de Valores - APETV - (1980-1982), Vice-Presidente e Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transportes de Valores - ABTV - (1979-1983).

Exerceu, ainda, os cargos de Diretor da Efegege - Administração e Participações Ltda. e da Efegege - Factoring Ltda, sócio da Emeoge - Corretora de Seguros Ltda, Diretor-Presidente e Diretor do Conselho de Administração da Diplomata - Cia. de Empreendimentos Turísticos, e Diretor da Brooks Selos de Segurança da Amazônia Ltda.

Sócio da Associação Comercial de Minas, ali exerceu os cargos de Diretor, Vice-Presidente e Presidente no período de 1961 a 1985.

Foi Presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado de Minas Gerais (1981-1985) e Vice-Presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil (1981-1985).

Por nomeação do Governador Hélio Carvalho Garcia*, assumiu a Secretaria de Estado de Indústria e Comércio no período de 1986 a 1987.

Exerceu também as funções de membro do Conselho Curador da Fundação João Pinheiro, membro do Conselho Diretor da Fundação Dom Cabral (1983) e Presidente do Colegiado de Extensão do Centro de Pesquisas Educacionais e de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Faculdade de Ciências Administrativas e Contábeis - UNA (1983).

Estado de Minas

Francisco Guilherme Gonçalves, junho de 1983

Participou de vários congressos e seminários sobre transportes, defesa civil e administração.

Recebeu várias condecorações e medalhas.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

GONÇALVES, Joaquim Ferreira

Secretário de Estado, promotor, procurador, advogado e professor, nasceu em São Sebastião do Paraíso, MG, a 23 de julho de 1911. Filho de Francisco Gonçalves Barbosa e de Bárbara Ferreira Gonçalves. Casado, em primeiras núpcias, com Helena Figueiredo Gonçalves e, em segundas, com Zilda de Andrade Gonçalves.

Fez o curso secundário no Ginásio Paraisense (1930), em sua terra natal, e bacharelou-se pela Faculdade Nacional de Direito, da então Universidade do Brasil, em 1935. Durante seu curso de Direito, atuou como jornalista no Rio de Janeiro, DF.

Retornando a São Sebastião do Paraíso, onde passou a advogar, foi designado, em 1936, Delegado e Procurador do Partido Liberal Progressista, de âmbito municipal, ligado ao Partido Progressista. Por esta ocasião, também foi professor de História do Brasil no Colégio Paula Frassinetti.

Presidente da 27ª Subseção da OAB-MG, em São Sebastião do Paraíso (1938-1942), ingressou no Ministério Público como Promotor de Justiça (1940), cargo que a seguir exerceu em Belo Horizonte, MG. Exerceu, ainda nesse período, entre outros, os cargos de Procurador Regional da República e Procurador Regional Eleitoral em Minas Gerais (1953-1960), Subprocurador-Geral do Estado (1955-1966) e Presidente da Associação Mineira do Ministério Público (1965-1966).

Durante o Governo Israel Pinheiro da Silva*, foi designado Procurador-Geral do Estado (janeiro-agosto de 1966), Secretário da Segurança Pública e Presidente do Conselho Estadual de Trânsito (1966-1970) e Advogado-Geral do Estado (janeiro de 1970 - março de 1971).

Advogado militante no foro de Belo Horizonte, após sua aposentadoria no Ministério Público, foi nomeado, em 1971, Chefe do Serviço Jurídico do Banco de Crédito Real de

Minas Gerais S.A., e Diretor do Instituto dos Advogados de Minas Gerais em 1975.

Publicou *A Lei Orgânica do Ministério Público* (Imprensa Oficial, 1966), além de pareceres jurídicos em revistas especializadas.

Estado de Minas

Joaquim Ferreira Gonçalves

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Joaquim Ferreira Gonçalves. CEM/UFMG./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 9 mar. 1966, p. 17; 17 ago. 1966, p. 1; 17 jan. 1970, p. 3./ *O Diário*, Belo Horizonte, dez. 1950, p.3.

GONÇALVES, Modestino

Político, Oficial da Guarda Nacional, promotor e advogado provisionado, nasceu em Santa Luzia, Província de Minas Gerais, a 24 de janeiro de 1861, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 10 de julho de 1941. Filho do fazendeiro e Tenente da Guarda Nacional Antônio Gonçalves e de Maria Cândida de São Camilo. Casado com Maria Adélia Gonçalves.

Exerceu a Promotoria Pública em Santa Luzia e em Piranga, MG. A seguir, como advogado provisionado, atuou no foro de Santa Luzia, principalmente no campo do Direito Criminal, e ali foi Vereador, Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal.

Deputado Estadual na 4ª Legislatura (1903-1906), reelegeu-se da 5ª à 9ª Legislaturas (1907-1926). Ao fim do último mandato renunciou para assumir, suplente que era, a vaga de Getúlio Ribeiro de Carvalho* no Senado Mineiro, durante a 9ª Legislatura (1923-1926).

Eleito Senador Estadual para a 10ª Legislatura, com mandato até 1934, estava em pleno exercício quando sobreveio a Revolução de 1930, em cuja preparação tivera participação ativa como um dos mais inflamados oradores dos Comícios da Aliança Liberal. Vitoriosa a Revolução, foi nomeado Prefeito de Santa Luzia.

Pertenceu ao PRM.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo horizonte, 11 jul. 1941. p. 8./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 11 jul. 1941. p. 3./PAULA, Almênio José de & FERREIRA, Saturnino G. *Figuras notáveis de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Pioneiros e Expoentes Editorial, 1973-4.

GONÇALVES, Nélio Cerqueira

Oficial e Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, nasceu em Caxambu, MG, a 12 de março de 1910, e faleceu em Brasília, DF, a 25 de fevereiro de 1980.

Em dezembro de 1932 sentou praça na então Força Pública, em cujo Departamento de Instrução fez o curso de Formação de Oficiais. Sucessivamente promovido, atingiu o posto de Major em outubro de 1947. Comandou o 2º Batalhão de Infantaria, em Juiz de Fora, MG, de janeiro de 1948 a fevereiro de 1951. Como Tenente-Coronel, promoção que alcançou em abril de 1951, e como Coronel, a partir de fevereiro de 1952, exerceu o comando do 3º Batalhão de Infantaria, sediado em Diamantina (30/4/51-6/5/52). Depois de chefiar a Casa Militar do Governador, foi Comandante-Geral da Polícia Militar nos Governos Juscelino Kubitschek de Oliveira* e Clóvis Salgado da Gama*, de fevereiro de 1952 a agosto de 1955.

No período presidencial de Juscelino Kubitschek de Oliveira*, prestou serviços em seu Gabinete.

Recebeu as seguintes condecorações: Medalha do Mérito Militar (prata), Medalha Marechal Caetano de Faria, Medalha 1ª Jornada do S.S. da Aeronáutica e Medalhas Marechal Taumaturgo de Azevedo e Marechal Hermes.

FONTES: *Almanaque dos Oficiais*. Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1959-60; 1961-2; 1963-4; 1965-6; 1967-8./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 5 fev., 1952, p. 3./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 6 fev. 1952, p. 3./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 6 fev. 1952, p. 11; 7 nov. 1954. p. 6.

GONÇALVES, Paulo Viana

Desembargador, piloto comercial, professor e fazendeiro, nasceu em Santa Luzia, MG, a 23 de setembro de 1927. Filho do funcionário público Floriano Peixoto Gonçalves e de Olga Viana de Lima. Casado com Neusa Miranda Gonçalves.

Concluiu os estudos secundários no Colégio Arnaldo, BH, em 1946, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da UFMG, em 1951.

Foi escriturário da Secretaria de Agricultura (1945-1955); auxiliar de documentação do Departamento Estadual de Estatística (1955-1956); funcionário do Cartório Eleitoral da 18ª Zona; instrutor de pilotagem do Aero Clube de Minas Gerais; piloto comercial da Panair do Brasil, da OMTA, da Aero-Sita Táxi Aéreo S.A. e da Imperial Transportes Aéreos. Foi, ainda, professor e Diretor da Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete.

Iniciou sua carreira na Magistratura como Promotor de Justiça da Comarca de Dom Joaquim (1956), onde foi, também, Juiz de Direito (1956-1960). Foi Juiz de Direito nas Comarcas de Rio Vermelho (1960-1963), Bambuí (1963-1965) e Diamantina (1965-1969). Em 9/9/1969, foi promovido, por merecimento, para a 3ª Vara de Assistência Judiciária de Belo Horizonte, de entrância especial, tendo sido removido para a 1ª Vara Criminal dessa cidade sete dias depois. Promovido, por merecimento, ao cargo de Juiz do Tribunal de Alçada do Estado de Minas Gerais (23/6/76), em 8/8/1980, foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais pelo Governador Francelino Pereira dos Santos*, tendo sido Vice-Corregedor de Justiça do Estado de Minas Gerais entre 1981 e 1989.

Publicou *Estudos sobre a lei agrária*, participou de coletâneas de jurisprudência sobre Responsabilidade Civil, Direito de Família, Contratos e Direito das Propriedades e colaborou na *Revista de Julgados*, do Tribunal de Alçada de Minas Gerais, e na Revista *Jurisprudência Mineira*, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Atuaram na vida pública seu avô Modestino Gonçalves*, seu irmão Floriano Gonçalves Filho e seu primo Paulo Fonseca Viana, além dos parentes Sônia Henriques Gonçalves, Cláudio Miranda Gonçalves, Fernando Miranda Gonçalves e Jussara Miranda Gonçalves Santos.

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

GONÇALVES FILHO, Bento

Político, industrial e fazendeiro, nasceu em Matozinhos, à época Distrito de Pedro Leopoldo, MG, a 21 de março de 1912, e faleceu em Brasília, DF, a 4 de dezembro de 1984. Filho do comerciante e fazendeiro Bento Gonçalves e de Catarina Jorge Gonçalves. Casado com Virgínia Neves Murta Gonçalves.

Fez os estudos secundários em Belo Horizonte, MG, onde também iniciou o curso de Engenharia, que interrompeu para dedicar-se a atividades empresariais.

Seguidor, desde a juventude, da orientação política de Artur da Silva Bernardes*, participou dos movimentos cívicos que culminaram com as Revoluções de 1930 e 1932 e, em 1936, disputou uma cadeira na Câmara Municipal de Belo Horizonte pelo PRM.

Fundador de indústrias de beneficiamento de mármore, cerâmica, bebidas, balas e construção civil, de 1941 a 1952 integrou a Diretoria da Federação das Indústrias do Estado.

Primeiro Vice-Prefeito de Belo Horizonte escolhido pelo voto popular (1947), esteve em exercício em 1951, em substituição temporária ao titular do cargo, Otacílio Negrão de Lima*. No último ano do Governo Mílton Soares Campos* (1950), foi Presidente da Companhia Distribuidora da Produção do Estado de Minas Gerais.

Eleito suplente de Deputado Federal para a 2ª Legislatura (1951-1955), exerceu o mandato no período de 1952 a 1953.

Durante o Governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira*, foi Secretário Estadual da Viação e Obras Públicas (1º/6/53-2/2/54).

Deputado Federal da 3ª à 9ª Legislaturas (1955-1983), presidiu a Frente Parlamentar Nacionalista, que condenou a penetração do capital estrangeiro e a remessa de lucros para o exterior; foi Vice-Líder do Bloco Parlamentar de Oposição, e Presidente e Tesoureiro do Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC. Fez parte do Grupo Mudancista, que se batia pela transferência da Capital do País do Rio de Janeiro, e das Comissões de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas, de Economia, de Finanças, de Orçamento, de Transportes, de Segurança Nacional, do Vale do São Francisco e Mista de Orçamento do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, e foi Vice-Líder da Minoria, formada pelo bloco PTB-PR-PSP, e da Arena. Entre outras missões no exterior, desempenhou a de Embaixador plenipotenciário do Brasil à posse do Presidente da Bolívia, em 1956. A convite do Governo norte-americano, esteve nos EUA para estudar aspectos econômicos do Vale do Mississipi, pronunciando palestras em oito Estados e na OEA. Por designação do Congresso Nacional, fez visitas à Alemanha, Itália, França, Suíça, Espanha, Portugal, Cuba e Curaçau.

De 20 de junho de 1960 a 30 de janeiro de 1961, ficou afastado da Câmara para, a convite do Governador José Francisco Bias Fortes*, outra vez ocupar a Secretaria da Viação e Obras Públicas. Na 9ª Legislatura (1979-1983), novamente exerceu o mandato de Deputado Federal.

No início de 1983, por indicação do Governador Tancredo de Almeida Neves*, passou a ocupar o cargo de Vice-Presidente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A.

Foi um dos fundadores do PR, de que foi Secretário-Geral e de cujos Diretórios Municipais de Calafate e de Belo Horizonte foi Presidente. Pertenceu ao PSP, presidindo ao Diretório Regional; ao PSD; à Arena, de cuja Comissão Executiva fez parte; ao PP e, posteriormente, ao PMDB.

FONTES: *Correio Braziliense*, Brasília, 3 set. 1964. p. 3./*Deputados brasileiros: repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 6ª Legislatura (1967-1971)*. Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1968; 7ª Legislatura (1971-5). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1971; 8ª Legislatura (1975-9) 2 ed. Brasília, Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação, 1976./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 6 jun. 1953. p. 13: 1º jul. 1960. p. 14./ *O Diário*, Belo Horizonte, 2 jul. 1963. p. 3./ *Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente. *Dicionário Histórico-Biográfico (1930-1983)*. Coordenação Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro, Forense Universitária: FGV-CPDOC. Financiadora de Estudos e Projetos - Finep. 1984. pp. 1495-1496.

GONTIJO, Aníbal Marques

Político e empresário, nasceu em Bom Despacho, então Distrito de Santo Antônio do Monte, Província de Minas Gerais, a 23 de fevereiro de 1889, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 28 de abril de 1962. Filho de Segismundo Marques Gontijo e de Policena Gontijo. Casado, em primeiras núpcias, com Carmelita Cardoso Gontijo e, em segundas, com Emérita Leite Gontijo.

Exerceu diversas funções públicas, tendo feito parte do Conselho Consultivo do Estado durante o Governo Olegário Dias Maciel* (7/9/30-5/9/33).

Foi eleito pelo PSD Deputado Estadual Constituinte e para a 1ª Legislatura (1947-1951).

Um dos pioneiros do comércio de tecidos por atacado em Minas Gerais, fundou em Belo Horizonte a firma A. Cardoso Gontijo. Integrou as diretorias da ACM e da Empresa de Cinemas e Teatros de Minas Gerais, o Conselho Administrativo do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais S.A. e a Junta de Conciliação e Julgamento da Delegacia Regional do Trabalho.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 24 abr. 1962. p. 9/*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 4 maio 1962, p. 14./*O Diário*, Belo Horizonte, 1 maio 1962, p. 3./*Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

GONTIJO, Hugo Marques

Político e médico, nasceu em Bom Despacho, MG, a 9 de outubro de 1923. Filho do médico e político Miguel Marques Gontijo e de Joana Mesquita Marques. Casado com Maria Letícia Goulart Gontijo.

Fez o curso secundário na Academia de Comércio de Juiz de Fora, MG, e diplomou-se pela FMUMG, em 1947, tendo-se aperfeiçoado, em seguida, na Temple University, EUA.

Depois de exercer o cargo de Prefeito de Bom Despacho, elegeu-se suplente de Deputado Estadual para a 2ª Legislatura (1951-1955).

Em novembro de 1951 efetivou-se na cadeira vaga pela renúncia de Olavo Tostes Filho*. Em janeiro de 1953, por sua vez, renunciou ao mandato, a fim de dedicar-se integralmente à clínica pediátrica na Capital mineira.

Pertenceu à UDN.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Hugo Marques Gontijo./ CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

GONTIJO, Hugo Modesto

Político e professor, nasceu em Bom Despacho, MG, a 28 de julho de 1950. Filho do professor Alarico Modesto de Faria e de Maria da Conceição Gontijo. Casado com Neide Santos Gontijo.

Concluiu os estudos secundários no Colégio Tiradentes, em sua terra natal, em 1969, e o curso superior na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belo Horizonte, pela qual se graduou em Matemática. Formou-se em Engenharia Civil em 1978.

Iniciou a carreira política, em 1970, como Vereador à Câmara Municipal de Bom Despacho.

Em 1982, elegeu-se Deputado Estadual para a 10ª Legislatura (1983-1987). Na Assembléia Legislativa foi membro da Comissão de Educação e Cultura (1983-1984) e da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre irregularidades na direção da Penitenciária Agrícola de Neves.

Foi Secretário de Educação do Estado de Minas Gerais (1987-1988), no Governo Newton Cardoso*.

Filiado ao PMDB, pertenceu ao MDB.

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

GONTIJO, Nílson ver SANTOS, Nílson Gontijo dos

GONTIJO, Paulo Macedo

Empresário e engenheiro, nasceu em Aterrado (hoje Luz), MG, em 7 de janeiro de 1908. Filho do comerciante Francisco de Paula Gontijo e de Julieta Macedo Gontijo. Casado com a escritora Leda Selmi Dei Gontijo.

Fez o curso secundário no Ginásio de Ouro Preto, MG, e no Colégio Arnaldo e no Ginásio Mineiro, estes de Belo Horizonte, MG, e diplomou-se pela Escola de Engenharia da UMG em 1932.

No exercício da profissão, exerceu as funções de engenheiro do Estado e da Companhia Ludol (1933-1936). Em 1937 fundou a Companhia Minas Fabril e, em seguida, a firma Campos, Gontijo & Cia. Ltda., atual Construtora Campos Gontijo S.A., da qual se tornou Presidente. Líder da classe empresarial da construção civil, integrou o Conselho de Representantes na Federação das Indústrias do Estado e os Conselhos Regional e Nacional do SESI. Foi Presidente da Associação Comercial de Minas (1944-1945; 1953-1956), da Companhia Telefônica de Minas Gerais e da Sociedade Industrial de Motores, Caminhões e Automóveis S.A. - Simca do Brasil. De dezembro de 1961 a maio de 1966 fez parte da Diretoria do Banco Mineiro da Produção S.A., cuja Presidência exerceu por algum tempo.

Dedica-se, presentemente, à atividade agropastoril.

FONTES: COUTINHO, Afrânio, *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro. Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./*Dados biográficos*. Informante: Banco do Estado de Minas Gerais. CEM/UFMG./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 20 dez. 1961. p. 3; 2 jul. 1965. p. 9 ./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 2 jul. 1965. p. 2.

GORDILHO, Manuel Alves da Silva

Magistrado mineiro, foi Desembargador do Tribunal da Relação.

FONTE: LIMA JÚNIOR, Augusto de. *Tribunal da Relação. 1874-1897*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1965.

GORGULHO, Júlio Ribeiro

Magistrado, nasceu em Carmo do Rio Verde, Distrito de Cristina, Província de Minas Gerais (atual cidade de Carmo de Minas), a 11 de junho de 1883, e faleceu em Campinas, SP, a 8 de novembro de 1967. Filho do médico José Paulino Ribeiro Gorgulho e de Elisa Noronha Ribeiro Gorgulho. Casado com Maria do Carmo Silveira Gorgulho.

Fez o curso secundário em São Paulo, SP, por cuja Faculdade de Direito bacharelou-se.

Juiz Municipal de São Sebastião do Paraíso, MG (1911), e de Monte Santo (hoje Monte Santo de Minas), MG (1915), foi promovido a Juiz de Direito, tendo servido, sucessivamente, nas Comarcas mineiras de Araguari (1917), Carmo do Rio Claro (1920), Januária e Patos (1929), Queluz (atual Conselheiro Lafaiete) e Belo Horizonte (1933).

Promovido ao Tribunal da Apelação em janeiro de 1944, aposentou-se como Desembargador em janeiro de 1946.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Maria do Carmo da Silveira Gorgulho. CEM/UFMG./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito*. Arquivo.

GOULART, Luís Ricardo

Secretário de Estado e empresário, nasceu em Araxá, MG, a 2 de março de 1934. Filho do fazendeiro Cirino Goulart e de Rita Aparecida Goulart. Casado com a funcionária pública Marlene Bernardes de Freitas Goulart.

Concluiu os estudos secundários na Escola Técnica do Triângulo Mineiro, em Uberaba, MG.

Foi Diretor-Geral do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia e Presidente e fundador da Associação Nacional dos Servidores Municipais de Água e Esgoto.

De 1987 a 1988, foi Secretário de Estado da Indústria e Comércio do Governo Newton Cardoso*.

Filiou-se ao MDB e, posteriormente, ingressou no PMDB, de cujo Diretório foi Tesoureiro.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

GOULART, Walthon de Andrade

Político, militar, advogado e fazendeiro, nasceu na Fazenda da Pedra, situada em Itamuri, Distrito de Muriaé, MG, a 18 de maio de 1921. Filho do fazendeiro Abeilard de Andrade Goulart e de Maria Garcia Goulart. Casado com Marli Pires Goulart.

Fez os estudos secundários no Ateneu São Paulo, de Muriaé, MG, e, em seguida, cursou a Escola de Cadetes da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, DF. Mais tarde, diplomou-se pela Faculdade de Direito de Niterói, RJ.

Reformado no posto de Capitão da Aeronáutica, ingressou na política como Deputado Estadual da 3ª à 6ª Legislaturas (1955-1971), período em que exerceu os cargos de Presidente da Comissão Executiva da Assembléia (1963-1964), Vice-Presidente das Comissões de Segurança Pública (1958) e de Serviço Público Civil (1969), e foi membro efetivo das Comissões de Segurança Pública (1955-1957; 1970), de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (1956; 1959), de Agricultura, Indústria e Comércio (1957; 1962), de Assuntos Municipais e Interestaduais (1959-1961; 1966), de Saúde Pública (1961), de Redação (1965), de Construção do Palácio da Inconfidência, sede do Legislativo mineiro (1965), de Serviço Público Civil (1968) e das Comissões Especiais sobre Refinaria de Petróleo em Belo Horizonte (1959) e para Reforma da Lei de Organização Municipal (1960). Para a 8ª Legislatura (1975-1979), elegeu-se suplente de Deputado Estadual. Ocupou, ainda, o posto de Presidente da Fundação Pandiá Calógeras, mantenedora da emissora oficial Rádio Inconfidência de Minas Gerais.

Walthon de Andrade Goulart (pintura)

Foi fazendeiro no Município de Muriaé e advogado militante.

Pertenceu à UDN e à Arena.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Muriaé. CEM/UFMG./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 19 dez. 1954. p. 17./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 2 jul. 1976. *Diário do Legislativo*. p. 6./*Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais*. Serviço de Controle do Eleitorado e Expediente.

GOUVEIA, José de Melo Soares

Secretário de Estado e engenheiro agrônomo, nasceu em Tombos, MG, então Distrito de Carangola, a 26 de março de 1891. Filho do Coronel da Guarda Nacional Emílio de Gouveia e de Clara Melo Soares de Gouveia.

Fez os estudos secundários no Colégio do Caraça, MG, e diplomou-se em Agronomia pela Escola de Piracicaba, SP. Mais tarde seguiu curso técnico de borracha em Londres, Inglaterra.

Logo depois de formado, dirigiu o Horto Florestal de Belo Horizonte, MG, tendo sido, então, representante do Estado de Minas Gerais na exposição de produtos tropicais realizada em Londres (1921).

Em 1926 seguiu para o Amazonas a convite do Governo do Estado, a fim de estudar a situação da borracha, e ocupou o cargo de Prefeito de Manaus. Foi, durante três anos, Chefe do serviço de conservação das estradas de rodagem que partiam de Belo Horizonte.

Nomeado, em 1928, Inspetor de Agricultura da Secretaria da Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas de Minas Gerais, em seguida exerceu os cargos de Superintendente de Agricultura e Pecuária, Chefe de Serviço e Superintendente do Departamento de Produção Vegetal, na mesma repartição.

Em 1939 assumiu a Direção, em Viçosa, da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, hoje pertencente à Universidade Federal de Viçosa.

Durante a Interventoria Alcides Lins* desempenhou as funções de Secretário Estadual da Agricultura, Indústria e Comércio (21/12/46-19/3/47).

FONTE: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 24 dez. 1946. p. 10.

GOUVEIA, Mauro da Silva

Procurador-Geral do Estado e promotor, nasceu em Cachoeira Alegre, então Distrito de Palma e hoje cidade de Barão de Monte Alto, MG, a 8 de agosto de 1911. Filho de Jaime Gouveia e de Maria Gonçalves da Silva Gouveia.

Fez o curso secundário no Ginásio Municipal Leopoldinense, de Leopoldina, MG, e no Ginásio Municipal de Cataguases, MG, e o superior na FDUMG, pela qual se bacharelou em 1933.

Depois de exercer o cargo de Promotor de Justiça nas Comarcas mineiras de Ipanema, Araguari e Conselheiro Lafaiete, em 1935 ingressou na Procuradoria do Estado, onde foi Chefe de Serviço, Auxiliar Jurídico e Subprocurador-Geral. De 1961 a 1963, desempenhou as funções de Procurador-Geral do Estado e, em 1972, as de Diretor da Penitenciária Agrícola de Neves, MG.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 29 maio de 1962. p. 3/*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 24 jun. 1961. p. 13; 24 nov. 1972. Diário Legislativo. p. 4./*O Diário*, Belo Horizonte, 26 jun. 1961. p. 3./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

GROSSI, Gerardo

Político e advogado, nasceu em Abre-Campo, MG, a 18 de maio de 1908. Filho do agricultor Francisco Silvério Grossi e de Antonieta Anastácio Grossi. Casado com Carmem Fernanda Grossi.

Fez o curso secundário no Colégio Dom Helvécio, de Ponte Nova, MG, e o superior nas Faculdades de Direito do Rio de janeiro, da UMG e de Niterói, RJ.

Advogando em Raul Soares, MG, ingressou na política ao ser fundado o Diretório Municipal da UDN, do qual passou a ser Presidente.

Deputado Estadual na 5ª Legislatura (1963-1967), na Assembléia exerceu os cargos de Vice-Líder da UDN (1965), Vice-Presidente da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (1966) e membro das Comissões de Trabalho e Ordem Social (1964) e de Serviço Público Civil (1966).

Quando se estabeleceu o bipartidarismo em 1966, filiou-se à Arena, cujo Diretório organizou em Raul Soares.

Atuou na política seu irmão José Grossi*.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Gerardo Grossi./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

GROSSI, José

Político, advogado e jornalista, nasceu em Dores do Turvo, então Distrito de Alto do Rio Doce, MG, a 21 de abril de 1897, e faleceu em Ponte Nova, MG, a 23 de fevereiro de 1963. Filho do agricultor Francisco Silvério Grossi e de Antonieta Anastácio Grossi. Casado com Paulina Lanna Grossi.

Fez os estudos secundários em Juiz de Fora, MG, e bacharelou-se pela FLDMG em 1918.

Advogando em Ponte Nova, MG, ingressou na política. Em 1943, subscreveu o *Manifesto dos Mineiros* e, em 1945, figurou entre os fundadores da Seção Estadual da UDN.

Deputado Estadual na 2ª Legislatura (1951-1955), na Assembléia fez parte das Comissões de Assuntos Municipais e Interestaduais (1951), de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1952), de Constituição, Legislação e Justiça (1953-1954) e da Comissão Especial para Revisão da Lei de Organização Municipal (1953).

Publicou uma coletânea de discursos parlamentares.

Atuou na política seu irmão Gerardo Grossi*.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 28 fev. 1963. p. 3./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 28 fev. 1963. p. 3./FLEISCHER, David. V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 28 fev. 1963. p.4; 6 mar. 1963. Diário do Legislativo. p. 8; 10 mar. 1963. p. 8.

GUABIROBA, Vicente Fernandes

Político, professor, fazendeiro e comerciante, nasceu em São João Batista (atual Itamarandiba), MG, a 15 de abril de 1922. Filho do servidor municipal Marcos Fernandes

Guabiroba e de Ubaldina Guabiroba. Casado com Ondina Coelho Guabiroba.

Fez os estudos secundários em Diamantina, MG, e o curso superior na Faculdade de Direito do Oeste de Minas, em Divinópolis, MG, pela qual se bacharelou em 1977.

Funcionário do Banco da Lavoura de Minas Gerais S.A., de 1945 a 1966 foi professor e Diretor do Ginásio Estadual Dr. Odilon Behrens, de Guanhães, MG, onde também se tornou, assim como em Governador Valadares, MG, comerciante e fazendeiro.

Ingressou na política em 1963 ao elegerse Prefeito de Guanhães para o período encerrado em 1967.

Depois de exercer o cargo de Diretor Comercial da empresa de economia mista Companhia Agrícola de Minas Gerais (1966-1968), presidiu à Companhia de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha - Codevale (1968-1970).

Deputado Estadual na 7ª e 8ª Legislaturas (1971-1979), na Assembléia desempenhou as funções de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (1974-1975), Vice-Presidente das Comissões do Polígono das Secas (1971) e de Assuntos da Sudene e Estímulos Fiscais (1972-1974), e membro efetivo das Comissões de Serviço Público (1972) e de Finanças e Orçamento (1973).

Eleito Deputado Federal para a 9ª e 10ª Legislaturas (1979-1987), foi membro da Comissão de Finanças e seu Vice-Presidente (1981) e integrou a representação brasileira na reunião da União Interparlamentar realizada em Havana, Cuba, em 1981.

Pertenceu ao PSD e à Arena e, em seguida, filiou-se ao PDS.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Vicente Fernandes Guabiroba. CEM/UFMG./*Deputados Estaduais de Minas Gerais à 8ª Legislatura (1975-9)*. Ficha biográfica. Convênio APM/UCMG. Coordenador: Caio C. Boschi./*Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais*. Serviço do controle do Eleitorado e Expediente.

GUARANI, Cincinato Gomes de Noronha

Político, delegado de polícia, promotor e advogado, nasceu em São José do Paraíso, Província de Minas Gerais (atual Paraisópolis), a 2 de março de 1882, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 14 de março de 1947. Filho de Antônio Luís Pinto de Noronha e de Cândida Gomes de Noronha. Casado com Arcila Ribeiro de Noronha Guarani.

Fez o curso secundário em Ouro Preto e em Barbacena, MG, e bacharelou-se pela FLDMG em 1906. Durante a vida acadêmica dedicou-se ao jornalismo em Belo Horizonte, como redator do *Comércio de Minas* e da *Folha Pequena*.

Advogou em sua terra natal, onde fundou um colégio, e em Ouro Fino, MG, tendo sido então redator da *Gazeta de Ouro Fino*. Exerceu, posteriormente, o cargo de Promotor de Justiça das Comarcas mineiras de Rio Novo e de Ouro Fino.

No Governo Delfim Moreira da Costa Ribeiro* desempenhou as funções de Delegado Auxiliar da Chefia de Polícia, Delegado Regional e Delegado Especial (1915-1918). Foi, em seguida, Advogado Auxiliar do Estado, Consultor Jurídico da Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas, pastas que veio a ocupar no Governo Olegário Dias Maciel* (21/11/30-24/4/31), e Diretor-Geral do Tesouro. Deste último cargo foi exonerado em conseqüência de seu envolvimento na malograda tentativa de deposição do Presidente de Minas Gerais, em agosto de 1931.

Pertenceu ao PRM.

Atuaram na política seu tio Jacinto Honório de Paula, Prefeito de Lima Duarte, MG, e seu primo Geraldo Magela Barros Mendes, Prefeito de Liberdade, MG.

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 28 nov. 1930. p. 4; 15 mar. 1947. pp. 18-9./*O Diário*, Belo Horizonte, 15 mar. 1947, p. 8.

GUEDES, Benedito Rubens Renó

Político e funcionário público, nasceu em Itajubá, MG, a 17 de abril de 1942. Filho do funcionário público Heitor Ribeiro Guedes e da professora Isaltina Renó Guedes. Casado com a advogada e funcionária pública Nilma Junqueira e Renó Guedes.

Concluiu seu curso secundário na Escola Estadual Prof. Botelho Reis, em Leopoldina, MG, em 1960.

Foi auxiliar da seção de exportação e importação da Blenco, RJ (1961), bancário (1962-1968), funcionário público municipal (1969-1988) e representante do Funrural, na área de benefícios e arrecadação (1972-1980).

Iniciou sua carreira política em Leopoldina, como Secretário Municipal de Governo, em 1969, função que ocupou por três administrações consecutivas (1969-1970, 1971-1972, 1973-1977). Em 1976, foi Chefe de Gabinete do Prefeito Osmar Lacerda França. Em 1982, elegeu-se Vereador, em Leopoldina, pelo PMDB, e em 1983 licenciou-se da Câmara Municipal para assumir o cargo de Secretário Municipal de Governo, ao qual renunciou, em 1984, por discordar da forma como estava sendo administrada a cidade, retornando, então, à Câmara Municipal.

Entre 1983 e 1985 foi Presidente do Diretório Municipal do PMDB em Leopoldina, e em 1986 deixou este partido e ingressou no PTB, pelo qual foi eleito 1º-Suplente de Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991).

Em 1989, foi convocado a assumir a cadeira do Deputado Rubens Garcia*, que havia falecido, tendo sido, na Assembléia Legislativa, Líder do PTB e membro efetivo das Comissões de Agropecuária e Política Rural e de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas. Em 1990, foi eleito Deputado Estadual para a 12ª Legislatura (1991-1995), sendo reconduzido à Liderança do PTB e escolhido membro efetivo da Comissão de Defesa do Consumidor.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

GUEDES, Carlos Luís

Oficial do Exército, nasceu em São João Del-Rei, MG, a 21 de julho de 1905, e morreu em Londres, Inglaterra, vitimado por acidente de trânsito, a 24 de junho de 1976. Filho de Carlos Guedes e de Alice Guadalupe Guedes. Casado com Odete de Oliveira Guedes.

Depois de terminar o Colégio Militar de Barbacena, MG, estudou na Escola Militar do Realengo, RJ, diplomou-se pela Escola de Engenharia da UMG, em 1928, e fez os cursos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola de Estado-Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra.

Incorporou-se ao Exército em fevereiro de 1923 e alcançou o posto de General-de-Divisão em julho de 1964. Em julho de 1969, foi transferido para a reserva, por decreto do Presidente Costa e Silva, com as vantagens de General-de-Exército.

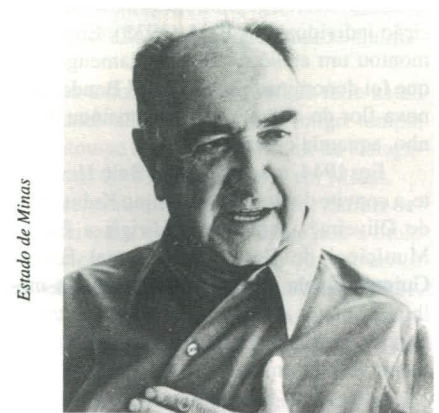
Entre outras funções militares, exerceu as de Comandante de unidades sediadas em diversos Estados; Subchefe do Gabinete do Ministro da Guerra (1960); Chefe do Escalão Avançado no Gabinete, em Brasília, DF; Comandante da Artilharia e da Infantaria Divisionárias da 4ª DI, em Belo Horizonte, MG; Comandante da Infantaria Divisionária da 5ª DI, em Curitiba, PR; Comandante da 2ª Região Militar, em São Paulo, SP; Chefe do Departamento Geral do Pessoal do Ministério do Exército, e Diretor de Artilharia de Costa e Artilharia Antiaérea. Foi, ainda, instrutor de Infantaria da Polícia Militar do Distrito Federal.

Em 1964, quando comandava a ID 4, em Minas Gerais, foi um dos primeiros chefes militares a aderir ao movimento de que resultou a derrubada do Governo João Goulart.

Em 1971 assumiu a direção de uma empresa de exploração de minérios e empenhou-se na organização do Partido Democrático Republicano, ao lado de Pedro Aleixo*. Definindo as razões que o levaram a lançar-se na estruturação de um partido que pretendia ver em condições de participar ativamente das eleições de 1978, disse que não concordava com os rumos que a rebelião de 1964 havia tomado, embora continuasse sustentando os princípios que a tinham inspirado.

Foi agraciado com várias condecorações, entre elas, a de Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar, a Medalha do Mérito Santos Dumont, a Medalha Militar de Ouro, a Medalha do Pacificador, a Medalha Marechal Hermes Aplicação e Estudo e a Medalha de Guerra.

Sobre o movimento de 1964 e sua participação pessoal nas articulações e ações político-militares de então, deixou a obra *Tinha que ser Minas*, publicada postumamente por seus filhos (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1979, Coleção Brasil Século 20), com prefácio de José de Magalhães Pinto*.

É primo do General Mário Vital Guadalupe Montezuma.

Estado de Minas

Carlos Luís Guedes, julho de 1969

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados. 1976*. Brasília, Centro de Documentação e Informação, 2 (8): 6186-7. 1976; 2(10): 8-14.1976./*Dados biográficos*. Informante: Ministério do Exército. Secretaria-Geral, 1ª Seção./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 26 jun. 1976. p. 1.

GUEDES, José Luís Moreira

Político e médico, nasceu em Juiz de Fora, MG, a 10 de março de 1942. Filho de Luís Gonzaga Guedes e de Risoleta Moreira Guedes. Casado com Nair Barbosa Guedes.

Diplomou-se em Medicina pela UFMG e em seguida fez curso de especialização na Universidade de Paris, França. Quando universitário foi Presidente da União Nacional dos Estudantes (1966-1967).

Eleito Deputado Federal para a 10ª Legislatura (1983-1987), na Câmara integrou, como membro efetivo, a Comissão do Interior (1983) e, como suplente, a Comissão de Saúde (1983).

Pertence ao PMDB.

FONTE: *Deputados brasileiros*; repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 47ª Legislatura (1983-1987). Brasília, Centro de Documentação e Informação. Coordenação de publicações. 1983.

GUERRA, Joubert

Político, professor e Conselheiro do Tribunal de Contas de Minas Gerais, nasceu em Diamantina, MG, a 17 de abril de 1899, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 8 de julho de 1977. Filho do comerciante Antônio Botelho Guerra e de Maria Emília de Sousa Guerra. Casado com Juraci Brasiliense Guerra.

Depois de estudar no Seminário Diocesano de Diamantina, fez o curso secundário no Ginásio Mineiro Belo Horizonte e graduou-se em Química Industrial pela Escola Livre de Engenharia de Minas Gerais, em 1924.

De 1924 a 1926, lecionou Física e Química no Ginásio Mineiro e trabalhou na Secretaria das Finanças do Estado.

Iniciou a carreira política como Prefeito nomeado de Diamantina e no Governo Benedito Valadares Ribeiro* (1936-1940). Durante a gestão de Juscelino Kubitschek de Oliveira* na Prefeitura de Belo Horizonte (1940-1946), ocupou cumulativamente os cargos de Chefe de Gabinete e de Secretário.

Deputado Estadual na 1ª Legislatura (1947-1951), foi 2º-Secretário da Comissão Executiva (1950), Vice-Presidente da Comissão de Viação e Obras Públicas (1949) e membro das Comissões de Constituição, Legislação e Justiça (1949) e de Educação e Cultura (1949).

Nomeado, a seguir, Ministro (Conselheiro) do Tribunal de Contas do Estado, foi Presidente deste Tribunal de 1952-1956, tendo implantado a reforma prevista na sua primeira Lei Orgânica.

Fez parte, ainda, das diretorias da Fábrica Nacional de Motores (1957-1959) e da Companhia Vale do Rio Doce (1959-1961).

Colaborou em diversas revistas e no jornal *Estado de Minas*, de Belo Horizonte.

Pertenceu ao PSD.

Era primo dos políticos Juscelino Kubitschek de Oliveira* e Herculano César Pereira da Silva*.

FONTES: *Anais da Assembléia Legislativa*. 1977. Belo Horizonte, Diretoria Auxiliar da Mesa. Divisão de Redação e Publicidade. p. 14./*Dados biográficos*. Informantes: Flávio Guerra e Magda Brasiliense Guerra. CEM/UFMG./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 8 jan. 1952. p. 8 ; 25 abr. 1957. p. 11.

GUIA, João Batista dos Mares

Político, professor e cientista social, nasceu em Santa Bárbara, MG, a 25 de junho de 1948. Filho do médico José Maria dos Mares Guia e de Judite Pinto Coelho dos Mares Guia. Casado com Virgínia Rennó dos Mares Guia.

Fez os estudos secundários no Colégio Estadual e no Colégio Lúcio dos Santos, ambos em Belo Horizonte, MG, e, em 1975, formou-se em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, cujo curso de mestrado em Ciência Política seguiu posteriormente. Foi professor de Sociologia na UFMG, em 1976. Professor de História em escolas de 1º e 2º graus, pesquisador do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Cedeplar - UFMG (1977-1978) e técnico pesquisador da Fundação João Pinheiro (1978-1979), proferiu cerca de uma centena de conferências sobre temas políticos, institucionais e econômicos em universidades, colégios e sindicatos e colaborou em diversos jornais e em revistas especializadas.

Ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores, pelo qual se elegeu Deputado Estadual para a 10ª Legislatura (1983-1987). Como parlamentar, exerceu os cargos de Líder do PT (1983-1984), Presidente da Comissão de Turismo, Patrimônio Histórico e Artístico (1983-1984) e membro da Comissão Especial incumbida de organizar as festividades do sesquicentenário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais (1984).

Secretário Municipal de Educação e Cultura de Contagem, MG (1989-1992), e Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime (1990-1991).

Filiado ao PSDB, de cuja fundação participou em Minas, pertenceu, também, ao MDB, ao PT e ao PMDB.

Atua na política seu irmão Walfrido Silvino dos Mares Guia*.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

GUIA NETO, Walfrido Silvino dos Mares

Secretário de Estado, professor e administrador de empresas, nasceu em Santa Bárbara, MG, a 24 de novembro de 1942. Filho do médico José Maria dos Mares Guia e de Judite Pinto Coelho dos Mares Guia. Casado com Sheila Emrich dos Mares Guia.

Formou-se em Engenharia Química pela Escola de Engenharia da UFMG, no ano de 1966, e em Administração de Empresas pela Fundação Universidade de Minas Gerais - Fumec -, em 1973. Participou de cursos de administração financeira (1972), controle administrativo e análise financeira (1973) e política e estratégia empresarial (1975) pela Columbia University e pela Fundação João Pinheiro; esteve no 1º Seminário Brasileiro para Educadores Bloch Educação (1975); fez o curso de Aprendizagem para o Domínio, ministrado pelo Prof. Hélio Ribeiro Gomes (1976), e de Enfoque e Sistêmico na Educação, pelo Prof. Cláudio Zak Dib (1977); tomou parte no Seminário sobre Planejamento Fiscal-Financeiro, com Arthur Andersen (1980); e cursou Praticum in Administration e School Leadership - University of San Francisco, Califórnia, EUA, 1981.

Professor de Matemática do Colégio Arnaldo (1962-1966) e do Curso Pitágoras (1966-1971), foi monitor da cadeira de Operações Unitárias na Indústria Química, na Escola de Engenharia de UFMG (1965-1966). Ingressando no quadro docente da UFMG, lecionou Física e Química na Faculdade de Farmácia (1967-1969), Cálculo e Geometria Analítica na Escola de Engenharia e Cálculo para o curso de pós-graduação em Bioquímica do Instituto de Ciências Biológicas (1970-1971). Foi representante dos professores assistentes do Instituto Central de Química da UFMG no Conselho Departamental (1968).

Na administração pública, foi Secretário Municipal de Planejamento (1983-1985) na gestão do Prefeito Hélio Carvalho Garcia*. Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia e Secretário de Estado de Desburocratização e Reforma Administrativa (1985-1986) no Governo Hélio Carvalho Garcia*. Exerceu, também, a Presidência do Instituto da Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg -, de abril a junho de 1986, e da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - Cetec -, de maio de 1986 a março de 1987.

Foi nomeado, em 18 de março de 1991, Secretário de Estado da Educação no segundo Governo Hélio Carvalho Garcia*.

Na iniciativa privada, é Presidente do Sistema Pitágoras de Ensino Ltda., membro do Conselho de Administração da Bioquímica do Brasil S.A., Diretor da Associação Comercial de Minas e Presidente da Comissão de Educação da entidade.

Foi Diretor do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino no Estado de Minas Gerais (1974-1982). É filiado à Sociedade Mineira de Engenheiros, ao Conselho Regional de Química, ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, e à Sociedade Brasileira de Química.

Atua na política seu irmão João Batista dos Mares Guia*.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

GUIDO, João

Político, engenheiro e agricultor, nasceu em Uberaba, MG, a 21 de setembro de 1916. Filho de Santos Guido e de Adelina Ferreira Guido. Casado com Beatriz de Moura Teles Guido.

Diplomou-se pela Escola Politécnica da USP, em 1942, e, posteriormente, fez, em Berlim Ocidental, Alemanha, curso de Administração Municipal. De 1967 a 1970, foi Prefeito de Uberaba, onde exercia a profissão de engenheiro e era fazendeiro.

Eleito Deputado Federal para a 7ª Legislatura (1971-1975), participou da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Pertenceu à Arena.

De abril de 1975 a março de 1979, integrou a Diretoria da Companhia de Saneamento de Minas Gerais S.A. - Copasa -, cuja Presidência ocupou de maio de 1977 a março de 1979.

FONTE: *Deputados brasileiros*; repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 7ª Legislatura (1971-5). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1971.

GUIGNARD, Alberto da Veiga

Pintor e professor, nasceu em Nova Friburgo, RJ, a 25 de fevereiro de 1896, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 26 de junho de 1962. Filho de Alberto José Guignard e de Leonor da Veiga Guignard. Foi casado com Ana Doning, de quem se divorciou.

Terminados os estudos secundários, seguiu cursos de arte em Florença e em Paris. Em 1916, matriculou-se na Real Academia de Belas Artes da Baviera, em Munique, onde participou dos cursos de Desenho e Pintura. Em 1927 e 1928, seu trabalho foi exposto no Salão de Outono e, em 1928-1929, no Salão dos Independentes, ambos em Paris. Nessa última oportunidade, conheceu Picasso e Utrillo. Participou da Bienal de Veneza (1928) e deixou diversos trabalhos espalhados por cidades européias. De volta ao Brasil em 1929, passou a residir no Rio de Janeiro, DF, onde lecionou Desenho na Fundação Osório (1931-1943) e, também, na Universidade Municipal, nesta última tendo ensinado Desenho ao lado de Portinari, juntamente com quem viria a influenciar o modernismo brasileiro. A partir de sua volta ao País, participou regularmente do Salão Nacional de Belas Artes.

Sua carreira artística havia sido iniciada sob a influência da Escola Expressionista de seus mestres alemães. Criando estilo próprio, a partir de 1934 tornou-se um dos melhores retratistas brasileiros. Participou de uma série de exposições internacionais, entre elas, uma exposição coletiva e uma individual em Buenos Aires, Argentina (1934), e uma exposição individual nos EUA (1935). Em 1942, montou um ateliê no Bairro Flamengo, RJ, que foi denominado por Manuel Bandeira "a nova flor do abacate" e onde ensinou desenho, aquarela e guache.

Em 1944, mudou-se para Belo Horizonte, a convite do Prefeito Juscelino Kubitschek de Oliveira*, para criar e dirigir a Escola Municipal de Belas Artes, atual Escola Guignard, pela qual passaram todos os melhores artistas mineiros. Em 1945, os trabalhos de seus alunos participaram, pela primeira vez, de uma exposição. Em 1947, durante um salão de arte, ganharam quase todos os prêmios. A transferência para Minas Gerais proporcionou-lhe contato direto com o barroco colonial, decisivo para sua obra posterior, que absorveu, sem exageros, as sinuosidades barrocas. Tal identidade levou-o a fixar-se, de 1961 até a morte, em Ouro Preto, onde está sepultado.

Estado de Minas

Alberto da Veiga Guignard

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados*. 1962. Brasília, Diretoria de Documentação e Publicidade, 12: 730-3, 1966./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 26 jun. 1962, p.2./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 26 jun. 1962, p. 5./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 26 jun. 1962, p. 9; 4 ago. 1973, Suplemento Literário, pp. 1-12./MORAIS, Frederico. *Alberto da Veiga Guignard*.

GUILHERMINO CÉSAR ver SILVA, Guilhermino César da

GUIMARÃES, Afonso da Silva

Escritor, acadêmico e funcionário público, nasceu em Ouro Preto, Província de Minas Gerais, a 10 de abril de 1876, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 24 de novembro de 1955. Era filho do escritor Bernardo Guimarães.

Fez todos os estudos em sua terra natal.

Funcionário federal por longo tempo, aposentou-se no cargo de Diretor da Delegacia Fiscal do Tesouro Federal em Minas.

Escreveu numerosos contos, muitos deles enfeixados em volume a que deu o título *Ossa mea*. Publicou, depois, *Os borrachos* (novela), Belo Horizonte, Tip. Athena, 1921.

Na AML, ocupou, como segundo sucessor, a cadeira nº 35, patrocinada por João Pinheiro da Silva*.

Era tio de José Guimarães Alves* e primo de Alphonsus de Guimaraens*, João Alphonsus de Guimaraens* e Alphonsus de Guimaraens Filho*.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 15 jan. 1956. p. 1./Martins de Oliveira. *História da Literatura Mineira*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./Martins de Oliveira. e Oiliam José. *Efemérides da Academia Mineira de Letras*. Belo Horizonte, Academia Mineira de Letras, 1980./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 5 jul. 1949. p. 7.

GUIMARÃES, Afonso Henriques da Costa (Alphonsus de Guimarães)

Escritor, promotor e magistrado, nasceu em Ouro Preto, Província de Minas Gerais, a 24 de julho de 1870, e faleceu em Mariana, MG, a 15 de julho de 1921. Filho do comerciante português Albino da Costa Guimarães e de Francisca de Paula Guimarães Alvim. Casado com Zenaide de Oliveira de Guimarães.

Feitos os preparatórios no Liceu Mineiro, em sua cidade natal, iniciou o curso complementar da EMOP o qual logo abandonou. Em 1891 matriculou-se na FDSP e em 1893 transferiu-se para a FLDMG, pela qual se bacharelou em Ciências Jurídicas em 1894. Retornando à FDSP, em 1895 graduou-se em Ciências Sociais.

Com apenas 17 anos de idade começou a atividade literária, produzindo seus primeiros poemas, inclusive o intitulado Quinze de Novembro, que apareceu no *Almanaque Administrativo, Mercantil, Industrial, Científico e Literário do Município de Ouro Preto*, em 1890. A partir de 1891, já acadêmico em São Paulo, SP, dedicou-se ao jornalismo nos grandes órgãos do tempo, *Diário Mercantil*, *Comércio de S. Paulo*, *Correio Paulistano* e o *Estado de S. Paulo*, neste publicando, na seção "Parnaso", a maior parte dos versos que compôs na época.

Em março de 1895, depois de uma viagem ao Rio de Janeiro, onde se relacionou com os escritores em evidência, como Cruz e Sousa e Emílio de Meneses, foi nomeado Promotor de Justiça de Conceição do Serro (atual Conceição do Mato Dentro), MG. Em julho do mesmo ano, passou a Juiz Substituto da Comarca.

O ano de 1899 marca o surgimento dos seus primeiros livros, edições do autor.

Em 1903, supressos os cargos de Juiz Substituto, viu-se sem meios para prover à subsistência da família. Recusa, então, o convite de Adolfo Araújo para redator de *A Gazeta*, de São Paulo, mas aceita o de Soares Maciel para chefiar a redação e, depois, exercer a direção do recém-fundado semanário *Conceição do Serro*, órgão oficial do Município, para o qual obtém a colaboração de Raul Pompéia, Coelho Neto, Olavo Bilac, Cruz e Sousa, Severiano de Resende*, Horácio Guimarães e Archangelus Guimaraens.

Novamente nomeado, em setembro de 1904, Promotor de Justiça de Conceição do Serro, abandonou o jornalismo. Em fevereiro de 1906 ingressou na Magistratura Estadual como Juiz Municipal de Mariana, cargo que exerceu até o final da vida, ao mesmo tempo que enviava assídua colaboração ao diário paulistano *A Gazeta* e a jornais de interior de Minas, além de escrever no periódico marianense *O Germinal* e no antigo *Diário de Minas*, de Belo Horizonte.

Sócio fundador da AML, ocupou a cadeira nº 3, que tem como patrono Aureliano José Lessa.

Seus restos mortais foram transladados, em dezembro de 1954, do Cemitério de Nossa Senhora do Rosário para um mausoléu erguido no Cemitério Municipal de Mariana pelo Governo mineiro e no qual se gravou o famoso verso do poeta "Minhalma é uma cruz enterrada no céu".

Considerado o maior representante da escola simbolista no Brasil, sob o nome literário de Alphonsus de Guimaraens, é autor das obras *Dona mística*, Rio de Janeiro, Tip. de Lenzinger E.C., 1899; *Setenário das Dores de Nossa Senhora* e *Câmara ardente*, Rio de Janeiro, Tip.. de Leuzinger E. C., 1899; *Mendigos* (prosa), Ouro Preto, Editora Mineira, 1920; *Pauvre Lyre* (versos em francês), Ouro Preto, Editora Mineira, 1921; *Pastoral aos crentes do amor e da morte*, São Paulo, Monteiro Lobato e Cia., 1923. Em 1938 o Ministério da Educação e Saúde promoveu a edição das suas *Poesias*, dirigida e revista por Manuel Bandeira, com retrato do poeta, e notícia biográfica e notas por João Alphonsus*. A segunda edição, aumentada e revista por Alphonsus de Guimaraens Filho*, "com acréscimo de 19 poemas, 34 notas, uma cronologia do poeta, uma bibliografia sobre o homem e o artista, e ampla documentação iconográfica", saiu em 1955, sob o selo da Organização Simões, Rio de Janeiro.

São figuras importantes da literatura brasileira os filhos de Alphonsus de Guimaraens, João Alphonsus (João Afonso de Guimarães*) e Alphonsus de Guimaraens Filho (Afonso Henriques de Guimarães Filho*).

FONTES: *A Amanhã*, Rio de Janeiro./ ALPHONSUS, João e outros. Comemorações do centenário de nascimento de Alphonsus de Guimarães. In: *Minas Gerais*, 26 dez. 1970. Suplemento Literário. PP. 1-12; Notícia biográfica, In: *Alphonsus de Guimarães - Poesias*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde. 1938./*Anais da Câmara dos Deputados. 1970*. Brasília, Centro de Documentação e Publicidade, 9: 70, 1970; 10:284-95, 1970./ANDRADE, Carlos Drummond e outros. O Centenário de Alphonsus de Guimarães. In: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 9 jan. 1971. Suplemento Literário. pp. 1-2./AVELAR, Antônio Ribeiro de. *Figuras da Casa de Minas*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1960./BANDEIRA, Manuel e outros. Homenagem a Alphonsus de Guimarães. In: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 2 jan. 1971. Suplemento Literário. pp. 1.12./BOSI, Alfredo. *História Concisa da*

Literatura Brasileira. São Paulo, Cultrix, 1974./CAMPOS, Mílton. A cidade interior de Alphonsus de Guimarães. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (223): 20-3, jan./fev. 1972./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 15 jul. 1934. p. 1; 15 jul. 1951. p. 12; 14 fev. 1960. p. 9./*Galeria Nacional; Vultos proeminentes da história brasileira*. Rio de Janeiro. Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1933. 6 fasc. p. 640./GUIMARÃES FILHO, Alphonsus. Cronologia de Alphonsus de Guimarães. Notícias biográficas, In: *Poesias*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Organizações Simões, 1955. v. 1./LISBOA, Henriqueta. *Alphonsus de Guimarães*. Rio de Janeiro, Agir, 1945./ Martins de Oliveira. *História da Literatura mineira*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 16 jul. 1921. pp. 4-5; 15 jul. 1945. p. 8; 21 jun. 1959. p. 14; 12 jul. 1959 p.13; 18 jul. 1961. p. 8; 24 jul. 1970. p. 3; 26 dez. 1970. Suplemento Literário. pp. 1-12; 2 jan. 1971. Suplemento Literário. pp. 1-12; 9 jan. 1971. Suplemento Literário. pp. 1-12; 24 jul. 1976. Suplemento Literário. p. 11./*O Diário*, Belo Horizonte, 30 out. 1938. p. 12./RENAULT, Abgar. Alphonsus de Guimarães. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (215): 124-7, set. out. 1970./ RESENDE, Enrique de. *Retrato de Alphonsus de Guimarães*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1938./RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970-1.pp. 23-4./ SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926./ VELHO SOBRINHO, João Francisco. *Dicionário biobibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro, s. ed., 1937. v.1. p. 202./VILELA, Wanderley. Alphonsus de Guimarães. In: *Letras Brasileiras*. Rio de Janeiro, Ed. A Noite, (13): 57-9, maio de 1944.

GUIMARÃES, Aluísio Leite

Político, promotor, advogado e professor, nasceu em Rochedo de Minas, Município de São João Nepomuceno, MG, a 19 de janeiro de 1905, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 9 de dezembro de 1978. Filho do farmacêutico Francisco José Leite Guimarães e de Elvira Coelho Leite Guimarães. Casado com Alba Lima Leite Guimarães.

Fez o curso secundário no Ginásio de Viçosa, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1926.

Em janeiro do ano seguinte, foi nomeado Promotor de Justiça da Comarca de Entre-Rios (atual Entre-Rios de Minas), tendo participado do I Encontro de Promotores Mineiros, realizado no período presidencial de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada*. Em seguida, advogou em Juiz de Fora e Ubá, tendo nesta cidade lecionado no Ginásio Raul Soares.

Fixado em Belo Horizonte, exerceu o magistério no Colégio Estadual, onde regeu as cadeiras de História, Geografia e Filosofia, e na Universidade Católica de Minas Gerais, no primeiro ano de seu funcionamento, como lente de História do Brasil.

Elegeu-se Deputado Estadual Constituinte e para a 1ª Legislatura (1935-1937). Secretário do antigo PRM, funcionou como Delegado do partido junto ao TRE. Mais tarde, filiado ao PSD, secretariou sua Assembléia Política.

Em 1944 foi contratado Consultor Jurídico da Caixa Econômica Federal de Minas Gerais, cargo em que posteriormente se efetivou, tendo-lhe cabido chefiar o serviço jurídico da instituição e presidir ao Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economiários.

Foi, ainda, Presidente da Comissão de Previdência Social do Estado da Guanabara. No Governo Antônio Aureliano Chaves de Mendonça* ocupou o cargo de Assessor do Vice-Governador Levindo Ozanan Coelho*.

Militando na imprensa por muitos anos, chefiou a redação da *Folha do Povo*, de Ubá, durante a campanha da Aliança Liberal, e, em Belo Horizonte, foi Diretor da *Folha de Minas*, tendo feito, nesta condição, a campanha da ala do PSD que apoiou a candidatura de Mílton Soares Campos* à governança do Estado.

Pertenceu ao PRM, ao PSD e à Arena.

Era sobrinho de Levindo Eduardo Coelho* e primo de Levindo Ozanan Coelho*, e de Eduardo Levindo Coelho*.

FONTES: *Comércio Indústria*. Belo Horizonte, 165 (20): 2 jul. 1978./*Dados biográficos*. Informante: Aloísio Leite Guimarães. CEM/UFMG./GUIMARÃES, Aloísio Leite. *Folheando a vida* (memórias inacabadas). Belo Horizonte, Editora Littera Maciel, 1980./ *Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

GUIMARÃES, Antônio de Oliveira

Político, médico e professor, nasceu em Leopoldina, MG, a 10 de dezembro de 1890, e faleceu na mesma cidade, a 13 de abril de 1970. Filho do comerciante e fazendeiro Antônio Teixeira Guimarães e de Albertina Moura de Oliveira Guimarães.

Fez o curso secundário no Ginásio Leopoldinense e diplomou-se pela FMRJ, em 1917. Quando estudante, como Presidente do PRM em Leopoldina, participou da Campanha Civilista.

Iniciou as atividades profissionais em 1918, em sua terra natal, onde foi professor de Química Analítica, Bromatologia e Toxicologia, durante muitos anos, na antiga Faculdade de Farmácia, e fez parte do corpo clínico do Hospital de Caridade.

Depois de exercer o mandato de Vereador à Câmara Municipal de Leopoldina, foi Deputado Estadual Constituinte e na 1ª Legislatura da República Nova (1935-1937), em substituição a Artur da Silva Bernardes*, que optou pela cadeira que obtivera no Constituinte Federal. Dissolvida a Assembléia Legislativa em novembro de 1937, voltou a clinicar em Leopoldina.

Deputado Estadual Constituinte e na 1ª Legislatura (1947-1951), foi Presidente (1948-1950) e Vice-Presidente (1947) da Comissão de Saúde Pública, Vice-Presidente da Comissão que elaborou o Regimento Interno da Constituinte (1947) e membro das Comissões de Serviço Público Civil (1949) e de Redação (1950). Integrou, ainda, a representação da Assembléia que percorreu todo o rio São Francisco em viagem de estudos (1948).

No Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira* foi Secretário de Saúde e Assistência do Estado (6/8/54-30/3/55).

Pertenceu ao PRM e ao PR.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 7 ago. 1954. p. 3./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 7 ago. 1954. p. 10; 17 abr. 1970, Diário do Legislativo. p. 1./*Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

GUIMARÃES, Antônio Mourão

Político, médico, industrial e banqueiro, nasceu em Bom Sucesso, Província de Minas Gerais, a 28 de maio de 1888 e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 15 de fevereiro de 1965. Filho do industrial Benjamim Ferreira Guimarães* e de Maria Ambrosina Guimarães. Casado com Nair Pentagna Guimarães.

Iniciou o curso secundário em Belo Horizonte e completou-o em Ouro Preto, MG, por cuja Escola de Farmácia se diplomou em seguida. Formado, posteriormente, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, fez cursos de especialização em Paris, França, e em Berlim, Alemanha.

Por muitos anos clinicou em seu terra natal, em Juiz de Fora, MG, e na Capital mineira.

Já dedicado à atividade industrial, em 1936, como representante do Estado de Minas Gerais, integrou a missão econômica brasileira que visitou o Japão. Durante a Interventoria Nísio Batista de Oliveira* (4/11/45-1/1/46), foi Secretário Estadual da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho.

Eleito Deputado Estadual para a 1ª Legislatura (1947-1951), exerceu os cargos de 1º-Vice-Presidente da Comissão Executiva da Assembléia (1948) e de Vice-Presidente da Comissão de Saúde Pública (1947).

Um dos fundadores e Presidente do Banco de Minas Gerais S.A., em diversos períodos foi Presidente do Sindicato dos Bancos do Estado de Minas Gerais.

Como empresário, participou, no posto de Vice-Presidente, da Diretoria da Magnesita S.A., que instalou, na Cidade Industrial de Contagem, MG, a primeira fábrica de material refratário da América Latina. Foi, ainda, Presidente da Companhia Predial Ferreira Guimarães e Diretor da Fábrica de Tecidos Renascença, da Fábrica de Tecidos Santa Rosa, da Companhia Cine-Brasileira, da Companhia de Seguros Minas-Brasil e da Companhia de Curtume Riacho Fundo.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados*. 1965. Brasília, Diretoria de Documentação e Publicidade, 4: 1966./*Anais do Senado. 1965*. Brasília, Diretoria de Publicação, 1965./ COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*, Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 6 nov. 1945. p. 7./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 17 fev. 1965. p. 6./id. 18 fev. 1965. p. 1./id. 6 nov. 1945. p. 3./PAULA, Almênio José de e FERREIRA, Saturnino G. *Precursores e figuras notáveis de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Ed. São Vicente, 1972. Pioneiros e expoentes de Minas Gerais. Belo Horizonte, Pioneiros e Expoentes Editorial. 1972.

GUIMARÃES, Artur Napoleão da Costa

Político, engenheiro e professor, nasceu em Ouro Preto, Província de Minas Gerais, a 2 de maio de 1867, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 8 de março de 1946. Filho do comerciante português Albino da Costa Guimarães e de Francisca de Paula Guimarães Alvim. Casado com Ernestina Carneiro Guimarães.

Estudou no Liceu Mineiro, em Ouro Preto, e graduou-se como engenheiro de minas, com regalias de engenheiro civil, em 1888.

Em 1891 ingressou no corpo docente da escola por que se diplomara, ocupando por três anos o lugar de professor substituto interino.

Republicano histórico, foi Secretário da Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas de Minas Gerais, de novembro de 1917 a setembro de 1918, e, no Governo Delfim Moreira da Costa Ribeiro*, Diretor de Viação e Obras Públicas. Realizou os estudos da Estrada de Ferro Benevente-a-Minas e desempenhou os cargos de Fiscal da Estrada de Ferro João Gomes-a-Piranga e de Chefe da Fiscalização da Rede Leopoldina.

Na Escola Livre de Engenharia de Belo Horizonte (hoje incorporada à UFMG), da qual foi fundador e Diretor de 1916 a 1940, lecionou Estabilidade das Construções, Cálculo, Resistência de Materiais e Pontes e Viadutos. Deve-se-lhe a introdução no Estado de Minas Gerais das pontes de cimento armado e de outras construções desta natureza.

Além de numerosos estudos técnicos, que divulgou em revistas especializadas e na imprensa carioca, publicou os trabalhos *Adubos químicos e orgânicos* (fascículos), Belo Horizonte, 1904; *Preço do custeio da unidade de tráfego na Central do Brasil*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1909; *A viação de caráter local*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1909'; *Cálculo das pontes de madeira*, 1.ed. Rio de Janeiro, Tipografia do Regenerador, 1910; 2. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1921, e *Curso de estabilidade das construções*, em 4 volumes.

Era irmão dos poetas Alphonsus de Guimarães* e Arcângelo de Guimaraens e tio dos escritores João Alphonsus* e Alphonsus de Guimaraens Filho*.

FONTES: BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro. Documentário sobre sua vida*. Belo Horizonte, Publicações do APM, 1966./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 3 nov. 1963. p. 8./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 9 mar. 1946. p. 8./*O Diário*, Belo Horizonte, 9 mar. 1946. p. 6./*Revista da Escola de Minas*. Ouro Preto, 1: 543, março de 1946./RACHE, Pedro. *Homens de Minas*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1947./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926./VELHO SOBRINHO, João Francisco. *Dicionário biobibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro, s. ed., 1937, v. 1.

GUIMARÃES, Benjamim Ferreira

Empresário, pioneiro da industrialização de Minas Gerais, Coronel da Guarda Nacional e filantropo, nasceu em Santo Antônio da Pedra do Rio de São João Acima, Província de Minas Gerais, então Distrito de Pará (depois Pará de Minas) e hoje cidade de Igaratinga, a 17 de dezembro de 1861, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 15 de março de 1948. Filho de Manuel Ferreira Guimarães e de Maria Constança Guimarães. Casado com Maria Ambrosina Mourão Guimarães.

Feito o curso primário em Pitangui, aos treze anos de idade, levado por seu padrinho, foi trabalhar na firma Xavier Gontijo e Cia., no Rio de Janeiro.

Voltando à província natal em 1878, fixou-se em Bom Sucesso, onde foi empregado do comerciante Joaquim Machado da Silva Neto e mais tarde seu sócio na firma Machado e Guimarães. Atraído pelos jogos da Bolsa do Rio de Janeiro, perdeu praticamente tudo o que possuía. De retorno a Bom Sucesso, em doze anos de atuação no comércio amealhou sólidas economias, com as quais, em 1906, incorporou a Companhia Industrial de Valença, fábrica de tecidos daquela cidade fluminense, e ali abriu a Casa Mineira, armazém de todos os gêneros de mercadorias. A partir de então fundou e dirigiu as seguintes empresas: Companhia Fiação e Tecelagem Oliveira, em Oliveira, MG; Companhia Fiação e Tecelagem Barbacenense, em Barbacena, MG; Companhia Fiação de Tecelagem São João del-Rei, em São João del-Rei, MG; Companhia de Fiação e Tecelagem Itapemirim, em Itapemirim, ES; Companhia Industrial Riacho Fundo, em Curvelo, MG; Companhia de Navegação do Rio São Francisco, em Pirapora, MG; Companhia Minas da Passagem, em Mariana, MG. Em 1930, fundou o Banco de Minas Gerais S.A., em Belo Horizonte, do qual foi o primeiro Presidente.

Como filantropo, suas obras mais importantes são o Hospital da Baleia, para tratamento de crianças pobres portadoras de deficiências físicas, mantido pela Fundação Benjamim Guimarães, e o Hospital Universitário Maria Guimarães. Possuía o título de protetor do Asilo Santa Isabel, do Rio de Janeiro, e a medalha da Ordem de Damião, pela ajuda que deu aos leprosos carentes.

Atuaram na política seu filho Antônio Mourão Guimarães*, seu neto Flávio Pentagna Guimarães, e seu genro Josafá Macedo*.

FONTE: RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Ed. Guia Rivera, 1970-1.

GUIMARÃES, Carlos Elói Carvalho

Político, advogado e servidor público, nasceu em Pompéu, MG, a 3 de junho de 1935. Filho do fazendeiro e político José Mariano Campos Guimarães e de Neli Carvalho Guimarães. Casado com Míriam Julieta Carvalho Guimarães.

Fez o curso secundário no Ginásio São Francisco, de Pará de Minas, e nos colégios Anchieta e Marconi, de Belo Horizonte, e bacharelou-se pela FDUMG em 1960.

Advogou no Oeste mineiro, nomeadamente nas cidades de Pompéu, Pitangui, Abaeté, Morada Nova de Minas, Bom Despacho e Dores do Indaiá, tendo sido, com seu tio Francisco Luís da Silva Campos*, defensor dos direitos dos desapropriados da região da represa de Três Marias.

Participante da campanha de José de Magalhães Pinto* para Governador de Minas, serviu por dez meses no seu Gabinete Civil (1961). Seguidamente eleito Deputado Estadual da 5ª à 8ª Legislaturas (1963-1979), foi 1º-Vice-Presidente da Comissão Executiva da Assembléia (1970), Vice-Líder da UDN (1965), Líder do Governo e da Arena (1975), Presidente das Comissões de Trabalho e Ordem Social (1971), de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas (1972) e de Redação (1973-1974), Vice-Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1963) e membro efetivo das Comissões de Educação e Cultura (1964), de Redação (1964), de Constituição, Legislação e Justiça (1964), de Serviço Público Civil (1967), de Siderurgia e Mineração (1967) de Agricultura, Indústria e Comércio (1968-1969) e de Economia e Obras Públicas (1972-1974).

Eleito Deputado Federal para a 46ª Legislatura (1979-1982), licenciou-se do mandato logo depois de empossar-se, a fim de exercer o cargo de Secretário Estadual da Viação e Obras Públicas no Governo Francelino Pereira dos Santos*, de março de 1979 a fevereiro de 1982. Reelegeu-se Deputado Federal para a 10ª Legislatura (1983-1987).

Pertenceu à UDN e à Arena, desta tendo sido Presidente estadual; em seguida filiou-se ao PDS.

Atuaram na política seu tio-avô Francisco Luís da Silva Campos*, seu tio Paulo Campos Guimarães* e seu sogro, Jair Carvalho, ex-Prefeito e dirigente arenista de Caeté, MG.

FONTES: *Anais da Assembléia Legislativa. 1975.* Belo Horizonte, Diretoria Auxiliar da Mesa. Divisão de Redação 1: 1976./*Deputados Estaduais de Minas Gerais à 8ª Legislatura (1975-9).* Ficha biográfica. Convênio APM/UCMG. Coordenador: Caio C. Boschi./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 15 dez. 1962. p. 3; 21 fev. 1979. p. 3./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 16 mar. 1979, p. 8; 17 mar. 1979. p. 3.

GUIMARÃES, Castelar Modesto

Político, advogado e promotor, nasceu em Cataguases, MG, a 6 de fevereiro de 1912. Filho do Secretário Júlio Guimarães e de Maria Barbosa Guimarães. Casado com Nadir Nascimento Modesto Guimarães.

Fez o curso secundário em Leopoldina, MG, no Rio de Janeiro, DF, e em Cataguases, e bacharelou-se pela FNDUB em 1933.

Depois de exercer a Promotoria de Justiça de Leopoldina, ingressou na política ao eleger-se Deputado Estadual para a 3ª Legislatura (1955-1959). Suplente na 4ª Legislatura (1959-1963), efetivou-se como Deputado Estadual em outubro de 1962, na vaga de Sebastião Patrus de Sousa*, que falecera. Na Assembléia exerceu os cargos de Líder (1956-1957) e Vice-Líder (1955) da Bancada do PTB, Presidente da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (1955-1958) e membro da Comissão de Serviço Público Civil (1955).

Encerrada a carreira parlamentar, foi Diretor do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais S.A. (1959-1966) e Procurador do Estado (1966), tendo-se aposentado neste cargo.

Pertenceu ao PTB, em cuja Comissão Executiva Estadual desempenhou a função de tesoureiro.

FONTE: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 28 dez. 1954. p. 3./FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte.

GUIMARÃES, Cristiano França Teixeira

Político, banqueiro, engenheiro e industrial, nasceu na Fazenda do Paraíso, no Município de Sete Lagoas, MG, a 8 de dezembro de 1895, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 31 de agosto de 1970. Filho do empresário Américo Teixeira Guimarães, um dos pioneiros da indústria têxtil em Minas Gerais, e de Laurinda França Guimarães. Casado com Alda Magalhães Guimarães.

Fez o curso secundário no Colégio Mineiro, em Ouro Preto e em Belo Horizonte, e diplomou-se como engenheiro de minas, metalurgista e civil pela EMOP em 1909.

Logo depois de formado transferiu-se para o Rio de Janeiro, DF, onde se dedicou ao comércio técnico de implementos industriais. De volta a Minas Gerais, assumiu o posto de gerente da empresa têxtil Companhia Industrial Belo Horizonte, função que exerceu durante 16 anos.

Em 1915 elegeu-se Presidente da Associação Comercial de Minas. Em janeiro de 1917, com Amaro Lanari*, Sebastião Augusto de Lima*, Gil Guatimosin e outros, fundou a Companhia Siderúrgica Mineira, transformada, em 1923, na Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira S.A. De 1918 a 1920, esteve encarregado do Consulado da Bélgica em Minas Gerais.

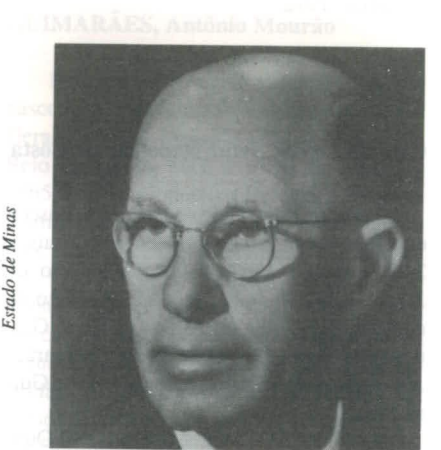
Participou, em 1923, do grupo de líderes do comércio e da indústria que fundou o Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S.A., do qual foi Vice-Presidente até 1926 e, a seguir, Presidente.

Em 1928 elegeu-se membro do Conselho Deliberativo de Minas Gerais. Fundador da Companhia Renascença Industrial, também colaborou na criação da Faculdade de Ciências Econômicas de Minas Gerais, hoje incorporada à UFMG.

Foi o primeiro Presidente do Sindicato dos Bancos do Estado de Minas Gerais. Ao falecer era Presidente de Honra da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, Presidente do Conselho de Administração do Banco Comércio e Indústria, Presidente da Companhia Industrial Belo Horizonte, da União Brasileira Distribuidora de Tecidos e da Companhia de Tecidos Cachoeira de Macacos.

Entre outras, recebeu as condecorações da Ordem da Coroa e da Ordem de Leopoldo, da Bélgica, da Ordem da Coroa de Carvalho, do Grão-Ducado do Luxemburgo, e da Ordem Nacional do Mérito.

Atuou na política seu genro Olinto Fonseca Filho*.

Estado de Minas

Cristiano França Teixeira Guimarães

FONTE: *Anais da Câmara dos Deputados*. 1957. Rio de Janeiro, IBGE, 1958, v. 32./ *Anais da Câmara dos Deputados. 1961*. Brasília, Diretoria de Documentação e Publicidade, 35: s. p., s.d./*O Diário*, Belo Horizonte, 10 dez. 1961. p. 9.

GUIMARÃES, Elisson

Desembargador e professor, nasceu em Pompéu, MG, a 11 de abril de 1921. Filho do Senador João Lima Guimarães* e de Carlota Moreira Guimarães. Casado com Lígia Paixão Maciel Guimarães.

Concluiu os estudos secundários no antigo Liceu Mineiro, em Curvelo, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da UMG, em 1948.

Ingressou na Magistratura como Juiz de Direito da Comarca de Mercês, MG (1956), tendo atuado nas Comarcas mineiras de Guarani (1962-1965), Rio Pomba (1965-1967) e Juiz de Fora (1967-1977). Foi promovido para a 2ª Vara Criminal de Belo Horizonte, MG, em 1977, e, em 1983, para o cargo de Juiz do Tribunal de Alçada do Estado de Minas Gerais.

Em 1988, foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais pelo Governador Newton Cardoso*.

Foi professor titular da cadeira de Direito Penal e Vice-Diretor da Faculdade de Direito Viana Júnior, de Juiz de Fora, MG.

Atuou na política seu pai, João Lima Guimarães*.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

GUIMARÃES, Elvécio Queiroz

Secretário de Estado, ator e diretor de teatro, nasceu em Belo Horizonte, a 15 de abril de 1934. Filho do contabilista José Marques Guimarães e da professora Ligia de Queiroz Guimarães.

Concluiu o curso técnico de Contabilidade no Colégio Minas Gerais, em Belo Horizonte, no ano de 1958. Bacharelou-se em 1968 pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.

Participou da criação do Sindicato dos Radialistas e do Sindicato de Atores e Técnicos em Espetáculos de Diversão do Estado de Minas Gerais - Sated -, tendo sido Presidente deste no biênio 1980-1982. No período de 1982 a 1985 exerceu o cargo de Diretor-Geral do Teatro Francisco Nunes, em Belo Horizonte. Assessor artístico da Fundação Clóvis Salgado, assumiu a Superintendência dessa mesma fundação em 1989-1990.

Foi nomeado pelo Governador Newton Cardoso* Secretário de Estado da Cultura para o período 1990-1991.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

GUIMARÃES, Flávio Pentagna

Secretário de Estado, administrador, engenheiro e empresário, nasceu em Belo Horizonte, a 30 de abril de 1928. Filho de Antônio Mourão Guimarães, e de Nair Pentagna Guimarães. Casado com Marina Annes Guimarães.

Concluiu o curso secundário no Instituto Padre Machado, de Belo Horizonte. Diplomou-se em Engenharia Civil na Escola de Engenharia da UFMG.

No ano de 1951, passou a compor os quadros da Mineração Lagoa Seca Ltda. como administrador, cargo em que se manteve até 1956. No período de 1958 a 1961, trabalhou como engenheiro da Magnesita S.A., sendo que, em 1958, tomou posse como Diretor do Banco de Crédito Comercial de Minas Gerais, cargo em que permaneceu até 1963. Superintendente (1960-1963) e Diretor-Presidente (1965-1973) do Banco de Minas Gerais S.A., foi, também, Diretor-Presidente da Míriam Minas Rio Automóveis e Máquinas S.A. (1965-1973) e da Brasif-Comercial Brasileira de Ferro.

A convite do Governador Newton Cardoso*, assumiu, em 21 de dezembro de 1988, o cargo de Secretário de Estado de Indústria e Comércio, sendo exonerado em 29 de março de 1990.

Atualmente, preside o Conselho de Administração do Banco BMG S.A. e é Diretor-Presidente da São Mateus Agropecuária S.A. e da Companhia Agrícola Santo Antônio, empresas cujo capital controla. É Diretor-Presidente da Comercial Mineira S.A. e do BMG Banco Comercial S.A., Diretor da Coemp - Comércio e Empreendimentos S.A. - e das Empresas Agrícolas do Conglomerado BMG.

Além de seu pai, atuaram na política seu avô Benjamin Ferreira Guimarães.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

GUIMARÃES, Heitor Augusto de Assis

Escritor, acadêmico, professor, jornalista e desenhista, nasceu em Sarandi, atual Sarandira, Distrito de Juiz de Fora, Província de Minas Gerais, a 6 de junho de 1868, e faleceu na cidade de Juiz de Fora, a 17 de janeiro de 1937. Filho de Matias José da Silva Guimarães e de Marciana Augusta de Assis Guimarães. Casado com Cristina Caiaffa Guimarães.

Estudou Humanidades no Colégio Progresso, no Ateneu Mineiro e no Colégio Santa Cruz, todos em Juiz de Fora, cidade onde se empregou, em 1882, na empresa telefônica.

Ingressando no jornalismo, fundou, em 1884, *O Democrático* e trabalhou nos órgãos da imprensa juiz-forana *O Farol*, *Folha Azul*, *Gazeta de Sapucaia*, *Gazeta da Tarde*, *O Regenerador*, de propaganda republicana, e do *Diário de Minas*. Foi, também, um dos fundadores da revista literária *A Gazetinha*. Em 1890 transferiu-se para o Rio de Janeiro, DF, onde fez parte da redação da *Cidade do Rio* e chefiou a revisão do *Diário Oficial*, ao mesmo tempo que lecionava no Colégio da Tijuca e no Colégio Alípio.

De retorno a Juiz de Fora em 1896, tornou-se redator-chefe do *Jornal do Comércio* e secretário de redação do *Correio de Minas*; organizou, de 1897 a 1899, o *Almanaque de Juiz de Fora* e, em 1915, colaborou na fundação da revista *Marília* e do jornal *Gazeta Comercial*. Exerceu, ainda, na mesma cidade, as funções de Diretor da Secretaria da Câmara Municipal, Diretor da Biblioteca Municipal, Inspetor Escolar e Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais.

Membro da AML, ocupou a cadeira nº 22, patrocinada por Júlio Ribeiro, e foi bibliotecário e secretário da instituição.

Publicou as obras *Versos e reversos* (poesias), *Multicores* (contos), *Voláteis* (contos e fantasias) e *Noções de economia doméstica*.

FONTES: Martins de Oliveira. *História da literatura mineira*. 2. ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 30 ago. 1959. p. 9; 4 dez. 1976. Suplemento Literário, p. 11./*O Diário*, Belo Horizonte, 19 jan. 1937. p. 9./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

GUIMARÃES, João Afonso de

Escritor, acadêmico, advogado e promotor, nasceu em Conceição do Serro (hoje

Conceição do Mato Dentro), MG, a 6 de abril de 1901, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 23 de maio de 1944. Filho do poeta Alphonsus de Guimaraens (Afonso Henriques da Costa Guimarães*) e de Zenaide Silvina Guimarães. Casado com Esmeralda Viana de Guimarães.

Fez o curso de Humanidades no Seminário Arquiepiscopal de Mariana, MG, e o secundário no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, MG. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da UMG em 1930, tendo sido o orador da turma.

Quando estudante na Capital mineira, trabalhou na Diretoria de Fiscalização do Estado, inclusive como funcionário do posto fiscal de Ponta d'Areia, no litoral baiano. Ainda acadêmico, ingressou no jornalismo e teve intensa atuação em diversos periódicos de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro, DF.

Já conhecido pelo nome literário de João Alphonsus, integrou, com Carlos Drummond de Andrade*, Emílio Moura*, Aníbal Machado e outros escritores, o grupo que fundou, em 1925, *A Revista*, porta-voz do modernismo em Minas. Defendeu então as idéias de Mário de Andrade sobre a "língua brasileira". A partir de 1928 assinou um rodapé de crítica no órgão dos Diários Associados *Estado de Minas*, onde registrava a produção literária mineira da época. Na década de 20 emergiu como o principal prosador mineiro do movimento modernista.

Durante o ano de 1930 foi redator-chefe do velho *Diário de Minas*, órgão do PRM, cuja direção exerceu durante a campanha da Aliança Liberal. Posteriormente colaborou de maneira regular na *Folha da Manhã*, de São Paulo, SP, e em *O Diário* e *Folha de Minas*, de Belo Horizonte. Escreveu artigos de crítica para "Autores e Livros", suplemento literário de *A Manhã*, do Rio de Janeiro, e crônicas literárias para a Rádio Inconfidência, da Capital mineira.

Nomeado, em 1931, Promotor Público de Belo Horizonte, em 1934, passou a Auxiliar Jurídico da Procuradoria-Geral do Estado, posto que ocupou até o falecimento.

Eleito para a AML em 1943, sucedeu a Bento Ernesto Júnior na cadeira nº 9, cujo patrono é Josafá Belo.

Publicou as seguintes obras: *Galinha cega* (contos). Belo Horizonte, Os Amigos do Livro, 1931; *Totônio Pacheco* (romance). São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935; *Rola-Moça* (romance, prêmio da ABL). Rio de Janeiro, J. Olympio, 1938; *Pesca da baleia* (contos). Belo Horizonte, Bluhm, 1943; *Eis a noite* (contos). São Paulo, Livraria Martins, 1943; *Contos e novelas*. Rio de Janeiro, Editora do Autor, 1965. Deixou inacabado o romance *Montanha*. Organizou, acrescendo-a de notas e de ampla notícia biográfica, a edição das *Poesias* de seu pai publicada pelo Ministério da Educação em 1938.

Era irmão do acadêmico Alphonsus de Guimaraens Filho (Afonso Henrique de Guimarães Filho*).

FONTES: Martins de Oliveira. *História da literatura mineira*. 2. ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 17 abr. 1938, p. 5; 24 mar. 1944. p. 8; 23 maio 1954, p. 7; 15 abr. 1967, Suplemento Literário, p. 2; 15 jan. 1977, Suplemento Literário, p. 11./*O Diário*, Belo Horizonte, 24 maio 1944, p. 6; 22 maio 1949, p. 7.

GUIMARÃES, João Lima

Político, farmacêutico, advogado, professor e jornalista, nasceu em Jequitibá, então Distrito de Sete Lagoas, MG, a 9 de fevereiro de 1893, e faleceu em Brasília, DF, a 19 de maio de 1960. Filho de Luís Lima Guimarães e de Maria Lima Guimarães. Casado com Carlota Moreira Guimarães.

Fez o curso secundário em Curvelo, MG, e em Belo Horizonte, MG; formou-se pela EFOP e, em 1926, bacharelou-se pela FLDMG. Em 1910, ainda estudante, tomou parte ativa na Campanha Civilista, mas somente em 1947 viria a disputar posto de representação popular.

A partir de 1911, exerceu a profissão de farmacêutico nas cidades mineiras de Belo Horizonte, Corinto e Pompéu. Matriculando-se na Faculdade Livre de Medicina de Belo Horizonte em 1917, chegou a cursar até o 4º ano. Foi, então, inspetor de ensino secundário.

Formado em Direito, em 1927 passou a advogar em Curvelo, onde foi professor no Liceu Mineiro e na Escola Normal, ativo participante da Aliança Liberal e da pregação revolucionária de 1930 e Vereador à Câmara Municipal, de 1935 a 1937. Em 1940, voltou a Belo Horizonte para assumir a cátedra de Economia Política na recém-fundada Escola Superior de Economia e Finanças de Minas Gerais, depois incorporada à UMG.

Fundador da Escola de Comércio Tito Novais, ali ensinou Direito Comercial e desempenhou a função de Diretor. Integrou, também, o quadro docente da Escola Técnica de Comércio de Belo Horizonte.

Eleito Deputado Estadual Constituinte e para a 1ª Legislatura (1947-1951), fez parte da Comissão Constitucional e, em seguida, desempenhou os cargos de Vice-Presidente da Assembléia (1947), Líder da Bancada do PTB, Vice-Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1949), Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (1950) e membro da Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho (1949-1950) e das comissões especiais sobre serviços da Justiça (1947), de elaboração de leis complementares à Constituição (1948-1949) e de exame das contas do Governador (1948). Eleito suplente de Senador para a 40ª. e 41ª Legislaturas (1955-1963), assumiu a vaga aberta, em setembro de 1955, com a morte de Carlos Alberto Lúcio Bittencourt*, e exerceu o mandato até o fim da vida, tendo integrado as Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças, de Legislação Social e de Relações Exteriores.

Foi, ainda, Presidente da Companhia de Eletrificação do Alto Rio Doce S.A., do grupo Cemig, e redator do *Diário de Minas*, de Belo Horizonte, e de diversos órgãos de imprensa das cidades do interior do Estado nas quais residiu.

Como representante do Senado, fez parte da delegação brasileira ao Congresso Interamericano de Economia realizado em Buenos Aires, Argentina.

Pertenceu ao Partido Progressista e ao PTB, deste tendo sido membro fundador e Presidente em Minas Gerais.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados. 1960*. Rio de Janeiro, 7:585-8, 606-10, 1960./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 11 set. 1955. p. 3./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 20 maio 1960. p. 1./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 21 maio 1960. p. 9; maio 1960. Diário do Legislativo. pp. 2-3./*O Diário*, Belo Horizonte, 21 maio 1960. p. 3./PAULA, Almênio José de S. FERREIRA, Saturnino G. *Figuras notáveis de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Pioneiros Expoentes Editorial, 1973-4. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, s. ed. 1976./*Subsecretaria do Arquivo do Senado Federal*. Arquivo Histórico. Brasília.

GUIMARÃES, José Inácio Gomes

Magistrado mineiro, foi Desembargador.

FONTE: LIMA JÚNIOR, Augusto de. *Tribunal da Relação. 1874-1897*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1965.

GUIMARÃES, Lamartine Ribeiro

Político e médico mineiro, exerceu a clínica em Bagagem, Província de Minas Gerais (hoje Estrela do Sul).

Deputado Federal da 2ª à 4ª Legislaturas (1894-1902), na Câmara foi Líder da Maioria e defensor do imposto sobre a importação do gado platino, que estava fazendo concorrência ao de Minas no mercado do Rio de Janeiro.

Pertenceu ao Partido Constitucional Mineiro, que ajudara a organizar.

FONTES: ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917*. Rio de Janeiro. M. Abranches, 1981. v. 1./*Gazeta de Ouro Fino*, Ouro Fino - MG nº 186, 1895.

GUIMARÃES, Oscar Mendes

Escritor, crítico literário, acadêmico, jornalista, professor, Promotor e magistrado, nasceu em Recife, PE, a 25 de julho de 1902, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 4 de novembro de 1983. Filho de José Mendes da Cruz Guimarães e de Amélia Olindina Guimarães. Casado com Maria da Conceição Figueiredo Guimarães.

Concluído o curso secundário no Colégio Salesiano do Recife, freqüentou por algum tempo a Escola de Engenharia e, em seguida, fez o curso de Direito da FDR, pela qual se bacharelou em 1924.

Logo depois de formado fixou-se em Minas Gerais, como Promotor de Justiça da Comarca de Bonfim, cargo que exerceu durante seis anos.

Ingressando na Magistratura estadual em 1932, foi Juiz Municipal de Pará de Minas até meados de 1935. Mudou-se então para Belo Horizonte, MG, onde passou a integrar o corpo docente do Departamento de Instrução da Força Pública, na cadeira de Português, ao mesmo tempo que trabalhava no Gabinete do Governador Benedito Valadares Ribeiro*. Nomeado, em 1940, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg –, aposentou-se neste posto em 1953.

Na Capital mineira prosseguiu a carreira no magistério secundário, que iniciara, ainda muito jovem, no colégio recifense em que havia estudado, e dedicou-se ao ensino superior, na qualidade de lente de Sociologia no curso pré-jurídico da Faculdade de Direito da UMG, de Etnologia e Literatura Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria, depois incorporada à UCMG, e de Literatura Italiana e Estética na Faculdade de Filosofia, hoje Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, e de professor visitante da Universidade de Brasília, DF.

Crítico literário a partir de 1929, inicialmente na desaparecida *Folha de Minas* e, a seguir, nos matutinos de Belo Horizonte *O Diário* e *Estado de Minas*, no qual manteve por muito tempo a seção semanal "No mundo dos livros", a convite do arcebispo de Belo Horizonte, Dom Antônio dos Santos Cabral, em 1935 assumiu a chefia da redação do órgão de inspiração católica *O Diário*, de que, mais tarde, se tornaria Diretor por muitos anos. Colaborou nos suplementos literários dos jornais *Folha da Manhã* e *A Gazeta* e na revista *Planalto*, todos de São Paulo, SP; na revista *A Ordem*, do Rio de Janeiro, DF; no caderno de literatura do *Diário de Pernambuco*, do Recife, e na edição mineira da *Última Hora*, do Rio de Janeiro. Responsável durante algum tempo pela seção de livros portugueses da revista da ABL, foi, ainda, Diretor Literário da Editora Itatiaia.

Eleito em 1952 para a AML, em sucessão ao sócio fundador Nélson Coelho de Sena*, ocupou a cadeira nº 36, da qual é patrono José Elói Ottoni. Foi, também, sócio correspondente da Academia Pernambucana de Letras, da Academia Cearense de Letras e do Instituto Histórico do Ceará. Em 1949, por escolha do Governo de Pernambuco, foi orador oficial nas comemorações do centenário de nascimento de Joaquim Nabuco; em 1916, a convite do Departamento de Estado, proferiu conferências e ministrou cursos de Literatura Brasileira em várias universidades norte-americanas, e três anos mais tarde esteve no Estado de Israel, em missão cultural do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Tradutor, entre outras, das obras completas de Edgard Alann Poe e de Oscar Wilde, das poesias completas de Shakespeare, do teatro completo, da poesia e prosa de Frederico Garcia Lorca, do teatro completo, dos contos e novelas e do romance *Guerra e paz* de Tolstoi, publicou discursos, conferências e os livros *Quem foi Pedro II* (ensaio, 1930); *Alma dos livros* (ensaios de crítica), Belo Horizonte, Os Amigos do Livro, 1932; *Papini, Pirandello outros* (ensaios de crítica), Belo Horizonte, Editora Paulo Bluhum, 1941; *Nabuco, Mauriac e Beaudelaire*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1945; *José de Alencar - os romances urbanos*, Rio de Janeiro, Agir, 1965 (Col. Nossos Clássicos); *José de Alencar - os romances indianistas*, Rio de Janeiro, Agir, 1968 (Col. Nossos Clássicos); *Poetas de Minas* (ensaios), Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1970; *Tempo de Pernambuco*, Recife, Imprensa da Universidade de Pernambuco, 1917; *Um brasileiro lê Passo D'Arcos*, Lisboa, 1971; *Vamos conversar sobre ...*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia, 1972; *Estado de Minas Gerais*, Rio de Janeiro, Editora Bloch, 1976; *Presença de Paço D'Arcos no Brasil*, Lisboa, 1979; *Seara de romances*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1982. Tinha em preparo vários outras obras, inclusive as biografias de José de Alencar e Emily Bronté, um panorama da Literatura Brasileira e um livro de memórias. Em 1968 foi agraciado com o Prêmio Machado de Assis, da ABL, pelo conjunto de sua obra.

FONTES: *Academia Mineira de Letras*. Arquivo. Belo Horizonte./*Almanaque da Força Pública*. Estado de Minas Gerais, Organizado pelo Estado-Maior. Belo Horizonte, s. ed., 1963./COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961, v. 2./Martins de Oliveira. *História da literatura mineira*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 18 nov. 1959. p. 10; 22 nov. 1959. Diário da Assembléia, p. 25; 8 fev. 1968. p. 4; 16 fev. 1968. p. 2; 2 mar. 1968. Suplemento Literário. p. 6; 7 set. 1968. Diário do Legislativo. p. 6; 14 set. 1968. Diário do Legislativo. pp. 11-12./*O Diário*, Belo Horizonte, 5 set. 1952. p.3; 20 nov. 1952. p. 5.

GUIMARÃES, Paulo Campos

Político, servidor público, advogado e professor, nasceu em Conceição do Pompéu, Distrito de Pitangui (hoje cidade de Pompéu), MG, a 25 de abril de 1918, e faleceu, vítima de acidente na rodovia Belo Horizonte-Brasília, a 9 de julho de 1980. Filho do funcionário público e historiador Jacinto Caetano da Silva Guimarães e de Francisca Campos Guimarães. Casado com Marina Matos Guimarães.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela FDUMG, em 1944, tendo sido o orador da turma. Quando estudante, obteve o prêmio do concurso de oratória promovido pelo Centro Acadêmico Afonso Pena, presidiu ao Centro de Estudo Justino Mendes e teve sua tese *A História, ciência e arte* classificada em primeiro lugar e adotada no curso pré-jurídico.

Funcionário público estadual desde os 14 anos de idade, percorreu toda a carreira administrativa na Secretaria das Finanças, onde chegou a Assistente Jurídico e, durante o Governo Mílton Soares Campos* (19/3/47-31/1/51), a Chefe do Gabinete do Secretário José de Magalhães Pinto*.

Deputado Estadual da 2ª à 4ª Legislaturas (1951-1963), foi Vice-Líder (1955) e Líder (1959) da Bancada da UDN, Líder da Minoria (1959), Presidente da Comissão de Serviço Público Civil (1957-1958) e membro das Comissões de Finanças, Orçamento e Toma-

da de Contas (1951-1955), de Constituição, Legislação e Justiça (1956), de Transportes, Comunicações e Obras públicas (1960) e da Comissão Especial de Divisão Administrativa e Judiciária (1953). Em abril de 1961 renunciou ao mandato parlamentar para assumir a chefia do Gabinete Civil do Governador Israel Pinheiro da Silva* e de Rondon Pacheco* (julho 1967-março 1975) dirigiu a Imprensa Oficial, cujo parque gráfico ampliou e modernizou. Coube-lhe, ainda, lançar o Suplemento Pedagógico e realizar a reforma gráfica do órgão oficial Minas Gerais, quando então recebeu a Medalha Machado de Assis, da ABL, pelos serviços prestados à cultura. Nos Governos seguintes, de Antônio Aureliano Chaves de Mendonça* e de Francelino Pereira dos Santos*, exerceu o cargo de Coordenador de Cultura do Estado (31/3/75-9/7/80).

Professor, por concurso, de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, na mesma universidade lecionou História Moderna, na Faculdade de Filosofia, e Instituições de Direito Público e Privado, na Faculdade de Ciências Econômicas.

Titular de cartório de registro de imóveis em Belo Horizonte, ocupou a Presidência da comissão de reestruturação da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, da Câmara de Arte do Conselho Estadual de Cultura, da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE -, da comissão de reestruturação da Fundação Universidade do Trabalho de Minas Gerais - Utramig - e a Vice-Presidência da Federação Nacional das Apaes.

Pertenceu à UDN, a cuja seção mineira presidiu, e à Arena.

Atuaram na política seu tio Francisco Luís da Silva Campos*, seu sobrinho Carlos Elói Carvalho Guimarães* e seu primo Carlos Álvares da Silva Campos*.

Publicou as teses de concursos *A História, ciência e arte*, *Estudo de Geografia* e os *Pressupostos do poder discricionário da administração pública*.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais/ J. Seixas Sobrinho. CEM/UFMG/*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 10 jul. 1980, p. 3/ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 10 jul. 1980, p. 7/*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 jul. 1980./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 14 jul. 1967, p.1; 17 mar. 1971, p. 4; 26 abr. 1975, p. 3; 30 abr. 1975, p. 3; 10 jul. 1980, pp. 3-4; 22 ago. 1980, Diário do Legislativo. pp. 17-18./RIBEIRO, Coriolano Pinto & GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1956.

GUIMARÃES, Paulo César

Político, engenheiro e professor, nasceu em Pouso Alto, MG, a 9 de outubro de 1949. Filho de Bráulio Bernardo Guimarães e de Alice Pinto Guimarães. Casado com Maria Aparecida Q. Guimarães.

Concluiu os estudos secundários na Escola Estadual João XXIII, em Itajubá, MG, em 1968; graduou-se em Matemática, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Itajubá (1973), e em Engenharia Elétrica, pela Escola Federal de Engenharia da mesma cidade (1977).

No magistério, foi Diretor Administrativo do Curso Caro Objetivo (1971), professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1979), da Faculdade de Engenharia Civil (1977) e da cadeira de Cálculo Diferencial e Integral da Escola Federal de Engenharia de Itajubá, MG (1980), de cuja Associação dos Professores foi Presidente (1980).

Em 1982, elegeu-se vereador à Câmara Municipal de Itajubá, na qual exerceu o cargo de Presidente da Comissão Municipal de Obras Públicas (1983).

Eleito, em 1986, Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991), na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, presidiu à Comissão de Educação, foi membro da comissão preparatória da Constituição mineira e 3º-Secretário da Mesa.

Filiou-se ao PDS, ao PDT, de cujo Diretório foi Presidente em Itajubá (1986), e ao PDC, do qual foi Diretor Regional (1988).

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

GUIMARÃES, Pedro Bernardo

Político, engenheiro, professor e escritor, nasceu em Ouro Preto, Província de Minas Gerais, a 19 de outubro de 1884, e faleceu em Uberlândia, MG, a 16 de agosto de 1948. Filho do magistrado e escritor Bernardo Guimarães e de Teresa Gomes de Lima Guimarães. Casado com Gabriela Armelim Guimarães.

Fez o curso secundário em Ouro Preto e diplomou-se pela Escola de Engenharia do Rio de Janeiro.

Fixando-se em Itajubá, MG, depois de formado, foi professor do Ginásio, da Escola Normal e do Instituto Eletrotécnico, redator do jornal *Gazeta de Itajubá* e o primeiro historiador da cidade.

Elegeu-se Deputado Estadual pelo PRM para a 7ª Legislatura (1915-1918).

Publicou as obras *Município de Itajubá*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1915; *Fatos da História de Minas*; *O que nos resta do Pindorama*; *Nada* (contos); *Escravidão*.

FONTES: *Dados biográficos*. informante: Pedro Mendes dos Santos. CEM/UFMG./ SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

GUIMARÃES, Virgílio ver PAULA, Virgílio Guimarães de

GUIMARÃES, Wilson de Melo

Político e advogado, nasceu em Pará, MG, (hoje Pará de Minas), a 28 de maio de 1917, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 2 de dezembro de 1981. Filho de Francisco de Melo Guimarães e de Jesuína de Almeida Guimarães.

Fez os estudos secundários no Ginásio Arnaldo de Belo Horizonte e o curso superior na FDUMG, pela qual se bacharelou em 1942.

Advogando em sua terra natal, elegeu-se Deputado para a 3ª e a 4ª Legislaturas (1955-1963). Na Assembléia foi Líder (1962) e Vice-Líder (1961) do PSD, Vice-Líder do PST (1956), Presidente da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (1955) e da Comissão Especial de Siderurgia (1959) e Vice-Presidente (1960) e membro efetivo (1956-1958) da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça. Integrou, ainda, a Comissão Especial de Inquérito para apurar denúncias de suborno na polícia civil do Estado relativamente a jogos proibidos (1960).

Pertenceu ao PST e ao PSD.

FONTE: *Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

GUIMARÃES FILHO, Afonso Henriques de

Escritor, acadêmico, jornalista e advogado, nasceu em Mariana, MG, a 3 de junho de 1918. Filho do poeta Alphonsus de Guimaraens (Afonso Henriques da Costa Guimarães*) e de Zenaide Silvina Guimarães. Casado com Himirene de Sousa Papi Guimarães.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da UMG em 1940.

Em 1933, publicou o primeiro poema, em um jornal de Santos Dumont, MG, já assinando seu nome literário - Alphonsus de Guimaraens Filho. No ano seguinte, ingressou no jornalismo como repórter policial do *Diário da Tarde*, da Capital mineira, e, em 1937, passou a trabalhar no serviço público, com funções na Rádio Inconfidência de Minas Gerais (Serviço de Radiodifusão do Estado), da qual se tornaria secretário em 1946. Voltou à imprensa em 1941, agora no órgão de inspiração católica *O Diário*, onde chegou a secretário de redação, e, no ano de 1946, dirigiu interinamente a radioemissora oficial.

Elegeu-se membro da AML para ser o segundo ocupante da cadeira nº 4, patrocinada por Frei José Maria da Conceição Veloso (1946).

Serviu, a seguir, no Gabinete do Governador Juscelino Kubitschek de Oliveira* (31/1/51-31/3/55).

Em 1955 transferiu residência para o Rio de Janeiro, DF, organizou e publicou a segunda edição ampliada das Poesias de Alphonsus de Guimaraens* e a primeira edição do livro de poemas *Coroa de espinhos*, deixado inédito por seu tio Archangelus de Guimaraens.

Nomeado, em 1956, Oficial-de-Gabinete do Presidente Juscelino Kubitschek*, permaneceu no cargo até 1958, quando passou a ocupar o cargo de Adjunto de Procurador do Tribunal de Contas da União, no qual veio a aposentar-se em 1972.

Em 1959, organizou e editou, pelo Instituto Nacional do Livro, as *Poesias Completas* de seu tio-bisavô Bernardo Guimarães e, em 1960, a obra completa de Alphonsus de Guimaraens*.

Desde 1962, pertence à Academia Marianense de Letras.

Conquistou o Prêmio de literatura da Fundação Graça Aranha e o Prêmio Olavo Bilac, da ABL, pela obra de estréia, *Lume de estrelas* (1941); o Prêmio Manuel Bandeira, do Jornal de Letras, pelo livro *O Irmão* (1951); o Prêmio de Poesia Cidade de Belo Horizonte, da Prefeitura, conferido à obra então inédita *O mito e o criador* (1953) e o Prêmio Luísa Cláudio de Sousa, do Pen Clube do Brasil, por *Absurda fábula* (1974).

Publicou, ainda, *Antologia da poesia mineira* (1946); *Poesias*, Porto Alegre, Globo, 1946; *Cidade do Sul*, Belo Horizonte, 1948; *Sonetos com dedicatória*, Rio de Janeiro, Cadernos de Cultura do Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura, 1956; *Poemas reunidos*, Rio de Janeiro, 1963; *Novos poemas*, 1968; *Poemas da ante-hora*, Rio de Janeiro, Artenova, 1973; *A água do tempo*, Rio de Janeiro-Brasília, Nova Aguilar-MEC, 1975.

FONTES: CORTÉS, Antônio Maria Cardoso. *Homens e instituições no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IBGE, 1957./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 3 jun. 1956, Suplemento Literário. p. 2./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 14 fev. 1960, p. 9./GUIMARAENS FILHO, Alphonsus de. *A água do tempo*. Rio de Janeiro-Brasília, Nova Aguilar-MEC, 1975./Martins de Oliveira. *História da literatura mineira*. 2. ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 25 jun. 1959, p. 14./*Pequeno dicionário da literatura brasileira*, São Paulo, Cultrix, 1967 (organizado e dirigido por José Paulo Paes e Massaud Moysés).

GUIMARÃES JÚNIOR, Luís

Ministro de Estado, engenheiro agrônomo e escritor, nasceu no povoado de Cordisburgo da Vista Alegre (hoje cidade de Cordisburgo), MG.

Fez os estudos secundários em Ouro Preto, MG, e formou-se pela Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária de Belo Horizonte, MG. Contemplado com prêmio de viagem ao exterior, aperfeiçoou-se nas Universidades norte-americanas da Georgia, da Louisiana e do Texas. A convite da ONU, realizou estudos e observações nos países escandinavos e no Egito.

Exerceu interinamente o cargo de Ministro da Agricultura do Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira* (3/9/57-1º/8/58), tendo, nesta condição, chefiado a representação do Brasil no Congresso Internacional de Agricultura realizado no Estado de Israel.

Escritor, em 1978 foi eleito para a Academia Municipalista de Letras de Belo Horizonte.

Publicou, além de uma tradução da obra *As Selvas do Brasil*, de Theodore Roosevelt, os livros *A caminho do Egito*, *De novo no Oriente*, *De Cordisburgo a New York* e *Economical aspects of brazilian cotton*.

FONTE: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 22 mar. 1978. p. 4.

GUSMAN JÚNIOR, João

Prefeito de Belo Horizonte, MG, engenheiro, nasceu em São Paulo do Muriaé (depois Muriaé), MG, no ano de 1895. Filho de João Gusman e de Cecília Gusman de Oliveira.

Fez o curso secundário no Ginásio Granbery, de Juiz de Fora, MG, e o superior na Escola Livre de Engenharia de Belo Horizonte, posteriormente incorporada à UFMG, pela qual se diplomou como engenheiro civil em 1925.

Em 1926, ingressou no quadro de engenheiros da Prefeitura de Belo Horizonte, onde foi Inspetor de Obras (1927-1929), Diretor-Geral (1929-1932; 1942-1945) e, em seguida, Chefe da Inspetoria de Águas.

Na Interventoria Nísio Batista de Oliveira* exerceu o cargo de Prefeito da Capital mineira (5/11/45-3/2/46). Foi, também, Diretor da Beneficência Municipal e da Sociedade Mineira de Engenheiros.

Estado de Minas

João Gusman Júnior (pintura)

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 6 nov. 1945. p. 7./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 6 nov. 1945. pp. 3-4.

GUSMÃO, Roberto Herbster

Ministro de Estado, advogado e professor, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 29 de maio de 1924. Filho de Prescillo Versiani Murta de Gusmão e de Maria Cristina Herbster Gusmão. Casado com Ivna Tarsis D'Afonseca Gusmão.

Bacharelou-se em Direito, com curso de Especialização em Direito Social e Sociologia Industrial. Em 1957, fez o curso da Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, representando a Universidade de São Paulo. No ano de 1960, fez o curso de extensão universitária de Economia e Desenvolvimento Econômico do Brasil.

Participou da política estudantil elegendo-se Presidente da União Nacional dos

Estudantes - UNE - para o biênio 1947-1948. Pertencente então às fileiras do Partido Socialista Brasileiro, foi sob sua Presidência que a UNE se engajou na campanha O Petróleo é nosso.

Professor fundador da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, lecionou na Fundação Getúlio Vargas nos cursos de graduação e pós-graduação, entre 1954 e 1969.

Foi nomeado pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira* Coordenador da Universidade Nacional do Trabalho, em 1960.

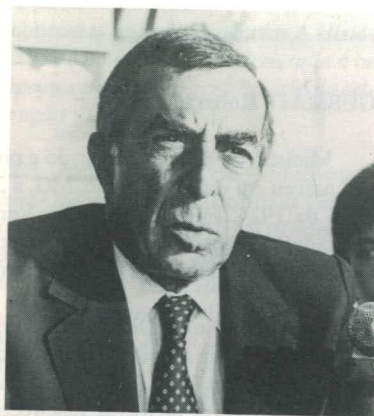
De 1959 a 1963, atuou como Delegado Regional do Trabalho no Estado de São Paulo. Ex-Procurador da Justiça do Trabalho junto ao Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, participou do Conselho Consultivo do Ciesp/Fiesp - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Em 1964 passou à iniciativa privada, tornando-se Diretor-Presidente da Cervejaria Antárctica Niger S.A., de Ribeiro Preto, SP, a partir de 1971, cargo que ainda ocupa.

No período de 1982-1983, assumiu a Presidência do Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo - Badesp -, a convite do Governador Franco Montoro. Nesse mesmo período, participou do Conselho de Administração do Banco do Estado de São Paulo - Banespa. Também no Governo Franco Montoro, foi Secretário de Estado como Chefe da Casa Civil (1983-1985).

De 1985 a 1986, assumiu a Pasta da Indústria e Comércio como Ministro nomeado pelo Presidente José Sarney. Paralelamente, atuou no Conselho Nacional de Economia (1985-1986).

Pertenceu ao Partido Socialista Brasileiro - PSB.

Estado de Minas

Roberto Herbster Gusmão, julho de 1985

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG. Banco de Recortes da Biblioteca "Deputado Camilo Prates" da ALEMG.

GUSMÃO JÚNIOR, Domingos Henriques

Secretário de Estado, magistrado, promotor e advogado, nasceu em São João Nepomuceno, MG, a 13 de abril de 1898, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 5 de março de 1972. Casado com Perpétua Machado Gusmão.

Diplomado, em 1920, pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, DF, iniciou a carreira em Minas Gerais como Delegado de Polícia.

Depois de exercer a Promotoria Pública, ingressou na Magistratura estadual, tendo sido Juiz Municipal de Cataguases e, posteriormente, Juiz de Direito da Comarca de Palma. Desempenhava o último cargo quando o Governador Benedito Valadares Ribeiro* o nomeou Chefe de Polícia do Estado (1935). Em seguida, foi Secretário do Interior e, cumulativamente, Comandante da Força Pública (31/1/36-17/9/36).

Membro do Departamento Administrativo de Minas Gerais a partir de setembro de 1936, em seguida ocupou os postos de Ministro (Conselheiro) do Tribunal de Contas e de Auditor da Auditoria da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais (1946-1951), tendo sido Presidente deste órgão em dois períodos.

FONTES: *Almanaque da Força Pública*. Estado de Minas Gerais. Organizado na II Seção de Departamento Administrativo. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1936./ *Almanaque dos Oficiais*. Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1959-60; 1961-2; 1963-4; 1965-6; 1967-8./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 4 jan. 1936. pp. 1, 10./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 10 ago. 1935. p. 9; 5 jan. 1936. p. 15; 7 mar. 1972. Diário do Legislativo. p. 2./*O Diário*, Belo Horizonte, 4 set. 1935. p.8.

GUSTIN, João Pedro

Político, advogado e professor, nasceu em Araraquara, SP, a 27 de janeiro de 1935. Filho do comerciante Pedro Gustin e de Fádua Barcha Gustin. Casado com a técnica de pesquisa Miraci Barbosa de Sousa Gustin.

Fez o curso secundário no Liceu de Uberlândia, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro, em Uberaba, MG, em 1960.

Até 1970, advogou em Uberlândia, onde foi professor, Vereador (1958-1970) e Presidente da Câmara Municipal em quatro períodos.

Deputado Estadual da 6ª à 11ª Legislaturas (1967-1991), exerceu, na Assembléia, as funções de 4º-Secretário da Comissão Executiva (1975), Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (1973-1974), Vice-Presidente da Comissão de Redação (1971) e membro da Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas (1972). Figurou, três vezes, na relação dos melhores Deputados, organizada, anualmente, pelo Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares de Minas Gerais.

Reeleito Deputado Estadual para a 9ª Legislatura (1979-1982), licenciou-se da Assembléia Legislativa, em março de 1980, para assumir o cargo de Secretário do Trabalho, Ação Social e Desportos do Governo Francelino Pereira dos Santos*.

Novamente reeleito Deputado Estadual para a 10ª Legislatura (1983-1987), na Assembléia, integrou, como membro efetivo, as Comissões de Economia e Obras Públicas (1983-1984) e de Serviço Público (1983-1984). Em 1986, elegeu-se Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991), tendo sido, durante esse mandato, Líder do PSDB na Assembléia; membro suplente das Comissões de Assuntos Municipais e Planejamentos Regionais; de Ciência e Tecnologia; de Redação; de Finanças e Orçamento; e membro efetivo das Comissões de Economia e de Educação.

Pertenceu ao PSD, à Arena, ao PDS e posteriormente filiou-se ao PSDB.

FONTES: *Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais*. Arquivo. Ficha biográfica. /*Deputados Estaduais de Minas Gerais à 8ª Legislatura (1975-9)*.Ficha biográfica. Convênio APM/UCMG. Coordenador: Caio C. Boschi. / *Diário de Minas*. Belo Horizonte, 21 fev. 1979. p. 3./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 21 fev. 1979. p. 2; 16 mar. 1979. p. 8; 17 mar. 1979, p. 2./*Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

GUTIERREZ, Ângela

Secretária de Estado, empresária e fazendeira, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 15 de setembro de 1950. Filha do engenheiro Flávio Castelo Branco Gutierrez e da empresária Maria Auxiliadora Thomasi Gutierrez.

Concluiu o curso secundário no Colégio Santa Dorotéia, em Belo Horizonte, MG, e graduou-se em Administração e Marketing pela Fundação Getúlio Vargas.

Pesquisadora e especialista em arte barroca, em cerâmica do século XIX e em mobiliário colonial mineiro, realizou pesquisas também em Alcântara, MA, e coordenou a

publicação das obras *Ouro Preto, Tempo sobre Tempo* e *O Boi e o Burro no Presépio*, ambas de João Guimarães Rosa.

Foi membro do Conselho da Fundação Nacional Pró-Memória e do Conselho Curador da Fundação Cultural da Arquidiocese de Mariana, MG.

Em 1987, foi nomeada Secretária de Estado da Cultura do Estado de Minas Gerais pelo Governador Newton Cardoso*, cargo que ocupou até setembro de 1988.

FONTE: Dados informados pela própria biografada./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

H

HAAS, Artur Dieudonne

Empresário, nasceu em Sargemines, Lorena, França, a 18 de fevereiro de 1865, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 17 de fevereiro de 1937. Filho de Daniel Haas e de Estela Haas. Casado com Matilde Liebman Haas.

Com a descoberta da borracha na Amazônia, deixou a pátria e veio para o Brasil, a fim de tentar a sorte no Grão-Pará. Não encontrando ali as condições necessárias para radicar-se, foi residir na cidade do Rio de Janeiro e aos 27 anos já era cidadão brasileiro naturalizado.

Ao iniciar-se a edificação da nova Capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, agregou-se à Comissão Construtora e estabeleceu no local da obra, em 1894, o comércio de material de construção e ferragens. Foi, assim, o primeiro estrangeiro de origem semita a fixar-se na cidade. Quando surgiram no Brasil os veículos a motor, implantou esse comércio em Minas, acrescentando ao seu estabelecimento o setor de vendas dos primeiros carros Ford. Tornou-se, desse modo, o lançador do automóvel em Belo Horizonte, em 1920, época em que a cidade ainda não era ligada à rede ferroviária.

Oficializada a nova Capital, foi designado Cônsul Honorário do Império Russo em Minas Gerais. Desempenhou essa função até o advento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, quando abandonou o posto por discordar do regime implantado no país. Posteriormente foi Cônsul dos Países Baixos.

Idealizou desenvolver uma indústria de nitrogenados no Vale do Médio São Francisco, onde adquiriu uma gleba de terra, mas se viu vencido pela distância e dificuldade de acesso. Mesmo assim, tentou a comunicação por meio do próprio rio, tendo sido um dos pioneiros da navegação do São Francisco. Ao começar no Brasil a navegação aérea, promoveu a vinda de um avião a Belo Horizonte e tornou-se o primeiro representante da Air France em Minas Gerais. Exerceu a Vice-Presidência da Associação Comercial de Minas em 1918 e substituiu, durante seis meses, o Presidente João Nepomuceno Licas de Lima*. Um dos fundadores da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, foi seu provedor por muitos anos. Participou, ainda, da criação de companhias de fiação e tecelagem e de Bancos e incentivou a introdução do fonógrafo e da fotografia em Minas Gerais.

Estado de Minas

Artur Dieudonne Haas

FONTES: *O Diário*, Belo Horizonte, 18 fev. 1937. p. 5./PAULA, José de Paula & FERREIRA, Saturnino G. *Pioneiros e Expoentes de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Pioneiros e Expoentes Editorial, 1972.

HADDAD, Paulo Roberto

Secretário de Estado, economista e professor, nasceu em Oliveira, MG, a 18 de julho de 1939. Filho do comerciante e político municipal Emílio Haddad e de Lile Miguel Haddad. Casado com Maria de Lourdes Amaral Haddad.

Fez os estudos secundários em sua terra natal e o curso superior na Faculdade de Ciências Econômicas da UMG, pela qual se diplomou como economista em 1962. Fez, posteriormente, o curso de pós-graduação em Haia, Holanda, com especialização em Planejamento Econômico no Instituto de Estudos Sociais. Professor titular da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG desde 1975, lecionou em diversos outros institutos de ensino superior.

Exerceu por alguns anos o cargo de Diretor de Planejamento da Fundação João Pinheiro, onde coordenou a elaboração de programas de desenvolvimento para várias regiões do Estado, notadamente o Plano Integrado no Nordeste Mineiro e o da Área de Influência da Companhia Vale do Rio Doce.

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral de 15/3/79 a 15/3/83, no Governo Francelino Pereira dos Santos*, participou da equipe que preparou os principais programas de ação administrativa do governo. No período de 15/5/82 a 15/3/83, respondeu cumulativamente pela Secretaria de Estado da Fazenda em substituição a Márcio Manoel Garcia Vilela*. Em diferentes ocasiões representou o Brasil no Seminário Internacional da Organização das Nações Unidas, realizado em Haia. Participou, ainda, de diversos congressos, conferências e cursos, tendo visitado o Departamento de Economia dos Estados Unidos, a convite da Fundação Ford.

É autor de diversos livros e artigos científicos, entre eles: *Contabilidade Social e Economia Regional*. Rio de Janeiro, ZAHAR Editora, 1976; *Participação, Justiça Social e Planejamento*. Rio de Janeiro, ZAHAR Editora, 1980; *Economia Regional: Teoria e Métodos de Análise* (Org.). BNB/ETENE, 1990.

Seu pai foi Vereador em Oliveira (1946-1950) e seu irmão João Haddad, Prefeito do mesmo Município (1971-1972). É irmão de Emílio Haddad Filho*, primo de Sílvio Carvalho Mitre* e cunhado de Francelino Pereira dos Santos*.

FONTE: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 16 mar. 1979. p. 6.

HADDAD FILHO, Emílio

Político, advogado e professor, nasceu em Oliveira, MG, a 6 de abril de 1938. Filho do comerciante e político municipal Emílio Haddad e de Lile Miguel Haddad. Casado com Maria Emília Mitre Haddad.

Fez o curso secundário na Escola Técnica de Comércio de Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Minas Gerais em 1962. Enquanto universitário, lecionou no Colégio Santo Agostinho, de Belo Horizonte, e foi estagiário do Departamento Jurídico do Estado, quadro de advogados do qual mais tarde passou a fazer parte.

Advogando em Oliveira, exerceu o cargo de Vereador à Câmara Municipal (1962-1966) e integrou os corpos docentes do Colégio Estadual Professor Pinheiro Campos (1963-1966) e da Escola Técnica de Comércio.

Deputado Estadual na 6ª Legislatura (1967-1971), foi 4º-Secretário da Comissão Executiva da Assembléia (1968), Líder da Bancada do MDB (1975), Vice-Presidente das Comissões de Educação e Cultura (1969) e de Constituição, Legislação e Justiça (1970) e membro efetivo da Comissão de Redação (1970). Representou o Legislativo mineiro nos Congressos das Assembléias Legislativas realizados no Recife, PE, e em Florianópolis, SC, respectivamente em 1967 e 1968. Depois de trabalhar na Companhia Mendes Júnior S.A., de 1972 a 1984, como Auxiliar Administrativo, elegeu-se Deputado Estadual para a 8ª Legislatura (1975-1979) e reelegeu-se para a 9ª (1979-1983). Em 1980 exerceu a Vice-Liderança do Governo e do bloco parlamentar do PDS na Assembléia. Em 1982 elegeu-se suplente de Deputado Federal para o período de 1983 a 1987.

Pertenceu à UDN e ao MDB; em seguida, filiou-se ao PDS.

Seu pai foi Vereador em Oliveira (1946-1950) e seu irmão João Haddad, Prefeito do mesmo Município (1971-1972). É irmão de Paulo Roberto Haddad* e primo de Sílvio Carvalho Mitre*.

FONTES: *Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais*. Arquivo. Ficha biográfica./ *Deputados Estaduais de Minas Gerais à 8ª Legislatura (1975/9)*. Ficha biográfica, Convênio APM/UCMG. Coordenador: Caio C. Boschi./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 11 fev. 1967. p. 3.

HANNAS, Jorge

Político e médico, nasceu em Resende Costa, MG, a 20 de agosto de 1925. Filho de Abrahão Antônio Hannas e de Lucília Estefan Hannas. Casado com a funcionária pública Cleonice Silva e Hannas.

Concluiu seus estudos secundários no Colégio Santo Antônio, de São João del-Rei, MG, em 1945, e formou-se pela Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, em 1951.

Foi professor na antiga Escola Normal Oficial de Manhuaçu, MG, Diretor Clínico e Chefe do Serviço de Cirurgia do Hospital César Leite, Médico da Polícia Militar e da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais. É sócio fundador da Cooperativa de Leite Realeza Ltda. - Copareal.

Foi Vice-Prefeito de Manhuaçu (1982-1986) e elegeu-se Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991). Na Assembléia Legislativa foi Presidente da Comissão de Saúde, membro efetivo da Comissão de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultura, além de suplente das Comissões de Constituição e Justiça e de Redação. Em 1990, reelegeu-se Deputado Estadual para a 12ª Legislatura (1991-1995), na qual foi escolhido Presidente da Comissão de Saúde e Ação Social e membro efetivo da Comissão de Defesa Social, além de suplente da Comissão de Administração Pública.

Foi autor do projeto que criou a Fundação Hemominas.

Filiado ao PFL, pertenceu à UDN, à Arena e ao PDS.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

HAUEISEN, Maria José ver FREIRE, Maria José Haueisen

HELÊNIO, Marcos ver PENA, Marcos Helênio Leoni

HELVÉCIO, Sebastião ver CASTRO, Sebastião Helvécio Ramos de

HENRIQUES, Mosni Magalhães

Oficial do Exército, nasceu em São João Nepomuceno, MG, a 9 de novembro de 1924. Filho de Manoel Henriques Carlos da Silva e de Rute Magalhães Henriques. Casado com Maria do Carmo Pinto Henriques.

Fez o curso secundário na Academia de Comércio de Juiz de Fora, MG.

Iniciou a carreira militar como cadete do curso de formação na Escola Militar das Agulhas Negras - AMAN - em Resende, RJ (1946-48). Cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais - EsAO - (1960), a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - EsCEME - (1963-1964) e a Escola Superior de Guerra - EsSG (1982).

Oficial da Intendência, serviu na 4ª Cia. Int. (1949) e na I/4ª RO-105 (1949-1951); comandou a 5ª Cia. Int. (1955-58), a ERS/6 e a 2ª ISFEX (1974-75); foi estagiário EsCEME na EsAO (1965), Comandante C. Int. na Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN - (1966-1969), Adj. na Comissão do Exército Brasileiro em Washington (1970-1972), As. e Chefe de Seção na Diretoria-Geral de Economia e Finanças (1972-1973) e Assistente no Departamento de Material Bélico (1976-1978).

Em estabelecimentos de ensino, serviu como Auxiliar de Instrutor C. Int. (1951-1955), Instrutor C. Int. (1958-1959 e 1961-1962), Comandante e Instrutor Chefe C. Int. (1966-1969), todos na AMAN .

Promovido a General-de-Brigada em julho de 1978, foi designado para exercer o cargo de Diretor da DMI (1978-1979), Chefe do PCP (1979-1981), Diretor de Contabilidade (1981-1982), estagiário na EsSG (1982-1983) e Adido do Comando Militar do Planalto/11ª Região Militar (1983).

Recebeu várias condecorações, entre elas a Medalha Marechal Hermes, a Medalha do Pacificador, a Ordem do Mérito Militar (Comendador) e a Medalha 30 anos de bons serviços (ouro).

FONTE: *Dados biográficos.* Informante: Ministério do Exército. Departamento de Comunicação Social./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

HENRIQUES, Tarcísio Humberto Parreiras

Político e advogado, nasceu em Cataguases, MG, a 6 de outubro de 1934. Filho do funcionário público Humberto Hardman Henriques e da professora Maria Elisa Parreiras Henriques. Casado com Maria Cristina Peixoto Henriques.

Concluiu seus estudos secundários no Colégio Cataguases, em 1952, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da UFMG, em 1957.

Iniciou sua vida política em sua cidade natal, onde foi Vereador por dois mandatos (1966-1970; 1972-1976) e Vice-Prefeito (1970-1972). Posteriormente, elegeu-se Prefeito daquele Município (1983-1988). Foi, ainda, Secretário Adjunto da Casa Civil do Governo de Minas Gerais (1990) e Presidente do Ipsemg (outubro de 1989-fevereiro de 1990), no Governo Newton Cardoso*.

Em 1990, elegeu-se Deputado Estadual para a 12ª Legislatura (1991-1995), pelo PMDB. Na Assembléia Legislativa é membro efetivo da Comissão de Administração Pública e suplente das Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização, de Constituição e Justiça e de Agropecuária e Política Rural.

Filiado ao PMDB, pertenceu à Arena, ao MDB e ao PP (Partido Popular).

Publicou diversos artigos em jornais.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

HERCULINO, João ver LOPES, João Herculino de Sousa

HERVAL, Gamaliel

Secretário de Estado, advogado e professor, nasceu em Coromandel, MG, a 23 de agosto de 1940. Filho de Alírio Herval e Eva de Castro Herval. Casado com Vânia Prados de Araújo Herval.

Fez o curso primário em sua cidade natal, o curso ginasial em Araguari e o clássico no Colégio Marconi, em Belo Horizonte (1958). Bacharelou-se pela Faculdade Mineira de Direito da Universidade Católica de Minas Gerais (1967), tendo sido Vice-Presidente (1964) e Presidente (1965) do DA da referida faculdade, Presidente do DCE e membro do Conselho Universitário da UCMG como representante estudantil (1966).

Em sua carreira profissional foi advogado no fórum de Belo Horizonte (1968-1973), na Justiça Militar em Juiz de Fora (1968-1973) e na Assembléia Legislativa de Minas Gerais (desde 1974).

Admitido na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1968), ali ocupou diversos cargos e foi professor titular da disciplina Direito Constitucional (1978); Vice-Reitor (1978-1981) e Reitor por dois mandatos (1981-1983). Licenciou-se daquela universidade a partir de março de 1985.

Foi Secretário da Associação Brasileira de Escolas Católicas - Abesc - (1974-1979), Conselheiro do Centro União e Técnica - CEUT - (1977), Diretor da Fundação Mariana Resende Costa - Fumarc - (1978), membro do Conselho da Medalha da Inconfidência, do Conselho da Medalha Santos Dumont (desde 1981), do Diretório Executivo do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB - (1982-1984), da Subcomissão de Recursos Naturais e Meio Ambiente (1983), Presidente do CRUB (1983-1984), membro da Comissão de Estudo e Reexame da Lei da Reforma Universitária do Conselho Federal de Educação (1982-1984) e Secretário da Educação Superior do MEC (1985).

Foi, ainda, Diretor da Fundação Dom Cabral (1976), membro do grupo de trabalho destinado a estudar problemas relacionados com a fixação de anuidades do sistema de ensino privado (1982) e Vice-Presidente da Sociedade Educacional União e Técnica - SEUT (1982-1984).

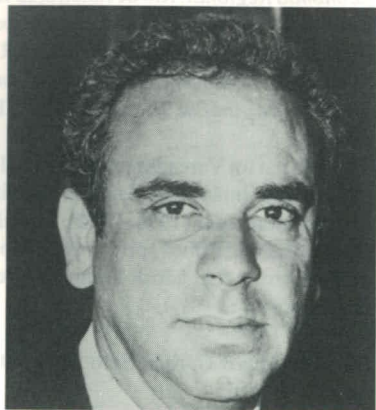
Na iniciativa privada, foi Diretor-Presidente da Cal-Rico em Coromandel, MG (1978-1980).

Ocupou os cargos de Procurador-Geral do Estado de Minas Gerais (1987-1990), de Secretário de Estado da Justiça (28/1/89 a 1°/7/89) e de Secretário de Estado da Educação (1990-1991), no Governo Newton Cardoso*. Exerceu interinamente a Presidência da MinasCaixa e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais (maio e junho de 1989).

Foi candidato a Deputado Federal pelo PMDB, em 1986.

Participou, no Brasil e no exterior, de inúmeros cursos, seminários e congressos relativos à área educacional e cultural. Proferiu, no País, conferências e palestras para entidades de classe, empresários e instituições de ensino.

Foi agraciado com vários títulos e homenagens.

Estado de Minas

Gamaliel Herval, maio de 1985

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

HESLANDER, Paulo ver COUTO, Paulo Heslander

HILDEBRANDO CANABRAVA ver RODRIGUES, Hildebrando Canabrava

HOFFBAUER, Nélson Hungria

Magistrado, promotor, delegado, professor e advogado, nasceu em Angustura, Distrito de São José d'Além Paraíba (atual Além Paraíba), MG, a 16 de maio de 1891, e faleceu no Rio de Janeiro, GB, a 26 de março de 1969. Filho de Alberto Teixeira de Carvalho Hungria e de Ana Paula Domingues Hungria. Casado com Isabel Machado Hungria Hoffbauer.

Fez o curso secundário no Colégio Cassão e no Ginásio Mineiro, ambos em Belo Horizonte, no Colégio Azevedo, de Sabará, MG, e no Ginásio Nogueira da Gama, de Jacareí, SP, e bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro.

Iniciou a vida pública como Promotor de Justiça em Pomba (atual Rio Pomba), MG. Foi, em seguida, redator de debates da Câmara dos Deputados de Minas Gerais. Fixando-se no Rio de Janeiro, depois de exercer o cargo de Delegado de Polícia, ingressou na Magistratura do então Distrito Federal em novembro de 1924, como Juiz da 8ª Pretoria Criminal. Posteriormente foi Juiz de Órfãos e da Vara de Feitos da Fazenda Pública. Promovido a Desembargador em 1944, como tal exerceu as funções de Corregedor da Justiça. Nomeado pelo Presidente Getúlio Vargas Ministro do STF, em maio de 1951, na vaga decorrente da aposentadoria de Aníbal Freire da Fonseca*, integrou também o TSE, cuja Presidência ocupou de setembro de 1959 a janeiro de 1961.

Depois de aposentar-se, em abril de 1961, exerceu a advocacia no Estado da Guanabara até falecer. Era docente de Direito Penal da FNDUB.

Participou da elaboração do Código Penal, do Código de Processo Penal, da Lei das Contravenções Penais e da Lei de Defesa da Economia Popular.

Escreveu inúmeras obras sobre Direito Penal, entre as quais, *Fraude penal e a legítima defesa putativa* (teses de concurso); *Estudo sobre a parte especial do Código Penal de 1890*; *Crimes contra a economia popular*; *Questões jurídicas penais* ; *Novas questões jurídicas penais*; *Comentários ao Código Penal* (8 v.); *Cultura, religião e direito*; *O sermão da montanha* e *A obrigação absoluta no Direito Cambiário.*

Estado de Minas

Nélson Hungria Hoffbauer, setembro de 1959

FONTES: COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 17 set. 1978. p. 20./FERNANDES,, Raul. *Nélson Hungria*. In: - *Digesto Econômico*. São Paulo, (144): 139-41, nov./dez. 1958./LAGO, Coronel Laurênio. *Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal: dados biográficos (1828-1978)*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1978./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 28 mar. 1958. Diário do Legislativo. p. 1./NORONHA, E. Magalhães. Um mestre do Direito Penal. In: - *Digesto Econômico*. São Paulo, (207): 67-71, maio/jun. 1969.

HOMERO MACHADO ver Coelho, Homero Machado

HONÓRIO, José Mendes

Político e médico, nasceu em Rio Preto, MG, a 12 de setembro de 1931. Filho do médico e fazendeiro José Honório Sobrinho e de Maria das Dores Honório Mendes. Casado com Maria José de Castro Mendes Honório.

Fez os estudos secundários no Ginásio Valenciano São José, de Valença, RJ, e na Academia de Comércio de Juiz de Fora, MG, e o curso superior na Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, pela qual colou grau em 1957. Enquanto universitário, trabalhou no serviço de assistência médica da Previdência Social e na Prefeitura do então Distrito Federal (1954-1957). Diplomado, clinicou em sua terra natal, em Santa Rita do Jacutinga, MG, (1958-1959), e em Barra Mansa, RJ (1959-1962).

Deputado Estadual da 6ª à 9ª Legislaturas (1967-1983), na Assembléia foi Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Planejamentos Regionais (1972) e membro das Comissões de Redação (1967), de Saúde Pública (1967-1971) e de Saúde Pública e Ação Social (1972-1975).

Pertenceu à UDN, da qual foi Presidente em Rio Preto (1950-1960) e à Arena. Em seguida, filiou-se ao PDS.

Atuou na política seu pai, que foi Vereador à Câmara Municipal de Rio Preto (1946-1950).

FONTES: *Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais*. Arquivo. Ficha biográfica./ COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./*Deputados Estaduais de Minas Gerais à 8ª Legislatura* (1975-1979). Ficha biográfica. Convênio APM/UCMG. Coordenador: Caio C. Boschi. / FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte.

HORTA, Francisco Eugênio Brant

Escritor, acadêmico, professor e músico, nasceu em Juiz de Fora, Província de Minas Gerais, a 13 de novembro de 1876, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 31 de maio de 1959. Filho do professor Pedro Rodrigues Horta e de Maria Flora Brant Horta. Casado com Adelaide Rates Horta.

Fez o curso secundário no Colégio São Pedro, em sua terra natal, e no Ginásio Mineiro de Barbacena, MG, e o técnico na Academia de Comércio Batista de Oliveira, de Juiz de Fora. Foi professor de Português, Francês e Latim em vários colégios de Juiz de Fora, Mar de Espanha, MG, e do Rio de Janeiro, RJ.

Como jornalista colaborou no periódico *O Mar de Hespanha*, nos órgãos da imprensa juiz-forana *Correio de Minas, O Farol* e *Jornal do Comércio* e em *O Diário do Rio de Janeiro*. Nesta última cidade dirigiu *O Tempo*. Membro fundador da Academia Mineira de Letras - AML -, ocupou a cadeira nº 10, patrocinada por Cláudio Manuel da Costa, tendo participado da primeira diretoria da instituição como secretário auxiliar.

Publicou as obras *Lira Carmen* (1905), *As horas* (1910), *Cartões postais* (1910), *Harpa eólia* (1912) e *Vialucis* (1935) - poesias; *As duas Teles* (1936), tragédia histórica em versos; *Gramática intuitiva* (1935), *Análise léxica e sintática* (1938), *Vocabulário ortográfico* (1938), *Gramática literária* (1938), *Análise literária e noções de literatura* (1942) e *Latim* (1950) - livros didáticos.

FONTES: *Discursos de João Etienne Filho e Aires da Mata Machado*. Belo Horizonte, Academia Mineira de Letras, 1970./Martins de Oliveira. *História da Literatura Mineira*. 2 ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 5 jun. 1959. p. 10 ; 16 jul. 1959. p. 16./*O Diário*, Belo Horizonte, 5 jun. 1959. p. 15.

HORTA, João Gomes Rebelo

Político, professor e advogado, nasceu na então Vila de Santa Bárbara, Província de Minas Gerais, a 29 de agosto de 1852, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 23 de dezembro de 1916. Filho de Manuel José Gomes Rebelo Horta e de Francisca Carneiro de Miranda Horta. Casado com Aurélia Guimarães Horta.

Fez os estudos preparatórios em Ouro Preto, MG, e os cursos superiores de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual se bacharelou em 1883.

Formado, voltou à Província natal para exercer as funções de Procurador-Fiscal da Fazenda Provincial (1885). Depois de, por nomeação do Governador João Pinheiro da Silva*, ter sido Diretor do Tesouro Estadual em 1890, passou a advogar em Ouro Preto, MG.

Senador Constituinte Estadual de 1891 e na 1ª Legislatura (1891-1895), subscreveu o

decreto legislativo que determinou a mudança da Capital do Estado. Concluído o mandato legislativo, assumiu o Consulado do Brasil em Roterdã, Holanda, posto que ocupou até outubro de 1900. De dezembro de 1906 até a data de seu falecimento, foi tesoureiro da Caixa de Conversão, cuja Presidência exerceu interinamente em janeiro de 1907. Desempenhou, ainda, os cargos de Diretor da agência do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. em Belo Horizonte e de professor de Direito Romano e de Direito Comercial e Civil na Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais (1892-1911).

Filiou-se ao movimento republicano logo no seu início.

FONTES: CASASANTA, Mário. *Grandes Vultos de Minas Gerais*. In: - *Revista Alterosa*. Belo Horizonte, 5 (43): 104-30, nov. 1943./ *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 24 dez. 1916. p. 2./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 24 dez. 1916. p. 4./*Revista da Faculdade de Direito*; memória histórica (1892-1959). Belo Horizonte, Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 10:210, out. 1958 - mar. 1959./ *Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito*. Arquivo.

HORTA, José Ricardo Rebelo

Político, promotor e advogado, nasceu em São Domingos do Prata, então Distrito de Santa Bárbara, Província de Minas Gerais, a 21 de abril de 1879, e faleceu em Viçosa, MG, a 5 de junho de 1948. Filho do Coronel da Guarda Nacional Manuel José Gomes Rebelo Horta e de Amélia Rosa Drummond Horta. Casado com Noeme Andrade Horta.

Fez o curso de Humanidades no Colégio do Caraça e no Seminário de Mariana e bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais em 1906. Logo depois de formado, exerceu os cargos de Promotor Público em Campo Belo e de Juiz Municipal em Viçosa.

Passando a advogar nesta última cidade, elegeu-se Vereador, Presidente da Câmara e tornou-se Agente Executivo Municipal. Foi Deputado Estadual na 8a. e 9a. Legislaturas (1919-1926).

Em 1932, por nomeação do Presidente Olegário Dias Maciel*, foi Prefeito de Viçosa, onde voltaria a advogar, ao concluir o segundo mandato parlamentar.

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 8 jun. 1948. p. 8./*O Diário*, Belo Horizonte, 8 jun. 1948.p. 2./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

HORTA, Melquíades Líbano

Oficial e Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, nasceu a 10 de dezembro de 1904.

Tendo iniciado a carreira em janeiro de 1922, foi promovido a 2°-Tenente em 1933. Fez então o curso de Educação Física na Fortaleza de São João, no Rio de Janeiro, DF, e em 1936, já no posto de 1°-Tenente, foi instrutor do Curso de Educação Física do Departamento de Instrução da Polícia Militar. Depois de comandar o 9° Batalhão de Infantaria, chefiou, como Coronel, o Estado-Maior da corporação em dois períodos (9/12/49-4/8/50; 31/10/50-22/2/51) e exerceu o Comando-Geral (3/1/51-5/2/52).

FONTES: *Almanaque da Força Pública*. Estado de Minas Gerais. Organizado pelo Estado-Maior. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1936./*Almanaque dos Oficiais*. Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1959-60; 1961-2;1963-4; 1965-6; 1967-8.

HORTA, Raul Machado

Escritor, acadêmico, advogado e professor, nasceu em Paracatu, MG, em 12 de abril de 1923. Filho de Francisco de Paula Rebelo Horta e de Matilde Machado Horta. Casado com Maria Regina Campos Horta.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais (1946) e doutorou-se em Direito pela mesma universidade (1956).

Foi livre docente (1956) e catedrático (1964) de Direito Constitucional. Professor titular dos cursos de pós-graduação da UFMG, lecionou também Política Financeira (1950-1958) e Direito Público nos cursos de Bacharelado (1961) e de Doutorado (1956-1961) da mesma universidade. Foi também professor de Direito Constitucional da Faculdade Mineira de Direito da Universidade Católica de Minas Gerais (1955-1963).

Exerceu o cargo de Consultor Jurídico da UFMG (1961-1963); pertenceu às comissões de verificação do Instituto Central de Ciências Humanas e da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade de Brasília; à comissão verificadora das condições de credenciamento do Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1971); ao Conselho Universitário da UFMG (1970-1973); às comissões examinadoras de concursos para provimento da cátedra de Direito Constitucional e docência-livre de Teoria do Estado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1970-1972).

Na Faculdade de Direito da UFMG, foi Vice-Diretor (1966-1969; 1969-1973) e Diretor (1965; 1967; 1969; 1970); coordenador do Colegiado Especial de Coordenação Didática do curso de graduação em Direito (1969/1971); Chefe do Departamento de Direito Público (1969-1971); membro das bancas examinadoras de teses de doutorado e dissertação em mestrado dos cursos de pós-graduação (1957; 1961; 1963; 1968; 1976; 1979; 1981; 1983) e das comissões julgadoras dos concursos de docência-livre; professor titular, professor assistente, professor auxiliar e coordenador do colegiado de pós-graduação (1971-1973; 1973-1975).

Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional (1979-1982), foi membro e Diretor do Departamento de Direito Constitucional do Instituto dos Advogados de Minas Gerais (1979-1981; 1982-1984), membro do Instituto Iberoamericano de Derecho Constitucional (México) e membro correspondente do Instituto de Ciência Política e Direito Público da Fundação Getúlio Vargas. Integrou o Conselho Curador da Fundação Brasileira de Direito Econômico, a Academia Mineira de Direito e o Conselho Estadual de Economia (1961-1964).

Em outubro de 1985, foi empossado na Academia Mineira de Letras, ocupando a cadeira n° 23, em substituição a Vítor Nunes Leal*.

Proferiu diversas palestras e participou de inúmeros congressos e seminários sobre Direito. Dentre os seus trabalhos publicados encontram-se *O bacharel na formação da sociedade brasileira*, pela Revista da FDUFMG (1949); *Finanças públicas e fins do Estado*, Revista da FDUFMG (1951); *O Controle da constitucionalidade das leis no regime parlamentar* (1953); *Evolução do federalismo*, Digesto Econômico (1957); *Problemas do federalismo brasileiro*, Revista Forense (1958); *Digesto Econômico* (1958), Revista da FDUFMG (1957); *Problemas do Federalismo*, in: *Perspectivas do federalismo brasileiro*, edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos (1958), Jurisprudência Mineira, vol. XIV (1958); *Regime político e a doutrina das formas de governo*, RBEP (1958), Revista Forense (1958), vol. 170; *As normas programáticas da Constituição Federal de 1946*, in: *Estudos sobre a ordem econômica e social*, Instituto dos Advogados de Minas Gerais, BH, vol. 1 (1960); *A autonomia do Estado-membro no Direito Constitucional brasileiro* (1964); *O Poder Executivo*, monografia para o Curso de Formação e Atualização Política do Centro de Estudos do Boletim Cambial (1966); *Recordando Mendes Pimentel*, Revista da UFMG (1967); *O Vice-Presidente da República no Direito Constitucional Brasileiro*, Diário do Congresso Nacional, Seção I (1967) e Separata do Departamento de Imprensa Nacional, Brasília (1967); *Relatório geral do anteprojeto de reforma da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1967*, Imprensa Oficial, B.H.; *Imunidades parlamentares*, Diário da Assembléia do Estado de Minas Gerais (1966), Instituto de Estudos Parlamentares da Assembléia Legislativa (1967), Imprensa Oficial do Estado, *Revista de informação legislativa do Senado Federal* n°s 15/16, *Revista de Direito Público da Faculdade de Direito da USP* (1968); *Os direitos individuais na Constituição Federal de 1967*, FGV, Instituto de Direito Público e Ciências Política, *Estudos sobre a Constituição de 1967*, Rio (1968), *Revista da Faculdade Mineira de Direito da Universidade Católica*, ano I, n° I; *Limitações constitucionais dos poderes de investigação*, *Revista de Direito Público da Faculdade de Direito da USP*, vol. 5 (1968); Tendências do federalismo brasileiro, conferência no seminário sobre novas perspectivas do federalismo brasileiro, sob os auspícios da Faculdade de Direito da UFMG e da *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (1968); *Norma constitucional estadual e princípio constitucional federal* (Mandato do Governador do Estado e as normas centrais da Constituição Federal), *Revista de Direito Público da Faculdade de Direito da USP* (1971); *Princípios filosóficos das Constituições brasileiras*, *Revista da Faculdade de Direito do Oeste de Minas*, ano 2, n° 2 (1971); *Direito Constitucional Brasileiro e as Regiões Metropolitanas*, *Revista de Direito Público*, Editora Revista dos Tribunais, n° 29 (1974), *Revista de Informação Legislativa*, Senado Federal, ano XII, n° 46 (1975), *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n° 40 (1975); *Conceituação dos direitos individuais*, *Revista Jurídica Lemi*, n° 107, ano IX (1976); *Os direitos individuais na Constituição*, *Revista da FDUFMG* (1977), *Revista de Informação Legislativa*, Senado Federal (1977), *Revista Forense*, vol. 258, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, vol. 47 (1978); A Faculdade de Direito da UFMG no 85° aniversário de sua fundação, conferência (1977), *Revista da FDUFMG* (1978), *Revista Jurídica Lemi*, n° 126 (1978); Constituição de Minas Gerais, verbete ao *Dicionário da História Republicana em Minas* (1978); A Reforma Democrática, a Federação e o Município, Fórum ABI, Congresso Nacional de Problemas Brasileiros, conferência no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, Brasília, 1979; *A Organização Federativa do Brasil*, trabalho apresentado ao I Congresso Brasileiro de Direito Constitucional, realizado no Auditório Cacilda Becker, Paço Municipal de São Bernardo do Campo, São Paulo (1980); Reconstrução do federalismo brasileiro, conferência no seminário de Direito Constitucional promovido pelo Instituto dos Advogados de Minas Gerais (1981), *Revista de Informação Legislativa do Senado Federal*, n° 72 (1981), *Revista da FDUFMG*, v. 28; *A Posição do Município no Direito Constitucional Federal Brasileiro*, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n° 55 (1982), *Revista de Informação Legislativa do Senado Federal*, n° 79 (1983), *Revista de Direito Público*, n° 67 (1983), *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n° 59 (1984); *Relatório Geral e Parecer da Comissão Especial de Professores da FDUFMG sobre a Proposta de Emenda à Constituição Federal n° 11, de 1984*, *Estado de Minas* de 19 e 20 de junho de 1984. *Dez Estudos*, edição da UFMG, 1984.

Estado de Minas

Raul Machado Horta

FONTE: Dados fornecidos pela Academia Mineira de Letras. *Efemérides da Academia Mineira de Letras*. 1909/1985.

HOSKEN, Juarez Quintão

Político, advogado, industrial e agropecuarista, nasceu em Tombos, MG, a 6 de novembro de 1930. Filho do industrial Carlos Hosken e de Edite Quintão Hosken. Casado com Marília Imbelloni Hosken.

Fez os estudos secundários no Colégio Carangolense, de Carangola, MG, e no Instituto Granbery de Juiz de Fora, MG, e o curso superior na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, pela qual se bacharelou em 1954, tendo freqüentado, posteriormente, curso de pós-graduação no Instituto Astolfo Carlos, desta última cidade.

Exercendo a advocacia em Carangola, iniciou a carreira política como Vereador e Vice-Prefeito do Município (1963-1967), Presidente da Câmara (1964-1967) e Prefeito (1967-1971).

Deputado Estadual na 9ª e 10ª Legislaturas (1979-1987), na Assembléia desempenhou os cargos de Vice-Líder da Arena (1979); Vice-Líder do Governo e do Bloco Parlamentar do PDS (1980); Vice-Presidente da Comissão Executiva (1981-1982); Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a razão pela qual o milho importado é leiloado em São Paulo e não distribuído em cotas aos produtores agrícolas; Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça (1983-1984) e membro efetivo da Comissão de Educação e Cultura (1979; 1983-1984).

Pertence a várias associações, entre elas a Federação da Agricultura de Minas Gerais, o Sindicato das Indústrias de Laticínios de Minas Gerais e o Rotary Internacional.

Militou no PR e na Arena e, posteriormente, filiou-se ao PDS.

Atuaram na política seu sogro, Armando Imbelloni, ex-Vereador por Carangola, e seus primos José Hosken Novais, Vice-Governador do Estado do Paraná; João Bello de Oliveira Filho*, José Hosken, Vereador em Santa Bárbara, MG, e Laerte Campos Hosken, Vice-Prefeito de Tombos.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Marília Imbelloni Hosken./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

HUMBERTO, Chico ver AZEVEDO, Francisco Humberto de

HUNGRIA, Nélson ver HOFFBAUER, Nélson Hungria

ILDEU BRANDÃO ver BRANDÃO, Francisco Ildeu Fonseca

INACARATO, Jocomino

Magistrado, advogado e professor, nasceu em Muzambinho, MG, a 13 de dezembro de 1909. Filho do agricultor Antônio Inacarato e de Maria Mendes Inacarato. Casado com Estela Costa Inacarato.

Fez o curso secundário no Liceu Municipal de Muzambinho e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1931.

Depois de advogar em sua terra natal, ingressou na Magistratura mineira, tendo sido, sucessivamente, Juiz Municipal (1939-1943) e Juiz de Direito Substituto (1946-1947) de Botelhos e Juiz de Direito de São Francisco (1947-1950), de Carmo do Rio Claro (1950-1960), de Ouro Fino (1960-1965) e da 7ª Vara Cível de Belo Horizonte (1965-1968).

Depois de ocupar o cargo de Juiz Substituto de 2ª instância, em setembro de 1972 foi promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça, cargo em que se aposentou em 1979. Em todas as comarcas do interior do Estado em que serviu, lecionou Português, História do Brasil e História Geral. Em Belo Horizonte regeu a cadeira de Direito Judiciário Civil da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Minas Gerais.

Publicou numerosos artigos na *Revista Forense* e na *Revista dos Tribunais* e uma monografia sobre a ação demarcatória.

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 27 set. 1972. p. 3.; 14 set. 1979. Diário do Judiciário. pp. 1-2./*Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais*. Secretaria. Ficha funcional.

ISAAC, Jairo José

Secretário de Estado, administrador de empresas e advogado, nasceu em Acaiaca, MG, em 30 de agosto de 1935. Filho do comerciante Alexandre Elias Isaac e Augusta Cerceau Isaac. Casado com Ione Antônio Isaac.

Em 1949, concluiu o curso secundário no Colégio Dom Helvécio, em Ponte Nova, MG, e bacharelou-se pela Faculdade Mineira de Direito da Universidade Católica de Minas Gerais (1959).

Exerceu a advocacia de 1960 a 1970. Foi fundador e Diretor da Pampulha S.A. (1969-1975); Diretor da Credireal Financeira S.A. e da Credireal Distribuidora Ltda. (1975-1980); Adjunto de Diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais (1977-1980); Diretor Financeiro (1972-1975) e Presidente da Amdival (1975-1976); Diretor (1976-1984) e Presidente (1985-1986) da Associação Mineira das Entidades de Crédito, Financiamento e Investimento - Amecif -; Vice-Presidente da Hércules S.A. (1980-1987), sócio-gerente da Hércules S.A. Corretora de Câmbio e Valores (1983-1987), sócio-gerente da Hércules Ltda. (1983-1987); Presidente do Nacional Clube de Belo Horizonte (1985-1986); conselheiro-fundador da Bolsa Mineira de Mercadorias, da qual foi Presidente (1986-1987); Diretor da Área de Projetos III do BNDES (abril de 1987 - abril de 1990), Presidente do Conselho de Administração da Usimec e da Cimetal; Presidente do Conselho de Política Financeira de Minas Gerais; Presidente do Conselho do BDMG e Presidente da Distribuidora de Títulos e Valores de Minas Gerais - Diminas (outubro de 1990 a março de 1991).

No Governo Newton Cardoso*, exerceu os cargos de Secretário de Estado da Fazenda de Minas Gerais (10/4/90 - 15/3/91 e de Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral (10/4/90 a 15/3/91).

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

ISRAELZINHO ver SILVA FILHO, Israel Pinheiro da

IVO, Dalmar Chaves

Secretário de Estado e economista, nasceu em Guanambi, BA, a 20 de outubro de 1942. Filho do comerciante Vítor Oscar Ivo e Marieta Chaves Ivo.

Fez os estudos secundários no Ginásio São José, Teófilo Otoni, MG, e na Escola Técnica da Associação dos Empregados no Comércio de Minas Gerais, Belo Horizonte (1961). Bacharelou-se pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (1965). Complementou sua formação com os cursos de Planejamento Econômico e Social, Rio de Janeiro, RJ (1966); Técnicos de Planejamento para Países Subdesenvolvidos, Vitória, ES (1969); e de Projetos e Financiamento e Bancos de Fomento, Buenos Aires, Argentina (1981).

Estagiário e funcionário do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, contratado em março de 1965, ocupou os cargos de Assistente de Diretoria (1970-1973), Coordenador de Marketing (1973-1975), Chefe da Divisão de Planejamento (1975-1976) e Coordenador Geral de Planos e Programas (1976-1982).

Foi Superintendente de Planejamento Econômico e Social (1983-1984) e de Articulação com os Municípios (1984-1987) da Secretaria de Planejamento de Minas Gerais, Secretário-Adjunto da Secretaria de Assuntos Municipais (1987-1988), e da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral (1988-1989).

Foi Secretário de Estado de Recursos Humanos e Administração (1990-1991), por designação do Governador Newton Cardoso*.

Publicou *Pesquisa de Laticínio em Minas Gerais - Resultados*, Revista do Leite (1969); *Aproveitamento dos Cerrados*, Revista da Fundação João Pinheiro (1971) e *Planejamento Estratégico em Bancos de Desenvolvimento*, Revista da Associação dos Bancos de Desenvolvimento (1982).

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

IVO JOSÉ ver SILVA, Ivo José da

J

JABUR, José Neif

Político, advogado e empresário, nasceu em Passos, MG, a 26 de abril de 1926. Filho do comerciante Abrão Jabur e de Nazle Esper Jabur. Casado com Maria Eni Siqueira Jabur.

Formou-se em contabilidade pela Escola Técnica de Comércio São José (Passos, 1953) e bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro (Uberaba, 1958).

Advogou em Passos até 1974 e elegeu-se Vereador (1955-1959), tendo sido Presidente da Câmara Municipal (1955-1957). Nessa cidade, foi também assessor jurídico da Prefeitura (1971-1972) e membro da Associação Cultural.

Seguidamente eleito Deputado Estadual da 8ª à 10ª Legislatura (1975-1987). Na Assembléia Legislativa, foi 2º-Secretário da Mesa (1979-1980); Vice-Presidente da Comissão de Turismo, Patrimônio Histórico e Artístico (1983-1984) e membro efetivo das Comissões de Constituição e Justiça (1975), de Agropecuária e Política Rural (1975), de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas (1981-1983) e de Assuntos Municipais e Planejamentos Regionais (1984).

Em 1986, elegeu-se Deputado Estadual Constituinte e para 11ª Legislatura (1987-1991), tendo sido Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais (1987-1988) e Relator da CPI do Menor Abandonado (1988-1990). Foi, ainda, Vice-Presidente da UPI (1987-1990) e Vice-Presidente da XXVII Seção da OAB-MG.

Em 1990, elegeu-se Deputado Federal para o período 1991-1995. Na Câmara dos Deputados, é Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e membro da Comissão de Constituição e Justiça.

Filiado ao PMDB, partido do qual foi Vice-Líder na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais (1985-1987). Pertenceu também ao PTB, ao MDB e ao PP.

ALEMG

José Neif Jabur, 1987

FONTES: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Arquivo. Ficha biográfica. /*Deputados Estaduais de Minas Gerais à 8ª Legislatura (1975-79)*. Ficha biográfica. Convênio APM/UCMG. Coordenador: Caio C. Boschi./Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente./BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Deputados brasileiros:* repertório biográfico. 49ª Legislatura 1991-1995. Brasília, 1991. p. 484.

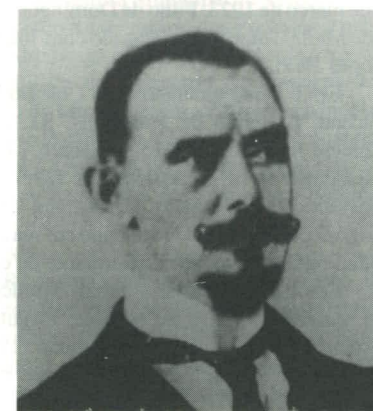
JACOB, Benjamim

Prefeito de Belo Horizonte, MG, engenheiro e professor, nasceu em Grão-Mogol, Província de Minas Gerais, a 10 de dezembro de 1871, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 14 de janeiro de 1928. Filho do Coronel da Guarda Nacional João Júlio Jacob e de Ana Florinda Gomes Jacob. Casado com Ursulina Varela Jacob.

Fez o curso de Humanidades no Colégio Rollin, em Paris, França, e diplomou-se como engenheiro de minas, metalurgista e civil pela Escola de Minas de Ouro Preto, em 1896. Quando acadêmico, foi nomeado professor de Aritmética e Álgebra da Escola Normal de Ouro Preto e, no ano em que se diplomou, Chefe da Seção Técnica da Repartição de Terras do Estado de Minas Gerais.

Em 1898, a convite de João Pinheiro da Silva*, assumiu a direção técnica da Cerâmica de Caeté, onde permaneceu até 1902. Já como engenheiro do Estado, em 1904 foi incumbido da fiscalização do serviço de águas minerais de Poços de Caldas, Lambari e Caxambu. Instalou e dirigiu interinamente, durante três meses, o Governo Municipal desta última estância. No Governo João Pinheiro da Silva* exerceu o cargo de Prefeito de Belo Horizonte (7/9/1906 - 15/4/1909), período em que construiu a usina hidrelétrica do rio das Pedras e o reservatório de água do Cercadinho, organizou o serviço de assistência pública, ativou a construção do Teatro Municipal, incentivou a indústria incipiente, mediante a concessão de energia elétrica gratuita pelo prazo de dez anos e estendeu a rede de abastecimento de água. Ingressou, a seguir, na Estrada de Ferro Central do Brasil - EFCB -, na qual exerceu os cargos de engenheiro residente em Pedro Leopoldo e Belo Horizonte e, posteriormente, o de Inspetor do 3º Distrito, sediado na Capital mineira.

Foi professor catedrático de Aritmética, Álgebra e Cálculo Integral da Escola Livre de Engenharia de Belo Horizonte, hoje incorporada à UFMG, que ajudara a fundar. Transferindo-se para o Rio de Janeiro em 1919, desempenhou a função de Intendente da EFCB até seu falecimento.

APM

Benjamim Jacob

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 17 jan. 1928. p. 6./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 16-17 jan. 1928. p. 6./Otoni, Carlos. *Nortistas ilustres*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1907./RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970/1./SENNA, Nélson de. *Anuário de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1907.

JACOB, Grover Cleveland

Magistrado mineiro, nasceu no Município de Águas Virtuosas (atual Lambari), MG, a 15 de julho de 1905, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 13 de dezembro de 1974. Casado com Libânia de Brito Jacob.

Ao falecer era Desembargador do Tribunal de Justiça, para o qual fora nomeado em outubro de 1965.

FONTE: *Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais*. Secretaria. Ficha Funcional.

JACOB, Ibrahim

Político, comerciante e funcionário público, nasceu em Ubá, MG, a 25 de outubro de 1920. Filho do comerciante Jacob Ibrahim Elias e de Sara Maria Jacob. Casado com Rosa Soares Jacob.

Em sua cidade natal, foi funcionário do antigo Serviço de Assistência da Previdência Social - SAPS -, que ajudou a reestruturar. Foi também funcionário do antigo IAPC, onde fez carreira, chegando a Agente Fiscal do Iapas.

Elegeu-se Vereador por três mandatos consecutivos (1950-1963), durante os quais conseguiu que fossem instaladas em Ubá agências do Iapetec, do IAPI, hoje englobadas no INPS, e do Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência - Samdu. Criou também, em colaboração com o Senador Camilo Nogueira da Gama*, a Maternidade Hilda Nogueira da Gama (atual Hospital Santa Isabel) e fundou os Sindicatos dos Empregados do Comércio, da Construção Civil e dos Cortadores de Cana. Posteriormente, criou o ambulatório da maçonaria e o Departamento de Assistência Médico-Social da Maçonaria - Dames.

Desportista ligado ao S. C. Aymorés, de Ubá, foi seu Presidente por mais de 50 anos, tendo reconstruído e ampliado o estádio desse clube.

Em 1986 candidatou-se a Deputado Estadual Constituinte, pelo PDT, elegendo-se suplente. Em 1990, elegeu-se Deputado Estadual para a 12ª Legislatura (1991-1995). Na Assembléia, é Líder do PDT, membro efetivo da Comissão de Administração Pública e suplente das Comissões de Ciência e Tecnologia e de Direitos e Garantias Fundamentais.

Filiado ao PDT, pertenceu ao PTB (1950-1963), do qual foi Presidente em Ubá e membro do Diretório Estadual.

Publicou o livro de memórias *Minha Vida, Minha Luta* (1985) e é membro da Academia Ubaense de Letras.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

JACQUES, Lauro de Oliveira

Político e empresário, nasceu em Ouro Preto, Província de Minas Gerais, a 14 de março de 1875, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 19 de outubro de 1936. Filho de Manuel Frederico de Magalhães e de Maria de Oliveira Jacques. Casado com Laura Bel-trão Jacques.

Tinha apenas o curso secundário incompleto. Radicado em Belo Horizonte desde 1897, dedicou-se ao comércio e tornou-se líder das classes conservadoras mineiras. Tendo começado a vida como tipógrafo, ao falecer era Presidente da Companhia Oliveira Costa, então a principal livraria e tipografia da Capital do Estado.

Membro do antigo Conselho Deliberativo (Câmara Municipal), também exerceu vários cargos na mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte.

Um dos fundadores da Associação Comercial de Minas, ocupou sua Presidência de 1925 a 1926 e em 1931. Presidiu, ainda, a Associação Beneficente Tipográfica e a Associação dos Empregados no Comércio de Belo Horizonte.

Foi Deputado Federal na 13ª Legislatura (1927-1929).

Pertenceu ao PRM.

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 20 out. 1936. p. 11; 22 out. 1936. p. 1./*O Diário*, Belo Horizonte, 20 out. 1936. p. 3./RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970/1.

JAIME MARTINS ver ESPÍRITO SANTO, Jaime Martins do

JAMILL JÚNIOR, ver SALES JÚNIOR, Jamill Selim

JARBAS MEDEIROS ver SILVA, Jar-bas Nogueira de Medeiros

JARDIM, Joviano Rodrigues de Morais

Presidente do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais e bancário, nasceu em Juiz de Fora, MG.

Concursado em 1918, iniciou a vida profissional como funcionário do Banco do Brasil, onde ocupou diversos cargos, entre os quais os de encarregado-geral de câmbio, gerente da carteira de crédito agrícola e industrial e gerente de grandes agências, inclusive a de Recife, PE. Aposentado no mesmo Banco, foi o primeiro Presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, Presidente da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio de Janeiro, Diretor Administrativo da Empresa Brasileira de Telecomunicações e membro da Comissão Consultiva Geral do Conselho Monetário Nacional.

No Governo Israel Pinheiro da Silva* exerceu a Presidência do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais S.A. (28/4/66-3/1/67).

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 29 abr. 1966. p. 3/*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 29 abr. 1966. p. 3.

JARDIM, Paulo de Morais

Magistrado e delegado, nasceu em Barbacena, Província de Minas Gerais, a 15 de maio de 1885, e faleceu em Juiz de Fora, MG, a 9 de outubro de 1964. Filho de Joviano Rodrigues de Morais Jardim e de Maria Amália de Miranda Jardim. Casado com Ana Amália de Morais Jardim.

Diplomado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1907. No ano seguinte foi nomeado Delegado de Polícia no Estado de São Paulo.

Ingressando na Magistratura mineira, exerceu os cargos de Juiz Municipal de Jaguari (atual Camanducaia) de 1911 a 1921, e de Juiz de Direito das Comarcas de Monte Alegre (1921-1923), Palma (1923), Poços de Caldas (1923-1940), Pouso Alegre (1940-1941), Itajubá (1941) e novamente Pouso Alegre (1941) e Itajubá (1941-1946).

Em janeiro de 1946 foi promovido a Desembargador do Tribunal de Apelação, cargo em que se aposentou.

FONTE: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 26 nov. 1964. p. 15.

JÉSUS TRINDADE ver BARRETO, Jésus Trindade

JIQUIRIÇÁ, Joaquim Inácio de Melo e Sousa

Magistrado mineiro, advogado, chefe de polícia e professor, faleceu na então paróquia de Caxambu, Município de Baependi, MG, em agosto de 1894. Filho de Joaquim Inácio de Melo e Sousa.

Diplomado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1886, por algum tempo exerceu a advocacia em Valença, Província do Rio de Janeiro. Ingressando posteriormente na Magistratura mineira, fez parte do corpo docente da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, ainda em Ouro Preto. Nomeado, em 1892, Chefe de Polícia do Estado, logo depois passou a Consultor da Secretaria de Polícia, cargo que ocupava quando faleceu.

FONTES: *O Estado de Minas*, Ouro Preto, 10 ago. 1894. p. 1/*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito*. Arquivo.

JOÃO ETIENNE ver ARREGUY FI-LHO, João Etienne

JOÃO HERCULINO ver LOPES, João Herculino de Sousa

JOÃO LAMEGO ver LAMEGO NETO, João

JOÃO MARQUES ver VASCONCELOS, João Marques de

JOÃO PAULO ver VASCONCELOS, João Paulo Pires

JORGE, Romel Anísio

Político, empresário e agropecuarista, nasceu em Ituiutaba, MG, a 1º de maio de 1946. Filho de Anísio Demétrio Jorge e Nadime Derze Jorge. Casado com Marlia Novaes Costa Jorge.

Em sua cidade natal, foi Vereador (1971-1977), tendo sido Secretário, Vice-Presidente e Presidente da Mesa da Câmara Municipal. Em seguida, foi Prefeito Municipal (1983-1988). Presidiu a Associação dos Municípios do Vale do Alto Paranaíba, que congrega 22 municípios do Triângulo Mineiro (1987-1988).

Em 1990, elegeu-se Deputado Federal para o período 1991-1995.

Filiado ao PRN. Pertenceu à Arena e ao PDS.

FONTE: BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Deputados brasileiros*: repertório biográfico. 49ª Legislatura 1991-1995. Brasília, 1991. p. 591.

JORGE GIBRAN ver GIBRAN SOBRINHO, Jorge

JÓRIO FILHO, Domingos

Político, advogado e professor, nasceu em Tocantins, então Distrito de Ubá, MG, a 2 de março de 1923. Filho de Domingos Jório e de Maria Gomes Jório. Casado com Iolanda Lopes Jório.

Fez o curso secundário no Colégio São Vicente de Paulo de Petrópolis, RJ, e no Colégio Arnaldo, de Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, em 1950. Logo depois de formado advogou em sua terra natal, onde foi também comerciante de café.

Em 1954 elegeu-se Prefeito Municipal de Mantena, MG, e, em seguida, Deputado Estadual para a 4ª e 5ª Legislaturas (1959-1967) e suplente de Deputado Estadual na 6ª Legislatura (1967-1971), durante a qual assumiu o mandato em vários períodos. Na Assembléia Legislativa exerceu os cargos de Vice-Líder do PTN (1959) e da UDN (1962; 1964) e de membro das Comissões de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (1959), de Constituição, Legislação e Justiça (1960-1965) e de Trabalho e Ordem Social (1961).

Pertenceu ao PTN, à UDN e à Arena.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: João Jório. CEM-UFMG./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 5 dez. 1958. p. 3.

JOSÉ ALENCAR ver SILVA, José Alencar Gomes da

JOSÉ, Oiliam

Escritor, acadêmico, professor e funcionário público estadual, nasceu em Rio Branco (hoje Visconde do Rio Branco), MG, a 9 de fevereiro de 1921. Filho de Chamel José e de Gourra José. Casado com Maria da Glória Batista José.

Fez o curso secundário no Colégio Rio Branco, em sua terra natal, o de Contabilidade em Miracema, RJ, e em Leopoldina, MG, e o superior na Faculdade de Direito de Juiz de Fora, MG, pela qual se bacharelou em 1963. Como estudante em Visconde do Rio Branco, fundou e dirigiu os jornais *O Ginasiano* e *O Escoteiro*. Ingressando cedo no magistério, integrou os corpos docentes do Ginásio Rio Branco, de Visconde do Rio Branco; do Ginásio São Paulo, de Muriaé, MG; do Ginásio Leopoldinense, de Leopoldina, transformado no Colégio Estadual Professor Botelho Reis, no qual é titular

da cadeira de História Geral e do Brasil, e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Marcelina, de Muriaé, na qual é catedrático de Literatura Portuguesa e Brasileira.

Na Prefeitura Municipal de Visconde do Rio Branco foi secretário dos Prefeitos Antônio Pedro Braga e Gastão de Almeida e Silva. Contabilista da Secretaria de Finanças do Estado de Minas Gerais, chefiou o Gabinete de Celso Porfírio de Araújo Machado quando este foi Diretor da Imprensa Oficial (1957-1959) e Secretário da Segurança Pública (1959-1961) do Governo José Francisco Bias Fortes*.

Redator por trezes anos de *O Leopoldinense*, órgão da diocese de Leopoldina, colaborou nos jornais de Belo Horizonte *Estado de Minas* e *Diário de Minas* e nos periódicos paulistanos *Lareira* e *O Legionário*. Em 1960 elegeu-se membro da Academia Mineira de Letras como primeiro sucessor da cadeira nº 30, que tem como patrono Oscar da Gama. Pertence, ainda, aos Institutos Históricos e Geográficos de Minas Gerais, de São Paulo e de Juiz de Fora e ao Instituto Genealógico Brasileiro.

Além de numerosos ensaios em revistas, publicou os livros *Visconde do Rio Branco. Notas para sua história*. Visconde do Rio Branco, Oficinas Gráficas da Papelaria Império, 1952; *Fatos e figuras de Visconde do Rio Branco-Leopoldina*, Leopoldina Tip. Diocesana São José, 1956; *Marliére, o civilizador*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1958; *Historiografia mineira - Esboço*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1959 (Prêmio Cidade de Belo Horizonte, Seção de Erudição, 1959, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte); *A propaganda republicana em Minas*, Belo Horizonte, edição da Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1960 (Prêmio Secretaria da Educação do Concurso de Artes e Letras, 1961, Seção Pandiá Calógeras - Erudição); *Mundo em crise*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1960; *Dois poetas românticos*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1961; *A abolição em Minas*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1962; *Indígenas de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, (Coleção Movimento-Perspectiva), 1965; *Pensador*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1968; *Minas Gerais - terra e povo*, Em colaboração com vários autores e direção de Guilhermino César, Globo, Porto Alegre, 1970; *Tiradentes*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1974.

FONTES: BERNARDES, Nilo e outros. Bibliografia de nossos colaboradores. In: *Minas Gerais terra e povo*. Porto Alegre, Globo, 1970./COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./Martins de Oliveira. *História da literatura mineira*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial. 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 22 out. 1960. p. 11; 26 jan. 1961. p. 11/*O Diário*, Belo Horizonte, 19 jan. 1961. p. 2.

JOSÉ APARECIDO ver OLIVEIRA, José Aparecido de

JOSÉ DA CONCEIÇÃO ver SANTOS, José da Conceição

JOSÉ FERRAZ ver SILVA, José Ferraz da

JOSÉ LAVIOLA ver MATOS, José Laviola

JOSÉ MILITÃO ver COSTA, José Militão

JOSÉ RENATO ver NOVAIS, José Renato

JOSÉ SANTANA ver MOREIRA, José Santana de Vasconcelos

JOTA DÂNGELO, ver DÂNGELO, José Geraldo

JÚDICE, Sileno Durão

Presidente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 30 de agosto de 1926. Filho de Herculano Júdice e de Castorina Durão Júdice. Casado com Conceição Portela Júdice.

Fez os estudos secundários no Ginásio Afonso Arinos, em Belo Horizonte (1942), e formou-se contador pela Escola Técnica de Comércio de Belo Horizonte (1947).

Ocupou cargos de diretoria em diversas instituições bancárias em Minas Gerais e no Rio de Janeiro.

Presidiu o Conselho de Administração do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. - Credireal (15/4/83 a 6/8/84). Em abril de 1983, o Governador Tancredo de Almeida Neves* designou-o Presidente desse Banco, cargo que ocupou até agosto de 1984.

Foi, ainda, Diretor do Banco Pinto de Magalhães S.A. (1º/11/84 a 30/10/85), Superintendente do Banco Itaú S.A. (1º/2/86 a 30/9/91) e Conselheiro da Fiemg (1º/5/89 a 31/11/91).

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG. Banco de Crédito Real de Minas Gerais.

JÚLIO, Antônio ver FARIA, Antônio Júlio de

JÚNIA MARISE ver COUTINHO, Júnia Marise Azeredo

JUNQUEIRA, Antônio Augusto

Político, advogado, professor, jornalista, industrial e banqueiro, nasceu em Carmo do Rio Verde, Distrito de Cristina, Província de Minas Gerais (hoje cidade de Carmo de Minas), a 3 de maio de 1887, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 28 de março de 1973. Filho de Domingos Teodoro Junqueira e de Helena Andrade Junqueira. Casado com Helena Reis Junqueira.

Diplomado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1909, no ano seguinte fixou residência em São José d'Além-Paraíba (atual Além-Paraíba), MG, onde exerceu a Promotoria de Justiça e, a partir de 1917, a advocacia. Mais tarde lecionou no Colégio Americano e elegeu-se Vereador e Agente Executivo Municipal em três períodos. Figurou entre os fundadores da Companhia Industrial Além-Paraíba S.A., da S.A. Fábrica de Papel Santa Maria, a esta tendo presidido vários anos, e do Banco Ribeiro Junqueira, onde desempenhou as funções de gerente e Diretor. Colaborou, ainda, na criação do Colégio Ribeiro Junqueira e fundou e dirigiu o semanário *Além Paraíba*.

Suplente de Deputado Estadual na 9ª Legislatura (1923-1926), cumpriu o mandato a partir de 1925, em substituição a Alfredo

Martins de Lima Castelo Branco*, e reelegeu-se para a 10ª Legislatura (1927-1930). Após a Revolução de 1930, foi eleito Deputado Constituinte mineiro de 1934 e para a 1ª Legislatura Ordinária (1935-1937), tendo integrado as Comissões de Educação e Cultura, de Redação de Leis e de Saúde Pública.

Pertenceu ao Partido Progressista e ao PRM.

Era primo do político José Monteiro Ribeiro Junqueira*.

FONTES: Candidatos à Constituinte mineira. Antônio Augusto Junqueira. In: *Revista PP*. Belo Horizonte, 1 (1): s. p., 1934./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 17 abr. 1973. p. 5./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 14 abr. 1973. Diário do Legislativo. pp. 1-2.

JUNQUEIRA, Antônio Torquato Fortes

Político, magistrado, promotor e fazendeiro, nasceu na Fazenda do Faraxa, na então freguesia de São Tomé das Letras, Município de São João del-Rei, Província de Minas Gerais, a 21 de abril de 1839, e faleceu em Orlândia, Distrito de Morro Agudo, SP, a 13 de dezembro de 1936. Filho do Major da Guarda Nacional José Frauzino Junqueira e de Inácia Carolina Fortes. Casado, em primeiras núpcias, com Maria Auta Junqueira e, em segundas, com Helena Fausta Dinis Junqueira.

Diplomado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1863, foi Promotor Público em Baependi, MG, de 1864 a 1869. Ingressando, a seguir, na Magistratura mineira, exerceu o cargo de Juiz de Direito das Comarcas de Caldas (1873-1877) e Baependi (1877-1892).

Eleito Deputado Federal em novembro de 1892, para o fim da 1ª Legislatura (1891-1893), na vaga aberta com a morte de Francisco Corrêa Ferreira Rabello*, reelegeu-se para a 2ª Legislatura (1894-1896). Aposentado em 1901, dedicou-se à cafeicultura no Estado de São Paulo.

Pertenceu ao Partido Constitucional Mineiro.

Atuou na política seu filho Celso Torquato Junqueira, Deputado paulista.

FONTES: NOGUEIRA, Almeida. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências*, 2. ed. São Paulo, Saraiva/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1977. v. 5./ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917*. Rio de Janeiro, M. Abranches. 1918. v. 1./*Gazeta de Ouro Fino*. Ouro Fino, nº 186. 1895./*Universidade de São Paulo: Faculdade de Direito*. Arquivo.

JUNQUEIRA, Fernando ver ANDRADE, Fernando Junqueira Reis de

JUNQUEIRA, Aristides ver ALVARENGA, Aristides Junqueira

JUNQUEIRA, José Monteiro Ribeiro

Político, promotor, advogado e empresário, nasceu em Santa Isabel, Distrito de Leopoldina, Província de Minas Gerais, a 27 de agosto de 1871, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 14 de maio de 1946. Filho do fazendeiro José Ribeiro Junqueira e de Antônia Augusta Lobato Monteiro Junqueira. Casado com Helena de Andrade Ribeiro Junqueira.

Fez os estudos secundários no Colégio Biolkini, em Petrópolis, Província do Rio de Janeiro, e no Colégio Abílio, da cidade do Rio de Janeiro, e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1893. Quando estudante em São Paulo, tomou parte nas manifestações a favor do regime republicano. Presidiu o Centro Republicano Mineiro e a Sociedade Mineira de Beneficência e foi redator do órgão *Minas Acadêmica*. Formado, fixou-se em Leopoldina, onde exerceu interinamente o cargo de Promotor Público e abriu escritório de advocacia. No Governo Crispim Jacques Bias Fortes* chegou a ser nomeado Promotor Público de Pomba (hoje Rio Pomba), MG, mas recusou o cargo. Eleito Presidente do Conselho Distrital de Leopoldina em 1895, no mesmo ano lançou, com Antônio Augusto Teixeira, o periódico *Gazeta de Leopoldina*, cuja direção assumiu logo a seguir, e em 1896 integrou o grupo fundador da Casa de Caridade.

Depois de ter sido Deputado Estadual na 2ª e 3ª Legislaturas (1895-1902), e Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal de Leopoldina (1898-1903), elegeu-se Deputado Federal da 5ª à 14ª Legislaturas (1903-1930). Na Câmara Federal desempenhou os cargos de Presidente da Comissão de Finanças (1911-1912), relator do orçamento da Viação (1911-1912), Presidente da Comissão Especial para a reforma das tarifas alfandegárias, Líder da coligação de Deputados que faziam oposição ao Governo Hermes da Fonseca e Líder da Bancada mineira (1911-1912). De 1912 a 1914 chefiou o Ministério das Finanças.

Como político, durante vários anos lutou contra Astolfo Dutra Nicácio* pelo controle da parte sul da Zona da Mata. Era rebento de uma importante família liberal, ao passo que Dutra vinha de uma elite conservadora da vizinha cidade de Cataguases, o que estabeleceu o cenário para o conflito. No Congresso de Ouro Preto (1897) definiram-se em lados diferentes ao se dividir o Partido Republicano Constitucionalista. Dutra ficou com Silviano e ele juntou-se ao grupo de reforma de Francisco Mendes Pimentel* e, depois, ao Partido da Lavoura, antes de transferir-se, em 1900, para o PRM. Enquanto isso Dutra pressionava pelo controle de Leopoldina, onde seu cunhado Joaquim Antônio Dutra* liderava a facção silvianista. Em 1909 Junqueira ganhou e foi feita uma trégua. Passando a integrar a Comissão Executiva do PRM, que começou a lutar contra os civilistas, logo se tornou líder da delegação ao Congresso, tendo emergido como um supercoronel dentro do campo salista. A ascensão de Artur da Silva Bernardes* não o pegou fora de suas bases e foi o único salista a restar do expurgo de 1919. Quase acompanhou o grupo Concentração Conservadora, de Manuel Tomás de Carvalho Brito*, mas retrocedeu a tempo. Desertou a Bernardes e ao PRM em rápido declínio, tornando-se Secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas do Governo Olegário Dias Maciel* (4/5/31-3/3/32).

Eleito Deputado Federal Constituinte de 1934 e para a Legislatura Ordinária (1934-1937), renunciou ao mandato em abril de 1935, a fim de assumir, no restante da legislatura, que deveria terminar em 1938, a cadeira do Senado Federal para a qual a Assembléia Constituinte mineira então o elegera.

Um dos fundadores e Presidente da Companhia Força e Luz Cataguases - Lepoldina S.A. (1905), fundador do Ginásio Leopoldinense (1906), que dirigiu até o fim da vida, e da Companhia Leiteira Leopoldinense (1910), de novo se elegeu Agente Executivo Municipal em 1910. Em 1912, com seu irmão Custódio Monteiro Ribeiro Junqueira e seu cunhado Francisco de Andrade Botelho*, fundou a Casa Bancária Ribeiro Junqueira S.A. Em 1924, constituiu a Serraria São José Ltda. e em 1926 organizou a Companhia Fiação e Tecidos Leopoldinense S.A. Na área empresarial foi, ainda, incorporador e Diretor da Companhia Carbonífera de Urussanga do Rio Carvão, no Estado de Santa Catarina; da Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia, mais tarde encampada pela Companhia Vale do Rio Doce; da Companhia de Tecidos Morais Sarmento e da Sociedade Anônima de Pecúlios Zona da Mata. Sendo a política do café sua área de especialização, coube-lhe representar Minas Gerais em vários congressos interestaduais de café, a partir do que se realizou em Taubaté, SP. Destacado membro do Instituto Mineiro do Café, foi seu representante no Conselho Nacional do Café até 1933. Como importante fazendeiro, ajudou a desenvolver a indústria mineira de laticínios.

Pertenceu ao PRM e ao Partido Progressista, tendo sido Presidente da Comissão Executiva do primeiro e membro da Comissão Diretora do segundo.

Atuaram na política seus primos Antero Andrade Botelho* e Antônio Augusto Ribeiro Junqueira*.

FONTES: Arquivo Histórico do Senado Federal. *Subsecretaria do Senado*. Dados biográficos./BRANDÃO, Wellington. *Anais da Assembléia Constituinte (1946)*. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 9:126-7, 1948. / ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917*. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 2./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 5 maio 1931. p. 1; 15 maio 1946. p. 10./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 10 maio 1931. p. 1; 15 maio 1946. p. 10; 17 ago. 1971. p. 4; 2 set. 1971. Diário do Legislativo. pp. 1-2./SILVEIRA, Víctor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito*. Arquivo.

JUNQUEIRA, Luís Alberto Franco

Político, advogado e jornalista, nasceu em Ituiutaba, MG, a 26 de outubro de 1929. Filho do político e farmacêutico Alcides Gomes Junqueira e de Isaura Franco Junqueira. Casado com Florispina Rodrigues Junqueira.

Fez o curso secundário em sua terra natal e o superior, na Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro, em Uberaba, e na Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, DF. Quando estudava em Uberaba, presidiu o Centro Acadêmico Leopoldino de Oliveira e fundou o jornal *O Acadêmico*. Em Ituiutaba, onde exercia a advocacia, lançou o periódico *Correio do Pontal*, de que foi redator-chefe (1957-1959). No período de 1973 a 1977 foi Vice-Prefeito desse município.

Deputado Estadual na 4ª e 5ª Legislaturas (1959-1967), ocupou os cargos de 2º-Secretário da Comissão Executiva (1963) e 3º-Secretário (1981-1982) da Assembléia, Vice-Líder (1959; 1962) e Líder (1960) do PSP e membro das Comissões de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1959-1961; 1965) e de Agricultura, Indústria e Comércio (1964). Voltou à Assembléia na 9ª Legislatura (1979-1983) quando integrou como membro efetivo as Comissões de Economia e Obras Públicas e de Finanças e Orçamento (1979).

Pertenceu ao PSP, ao MDB e, em seguida, filiou-se ao PMDB.

Atuaram na política seu pai, Vereador e Presidente da Câmara de Ituiutaba; seu avô Tobias da Costa Junqueira, seu tio Davi Ribeiro de Gouveia, ambos ex-Prefeitos do mesmo município, e seu primo Moacir de Oliveira Franco, Deputado Federal pelo Estado de São Paulo.

FONTES: *Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais*. Arquivo. *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 18 mar. 1959. p. 3.

JUNQUEIRA, Roberto Benedito

Político, nasceu em Poços de Caldas, MG, a 9 de setembro de 1925. Filho de Paulo Afonso Junqueira e de Gabrielina Loiola Junqueira. Casado com Maria Cristina Bianchi Junqueira.

Fez os estudos secundários no Colégio Municipal Poços de Caldas, ex-Colégio Irmãos Maristas, e depois cursou por dois anos a Faculdade de Direito de Bragança Paulista, SP.

Em sua cidade natal, foi Vereador e Presidente da Arena. Deputado Estadual na 9ª e 10ª Legislaturas (1979-1987), na Assembléia foi Vice-Líder do PDS (1984), Vice-Presidente da Comissão de Turismo, Patrimônio Histórico e Artístico (1979-1982) e membro efetivo das Comissões de Agropecuária e Política Rural (1979), de Finanças e Orçamento (1980; 1982), de Constituição e Justiça (1981) e de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas (1983-1984).

Foi filiado a Arena e, posteriormente, transferiu-se para o PDS.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Diretoria de Relações Públicas. Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

JUSCELINO KUBITSCHEK ver OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de

K

KOMEL, Elvira

Líder feminista e advogada, nasceu em São João do Morro Grande, Distrito de Santa Bárbara (hoje cidade de Barão de Cocais), MG, a 24 de junho de 1906, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 25 de julho de 1932. Filha do eletricista austríaco Ernesto Komel e de Maria Severina Correia Guedes.

Fez os estudos secundários e os preparatórios em Viçosa, MG, e os cursos de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, pela qual se bacharelou em 1929. Durante o currículo acadêmico, prestou serviços ao Instituo Nacional de Surdos-Mudos como datilógrafa, sem receber vencimentos. Depois de formada, passou a advogar em Belo Horizonte, em cujo tribunal do júri várias vezes se confrontou com o então jovem Afonso Arinos de Melo Franco*.

Representante de Minas Gerais na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, filiada a entidades estrangeiras do gênero, tornou-se a pioneira do movimento pela emancipação da mulher no Estado. Em outubro de 1930 organizou o Batalhão Feminino João Pessoa, que, sob seu comando, se propunha a congregar as energias da mulher mineira em torno do ideal revolucionário. Segundo a proclamação que o criou, o batalhão visava a reunir mulheres "sem distinções sociais, de classe e cor", para todos os serviços necessários ao movimento revolucionário, "desde o escritório e as mais altas missões intelectuais, até os trabalhos de cozinha, lavanderia, costura, manipulação de munições, etc., incluindo também os importantíssimos e beneméritos misteres de socorro aos feridos". Fardadas segundo estilo da Revolução, as integrantes do batalhão, que chegaram a oito mil, recebiam instrução militar, serviam nos hospitais de sangue da Capital e do interior e confeccionavam uniformes para os soldados. Na época atuou, ainda, como secretária do Centro Mineiro Pró-Extinção da Dívida Externa. Vitoriosas as forças rebeldes, transformou o batalhão em uma associação dedicada à reivindicação dos direitos políticos da mulher mineira.

Promoveu em Belo Horizonte, em junho de 1931, o I Congresso Feminino Mineiro, com a participação de delegadas de 51 municípios do Estado e de representações do Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Paraíba, Rio de Janeiro e da Aliança Nacional de Mulheres. No final do congresso, o Secretário do Interior, Gustavo Capanema*, discursando em nome do Presidente Olegário Dias Maciel*, assegurou que o Governo Estadual adotaria todas as medidas aprovadas pelas congressistas em favor da promoção feminina. Pediam elas uma lei que assegurasse os direitos políticos da mulher, a organização de corporações de classe e a defesa de remuneração condigna para o trabalho feminino. Durante o congresso, discutiu-se muito a necessidade de melhorar o nível intelectual e cívico das mulheres, de modo a assegurar sua participação social mais ativa e esclarecida. Elvira Komel propôs que se fundasse um jornal independente que servisse de veículo para informar e mobilizar as sócias filiadas às 52 seções da Associação Feminina. Seu pioneirismo exprimiu-se também na defesa que fazia da prática disciplinadora e contínua de esportes e ginástica para as mulheres. Pretendia organizar um serviço de assistência médica e jurídica para as sócias da Associação Feminina. Pouco antes de sua prematura morte, aderiu à Legião de Outubro em Minas, sendo a primeira signatária do *Manifesto à Mulher Mineira*, datado de 12 de março de 1931. Dirigido principalmente às professoras primárias, o manifesto conclamava-as para a tarefa de formar "consciências verdadeiramente republicanas e democráticas". A mensagem reproduzia bem o espírito de renovação moral e política que inspirou a formação da Legião de Outubro, liderada, em Minas por Francisco de Castro Rodrigues Campos*, Amaro Lanari* e Gustavo Capanema*. Como líder feminista, Elvira Komel soube desenvolver uma estratégia de ação bastante inteligente para conseguir a simpatia das autoridades políticas e da sociedade mineira, que era bastante conservadora. Não usava linguagem radical nem tratava de temas excessivamente polêmicos. Buscava aproveitar o vento de mudança que caracterizava a época para tornar conhecidas e populares reivindicações femininas já mais antigas. Levantava bandeiras socialmente aceitáveis, como a necessidade da reforma educacional e de uma política mais sistemática para o problema da infância abandonada. Buscava vincular o movimento feminista aos movimentos mais amplos que mobilizavam a sociedade mineira e o próprio País. Era a líder inconteste da Associação Feminina em Minas. Desse modo, sua morte representou o fim do primeiro surto feminista no Estado.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 25 maio 1980. p.12./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 7 nov. 1930. p. 4; 4 dez. 1930. pp. 8-9; 27 dez. 1930. p. 1; 26 jul. 1932. pp. 11-12.

KUBITSCHEK, João Nepomuceno

Político, professor, poeta e jornalista, nasceu no Serro, Província de Minas Gerais, no ano de 1843, e faleceu em Ouro Preto, MG,

a 2 de junho de 1899. Filho de Jan Nepomuscky Kubitschek (dito João Alemão) e de Teresa Maria de Jesus. Casado, em primeiras núpcias, com Generosa Augusta do Prado, e, em segundas, com Virgínia Drummond Kubitschek.

Estudou no Ateneu São Vicente de Paulo, de Diamantina, e na Faculdade de Direito de São Paulo, mas não chegou a concluir o curso superior. Obtida carta de provisionamento, em 1896 fixou-se em Diamantina para se dedicar à advocacia. Ao mesmo tempo exerceu o magistério, lecionando Inglês no Externato de Diamantina e Pedagogia, História Sagrada e Catecismo na Escola Normal, estabelecimento de que foi o primeiro Diretor.

De 1883 a 1885 desempenhou as funções de Diretor da Instrução Pública da Província de Minas. Em setembro de 1888 organizou o Clube Republicano de Diamantina, a que presidiu, e dirigiu o órgão republicano *O Tambor*, onde publicou, logo após o 15 de novembro, a série de artigos *"Bases para a reorganização do ensino público particular no Estado de Minas Gerais"*. As idéias defendidas nesses estudos, que advogavam uma educação mais objetiva, foram em boa parte incorporadas na Lei nº 41, de 3/8/1892, que reformou o sistema mineiro de ensino.

Eleito Senador Constituinte Estadual e para a 1ª Legislatura (1891-1895) e reeleito para a 2ª Legislatura (1895-1898), foi Vice-Presidente de Minas Gerais no quadriênio de Crispim Jacques Bias Fortes* (1894-1898). Nomeado Diretor da Imprensa Oficial em setembro de 1898 pelo Presidente Francisco Silviano de Almeida Brandão*, renunciou ao mandato parlamentar.

Em sua obra poética destaca-se o poema *Hemengarda*, inspirado no romance de Alexandre Herculano Eurico, *o presbítero*.

Era pai de Lincoln Kubitschek* e tio-avô de Juscelino Kubitschek de Oliveira*.

FONTES: BARBOSA, Francisco de Assis. *Juscelino Kubitschek - uma revisão na política brasileira*. Rio de Janeiro, J. Olympio. 1960./*Dados biográficos*. Informante ; Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais/J. Seixas Sobrinho. CEM/UFMG./MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco - Cidade de Diamantina*. 2 ed. São Paulo, Martins Editora, 1957./Martins de Oliveira. *História da literatura mineira*. 2. ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963. *Minas Gerais*, Cidade de Minas, 5-6 jun. 1899. p. 3./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 10 jun. 1908. p. 3; 21 abr. 1924. p. 4; 21 abr. 1935. Suplemento. p. 4; 21 abr. 1942. p. 8; 28 dez. 1968. Suplemento literário. p. 5./PIRES, Aurélio. *Homens e fatos de meu tempo*. São Paulo, Nacional, 1939./SENNA, Nélson de. *Anuário de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1907. SENA, Nélson Coelho de. *Traços biográficos de serranos ilustres já falecidos*. João Nepumuceno Kubitschek. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, (65): 360-1, 1903./ SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

KUBITSCHEK, Juscelino ver OLIVEIRA, Juscelino Kubitscheck

KUBITSCHEK, Lincoln

Político, advogado e professor, nasceu em Serro, MG, a 14 de junho de 1893, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 29 de janeiro de 1962. Filho do político João Nepomuceno Kubitschek* e de Virgínia Drummond Kubitschek. Casado com Rosalina Tornelli Kubitschek.

Fez os estudos preparatórios no Ginásio de Diamantina, MG, e bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais em 1917.

Em 1918, quando já advogava na Capital mineira, trabalhou como taquígrafo e redator de debates no Senado Estadual. Nomeado fiscal do Governo junto ao Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais S.A., em dezembro de 1933, exonerou-se do cargo pouco depois, para candidatar-se e eleger-se Deputado Estadual Constituinte e para a 1ª Legislatura (1935-1937), tendo sido, durante todo o período, 1º-Secretário da Mesa Executiva. Mais tarde chefiou o Departamento Jurídico do Estado e desempenhou as funções de Consultor Jurídico da Secretaria das Finanças. No Governo de seu primo Juscelino Kubitschek de Oliveira* exerceu o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Administração do Estado. Foi, ainda, professor de Direito Comercial na Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais.

Pertenceu ao Partido Popular.

FONTES: *Candidatos à Constituinte mineira*. Lincoln Kubitschek. In: *Revista PP*. Belo Horizonte, 1 (1): s.p., 1934./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 30 jan. 1962. p. 5./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 3 out. 1953. p. 15; 2 fev. 1962. p. 17.

KUMAIRA, Kemil Said

Político, advogado e professor, nasceu em Teófilo Otoni, MG, a 16 de abril de 1940. Filho do comerciante Said Kassim Kumaira e de Chams Lauar Kumaira. Casado com Maria Celeste Miglio Kumaira.

Fez o curso secundário nos Colégios São Geraldo (Divinópolis, MG) e Marconi (Belo Horizonte, MG), e o superior na Faculdade de Direito da UFMG, pela qual se bacharelou em 1965. Em sua terra natal, advogou e lecionou em várias escolas, inclusive na Faculdade de Direito. Foi um dos fundadores da Guarda Mirim e do Rotary Club Norte, em Teófilo Otoni.

Ingressou na política em 1972, elegendo-se Vereador à Câmara Municipal de Teófilo Otoni. Eleito Deputado Estadual para a 8ª. Legislatura (1975-1979), foi reconduzido para a 9ª (1979-1983) e para a 10ª (1983-1987).

Na Assembléia Legislativa foi Vice-Líder (1975) e Líder (1976) da Bancada do MDB; Presidente (1977-1978) e Vice-Presidente (1979-1982) da Comissão de Agropecuária e Política Rural; membro efetivo das Comissões de Serviço Público (1975), de Agropecuária e Política Rural (1985-1988) e de Assuntos da Sudene e Estímulos Fiscais (1983-1987;1988); suplente das Comissões de Assuntos da Sudene e Estímulos Fiscais (1975), de Educação e Cultura (1975), de Segurança (1975;1987;1988), de Finanças e Orçamento (1977), de Constituição e Justiça (1978), de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas (1978-1979), de Agropecuária e Política Rural (1983-1984), de Proteção e Defesa do Consumidor (1983-1986) e de Defesa do Meio Ambiente (1987).

Ocupou a função de Secretário-Geral (1983-1987) do Diretório Regional do PMDB.

Nas eleições de 1986, foi eleito Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991). Na Assembléia Constituinte do Estado de Minas Gerais foi Presidente da comissão preparatória dos Trabalhos Constituintes (outubro de 1987 a dezembro de 1988) e Presidente da IV Assembléia Constituinte do Estado de Minas Gerais (1º/2/89 a 21/9/89). Foi também Presidente da Comissão Mista responsável pela apresentação dos estudos sobre as implicações da nova ordem constitucional e anteprojetos relativos às matérias objeto de legislação complementar.

Presidiu a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais entre 1989 e 1991.

Em 1990, reelegeu-se Deputado Estadual para a 12ª Legislatura (1991-1995). Foi membro efetivo da Comissão de Redação (1991) e suplente da Comissão de Defesa do Consumidor (1991).

Em março de 1991, licenciou-se do mandato parlamentar para ocupar o cargo de Secretário de Estado de Assuntos Municipais no Governo Hélio Carvalho Garcia*.

Publicou uma coletânea de seus discursos como Presidente da Assembléia Legislativa com o título *Cidadania e Política: Uma Nova Proposta*.

Sua área de atuação política está ligada aos vales do Mucuri, São Mateus e Jequitinhonha.

ALEMG

Kemil Said Kumaira, 1989

Recebeu várias condecorações e foi homenageado com diversos títulos honoríficos em cidades do interior.

Filiado ao PMDB, pertenceu ao MDB.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

L

LOBO, Mauro ver MARTINS JÚNIOR, Mauro Lobo

LABORNE, Pedro

Político e fazendeiro, nasceu em Grão-Mogol, na então Província de Minas Gerais, e faleceu em Montes Claros, MG, a 21 de dezembro de 1931. Filho de Leopoldo Laborne, era casado com Julieta Mauro Laborne.

Fazendeiro na região de Grão-Mogol, foi Prefeito do município e Deputado Estadual da 4ª à 9ª Legislatura (1903-1926).

Pertenceu ao PRM.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 18 jul. 1922. p. 2./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 22 dez. 1931. p. 12.

LACERDA, Garcia Forjaz de

Magistrado, nasceu em São José d'Além-Paraíba (atual Além-Paraíba), MG, a 15 de agosto de 1894, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 3 de dezembro de 1961. Filho de Lucas Tavares de Lacerda e de Íria Graciana Forjaz de Lacerda. Casado com Maria José Machado de Lacerda.

Bacharelou-se pela FDRJ em 1917.

Logo depois de diplomado exerceu o cargo de Delegado de Polícia em Ponte Nova, MG, do qual se exonerou para assumir o de Juiz Municipal do mesmo Termo. Promovido a Juiz de Direito, serviu, sucessivamente, nas Comarcas mineiras de Turvo (hoje Andrelândia), Abre-Campo, Jacuí, Peçanha, Ouro Preto (1942), Carangola (1944) e Juiz de Fora (1949). Em 1954 ascendeu ao Tribunal de Justiça do Estado.

FONTE: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 5 dez. 1961. p. 3.

LACERDA, Romão Cortes de

Magistrado, advogado e professor, nasceu em Leopoldina, MG, a 22 de outubro de 1901, e faleceu no Rio de Janeiro, GB, a 19 de março de 1965. Filho de Alberto Gama de Castro Lacerda e de Natalina Cortes Lacerda.

Diplomado pela FDRJ em 1922, passou a advogar no então Distrito Federal, onde também ingressou no magistério como professor de Economia Política e Legislação Fazendária e de Direito Constitucional, Civil e Comercial do Instituto Lafaiete. Em 1928 tornou-se catedrático, por concurso, de Economia, Legislação e Contabilidade Rural da Escola de Ensino Profissional. Em 1930 conquistou, em novo concurso, a cadeira de Direito Público e Privado da Escola Normal, hoje Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

No Governo de Benedito Valadares Ribeiro*, dirigiu a Imprensa Oficial de Minas Gerais de setembro de 1935 a setembro de 1937.

Retornando ao Rio de Janeiro, em setembro de 1937 foi nomeado pelo Presidente Getúlio Vargas Procurador-Geral da Justiça do Distrito Federal. Ingressou, em seguida, na Magistratura, como Desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, cuja Presidência chegou a exercer.

Além de estudos de Direito divulgados na imprensa, publicou as obras *Da responsabilidade civil* (tese de concurso), *Comentários ao Código Penal e Do casamento religioso para efeitos civis.*

FONTES: *Anais do Senado* (1965). Brasília, Diretoria de Publicações, s. n.: 416-7, 1965./ CORTES, Antônio Maria Cardoso. *Homens e instituições no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IBGE, 1957./COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./*Dados biográficos*. Informante: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais/J. Seixas Sobrinho. CEM/UFMG./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 10 set. 1935. p. 15; 15 out. 1935. p. 7; 12 set. 1937. p. 13; 21 abr. 1942. pp. 11-12; 23 mar. 1965. p. 16./*O Diário*, Belo Horizonte, 6 set. 1935. p. 1.

LADEIRA, Mário Hugo

Político e médico, nasceu em Rio Novo, MG, a 27 de agosto de 1912. Filho de Mário Dias Ladeira e de Águeda Dias Ladeira. Casado com Erotides Dias Ladeira.

Fez o curso secundário no Instituto Granbery, de Juiz de Fora, MG, e diplomou-se pela FNMUB em 1936.

Depois de clinicar no Rio de Janeiro, DF, e em sua terra natal, em 1951 fixou-se em Belo Horizonte, MG, como técnico do Serviço de Nutrição do Departamento Estadual de Saúde.

Deputado Estadual da 2ª à 7ª Legislaturas (1951-1975) e suplente de Deputado Estadual na 8ª Legislatura (1975-1979), foi 1º-Vice-Presidente (1955) e 2º-Vice-Presidente (1964) da Comissão Executiva; Presidente (1956-1959; 1961), Vice-Presidente (1971) e membro (1967-1968; 1970) da Comissão de Saú-

de Pública; Presidente das Comissões de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1963; 1965) e de Serviço Público Civil (1970) e membro das Comissões de Assuntos Municipais e Interestaduais (1960; 1964; 1971), de Redação (1962), de Economia e Obras Públicas (1972), de Saúde Pública e Ação Social (1972) e de Defesa do Meio Ambiente (1974).

De janeiro de 1951 a julho de 1954 esteve licenciado da Assembléia Legislativa para exercer o cargo de Secretário Estadual de Saúde e Assistência do Governo Juscelino Kubitscheck de Oliveira. De novo se afastou da atividade parlamentar, de novembro de 1968 a outubro de 1969, a fim de ocupar a Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura de Belo Horizonte. De 1975 a 1978 desempenhou as funções de Secretário de Saúde na Capital mineira.

Pertenceu ao PR e à Arena.

FONTES: COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 1° fev. 1951. p. 7/*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 16 abr. 1975. p. 5./ FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 3 fev. 1951. pp. 12-3./*Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

LAENDER, Júlio Arnoldo

Prefeito de Belo Horizonte e engenheiro agrônomo, nasceu em Teófilo Otoni, MG, a 1° de maio de 1930. Filho de Júlio Laender e Alice Sommerlatte Laender. Viúvo de Dora Maria Tomich Laender.

Iniciou seus estudos secundários na Escola Estadual de Teófilo Otoni, MG, e continuou-os no Colégio Batista, de Belo Horizonte, no Colégio Carangolense, de Carangola, MG, e no Instituto Gammon, em Lavras, MG. Nesta cidade, bacharelou-se em Engenharia Agronômica, pela Escola Superior de Agricultura (1954).

De 1960 a 1964, presidiu a estatal Frigoríficos de Minas Gerais S.A. - Frimisa. Foi, posteriormente, Diretor de Desenvolvimento Rural da Ruralminas (1972-1973), Superintendente-Adjunto de Operações da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste - Sudeco (1973-1974), Diretor-Presidente da Cia de Armazéns Gerais e Silos do Estado de Minas Gerais - Casemg (1974-1975), e Diretor-Presidente da Cia. Agrícola de Minas Gerais - Camig (1975).

No ano de 1978, designado pela Presidência da República e na condição de representante do Ministério do Interior, presidiu a comissão especial encarregada da implantação do Estado do Mato Grosso do Sul e de realizar estudos preliminares sobre o futuro Estado de Tocantins.

Em 1979, foi nomeado Presidente da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais.

Por nomeação do Governador Francelino Pereira dos Santos*, ocupou o cargo de Prefeito de Belo Horizonte de 14/5/1982 a 12/4/1983.

Voltando à iniciativa privada, assumiu, em 1983, a Presidência da Forjas Acesita. De 1987 até 1989, foi Diretor da Florestas Rio Doce. É membro do Conselho de Administração da Itaminas desde 1990.

Filiado ao PFL, pertenceu à Arena e ao PTB.

Atuam na política seus primos José Carlos Laender de Castro, suplente de Vereador pelo PSDB e Presidente da Urbel, e Francisco de Castro Pires Júnior*.

Estado de Minas

Júlio Laender, março de 1992

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

LAFETÁ, Euler de Araújo

Político, comerciante e empresário, nasceu em Coração de Jesus, Distrito de Inconfidência (hoje cidade de Coração de Jesus), MG, a 13 de fevereiro de 1917. Filho do político Gonçalo Eugênio de Araújo e de Júlia Lafetá Araújo. Casado, com Petronília Lagoeiro Lafetá.

Foi Adjunto de Promotor, Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Coração de Jesus, cidade onde se dedicava ao comércio.

Radicando-se em Montes Claros, presidiu à Associação Comercial e dirigiu a empresa telefônica local.

Deputado Estadual na 5ª Legislatura (1963-1967), exerceu os cargos de Presidente da Comissão de Segurança Pública (1965), Vice-Presidente da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio (1964) e membro da Comissão do Polígono das Secas (1965-1966).

Pertenceu à UDN e à Arena.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Euler de Araújo Lafetá. CEM/UFMG./*Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

LAGE, Alcides Mascarenhas

Político, fazendeiro e comerciante, nasceu em Passa-Quatro, MG, a 8 de abril de 1918. Filho de João Lage e de Ida Mascarenhas Lage.

Fazendeiro e comerciante em seu município, elegeu-se suplente de Deputado Federal para a 2ª Legislatura (1951-1955), tendo exercido o mandato de 1951 a 1953.

Foi, ainda, Diretor do Serviço de Assistência a Menores-SAM-, no Rio de Janeiro, DF, e do Instituto de Educação Agrícola João Lage, de São Lourenço, MG.

FONTES: FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

LAGE, Amauri

Secretário de Estado, advogado, empresário, publicitário e operador do mercado financeiro, nasceu em Estrela do Sul, MG, a 31 de março de 1935. Filho do comerciante Vicente de Carvalho Lage e de Honorina Guimarães Lage. Casado com Maria Margarida de Moura Lage.

Fez o curso ginasial no Colégio Dom Bosco, em Cachoeira do Campo, MG (1948), e o de Contabilidade na Escola Técnica de Comércio Inconfidência, em Belo Horizonte (1951) e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais (1961). Complementou sua formação com os cursos de Administração Bancária do Sindicato dos Estabelecimentos Bancários de Minas Gerais (1963), de Operador de Bolsa de Valores - Bovmesb - (1972), de Marketing Financeiro-Bancário, Anacor-Fenaban (1974) e de Gerência Financeira, na Associação Comercial de Minas e na Febraban (1977), entre outros.

Apontador de obras da Construtora Mundial no calçamento das ruas dos bairros Carlos Prates e Padre Eustáquio (1946-1950), trabalhou, em seguida, no Banco Belo Horizonte, de *office boy* a gerente de agência (1950-1957).

Sócio da Ajal Promoções e Propaganda Ltda., em que trabalhou de 1957 a 1962 e de 1966 a 1968, foi contratado pela Companhia Mineira de Roupas S.A. - Ducal -, para ser gerente financeiro e de promoções e marketing (1962-1966). Gerente da empresa Organizações N. Macedo Ltda. (1968-1970), em seguida foi gerente e Diretor Financeiro e de Produção da Corretora Campos Corrêa Ltda. (1970-1983), tendo adquirido, em 1976, 20% de seu capital. Participou da fundação da Bolsa Mineira de Mercadorias, interligada à Bolsa de Valores de Minas Gerais (1978), da qual foi o primeiro Presidente (1978-1983); foi Diretor Superintendente da Hércules Corretora de Valores Ltda. (1983-1984) e responsável pela estrutura operacional e financeira da Estrela do Sul Empreendimentos Ltda. (1984-1987).

Secretário de Estado do Esporte, Lazer e Turismo (1987-1988), por designação do Governador Hélio Carvalho Garcia*, foi, também, Presidente dos Conselhos de Administração da Hidrominas e da Prominas (1986-1987).

Por designação do Governador Newton Cardoso*, foi Diretor Financeiro e de Operações do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (1988-1989). Integrou o Conselho de Administração da Cimetal, empresa por cuja privatização foi responsável.

Convidado pelo Governador Newton Cardoso* para ser Presidente da MinasCaixa (1989-1991), em janeiro de 1990 assumiu a Presidência da Loteria do Estado de Minas Gerais.

Presidente da Comissão de Crédito e Mercado de Capitais da Associação Comercial de Minas - ACM - ((1980-1984) e do Conselho do Labareda Clube (1982-1986), foi Diretor Financeiro do Clube Atlético Mineiro (1980-1986), Diretor da Associação Comercial de Minas - ACM - (1980-1990) e Diretor Superintendente da Revista *Mensagem Econômica*, editada pela ACM (1982-1990).

Publicou diversos artigos de análise de mercado, principalmente sobre bolsa de valores e de mercadorias.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

LAGE, Norberto da Costa

Político e farmacêutico mineiro, casado com Ana Drumond Lage, foi Deputado Estadual na 7ª Legislatura (1915-1918).

Pertenceu ao PRM.

Atuou na política seu cunhado Albertinho Ferreira Drummond*.

FONTE: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 20 jun. 1923. p. 2.

LAGE, Rui José Viana

Político, corretor, advogado e empresário, nasceu em Belo Horizonte, a 28 de setembro de 1932. Filho do corretor Rui Lage e de Gracy Viana Lage. Casado com Marília de Miranda Lage.

Fez o curso secundário no Colégio Arnaldo (1944-1951) e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (1956).

Empresário da área de mercado de capitais, começou como preposto (1952-1958) da Bolsa de Valores de Minas Gerais (hoje Bolsa de Valores de Minas Gerais-Espírito Santo e Brasília), da qual foi, a seguir, Corretor Oficial de Fundos Públicos (1958), Tesoureiro (1960-1967), Vice-Presidente (1967-1969) e, por dez vezes, Presidente (1969-1978). De 1972 a 1986, ocupou a presidência da Comissão Nacional da Bolsa. Presidiu também do I ao IV Congresso Nacional de Sociedades Corretoras de Valores (1975, 1977, 1979 e 1981).

Participou, em 1975, da elaboração do estudo que serviu de subsídio para a redação final da lei que criou a Comissão de Valores Mobiliários - CVM -, órgão que à época pertencia ao Ministério da Fazenda.

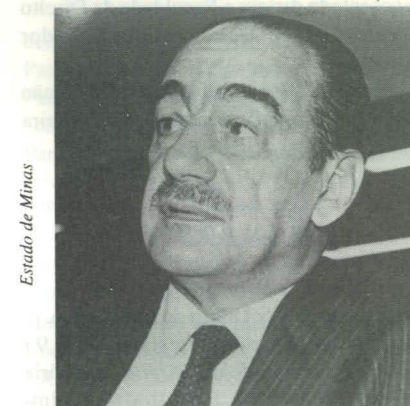
Foi Presidente do Escritório Rui Lage Sociedade Corretora de Títulos Ltda. e Diretor da Rui Lage Câmbio e Turismo (1963). Em 1965, associado a dois irmãos, adquiriu a Fazenda do Ipê (Matozinhos, MG), para desenvolvimento da pecuária leiteira e criação de cavalos da raça manga-larga-marchador. Em 1976, adquirindo a Fazenda Vereda Nova (Arinos, MG), passou a dedicar-se também à criação de gado de corte. Além disso, presidiu a Cooperativa de Eletrificação Rural de Matozinhos e Arco Verde Ltda.(1968) e a Metalúrgica Norte de Minas S.A. (1968).

Em 1983, Hélio Carvalho Garcia*, que exercia cumulativamente as funções de Vice-Governador do Estado e Prefeito da Capital, nomeou-o para ocupar o cargo de Secretário da recém-criada Secretaria Municipal da Indústria e Comércio. Com o afastamento do Governador Tancredo de Almeida Neves* em 1984, para concorrer à Presidência da República, por eleição indireta, o Vice-Governador Hélio Carvalho Garcia* assumiu o governo do Estado e, com o apoio da Câmara Municipal, indicou Rui Lage Prefeito de Belo Horizonte.

Sua administração (1984-1985) deu continuidade aos trabalhos iniciados por seu antecessor.

Ao término do seu mandato foi designado Presidente do Banco Agrícola de Minas Gerais S.A. - Agrimisa -, cargo em que permaneceu até meados de 1986.

Desde 2 de abril de 1991 é Presidente da Companhia de Águas e Saneamento de Minas Gerais - Copasa -, empresa do governo

Estado de Minas

Rui José Viana Lage, maio de 1991

do Estado.

Proferiu várias conferências sobre Mercado de Capitais e a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

LAGES, Afonso Teixeira

Magistrado, professor e jornalista, nasceu em Araçuaí, MG, a 21 de agosto de 1900, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 18 de fevereiro de 1976. Filho de Gustavo Teixeira Lages e de Cristina Lages de Sousa. Casado com Maria Emília Murta Lages.

Fez o curso secundário no Colégio São José, de Araçuaí, e no Colégio Santo Antônio, de São João del-Rei, MG, e bacharelou-se pela FLDMG em 1925.

Nomeado, logo depois, Promotor de Jus-

tiça de Araçuaí, deixou o Ministério Público em 1927, para dedicar-se à advocacia e à imprensa, como redator dos jornais locais *A Defesa* e *A Lâmpada*, e para lecionar nos Colégios São José e Nazaré. Advogou, também, em Jequitinhonha, MG.

Ingressando na Magistratura mineira em 1933, foi Juiz de Direito, sucessivamente, das Comarcas de Itamarandiba, Bocaiúva, Mar de Espanha, Diamantina e Teófilo Otoni. Nesta última ensinou Direito Comercial na Escola de Comércio Benedito Valadares. Data de 1948 sua remoção para Belo Horizonte como Juiz da 3ª Vara Criminal, função que exerceu até ser promovido, em dezembro de 1952, para o Tribunal de Justiça. Foi Juiz suplente, Juiz efetivo e, em 1958 e 1959, Presidente do TRE.

No magistério superior ingressou em 1951, quando foi aprovado em concurso para catedrático de Direito Romano da FDUMG, onde ocupou o cargo de Vice-Diretor. Depois de aposentado dirigiu a Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce, em Governador Valadares.

Atuaram na vida pública seu filho João Bosco Murta Lages* e seu tio Nuno Teixeira Lages.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: João Bosco Murta Lages./CEM-UFMG/DCP-ALEMG./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 19 fev. 1976. p. 2./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 18 mar. 1976. Diário do Legislativo. p. 2; 6 abr. 1976. Diário do Legislativo. p. 9./ *Revista da Faculdade de Direito*; memória histórica (1892-1959). Belo Horizonte, Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 10: 227-8, out. 1958 - mar. 1959./TRINDADE, Raimundo Otávio da. *Velhos troncos mineiros*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1955, v. 1.

LAGES, João Bosco Murta

Político, advogado e funcionário público estadual, nasceu em Mar de Espanha, MG, a 26 de abril de 1937. Filho do magistrado Afonso Teixeira Lages* e de Maria Emília Murta Lages.

Fez o curso secundário nos Colégios Santo Agostinho e Marconi, ambos em Belo Horizonte, MG, e o superior nas Faculdades de Direito de Uberlândia, MG, da Capital mineira, e do Vale do Rio Doce, em Governador Valadares, MG.

Suplente de Deputado Estadual na 5ª Legislatura (1963-1967), exerceu o mandato durante três anos e meio.

Em 1965 foi Secretário-Geral da UDN mineira e seu Delegado junto ao TRE.

Desempenhou, ainda, os cargos de Técnico da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais-CETEC-, de Assessor Técnico-Administrativo da Secretaria Estadual da Fazenda, de Diretor Comercial da companhia de economia mista Metais Minas Gerais S.A. e, a partir de março de 1983, de Presidente da FMB S.A. - Produtos Metalúrgicos, subsidiária da FIAT Automóveis S.A.

Pertenceu à UDN e ao MDB; em 31 de dezembro de 1980 estava filiado ao PMDB.

Atuaram na política seu bisavô Inácio Carlos Moreira Murta*, seu tio-avô Nuno Teixeira Lages e seu primo Celso Claro Horta Murta* e sua irmã Maria Eugênia Murta Lages*.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: João Bosco Murta Lages. CEM/UFMG./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

LAGES, Maria Eugênia Murta

Secretária de Estado, advogada, administradora de empresas e funcionária pública, nasceu em Coronel Murta, MG, a 4 de agosto de 1930. Filha de Afonso Teixeira Lages e de Maria Emília Murta Lages.

Concluiu o curso secundário no Colégio Imaculada Conceição, em Belo Horizonte, em 1949; bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, em 1954, e, em 1969, fez o curso de Administração Pública pelo Institute Internationale d'Administration Publique, Paris, França.

Exerceu a advocacia no foro de Belo Horizonte (1955-1959) e foi funcionária da Faculdade de Direito da UMG (1957-1960).

Ingressando no quadro de servidores do Estado de Minas Gerais, como Técnico de Administração, no Gabinete Civil do Governador José de Magalhães Pinto* (1961-1966), foi, em seguida, Assessora Jurídica da Secretaria de Estado da Administração (1966-1971); defensora *ex-officio* em processos administrativos junto à Corregedoria Administrativa da Secretaria de Estado da Administração (1967-1968); Técnica de Administração no Conselho Estadual do Desenvolvimento, no Gabinete do Secretário (1971-1972) e na Comissão de Reforma Administrativa do Conselho Estadual do Desenvolvimento (1972-1974); Assessora do Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral (1974-1977); membro do Conselho Estadual de Política de Pessoal, como representante do Secretário de Planejamento (1975). Nomeada membro efetivo do Conselho de Administração do Pessoal - CAP -, por três mandatos, pelos Governadores Antônio Aureliano Chaves de Mendonça* (1975-1978), Levindo Ozanan Coelho* e Francelino Pereira dos Santos* (1978-1981), permaneceu no cargo nos governos de Tancredo de Almeida Neves* e de Hélio Carvalho Garcia* (1981-1984) e integrou a comissão encarregada do anteprojeto do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Minas Gerais (1977).

Secretária Executiva do Vice-Governador do Estado e Prefeito de Belo Horizonte Hélio Carvalho Garcia* (1983-1984), permaneceu nessa função quando este assumiu o Governo do Estado, em substituição a Tancredo de Almeida Neves* (1984-março de 1986).

Foi Secretária de Estado da Educação, no Governo Hélio Carvalho Garcia* (1986-março de 1987).

Ocupou os cargos de Diretor II na Secretaria de Estado do Planejamento (1987-1988), Consultora do Centro de Desenvolvimento em Administração - CDA -, da Fundação João Pinheiro (1989-1990), e atualmente é Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - Iepha/MG (1991).

Recebeu diversas homenagens e condecorações.

Atuaram na política seu bisavô Inácio Carlos Moreira Murta*, seu irmão João Bosco Murta Lage* e seu primo Celso Claro Horta Murta*.

FONTE: Dados informados pela própria biografada./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

LAGO, Carlos do

Político, funcionário público e advogado, nasceu em Barretos, SP, a 22 de novembro de 1932. Filho de Cícero do Lago e de Virgínia do Lago. Casado com Lizete Devita Costa do Lago.Fez o curso secundário na Escola Técnica de Comércio, em sua cidade natal, e bacharelou-se pela FNDUB em 1963.

Radicado em Minas Gerais, onde trabalhava no serviço público como estatístico, elegeu-se Deputado Federal para a 4ª Legislatura (1959-1963).

Pertenceu ao PSD.

Atuaram na política seu irmão Marcial do Lago* e seu primo Jerônimo Teixeira de Paula.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Carlos do Lago. CEM/UFMG./FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte.

LAGO, Marcial do

Político, funcionário público e industrial, nasceu em Barretos, SP, a 18 de outubro de 1918. Filho de Cícero do Lago e de Virgínia Teixeira do Lago. Casado com Nelbe Sousa do Lago.

Em Uberaba, MG, diplomou-se em Contabilidade e em Ciências e Letras.

Ingressando no serviço público como funcionário da Previdência Social, foi Delegado do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas nos Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais e Superintendente da Fundação da Casa Popular. Exerceu, posteriormente, os cargos de Secretário Particular do Governador Juscelino Kubitschek de Oliveira*, Diretor da Carteira Hipotecária da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro e Presidente da Caixa Econômica Federal de Brasília, DF.

Eleito Deputado Federal para a 5ª Legislatura (1963-1967), cumpriu o mandato até 1966, tendo integrado no período a Comissão de Agricultura da Câmara. Reeleito para a 6ª Legislatura (1967-1971), em 7 de fevereiro de 1969 teve cassado o mandato e suspensos os direitos políticos por dez anos, por força do Ato Institucional nº 5.

Pertenceu ao PSD e à Arena.

Atuou na política seu irmão Carlos do Lago*.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados*. 1966. Brasília, s. ed. 2: 371, 1966. *Correio Braziliense*. Brasília, 3 set. 1964, p. 3./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 8 fev. 1969. p. 3./FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

LAGOA, Francisco de Paula Rocha

Político, engenheiro e professor, nasceu em Ouro Preto, Província de Minas Gerais, a 21 de dezembro de 1857, e faleceu em Barbacena, MG, a 6 de outubro de 1919. Filho do Capitão da Guarda Nacional José Pereira da Rocha e de Maria das Dores Lagoa. Casado com Amélia Amaral da Rocha Lagoa.

Fez Humanidades no Colégio de Congonhas do Campo, Província de Minas Gerais, cursou os preparatórios do externato Aquino, do Rio de Janeiro, e formou-se como engenheiro civil e de minas pela EMOP em 1885.

Contratado imediatamente professor substituto de Resistência de Materiais e Estabilidade das Construções da escola por que se diplomara, tornou-se, depois, catedrático da mesma disciplina, que lecionou por mais de 30 anos.

Republicano histórico, ao ser instaurado o novo regime, assumiu as funções de Delegado de Polícia de Ouro Preto e, logo a seguir, as de Chefe da Polícia do Estado.

Estado de Minas

Francisco de Paula Rocha Lagoa, março de 1970

Foi Senador Estadual Constituinte e da 1ª à 7ª Legislaturas (1891-1918).

Pertenceu ao PRM.

Exerceu, ainda o cargo de Diretor-Geral de Obras Públicas de Minas Gerais.

Atuou na política seu filho Francisco de Paula Rocha Lagoa Filho*.

FONTES: GOMES, Carlos Thomas de Magalhães. Dr. Francisco de Paula Rocha Lagoa. In: *Anais da Escola de Minas de Ouro Preto*. Ouro Preto, Tip. Mendes, 1920, nº 16./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 8 out. 1919. p. 13./ SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

LAGOA, Francisco de Paula Rocha (Sobrinho)

Ministro de Estado, médico e cientista, nasceu em Barbacena, MG, a 16 de outubro de 1919. Filho do Capitão da Guarda Nacional João Pereira da Rocha Lagoa e de Maria Amélia D'Abreu Rocha Lagoa. Casado com Beatriz Toja da Rocha Lagoa.

Fez os estudos secundários no Instituto Bicalho, de Juiz de Fora, MG, e diplomou-se pela FNMUB, tendo, em seguida, realizado cursos de especialização no Instituto Osvaldo Cruz (1940-1941) e freqüentado a Escola Superior de Guerra (1963).

Depois de formado foi assistente do Serviço de Endocrinologia da Policlínica Geral do Rio de Janeiro (1940-1953) e biologista (1942), secretário (1944-1948), professor de Imunologia (1945-1956) e catedrático (1961) do Instituto Osvaldo Cruz, cuja direção exerceu de 1964 a 1969.

Em 1945 tornou-se, por concurso, biologista do quadro permanente do Ministério de Educação e Saúde do Instituto Osvaldo Cruz. De 1953 a 1956 dirigiu, em Belo Horizonte, o Instituto Ezequiel Dias.

Foi, ainda, professor de Virologia e Imunologia Aplicadas na Escola Médica de Pós-Graduação da Universidade Católica do Rio de Janeiro (1959) e supervisor setorial de pesquisas do Ministério da Saúde (1969).

Nomeado Ministro da Saúde pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici, ocupou a Pasta de novembro de 1969 a junho de 1972. Participou de várias missões no exterior, como as de Chefe de Missão Científica no Paraguai (1948-1949) e de representante do Brasil no XI Congresso Internacional de Estandardização Microbiológica (Milão, Itália; 1968) e no International Commitee on Bacteriological Nomemclature (1950-1958). Integrou o Conselho Deliberativo do Conselho Nacional de Pesquisas (1964-1968), a Coordenação dos Serviços de Saúde (1964-1967) e o corpo técnico da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Saúde (1964-1967).

Realizou viagens de estudos aos principais centros de ciência médica da Europa e dos EUA e publicou trabalhos científicos nos domínios da Endocrinologia, Bacteriologia, Imunologia e Virologia.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Arquivo do Serviço de Documentação da Presidência da República. CEM/UFMG./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 30 out. 1969. p. 3.

LAGOA FILHO, Francisco de Paula Rocha

Político e magistrado, nasceu em Ouro Preto, MG, a 3 de junho de 1895, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, a 18 de abril de 1975. Filho do político Francisco de Paula Rocha Lagoa* e de Amélia do Amaral Rocha Lagoa. Casado com Marina Lima Rocha Lagoa.

Fez os estudos secundários em Belo

Horizonte, MG, e diplomou-se pela Faculdade de Livre de Direito de Minas Gerais, em 1915.

Depois de exercer os cargos de Delegado de Polícia e de Juiz Municipal em Entre-Rios, MG (atual Entre-Rios de Minas), elegeu-se Deputado Estadual para a 8ª Legislatura (1919-1922), reelegendo-se para a 9ª (1923-1926). Renunciou ao mandato parlamentar, em 1924, para assumir a Promotoria de Justiça no antigo Distrito Federal (1924-1931).

Ingressando na Magistratura, em março de 1931, foi nomeado Juiz de Acidentes de Trabalho, Criminal e de Órfãos e, em janeiro de 1940, promovido a Desembargador do Tribunal de Apelação do Distrito Federal, nessa condição, desempenhou, também as funções de Corregedor de Justiça, no biênio 1947-1948. A partir de 1946, passou a integrar o Tribunal Superior Eleitoral. Em 1947, como membro do TSE, votou favoravelmente ao cancelamento do registro do Partido Comunista Brasileiro - PCB. Por decreto de 9 de junho de 1947, do Presidente Eurico Gaspar Dutra, foi nomeado Ministro do Tribunal Federal de Recursos, posto em que permaneceu até 14 de junho de 1950. Nomeado, então, Ministro do STF, aposentou-se em 19 de novembro de 1960, depois de ter ocupado a Presidência do TSE, de 1957 a 1959.

Recebeu, entre outras condecorações, a Grã-Cruz da Ordem de São Gregório Magno e da Ordem Eqüestre do Santo Sepulcro de Jerusalém e a Estrela de Primeira Classe da Ordem da Estrela da Solidariedade da Itália.

Pertenceu ao PRM.

Além de seu pai, atuou na política seu primo Francisco de Paula Rocha Lagoa*.

FONTES: CORTÉS, Antônio Maria Cardoso. *Homens e instituições no Rio*. Rio de Janeiro, IBGE, 1957./COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 17 set. 1978. p. 20./LAGO, Coronel Laurênio. *Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal*; dados biográficos 1828-1978. (Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1978). *Dicionário Histórico Biográfico (1930-1983)*. Coordenação Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro. Forense-Universitária: FGV-CPDOC. Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP. 1984. p. 1741.

LAMBERT, Levindo Furquim

Político, Secretário de Estado, técnico de Educação e professor, nasceu em Cambuí, MG, a 18 de abril de 1896. Filho do professor Maximiano José de Brito Lambert e de Francisca Furquim Lambert. Casado com Aurora Lambert.

Fez os estudos secundários no Instituto Sílvio de Almeida, de São Paulo, SP, e diplomou-se pela Escola de Farmácia e Odontologia de Pouso Alegre, em 1920, e, mais tarde, pela FDUMG.

Logo depois de concluído o primeiro curso superior voltou à sua terra natal, onde se elegeu Vereador à Câmara Municipal.

Encaminhou-se para o magistério ao se implantar a Reforma Educacional Francisco Campos (1927-1929).

Aprovado em concurso, foi então nomeado Assistente Técnico do Ensino, depois de freqüentar um curso de aperfeiçoamento pedagógico promovido pela Secretaria da Educação, reorganizou e dirigiu a Escola Normal Oficial de Santa Rita do Sapucaí, dirigiu a Escola Normal Oficial de Ouro Fino, onde regeu a cadeira de Psicologia Educacional, e chefiou o Gabinete do Inspetor Geral da Instrução Guerino Casasanta.

Na Secretaria da Educação desempenhou, ainda, as funções de Chefe do Departamento do Ensino Primário, do Serviço de Difusão Cultural e do Gabinete do titular da Pasta. Posteriormente chefiou os Gabinetes dos Secretários Estaduais da Agricultura, da Saúde e do Interior. Diretor do Conservatório Mineiro de Música, que era mantido pelo Governo Estadual, obteve sua incorporação à UMG ao ser esta federalizada, em 1950. Foi, ali, catedrático de Dicção e regente de Pedagogia Musical.

Exerceu o magistério nos seguintes estabelecimentos de ensino médio da Capital mineira: Colégio Marconi, Colégio Arnaldo, Colégio Padre Machado, Colégio Sagrado Coração de Jesus, Colégio Monte Calvário, Escola Técnica de Comércio de Minas Gerais e Escola Técnica de Comércio Visconde de Cairu, e durante dez anos foi Presidente do Sindicato dos Professores de Ensino Secundário de Minas Gerais.

Jornalista desde a juventude, dirigiu, em sua terra natal, os periódicos *O Democrata* e a *Gazeta de Cambuí* e manteve colaboração com jornais e revistas de Belo Horizonte.

No Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira* ocupou o cargo de Secretário da Educação de 31 de julho de 1954 a 30 de março de 1955.

É membro do IHGMG, da Comissão Estadual de Folclore e da Associação Brasileira de Escritores.

Publicou as obras *Cambuí* (contos); *Alguns aspectos de Machado de Assis*; *A infância e a escola na obra de Machado de Assis* (ensaio); *Música brasileira*; *Bio-geografia de uma cidade mineira*; *Cambuí por dentro e por fora; Cambuí etc. e tal* e *Troça de estudantes* (peças teatrais).

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 3 mar. 1954. p. 8; 18 jun. 1969. Diário do Legislativo. p. 2./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

LAMEGO NETO, João

Político e prático de Farmácia, nasceu em Faria Lemos, MG, a 15 de abril de 1926. Filho do comerciante Florizel Fonseca Lamego e de Deolinda Tavares de Sousa. Casado com Terezinha Araújo Lamego.

Concluiu os estudos secundários em 1982 e bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce - Fadivale -, em 1988. Por 38 anos, exerceu a prática de Farmácia.

Em Ipatinga, MG, foi o primeiro Vice-Prefeito (1965), 1º-Presidente da Associação Comercial (1966) e Prefeito Municipal (1977-1982).

Eleito Deputado Estadual Constituinte e para a 11ª Legislatura (1987-1991), na Assembléia Legislativa, foi Presidente da Comissão de Ação Social, Vice-Presidente da Comissão de Turismo, membro efetivo da Comissão de Abastecimento e suplente das Comissões Constitucional, de Segurança e de Abastecimento.

Filiado ao PFL, pertenceu à UDN, ao PSD, ao PTB, à Arena e ao MDB.

Membro honorário da Academia de Letras de Ipatinga, publicou *A Redação, você e seu município*.

Foi agraciado com diversas medalhas e condecorações.

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

LANARI, Amaro

Político, engenheiro, industrial e fazendeiro, nasceu em Flores, Argentina, a 10 de janeiro de 1886, e faleceu no Rio de Janeiro, GB, a 23 de maio de 1968. Filho de Cássio Umberto Lanari e de Coleta Silvera Lanari. Casado com Mariana Andrade Lanari.

Fez o curso secundário no Colégio Mineiro de Ouro Preto, MG, cidade onde também se diplomou em Engenharia de Minas e Engenharia Civil pela Escola de Minas, em 1909.

Depois de formado, ingressou no quadro técnico da Secretaria Estadual da Viação e Obras Públicas. Em 1912, como engenheiro de empresa particular, dirigiu a construção de trechos ferroviários em Minas Gerais e São Paulo. Após uma viagem à Europa em 1915, passou a cuidar da implantação da primeira usina siderúrgica em Minas Gerais. Para levar a cabo o empreendimento, com o apoio do engenheiro Cristiano França Teixeira Guimarães*, seu colega de turma, e de um grupo de homens de negócios, criou, em 21 de janeiro de 1917, a Companhia Siderúrgica Mineira, que instalou, em Sabará, o maior e mais moderno alto-forno da América Latina, à época. Dirigiu, até 1921, essa indústria, que, passando para o controle acionário do grupo industrial europeu Aciéries Reuniôres de Burbach Dudelange - Arbed -, foi denominada Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Em 1922, retornou ao serviço público, no cargo de Diretor de Obras da Prefeitura de Belo Horizonte, na administração Flávio Fernandes dos Santos*, e às construções ferroviárias.

Participou ativamente da preparação e coordenação do movimento revolucionário de 1930, quando adaptou empresas mecânicas e metalúrgicas para a produção de equipamento bélico, tendo em vista a possibilidade de, juntamente com outros engenheiros, assumir o controle das estradas de ferro, impedindo o deslocamento de tropas federais.

Em seguida, desempenhou as funções de Secretário das Finanças do Governo Olegário Dias Maciel*, de novembro de 1930 a dezembro de 1931. Colaborou com Francisco Luís da Silva Campos* e Gustavo Capanema* na organização da Legião de Outubro, de inspiração fascista, e que apoiava Olegário Maciel*.

Signatário do *Manifesto Mineiro*, documento da Legião Liberal, datado de 26/2/1931, que propunha se defender a vitória da revolução brasileira e realizar seus ideais. A concretização dos ideais revolucionários implicava a ação política e dava ênfase à ação educativa. Como ação política, a Legião de Outubro defendia o cumprimento do programa da Aliança Liberal. Como ação educativa, a Legião tinha o dever de manter e fortalecer o espírito de unidade nacional e pregar e desenvolver os altos sentimentos e as grandes virtudes humanas, visando a que os mineiros fossem modelo de renovação para o resto do País.

Ao institucionalizar-se a Ação Integralista Brasileira, a ela se filiou, tendo sido membro da Câmara dos Quarenta, principal órgão político daquele movimento. Quando, em 1938, a AIB tentou dar um golpe, chegou a ser preso.

Dirigiu, posteriormente, a construção de vários ramais da Estrada de Ferro Central do Brasil e da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia (1941-1943). Em 1945, fundou a empresa siderúrgica Lanari S.A. Indústria e Comércio, com usina em Paracambi, RJ, e atividades nos Estados de Minas Gerais e de São Paulo. Foi, ainda, o idealizador e principal incentivador da criação, em 1959, da Fundação Gorceix, em Ouro Preto.

Em 1950, candidatou-se ao Senado, pela UDN, mas foi derrotado.

Era genro do político Ovídio João Paulo de Andrade*.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 28 nov. 1930. p. 2./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 24 maio 1968. p. 13; 20 abr. 1976. p. 7./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 28 nov. 1930. p. 4; 28 maio 1968. Diário do Legislativo. p. 2; 29 maio 1968. p. 4./RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970-1./TRINDADE, Raimundo Otávio da. *Velhos Troncos Mineiros*. São Paulo, Empresa gráfica da Revista dos Tribunais, 1955. v. 1. *Dicionário Histórico Biográfico (1930-83)*. Coordenação Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro. Forense-Universitária: FGV-CPDOC. Financiadora de Estudos e Projetos - Finep. 1984. pp. 1745-1746.

LANDI, Geraldo

Político, advogado e fazendeiro, nasceu em Teófilo Otoni, MG, a 26 de setembro de 1913. Filho do comerciante Guilherme Landi e de Wolfanga Ramos Landi.

Fez o curso secundário no Colégio Sílvio Leite, no Rio de Janeiro, DF, e o superior na FDUMG, pela qual se bacharelou em 1938.

Exercendo a advocacia e atividades agropecuárias em seu município, elegeu-se Deputado Estadual para a 3ª e 4ª Legislaturas (1955-1963) e suplente para a 5ª (1963-1967), nesta tendo assumido o mandato de agosto a outubro de 1964. Na Assembléia Legislativa foi Vice-Líder do PR (1955-1957), Presidente da Comissão Especial de Pecuária (1960), Vice-Presidente da Comissão de Trabalho e Ordem Social (1955) e membro das Comissões de Constituição, Legislação e Justiça (1955-1957; 1959-1962), de Siderurgia (1959) e de Agricultura, Indústria e Comércio (1960).

Desempenhou, ainda, o cargo de Chefe de Gabinete do Diretor da Imprensa Oficial do Estado.

Pertenceu ao PR e à Arena.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 19 dez. 1954. p. 17./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

LANNA, Domingos Sávio Teixeira

Político e engenheiro, nasceu em Rio Casca, MG, a 11 de outubro de 1922. Filho do engenheiro Francisco da Silva Lanna e de Maria Luísa Martins Teixeira Lanna. Casado com Maria Auxiliadora Psicitelli Lanna.

Fez o curso secundário na Escola Dom Bosco, Cachoeira do Campo, MG, e diplomou-se em Engenharia pela Escola de Minas e Metalurgia da UFOP em 1951.

Exerceu a profissão na Companhia Industrial Ouropretana (1950-1951), no Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (1952-1975), no Banco do Brasil (1955) e na Caixa Econômica Federal (1955-1975).

Em Ponte Nova, MG, onde fixou residência e foi agricultor, desempenhou os mandatos de Vice-Prefeito (1967-1971) e de Prefeito (1971-1973).

Deputado Estadual da 8ª à 10ª Legislaturas (1975-1986), foi Vice-Presidente da Assembléia (1981-1982), Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (1980), membro efetivo das Comissões de Economia e Obras Públicas (1975), de Redação (1975), de Siderurgia e Mineração (1975) e de Finanças e Orçamento (1983-1984), membro suplente das Comissões de Economia, Fiscalização Financeira e Tomadas de Contas e de Serviços Públicos, Vice-Presidente da Comissão de Obras Públicas e Líder da Minoria. Foi, também, Presidente do Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais.

Pertenceu à Arena e, em seguida, filiou-se ao PDS, de cuja Comissão Executiva Estadual ocupou a Vice-Presidência.

Além de seu pai, atuaram na política seu tio-avô José Cupertino Teixeira Fontes e seus primos João Camilo Teixeira Fontes* e Miguel Antônio de Lanna e Silva*.

FONTE: Dados fornecidos pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

LAVIOLA, José ver MATOS, José Laviola

LEAL, José Albano

Oficial do Exército, nasceu em Juiz de Fora, MG, a 4 de agosto de 1925. Filho de Matias de Sousa Leal e de Sofia Lima Dias Leal. Casado com Iza Freire Leal.

Incorporou-se ao Exército como cadete da Escola Preparatória de Cadetes - EPC -, em Porto Alegre, RS (1942). Fez os cursos da

Academia Militar de Agulhas Negras - AMAN - (1943/45), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais - EsAO - (1953-54), na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - Eceme - (1958-60), do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas - CEMCFA - (1969) e da USCGSC em Leavenworth, EUA (1963-64).

Foi promovido a General-de-Brigada em março de 1978.

Entre outras funções foi Comandante Esqd. do 3º RC (1945-47), Ajudante Secretário da AMAN (1951-53), Comandante Esqd. do 11º RC (1954-55), Adj. E3 e E2 da 4ª DC (1961-63), Comandante do 7º RC (1970-71) e do CC/AMAN (1971-74), Chefe EM da 1ª Bda. Inf. MTz (1974), Chefe EM da 5ª Bda. Cav. Bld. (1974-76) e Assistente da EME/IGPM (1976-78).

Em estabelecimentos de ensino, foi auxiliar de instrutor da EsSA (1947-49) e da AMAN (1949-51), instrutor e Comandante Esqd. da AMAN (1955-58) e instrutor na Eceme (1964-69).

Serviu, também, como secretário executivo da VIII Conferência dos Exércitos Americanos, no Rio de Janeiro, RJ, em 1968, e como Comandante da 6ª Bda. Inf. Bld. (1978).

Foi condecorado com a Medalha de Ouro, por 30 anos de bons serviços, a Medalha do Pacificador e a Ordem do Mérito Militar (Grande Oficial).

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Ministério do Exército. Departamento de Comunicação Social.

LEAL, Luís Gonzaga Soares

Político, advogado e professor, nasceu em Teófilo Otoni, MG, a 17 de agosto de 1936. Filho de João Soares Leal Sobrinho e de Laura Elisa Sedhimayer Leal.

Fez seus estudos secundários no Colégio Estadual de Teófilo Otoni e no Colégio Anchieta, de Belo Horizonte. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo, em 1962.

Lecionou na Faculdade de Direito de Teófilo Otoni (1962).

Iniciou sua carreira política como Vereador em sua terra natal (1966-1970), onde posteriormente foi Prefeito (1973-1976). Eleito Deputado Federal à 9ª Legislatura (1979-1983), reelegeu-se para os períodos 1983-1987, 1987-1991 e para a Assembléia Nacional Constituinte.

Licenciou-se da Câmara dos Deputados para assumir os cargos de Secretário de Estado da Educação (1987) e da Justiça (1988-1989) do Governo Newton Cardoso*.

Na Câmara dos Deputados, foi Presidente da Comissão de Finanças (1984-1985), titular das Comissões do Interior (1979), de Constituição e Justiça (1980-1982), de Finanças (1983-1987); titular da CPI do Rio São Francisco (1980-1982), da CPI sobre comercialização do café brasileiro (1981-1982) e suplente das Comissões de Educação e Cultura (1979), de Constituição e Justiça (1979-1983), de Transportes (1980-1983), de Constituição e Justiça (1983-1987) e de Transportes (1983-1987).

Filiado ao PMDB, pertenceu ao MDB.

FONTES: *Deputados brasileiros;* repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 10a. Legislatura (1983-1986). Brasília. Centro de Documentação e Informação. 1983./Forças vivas da Nação. Estado de Minas Gerais. Nossos políticos 1980, tomo I. Publicação de IPM - Comércio, Promoções e Marketing Ltda. Ficha biográfica. CEM/UFMG./BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Assembléia Nacional Constituinte de 1987:* repertório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. 2ª ed. Brasília, 1989. 912 p. 545.

LEAL, Vitor Nunes

Magistrado, jurisconsulto, advogado, professor, jornalista, escritor e acadêmico, nasceu em Maranhão (hoje Alvorada), Distrito de Carangola, MG, a 11 de novembro de 1914. Filho de Nascimento Nunes Leal e de Angelina de Olivera Leal. Casado com Julimar Torres Nunes Leal.

Fez o curso secundário em Carangola, bacharelou-se pela FNDUB, em 1936, e doutorou-se em Ciências Sociais pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Ingressou no jornalismo quando cursava a academia no Rio de Janeiro, DF, tendo sido, de 1933 a 1938, redator de *O Jornal*, do *Diário da Noite* e do *Diário de Notícias*, redator- chefe da Rádio Tupi e Diretor da Agência Meridional, dos Diários Associados, e da Agência Nacional, do Governo Federal. Em 1936 passou a integrar o corpo redacional da *Revista Forense* e, posteriormente, encarregou-se da seção jurídica do *Observador Econômico e Financeiro*. Participou do grupo fundador da *Revista de Direito Administrativo* e figura no conselho consultivo da *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, da UFMG.

Em 1939 exerceu o cargo de Oficial-de-Gabinete do Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema*, e no ano seguinte assumiu a direção do recém-criado Serviço de Documentação do mesmo Ministério. De março a novembro de 1956 foi Procurador-Geral da Justiça do então Distrito Federal (Rio de Janeiro) e, de 5 de novembro do mesmo ano a agosto de 1959, Chefe da Casa Civil do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira*.

Nomeado, posteriormente, Consultor-Geral da República, desempenhou as funções de fevereiro a outubro de 1960, quando passou a ocupar a Procuradoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Em 7 de dezembro de 1960 empossou-se como Ministro do STF, em cuja Comissão de Jurisprudência teve destacada atuação, devendo-se-lhe a implantação da "Súmula da Jurisprudência Predominante no Supremo Tribunal Federal" e a regularização da publicação da *Revista Trimestral de Jurisprudência*. Serviu no TSE como Juiz Substituto (1963) e como Juiz Efetivo (1966).

Era Vice-Presidente do STF quando, por decreto de 16 de janeiro de 1969, o Presidente da República o aposentou compulsoriamente. Voltou, então, a dedicar-se em regime de tempo integral à advocacia, em que se iniciara logo após a formatura. Atualmente dirige a Sociedade de Advogados Vitor Nunes Leal, com escritórios em Brasília, DF, Rio de Janeiro, RJ, São Paulo, SP, e Belo Horizonte, MG.

Iniciou-se no magistério em 1943, como professor interino de Ciência Política na Faculdade Nacional de Filosofia da UB, cadeira em que veio a efetivar-se mediante concurso. Também deu cursos e compôs bancas examinadoras no Departamento de Administração do Serviço Público - DASP -, lecionou na Escola de Estado-Maior do Exército (1955) e regeu as disciplinas Ciência Política e Direito Constitucional na UnB, de cujo corpo docente fez parte desde o início da instituição. Pertence à AML, onde sucedeu a Cândido Martins de Oliveira na cadeira nº 23, patrocinada por Joaquim Felício dos Santos*. Membro do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas e do Instituto de Direito Público e Ciência Política, foi o primeiro Presidente do Instituto de Ciências Sociais da UB e fundador da Academia Nacional de Cultura e da Associação Brasileira de Escritores, sediadas em Brasília.

Entre outras missões no exterior, desempenhou as de representante do Brasil na IV Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos da OEA (Santiago, Chile, 1959) e no Congresso de Direito Administrativo realizado na Itália, em 1969, bem como a de observador estrangeiro nas eleições presidenciais da República Dominicana (1962) e da Nicarágua (1963).

Além de numerosos trabalhos jurídicos em revistas especializadas, publicou as obras *Elementos do Estado*, separata da Revista Forense, Rio de Janeiro, out. 1943; *Coronelismo, enxada e voto*. 1 ed. Rio de Janeiro, Forense, 1948; 2. ed. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1975; trad. inglesa *Coronelismo: the municipality and representative government in Brazil*, London/New York/Melbourne, Cambridge Latin American Studies, 1977; *Cinco estudos* (em colaboração com Themistocles Cavalcanti e Carlos Medeiros Silva), Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1955; *Três ensaios de administração*, Rio de Janeiro, Dasp/Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas, 1958; *Problemas de direito público*, Rio de Janeiro, Forense, 1960, e *Pareceres do Consultor Geral da República*, Brasília, Consultoria Geral da República, 1966.

Estado de Minas

Vitor Nunes Leal, maio de 1978

FONTES: CORTES, Antônio Maria Cardoso. *Homens e instituições no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IBGE, 1957./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 17 set. 1978, p. 20./*Grande Enciclopédia Delta Larousse*, Rio de Janeiro, Delta, 1970, v. 7./LAGO, Coronel Laurênio. *Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal*; dados biográficos; 1828-1978. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora (1978)./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 30 jul. 1975, p. 6.

LEANDRO FILHO, José

Político e médico, nasceu em Ouro Preto, MG, a 7 de outubro de 1943. Filho de José Leandro de Paula Rodrigues e de Maria Felipa dos Anjos Rodrigues. Casado com a professora Maria José Cerceau Ibrahim Leandro.

Concluiu o curso secundário no Colégio Arquidiocesano, em Belo Horizonte, em 1963, e graduou-se pela Faculdade de Medicina de Valença, RJ, em 1973.

Em sua cidade natal, foi Prefeito e Vice-Prefeito, além de Secretário Municipal da Saúde, da Educação e da Fazenda. Foi Diretor de Saúde e Presidente Interino do Ipsemg.

Elegeu-se Deputado Estadual para a 12ª Legislatura (1991-1995). Na Assembléia é membro efetivo da Comissão de Saúde e Ação Social e suplente das Comissões de Administração Pública, de Constituição e Justiça e de Meio Ambiente.

Filiado ao PL, pertenceu à Arena, ao MDB, ao PP (Partido Popular) e ao PMDB.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado. CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

LEÃO, Adelmo Carneiro

Político, médico e professor, nasceu em Itapagipe, MG, a 25 de maio de 1949. Filho de José Carneiro e Luíza Paula Carneiro. Casado com a professora Linda Beatriz de Oliveira Carneiro Leão.

Concluiu o curso secundário no Colégio Dr. José Ferreira, em Uberaba, MG, em 1968. Graduou-se pela Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, em Uberaba, MG, em 1974, e concluiu o Mestrado (1978) e o Doutorado (1983) na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, SP.

Em Uberaba, foi Presidente (1985) e membro da Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese, Coordenador do Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte (1986), Presidente do Centro de Defesa do Município (1987) e candidato à Prefeitura (1988). Professor de Fisiologia da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, foi Presidente da Associação dos Docentes dessa Faculdade - Seção Sindical da Andes.

Em 1990, elegeu-se Deputado Estadual para a 12ª Legislatura (1991-1995) pelo PT. Na Assembléia Legislativa é membro efetivo das Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde e Ação Social, além de suplente da Comissão de Defesa do Consumidor.

Atuaram na política seu pai, ex-Prefeito interino de Itapagipe, MG, quando essa cidade foi elevada a município, e seu irmão Pedro Umberto Carneiro, que foi Secretário de Obras de Prefeitura de Uberaba.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

LEÃO, Odelmo ver CARNEIRO SOBRINHO, Odelmo Leão

LEÃO, Teódulo

Político e comerciante, nasceu em Diamantina, Província de Minas Gerais, a 24 de fevereiro de 1880, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 21 de janeiro de 1943. Filho de Manuel Procópio Ribeiro Leão e de Honorina Pereira Leão. Casado com Nazaré Pereira Leão.

Em sua terra natal desempenhou várias funções públicas, entre as quais as de Vereador e Secretário da Câmara Municipal, e dedicou-se ao comércio.

Estado de Minas

Teódulo Leão (E) e Benedito Valadares, 1932

Passando a exercer atividades empresariais em Belo Horizonte, foi Presidente da Associação Comercial de Minas em 1933 e da Junta Comercial em vários períodos.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 22 jan. 1943. p. 3./*O Diário*, Belo Horizonte, 22 jan. 1943. p. 3.

LEÃO BORGES ver BORGES, Joaquim Roberto Leão

LEITE, Aquiles Mauro Mitraud de Castro

Diretor do Arquivo Público Mineiro, advogado e professor, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 31 de agosto de 1930.

Concluiu os estudos secundários na Escola Estadual Governador Mílton Campos,

em Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da UFMG, em 1956. Como bolsista convidado, participou de treinamento em Desenvolvimento Econômico, em Fortaleza, CE, promovido pelo Banco do Nordeste do Brasil e pela Cepal (1957).

Enquanto estudante, foi redator da página econômica do *Diário Católico*, em Belo Horizonte, MG (1954-1955).

Professor de Elementos de Economia na Academia de Comércio, em Belo Horizonte (1953-1958), e professor contratado pela Escola de Veterinária da Universidade Rural de Minas Gerais, na qual ministrou o curso de Economia Rural (1954-1961), foi, também, assistente de ensino e professor assistente das disciplinas Economia Rural e Administração Rural, na Escola de Veterinária, e, posteriormente, na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG (1961-1977).

Foi membro da equipe técnica do Departamento de Estudos Econômicos da Associação Comercial de Minas (1952-1957); organizador e Chefe do Departamento de Estudos Econômicos da Federação das Associações Rurais de Minas Gerais (1955-1956); membro da equipe de projeto, organização e implantação da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - Casemg - , responsável pelo grupo de levantamento e projeção da produção de grãos armazenáveis; membro do grupo de localização de unidades armazenadoras e elaborador final do projeto da rede de armazéns e silos (1958-1959).

Integrou a Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Economia e Administração do Governo José Francisco Bias Fortes*, por cuja equipe técnica foi responsável (1959-1961) e ocupou o cargo de Assessor do Conselho Coordenador das seguintes sociedades de economia mista do Governo de Minas Gerais: Frigoríficos Minas Gerais S.A. - Frimisa -, Cia. Agrícola de Minas Gerais - Camig - e Cia. de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - Casemg - em 1961.

Foi Assessor do Secretário de Agricultura de Minas Gerais (1961-1964), Roberto Ribeiro de Oliveira Resende*, Secretário Executivo das Cooperativas de Cafeicultores de Minas Gerais (1964-1968), Diretor Executivo e, posteriormente, Diretor Vice-Presidente da Ruralplan S.A. Planejamentos (1970-1975); fundador e dirigente do Escritório Técnico de Assessoria - ETA - (1975-1977); Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Planejamento Agropecuário - Abepa - (1976-1978); sócio e Diretor da Etapa - Planejamentos Rurais Ltda., em Goiânia, GO (1977-1981); Consultor do Cedate do Ministério de Educação e Cultura - MEC - (1982); Assessor do Secretário de Agricultura de Minas Gerais, Dr. Arnaldo Rosa Prata* (1983-1987) e Diretor Administrativo da Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais (1987-1989).

Por nomeação do Governador Newton Cardoso*, assumiu a Diretoria do Arquivo Público Mineiro, em setembro de 1989, cargo ao qual foi reconduzido, em março de 1991, pelo Governador Hélio Carvalho Garcia*.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

LEITE, José Osvaldo de Oliveira

Desembargador, professor e advogado, nasceu em Luz, MG, a 18 de março de 1931. Filho de Orsini Batista Leite e de Isaura de Oliveira. Casado com a serventuária Lucinda Alvares de Oliveira Leite.

Concluiu seus estudos secundários no Ginásio São Geraldo, Pará de Minas, em 1938, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da UMG em 1945.

Exerceu a advocacia por cerca de 26 anos na Comarca de Belo Horizonte e em outras do interior mineiro. Como advogado criminal, atuou ao lado de grandes nomes do júri mineiro, notadamente Pedro Aleixo*, Alberto Deodato Maia Barreto*, João Pimenta da Veiga* e Ariosvaldo Campos Pires. Exercendo a advocacia cível, conviveu com Mílton Soares Campos*, Jadir de Brito, Vale Ferreira e João Mílton Henrique.

Filiou-se à UDN e elegeu-se Vereador à Câmara Municipal de Bambuí, MG (1961-1964).

Foi professor por cerca de 10 anos, lecionando Direito Civil na PUC de Belo Horizonte (1966), na Faculdade de Direito do Oeste de Minas, Divinópolis (1967), na Faculdade de Direito Mílton Campos e na Fumec.

Foi, também, Conselheiro da OAB e Consultor Jurídico da Prefeitura de Contagem e do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura. Em 1972, foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada, classe de advogado. Em 1978, presidiu a comissão examinadora da seleção competitiva interna para o cargo de Redator Judiciário. Em 1979, elegeu-se Vice-Presidente do Tribunal de Alçada.

Em 1980, foi promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais pelo Governador Francelino Pereira dos Santos*.

Publicou inúmeros artigos jurídico-doutrinários em diversas revistas especializadas.

FONTE: Dados fornecidos pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

LEITE, Licurgo

Político, promotor e advogado, nasceu em Pouso Alegre, Província de Minas Gerais, a 28 de setembro de 1877, e faleceu em Muzambinho, MG, a 22 de outubro de 1936. Filho de João Monteiro Meireles Leite e de Maria de Almeida Leite. Casado com Arminda Pinheiro Leite.

Fez os estudos secundários no Colégio Arquidiocesano de São Paulo, SP, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1898.

Foi, inicialmente, Promotor de Justiça em Rio Claro, SP, e, a partir de 1903, em Muzambinho, onde participou da Campanha Civilista e da Aliança Liberal.

Deflagrada a Revolução de 1930, pôs-se à frente de 300 civis, armados às suas próprias expensas e de seus amigos, e marchou até à fronteira de São Paulo, dando combate às forças legalistas.

Em 1930, elegeu-se Vereador, Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal de Muzambinho.

Durante a Revolução Paulista de 1932, embora mantivesse laços com São Paulo, alinhou-se ao Presidente de Minas Gerais, Olegário Dias Maciel*, permanecendo fiel ao Governo Federal.

Elegeu-se, pelo Partido Progressista, Deputado Federal Constituinte (1933) e, com a promulgação da Constituição em 1934, teve seu mandato estendido até maio de 1935. Sem ter conseguido eleger-se em outubro de 1934, deixou a Câmara nessa data.

Advogado militante no Sudoeste de Minas, publicou vários trabalhos jurídicos, entre os quais *Código Civil Anotado*.

Militaram na política seu filho Licurgo Leite Filho* e seu irmão Aureliano Leite, Deputado Federal por São Paulo de 1935 a 1937, de 1946 a 1951 e em 1954.

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 24 out. 1936. Diário da Assembléia./Revista PP. Belo Horizonte, 1 (1): s. p., out. 1934. *Dicionário Histórico Biográfico (1930-1983)*. Coordenação Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro. Forense-Universitária: FGV-CPDOC. Financiadora de Estudos e Projetos - Finep. 1984. p. 1790.

LEITE, Luís Rogério Mitraud de Castro

Secretário de Estado, economista e professor, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 4 de novembro de 1937. Filho do ferroviário Durval de Castro Leite e de Maria das Mercês Mitraud de Castro Leite. Casado com Ângela Maria das Graças Lima.

Fez os estudos secundários no Ginásio Tiradentes da Polícia Militar e no Colégio Arquidiocesano, ambos em Belo Horizonte, e o curso superior na Faculdade de Ciências Econômicas da UMG, pela qual se diplomou em 1964. Em seguida freqüentou vários cursos de especialização, entre eles o de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico promovido pelo CEPAL/BNDE e pelo Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social, em 1965, em Florianópolis, SC; o de Desenvolvimento Econômico, do Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social, em 1967, em Santiago do Chile, e o de Administração Pública, realizado em 1974, no Instituto de Cultura Hispânica. Foi, ainda, estagiário da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra - Adesg -, em 1971.

Iniciou as atividades profissionais, ainda quando estudante universitário, na Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Economia e Administração de Minas Gerais (1960-1961). Posteriormente trabalhou no Conselho de Desenvolvimento de Minas Gerais (1961-1964) e na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico (1964-1966), nesta tendo chefiado a Seção de Estatística Econômica do Departamento de Planejamento e Programação e o Serviço de Programação Regional.

Lotado no Conselho Estadual do Desenvolvimento como economista efetivo, em abril de 1966, foi também economista da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e coordenador de Estudos Econômico-Financeiros da Diretoria de Orçamento, Organização e Métodos da Secretaria de Estado da Fazenda. De outubro de 1966 a fevereiro de 1967 atuou como economista do Setor de Planejamento Regional do Gabinete do Ministro do Planejamento. Como economista trabalhou, ainda, em 1968, no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais.

De dezembro de 1968 a março de 1971, exerceu a coordenação da Divisão de Planos Anuais e Orçamento do Conselho de Desenvolvimento de Minas Gerais. Servindo na Secretaria da Fazenda de Minas Gerais de 1971 a 1973, ocupou sucessivamente a Diretoria de Orçamento, a Diretoria da Defesa, o cargo de Subsecretário de Estado e o de Secretário substituto em dois períodos. Coordenador da Assessoria Especial da Secretaria Geral da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, de junho de 1974 a março de 1975, coube-lhe a coordenação geral dos grupos de trabalhos da fusão dos antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

No Estado do Rio de Janeiro foi Secretário da Fazenda, de março de 1975 a março de 1979, membro do Conselho Deliberativo das Regiões Metropolitanas, de março de 1974 a março de 1979, e Presidente do Conselho Superior das Instituições Financeiras, de abril de 1975 a março de 1979.

Desempenhou, depois, as funções de superintendente geral da Empresa Rui Barreto e de consultor técnico e político da Presidência da Associação Comercial de Minas.

No início de 1983, por nomeação do Governador Tancredo de Almeida Neves*, assumiu o cargo de Secretário de Estado da Fazenda de Minas Gerais.

Exerceu o magistério superior de 1968 a 1970, como professor de Geografia Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Itaúna, MG. Membro e Presidente de várias entidades financeiras, participou de numerosos seminários, congressos e conferências de estudos administrativos e econômicos.

É autor dos trabalhos *Bases para uma estratégia de desenvolvimento*, como membro da equipe de elaboração na parte referente ao setor público de Minas Gerais (documento publicado pelo Gabinete de Planejamento e Controle do Conselho Estadual do Desenvolvimento); *Manual de orçamento por programas para Minas Gerais*, como coordenador da equipe, dentro do Programa do Grupo de Trabalho da Reforma Orçamentária; *Manual de execução orçamentária*, como presidente do Grupo de Trabalho; e *Educação tributária*, como presidente da Comissão Especial.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Gabinete do Secretário de Estado da Fazenda/Luís Rogério Mitraud de Castro Leite. CEM/UFMG.

LEITE, Luís Tadeu

Político, advogado e radialista, nasceu em Montes Claros, MG, a 19 de fevereiro de 1953. Filho de Pedro Leite Vieira e Rita Fernandes Medeiros. Casado com Stela Gleide Martins Leite.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Norte de Minas (Montes Claros, 1978).

Foi professor titular da cadeira de Direito Penal da Faculdade de Direito do Norte de Minas; Secretário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Presidente do Colegiado de Árbitros da Liga Montes Claros de Desportos; locutor e apresentador do programa *Boca no Trombone*, da Rádio Sociedade Norte de Minas. Foi ainda correspondente do *Diário de Minas*, de Belo Horizonte, no Norte do Estado.

Em 1976, elegeu-se Vereador à Câmara Municipal de Montes Claros (1977-1983), tendo sido, nessa ocasião, Líder do PMDB. Em 1982, foi eleito Prefeito de Montes Claros (1983-1988).

Participou dos seminários "Objetos e Tarefas das Administrações Municipais em Proteção Ambiental" (Berlim, RFA, 1986) e "Líderes Municipais do Nordeste" (Washington, EUA, 1987).

Em 1990, elegeu-se Deputado Federal para o período 1991-1995, pelo PMDB.

Foi filiado ao MDB.

FONTE: BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Deputados brasileiros:* repertório biográfico. 49ª Legislatura 1991-1995. Brasília, 1991. p.421.

LEITE, Mauro Renault

Ministro e engenheiro, nasceu em Barbacena, MG, a 1º de março de 1911. Filho de Camilo Leite Filho e de Cecília Renault de Castro Leite.

Formou-se como Engenheiro-Geógrafo, pela antiga Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1931, e como Engenheiro Civil na mesma escola, no ano de 1933.

Tornou-se Chefe do Serviço de Levantamento Topográfico do Cadastro Fiscal da Prefeitura do Distrito Federal e integrou a comissão que executou estudos das obras da Usina Hidrelétrica de Macabu, RJ. Posteriormente atuou como Engenheiro (1934) e Chefe de Divisão (1938) daquela Prefeitura, tendo sido seu representante no 1º Congresso de Carburantes e junto ao Conselho Nacional do Petróleo, por ocasião do racionamento. Fez parte do corpo de engenheiros, quando da implantação no país, da construção de motores a carburante e a diesel e de material ferroviário de tração mecânica e elétrica. Ainda na Prefeitura do antigo Distrito Federal, dirigiu o Controle Econômico e Financeiro do Departamento Geral de Transportes, chefiou a Comissão de Vistorias Administrativas e presidiu comissões de sindicâncias e de inquérito. Trabalhou na revisão do Código de Obras e Legislação Complementar tendo participado de estudos de unificação de transportes coletivos e de revisão de tarifas de serviço público. Passou a exercer o cargo de Presidente da Comissão Permanente para estabelecimento de Núcleos Industriais no antigo Estado da Guanabara.

Enquanto Deputado Federal foi líder de bancada e membro das comissões permanentes de Diplomacia e Tratados e do Polígono das Secas, na Câmara dos Deputados.

Em 1966 participou do Conselho Técnico do Instituto Nacional de Reforma Agrária - IBRA e, em 1970 atuou como Relator das Contas do Governo.

Do período de 1969 a 1981 ocupou o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União.

Tem publicada sua tese ao VII Congresso Internacional de Instituições Fiscalizadoras, ocorrido no Canadá, em 1971. A *Revista do Tribunal de Contas da União* publicou em 1972-73, *As Finanças Públicas na Década de 60*, de sua autoria. As suas teses ao VIII e ao X Congresso Internacional de Instituições Superiores de Fiscalização, realizados na Espanha (1974) e em Nairobi, Quênia (1980), respectivamente, também foram publicadas.

Participou de inúmeros congressos nacionais e internacionais, como o V Congresso Latino-Americano de Instituições Superiores de Controle, realizado em Quito, Equador, no ano de 1978, dentre outros.

FONTE: BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Ministros do Tribunal de Contas da União: dados biográficos 1893-1990*. 4ª ed. Brasília: 1990. pp. 149-51.

LEITE, Nélson Ferreira

Político e engenheiro-agrônomo, nasceu em Oliveira, MG, a 21 de julho de 1921. Filho do fazendeiro, Newton Ferreira Leite e de Polínia Santos Leite. Casado com Beatriz Cambraia Leite.

Fez o curso secundário no Instituto Gammon, de Lavras, MG, onde também diplomou-se pela Escola Superior de Agronomia. Quando estudante, foi Presidente do diretório acadêmico de sua escola.

Depois de formado voltou para Oliveira, onde passou a auxiliar o pai na administração de suas fazendas.

Eleito suplente de Deputado Estadual para a 4ª Legislatura (1959-1963), exerceu o mandato em vários períodos até efetivar-se em abril de 1964, em substituição a Paulo Campos Guimarães*, que renunciara para ocupar a Chefia de Gabinete do Governador José de Magalhães Pinto*. Na Assembléia fez parte das Comissões de Agricultura, Indústria e Comércio (1961), de Trabalho e Ordem Social (1961) e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (1962).

Pertenceu ao PRP e à UDN.

FONTE: FONSECA, L. Gonzaga da. Cultura e intercâmbio cultural. In: *História de Oliveira*. Belo Horizonte, Edições Centenário, 1961.

LEITE FILHO, Licurgo

Político e advogado, nasceu em Muzambinho, MG, a 27 de junho de 1914. Filho do político Licurgo Leite* e de Arminda Pinheiro Leite.

Fez os estudos secundários no Ginásio Municipal de São Joaquim, em Lorena, SP, e no Ginásio Estadual de Muzambinho, MG, e o curso superior na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, pela qual se bacharelou em 1936.

Durante o ano de 1937, até o golpe do Estado Novo - deflagrado em 10 de novembro -, militou na política nos quadros da União Democrática Brasileira - UDB -, que apoiava a candidatura de Armando Sales à Presidência da República nas eleições marcadas, e, afinal, canceladas, para o ano seguinte.

Advogando em sua terra natal, em 1945, militou no movimento pela redemocratização do País.

Elegeu-se, pela UDN, Deputado Federal Constituinte e para a 1ª Legislatura (1946-1951), reelegendo-se para a 2ª e 3ª Legislaturas (1951-1959). Nas eleições de 1958, obteve apenas a 6ª suplência. Foi Secretário de Economia de Minas Gerais durante o Governo José de Magalhães Pinto* (1961-1966) e Diretor Financeiro da Companhia Nacional de Álcalis, em 1961. Em 1962, obteve a quarta suplência de Deputado Federal para a 5ª Legislatura (1963-1967), ocupando uma cadeira na Câmara dos Deputados de agosto a setembro de 1965.

Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/65) e a posterior restauração do bipartidarismo, filiou-se ao MDB, tentando reeleger-se Deputado Federal para a 6ª Legislatura (1967-1971). Obteve, entretanto, apenas a 11ª suplência e não chegou a exercer o mandato.

Além de seu pai, atuou na política seu tio Aureliano Leite, Deputado Federal por São Paulo de 1935 a 1937, de 1946 a 1951 e em 1954.

FONTES: FLEISCHER, David. V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino. *Dicionário Histórico e Biográfico (1930-1983)*. Coordenação Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro. Forense-Universitária: FGV-CPDOC. Financiadora de Estudos e Projetos - Finep. 1984. p. 1791.

LÉLIS, Carlindo

Escritor, acadêmico, jornalista, farmacêutico e professor, nasceu em Santana dos Ferros, Distrito de Caeté, Província de Minas Gerais (hoje cidade de Ferros), a 24 de novembro de 1879, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 16 de junho de 1945.

Fez o curso de Humanidades no Colégio do Caraça e o superior na EFOP, pela qual se diplomou em 1893.

Em Ouro Preto fundou, em 1902, a revista literária *A Fronde*. No Rio de Janeiro, onde era funcionário do Ministério da Fazenda, fez parte da redação da *Gazeta de Notícias*, tendo ali ocupado os cargos de Secretário e Diretor. Colaborou por muitos anos em jornais de Minas, entre eles *O Correio da Noite*, de Ouro Preto, e o *Correio de Minas*, de Juiz de Fora, e de São Paulo.

Helenista e latinista, exerceu também o magistério.

Membro fundador da AML, ocupou a cadeira nº 12, patrocinada por Alvarenga Peixoto.

Como poeta parnasiano publicou as obras *Brumas e sol; Helikon*, Porto, Empresa Literária e Tipográfica, 1920; *Lucianeida*; *Números do intermezzo*, tradução de poemas de Heine. Teve divulgada postumamente a biografia *Augusto de Lima - sua vida e sua obra*.

FONTES: OLIVEIRA, Martins de. *História da Literatura mineira*. 2 ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./OLIVEIRA, Martins de. & OILIAM, José. *Efemérides da Academia Mineira de Letras*. Belo Horizonte, Academia Mineira de Letras, 1980./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 20 jul. 1945. p. 9; 25 jul. 1959. p. 14./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial. 1926.

LEMOS, Carlos José

Político e advogado, nasceu em Santo Antônio da Pratinha, então Distrito de Ibiá e hoje cidade de Pratinha, MG, a 13 de março de 1927. Filho de Urciano Coelho Lemos e de Manuela Lemos. Casado com Beatriz Franco de Almeida Lemos.

Fez o curso secundário no Colégio Diocesano de Uberaba, MG, e no Colégio Marconi, de Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela FDUMG em 1952.

Advogando em sua terra natal, ingressou na política como chefe local da UDN.

Eleito suplente de Deputado Estadual para a 8ª Legislatura (1975-1979), entrou no exercício do mandato em março de 1975, em substituição a Lourival Brasil Filho*, licenciado para desempenhar o cargo de Secretário Estadual na Administração. Na 9ª Legislatura (1979-1983) voltou à Assembléia Legislativa como Deputado. Na Assembléia integrou as Comissões de Finanças e Orçamento (1980-1982), de Constituição e Justiça (1979) e de Turismo, Patrimônio Histórico e Artístico (1979-1982).

Pertenceu à UDN e à Arena; em 31 de dezembro de 1980 estava filiado ao PDS.

FONTES: *Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais*. Comissões Parlamentares./ *Dados biográficos*. Informante: Carlos José Lemos. CEM/UFMG./*Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

LEMOS, Hernâni de Morais

Político, advogado, promotor e professor, nasceu em São Gonçalo do Sapucaí, MG, a 10 de dezembro de 1904, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 5 de novembro de 1969. Filho de Francisco Alves Lemos e de Luísa de Morais Lemos.

Bacharelando-se pela FDUMG em 1932, dedicou-se à advocacia em Patos, MG (atual Patos de Minas). Ingressou, a seguir, no Ministério Público estadual como Promotor de Justiça da mesma comarca, onde foi, também, professor de Português e de Francês na Escola Normal.

Em 1945 participou da campanha de redemocratização do País.

Eleito Deputado Estadual para a 2ª Legislatura (1951-1955), na Assembléia foi membro efetivo da Comissão de Serviço Público Civil (1952-1954) e da Comissão Especial para revisão da Lei de Organização Municipal (1953).

Delegado Especial de Polícia, exonerou-se em 1965, para assumir o cargo de Auxiliar da Consultoria Jurídica da Assembléia Legislativa estadual, órgão que viria a chefiar posteriormente.

Pertenceu à UDN.

FONTE: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 11 nov. 1969. Diário do Legislativo.

LEMOS, Jaime Gomes de Sousa

Político e industrial, nasceu em Rio Preto, Província de Minas Gerais, a 3 de setembro de 1858, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 28 de fevereiro de 1922. Filho de Joaquim Gomes de Sousa Júnior e de Adelaide Carolina de Lemos Gomes. Casado, em primeiras núpcias, com Henriqueta Gomes de Carvalho e, em segundas, com Luísa Negrão Lemos.

Depois de residir nas cidades de São Gonçalo do Sapucaí, MG, e do Rio de Janeiro, fixou-se em Passos, MG, onde fundou, com seus irmãos, uma fábrica de papel.

Foi, ainda, um dos fundadores da *Gazeta de Passos* e seu redator de 1880 a 1889. Exerceu, na época, os cargos de Presidente da Câmara e Agente Executivo do município.

Eleito quatro vezes Deputado Estadual, desempenhou o mandato da 3ª à 6ª Legislaturas (1899-1914) tendo renunciado por haver sido eleito Deputado Federal.

Permaneceu na Câmara dos Deputados da 8ª à 10ª Legislaturas (1912-1920).

Pertenceu ao PRM.

Atuaram na política seus genros Júlio Bueno Brandão Filho*, Juscelino Kubitschek de Oliveira* e Gabriel de Resende Passos* e os primos de sua mulher Francisco Negrão de Lima*, Otacílio Negrão de Lima* e Jair Negrão de Lima*.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 2 mar. 1922. p. 2./ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil*. 1889 a 1917. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 2./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 1º mar. 1922. p. 6.

LEMOS, Manuel Alves de

Político e comerciante, nasceu no povoado de São Gonçalo da Campanha do Rio Verde, Província de Minas Gerais (hoje cidade de São Gonçalo do Sapucaí), a 12 de julho de 1848.

Fez os estudos secundários nos Colégios Dale e Brasileiro, em sua terra natal.

Nomeado por decreto de 7 de agosto de 1891, exerceu o posto de Coronel-Comandante da Guarda Nacional na Comarca de Santa Isabel.

Comerciante em São Gonçalo do Sapucaí, elegeu-se Vereador, Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal para o biênio 1895-1897.

Deputado Estadual da 3ª à 7ª Legislaturas (1899-1918), em 1906 foi Presidente da Câmara.

Em 1918 elegeu-se Senador Estadual para o restante da 7ª Legislatura (1915-1918), na vaga de Urias de Melo Botelho. Seguidamente reeleito, fez parte do Senado Mineiro da 8ª à 10ª Legislaturas (1919-1930).

Atuou, ainda, no alto comércio do Rio de Janeiro, DF, e de Rio Novo, MG.

Na Monarquia pertenceu ao Partido Conservador, que chefiou em sua região, e na República ao PRM.

FONTES: *Minas Gerais*, Ouro Preto, 3 jul. 1892. p. 460./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

LEMOS, Sílvio de Morais

Magistrado e advogado, nasceu em São Gonçalo do Sapucaí, MG, a 14 de junho de 1915. Filho de Francisco Alves Lemos e de Luísa de Morais Lemos. Casado com Berenice Melo de Lemos.

Fez o curso secundário no Ginásio Municipal São João, de Campanha, MG, e bacharelou-se pela FDUMG, em 1938.

Logo depois de formado fixou-se em Carmo do Paranaíba, MG, onde advogou por dez anos.

Ingressando na Magistratura mineira, de 1949 a 1966 exerceu o cargo de Juiz de Direito, sucessivamente, nas Comarcas de Nova Resende, Ibiá e Uberlândia. Promovido para Belo Horizonte, ocupou a 9ª Vara Cível durante o ano de 1967 e, em seguida, passou a integrar o Tribunal de Alçada. Foi promovido a Desembargador no fim de 1974.

Por designação da Presidência do Tribunal de Justiça dirigiu a publicação oficial *Jurisprudência Mineira*.

FONTES: TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central*. Uberlândia, Uberlândia Gráfica Editora, 1970, v. 2./*Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Secretaria. Ficha funcional.*

LESSA, Francisco de Oliveira

Político, promotor, delegado de polícia e advogado, nasceu em Diamantina, MG, a 13 de maio de 1890, e faleceu em Guaxupé, MG, a 7 de agosto de 1945. Filho de Francisco de Vasconcelos Lessa e de Etelvina de Oliveira Lessa. Casado com Esméria Eulália de Magalhães Lessa.

Fez o curso secundário na Escola Normal e no Colégio Diocesano de Diamantina e no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, em 1915. Quando acadêmico, trabalhou na Secretaria Estadual da Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas.

Delegado de Polícia em Águas Virtuosas (atual Lambari), MG, foi, em seguida, Promotor de Justiça da Comarca de Muzambinho, MG. Em maio de 1918, demitiu-se do Ministério Público para advogar em Guaxupé, onde foi Vereador e Agente Executivo Municipal (1922).

Elegeu-se Deputado Estadual para a 9ª e 10ª Legislaturas (1923-1930) e suplente para a 1ª Legislatura da República Nova (1935-1937), tendo exercido o mandato no ano de 1937, na vaga de Alfredo Soares de Lima*.

Pertenceu ao PRM e ao Partido Progressista.

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 8 ago. 1945, p. 10./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926./TRINDADE, Raimundo Otávio. *Velhos troncos mineiros*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1955, v.1.

LESSA, Pedro Augusto Carneiro

Jurista, magistrado, professor, escritor e acadêmico, nasceu no Serro, Província de Minas Gerais, a 25 de setembro de 1859, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 25 de julho de 1921. Filho do Coronel da Guarda Nacional José Pedro Lessa e de Francisca Carneiro Lessa. Casado com Paula de Aguiar.

Fez o curso de Humanidades em Minas Gerais e em Vassouras, Província do Rio de Janeiro, e bacharelou-se e doutorou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP, respectivamente em 1883 e 1884.

Ainda estudante de Direito, foi redator de *A República*, órgão do Clube Republicano Acadêmico, e fundou, com Alberto Sales e Alcides Lins, *O Federalista*.

Advogava em São Paulo quando, em maio de 1885, o Ministro da Justiça, Afonso Augusto Moreira Pena* o nomeou Secretário da Relação da Província.

Em 1887 obteve o primeiro lugar em concurso para ingresso no corpo docente da FDSP, mas não foi nomeado. No ano seguinte submeteu-se a outro concurso, de novo alcançou a melhor classificação e foi nomeado lente substituto por decreto de 16 de maio. Em 21 de março de 1891 tornou-se catedrático de Filosofia e História do Direito da mesma Faculdade, onde lecionou ininterruptamente até 1907 e deu nova orientação ao estudo daquela disciplina, afastando-se do positivismo e do evolucionismo, ao tempo dominante no meio cultural brasileiro, aderindo ao "socialismo de cátedra".

Ainda em 1891 foi Chefe de Polícia e elegeu-se Deputado ao Congresso Constituinte de São Paulo, e nesse cargo teve participação destacada na elaboração de primeira Constituição republicana do Estado.

Afastando-se voluntariamente da política, dedicou-se com exclusividade à advocacia e ao magistério superior.

Em 26 de outubro de 1907, na Presidência de Afonso Pena*, foi nomeado Ministro do STF. Alcançou então reputação nacional e foi considerado pelos contemporâneos, e ainda o é na atualidade, o maior Juiz a ilustrar a suprema Corte, "o juiz que melhor servia à liberdade, servindo à Justiça" (Castro Rebelo). Notabilizou-se pela defesa do *habeas corpus* como medida de proteção da liberdade de imprensa e de opinião.

Eleito para a ABL em 1910, ocupou a vaga de Lúcio de Mendonça, na cadeira nº 11, de que é patrono Fagundes Varela.

Sócio do IHGB desde 1901, fazia parte de sua Comissão de História. Juntamente com Olavo Bilac*, Coelho Neto e Miguel Calmon, fundou, em 1916, a Liga de Defesa Nacional, a cuja comissão executiva presidiu.

Publicou as obras *É a história uma ciência?* (1900), prefácio à edição brasileira da *História da Civilização* de Buckle; *Dissertações e polêmicas* (1909); *Estudos de Filosofia do Direito* (1912); *O determinismo psíquico e a imputabilidade e responsabilidade criminais* (1915); *Do Poder Judiciário* (1915); *Discursos e conferências* (1916), volume este de que fazem parte estudos sobre João Francisco Lisboa e Francisco Adolfo de Varnhagem, o primeiro apresentado na Sociedade de Cultura Artística de São Paulo e o segundo do IHGB.

FONTES: BEHAR, Eli. *Vultos do Brasil*. São Paulo, Liv. Exposição do Livro, 1967./CAMPOS, Mílton. Pedro Lessa. In: *Digesto Econômico*. São Paulo. (150): 84-8, nov./dez. 1959./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 fev. 1956, 3ª seção. p. 4; 4 dez. 1966, 3ª seção. p. 5; 26 maio 1976, 2ª seção, p. 1; 17 set. 1978, p. 20./GALLOTTI, Luís. Pedro Lessa. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (221): 35-8, set./out. 1971./LAGO, Coronel Laurêncio. *Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal*; Dados biográficos (1828-1978). (Rio de Janeiro), Biblioteca do Exército Editora, 1978./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 25, 26 jul. 1921, p. 5; 16 jul. 1959, p. 15; 2 out. 1959, p. 12./OTONI, Carlos. *Nortistas ilustres*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1907./REBELO, Edgardo de Castro. Pedro Lessa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 245: 293-305, 1959./*Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*. São Paulo. Universidade de São Paulo, 54 (2): 9-85, 1959./*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 144 (90): 879-86, 1921; 148 (94); 343-58, 1923./RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970-1./ ROSAS, Roberto. Pedro Lessa. In: *Digesto Econômico*. São Paulo (220): 95-7, jul./ago. 1971./SILVEIRA, Vitor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926

LIMA, Alfredo Guimarães de Oliveira

Ministro, advogado e professor, nasceu em Carangola, MG. Filho de Álvaro Moreira de Barros de Oliveira Lima e de Adélia Guimarães de Oliveira Lima.

Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Minas Gerais e doutorou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro.

Atuou como professor titular de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em Niterói, hoje Universidade Federal Fluminense.

Auditor do Tribunal de Contas da União, em 1941 foi nomeado pelo Presidente Getúlio Dorneles Vargas para o cargo de Ministro daquele órgão, do qual foi também Presidente (1948). Permaneceu na função de Ministro do TCU até 1954.

É autor de várias monografias sobre Direito Civil e dos livros *A Batalha da Probidade* (1948) e *Relatório e Parecer sobre as Contas do Governo da República* (1949).

FONTE: BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Ministros do Tribunal de Contas da União: dados biográficos 1893-1990*. 4. ed. Brasília: 1990. pp. 91-2.

LIMA, Alfredo Soares de

Político e médico, nasceu em Carangola, MG, a 21 de novembro de 1893, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 10 de maio de 1967. Filho de Joaquim Fernandes Lima e de Amélia Soares Lima. Casado com Judite Carvalho Lima.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro de Barbacena, MG, e diplomou-se pela Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, DF, em 1916.

Exerceu a clínica em sua terra natal e em Manhumirim, MG. Nesta cidade, onde era também comprador de café, abandonou a medicina para iniciar a carreira política (1924) como Vereador, Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal.

Fez parte da Aliança Liberal e da Legião de Outubro.

Eleito Deputado Estadual Constituinte e para a 1ª Legislatura (1935-1937), renunciou no fim do mandato para assumir o cargo de Diretor-Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa, onde tinha sido membro da Comissão de Segurança Pública.

Foi, posteriormente, Chefe dos Serviços Médicos da Rede Mineira de Viação e Diretor e Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais.

Pertenceu ao Partido Progressista e ao PSD. Atuou na política seu primo José Soares de Figueiredo*.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados*. 1967. Brasília, Diretoria de Documentação e Publicidade, s. n.: 585-6, 1967./*Dados biográficos*. Informantes: Maria Aparecida Lima Ludolf Melo/Cleonice Lima Roedel./*Minas Gerais*, Belo Horizonte. 11 maio 1967. p. 5; 13 maio 1967. Diário da Assembléia; 16 maio 1967. p. 4./*O Diário*, Belo Horizonte, 29 mar. 1965. p. 11.

LIMA, Álvaro Pereira de Sousa

Ministro de Estado, engenheiro e professor, nasceu em Juiz de Fora, MG, a 23 de maio de 1890, e faleceu em São Paulo, SP, em outubro de 1968. Filho do político e advogado Vítor Manuel de Sousa Lima e de Dalila Pereira de Sousa Lima. Casado com Celeida de Sousa Lima.

Fez o curso secundário no Colégio São Luís, de Itu, SP, e graduou-se em Engenharia pela Escola Politécnica de São Paulo, em 1914. Como estudante, foi auxiliar de laboratório de Física Industrial e de Eletrotécnica, Presidente do Grêmio Politécnico e Diretor da revista desta entidade.

Logo depois de formado, foi professor assistente das cadeiras de Máquinas e de Motores Técnicos. Em 1914, iniciou a carreira de engenheiro na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, SP, transferindo-se para a Companhia Mojiana de Estradas de Ferro e, mais tarde, para a Estrada de Ferro Sorocabana, tendo chegado a Diretor das duas últimas. Em 1929, foi sócio fundador do Instituto de Engenharia de São Paulo, cuja Presidência chegou a exercer, interinamente, de 1930 a 1931, quando deixou de integrar o Conselho Diretor da mesma entidade.

Durante a Revolução de 1932, aderiu às forças legalistas que combateram os revolucionários paulistas e foi comissionado no posto de Tenente junto aos serviços de engenharia da Frente Norte. Após ferir-se em acidente no Rio Paraíba, durante a luta, recebeu a patente de Major.

No setor rodoviário, desempenhou as funções de Diretor-Geral do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem de São Paulo e do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER.

Secretário da Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo, nesse Estado ocupou, também, os postos de Diretor-Geral do Departamento das Municipalidades, Diretor do Departamento de Águas e Energia Elétrica, membro do Conselho Florestal e do Tribunal de Tarifas e Chefe do setor de produção industrial da Coordenação da Mobilização Econômica.

No segundo Governo Getúlio Vargas, foi Ministro da Viação e Obras Públicas (1951-1953). Durante sua administração, foram implementadas medidas para a ampliação e o reaparelhamento dos portos nacionais e, em junho de 1952, foi criada a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento dos Transportes. Após deixar o Ministério, ocupou os cargos de Chefe do Laboratório de Ensaios e da Fiscalização da Adutora do Ribeirão das Lajes; Engenheiro-Chefe da Seção de Estudos da Companhia Siderúrgica Nacional; Vice-Presidente e Relator da Comissão Revisora do Plano de Viação Nacional; Presidente da Associação Nacional de Normas Técnicas e da Associação Nacional dos Engenheiros Rodoviários; Presidente do Conselho Fiscal da Petrobrás; membro do Conselho de Furnas S.A; Diretor da Associação Comercial e do Centro das Indústrias de São Paulo; Administrador da Associação de Poupança e Empréstimos Mauá; Presidente do Instituto de Engenharia de São Paulo e do Instituto Mauá de Tecnologia.

Representante dos Governos de São Paulo e de Mato Grosso na Comissão Interestadual Paraná-Uruguai, elaborou os estudos definitivos e os projetos executivos das usinas hidrelétricas de Jupiá e Ilha Solteira.

Além de seu pai, que foi Deputado Provincial em Minas Gerais, Vereador em Juiz de Fora e Agente Executivo em São Carlos do Pinhal, SP, militou na política seu avô José Antônio de Sousa Lima (Barão de Sousa Lima), Presidente, no regime monárquico, das Províncias de Pernambuco e do Rio Grande do Sul.

FONTES: COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961, v. 1./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 21 nov. 1968. p. 7./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 30 out. 1968, Diário do Legislativo. p. 5./*Ministério da Viação e Obras Públicas (1861/1961)*. Arquivo do Serviço de Documentação. Dados biográficos dos Ministros. *Dicionário Histórico Biográfico (1930-1983)*. Coordenação Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro. Forense-Universitária: FGV-CPDOC. Financiadora de Estudos e Projetos - Finep. 1984. p. 1865.

LIMA, Antônio Augusto de

Político, magistrado, professor, jornalista, escritor e acadêmico, nasceu na Fazenda Morro do Pires, junto ao arraial de Congonhas do Sabará, Província de Minas Gerais, depois Vila Nova de Lima (hoje cidade de Nova Lima), a 5 de abril de 1859, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 22 de abril de 1934. Filho de José Severiano de Lima e de Maria Rita de Lima. Casado com Vera Tuckaw Monteiro de Barros Lima.

Fez estudos humanísticos no Seminário de Mariana e no Colégio do Caraça, MG, os preparatórios no Liceu Mineiro de Ouro Preto, MG, e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP em 1882, em turma de que faziam parte Silva Jardim, Pinheiro Machado, Assis Brasil e Raimundo Correia. Durante o curso superior escreveu artigos de propaganda republicana para vários órgãos acadêmicos, como *O Liberal* (1878-1882) e *A República* (1880), e para jornais da cidade de São Paulo. Nesse período, iniciando o chamado "filosofismo poético" com Raimundo Correia e Afonso Celso, publicou seus primeiros versos no diário *A Comédia*, de Silva Jardim, e formou o grupo que fundou a *Revista de Sciencias e Letras*.

Depois de formado retornou à província natal para advogar em Sabará.

Em dezembro de 1883 assumiu a Promotoria Pública e, posteriormente, o Juizado Municipal de Leopoldina. Juiz de Direito de Conceição da Serra, Província do Espírito Santo, do início de 1889 até maio de 1890, em seguida foi nomeado para o mesmo cargo na recém-criada Comarca mineira de Dores da Boa Esperança (atual Boa Esperança). Não chegou, entretanto, a tomar posse porque o Governador Crispim Jacques Bias Fortes* o convocou para a Chefia de Polícia do Estado, em Ouro Preto, posto que ocupou de agosto de 1890 a março de 1891.

Adepto do movimento mudancista e da corrente favorável à instalação da nova capital de Minas na região do Curral del Rei, quando Crispim Jacques Bias Fortes* deixou a governança do Estado foi convidado pelo Ministro da Justiça, Barão de Lucena, para o cargo, com o compromisso de efetivar a transferência da sede do Governo. Permanecendo no posto de março a junho de 1891, adiantou as reformas do Poder Judiciário, dos sistemas tributário e eleitoral, do serviço de terras

públicas e mineração e das Secretarias de Estado; regulamentou o ensino primário; reorganizou a Escola de Farmácia de Ouro Preto, garantindo-lhe a sobrevivência; presidiu às eleições para as Constituintes federal e estadual, e nomeou a comissão responsável pelo estudo do Curral del-Rei para instalação da futura capital. Ao deixar o Governo, reintegrou-se na Magistratura como Juiz de Direito de Ouro Preto (1891-1901).

Um dos fundadores da Faculdade Livre de Direito, ali lecionou, de 1892 a 1925, Filosofia do Direito, Direito das Gentes e Diplomacia, Direito Criminal, Direito Público e Direito Internacional Privado, tendo-se tornado catedrático das três últimas disciplinas.

Em janeiro de 1901 transferiu-se para Belo Horizonte e substituiu José Pedro Xavier da Veiga* na direção do Arquivo Público Mineiro, cargo em que se manteve até setembro de 1910. Redator da revista dessa instituição, realizou pesquisas que contribuíram para o esclarecimento dos limites de Minas Gerais, motivo por que o Governo o nomeou advogado de Estado nas questões com São Paulo, Goiás e Espírito Santo.

Eleito para a ABL em 1903, em dezembro de 1907 tomou posse na cadeira nº 12, cujo patrono é França Júnior, e presidiu à instituição em 1928.

Durante a Campanha Civilista (1909) dirigiu o órgão oficial do PRM, o antigo *Diário de Minas*, e apoiou a candidatura de Hermes da Fonseca contra a de Rui Barbosa.

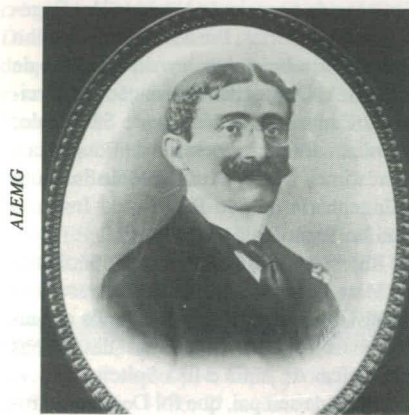
Deputado Federal da 7ª à 13ª Legislaturas (1909-1929), foi Vice-Presidente das Comissões de Legislação Social (1923) e de Diplomacia e Tratados (1923-1924), tendo-lhe cabido relatar o projeto de declaração de guerra do Brasil à Alemanha, em 1917. Ao longo da atuação parlamentar encabeçou campanhas de defesa do patrimônio florestal e pelo desenvolvimento da siderurgia, o aproveitamento das regiões de fronteira, o voto feminino, a nacionalização dos serviços radiotelegráficos e a proteção do Patrimônio Histórico Nacional. Reeleito Deputado Federal em 1929, sofreu depuração pela maioria governista da Comissão de Reconhecimento de Poderes do Congresso, em conseqüência de sua militância na Aliança Liberal.

Vitoriosa a Revolução de 1930, o Governo Provisório confiou-lhe a direção do vespertino oficioso *A Noite*, editado no Rio de Janeiro. Em 1932 apoiou a Revolução Constitucionalista e, em 1934, elegeu-se Deputado à Constituinte Federal. Durante os trabalhos iniciais dessa Constituinte veio a falecer.

Foi, ainda membro da Comissão Crítica do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, na qualidade de compositor musical, e do IHGMG, e Presidente de honra da AML desde sua fundação (1910).

Pertenceu ao PRM e ao Partido Progressista.

Atuaram na vida pública seu irmão Bernardino Augusto de Lima*, seu filho Antônio Augusto de Lima Júnior* e seus sobrinhos Mário de Lima* e João Franzen de Lima*.

Publicou as obras em versos *Contemporâneas*, Rio de Janeiro, Tip. G. Lenzinger, 1977; *Símbolos*, Rio de Janeiro, Tip. G. Lenzinger, 1892; *Poesias*, Rio de Janeiro, Garnier, 1909 (contendo os dois primeiros livros e mais *Laudas inéditas*); São Francisco de Assis, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1930. e. ed. Belo Horizonte, Estabelecimentos Gráficos Santa Maria, 1961; em prosa - *A comarca da capital de Minas e o juiz de direito de Ouro Preto*, 2. ed., Ouro Preto, Tip. Beltrão & Companhia, 1898; *Memória histórica da Faculdade Livre de Direito do Estado de Minas Gerais* 1895-1896, Ouro Preto, Imprensa Oficial, 1897; *Limites entre Minas e S. Paulo*; resumo histórico documentado oferecido ao Dr. Arthur Bernardes*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1920; *Noites de sábado*, Rio de Janeiro, Álvaro Pinto, Editor (Anuário do Brasil), 1923.

Antônio Augusto de Lima

FONTES: *Anais da Assembléia Nacional Constituinte*, 1933. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1: 19, 1934./*Anais da Assembléia Nacional Constituinte*. 1936. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 15: 253-367, 1936./*Anais do Senado*. Congresso Nacional. Rio de Janeiro, Diretoria de Publicações, s. n: 228-31. 1959./AVELAR, Antônio Ribeiro de. *Figuras da Casa de Minas*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1960./Badaró Júnior. Centenário do nascimento do Augusto de Lima. In: *Anais da Câmara dos Deputados*. 1959. Rio de Janeiro, IBGE, 1: 764-6, 1959./BEHAR, Eli. *Vultos do Brasil*. São Paulo, Liv. Exposição do Livro, 1967./CAMPOS, Milton. Augusto de Lima. In: *Digesto Econômico*. São Paulo, (147): 35-8, mai./jun. 1959./Centenário de nascimento de Augusto de Lima. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 6: 29-81, 1959./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 5 abr. 1959. Caderno Especial. p. 1./ ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil, 1889 a 1917*. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 2./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 24 abr. 1934. p. 1; 27 maio 1934. p. 6; 16 jan. 1955. p. 1; 5 abr. 1959. p. 3./LELLIS, Carlindo. *Augusto de Lima, sua vida e sua obra*. Belo Horizonte, Velloso, 1959./LIMA, José Augusto de. *Augusto de Lima, seu tempo, seus ideais*. Rio de Janeiro, MEC/Universidade do Brasil, 1959./LOPES, Mercês Maria Moreira. *Augusto de Lima*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1959./ MATOS, Anibal. *Mestre Augusto de Lima*. Belo Horizonte, Ed. Apollo, 1934./*Mensagem a Pátria Mineira*, São João del-Rei, 16 abr. 1891. pp. 1-2./*Minas Gerais*, Ouro Preto, 7 set. 1892. p. 498./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 24 abr. 1934. p. 2; 1º out. 1936. pp. 8-9; 5 abr. 1959. Diário Legislativo. p. 17; 5 nov. 1959. p. 13; 30 out. 1960. p. 13; 10 abr. 1973. p. 4; 8 maio 1967. Suplemento Literário. p. 11./MOURA, Margarida de. *Mineiros Ilustres*. s. n. t. p. 28./*O Diário*, Belo Horizonte, 4 mar. 1960. p. 4./*Revista da Faculdade de Direito*: memória histórica (1892-1959). Belo Horizonte, Imprensa da Universidade de Minas Gerais. 10: 134-5, out. 1958/mar. 1959./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito*. Arquivo./VELHO SOBRINHO, João Francisco. *Dicionário biobibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro, s. ed. 1937.

LIMA, Antônio Gomes

Político, advogado e empresário, nasceu na freguesia de São Domingos do Prata, Município de Santa Bárbara, Província de Minas Gerais (hoje cidade do mesmo nome), a 16 de junho de 1869. Filho do Tenente-Coronel da Guarda Nacional Modesto Gomes Domingues e de Maria dos Anjos de Jesus. Casado com Isabel da Luz Gomes de Lima.

Fez os preparatórios em Ouro Preto, MG, e o curso superior nas Faculdades de Direito de São Paulo e do Rio de Janeiro e na FLDMG, tendo-se bacharelado por esta em 1893.

Advogando em Belo Horizonte, MG, foi Chefe de Polícia interino, de 21 de fevereiro a 6 de setembro de 1902.

Senador Estadual na 5ª Legislatura (1907-1910), renunciou ao mandato em 1909, ao ser escolhido para a presidência do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., posto que ocupou até 1913. Foi, ainda, Diretor do Banco do Brasil e, a seguir, Deputado Federal na 9ª e 10ª Legislaturas (1915-1920).

Pertenceu ao PRM.

Era genro de Joaquim Bento Ribeiro da Luz*.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 8 out. 1918. p. 2./ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil*. 1889 a 1917. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 2./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito*. Arquivo.

LIMA, Augusto de ver LIMA, Bernardino Augusto de

LIMA, Bernardino Augusto de

Político, advogado e professor, nasceu em Congonhas de Sabará, Província de Minas Gerais (hoje Nova Lima), a 10 de dezembro de 1856, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 18 de maio de 1924. Filho de José Severiano de Lima e de Maria Rita de Lima. Casado com Ester Franzen de Lima.

Estudou Humanidades no Colégio do Caraça, fez os preparatórios no Liceu Mineiro de Ouro Preto e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP, em 1882, tendo como colegas de turma seu irmão Antônio Augusto de Lima*, Assis Brasil, Silva Jardim e Raimundo Correia.

Retornou à Província de Minas em 1883 para ocupar o cargo de Procurador Fiscal da Tesouraria da Fazenda e abrir escritório de advocacia em Ouro Preto.

Do início de 1885 a abril de 1886 foi Diretor da Fazenda e, desde 1886, professor catedrático de Legislação de Minas, Direito Administrativo e Economia Política na EMOP.

Deputado ao Congresso Constituinte mineiro e na 1ª Legislatura (1891-1895), em seguida preencheu a vaga de Camilo Maria Ferreira da Fonseca* no Senado Estadual durante a 2ª Legislatura (1895-1898).

Como um dos líderes da Campanha Civilista em Minas Gerais, sob a orientação de Rui Barbosa, fundou e organizou o Partido Republicano Liberal no Estado.

No quatriênio de Hermes da Fonseca dirigiu a fundação das Ligas Intervencionistas mineiras, em solidariedade com as de São Paulo. Foi Diretor da União Popular Católica de Minas Gerais, fundador do Orfanato Santo Antônio, de Belo Horizonte, e membro do Conselho da Caixa Econômica Federal, de 1904 a 1915.

Um dos fundadores da FLDMG, em dezembro de 1892 assumiu as cátedras de Noções de Economia Política e de Direito Administrativo, no curso de bacharelado, e a cadeira de Exposição Sucinta de Direito Pátrio Constitucional no curso de Notariado. Lecionou até 1898, quando se licenciou. Em virtude da reforma do ensino de 1900, ficou em disponibilidade até 1903, quando passou a reger o curso complementar de Ciência das Finanças. Ao vagar-se a cadeira de Afonso Augusto Moreira Pena*, foi nomeado catedrático de Economia Política em março de 1910.

Ainda acadêmico de Direito, publicou *Apontamentos de Direito e Economia Política* (1882), destinando o produto da venda do livro à Sociedade Beneficente da Faculdade. Em 1896, editou *Economia Rural*, reunião de artigos divulgados no órgão oficial *Minas Gerais*, sobre a organização de moderna indústria agrícola.

Foi pioneiro da campanha de mecanização da agricultura no Estado de Minas Gerais.

Atuaram na política seu irmão Antônio Augusto de Lima* e seus filhos Mário Franzen de Lima* e João Franzen de Lima*.

FONTES: CASASANTA, Mário. Grandes vultos de Minas Gerais. In: *Revista Alterosa*. Belo Horizonte 3 (18) : 24, 124, set. 1941./ *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 20 maio 1924. pp. 1-2./LOPES, Mercês Maria Moreira. *Augusto de Lima*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1959./MENEZES, J. Furtado de. Doutor Bernardino Augusto de Lima. In: *Anais da Escola de Minas de Ouro Preto*. Ouro Preto, Liv. Mineira, 1925, n. 21./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, Belo Horizonte, 19-20 maio 1925. p. 4; 11 dez. 1956, Diário da Assembléia. p. 4./*O Horizonte*, Belo Horizonte 21 maio 1924, p. 2/*Revista da Faculdade de Direito*; memória histórica (1892-1959). Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais 10: 1937, out. 1958-mar. 1959./ SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

LIMA, Cláudio Pinheiro de

Político e servidor público, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 14 de janeiro de 1914, e faleceu na mesma cidade, a 6 de fevereiro de 1966. Filho de João Cláudio de Lima e de Marta Pinheiro de Lima. Casado com Diva Santos de Lima.

Fez o curso secundário no Colégio Arnaldo, de Belo Horizonte, e bacharelou-se pela FDUMG, em 1935.

Depois de desempenhar os cargos de Oficial de Gabinete do Secretário da Agricultura, Tesoureiro da Secretaria da Fazenda, Fiscal do Imposto de Renda e Prefeito de Caeté, elegeu-se suplente de Deputado Estadual para a 3ª Legislatura (1955-1959). Esteve em exercício do mandato nos períodos de 29 de outubro a 13 de dezembro de 1957, em substituição a Álvaro Sales*, e de 6 de maio a 25 de julho de 1958, durante licença de Carlos Murilo Felício dos Santos*.

Eleito Deputado Estadual para a 5ª Legislatura (1963-1967), foi Vice-Líder da Bancada do PSD, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa de fevereiro de 1965 até a data de sua morte, e membro efetivo da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1963-1964). Escolhido Presidente do Automóvel Clube de Minas Gerais, tomou posse dois dias antes de falecer.

Pertenceu ao PSD.

Era sobrinho de Israel Pinheiro da Silva* e neto de João Pinheiro da Silva*.

FONTES: *Anais da Assembléia Legislativa 1966*. Belo Horizonte, Diretoria dos serviços legislativos. 1: 28-35 e 224, 1966./*Anais da Câmara dos Deputados*. Brasília, s. ed., 2: 472, 1965-6./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 8 fev. 1966. p. 8./*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. 1965-6: Belo Horizonte, Imprensa Oficial 12: 409-11, s. d./RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e Expoentes de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970-1.

LIMA, Dorinato de Oliveira

Político e médico, nasceu em Entre-Rios, Província de Minas Gerais (hoje Entre-Rios de Minas), no ano de 1886, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 13 de fevereiro de 1947. Filho de Ardelino Oliveira Lima e de Maria Cândida de Oliveira Lima. Casado com Geni Nogueira Lima.

Fez o curso secundário na Academia de Comércio de Juiz de Fora, MG, e diplomou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, DF, em 1914.

Logo depois de formado clinicou em Itaúna, MG, onde dirigiu os serviços clínico-cirúrgicos da Casa de Caridade Coronel Manuel Gonçalves de Sousa Moura. Transferindo-se para Belo Horizonte em 1929, integrou

o quadro médico da Santa Casa de Misericórdia e da Casa de Saúde São Lucas.

Após exercer o cargo de membro do Conselho Consultivo do Estado, elegeu-se Deputado Estadual para a 1ª Legislatura (1935-1937), durante a qual foi Presidente da Câmara e membro da Comissão de Saúde Pública (1935) e da Comissão das Câmaras Municipais, Prefeituras e Negócios Interestaduais (1935-1937).

Pertenceu ao Partido Progressista.

ALEMG

Dorinato de Oliveira Lima

FONTES: Candidatos à Constituinte Mineira. Dorinato de Oliveira Lima. In: *Revista* PP. Belo Horizonte, (1) (1): s. p., 1934/*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 14 fev. 1947. p. 9./*O Diário*, Belo Horizonte, 14 fev. 1947. p. 2.

LIMA, Francisco Negrão de

Político, advogado, jornalista e diplomata, nasceu em São João Nepomuceno, MG, à época Distrito de Lavras, a 24 de agosto de 1901, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, a 26 de outubro de 1981. Filho do empresário e político João Nepomuceno Licas de Lima* e de Maria das Dores Negrão de Lima. Casado com Ema Hamann Negrão de Lima.

Fez os estudos secundários no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, MG, e bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, em 1924.

Exerceu a advocacia na Capital mineira e no Rio de Janeiro, DF, e iniciou a carreira política como Chefe de Gabinete do Secretário do Interior de Minas Gerais, Sandoval Soares de Azevedo*, no Governo de Fernando de Melo Viana* (1924-1926). Foi, a seguir, redator de debates na Câmara Estadual, repórter do antigo *Diário de Minas*, órgão do PRM, e redator do *Estado de Minas*. Em 1929, Negrão de Lima filiou-se à Aliança Liberal e instalou e dirigiu, em Belo Horizonte, a sucursal de *O Estado de S. Paulo*. Com a vitória da Revolução de 1930 e a supressão dos órgãos legislativos, perdeu o cargo e mudou-se para o Rio de Janeiro, DF, em fins de 1930, tornando-se encarregado do serviço telegráfico do órgão oficial de seu Estado, o jornal *Minas Gerais*. Montou, juntamente com Odilon Braga, um escritório de advocacia no Rio, o qual não demoraria a fechar. Em 1932, foi designado Secretário da Federação Industrial do Rio de Janeiro e, no ano seguinte, nomeado Secretário-Geral da entidade, cargo em que permaneceria até 1936.

Deputado Federal Constituinte e na Legislatura Ordinária (1934-1937), ocupou a Vice-Presidência da Comissão de Diplomacia e Tratados e fez parte da Comissão de Justiça. Por sugestão de Benedito Valadares Ribeiro*, Getúlio Vargas incumbiu-o, nos fins de 1937, de articular, com os Governadores do Norte e do Nordeste, a instituição do Estado Novo, na chamada "Missão Negrão de Lima", que consistia em comunicar a esses Governadores os pontos básicos das mudanças institucionais em preparação, sondando-os a respeito de suas posições frente ao golpe. Levou-lhes uma carta-circular de apresentação, assinada por Benedito Valadares Ribeiro*, evitando apenas a Bahia e Pernambuco, cujos governantes faziam clara oposição a Vargas. Todos os Governadores consultados por Negrão declararam-se de acordo com o golpe.

Instaurado o novo regime, assumiu a Chefia do Gabinete de Francisco Luís da Silva Campos* no Ministério da Justiça, posto em que permaneceu até ser nomeado, em 1941, Embaixador do Brasil na Venezuela. Concentrou esforços na ampliação do mercado venezuelano para exportações brasileiras, prejudicadas pelas dificuldades de comércio com a Europa em guerra. Em seguida, foi, durante quatro anos, Embaixador junto do Governo do Paraguai. Procurou, então, intensificar as relações diplomáticas, culturais e políticas entre os dois países, tendo fundado o Instituto Paraguaio-Brasileiro e promovido a ida, a Assunção, de uma missão universitária brasileira, que ali organizou a primeira Faculdade de Filosofia. Transferido para a Bélgica, chefiou a Representação do Brasil até fevereiro de 1947. Nesse mesmo ano, voltou ao Paraguai para, como emissário do Governo brasileiro, servir de mediador entre grupos em luta armada na cidade de Concepción.

Depois de ocupar por algum tempo o cargo de Secretário-Geral da Administração do Distrito Federal (Rio de Janeiro), durante a gestão do Prefeito Ângelo Mendes de Morais, foi nomeado Procurador junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Ao voltar Getúlio Vargas à Presidência da República, em janeiro de 1951, nomeou-o Ministro da Justiça, condição em que chefiou a missão especial do Brasil na posse do Presidente do Uruguai. Deixando o Ministério em junho de 1953, foi designado Embaixador Especial na Bolívia para tratar da execução de tratados referentes ao petróleo boliviano, numa política que chamou de "nacionalismo cooperativo" entre os dois países. Em 1954, fez parte da delegação brasileira à Conferência Pan-Americana realizada em Caracas, Venezuela.

Durante a Presidência de Juscelino Kubitschek de Oliveira*, desempenhou, sucessivamente, os cargos de Prefeito do Distrito Federal (1956-1958), Ministro das Relações Exteriores (1958-1959) e Embaixador em Portugal, tendo sido mantido neste último, até 1963, pelos Presidentes seguintes.

Principal articulador da campanha pela volta de Juscelino Kubitschek de Oliveira* à Chefia do Governo em 1965, em abril de 1964 figurou entre os políticos da situação deposta que se empenharam na eleição indireta do General Humberto de Alencar Castelo Branco para a Presidência da República.

Eleito Governador do Estado da Guanabara pelas oposições, para a gestão que terminaria em 15 de março de 1971, depois de superado o antagonismo militar à sua posse assumiu o poder em dezembro de 1965.

Pertenceu ao Partido Popular, ao PSD e ao MDB.

Atuaram na vida pública, além de seu pai, seus irmãos Otacílio Negrão de Lima*, Oscar Negrão de Lima* e Jair Negrão de Lima*.

Estado de Minas

Francisco Negrão de Lima, 1965

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional 1: 28, e 375, 1936; Brasília, Centro de Documentação. Informação. 1(10): 6513-4, 1975./ AVELAR, Antônio Ribeiro de. *Figuras da Casa de Minas*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1960. /CORTÊS, Antônio Maria Cardoso. *Homens e Instituições no Rio*. Rio de Janeiro, IBGE, 1957./COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./ *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 8. fev. 1951. p.5./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 3 jan. 1941. p. 8; 27 out. 198l. p. 1./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 2 fev. 1951, p. 5; 26 ago. 1971. Diário do Legislativo, pp. 2-3./*O Diário*, Belo Horizonte, 3 jan. 1941. p. 3./ *Relação dos Ministros da Justiça*. 1922-1974. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça/ Arquivo Nacional, 1974. *Dicionário Histórico Biográfico (1930-1983)*. Coordenação Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro. Forense-Universitária: FGV-CPDOC-Finep. 1984. pp. 1851-1856.

LIMA, Ilacir Pereira

Político, industriário, líder sindical e funcionário público, nasceu em Vespasiano, MG, a 4 de março de 1915, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 30 de maio de 1974. Filho de Rodrigo Pereira de Lima e de Felícia Maria de Resende. Casado com Abadia Sifuentes Lima.

Muito jovem ainda começou a trabalhar na indústria têxtil, tendo chegado a gravador da Companhia Industrial Belo Horizonte S.A.

De 1942 a 1952 presidiu ao Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Minas Gerais.

Um dos fundadores do PTB, foi Secretário-Geral e Presidente da Comissão Executiva Estadual (1945-1954). Como representante dos tecelões, serviu de vogal na Justiça do Trabalho no período 1946-1948.

Após o Estado Novo, elegeu-se Deputado Constituinte mineiro e para a 1ª e a 2ª Legislaturas (1947-1955). Na Assembléia exerceu os cargos de Presidente da Comissão de Trabalho e Ordem Social (1947-1950), membro da Comissão de Viação e Obras Públicas (1950), da Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho (1951-1954) e da Comissão Especial de Estudos sobre Transportes (1947).

Deputado Federal na 3ª Legislatura (1955-1959), rompeu com o Presidente Nacional do PTB João Goulart, a quem acusou, em discurso proferido na Câmara, de não ter prestado contas da aplicação de dinheiro recebido de uma empresa estatal para a campanha partidária de 1955.

Expulso, então, do PTB, filiou-se ao MTR, fundado pelo trabalhista dissidente Fernando Ferrari.

Depois de cumprido o último mandato parlamentar, voltou à atividade na indústria têxtil e, a partir de 1959, trabalhou como funcionário burocrático do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS).

Ao instituir-se o bipartidarismo, filiou-se ao MDB.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Abadia Sifuentes Lima. CEM/UFMG./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 1º jun. 1974. p. 2./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 4 jun. 1974, Diário do Legislativo. p. 8; 7 jun. 1974, Diário do Legislativo. p. 3.

LIMA, Jair Negrão de

Político, promotor e advogado, nasceu em São João Nepomuceno, então Distrito de Lavras e hoje cidade de Nepomuceno, MG, a 30 de agosto de 1905. Filho do Empresário e Político João Nepomuceno Licas de Lima* e de Maria das Dores Negrão de Lima.

Fez os estudos secundários no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, MG, e o curso superior na FDUMG, pela qual se bacharelou em 1927.

Antes de concluir o curso jurídico foi convidado para o cargo de consultor jurídico da Associação Comercial de Minas. Nomeado durante o Governo Olegário Dias Maciel*, exerceu por algum tempo o cargo de Promotor Público na Capital mineira. Posteriormente mudou-se para o Rio de Janeiro, DF, onde abriu escritório de advocacia.

Durante a Interventoria Wilson João Beraldo, ocupou o posto de Secretário das Finanças de Minas Gerais (3/2/1946-12/8/1946). Mais tarde, elegeu-se Vice-Prefeito de Belo Horizonte para dois períodos: 31 de janeiro de 1963 a 31 de janeiro de 1965, como companheiro de chapa de Jorge Carone Filho*, e 31 de janeiro de 1965 a 31 de janeiro de 1967, por escolha da Câmara Municipal para eventual substituto de Osvaldo Pieruccetti*. Consultor jurídico da Confederação Nacional do Comércio, participou das comissões que procederam à revisão da legislação do imposto de renda, à elaboração da nova Lei do Selo e à regulamentação da Lei de Acidentes do Trabalho, e integrou o Conselho Superior de Tarifas e a Junta de Ajustes dos Lucros Extraordinários.

Atuaram na vida pública, além de seu pai, seus irmãos Otacílio Negrão de Lima*, Oscar Negrão de Lima* e Francisco Negrão de Lima*.

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 5 fev. 1946. p. 3./*Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

LIMA, Javert de Sousa

Político, jornalista, professor e advogado, nasceu em Cataguases, MG, a 29 de março de 1908. Filho de Eduardo de Sousa Lima e de Maria Carmelina Lima.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, MG, e o superior na Faculdade de Direito da UMG, pela qual se bacharelou em 1930 e posteriormente se doutorou em Direito Público.

Redator do órgão oficial *Minas Gerais* e advogado militante na Capital do Estado, de 1933 a 1935 serviu como secretário particular de Carlos Coimbra da Luz*, então Secretário do Interior do Governo mineiro. Em seguida, foi redator de debates da Assembléia Constituinte de 1935 e Diretor-Geral do Tesouro Estadual. Em 31 de outubro de 1935 elegeu-se Deputado classista para a 1ª Legislatura (1935-1937).

No magistério exerceu os cargos de professor de História Geral no Colégio Arnaldo de Belo Horizonte, livre-docente de Direito do Trabalho na Faculdade de Direito da UMG, catedrático de Direito Internacional Público na Faculdade de Direito da UCMG e professor de Direito Civil na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, cidade onde passou a advogar.

Membro do IHGMG, publicou *Limitações do Estado à liberdade de trabalho* (tese de concurso, 1940): *Pareceres e outros trabalhos jurídicos; À margem de um programa de Direito Social; Os estudos jurídicos e os estudos históricos; A equidade no Direito Social; Evolução da legislação social no Brasil e na América; A Sociedade das "Nações"*.

FONTES: *Anuário da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais. 1939-53*. Belo Horizonte, s. ed., (1954)./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 18 out. 1935. p. 13./ *Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

LIMA, João Franzen de

Político, advogado, promotor e professor, nasceu em Ouro Preto, MG, a 22 de dezembro de 1897. Filho de Bernardino Augusto de Lima* e de Ester Franzen de Lima,

Fez os preparatórios em Belo Horizonte, MG, onde se bacharelou pela FLDMG em 1919.

Iniciou sua vida pública como Promotor de Justiça em Queluz (hoje Conselheiro Lafaiete), MG.

Transferindo-se depois para Belo Horizonte, por muitos anos ali exerceu a advocacia e o magistério. Diretor da Escola de Economia e Finanças de Minas Gerais, em 1929 ingressou no corpo docente da FDUMG como professor contratado de Direito Civil.

De 1934 a 1937 foi Vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte, à qual voltou no período de 1950-1954. Signatário do Manifesto dos Mineiros em outubro de 1943, em 1945 participou ativamente do movimento pela redemocratização do País, tendo sido um dos fundadores e secretários da UDN mineira. Na Interventoria Júlio Ferreira de Carvalho* exerceu o cargo de Secretário Estadual das Finanças (17/8/1946-8/11/1946). No início do Governo Mílton Soares Campos* foi Prefeito de Belo Horizonte (21/3/1947-12/12/1947).

Em 1950-1951 integrou a diretoria do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. Posteriormente ocupou, em dois períodos diferentes, o posto de Secretário Estadual do Interior e Justiça: de 28 de maio de 1962 a 8 de janeiro de 1963, no Governo José de Magalhães Pinto*, e de 25 de abril de 1967 a 14 de março de 1971, na Administração Israel Pinheiro da Silva*. De abril de 1971 a março de 1976 desempenhou as funções de Diretor Administrativo da empresa de economia mista Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. - Cemig - e, em seguida, as de Presidente do seu Conselho de Administração.

Foi, ainda, Diretor (1940-1943) de *O Diário*, matutino de orientação católica que se editava em Belo Horizonte, e posteriormente (1951-1953) do *Correio do Dia*, órgão da UDN mineira. Colaborador das obras de educação emendativa fundadas pela professora Helena Antipoff, presidiu durante 20 anos (1962-1982) à Sociedade Pestalozzi da Fazenda do Rosário, MG.

Estado de Minas

João Franzen de Lima, outubro de 1980

Pertenceu à UDN e à Arena.

Além de seu pai, atuaram na política seu tio Antônio Augusto de Lima*, seu irmão Mário Franzen de Lima* e seu cunhado Cristiano Monteiro Machado*.

É primo do escritor Antônio Augusto de Lima Júnior*.

FONTES: *Estado de Minas,* Belo Horizonte, 18 ago. 1946. p. 3; 22 ago. 1946. p. 7./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 22 mar. 1947. p. 10; 27 abr. 1967. p. 1./*Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.* Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente./*Universidade de Minas Gerais. Faculdade de Direito. Quadro dos Bacharéis formados. 1893-1920.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1921.

LIMA, João Gonçalves Pereira

Diretor do Instituto Mineiro do Café de 22 de março de 1929 a 7 de setembro de 1930.

FONTE: WIRTH, John D. *O fiel da balança; Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937.* Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1982.

LIMA, João Nepomuceno Licas de

Político, promotor e empresário, nasceu em São João Nepomuceno, Distrito de Lavras, Província de Minas Gerais (atual cidade de Nepomuceno), a 16 de abril de 1858, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 28 de março de 1943. Casado, em primeiras núpcias, com Maria Elisa da Costa Lima e, em segundas, com Maria das Dores Negrão de Lima.

Em Lavras, foi Promotor Público, Vereador à Câmara Municipal durante um quatriênio, comerciante e Diretor da Fábrica de Tecidos Lavrense. Dedicou-se também a atividades comerciais em Nepomuceno e em Belo Horizonte.

Abandonando o comércio, exerceu o cargo de Delegado do Recenseamento de 1920 em Minas Gerais e, mais tarde, o de escrivão da 2ª Coletoria Federal, neste tendo-se aposentado. Presidente da Associação Comercial de Minas de 1916 a 1918, liderou o movimento das classes produtoras para a instalação de uma agência do Banco do Brasil em Belo Horizonte.

Atuaram na vida pública seus filhos Francisco Negrão de Lima*, Jair Negrão de Lima*, Oscar Negrão de Lima* e Otacílio Negrão de Lima*.

FONTES: *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 30 mar. 1943. p. 8./ *O Diário,* Belo Horizonte, 30 mar. 1943. p. 8.

LIMA, José Augusto de Assis

Político, magistrado, advogado e promotor, nasceu em São João Nepomuceno, então Distrito de Lavras, Província de Minas Gerais, e hoje cidade de Nepomuceno, a 4 de outubro de 1872, e ali faleceu, em junho de 1924. Filho do Major da Guarda Nacional José Augusto de Lima e de Maria Idalina de Lima. Casado com Sidnéia Júlia Guimarães de Lima.

Bacharelou-se em Ciências Jurídicas pela FDSP, em 1896 e em Ciências Sociais pela FLDMG, em 1898.

Depois de exercer os cargos de Juiz Municipal e Promotor Público em Três Pontas, MG, e o de Juiz Substituto Federal em Belo Horizonte, MG, exonerou-se da magistratura para ingressar na política.

Em 1901 elegeu-se Deputado Estadual para o restante da 3ª Legislatura (1899-1902), na vaga de José Carneiro de Resende*, e reelegeu-se para a 4ª Legislatura (1903-1906).

Pertenceu ao PRM.

FONTES: *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 27 jun. 1924. p. 9./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito.* Arquivo.

LIMA, José Dayrell de

Magistrado, nasceu em Serro, MG, a 2 de outubro de 1895, e faleceu em Conselheiro Lafaiete, MG, a 3 de março de 1970. Filho do político Sebastião Augusto de Lima* e de Maria Alice Dayrell de Lima. Casado com Maria Helena Pasca de Lima.

Fez os estudos preparatórios no Colégio Dom Viçoso de Diamantina, MG, e bacharelou-se pela FLDMG, em 1917.

Com seu pai, desenvolveu atividades no comércio atacadista da Capital mineira.

Logo depois de diplomado exerceu o cargo de Promotor de Justiça em Manhuaçu, MG. Ingressando, a seguir, na magistratura mineira, foi Juiz de Direito de Ferros, Pedro Leopoldo, Monte Azul, Abre-Campo, Rio Casca e de Conselheiro Lafaiete. Serviu em Belo Horizonte quando, por merecimento, foi promovido ao recém-criado Tribunal de Alçada. Promovido, em 1965, a Desembargador do Tribunal de Justiça, aposentou-se logo em seguida.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 10 jun. 1970, 4ª seção. p. 3./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 2 jun. 1965, Diário da Assembléia. p. 3.

LIMA, José Reinaldo de

Político e atleta, nasceu em Ponte Nova, MG, a 11 de janeiro de 1957. Filho do ferroviário Mário de Lima e da professora Maria Coeli do Nascimento Lima.

Concluiu o curso secundário no Colégio Tristão de Ataíde, em Belo Horizonte, MG (1976).

Iniciou sua carreira futebolística em sua terra natal, em 1965. Em 1971 passou a integrar o grupo de atletas do infanto-juvenil do Clube Atlético Mineiro, ingressando no futebol profissional desse clube em 1973. Em 1975 foi convocado para as seleções mineira e brasileira de futebol. Integrou a seleção brasileira de futebol que disputou a Copa do Mundo de 1978 na Argentina. Em 1986, transferiu-se para Manaus, AM, voltando em seguida para Minas, onde integrou a equipe do Cruzeiro Esporte Clube. Em 1987, devido a condições físicas precárias, deixou a carreira futebolística, passando a atuar como técnico de futebol na Holanda.

Em 1982, participou da campanha pela preservação dos índios crenaques e maxacalis e, em 1984, da campanha pelas eleições diretas para Presidente da República. Em 1985, a convite do Governo de Cuba, fez parte do II Encontro de Intelectuais da América Latina, passando, no ano seguinte, a integrar o Conselho Consultivo da Associação José Martí, de Minas Gerais, dedicada ao intercâmbio cultural entre Brasil e Cuba.

Elegeu-se, em 1990, Deputado Estadual para a 12ª Legislatura (1991-1995). Na Assembléia Legislativa integra, como membro efetivo, a Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Turismo e Lazer e, como suplente, a Comissão de Meio Ambiente.

Filiado ao PT.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

LIMA, Luciano de Sousa

Magistrado e professor, nasceu em Mar de Espanha, Província de Minas Gerais, no ano de 1865, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 8 de março de 1944. Filho de Manuel de Sousa Lima e de Maria Carolina de Sousa Lima. Casado com Josefina de Sousa Lima.

Fez os estudos preparatórios no Rio de Janeiro e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP, em 1887.

Depois de exercer os cargos de Promotor de Justiça e Juiz Municipal de Machado, MG, em 1895 prestou concurso para Juiz de Direito, função que desempenhou, sucessivamente, nas Comarcas mineiras de Prata, Monte Santo (atual Monte Santo de Minas), Campanha, Varginha, Cataguases e Belo Horizonte.

Nomeado em 1927 Desembargador do Tribunal de Relação de Minas Gerais, aposentou-se em 1930.

Foi, ainda, professor de Latim durante vários anos, no Ginásio Brasil de Lambari (hoje Jesuânia), MG.

Traduziu diversos livros do italiano e publicou a obra *Comentários e decisões judiciárias.*

Atuou na vida pública seu filho Luís Gonzaga de Sousa Lima*.

FONTES: *Estado de Minas,* Belo Horizonte, 9 mar. 1944, p. 3; 4 ago. 1965, p. 5./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 9 mar. 1944, p. 8./*O Diário,* Belo Horizonte, 9 mar. 1944, p. 3.

LIMA, Luís Gonzaga de Sousa

Prefeito de Belo Horizonte, MG, engenheiro e empresário, nasceu em Monte Santo, MG (hoje Monte Santo de Minas), a 13 de julho de 1904, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 28 de fevereiro de 1982. Filho do magistrado Luciano de Sousa Lima* e de Josefina de Sousa Lima. Casado com Selva Lessa de Sousa Lima.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro, em Belo Horizonte, e diplomou-se em Engenharia Industrial em 1925 pela Escola Livre de Engenharia, mais tarde incorporada à UMG.

Iniciando sua vida profissional como chefe de construção da firma Dolabella & Cia. Ltda., dirigiu o serviço de pavimentação da Rodovia Rio-Petrópolis, o primeiro feito com concreto no Brasil. Reorganizou, a seguir, as Granjas Reunidas do Norte, que atualmente constituem a Industrial Malvina S.A., localizada nos Municípios mineiros de Engenheiro Dolabella e Bocaiúva.

Na iniciativa privada exerceu cargos de direção nas seguintes empresas, de cuja fundação participou: Empresa de Pavimentação S.A., Economisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, Desenvolvimento de Minas Gerais, Brasil Agrícola Distribuidora Ltda., Distribuidora de Título Distel Ltda., Consórcio Somel, Ferro e Aço de Vitória, Brasil Construtora S.A., Sociedade Atlas de Engenharia S.A., Industrial Construtora, Indústria de Concreto Armado Ltda. e Sociedade de Instalações Técnicas.

Na Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais ocupou as funções de Vice-Presidente e integrou o conselho da Junta de Conciliação e Julgamento.

Foi, também, Diretor do Banco Nacional do Comércio S.A. e do Banco do Comércio de Minas Gerais S.A. e Vice-Presidente do conselho de administração do Banco Denasa de Investimento S.A.

Durante o Governo Israel Pinheiro da Silva* exerceu os cargos de primeiro Vice-Presidente Executivo do Conselho Estadual do Desenvolvimento, Secretário Estadual do Desenvolvimento e Prefeito de Belo Horizonte (março de 1967-março 1970).

Dedicado à agropecuária, desenvolveu atividades em nove fazendas situadas em Minas Gerais.

Entre outras condecorações, recebeu a Grande Cruz da Ordem do Cedro, do Governo da Síria, e a Medalha Cristiano Ottoni, como o melhor engenheiro do ano de 1969.

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais. CEM/UFMG./*Diário de Minas,* Belo Horizonte, 28-29 nov. 1965, Caderno DM-2. p. 6./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 21 mar. 1964, Suplemento Econômico-Financeiro, pp. 6-7.; 1º fev. 1966, p. 9; 17 jan. 1967. p. 3./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 2 fev. 1966, p. 13; 1º fev. 1967, p. 1.

LIMA, Marcos Guimarães de Cerqueira

Político, engenheiro e empresário, nasceu em Itaúna, MG, a 25 de junho de 1946. Filho do industrial João de Cerqueira Lima Júnior e de Teresa Guimarães Lima. Casado com Andressa Garambone de Cerqueira Lima.

Concluiu seus estudos secundários no Colégio São Francisco de Assis, no Rio de Janeiro (1964), e o curso de Engenharia Civil na Escola Nacional de Engenharia da antiga Universidade do Brasil (1969). Pela mesma Universidade, pós-graduou-se em Engenharia Econômica e Administração Industrial (1970).

Em 1982, foi eleito Deputado Federal para o período 1983-1987. Em 1986, elegeu-se Deputado Federal Constituinte e para o quadriênio 1987-1991. Na Assembléia Nacional Constituinte, foi titular da Comissão de Redação (1988) e da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, da Comissão da Ordem Econômica (1987), e suplente da Comissão de Sistematização (1987-1988). Na Câmara dos Deputados, foi Presidente da Comissão de Minas e Energia (1985-1986) e do Grupo Parlamentar de Mineração (1986-1987); titular das Comissões de Minas e Energia (1983-1984; 1989-1990), de Transportes (1984-1987) e de Relações Exteriores (1990-1991) e suplente das Comissões de Relações Exteriores (1989-1990) e de Minas e Energia (1990-1991). No Congresso Nacional, foi titular da Comissão Mista de Orçamento (1990-1991).

Em 1990, foi reeleito Deputado Federal para o período 1991-1995.

Filiado ao PMDB, foi Presidente do PMDB Jovem e do Diretório Municipal de Itaúna. Pertenceu, antes, ao PP.

Atua na política seu primo José Aparecido de Oliveira.*

FONTES: BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Assembléia Nacional Constituinte - 1987:* repertório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. 2. ed. Brasília, 1989. p. 575./BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Deputados brasileiros:* repertório biográfico. 49ª Legislatura 1991-1995. Brasília, 1991. p. 438.

LIMA, Mário dos Santos Rodrigues

Magistrado, nasceu em Niterói, RJ, a 1º de novembro de 1895.

Ingressando na magistratura mineira em julho de 1924, foi Juiz Municipal em Teófilo Otôni, Santa Quitéria (1925) e Araxá (1927). Promovido a Juiz de Direito, serviu nas Comarcas de Itamarandiba (1929), Araçuaí (1932), Januária (1937), Pouso Alto (1940), Manhuaçu (1946) e Belo Horizonte (1960). Em janeiro de 1961 foi promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça, cargo em que se aposentou em 1965.

FONTE: *Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.* Secretaria. Ficha funcional.

LIMA, Mário Franzen de

Político, escritor, acadêmico, jornalista, advogado e professor, nasceu em Ouro Preto, Província de Minas Gerais, a 10 de julho de 1886, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 3 de abril de 1936. Filho do professor Bernardino Augusto de Lima* e de Ester Franzen de Lima. Casado com Leonídia Tamm de Lima.

Fez os primeiros estudos nas Escolas Salesianas de Cachoeira do Campo, MG, o curso secundário em Ouro Preto e no internato e no externato do Ginásio Mineiro, respectivamente em Barbacena e em Belo Horizonte. Bacharelou-se pela FLDMG, em 1906.

No início de sua vida profissional foi, por pouco tempo, Promotor de Justiça da Comarca de Rio Novo, MG. Abandonando o Ministério Público, fixou-se na Capital do Estado para dedicar-se à advocacia, ao magistério e ao jornalismo.

Eleito para a AML em 1909, foi o fundador da Cadeira nº 32, patrocinada por Cândido José de Araújo Viana. Marquês do Sapucaí, e em três períodos Presidente da instituição. Em 1911, através da imprensa, participou da Campanha Civilista.

Lecionou História da Civilização no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, onde também exerceu as funções de secretário, e dirigiu o Ginásio Mineiro de Barbacena. De 1912 a 1922 ocupou a chefia da redação do órgão governamental *Minas Gerais* e cumulativamente, a partir de 1918, a direção da Imprensa Oficial.

Diretor da APM de setembro de 1922 até a data de seu falecimento, afastou-se do cargo em diferentes períodos, para ser Delegado de Minas Gerais na Grande Exposição do Centenário da Independência, realizada no Rio de Janeiro, DF; para chefiar o Gabinete do Presidente Fernando de Melo Viana* (21/12/1924-7/9/1926) e para integrar, como Secretário, o Gabinete do Presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrade* (7/9/1926-7/9/1930).

Como professor contratado, substituiu a Francisco de Castro Rodrigues Campos na regência da disciplina Filosofia do Direito na FLDMG, de agosto de 1924 a fins de 1925. Na mesma faculdade foi professor substituto de Direito Romano (1926) e regente de Economia e Finanças (1931), no curso de bacharelado, e regente de Ciência das Finanças, no curso de doutorado (1931-1933).

Católico convicto, prestou grandes serviços à Igreja através da ação social, da pregação, da imprensa e do livro, devendo-se à sua inspiração o estabelecimento, durante o Governo Antônio Carlos*, do ensino religioso em horário escolar.

Era membro do IHGMG.

Pertenceu ao PRM.

Tiveram atuação política, além de seu pai, seu irmão João Franzen de Lima*, seu tio Antônio Augusto de Lima* e seu primo Antônio Augusto de Lima Júnior*.

Publicou as obras *Ancenúbios*, Rio de Janeiro, 1908; *O mito solar nos Evangelhos*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1914; *Audiências de Luz*, Belo Horizonte, 1917; *Medalhas e brasões* (1918); *O culto das mãos*; História da literatura em Minas; *A Escola de Minas de Ouro Preto*; *O catecismo e a formação do Brasil*; *A mocidade e a religião*; *Dante e a Divina Comédia*; *Elogio ao Marquês de Sapucaí*; *A escola leiga e a liberdade de consciência*; *Idéias e comentários*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, s. d.; *Coletânea de autores mineiros* (prosadores), Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1922; *Coletânea de autores mineiros (poetas)*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1922; *O bom combate*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1929; *Para usurpar uma cátedra*, Niterói, s. ed., 1933; *A hermenêutica tradicional e o direito científico* (tese de concurso), Belo Horizonte, Oliveira e Costa, 1932.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados. 1936.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, *1*: 315-20, 1937./*Dados biográficos*. Informante: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais/J. Seixas Sobrinho. CEM/UFMG./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 4 abr. 1936, p. 3/OLIVEIRA, Martins de. *História da literatura mineira.* 2. ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 21 abr./ 1924, p. 5; 21 abr. 1935, Suplemento. p. 7; 4 abr. 1936, p. 3; 21 abr. 1942, p. 10; 4 out. 1959, pp. 9-19./*O Diário*, Belo Horizonte, 4 abr. 1936, p. 8./*Revista da Faculdade de Direito*; memória histórica (1892-1959). Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, *10*: 191-2, out. 1958-mar. 1959./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

LIMA, Mário Werneck de Alencar

Professor, Reitor da UFMG, engenheiro e empresário, nasceu em Santos, SP, a 3 de janeiro de 1904, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 20 de abril de 1976. Filho do cafeicultor Cícero Franklin de Alencar Lima e de Laura Werneck Franklin de Lima. Casado com Ana Monteiro Werneck de Lima.

Fez o curso secundário no Ginásio São Bento, de São Paulo, e diplomou-se, em 1925, em Engenharia Industrial pela Escola Livre de Engenharia de Minas Gerais, na qual fez, mais tarde, Doutorado em Ciências Físicas e Matemáticas.

Iniciou a carreira profissional na Companhia Força e Luz de Minas Gerais em 1926, tendo trabalhado, até 1930, na construção da usina hidrelétrica de Rio de Pedras. Na mesma empresa ocupou, seguidamente, os cargos de Engenheiro-Chefe das Oficinas, do Tráfego e da Via Permanente (1930-1942), gerente (1942-1946), Vice-Presidente (1943-1965) e Diretor (1965-1966). De 1966 a 1969 desempenhou as funções de consultor técnico da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras, subsidiária da Eletrobrás.

Ingressando no magistério superior mediante concurso para catedrático em Termodinâmica Motores Térmicos da EEUMG, de 1946 a 1963 dirigiu a instituição, onde também regeu a cadeira de Física Industrial. Vice-Reitor da UMG, esteve no exercício do reitorado durante oito meses, no ano de 1951. Em 1963 organizou o Instituto Politécnico da UCMG, que dirigiu até o fim de 1969, tendo integrado seu corpo docente como professor da máquinas Térmicas e Máquinas Hidráulicas. Ainda em Belo Horizonte foi Diretor da Escola de Engenharia Kennedy e seu professor de Física, e Reitor da Universidade de Tecnologia e de Ciências de Minas Gerais.

No Ministério da Educação e Cultura exerceu os cargos de Diretor Executivo da Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior, Diretor da Divisão de Obras e membro da Comissão de Especialistas de Formação de Engenheiros. Por designação do Governador Israel Pinheiro da Silva*, elaborou o projeto de instalação do Centro de Investigações Tecnológicas do Estado e integrou o conselho de curadores do Escritório Técnico de Racionalização Administrativa e o conselho fiscal da Fundação João Pinheiro. Em 1970-1971 desempenhou as funções de Secretário de Comunicações e Obras Públicas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Em 1972 a Assembléia Legislativa outorgou-lhe o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais.

Recebeu, ainda, condecoração do Governo norte-americano por serviços prestados à causa aliada durante a Segunda Grande Guerra.

Publicou as obras (Estudo termodinâmico da turbina de gás; Elementos da turbina de vapor; Termodinâmica geral 2 vol.); *A tendência evolutiva das caldeiras de vapor e seu aquecimento a carvão pulverizado* (tese de concurso); *Aspectos do ensino da engenharia*; *O problema da escassez de técnicos e engenheiros no Brasil*; *Propósitos da educação do engenheiro*; *Equacionamento do problema do ensino universitário no Brasil*; *A formação do engenheiro nos Estados Unidos*; *A engenharia industrial e sua influência na história do Brasil*; *Concepção humanística de planejamento universitário*; *Engenharia de operação* (Definição - Filosofia - Objetivos); *O papel social da universidade*.

Era cunhado de José Monteiro de Castro*.

FONTES: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 15 ago. 1972. Diário do Legislativo. pp. 2-3./ MORAES, Eduardo R. Afonso de. *História da Universidade Federal de Minas Gerais.* Belo Horizonte, Imprensa da UFMG, 1971. v. 1.

LIMA, Múcio de Abreu e

Magistrado, delegado de polícia, promotor, advogado e historiador, nasceu em Pouso Alegre, MG, a 5 de março de 1895, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 1º de maio de 1952. Filho de Manuel Teixeira de Abreu e Lima e de Cesária Alcântara Vilhena de Abreu e Lima. Casado com Alice de Sá e Abreu.

Fez os estudos secundários em sua terra natal e no Rio de Janeiro, DF, e o curso superior na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da última cidade, tendo-se bacharelado em 1919.

No ano seguinte iniciou a carreira pública como Delegado de Polícia de Pouso Alegre. Em 1921 e 1922 exerceu o cargo de Promotor de Justiça nas Comarcas mineiras de Cambuí e Bonfim. Durante o Governo Raul Soares de Moura* (1922-1924) foi titular da 2ª Delegacia de Polícia de Belo Horizonte, a que estava afeto o serviço de trânsito, e, posteriormente, Delegado regional em Pirapora, MG.

Quando sobreveio a Revolução de 1930, desempenhava as funções de Juiz Federal em Belo Horizonte. Exonerado pelo Presidente Washington Luís, passou a advogar na Capital mineira até 1935, quando novamente foi nomeado Delegado de Polícia.

Aprovado em concurso para Juiz de Direito estadual, serviu nas Comarcas de Ituiutaba (1936), Sabará (1937), Carangola (1939), Juiz de Fora (1941), onde também lecionou na Faculdade de Direito, e Belo Horizonte (1946). Em 1948 obteve promoção a Desembargador do Tribunal de Justiça.

Dedicado a estudos históricos. designadamente sobre a Justiça mineira, pertenceu ao IHGMG, cuja Vice-Presidência ocupou por longo tempo.

Publicou as obras jurídicas *Do libelo crime acusatório e Processo e julgamento de Jesus*, e deixou inéditos os trabalhos *Cidades que floresceram à beira do Caminho Novo* (2 volumes), *História de Juiz de Fora* e *História de Santos Dumont.*

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 3 maio 1952. p. 8/*Jurisprudência Mineira*. Belo Horizonte, *10:* s. p., jan./fev. 1956./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 3 maio 1952, p. 5./*O Diário*, Belo Horizonte, 3 maio 1952, p. 12./PAULA, Almênio José de & FERREIRA, Saturnino G. *Figuras notáveis de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Pioneiros e Expoentes Editorial, 1973-4./RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e Expoentes de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970-1. (adendo)/*Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.* Secretaria. Ficha funcional.

LIMA, Noraldino

Político, professor, funcionário público, escritor e acadêmico, nasceu em São Sebastião do Paraíso, Província de Minas Gerais, a 12 de janeiro de 1885, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 30 de novembro de 1951. Filho do funcionário estadual Francisco Martiniano de Sousa e de América Brasiliana do Souto e Sousa. Casado com Djanira Vieira Lima.

Fez o curso secundário no Colégio Espírito Santo, em Monte Santo, MG (hoje Monte Santo de Minas), e no Instituto Granbery, em Juiz de Fora, MG, pelo qual se diplomou em Farmácia, em 1910, e bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, em 1914.

Em Juiz de Fora, foi inspetor de alunos, secretário do grêmio literário e redator do jornal do instituto em que estudava.

Ingressando no serviço público, trabalhou na Prefeitura de Belo Horizonte, MG; no Gabinete do Presidente do Estado Venceslau Brás Pereira Gomes* (3/4/09- 4/2/10), e na Secretaria das Finanças, em que serviu como Secretário Particular e Oficial-de-Gabinete do titular da Pasta, Teodomiro Carneiro Santiago* (7/9/14- 7/3/18).

Integrava o Conselho Deliberativo da Capital mineira quando se elegeu suplente de Deputado Estadual para a 8ª Legislatura (1919-1922), tendo-se efetivado em maio do último ano, em virtude da renúncia de Francisco Luís da Silva Campos*, eleito para o Congresso Federal.

Exerceu, a seguir, os postos de Diretor da Imprensa Oficial do Estado e redator-chefe do órgão do Governo *Minas Gerais* (1922-1926).

Foi Diretor da Instrução Pública (1930-1931) e Secretário da Educação e Saúde Pública no Governo Olegário Dias Maciel* e nas Interventorias Gustavo Capanema* e Benedito Valadares Ribeiro* (1931-1935).

Suplente de Deputado Federal na Legislatura de 1935 a 1937, assumiu o mandato em maio de 1935, em substituição a José Vieira Marques*, e, no período, foi Líder da Bancada mineira e membro da Comissão Especial do Estatuto dos Funcionários Públicos Federais.

Instaurado o Estado Novo, passou a ocupar uma Diretoria do Departamento Nacional do Café. Eleito em 1946 Deputado Federal Constituinte, renunciou ao mandato em fevereiro do mesmo ano, para assumir uma Diretoria na Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro.

Empossado no cargo de Interventor Federal no Estado de Minas Gerais em 14 de novembro de 1946, em 18 de dezembro deixava o posto, na culminância de uma crise política que se instaurara em fevereiro, quando o recém-empossado Presidente Eurico Gaspar Dutra designou, para primeiro ocupante do cargo, o dirigente pessedista João Beraldo*.

Foi, a seguir, membro do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais. Em março de 1948, foi nomeado Vice-Presidente do órgão e, depois, Diretor da Carteira Imobiliária, função que exercia quando faleceu.

Inicialmente professor rural no município sul-mineiro de São Tomás de Aquino, prosseguiu a carreira magisterial em Belo Horizonte, onde lecionou no Colégio Izabela Hendrix, no Ginásio Dom Viçoso e na Escola Normal Modelo.

Durante dez anos, integrou o quadro redacional do antigo *Diário de Minas*, órgão do PRM, cuja direção exerceu por algum tempo. Membro da Academia Mineira de Letras desde agosto de 1919, como sucessor de Mendes de Oliveira na cadeira nº 34, patrocinada por Tomás Antônio Gonzaga, foi Secretário-Geral (1921-1922) e Presidente (1923-1924) da instituição. Foi, ainda, Presidente da Federação das Academias de Letras do Brasil e sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Estado de Minas

Noraldino Lima, dezembro de 1944

Pertenceu ao PRM e ao PSD, do qual foi membro da Comissão Executiva Estadual.

Publicou as obras *Albores Meridionais e Vesperais* (poesias); *Raul Soares*; *No vale das maravilhas*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial 1925; *O elogio dos mortos*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

FONTES: *Anais da Assembléia Constituinte*. 1946. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 2: 184, 1946./ARAÚJO, José Osvaldo de. Discurso na homenagem da Academia a Noraldino Lima. In: - *Revista da Academia Mineira de Letras*, Belo Horizonte, s. ed., 21: 141-99./ AVELAR, Antônio Ribeiro de. *Figuras da casa de Minas*. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1960, pp. 33-4/BRANDÃO, João Lúcio. Discurso do acadêmico João Lúcio Brandão recebendo oficialmente na Academia o acadêmico Noraldino Lima. In: - *Revista da Academia Mineira de Letras, 1*: 203-14, 1922./*Dados biográficos*. Informante: José Seixas Sobrinho. CEM/UFMG./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 28 jan. 1921. p. 1; 30 jan. 1921, p. 1; 21 jun. 1922. p. 1; 25 jun. 1922, p. 1; 22 jul. 1922, p. 2./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 1º dez. 1951, p. 6./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 7 set. 1930; 1º dez. 1951. p. 5; 12 mar. 1967. p. 4; 15 mar. 1975. Suplemento Especial. p. 4./ FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./FREIRE, Laudelino. *Sonetos brasileiros*. s.1., s. ed., 1914. p. 406./LIMA, João. *Dr. Noraldino. Como Vivem os homens que governaram o Brasil*. Rio de Janeiro, Tip. Batista de Sousa, s. d./LIMA, Mário de. *Esboço da história literária de Minas*. s. 1. s. ed., 1920./ MARTINS, Mário R. *A evolução da literatura brasileira - notas biográficas*. Rio de Janeiro, s. ed., 1945./OLIVEIRA, Martins de. *História da literatura mineira*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 20 jan. 1922. pp. 7-8; 7 set. 1922, p. 8; 10 set. 1922. p. 1; 7 set. 1926, pp. 9-10; 7 set. 1930, p. 4; 1º maio 1931, p. 2; 20 mar. 1934, p. 7; 21 abr. 1935, pp. 7-8; 21 abr. 1942, pp. 10-11; 15 nov. 1946, pp. 1-2; 1º dez. 1951, pp. 3, 5-6; 4 dez. 1951. Diário da Assembléia, pp. 1-2; 20 dez. 1957, Diário da Assembléia. pp. 1-2; 11 out. 1959, p. 14; 2 jul. 1969, Diário do Legislativo, pp. 2-3./*O Diário*, Belo Horizonte, 1 dez. 1951, p. 3; 24 abr. 1959, p. 4./*Personalidades no Brasil*. s. 1., s. ed., 1933./PINTO, Nilo Aparecida. *Elogio de Noraldino Lima*. Belo Horizonte, Ed. Mantiqueira, 1952. Revista da Academia Mineira de Letras, s. 1., s. ed., 6; 127-32, 1931; 16, 71-4, 1934; 20: 110-36, 1954. *Dicionário Histórico Biográfico (1930-1983)*. Coordenação Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro. Forense-Universitária: FGV-CPDOC. Financiadora de Estudos e Projetos - Finep. 1984. pp. 1857-1858.

LIMA, Oscar Negrão de

Escritor, acadêmico, médico e professor, nasceu em São João Nepomuceno, então Distrito de Lavras e hoje cidade de Nepomuceno, MG, a 21 de janeiro de 1895, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 26 de junho de 1971. Filho do empresário e político João Nepomuceno Licas de Lima* e de Maria das Dores Negrão de Lima. Casado, em primeiras núpcias, com Evangelina Pacheco de Resende Lima e, em segundas, com Eunice Veiga Negrão de Lima.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro, de Belo Horizonte, e o superior na Faculdade Livre de Medicina da Capital mineira e na FMRJ, tendo-se graduado por esta, em 1918. Em 1919, doutorou-se com a tese "Contratura no período secundário da treponemose". Quando acadêmico em Belo Horizonte, foi interno do Hospital Militar e repórter do antigo *Diário de Minas*, órgão do PRM.

Depois de formado, exerceu intensamente a medicina em seu Estado. Chefiou por algum tempo postos de profilaxia rural em Entre-Rios, Além Paraíba e Cataguases. Fixando-se na Capital, organizou e dirigiu o Serviço Médico Legal do Estado de Minas Gerais e dirigiu o Hospital de Pronto Socorro Policial e o Albergue Belo Horizonte.

Realizou numerosas viagens de caráter científico aos EUA, ao Uruguai e a países da Europa.

Como livre-docente, e depois como professor catedrático, lecionou Medicina Legal na FMUMG. Em 1930 foi lente substituto da mesma disciplina na FDUMG.

Membro da Academia Mineira de Medicina, da Sociedade de Escritores Médicos, da Associação Brasileira de Ciências Médicas de São Paulo e da Associação Espanhola de Médicos, em 1968 elegeu-se para a AML, em sucessão a Nélson Soares de Faria* na Cadeira nº 21, patrocinada por Fernando de Alencar.

Na iniciativa privada, desempenhou as funções de Diretor do Banco de Crédito e Comércio de Minas Gerais S.A. e da Companhia Santa Cruz de Agricultura, Engenharia e Urbanização.

Publicou as obras *Taquaril*, Rio de Janeiro, J. Olympio, 1961, e *Luz oblíqua*, Rio de Janeiro, J. Olympio, 1967.

Além de seu pai, atuaram na política seus irmãos Francisco Negrão de Lima*, Jair Negrão de Lima* e Otacílio Negrão de Lima*

FONTES: ANDRADE, Moacyr. *Discurso de recepção*. Belo Horizonte. Academia Mineira de Letras (cadeira nº 21), 1972./Martins de Oliveira. *História da literatura mineira*. 2. ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./ *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 2 jul. 1971, Diário do Legislativo. p. 3; 24 jul. 1971, p. 4./ PAULA, Almênio José de & FERREIRA, Saturnino G. *Precursores e figuras notáveis de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Editora São Vicente, 1972.

LIMA, Otacílio Negrão de

Político, engenheiro, empresário e jornalista, nasceu em São João Nepomuceno, MG, à época Distrito de Lavras, a 8 de abril de 1897, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 27 de maio de 1960. Filho do empresário e político João Nepomuceno Licas de Lima* e de Maria das Dores Negrão de Lima. Casado com Jeni Silveira Negrão de Lima.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte e diplomou-se, em 1921, pela Escola Livre de Engenharia, depois incorporada à Universidade de Minas Gerais.

Nomeado, logo após a formatura, engenheiro do Estado, serviu nas regiões limítrofes com a Bahia e Goiás. Ingressou, a seguir, no quadro de engenheiros da Prefeitura de Belo Horizonte, na qual teve a incumbência de chefiar o Serviço de Reforço do Abastecimento de Água. Nessa condição, participou das operações que, na Revolução de 1930, levaram o 12º Regimento de Infantaria do Exército a render-se às forças estaduais. Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, integrou, no posto de Coronel, o corpo de Engenharia da Força Pública mineira. Em novembro de 1932, fez parte da comissão nomeada por Olegário Dias Maciel* para organizar um novo partido em Minas Gerais. Daí resultou o Partido Progressista, do qual foi Secretário, integrando sua primeira Comissão Executiva.

Eleito Deputado Estadual Constituinte em 1935, não chegou a assumir o mandato por ter sido nomeado, pelo Interventor Benedito Valadares Ribeiro*, Prefeito de Belo Horizonte, cargo em que permaneceu até abril de 1938. Durante a Segunda Grande Guerra, fez parte da Comissão Central de Requisições do Governo Federal.

De janeiro a outubro de 1946, exerceu as funções de Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio do Governo Eurico Dutra. Durante sua gestão, enfrentou grande número de greves, entre as quais a dos ferroviários da Leopoldina, que reivindicavam melhoria de salários. Nessa ocasião, classificou o movimento de comunista, delegando à Polícia Militar poderes para contê-lo. Como Ministro, patrocinou o Congresso Nacional dos Trabalhadores, que reuniu representantes de todas as entidades sindicais do País. Criou, ainda, o Serviço Social da Indústria - SESI - , o Serviço Social do Comércio - SESC - e a Fundação da Casa Popular, tendo baixado o ato que dispôs sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac.

Estado de Minas

Otacílio Negrão de Lima

Novamente Deputado Estadual na 1ª Legislatura (1947-1951), fez parte da Comissão Especial que elaborou o Regimento Interno da Assembléia Constituinte e presidiu à Comissão de Viação e Obras Públicas.

Ao fim de um ano de atuação parlamentar, candidatou-se a Prefeito de Belo Horizonte, para o período de 1948-1951, e tornou-se o primeiro político a conquistar o cargo pelo voto popular. Nas duas gestões municipais, executou obras de vulto, entre as quais o início da urbanização do Bairro da Pampulha, a construção da Cidade Ozanam, para velhos carentes, e a modernização do sistema de transporte coletivo. Incentivou a vida cultural da cidade, tendo instituído o Salão de Belas Artes e doado sede própria à Academia Mineira de Letras.

Eleito Deputado Federal para a 3ª Legislatura (1955-1959), foi membro da Comissão de Transportes da Câmara.

Concluído o mandato, passou a dedicar-se integralmente à atividade empresarial e à direção do matutino *Diário de Minas*, que lançara, em 1949, como órgão de declarada oposição ao Governo Mílton Soares Campos*.

Fundou e dirigiu as empresas Indústrias Reunidas Minas Gerais S.A., Companhia Indústria e Viação do Rio São Francisco S.A., Metropolitana de Imóveis e Fazendas Reunidas S.A., todas em Minas Gerais, Companhia de Terrenos Urbanos, no Rio de Janeiro, DF, e o Banco de Crédito e Comércio de Minas Gerais S.A.

Líder das classes produtoras, em nome delas, saudava o candidato a Governador do Estado, Tancredo de Almeida Neves*, que iria falar num fórum de debates sobre a economia mineira, quando, vitimado por ataque cardíaco, veio a falecer no auditório da Federação das Indústrias.

Atuaram na política seus irmãos Francisco Negrão de Lima*, Jair Negrão de Lima* e Oscar Negrão de Lima*.

Pertenceu ao Partido Progressista, que ajudou a organizar, ao PTN e ao PSD.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados*. 1960. Rio de Janeiro, IBGE, 8: 286-90, 1962./ *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 28 maio 1960, p. 2./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 17 abr. 1938, p. 3./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 24 fev. 1933, p. 7; 9 abr. 1935, p. 11; 1 fev. 1946, pp. 3-4; 13 dez. 1947, p. 5; 5 nov. 1959, p. 13; 28 maio 1960, p. 13; 1º jun. 1960, Diário do Legislativo. pp. 2-4./*O Diário*, Belo Horizonte, 28 maio 1960, p. 9; 29 maio 1960, p. 2./Páginas de saudades. Dr. Otacílio Negrão de Lima. In: - *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 7: 695-7, 1960./RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970-1. *Dicionário Histórico Biográfico (1930-1983)*. Coordenação Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro. Forense-Universitária: FGV-CPDOC. Financiadora de Estudos e Projetos- Finep. 1984. pp. 1860-1861.

LIMA, Sebastião Augusto de

Político, farmacêutico, industrial e banqueiro, nasceu em Gouveia, então Distrito de Diamantina, Província de Minas Gerais, a 20 de janeiro de 1867, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 24 de novembro de 1953. Filho de Joaquim José de Lima e de Edwiges Flora de Almeida Lima. Casado com Maria Alice Dayrell de Lima.

Fez o curso de Humanidades no Seminário de Diamantina e formou-se pela EFOP. Quando estudante em Ouro Preto, colaborou no jornal *Província de Minas*.

Em 1892, fixou-se na cidade do Serro, MG, onde exerceu a profissão de farmacêutico e os mandatos de Vereador e Agente Executivo Municipal.

Eleito Deputado Estadual para a 4ª e a 5ª Legislaturas (1903-1910), renunciou em 1908.

Pertenceu ao PRM.

Transferindo-se definitivamente para a Capital mineira em 1913, dedicou-se com exclusividade, até o fim da vida, às atividades empresariais.

Figurou entre os fundadores da Companhia Industrial Belo Horizonte, da Companhia Siderúrgica Mineira, a que presidiu até sua transferência para o grupo belga-luxemburguês como Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira S.A., da Companhia Renascença Industrial, da Companhia de Seguros Minas Brasil e do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S.A., de que foi o primeiro Presidente.

Apoiando a iniciativa de Nansen de Araújo* de se fabricarem, pela primeira vez no Brasil, medidores de água, tornou-se o incorporador da Companhia Brasileira de Instrumentos Científicos Nansen e seu primeiro Presidente. Foi presidente da ACM de 1919 a 1924 e em 1930. Exerceu ainda as funções de membro do Conselho Consultivo do Estado de Minas Gerais e do Conselho Municipal de Belo Horizonte. Atuou na vida pública seu filho José Dayrell de Lima*.

FONTES: *Diário de Minas,* Belo Horizonte, 25 nov. 1953, p. 6./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 25 nov. 1953, p. 3; 20 jan. 1967, p. 6./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 25 nov. 1953, p. 8; 26 nov. 1953, Diário da Assembléia Legislativa. p. 1./*O Diário,* Belo Horizonte, 25 nov. 1953, p. 5.

LIMA, Wilberto Luís

Oficial do Exército, nasceu em Araguari, MG, a 27 de abril de 1925. Filho do professor Gumercindo Lima e de Olga Ruth de Lima. Casado com Luci de Almeida Lima.

Fez o curso secundário no Ginásio Municipal de Alfenas, MG.

Ingressou no Exército em março de 1942. Fez cursos na Escola Militar de Resende (1944-1946), atual Academia Militar de Agulhas Negras - AMAN -, tendo concluído o curso como oficial da Arma de Infantaria. Fez os cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais (1956), de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (1960-62), e o curso de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas, na Escola Superior de Guerra (1972).

Chegou a General-de-Exército em novembro de 1987.

Serviu como Tenente no 5º RI (1947-1950), no 20 RI, em Curitiba, PR (1952-1953), no 13º BC, em Joinvile, SC (1957-1958), no 17º RI, em Cruz Alta, RS (1958-1960), na 2ª DE (1963-1964) e no SG/CSN (1964-1967). Comandou o lº/6º Regimento de Infantaria (1970-1972) e o 1º Exército no Rio de Janeiro, RJ (1974).

Atuou no GMPR (1974-1975), foi membro do corpo permanente do CEMCFA (1972-1974), Assessor-Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República (1976-1978) e representante da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional no Conselho Deliberativo da Casa da Moeda do Brasil.

Foi instrutor nas seguintes escolas: CPOR/SP (1951-1952), CPOR/Curitiba, PR (1952-1956), EPSP (1950-1951) e Eceme (1967-1970).

Oficial-General, serviu como Comandante da 11ª Bda Inf. Blindada (1978-1979), Adido do Exército junto das Embaixadas do Brasil nos EUA e no Canadá (1980-1982), Subchefe do EME (1982-1983), Chefe do Gabinete do Ministro do Exército, Gen. Walter Pires (1983-1985), Comandante do CML (1987-1989), membro do Alto Comando do Exército e Ministro do Superior Tribunal Militar - STM.

No cargo de Assessor Especial da Presidência da República, fez várias estudos sobre política e conjuntura, foi membro do Conselho Deliberativo da Casa da Moeda, tendo realizado, nesse período, viagens ao exterior, visando à instalação, no Brasil, da estrutura necessária à fabricação do papel moeda. Fez, também, estudos sobre a localização da atual Casa da Moeda do Brasil. Participou de pesquisas sobre a exploração de cassiterita, com base nas quais foi elaborada a Lei de Exploração do Subsolo.

Participou de várias palestras sobre Ciência Política e profissionalismo militar. Traduziu artigos e manuais norte-americanos que serviram de subsídio para notas de instrução e diretrizes expedidas na 1ª Divisão do Exército e no Comando Militar do Leste.

Recebeu várias condecorações, entre as quais a Grã-Cruz do Mérito Militar, a Ordem do Mérito Aeronáutico e das Forças Armadas, ambas no grau de Grande Oficial, as Comendas da Ordem do Mérito Naval e da Ordem do Rio Branco, as Medalhas do Mérito Santos Dumont, do Pacificador, do Mérito Tamandaré e a Medalha de Ouro por 40 anos de bons serviços. De governos estrangeiros, recebeu as Comendas da Ordem Real Vitoriana (Inglaterra), da Ordem do Mérito por Serviços Distinguidos (Peru), da Ordem Militar de Aviz (Portugal), da Ordem do Mérito (Senegal), da Ordem Nacional do Mérito (França), a Condecoración del Aquila Azteca (México), a Grã-Cruz da Ordem do Mérito (Alemanha) e o Diploma da Legião de Mérito (EUA).

FONTE: *Dados biográficos.* Informante: Ministério do Exército. Departamento de Comunicação Social./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

LIMA FILHO, Mílton de

Político, advogado e fazendeiro, nasceu em Araguari, MG, a 23 de junho de 1934. Filho do contabilista Mílton de Lima e de Dolva Alami de Lima. Casado com Teresinha França de Lima.

Concluiu seus estudos secundários no Colégio Rui Barbosa (1954) e bacharelou-se em Direito na Faculdade Cândido Mendes (1960), ambos no Rio de Janeiro.

Advogou em sua terra natal, onde é fazendeiro, e exerceu os cargos de agente de estatística do IBGE (1957-1959), secretário da Prefeitura (1959-1962), Vice-Prefeito (1962-1967) e Prefeito (1971-1975).

Eleito Deputado Estadual para a 8ª, 9ª e 10ª Legislaturas (1975-1986), na Assembléia foi Vice-Líder da Bancada do MDB (1975), Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça (1975-1982), membro efetivo das Comissões de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas (1975) e de Agropecuária e Política Rural (1977-1979). Foi, também, membro da Comissão de Agropecuária e suplente das Comissões de Finanças e Orçamento (1977-1978) e de Redação (1976-1980).

Ajudou a fundar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - no Triângulo Mineiro. Presidiu ao Comitê Estadual de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas - CEEIBH-MG - e ao Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia - Conecit-MG.

Por nomeação do Governador Tancredo de Almeida Neves*, em março de 1983 assumiu o cargo de Secretário Estadual de Ciência e Tecnologia, licenciando-se da Assembléia Legislativa. Como Secretário de Estado, ocupou a Presidência da Comissão de Política Ambiental - Copam - e do Centro Tecnológico de Minas Gerais - Cetec - e representou Minas Gerais no Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama. Foi, ainda, Vice-Presidente do Conselho Estadual do Álcool e do Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa - Ceag-MG.

Em 1986, elegeu-se Deputado Federal Constituinte e para o período 1987-1991. Na Câmara dos Deputados, foi membro da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais; da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher e suplente da Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente e da Comissão da Ordem Social (todas em 1987).

Filiado ao PMDB, pertenceu ao PSD, MDB e PP (Partido Popular)

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG./ BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Assembléia Nacional Constituinte - 1987:* repertório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. 2ª ed. Brasília, 1989. p.618.

Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Arquivo. Ficha biográfica. / *Deputados Estaduais de Minas Gerais à 8ª Legislativa* (1975-1979). Ficha biográfica. Convênio APM/UCMG. Coordenador: Caio C. Boschi.

LIMA JÚNIOR, Antônio Augusto de

Escritor, acadêmico, magistrado militar, historiador e jornalista, nasceu no Sítio Desengano, em Leopoldina, MG, a 13 de abril de 1899, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 26 de setembro de 1970. Filho do político e escritor Antônio Augusto de Lima* e de Vera Tuckaw Monteiro de Barros Lima. Casado com Teodósia de Castro Cerqueira de Lima.

Fez os estudos secundários no Colégio Dom Bosco de Cachoeira do Campo, MG, e o curso superior na FLDMG, pela qual se bacharelou em 1909.

Na juventude, trabalhou como revisor da Imprensa Oficial do Estado.

Ingressando na Justiça Militar no ano seguinte ao de sua formatura, foi auxiliar de auditor de Guerra das fortalezas da barra do Rio de Janeiro, DF, no posto de capitão (1910); Auditor do Estado-Maior do Exército, no posto de Major, e, no posto de Coronel, Auditor da 1ª Circunscrição Judiciária do Exército (1918-1934); finalmente, Procurador junto ao Tribunal Marítimo (1935-1944).

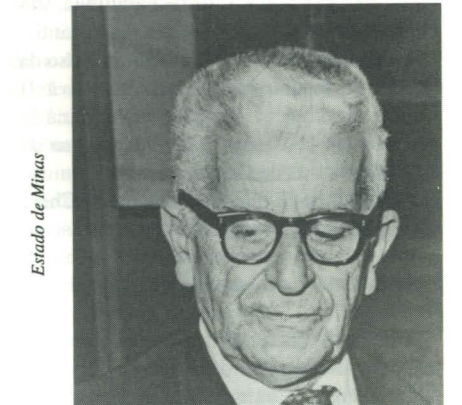
Idealizador e executor do repatriamento das cinzas dos Inconfidentes mineiros mortos no degredo, obteve do Governo Federal a criação do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto (1938).

Em 1939-1940, desempenhou a missão de delegado do Brasil nas Comemorações Centenárias de Portugal. Permanecendo, então, dois anos em Lisboa, presidiu à construção do pavilhão brasileiro na Exposição do Mundo Português, participou de congressos de História e colaborou intensamente na imprensa portuguesa. Conseguiu do Presidente Getúlio Vargas o decreto que elevou Ouro Preto à condição de Cidade-Monumento Nacional, elaborou os atos oficiais relativos à Medalha da Inconfidência, de cujo conselho foi chanceler algum tempo, e sugeriu ao Governo mineiro a comemoração anual, em Ouro Preto, dos fatos da Inconfidência, em permanente tributo à memória de Tiradentes.

Assíduo colaborador dos órgãos cariocas *Jornal do Comércio*, *A Noite*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*, em Belo Horizonte lançou, em 1926, o *Diário da Manhã*, que, como o primeiro jornal a ser composto em linotipos e impresso em rotativa, assinalou o início da modernização da imprensa mineira, e em seguida escreveu artigos no *Estado de Minas*, *O Diário* e *Minas Gerais*. Embora nunca tivesse tido atuação político-partidária, em outubro de 1943 foi signatário do Manifesto dos Mineiros.

Sócio do IHGMG, em 1953 tornou-se membro da AML, em sucessão a José Francisco da Paixão*, fundador da cadeira nº 27, que é patrocinada por Correia de Azevedo.

Além de seu pai, atuaram na vida pública seu tio Bernardino Augusto de Lima* e seus primos Mário Franzen de Lima* e João Franzen de Lima*.

Publicou as obras *Dom Bosco e sua arte educativa* (1929); *A ilusão vermelha e a "Rerum Novarum"* (1931); *A cidade antiga* (romance), Rio de Janeiro, Freitas Bastos Editores, 1931; *Mansuetude*; Educação cristã (1932); *Visões do passado* (1934); *Soledade*, Rio de Janeiro, Schmidt Editora, 1935; *Canção da grupiara*, Rio de Janeiro, Editora Pimenta de Melo, 1935; *Histórias e Lendas*, Rio de Janeiro, Schmidt Editora, 1935; *O amor infeliz de Marília de Dirceu*, Rio de Janeiro, Editora A Noite, 1936. 2. ed. Rio de Janeiro, Editora A Noite, 1937; *Tiradentes* (teatro), Rio de Janeiro, Editora A Noite, 1937; *A capitania de Minas Gerais*, Lisboa, s. ed., 1940. 2. ed. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1943. 3. ed. Belo Horizonte, Instituto de História, Letras e Artes, 1965; *Cartas de D. Pedro I a Dom João VI*, Rio de Janeiro, Editora do Jornal do Comércio, 1941, *O Aleijadinho e a arte colonial*, Rio de Janeiro, s. ed., 1943; *O fundador do Caraça*, Rio de Janeiro, ed. do autor, 1948; *Serões e vigílias*, Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1953; *Notícias Históricas*, Rio de Janeiro, Livro de Portugal, 1953; *Pequena história da Inconfidência de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1955; *Vila Rica de Ouro Preto*, Belo Horizonte, Gráfica Velloso, 1957; *Crônica militar*, Belo Horizonte, ed. do autor, 1960; *As primeiras vilas de ouro*, Belo Horizonte, ed. do autor, 1962; *Quando os ipês florescem*, Belo Horizonte, ed. do autor, 1965; *Mariana* (romance), Belo Horizonte, ed. do autor, 1965; *Arte religiosa*, Belo Horizonte, Instituto de História, Letras e Artes, 1966; *Canções do tempo antigo*, Belo Horizonte, ed. do autor, 1966; *História de Nossa Senhora em Minas Gerais*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1966; *História da Inconfidência de Minas Gerais*, 3 ed. Belo Horizonte, Itatiaia, 1968; *Cláudio Manoel da Costa e seu poema Vila Rica*, Belo Horizonte, Editora Nova Edição, 1969; *Roteiro Cívico de Ouro Preto*, Belo Horizonte, Edições do Governo de Estado de Minas Gerais, 1969; *Amazônia, Maranhão Nordeste*, Belo Horizonte, s. ed., 1970; *Alferes Joaquim José da Silva Xavier*, Belo Horizonte, Edições do Governo do Estado de Minas Gerais, s. d.

Estado de Minas

Antônio Augusto de Lima Júnior

FONTES: COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje.* Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 27 set. 1970. p. 12./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 17 set. 1959. p. 12; 29 set. 1970. p. 4; 28 out. 1970. p. 4./*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 9:348-6, 1965; 14:419-32, 1974./VELHO SOBRINHO, João Francisco. *Dicionário biobibliográfico brasileiro.* Rio de Janeiro, s. ed., 1937. v. 1.

LINDENBERG, José Sinval Monteiro

Oficial do Exército, e engenheiro civil, nasceu em Campanha, MG, a 2 de março de 1904. Filho do engenheiro Carlos Lindenberg e da Professora Bárbara Monteiro Lindenberg. Casado com Zoé Monteiro Lindenberg.

Ingressou no Exército em agosto de 1921. Por haver participado como aluno do 1º ano da Revolta Militar de 1922, durante o governo de Arthur Bernardes da Silva*, sofreu várias prisões e teve durante oito anos interrompida sua carreira militar, durante os quais se formou em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Fiel aos ideais revolucionários que o levaram àquela participação, retornou à carreira militar na Revolução de 1930, da qual participou tentando o levante das tropas sediadas no Estado do Espírito Santo. Vitoriosa a Revolução, deu prosseguimento à sua vida militar, tendo feito os cursos da Escola de Engenharia (1935).

Em 1932, participou, ao lado das tropas legalistas, da Revolução Constitucionalista de São Paulo, integrando o "destacamento João Alberto", que operou no eixo Parati-Cunha, ocasião em que exerceu as funções de Chefe do Serviço de Engenharia, por dois meses, e de Comandante do 3º Batalhão da Polícia do Estado do Espírito Santo, operando no eixo Lorena-S. Luiz de Paraitinga, sob o comando do Coronel Newton Cavalcanti.

Em fevereiro de 1942 iniciou o curso da Escola de Estado Maior, mas devido à II Guerra Mundial só foi possível terminá-lo em maio de 1944. Em 1955 fez o curso da Escola Superior de Guerra.

Durante a II Guerra, atuou como Chefe da 1ª Seção e da 6ª Região Militar do Estado Maior Regional, cooperando em ações de vigilância no Teatro de Guerra, do litoral da Bahia.

Entre outras funções, exerceu as de Comandante do Batalhão da Escola de Engenharia do Exército, Chefe do Estado-Maior da 6ª RM, Chefe de Divisão Econômica da Escola Superior de Guerra, Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Comandante do 1º grupamento de Engenharia, Chefe do gabinete do Estado-Maior do Exército e Comandante da 3ª Divisão de Infantaria. Comandou também a Escola Preparatória de Cadetes de São Paulo, Chefiou a sub-seção de organização da 1ª seção do Estado-Maior do Exército - EME -, e a seção de logística da sub-chefia de Planejamento do EME, e foi professor de organização do Terreno e fortificação da Escola Militar de Realengo. Participou de operações de guerra na revolução de 1932 de 16 de julho a 15 de setembro.

Ao longo de sucessivas promoções, alcançou o posto de General-de-Brigada. Em abril de 1964 foi promovido a General-de-Divisão, para no mês seguinte, por injunções políticas, reformado como Marechal.

Portador das condecorações Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar, Medalha Militar de Ouro, Medalha de Guerra e Medalha do Pacificador.

No campo civil ocupou os cargos de Secretário da Agricultura, Terras, Obras e Viação do Estado do Espírito Santo, Diretor de engenharia da Secretaria de Viação e Obras do Estado do Rio de Janeiro e Presidente da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.

Foi professor Adjunto da Cadeira de Estradas da Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Ministério do Exército. Secretaria Geral, 1ª Seção.

LINS, Alcides

Político, engenheiro e fazendeiro, nasceu em Ouro Preto, MG, a 2 de maio de 1891, e faleceu no Rio de Janeiro, GB, a 9 de novembro de 1969. Filho do Ministro do STF Edmundo Pereira Lins* e de Brasiliana Pinheiro Lins. Casado com Guiomar Ferreira Alves Lins.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro, em Belo Horizonte e Barbacena, MG, e no Instituto Granbery, de Juiz de Fora, MG. Em 1915 diplomou-se como engenheiro civil e de minas pela EMOP.

Foi engenheiro da Rede Sul Mineira de Viação (1916-1918) e da Superintendência de Máquinas, Construções e Oficinas do Lloyd Brasileiro (1918-1922). No Estado foi Diretor do Departamento Estadual de Viação e Obras Públicas durante o Governo do Presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada* (1926-1929), quando empreendeu a construção de importantes vias de transporte, entre as quais a primeira estrada Belo Horizonte-Rio de Janeiro. De 1927 a 1930 representou na então Capital Federal a Estrada de Ferro Paracatu e a Navegação Mineira do Rio São Francisco, integrou a Comissão de Tarifas da Contadoria Central Ferroviária e orientou o projeto e o início da construção da Penitenciária Agrícola de Neves, MG. Em 1928-1929 foi representante de Minas na Exposição Nacional de Automóveis e Estradas de Rodagem e no Congresso Pan-Americano de Estradas de Rodagem, ambos realizados no Rio de Janeiro.

De novembro de 1929 a setembro de 1930 exerceu o cargo de Prefeito nomeado de Belo Horizonte e, em seguida, no Governo Olegário Dias Maciel*, dirigiu a Rede Sul Mineira de Viação. Em 1932, atuou como árbitro desempatador na inspeção extraordinária, determinada pelo Governo Provisório, das linhas a cargo da Companhia Ferroviária Leste Brasileiro. Em 1933 tomou parte no 5º Congresso Nacional de Estradas de Rodagem e representou Minas Gerais em comissões que o Governo Federal instituiu para estudar o contrato da Itabira Iron Ore Company, tendo sido o seu Relator. Em novembro de 1933 assumiu o cargo de assistente do Diretor-Gerente da Leopoldina Railway, da qual passou a Diretor-Técnico logo depois. Em dezembro do mesmo ano foi nomeado, pelo Interventor Benedito Valadares Ribeiro*, Secretário das Finanças de Minas Gerais, posto em que permaneceu até fevereiro de 1934.

A convite do Governo Provisório, fez parte da diretoria do Departamento Nacional do Café, de março de 1934 a agosto de 1935. Participou, também, da comissão que reviu os regulamentos da Taxa de Viação e do Imposto de Trânsito, da comissão que regulamentou a profissão de engenheiro e arquiteto e da que regulamentou o serviço de oito horas nas estradas de ferro.

Encontrava-se, em dezembro de 1946, no exercício do cargo de Diretor da Leopoldina Railway quando o Presidente Eurico Gaspar Dutra, para resolver um impasse político, foi buscá-lo para Interventor Federal em Minas Gerais, missão que desempenhou até a posse do Governador Mílton Soares Campos*, em 19 de março de 1947. Organizando uma equipe de governo com elementos apartidários, nomeou Prefeitos igualmente imparciais para todos os municípios do Estado, aos quais recomendou que assegurassem a liberdade de pleito e mantivessem posição de estrita neutralidade em face da disputada luta política.

No campo administrativo preocupou-se principalmente com os problemas de saúde pública e reorganizou a Secretaria da Agricultura. Pelo Decreto-Lei nº 2.080, de 13.3.1947, criou o Instituto Agronômico, vinculado ao Departamento de Produção Vegetal da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho. Para cuidar do aperfeiçoamento da pecuária mineira, criou, pelo Decreto-Lei nº 2.084, de 13/3/1947, o Instituto de Zootecnia, subordinado à Divisão de Experimentação Animal do Departamento de Produção Animal da mesma Secretaria. Regularizou o pagamento dos funcionários civis e da Polícia Militar. Restabeleceu o pagamento do serviço das apólices mineiras.

Desempenhou, ainda, os seguintes cargos: Diretor das Companhias Ferroviárias Itabapoana e Cantareira e da Viação Fluminense; Presidente da Associação de Estradas de Ferro do Brasil e da Empresa de Engenharia Editora S.A. e Chefe do Departamento Comercial da Rede Ferroviária Federal.

Pertenceu à Sociedade Central de Arquitetos de Buenos Aires e à American Road Builder's Association, entre outras.

Colaborou em numerosas publicações técnicas, em jornais de Juiz de Fora e de Belo Horizonte, no *Jornal do Comércio*, *O Jornal*, *A pátria* e *revista D.N.C.*, do Rio de Janeiro. Deixou as obras *A Central do Brasil*, Rio de Janeiro, Tipografia do "Jornal do Comércio", 1926; *O aumento das tarifas da Estrada de Ferro Central do Brasil*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1927; *Relatório do Diretor de Viação e Obras Públicas*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1927 e 1929, 2 v; *O progresso das rodovias*, Rio de Janeiro, Tipografia do "Jornal do Comércio", 1929; *Justificativa ao regulamento de comissão de estradas de ferro do Estado de Minas Gerais. Decreto nº 8.950, de 25 de janeiro de 1929*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1929; *Relatório do Diretor da Rede Sul-Mineira*, Cruzeiro, SP, 1931, e 1933 2 v; *A nova Constituição e o problema ferroviário*, Rio de Janeiro, 1933; *A Revolução de São Paulo. A Administração da E. F. Sul de Minas durante a ocupação de Cruzeiro pelo Exército constitucionalista*, Rio de Janeiro, Tip. Batista de Sousa, 1932; *Viação férrea em Minas Gerais*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1934; *Relatório sobre a revisão do contrato da Itabira Iron*, Rio de Janeiro, 1934.

Foi fazendeiro em Sarandi, Município de Juiz de Fora.

Atuaram na vida pública, além de seu pai, seu sogro, Francisco Ferreira Alves*, e seu irmão Ivan Monteiro de Barros Lins*.

Estado de Minas

Alcides Lins

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 15 mar. 1975. Suplemento Especial, p. 4./ LOPES, Francisco A. A. *Escola de Minas*, Ouro Preto, s. ed., 1931./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 16 dez. 1933. p. 5; 19 dez. 1946. pp. 1-2.; 12 nov. 1969. Diário do Legislativo. p. 1; 22 nov. 1969. p. 2; 27 nov. 1969. Diário do Legislativo. p. 2./PAULA, Almênio José de & FERREIRA, Saturnino G. *Figuras notáveis de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Pioneiros e Expoentes Editorial, 1973-4./VELHO SOBRINHO, João Francisco. *Dicionário biobibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro, s. ed., 1937. v. 1.

LINS, Dario Augusto

Magistrado, advogado e promotor, nasceu em Serro, MG, a 15 de janeiro de 1891, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 26 de janeiro de 1969. Filho de Antônio Pereira Lins e de Adelina Augusta Lins. Casado, em primeiras núpcias, com Amélia Pimenta Lins e, em segundas, com Carmélia de Moura e Silva Lins.

Fez os estudos humanísticos no Seminário Arquidiocesano de Diamantina, MG, e o curso superior de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, pela qual se bacharelou em 1916.

Logo depois de formado, exerceu a Promotoria de Justiça até 1925, quando ingressou na magistratura estadual como Juiz de Direito de Salinas. Após servir sucessivamente nas Comarcas mineiras de Pedra Azul, Peçanha, Lavras e Santa Luzia, em 1945 assumiu a 3ª Vara Cível de Belo Horizonte. Nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça em 1949, exerceu o cargo até a aposentadoria compulsória, em 1961.

Durante sua permanência na magistratura foi Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.

Depois de aposentado como Desembargador, exerceu a advocacia em Belo Horizonte, atuou como consultor jurídico da Assembléia Legislativa do Estado e presidiu ao conselho consultivo da Usiminas.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 28 jan. 1969. p. 3./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 29 jan. 1969. p. 15./*Jurisprudência Mineira*. Belo Horizonte, s. ed., 46: 1-3, jul./dez. 1970./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 29 jan. 1969. p. 4; 7 mar. 1969. Diário do Legislativo. p. 1.

LINS, Edmundo Pereira

Magistrado, professor e jornalista, nasceu em Serro, Província de Minas Gerais, a 13 de dezembro de 1863, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 10 de agosto de 1944. Filho do escrivão Miguel da Silva Pereira Lins e Antônia Ferreira Campos Lins. Casado, em primeiras núpcias, com Brasiliana Pinheiro Lins e, em segundas, com Maria Leonor Monteiro de Barros.

Estudou Latim com o vigário de sua cidade natal. De 1877 a 1883 foi aluno do Seminário de Diamantina, onde chegou a receber a primeira tonsura e as ordens menores. Depois de freqüentar, em 1884, o curso anexo da EMOP, ingressou na FDSP, pela qual bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1889, na turma de que faziam parte Francisco Mendes Pimentel*, Francisco José de Almeida Brant*, Pedro da Mata Machado*, João Luís Alves*, Herculano de Freitas, Afonso Arinos de Melo Franco*, Carlos Fulgêncio da Cunha Peixoto*, Paulo Prado* e Camilo Soares de Moura*. Ainda estudante, exerceu o magistério na própria faculdade que cursava e filiou-se ao PRP (1886), cujos ideais políticos difundia nos jornais acadêmicos.

Proclamada a República, o Governo Provisório estabelecido em São Paulo nomeou-o Promotor Público de Jundiaí, onde permaneceu de dezembro de 1889 a março de 1890.

Atendendo a convite de João Pinheiro da Silva*, retornou a Minas Gerais para ser secretário da Repartição de Estatística e redator-chefe de *O Movimento*, jornal de propaganda republicana que aquele fundara em 1889.

Em novembro de 1890, ao ser organizada a Justiça Federal, Deodoro da Fonseca nomeou-o Juiz Substituto da Seção de Minas Gerais, que ele, na ausência do titular, instalou em Ouro Preto, em março de 1891. No ano seguinte, por nomeação do Vice-Presidente do Estado em exercício, Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira*, assumiu o cargo de Juiz de Direito de Tiradentes, que exerceu até 1897. Transferindo-se, nesse ano, para Belo Horizonte, passou a desempenhar as funções de Diretor da Secretaria do Interior e, em 1898, as de Juiz de Direito da recém-instalada comarca, por nomeação do Presidente Crispim Jacques Bias Fortes*. Em setembro de 1903 o Presidente Francisco Antônio de Sales promoveu-o ao Tribunal da Relação, de que foi eleito Presidente em 1913. Ali permaneceu até que, em agosto de 1917, o Presidente Venceslau Brás Pereira Gomes* o nomeou Ministro do STF, a que presidiu de abril de 1931 até ser aposentado, por limite de idade, em novembro de 1937.

Em junho de 1897 inscreveu-se em concurso para lente substitutivo da FLDMG, ainda em Ouro Preto. Como as provas não chegaram a realizar-se por desistência dos concorrentes, a congregação por unanimidade o aprovou e designou para lecionar Economia Política. Também ensinou Direito Civil e Direito Romano, tendo-se tornado catedrático desta última disciplina em março de 1911. Vice-Diretor em vários períodos, em dezembro de 1916 foi escolhido Diretor da instituição, da qual se desligou definitivamente, mediante renúncia, para assumir no STF.

Estado de Minas

Edmundo Pereira Lins

Entre seus numerosos trabalhos, originalmente publicados em jornais e revistas especializadas, destacam-se *Estudos Jurídicos*, Rio de Janeiro, Ed. Coelho Branco Filho, 1935 (coletânea de dissertações, preleções, votos e sentenças, que mereceu do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros a Medalha Teixeira de Freitas como prêmio ao jurista, que, no ano de 1935, mais se distinguiu pelos serviços prestados à cultura especializada ao País); Miscelânea, Rio de Janeiro, Ed. Jornal do Comércio, 1938 (seleção de escritos, relatórios, ensaios literários em latim e outros) e *Reminiscências literárias* (1941).

FONTES: DANTAS, San Tiago. Edmundo Lins - juiz mineiro. In: *Digesto Econômico.* São Paulo, (175): 21-6, jan./fev. 1964./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 11 ago. de 1944, p. 3; 8 dez. 1944, p. 3; 3 dez. 1968, p. 15; 26 maio 1976, 2ª seção. p. 1; 17 set. 1978, p. 20./LAGO, Coronel Laurênio, *Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.* Dados biográficos (1928-1978). (Rio de Janeiro), Biblioteca do Exército Editora, 1978./LINS, Ivan. Edmundo Lins: alguns traços de sua personalidade de juízos de seus contemporâneos. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 10: 175-229, 1963; *Edmundo Lins.* Belo Horizonte, Edições MP, 1965./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 11 ago. 1944, p. 9; 13 dez. 1963, p. 10./ *O Diário*, Belo Horizonte, 11 ago. 1944, p. 6; 21 jun. 1972, p. 3./OTONI, Carlos. *Nortistas ilustres.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1907. *Revista da Faculdade de Direito*; memória histórica (1892-1959). Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 10: 149-50, out. mar. 1959./RESENDE FILHO, Antônio Lobo de. Perfil de juiz: Ministro Edmundo Lins. In: *Jurisprudência Mineira.* Belo Horizonte, 1 (5-6): 557-70, 1950./ SILVEIRA, Vítor, *Minas Gerais em 1925.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

LINS, Fábio de Moura e Silva

Oficial do Exército, nasceu na cidade de Serro, MG, a 19 de outubro de 1924. Filho de Dario Augusto Lins e de Carmélia de Moura e Silva Lins. Casado com Zilá de Campos Lins.

Entrou para o Exército como cadete da Escola Preparatória de São Paulo, em abril de 1944. Concluiu cursos na Escola Militar de Resende, RJ (1945-1947), na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1957) e na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (1961-1963).

Foi Tenente e Capitão no 20º RI de Curitiba, PR (1948-1954 e 1958), Tenente no 12º RI de Belo Horizonte, MG (1949-1950) e Capitão no Batalhão de Suez (1958-1959).

Em novembro de 1979, alcançou o posto de General-de-Brigada.

Exerceu o comando da 5ª Região Militar/DE, como Major (1959-1961); do CMP como Major e Tenente-Coronel (1966-1969) e da Polícia Militar de Santa Catarina (1969-1972). Como Coronel, foi Chefe da Subseção de Informações Externas do Estado-Maior do Exército (1972-1973), Adido das Forças Armadas na Venezuela (1973-1975), Chefe da Seção de Auditoria do DGEF (1976-1977), Chefe do Gabinete (1977-1978) e Chefe da SO/1 Operações do Estado-Maior do Exército (1978).

Foi Instrutor do CPOR de Belo Horizonte, MG (1954-1957) e do Curso de Infantaria da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1964-1966).

Como Oficial-General, comandou a 2ª Brigada Mista (1980-1981), foi Diretor Patrimonial de Brasília (1981) e membro efetivo da Comissão de Promoção de Oficiais (1984).

Recebeu várias condecorações, nacionais e estrangeiras, entre elas as comendas do Mérito Militar e do Mérito Naval, a Medalha de Ouro por 40 anos de bons serviços, e as do Pacificador, do Mérito Tamandaré e do Mérito Santos Dumont, além da Medalha da FENU (Internacional), a Cruz das Forças Terrestres Venezuelanas, a Ordem do Mérito Naval da Venezuela e a Cruz das Forças Aéreas Venezuelanas.

Participou de palestras e publicou artigos sobre temas militares.

FONTE: *Dados biográficos.* Informante: Ministério do Exército. Departamento de Comunicação Social.

LINS, Francisco

Escritor, acadêmico, professor e jornalista, nasceu em Ubá, Província de Minas Gerais, a 9 de maio de 1866, e faleceu em Juiz de Fora, MG, a 20 de maio de 1933. Casado com Maria Eugênia Lins.

Fez os estudos secundários no Liceu Mineiro, em Ouro Preto, e, em seguida, matriculou-se na EMOP, mas não chegou a concluir o curso, em virtude de dificuldades financeiras.

Depois de trabalhar por algum tempo na secretaria do Liceu Mineiro, transferiu-se para Juiz de Fora, onde lecionou em estabelecimentos de ensino médio e se dedicou ao jornalismo nas redações do *Jornal do Comércio* e de *O Farol.*

De 1911 a 1918, comissionado pelo Governo mineiro, estudou na Europa. De regresso ao Brasil, foi nomeado Reitor do Ginásio Mineiro de Barbacena e, em seguida, professor da Escola Normal de Juiz de Fora. Em 1930 voltou à Europa, demorando-se na Suíça e na França, donde enviou numerosos artigos para os jornais do Rio de Janeiro e de Juiz de Fora. Discípulo de Adolphe Ferriere, foi o introdutor no Brasil das idéias de Claparède e Bouvet sobre a educação da infância.

Membro fundador da AML, ocupou a cadeira nº 19, patrocinada pelo padre-mestre José Joaquim Correia de Almeida.

Publicou as obras *Canções da aurora*, *Harpas das selvas e Versos* (poesia); *Borboletas negras* (crônica, 1909) e *Uma campanha*, coletânea de artigos a favor da candidatura de Hermes da Fonseca à Presidência da República (1910).

FONTES: OLIVEIRA, Martins de. *História da literatura mineira.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 22 abr. 1933. p. 5; 20 ago. 1959, p. 20.

LINS, Ivan Monteiro de Barros

Escritor, acadêmico, magistrado e professor, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 16 de abril de 1904, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em junho de 1975. Filho do magistrado Edmundo Pereira Lins* e de Maria Leonor Monteiro de Barros Lins. Casado com Sofia Teodora Carneiro Lins.

Feitos os estudos secundários em sua cidade natal, matriculou-se na Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, DF, pela qual se graduou em 1930.

Ingressando jovem ainda no magistério, lecionou Latim e História no Colégio Pedro II, História da Filosofia no curso pré-jurídico da FNDUB e Higiene Industrial na Escola Sousa Aguiar. Exerceu os cargos de Secretário do Instituto Nacional de Tecnologia e de Ministro (Conselheiro) do Tribunal de Contas do Distrito Federal, este a partir de 1942.

Membro do IHGMG, da Associação Brasileira de Educação, da Academia Carioca de Letras e do Conselho Técnico e do Conselho Geral da Prefeitura do Rio de Janeiro, em 1958 ingressou na ABL, como sucessor de Afonso d'Escragnolle Taunay na cadeira nº 1, patrocinada por Adelino Fontoura. Era, ainda, sócio correspondente da AML no Rio de Janeiro.

Publicou as obras *O crime, o criminoso e a responsabilidade penal vistos à luz da escola de Augusto Comte* (introdução de uma tese), Rio de Janeiro, Tip. do "Jornal do Commercio", 1933; *Lope de Vega*, Rio de Janeiro, J. R. de Oliveira & Cia., 1935; *Benjamin Constant*, Rio de Janeiro, J. R. de Oliveira & Cia., 1936; *Católicos e positivistas* (Carta aberta a Tristão de Athayde), Rio de Janeiro, J. R. de Oliveira & Cia., 1937; *Um aspecto inédito da vida e obra de Martins Fontes*, São Paulo, Comissão Glorificadora de Martins Fontes, 1938; *O humanismo e o Plano Nacional de Educação*, Rio de Janeiro, J. R. de Oliveira & Cia., 1938; *Três abolicionistas esquecidos: Benjamin Constant, Miguel Lemos e Teixeira Mendes*, Rio de Janeiro, J. R. de Oliveira & Cia., 1938; *Tomás Morus e a Utopia*, Rio de Janeiro, R. J. de Oliveira & Cia., 1938; *A concepção do direito e da felicidade perante a moral positiva*, Rio de Janeiro, J. R. de Oliveira & Cia., 1939; *Ruiz de Alarcon*, Rio de Janeiro, Emiel Editora, 1940; *Obra educativa do general Rondon*, in: "Rumo ao Oeste", Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1942; *A cultura e o momento internacional*, Rio de Janeiro, Sauer Editora, 1943; *Gonçalves de Magalhães*, Rio de Janeiro, Sauer Editora, 1943; *É o positivismo ateu? Pode ser considerado uma religião*, Rio de Janeiro, 1956; *Descartes: época, vida e obra*, Rio de Janeiro, Liv. São José, 1964; *A história do positivismo no Brasil*, São Paulo, Editora Nacional, 1864; *Dante e o positivismo, in:* "Cadernos nº 5 - O meu Dante", São Paulo, Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1965; *Edmundo Lins* - Alguns traços de sua personalidade e juízos de seus contemporâneos, Belo Horizonte, Edições Movimento-Perspectiva, 1965; *Perspectivas de Augusto Comte*, Rio de Janeiro, Liv. São José, 1965; *Erasmo, a Renascença e o humanismo*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, *Tomás Jefferson, pensador e homem de estado*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966; *Aspectos do Padre Antônio Vieira*, 3. ed. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, 1966; *Escolas filosóficas ou introdução ao estudo da filosofia*, 4. ed. Rio de Janeiro, Liv. São José, 1966.

Além de seu pai, atuou na vida política seu irmão Alcides Lins*.

FONTES: COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje.* Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961, v. 1./CORTÉS, Antônio Maria Cardoso. *Homens e instituições no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, IBGE, 1957.

LISBOA, Henriqueta

Escritora, acadêmica, professora e inspetora de ensino, nasceu em Águas Virtuosas (atual Lambari), MG, a 15 de julho de 1904 e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 9 de outubro de 1985. Filha do político João de Almeida Lisboa* e de Maria Rita de Vilhena Lisboa.

Fez o curso normal no Colégio Sion de Campanha, MG, e estudou Literatura e Línguas no Rio de Janeiro, DF.

Na Capital mineira, onde por muitos anos foi inspetora federal do ensino, tornou-se catedrática de Literatura Hispano-Americana da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria, hoje pertencente à UCMG, e professora de Literatura Universal na Escola de Biblioteconomia da UMG.

Primeira mulher a ingressar na AML, desde 1963 ocupou, como sucessora de Mário Casasanta*, a cadeira nº 26, patrocinada por Evaristo Ferreira da Veiga. Pertenceu, ainda, ao IHGMG e à Comissão Regional de Folclore do Instituto Brasileiro de Ciências e Cultura. Por sua obra poética recebeu os primeiros prêmios da ABL (1930), da AML (1950) e da Câmara Brasileira do Livro (1952).

Entre outras condecorações, foi portadora de Medalha de Bronze do Governo italiano. Vários poemas seus foram traduzidos para modernas línguas européias e um sobre o Caraça vertido para o latim por seu cunhado José Lourenço de Oliveira e pelo padre Pedro Sarneel.

Publicou os livros *Enternecimento*, Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1929; *Velário*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1936; *Prisioneira da morte*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1941; *O menino poeta*, Rio de Janeiro, edição da Autora, 1943. 2 ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1975; *A face lívida*, Belo Horizonte, edição da Autora, 1945; *Alphonsus de Guimaraens*, Rio de Janeiro, Agir, 1945; *Flor da morte*, Belo Horizonte, Edições João Calazans, 1949; *Poemas*, Belo Horizonte, Edições João Calazans, 1951; *Madrinha Lua*, Rio de Janeiro, 1. ed. Hipocampo, 1952. 2. ed. Ministério da Educação, 1958; *Convívio poético*, Belo Horizonte, Publicações da Secretaria da Educação de Minas Gerais, Coleção Cultura, nº 4, 1953; *Azul profundo*, Belo Horizonte, edição da Autora, 1956; *Lírica*, Rio de Janeiro, J. Olympio, 1958; *Montanha viva*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1959; *Antologia poética para a infância e a juventude*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/ INL, 1961. 2. ed. Rio de Janeiro, Livros de Bolso, 1966; *Além da imagem*, Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1963; *Mário de Andrade*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1965; *Guimarães Rosa*, Belo Horizonte, CEM/ UFMG, 1966; *Literatura oral para a infância e a juventude*, São Paulo, Cultrix, 1. ed. 1968. 2. ed. 1969; *Vigília poética*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1968; *Nova Lírica*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1971; *Miradouro e outros poemas*, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1976; *Reverberações*, Belo Horizonte, Ed. São Vicente, 1976; *Celebração dos elementos*, Belo Horizonte, Ed. São Vicente, 1977; e as traduções *Poemas escolhidos de Gabriela Mistral*, Rio de Janeiro, Delta, 1969, e *Cantos de Dante*, São Paulo, Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1979.

Atuaram na vida pública, além de seu pai, seus irmãos Valdir Lisboa* e João Lisboa Júnior, que foi Prefeito de Lambari.

Estado de Minas

Henriqueta Lisboa (E) e Antônio Houaiss, dezembro de 1976

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 3 jun. 1977, p. 4./LOBO FILHO, Blanca. *A poesia de Henriqueta Lisboa.* Belo Horizon-

te, Edições Movimento-Perspectiva, 1966./ *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 8 out. 1966, Suplemento Literário, p. 6; 21 fev. 1970, Suplemento Literário, p. 1; 28 fev. 1970, Suplemento Literário, pp. 1-12; 5 mar. 1970, p. 4./*Pequeno dicionário de literatura brasileira* (organizado e dirigido por José Paulo Paes e Massaud Moisés). São Paulo, Cultrix, 1967.

LISBOA, João de Almeida

Político e farmacêutico, nasceu em Macaé, Província do Rio de Janeiro, a 4 de outubro de 1870, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 5 de setembro de 1947. Filho do Promotor Público e chefe abolicionista João de Almeida Lisboa e de Henriqueta de Paiva Lisboa. Casado com Maria Rita de Vilhena Lisboa.

Em 1889, no Rio de Janeiro, participou, com um grupo de estudantes, da fundação do Clube Republicano Quintino Bocaiúva, de que era presidente honorário Alexandre Stockler Pinto de Meneses*.

Em 1890 transferiu-se para Águas Virtuosas de Lambari, Distrito de Campanha (hoje cidade de Lambari), MG, onde trabalhou como farmacêutico e colaborou no periódico *A Peleja,* ao lado de Eustáquio Gação Stockler* e João Bráulio Júnior. Numa segunda fase do jornal foi seu diretor e redator.

Vereador à Câmara Municipal de Campanha pelo Distrito de Lambari, ao ser criado este município, em 1902, elegeu-se Presidente da nova Câmara e Agente Executivo Municipal, postos a que foi seguidamente reconduzido. Deputado Estadual da 5ª à 9ª Legislaturas (1905-1926), desempenhou os cargos de Presidente da Câmara (1920-1923) e de Presidente e Relator da Comissão de Finanças. Renunciou ao mandato em 1924 para ocupar uma cadeira na Câmara Federal na 12ª e na 13ª Legislaturas, durante as quais integrou a Comissão de Agricultura e Comércio. Eleito Deputado Constituinte mineiro e para a 1ª Legislatura (1935-1937), fez parte das Comissões de Viação e Obras Públicas (1935) e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1935-1937). A seguir, exerceu as funções de Inspetor Federal do ensino e de membro do Conselho Deliberativo do Estado de Minas Gerais (1945-1971), do qual foi Vice-Presidente e Presidente.

Pertenceu ao PRM e ao Partido Progressista. Figurou entre os fundadores do IHGMG.

Atuaram na política seus filhos João Lisboa Júnior, Prefeito de Lambari, e Valdir Lisboa*.

Era pai da escritora Henriqueta Lisboa*.

ALEMG

João de Almeida Lisboa

FONTES: *Anais da Assembléia Legislativa, 1947.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, *1:* 4-7, s. d./*Dados biográficos.* Informante: Prefeitura Municipal de Lambari/José Sgarbi Astério. CEM/UFMG./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 6 set. 1947, p. 5/*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 6 set. 1947, p. 8; 4 out. 1971, Diário da Assembléia. pp. 1-2; 6 out. 1971./ *O Diário,* Belo Horizonte, 6 set. 1947, p. 3./ RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais.* Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970-1.

LISBOA, José Carlos

Escritor, acadêmico e professor, nasceu em Minas Gerais no ano de 1902.

Um dos fundadores da Faculdade de Filosofia da UFMG, foi professor e catedrático de Língua e Literatura Espanhola, dessa faculdade, catedrático de Língua e Literatura Espanhola da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (hoje UFRJ) da qual foi também Diretor Adjunto do curso de Jornalismo. Foi, ainda, Diretor da Escola de Comunicação da UFRJ; professor nos cursos de pós-graduação da Faculdade de Letras da UFRJ e professor emérito da UFRJ e UFMG.

Exerceu os cargos de Diretor de Publicações e de Divulgação da Biblioteca Nacional; fundou o Ateneu Garcia Lorca, do qual foi professor e diretor; o Instituto Brasileiro de Cultura Hispânica, do qual foi Conselheiro; o Seminário Menéndez Pidal, da Faculdade de Letras da UFRJ, e o Centro de Estudos Hispânicos, da Universidade do Brasil, do qual foi Presidente. Foi membro da Academia Brasileira de Filologia e do Conselho Nacional de Cultura.

Em abril de 1982, eleito para a Academia Mineira de Letras, ocupou a Cadeira nº 6, em substituição a Antônio Augusto de Melo Cançado*.

É irmão de Henriqueta Lisboa* e tio de Maria Lisboa, Secretária Municipal de Educação de Belo Horizonte.

Publicou as obras *Curso de Letras Neolatinas,* Biblioteca Nacional; *A Casa do bode* (peça folclórica), MEC e Selo de Ouro; *Tirso de Molina, Criador de Don Juan.* MEC; Teatro de Cervantes, MEC; *Isabel, a do "bom gosto".* MEC; *Garcia Lorca e "Bodas de Sangue"* (tese de cátedra). Seclegra, Rio de Janeiro; *Garcia Lorca. Vida e obra.* S.N.T. Dionisos; *Macário e a Rainha das Onças; O homem que veio do céu* (comédia-farsa brasileira, em verso popular) e *Romanceiro do Macário,* os três últimos publicados em A Rainha das Onças. Ed. Comunicação. I.N.L.-MEC, 1981, Belo Horizonte/Brasília. É, também, responsável pela tradução de obras como o *Romancero Gitano.* (Garcia Lorca). Zahar, RJ; *A Numancia* (Cervantes), Civilização Brasileira, RJ; *O Brasil restituído.* (Lope de Vega). I.N.L. Dionisos; e *O homem e a gente* (J. Ortega e Gasset), Ed. Livro Ibero-Americano, Rio de Janeiro.

FONTES: Dados informados pela Academia Mineira de Letras. JOSÉ, Oiliam e Martins de Oliveira. *Efemérides da Academia Mineira de Letras.* Belo Horizonte, Fumarc/PUC-MG, 1985. p.8.

LISBOA, Luís

Político e farmacêutico mineiro, faleceu em Ouro Fino, MG, a 20 de março de 1950.

Foi Prefeito dos Municípios de Uberlândia e Lambari. Eleito Senador em 1925 para o restante da 9ª Legislatura (1923-1926), quando preencheu a vaga de Francisco Escobar*, reelegeu-se para a 10ª Legislatura (1927-1930).

Pertenceu ao PRM.

FONTE: *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 24 mar. 1950. Diário da Assembléia. p. 2.

LISBOA, Valdir

Político e advogado, nasceu em Águas Virtuosas (atual Lambari), MG, a 24 de junho de 1913. Filho do político João de Almeida Lisboa* e de Maria Rita de Vilhena Lisboa. Casado com Edna de Melo Lisboa.

Diplomado, em 1934, pela FDUMG, passou a exercer a advocacia em Campanha, MG, onde também foi Diretor Regional dos Correios e Telégrafos.

Ingressando na política, elegeu-se Deputado à Constituinte Estadual e para a 1ª e a 2ª Legislaturas (1947-1955). Na Assembléia, ocupou os cargos de 1º-Secretário da Comissão Executiva durante a fase constituinte e na 1ª Legislatura ordinária (1947; 1950-1951); Presidente das Comissões de Viação e Obras Públicas (1948-1949), de Serviço Público Civil (1949) e de Energia e Transportes (1953-1954); Vice-Presidente das Comissões de Serviço Público Civil (1952) e de Constituição, Legislação e Justiça (1952-1953), tendo ainda integrado as Comissões de Assuntos Municipais e Interestaduais (1948; 1953), de Leis Complementares (1948-1949), de Divisão Administrativa e Judiciária (1953) e de Redação (1954). Posteriormente fez parte da diretoria do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais S.A.

Pertenceu ao PTB.

É irmão de João Lisboa Júnior, ex-Prefeito de Lambari, e da escritora Henriqueta Lisboa*.

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: Prefeitura Municipal de Lambari/José Sgarbi Astério. CEM/UFMG.

LOBATO, Francisco de Faria

Político e médico, nasceu em 1862 e faleceu em Poços de Caldas, MG, a 14 de novembro de 1921. Filho de Cândido de Faria Lobato e de Francisca Machado Correia Neto Lobato. Casado com Elisa Lobato.

Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Iniciou sua carreira política elegendo-se Deputado à Constituinte Estadual e para a 1ª e 2ª Legislaturas (1891-1898). Terminando o seu mandato de Deputado, dedicou-se à profissão de médico.

Pertenceu ao Partido Republicano Histórico.

Atuou na política seu filho Oscavo de Faria Lobato*.

FONTES: *Minas Gerais.* Belo Horizonte, 16 nov. 1921. p. 4/TRINDADE, Raimundo. *Velhos troncos mineiros.* São Paulo, Revista dos Tribunais, 1955. v. 1.

LOBATO, João das Chagas de Faria

Político e jornalista, nasceu em Oliveira, Província de Minas Gerais, e ali faleceu a 9 de maio de 1899. Casado com Maria Amélia de Resende Lobato.

Diplomado em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP em 1859, exerceu a advocacia em sua terra natal.

No Império foi Deputado Geral pela Província de Minas Gerais na 12ª Legislatura (1864-1866). Com Sampaio Ferraz redigiu o *Diário do Povo,* órgão de propaganda republicana. Instaurado o novo regime, elegeu-se Deputado Federal Constituinte e para a 1ª Legislatura (1891-1893). Reeleito em setembro de 1894, substituiu a Otávio Esteves Ottoni* na Câmara dos Deputados no restante da 2ª Legislatura (1894-1896).

Na República pertenceu ao Partido Constitucional Mineiro.

FONTES: NOGUEIRA, Almeida. *A Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências.* São Paulo, Saraiva, 1977. v. 5./BARBOSA, Francisco de Assis, *João Pinheiro. Documentário sobre a sua vida.* Belo Horizonte, Publicações do APM, 1966./ ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1899 a 1917.* Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918. v. 1./*Gazeta de Ouro Fino,* Ouro Fino - MG, n. 186. 1895./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito.* Arquivo.

LOBATO, João Evangelista Negreiros Saião, Visconde de Sabará

Magistrado e promotor público, nasceu na Vila do Príncipe (atual cidade do Serro), Província de Minas Gerais, a 16 de agosto de 1817, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 20 de abril de 1894. Filho de (Senador no regime monárquico) João Evangelista de Faria Lobato e de Maria Isabel Manso Saião. Casado com Maria José de Macedo Couto.

Logo depois de bacharelar-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP (1836), exerceu a Promotoria Pública em sua Província natal. Em 1842, durante a revolução chefiada pelo Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, serviu como delegado do Duque de Caxias. Retornando a São Paulo, foi Juiz Municipal e, a partir de novembro de 1843, Juiz de Direito da 1ª Comarca e, a seguir, Juiz de Direito das Comarcas do Rio Grande do Sul (1844), Rio Pardo (1845), Campos (1848), Piratini (1853) e Caçapava (1856), da 1ª Vara Criminal do Rio Grande do Sul (1858) e da 2ª Vara Criminal da Corte (1863). Nomeado, em março de 1864, Desembargador da Relação da Corte, pertenceu também ao Tribunal do Comércio. Por nomeação imperial de julho de 1875, assumiu as funções de Procurador da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional. Em março de 1881 foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, a que presidiu no período 1886-1889. Criado o Supremo Tribunal Federal no regime republicano, tornou-se seu Ministro de novembro de 1890 a maio de 1892, quando se aposentou. Ocupou a Chefia da Polícia da Província do Rio Grande do Sul em 1846 e em 1859.

O Imperador Pedro II agraciou-o com o foro de fidalgo cavaleiro, o grau de cavaleiro da Ordem da Rosa, a comenda da Ordem de Cristo e os títulos de Conselheiro (1875) e de Visconde de Sabará com grandeza (1888).

FONTES: *Estado de Minas,* Belo Horizonte, 26 maio. 1976, 2ª seção. p. 1./*Galeria Nacional;* vultos proeminentes da história brasileira. Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do *Jornal do Brasil,* 1931, 2º fasc./LAGO, Coronel Laurêncio. *Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal:* dados biográficos (1828-1978). Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1978.

LOBATO, José Maria

Político, advogado e inspetor do ensino, nasceu em Oliveira, MG, a 25 de novembro de 1903, e faleceu na mesma cidade, a 12 de dezembro de 1969. Filho de Oscar de Faria Lobato e de Ormezinda Silviano Lobato. Casado com Maria Antonieta Guglielmelli Lobato.

Diplomado pela FDUMG em 1929, advogou em sua terra natal, onde foi Vereador e Presidente da Câmara Municipal. Suplente de Deputado Estadual na 1ª Legislatura (1947-1951), assumiu o mandato em agosto de 1949, na vaga aberta com o falecimento de Quintino Vargas*.

Foi, ainda, inspetor seccional de ensino em Oliveira.

Pertenceu à UDN.

FONTES: *Estado de Minas,* Belo Horizonte, 14 de dez. 1969. p. 26./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 24 ago. 1949. Diário do Legislativo. p. 3; 7 abr. 1970. Diário do Legislativo. p. 2./ *Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino.

LOBATO, Odilon

Político e médico, nasceu em Pompéu, então Distrito de Pitangui, MG, a 10 de janeiro de 1929. Filho de Francisco Procópio

Lobato e de Inês Umbelina Lobato. Casado com a médica Maria Benita Portela Lobato.

Fez os estudos secundários no Colégio Padre Machado, em Belo Horizonte, MG, e o curso superior na Faculdade de Medicina da UMG, tendo-se graduado em 1954 como o primeiro aluno da turma, da qual foi orador oficial no ato de formatura.

Durante o currículo acadêmico trabalhou junto à cadeira de Anatomia Humana. Iniciou a carreira profissional como médico residente do Hospital São Lucas, de Belo Horizonte, onde mais tarde assumiu o cargo de diretor clínico. Na Santa Casa de Misericórdia foi, sucessivamente, cirurgião geral, chefe do Serviço de Cirurgia e diretor clínico. Em diferentes períodos desempenhou, na Associação Médica de Minas Gerais, os cargos de orador oficial e de membro da Comissão de Finanças, do Conselho Fiscal, do Conselho Superior e da Comissão Eleitoral. Em 1979 passou a integrar o Conselho Curador da Fundação Ezequiel Dias.

Eleito suplente de Deputado Estadual para a 4ª Legislatura (1959-1963), efetivou-se no mandato em novembro de 1962, na vaga de Francisco de Castro Pires Júnior*.

Pertenceu ao PSD.

FONTES: *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 27 jul. 1979. p. 2./*Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.* Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

LOBATO, Oscavo de Faria

Político e médico, nasceu em Poços de Caldas, MG, a 31 de março de 1896, e faleceu na mesma cidade, a 27 de abril de 1972. Filho do republicano histórico Francisco de Faria Lobato* e de Elisa Dutra Correia Neto Lobato. Casado com Isaura Junqueira Lobato.

Fez o curso secundário no Ginásio São Bento, em São Paulo, SP, e diplomou-se pela FMRJ em 1922.

Formado, passou a clinicar em sua terra natal, onde participou da remodelação dos serviços das termas realizada durante a Presidência de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada*.

Fundador e Presidente do primeiro Rotary Club local, exerceu o mandato de Vereador à Câmara Municipal em duas legislaturas. Eleito Deputado Federal para a 1ª e a 2ª Legislaturas (1947-1955), renunciou em 1951 para desempenhar o cargo de Diretor da Imprensa Oficial no Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira*. Enquanto esteve na Câmara, integrou a Comissão de Relações Exteriores. Foi, ainda, Diretor do Banco Mineiro da Produção S.A.

Pertenceu ao PR, de cuja Comissão Executiva Estadual fez parte.

Além de seu pai, atuou na política seu genro Sebastião Pinheiro Chagas*.

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais/ J. Seixas Sobrinho. CEM/UFMG./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 18 fev. 1951, pp. 5-6; 28 abr. 1972, Diário do Legislativo, p. 4; 29 abr. 1972, p. 3; 19 maio 1972. Diário do Legislativo. p. 7./*Tribunal Eleitoral do Estado de Minas Gerais.* Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente./TRINDADE, Raimundo Otávio. *Velhos troncos mineiros.* São Paulo, Empresa Gráfica, Revista dos Tribunais, 1955, v. 1.

LOBO, Aldo Luís Delfino dos Santos Ferreira

Acadêmico, escritor, funcionário público e jornalista, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, DF, a 12 de novembro de 1872 e ali faleceu a 21 de dezembro de 1945. Filho do poeta Luís Delfino e de Maria Carolina Garcia dos Santos.

Fez o curso de Humanidades no Colégio São Luís Gonzaga, de Itu, Província de São Paulo, mas não pôde prosseguir os estudos, por dificuldades de ordem financeira.

Tornou-se tipógrafo no Rio de Janeiro, onde ingressou no quadro de funcionários da Administração dos Correios. Serviu, em seguida, nas cidades mineiras de Diamantina, Ouro Preto e Belo Horizonte, com ativa participação na vida intelectual de todas elas e assídua colaboração em seus órgãos de imprensa. Membro fundador da AML, ocupou a cadeira nº 2, patrocinada por Artur França. Ao aposentar-se do serviço público, mudou-se para o Rio de Janeiro, DF, onde foi delegado da AML junto à Federação das Academias de Letras.

Publicou as obras *José do Patrocínio* (poesia, 1902); *Cabra curado* (1905); *Zé Miguel* (1911), *Tia Manoela* (1913), *Diamantina* (1914) e *No tempo da moagem* (romances); *Lendas e ruínas* (crônicas e fantasias); *Nas estradas* (episódios da vida sertaneja); *Nhô Chico* (novela); *Terras sem dono,* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1930; *Por campos e carrascais* (contos).

FONTES: *Diário de Minas,* Belo Horizonte, 8 abr. 1956. Suplemento Literário. p. 2./ OLIVEIRA, Martins de. *História da Literatura mineira.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1963./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 18 jun. 1959. p. 11./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926./VELHO SOBRINHO, João Francisco. *Dicionário biobibliográfico brasileiro.* Rio de janeiro, s. ed., 1937. v. 1.

LOBO, Benevenuto da Silveira

Político e advogado mineiro, faleceu em Carangola, MG, a 29 de março de 1904. Filho do Conselheiro do Império Francisco de Paula da Silveira Lobo* e de Luísa Adelaide Fernandes Torres. Casado com Ermelinda da Silveira Lobo.

Diplomado pela Faculdade de Direito do Recife, PE, advogou na Zona da Mata mineira, onde participou da propaganda do regime republicano.

Foi Deputado Estadual na 2ª Legislatura (1895-1898).

FONTES: *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 30 mar. 1904. p. 5./TRINDADE, Raimundo Otávio da. *Velhos troncos mineiros.* São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1955. v. 2.

LOBO, Valdomiro Agostinho

Político e radialista, nasceu em Espírito Santo do Pinhal (hoje Pinhal), SP, a 27 de janeiro de 1905, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 4 de setembro de 1970. Filho de Antônio Agostinho e de Maria da Conceição Lobo. Casado com Eugênia Bracher Lobo.

Fez o curso secundário no Instituto Moderno de Educação e Ensino, de Santa Rita do Sapucaí, MG. Ainda criança, transferiu-se para Jacutinga, MG, onde foi empregado de um hotel. Dali seguiu para o Norte do Paraná, numa turma de operários que iam construir uma ferrovia. Em 1919 voltou a Minas Gerais e fixou-se em Santa Rita do Sapucaí.

Como não pudesse prosseguir os estudos, exerceu várias atividades, inclusive a de pugilista, e nessa condição percorreu diversos países da América do Sul e conquistou o título de vice-campeão sul-americano. Como ator, ganhou nome no Teatro Português e interpretou no Teatro Recreio do Rio de Janeiro, DF, o papel principal da revista *Rumo ao Catete.* Cantor, dedicou-se à música folclórica e trabalhou na Rádio Educadora Paulista. Na época estourou a Revolução de 1930, na qual participou ativamente, como já acontecera na de 1924. Em 1932 foi preso no Rio Grande do Norte por envolver-se no movimento constitucionalista. Por volta de 1934 ingressou na imprensa carioca, tendo integrado as redações dos jornais *A Nação* e *Dom Casmurro* e da revista *Tit-Bits.* Radicado em Belo Horizonte, trabalhou na emissora oficial, Rádio Inconfidência, onde apresentava programas caipiras, e dedicou-se a campanhas filantrópicas e de reivindicações populares.

Em 1947 ingressou na política, elegendo-se Vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte, mandato que desempenhou até 1950. Deputado Estadual da 2ª à 5ª Legislaturas (1951-1967), foi 1º-Secretário da Comissão Executiva da Assembléia (1956), Líder do PTB (1955; 1958), Presidente (1966) e membro (1955) da Comissão de Trabalho e Ordem Social, membro das Comissões de Assuntos Municipais e Interestaduais (1951-1952), de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (1953-1954; 1957; 1959), de Redação (1954) e de Segurança Pública (1959).

Instalou a Fundação Valdomiro Lobo de Assistência ao Tuberculoso Pobre e escolas combinadas que também receberam o seu nome. Fundador do Sindicato dos Radialistas Mineiros, foi seu primeiro Presidente.

Em 1965 recebeu o título de cidadão honorário do Estado de Minas Gerais.

Pertenceu ao PTB.

FONTES: *Diário de Minas,* Belo Horizonte, 5 set. 1970. p. 3./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 26 jun. 1965, Diário da Assembléia. pp. 1-2; 9 set. 1970, Diário da Assembléia. pp. 2-3; 22 set. 1970, Diário da Assembléia. p. 1.

LODI, Euvaldo

Político, engenheiro e industrial, nasceu em Ouro Preto, MG, a 9 de março de 1896, e faleceu em São Paulo, SP, a 19 de janeiro de 1956. Filho dos imigrantes italianos, Luís Lodi e de Anunciata Mora Lodi. Casado com Alvarina de Anunciata Castro Oliveira Mora Lodi.

Fez o curso secundário e os preparatórios no externato do Ginásio Mineiro, em Belo Horizonte, MG, e diplomou-se como engenheiro civil e de minas pela Escola de Minas de Ouro Preto, em 1920.

Depois de formado, fixou-se no Rio de Janeiro, DF, onde trabalhou em empresas de construção de estradas e de exploração de jazidas de minério de ferro e de minas de carvão, e instalou fornos metalúrgicos em Minas Gerais. Em 1923, fez parte da comissão que estabeleceu a política nacional no setor siderúrgico. Ainda na década de 20, presidiu ao Centro Industrial de Juiz de Fora. Engajando-se na Revolução de 1930, colaborou no planejamento de movimentação de contingentes rebeldes e ingressou, depois da vitória, no Clube 3 de Outubro, organização nacional que defendia os ideais tenentistas.

Em 1932, foi representante da Federação das Indústrias de Minas Gerais junto à nova Comissão Revisora de Tarifas e, em 1933, representando o Centro Industrial de Juiz de Fora, tornou-se um dos fundadores e 4º-Vice-Presidente da primeira Diretoria da Confederação Industrial do Brasil, sendo designado, dois meses depois, para incentivar a fundação de sindicatos patronais junto àquela federação.

Deputado classista à Constituinte Federal de 1933 e na Legislatura 1934-1937, integrou a Comissão encarregada de organizar o anteprojeto de Constituição, na qual foi Relator do título relativo à ordem econômica e social, e, a seguir, representou os empregadores na Comissão Constitucional. De 1935 a 1937, ocupou a 2ª-Vice-Presidência da Comissão Executiva da Câmara, e, em 1934, fez parte da Comissão de Orçamento.

No período de 1938-1954, presidiu à Confederação Nacional da Indústria, e organizou, com Roberto Simonsen, o Serviço Social da Indústria - SESI - e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai -, tendo a ambos dirigido.

Após o Estado Novo, elegeu-se Deputado Federal Constituinte e para a 1ª Legislatura (1946-1951). Reelegeu-se para a 2ª e 3ª Legislaturas (1951-1959), participando, na Câmara, das Comissões de Segurança Nacional, de Legislação Social, de Enquadramento Sindical, (1948; 1952-1954) e de Bem-Estar Social (1953), além de presidir à Comissão de Desenvolvimento Industrial da chamada Missão Abbink (1948-1949).

Com o alijamento do grupo getulista do poder após a morte de Vargas, a influência de Lodi nos meios empresariais declinou, e ele foi afastado de seus cargos na Federação dos Sindicatos Industriais do Rio de Janeiro - FIRJ - e na Confederação Nacional de Indústria - CNI.

Entre outras empresas, fundou e dirigiu a Usina Gorceix, a Companhia Ferro Brasileiro e a Companhia Industrial do Ferro, em Minas Gerais; a Fábrica de Tecidos de Seda Santa Helena, em Petrópolis, RJ; a Companhia Carbonífera, em Santa Catarina; a Eletrometal S.A. e a Rheem Metalúrgica.

Membro fundador do Conselho Federal do Comércio Exterior, pertenceu, ainda, ao Conselho Nacional de Tarifas Rodoviárias, ao Conselho Nacional de Similares, às Federações das Indústrias e às Associações Comerciais do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

Foi, ainda, Presidente da Comissão Econômica para a América Latina - Cepal -, órgão das Nações Unidas. Integrou as delegações do Brasil à Conferência de Bretton Woods (Conferência Econômica Internacional, EUA, 1944); à Conferência da Paz (Paris, 1946); à Conferência Regional Americana do Trabalho (Montevidéu, 1949); à 4ª Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos (Washington, 1951), e à Conferência Econômica Internacional de Rye, EUA. Pronunciou conferências sobre política econômica e social brasileira no exterior, respectivamente nos EUA e na Itália. Presidiu ao Conselho Diretor da Escola de Ciências Políticas e Econômicas de São Paulo e da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro.

Publicou, na imprensa carioca, numerosos estudos sobre economia, geologia econômica, legislação de minas e outros problemas econômico-financeiros do País.

Entre outras condecorações, recebeu as Medalhas da Legião de Honra da França, da Union Internationale des Associations Patronales Catholiques e da Ordem da Cruz de Malta.

Era filiado ao PSD e irmão do professor Luís Adelmo Lodi*.

FONTES: *Anais da Câmara dos Deputados.* (1955-1956). Rio de Janeiro, IBGE, 5: 250-63, 1956./*Anais do Senado.* 20ª Sessão da 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 3ª Legislatura, em 19 de janeiro de 1956. Rio de Janeiro, s. n.: 400-8, 1956./*Dados biográficos.* Informante: Francisco Gomes Maciel Pinheiro. CEM/UFMG./*Diário de Minas,* Belo Horizonte, 2 nov. 1952, p. 3; 20 jan. 1956, p. 6./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 24 nov. 1945, p. 3; 20 jan. 1956, p. 4./*O Diário,* Belo Horizonte, 20 jan. 1956, p. 10./ PAULA, Almênio José & FERREIRA, Saturnino G. *Precursores e figuras notáveis de Minas Gerais,* Belo Horizonte, Editora, São Vicente, 1972. *Dicionário Histórico Biográfico (1930-1983).* Coordenação Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro. Forense-Universitária: FGV-CPDOC. Financiadora de Estudos e Projetos - Finep. 1984. pp. 1909.1911.

LODI, Luís Adelmo

Professor, reitor, médico e empresário, nasceu em Ouro Preto, MG, a 23 de março de 1894, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 2 de janeiro de 1979. Filho dos imigrantes italianos Luís Lodi e Anunciata Mora Lodi. Casado com Maria Libânio Adelmo Lodi.

Fez os estudos secundários no externato do Ginásio Mineiro, em Belo Horizonte, e

formou-se, em 1918, pela Faculdade Livre de Medicina, depois incorporada à Universidade de Minas Gerais. Durante o curso acadêmico foi monitor de Anatomia Descritiva e Técnica Operatória e interno da clínica cirúrgica.

No fim da Primeira Grande Guerra, já doutorando, integrou a missão médica que o Governo brasileiro enviou à Europa e trabalhou em hospitais da França. Em 1919 ingressou no corpo docente da Faculdade de Medicina como professor contratado de Anatomia Descritiva e, no ano seguinte, submeteu-se a concurso para catedrático, tendo lecionado, sucessivamente, Anatomia Descritiva e Técnica Operatória, Patologia Cirúrgica, Clínica Propedêutica Cirúrgica e Clínica Cirúrgica. Vice-Diretor da escola, assumiu o cargo de Diretor no final de 1949, por morte do titular, professor Alfredo Balena. Reconduzido ao posto ininterruptamente até 1960, coube-lhe adaptar a instituição, que acabava de ser federalizada junto com a Universidade, às normas do sistema federal de ensino, construir seu novo prédio e erguer o primeiro bloco do Hospital das Clínicas. Eleito Vice-Reitor da UMG em 1959, desempenhou as funções de Reitor durante todo o ano de 1960. Por longo tempo exerceu a atividade de cirurgião no antigo Hospital do Radium, posteriormente Hospital Borges da Costa, e no Hospital São Vicente e dirigiu o desaparecido Sanatório Belo Horizonte, que fora fundado por seu sogro, o professor Samuel Libânio.

Dedicado, também, a iniciativas empresariais, foi Diretor-Tesoureiro e Presidente da Companhia Ferro Brasileiro e Presidente e Vice-Presidente do conselho de administração da Aliança de Minas Gerais Companhia de Seguros.

Era irmão do político e empresário Euvaldo Lodi*.

FONTE: *Estado de Minas,* Belo Horizonte, 18 jan. 1979. p. 18; 8 abr. 1980, 2º caderno. p. 6.

LOIOLA, Alcides Martins

Político, médico e professor, nasceu em Salinas, MG, a 5 de outubro de 1913. Filho de Inácio Loiola Pinto e de Carlota Martins dos Anjos. Casado com Aide Pinheiro Loiola.

Fez o curso secundário no Colégio Arnaldo, de Belo Horizonte, e o superior nas Faculdades de Medicina de Niterói, RJ, e da UMG, tendo-se diplomado em 1943.

Durante o currículo acadêmico desempenhou os cargos de auxiliar-técnico da FNMUB e da Faculdade Fluminense de Medicina; laboratorista do Laboratório Barros Terra, no Rio de Janeiro, DF; professor de Química do curso pré-médico da Faculdade Fluminense de Medicina e professor de Matemática e Diretor do Curso de Madureza Rio Branco, de Belo Horizonte.

Clinicou em sua terra natal e em Montes Claros, MG.

Suplente de Deputado Estadual na 4ª Legislatura (1959-1963), exerceu o mandato em vários períodos e nele se efetivou em dezembro de 1962, em substituição a Odilon Rodrigues de Sousa*, que renunciara.

Pertenceu à UDN.

FONTES: PAULA, Hermes de. *Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes.* Rio de Janeiro, IBGE, 1957./VIANA, Nélson. *Efemérides montesclarenses (1707-1962).* Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1964.

LOMBARDI, Nelson José

Político, industrial e comerciante, nasceu em São José dos Campos, SP, a 14 de maio de 1925. Filho do industrial e comerciante José Lombardi Filho e de Sílvia Lombardi. Casado com Rute Gomes Lombardi.

Foi Vereador à Câmara de São João del-Rei, de 1959 a 1963, e Prefeito Municipal de 1963 a 1967. Deputado Estadual na 6ª e 7ª Legislaturas (1967-1975) e suplente na 8ª (1975-1979), exerceu os cargos de 4º-Secretário da Comissão Executiva da Assembléia (1969), Vice-Líder do Governo (1971-1974) e da Arena (1972-1974), Vice-Presidente (1967) e membro (1973-1974) da Comissão de Redação e membro da Comissão Diretora do Instituto de Estudos Parlamentares (1968) e das Comissões de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (1967-1968), de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1970-1971) e de Saúde e Ação Social (1973-1974).

Pertenceu ao MDB e à Arena.

FONTES: FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais,* Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais.* Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

LOPES, Américo Ferreira

Político, promotor e advogado, nasceu em Ponte Nova, Província de Minas Gerais, a 7 de junho de 1877, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 15 de março de 1955. Filho de Levindo Ferreira Lopes* e de Luísa Guerra Lopes. Casado com Georgina Heilbuth Lopes.

Fez o curso de Humanidades no Colégio São Luís de Itu, SP, e bacharelou-se pela FLDMG, em 1896.

Diplomado, permaneceu em Ouro Preto como Adjunto de Promotor de Justiça e advogado da Câmara Municipal. Em seguida, foi Promotor das Comarcas de Queluz (atual Conselheiro Lafaiete), Sabará e Belo Horizonte. Nesta última também exerceu a advocacia.

Deputado Estadual na 5ª Legislatura (1907-1910), fez parte da Comissão de Justiça e Legislação e desempenhou o cargo de Secretário da Câmara. Foi, a seguir, Chefe de Polícia em Minas Gerais (7/9/1910-6/12/1913), tendo instituído a polícia de carreira; Secretário do Interior e Justiça (6/12/1913-7/9/1914; 7/9/1914-28/11/1917) e Deputado Federal na 10ª Legislatura (1918-1920), quando integrou a Comissão de Diplomacia e Tratados.

Pertenceu ao PRM.

Além de seu pai, atuou na política seu irmão Cícero Ferreira Lopes*.

Publicou as obras *Comentários, notas e formulários sobre o registro torrens,* Rio de Janeiro, 1929; *Prontuário e formulário,* Rio de Janeiro, 1929; *Nova lei de falências* (Decreto nº 5.746, 9 de dezembro de 1929), Rio de Janeiro, Livraria Jacinto Ribeiro, 1929; *Leis orgânicas e atos do governo provisório dos Estados Unidos do Brasil,* Rio de Janeiro, 1930-1931; *Nova consolidação das leis das alfândegas e mesas de renda da República,* Rio de Janeiro, Livraria Jacinto Ribeiro, 1931; *Nulidades,* de Solon (tradução e anotações); *Inventários e partilhas*; *Notas sobre o regime tributário do Estado de Minas Gerais*; *Divisões, demarcações e tapumes*; *Acidentes no trabalho*; *Regimento de custas do Estado de Minas*; *Sociedades por quotas de responsabilidade limitada* (revisão e adaptação); *Lições de processo*; *Prontuário policial*; *Prontuário eleitoral; Administração municipal.*

FONTES: *Almanaque - Guia de Belo Horizonte.* Organizador: Felipe Véras. Belo Horizonte, Tipografia Comercial, *2:* 156, 1913./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 7 set. 1914. p. 3; 16 mar. 1955, p. 9./SENA, Nelson de. *Anuário de Minas Gerais.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1911, v. 4; *Anuário de Minas Gerais.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1918, v. 6, t. 1./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926./VELHO SOBRINHO, João Francisco. *Dicionário biobibliográfico brasileiro.* Rio de Janeiro, s. ed., 1937, v. 2.

LOPES, Antônio de Faria

Político e bancário, nasceu em Florestal, então Distrito de Pará de Minas, MG, a 29 de agosto de 1936. Filho do lavrador José Jacinto de Faria e de Maria das Dores Lopes.

Fez os estudos secundários no Colégio Tiradentes e no Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis - Imaco -, ambos de Belo Horizonte, MG, e o curso superior na Faculdade de Direito da UFMG, pela qual se bacharelou em 1976.

Funcionário do Banco do Brasil, foi Presidente do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte, de 1961 a março de 1964, quando, com base no AI-1, foi deposto da Presidência e demitido do Banco.

Deputado Estadual na 10ª Legislatura (1983-1987), foi Líder do PMDB e da Maioria (1984), Vice-Presidente da Comissão de Proteção e Defesa do Consumidor (1983-1984) e membro da Comissão de Educação e Cultura (1983-1984).

É professor de Ética e Legislação dos Meios de Comunicação na PUC/MG.

Em 1979, com a anistia, foi reintegrado ao Banco do Brasil.

Pertenceu ao PTB, ao PDC, ao MDB e ao PMDB. Fundador do PSDB, ocupa a Secretaria-Geral do Partido.

FONTE: Dados biográficos. Informante: Gabinete do Deputado Antônio de Faria Lopes./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

LOPES, Carlos Alberto Ferreira

Oficial da Aeronáutica, nasceu no Estado de Minas Gerais, a 12 de abril de 1916.

Tendo iniciado a carreira militar em 1934, atingiu o posto de Major-Brigadeiro em 27 de outubro de 1971.

Fez os cursos do Estado-Maior da Aeronáutica, Formação de Aviador Militar, Tática Aérea, Aperfeiçoamento de Oficiais de Estado-Maior da ESGA (França).

Recebeu as seguintes medalhas e condecorações: Militar de Ouro, Cruz de Aviação (Fita B), Campanha no Atlântico Sul, Mérito Santos Dumont, comendas da Ordem do Mérito Aeronáutico, do Mérito Tamandaré e da Ordem do Mérito Naval.

FONTE: *Dados biográficos.* Informante: Ministério da Aeronáutica. SDRC. Rio de Janeiro.

LOPES, Cícero Ferreira

Político e advogado, faleceu em Belo Horizonte, MG, no ano de 1950. Era filho do político Levindo Ferreira Lopes* e de Luísa Guerra Lopes. Fez os estudos secundários em São Paulo, SP, em Ouro Preto, MG, e em Belo Horizonte, e o curso superior na FDUMG.

Exercendo a advocacia em Belo Horizonte, elegeu-se Deputado Estadual para a 7ª Legislatura (1915-1918).

Pertenceu ao PRM.

Além de seu pai, atuou na política seu irmão Américo Ferreira Lopes*.

FONTES: *Diário de Minas,* Belo Horizonte, 1º fev. 1921. p. 2./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino.

LOPES, Gaspar José Ferreira

Político e médico, nasceu em Campanha, Província de Minas Gerais, a 19 de março de 1851, e faleceu em Alfenas, MG, a 24 de dezembro de 1939. Filho do Capitão da Guarda Nacional Francisco de Paula Ferreira Lopes, Agente dos Correios, e de Maria Teodósia de Sales Ferreira Lopes. Casado com Alexandrina Gomes do Prado Lopes.

Estudou no Colégio Lobato, de Campanha, e no Colégio São Bento, do Rio de Janeiro. Iniciou o curso de Medicina no Rio de Janeiro e concluiu-o na FMBA, em 1879.

Clinicou em Alfenas, onde também exerceu os cargos de Delegado de Polícia, Delegado de Higiene, Promotor de Justiça e Juiz Municipal e de Órfãos.

Na mesma cidade foi Vereador, Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal. A seguir exerceu os mandatos de Deputado Estadual na 3ª Legislatura (1899-1902) e de Senador Estadual da 4ª à 7ª Legislaturas (1903-1918). No Senado Mineiro fez parte da Comissão de Saúde e apresentou o projeto de lei de reconhecimento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Alfenas, que ajudara a fundar. Foi novamente Vereador e Agente Executivo de Alfenas, de 1927 a 1930.

Na Monarquia, pertenceu ao Partido Liberal e, na República, ao PRM e ao PSD.

Atuaram na política seus filhos Juarez do Prado Ferreira Lopes* e Nelson do Prado Ferreira Lopes, este Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Alfenas, seus netos Gil Alfredo Pereira, Vereador de Alfenas, e Maria Alexandrina Lopes Libânio, Prefeita de Serrania, MG, e seu sobrinho Odilon Barrot Martins de Andrade*.

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: Prefeitura Municipal de Campanha/Manoel Alves Valadão, do Instituto Histórico e Geográfico de Campanha. CEM/UFMG./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 27 dez. 1939, p. 6./PAULA, Almênio José de FERREIRA, Saturnino G. *Figuras notáveis de Minas Gerais.* Belo Horizonte, Pioneiros e Expoentes Editorial, 1973-4.

LOPES, João Herculino de Sousa

Político, funcionário público, professor e agropecuarista, nasceu em Sete Lagoas, MG, a 20 de fevereiro de 1927. Filho de José Gaudêncio Lopes e de Teresa de Jesus Sousa Lopes. Casado com Elza Moreira Lopes.

Diplomado em Contabilidade, mais tarde fez o bacharelado em Direito na Faculdade de Direito de Uberaba, MG.

Iniciou a carreira política aos 22 anos de idade, quando se elegeu Prefeito de Sete Lagoas para o período de 1950-1954.

Deputado Estadual na 3ª Legislatura (1955-1959), voltou à Assembléia no último ano da 4ª Legislatura (1959-1963), como suplente de Ladislau Sales*, então nomeado Secretário Estadual de Saúde e Assistência. No primeiro mandato, exerceu os cargos de Líder do PTB (1958), Vice-Presidente das Comissões de Assuntos Municipais e Interestaduais (1955) e de Educação e Cultura (1958), e membro das Comissões de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1956), de Agricultura, Indústria e Comércio (1956) e de Redação (1957-1958).

Eleito Deputado Federal para a 5ª e 6ª Legislaturas (1963-1971), foi membro das Comissões de Redação e de Fiscalização e Tomada de Contas, Líder do PTB e Vice-Líder do MDB. Integrou, também, a comissão paritária incumbida de estudar a unificação da Previdência Social no Brasil e foi um dos criadores da Frente Radical Democrática, de curta duração. Costumava ir ao Congresso vestido inteiramente de negro, dizendo-se de luto pela morte da democracia no Brasil. Quando de sua reeleição, em 1966, foi o candidato emedebista mais votado em Minas. Nessa legislatura, representou o Brasil na Índia.

Em 1969, perdeu o mandato parlamentar por força do Ato Institucional nº 5. Apesar disso, não teve seus direitos políticos suspensos. Nove anos depois, elegeu-se Deputado Federal para a 9ª Legislatura (1979-1983). Reelegeu-se para o período de 1983 a 1987.

Foi funcionário da Coletoria Estadual em Sete Lagoas, Exator Federal, Diretor

Administrativo da Companhia Agrícola de Minas Gerais S.A - Camig -, Delegado Regional do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários - IAPI -, Assessor do Chefe da Casa Civil do Presidente João Goulart e membro da comissão paritária que, no Governo Castelo Branco, estudou a unificação da Previdência Social.

Foi Diretor Financeiro do Centro Universitário de Brasília - CEUB -, em cuja Faculdade de Direito lecionou Sociologia.

Pertenceu ao PTB e ao MDB e, com a extinção deste último partido, filiou-se ao PMDB.

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: Prefeitura Municipal de Sete Lagoas/ Isis da Silva Oliveira. CEM/UFMG. / *Deputados brasileiros;* repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 6ª Legislatura (1967-71). Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados. 1968. *Dicionário Histórico-biográfico 1930-1983.* Coordenação Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro, Forense - Universitária: FGV-CPDOC. Financiadora de Estudos e Projetos - Finep. 1984. p-1588.

LOPES, José de Carvalho

Secretário de Estado, engenheiro e professor, nasceu em Poços de Caldas, MG, a 16 de janeiro de 1901. Filho de Francisco Pereira Lopes e de Maria Joana de Carvalho Lopes. Casado com Manoelita Lessa Garcia Lopes.

Fez os estudos secundários no Colégio São Luís, de Itu, SP, e no Ginásio Campineiro, de Campinas, SP, e diplomou-se como engenheiro civil, de minas e metalúrgico pela EMOP, em 1928.

No mesmo ano de sua formatura ingressou no quadro dos engenheiros do Estado, junto à Secretaria de Viação e Obras Públicas. Em 1938 foi nomeado Chefe do Serviço das Estâncias Hidrominerais e ingressou no corpo docente da EMOP, como catedrático, por concurso, de Hidráulica e Máquinas Hidráulicas, em sucessão ao professor Lúcio José dos Santos*. Foi, ainda, professor no Ginásio de Araxá e lente de Paleontologia na Faculdade de Filosofia da UMG.

Na Interventoria Nísio Batista de Oliveira* exerceu o cargo de Secretário Estadual de Viação e Obras Públicas (5/11/45-2/2/46). Especializado em captação de águas subterrâneas, executou obras de abastecimento em várias cidades do interior de Minas Gerais, entre elas Araxá, Bambuí, Formiga, Luz, São Gotardo, Bom Sucesso e Curvelo. Membro da Comissão Federal de Hidrologia, da American Geographic Society (EUA), da Academia de Ciências de Minas Gerais e da Associação Interamericana de Engenharia Sanitária, dirigiu a seção de hidrologia da Empresa Nacional de Melhoramentos Ltda. em Belo Horizonte.

Entre outros, publicou os trabalhos científicos *Araxá sob o ponto de vista de suas águas minerais* (1931); *Fonte Quisisana;* captação hidromineral e Poços de Caldas (1935); *Influência da altitude no funcionamento dos compressores de ar quando aplicados à elevação pneumática da água* (tese de concurso, 1937); *Contribuição geotécnica para o estudo do subsolo de Belo Horizonte,* Belo Horizonte, Gráfica Queiroz Breiner, 1947; *Hidráulica* (apostilas), Ouro Preto, Escola de Minas, *Máquinas hidráulicas,* Ouro Preto, Escola de Minas.

FONTES: *Anuário da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais. 1939-1953.* Belo Horizonte, s. ed., (1954)./ COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje.* Rio de Janeiro, Editorial Sul America-na, 1961. v. 1./*Estado de Minas, Belo Horizonte, 6 nov.* 1945. p. 3./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 6 nov. 1945. p. 3.

LOPES, José Manuel Marques

Procurador-Geral do Estado, promotor e professor, nasceu em Barbacena, MG, a 26 de outubro de 1974. Filho de José Augusto Lopes e de Brasilina Marques Lopes. Casado com Iraci Marques Lopes.

Fez o curso secundário no Ginásio Mineiro, em sua terra natal, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, em 1928.

No ano seguinte foi nomeado Promotor de Justiça da Comarca de Baependi, MG. Exerceu o mesmo cargo, posteriormente, nas Comarcas de Ubá e Juiz de Fora. Sob as ordens do Coronel Fonseca, combateu, durante a Revolução de 1930, no túnel de Passa-Quatro e, em 1932, participou do movimento constitucionalista. Em 1947 ocupou o posto de auxiliar jurídico da Procuradoria-Geral do Estado. Em 1956 foi nomeado Subprocurador-Geral e, em seguida, Procurador-Geral do Estado. Durante 22 anos integrou o corpo docente da Escola de Polícia Rafael Magalhães.

FONTE: *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 8 dez. 1959, 2º caderno, p. 7.

LOPES, José Maria Silva

Presidente da MinasCaixa e advogado, nasceu em Pará de Minas, MG, a 25 de junho de 1947. Filho de Plínio Lopes de Vasconcelos e Alice Magalhães da Silva Lopes. Casado com a funcionária pública Maria Lúcia Santos Lopes.

Concluiu o curso secundário no Colégio Anchieta (1969) e bacharelou-se em Direito pela Faculdade Milton Campos (1978), ambos de Belo Horizonte.

Em 1965, foi admitido, a título precário, na Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais - MinasCaixa, para desempenhar as funções de Auxiliar de Agência Metropolitana. Em 1975, ocupou pela primeira vez, como substituto, a função de confiança de Gerente. Em 1980 chegou a Gerente Regional, exercendo, em 1983, a Chefia de Gabinete do Presidente daquela Caixa, Roberto Lúcio Rocha Brant*.

O Governador Hélio Carvalho Garcia* nomeou-o, em 14/2/1986, para o cargo de Diretor da MinasCaixa. Na mesma data foi publicado no *Minas Gerais,* órgão oficial, ato do governador do Estado indicando-o para responder pela presidência da instituição. Em 15/3/1987, um ato do Governador Newton Cardoso* exonerou-o de ambas as funções.

Atua na política o seu cunhado José Aldo dos Santos*.

FONTE: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

LOPES, Juarez do Prado Ferreira

Político, advogado e delegado de polícia, nasceu na cidade de Formosa de Alfenas, Província de Minas Gerais (atual Alfenas), a 17 de maio de 1887. Filho do político Gaspar Ferreira Lopes* e de Alexandrina do Prado Ferreira Lopes. Casado com Maria da Glória Brandão Lopes.

Diplomado em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP em 1911, exercia a profissão de advogado em sua terra natal quando se elegeu Deputado Federal pelo PRM para a 14ª Legislatura (1930). Em São Paulo foi Presidente da Caixa Econômica Estadual.

FONTES: PAULA, Almério José de & FERREIRA, Saturnino G. *Figuras Notáveis de Minas Gerais.* Belo Horizonte, Pioneiros e Expoentes Editorial, 1973-4./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito.* Arquivo.

LOPES, Levindo Ferreira

Político, promotor, magistrado e professor, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, DF, a 3 de abril de 1843, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 7 de agosto de 1921. Filho de Hermínio Cândido de Assis Lopes e de Maria do Carmo Lopes. Casado com Luísa Guerra Lopes.

Fez os preparatórios no Rio de Janeiro e diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP, em 1866.

Foi Promotor Público em São João do Príncipe, Província do Rio de Janeiro, de 1868 a 1871, e, de 1871 a 1874, Juiz Municipal e de Órfãos em Itaguari, na mesma Província. Em 1874 serviu como Juiz de Direito em Sant'Ana do Paranaíba, Província do Mato Grosso. De 1874 a 1875 ocupou o cargo de Chefe de Polícia da Província do Ceará. Fixando-se em Minas Gerais, foi, de 1876 a 1877, Juiz de Direito das Comarcas de Turvo, Muriaé e Ponte Nova e Chefe de Polícia, em Ouro Preto, de 1877 a 1889. No exercício destas últimas funções organizou o sistema mineiro de prevenção social. Logo após a proclamação da República chefiou a Repartição de Estatística e presidiu ao Conselho Deliberativo do Estado.

Elegeu-se, a seguir, Deputado para a sessão Constituinte e para a 1ª Legislatura do Congresso Legislativo Mineiro (1891-1895), tendo exercido a Presidência da Câmara. Membro do Senado Estadual da 2ª à 8ª Legislaturas (1895-1922), foi seu 1º-Presidente e Vice-Presidente. Foi, ainda, Vice-Presidente do Estado (7/9/14-7/9/18).

Pertenceu ao PRM.

Um dos fundadores e Vice-Diretor da FDLMG, ali lecionou Processo Criminal, Civil e Comercial, cadeira que mais tarde se transformou em Teoria e Prática do Processo Criminal, e Explicação Sucinta do Direito Prático Processual, esta no curso de notariado. Em Belo Horizonte figurou entre os fundadores da Santa Casa de Misericórdia, da qual foi vice-provedor.

Atuaram na política seus filhos Américo Ferreira Lopes* e Cícero Ferreira Lopes*.

Publicou as obras *Elemento Servil* (Comentários sobre as leis); *Guia e manual dos Juízes de Paz*; *Anotações à Lei de 1º de outubro de 1828* (sobre Câmaras Municipais); *Prontuário policial*; *Praxe forense*; *Inventário e partilha*; *Divisão e demarcações*; *Lições na Faculdade*; *Tribunal do júri*; *Anotações à Lei nº 17*; *Administração municipal* (3 edições); *Comentários de linhas orfanológicas*; *Divisões, demarcações e tapumes* (2 edições); *Anotações sobre a teoria das nulidades*; *Comentários à Lei nº 105 sobre o Regimento de Custas e Reforma judiciária.*

APM

Levindo Ferreira Lopes

FONTES: *Almanaque - Guia de Belo Horizonte.* Organizador: Felipe Véras. Belo Horizonte, Tipografia Comercial, *2:* 156, 1913./ *Anais do Senado Federal.* 1921. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, *4:* 73, 1923./*Diário de Minas,* Belo Horizonte, 9 ago. 1921, pp. 1-2; 12 ago. 1921, pp. 1-2./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 28 nov. 1916, pp. 4-5; 7 set. 1918, p. 3; 8-9 ago. 1921, pp. 1-2./*O Diário,* Belo Horizonte, 22 maio 1964, p. 4./*Revista da Faculdade de Direito;* memória histórica (1892-1959). Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, *10:* 184, out. 1958-mar. 1959./SENA, Nélson de. *Anuário de Minas Gerais.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1918, v. 1./SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito.* Arquivo.

LOPES, Lucas

Ministro e Secretário de Estado, engenheiro, economista e professor, nasceu em Ouro Preto, MG, a 25 de junho de 1911. Filho de Francisco Antonio Lopes e de Maria da Conceição Mosqueira Lopes. Casado com Ester de Pádua Lopes.

Fez o curso secundário no Colégio Arnaldo, em Belo Horizonte, MG, e diplomou-se como engenheiro civil pela Escola de Engenharia da UMG em 1932. Quando universitário, fez parte do corpo de redatores do *Estado de Minas.*

Depois de formado, ingressou no quadro técnico da Rede Mineira de Viação, onde foi ajudante e engenheiro-chefe das oficinas de Divinópolis, Inspetor de Tração em Três Corações e Chefe da Divisão de Transportes em Lavras e Belo Horizonte. Como engenheiro das Empresas Elétricas Brasileiras, chefiou, no Rio de Janeiro, DF, o Departamento de Transportes e dirigiu, em Corumbá, MT, a construção de material rodante da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia e, em Itabira, MG, a construção das oficinas da Companhia Vale do Rio Doce. Paralelamente, foi engenheiro da Sociedade Técnica de Materiais - Sotema.

Secretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho no Governo Benedito Valadares Ribeiro* (14/3/43-5/11/45), ocasião em que participou do projeto da Usina Gafanhoto, que forneceria energia elétrica para a Cidade Industrial de Belo Horizonte, dirigiu a coordenação de mobilização econômica, criada em 1942 para adaptar a economia brasileira à situação de guerra. Foi, na Interventoria João Tavares Correia Beraldo*, Secretário da Viação e Obras Públicas (3/2-12/8/46). Posteriormente, integrou a Comissão do Vale do São Francisco - CVSF -, incumbida de formular e executar projetos para o desenvolvimento da região. Colaborou no Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira* com o planejamento da eletrificação do Estado. Duas vezes desempenhou as funções de Ministro da Viação e Obras Publicas: de 27/8/54 a 29/1/55, durante o Governo do Vice-Presidente Café Filho, e de 14/11/55 a 31/1/56, quando o Senador Nereu Ramos ocupou a Presidência da República.

No período presidencial de Juscelino Kubitschek de Oliveira*, foi Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento, Coordenador do Programa de Estabilização Monetária, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento e Ministro da Fazenda.

Neste último cargo, que desempenhou de 25/6/58 a 3/6/59, promoveu substancial alteração na legislação do imposto de renda, notadamente a concessão às pessoas jurídicas da faculdade de elevar o seu capital mediante o aproveitamento de reservas ou correção monetária do ativo imobilizado, com isenção, para os sócios ou acionistas, do pagamento do imposto sobre o valor das ações. Foi também um dos responsáveis pela elaboração do Plano de Estabilização Monetária, que causou

Estado de Minas

Lucas Lopes

enorme polêmica na Nação. Foi, ainda, Presidente da Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. - Cemig -, Conselheiro da seção brasileira da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e membro da Comissão que escolheu o local da nova Capital Federal. Paralelamente à atividade profissional de engenheiro, exerceu o magistério como professor de Geografia Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas da UMG.

Publicou inúmeros artigos em revistas especializadas e escreveu a obra *O Vale do São Francisco*.

Atuaram na vida pública seus primos Ildefonso Simões Lopes e Luís Simões Lopes.

FONTES: CORTES, Antonio Maria Cardoso. *Homens e instituições no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IBGE, 1957. / COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961, v. 1. /*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 27 ago. 1952. p. 3. / *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 15 abr. 1943, p. 3. /*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 15 abr. 1943, p. 7; 5 fev. 1946, p. 3; 28 ago. 1954, p. 7. / *Ministério da Fazenda. Ministros da Fazenda (1922-1972). Dados biográficos*. Rio de Janeiro. 1972. / *Ministério da Viação e Obras Públicas. 1861-1961. Dados biográficos dos ministros*. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação. / *O Diário*, Belo Horizonte, 27 ago. 1954, p. 3. *Dicionário Histórico-biográfico 1930-1983*. Coordenação Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro, Forense - Universitária: FGV-CPDOC. Financiadora de Estudos e Projetos - Finep. 1984. p.p. 1923-26.

LOPES, Moacir

Político, médico e fazendeiro, nasceu em Montes Claros, MG, a 1° de dezembro de 1927. Filho de Antenor Lopes da Silva e de Ana Lopes. Casado com Déia Dias Lopes.

Diplomado pela Faculdade de Medicina da UMG, exerceu a profissão em sua terra natal, onde dirigiu o Hospital São Vicente e faz parte do corpo médico da Previdência Social. É também formado em Direito pela Universidade do Oeste de Minas, de Itaúna, MG.

Deputado Estadual na 7ª Legislatura (1971-1975), renunciou ao mandato parlamentar em 28 de janeiro de 1973 para assumir o de Prefeito Municipal de Montes Claros no período terminado em 1976. Na Assembléia foi Vice-Presidente da Comissão de Saúde e Ação Social (1972) e membro efetivo das Comissões de Agricultura, Indústria e Comércio (1971), de Saúde Pública (1971) e de Agropecuária e Política Rural (1972). Elegeu-se suplente de Deputado Federal para a 9ª Legislatura (1979-1983), tendo exercido o mandato em vários períodos.

Pertenceu ao PSD, à Arena e ao PDS.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Montes Claros/ Hermes Augusto de Paula. CEM/UFMG./ *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 16 fev. 1971. p. 3./*Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais*. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

LOPES, Renato Simplício

Secretário de Estado, engenheiro-agrônomo e professor, nasceu em Viçosa, MG, a 3 de setembro de 1932. Filho de Francisco Simplício Lopes e de Maria da Conceição Coelho Lopes.

Diplomado pela Escola Superior de Agricultura de Viçosa em 1955, de 1965 a 1966 fez o curso de pós-graduação em Sociologia Rural na Universidade de Wisconsin, EUA, e, em 1967, curso de Extensão Rural em Wageningen, Holanda.

Integrante do quadro técnico da Associação de Crédito e Assistência Rural desde 1956, desempenhou funções de supervisão em cidades do interior do Estado e cargos de chefia no escritório central da organização, em Belo Horizonte, MG. Em 1968, tornou-se professor de Zootecnia na Escola de Agricultura da UFV. Participou do grupo de trabalho que, em Washington, EUA, elaborou documento sobre financiamento de programas agrícolas na América Latina (1969), do grupo de secretários executivos de programas de extensão rural que visitou oficialmente a Alemanha (1970) e do Seminário Latino-Americano de Extensão Rural realizado em Chiclayo, Peru (1970). Foi Vice-Presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros Agrônomos de 1969 a 1972 e membro dos Conselhos Curadores da Fundação Rural Mineira, da Fundação João Pinheiro, do Centro Tecnológico de Minas Gerais e da UFV (1971-1973).

No Governo Rondon Pacheco* exerceu o cargo de Secretário Estadual da Agricultura (22/2/74-15/3/75).

Publicou os trabalhos *Information setting behavior of country extension agents in Minas Gerais* (tese de mestrado, 1966); *Evolução conceitual da extensão rural no Brasil*, Belo Horizonte, ACAR, 1967; *Comitês de extensão rural*, Belo Horizonte, ACAR, 1966; *Ação da extensão nos planos integrados de desenvolvimento rural*, Extensão Rural, ABCAR, Rio de Janeiro, 1967; *Extensão rural e desenvolvimento econômico*. Belo Horizonte, ACAR, 1970; *Sistemas Sociais*, Belo Horizonte, ACAR, 1970; *Planos integrados para o desenvolvimento rural*, Belo Horizonte, 1967; *A ACAR e o desenvolvimento da agricultura mineira*. Belo Horizonte, Revista "Fundação João Pinheiro", abr./jun. 1972; *Extensão - instrumento versátil de desenvolvimento*, Revista *Extensão em Minas Gerais*, ACAR, Belo Horizonte, mar./ abr. 1972.

É sócio da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais, da Rural Sociological Society, dos EUA, e da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural.

FONTES: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 23 fev. 1974. p. 3; 15 mar. 1975. Suplemento Especial, p. 9./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 25 fev. 1974. p. 3.

LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira

Oficial do Exército e Ministro de Estado, nasceu no Povoado de Sítio, Distrito de Bias Fortes, Município de Barbacena (atual cidade de Antônio Carlos), MG, a 16 de novembro de 1894, e faleceu em Petrópolis, RJ, a 20 de maio de 1984. Filho do pequeno industrial Henrique Matthew Lott e da professora Maria Batista Duffles Teixeira Lott. Casado, em segundas núpcias, com Antonieta Duffles de Andrade Lott.

Entrou para o Exército como cadete da Escola Militar de Realengo em 1° de março de 1911.

Freqüentou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, a Escola de Estado-Maior do Exército, a Escola Superior de Guerra e a École Supérieure de Guerre, da França. No Command and General Staff College, de Fort Leavenwort, EUA, fez os cursos de Infantaria, Cavalaria e Engenharia.

Atingiu o posto de General-de-Brigada em 1944, o de General-de-Divisão, em 1948, e o de General-de-Exército, em 1955. Reformou-se como Marechal em 30 de janeiro de 1959.

Em 1914, ainda aspirante a oficial, serviu no 5° Batalhão de Caçadores, em operações de guerra do Contestado. Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, como Major, chefiou a Seção do Estado-Maior da 4ª Divisão de Infantaria, em Juiz de Fora, MG. Subchefe do Estado-Maior da Força Expedicionária Brasileira no interior, fez viagem de inspeção ao teatro exterior de operações na Itália, como integrante do 2° escalão, e em seguida esteve à disposição da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária na zona do Mediterrâneo.

Exerceu, posteriormente, as funções de Comandante da Escola de Estado-Maior e de diversas Infantarias Divisionárias, subchefe do Estado-Maior do Exército, Comandante da 2ª Região de Infantaria, Diretor-Geral de Engenharia, adido militar à Embaixada do Brasil em Washington, EUA, e membro da Comissão Mista Militar Brasil-Estados Unidos.

Nomeado Ministro da Guerra pelo Presidente Café Filho, assumiu a 25 de agosto de 1954. Tornou-se, nessa condição, o personagem central de ações político-militares que definiu como destinadas a assegurar o "retorno aos quadros normais do regime constitucional vigente". Afastou-se do cargo quando o Presidente em exercício, Carlos Coimbra da Luz*, recusou-se a punir o Coronel Jurandir de Bizarria Mamede, que se manifestara contra a posse do Presidente e do Vice-Presidente eleitos, Juscelino Kubitschek de Oliveira* e João Goulart. Em 9 de novembro de 1955, promoveu a deposição do Chefe Interino do Governo, e, em 23 do mesmo mês, impediu a volta de Café Filho à Presidência, obtendo do Congresso Nacional a ratificação da iniciativa e a investidura de Nereu Ramos, Presidente do Senado. Empossado em 31 de janeiro de 1955, o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira* manteve-o como Ministro da Guerra até 15 de fevereiro de 1960, quando se exonerou para disputar, como candidato oficial, a Presidência da República nas eleições daquele ano. Nessa ocasião, foi derrotado por Jânio Quadros.

Integrou a delegação brasileira à posse do Presidente Prado, do Peru; foi delegado do Brasil à Junta Interamericana de Defesa e representante do Governo brasileiro nas exéquias do Papa Pio XII.

Entre outras condecorações estrangeiras, recebeu a Grã-Cruz do Mérito Militar da Espanha, a de Grande Oficial da Legião do Mérito da França, a de Comendador da Legião do Mérito dos EUA, a Grã-Cruz da Ordem Militar de Aviz, de Portugal, e numerosas condecorações nacionais, nomeadamente a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito Militar e as Medalhas Polidoro (primeiro lugar no Colégio Militar), de Campanha e de Guerra.

Estado de Minas

Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, 1958

FONTES: BEHAR, Eli. *Vultos do Brasil*. São Paulo, Liv. Exposição do Livro, 1967. / CORTÉS, Antônio Maria Cardoso. *Homens e Instituições no Rio*. Rio de Janeiro, IBGE, 1957. / COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961. v. 1./ *Dados biográficos*, Informante: Ministério do Exército, Secretaria Geral. /*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 27 ago. 1954. p.3./ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 26 nov. 1944. p. 7. / *Ministro da Guerra*. Arquivo do Serviço de Documentação da Presidência da República.

LOURENÇO, José de Magalhães Fraga

Oficial da Aeronáutica, nasceu no Estado de Minas Gerais, a 26 de agosto de 1917.

Fez os cursos de Aviação Militar, Aperfeiçoamento de Oficiais Aviadores, Estado-Maior da Aeronáutica, Preparação de Instrutor, Superior do Comando, Estado-Maior e Comando das Forças Armadas e Superior de Guerra, além do de Instrumentos de Vôo nos EUA.

Tendo iniciado a carreira militar em 1941, depois de sucessivas promoções atingiu o posto de Brigadeiro em abril de 1971.

É portador das Medalhas Militar e Ouro, da Campanha do Atlântico Sul, do Pacificador e do Mérito Santos Dumont.

FONTE: *Dados biográficos*. Informante: Ministério da Aeronáutica. SDRC. Rio de Janeiro.

LOURES, José Costa

Desembargador e professor, nasceu em Rio Novo, MG, a 9 de março de 1925. Filho do engenheiro Edmundo Ladeira Loures e de Maria Costa Loures. Casado com Lair Rocha Loures.

Concluiu seu curso secundário no Colégio Santo Antônio de São João del-Rei, MG, em 1944, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1952. Fez ainda curso de aperfeiçoamento em Direito Processual Civil e Direito Processual Penal na Universidade de Roma, como bolsista do Governo italiano (1972-1973).

Foi professor adjunto de Direito Processual Civil na Faculdade de Direito da UFMG, a partir de 1970, além de professor (1966-1974) e Diretor (1968 e 1970) das Faculdades de Direito e de Ciências Econômicas da Universidade de Itaúna. Foi assessor da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e nos Juízos de Admissibilidade de Recursos Extraordinários entre 1977 e 1979, ano em que foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, pelo Governador Francelino Pereira dos Santos*, com assento na Corte Superior, na 2ª Câmara Cível e nas Câmaras Cíveis Reunidas.

A partir de 26 de junho de 1986 assumiu a Corregedoria de Justiça do Estado de Minas Gerais e a diretoria do foro da Comarca de Belo Horizonte.

Tem diversos trabalhos publicados em revistas especializadas.

FONTES: Dados informados pelo próprio biografado./CEM-UFMG/DCP-ALEMG.

LUCAS, Ademir ver GOMES, Ademir Lucas

LUCAS, Fábio ver GOMES, Fábio Lucas

LUÍS VICENTE ver CALICCHIO, Luís Vicente Ribeiro

LUNA, Leopoldo de

Político e advogado mineiro, era filho de Antônio de Lima.

Fez os estudos secundários no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, MG, e o curso superior na FLDMG, pela qual se bacharelou em 1909.

Foi Deputado Estadual na 7ª Legislatura (1915-1918).

Pertenceu ao PRM.

FONTE: *Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

LUNARDI, Antônio

Político e industrial, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 17 de agosto de 1913, e faleceu na mesma cidade, a 24 de novembro de 1977. Filho do industrial Estêvão Lunardi e de Leonídia Zolini Lunardi. Casado com Edelvira Marini Lunardi.

Fez o curso secundário no Colégio Dom Bosco, de Cachoeira do Campo, MG.

Dedicado desde jovem à atividade industrial, na fábrica de ladrilhos fundada por seu avô, em Juiz de Fora, MG, no ano de 1889, e em 1896 transferida para Curral del-Rei (atual Belo Horizonte), ingressou na política em 1947 ao eleger-se Vereador à Câmara Municipal da Capital mineira. Foi, em seguida, Deputado Estadual na 2ª Legislatura (1951-1955) e suplente de Deputado Federal na 5ª e na 6ª Legislaturas (1963-1971). Na Assembléia mineira fez parte da Comissão de Energia e Transporte (1951-1954), da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (1952) e da Comissão Especial para Reforma da Lei de Organização Judiciária (1953). De 1957 a 1961 ocupou o cargo de assessor do Presidente da CNI, seu irmão Lídio Lunardi*.

Como desportista, presidiu ao Sete de Setembro Futebol Clube, para o qual construiu o Estádio Independência, em Belo Horizonte.

Pertenceu ao PTN, ao PSD e ao MDB.

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: Mário Lunardi. CEM/UFMG./*Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais.* Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

LUNARDI, Lídio

Industrial e líder classista, nasceu em Belo Horizonte, MG, a 22 de março de 1907. Filho do industrial Estêvão Lunardi e de Leonídia Zolini Lunardi. Casado, em primeiras núpcias, com Gabriela de Vasconcelos Lunardi e, em segundas, com Lucília de Correia Lunardi.

Na Itália aperfeiçoou conhecimentos técnicos para orientar a indústria de mármores e ladrilhos da família. Depois de nela ocupar vários cargos, assumiu a direção da fábrica, que, como a primeira do Brasil, fora fundada por seu avô, em 1889, em Juiz de Fora, MG, e transferida para Curral del-Rei (atual Belo Horizonte), em 1896. Expandiu o empreendimento para a fabricação de mosaicos e artefatos de cimento, a extração de mármore e granito, a produção de abrasivos e a exploração de fontes hidrominerais.

Foi Presidente do Sindicato da Indústria de Ladrilhos e do Sindicato da Indústria de Mármores e Granitos e em vários períodos Diretor da Fiemg, cuja Presidência ocupou no biênio 1954-1956. De 1956 a 1960 presidiu à CNI. Teve ativa participação no lançamento da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - Usiminas -, e instalou na Cidade Industrial de Contagem, MG, a maior serraria de mármore da América Latina, para industrialização da matéria-prima extraída de suas próprias jazidas, na Serra do Cipó.

Pertenceu ao PSD.

Era irmão do político Antônio Lunardi*.

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: Maciel Pinheiro. CEM/UFMG./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 6 ago. 1954, p. 6; 13 jan. 1960, p. 12.

LUSTOSA, Custódio de Almeida

Magistrado, advogado, promotor e professor, nasceu em São João del-Rei, Província de Minas Gerais, a 25 de abril de 1874, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 3 de setembro de 1970. Filho do advogado João Batista Pimentel Lustosa e de Delfina Eugênia de Almeida Magalhães. Casado com Maria das Dores Freitas Lustosa.

Fez o curso secundário no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e o superior na FLDRJ e na FLDMG, tendo-se bacharelado por esta em 1898.

Quando acadêmico em Ouro Preto, MG, lecionou História Universal no Ginásio Mineiro.

Logo depois de formado foi nomeado Promotor de Justiça de Monte Santo, MG, (hoje Monte Santo de Minas). Aprovado em concurso, ingressou na Magistratura mineira em 1902, como Juiz de Direito de Carmo do Paranaíba.

De 1903 a 1927 serviu em Leopoldina, onde foi professor de Português, História Universal e Psicologia, no Ginásio Leopoldinense; organizou uma sociedade para estimular a freqüência à biblioteca e um ciclo de palestras literárias, e planejou a fundação de um abrigo para menores desamparados, projeto mais tarde concretizado pelo padre Júlio Fiorentini.

Após exercer a judicatura em Juiz de Fora, em julho de 1930 assumiu o cargo de Procurador-Geral do Estado. Nomeado Desembargador em 1931, permaneceu no Tribunal da Relação até 1934.

Quando se aposentou, voltou a dedicar-se ao magistério como professor de Psicologia e Lógica no curso Pré-Universitário da Faculdade de Odontologia e Farmácia da UMG, tendo publicado com fins didáticos uma obra sobre temas das duas matérias.

Atuou na Magistratura seu irmão Sabino de Almeida Lustosa*.

FONTES: CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei.* São João del-Rei, s. ed., 1967./*Jurisprudência mineira.* Belo Horizonte, s. ed., *53:* 1-3, abr./jun. 1973./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 30 jul. 1930. p. 3; 9 set. 1970. p. 4.

LUSTOSA, Sabino de Almeida

Magistrado e promotor, nasceu em São João del-Rei, Província de Minas Gerais, a 9 de janeiro de 1872, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 20 de setembro de 1959. Filho de João Batista Pimentel Lustosa e de Delfina de Almeida Lustosa. Era celibatário.

Fez o curso de Humanidades e os preparatórios em sua terra natal e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP, em 1891.

Depois de ocupar os cargos de Promotor Público e de Juiz Substituto em São João del-Rei, foi nomeado, em julho de 1896, Juiz de Direito de Patos (hoje Patos de Minas). Serviu, a seguir, nas Comarcas mineiras de Dores do Indaiá e Lavras. Ao fim de 40 anos de exercício da Magistratura de primeira instância, em 1932 foi promovido pelo Presidente Olegário Dias Maciel* ao Tribunal da Relação, mas recusou a nomeação. Novamente nomeado Desembargador, em 1936, pelo Governador Benedito Valadares Ribeiro*, permaneceu na Corte de Apelação até aposentar-se, em 1940.

Atuou na magistratura seu irmão Custódio de Almeida Lustosa*.

FONTES: CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei.* São João del-Rei, s. ed., 1967./*Estado de Minas,* Belo Horizonte, 22 set. 1959. p. 8./*Gazeta Mineira,* Belo Horizonte, 4 out. 1938, p. 6./*Minas Gerais,* Belo Horizonte, 24 set. 1959. p. 15./ *O Diário,* Belo Horizonte, 22 set. 1959. p. 5.

LUZ, Adalberto Dias Ferraz da

Político, primeiro Prefeito de Belo Horizonte, MG, e magistrado, nasceu em Pouso Alegre, Província de Minas Gerais, a 23 de julho de 1863, e faleceu na Capital mineira, a 27 de outubro de 1912. Filho do comerciante e Coronel da Guarda Nacional Joaquim Dias Ribeiro da Luz e de Francisca Ferraz. Casado com Matilde Lopes Ferraz.

Estudou Humanidades em Ouro Preto, fez os preparatórios em São Paulo, cuja Faculdade de Direito freqüentou até o 3º ano, e bacharelou-se pela FDRJ, em 1888.

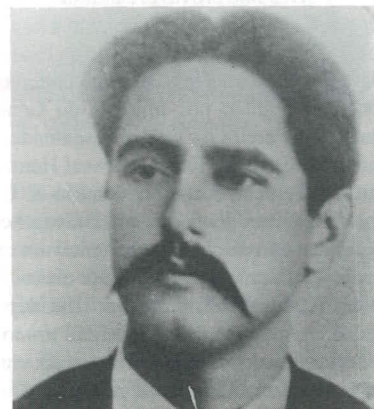
Voltando à Província natal, logo após a formatura foi nomeado Juiz Municipal de Pouso Alegre.

Transferido, a seguir, para Ouro Preto, ali iniciou a carreira política. Deputado à Constituinte mineira e na 1ª Legislatura (1891-1895), perdeu a cadeira ao aceitar o convite do Presidente Afonso Augusto Moreira Pena* para Chefe de Polícia do Estado, cargo que exerceu de novembro de 1892 a fevereiro de 1894.

De 1892 a 1894 lecionou na FLDMG, que ajudara a fundar e na qual voltaria a ser professor na cadeira de Direito Comercial, de novembro de 1898 a setembro de 1899.

Reeleito Deputado Estadual para a 2ª Legislatura (1895-1898), não chegou a tomar posse, porque logo após a transferência do Governo para a Cidade de Minas (atual Belo Horizonte), de cuja comissão construtora tinha sido consultor jurídico, foi nomeado pelo Presidente Crispim Jacques Bias Fortes* primeiro Prefeito da nova Capital. Desempenhou estas funções de dezembro de 1897 a setembro de 1898. Foi, ainda, fiscal do Governo mineiro junto à Estrada de Ferro Leopoldina e primeiro Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte.

Deputado Federal da 4ª à 6ª Legislaturas (1900-1908), exerceu a liderança da Bancada mineira e, durante o Governo Campos Sales, a Liderança da Maioria (1901). Nomeado Juiz distribuidor do Fórum do Rio de Janeiro, DF, renunciou ao mandato parlamentar em maio de 1907.

Atuou na política seu genro Paulo Pinheiro, que foi Presidente da Câmara Municipal de Caeté, MG.

Estado de Minas

Adalberto Dias Ferraz da Luz

FONTES: *Diário de Minas,* Belo Horizonte, 29 out. 1912, p. 1./ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917.* Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918, v. 2./ *Estado de Minas,* Belo Horizonte, 27 out. 1962, p. 3./ *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 28-29 out. 1912. pp. 4-5; 24 jul. 1963, p. 6; 21 ago. 1963, Diário do Legislativo. pp. 1-2./MOURÃO, Paulo Kruger Correia. Centenário de Adalberto Ferraz. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais,* Belo Horizonte, 10: 245-50, 1963./*O Diário,* Belo Horizonte, 16 jul. 1963, p. 3; 23 jul. 1963, p. 4./*Revista da Faculdade de Direito;* memória histórica (1892-1959). Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, *10:* 125, out. 1958/mar. 1959./RIVERA, Bueno de. *Pioneiros e expoentes de Minas Gerais.* Belo Horizonte, Edições Guia Rivera, 1970-1.

LUZ, Alberto Gomes Ribeiro da

Magistrado, nasceu em Baependi, Província de Minas Gerais, a 14 de fevereiro de 1864, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 22 de fevereiro de 1938. Filho de Antônio Máximo Ribeiro da Luz e de Mariana Blondina Gomes Ribeiro da Luz. Casado com Augusta Coimbra da Luz.

Fez os estudos preparatórios no Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP, em 1886.

Ingressando na Magistratura mineira, foi Juiz de Direito das Comarcas de Três Corações, Lavras e Belo Horizonte. Quando exercia o cargo na Capital, foi nomeado Desembargador do Tribunal da Relação.

Atuaram na política seu filho Carlos Coimbra da Luz*, seu irmão Américo Gomes Ribeiro da Luz*, seus sobrinhos Augusto Coimbra da Luz*, Gastão de Oliveira Coimbra* e seu cunhado Aristides Cecílio de Assis Coimbra*.

FONTES: *Minas Gerais,* Belo Horizonte, 23 fev. 1938./*O Diário,* Belo Horizonte, 23 fev. 1938, p. 8./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito.* Arquivo.

LUZ, Américo Gomes Ribeiro da

Político, médico, banqueiro, escritor, fazendeiro e empresário, nasceu em Campanha, Província de Minas Gerais, a 2 de julho de 1854, e faleceu em Juiz de Fora, MG, a 17 de novembro de 1927. Filho do magistrado Antônio Máximo Ribeiro da Luz e de Mariana Blondina Gomes Ribeiro da Luz. Casado com Hortência Cesarina Coimbra da Luz.

Estudou Humanidades no Colégio Professor Luís Dalle, de São João del-Rei, MG, fez os preparatórios no Ateneu Fluminense, do Rio de Janeiro, e cursou as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, tendo-se formado por esta, em 1880.

Diplomado, voltou à Província natal para clinicar em Muzambinho, onde se tornou chefe político e líder da campanha abolicionista. Ainda sob o regime monárquico foi Vereador e Agente Executivo Municipal e nos biênios 1884-1885 e 1886 e 1887, Deputado Provincial. Em 1889 participou da fundação da Companhia de Estrada de Ferro de Muzambinho, que dirigiu até 1908, quando a empresa foi incorporada à Rede Sul-Mineira. Deputado à Constituinte Federal e na 1ª Legislatura (1891-1893), embora participasse do grupo chefiado, em Minas Gerais, por José Cesário de Faria Alvim* e João Pinheiro da Silva*, assinou o manifesto de parlamentares contra o golpe de Estado de 3 de novembro de 1891, que dissolveu o Congresso Legislativo. Durante 14 anos (1913-1927) ocupou a Presidência do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A.

Foi membro de várias associações científicas do País e publicou numerosos trabalhos sobre assuntos médicos, econômicos e financeiros.

Como jornalista participou ativamente da propaganda republicana.

Dedicou-se também à lavoura e à indústria.

Atuaram na política seu filho Augusto Coimbra da Luz*, seus sobrinhos Carlos Coimbra da Luz* e Gastão de Oliveira Coimbra*, seu irmão Alberto Gomes Ribeiro da Luz*, seu tio Conselheiro Joaquim Delfino Ribeiro da Luz e seu cunhado Aristides Cecílio de Assis Coimbra*. Na Monarquia pertenceu ao Partido Liberal e, na República, ao PRM.

FONTES: *Anais do Senado Federal. 1903.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1904, *1:* 113-4, 1964./*Dados biográficos.* Informantes: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/ Nilza da Luz Paoliello; Prefeitura Municipal de Campanha/Manoel Alves Valadão, do Instituto Histórico e Geográfico de Campanha. CEM/UFMG./*Diário de Minas,* Belo Horizonte, 19 nov. 1927, p. 1./ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. 1889 a 1917.* Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918, v. 1./*Mensagens do Presidente Delfim Moreira da Costa Ribeiro, 1915 a 1918./ Minas Gerais,* Belo Horizonte, 19 nov. 1927. p. 7.

LUZ, Augusto Coimbra da

Político, advogado, professor e jornalista, nasceu em Muzambinho, MG, a 31 de julho de 1899, e faleceu em Juiz de Fora, MG, a 14 de maio de 1976. Filho do médico e político Américo Gomes Ribeiro da Luz* e de Hortência Cesarina Coimbra da Luz. Casado com Dulce Maria Carneiro Luz.

Fez o curso secundário em sua terra natal e o superior na FDSP e na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, tendo-se bacharelado por esta, em 1922, em turma de que foi o orador oficial.

Depois de advogar em São Sebastião do Paraíso, MG, fixou-se em Juiz de Fora, onde figurou entre os fundadores e professores da Faculdade de Direito. Exerceu, ainda, as funções de Presidente da Seção de Juiz de Fora da OAB e de advogado da Superintendência Nacional de Seguros Privados.

Deputado Estadual na 10ª Legislatura (1927-1930) pelo PRM, posteriormente filiou-se ao PDC à UDN e à Arena.

Atuaram na política, além de seu pai, seus tios Aristides Cecílio de Assis Coimbra* e Alberto Gomes Ribeiro da Luz* e seus primos Carlos Coimbra da Luz* e Gastão de Oliveira Coimbra*.

FONTES: *Dados biográficos*. Informante: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/Roberto Caloman Jacob Plishcke. CEM/UFMG./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 19 nov. 1927. p. 1./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito*. Arquivo.

LUZ, Carlos Coimbra da

Político, promotor, advogado, professor, jornalista e banqueiro, nasceu em Três Corações do Rio Verde (hoje Três Corações), MG, a 4 de agosto de 1894, e faleceu no Rio de Janeiro, a 9 de fevereiro de 1961. Filho de Alberto Gomes Ribeiro da Luz* e de Augusta Coimbra da Luz. Casado, em primeiras núpcias, com Maria José Dantas Luz e, em segundas, com Graciema Junqueira da Luz.

Fez o curso secundário no Colégio Americano, de Lavras, MG, e bacharelou-se pela FLDMG, em 1915. Ainda estudante, ingressou, em 1911, no quadro de funcionários da Secretaria do Interior de Minas Gerais. Quando se formou, ocupava o cargo de Secretário do Conselho Superior de Instrução Pública. Em Leopoldina, MG, onde passou a residir depois de diplomado, exerceu a advocacia e o magistério no Ginásio Leopoldinense (1916-1934) e na Escola Normal. Nessa cidade desempenhou, ainda, as funções de Delegado de Polícia (1916) e de Promotor de Justiça (1918). De 1920 a 1923, foi redator da Gazeta de Leopoldina, diário de grande prestígio na região. Em 1923, apoiou publicamente a revolução que ocorreu no Rio Grande do Sul contra o Governo Antônio Augusto Borges de Medeiros, reeleito pela 5ª vez consecutiva para o Governo Estadual. Secretariou o Congresso das Municipalidades reunido na Capital do Estado, em 1923 e, mais tarde, colaborou ativamente na organização do Congresso das Municipalidades da Zona da Mata, no qual apresentou o trabalho *Viação Rodoviária na Zona da Mata*. Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal de Leopoldina de 1923 a 1926, conseguiu completa pacificação da politica municipal. Reeleito em 1927, a Revolução de 1930 encontrou-o na Presidência da Câmara, e nessa condição liderou o movimento armado, em estreita articulação com o Coronel Cristóvão Barcelos, cujo quartel-general estava instalado no Distrito, atual cidade, de Recreio, MG.

Eleito Prefeito Municipal de Leopoldina em 1931, em 9 de setembro de 1932 Olegário Dias Maciel* nomeou-o Secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas, cargo que ocupou até o fim de 1933. Por nomeação do Interventor Benedito Valadares Ribeiro*, de dezembro de 1933 a janeiro de 1935 exerceu os cargos de Secretário do Interior e de Comandante-Geral da Força Pública de Minas, com funções cumulativas de chefe de Polícia, tendo, no período, respondido eventualmente pela Secretaria da Agricultura e, em diversos impedimentos do titular, pelo expediente da Interventoria.

Deputado Federal de 1935 a 1937, integrou a Comissão de Finanças e Orçamento, na qual foi relator do Ministério da Viação, e representou a Câmara na Junta de Investigações dos Crimes do Presidente da República. Em 10 de maio de 1937 tornou-se Líder da Maioria, posto em que se manteve até a dissolução do Congresso, em 10 de novembro.

Instaurado o Estado Novo, Getúlio Vargas nomeou-o membro do Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, na qual ocupou a Superintendência da Carteira Hipotecária, a Vice-Presidência e, finalmente, de julho de 1939 a outubro de 1945, a Presidência.

Eleito Deputado Federal em 1945, sendo o quarto político mais votado do PSD, não chegou a participar dos trabalhos da Constituinte por ter sido convidado pelo Presidente Eurico Dutra para o cargo de Ministro da Justiça e Negócios do Interior, cargo esse que desempenhou de 31 de janeiro a 2 de outubro de 1946. Ocupando este posto, uma das principais medidas que tomou foi a proibição dos jogos de azar no País. Em diversas ocasiões sua gestão foi amplamente combatida por vários partidos, especialmente quando utilizou a Lei de Segurança Nacional contra movimentos sociais e quando fechou o jornal comunista *Tribuna Popular*.

Liderou a dissidência pessedista, conhecida como PSD Independente, que se formou em 1946 contra a indicação do nome de José Francisco Bias Fortes* como candidato do PSD ao Governo de Minas. O PSD Independente apoiou a candidatura de Mílton Soares Campos*, numa aliança partidária que reuniu, além da UDN, o PTN, o PDC e o PR, aliança que ficou conhecida como Coligação Democrática.

Durante todo o mandato do Governador Mílton Campos*, Carlos Luz assegurou o apoio do PSD Independente aos projetos do Executivo, mesmo em oposição ao então chamado PSD ortodoxo. Nas conversações mantidas com Juscelino Kubitschek de Oliveira* e Benedito Valadares*, em 1948 e 1949, visando a unificação do PSD, propunha a criação da sublegenda partidária, tendo em vista preservar a autonomia dos dissidentes. Todavia, o Diretório Nacional do PSD manifestou-se contra essa solução.

Voltou a candidatar-se à Câmara em 1946 e tornou-se o Deputado Federal mais votado em todo o País. Em junho do mesmo ano chefiou a delegação brasileira na posse do Presidente da Argentina, Juan Perón.

Quando da sucessão do Presidente Dutra, seu nome chegou a figurar entre os prováveis candidatos mineiros ao cargo.

Reeleito Deputado Federal da 2ª à 4ª Legislaturas (1951-1963), fez parte da Comissão de Finanças. Em fevereiro de 1955 foi escolhido Presidente da Câmara e, como tal, assumiu a Presidência da República interinamente duas vezes: de 20 a 29 de abril, por ocasião da visita do Presidente Café Filho a Portugal, e de 9 a 11 de novembro, sob forte tensão política, quando o titular do cargo se encontrava hospitalizado. Nesta ocasião, mais uma vez seu nome figurou, entre os dissidentes do PSD, como provável candidato à Presidência. Como não concordou com a punição aplicada ao Coronel Jurandir Bizarria Mamede, que havia feito pronunciamento de conteúdo político nos funerais do General Canrobert Pereira da Costa, desentendeu-se com o Ministro da Guerra, General Henrique Duffles Teixeira Lott*, e demitiu-o. Este, acusando o Presidente de estar conivente com os líderes oposicionistas que tentavam criar obstáculos à posse do Presidente eleito, Juscelino Kubitschek*, promoveu sua deposição, num movimento que definiu como de "retorno aos quadros constitucionais vigentes". A ação militar teve pronto apoio da maioria do Congresso Nacional, formada pelas Bancadas do PSD, PTB, PSP e PRP. Com um grupo de auxiliares de confiança, o Presidente impedido ainda tentou instalar o Governo em São Paulo, mas o vaso de guerra em que procurava sair do Rio de Janeiro foi bombardeado ao transpor a baía da Guanabara, e o Porto de Santos foi cercado por tropas fiéis a Lott, de modo que teve de retornar ao Rio de Janeiro. Seguiu-se a declaração parlamentar do impedimento de Café Filho e a investidura do Presidente do Senado, Nereu Ramos, na chefia do Poder Executivo. Superada a crise, Carlos Luz voltou à Câmara para defender-se da acusação de "golpista", num discurso-depoimento editado pela Organização Simões sob o título *Em defesa da Constituição*. Na oportunidade, renunciou à Presidência da Casa, mas cumpriu o mandato de Deputado até 1961. Na sucessão de Juscelino Kubitschek*, foi presença marcante ao lado da candidatura de Jânio Quadros e em oposição à de Henrique Lott*.

Pertenceu ao Partido Progressista e ao PSD. Fora da política, ocupou diversas posições, entre elas as de Vice-Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Presidente da Confederação de Seguros Privados do Brasil, Vice-Presidente da Companhia de Seguros Minas-Brasil e Presidente do Banco Ribeiro Junqueira S.A. Era membro do IHGMG.

Atuaram na política seus tios Américo Gomes Ribeiro da Luz* e Aristides Coimbra da Luz* e seus primos Augusto Coimbra da Luz* e Gastão de Oliveira Coimbra*.

Estado de Minas

Carlos Coimbra da Luz, fevereiro de 1959

FONTES: *Almanaque da Força Pública* (organizado pelo Estado-Maior). Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. 1936./*Almanaque dos Oficiais*. Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1959-60; 1961-62; 1963-4; 1965-66; 1967-68./*Anais do Senado*. 1961. Brasília. Diretoria de Publicações, jan./fev. s.n.: 525-32, 1963./Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados. Brasília, Livro CE. p. 7./CORTÉS, Antônio Maria Cardoso. *Homens e instituições no Rio de Janeiro*. Rio Janeiro, IBGE, 1957./ COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1961, v. I./Dados biográficos. Informante: Augusta Dantas Luz Pereira. CEM/UFMG./*Diário de Minas*, Belo Horizonte, 10 fev. 1961, pp. 1, 10./*Estado de Minas*, Belo Horizonte, 10 fev. 1961, pp.1-4; 28 mar. 1976. p. 3./Exercício da Presidência da República (1889-1975). Ministério da Justiça. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. 1975./FLEISCHER, David V. *Candidatos parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Ficha biográfica. APM, Belo Horizonte./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 10 set. 1932, p. 9; 17 set. 1932, p. 12; 1 fev. 1946, p. 3; 10 fev. 1961, pp. 1, 9; 11 fev. 1961, pp. 1-2./*O Diário*, Belo Horizonte, 1 fev. 1946, p. 1: 16 fev. 1961, p. 4./PAULA, Almênio José de & FERREIRA, Saturnino G. *Precursores e figuras notáveis de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Editora São Vicente, 1972./Presidentes da Câmara dos Deputados. In: *Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados*. Brasília, jan/abr. 1966./*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. 1961. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, v. 8./SILVA, Gastão Pereira da. *Constituintes de 1946*; dados biográficos. Rio de Janeiro, e. ed., 1947./Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais. Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente. *Dicionário Histórico-Biográfico 1930-1983*. Coordenação Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro, Forense-Universitária: FGV-CPDOC. Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP. 1984. pp. 1959-1964. Vol. 3.

LUZ, Joaquim Bento Ribeiro da

Advogado e magistrado, nasceu em Cristina, Província de Minas Gerais, a 18 de julho de 1855, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 5 de outubro de 1918. Filho do Conselheiro do Império Joaquim Delfino Ribeiro da Luz e de Maria Umbelina Santiago da Luz. Casado, em primeiras núpcias, com Rita Pereira Ribeiro da Luz e, em segundas, com Mariana Ferraz Ribeiro da Luz.

Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP, em 1876.

Logo depois de diplomado voltou à cidade de natal para advogar. Em seguida foi Juiz Municipal e Juiz de Direito da Comarca mineira de Pouso Alto.

Na 22ª Legislatura (1878-1879) exerceu o mandato de Deputado à Assembléia Provincial e na 19ª Legislatura (1885) o de Deputado-Geral. Desembargador a partir de 1910, integrou a Câmara Criminal do Tribunal da Relação de Minas Gerais, pelo qual aposentou-se nos últimos dias de agosto de 1918.

Atuaram na política seus primos Américo Gomes Ribeiro da Luz*, Alberto Gomes Ribeiro da Luz*, Augusto Coimbra da Luz*, Carlos Coimbra da Luz* e seu filho Joaquim Ferraz Ribeiro da Luz*.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 8 out. 1918, p. 2./*Minas Gerais*, Belo Horizonte, 6 out. 1918, p. 13./*Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito*. Arquivo.

LUZ, Joaquim Ferraz Ribeiro da

Político e advogado mineiro, nasceu a 27 de setembro de 1894. Filho do magistrado Joaquim Bento Ribeiro da Luz* e de Mariana Ferraz Ribeiro da Luz.

Fez os estudos secundários no Colégio Anchieta de Friburgo, RJ, e o curso superior na FLDMG, tendo-se bacharelado em 1916.

Exerceu a advocacia em Pouso Alto, MG.

Foi Deputado Estadual da 8ª à 10ª Legislaturas (1919-1930).

Pertenceu ao PRM.

Atuaram na política, além de seu pai, seus primos Américo Gomes Ribeiro da Luz*, Alberto Gomes Ribeiro da Luz* e Augusto Coimbra da Luz*.

FONTES: *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 29 set. 1920. p. 2; 6 jun. 1929. p. 3./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito*. Arquivo da Seção de Ensino.

LUZ, José Pires da

Político e empresário, nasceu em São José do Tocantins, então Distrito de Ubá e hoje cidade de Tocantins, MG, a 3 de agosto de 1915, e faleceu em Ubá, a 11 de junho de 1978. Filho de Manuel Pires da Luz e de Domitila Castanõn Pires. Casado com Nadir da Mota Andrade Pires.

Exercendo atividades industriais e comerciais em Ubá, foi Vereador (1947-1950) e Prefeito do Município (1954-1958).

Eleito suplente de Deputado Estadual para a 4ª e 5ª Legislaturas (1959-1967), efetivou-se no mandato, respectivamente, em maio de 1961 e em janeiro de 1966. Para a 6ª Legislatura (1967-1971) elegeu-se Deputado Estadual efetivo. Na Assembléia foi Presidente da Comissão de Segurança Pública (1962), Vice-Presidente (1966) e membro

(1967) da Comissão de Assuntos Municipais e Interestaduais, e membro da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio (1961).

Pertenceu ao PR, ao PSD e à Arena.

FONTES: *Dados biográficos.* Informante: Eduardo Rinco CEM/UFMG./*Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais.* Serviço do Controle do Eleitorado e Expediente.

LUZ, Newton Bernardes Ribeiro da

Magistrado, nasceu na Fazenda Catiguá, no Município de Cambuquira, MG, a 16 de fevereiro de 1890. Filho do fazendeiro Silvino Ribeiro da Luz e de Maria Bernarda da Luz. Casado com Pelina Maciel Ribeiro da Luz.

Bacharelou-se pela FLDMG, em 1911. Logo depois de formado desempenhou o cargo de Delegado de Polícia em Muzambinho, Januária e outras cidades do interior do Estado.

Ingressando na Magistratura mineira, foi, sucessivamente, Juiz Municipal de Patos de Minas e de Ituiutaba. Depois de exercer a Promotoria de Justiça de Araguari, tornou à Magistratura como Juiz de Direito de Piranga (1924) e, a seguir, de Ituiutaba e Santa Luzia. Removido para Belo Horizonte, serviu na 2ª Vara Cível e na Vara dos Feitos da União Federal e da Fazenda Nacional. Em 1946 foi promovido ao Tribunal de Justiça, tendo-se aposentado como Desembargador, em setembro de 1960.

FONTES: *O Diário*, Belo Horizonte, 6 jan. 1946, p. 3./RIBEIRO, Coriolano & GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1956./*Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito.* Arquivo da Seção de Ensino.

Impressão e acabamento
EDITORA O LUTADOR